

Introdução

1. Explicar a paisagem através de um protagonista da sua transformação

A Ilha

Contribuir para a **história da paisagem da ilha de S. Miguel** é a motivação de fundo desta dissertação. Em permanente elaboração desde a sua descoberta, a paisagem da Ilha encontra-se hoje em acelerado processo de transformação estrutural. Fazer-lhe a história é relevante para discutir um projecto para o território e para informar o pensamento da arquitectura contemporânea no terreno.

A paisagem micaelense, tal como existe hoje, resulta de um processo de transformação iniciado no século XIX e, para percebê-lo, é preciso fazer-lhe a história precedente, por sucinta que seja. Uma história do território que é a história dos poderes que lhe disputam a posse e o desígnio. Os Açores foram colonizados pelo regime das *dadas*, ou sesmarias, administrado pelos donatários, ou seus capitães, a quem as ilhas foram inicialmente atribuídas. Na maior parte, os proprietários, a começar pelos donatários, não conheciam sequer as suas terras, cedo percebendo que delas tiravam rendimento sem outro esforço que o de arrendá-las. Exceptuando o interregno filipino, só com a Capitania-geral dos Açores, criada pela Reforma Pombalina de 1766, se assiste à tentativa de estabelecer um governo que centraliza e administra todo o arquipélago. A identidade colectiva de S. Miguel, leia-se das suas elites, vai-se progressivamente construindo por oposição à sede da Capitania em Angra. A revolução liberal é a oportunidade prontamente explorada pelos micaelenses para se emanciparem da Terceira, a partir de então navegando de feição conforme os ventos da conjuntura lhe permitiam manter a distância ganha à capital dos Açores do Antigo Regime.

A riqueza acumulada no princípio do séc. XIX, com o 'achado' que foi a exportação da laranja para Inglaterra, preparou uma geração ilustrada e com autoconfiança suficiente para se pensar para além de Angra, e até mesmo para além de Lisboa quando esta era *madastra*. "Os melhoramentos [na Ilha]

começaram logo que os jovens, com meios de fortuna, começaram a viajar”,¹ escreve, em 1848, o filho mais velho do americano Thomas Hickling, referindo-se em seguida ao jardim de José do Canto e ao projecto da casa que *quando estiver pronta será digna de admiração, mesmo em Boston!* Mas a casa nunca ficou pronta, e não foi na arquitectura que os ventos da modernidade sopraram intensamente em S. Miguel, nem na indústria, nem nas estradas, mas sim no sector primário – na horticultura, arboricultura e agricultura. A Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense (SPAM), fundada em 1843, marca simbolicamente a consciência da capacidade e vontade autóctones. O projecto é inacabado na sua concretização durante o tempo de vida da geração fundadora, mas completo no seu programa: pretendendo funcionar como um centro coordenador de esforços e vontades em prol do desenvolvimento da Ilha, editando um periódico mensal, *O Agricultor Michalense*, dedicado à ilustração da classe agrícola através da divulgação dos mais recentes conhecimentos agronómicos, a SPAM propunha a adopção de métodos científicos para uma agricultura moderna. Para além do periódico, a Sociedade montou uma biblioteca e um gabinete de consultas agronómicas, organizou cursos avulsos de formação (deram-se, por exemplo, aulas de química para análise dos solos), cultivou viveiros com espécies a introduzir na ilha, e projectava a criação de uma quinta-modelo para escola-agrícola, de um banco rural para financiamento específico, pugnava pelo melhoramento das raças dos vários tipos de gado, a introdução das pastagens artificiais e a estabulação dos gados, propondo concursos de produção qualitativa, etc. A prova, no terreno, de que se pensava a transformação e o progresso agrícola à escala da Ilha, integrando a totalidade do território e não apenas os vínculos que os sócios administravam, é a cuidadosa operação montada no Nordeste, região extrema e, pelo isolamento, dada a foros de autonomia, onde se organiza com o padre local um “comício” de leitura periódica d’*O Agricultor Michaelense* aos lavradores iletrados.

Em 1847 a SPAM contou com o reforço inesperado de António Feliciano de Castilho, que foi rapidamente contratado para redactor d’*O Agricultor Michaelense*. Ganhando no género literário, o mensário perdeu em pragmática.

¹ *Carta de Thomas Hickling Jr.*, S. Miguel, 31 Agosto 1848, trad. e notas de Henrique de Aguiar Oliveira Rodrigues, em *Insulana*, vol. LI, n.º 2, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1995, p. 191.

Mas para que servia um jornal literário e ainda agrónomo para um público-alvo analfabeto? O projecto do progresso material não podia dispensar a instrução pública, base de todo o desenvolvimento civilizacional. O intelectual cego, tradutor de Virgílio e autor do Hino da Agricultura, fundou com os micaelenses uma *Sociedade dos Amigos das Letras e das Artes de S. Miguel* que, para além dos cursos livres, projectou uma lírica festa da Primavera, organizou exposições *industriais*, serões culturais, e disseminou escolas pelas freguesias mais afastadas e mais pobres da Ilha² onde ensinava a leitura com o “método repentino” de Castilho. Inspirada pelo ‘élan’ deste ‘alien’ continental, com inusitada vitalidade na vida cultural e social e projectando as infra-estruturas materiais, a ilha respirava em 1850 com o fôlego da utopia.

Com a estabilidade da Regeneração e o já sedimentado estatuto administrativo de Distrito, reunindo sob a mesma Junta Geral S. Miguel e Santa Maria, a Ilha inicia um processo de desenvolvimento, em grande parte por sua conta, pensando-se na totalidade do território. O plano, que se foi definindo ao longo da segunda metade do séc. XIX³, tem na construção da *Doca* a peça prioritária, complementado por uma nova rede de estradas internas, a que acresce o plantio de um novo revestimento vegetal (arborização extensiva e culturas de exportação alternativas à laranja), culminando, no final do século, com uma linha de caminho-de-ferro entre os dois principais aglomerados e o centro turístico-terapêutico das Furnas.

Uma dúzia de anos antes da primeira pedra do porto ser finalmente lançada, José do Canto subscrevera com André do Canto e João Pacheco Silvério de Castro uma *Memória sobre a possibilidade, e utilidade da construcção d’um Molhe em Ponta Delgada*⁴ que denota a vontade da Ilha ser parte do mundo, integrando o movimento de bens, ideias e dinheiro que cruza o Atlântico Norte, entre a Europa e a América. José do Canto foi decisivo para desatar o nó górdio da Doca, quer no que respeita ao projecto e à empreitada, quer no que respeita às

² Cf. Fernando Aires de Medeiros Sousa, *José do Canto, Subsídios para a História Micaelense (1820-1898)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982, p. 58.

³ Não se trata de um plano formalizado num texto ou desenho, mas de um conjunto de projectos de aspiração colectiva em que a elite micaelense se empenha e revê. A imprensa periódica promovia a sua discussão pública, transformando-os em causas colectivas.

⁴ Publicada no *Açoriano Oriental*, entregue à Junta Geral do Distrito em Janeiro de 1840, e transcrita no *Arquivo dos Açores*, vol. XI, p. 443-455.

negociações para o empréstimo bancário. Desistindo de vez dos sucessivos projectos dos engenheiros militares portugueses, que se limitavam a recuperar e ampliar o cais de S. Brás de lotação muito limitada, os micalenses organizados em comissão presidida por José do Canto encomendam o projecto do porto de abrigo oceânico em Inglaterra, a *rainha das Nações*, contratando para a construção o engenheiro Sir John Rennie⁵. Por carta de Parkin Scholtz a José do Canto a residir em Paris⁶, percebe-se que aquele fora em Agosto de 1860 em missão de reconhecimento a Ramsgate cujo porto de mar, de que Scholtz manda gravuras como se fossem provas fotográficas, teria sido projectado e construído pelo engenheiro Rennie. Todos os cuidados eram pouco (e os receios viram-se fundamentados) para adjudicar a obra mais cara da história da Ilha. Mas o prestígio de Rennie como membro da Real Sociedade de Ciências de Londres e presidente da Associação de Engenheiros Civis da Grã-Bretanha superava o curriculum profissional. Manteve-se à frente da obra até 1866. Mesmo à distância de meio oceano, José do Canto, em Paris, vai acompanhando as desventuras da construção, recebendo relatórios dos temporais⁷, ou mesmo tsunamis⁸, que insistem em deitar por terra os lanços laboriosamente construídos.

Depois de séculos de projectos não concretizados e de obras pontuais, o plano de fomento micalense, claramente em ruptura com esse passado, era tão amplo e ambicioso que a construção da Doca (iniciada em 1862) e das estradas (projectadas a partir de 1854) só acabarão em meados do século seguinte. Se ainda em Oitocentos se encontraram no tabaco, no álcool destilado a partir da

⁵ Após estudos preliminares por Sir John Rennie o projecto é entregue ao, também engenheiro inglês, John Tucker, sendo o desenho deste posteriormente retocado pelo primeiro.

⁶ Carta de Parkin Scholtz a JC, Ramsgate, 24 Agosto 1860, UACSD, FBS-AJC 11689. Comprovando o seu reconhecimento internacional, Rennie já elaborara para os estudos do porto da cidade do Porto um relatório, com data de 14 Junho 1855, sobre a foz do Douro.

⁷ V. *Vista do Molhe, em 31 Março 1864 / Tirada d'uma casa detraz do barracão do peixe. Para se fazer idea dos estragos do ultimo temporal nos últimos lanços da plataforma, ou Vista do quebramar do porto artificial de Ponta Delgada, depois dos estragos do temporal de 22 Dezembro 1865*, e outras fotografias, UACSD, FBS-AJC.

⁸ "Todas as cartas que recebi são concordes em afirmar, que desde um famoso temporal que soffrêmos em 5 de 10bro de 1839, nunca mais se vira mar tão elevado, nem vagas tão magestosas como em 22 de 10bro ultimo **e o que é mais de admirar é que este mar se levantou da 1 ate às 2 da tarde, sem vento considerável, estando o dia mtº bonito**, e chegado os Navios ao ancoradouro, de um precedente levante." (bold meu), carta incompleta, Janeiro 1866, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 181v.

batata-doce, no ananás e no chá alternativas à laranja, o arroteamento dos baldios também só se colmatou na segunda metade do século XX.

Em 1852, abdicando da acção política como deputado às Cortes mas respeitoso cultor da *res publica*, José do Canto justifica aos seus conterrâneos que teriam que ser os *esforços*, o *zelo* e a *união* deles próprios os *únicos auxiliares* com que deveriam contar⁹. Depois da bem sucedida afirmação como uma “espécie de *cidade-estado*” face a Angra,¹⁰ o sentimento de abandono e indiferença com que é percebida a política do Reino para com Ponta Delgada, nomeadamente no que refere ao contributo proporcionalmente escasso no financiamento da Doca, será o adubo do movimento autonomista.¹¹

José do Canto

Em Janeiro de 1843, reunida na casa do morgado José Caetano Dias do Canto e Medeiros, uma dúzia de micalenses terratenentes e administradores de vínculos fundou a *Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense*. Pensada desde 1838,¹² e sem disfarçar o orgulho de ser a primeira Sociedade de Agricultura do país, a SPAM tinha na modernização agrícola, pensada da produção à distribuição, incluindo infra-estruturas e equipamentos, o projecto para o desenvolvimento material da Ilha à escala inédita da totalidade do seu território. Os modelos do pensamento e desenho a ensaiar são importados directamente do centro da Europa avançada, veiculados por um arco que vai de Ponta Delgada a Londres e Paris, com escala intermitente em Lisboa. Tendo por fundo a construção de uma pátria, a tese que defendo neste trabalho é a de que **a**

⁹ V. José do Canto, *Aos Michaelenses que Pretendiam Eleger-me Deputado*, Ponta Delgada Tip. de Manuel Cardoso d'Albuquerque e Valle, 1852, p. 12., cit. por Carlos Cordeiro, *Insularidade e Continentalidade. Os Açores e as Contradições da Regeneração (1851-1870)*, Coimbra, Livraria Minerva, 1992, p. 29. O único cargo público que José do Canto vem a desempenhar será como presidente da Junta Geral de Distrito em 1878, não se lhe cronicando nenhum acto de relevo como tal, à excepção da elaboração do Regimento Interno da Junta. Cf. *O preto no branco*, n.º 135, 28 Julho 1898.

¹⁰ A expressão, e a tese, é de Carlos Guilherme Riley, *Os Antigos Modernos. O Liberalismo nos Açores: uma abordagem geracional*, dissertação de doutoramento em História Contemporânea, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2006, p. 389.

¹¹ V. Carlos Cordeiro, *Insularidade e Continentalidade. Os Açores e as Contradições da Regeneração (1851-1879)*, Coimbra, Livraria Minerva, 1992.

¹² Cf. Carlos Guilherme Riley, “José do Canto, retrato de um cavalheiro na primavera da vida”, em *Arquipélago-História*, 2.ª Série, V, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2001, p. 224.

paisagem de S. Miguel foi pensada e projectada no século XIX por um grupo de micaelenses inusitadamente modernos. De grande amplitude e ambição, este projecto para o território apenas encontrou o seu termo e concretização na centúria seguinte: é a paisagem da Ilha no século XX. José do Canto (1820-1898), presente naquela reunião e filho segundo do morgado anfitrião, foi um dos mais activos mentores deste projecto.

O protagonista desta investigação não é um arquitecto, paisagista ou engenheiro militar. É um lavrador, que foi também bibliófilo, botânico, paisagista, sportsman, e, esquecendo o conselho do agrónomo romano Columella para não ser edificador¹³, também fez de arquitecto e mestre-de-obras. “O proprietário ou lavrador agrónomo, amador ou de direito, é um tipo social característico da segunda metade dos século XIX”, esclarece Miriam Halpern Pereira¹⁴. Se Mouzinho de Albuquerque, militar de carreira e químico de craveira e avô do que prendeu Gungunhana, que viera em 1825 a S. Miguel para analisar as águas das Furnas, fora um atípico lavrador ilustrado da primeira metade do século¹⁵ – personificando exemplarmente a passagem do saber do território enquanto domínio *militar* para o conhecimento *civil* dos naturalistas, – lavradores eruditos, de sacho numa mão e pena na outra¹⁶, não faltam na segunda metade, a começar por Alexandre Herculano, produtor do azeite homónimo.¹⁷ Tal como os seus contemporâneos continentais, os mais ilustrados terratenentes micaelenses realizam «saques de conhecimento»¹⁸ nas incursões à Europa, visitando escolas agrícolas e estabelecimentos hortícolas, observando as práticas culturais nos campos, detendo-se no desenho das estradas, assinando revistas da especialidade, demorando-se atentamente nas exposições Universais onde vigiavam o progresso do saber agronómico. Compraram livros e máquinas. Além

¹³ Cf. “Prologo de Lúcio Junio Moderato Columella nos livros de *Re Rustica* dirigido a Publio Silvino”, traduzido por Fernam d’Oliveira, em *O Agricultor Michaelense*, n.º 21, Junho 20, 1845, p. 314.

¹⁴ Miriam Halpern Pereira, “Entre Agromania e Agronomia” (2000), em *Ernesto do Canto, retratos do homem e do tempo, Actas do Colóquio, Universidade dos Açores, 25-27 de Outubro de 2000*, Ponta Delgada, 2003, p. 136.

¹⁵ V. Magda Pinheiro, *Luís Mouzinho de Albuquerque. Um Intelectual na Revolução*, Lisboa, Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque D’Orey, Quetzal Editores, 1992.

¹⁶ Emblema da SPAM, publicado por Miriam Halpern Pereira, ob. cit., p. 140.

¹⁷ Idem, p. 138-139.

¹⁸ A expressão é de Louis Marin, *The Frontiers of Utopia*, cit. por Filipa Lowndes Vicente, *Viagens e Exposições, D. Pedro V na Europa do Século XIX*, Lisboa, Gótica, 2003, p. 7.

de tudo isto, José do Canto contactava arquitectos e paisagistas famosos e encomendava-lhes projectos.

O protagonismo de José do Canto na história das *obras de civilização* da segunda metade de Oitocentos em S. Miguel é sobejamente conhecido e investigado pela historiografia micaelense. Para além de uma famosa colecção Camoniana de que publicou um competente catálogo¹⁹, a historiografia local, particularmente através dos trabalhos de Nestor de Sousa e Isabel Soares de Albergaria, destacou a encomenda erudita dos projectos paisagísticos e de arquitectura. O Jardim de Santana e a Ermida de N.^a S.^a das Vitórias na lagoa das Furnas, resultantes parcelares dessa encomenda, fixaram-se como emblemas da sua obra.

Com esta dissertação pretendo averiguar a natureza e amplitude da **escala da paisagem** na sua obra e demonstrar a **cultura de projecto** que informava a sua acção. Trazendo para primeiro plano as explorações agrícolas, silvícolas e da pecuária da sua Casa, tentarei identificar os modelos e referentes, teóricos e vividos, de José do Canto para clarificar a ideia de *jardim continuado* que aquelas desenhavam. Através da análise das práticas registadas pela documentação da sua Casa agrícola, tratarei dos **elementos essenciais que configuraram a paisagem da Ilha, erudita e de produção, e de como, por fim, estas se confundem e são uma**. Da paisagem da laranja às novas matas, dos muros de pedra às criptomérias, das servidões dos pastos às estradas reais, passarei em revista as formas e figuras com que se reestrutura e redesenha o território da Ilha na segunda metade de Oitocentos a partir das propriedades de José do Canto. Só as estufas de ananás e os currais da vinha ficam de fora. As estufas porque, embora José do Canto participe desde logo nos ensaios de aclimação do ananás, deixou para o irmão Ernesto a exploração com que os empresários agrícolas micaelenses, substituindo progressivamente a laranja, suburbanizaram de vidro branco as principais povoações da Ilha. E a vinha apenas é abordada na sua reconversão para pomar de laranjeiras, porquanto as principais vinhas da

¹⁹ V. Maria do Céu Fraga, “José do Canto: o Fascínio de Camões” (1998), em *José do Canto no Centenário da Sua Morte*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003, p. 172-174; e Justino Mendes de Almeida, “José do Canto, Arauto de Camonismo” (1998), em idem, p. 190-194.

Casa de José do Canto se localizavam noutra geografia, toda ela uma outra paisagem como é a ilha do Pico.

Para além das práticas quotidianas na cultura e gestão do seu território, de que materializa a exemplaridade na arquitectura das granjas da Grotinha e do Porto Formoso, José do Canto também estuda conscientemente as **matérias mais abstractas que desenham a paisagem**, como sejam a do regime jurídico da propriedade ou da questão estrutural dos arrendamentos, que eram, ao tempo, a forma generalizada de exploração da terra. Para José do Canto não havia projecto viável de modernização da agricultura e, conseqüentemente, não havia projecto para a Ilha, sem a reforma radical dos contratos de arrendamento. Dilatando-lhes o prazo e reequilibrando os interesses do senhorio e do rendeiro, de modo a incentivar o investimento do último na terra do primeiro, as propostas de José do Canto defendidas numa série de artigos publicados em 1850 só serão postas em prática, muito semelhantes conceptualmente, depois de Abril de 1974.

Se o projecto colectivo de progresso material, da Doca aos arrendamentos, tinha modelo inglês, – a Inglaterra tinha reconhecidamente a engenharia e a agricultura mais avançadas da época, – as imagens que assombravam os projectos privados, paisagísticos e de arquitectura, para o prédio de José do Canto na lagoa das Furnas eram franco-suíças. Uma vez posta em andamento a construção do porto de mar de Ponta Delgada, pelo qual batalhou com afinco, e terminado sem glória o projecto de educação dos filhos na Europa, José do Canto pôde voltar à Ilha e, com alguma auto-indulgência, ceder à moda das formas do seu tempo e ao desejo de um lago suíço na sua paisagem, *como no Bois de Boulogne*.

Os arquivos

Outros morgados e ricos proprietários competiram no projecto de modernizar e desenvolver a Ilha, em associação ou com as suas próprias iniciativas, mas os arquivos documentais de José do Canto, apesar de várias lacunas, permitem-nos descortinar práticas relevantes para perceber o desenho do território e o seu projecto, desde os tipos de vedações e ordenamento das culturas (ainda não

tratados pelos estudos académicos), até aos conhecidos projectos encomendados a prestigiados arquitectos franceses e ingleses.

Para além de correspondência vária e dos Inventários Orfanológicos após a morte do casal Canto, a Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada tem à sua guarda a valiosa *livraria* de José do Canto comprada aos herdeiros em 1942²⁰, e não me refiro à sua prestigiada Camoneana, mas à extensa e reveladora bibliografia que adquiria para cada assunto que o interessava. A maior parte dos seus livros de arquitectura e paisagismo de autores ingleses e franceses de Oitocentos não existe em mais nenhuma biblioteca pública portuguesa. Destacando-se alguns destes autores como figuras de vulto na história das culturas arquitectónicas e paisagísticas Vitoriana e do II Império, estes livros foram fontes secundárias fundamentais para a realização deste trabalho, nomeadamente no que refere à contextualização cultural das obras de José do Canto. Dos periódicos que José do Canto assinava, a maioria não consta deste arquivo. Regra geral, não foram integrados na venda à Junta Geral da sua livraria os periódicos especializados ou generalistas, incluindo a imprensa ilustrada.

Livros à parte, o arquivo documental público mais extenso de José do Canto encontra-se no Centro de Documentação da Universidade dos Açores, integrando o Fundo Brum da Silveira. Desde copiadores de correspondência, borrões de contabilidade, apontamentos avulsos, rascunhos de artigos, desenhos de mobiliário, catálogos e publicidades diversas, ao contorno a tinta do sapato de um cabouqueiro para mandar fazer uma prótese²¹, este arquivo apenas se mostra parco na correspondência mais íntima. Correspondência essa que se encontra dispersa pelos arquivos particulares dos herdeiros. O incêndio de 1989 do edifício da Reitoria da Universidade, onde se encontrava à data este arquivo, poderá explicar algumas brancas na documentação actualmente existente, embora haja períodos cronológicos que, pela total ausência, deduzo que não tivessem qualquer documento previamente ao incêndio, no qual se

²⁰ Cf. Introdução de Francisco da Silveira em *Inventário da Correspondência de José do Canto Existente na sua Livraria*, Ponta Delgada, Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada, 1998, p. 8. Veja-se ainda o parecer da comissão encarregada de avaliar a livraria antes da sua aquisição em João de Simas, "A Livraria de José do Canto", em *Insulana*, vol. II, n.º 1, Ponta Delgada, 1946, p. 44-87.

²¹ *Plante du pied gauche de l'amputé, portant soulier / Para a encomenda da perna artificial para o cabouqueiro Joaquim Simões*, UACSD, FBS-AJC.

estima terem ardido 15.000 documentos. Ainda assim, levei seis meses intensos a vasculhar o que restou.

Dada a extensão e amplitude temática dos documentos, provém deste arquivo a maior parte das fontes primárias pertinentes para esta investigação. Os mapas com o estado geral das propriedades, as notas de despesa, as folhas de pagamento aos jornaleiros e, acima de tudo, a gestão à distância do património fundiário com a correspondência de Paris contendo as ordens de trabalho aos seus feitores, dando conta da estratégia geral de gestão até às instruções detalhadas de uma tarefa específica, como a plantação de uma quinta nova de laranja, foram as principais fontes primárias a que recorri. A contabilidade, ou a prática disciplinada de registar num livro de contas o *deve-haver* da Casa que se governa, é uma das 'ciências' obrigatórias do século.²² Seria pelos balancetes que se poderia estudar a rentabilidade das culturas agrícolas de José do Canto, mas faltam documentos sequenciados para o fazer, e, na verdade, a contabilidade da Casa nunca terá sido o que José do Canto gostaria que fosse²³. No entanto, pelo registo minucioso das despesas, em notas avulsas ou em livros para o efeito, podemos detalhar algumas práticas que tão significativamente construíram a paisagem micaelense, como a vedação das terras com os muros de pedra.

Os arquivos particulares detêm os documentos iconograficamente mais expressivos, como sejam os importantes projectos de arquitectura e paisagismo encomendados em França e Inglaterra. Incluem também vasta e reveladora correspondência.

Passando a pente fino os arquivos disponíveis e parte dos menos disponíveis, não pretendo tanto fabricar a glorificação de José do Canto, já feita, aliás, quanto demarcar as zonas em a sua história se encontra com a história da paisagem da Ilha. Se no início foi activo arquitecto do projecto colectivo da SPAM, as

²² Exemplar prova da importância atribuída à contabilidade no séc. XIX é a sua prática minuciosa por Thoreau, no *Walden*. Mesmo quando encolhe a vida material ao mínimo dos mínimos, é, ainda assim, pela estatística contabilística que Thoreau avalia a economia e, conseqüentemente, a superioridade moral do seu modo de vida.

²³ A determinada altura JC contratou o naturalista Francisco Arruda Furtado (que entre outros feitos, manteve correspondência científica com Darwin) para seu contabilista, mas as coisas não terão corrido bem, queixando-se JC do atraso nas contas do sobre-qualificado guarda-livros. O que é facto é que os documentos existentes na Universidade dos Açores indiciam uma contabilidade de borrão, algo desorganizada no seu registo.

circunstâncias biográficas foram-no progressivamente afastando, até geograficamente, da Ilha. Primeiro, logo em 1848, a morte prematura do irmão André do Canto, que seria a locomotiva da Sociedade de Agricultura, terá sido um golpe inesperado na própria dinâmica da Sociedade para não falar na moral de José²⁴. Depois, a procura de tratamento para a imperscrutável doença da mulher, Maria Guilhermina, a que junta o plano de educação dos filhos, a levá-lo para uma longa residência em Paris, arredam José do Canto dos projectos a participar e executar com a sua presença ou direcção pessoal, ainda que nunca tenha abdicado da sua convicta obrigação moral, como *gentleman farmer*, de contribuir para o progresso da sua terra. Passando ao largo do importante papel como *pivot* dos interesses da Ilha nas capitais europeias, a que aquele ‘exílio’ obrigou José do Canto, concentrei-me na reveladora correspondência com que ia gerindo à distância a sua casa agrícola. Da história da sua propriedade circunstanciamos a história da Ilha, e vice-versa, mas é ainda mais surpreendente verificar como aquelas são informadas, ou mesmo tocadas, pela História da modernidade europeia de Oitocentos. Como quando, sabendo que José do Canto se deslocara a Paris para em consulta a “médico de fama” diagnosticar a maleita da sua esposa²⁵, desdobrei no arquivo da Universidade dos Açores as borboletas em tinta da china do teste de Rochard.²⁶

“No fundo, José do Canto era um europeu, perdido numa ilha”, escreveu Maria Filomena Mónica.²⁷ De facto, e para além de haver Robinsons nesta história, José do Canto viveu e agiu suspenso entre o tempo anacrónico do Antigo Regime que sobreviveu, como sempre, alimentado pelas rendas dos campos até 1977, e o

²⁴ Para a relação de cumplicidade de José com André do Canto, v. Carlos Guilherme Riley, “José do Canto, retrato de um cavalheiro...”.

²⁵ Cf. “Cartas do Morgado José Caetano a seus filhos Ernesto, Eugénio e Filomeno (1850-1856)”, em *Insulana*, Vol. XXI, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1.º e 2.º semestres de 1965, Carta de 16 Abril 1853, p. 115: “José do Canto embarcou no dia 9 do corrente para Londres com toda a sua Família e duas criadas, a Snr.^a estes últimos tempos tem passava muito mal, embarcou num estado lamentável. [...] vai com tenção de ir a Paris consultar um medico de fama seu conhecido.”

²⁶ Idem, Carta de 7 Julho 1853, p. 119: “Agora vão consultar em Paris um Dr. Rochard, e diz o José que ali vai saber dos seus destinos porque está disposto a fazer o que ele disser, isto é, a viajar, ou ficar por ali etc.”

²⁷ Maria Filomena Mónica, “José do Canto” (1998), em *José do Canto no Centenário da Sua Morte*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003, p. 201.

turbulento epicentro da modernidade europeia, paradoxalmente mais condicionado pela História do que pela Geografia.

Estado da Arte

Só conheço uma obra que foi programática e totalmente votada à história da paisagem da ilha de S. Miguel: o texto do arquitecto paisagista **José Marques Moreira**, publicado em 1987, sob o título *Alguns Aspectos de Intervenção Humana na Evolução da Paisagem da Ilha de S. Miguel (Açores)*. Com origem numa conferência, que o autor depois passou à escrita, aprofundando a investigação, é o primeiro texto que ensaia uma história da paisagem da Ilha, numa síntese que vai do povoamento ao presente, incluindo a crítica da situação contemporânea. Marques Moreira revela-se particularmente atento às transformações do revestimento vegetal, associando a introdução de espécies que vão alastrar à escala do território à paixão dos jardins no século XIX. Abordando ainda a construção das estradas e os arroteamentos do século XX, o arquitecto paisagista apenas deixa de fora desta história a temática da propriedade e do regime de poder inerente.

De resto, toda a produção historiográfica sobre a ilha de S. Miguel acaba por inevitavelmente tocar na questão do território, pois, como disse Vitorino Nemésio, a Geografia é tão necessária quanto a História para explicar os Açores. A incluir a totalidade dessa bibliografia, esta listagem seria excessivamente longa e sempre parcelar. Ainda assim, e a título de exemplo, destacaria a história dos *Arvoredos dos Açores* da autoria de **Francisco Carreiro da Costa**, que foi publicada nos anos 50 ao longo dos *Boletins* semestrais da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores. Conforme o título indica, trata-se de uma história exclusivamente votada ao revestimento vegetal das ilhas, mas será o primeiro texto a reunir e sistematizar um grande e relevante número de fontes que serão depois sucessivamente retomadas pelos investigadores, entre os quais se inclui Marques Moreira.

Deixando de fora contributos importantes para a caracterização específica do território e do meio ambiente de disciplinas como a Geologia e a Biologia, e com excepção para a História da Arte, abordo, de seguida, apenas os trabalhos que através de uma análise multidisciplinar ensaiam uma síntese da paisagem para a ilha de S. Miguel.

Nos anos 60, pela Universidade de Coimbra e no âmbito da Geografia Humana, **João de Medeiros Constância** fez primeiro a descrição física do território de S. Miguel para depois lhe descrever a paisagem, respectivamente em *Quadro Físico da Ilha de S. Miguel*, Coimbra, 1960, e em *Evolução da paisagem humanizada da ilha de S. Miguel*, Coimbra, 1964. Neste último, o geógrafo arrisca uma interessante cartografia do uso dos solos ao longo dos séculos, mas parece-me equívoco que tenha mapeado os *matos* recorrendo a um signo claramente arborícola e legendando-os como “Arvoredos”, quando, segundo os cronistas, as árvores terão escasseado muito cedo depois do povoamento. Além disso, e ainda que assuma “imprecisões”, não identifica as fontes em que se baseia para cartografar as culturas. O trabalho de João de Medeiros Constância vale, sobretudo, pela descrição da situação sua contemporânea, ao coligir dados importantes para uma caracterização da paisagem agrária, desde as culturas aos modos de vedação e abrigo, e para o entendimento das suas dinâmicas a meio do século XX.

O *Livro das Paisagens dos Açores*, com o subtítulo *Contributos para a Identificação e Caracterização das Paisagens dos Açores*, ensaia uma abordagem multidisciplinar ao tema da paisagem, definindo critérios para a identificação de *unidades de paisagem* que circunscreve e caracteriza em cada ilha dos Açores. Resultado de uma encomenda pela Secretaria Regional do Ambiente do Governo Regional dos Açores ao **Departamento do Planeamento Biofísico e Paisagístico da Universidade de Évora**, este estudo iniciado em 2000, que teve Marques Moreira com Alexandre Cancela d’Abreu e Maria do Rosário Oliveira na coordenação científica, e José Virgílio Cruz com uma equipa da Universidade dos Açores na coordenação editorial, assenta na descrição do *carácter* distintivo de cada unidade de paisagem, circunscrevendo-se esta a uma área onde se

verifique um determinado comportamento padrão. Reflectindo uma necessidade urgente, este trabalho procura, com a objectivação das unidades de paisagem, garantir uma base operacional para o exercício do planeamento e da gestão do território, diagnosticando e apontando para o futuro.

Particularmente relevante neste trabalho, para além da importância de lançar um olhar global sobre o território do arquipélago, e para além da multidisciplinaridade assumida, é o referido conceito de 'carácter', porque sintomático da complexidade contemporânea do fenómeno 'paisagem'. Por implicar a interpretação, adoptando como objectos de estudo valores subjectivos ou ligados às representações que se projectam e se constroem sobre a paisagem, a adopção deste conceito permite colmatar as limitações das ciências mais descritivas e menos interpretativas.

Precisamente no domínio do imaginário, temos de **João Carlos Vicente Sarmiento**, e editado em 2004 pela Fundação Calouste Gulbenkian, *Representação, Imaginação e Espaço Virtual: Geografias de Paisagens Turísticas em West Cork e nos Açores*, que compara a produção de 'imagens' sobre duas geografias periféricas relativamente à Europa Central. Tendo por alvo a diferenciação identitária para a construção de um "Outro", Sarmiento persegue as representações contidas nos discursos literários sobre os Açores e West Cork, na Irlanda, concluindo que a construção histórica da diferença é elaborada pelo olhar exterior, ou seja, pelo olhar de quem vem de fora. Mas, a partir do século XIX, tão ou mais influentes que as imagens literárias para a construção das representações dominantes são as imagens visuais (como aliás João Sarmiento comprova quando refere a fundação de novas práticas turísticas em West Cork a partir de um filme²⁸). À excepção das imagens cinematográficas, a que recorre como mais um exemplo da actuação do olhar exterior, João Sarmiento secundariza o 'trabalho' das imagens visuais na construção histórica das identidades.

²⁸ Cf. João Carlos Vicente Sarmiento, *Representação, imaginação e espaço virtual: geografias de paisagens turísticas em West Cork e nos Açores*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, p. 245-247.

No âmbito da História de Arte, há que destacar **Isabel Soares de Albergaria** que tem dedicado o seu trabalho à produção paisagística nos Açores, ensaiando com frequência a construção de uma ponte dos jardins e parques para a paisagem. Na introdução do seu último *Parques e Jardins dos Açores*, edição de 2005 pela Argumentum, sob o título "As Ilhas-jardim: do mito edénico à construção da paisagem", Isabel Albergaria apresenta uma história condensada da paisagem do arquipélago. Apesar da programática brevidade do texto, que serve de enquadramento à antologia da produção paisagística do arquipélago, a exposição das matérias e representações que desenham as sucessivas paisagens açorianas é servida pela habitual competência desta autora. Apenas a questão do regime da propriedade, embora mencionada, não ganha no texto a importância que penso ser-lhe devida para a explicação histórica do desenho do território açoriano.

A tese de mestrado de Isabel Soares de Albergaria, publicada em 2000 com o título *Quintas, Jardins e Parques da Ilha de São Miguel, 1785-1885*, pela Quetzal Editores, constrói uma narrativa que vai das quintas de recreio às matas ajardinadas, balizada cronologicamente entre Thomas Hickling e José do Canto. À excepção da Laranja e das matas ajardinadas, onde produção e recreio se consociavam, este trabalho não tem por objecto o território desenhado pela produção, centrando-se no desenho erudito dos espaços de recreio e representação. Analisando um manancial de fontes e bibliografia sobre a época e os seus protagonistas, a autora contextualiza culturalmente a produção de jardins e parques, elegendo a 'natureza' como o conceito chave para a sua interpretação crítica, seja na relação *positivista* da Ciência, seja na relação *estética* do Romantismo. Para a produção erudita, esta dissertação deve-lhe muito mas, de certa forma, começa onde Isabel Soares de Albergaria acaba: quando a paisagem, que na autora é relação com a *natureza*, passa a ser relação com a *imagem*.

Para o século XIX, e em particular sobre as obras de José do Canto, dever-se-á cruzar a leitura desta autora com as investigações de **Nestor de Sousa**. Destacando-se sobretudo pelo seu trabalho *A Arquitectura Religiosa de Ponta Delgada nos Séculos XVI a XVIII*, editado pela Universidade dos Açores em 1986,

que permanece, actualmente, como a obra de referência para paisagem urbana de Ponta Delgada, Nestor de Sousa é autor de um importante ensaio sobre os jardins oitocentistas de Ponta Delgada e de uma detalhada monografia sobre a Capela de N. S. das Vitórias, que é a pedra de fecho da obra de José do Canto.

A demonstrar a diversidade de saberes que a paisagem implica estão os trabalhos coordenados por **Eduardo Dias**, da Universidade dos Açores, no âmbito da Ecologia do Meio. Os textos relativos ao arquipélago açoriano que integram a colecção *Árvores e Florestas de Portugal*, editada em 2007 pelo jornal Público com a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, surpreendem pela abrangência disciplinar do discurso. Com o núcleo da narrativa centrado nas florestas endémicas, Eduardo Dias contempla e avalia sem sobrançeria disciplinar a construção histórica da paisagem, integrando desde os ecossistemas de produção à potência simbólica das formas vegetais. É particularmente nestes dois domínios e na sua inter-relação que se centra a investigação que me proponho realizar, sacrificando, em grande parte, o estudo do meio. Para José do Canto e seus pares o meio foi uma aprendizagem forçada, na medida em que os esforços de aclimatação eram, por definição, a imposição de uma vontade ao território considerado como 'abandonado'. A diversidade vegetal do Pitoresco projectado soçobrou, afinal, e em boa parte como resultado do meio, na uniformidade da dominadora criptoméria. Mas, a isso José do Canto não assistiu.

De inquestionável valor científico, as 'formas' endémicas vão progressivamente integrando a ordem dos afectos, exercendo hoje a atracção das exóticas de outrora. Se a criptoméria foi o signo da paisagem silvícola micaelense do século XX, não me surpreenderia que a história da ecologia das Ilhas, o 'turismo da natureza' e a forma pictórica da ramagem expressivamente retorcida, como as árvores românticas²⁹, recuperassem o cedro-do-mato (*Juniperus brevifolia*) para a paisagem micaelense do século XXI.

²⁹ Wyville Thomson, (*The Voyage of the Challenger: the Atlantic: a preliminary account of the general results of the exploring voyage of H. M. S. Challenger during the year 1873 and the early part of the year 1876*, London, Macmillan and Co., 1877, Vol. II, p. 38), sendo ele próprio um característico vitoriano coleccionador de *formas*, ou não fosse a teoria da evolução das espécies

2. How to study a landscape

Do projecto do território ao imaginário da paisagem

Não poucas vezes vi em pessoas avisadas o espanto da *paisagem primordial* que os confrontava nos miradouros da Ilha. É o espanto já experimentado nalguns olhares de Oitocentos. Em 1822 João Soares d'Albergaria de Sousa advertia o visitante para uma 'viagem no tempo' à medida que subisse de cota na paisagem micaelense:

*"O espirito, costumado a meditação philozophica do Globo [...] saindo, vr. gr. [por exemplo] do lugar de Villafranca, onde vio todos os signaes d'uma sociedade civilizada, ou o mundo na época mais distincta de sua origem: passando a seus suburbios ve-os bem agricultados e de vigorosa vegetação sobre ruinas da mesma villa produzidas por erupçoens; distante descobre aldeas, colinas, e montes, cobertos d'avoredo e diversidade de cultura; e ve ali o Globo mais proximo à sua existencia: mais alem ele só ve altas montanhas, rochedos escavados, e precipicios horrendos, tudo sem cultura; e a qui ve elle o Globo acabado de sair das mãos da natureza creadora."*³⁰ (bold meu).

Vitorino Nemésio escrevia em 1929 que o açoriano contemporâneo era "um exemplar aproximado do português da segunda metade de Quatrocentos". Isolados pela insularidade, sem competição que coagisse a evolução, os Açores seriam uma reserva natural da quintessência do Portugal das descobertas.³¹ Numa *História dos Açores nos séculos XV e XVI* o autor, João Marinho dos Santos, no final dos anos 80 ilustrava a narrativa da colonização do território com fotografias da paisagem e da arquitectura vernacular do presente. Nestas ilhas pareciam sobrepôr-se os tempos simultâneos de uma cultura rural pré-moderna com o da cultura urbana pós-moderna. A sedutora história de Marinho dos

uma teoria de análise morfológica, qualifica o cedro-do-mato como "a luxuriant spreading prostrate form".

³⁰ [João Soares d'Albergaria de Sousa], *Corographia Açorica, ou Descrição Physica, Politica, e Histórica dos Açores, por um Cidadão Açorense, M. da Sociedade Patriótica Phylantropia [N'os Açores]*, Lisboa, N'a Impressão de João Nunes Esteves, 1822, nota 10, p. 11-12.

³¹ Cf. João Leal, *Etnografias Portuguesas (1870-1970), Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2000, p. 238. Esta ideia fora pilhada por Nemésio ao seu conterrâneo Luís Ribeiro, que a enunciara uma década antes. Para as auto-representações da psicologia e etnologia açorianas, veja-se na mesma obra todo o Capítulo 8, "Açorianidade: Literatura, Política, Etnografia", p. 227-244.

Santos, impregnada de grande sensibilidade visual e paisagística, lembra a ideia de raiz estruturalista que toma a paisagem como um texto. Conhecendo os signos dessa linguagem, lemos o texto, o qual, nos Açores, seria ainda hoje o mesmo de há quinhentos anos. Assim, a *casa explica a paisagem*, e vice-versa: a espessa chaminé do forno da casa vernacular micaelense explicava a paisagem do milho. Mas a antropologia diz-nos da preferência do micaelense pelo pão branco de trigo. Que aconteceu às searas?

Não faria esta tese se não tivesse ficado suspenso na revelação da idade das criptomérias: tinham pouco mais de 100 anos na ilha. O choque dissolveu a teoria da evolução darwinista que mantinha os Açores isolados das mudanças do mundo por cinco séculos e, por isso, imutável nas formas da arquitectura e da paisagem. A reflorestação dos territórios com outras espécies que não as de origem é uma história frequente: mesmo nos Alpes foram os colonos que substituíram as faias, outrora dominantes, por *Epicea abies*, os pinheiros coníferos de crescimento mais rápido e de boa madeira para a construção que nos habituámos a ver como indígenas imemoriais³². E em S. Miguel que árvores vieram as criptomérias substituir? Qual era afinal a floresta original?

O texto da paisagem foi escrito, rasurado e reescrito como num *palimpsesto*. Apesar do pouco tempo histórico, a conhecida imagem de André Corboz ajusta-se à paisagem micaelense: rasurou-se a laurissilva, que era a floresta original, quadriculou-se o campo, a laranja substituiu a vinha, para depois a vinha retomar a mesma posição. Apagaram-se as searas. Os pinheiros coroavam as encostas e as eminências, hoje apenas se vêem escassas matas e solitários sobreviventes. E a criptoméria naturalizou-se com tal sucesso que parece ali estar desde sempre.³³ Mas se os usos do solo lhe mudaram o desenho por novas vontades, são também outras ideias de *formas* com outras *imagens* que o reescrevem nos séculos mais recentes.

³² Cf. André Corboz, "Au fil du chemin. Le territoire, ses assises et ses doubles", (1991), ensaio incluído na antologia intitulada *Le Territoire comme palimpseste et d'autres essais*, Besançon, Les éditions de l'Imprimeur, 2001, p. 233.

³³ Também este processo foi comum à maioria dos países europeus: com a importação progressiva para a Europa de espécies ornamentais, assistiu-se à 'naturalização' de algumas espécies "si bien aclimatées aujourd'hui qu'elles paraissent pousser là de toute éternité". Cf. André Corboz, "Le territoire comme palimpseste", (1983), 2001, p. 217.

Assim, o estudo da paisagem da ilha de S. Miguel através dos *doze trabalhos* de José do Canto não se limita à identificação dos elementos físicos (da topografia à arquitectura), biofísicos (das essências e sistemas de produção), e abstractos (do cadastro à legislação) que a desenham. Estes são os elementos que compõem a paisagem conformes à grelha de interpretação da *história da paisagem vernacular* de tradição anglófila, a mais experimentada e com uma já longa sistematização para a observação no terreno, que eu colocaria sob a paternidade de John Brinckerhoff Jackson. Nesta dissertação, a história da paisagem da Ilha na segunda metade de Oitocentos integra, com a mesma ou por vezes sobreposta importância, o estudo das *imagens* que informam, deliberadamente ou inconscientemente, aqueles mesmos trabalhos de José do Canto e dos seus pares. Procurar as imagens que viam, tal como procurar os textos que liam, é procurar *razões* explícitas mas também indeterminadas, vagas, ou apenas sugeridas na fantasmagoria do *zeitgeist*. Trata-se de procurar pelas imagens, visuais e literárias, as representações e metáforas culturais do progresso e da paisagem no imaginário colectivo e pessoal. Estas imagens *artializam* a paisagem, como diria Alain Roger³⁴, sobrevivem na *memória social*, escreveria Warburg³⁵, são *montagens* de temporalidades diversas, anacrónicas, de um tempo heterogéneo e não linear, esclarece Didi-Huberman³⁶. Com os

³⁴ Alain Roger, *Court traité du paysage*, Éditions Gallimard, Paris, 1997.

³⁵ Segundo Aby Warburg (1866-1929), as imagens no mundo ocidental transportam uma *memória social* complexa, comportando-se como uma espécie de condensadores da esquizofrénica divisão entre mito e iluminismo, visão espiritual e matemática do mundo, Apolo *versus* Dionísio. Warburg elaborou uma 'lei' da *sobrevivência* das imagens em que estas perduram para além do seu tempo numa *vida póstuma* (como as danças pagãs nas ninfas de Botticelli), ou migram para além das suas origens (o Oriente com coração grego na geografia humanista do Pallazo Schifanoia em Ferrara). Para uma síntese do pensamento de Warburg, veja-se de António Guerreiro, "Abby Warburg e os arquivos da memória", disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/aguerreiro-pwarburg/>>, consult. em Janeiro, 2006. Simon Schama, em *Landscape and Memory*, London, Fontana Press, 1995, p. 209-213, envolvendo a História na biografia dos seus actores, pois que este autor a toma por indiscernível das suas acções e motivações, apresenta-nos um breve mas incisivo retrato deste *pathfinder*.

³⁶ Georges Didi-Huberman, *Devants le Temps, Histoire de l'Art et Anachronisme des Images*, Paris, Les Éditions de Minuit, (2000) 2002, p. 22 : "[...] l'histoire des images est une histoire d'objets temporellement impurs, complexes, surdéterminés. C'est donc une histoire d'objets polychroniques, d'objets hétérochroniques ou anachroniques." Para Didi-Huberman a produção das imagens (artísticas) não é limitada pelas *ferramentas mentais* (ou *equipamento cultural*) disponíveis para o artista numa determinada época, como pretende a História social da Arte. As imagens que investiga são *montagens de tempos heterogéneos* com uma vida de *tempo longo* (como na «longue durée» da Nova História) que irrompe ou se denuncia por um *sintoma* (como em Freud), isto é, uma qualquer anomalia ou detalhe incongruente que remete para uma *sobrevivência* anacrónica (como em Warburg, que vê uma ménade na fotografia duma golfista). Veja-se ob.cit., p. 9-28, em que o autor desenvolve esta abordagem a partir dos lambris

estudos da Imagem e a leitura panorâmica dos diversos autores que estudam as construções culturais dos modelos paisagísticos de produção erudita³⁷ poder-se-ia lançar a ponte para vencer o vão que vai da produção do *território*-material à construção da *paisagem*-imagem.

Não se trata de fazer uma arqueologia dos mitos para encontrar *the ghostly line of an old landscape beneath the superficial covering of the contemporary*³⁸, à maneira de Simon Schama. Ainda para mais estamos em Oitocentos, em plena «idade da Ciência», quando o pensamento e a convicção racionalistas estão no auge e o romantismo se desqualifica e dissolve na subjectividade do *gosto*. Só um historiador psicanalista traria à superfície os mitos e símbolos recalçados (ou talvez sublimados) pelo positivismo reinante. Nos textos da elite micaelense de que faz parte José do Canto, e seguindo as correntes de ar do seu tempo, o vulcão é um objecto científico que se transfigurou de tenebrosa ameaça potencial em presença prestigiante atraindo cientistas de renome, colecionadores de crateras e fumarolas como John White Webster, George Hartung, ou Ferdinand Fouqué.³⁹

Para Alain Corbin, fazer a história da paisagem é fazer a história dos modos de leitura e apreciação do espaço. Para fazer essa história *il faut, en préalable, tenter*

sarapintados de Fra Angelico em San Marco, Florença. Para a história da epifania que foram para o autor os frescos pollockianos de Fra Angelico e sequente investigação exegética, v. Georges Didi-Huberman, *Fra Angelico - Dissemblance et Figuration*, Paris, Ed. Flammarion, 1990.

³⁷ As idealizações do território, seja sob a forma da cidade-ideal, seja sob a forma do jardim-paráiso, a partir do Renascimento mas, sobretudo, a partir do Iluminismo fizeram da paisagem um tema recorrente da História da Arquitectura e do Urbanismo, seja na relação *casa-campo* (estudada em James Ackerman), seja, na *cidade-campo* (em Françoise Choay, por exemplo), até à síntese de inspiração estruturalista do Aldo Rossi da *Arquitectura da Cidade*. Para a história cultural do jardim, que é sempre e simultaneamente um fantasma e modelo da paisagem, tem-se destacado mais recentemente a produção bibliográfica dos filósofos, nomeadamente Alain Roger, Anne Cauquelin, Allen Weiss, Philippe Nys, para além dos historiadores James Dixon Hunt, Baltrusaitis, Alain Corbin, Malcom Andrews, Simon Schama. Nesta linha de investigação têm-se também notado os habitualmente investigadores em História da Arquitectura Georges Teyssot, Anthony Vidler, Richard Etlin.

³⁸ Simon Schama, *ob.cit.*, p.16.

³⁹ No entanto, por mais cortes e perfis que o geólogo alemão Hartung trace transversalmente ao vulcão (v. George Hartung, *Die Azoren in ihrer ausseren Erscheinung und nach ihrer Geognostischen Natur*, Leipzig, Verlag von Wilhelm Engelmann, 1860), o vulcão não deixa de o ser, e o progresso da História e da Ciência não erradicou o Espírito Santo ou as romarias que marcam a geografia simbólica do território, nem o diabo na Achada (v. “As Feiticeiras”, em *Açoriano Oriental*, n.º 817, 5 Outubro 1850. Para uma abordagem aos primeiros habitantes mitológicos da paisagem açoriana, v. o capítulo “Ideologia e Imaginário” em João Marinho dos Santos, *Os Açores nos sécs. XV e XVI*, vol. II, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Secretaria Regional da Educação e Cultura, (1989), p. 697-725.

de retrouver le système d'appréciation tel qu'il s'imposait à telle époque, o que implica uma multiplicidade de recursos numa abordagem inevitavelmente pluridisciplinar.⁴⁰ Da literatura científica à literatura de viagens, da pintura dos museus à gravura do jornal ilustrado, difundem-se e sobrepõem-se olhares múltiplos que, entrelaçados, codificam os modos de recepção e experimentação que dominam a paisagem burguesa de Oitocentos.

De que paisagem falamos

À excepção de um singular Christian Norberg-Schulz, a cultura arquitectónica a partir do pós-guerra refere-se habitualmente ao *território*, e não à *paisagem*. O território e a paisagem pertenciam, até há relativamente pouco tempo, ao domínio disciplinar da Geografia Física e Humana. Nos anos 60, e na condição de fazedores e pensadores do espaço, os arquitectos foram ali descobrir matéria pertinente de que depois se apropriaram, inscrevendo-a no seu vocabulário disciplinar. Confirme-se nos casos exemplares, assumidos, aliás, de Aldo Rossi e Vittorio Gregotti⁴¹. No discurso da *Tendenza* predominava o *território*. A *paisagem* foi usada programaticamente para nomear um conceito que alargava indefinidamente os seus limites de modo a abarcar tudo o que tivesse a haver com o *espaço*, da escala doméstica à escala geográfica.⁴²

Com o esvaziamento ideológico após a queda do muro de Berlim e a crescente exigência de uma política ambiental global, a paisagem, e não o território, tornou-se tema recorrente da produção arquitectónica contemporânea. No contexto da produção de autor, em que consiste o actual exercício da Arquitectura, muitas

⁴⁰ Cf. Alain Corbin, *L'homme dans le paysage*, Paris, Les éditions Textuel, 2001, p. 11-14.

⁴¹ Veja-se o paradigmático número duplo 87-88 da *Edilizia Moderna*, Milano, 1965, editado por Gregotti sob o tema de capa "La forma del territorio".

⁴² "Empregamos aqui a noção de paisagem em concordância **com uma ambiguidade de significado perfeitamente calculada**, pois ainda que tratemos essencialmente da dimensão da paisagem em grande escala geográfica, este tratamento será apenas um dos possíveis exemplos de nossa ideia de paisagem como conjunto [ambiental]; um exemplo particularmente significativo e pleno de uma modalidade talvez nova de conduzir o discurso em torno ao **problema da estrutura formal, em arquitectura, a todas as escalas dimensionais**." (bold meu), Vittorio Gregotti, "A Forma do Território", em *Território da Arquitectura*, S. Paulo, Editora Perspectiva, (1972), 2.^a ed., 1994, p. 62. Este capítulo corresponde ao editorial adaptado da já citada *Edilizia Moderna*, n.º 87-88, 1965. Logo ao início, para legitimar a incursão na paisagem antropogeográfica, Gregotti reclama o trabalho dos arquitectos como o "trabalho sobre conjuntos ambientais em todas as escalas dimensionais" (idem, p. 61), e, mais à frente, recorda "que a noção de paisagem como material operável para a arquitectura, que supere a noção de "jardim", nasce em fins do século XVI e foi amplamente usada como elemento de estruturação da cidade barroca" (idem, p. 81-82).

são as paisagens possíveis, pelo que devo clarificar de que paisagem se trata nesta dissertação.

O **território** é um conceito de genealogia político-militar. Tendo o domínio e controle do espaço por objectivo, o estudo da forma e medida do espaço físico é originalmente motivado por questões de conquista e defesa. A História, associando-se à Geografia, acrescentou ao estudo do movimento dos exércitos o do movimento dos comércios⁴³, mas o objecto de estudo é exactamente o mesmo: a forma e a medida do espaço enquanto obstáculo ou passagem, e o conhecimento correlativo da abundância de água, produções agrícolas ou aridez de recursos. Temos assim um território que corresponde ao Meio, isto é, que congrega em si o espaço *político-administrativo*, o meio *físico-biológico* e o *histórico-cultural*.⁴⁴

A **paisagem** é um conceito que encontra a sua genealogia na pintura. Por isso é difícil encontrar quem investigue a paisagem que não refira a *forma* ou *figura* como ponto de partida para a sua definição. A paisagem é a «*forma*» que o meio confere ao território escreveu, por exemplo, Rosario Assunto.⁴⁵ Hoje existem tantas paisagens quantos os saberes que a reclamam disciplinarmente. Mas a paisagem que interessará à Arquitectura é aquela que, acumulando os saberes do conhecimento do território, acrescenta o reconhecimento da sua *forma* como valor *per se*.⁴⁶ Mesmo numa reserva natural, a paisagem é sempre, sabemo-lo, produção cultural, com toda a complexidade histórica do conhecimento inerente:

⁴³ V. Yves Lacoste, *Paysages Politiques*, Paris, Librairie Générale Française, 1990, particularmente nos capítulos “A quoi sert le paysage? Qu'est-ce qu'un beau paysage?”, p. 41-80, e “Braudel géographe”, p. 83-149.

⁴⁴ Recorro, aqui, à terminologia conceptual de Rosario Assunto, “Paysage, milieu, territoire: une tentative de mise au point conceptuelle” (1976), em *Retour au jardin. Essais pour une philosophie de la nature, 1976-1987*, [antologia de textos por] Hervé Brunon, Besançon, Les Éditions de l'Imprimeur, 2003, p. 43-46. Embora Assunto distinga os três conceitos reduzindo o território à extensão espacial, não deixa de avisar do carácter abstracto da delimitação dos mesmos, confirmando o meio (biológico-histórico-cultural) como indissociável do território.

⁴⁵ Cf. Rosario Assunto, *idem*, p. 45-46. Este breve mas didáctico ensaio termina assim: “Il ne sera donc pas hasardeux de supposer que de même que le concept de *milieu* inclut en soi celui de *territoire*, de même le concept de *paysage* inclut en soi celui de milieu: de sorte que **la réalité que nous devons étudier et sur laquelle, si nécessaire, nous devons intervenir, est toujours le paysage**, et non le *milieu*, et encore moins le *territoire*.” (bold meu), *idem*, p. 46.

⁴⁶ “Ces diverses traductions du territoire en figures renvoient à une incontestable réalité: que le territoire a une *forme*. Mieux, qu'il est une forme.” André Corboz, “Le territoire comme palimpseste”, (1983) 2001, p. 215.

“Aucune nature n'est jamais vierge, puisque notre regard n'est jamais vide.”⁴⁷ A recepção da paisagem é também, e apenas, desavergonhadamente *formal*, e é enquanto composição figurativa que primeiro a vemos. O seu desenho ou, melhor dizendo, as imagens que a paisagem convoca constituem um valor autónomo. Para evidenciar a visão de vocação funcionalista do *território* e a vocação formalista da *paisagem*, e desculpando-me pela caricatura, avalie-se uma situação comum: enquanto um único edifício pode não congestionar um território, esse mesmo único edifício pode destruir uma paisagem. A paisagem é, poder-se-ia dizer, a *imagem* do território. A «argúcia da paisagem» é ser ao mesmo tempo a *coisa* e a sua *imagem*,⁴⁸ e assim será tratada nesta dissertação.

A paisagem dupla que informa esta dissertação é irreduzível a uma ideia ou conceito. Porque mesmo a paisagem-*território*, isto é, a paisagem-*objecto*, que parece fácil de delimitar na materialidade da sua extensão física, é conformada na sua construção por um imaginário, ou seja, pela paisagem-*imagem* que quer ser. É o que nos diz Corboz quando, depois de expôr que do território enquanto *processo* (das transformações espontâneas do mundo natural às intervenções humanas) e *produto* (da dinâmica de aperfeiçoamento contínuo dos seus usos, do económico ao político) resulta que o *território é um projecto*, reconhece que *não há território sem imaginário do território*.⁴⁹ Acresce que, segundo Anne Cauquelin, nesse imaginário a historicidade das formas que compõem uma paisagem recoloca-se, reajusta-se sempre sobre o fundo de uma determinada ideia de *Natureza*. Para esta *Natureza* que nos *envolve*, Cauquelin recua à tradição pré-socrática dos quatro elementos: a água, o fogo, o ar e a terra. Diz ela: “On pourrait énoncer par exemple qu'il n'est pas de paysage sans le combat

⁴⁷ Alain Roger, “Des essences végétales aux essences idéales”, em Jean Mottet (dir.), *L'Arbre dans le Paysage*, Seyssel, Éditions Champ Vallon, 2002, p. 39.

⁴⁸ “[...] su di una parola – e il caso è davvero raro, se non unico, nella storia del sapere scientifico – che serve a designare intencionalmente la cosa e allo stesso tempo l'immagine della cosa. Vale a dire: una parola che esprime insieme il significato e il significante, e in maniera tal da non poter distinguire l'uno dall'altro. Franco Farinelli, “L'arguzia del paesaggio”, em *I segni del mondo, Immagine cartografica e discorso geografico in età moderna*, Scandicci (Firenze) la Nuova Itàlia Editrice, 1992, p.209.

Também Alain Roger toma a paisagem nesta condição dupla de imagem e objecto, quando, referindo-se ao processo de «artialization», desdobra o processo de estetização do território em duas operações: *in visu*, no olhar, e *in situ*, sobre o terreno. Cf. Alain Roger, ob.cit., p.39.

⁴⁹ Cf. André Corboz, “Le territoire comme palimpseste”, (1983) 2001, p. 212-214.

rituel d'au moins deux éléments entre eux.⁵⁰ Na brilhante prospecção de imagens *remniscentes* dessa mesma Natureza pré-socrática que é *Landscape and Memory*, Simon Schama defende a tese da *sobrevivência e migração* de diversas visões mitológicas da Natureza ao longo da produção artístico-cultural do Ocidente até à contemporaneidade (o que não podia fazer sem invocar Warburg⁵¹). Por outro lado, e nos termos da História de Arte, a luta dos elementos não é mais do que a *discordia concors*, ou a harmonia estruturada na tensão dos contrastes teorizada pelo Pitoresco⁵²: a luz que irrompe a sombra, a forma rugosa que se opõe à suave, a horizontalidade cortada verticalmente, a nitidez do recorte e detalhe versus o desfocamento da distância, etc.⁵³

Para além das grandes crateras, a potência dramática da paisagem açoriana está exactamente aí, no jogo pictórico dos contrastes e no testemunho matérico da guerra ancestral dos elementos: esculpido na forma topográfica dos vulcões, gravado no arrefecimento rugoso da lava em contacto com a água, ou na latência constante do conflito entre o ar e a terra na meteorologia inconstante e destemperada. Por aqui se explica a construção maravilhada da *paisagem primordial*. A mudança brusca e contrastada dos humores dos céus ameaçadores sobre o bordo da cratera, tão reparada e registada pelo olhar do *outro*⁵⁴, parece recriar a própria criação. Ou seja, é do foro do imaginário a primeira percepção que se constrói da paisagem açoriana. Do projecto que a desenhou não conseguimos sequer suspeitar.

Da sentinela ao miradouro

Como estudar então um território que é também uma paisagem?

⁵⁰ Anne Cauquelin, *L'invention du paysage*, Paris, Presses Universitaires de France, (2000) 2002, p. 130.

⁵¹ Schama presta a devida vénia a Warburg logo na introdução, ob.cit., p. 17-18.

⁵² V. Sir Uvedale Price, *Essay on the Picturesque 1796*, I, p. 39, cit. por Malcom Andrews, *Landscape and Western Art*, Oxford, New York, Oxford University Press, 1999, p.171.

⁵³ Repare-se que, em Cauquelin, a natureza é um dado *a priori*, constituindo uma espécie de fundo imutável, sem a historicidade das formas que se disputam sobre ela. Sou eu que aqui proponho incluir a natureza no regime das imagens.

⁵⁴ “[...] for, notwithstanding its mild, delicious climate, **the sudden storms and changes of weather** to which it is peculiarly subject, give to the same scenes a diversity of character inconceivably grand and exciting.” (bold meu), Captain Boid, *A Description of the Azores or Western Islands*, London, Bull and Churton, 1834, cit. por João Paulo A. Pereira da Silva, “Os Açores em 1832, a Perspectiva do Comandante Edward Boid, Oficial Inglês e Romântico”, *Arquipélago - Número Especial 1988: Relações Açores - Grã-Bretanha*, Ponta Delgada, Revista da Universidade dos Açores, 1988, p. 224.

“Parmi les relations possibles à la forme du territoire, les derniers siècles de l’Ancien Régime en ont développé deux que les contemporains de la révolution industrielle privilégieraient : la carte et le paysage naturel comme objet de contemplation.”⁵⁵ O mapa condensa a aproximação positivista à natureza como *objecto*, enquanto o olhar contemplativo se projecta na natureza como *sujeito*: “À l’hipertrophie de la Raison répond une hipertrophie du Sentiment.”⁵⁶ A partir das ilações do suiço André Corboz poderei convocar a herança do olhar *cartográfico* para fazer a História, e a persistência do olhar *romântico* para ensaiar a significação e o movimento das Imagens, não como saberes equivalentes, mas complementares na construção e condição do saber contemporâneo.

A própria história da descoberta permanente do território da ilha até ao século XIX ilustra cabalmente a passagem, ou contágio, do olhar *científico* dos naturalistas pelo olhar *estético* dos turistas sobre a paisagem. Podemos considerar quer os naturalistas quer os engenheiros militares nesta altura, de cerca de 1750 a 1850, como uma espécie de ‘super-generalistas’: os naturalistas colecionam os saberes da Botânica à Zoologia, da Mineralogia à Geologia; os engenheiros militares corporizam os saberes da Estatística à Cartografia, da Arquitectura às Infra-estruturas. Os primeiros tratam dos assuntos das Ciências da Natureza, os segundos de todos os domínios da Geografia Física de um determinado território, da sua representação à sua construção. É nessa condição de condensadores de saberes, totalizando um discurso unitário sobre um determinado espaço, que os seus textos são particularmente interessantes para os estudos do território. Não é de somenos importância para o tipo e capacidade de síntese que produzem o facto de ambos *saberem* desenhar.

Por outro lado, não podemos esquecer a vocação pedagógica do turismo inicial – a educação setecentista de um gentleman só se dava por terminada com o *grand tour* a Itália, – não só no que respeita ao conhecimento das obras de arte mas também ao das obras da natureza. Rupert Swindells, que passa um *summer holiday* em S. Miguel no ano de 1873, é um bom exemplo do *english traveller* que

⁵⁵ André Corboz, “Le territoire comme palimpseste”, (1983) 2001, p. 218.

⁵⁶ *Ibidem*.

viaja apetrechado de *sketchbook* e *aneroid barometer* para tirar, literalmente, as medidas ao território: do pitoresco da paisagem à altitude do ponto de vista.

Nem mesmo os engenheiros militares são imunes à estetização progressiva do território e à sua transmutação em paisagem. Na detalhada descrição da ilha de S. Miguel em 1813 intitulada *Estatística geral e particular da Ilha de S. Miguel* (Pelo engenheiro Francisco Borges da Silva)⁵⁷ o autor, major do Real Corpo de Engenheiros, apresenta uma visão simultaneamente militar e paisagista, que é exemplarmente enunciada quando, mencionando a Igreja de S. Roque, a localiza numa “**belíssima posição, que domina toda a Costa, e é um bello ponto de vista, e de defeza**”.⁵⁸ (bold meu).

Foi precisamente com o olhar militar da cartografia e da fotografia aérea que John Brinckerhoff Jackson, então *field intelligence officer*, se iniciou na paisagem.⁵⁹ Tendo frequentado Arquitectura no Massachusetts Institute of Technology, e com um bacharelato em História e Literatura em Harvard, Jackson percorreu os Estados Unidos junto ao solo, de mota, observando atentamente os signos da paisagem do quotidiano americano. É considerado o fundador dos estudos da Paisagem Vernacular. A partir de 1951 editou a revista *Landscape*. Em 1980 escreveu “How to Study Landscapes”.⁶⁰ No que parece ser uma aproximação indutiva à teoria, uma vez que partindo da descrição de situações determinadas Jackson generaliza depois os princípios nelas encontrados⁶¹, é de

⁵⁷ Em *Varietades Açorianas*, série manuscrita, tomo 10, fl. 1-150. Trata-se de uma cópia coligida por José Torres na sua imensa recolha de documentos, originais e copiados, relativos à história dos Açores que constitui as *Varietades Açorianas*. A última parte intitulada *Topographia particular, e segunda parte da descrição Phisica, Civil, Politica, e Historica* foi publicada na *Revista Michaelense*, nos n.ºs 4 e 5 (Ano 2.º) de 1919, e n.ºs 1 e 2 (Ano 3.º) de 1920, contendo cada número a descrição de um concelho, sob o título *Notas e Estatísticas da Ilha de S. Miguel - Pelo Engenheiro Francisco Borges da Silva nos princípios do século XIX*.

⁵⁸ Idem, p. 70v. O *domínio visual da costa* é simultaneamente lúdico e pictórico (“bello ponto de vista”) e para vigilância militar (“de defeza”). O engenheiro militar não resiste à Lagoa do Fogo que “vista da Comeeira da lomba da Lagoa, da parte do norte apresenta uma **linda perspectiva**” (p.4v), ou ainda “o terreno em torno à Ladeira do Ledo hé vulcânico: da parte superior da dita ladeira há um dos mais **pitorescos golpes de vista** da Ilha.” (p.5); também reconhece que, tal como no Pico da Vara, nas Sete Cidades “a vista do vale é assas **pitoresca**.” (p. 5v), bold meu. Repare-se, em particular, na expressão “golpe de vista”, de óbvia ascendência militar.

⁵⁹ V. John Brinckerhoff Jackson, “Landscape as seen by Military”, em *Discovering the Vernacular Landscape*, New Haven, Yale University Press, 1984, p. 131-137, em que conta a história da sua ‘conversão’ à paisagem iniciada num chateau da Normandia, durante a Segunda Guerra Mundial.

⁶⁰ É o texto com que remata a colecção de nove ensaios da sua autoria que constitui *The Necessity for Ruins and other topics*, Amherst, University of Massachusetts Press, 1980.

⁶¹ Assim é apresentado o texto na recolha editada por Simon Swaffield, *Theory in Landscape Architecture, A Reader*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2002, p. 7.

facto dos modelos da Geografia Humana europeia que o americano parte. Ou não se assemelhassem os elementos escolhidos para estudar a paisagem aos adoptados pelo Rossi da *Architettura da Cidade*: o regime da propriedade e o lote em Jackson, ou o cadastro em Rossi; o *american grid* de Jefferson, ou a quadrícula romana do *limes* germânico à Península Ibérica; a *casa explica a paisagem*, ou a tipologia; as estradas que estruturam o território como uma armação, ou as infra-estruturas como *elementos primários*. A propriedade, as estradas e as casas. Nas *casas que explicam a paisagem* está, obviamente, a diferença entre Jackson e Rossi: a casa de Rossi é uma forma que se inscreve numa história urbana das formas, a casa de Jackson é uma forma que embora decorra daquela história, emulando a casa urbana, é redesenhada pelas necessidades da produção agrícola e da representação da ordem social local.

No caso da ilha de S. Miguel, a casa vernacular já foi sistematizada no inquérito dos anos 80 à *Arquitectura Popular dos Açores*⁶², enquanto tipologia arquitectónica, forma antropológica de uso, e construção do espaço nas formas de povoamento. Já o território rural, embora abordado e apontado nos seus signos mais distintivos, ficou por desenvolver.⁶³ Estudarei, pois, a partir de José do Canto a propriedade, as vias de comunicação, e os usos do solo no desenho que produzem no território.

Sem deixarem de prestar atenção à França, Bélgica e Alemanha, e depois à América, era sobretudo em Inglaterra que José do Canto e os seus consócios da SPAM, encontravam o modelo a seguir⁶⁴. Não podia deixar de respigar alguma da história da paisagem agrária inglesa, o que se revelou produtivo como veremos. Para além dos modelos oitocentistas de intervenção sobre a paisagem, a Inglaterra continua a produzir modelos metodológicos para agora historiar aqueles. Podemos facilmente discernir na prolífica História da paisagem britânica duas abordagens: a que centra a sua investigação na construção cultural dos

⁶² AAVV, *Arquitectura Popular dos Açores*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2000.

⁶³ V. "Território e espaço rural" na ilha de S. Miguel, em idem, p. 108-117.

⁶⁴ Assim recomendara José Bonifacio de Andrada e Silva na sua *Memoria Sobre a Necessidade e Utilidade do Plantio de Novos Bosques em Portugal*, em parte transcrita n' *O Agricultor Michaelense*, n.º 15, Dezembro 20, 1844, p. 225 : "[...] cumpre-me pedir aos Lavradores activos patriotas e juntamente estudiosos, que se empenhem seriamente em combinar, para bem da nossa Lavoura, as regras e preceitos, que nos deixarão hum *Columella* e hum *Plinio* com os da nova Cultura *Ingleza*, aperfeiçoada grandemente pelas Sciencias Naturaes, e por longa experiencia."

jardins eruditos, e que terá em James Dixon Hunt o representante mais conhecido⁶⁵, e a que, de Oliver Rackham a Richard Muir, focando-se no desenho do território rural, valoriza os usos económicos e históricos do solo com destaque para a agricultura, não prescindindo da observação directa dos *fieldworks* para a interpretação da paisagem, numa linhagem próxima de Jackson. Embora mais exigente pela pluri-disciplinaridade que envolve, a segunda via é mais operativa fora dos arquivos e, aparentemente, mais *cartográfica* e menos *romântica*.

Outra maneira de dizermos da paisagem dupla, do território e da sua imagem, é a de definirmos paisagem como a visão que uma determinada cultura tem do território.⁶⁶ A *visão* remete para a imagem, a *cultura* para a construção social, e em ambas se resguarda o papel fundamental dos oficiais da imagem, os artistas. A matriz pictórica da paisagem em Anne Cauquelin concentra-se na instituição cultural das formas, ou seja, uma paisagem é bela quando coincide com a construção mental instituída⁶⁷. Em parte assim será. Mas isso levar-nos-ia, literalmente, a uma inventariação de paisagens consoante a sua tipificação. Como aconteceu quando a Pintura acabou por admitir o *género* Paisagem, e esta se subdividia consoante os *temas* da Mitologia, História, Montanha, Marinhas, e, dentro destas, podiam ainda distinguir-se as variantes, como uma *marinha ao pôr-do-sol*, ou o *barco sob a tempestade*, formulando temas tipificados. As paisagens, como imagens que são, não se *fixam* assim.

O projecto civilizacional da geração de José do Canto para a Ilha construiu-se à *imagem* dos países em que viajou e residiu, das ilustrações dos manuais e revistas que consumiu, das exposições que visitou. Para além das imagens

⁶⁵ Em rigor são os próprios jardins e parques ingleses de Setecentos e princípios de Oitocentos que 'querem ser' paisagem.

⁶⁶ Alain Corbin prefere "leitura" em vez de 'visão', por assim integrar todo o pensamento que constrói historicamente a paisagem: "Le paysage est manière de lire et d'analyser, de se le représenter, au besoin en dehors de la saisie sensorielle, de le schématiser afin de l'offrir à l'appréciation esthétique, de le charger de significations et d'émotions." Alain Corbin, ob.cit., p.9. Escolhendo 'visão' pretendo significar o *olhar* abrangente que, para além dos discursos que traduzem a *consciência* do mesmo, engloba ainda as *visões* do sonho e do desejo, ou seja, as imagens latentes do *inconsciente*. Ao mesmo tempo, a 'visão' assume inequivocamente o primado da 'imagem' na construção da paisagem, ou não tivesse esta sido inventada a partir da pintura. O mesmo Corbin admite que "nous apprécions l'espace, en fonction d'un quasi-monopole de la vue. [...] Pour celui qui le regarde, cet espace devient un tableau, donc quelque chose d'extérieur à soi.", idem, p. 20-21.

⁶⁷ "S'il y a un sentiment de satisfaction délivré par le paysage, c'est qu'il y a bien une forme qui attend une satisfaction, un remplissement. C'est dire qu'il s'agit ici de la convenance d'un modèle culturel avec le contenu singulier qui est présenté." Anne Cauquelin, ob.cit., p. 106.

‘recortadas’ e deliberadamente adoptadas para imitação local, outras houve a que se aderiu por empatia, pertencendo, por isso, ao domínio do latente, do não-evidente. Ao ‘projecto científico’ para o território correspondiam ‘sentimentos de forma’ para a paisagem.⁶⁸ Que imagens sonhava José do Canto para S. Miguel? Flutuando as imagens através da História e pelo inconsciente dos homens como estudar-lhes então a transumância? Escreveu Henri Focillon:

*É verdade que as formas que vivem no espaço e na matéria também vivem no espírito. O problema é saber o que elas fazem aí, como é que se comportam, de onde provêm, por que fases passam e qual é, enfim, sua mobilidade ou a forma de se manifestarem, antes de se concretizarem [...].*⁶⁹

Da vida das formas, ou das imagens, no espírito da História só poderemos ficcionar convocando as próprias imagens para, disputando-se, competindo entre si, se alinharem, de modo a encontrarem o seu lugar numa ordem provisória de sentido.⁷⁰

⁶⁸ “L’histoire du paysage, comme d’ailleurs toute l’histoire, se trouve limitée par le fait que les spécialistes travaillent sur des traces picturales ou écrites, et qu’ils sont obligés d’identifier le non-dit ou le non-représenté au non-éprouvé.” Alain Corbin, ob.cit., p.18.

⁶⁹ Henri Focillon, *A Vida das Formas, seguido de Elogio da Mão*, Lisboa, Edições 70, (1943), 1988, p.72.

⁷⁰ Para um exemplo eloquente do que pode ser o estudo das imagens convocando as mesmas, veja-se João Francisco Figueira, “Lordi o diabo é o vencedor”, 2007, p. 200-227.

1. A Casa *Brum da Silveira* de José do Canto

O desenho utilitário (*for utility*)

1.1. Propriedade e cadastro na ilha de S. Miguel

É consensual a importância que os estudos da Paisagem e do Território atribuem à propriedade fundiária. Como vimos em Brinkerhoff Jackson, ou sabemos em Rossi, o desenho da propriedade constitui uma das matrizes estruturantes do desenho da paisagem. Acresce que o regime jurídico da propriedade é indissociável da longa estabilidade do cadastro.

Em S. Miguel a propriedade será, a seguir à morfologia da ilha com as inerentes limitações edafo-climáticas, a condicionante mais importante para a arquitectura da paisagem e, como tal, a primeira matriz humana da paisagem, permanecendo estruturante até grande parte do século XX.

Morgadios e capelas

Se a propriedade tem na história ocidental um papel relevante na economia simbólica das sociedades, num território insular o seu estatuto é desde logo exponenciado pela finitude visível da terra. Em S. Miguel a terra era já escassa no século XVI, e a *fome de terra*¹ leva, no século seguinte, a abusar-se do processo de fixar a propriedade numa linhagem familiar²: o *Vínculo* era a “instituição jurídica ou condição de certos bens que devem andar perpetuamente anexos em uma família determinada, por uma forma especial de sucessão, sem poderem ser divididos, nem alienados.”³ Ou seja, as terras que fizessem parte de um vínculo

¹ “A inflação dos preços da propriedade rústica, as intermináveis demandas sobre a sua posse e abertura de caminhos, a procura de «ilhas novas»... são alguns indicadores de como já então a terra era uma matéria escassa nos Açores.” João Marinho dos Santos, *Os Açores nos Sécs. XV e XVI*, Fontes para a História dos Açores, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1989, vol. I, p. 10.

² “O auge da vinculação em S. Miguel coincidiu com o século XVII, decaindo no seguinte, sobretudo após a legislação pombalina de 1769 e 1770”, José Damião Rodrigues, *São Miguel no Século XVIII: Casa, Elites e Poder*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003, p. 659. Será a uma *nobreza segunda* incentivada pela atribuição de *dadas* e trazida com a compra, e consequente colonização sistemática, da Donataria por Rui Gonçalves da Câmara, que se deverá o início do processo de vinculação. O auge deste processo no século XVII explica-se pelo “esgotamento das terras disponíveis para doação aos descendentes e parentes e o [consequente] recurso à vinculação para defender o património familiar”, *idem*, p. 662.

³ Manuel António Coelho da Rocha, *Instituições de Direito Civil Português*, tomo II, p. 390, cit. por Luís Nuno Espinha da Silveira, *Revolução Liberal e Propriedade. A Venda dos Bens Nacionais no Distrito e Évora (1834-1852)*, dissertação de doutoramento em História, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1988, p. 54.

não podiam ser, por exemplo, separadas e vendidas. De tal modo as parcelas do território da Ilha eram vinculadas, que, dada a sua indivisibilidade, a maior parte da mobilidade da terra resultava de permutas ou heranças, e dotes em alianças matrimoniais.⁴ José Acúrcio das Neves, corregedor de Angra, escrevia num relatório em 1799: “[...] são tantos os Morgados e Capellas; que não há [...] hum pedaço de terra livre [...] tendo chegado nestas Ilhas o costume de vincular bens a huma espécie de mania tal, que a cada passo se ve hum Morgado, ou huma Capella em hum quintal, em huma casa de palha, e ainda em cousas mais insignificantes.”⁵

Os vínculos podiam constituir *morgados* ou *capelas*, sendo que as capelas se distinguiam dos morgados por serem vínculos em que a maior parte do rendimento dos bens vinculados se destinava a patrocinar obras pias,⁶ como, por exemplo, o pagamento de missas, responsos ou rezas pela alma do Instituidor, ou em que se atribuía uma certa quantidade anual de géneros a um determinado Convento ou Recolhimento, subsidiando deste modo as ‘casas’ onde as mulheres solteiras da família iam passar as suas vidas, porque sem dote ou pretendente para casar convenientemente. Um vínculo é sempre integralmente transmitido ao herdeiro, normalmente o primogénito varão, incluindo, para além dos bens que o constituem, os encargos que foram instituídos na sua escritura. Os irmãos varões do primogénito, nada herdando, procuravam na vida militar ou eclesiástica uma saída prestigiante.

⁴ Mesmo sem vínculo, a oferta de terras à venda seria diminuta, como sugere JC em carta a Caetano António de Mello em que, referindo a possibilidade de adquirir-lhe uma mata longe da sua propriedade, justifica o seu interesse adiantando que poderia depois servir-lhe para uma permuta “por algum bocado que fique ao pé de mim, pois como o meu Amigo sabe, a gente das Furnas **vende muito mais difficilmente do que permutta.**” (bold meu), Carta de Paris, 29 Novembro 1866, UACSD, FBS-AJC 9230.

⁵ Arquivo Histórico Ultramarino, Açores, Caixa 29, Doc. 38, relatório de 29 Junho 1799, cit. por José Damião Rodrigues, ob.cit., p. 664. No século XVIII, “o morgado como categoria social tinha no espaço insular português (Açores, Madeira, Cabo Verde) um peso superior ao que apresentava no território continental, fruto das condições históricas do povoamento das ilhas, que associaram, desde cedo, a nobreza secundogénita que se fixou nos arquipélagos, a propriedade da terra e o instituto vincular. São Miguel, neste particular, constitui um caso modelar.” Idem, p. 440-441.

⁶ Foram as *Ordenações Manuelinas* que ensaiaram esta distinção. Cf. Luís Nuno Espinha da Silveira, ob.cit., p. 55. Os encargos pios também existiam nos morgados, mas sem o peso que tinham nas capelas.

Assegurar a integridade do património de uma família e a sua transmissão de geração em geração era o primeiro objectivo de um morgado⁷, arriscando-se, para esse fim e se necessário, até à prática da consanguinidade nos casamentos⁸.

No Antigo Regime, a posse da terra é poder reconhecido e o morgado é um dispositivo de reprodução social do grupo no poder que consiste, ao fim e ao cabo, em amarrar a terra a um nome. Esta interligação define a *Casa*, que é simultaneamente linhagem e património, os *nomes* e os *vínculos*.⁹ É evidente que o património inclui a casa, edifício onde se habita, e que esta constitui um emblema capital da importância da família que nela tem morada. Porque a administração de morgados contém também um capital simbólico, para além do económico, que, no Antigo Regime, é “sinónimo de uma certa nobreza”¹⁰ abrindo as portas à participação no governo local.¹¹

Nas fontes micaelenses do século XIX os morgados são geralmente denominados *morgadios*, usando-se o primeiro termo para designar o administrador do vínculo. Será deste modo que utilizarei estes termos.

O desenho

Os Donatários foram, na origem da História destas ilhas, os seus proprietários plenipotenciários. Como raramente para ali iam viver, delegavam os poderes nos seus Capitães. Para a efectiva colonização das ilhas foi implementado o sistema de distribuição de terras por “dadas”, ou seja, tal como no regime das “sesmarias”, as terras eram oferecidas (pagando apenas os tributos devidos ao donatário, ou seu representante) a quem nelas iniciasse a exploração num prazo

⁷ Cf. *idem*, p. 56.

⁸ A endogamia e a consanguinidade são práticas recorrentes em S. Miguel, como se comprova na investigação de Damião Rodrigues que tenho vindo a citar, e que, apesar de publicamente não recomendadas, são reiteradas ainda na segunda metade do século XIX pelos casamentos de Ernesto do Canto com Margarida Leite do Canto, filha do meio-irmão André, e de Eugénio do Canto, meio-irmão de José, com a filha deste, Maria Brum do Canto.

⁹ Para o aprofundamento do conceito de *Casa* e do seu significado na ilha de S. Miguel, ver José Damião Rodrigues, *ob.cit.*, p. 541-547.

¹⁰ Cf. Luís Nuno Espinha da Silveira, *ob.cit.*, p. 56-57. A ‘nobreza’ conferida pelo morgadio explica a procura em instituir vínculos por parte dos comerciantes ricos que investem na aquisição fundiária.

¹¹ Cf. José Damião Rodrigues, *ob.cit.*, p. 650.

de cinco anos. Por algumas descrições contidas em *cartas de dadas*, bem como pelas delimitações de propriedades registadas por Gaspar Frutuoso em *Saudades da Terra*, parece verificar-se que as terras doadas dividiam as ilhas com um desenho radial ao centro das ilhas, isto é, com as propriedades estendendo-se “do mar à serra”.¹² Assim acontecia com as terras de José do Canto à Candelária, que, subindo para o interior da ilha, extremavam a nascente com as cumieiras da caldeira das Sete Cidades,¹³ ou na Lomba da Cruz, a St.º António, onde se estendiam perpendicularmente à costa ao longo da grota do Lucena (Fig. 1.1)¹⁴. Numa descrição da propriedade do Monte do Frade na Ribeira Grande pode mesmo ler-se: “**Do mar para a serra** junto a grota do monte do frade [h]á três serrados do ponente, e humma fajã.”¹⁵ (bold meu). No cadastro de S. Miguel ainda hoje se mantém pelo menos uma propriedade com um desenho literalmente *do mar à serra*: os *Ginetes*, que foram de Nicolau Maria Raposo do Amaral (1770-1865), rico comerciante de grosso-trato de ascendência genovesa, sobem das barrocas do mar até à cumieira da grande caldeira das Sete-Cidades, ao Pico do Casal (Fig. 1.2).

Também as terras em anfiteatro onde se implanta a cidade de Ponta Delgada são divididas por faixas paralelas ortogonais à costa, que permanecem inscritas na morfologia urbana da cidade consolidada e continuam, visíveis, para o ainda-campo circundante, galgando a topografia do *hinterland*, sem mudar de direcção, até ao maciço central dos Picos.¹⁶

Esta estrutura radial em planta explica-se melhor num corte ou perfil do terreno: contendo as várias altitudes, podia a propriedade distribuir pelas faixas

¹² Cf. João Marinho dos Santos, ob.cit., p. 263-264, e p. 266.

¹³ Cf. *Matriz da Candelária 1882*, UACSD, FBS-AJC, que descreve as confrontações dos prédios n.ºs 592, 701, 702, 703 e 706.

¹⁴ O levantamento desenhado a que corresponde a Fig. 1.1 confere com a *Relação de medição na Lomba da Cruz em St. António pertencente ao Ex.mo Sr. José do Canto*, Lagoa, 1 Dezembro 1883, por Manuel José Tavares, UACSD, FBS-AJC.

¹⁵ *Mappa do terreno que cada serrado tem do arrendamento do monte do Frade*, por João Correia Jacome, Arrifes, UACSD, FBS-AJC. Este medidor apresenta uma certidão para o mesmo corpo de terra datada de 16 Outubro 1871, UACSD, FBS-AJC, em que recorre novamente ao *mar p.ª a Serra* para ordenar a descrição dos cerrados nas confrontações e áreas respectivas.

¹⁶ São muito interessantes e relevantes, a meu ver, para a História da Cidade Portuguesa, as considerações de Damião Rodrigues quando trata de qualificar funcionalmente a cidade de Ponta Delgada no âmbito da caracterização urbana setecentista, como quando refere o “*continuum campo-cidade*” como caracterizador do seu perfil urbanístico, ou a define como cidade portuária e, simultaneamente, agro-cidade, ob.cit., p. 224-229.

altimétricas as culturas mais adaptadas às mesmas, começando na vinha, junto ao mar, passando pelas searas de trigo e leguminosas, os pastos para os animais, a meia-encosta, e acabando nos matos dos baldios, terra de ninguém e de toda a gente, onde se recolhia a lenha, na serra. *Ager*, *saltus* e *silva*, ou seja, a primeira faixa mais humanizada da paisagem à cota baixa, uma faixa intermédia ainda explorada pelo pastoreio e que fazia a mediação com o espaço à cota alta, inabitado e selvagem pela humidade e nebulosidade excessivas, que era também, é preciso não esquecer-lo, o espaço do vulcão. Mas selvagem era também o mar e, por isso, também haveria baldios na orla costeira que estivesse à mercê da fúria daquele. Senão, a terra era aproveitada logo desde a aresta da falésia para o interior até onde o vento e a humidade deixassem.

Nas zonas mais declivosas da Ilha, que são todas à excepção do 'meio' da ilha (plataforma dos Picos), as linhas de água escavam profundas *grotas* que são também vincadas divisões do território, constituindo, naturalmente, linhas de delimitação da propriedade. Assim acontece nos terrenos de José do Canto anteriormente citados (na Lomba da Cruz os cerrados confinam com a grota do Lucena, e na Ribeira Grande com a grota do Monte do Frade), e ainda no prédio das Cabeçadas, a St.º António, onde os cerrados vão da grota do Couto à grota das Cabeçadas (Fig. 1.3). Mas a propriedade dos Raposo de Amaral na Candelária que confronta a nascente com matas de José do Canto, é ainda mais eloquente na compartimentação dos prédios pelo leito das grotas e ribeiras (Fig. 1.4). Partindo da serra em direcção ao mar, estas grotas e ribeiras têm inevitavelmente um desenho radial ao interior da ilha.

A dimensão

*On ne voit pas de grandes fermes dans ces îles ; la petite culture y est seule en vigueur. C'est par fractions minimales que la terre s'amodie, en sorte que le fermier ne peut songer à s'enrichir ; il s'applique uniquement à vivre et à faire subsister sa famille, en tirant de son lot tout ce qu'il peut en obtenir.*¹⁷ (bold meu).

¹⁷ Arthur Morelet, *Iles Açores: Notice sur l'Histoire Naturelle des Açores suivie d'une description des Mollusques Terrestres de cet Archipel*, Paris, J.-B. Baillière et Fils, 1860, p. 99.

O mosaico das culturas tem por base uma parcela pequena, mas, ao contrário dessa aparência, a propriedade é grande. O desenho da propriedade não corresponde directamente à divisão e vedação que encontramos no terreno pela razão simples de que o proprietário dividia e compartimentava as terras para arrendá-las em parcelas de determinada dimensão. A terra também podia ainda ser dividida por razões da própria exploração agrícola, como seja a divisão em folhas para fazer a rotação de culturas, prática que a Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense pretendia difundir. Da representação mental da Ilha, que se continua a reproduzir oralmente, ouvimos recorrentemente que a ilha pertencia a *meia-dúzia* de grandes senhores terratenentes. Arruda Furtado, eminente naturalista micaelense que se correspondia com Charles Darwin, escreveu exactamente o mesmo num texto científico, em 1884:

A terra tem-se conservado sempre num pequeno numero de mãos. [...] Pode dizer-se, pois, que a ilha pertence a meia duzia de grandes proprietários, que possuem por toda a parte grandes corpos de terras, compreendendo toda a sorte de terrenos e alguns dos quais de estendem do mar à serra, absolutamente como as ricas sesmarias dos primeiros colonizadores. ¹⁸ (bold meu).

Para a dimensão das propriedades é preciso relativizar a mesma com a dimensão de um território finito, como é a Ilha, para perceber o que é *grande* à escala local. S. Miguel tem uma área de 74 500 ha, a antiga província do Alto Alentejo tinha aproximadamente 134 500 ha.

Para os finais do século XVIII, Damião Rodrigues dá-nos conta que os maiores proprietários da Ilha eram os Tavares Homem Taveira e Neiva, que em 1786 dispunham de 91 móios, 40 alqueires e meio, e uma quarta de terras, ou seja, 532,4 ha¹⁹, concentrados no núcleo urbano da vila da Ribeira Grande, arrabaldes e termo concelhio (Gramas, Pico Arde, Lomba de St.^a Bárbara, Mediana e Rabo

¹⁸ Arruda Furtado, *Materiaes para o Estudo Anthropologico dos Povos Açorianos: Observações sobre o Povo Michaelense*, Ponta Delgada, 1884, p. 12.

¹⁹ “As medidas agrárias em S Miguel são o *Moio* que se divide em 2 *Meios Moios*, ou 4 *Quarteiros*, ou 60 *alqueires*. O alqueire compõe-se de 200 *varas* quadradas de 12 palmos craveiros, ou 28:800 palmos craveiros quadrados; e divide-se em 2 *meios alqueires*, ou 4 *quartas*, ou 8 *meias quartas*. No Concelho da Vila da Ribeira Grande tem a vara só 10 palmos quadrados, e por isso se lhe dá o nome de *vara pequena* [...]. Por outra: - 1 alqueire 1 quarta, e 16 palmos e 13 varas de terreno nos arredores da R G equivalem, a um alqueire de terra nos outros concelhos da Ilha.” *O Agricultor Michaelense*, Fevereiro 20, 1844, p. 61. O alqueire de vara grande tem 1 393,92 m², o alqueire de vara pequena tem 968 m².

de Peixe). No concelho de Água de Pau, a propriedade maior tinha 6 ms, 51,5 alq, uma quarta e meia, e 192 varas de *terras lavradas e de quinta, vinhas de biscoito e de calçada, baldios e matos maninhos*, segundo o inventário de bens de 1824 do morgado Manuel Inácio Botelho de Medeiros. Na Lagoa, era o alferes João de Medeiros Borges Amorim o maior com 12 ms 43,5 alq; e na Maia, Boaventura Pacheco da Câmara no inventário de bens datado de 1788 registava 32 ms 6,5 alq, 7 qua e 76 vs de terra.²⁰ No século XIX tinham a fama de maiores proprietários a condessa da Ribeira Grande e o conde de Soure, proprietários absentistas que recebiam no Continente as suas rendas cobradas na Ilha por procurador, ou mesmo vendidas a outrem. Na primeira metade do século XIX era Nicolau Maria Raposo d’Amaral, provavelmente o homem mais rico da Ilha, quem recebia as rendas e foros dos vínculos das casas de Ataíde e de Soure.²¹

Nas extremidades nascente e poente da Ilha, a terra é mais repartida com a predominância da pequena propriedade, localizando-se a grande propriedade nos melhores terrenos, mais férteis e mais acessíveis, entre os Fenais da Ajuda e as Capelas.²² Como mostra Maria Isabel João, o distrito de S. Miguel em 1895 e 1900 tem um número de matrizes prediais inferior aos distritos da Terceira e da Horta apesar de lhes ser superior em superfície, o que infere uma área média maior das matrizes.²³

Para o início do século XIX temos o deputado por S. Miguel às Cortes João Bento de Medeiros Mântua, dramatizando a concentração da propriedade, a afirmar que a ilha de S. Miguel tem a sua terra dividida por 30 a 40 casas, mais cinco

²⁰ Cf. Damião Rodrigues, ob.cit., p. 711-712.

²¹ Os contratos com a Casa Ataíde datam sucessivamente de 1802-1813; 1814-1825; 1826-1834; e com a Casa de Soure de 1804-1812; 1813-1821; 1822-1830; 1840-1848. Na década de 60 a família Raposo do Amaral acabará por comprar por permuta os bens da Casa de Ataíde em S Miguel. Deduz-se que, juntamente com Manuel Tomás da Fonseca, sócio deste negócio em Lisboa, os Raposo do Amaral tivessem arrematado as rendas e foros, pertencendo-lhes também os laudémios, daquelas casas durante os prazos estabelecidos. Cf. Notas do Inventário a propósito de *Medições dos terrenos da Casa do Exmo Ataíde.*, UACSD, ARA. Rosa Zulmira Seabra de Carvalho confirma a posse das rendas do morgado de Soure e do morgado de Ataíde pela família Raposo do Amaral e Tomás da Fonseca, antecipando para 1801 a data de início daqueles contratos, cf. *Liberalismo e Contra-Revolução, 1800-1834, O caso de Nicolau Maria Raposo d’Amaral*, dissertação de mestrado em História Insular e Atlântica (séculos XV-XX), Ponta Delgada, Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores, 2003, p. 82.

²² Cf. Maria Isabel João, *Os Açores no Século XIX: Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Edições Cosmos, 1991, p. 59.

²³ Cf. idem, p. 58.

morgadios que têm as suas casas no Continente.²⁴ Damião Rodrigues contabiliza um total de 1241 vínculos instituídos entre 1493 e 1822. Desse total, os 522 coligidos pelo morgado João de Arruda e Ernesto do Canto correspondem a 57 casas.²⁵ Esta concentração da terra ampliava o fundo do fosso existente nas sociedades do Antigo Regime entre as classes privilegiadas e o proletariado campesino. Ainda assim sempre havia, evidentemente, mais latifundiários do que a tradição oral conta.

Reforma jurídica

A partir de meados de Setecentos difundem-se as críticas ao regime vincular que é apontado como o principal responsável pela má prestação da agricultura nacional servida por técnicas e tecnologias anacrónicas. A fim de acabar com um grande número de vínculos de pequenas dimensões, a administração pombalina, com as leis de 1769 e 1770, decretara já a extinção dos vínculos com rendimento anual inferior a 100 000 réis. Parece que o resultado foi anexarem-se os ditos de modo a que formassem vínculos de rendimento acima do patamar legislado, fortalecendo, ao fim e ao cabo, o sistema em causa.

No Antigo Regime, pôr a terra a render era arrendá-la. Em S. Miguel, o sistema de morgadio e o arrendamento das terras a demitir os proprietários da sua exploração directa com o conseqüente desinvestimento nas mesmas, acrescentando a agravante da curta duração dos prazos dos arrendamentos a inibir, por sua vez, os arrendatários de investir na terra alheia, são invariavelmente apontados por nacionais e estrangeiros como as primeiras causas do *atraso civilizacional* de um território cuja fertilidade dos solos é mítica.²⁶ Com o

²⁴ Ibidem.

²⁵ Cf. idem, p. 668-669.

²⁶ Por exemplo, João Soares d'Albergaria de Sousa, na sua *Corographia Açorica, ou Descrição Physica, Política, e Histórica dos Açores, por um Cidadão Açorense*, Lisboa, N'a Impressão de João Nunes Esteves, 1822, nota de rodapé 13, p. 17, aponta como uma das causas principais do atraso da agricultura açoriana "o mau systema d'arrendamentos, pela curta duração que desanima o rendeiro a beneficiar as terras com estrumes, surribas, etc." para além dos "inumeráveis vínculos que ocupam quasi tres partes do terreno cultivado". Outros textos onde comumente se recolhem as críticas ao sistema vincular são os de Francisco Borges da Silva, *Topographia particular, e segunda parte da descrição Phisica, Civil, Política, e histórica da Estatística geral e particular da Ilha de S. Miguel* [em 1813], em *Variiedades Açorianas*, série manuscrita; e o de L. S. Mouzinho de Albuquerque, *Observações sobre a Ilha de S. Miguel recolhidas pela Comissão enviada à mesma Ilha em Agosto de 1825, e regressada em Outubro do mesmo anno, por Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque e seu ajudante Ignacio Pitta de Castro*

desinvestimento de senhorios e rendeiros não se realizam melhoramentos nas explorações, nem se procuram novas técnicas agrícolas, estagnando a agricultura num nível tecnológico arcaico.

Para além da imobilidade do mercado fundiário e da agricultura, argumentava-se ainda com a injustiça da herança por uma única pessoa, que era consequência incontornável da indivisibilidade dos bens vinculados. Escreve o legislador do Decreto de 3 de Agosto de 1770 que a Instituição dos Morgados era “contrária à justiça, e à igualdade, com que esses bens deverião ser repartidos entre os Filhos; contrária por isso à multiplicação das famílias; contrária ao gyro do Commercio, que dos mesmos bens em liberdade se podia fazer”.²⁷

Com o primeiro Liberalismo, a extinção dos vínculos está na ordem do dia e na agenda imediata dos ilhéus²⁸, integrando-se na estratégia de dissolução dos privilégios das classes dominantes do Antigo Regime. Com outras prioridades na reforma dos regimes da propriedade, o ministro Mouzinho da Silveira não conseguirá pôr em prática o seu radical Decreto de 13 de Agosto de 1832 que, para além de reiterar a extinção pombalina dos pequenos vínculos²⁹, promulgava uma redistribuição das terras da coroa aos respectivos foreiros como propriedade alodial, isto é, livre de qualquer direito ou dever senhorial, e aos donatários que as explorassem como bens próprios.³⁰ A reforma do regime jurídico da propriedade, incluindo, mais tarde ou mais cedo, a extinção dos vínculos, podia assumir em Mouzinho da Silveira foros de utopia progressista, mas significava, ao mesmo tempo, a liberalização do mercado da terra exigida

Menezes, Lisboa, Impressão Regia, 1826. Para os estrangeiros, vejam-se os relatos de Thomas Ashe (1813), John White Webster (1821), e Captain Boid (1832).

²⁷ Cit. por Manuel de Almeida e Sousa de Lobão, *Manual Pratico de Morgados*, 3.^a ed. *correcta e adicionada pelo author*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1841, no cap. II intitulado “Se a Instituição dos Morgados he favorável, ou odiosa, interessante, ou prejudicial ao estado: Consectarios, que daqui se derivão”, p. 23-24, exemplar de JC.

²⁸ Veja-se, por entre as inúmeras memórias e petições dedicadas ao tema, João Bento de Medeiros Mantua, *Fundamentos do projecto de decreto que para a abolição na ilha de S. Miguel e nas mais dos Açores*, Lisboa, Impressão de Alcobia, 1822.

²⁹ Conceição Martins e Nuno G. Monteiro (org.), “Vol. III - A Agricultura: Dicionário das Ocupações”, em Nuno Luís Madureira (coord.), *História do Trabalho e das Ocupações*, Oeiras, Celta Editora, 2002, p. 80.

³⁰ Sitiado no Porto, era difícil implementar o dito Decreto que pretendia revogar os rendimentos das propriedades outorgados por foral à antiga aristocracia pelo regime absolutista. Cf. Luís Nuno Espinha da Silveira, *ob.cit.*, p. 23-25.

pela instauração do capitalismo, da livre circulação de bens e da abertura a uma burguesia capaz da iniciativa privada. Apregoado pelo muito citado Adam Smith, o mercado livre era condição *sine qua non* para o desenvolvimento económico.

*A liberdade da terra, como sempre tenho dito e direi, seria uma nova fonte de riqueza para este districto, onde ainda se vêem, incultas tantas e tamanhas campinas!!! A abolição dos vínculos é, sem questão, o grande e verdadeiro remedio para este mal que mais ou menos há de affectar este districto, em quanto aquelles existirem. [...] um mal que reclama neste districto remedio, é dever meu indigital-o, pugnando pela aniquillação d'uma instituição anachronica, que nenhuma razão politica, nenhuma conveniência social pode, nos tempos actuaes, justificar.*³¹

Assim escrevia o governador civil do Distrito de Ponta Delgada no seu desalentado relatório de 1859. Ignorava Felix Borges de Medeiros que, sem uma burguesia emancipadora, o corpo social micaelense era, na sua grande maioria, 'anacrónico', e que seria o próprio *povo miúdo* a reclamar a manutenção da *economia moral* do Antigo Regime nos alevantes de 1869.³²

³¹ *Relatorio da administração do districto de Ponta delgada em 1859, feito e dirigido ao governo de Sua Magestade pelo governador civil, o sr. Felix Borges de Medeiros, em O Correio Michaelense, n.º 705, 29 Novembro 1859. O desalento manifesta-se na falta de recursos e auxílios e no enfado da constante repetição de certas exigências que, ano após ano, ficam sem resposta do governo do Reino.*

³² Sendo o pão de milho a base alimentar da população rural, não surpreende que os tumultos populares de 1869 tivessem o rastilho na cumulativa falta daquele cereal, cujo abastecimento a preços acessíveis 'deveria' ser garantido pelas autoridades: a "obrigação moral" das classes privilegiadas em garantir a subsistência das classes mais baixas, característica do Antigo Regime que a economia de mercado tende a dissolver, "está ainda bem viva em S. Miguel em 1869 e, na verdade, podemos dizer que subsiste na aristocracia terratenente e nos poucos elementos da grande burguesia até bem dentro do século XX". Sacuntala de Miranda, *Quando os sinos tocavam a rebate: notícia dos alevantes de 1869 na Ilha de S. Miguel*, Lisboa, Edições Salamandra, [1996], p. 28-29.

Por causa da lucrativa exportação dos cereais, particularmente nos anos em que deles havia falta nos mercados de destino, o povo vivia "n'um constante medo de que lhe venha a faltar o necessário para a sua subsistência". *Relatorio da administração do Districto de Ponta Delgada feito e dirigido ao Governo de Sua Magestade em 1861 pelo Governador Civil Felix Borges de Medeiros, em O Correio Michaelense, n.º 818, 29 Janeiro 1862.* As "Subsistencias Publicas" eram, aliás, um dos itens dos relatórios anuais deste governador civil, a quem competia decidir da abertura ou fecho à exportação dos *generos alimentares* conforme as colheitas pareciam garantir, ou não, o consumo interno. À recorrente falta de milho, Sacuntala de Miranda, ob.cit., conta como se juntaram outras motivações para a revolta de 69, como o pagamento dos impostos em dinheiro (quando se pagavam em géneros), o serviço militar obrigatório, a faxina (obrigação de um dia de trabalho gratuito nas estradas) e a substituição das medidas tradicionais pelo sistema métrico. A autora considera 1869 como o ano que marca o fim da prosperidade da laranja e da paz social que possibilitara.

No plano meramente abstracto da legislação, prolonga-se ainda o estertor do regime da propriedade vinculada com a lei de 30 Julho de 1860 que extinguiu os vínculos com rendimento inferior a 400 000 réis, obrigando ao registo dos restantes. Tal como 90 anos antes, da nova lei resultam apenas novos reagrupamentos de terras a vincular para substituir os vínculos extintos. Assim procede exemplarmente Nicolau Maria Raposo do Amaral vinculando terrenos nacionalizados e que terá arrematado, mas que, integrando o padroado de Santo André, faziam parte dos vínculos de Maria Guilhermina Taveira Brum da Silveira e que José do Canto em longa disputa jurídica virá a recuperar para a sua casa.³³

A desvinculação coerciva, com a lei de 19 de Maio de 1863 que extinguiu definitivamente todos os vínculos, não dinamizou afinal o mercado fundiário micaelense como se pretendia: os morgados não só mantiveram as suas casas, como não perderam a oportunidade de as aumentarem com a aquisição dos bens nacionalizados pelos liberais e vendidos em hasta pública, ou com a compra de corpos inteiros de vínculos agora alienáveis. Assim, mantém-se no final do século “o regime de latifúndio, dominante na parte melhor localizada e fértil da ilha, e de pequena propriedade, nos extremos.”³⁴

A vinculação das terras perpetuou a apropriação do espaço da Ilha por um determinado grupo e fixou-lhe uma matriz fundiária e um contrato de ‘aluguer’ do solo que persistiu até ao último quartel do século XX. Só com a Autonomia Administrativa Regional do pós 25 de Abril de 1974 se alterará a persistente estrutura fundiária de S. Miguel, com o Decreto Legislativo Regional n.º 16/88/A, de 11 de Abril, que reescreve os termos do Arrendamento Rural.

³³ Veja-se o revelador trecho da Carta de Jose Raposo d’Amaral Pacheco a António Bernardes d’Abreu Lima (procurador de JC na ilha de S. Miguel), 23 Junho 1861, UACSD, FBS-AJC: “Estando Nicolau Maria **em virtude da nova reforma Vincular** extrahindo do seu Vinculo todos os bens que elle tinha Vinculados que eram honrados, e **vinculando em lugar destes terrenos livres**; entrando neste numero todas as terras do Padroado sitas neste Lugar, as quaes me mandou descrever com as confrontações actuaes, cujo mappa lá lhe remetti; julguei ser necessário fazer esta participação a V. p.^a se tomarem algumas providencias [...]” (bold meu).

³⁴ Cf. Maria Isabel João, ob.cit., p. 165.

Arrendamentos e aforamentos

Relativamente aos regimes de exploração da terra, já vimos como os morgados viviam dissociados da mesma, trocando-a por uma prestação anual em géneros ou dinheiro. Uma certa quantidade de trigo e um certo número de galinhas eram os géneros mais comuns de renda contratada a pagar no 1.º de Novembro, início de cada ano agrícola. Se o arrendamento com o prazo de três anos é referido nas fontes como prática tradicional, está por estudar a importância da enfiteuse e do aforamento de terras em S. Miguel, e a percentagem correlativa de cada um. Espinha da Silveira realça que, se é impossível vender terras vinculadas, é possível aprazá-las, com vantagem evidente para o seu cultivo face ao já referido curto prazo dos arrendamentos.³⁵ De qualquer modo, é nestes institutos que se verificam as trocas e vendas do usufruto das terras, já que a cedência, perpétua ou aprazada em vidas, e hereditária, do domínio útil (enfiteuse), ou global (aforamento),³⁶ de um terreno mediante o pagamento de uma prestação anual, podia vender-se, doar-se ou trocar-se tendo o senhorio direito de preferência ou ao laudémio. É preciso realçar que os foros não foram extintos com a Lei que aboliu os vínculos em 1863.

À semelhança dos terratenentes franceses, acusados por Arthur Young pelo arcaísmo da agricultura francesa de finais de Setecentos porque não viviam junto às suas terras recebendo das rendas o que precisam para pagar uma dispendiosa vida na corte³⁷, também os grandes morgados do Antigo Regime viviam em Lisboa vendendo a administração a prazo dos seus vínculos em S. Miguel, não fazendo qualquer ideia do que, ou como, se cultivava nas suas terras. Mas no último quartel de Oitocentos, o já citado Arruda Furtado registava a mudança radical nesses hábitos do seguinte modo:

³⁵ Luís Nuno Espinha da Silveira, *ob.cit.*, p. 37.

³⁶ *Idem*, para uma definição historicamente detalhada ver, p. 32-34.

³⁷ Arthur Young (1741-1820), que tinha “an artist eye for scenery (he drew well)”, Geoffrey Jellicoe, Susan Jellicoe (eds.), *The Oxford Companion to Gardens*, Oxford, New York, Oxford University Press, (1986), 2001, p. 620, relatou muito negativamente, em *Travels in France during the Years 1787, 1788 and 1789*, editado em 92, uma agricultura francesa de métodos antiquados, deixando muito clara a diferença entre os terratenentes franceses e ingleses quando afirma que só à força aqueles fariam o que estes faziam por prazer, que era o adornarem e residirem nas suas propriedades rurais. Cf. Susanna Wade Martins, *The English Model Farm: Building the Agricultural Ideal, 1700-1914*, Cheshire, Windgather Press, 2002, p. 1.

Há um facto que distingue radicalmente a vida agrícola de S. Miguel da do Continente e que concorre muito para o que acabamos de descrever [o campo totalmente agricultado], é que os grandes proprietários de lá abandonam completamente as suas terras á administração de caseiros para lhes comerem as rendas ociosamente na capital, e que os nossos tratam directamente com os rendeiros, e estimulam-os, explorando por conta própria uma grande parte dos terrenos.³⁸

Assim era com José do Canto, para quem Arruda Furtado trabalhou. Lisonja à parte, outros terratenentes micaelenses eram cúmplices de José neste comportamento à inglesa: a revolução agrária, que transformou radicalmente a paisagem inglesa, assentou precisamente na proximidade residencial dos terratenentes às suas terras e na controlada relação contratual *landlord-tenant* para a exploração daquelas.

Unidades e medidas

Para saber e avaliar do tamanho das terras, e também da altura dos muros mandados fazer, é preciso saber converter no sistema decimal as medidas então usadas.

A ânsia de vincular foi aqui tão grande, que nos lados do norte da Ilha se creou uma medida agrária menor, a vara pequena, para nomearem maior numero de alqueires de terra nos vínculos; e vinculavam tudo, nomeando a Alma sua herdeira na terça, com medo das penas eternas, carregando-a de sufrágios: offícios, missas, responsos sobre a cova, resas, enquanto o Mundo for Mundo e esta Ilha existir.³⁹

Assim, em S. Miguel cada móio tem 60 alqueires, e cada alqueire são 1393,92 m², excepto no concelho da Ribeira Grande e na ilha de Santa Maria, onde cada alqueire são 968 m².⁴⁰

Por uma medição de terras da Grotinha por João de Frias⁴¹ pude confirmar que cada alqueire tinha 200 varas, pois que ele mede 1911 varas que depois traduz

³⁸ Arruda Furtado, ob.cit., p. 14.

³⁹ Urbano de Mendonça Dias, *Instituições Vinculares, os Morgados das Ilhas, Testamentos em que foram instituídos perpétuos, formando as duas modalidades de vínculos: o morgadio e a capela, com um preâmbulo do autor*, Vila Franca do Campo, Tip. de «A Crença», 1941, p. VIII.

⁴⁰ Cf. José Damião Rodrigues, ob.cit., p. 708, nota 80, onde o autor confirma estas unidades cruzando duas fontes oitocentistas.

⁴¹ Certidão de medição da *courella* de José do Rego Pontes à Grotinha, por João Frias, de 22 Setembro 1848, UACSD, FBS-AJC.

por 9 ½ alq 11vs, ou seja, 1900 vs são 9 ½ alq (x 1393,92 m² = 13 242,24 m²), o que também confirma cada vara igual a 6,9696 m². Também no Fundo Brum da Silveira, depositado no Centro de Documentação da Universidade dos Açores, encontrei uma muito útil *Tabella de comparação das medidas agrárias antigas com as do novo Systema métrico decimal / Districto de Ponta Delgada / Inspeção das Medidas Agrárias para os Concelhos de Ponta Delgada, Lagoa, Vila Franca, Povoação e Nordeste / – vara de 12 palmos – e para o Concelho da Ribeira Grande / – vara pequena –*.⁴² Destas tabelas temos que 1 vara de 12 palmos, a dita **vara grande**, quando tomada como unidade de superfície, tem 144 palmos quadrados, que correspondem a 6,9696 centiares [centiar=m²], sendo a vara, enquanto medida de comprimento, igual a 2 metros 6 decímetros 4 centímetros [2,64 m]. Uma vara de 10 palmos, dita **vara pequena**, quando tomada como unidade de superfície, tem 100 palmos quadrados, que correspondem a 4,84 centiares [centiar= m²], sendo a vara igual a 2,^m 20.

Em vez das recorrentes *varas* (quadradas), no *Inventário Orfanológico* de José do Canto encontramos *braças*. Como no *Inventário* a medida da superfície dos terrenos é sempre dada, simultaneamente, em ares/centiares e alqueires/braças (por exemplo, o prédio do Forno da Cal, N.º 1 da Comarca da Vila da Povoação, mede *aras 16:148,56 ou 1:158 alq.^{es} e 100 braças*), convertendo a primeira medida ao m², verifica-se que as braças são aqui equivalentes às varas quadradas de 12 palmos, em que uma braça é igual a 6,9696 m² e um alqueire é igual a 200 braças.

⁴² Cópia manuscrita, s.d., UACSD, FBS-AJC.

1.2. A Casa

Os Medeiros Dias e Sousa, no século XIX micaelense identificados por Dias do Canto e Medeiros, administravam dezasseis vínculos.¹ O morgado José Caetano Dias do Canto e Medeiros (1786-1858), que era o seu administrador em 1842 e, como tal, um dos vinte maiores proprietários da Ilha², planeou acrescentar-lhes os onze vínculos herdados por Maria Guilhermina Taveira de Neiva Brum da Silveira por casamento com o seu primogénito varão André do Canto. Este preferiu, contra a vontade de seu pai, casar com Ana Carlota Leite Botelho de Teive, que sabemos muito bela³, e o morgado chama José, filho segundo e obediente que estudava em Coimbra, para casar com a prima rica.

Os terrenos vinculados de Maria Guilhermina, que José do Canto passará a administrar, incluem propriedades na Terceira, Pico e Faial, numa dimensão à escala do arquipélago que não é comum (quando muito, os morgados micaelenses tinham terras em Santa Maria). Como administrador dos vínculos de sua mulher, a José compete, a partir do Verão de 1842, quando se casa, gerir o prestígio de um *nome*, a riqueza de um *património* e a boa *sucessão* dos mesmos. Em três tarefas a cumprir, falhou na última, exactamente aquela em que seu pai melhor sucedeu.

José do Canto é filho de um *maçon*, liberal e progressista, que emprestou a sua casa para residência de D. Pedro IV em Ponta Delgada, mas que também fora activo colaborador do ultimo Capitão-General dos Açores, nomeado por

¹ Morgado João d'Arruda Botelho da Câmara, Notas de Ernesto do Canto, *Instituições Vinculares e Notas Genealógicas*, Leitura diplomática e tratamento do texto de Nuno Álvares Pereira, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1995, p. 169-170.

² Cf. Sacuntala de Miranda, *O Ciclo da Laranja e os "gentlemen farmers" da Ilha de S. Miguel: 1780-1880*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1989, p. 33.

³ Cf. Carlos Guilherme Riley, "Um passeio pelos Cantos da ilha", Estudo Introdutório ao *Catálogo do Epistolário Familiar do Arquivo Brum da Silveira – José do Canto e Catálogo do Arquivo António do Canto Brum*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, Serviços de Documentação, 1999, p. xx. Ana Carlota morre em 1848 no parto de Margarida Leite do Canto, e André do Canto, inesperadamente, morre também no mesmo ano, aos 34 anos de idade. Com a morte de André será Ernesto, casando com a filha daquele casamento, a herdar e administrar a Casa Canto.

D. Miguel e residente na Ilha⁴. Se José tinha respirado em Paris e Londres os ventos da modernidade, que seriam também os ventos do liberalismo económico, no que respeita à terra e à sua posse o micaelense mantém-se bastante conservador, até mesmo um tudo *ancien regime*. Ou, como diria Carlos Guilherme Riley, encontramos no âmago da idiossincrasia de José do Canto um *moderno antigo*. Embora atento aos ventos de mudança, parece não acreditar que se concretizasse a abolição legislativa dos vínculos.⁵ Contudo, o apego à propriedade e à sua unidade (tenta garantir no seu testamento que se não desmembre a propriedade das Furnas), não impede que procure militantemente modernizar a sua exploração, como veremos.

Duramente criticados pelos relatos estrangeiros, os Morgados da geração de José têm de provar que afinal a *ignorância*, a *indigência*, e até a *boçalidade* observadas nos Morgados das primeiras décadas do século, não mais existiam. José do Canto, e a exemplo dos trabalhos de seu pai, vai ser um dos protagonistas desta contra-prova em que os Morgados, com as mangas de renda arregaçadas, se fazem *gentlemen farmers*.⁶

⁴ V. cap. “A formiga de Esopo: José Caetano Dias do Canto e Medeiros” em Carlos Guilherme Riley, *Os Antigos Modernos, o Liberalismo nos Açores: uma abordagem geracional*, Dissertação de doutoramento em História Contemporânea, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2006, p. 440-496.

⁵ Referindo a intenção de aforar algumas terras para cada um dos filhos, escreve que os “afforamentos dos pastos ou biscoutos devião-se fazer em praça, e andava-se n’essas diligencias, **quando veio a Lei da desvinculação**, e eu as suspendi por inúteis.” (bold meu), Carta de Paris, 4 Janeiro 1866, de JC a António Bernardes d’Abreu Lima, UACSD, FBS-AJC, Copiador de Correspondência 9230, fl. 112.

⁶ A feliz adopção do conceito inglês para o caso micaelense parece-me ser da autoria de Sacuntala de Miranda, logo no próprio título da obra já citada *O Ciclo da Laranja e os “gentlemen farmers” da Ilha de S. Miguel: 1780-1880*, e na passagem que transcrevo “É nesta terra de contrastes que irá florescer uma ínclita geração de “gentlemen farmers” que, durante algumas dezenas de anos, irá emular esses Townshends e Cokes of Norfolk que para sempre ficaram inscritos nos anais da história da revolução agrícola britânica.”, p. 32-33.

Para as reacções à crítica estrangeira do comportamento dos morgados micaelenses nas primeiras décadas de Oitocentos, particularmente dura nos textos de Thomas Ashe e John White Webster, ver Carlos Guilherme Riley, ob.cit., em que se defende que o impulso reformador micaelense após o primeiro liberalismo é propulsionado pela afronta contida naqueles relatos.

O dote de Maria Guilhermina

Somando as áreas das terras dos onze vínculos⁷ herdados por Maria Guilhermina, indistintamente do uso e tipo de solo, sem incluir foros e casas, e agrupando-as por proximidade geográfica, temos em S. Miguel:

Santana	1 ms (móio) e 14 alq (alqueires)
Grotinha	3 ms
Terras Largas	1 ms 26 alq
S. Gonçalo	1 ms
Rosto de Cão	1 ms
Bom Despacho	8 alq
Lordela [Nordela]	15 alq
Arrifes	2 ms 40 alq
Grimaneza ⁸	4 ms 7 alq mais pasto s/medida
Pico da Cruz	corpo de terras s/medida
Água Nova	35 alq
Serra Gorda	7 ms 56 alq
Charco da Madeira	5 ms 14 alq
S. António	44 alq
Lomba St. Bárbara	1 ms 4 alq
Calhetas	4 ms
S. Vicente	10 ms 18 alq
Pico Arde	3 ms 41 alq
Ribeira Grande, à	
Ermida Mãe de Deus	1 ms 10 alq

⁷ Morgado João d'Arruda Botelho da Câmara, ob.cit., p. 189-192.

⁸ Desaparecida da toponímia e da memória colectiva contemporâneas, a *Grimaneza* localizava-se acima da Fajã de Cima, a sudoeste do Pinhal da Paz. Cf. carta de JC, desenhada a tinta da china e aguarela da ilha de S. Miguel, s.t., s.d., s/ legenda, escala gráfica em braças, incompleta (sem a representação do Nordeste, por esta parte se ter rasgado), UACSD, FBS-AJC (Fig. 3.25); e cartas do *Instituto Geográfico e Cadastral, Campanha de 1960 - Revisão cadastral de 1991, Região Autónoma dos Açores, Concelho de Ponta Delgada, Freguesia de Fajã de Cima, Esc. 1:2000, Secções 004 e 009.*

Gramas	4 ms	35 alq	
Porto Formoso	6 ms	44 alq	
Lagoa do Congro			pastos, s/medida, que vão do Porto Formoso até à Ribeira das Tainhas
Encarnação			vinha s/medida

O que totaliza 60 móios e 51 alqueires de terras inalienáveis, para além de algumas terras também vinculadas mas não medidas. Para convertermos estas unidades ao sistema decimal moderno, e considerando que no grupo da Ribeira Grande e do Porto Formoso os móios serão de “vara pequena” (ou seja, de 10 “palmos craveiros” em vez dos 12 palmos da “vara grande”), temos duas parcelas:

$$17 \text{ ms } 17 \text{ alq de vara pequena} = 17 \times 58\,080,0 \text{ m}^2 + 17 \times 968,0 \text{ m}^2 = 100,382 \text{ hectares}$$

$$43 \text{ ms } 34 \text{ alq de vara grande} = 43 \times 83\,635,2 \text{ m}^2 + 34 \times 1393,92 \text{ m}^2 = 364,371 \text{ ha}$$

As terras ditas lavradas (cultivadas ou cultiváveis), de quinta (laranja), pasto, mato (vegetação espontânea), vinha, ou biscoitos (escórias de basalto) do ‘dote’ de Maria Guilhermina, de acordo com o morgado João de Arruda, totalizavam assim 464,7 hectares contabilizáveis em S. Miguel.

É preciso ter em conta a imprecisão das áreas descritas. José do Canto empregou muito dinheiro a conferir medições e, quando os resultados eram demasiado contraditórios,⁹ voltava a fazê-las com outros medidores.

⁹ Por exemplo (bold meu): as *criações da Agua Nova* vinculadas pelo licenciado António de Frias têm **35 alqueires** na descrição do 11.º vínculo de Maria Guilhermina pelo Morgado João de Arruda, ob.cit., p. 192; em certidão de medição passada pelos medidores Pedro de Andrade e Manoel de Souza Mello, datada de 3 de Setembro de 1807, *requerida pelo administrador da Caza do S.ºr Morgado António Francisco Taveira da Ilha do Faial*, encontram-se **14 móios**, 10 alqueires e 71 varas de *hua campina de mattos sita ao piquo das [ilegível]eiras a augoa Nova desta sid[ad]e*, sendo que em nota na parte inferior do documento pode ler-se: *Veja-se o Mappa de bens da Cap[el]a instituída p.º licenciado Antonio de Frias em que foi mencionados 35 móios – no Pico dos [ilegível]*, UACSD, FBS-AJC. A medição dos 14 ms., apesar de incorrecta, sempre é mais próxima dos **15 móios e 10 alqueires** medidos por João Corrêa Jacome em 13 Abril 1855, UACSD, FBS-AJC, e que JC confirma em 1856, cf. *Logares da Ilha aonde possuimos terrenos arrendados ou cultivados p. nos.* [c.1856], UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P01.

Corrigindo e completando o somatório da áreas do morgadio de Maria Guilhermina, substituí os 35 alq da Água Nova referidos pelo morgado João de Arruda pelos 15 ms 10 alq da já referida (em nota de rodapé) medição de 13 de Abril de 1855 por João Corrêa Jacome. Acrescentei também os 368 alq de *terreno de cascalho e maninho* do Pico da Cruz, prédio n.º 3636 dito da Rechã, sem indicação de área pelo morgado João de Arruda.¹⁰ Obtive assim um total de 17 ms 17 alq de vara pequena e 64 ms 17 alq de vara grande, o que perfaz 638 hectares de terras, onde ainda não estão incluídos os extensos incultos e pastos dos *Matos da Vila* na *Lagoa do Congro*, cuja medição em 787,843 hectares só encontrei nos *Inventários Orfanológicos*.

No grupo central, pertenciam aos vínculos de Maria Guilhermina terras nos Cedros, Castelo Branco, Porto Pim e Quatro Ribeiras, no Faial; 311 alqueires de terra e pasto na Terceira, e rendas de vários prédios no Pico. Ainda que não incluídas na propriedade vinculada, eram também de Maria Guilhermina as vinhas no Pico, da Casa da Preguiça ao Cais do Mourato e Fogos da Candelária.

Independentemente da verdadeira extensão das terras, a sua significação simbólica superava sempre o seu rendimento efectivo, ou, recorrendo à grelha conceptual marxista, ao capital financeiro havia que somar o capital simbólico da propriedade para se ajuizar do efectivo *valor* da terra.

Compras, vendas, permutas e outras transacções

Através das cópias de escrituras, certificados de medições, instruções aos feitores, etc., proponho-me reconstituir algumas das estratégias de José do Canto na administração do 'seu' património, nomeadamente na geografia da venda e compra de terras. A contabilidade, organizando as propriedades conforme o tipo de produção (lavoura, mata, vinha ou quinta)¹¹, acrescenta

¹⁰ Cf. *Notas de Avaliações dos Melhoramentos das Propriedades para o Inventário pós morte de D. Guilhermina*, UACSD, FBS-AJC.

¹¹ Ao longo da vida administrativa de JC, sucedem-se diversos ensaios de sistematização da contabilidade agrícola, que incluem a contratação equívoca do naturalista Arruda Furtado (pensando, talvez, a contabilidade como taxonomização das despesas e receitas), destacando-se o recurso à tipografia, a partir de 1879, para folhas de Férias impressas (e organizadas consoante o tipo de produção em *quintas*, *lavoura*, *mattas*) com preenchimento semanal e por prédio em 1891, por exemplo, *Férias dos trabalhos de mattas / A cargo de _____ no logar do*

informações às fontes anteriores, nomeadamente quando identifica a “nova” terra recém-adquirida. Finalmente as *Notas de Inventário e Partilha pós morte de D. Guilhermina*, embora avulsas e incompletas, ensaiam uma descrição que se pretende detalhada e precisa da propriedade, contendo mais informação para cada prédio (pode encontrar-se para a mesma terra mais de um esboço de descrição) do que a que se encontra nos *Inventários Orfanológicos*.

Nos primeiros anos a seguir ao casamento em 1842, José do Canto parece ‘ir a todas’, isto é, compra pequenos prédios rústicos, arremata foros e terras em hasta pública,¹² ou move a execução em tribunal de terras que lhe são foreiras recuperando-lhes o domínio útil, quando e onde quer que a oportunidade surja.¹³ Precisamente por parecer não ter uma estratégia definida, é ainda mais significativo que a aquisição de terras seja desde logo um dos investimentos iniciais de José do Canto.

Porto-formozo. Para a granja do Porto Formoso havia outros impressos, com o *Extracto das contas de receita e sahida de géneros*, para além do *Extracto das contas de despesa*, que era minuciosamente preenchido com as tarefas executadas (por exemplo: *Gado, tratar de rezes; esgalhar folha; correr baraço e recolher folha; acondicionar folha de gavella; cortar, ajuntar e enfeixar milheiros; lavrar e gradar terra; esgalhar e atar milho no granel; Arrancar e m. tremoço; levantar rama da batata doce; catar bicho na batata doce; fazer limpeza nos curraes das rezes; idem em redor das cazas; vigiar perus e marrecos na batata doce. Vigiar ovelha, buscar pão, carne, levar cartas*), com as respectivas jornas e indicadas courela a courela, em *Extracto das contas de despesa* de 26 Outubro 1891, UACSD, FBS-AJC. Nessa altura, as folhas de férias seriam completadas com Livros (é pelo menos citado um *L.º de Matas*, e há também uma *caixa em folha de flandres para condução do livro de serviços do pessoal*, cf. *Ferías de João Carreiro - Ptº Formoso*, Outubro 1891, UACSD, FBS-AJC). De qualquer modo, para além de borradores, não encontrei nos arquivos públicos verdadeiros livros de contabilidade. Manuscritas ou impressas, a melhor e mais permanente sistematização encontra-se nas folhas de férias com os *Nomes dos trabalhadores* e respectivos preços e número de jornais, e os locais e tarefas que foram desempenhadas no *Emprego dos jornaes*.

¹² Em 1844 tanto compra 17 alq de terra sita na *Fajã do Calhao*, em Rabo de Peixe, como arremata em hasta pública 9 ½ alq 25 vs de terra aos Ginetes. Cf. *1844 Mappa dos bens q vou comprando, e rematando, ou q me forem adjudicados neste anno, e seguintes_a Ser*, UACSD, FBS-AJC, dando conta das aquisições de terras livres e de foros nos anos de 1844 e 45. Posteriormente aforou a propriedade dos Ginetes. Cf. *Avaliação dos Foros na ilha de S. Miguel*, prédio n.º 3877, em caderno de 14 páginas com o título *Notas de Inventario e Partilha após a morte de Maria Guilhermina Taveira Brum da Silveira, 1887.07.02, Revisto*, UACSD, FBS-AJC.

¹³ “11 alq.s de quinta e vinha sita na Canada Nova da Villa da Lagoa, a qual me era foreira [...] por execução que movi” em 1844, ou “Adjudicação de 5 alq.s de terra com castanheiros, e fonte de inhames Disima a Deos, sita na Lomba do Pomar, aonde se chama a Bicada da Villa da Povoação, por execução que movi a Ant. de Lima da mm Villa” em 1845, *1844 Mappa dos bens q vou comprando, e rematando*, [...], UACSD, FBS-AJC.

De Novembro de 1845 a Março de 1846¹⁴, José do Canto demora-se na ilha do Faial para tomar conhecimento das suas terras nas 'ilhas de baixo', instruir o seu procurador na gestão das ditas, e, segundo o Marquês de Jacome Corrêa, vendê-las¹⁵. Requereu a abolição dos pequenos vínculos no Faial¹⁶, ao abrigo da lei de 1832, para assim dispor de *bens livres* para transacção. Alienará algumas terras na Terceira,¹⁷ mantendo outras arrendadas.

No Pico manterá as vinhas, instruindo que as tratem com cuidado, na expectativa de que passe a *moléstia* (filoxera). Menciona a necessidade de pôr em ordem os *muitos papeis* relativos ao Pico, sobre terras que lhe serão foreiras, deduzo, com os documentos espalhados por S. Miguel e outros no Faial¹⁸.

Os vínculos são extintos com a lei de 19 de Maio de 1863, e José do Canto visita de novo as 'ilhas de baixo' no ano seguinte.¹⁹ Vende então as 'suas' propriedades do Pilar e da Serreta na ilha Terceira,²⁰ e mais não consegue no

¹⁴ Cf. Carta II, da Horta, 13 Março 1846, a José Jacome, em José do Canto, *Cartas particulares a José Jacome Corrêa e Conde de Jacome Corrêa, 1841 a 1893*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1999, p. 4.

¹⁵ Cf. Marquez de Jacome Corrêa, *Leituras sobre a historia do Valle das Furnas*, S. Miguel, Oficina de Artes Gráficas, 1924, p. 205-206. Parece-me ser mais tarde, depois da extinção dos vínculos em 1863, que JC pôde assumir cabalmente esse programa: "Eu desejo ir-me desfazendo de algumas propriedades na Ilha do Faial, para ir adquirindo outras na Ilha de S. Miguel, aonde resido", Carta de Paris, 17 Janeiro 1866, a António Moreira de Bettencourt, interessado na compra de uma propriedade em St.^a Bárbara, no Faial, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 194), se bem que o Marquês refira que Maria Guilhermina *possuía bens de raiz alienaveis na Ilha do Fayal*.

¹⁶ Folhas cosidas e paginadas com Instruções a António Bernardes d'Abreu Lima, Ponta Delgada, 22 Agosto 1857, UACSD, FBS-AJC, fl. 1 e 5v, Doc. anexo P03.

¹⁷ Em 1857 recebe ainda trigo de rendas da Terceira. Cf. *idem*, fl. 1.

¹⁸ Cf. *idem*, fl. 1v.

¹⁹ "Le 30 juin [1864] à 2 heures de l'après-midi nous descendions à l'Île St Michel, en faisant à mes amis, et à ma famille une très agréable surprise, puis que je ne leur avais pas donné avis de ce voyage. – Après 10 jours de fête, je m'embarquais de nouveau avec mes deux fils, pour visiter les îles Tercere, Graciosa, S. George, et Faial : il y avait longtemps que je n'avais pas visité mes propriétés dans quelques unes de ces îles, et c'était une affaire pressante que de les voir." Carta de Paris, 2 Fevereiro 1866, para Morellet, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 209v. Será então que imprime em Paris (onde reside até 1868) na Imprimerie A. Vallée, Rue Breda, n.º 14, um anúncio com a descrição das terras que tem à venda no Faial sob o título *Relação de Diferentes Propriedades Disimas a Deos situadas na Ilha do Faial, Açores do rendimento approximado de 8 contos de reis insulanos*, e que totalizam no conjunto uma área de 48 ms 38 alq e 16 braças. Confrontando esta relação com as terras que constam nas Notas do Inventário de 1887, verifica-se que a maior parte das terras maiores (de área superior a 1 móio) não se conseguiram vender. Cf. *Notas de Inventario e Partilha após a morte de Maria Guilhermina Taveira Brum da Silveira, 1887.07.02, Revisto*, UACSD, FBS-AJC.

²⁰ Cf. Carta de 7 Janeiro 1866 a António Bernardes d' Abreu Lima, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 144.

Faial do que cobrar rendas em atraso²¹. Quando volta à Ilha, põe todas as contas em dia, e em 1865 compra mais de 40 móios de terras na **Ribeira Grande** à Condessa do Redondo.²² “O meu fim, q.^{do} comprei aquellas terras [da Ribeira Grande] não foi tanto enriquecer, como mudar para aqui os bens das Ilhas, simplificando a Administração, e fazendo a economia do que ella ali me custa. Para realizar este projecto era preciso não só comprar aqui, mas vender nas Ilhas”, explica ao primo.²³ Estas terras, que representaram um avultado investimento,²⁴ totalizando mais de 235 ha, a somar aos 638 ha contabilizados no morgadio de Maria Guilhermina, em S. Miguel.

²¹ “A venda projectada das minhas propriedades nas Ilhas, realizou-se muito vantajosamente na Ilha Terceira, produzindo aproximadamente 20 contos; mas no Faial, que era onde mais me convinha vender, pode-se dizer que tem sido nulla, e, a não sobrevirem inesperadas circunstancias, ou a não querer vender com sacrifício (no que se hiria todo o lucro) não cuido que por enquanto possa montar a cousa de geito.” Carta de Paris, 5 Março 1866, a José Jacome, idem, fl. 328-332.

²² A propriedade do Pico Arde adquirida à Condessa do Redondo mede 40 ms 34,½ alq, e fica sita à entrada da Villa da R Grande ao Pico Arde, sendo que 20 ms 34,½ alq são de terra lavradia e pasto, confr. pelo Norte com estrada publica, denominada a que vai do Tornino d'esta Villa da Ribeira Grande, da Mãe de Deos para a Villa; confrontando a Sul com o próprio, estrada publica, e outros; e os restantes 20 ms. são de biscouto, matta e matto, Cópia de escritura datada de 1 Abril 1865, UACSD, FBS-AJC.

Para além deste corpo com mais de 75 cerrados de terra (cf. *Nota descriptiva do prédio do Pico-Arde comprado aos Condes de Redondo em o 1.º d' Abril de 1865, começando do Norte p.ºa o Sul, e primeiramente pelos cerrados de lado do Ponente*, UACSD, FBS-AJC), compra também à Condessa do Redondo e na Ribeira Grande as terras dos Arieiros e Telhas, cf. *Lembrança de algumas cousas feitas desde 30 de Junho de 1864 a 30 de Junho de 1865*, UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo F08.

²³ Carta a José Jacome Correia, Paris, 6 Março 1866, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 345-348v.

²⁴ Mais de 114 contos de réis insulanos com cerca de metade a pagar a pronto e o restante faseadamente. Cf. *Lembrança de algumas cousas feitas desde 30 de Junho de 1864 a 30 de Junho de 1865*, UACSD, FBS-AJC 16943, Doc. anexo F08. JC terá ainda recorrido a um empréstimo bancário para realizar esta aquisição, conforme expõe em Carta de Paris, 5 Março 1866, a José Jacome, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 328-332, transcrita sob o n.º XXXV em José do Canto, ob.cit., p. 126-130. Da leitura destas cartas particulares e da cópia da *Escriptura entre mim e J.e Jacome Corrêa, declarando quaes os terrenos, que pertencem a cada um na Escriptura de Compra de 21 de Junho do corr.te anno, na notta do Tab.ão Moraes*, (UACSD, FBS-AJC) percebemos que José Jacome e outros conterrâneos, como José Maria Raposo do Amaral, participaram também no negócio de aquisição das terras do morgado da casa de Soure em S. Miguel, que eram então pertença da Condessa do Redondo, e que este foi bem mais moroso e complexo do que as sintéticas notas de JC fazem crer: Thomaz Maria Bessone, sistematicamente referido nesta correspondência, seria o rendeiro geral daquelas terras, sendo que, por falência do mesmo, este arrendamento teria ido à praça e JC tê-lo-á então arrematado em 11 de Outubro de 1867. Cf. Recibo por 15 contos de réis entregues por JC pela renda do ano de 1873 do morgado da casa de Soure, datado de 11 Janeiro 1873, Lisboa, assinado por João José Machado, UACSD, FBS-AJC, e correspondência da Carta XXXI, de 14 Setembro 1865, à Carta L, de 8 Setembro 1867, em ob.cit., p. 115-177.

A estratégia enunciada por José do Canto passa pela concentração da propriedade na ilha de S. Miguel e, dentro desta, pela agregação das terras em certas unidades geográficas, evitando a sua dispersão atomizada.²⁵ As pequenas propriedades avulsas e dispersas, embora possam arrendar-se, servirão essencialmente para a troca.²⁶

A **Santana**, no arrabalde norte da Cidade, José do Canto, agregando vários prédios contíguos, vai concentrar terra quanto baste para erguer a sua casa, jardim, estufas, quinta de laranja e terreno agricultado. De todas as propriedades, é no Jardim de Santana que, durante muito tempo, José do Canto gasta mais dinheiro.²⁷ O contacto com o arquitecto Owen Jones para o projecto da Casa e Jardim data de cerca de 1845,²⁸ três anos depois de casar, o que indicia que Santana foi das primeiras propriedades a ser planeada.

O corpo de terras imediatamente contíguo a norte do jardim tomou o nome do **Calço da Má Cara**, que é a calçada que lhe dá acesso. No testamento redigido em 1862, refere que comprou e permutou as terras no Calço da Má Cara, adjuntas a sua casa.²⁹

²⁵ A estratégia da agregação, visível nas lavouras que vai organizar no Porto Formoso, Ribeira Grande e Grotinha, e na procura de colmatação da continuidade geográfica das propriedades, aparece também confirmada na carta a Caetano António de Mello, em que JC refere a possibilidade de adquirir-lhe uma mata que se situaria longe da sua propriedade, mas que poderia depois servir-lhe para uma permuta “**por algum bocado que fique ao pé de mim**” (bold meu), Carta de Paris, 29 Novembro 1866, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230.

²⁶ Leia-se o 12.º parágrafo dos *Apontamentos diversos da Lembrança d'algumas cousas, que se deverião fazer no anno de 1859-1860*: “Tentar a ver se seria possível obter por meio de permutta uma Pouca de terra do Reo.dº José de Medeiros, e outra porção de Nicolau António Borges, no Charco da Madeira, **dando em troca algumas porções de terreno soltos**, como temos na Grota do Contador, e Nordella.” (bold meu). UACSD, FBS-AJC 11929, Anexo P02.

²⁷ Por exemplo, para o ano rural de 1857-1858 JC tem orçamentada uma despesa de 1.200\$000 réis para o Jardim de Santana, destinando para a Lagoa de Congro 480\$000, que constitui a segunda maior parcela, com as Furnas em terceiro com 300\$000 réis. Cf. *Orçamento da Despeza de José do Canto no anno de 1857 a 1858 comparada com a despeza effectuada nos primeiros 7 mezes de, de Setembro inclusivo a Março inclusivo.*, UACSD, FBS-AJC 3017. Já para o ano rural de 1887-1888 ter-se-ão dispendido 917\$915 réis com o Jardim contra mais de um milhão de réis em cada uma das lavouras da Ribeira Grande, Grotinha e Porto Formoso. Cf. *Despeza Classificada por mezes desde 9.bro de 1887 a 8.bro de 1889*, UACSD, FBS-AJC.

²⁸ Carta de Owen Jones a H.[onorato] G.[ago] da Câmara, 9 Argyle Place [Londres], 9 Agosto 1845, AP-AJCHRC, referida na nota 94 (p. 241) por Isabel Soares de Albergaria, *Quintas, Jardins e Parques da Ilha de São Miguel: 1788-1885*, Lisboa, Quetzal Editores, 2000, p. 120.

²⁹ *Testamento de José do Canto feito a 27 de Junho de 1862*, Doc.1 apenso a Fernando Aires de Medeiros Sousa, *José do Canto, Subsídios para a História Micaelense (1820-1898)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982, p. 179.

Em 1857, compra 15 alq e 100 braças acima do prédio de Santana, com a extrema norte confinante com o caminho da Grotinha.³⁰ Para norte de Santana, até acima da **Grotinha**³¹, e ao longo da estrada para as Capelas, José do Canto vai desbravando cerrados. Estes cerrados e courelas confrontam sempre com propriedade de José do Canto de modo a garantir uma continuidade geográfica que rentabilize a lavoura.

Não muito longe de Santana, compra uma quinta nova a **S. Joaquim** e obtém outra, por permuta, no **Caminho Novo**, à Fajã de Cima.³²

Aos 6 ms e 44 alq ³³ da *Ponta do lugar do Porto Formoso* do 2.º vínculo de Maria Guilhermina, o marido acrescenta, em 1855, o mato de S. Brás, com 18 ms 36½ alq, e os matos do Porto Formoso, com 20 ms 35 alq. Estes confrontam a sul com a *Alagôa do Monte Escuro*, pertença do próprio, enquanto o mato de S. Brás confronta a norte com as *roças do comprador* e a sul com *terras do mesmo senhorio*,³⁴ sugerindo a colmatação geográfica dos intervalos entre os corpos de terra dos vínculos de Maria Guilhermina: a propriedade da dita lagoa do Monte Escuro, que poderá ser a actual lagoa de S. Brás, corresponde à extrema norte das *criações e pastos do Porto Formoso à Ribeira das Tainhas* do 8.º vínculo da morgada, o que é confirmado pela descrição destes no *Inventário Orfanológico*, enquanto as *roças* a norte são as da referida *Ponta do lugar do Porto Formoso*.

³⁰ Cf. descrição do prédio n.º 3623 em *Notas de avaliação dos melhoramentos das propriedades para o Inventário pós-morte de Maria Guilhermina*, UACSD, FBS-AJC.

³¹ JC incorporava o terreno onde se situa a granja dita da Grotinha no longo prédio do jardim de Santana, constituído por S.^{ta} Anna, e Grot.^a, Jardim e terras, assim nomeado sob o n.º 3623 nas *Notas de Inventário e Partilha após a morte de Maria Guilhermina Taveira Brum da Silveira, 1887.07.02, Revisto*, UACSD, FBS-AJC.

³² Cf. Carta de 28 Agosto 1857, JC a António Bernardes, UACSD, FBS-AJC.

³³ O Medidor José Pereira da Maia mediu 7 ms 15 alq ¼ e 21 vs para este mesmo prédio, cf. certidão de medição de *Corpo de terra e Mata no lugar do Porto Formoso*, 26 Fevereiro 1844, UACSD, FBS-AJC.

³⁴ Cf. Certificado de Medição pelo Medidor de prédios rústicos do lugar da Maia pela comarca da Villa da Ribeira Grande, Jozé Pereira, de 10 Agosto 1855, e Certificado pelo mesmo medidor, com as confrontações anotadas por Abreu Lima datado de 16 de Setembro de 1855. Por este Certificado sabemos que o vendedor foi Francisco Alberto da Villa da Ribeira Grande. JC comprou ainda uma mata a Manoel da Costa Benevides, e as roças de Manoel Branco e Francisco Branco, cf. *Mattos do Porto Formozo e em S. Braz*, instruções assinadas por JC e datadas de 18 Março 1859, UACSD, FBS-AJC.

Em 1877, ainda compra terra, agregando mais 16 alqueires ao Outeiro, que é o corpo no promontório junto ao mar, onde se situa a Granja.³⁵

A somar às extensas *criações* e *pastos* que vão do *Porto Formoso*, na costa norte, até à *Ribeira das Tainhas*, na descida para a costa sul, José do Canto compra, em 1853, os 9 mórios de terra que incluem a lagoa do **Congro**.³⁶

Na Lagoa das **Furnas**, onde não parece ter previamente terreno algum, começa, em 1852, uma morosa aquisição de terras, construindo ao longo do tempo um projecto de paisagem para 240,173 hectares de terra *bravia*,³⁷ de que darei conta em capítulo autónomo.

Terá também adquirido na vizinha **Ribeira Quente** um terreno de vinha, uma mata de castanheiros e uma *Roça dos Vimes*.³⁸ Para além da produção vitivinícola, pela correspondência com os fatores deduz-se o importante desempenho

³⁵ “4030 N'este prédio estão envolvidos 16 alqueires de terra comprados a Manuel Botelho Gusmão, Escrip.^a de 30 de Nov.^{bro} de 1877, Escriv[ão] Je. Jac.t^o Botelho do Rego, que confrontão pelo Norte e Sul com o predio em que estão incorporados, pelo Leste com o Vendedor, e pelo Oeste com D. Emília Carolina do Canto Pacheco.” em *Relação dos Prédios em que há melhoramentos ou em que estão envolvidos outros prédios livres, nos quaes não se fez avaliação em separado, o que torna impossível a partilha, na hypothese de se me não dar meança nos bens desvinculados, sem que se proceda a nova avaliação*, UACSD, FBS-AJC.

³⁶ Cf. Escritura de 11 Março 1853 de venda por 2.000\$000 réis de 9 ms de *matto* e *matta* por José Maria da Câmara e Vasconcellos a JC, anotada pelo tabelião Christiano Medeiros Frazão, UACSD, FBS-AJC, confrontando os ditos mórios, a sul e poente, com a ribeira das Tainhas, a norte com matos pertencentes ao morgadio de Maria Guilhermina, e a nascente com pastos de D. Álvaro Pereira Bettencourt e Visconde Botelho, UACSD, FBS-AJC 17003. Nas *Notas das medições para efeitos da avaliação*, de 9 de Junho de 1943, UACSD, FBS-AJC, temos 204 alq de *Ravinas e pendências sobre a Lagoa, beiras etc plantadas de mata* incluídos no *Prédio das Casas* [bold meu] que totaliza 564 alq, ou seja, pouco mais que os 9 ms comprados em 1853, sendo que os outros prédios medidos têm áreas muito diferentes: o *Mato da Cafua do Guerra* tem 3 ms, e o dos *Matos das Covas, Pico da Areia, etc* media 103 ms 36 alq (cf. *Avaliação dos prédios da Lagoa do Congro Pertencentes aos Herdeiros do Snr. Dr. Guilherme Poças Falcão*, que casou com a filha de JC, homónima da mãe, Maria Guilhermina, UACSD, FBS-AJC); estes *Matos das Covas, Pico do Areia, etc* são os também chamados, nos documentos mais antigos, *Mattos da Villa* [Franca], a que a medição de José Pereira, em 1866, atribui 103 ms 35¼ alq, UACSD, FBS-AJC). O *Prédio das Casas* da avaliação de 1943 corresponde ao n.º 4128 denominado *Predio de J^e Maria* [da Câmara e Vasconcellos] nas *Notas de Inventario e Partilha após a morte de Maria Guilhermina Taveira Brum da Silveira, 1887.07.02, Revisto*, UACSD, FBS-AJC.

³⁷ Cf. *Relação dos bens imobiliários pertencentes ao casal do finado José do Canto, existentes na Comarca da Villa da Povoação, Ilha de S. Miguel, que apresenta a inventariante sua filha, D. Margarida Brum do Canto Hintze Ribeiro*, em idem. São quase mais 19 ha do que os 221,420 ha medidos pelo plano de Lainé, v. Doc. anexo F01.

³⁸ Prédios n.ºs 4358 *Vinha Grande*, 4359 *Lagar Velho*, 4360 *Castanheiros* e 4361 *Roça dos Vimes* referidos nos *Domínios Plenos*, em caderno de 14 páginas sob o título *Notas de Inventario e Partilha após a morte de Maria Guilhermina Taveira Brum da Silveira, 1887.07.02, Revisto*, UACSD, FBS-AJC.

destes prédios como apoio logístico às matas da Lagoa das Furnas, nomeadamente no transporte da madeira por mar para a Cidade e, no sentido inverso, das plantas de viveiro para plantio das matas.³⁹

Em 1874, está interessado em comprar uma “terra” na vizinhança da **Lagoa do Fogo**.⁴⁰ Considerando a altitude, é algo estranho este interesse, mas é preciso não esquecer que as terras ditas da Caldeira Velha, incluídas no prédio dito do Pico Arde, sobem até à lagoa do Fogo,⁴¹ podendo esta terra ser-lhe contígua. Poderia querer estender o chá ou experimentar outra cultura naquela altitude e tipo de solo, ou, hipótese mais inverosímil, abrir outra frente recreativa numa paisagem mais silvestre e de larga panorâmica de vistas.

Para além das compras, também toma terra de renda, como foi o caso dos 54 *alqueires de terreno óptimo para ser plantado de quinta, e em óptima posição na Canada de Duarte Borges*, ao Rosto de Cão, de que tomou posse em 1854,⁴² arrendando-os em 59 pelo prazo de 60 anos.⁴³ Ou, como acontece na Lagoa das Furnas, onde é primeiro foreiro e depois rendeiro, antes de permutar somente, em 1862, as terras da Ribeira do Rosal a Gonçalo de Ataíde.⁴⁴

³⁹ Vejam-se, por exemplo, as Cartas de Manoel Martins para JC, escritas nas Furnas, de 26 Fevereiro e 2 Março 1877, UACSD, FBS-AJC 9290 e 9292, e as Cartas de 1891-93 (embora a maioria não tenha data), de Vitorino de Melo, feitor que reside na Ribeira Quente, UACSD, FBS-AJC.

⁴⁰ Carta do Porto Formoso, 22 Maio 1874, de João Carreiro para JC, UACSD, FBS-AJC.

⁴¹ O 5.º corpo de terras, com 51 ms 55 alq 172 vs de *terrenos de pastos, de plantações de chá, de mattas e de mattos*, que integra o n.º 5 (prédios 4042 e 4043 nas *Notas de Inventário e Partilha após a morte de Maria Guilhermina Taveira Brum da Silveira, 1887.07.02 Revisto*, UACSD, FBS-AJC) da freguesia de N. S. da Conceição da Ribeira Grande, confronta a sul com “aguas da Lagoa do Fogo”. Cf. *Relação dos bens imobiliários pertencentes ao casal do finado José do Canto, existentes na Comarca da Villa da Ribeira Grande, Ilha de S. Miguel, que apresenta o Inventariante, seu viúvo, José do Canto, 1887*, BPARPD, *Inventários Orfanológicos TCPDL*, M.402, n.º 26, processo n.º 3, volume 3.

⁴² Cf. Livro de Despesa de tamanho A5, encadernado, com as folhas numeradas e intitulado no verso da folha de rosto *Despezas meudas de Caza na Ilha do Faial desde o 1.º de 8bro. de 1845 em diante. José do Canto* [assinatura], c.1856, UACSD, FBS-AJC, fl. 55v e 56, Doc. anexo P01.

⁴³ Trata-se do Prédio n.º 3649 com escritura de arrendamento pelo escrivão Moraes a 14 Junho 1859, v. *Renda a Longo Prazo*, incluída na *Relação dos bens imobiliários do casal da falecida D. Maria Guilhermina Taveira Brum do Canto, existentes na Comarca de Ponta Delgada,...*, BPARPD, *Inventários Orfanológicos TCPDL*, M.402, n.º 26, processo n.º 3, volume 5.

⁴⁴ Cf. Marquez de Jacome Corrêa, ob.cit., p. 207-208, e Livro de Despesa... intitulado no verso da folha de rosto *Despezas meudas...*, fl. 56 e 56v. Na folha 61 do mesmo Livro, sob a rubrica *Trigo vendido da colheita de 1854*, menciona-se o trigo proveniente da Ribeira do Rosal, tendo-a, por isso, aforada pelo menos desde esse ano.

Só as aquisições descritas, que deixam de fora outras de que não encontrei documentação inequívoca, totalizam mais de 60 móios, aumentando a propriedade rústica da Casa em mais de 500 hectares. Para percebermos o significado destes números, veja-se que 532,4 hectares era a área de terra na posse dos maiores proprietários da Ilha nos finais do século XVIII, que eram os Tavares Homem Taveira e Neiva.⁴⁵

Repare-se ainda o quanto a propriedade da terra é da maior importância para o caso em estudo: quando realiza algum capital vendendo na Terceira, e na expectativa de o aumentar vendendo no Faial, José do Canto investe tudo novamente em terra, ainda que concentrando-a em S. Miguel poupando assim o custo da gestão à distância, segundo argumenta. Na *Ilha*, depois das vendas nas *ilhas de baixo*, a estratégia é também a da concentração, reforçando a unidade geográfica que resulta do agrupamento de prédios contíguos, evitando comprar terras isoladas, como fizera numa primeira fase, antes vendendo ou permutando as que tem nessa situação.

Para além da terra e da sua exploração, como adiante veremos, pouco arrisca noutros investimentos, nomeadamente na transformação industrial ou na distribuição e transporte dos produtos⁴⁶. Com um esforço de informada modernização, é na agricultura, silvicultura e pecuária, e nos seus produtos directos, que este micaelense concentra o seu investimento, logo a seguir à aquisição de terra. Mas parece fazê-lo sem acertar na modernização estrutural, já que as rendas e os foros lhe auferem um rendimento largamente superior ao das

⁴⁵ Cf. José Damião Rodrigues, *São Miguel no Século XVIII: Casa, Elites e Poder*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003, p. 711. Os Tavares Homem Taveira e Neiva em 1786 eram proprietários de 91 móios, 40 alqueires e meio e uma quarta de terras, que, por se situarem no concelho da Ribeira Grande, seriam de *vara pequena* em que cada alqueire equivale a 968 m².

⁴⁶ Embora JC pense que as companhias exportadoras se deveriam juntar para fretar um vapor para uma carreira sazonal com a Inglaterra, pouco mais terá feito do que transmitir a ideia ao primo. Cf. Carta XXXVII de Paris, 27 Abril 1866, a José Jacome, em José do Canto, ob.cit., p. 139. Em 1845, JC integrou, juntamente com o seu pai, o primo José Jacome e os Machados de Faria e Maia do mesmo clã familiar a «Nova Sociedade d'Exportação da Fruta Michaelense», mas não sei da longevidade desta companhia exportadora para além do início da década de 50, nem do papel que JC terá desempenhado na mesma. Cf. Fátima de Sequeira Dias, «A Importância da «Economia da Laranja» no Arquipélago dos Açores durante o Século XIX», *Arquipélago - História*, 2.^a série, vol. I, n.º 2, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1995, p. 218-219.

suas granjas-modelo, ainda que seja preciso descontar a descida de rendimento da laranja na qual investiu até tarde. Só mais tarde, nos princípios dos anos 90, participa com 40 acções na Fábrica de destilação de álcool de Santa Clara e vai construir e equipar por sua conta uma fábrica de chá, passando da produção da planta à sua transformação e venda.

Desenho e dimensões

Reconstituir a cartografia das grandes propriedades era um dos objectivos iniciais deste trabalho. Face a uma certa mitificação, ainda hoje cultivada, do latifúndio micaelense, havia que testá-la planimetricamente.

No caso de José do Canto, para além da propriedade das Furnas, que tem no Plano de Georges Aumont de 1867 o respectivo mapa, apenas encontrei nos arquivos públicos e particulares a que tive acesso o mapa da propriedade do Porto Formoso, e pude ver o mapa da propriedade das vinhas do Cais do Mourato, no Pico, que ainda hoje permanece propriedade dos descendentes. Sobram alguns levantamentos de parcelas herdadas, e por isso quase sempre divididas, dos prédios. Nas escrituras e registos, a descrição das confrontações revela-se frequentemente inútil para a reconstituição das propriedades e, algumas vezes, até para a sua localização, uma vez que a toponímia a que recorrem caiu no esquecimento. Ainda assim tentarei minimamente localizá-las, cruzando os textos com a cartografia da época, e dar-lhes uma mancha correspondente à sua área descrita documentalmente para termos uma ideia da dimensão à escala da Ilha.

Ao longo dos anos, as áreas das propriedades contradizem-se nas várias medições, pelo que tomarei por fontes prioritárias o *Inventário Orfanológico* de Maria Guilhermina apresentado por José do Canto, bem como o de José do Canto apresentado por sua filha Margarida Brum do Canto Hintze Ribeiro, anotando apenas os prédios rústicos,⁴⁷ e nestes aqueles de que José do Canto considera ter *Domínio Pleno*, isto é, excluindo os prédios que estão aforados.

⁴⁷ Para além do importante granel de S. Pedro (Prédio N.º 3629, nas *Notas de Inventário e Partilha após a morte de Maria Guilhermina Taveira Brum da Silveira, 1887.07.02 Revisto*, UACSD, FBS-AJC), na Rua dos Clérigos, onde recebia os géneros das rendas e foros, e que confrontava com

Nas descrições dos Inventários e outros textos, as terras são agrupadas em unidades geográficas que tomam o nome dos sítios. Assim, a maior 'propriedade' da Casa do casal tem 915,944 hectares (6 571 alq), e corresponde ao somatório dos três prédios que têm a *Lagoa do Congro* por referência geográfica: o *prédio de José Maria*, com a entrada n.º 4128 nas *Notas de Inventário e Partilha*⁴⁸, comprado por José do Canto, o dos *Matos da Vila*, n.º 4129, que vai da encosta norte da ilha, sobranceira ao Porto Formoso, à vertente sul, à vista de Vila Franca, e o n.º 4130 dito *Cafúia do Guerra*, situado a nascente da lagoa do Congro. Compare-se com os 20 ms 6 alq 23 vs⁴⁹ (168,123 hectares) da área somada dos prédios dos Ginetes de José Maria Raposo do Amaral, que sabemos maior proprietário, e sobressai a estratégia de concentração geográfica da terra por José do Canto.

Aliás, muito perto da Cafúia do Guerra ficam os matos da Lomba do Mosquito do prédio n.º 4364 da *Fajã das Rabaças e Torninho*. Com o n.º 4363, dito do *Forno da Cal*, a propriedade da *Lagoa das Furnas* soma 240,242 ha (1723 alq e 100 br⁵⁰).

Os cerrados do *Outeiro* no planalto que fecha a oeste a enseada do Porto Formoso, mais as *matas de S. Brás*, dos *Vallados* e outras, que confrontam a sul com os Matos da Vila da Lagoa do Congro, totalizam os 505,185 ha (5218,5 alq 71 br) de terras do *Porto Formoso*.⁵¹ As outras terras ditas da *Ribeira Grande*, da *Caldeira Velha à Banda do Além*, somam 503,000 ha (5195,5 alq 157 br).⁵² É neste conjunto que se incluía o corpo de terras mais valioso do património

as *barrocas do mar* na proximidade de um dos cais de embarque da cidade, JC dispunha ainda de outro granel em Ponta Delgada, dito da Graça (que seria provavelmente arrendado), e possuía vários prédios urbanos em Ponta Delgada e na Ribeira Grande, e uma casa no vale das Furnas.

⁴⁸ *Notas de Inventário e Partilha após a morte de Maria Guilhermina Taveira Brum da Silveira 1887.07.02 Revisto*, UACSD, FBS-AJC.

⁴⁹ Cf. *Planta das propriedades de José Maria Raposo d'Amaral em Candelária*, [assinada por] Manoel Pereira do Rego Lima, UACSD-ARA, com quadro de áreas discriminadas por *Terras lavradas, Matta, baldios, etc.*, e *Matto*.

⁵⁰ Ver em Unidades e Medidas a conversão das braças ao sistema decimal.

⁵¹ Cf. *Relação dos bens imobiliários pertencentes ao casal do finado José do Canto, existentes na Comarca da Villa da Ribeira Grande, Ilha de S. Miguel, que apresenta a inventariante sua filha, D. Margarida Brum do Canto Hintze Ribeiro*, 1898, BPARPD, *Inventários Orfanológicos*, TCPDL, M.402, n.º 26, processo n.º 3, volume 3. Para as terras do concelho da Ribeira Grande, considereei, na conversão ao sistema decimal, o alqueire da vara pequena.

⁵² Cf. *idem*.

fundiário da Casa, que era o prédio n.º 4042 do Pico-Arde, em grande parte adquirido à Casa de Soure: se os *Matos da Villa* [Franca] à Lagoa do Congro constituíam o prédio maior com uma área de 787,843 ha (5652 alq⁵³), por serem na maior parte de *matto maninho*⁵⁴, eram avaliados em 1887 em apenas 4620\$00 rs, contra as férteis terras do Pico-Arde com 418,176 ha de extensão (4320 alq de vara pequena) avaliadas em 161 140\$410 rs.⁵⁵

Da *Fajã da Leda*, ou do *Ledo*, na freguesia do Bom Jesus de Rabo de Peixe, ao Pico da Cruz, as terras ditas do *Pico da Pedra* somam 75,920 ha (544 alq 131 br).⁵⁶

As terras do *concelho de Ponta Delgada*, mais dispersas e, por isso, assim tomadas sob o nome da fronteira administrativa, cobrem uma área de 536,954 ha (3852 alq 24 br).⁵⁷

⁵³ Deduzi aos 6.216 alq do *Prédio n.º 1 da Relação dos bens imobiliários pertencentes ao casal do finado José do Canto, existentes na Comarca de Villa Franca do Campo, Ilha de S. Miguel, que apresenta a inventariante sua filha, D. Margarida Brum do Canto Hintze Ribeiro*, Novembro 1898, BPARPD, *Inventários Orfanológicos* TCPDL, M.402, n.º 26, processo n.º 3, volume 2, os 9 ms 24 alq do *Prédio de José Maria* constantes nas *Notas das medições para efeitos da avaliação*, de 9 Junho 1943, UACSD, FBS-AJC.

⁵⁴ *Prédio n.º 4129, Matos da Vila*: “Estes mattos acima do prédio que foi de José Maria de Vascon.^{los} sempre forão maninhos, e o continuarão a ser, - mas foi por mim atravessado de muitas veredas, q. lhe derão valor”, *Relação dos Prédios em que há melhoramentos ou em que estão envolvidos outros prédios livres, nos quaes não se fez avaliação em separado, o que torna impossível a partilha, na hypothese de se me não dar meança nos bens desvinculados, sem que se proceda a nova avaliação*, UACSD, FBS-AJC.

⁵⁵ Cf. *Domínios Plenos*, em caderno de 14 páginas sob o título *Notas de Inventario e Partilha após a morte de Maria Guilhermina Taveira Brum da Silveira, 1887.07.02, Revisto*, UACSD, FBS-AJC.

⁵⁶ Cf. *Relação dos bens imobiliários do casal da falecida D. Maria Guilhermina Taveira Brum do Canto, existentes na Comarca de Ponta Delgada, Ilha de S. Miguel, que apresenta o Inventariante, seu viúvo, José do Canto*, idem, volume 6. Note-se que os terrenos da Barba d’Aguilhão e da Rechã, à Batalha, estão incluídos na comarca de Ponta Delgada.

⁵⁷ Cf. *Relação dos bens imobiliários do casal da falecida D. Maria Guilhermina Taveira Brum do Canto, existentes na Comarca de Ponta Delgada, Ilha de S. Miguel, que apresenta o Inventariante, seu viúvo, José do Canto*, 1887, e *Relação dos bens imobiliários pertencentes ao casal da falecida D. Maria Guilhermina Taveira Brum do Canto, provenientes da meança do vínculo instituído por Diogo Vaz Carreiro, abolido em conformidade com a carta de Lei de 19 de Maio de 1863, e todos existentes na Comarca de Ponta Delgada, ...*, BPARPD, *Inventários Orfanológicos* TCPDL, M.402, n.º 26, Processo n.º 3, volume 5. Incluem-se também, porque assim o faz JC, os 56 alq 100 br de quintas da Canada de Duarte Borges, a S. Roque, arrendados até 1919.

Não incluí, porque não constavam dos Inventários, os 8 alq do 1.º vínculo de Maria Guilhermina ao *Bom Despacho*, nem os 9 alq 88 br dos *Calços da Pintona*, que estarão provavelmente incluídos em qualquer um dos prédio dos Arrifes. Também os 3 alq 100 br do *Piquinho do Nesbitt*, 6 alq 20 br da *courella de Manuel de Souza Moniz*, e os 70 alq 67 br da *courella de António de Medeiros*, não constando dos Inventários Orfanológicos, não foram contabilizados (ainda que sejam referidos na administração corrente da produção agrícola da casa), nem os prédios da Ribeira Quente com os n.ºs 4358 a 4362, apesar de listados nos *Domínios Plenos*, em caderno de 14 páginas sob o título *Notas de Inventario e Partilha após a morte de Maria Guilhermina Taveira Brum da Silveira, 1887.07.02, Revisto*, UACSD, FBS-AJC. Nenhum destes terrenos consta da lista

Em 1855 José do Canto era o terceiro em *renda colectiva* na Comarca de Ponta Delgada, onde era apenas ultrapassado por Nicolau Maria Raposo de Amaral e pelo Visconde da Praia.⁵⁸ Em 1859-1860 foi o nono maior contribuinte da ilha de S. Miguel e, segundo Francisco Maria Supico, um dos seus maiores proprietários.⁵⁹ Será de realçar que o rendimento colectável era apenas relativo à propriedade fundiária de *domínio pleno*, não incluindo foros, e outros bens nem capitais. Supico, que colige e edita os ditos rendimentos no seu *Almanach* de 1864, publicita as elevadas expectativas de ver aqueles rendimentos subirem, principalmente no caso de José do Canto e do seu primo José Jácome, sétimo da lista, mercê do produto dos investimentos que têm feito nos *novos prédios*.⁶⁰ Todas juntas, as terras da casa de José do Canto e Maria Guilhermina totalizam 2777,245 hectares. Contando a superfície total da ilha de S. Miguel 74 500 hectares, José é proprietário de ‘apenas’ 3,7% da ilha⁶¹ ([Des. anexo 01](#)).

incluída no mesmo caderno das *Notas de Inventario e Partilha...* sob o título *Avaliação dos Foros na ilha de S. Miguel*. Ficou ainda de fora uma vinha referida nos citados *Domínios Plenos* com o n.º 4358, sita à Canada do Oleiro, na Lagoa, por não ter indicada qualquer área.

⁵⁸ Cf. [Livro de] *Actas das Sessões da Cam.^a M.^{al} de P.^{ta} Delg.^a (Agosto de 1855 a Dez.º de 1857)*, Sessão de 26 de Dezembro de 1855, fl. 23v-24, BPARPD-FCMPD 35, em que, para a formação do *quadro de Vogaes do Conselho Municipal, que tem de funcionar no futuro Biénio*, e em conformidade do artigo cento sessenta oito do Código Administrativo, são listados sete nomes por ordem decrescente de “Renda colectiva, Segundo o Art.º 112 do Decreto de 30 d. 7.º 1852”, a saber:

<i>Nicoláo Maria Rapozo d'Amaral</i>	28:000\$000
<i>Visconde da Praia</i>	26:000\$000
<i>José do Canto</i>	16:000\$000
<i>Filippe Maria Bessone</i>	12:000\$000
<i>Luís Francisco Rebello B.^{es} de Castro</i>	8:000\$000
<i>Gonçalo d'Athaide Corte Real Bett.</i>	8:000\$000
<i>António Borges de S.^{za} Medeiros e Canto</i>	8:000\$000

⁵⁹ Francisco Maria Supico, *Almanach do Archipelago dos Açores*, Ponta Delgada, 1864, p. 84, cit. por Sacuntala de Miranda, *O Ciclo da Laranja e os “gentlemen farmers” da Ilha de S. Miguel, 1780-1880*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1989, p. 59-60.

⁶⁰ *Ibidem*.

⁶¹ Para esta percentagem ter um significado historicamente mais preciso deveria deduzir-se da superfície da ilha a área de baldios ou «logradouros comuns».

1.3. Administração da propriedade

Para explorar um território há, primeiro, que domesticá-lo. As tarefas para dominar a natureza silvestre da Ilha eram, em Oitocentos, as mesmas que se repetiam desde o princípio da colonização: desbravar os *matos maninhos*, extrair e arrumar a pedra, corrigir a forma da terra quando necessário, medir e dividir as terras *limpas*, e *riscar* caminhos para aceder às mesmas.¹ Pela administração agrícola da casa de José do Canto percebemos quanto território há ainda por arrotear na ilha de S. Miguel na segunda metade de Oitocentos.

Antes de abordar os modos de exploração do solo que José do Canto pratica nas suas propriedades desenhando paisagens diversas, irei primeiro mostrar a ordem matricial física e material, mas também jurídica e social, que previamente impõe ao território no processo de dominar o mesmo.

Medir, dividir, marcar

Antes de ser agricultor José do Canto é proprietário, isto é, gere um património fundiário que, conforme as suas próprias anotações e excluindo os prédios urbanos, se divide em *terras de cultura*, *terras de pasto*, *terras de mata* e *terras para arrendar*. Se as primeiras são *granjeadas*, isto é, cultivadas, pelo próprio, as terras para arrendar não deixam de ter uma gestão dirigida por este senhorio, seja contratando os próprios rendeiros para arrotear os matos arrendados, seja condicionando as culturas nas terras lavradas.

Medindo e murando as áreas arroteadas em cerrados, José do Canto impõe uma *ordem* visível na natureza que prevalecia espontânea, empurrando a *silva* para o interior de cotas mais altas. À terra desbravada é dada uma determinada medida e configuração:

Eu abaixo assignado, certifico que p.^a ordem do Ill^{mo}. Sen^r. José do Canto, medi, um corpo de terras cito ao Caminho das Almas, e caminho comprido, Districto do lugar do Pico da Pedra, e por

¹ Para a descrição da colonização material do território das ilhas dos Açores, ver a narrativa de João Marinho dos Santos, *Os Açores nos sécs. XV e XVI*, vol. I, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1989, sobretudo no capítulo “O Povoamento” as páginas 138-188, referentes à “Construção do espaço ou as relações dos homens com o meio”.

ordem daquelle mesmo Ill^{mo}. Sen^f. o **devedi**, em duas Glebas, do Norte para o Sul, e no depois [o] mm.^o dito Sen^f. mandou fazer em cada uma daquellas cinco Glebas, e continuando a medição do Norte p.^a o Sul, na Gleba do Nascente, **marquei** _

1.^a gleba – sete alq.^s confrontando Norte, Cam.^o das Almas, Sul terra da Caza, Nascente José Joaq.^m Cabral, Ponente Cam.^o para as mesmas terras _

2.^a gleba – nove alq.^s, Norte e Sul terra da Caza, [...].² (bold meu).

Medir, dividir e marcar. Esta ordem materializada na paisagem antropomorfizada traduz a ordem social que a constrói: o tipo de contrato de arrendamento que se estabelece permite ao senhorio manter um controlo apertado do uso do solo pelos rendeiros, seja na manutenção dos muros de pedra ou qualquer outro tipo de vedação, seja no tipo de cultura, seja ainda, no caso das matas, no destino a dar aos subprodutos da madeira (da ramagem podada, aos galhos arrancados pelo vento de uma qualquer tempestade), sob pena de executar o despejo do mesmo. O senhorio tem direito de preferência, por exemplo, sobre a compra da madeira, lenha e ramagem.³ Também os melhoramentos efectuados por iniciativa dos rendeiros, que vão desde as arroteias às construções de apoio à exploração agrícola, são imediatamente avaliados e pagos pelo senhorio, de modo a manter o seu domínio sobre todas as coisas limitando o direito do rendeiro ao usufruto.

Vejamos parcelarmente as diferentes acções de José do Canto para criar e manter uma *ordem* na paisagem.

² Certidão assinada por João de Frias, medidor do Concelho, Rosto de Cão, 27 Março 1859, UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P05. À excepção de duas glebas, com oito e nove alqueires, todas as restantes medem sete alqueires ou sete e pouco, totalizando 74 alq ½ 30 vs.

³ Veja-se, por exemplo, a intenção de despejo movida a 21 Dezembro 1860, UACSD, FBS-AJC, por procurador de JC a António da Costa Benevides, rendeiro de 12 alq de mata de pinheiros, vinháticos e faias, ao Porto Formoso, por este ter não *conservar seus terrenos plantados*, antes tendo-os *despido d'arvoredo* e ainda por ter vendido a madeira cortada sem dar conhecimento ao senhorio que lhe comunicara o direito de preferência.

Arroteamentos

As rendas constituem uma receita relativamente segura⁴ e regular⁵ para os proprietários micaelenses. José do Canto arrenda os terrenos de *mato maninho*, mas considera que arroteando previamente os pode arrendar por valor mais lucrativo, ainda que tenha a despesa da arroteia. Em 1865, na Barba d’Aguilhão, arrenda a *terra suja*, isto é, não arroteada, a 500 réis o alqueire, enquanto pelo alqueire de *terra limpa* leva 2000 réis.⁶ Na correspondência trocada com José Jácome nos anos de 1866 e 1867, referindo-se continuamente ao já mencionado negócio de arrematar os vastos terrenos da Casa de Soure em S. Miguel, justifica o seu interesse e empenho da seguinte forma: “[...] tenho uma parte das terras muito em conta, algumas susceptíveis de melhoramentos que lhe aumentariam muito o valor, e **ha uma porção de matto susceptível de ser reduzido a pasto, que póde dar grande lucro**”.⁷ (bold meu).

No caderno de *Despezas meudas de Caza na Ilha do Faial desde o 1.º de 8bro. de 1845 em diante*⁸, encontramos à folha 51 uma síntese do estado geral das propriedades. José do Canto tem ali apontado um plano detalhado, a executar em sete anos, para arrotear os terrenos à Água Nova a fim de os arrendar em lotes de 40 alqueires (5,5 ha). O contrato esboçado determina a cultura em folhas de 10 alqueires. No início, as terras serão divididas e delimitadas por valados para se rotearem por parcelas, começando de sul, à cota mais baixa, para a

⁴ Em anotações manuscritas por JC para cada arrendamento feito em 1871, UACSD, FBS-AJC, verifica-se que todos os novos rendeiros são afiançados por um terceiro.

⁵ As rendas eram, por regra, pagas em géneros no 1.º de Novembro de cada ano, quando se iniciava o ano agrícola. Os géneros mais comumente contratados eram trigo, milho e galinhas, mas JC também recebe em fava ou tremçoço, ou dinheiro.

⁶ Cf. anotação a grafite em certidão de *Medição de porçoens de Pasto que está com silva e queiró*, por João de Frias, datada de 4 Fevereiro 1865, UACSD, FBS-AJC. A Barba de Aguilhão situava-se à Rechã, freguesia do Pico da Pedra, a sul do Pico da Forneira na zona central da Plataforma dos Picos, a N-NW do Pinhal da Paz.

⁷ Carta L, de Paris, 8 Setembro 1867, a José Jácome, em ob.cit., p. 176. JC arroteava terras para depois as arrendar, mas também recorria a outro sistema, que era o de arrendar ficando o rendeiro obrigado ao arroteamento. A área arroteada é depois medida, avaliada e deduzida na renda, ou paga pelo senhorio. Assim faz JC na Lagoa do Congro. No Porto Formoso e S. Brás recorre a outro sistema que é o de explorar a produção das matas a meias com os rendeiros que, por isso, são designados por *meeiros*.

⁸ UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P01.

Serra, a norte.⁹ No fim serão muradas, e ainda equipadas com casa, curral e tanque, o que, parece-me, a ter acontecido, seria inédito na Ilha.¹⁰ Esta ideia de contratar rendeiros determinando as culturas a rodar nas folhas em prédios infra-estruturados pelo senhorio corresponde à prática dos landlords ingleses, que chegavam a construir granjas inteiras que punham nas mãos dos rendeiros.

Na Lagoa do Congro roça o mato para depois o arrendar como pasto. Em 1862 arrenda 10 pastos com uma média de 9 alq cada.¹¹ Em 1867 traz arrendados 17 pastos num total de 3 ms 52 1/8 alq 40 vs, na maioria com 5 a 9 alq, embora exista um pasto com 111 alq.¹²

Há arrendamentos, como em parte da Água Nova, em que o arroteamento fica a cargo do rendeiro por ajuste com o senhorio.¹³ Ao Porto Formoso José do Canto arrenda as encostas viradas a norte na condição de serem roçadas pelos rendeiros pagando um preço determinado por alqueire de terra limpa.¹⁴

O arroteamento, seja feito pelo senhorio, seja pelo rendeiro, valoriza sempre a terra, daí ser uma actividade incessante nos matos de José do Canto.

Como vimos no plano para a Água Nova, as terras roteadas são previamente divididas e demarcadas por valas. Depois são medidas e muradas. A paisagem assim talhada parece dizer que estamos na presença do minifúndio, quando o que temos na realidade é uma grande propriedade, considerando a escala da ilha, dividida em parcelas para arrendar.

⁹ Ver a *roteação* da Agoa Nova em *Prédios diversos* nas Folhas cosidas e paginadas com Instruções a António Bernardes d'Abreu Lima, Ponta Delgada, 22 Agosto 1857, UACSD, FBS-AJC, fl. 3v-4, Doc. anexo P03.

¹⁰ Doc. anexo P01.

¹¹ Cf. *Pastos Novos Arrendados na Lagoa do Congro que tiverão principio no 1.º de Setembro de 1862*, UACSD, FBS-AJC, 6691.

¹² Cf. *Rendeiros de Pastos na Lagoa do Congro 1867*, UACSD, FBS-AJC, 17023.

¹³ Cf. Mapa de rendeiros e preços de ajuste à roteação sob o título *Creaçoens d'Agoa-Nova, 1856*, UACSD, FBS-AJC, totalizando os terrenos arrendados 6 ms 51 4/8 alq.

¹⁴ Cf. *Relação dos Roceiros dos Mattos de S. Braz no lugar do Porto Formoso, que foi medida, cada uma por si que apresenta o Medidor do Concelho do Lugar da Maia*, José Pereira, s.d., UACSD, FBS-AJC. Paga então a 100 réis o alqueire de terra roçada.

E o que poderá dizer-nos a *medida* do cerrado para arrendar sobre a sociedade rural que o desenha? Quem é o *arrendatário*?

É todo o mancebo que, para não ser recrutado, ou emigra, ou se apronta ao acasalamento. José do Canto descreve assim o inveterado e inultrapassável costume de casar-e-arrendar:

[...] *não ha em nossas aldêas um só casal de camponezes, que se não considerem infelizes e degradados de sua condição, se a fortuna lhes não permite a cultura d'um pequeno campo arrendado.*¹⁵

Poderia então dizer-se que a quadrícula dos cerrados é o livro de registo dos casamentos escrito na paisagem: para cada cerrado um casal. É sabido, eram poucos os proprietários que granjeavam as suas terras e muitos dos senhorios não conheciam sequer as terras que arrendavam. Diz José do Canto que aquela tradição dividiu e encareceu os terrenos pela procura incessante que dali decorre.¹⁶ Mas também diz, conformando o relato dos forasteiros que viram o campo bem cultivado, que a “própria divisão dos terrenos em muitas mãos e pequenos rendeiros ajuda ao melhor fabrico d’elles.”¹⁷ E qual é a medida dessa divisão?

*Todas as practicas d'Agricultura aperfeiçoada, que tenteis introduzir, acharão pouco desenvolvimento n'este clima, porque não há propriamente Lavradores, se não um ou dois em cada freguezia. A máxima parte dos terrenos são cultivados por uma classe de homens, que no trabalho de cada dia procura o pão d'esse dia [...].*¹⁸

A medida é a que dá o *pão de cada dia*. Em média, só os terrenos de pasto ou mato têm mais de 20 alq (como os excepcionais 40 alq da Água Nova), sendo a terra lavradia dividida, em média, em cerrados de 5 a 10 alq, mas com bastantes

¹⁵ *O Agricultor Michaelense*, 2.^a série, n.º 39, Março 1851, p. 656. Quando o filho varão de um camponês se casava, apenas levava de casa de seus pais “a roupa de uso commum, o calçado e o seu **sacho**” (bold meu), cf. José Canavarro de Faria e Maia, *Monographia da Freguezia Rural de S. Roque da Ilha de S. Miguel, no Districto de Ponta Delgada*, Boletim da Direcção Geral da Agricultura, Undécimo anno, n.º 2, 1910, p. 37.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ *Idem*, p. 657. Continua assim: “Em geral estruma-se melhor, outomna-se melhor, trabalham-se as terras mais a tempo, acode-se com maior esmero ás colheitas, **aproveita-se tudo**, e em tudo se poupa.” (bold meu).

¹⁸ *O Agricultor Michaelense*, 2.^a série, n.º 15, Março 1849, p. 258.

glebas de menor área. Isto traduz a pouca capacidade do rendeiro em cultivar numa escala que ultrapasse a produção para subsistência, apenas incluindo a mais os géneros com que paga a renda. Por vezes acontece que um único rendeiro tem alugados vários cerrados, pressupondo uma produção que gere excedentes, mas ainda nesse caso a divisão física dos cerrados mantém-se, já que a qualquer momento os mesmos podem voltar ao domínio útil do senhorio. Quando assim acontece, José do Canto cultivava durante algum tempo os terrenos que lhe são devolutos, voltando a arrendá-los tempo depois, mas nunca os deixando à mercê duma natureza que os devolveria rapidamente ao mato maninho.

Sendo raros os terrenos planos, as vedações constituiriam também um sistema de combate à erosão, retendo as terras arrastadas pela forte pluviosidade na sua malha de muros e sebes. Um engenheiro silvicultor, Orlando Vasconcelos Azevedo, pensava a pequena dimensão dos cerrados como condição daquele desempenho.¹⁹ Parece-me, no entanto, que foi acima de tudo o ecossistema social do Antigo Regime que determinou a medida do cerrado. (Para o regime contratual, ver “Arrendamento” mais à frente).

Medições

As medições tinham por principal finalidade aferir o valor das rendas, as quais eram pagas por unidade de superfície. Antes de arrendar um terreno, José do Canto mandava medi-lo²⁰, ou, no caso de terrenos que andavam arrendados, novas medições acertavam a renda estabelecida sobre medições ‘antigas’. Por

¹⁹ “Os campos de cultura – os «serrados» - apresentam uma extensão relativamente pequena e são sempre divididos por sebes. Desta maneira, tanto os muros como as sebes constituem anteparos ao arrastamento do solo, isto é, adentro de cada «serrado», as terras arrastadas são retidas na sua parte inferior. De tempos a tempos o lavrador, com o auxílio de uma pá de cavalo, remove a terra [que se acumulou na cota mais baixa] para a parte superior, e os seu «serrado» fica assim em condições aproximadamente semelhantes àquelas que possuía anteriormente.” Orlando Vasconcelos Azevedo, “A erosão do solo e a agricultura açoriana”, *Boletim da CRCAA*, n.º 8, 2.º semestre de 1848, p. 56.

²⁰ No 3.º parágrafo dos *Apontamentos diversos* com que finaliza a *Lembrança d’algumas cousas, que se deverião fazer no anno de 1859-1860*, podemos ler: “Ver se é possível afforar, ou permittar, ou arrendar com licença de melhoras, as Lombas de Luiz Francisco, na Lagoa do Congro; averiguando, antes de propor nada, **que quantidade de terreno, e que qualidade é.**” (bold meu).UACSD, FBS-AJC 11929, Anexo P02.

exemplo, no Foral do Charco da Madeira, onde a terra era arrendada a 2\$000 e 2\$200 réis o alqueire, e que José do Canto mandou medir para acertar rendas, de 31 glebas só 9 tinham medida certa: 6 estavam com “mais medida” e 16 com menos.²¹ O rigor das medições, como já mostrei para as criações da Água Nova, não inspirava muita confiança, o que implicava repeti-las amiúde.²² Antes dos agrimensores, antecessores dos actuais topógrafos, fazerem a sua entrada em cena na medição predial, os medidores nomeados administrativamente para o efeito atribuíam a área tomando o comprimento pela largura indiferentemente da forma do prédio²³.

As terras arroteadas eram também medidas para se fazerem os pagamentos aos arroteadores contratados. As medições serviam ainda para conferir as contribuições prediais cobradas pela Fazenda Pública.²⁴

José do Canto vai progressivamente acompanhar a encomenda de novas medições com o levantamento desenhado da propriedade, passando, a partir de certa altura, a constituir norma na gestão da sua casa mandar *tirar a planta* do terreno.

Limites

Marcos

Na falta de um mapa cadastral, são os *Certificados de medição* que fixam com o texto das confrontações o desenho da propriedade. Antes da obrigatoriedade do registo predial, a confusão era grande²⁵, e haveria mais títulos de obrigações foreiras ou vinculares do que propriamente títulos de propriedade.

²¹ Cf. Mapa de medições do *Foral da Matta ao Charco da Madeira* por 3 Medidores juramentados pelo conselho da cidade de Ponta Delgada, Rosto de Cão, 20 Dezembro 1856, UACSD, FBS-AJC.

²² Por exemplo, a 24 Maio 1855 João Corrêa Jácome mede a “ladeira de pasto cita ao Pico do Negro [...] entrando em conta meios tapumes” e obtém 17 alq 5 vs, enquanto João Frias e João José de Souza Tavares obtém mais 55 varas para a “ladeira que agora esta de pasto limpo” ao “pico do Matto Maninho” [exactamente com as mesmas confrontações do anterior], a 22 Outubro 1855, cf. Certidões de Medições, UACSD, FBS-AJC.

²³ Veja-se a denúncia desta prática em artigo da *Revista Universal Lisbonense* transcrito para *O Agricultor Michaelense*, 2.^a série, n.º 10, Outubro 1848, p. 181.

²⁴ V. *Lembranças*, de António Bernardes d'Abreu Lima para JC, com data de 28 Abril 1872, confrontando as Contribuições Prediais de 1869, 70 e 71 com deduções a fazer decorrentes de novas medições das terras, UACSD, FBS-AJC.

²⁵ “O Pomarzinho tambem me informão acontecera o mesmo (parte do terreno que dizem pertencer ao Concelho), ainda não encontrei o respectivo Título; com effeito estes Prédios em S.

Eram sobretudo signos paisagísticos, naturais (acidentes topográficos, rochas, árvores) ou construídos (muros, valados) que demarcavam a propriedade no sítio. Embora sem conseguir avaliar com que recorrência existiam, comprovei também o recurso a **marcos** limítrofes, visíveis ou enterrados. Carreiro da Costa confirma-os.²⁶ O medidor João Corrêa Jacome mediu em 1865 uma parcela de terreno pertencente ao vínculo instituído por Diogo Vaz Carreiro, a Santana, *dentro dos **Marcos que estão enterrados, para extremar a dita terra***²⁷ (Fig. 1.5). É razoável pensar que as terras vinculadas tivessem marcos que precisassem, no terreno, os limites que as respectivas escrituras apontavam, particularmente quando as fronteiras não coincidissem com linhas geográficas inequívocas, como os sulcos das grotas, ou as estradas e caminhos públicos. Os marcos seriam enterrados para não serem facilmente localizados e deslocados. Ainda que, à excepção de Carreiro da Costa, não tenha encontrado referência alguma ao material em que seriam feitos os marcos, é evidente que, sendo enterrados, não poderiam ser em material orgânico. Seriam em pedra, e é inevitável pensarmos nos marcos do morgado João de Arruda, os quais, não tratando de um programa funcional, não deixam de aludir a uma demarcação territorial que teria na epigrafia o seu meio privilegiado.

As inúmeras demandas que desde cedo atravessam a história da propriedade micaelense²⁸ têm, muitas vezes, a ver com desacordos na delimitação dos terrenos.²⁹

Vicente chegarão á maior desgraça a que podião chegar, com mais meia dúzia d'annos chegávão a um cáhos que não se podião entender. Tenho visto alguns Inventários tirei apontamentos para mandar tirar Certidoens que são necessárias para o nosso fim de pôr tudo com a melhor clareza que for possível." Carta de António Bernardes d'Abreu Lima a JC, de S. Miguel, 6 Dezembro 1845, UACSD, FBS-AJC.

²⁶ Refere que "os marcos de pedra como divisória de propriedades e de regiões foram sempre objecto de um respeito especial em terras dos Açores", sem mais desenvolvimento. Cf. Carreiro da Costa, *Etnologia dos Açores*, vol. 1, Lagoa, Câmara Municipal da Lagoa, 1989, p. 65.

²⁷ Certidão de medição de terreno a Santana por João Corrêa Jacome, Ponta Delgada, 16 Janeiro 1865, UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P08.

²⁸ Cf. João Marinho dos Santos, *ob.cit.*, p. 264.

²⁹ Veja-se, por exemplo, o contencioso provocado por uma demarcação feita por Nicolau Maria Raposo do Amaral com marcos novos (cf. carta de Nicolau M. R. d'Amaral a Dr. Loureiro, s.d., UACSD-ARA 21596). Na carta de resposta por João de Sousa, percebe-se que ambas as partes têm razão: "[...] em verd.e pelas alterações feitas com o andar dos tempos, ou pela má **colocação** e indicações feitas no acto das **demarcações antigas**, não se pode dizer que a historia errou; porq. ha grande confusão." (bold meu), UACSD-ARA 21597.

Numa das inúmeras *Lembranças* com que instruía os feitores, podemos ver que José do Canto manda demarcar terras com *marcos bons*, ou seja, tão duráveis e indeléveis quanto possível.³⁰ Os marcos poderiam corresponder a uma forma de demarcação mais antiga.³¹ Por outro lado, em carta de 1937, Vasco Bensaúde desculpa-se pelo seu vinhateiro ter cortado as silvas desfazendo a demarcação das extremas do terreno ao Pico dos Milhafres que trazia arrendada a António Hintze Ribeiro, propondo-se substituí-las por marcos.³²

De resto, não encontrei nas fontes oitocentistas mais referências inequívocas a marcos limítrofes perenes, pesem, embora, as recorrentes alusões a *marcar* ou *demarcar* os terrenos, que se encontram nas certidões dos medidores.³³ Como o morgado murava tudo o que podia, fixando os limites com a alvenaria, penso que, apenas quando o terreno não fosse murado, José do Canto recorreria aos marcos. O mesmo se passaria com os outros grandes proprietários: as suas quintas de laranja e mais culturas tendiam a ser todas muradas, substituindo-se o muro aos marcos na demarcação das *extremas*. A recorrente *demarcação* mencionada pelos medidores seria feita para orientar o trabalho dos paredeiros, traçando-lhes os alinhamentos dos muros.³⁴

³⁰ “Combinei com o Sobrinho de José do Rego Pontes, e já dei ordem a José Carvalho para se hirem medir e **demarcar**, os 4 alqueires de terra da Grota do Contador, nos Arrifes, de que é rendeiro o Martins, e que eu dei em permuta. *Seria bom pôr uns marcos bons*” (o itálico foi acrescentado a grafite ao texto a tinta que o precede; bold meu), em *Lembranças*, s.d., UACSD, FBS-AJC. Tendo-a dado em permuta, tratar-se-ia provavelmente de uma terra que confrontava com outras suas, servindo os marcos para que não lhe tomassem terra. Deste texto decorre que, quando o morgado manda “demarcar”, não estará a pensar em apenas fixar um sinal efémero, como seja um pau espetado no solo, ou umas pedras amontoadas.

³¹ Será o caso da parcela medida por João Corrêa Jacome, referida no início desta parte (Ponta Delgada, 16 Janeiro 1865, UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P08), uma vez que fazia parte do vínculo instituído por Diogo Vaz Carreiro em escritura de 1570 (cf. João d'Arruda Botelho e Câmara, ob.cit., p. 191). Veja-se também, à nota 97, a Carta de João de Sousa.

³² Carta dactilografada de Vasco Bensaúde a Antonio Hintze Ribeiro, em Lisboa, 4 Março 1937, UACSD, FBS-AJC.

³³ “Certifico Eu Medidor do Conselho dos Predios rustos abacho asignado em como por determinação do Illm.º Snr. Joze do Canto da Cidade de Ponta Delgada **medi e marquei** no citio da Alagoa do Congro doze alqueires de terra de mato que esta sendo limpa por António João Ignacio e Manoel Vieira, este da Ribeira das Tainhas e aquelle da Ponta Garça, ficando cada um destes com seis alqueires. [...]”, (bold meu), Certidão de medição por *António João de Md.ros / Ponta Garça 8 de 8bro. de 1856*, UACSD, FBS-AJC.

³⁴ “Estimarei muito que de Novembro a Março d'este anno se murasse com um muro de 14 palmos fóra o espigão a parte do terreno que me restar. E tanto para a **medição e demarcação, como para o tapume**, pode V.S. querendo, encarregar isso ao M.e [Mestre] Manoel Pereira.” (bold meu), Instruções de JC a António Bernardes d'Abreu Lima, Ponta Delgada, 22 Agosto 1857, folhas cosidas, paginadas e assinadas por JC, UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P03, *Terra do Caminho Novo*, fl. 4v.

Tapumes, sebes e valados

No início roçou-se e bardeou-se.³⁵ Em Oitocentos, a colonização do território da ilha continua inacabada, com extensos matos maninhos privados e *dos povos* por desbravar. Já vimos que, com José do Canto, os terrenos uma vez arroteados eram medidos e tapados. *O primeiro serviço que se hade fazer nas Roças que se plantarem, é tapal-as bem,*³⁶ escreve José do Canto a propósito dos Matos do Porto Formoso e S. Brás. A vedação protegia o plantio, fixava o desenho da propriedade, contabilizava a medida dos terrenos.

A revolução agrária inglesa, com o movimento dos *Enclosures of the commons* por protagonista, era internacionalmente famosa e agitava toda a Europa progressista. Como o próprio nome indicava, o movimento, visando sobretudo a privatização dos baldios comuns, passava pela divisão e vedação dos *openfields*,³⁷ e um dos argumentos utilizados fora também a defesa das culturas contra a intrusão dos animais que pastoreavam sem eira nem beira. “The sole object of fencing being to exclude the domestic quadrupeds” lê-se ao parágrafo 6320. *The enclosing*, na *Encyclopaedia of Gardening* de John Claudius Loudon.³⁸ Também assim se pensava em S. Miguel, pelo menos desde Setecentos: a comissão de vereadores da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, chamada às Furnas para demarcar os campos dos roceiros que a desbravavam, manda assinalar a divisão com *bardos de 12 palmos se valados não quiserem usar para evitarem o grande dano das rezes vacaris, cabras, ovelhas e porcos e mais animais que se criam e comem nos matos*³⁹. Fossem lavradores, de pasto ou

³⁵ João Marinho dos Santos, ob.cit., p. 272.

³⁶ *Mattos no Porto Formozo e em S. Braz / Ponta Delgada, 18 de Março de 1859*, Instruções assinadas por JC, UACSD, FBS-AJC.

³⁷ A lei obrigava o proprietário da terra atribuída à sua vedação no prazo de um ano. Cf. Philip Pregill, Nancy Volkman, *Landscapes in History, Design and Planning in the Eastern and Western Traditions*, New York, John Wiley & Sons, 2nd ed., 1999, p. 252. Nos Açores, ensaiou-se o equivalente aos Enclosure Acts na privatização e vedação dos baldios da ilha Terceira, depois de 1766, com a Capitania Geral. À semelhança do que acontece na ilha Britânica, a geometria regular dos cerrados terceirenses (veja-se imagem em Isabel Soares de Albergaria, *Parques e Jardins dos Açores*, Lisboa, Argumentum, 2005, p. 21) identificará as áreas então privatizadas.

³⁸ Cf. J. C. Loudon, *An Encyclopaedia of Gardening; comprising the Theory and Practice of Horticulture, Floriculture, Arboriculture, and Landscape-gardening*, London, Patternoster-Row, Longman, Orme, Brown, Green, and Longmans, s.d. (prefácio datado de 1834), p. 1119.

³⁹ Cf. Livro das Posturas da Câmara de Vila-franca, fl. 206, e no Livro das Provisões e finanças da mesma Câmara, fl. 202, Março 9 de 1756, escrivão Pedro Bento Pinto de Sousa, transcrição em Urbano de Mendonça Dias, ob. cit., p. 53.

de mata,⁴⁰ os terrenos tinham de ser vedados para proteger o plantio do apetite dos animais, particularmente das cabras⁴¹, as quais, como é sabido, são capazes de ultrapassar obstáculos bastante altos. Em 1851, n' *O Agricultor Michaelense*, as cabras são agrupadas com os pássaros sob o mesmo epíteto de *Animaes damninhos* por José de Torres que invoca a portaria de 27 de Julho de 1843 para que as câmaras municipais regulem a pastagem daquelas.⁴² Ou seja, as cabras são uma praga. Significativamente, o naturalista francês Arthur Morelet recorda em 1860 que, nas primeiras representações em antigos portulanos, as ilhas orientais dos Açores agrupavam-se sob o nome de *Cabrera*.⁴³

A certa altura, tendo despedido o caseiro da Lagoa do Congro, José do Canto pede, nas instruções a Abreu Lima, que se arranje alguém para o substituir “indo residir lá em cima para vigiar a propriedade, e ter particular **cuidado dos animaes não penetrarem nas plantações**”⁴⁴ (bold meu). Nos terrenos da Lagoa do Congro não há pedra para fazer *tapumes*, por isso as vedações eram em sebes ou combros de terra. O mesmo sucedia na Água Nova, onde os pastos eram divididos por tapumes de leiva⁴⁵. Também nas matas, situadas a maior altitude onde a pedra rareava, o sistema de vedação recorrente era o combro ou tapume

⁴⁰ “O primeiro serviço que se hade fazer nas Roças que se plantarem, é tapal-as bem”, escreve JC a propósito do plantio de Vinháticos e Pinheiros, em *Mattos do Porto Formoso e em S. Braz*, com data de 18 Março 1859, UACSD, FBS-AJC.

⁴¹ Em diversos documentos, e apesar da contratação de vigilantes, confirma-se o gado caprino como uma ameaça às culturas, particularmente ao plantio das árvores nas matas de JC. Veja-se, por exemplo, em *Plantio de minhas filhas na Lagoa do Congro*, 1 Abril 1870, UACSD, FBS-AJC, as jornas a replantar o *Pico da Lagoinha* e o *Pico das Boas Noutes* na *Plantação das mattas de meu filho J.e na Lagoa do Congro que as cabras comerão*. (bold meu).

⁴² Cf. *O Agricultor Michaelense*, 2.^a série, n.º 36, Novembro 1850, p. 603.

⁴³ Cf. Arthur Morelet, *Iles Açores: Notice sur l'histoire naturelle des Açores suivie d'une description des mollusques terrestres de cet archipel*, Paris, J. B. Baillièrre et Fils, 1860, p. 48.

⁴⁴ “Francisco d'Almeida tem ordem de procurar outro abrigo, e quer o ache, quer não, deve sahir da Lagoa do Congro dentro de 2 meses a contar da presente data. \ Se V.S. achar algum homem capaz que para lá queira ir póde mandal-o; e se não, pode encarregar V.S. ao nosso Lavadeiro de ir dormir, e passar lá em cima para vigiar a propriedade, e ter particular cuidado dos animaes não penetrarem nas plantações. [...] Todo o cuidado deve ser que **não entrem animaes** dentro das mattas ou pastos.” (bold meu), *Notas a respeito da Lagoa do Congro*, 29 Março 1859, UACSD, FBS-AJC. JC tinha semeado erva nos pastos de que aguardava o resultado, cf. Carta a JC, de S. Miguel, 3 Agosto 1859, UACSD, FBS-AJC 17821.

⁴⁵ Cf. Medição por *J. Corrêa Jacome*, de 102 varas de *tapumes de Leivas*, no *Pico da Pintona* [Pintona] à Água Nova, 20 Dezembro 1870, UACSD, FBS-AJC.

de terra.⁴⁶ Estes sistemas de divisória, ainda que funcionassem para os bovinos⁴⁷, eram ineficazes contra a intrusão de cabras e ladrões, exigindo a presença permanente de um vigilante. Assim era nos pastos da Água Nova,⁴⁸ e nas matas da Candelária⁴⁹, do Porto Formoso⁵⁰ ou da Ribeira Grande ao Pico Arde,⁵¹ onde José do Canto tinha de pagar a vigilância permanente das matas recém-plantadas.

José Ben Saúde, tendo comprado os *biscoutos do Vallagão* contíguos a norte das *creações da Grimaneza* de José do Canto, e querendo plantá-los de *penisco* e *cryptomeria japónica*, precisa, para proteger o plantio dos rebanhos do vizinho, de elevar o muro que os separa. Argumentando que o muro existente é “um

⁴⁶ Veja-se a expressão utilizada por Francisco Tavares para designar o amontoar de terra na manutenção dos combros nas matas a seu cargo: “acabar de remonontiar [sic] os tapumes das mattas”, em carta a JC, Porto Formoso, 10 Setembro 1897, BPARPD-JC CORR. Cx. 2/199.

⁴⁷ “Tenho tenção de tapar portaes da matta de Manoel Martins, com leives, porque como tenho visto rasto de rezes nas mattas dos outros meeiros, e já têm passado a esta, por isso seria bom tapá-los.” Carta de Francisco Tavares a JC, Porto Formoso, 27 Fevereiro 1880, UACSD, FBS-AJC.

⁴⁸ Cf. Ferias de Vigiar Pastos e matto na Agua Nova a cargo de Manoel Machado Moreira 1885, férias de 1887 a M.el da Costa, de 1888 e 89 a Augusto de Souza Machado, e de 1889 e 90 novamente a M.el Machado Moreira, todos como guardadores na Agoa Nova, UACSD, FBS-AJC. Aqui vigiava-se também a leiva, que nessa altura era roubada, com toda a probabilidade, para as estufas de ananases, cf. *Conta de despezas de guarda, contra as depredações dos leiveiros, nas creações da Agua Nova com a extensão de 225,81 hectares (27Ms.) de terreno pertencente ao Casal da fallecida D. Maria Guilhermina Taveira Brum do Canto desde o dia do seu óbito até 14 d' Abril de 1890*, UACSD, FBS-AJC.

⁴⁹ Tendo ido à Candelária, JC escreve: “A pessoa que cuidar da matta, deve ter todos os portões bem tapados, vigiar que não fação estragos, nem vão furtar lenha à matta; e **prohibo absolutamente** que vão fazer carvão para ali, ou **que mêtão animaes dentro da dita mata.**” (bold meu), Carta a António Bernardes d'Abreu Lima, Ponta Delgada, 23 Junho 1858, UACSD, FBS-AJC. Cinco anos depois, por carta desse mesmo seu procurador, Abreu Lima, JC é informado que a Mata da Candelária havia sido devassada por cabras, cf. Carta de 18 Dezembro 1863, UACSD, FBS-AJC.

⁵⁰ “Sexta-feira p.p., entraram no cabo de cima das fajães umas **cabras** do Snr. Raposo da Maia, e roeram 60 plantas de pinho e 65 de captomerias [sic], porém este plantio não é do novo mas sim do antigo; e ficaram em mau estado.” (bold meu), Carta de Francisco Tavares a JC, Porto Formoso, 6 Maio 1878, UACSD, FBS-AJC.

“Viram **reses** no plantio da grotta do Ferro que deterioram 63 acácias e arrombaram o tapume próximo da cancella;” (bold meu), Carta de Francisco Tavares a JC, Porto Formoso, 30 Maio 1879, UACSD, FBS-AJC.

⁵¹ Referindo as propriedades do Pico Arde, do Monte do Frade, e o respectivo vigia Francisco de Mello, escreve JC que “tem o mesmo Feitor p. vezes sido amiaçado de vários cabreiros, que à força e contra as ordens do Supp.e metem as **cabras**, que vigião nos referidos seus prédios, causando-lhe graves prejuízos aos plantios d'arvores que lá tem [...] vem o Supp.e requerer a V. Exc.a se digne conceder licença ao dito seu feitor para uso e porte d'armas commo em taes casos é permittido por Lei, a fim de melhor poder se defender”, (bold meu), cópia de requerimento, UACSD, FBS-AJC 15913.

Em 1876, *Hum rapaz de vegiar os pinhos* levava 80 reis por dia, cf. *Folha Desta Semana Com serviço de Vo.^a Ex.^a nas matas da Ribeira grande*, 26 Maio 1876, UACSD, FBS-AJC. Nestas folhas semanais encontram-se recorrentemente contabilizadas jornas de *vigiar cabras*.

tapume antigo e baixo, **insuficientíssimo para vedação de rezes**”⁵² (bold meu), propõe-lhe a execução a meias do tapume. O muro que construíram, elevando e, simultaneamente, endireitando a fronteira entre ambos,⁵³ tinha entre 10 a 15 palmos de altura (2,20 a 3,30 m).⁵⁴

A já referida «revolução agrária inglesa», como contemporaneamente se diz, era conhecida também naquele meado do século português, conforme se comprova em artigo da *Revista Universal Lisbonense* que em 1846 conta sucintamente a história de sucesso dos *Parliamentary Enclosures*⁵⁵ para publicitar a importância capital das vedações na Agricultura, que ainda continuava «mãe de todas as indústrias». A História económica e social da Europa tem sido unânime a escrever a vedação das terras em Inglaterra como um ‘turning point’ na racionalização da exploração agrícola: controlando a forma e medida dos cerrados a agricultar,

⁵² Noticiando a compra do Valagão, José Ben Saúde escreve “Como tenciono plantal-o no próximo Inverno estou agora **tratando dos tapumes, preliminar indispensável**. O que actualmente me divide do Sr Joze do Canto é um tapume antigo e baixo, **insuficientíssimo para vedação de rezes**, mas como é extenso, lembrei-me para não ter de construir ali um muro próprio, só à minha conta propor a SEx^a quaisquer das seguintes transacções. \ Ou plantar VEx^a, tb n’ este Inverno, em suas Creações, para eu ficar descansado de que me não virão por ali animaes. \ Ou contractar comigo o domínio pleno ou útil das mesmas Creações. \ Ou, em ultimo lugar, fazermos entre ambos o tapume, do qual ambos os prédios aproveitarão agora, e virão de futuro a aproveitar mais.” (bold meu), Carta a António Bernardes d’Abreu Lima, de Ponta Delgada, 15 Abril 1866, UACSD, FBS-AJC. Nestes pastos, havia também a depredação dos *leiveiros* a acrescentar à das cabras. Cf. *N.º 28 / Conta de despesas de guarda, contra as depredações dos leiveiros, nas criações da Agua Nova, com a extensão de 225,81 hectares (27Ms.) de terreno pertencente ao Casal da falecida D. Maria Guilhermina Taveira Brum do Canto desde o dia do seu óbito até 14 d’ Abril de 1890*, UACSD, FBS-AJC.

⁵³ “Tenho mandado **alinhar** a minha extrema com o Sr Joze do Canto nos Mattos do Vallagão, em que saltei, **para que o tapume que se vai construir fique o mais direito que é possível**, sem prejuízo de qualquer de nós, e em cazo de necessidade antes com algum prejuízo meu: o que é meu dever participar a VS para mandar ver, querendo, a **linha traçada**.” (bold meu), Cópia de carta de Jozé Ben Saúde a António Bernardes d’Abreu Lima, de Ponta Delgada, 26 Julho 1866, UACSD, FBS-AJC. Embora só tenha encontrado nos documentos de JC este caso de muro construído a meias, também José Caetano, o pai de JC erguera muros a meias (com Vicente Graminho, tendo pago a sua parte em Janeiro de 1823, cf. Livro de Obras do morgado José Caetano Dias Canto de Medeiros, BPARPD-ADCM, Cx. 2).

⁵⁴ Cf. *Parte q compete a VEx^a na despeza do tapume que divide as suas criações da Grimaneza dos meus biscoutos do Vallagão.. 137 varas a 300rs .. 41\$100*, 11 Agosto 1868, UACSD, FBS-AJC.

⁵⁵ Para alguns resumos do processo de geometrização do campo inglês, particularmente nas Midlands, com o emparcelamento dos baldios comuns ingleses nos séculos XVIII e XIX e o comprovado incremento da produção, v. Philip Pregill, Nancy Volkman, *Landscapes in History, Design and Planning in the Eastern and Western Traditions*, John Wiley & Sons, New York, 2nd ed., 1999, p. 252; Clemens Steenberg, Wouter Reh, *Arquitectura y Paisaje, la proyectación de los grandes jardines eurpeos*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, (1999) 2001, p. 246-249; e Richard Muir, *The New Reading The Landscape. Fieldwork in Landscape History*, Exeter, University of Exeter Press, (2000) 2006, p. 212-219.

potenciava-se a produtiva rotação das culturas e disciplinava-se o acesso dos gados, o que resultou num substancial aumento da produção. Acontece, como tem vindo a ser notado pela historiografia mais recente, que aquele *turning point* decorria desde o século XII, embora o primeiro *enclosure* decretado por lei fosse de 1604, com o último a acontecer em 1914. No entanto, será *grosso modo* entre 1750 e 1850 que se concentra a privatização, divisão e vedação da maior área de terras comuns, com a decorrente transformação da paisagem.⁵⁶ O campo, agora ordenado e bem tratado, é já objecto real picturável, já não precisando de ser idealizado por Claude Lorrain ou Caspard Poussin. É a vez de Constable. Através do conhecido retrato de Mr. and Mrs. Andrews, pintados sob um carvalho a meio do século XVIII por Gainsborough⁵⁷, a pintura documenta a reforma dos *enclosures* no rebanho delimitado por essa inovação que era uma cerca de madeira pintada a castanho com a cancela sinalizada a branco, ao fundo, por traz do trigo farto, bem semeado em linhas paralelas.

Assim se percebe que o articulista da *Revista Universal Lisbonense* considere os *tapumes* como o grau zero da agricultura moderna de Oitocentos, pois que, em Inglaterra, *à frente das medidas* a tomar para aumentar o desenvolvimento agrícola esteve a *tapagem das possessões*. “Com estes tapumes dobraram em toda a parte as produções agrícolas, e no condado de York triplicaram”.⁵⁸ Segundo o artigo citado, dividem-se os tapumes em *mortos* e *vivos*, ou seja, muros, combros e valados ou sebes vegetais.⁵⁹ Explica depois longamente o *modus faciendi* de cada.

Em Inglaterra, para além da dispendiosa cerca de madeira pintada dos Andrews, a vedação predominante na *lowland* era em sebes de arbustos e árvores, enquanto para norte os muros de pedra seca corriam os campos a direito. Em S. Miguel, as vedações também variavam consoante a localização na geografia da ilha: não havendo pedra, vedava-se modelando a terra em combros e valados,

⁵⁶ Para uma história das reformas que incluem o processo dos *Enclosures* e da conseqüente transformação da paisagem, v. Tom Williamson, *The Transformation of Rural England. Farming and the Landscape, 1700-1870*, Exeter, University of Exeter Press, (2002).

⁵⁷ Thomas Gainsborough, *Mr. and Mrs. Andrews*, c.1748-1749, London, National Gallery.

⁵⁸ “233. Tapumes das Propriedades Rurais”, *Revista Universal Lisbonense*, tomo V, 1846, p. 205.

⁵⁹ Cf. idem, p. 205-206.

ou alinhando sebes vivas de silvas e bardos de canas.⁶⁰ A não ser que se tratasse de quintas de laranja, pois aí ia-se buscar pedra onde a houvesse. Encontrar-se-iam também sebes de vimes plantadas ao longo das veredas⁶¹. Na segunda metade do século, as hortênsias aparecem a bordejar as estradas⁶² e, para os finais da centúria, já se instalaram nos campos a dividir os cerrados: “[...] do mesmo modo que as hortenses, que são aqui tão vulgares, como as piteiras dos nossos vallados, servem aos michaelenses de sebes divisórias dos seus terrenos”, regista um jornalista continental em 1893.⁶³

Uma parcela já *tapada*, isto é, vedada, podia ser subdividida apenas pelo sulco de um valado⁶⁴, ou pelo pequeno talude de um *cômor*⁶⁵ ou combro. Os combros podiam ser rematados ou mesmo totalmente feitos com leiva, como faz José do Canto nos pastos da Água Nova⁶⁶ ou nas matas do Porto Formoso⁶⁷. As raízes do compósito vegetal em que consiste a leiva ajudam a segurar a terra mantendo a forma do tapume. As tempestades de elevada pluviosidade causavam estragos

⁶⁰ Cf. *Contas de trabalho na Ribeira Grande*, UACSD, FBS-AJC, com datas de 23 Maio, 51 varas de bardo a 100; 13 Junho, Fazer um bocado de bardo e arrazar valado no serrado da direita da servidão de baixo; 1 Agosto, 121 vs. de bardo na Cova do Milho (Pico Arde).

⁶¹ “Em reformar do Cedro de Buçaco que tinha na matinha dos viveiros e meter **plantas de vimes pelas beiras das veredas** na mesma matinha dos viveiros - 2 homens”, (bold meu), *Folha Deste Semane nos Çerviços de Vo^aEx^a nas mates da Ribeira grande*, 16 Março 1877, UACSD, FBS-AJC.

⁶² Cf. Isabel Soares de Albergaria, *Quintas, Jardins e Parques da Ilha de São Miguel, 1785-1885*, Quetzal Editores, Lisboa, 2000, p. 170-171.

⁶³ M. Emygdio da Silva, *S. Miguel em 1893, Cousas e Pessoas, Cartas reproduzidas do «Diário de Notícias» de Lisboa*, Ponta Delgada, Bibliotheca da Autonomia dos Açores, vol. I, 1896, p. 6.

⁶⁴ “Dividir por um valladinho a parcela dos 20 alq.es”, *Lagôa do Congro em 1 d’ Agosto de 1874*, UACSD, FBS-AJC.

⁶⁵ Aparecem referidos um *Concerto de comoros* e a *Mudança d’um comoro* nas Férias da *Lavoura do Porto Formoso*, semanas de 22 e de 29 Novembro 1878, UACSD, FBS-AJC; e novamente *Roçar comoros em Outubro de 1891 Férias de João Carreiro Pt^o Formoso*, UACSD, FBS-AJC.

⁶⁶ Cf. Medição por J.[oão] *Corrêa Jacome*, de 102 varas de **tapumes de Leivas**, no *Pico da Pintonha* [Pintona] à Água Nova, 20 Dezembro 1870, UACSD, FBS-AJC. (bold meu). Se na Água Nova os combros dividiam pastos e sinalizavam servidões, na Lagoa do Congro, também a *rua dos buxos* na Lagoa do Congro (v. Carta de JC ao irmão Eugénio, Ponta Delgada, 13 Setembro 1874, AP-FACHN) seria formada por duas sebes de buxo plantada sobre combros.

As férias da Lagoa do Congro mencionam a execução e manutenção de vários *bardos*, por exemplo: “concerto dos bardos defronte da caza;” *Alagôa do Congro / Semana que acabou a 19 de Maio de 1855*, UACSD, FBS-AJC 11844; ou “Fazer 2 pedaços de bardo nos curraes”, *Alagoa do Congro / Semana que acabou a 4 d’ Agosto de 1855*, UACSD, FBS-AJC. Bardos estes que, não sendo de canas (dada a altitude), penso tratar-se de combros. Nestes documentos há também referência a tapumes: nos “dous serrados das châas dos Coelhos”, e na “estrema do matto entre mim e Nuno Gusmão”, respectivamente, nas férias das semanas que acabaram a 26 de Maio e a 9 Julho 1855, UACSD, FBS-AJC 11844 e 13312.

⁶⁷ Francisco Tavares refere um local na mata do Hilário “d’onde se tiraram as **leives para os tapumes**”, (bold meu), cf. Carta a JC, Porto Formoso, 13 Agosto 1879, UACSD, FBS-AJC.

frequentes nos combros exigindo, por isso, uma manutenção regular.⁶⁸ Estes tapumes teriam a altura suficiente para impedir a passagem ao gado bovino.⁶⁹ Os combros em terra compactada com leiva foram ainda extensamente usados pelos Serviços Florestais de S. Miguel aquando da florestação do Nordeste nos anos 50 do século XX.⁷⁰

Consociadas, ou não, com os valados e os combros, as sebes vivas acumulavam outras funções com a vedação e divisão da propriedade: sustentavam as terras em socalcos, retinham-na contra a erosão da água, amorteciam o vento, forneciam lenha, retendo a humidade combatiam a seca, “sem falar na beleza de que beneficia a paisagem.”⁷¹ Das plantas endémicas, usaram-se para sebes vivas a faia da terra e a urze⁷². A *Myrica faya* utilizou-se muito no século XIX como sebe de abrigo para a laranja, enquanto, a partir de uma certa altitude, ainda hoje se vêem renques de *Erica azorica* a segurar os taludes dos caminhos escavados, como eram os caminhos antigos, ou a dividir algumas pastagens. Das sebes cultivadas para abrigo dos pomares tratarei no capítulo dedicado à Laranja.

Nas instruções para as plantações dos matos arroteados na Lagoa do Congro, José do Canto dá-nos conta de um sistema de vedação que é simultaneamente um sistema de divisão das terras, drenagem das águas pluviais e de abrigo do vento:

Lançar um vallado no Serrado da Silveira para separar a parte que está plantada

[...]

⁶⁸ “Tornei a fazer de novo o tapume (metade) do Rebentão porque cahiu com o mau tempo.” Carta de Francisco Tavares a JC, Porto Formoso, 30 Março 1879, UACSD, FBS-AJC.

⁶⁹ João de Medeiros Constância, *Evolução da paisagem humanizada da Ilha de S. Miguel*, Separata do *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, vol. III, n.º 20, 1963, Coimbra, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, 1963-1964, p. 43, atribui-lhes a altura aproximada de 1,50 m.

⁷⁰ Cf. Albano Salvador Almeida Sousa, entrevista concedida ao autor, Ponta Delgada, 2005.

⁷¹ Arlindo Cabral, “Sebes vivas ou abrigos, nos Açores - subsídios para seu estudo”, *Boletim da CRCAA*, n.º 17, 1.º semestre 1953, p. 64.

⁷² Ambas foram devidamente recenseadas por João de Medeiros Constância, *Evolução da paisagem humanizada da Ilha de S. Miguel*, Separata do *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, vol. III, n.º 20, 1963, Coimbra, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, 1963-1964, p. 44.

Começar a divisão, e tapume das roças novas combinando os **vallados para enxugar o terreno** com os **combros para o abrigar**.

Plantar renques de **abrigos d'arvores** nos pastos das roças novas

E abrir-lhes servidões independentes. ⁷³ (bold meu).

Abria-se um sulco que era, literalmente, uma linha no solo: desenhava-se no chão a divisão da terra⁷⁴. Por sua vez, a terra escavada para fazer o *valado* era amontoada no *combro* que se alinhava paralelamente à vala. Para segurar este muro baixo e espesso de terra era frequente plantar-se vegetação sobre o mesmo, normalmente silvas, depois as hortênsias, devendo, então, passar a chamar-se *bardo* a este tipo de vedação. No entanto, ao tempo de José do Canto usavam-se indistintamente «bardo» ou «combro» para nomear quer o tapume de terra quer o sistema misto de terra e sebe.

Na *Encyclopaedia of Gardening*, J. C. Loudon advoga e ilustra a economia destes sistemas de vedação e abrigo.⁷⁵ Como não podia deixar de ser, para além da forma 'técnica' das sebes, Loudon também distingue a forma 'paisagística' das mesmas:

*Strips and hedges for sheltering or separating arable lands, should be formed as much as possible in straight and parallel lines, in order not to increase the expense of tillage by short and irregular turnings. Straight parallel strips, on irregular surfaces, have a more varied appearance at a distance, than strips ever so much varied on a flat surface; for, in the former case, the outline against the sky is varied as much as that on earth.*⁷⁶

Tal como prefigurava o autor escocês, a topografia ondulada da paisagem das pastagens de S. Miguel ilude a geometria das suas sebes desenhadas, na maior parte, em linha recta. E, de facto, o *efeito* resultante sublinha a forma topográfica.

⁷³ *Lembrança d'algumas cousas, que se deverião fazer no anno de 1859-1860. / Lagoa do Congro, UACSD, FBS-AJC 11929, Doc. anexo P02.*

⁷⁴ "A roteação da Agoa Nova tem estado a cargo de J.e Carvalho, e continuará a estar em quanto se não acabar a roteação que está talhada, **dividida já por vallados**..." (bold meu), Instruções de JC a António Bernardes d'Abreu Lima, Ponta Delgada, 22 Agosto 1857, folhas cosidas, paginadas e assinadas por JC, UACSD, FBS-AJC, fl. 3v, Doc. anexo P03.

⁷⁵ "Hedge fences are in general accompanied by an open drain, which, besides acting in its proper capacity, furnishes, at its formation, a quantity of soil to increase the pasturage of the hedge plants; and an excavation (fig. 877a), and an elevation (f), to aid in the formation of a temporary fence." J. C. Loudon, ob.cit., p. 1119.

⁷⁶ J. C. Loudon, ob.cit., p. 1118.

Silvas

*Ao alongarmos a vista pelo tapete veludineo do nosso campo enxadrezado por sebes verdejantes de **silva** trepadora orladas do cor de rosa ténue da sua flor singela, ou vincado pelo traço forte dos **muros** patinados de hirsuto líquen grisalho [...].*⁷⁷ (bold meu).

Silvas ou muros desenham a paisagem descrita por Leite de Ataíde em 1928. Oferecidas como presente no século XV,⁷⁸ ainda hoje as silvas orlam as canadas e dividem as pastagens, inibindo a intrusão na propriedade rústica dos campos da Ilha. São silvas as sebes divisórias na *Vista do Sítio das Caldeiras do Valle das Furnas* que ilustra a crónica de Bernardino de Senna Freitas⁷⁹ (Fig. 1.6). Também os irmãos Bullar, que tinham desenhado aquelas ‘mesmas’ sebes, repararam nas silvas a caminho de Vila Franca do Campo: “Em breve chegámos ao topo de uma colina, através de veredas ladeadas de sebes de silvas, como na Inglaterra, com campos de cada lado, divididos de modo semelhante.”⁸⁰

Mas até as silvas eram comidas pelas cabras,⁸¹ o que significa que somente os muros de pedra, que teriam necessariamente de ter uma certa altura, eram vedações à prova do gado caprino. José do Canto, que teria também com toda a probabilidade bardos de silvas e de urzes nas terras altas a dividir pastos, não as considera, no entanto, nos melhoramentos dos prédios.

Canas

Em geral desprezadas pelo olhar dos viajantes, as canas desenhariam linhas veementes na paisagem micaelense de Oitocentos. Sendo rara a menção à planta, mais o é associando-a à paisagem, o que no entanto acontece num relatório de 1853 que, para abrigar os cereais do vento, propõe substituir por

⁷⁷ Luís Bernardo L. d’Ataíde, “Os Portais das Velhas Quintas”, *Os Açores*, Fevereiro 1928, p. 23.

⁷⁸ Cf. João Marinho dos Santos, ob.cit., p. 205.

⁷⁹ Bernardino José de Senna Freitas, *Uma Viagem ao Valle das Furnas na Ilha de S. Miguel em Junho de 1840*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1845, Est.[ampa] III, legenda na p. 64.

⁸⁰ Joseph e Henry Bullar, *Um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas*, trad. por João Hickling Anglin, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 3.^a ed., 2001, p. 33. Nos desenhos que ilustram este relato consta, sob o título original *The Baths of the Furnas*, a ilustração que ‘inspira’ a supracitada Fig. 1.7.

⁸¹ Veja-se o pedido de José Ferreira Possidónio a JC para que este lhe venda “silva da terra dos arieiros e sima da Alagoa do Congro, que eu precisava desta para umas cabrinhas”, UACSD, FBS-AJC.

árvores “os canaviaes, com que, em linha, vemos quarteadas as encostas de muitos picos”⁸².

Os 12:530 metros correntes de canavieira plantado no primeiro corpo da Beira Mar, desde 1835 a 1882 são um dos melhoramentos listados por José do Canto no Prédio n.º 4030, onde se localiza a granja do Monte do Porto Formoso.⁸³ O longo e recorrente período de plantação demonstra a eficácia dos bardos de cana como primeira linha de protecção aos salinosos ventos marítimos. Os renques de canas podiam ser plantados sobre um tapume contínuo de terra, aumentando, pela altura assim obtida, a área protegida do vento.⁸⁴

Do mesmo modo que José do Canto defendia, com os seus confrades da SPAM, que a arborização prevenia a erosão dos solos, assim utilizaria os renques de canas para impedir que a terra escorresse para o mar. Ainda hoje, as orlas das falésias, no Porto Formoso, exactamente na *ponta* que foi de José do Canto, e noutras zonas da beira-mar a norte e sul da ilha, são seguras pelas raízes do *Arundo donax*.⁸⁵

Para além dos bardos, as canas eram ainda utilizadas por José do Canto para fazer *caniçadas*⁸⁶ e *tanhos*. Os tanhos eram faixas entrelaçadas de canas com

⁸² António Teixeira de Macedo, *Breve Memoria sobre o Estado da Agricultura, Commercio e Industria do Districto de Ponta Delgada offerecida Ao Exm.º Sr. Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello, Ministro e Secretário d'Estado das Obras Publicas Commercio e Industria*, Ponta Delgada, 1853, p. 14.

⁸³ Cf. 4030 Dentro das confrontações deste prédio, situado na freguesia do P Formoso existe a seguinte propriedade que deveria ser avaliada separadamente a saber: Aras 223, e 2 centearas [...], em listas de avaliações dos Melhoramentos após morte de Maria Guilhermina (d.1887) para esboço do *Inventário Orfanológico*, UACSD, FBS-AJC. Noutra descrição do mesmo prédio incluída na *Relação dos Prédios em que há melhoramentos ou em que estão envolvidos outros prédios livres, nos quaes não se fez avaliação em separado, o que torna impossível a partilha, na hypothese de se me não dar meança nos bens desvinculados, sem que se proceda a nova avaliação*, UACSD, FBS-AJC, pode ler-se “Em todo o predio há uma grande quantidade de **combros de cana**, que forão por mim pagos ao ultimo rendeiro, ou por mim mandados fazer.” (bold meu).

⁸⁴ Em notas avulsas, com caligrafia de JC e de outro (que poderia ser André do Canto), e que parecem constituir esboços para artigos a editar n’O *Agricultor Michaelense*, encontrei o seguinte: “Abrigos nas terras, tapumes de terra, sete palmos com canas em cima, tanta base como altura.” UACSD, FBS-AJC.

⁸⁵ João de Medeiros Constância, ob.cit., p. 42-43, observa em 1963 a menor frequência de muros de pedra nas extremas oriental e ocidental da Ilha, por aí se utilizarem mais os abrigos de canas.

⁸⁶ “O Snr Manuel Pereira das Feteiras entrou com quarenta e oito cargas de cannas para caniçadas em St.^a Anna, a razão de duzentos reis a carga. P Delgada 8 de Fevereiro de 1851 / [assinado] José do Canto”, UACSD, FBS-AJC.

que se protegiam os *mergulhões* da laranja.⁸⁷ Os tanhos envolveriam o plantio ficando presos por estacas ao solo.⁸⁸ Não se pense que as canas eram apenas utilizadas neste processo quando as havia por perto: *acarretavam-se* donde as houvesse para proteger o plantio das quintas.⁸⁹

Também se empregavam canas para proteger os pinheiros semeados⁹⁰ ou álamos plantados⁹¹, e José do Canto nunca deixou de as utilizar⁹², o que dá conta da importância desta espécie na paisagem e na prática agrícola de então.

Tal como as silvas (José do Canto tem jornas permanentes de *cavar silvas*, e impõe a limpeza das ditas nos cerrados e pastos arrendados⁹³), as canas eram já na altura uma infestante, mas compensariam no seu desempenho como abrigo,

⁸⁷ “Toda a pedra que der para fazer carcooes se hade aproveitar n’ isso, e o resto das laranjeiras hãode ser abrigadas ou com **tanhos de canas**, ou com milheiros.”; ou “Quando se apanhar o milho, **devem tirar-se os tanhos as laranjeiras porque a giesta já abriga.**” (bold meu), *Em 28 de Junho de 1862 / Instrucções para Francisco Muniz a respeito das Quintas a seu cargo*, UACSD, FBS-AJC.

Arruda Furtado refere a utilização dos tanhos como parede divisória no interior da habitação dos camponeses de S. Miguel, definindo-os como “um tecido de canas rachadas”, em *Materiaes para o estudo anthropológico dos povos açorianos. Observações sobre o povo michalense*, Ponta Delgada, 1884, cit. por Carreiro da Costa, *Etnologia dos Açores*, Lagoa, Câmara Municipal da Lagoa, 1991, vol. 2, p. 450. O mesmo Carreiro da Costa na sua “Terminologia Agrícola Micaelense”, mantendo a definição de tanho como um *Entrançado de cana*, acrescenta à função de parede a de tecto e que, nesses casos, os entrançados se cobriam *de cal e areia* desempenhando *a função do actual estuque*, em *Boletim da CRCAA*, n.º 8, 2.º Semestre 1948, p. 97.

Fazer tanhos fazia parte do calendário rural, o que demonstra a sua utilização corrente: *Entretecer cannas*, juntamente com a fabricação de cestos e ceirões, era uma das actividades a executar ‘dentro de casa’ no mês de Janeiro, cf. Eduardo Sequeira e Gabriel d’Almeida, *Almanach Agrícola para 1894*, Ponta Delgada, 1893, p. 76.

⁸⁸ João de Frias pede a Abreu Lima, para os *Abrigos das Laranjeiras dos prédios do Illmo Snr José do Canto* para a Canada Duarte Borges, 304 **tanhos de esteira** de quatorze palmos de comprimento e que tenham sete palmos de largo, e 1520 **páos para estaquiar os ditos tanhos**. Pedido assinado por João Frias, 31 Outubro 1862, [datado por Abreu Lima], UACSD, FBS-AJC (bold meu). Os tanhos solicitados medem aproximadamente 3 por 1,5 m.

⁸⁹ Na semana de 17 de Novembro de 1855, contabilizam-se 9 *Fretes de Canas* para a Quinta Velha da Grimaneza nas Férias de Francisco Moniz, UACSD, FBS-AJC; e na Feria de João Soares de 27 de Novembro de 1869, UACSD, FBS-AJC, contabiliza-se 1 [carreto] *da Grimaneza para Rosto de Cão com canas*. Na *Feria para Jose d’Arruda e os mais homens que trabalham nos serviços do Ex.mº snr Jose do Canto*, ao Pico da Pedra, amarrou-se *meio sento de canas*, 16 Julho 1870, UACSD, FBS-AJC.

⁹⁰ “2 jornaes de semiar pinheiros e abrigar com canas”, Férias de Manoel Furtado, 10 Outubro 1846, UACSD, FBS-AJC. Pela anotação sintética, característica das folhas de Férias, não se consegue perceber se protegeria a sementeira com tanhos ou renques de canas.

⁹¹ “Será preciso fazer abrigo de canas no terreno de baldios plantados d’álamos.” Carta de Francisco Tavares a JC, Porto Formoso, 17 Novembro 1882, UACSD, FBS-AJC.

⁹² Em 1891 continua a *ajuntar canas (Dez do meio, e no de do meio)* [cerrados do Monte, Porto Formoso], cf. *Outubro de 1891 Férias de João Carreiro Ptº Formoso*, UACSD, FBS-AJC.

⁹³ Cf. Mapas de Férias das diversas propriedades, e contratos e notas sobre os arrendamentos, UACSD, FBS-AJC.

como atestam diversos documentos com o morgado a utilizá-las e a considerá-las como um *melhoramento* da propriedade. No que parece ser uma cópia de carta dirigida por um procurador ou advogado de José do Canto às Obras Públicas, e na sequência do processo de expropriação para a construção do ramal da Estrada *que vae da Ladeira da Velha ao Porto Formoso*, tendo sido informado pelo encarregado da dita que, ao invés de um muro de pedra, lhe plantarão *tocas de canas* para vedar as extremas que confrontam com a estrada, pode ler-se uma síntese do desempenho das canas na agricultura do morgado:

As tocas de cana tem o inconveniente, de que o terreno continuará por muitos mezes plenamente aberto, e ainda depois das canas rebentarem, aberto fica, porque os animaes atravessarão, sem obstáculo, através das canas. Outros inconvenientes tem as canas, por que depois de crescidas, as raízes alastrão-se demasiadamente comendo muito campo, exaurindo o terreno, e carecendo de serem annualmente decepadas, - crescem também de modo que assombrão o terreno, e necessitão de um decote periódico, [...].

Como abrigo contra o vento no interior das terras, prestão as canas um óptimo serviço, mas como tapume de vedação na margem das estradas, em terreno que approximadamente está no nível das mesmas estradas, não podem satisfazer.⁹⁴

Se aqui crescem em demasia *alastrando demasiadamente*, outras vezes não tapam o suficiente, sendo necessário *apertar [o] bardo de canas*.⁹⁵

Árvores

Presença forte nos campos que se seguiam à cintura de quintas da Cidade seria o *melhoramento* neles introduzido com a orla de carvalhos ou ulmeiros com que José do Canto contornava os mesmos. Num artigo d'*O Agricultor Michaelense* sugere-se a plantação de *madeira de construção* no perímetro das terras como um dos melhoramentos a contratar nos arrendamentos.⁹⁶ Com longa tradição na

⁹⁴ Cópia de exposição a instância não identificada, incluída com outros documentos e cartas em capa com o título *Correpond.^a trocada com a Direcção d'Obras P.cas sobre uma expropriação de terre.no no P.º Form.º*, UACSD, FBS-AJC. Pela correspondência com a *Dirrecção das Obras Publicas do Districto de Ponta Delgada*, contida nesta capa, verifica-se que o processo de negociação da expropriação se terá iniciado anteriormente a 30 de Março de 1885.

⁹⁵ Cf. Ferias de Manoel Furtado, entre 1847 e 1852, UACSD, FBS-AJC.

⁹⁶ Cf. "Arrendamento", excerto do *Diccionario d'Agricultura de S. Franco*, transcrito em *O Agricultor Michaelense*, n.º 9, Junho 20, 1844, p. 142.

Holanda⁹⁷, desde logo difundida pela pintura de paisagem⁹⁸ e observada *in loco* pelo pai de José no seu *grand tour*⁹⁹, os renques de árvores alinhados ao longo das margens dos campos, das estradas e dos canais, desempenhando várias funções utilitárias (desde o ordenamento, mantendo o desenho do território e fixando o solo contra a erosão, ao abrigo das culturas do vento, à produção de madeira e sombra nas estradas), são também, reconhecidamente, um *melhoramento* estético. Num conceituado manual agrícola de que José do Canto possuía um exemplar, ao final do capítulo dedicado às vedações, podia ler-se:

*Were we to estimate the value of hedgerow trees by considerations of beauty alone, they would be beyond all price. Nothing gives so clothed and lively an aspect to a country as these beautiful objects; and the cultivated scenery of England is on this account, amongst the richest any where seen.*¹⁰⁰ (bold meu).

Cento e trez Carvalhos que orlão o lado leste, de toda a parte agricultada da granja da Grotinha, no prédio de Santana, ornamentavam nobremente a paisagem, enquanto delimitavam a propriedade com mais os Duzentos e cincoenta e trez carvalhos, dos quaes alguns com a circunferência de um metro e cincoenta centímetros que envolviam o prédio pelo norte, ao longo do Caminho

⁹⁷ “Well before 1600 the Dutch had taken to planting trees along canals and highways. This was an everyday adaptation of the grand princely avenues that always formed the approaches to stately homes.” Martin Warnke, *Political Landscape, The Art History of Nature*, London, Reaktion Books, 1994 (1992), p. 15.

⁹⁸ Para Martin Warnke, ob.cit., p. 16, na pintura *The Avenue at Middelharnis*, 1689, de Meindert Hobbema, sem casa ou templo ao fundo, a alameda autonomiza-se como tema.

⁹⁹ “Quando eram cinco horas da tarde, estávamos no porto de Roterdão, que é muito bonito; o rio neste lugar é largo e faz sua volta e está **todo bordado de grandes olmeiros**”, Morgado José Caetano, *Diário de Viagem*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1978, p. 154. Da viagem entre Haia e Leyde, escreve o morgado: “Tudo bem belo, de maneira que vim entretido e admirando o plano destes campos [...] e **parece que se anda pela rua de um jardim**, pois as árvores e arbustos, as relvas verdes, os canais, pontes, tudo encanta a vista do viajante”, idem, p. 160. E, no dia seguinte, depois de Leyde, “[...] partimos para Amsterdão [...] e pode dizer-se que foi uma **viagem pelo meio de um jardim** sempre árvores e maciços de arbustos, belas casas de campo, etc.”, idem, p. 163. (bold meu).

¹⁰⁰ David Low, *Elements of practical agriculture; comprehending the cultivation of plants, the husbandry of the domestic animals and the economy of the farm*, London, Longman, Brown, Green, and Longmans; Edinburgh, Adam & Charles Black, (4th ed.) 1843, p. 752. Já antes, a páginas 736, depois de descrever a construção dos muros de pedra, Low escrevera “[...] the live-fence, accompanied with ditches, has its advantages in the situations it can be reared. Not to speak of it **as an object of beauty**, in which it far surpasses the stone-wall”. (bold meu).

da Grotinha, e pelo oeste, onde confinava com o prédio de Pedro Jácome Corrêa.¹⁰¹

Por volta de 1880, José do Canto contabiliza *30 Árvores de Carvalho* no prédio n.º 3624, dito Courella do Miranda (situado a norte da Grotinha, acima do Caminho homónimo), e *84 Árvores de Ulmeiro* mais *23 de diferentes espécies* no prédio n.º 3625, dito Pico da Giesta, atingindo um dos ulmeiros *2m de diâmetro*. Contando com *46 anos de plantação*, estes renques de árvores foram plantados nos primeiros anos a seguir ao seu casamento com a morgada proprietária daqueles prédios nas frentes alinhadas ao longo da Estrada das Capelas.¹⁰²

No esboço de uma planta de terrenos a norte do “Chá da Caldeira Velha”, vemos um renque de árvores desenhado na confrontação com a “Estrada [pública] Norte” (Fig. 1.7a), confirmando a tendência para alinhar árvores na *testada dos caminhos*.

Uma folha de Férias menciona um *combro* de Olmos no Monte do Frade.¹⁰³ O “combro”¹⁰⁴ pressupõe que os olmos foram plantados segundo um dado alinhamento e com um espaçamento curto de modo a construir uma divisória ou barreira vegetal.

No Porto Formoso eram Álamos as árvores escolhidos para marginar a estrada da Ladeira da Velha, e para delimitar a extrema que confrontava com a *Ribeira*

¹⁰¹ Cf. descrição do N.º 3623 *No predio descripto sob este numero, e situado acima da Ermida de Sant'Anna, desta Cidade, existem duas propriedades, que devem ser avaliadas em separado, a saber: / 1ª - Aras duzentos e dezeseis, e quinze centeaes [...], em Notas de Inventário e Partilha após a morte de Maria Guilhermina, UACSD, FBS-AJC.*

¹⁰² Cf. descrição do N.º 3624 *N'este prédio situado acima da Grotinha, existem os seguintes melhoramentos: [...], e descrição do N.º 3625 N'este prédio situado ao Pico da Giesta, existem os seguintes melhoramentos: [...], em Notas de avaliação dos Melhoramentos das propriedades para o Inventario pós-morte de Maria Guilhermina, UACSD, FBS-AJC. Considerando que estas notas terão sido executadas entre 1887 e 1890, as ditas árvores teriam sido plantadas, seguramente, entre 1842, ano do casamento de JC com a morgada proprietária daquelas terras, e 1844.*

¹⁰³ “[...] Em alimpar um combre d'olmos no monte do frade”, *Folha Deste Semane nos Çerçiços deste Semane nos predios de Vo.ª Exª nas mates da Ribeire grande*, 9 Março 1877, UACSD, FBS-AJC.

¹⁰⁴ Carreiro da Costa define *Combro* como *divisória entre duas terras feita de canicos, hortênsias ou silvas. Os canicos, as hortênsias ou silvas são plantados sobre um pequeno leito de cerca de um metro de altura. O m. q. tapume. Ainda segundo as mesmas fichas, Canico é a cana ainda verde. Cf. Carreiro da Costa, Dic. Ling. Popular Açoriana, em fichas, s.d., UACSD-FCC.*

Secca. Nas margens da Grota do Ferro juntavam-se Eucaliptos aos Álamos.¹⁰⁵ Estes complementam os tapumes do prédio do Monte Frade, nas Gramas, provavelmente confinando com uma grota¹⁰⁶. Os Álamos são também a espécie escolhida para plantar ao longo de outra grota no prédio da Lagoa do Congro¹⁰⁷, indiciando uma aplicação tipificada¹⁰⁸ que ainda hoje se mantém na paisagem com os choupos plantados pelos Serviços Florestais nas margens das linhas de água durante a segunda metade do século XX. Os Álamos, de que se utilizava a ramagem fina e flexível para fazer cestos, foram bastante usados alinhados ao lado dos muros para assinalar a propriedade ou a divisão dos cerrados, e funcionarem como paravento¹⁰⁹. Já no século XVIII os vereadores da Câmara de Vila Franca do Campo mandavam aos roceiros das Furnas plantar “nos combros de suas testadas quantas verdascas d’alamo puderem pôr”.¹¹⁰ Por isso Félix Valois e Silva ali viu as “várias terras lavradias, divididas por infinitos álamos” e os “vários caminhos de arvoredos” quando foi a banhos em 1791.¹¹¹

¹⁰⁵ “Aras10, e 23 centearas (147 braças) de plantio, nas margens da estrada da Ladeira da Velha, na parte em que atravessa este prédio, que se compões d’ álamos, feito em [espaço em branco] / Aras 9, e 30 centearas (133 e meia braças) de plantio na extrema, que confronta com a Ribeira Secca, que se compões d’ Álamos. / [...] / Aras 50, e 52 centearas (3 alq 125 braças) de plantio nas margens da Grota do Ferro, que se compões de eucalyptus e álamos, feito em / O plantio existente no grotilhão do lado dir.to da estrada do Matto, junto da mesma Grota do ferro, que se compões de eucalyptus e álamos, feito em”, Descrição do *Prédio N.º 4030 em Notas de Inventário e Partilha após a morte de Maria Guilhermina*, UACSD, FBS-AJC.

¹⁰⁶ “[...] plantio de grota, Alamos nos tapumes”, descrição dos melhoramentos no prédio N.º 4041 *Grammas* na lista anexa à *Relação dos Prédios em que há melhoramentos ou em que estão envolvidos outros prédios livres, nos quaes não se fez avaliação em separado, o que torna impossível a partilha, na hypothese de se me não dar meança nos bens desvinculados, sem que se proceda a nova avaliação*, UACSD, FBS-AJC.

¹⁰⁷ “Em roçar silva d’uma grota plantada d’alamos”, *Férias da semana que acabou a 28 / Alagoa do Congro 28 de Julho de 1855*, UACSD, FBS-AJC 11847. Na semana seguinte continua-se a “Roçar silvas no grotelhão dos Álamos”, *Férias da semana que acabou a 4 d’Agosto de 1855*, idem.

¹⁰⁸ A 6.^a tarefa a executar para concluir os arroteamentos do Pico Arde é “**Plantar as grotas** de M.el d’ Arruda, de João Vital, e as portas dos dous lados do espigão do meio; “ (bold meu), *Pico Arde melhoramentos – Pastagens* [de 1869 a 1871], UACSD, FBS-AJC 10519, Doc. anexo P07.

¹⁰⁹ Cf. Arlindo Cabral, ob.cit., p. 73.

¹¹⁰ Livro das Posturas da Câmara de Vila Franca do Campo, fl. 206, e no Livro das Provisões e Finanças da mesma Câmara, fl. 202, Março 9 de 1756, escrivão Pedro Bento Pinto de Sousa, transcrição em Urbano de Mendonça Dias, ob.cit., 1936, p. 56.

¹¹¹ *Descrição das aguas mineraes das Furnas na ilha de S. Miguel*, Ano de 1791, Arquivo dos Açores, vol. VIII, p. 437-446, cit. por Carreiro da Costa, “Arvoredos dos Açores [...]”, *Boletim da CRCAA*, n.º 16, 2.º semestre 1952, p. 2.

“Plantar renques de abrigos d’árvores nos pastos das roças novas”,¹¹² ordena José do Canto para a Lagoa do Congro, onde a altitude expõe demasiado o solo aos ventos constantes, como atesta noutra instrução para aquele mesmo prédio: “[...] junto da Lagoa deve ser plantada de arvoredo uma courella, para quebrar a fúria dos ventos, que ali soprão com muita força”.¹¹³

Mostrarei ainda no capítulo final, dedicado aos projectos para as Furnas, como José do Canto confirma o valor paisagístico dos renques de árvores adoptando o perfil do *Boulevard* para a estrada real que lhe atravessa a propriedade, monumentalizando a aproximação à lagoa.

Muros de pedra

Nos terrenos pedregosos de biscoito, os muros que, arrumando a pedra, serviriam para limpar o solo, tinham ainda a importante tarefa de impedir a intrusão dos animais. E assinalavam a divisão, espacial e social do território. Os muros são signos inequívocos da propriedade: murar é tomar posse da terra.

*A terra do Caminho Novo não se mura este anno: para que se não diga talvez ainda que eu tenho pressa em a murar, para me apossar do que não é meu [...].*¹¹⁴

Escreve, elucidativamente, José do Canto a propósito de uma terra que permutou e da qual, no momento em que escreve, não terá ainda a escritura feita. Consciente do texto que os muros escreviam na paisagem, José do Canto construiu vários metros lineares destes signos caros. Em vez dos bardos ou valados, permeáveis aos animais e ladrões, os limites da propriedade, ou do cerrado, eram fixados e defendidos pela menos efémera alvenaria de pedra.

*Fiz huma parede no serrado da Carjeira de nascente ao Ponente [...] **acarretei a pedra de longe**, e mandei-a tirar*¹¹⁵ (bold meu).

¹¹² *Lembrança d’algumas cousas, que se deverião fazer no anno de 1859-1860. \ [...]* Lagoa do Congro, UACSD, FBS-AJC 11929, Doc. anexo P02.

¹¹³ *Nota de distribuição de plantações na mata da Grota de Diogo Preto*, UACSD, FBS-AJC 6734, Doc. anexo F09.

¹¹⁴ Carta de JC a António Bernardes [de Abreu Lima], 28 Agosto 1857, UACSD, FBS-AJC. JC acrescenta à passagem transcrita acima: “e mesmo por que se quiserem desfazer a premuta é mais fácil e eu não me oponho.”

Assim escreveu o morgado José Caetano Dias do Canto e Medeiros no seu Livro de Obras, testemunhando que, não havendo pedra no local, ir-se-ia buscá-la onde fosse preciso para murar um dado terreno. Ainda o pai de José do Canto, e relativamente ao elevado custo financeiro dos muros de pedra, nas obras de 1851 na sua Casa dos Prestes refere em carta aos filhos: “só o defeito que tem tido é ter-me custado **muito dinheiro** o paredão que fiz pelo Norte [...]”¹¹⁶ (bold meu).

Em Quatrocentos e Quinhentos, os muros que arrumavam a pedra e *cerravam* os campos não ultrapassariam os seis a sete palmos de altura,¹¹⁷ ou seja, não teriam mais do que cerca de metro e meio de alto, o que não chegava para tapar a vista de um pedestre. É sobejamente conhecida, por ser muito transcrita, a passagem dos irmãos Bullar que refere que “As estradas dos arredores de Ponta Delgada são de tal modo escondidas por altos muros de pedra, que não é paradoxo dizer que mais se vê da paisagem ficando em casa do que saindo à rua”.¹¹⁸ São os muros da paisagem construída pela economia da Laranja. Encontra-se assim, exarado n’*O Agricultor Michalense* de Fevereiro de 1849, a páginas 241:

*O Commercio da Laranja [...] creou um ramo de industria quasi desconhecida, ou muito imperfeitamente praticada, - a arte de construir os muros de pedra ensossa, que são ainda hoje a profissão de muitas famílias.*¹¹⁹ (bold meu).

Assim parece ter sido. É claro que existiam muros de pedra antes de finais do século XVIII, mas, e à excepção de alguns muros que vedariam o terreno próximo das casas mais nobres e que seriam altos e rebocados, os muros anteriores à laranja seriam bastante mais baixos e, por isso, de *feitura muito imperfeitamente praticada*. No texto dos irmãos ingleses encontramos também os argumentos

¹¹⁵ Livro de Obras do morgado José Caetano Dias Canto de Medeiros, BPARPD-ADCM, Cx. 2.

¹¹⁶ Cf. “Cartas do Morgado José Caetano a seus filhos Ernesto, Eugénio e Filomeno (1850-1856)”, *Insulana*, vol. XIX, 1.º e 2.º semestre de 1963, carta de 14 Fevereiro 1851, p. 23.

¹¹⁷ João Marinho dos Santos, ob.cit., p. 205.

¹¹⁸ Joseph e Henry Bullar, ob.cit., p. 24.

¹¹⁹ *O Agricultor Michaelense*, 2.ª série, n.º 14, Fevereiro 1849, p. 241.

utilitários para a aumentada envergadura dos muros nos arredores de Ponta Delgada quando, excursionando “por entre estreitos caminhos”, os dizem “ladeados de altos muros que abrigam os laranjais e os protegem dos ladrões, e (coisa pior do que estes) dos ventos fortes.”¹²⁰ E das cabras, acrescentaria Carlos Guilherme Riley. Este historiador cita a resposta da vereação de Ponta Delgada a ofício do Corregedor, em 1824, responsabilizando as cabras (Fig. 1.8) pela desarborização da envolvente do concelho. Mais, segundo o mesmo texto são também aqueles quadrúpedes ruminantes que obrigam à desmesurada altura dos muros de pedra: “Alguns dos ricos proprietários do nosso distrito têm contudo por seu natural génio sido, e continuado a ser, incansáveis nesta agradável cultura, [das Árvores de espinho], [...] defendendo-se com altos Muros dos rebanhos de Cabras que infestam e envenenam todo o Arvoredo.”¹²¹

Já a divisão dos cerrados para arrendar, dentro de um mesmo corpo de terras, era feita, à semelhança dos muros de Quatrocentos e Quinhentos, por uma alvenaria mais baixa: os pastos de José do Canto ao Pico da Pedra eram cingidos por um muro com 1,25 m de altura, e os das Criações tinham 1,30 m, enquanto os dos restantes cerrados, que seriam de terras lavradas, variavam entre 1,5 e 2,20 m. Os muros das quintas de laranja da Grimaneza, do Caminho Novo e do Pico da Pedra ultrapassavam os 3,00 m, chegando a ter 3,70 m de altura.¹²² E ainda os havia mais altos. Mas qual seria então a altura mínima anti-caprina?

Se nos laranjais os animais obrigaram a levantar os muros de pedra a dois andares de altura, o elevado custo inerente, bem como o efeito visual de muralha defensiva, acrescentaram à sua finalidade utilitária outra finalidade de tipo simbólico: estes muros seriam tão mais altos quanto mais valiosa fosse a propriedade que defendiam, como era o caso das *quintas* da laranja¹²³. Daí o

¹²⁰ Idem, p. 29.

¹²¹ BPARPD, ACPD, n.º 123, fl. 182v-183v, transcrito por Carlos Guilherme Riley, *Os Antigos Modernos. O Liberalismo nos Açores: uma abordagem geracional*, dissertação de doutoramento em História Contemporânea, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2006, p. 407.

¹²² Cf. Medições dos tapumes das Calhetas e das Criações, Doc. anexo P10.

¹²³ “[...] podendo ao mesmo passo ter sido vantajosa [a cultura das Árvores de espinho] entre os Pobres Proprietários se estes tivessem as mesmas possibilidades, defendendo-se com altos Muros dos Rebanhos de Cabras”, BPARPD, ACPD, n.º 123, fl. 182v-183v, transcrito por Carlos Guilherme Riley, ob.cit., p. 407. Aquelas árvores, “plantadas por entre montões de pedras

investimento decorrente nas entradas das ditas quintas, que são desenhadas com arco de volta inteira em pano rectangular rebocado e confinado por remates em *pedra lavrada* de pragmática matriz neoclássica. Numa excursão, a caminho dumas grutas a noroeste da Cidade, o americano Webster, com o seu exagero habitual no que refere à caracterização não geológica da Ilha, destaca: “A short distance from the city we passed the country houses of some Morgados; all of them are built of stone, and surrounded by **lofty stone walls**, with **heavy gates surmounted by the massive ornaments** of Moorish architecture.”¹²⁴ (bold meu). As obras que o morgado José Caetano leva a cabo na sua casa de Verão dos Prestes, a meio do século, incluem uma nova entrada no prédio, com o portão agora recolocado a *meio da entrada*, e um dispendioso *paredão* a norte.¹²⁵ Pelas cartas aos filhos percebe-se que o citado portão integra o programa de representação da remodelação geral – “A entrada, e Portão ficaram lindos, e tenho a presunção de que é a melhor que há na Ilha, tem sido visitada por centos de pessoas e tem merecido os aplausos desses Senhores.”¹²⁶ – antes de corresponder a uma finalidade utilitária, que, aliás, não é referida.

Sob a designação genérica de “tapumes”¹²⁷, que também inclui os combros, os muros de pedra são constantes nos documentos da Casa de Maria Guilhermina e José do Canto, seja nas despesas de construção nova ou de manutenção, seja

[terrenos de biscoito] à custa de imenso suor, de sangue e de dinheiro”, seriam, de acordo com Riley, as laranjeiras e árvores de abrigo das chamadas *quintas*, cf. idem, p. 408-409.

¹²⁴ John W. Webster, *A Description of the Island of St. Michael, comprising an account of its Geological Structure*, Boston, R. P. & C. Williams, 1821, p. 124.

¹²⁵ “Vamos às Obras, estão-se acabando de pintar as casas dos Prestes, e ficaram muito boas, a canada na largura da frente das casas fica muito bonita e só o defeito que tem tido é ter-me custado muito dinheiro o paredão que fiz pelo Norte vindo da borda do tanque, e entulhar tem dado que fazer, e gasto dinheiro. Agora vai-se botar o Portão abaixo para se pôr ao meio da entrada [...]” Em “Cartas do Morgado José Caetano a seus filhos Ernesto, Eugénio e Filomeno (1850-1856)”, *Insulana*, vol. XIX, 1.º e 2.º semestre 1963, carta de 14 Fevereiro 1851, p. 23.

¹²⁶ Idem, carta de 24 de Maio de 1851, p. 31.

¹²⁷ “Quanto ao que Marianno diz na sua, são 15\$000 rs. para uns homens que estão virando terra e 3360 rs. para outros que estão fazendo um **tapume de pedra**, [...]”, (bold meu), Carta de JC a AB Abreu Lima, 23 Novembro 1864, UACSD, FBS-AJC. As mais das vezes apenas se escreve “tapume”, ainda que referindo-se a um muro de pedra.

No já citado Livro de Obras do morgado José Caetano Dias Canto de Medeiros, BPARPD-ADCM, Cx. 2, em que o pai de JC registou despesas de obras executadas entre 1817 e 1850s, os muros de pedra são geralmente designados por *paredes* ou *tapume de parede*, aparecendo ainda *paredões*.

na contabilidade dos *melhoramentos* das propriedades.¹²⁸ Entre os muros que o *Cabeça de Casa* ergue ou repara, há-os avulsos¹²⁹, significativos por indicarem que, por princípio, tudo se murava, – é o princípio da afirmação da propriedade, – e os que denotam um planeamento da actividade agrícola em que murar, para proteger dos animais, do vento e dos roubos, mas também para organizar e pôr em ordem, precede o plantio – é o melhoramento que a agronomia nascente considerava indispensável¹³⁰.

Entre 1850 e 1853 José do Canto ergue muros em Santana, começando com o *tapume que divide com Sr. J. Jácome*, na fronteira poente, com *pedra de Belem*.¹³¹ Pelo meio, em 52, tem a casa existente ao Calço em reconstrução.¹³² Os muros a Santana desenham os limites externos e divisões internas da propriedade onde José do Canto vai morar e onde, logo desde 1842, vai construir um jardim de reconhecido valor botânico. São por isso muros especiais, distintos dos muros que circundam as quintas e lavouras e que delineiam vincadamente a paisagem micaelense de Oitocentos.

Em 1852, tem em construção os *portaes* para a Quinta de S. Joaquim.¹³³ No final de 1859 está para iniciar novo muro na mesma S. Joaquim.¹³⁴ Por essa altura,

¹²⁸ Os documentos mais antigos datam de 1838 e são a *Conta da despeza que se fez, em demulir o Intrinxeiramento que o Estado mandou fazer a S. Gonçalo subúrbio da Cidade de Ponta Delgada em terras da menor D. Maria Guilhermina Taveira Brum da Silveira*, e a *Conta de Despeza dos Tapumes feitos em S. Gonçalo p.r conta da menor D. Maria Guilhermina Taveira Brum da Silveira*, UACSD, FBS-AJC.

¹²⁹ Cf. conta de uma *parede* na Grotinha, em Feria de 23 Março 1850, UACSD, FBS-AJC 12318.

¹³⁰ Veja-se o já citado artigo 233 “Tapumes das Propriedades Rurais”, na *Revista Universal Lisbonense*, tomo V, 1846, p. 205, em que, depois de lembrar o uso romano dos tapumes (muros ou sebes) e posterior declínio, “[...] até que em tempos próximos a nos tornaram a reviver com mais vigor do que nunca, e a ser **considerados como o primeiro dos melhoramentos da agricultura** por todas as nações da Europa, sendo a Inglaterra a que tomou a dianteira, e deu exemplo às outras.” (bold meu).

¹³¹ Cf. Férias de 19 e 26 Janeiro 1850, UACSD, FBS-AJC 12313-12314, e Férias de Manoel Pereira, de Abril a Junho 1853, UACSD, FBS-AJC. Já tivera encargos com os muros de Santana anteriormente, cf. *Conta da Despeza feita com o Tapume no Serrado da Junca, e da Pedreira; n’Arquinha*, de Novembro 1842 a Maio 1843, UACSD, FBS-AJC.

¹³² Cf. Relações das obras na *Caza do Calso*, de 8br.º 2 d’1852 a Dezbr.º 31 d’1852, UACSD, FBS-AJC 6603, 7809, 7812, 7813, 7814. Não encontrei Relações do início das obras.

¹³³ “Carretos [de pedra] p^a os portaes de S Joaq.m”, Relação das obras na *Caza do Calso Dezbr.º 24 d’1852*, UACSD, FBS-AJC 7813.

¹³⁴ Cf. Cartas n.º 9 e n.º 10 de AB Abreu Lima a JC, Ponta Delgada, respectivamente de 30 de Setembro e 7 de Novembro de 1859, UACSD, FBS-AJC 17822 e 17823.

também pretende pôr um Portão e murar a frente da nova quinta de S. Gonçalo.¹³⁵

Os Muros da Grimaneza em toda a roda mediam 1520 m de Cumprido e 3 e 60 de Altura, e o que a dividia pelo meio tinha 268 de comprimento por 3 metros de altura¹³⁶. Por sua vez, os muros da Quinta Nova da Grimaneza eram rebocados.¹³⁷ Até 30 de Novembro de 1858 José do Canto terá gasto 113\$160 réis em muros de pedra na Grotinha.¹³⁸

Entre 1864 e 1865 terá murado todo o prédio da Lagoa das Furnas.¹³⁹ Se bem que fosse indiscutível a necessidade de proteger o plantio das matas, considerando que a zona alta do prédio, do Pico da Areia ao Pico da Vigia, é rarefeita em pedra graúda tendo o solo coberto por pedra pomes, e não tendo encontrado nenhuma descrição deste muro nas listagens dos *melhoramentos*, como seria de esperar, calculo que se tratasse, em grande parte da sua extensão, de um muro baixo, ou mesmo de um bardo ou combro. Em meados do século XVIII, a já referida comissão de vereadores da Câmara de Vila Franca do Campo que se desloca às Furnas a requerimento dos roceiros, e que manda assinalar a divisão das suas roças com *bardos de 12 palmos se valados não quiserem usar*, não considera a hipótese da alvenaria de pedra¹⁴⁰. Excluindo o muro confinante com a lagoa, muito referido por ser destruído com frequência por tempestades e inundações, encontrei apenas uma outra referência a um

¹³⁵ Cf. *Lembrança d'algumas cousas, que se deverião fazer no anno de 1859-1860*. [...] Rosto de Cão, UACSD, FBS-AJC 11929, Doc. anexo P02. A quinta 'velha' de S. Gonçalo já estava murada, cf. *Conta de Despeza dos Tapumes feitos em S. Gonçalo p.r conta da menor D. Maria Guilhermina Taveira Brum da Silveira*, 1838, UACSD, FBS-AJC.

¹³⁶ Cf. *Medição dos tapumes das Criações*, UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P10.

¹³⁷ Cf. *Férias de Francisco Moniz*, 12 Janeiro 1855, UACSD, FBS-AJC, com sete dias de *Paredeiro e Servente para Reboque dos Muros*.

¹³⁸ Cf. UACSD, FBS-AJC.

¹³⁹ "10.º Murou-se todo o prédio [das Furnas], e puzerão-se cancellas.", UACSD, FBS-AJC 16943, Doc. anexo F08, tendo antes escrito: "9.º Alimparão-se as mattas das Furnas, e fez-se o desbaste às mais velhas. / Virarão-se 20 alqueires de terra." Considerando esta sequência, não poderemos pensar que o *prédio* murado fosse apenas o da Fajã das Rabaças, onde JC dispunha de uma pedreira com que construiu parte da Capela, e de onde terá provido a pedra da alvenaria rebocada que confrontava a lagoa.

¹⁴⁰ Cf. Livro das Posturas da Câmara de Vila-franca, fl. 206, e no Livro das Provisões e finanças da mesma Câmara, fl. 202, Março 9 de 1756, escrivão Pedro Bento Pinto de Sousa, transcrição em Urbano de Mendonça Dias, ob. cit., p. 53.

muro no prédio nas Furnas, que se localizaria, no entanto, a uma cota mais baixa do que as matas – nos Covões, ou na Fajã das Rabaças.¹⁴¹

Nas matas do Porto Formoso e S. Brás também havia que proteger as roças e matas dos gados e dos gatunos e, numa carta de Francisco Tavares, confirma-se a existência de *tapumes*.¹⁴² Estes tapumes não seriam em alvenaria de pedra, a não ser que, tal como para as construções da granja no promontório do Monte, a fossem buscar ao *calhao*¹⁴³, isto é, à costa, ou a tivessem na proximidade imediata, como acontecia ao longo das ribeiras onde a água erodia as terras até ao leito de lava¹⁴⁴. Além disso, na única referência a um incêndio que encontrei nos documentos de José do Canto, conta o feitor das matas do Porto Formoso que o fogo posto em mata do filho homónimo alastrou ao tapume¹⁴⁵. Ora para este ser combustível deveria ser um bardo de leiva. E estar seco.

Nas Calhetas, a Rabo de Peixe, mandou fazer 138 m² de *tapume* para proteger a vinha do Prédio n.º 4054.¹⁴⁶ Mais acima, na *Quinta Nova*, ao Pico da Pedra, e por volta de 1866, foram construídos 1189 m² de muro novo, a juntar aos 4706 m² da *Quinta Grande*¹⁴⁷. Os muros da dita quinta nova, levantados antes de ser plantada

¹⁴¹ “Participo a vossa Ex.cia que já tapei a parede do Serradinho dos Amieiros”, Carta de Jacintho Rebello para JC, Furnas, 7 Abril 1868, BPARPD, JC/CORR. Cx. 4/319. *Parede*, neste contexto e como veremos adiante, era sinónimo de muro de pedra.

¹⁴² Escreve Francisco Tavares a JC, do Porto Formoso, 10 Novembro 1897, BPARPD, JC/CORR. Cx. 4/199, que ainda não teve tempo de “acabar de remontar os tapumes das mattas”, depois de contar que ainda não tinha limpado “a vereda da mattinha da roça Grande [...] porque aquella mattinha é honde vão mais vezes ladrões”, acrescentado que “os vigiadores de ovelhas e de bois fizeram-me umas gracinhas na história de apanhárem pinhas para a festa nos pinheiros do chão da Grota do Ferro;”.

¹⁴³ Cf. *Folha das Férias de Despezas não pertencentes á Lavoura do Porto Formoso a cargo de João Carreiro*, 29 Outubro 1886, onde se anotaram jornais de “Conduzir pedra do calhao para o Monte, p.^a as manjadouras.”

¹⁴⁴ “O **tapume de pedra**, ao longo da Ribeira Secca, foi por mim feito.” (bold meu), em [Descrição do prédio da granja do Porto Formoso com o n.º] 4030 *N’este prédio estão envolvidos 16 alqueires de terra comprados a Manoel Botelho Gusmão [...]*, UACSD, FBS-AJC.

¹⁴⁵ Cf. carta de Francisco Tavares a JC, Porto Formoso, 25 Março 1882, UACSD, FBS-AJC, comunicando um incêndio na mata do *José do Canto J.ºr* entre o caminho e a grota do Galvão: “[...] o lume foi posto (acêzo) no caminho muito **proximo ao tapume, ardendo este** e a moganagem do chão.” (bold meu). A “moganagem”, m.q. *maganage* ou *bagage*, segundo Carreiro da Costa, nomeia os *destroços de lenha, forragens, etc.*, em “Terminologia Agrícola Michaelense”, *Boletim da CRCAA*, n.º 6, 2.º semestre de 1947, p. 93.

¹⁴⁶ Cf. [Prédio] N.º 4054, em *Melhoras 1886*, UACSD, FBS-AJC.

¹⁴⁷ Cf. [Prédio] N.º 4057 [...] *situado acima da Canada de Maria do Céu*, e [Prédio] N.º 4059, em *idem*. O muro da Quinta Nova deve ser o *tapume* a que JC se refere em carta ao *Am.º*

de laranjeiras, tinham 3,55 m de altura, e os da Quinta Grande tinham 3,70 m.¹⁴⁸ Em 1867 assentou-se um portão ao Pico da Pedra, que será o da Quinta Nova.¹⁴⁹ Em 1886, o prédio dito o *Moio*, nas Calhetas, era murado e fornecido de duas *cancellas em pedra lavrada*.¹⁵⁰

Na lista de *Melhoramentos de 1886* consta ainda o registo de 1378 m² de muros, que servem de tapume a uma quinta no prédio n.º 4046 da Mãe de Deus, a S. Pedro, Ribeira Grande.¹⁵¹

Entre 1869 e 1871 José do Canto desenvolve uma campanha de arborização das matas do Pico Arde, à Ribeira Grande, implicando a sistemática vedação das mesmas. Os trabalhos de arborização só se dão por acabados quando se riscam veredas e se levantam **tapumes** em cada mata.¹⁵² (bold meu). Pelos extensos apontamentos tomados para fazer o *Inventário Orfanológico* após a morte de Maria Guilhermina, percebe-se que nos matos da Água Nova, nos contrafortes do maciço das Sete Cidades, as “creações foram todas roteadas, divididas e **tapadas**, durante a dita administração.”¹⁵³ (bold meu). Quer nas matas, quer nos pastos, mesmo que houvesse pedra nas proximidades, os *tapumes* seriam em bardos de terra e leiva, de execução muito mais rápida e económica, tendo o jovem plantio das matas que ser protegido dos rebanhos por vigiadores contratados.

Já os *tapumes* na proximidade da cidade, normalmente envolvendo quintas de laranja, eram sempre em pedra e, como ainda hoje se pode observar, tinham em

M.e[Mestre] Manoel, Paris, 7 Janeiro 1866, em Copiador de Correspondência UACSD 9230, fl. 142-143v: “Estimei saber noticias do tapume do Pico da Pedra hir tão adiantado, e espero que os homens não afracarão; pois sem os ver da terra para fora, não se pode fazer nem plantio, nem cultura de geito.”, e o portão deve ser o referido nos Mapas de Férias das *Obras na casa do Calso*, Maio 1867, UACSD, FBS-AJC.

¹⁴⁸ Cf. *Medição dos tapumes das Calhetas*, UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P10.

¹⁴⁹ Cf. Mapas de Férias das *Obras na casa do Calso*, Maio 1867, UACSD, FBS-AJC.

¹⁵⁰ Cf. [Prédio] N.º 4053, em *Melhoras 1886*, UACSD, FBS-AJC.

¹⁵¹ Cf. listas de avaliações dos Melhoramentos após morte de Maria Guilhermina (d. 1887) para esboço do Inventário Orfanológico, UACSD, FBS-AJC.

¹⁵² Cf. *Resumo da Despesa das Mattas [...] ate 16 de 7brº 1871*, UACSD, FBS-AJC 10519, p. 4.

¹⁵³ [Prédio] N.º 3645 em *Partilha após a morte de Maria Guilhermina*, UACSD, FBS-AJC. Embora referindo-se ao prédio sito à Água Nova, esta afirmação também é válida para os melhoramentos nos prédios N.ºs 3637 Pico da Batalha, 3643 Pico do Negro e 3645 Água Nova.

média mais de 3 metros de altura. Assim era na quinta do Caminho Novo à Fajã de Cima, para a qual José do Canto encomendou um muro com 14 palmos de altura (3,08 m) a que havia de se acrescentar o remate em *espigão* (mais 1 a 2 palmos, ou seja, mais 22 a 44 cm).¹⁵⁴ Mais afastadas da Cidade, as 212 varas e 4 palmos (560,56 m) de muros da nova quinta da Canada de Duarte Borges, no Rosto do Cão, tinham 12 palmos de altura, ou seja, uma vara (2,64 m), e foram pagos em 1861 a 1.400 réis a vara de extensão.¹⁵⁵ Em 1873, para a mesma quinta, na parte que era de José do Canto Brum, foram feitos muros cuja altura variava entre 11 a 16 palmos (2,42 a 3,52 m), e ainda *12 varas de muro da rampa*.¹⁵⁶

As *cancellas* de algumas destas quintas guarneciam pórticos de *pedra lavrada*¹⁵⁷ abertos a toda a altura do muro. O cinzento escuro da pedra seca dos muros era interrompido pelo branco dos pórticos caiados com os portões pintados de *roço terra* (roxo-terra) ou *verdete*.¹⁵⁸

Os muros de pedra, se eram os únicos tapumes que, com a sua altura, protegiam as culturas da devastação caprina, também disciplinavam o desenho e uso do solo ao delimitar **arrendamentos** e **servidões**.¹⁵⁹ As servidões eram

¹⁵⁴ “Estimarei muito que de Novembro a Março d’este anno se murasse com um **muro de 14 palmos fóra o espigão** a parte do terreno que me restar [da Terra do Caminho Novo]. E tanto para a medição e demarcação, como para o tapume, pode V.S. querendo, encarregar isso ao M.e Manoel Pereira.” Instruções de JC a António Bernardes d’Abreu Lima, Ponta Delgada, 22 Agosto 1857, folhas cosidas, paginadas e assinadas por JC, UACSD, FBS-JC, Doc. anexo P03, fl. 4v. (bold meu).

¹⁵⁵ *Certifico eu abaixo assignado [...] medi os muros que estão feitos nos terrenos pertencentes à caza do Illmo Sr José do Canto [...] a preço de mil e quatro contos Reis a vara e tendo doze palmos de altura [...] e nos quaes achei 204 varas e 3 palmos de comprido e medio mais as Alturas noventa e dois palmos e por ser verdade... 5 de Abril de 1861 [...] São por varas de 12 palmos 212 varas e 3 palmos. / O medidor do conselho / João de Frias, UACSD, FBS-JC.*

¹⁵⁶ Cf. Medição e contas de obras na Quinta de José do Canto Brum à Canada Duarte Borges, UACSD, FBS-JC, Doc. anexo P09. Poderia esta rampa ser a duma calçada, como as que existiam em algumas vinhas e pomares de laranja com a função de vencer desníveis, permitindo a passagem de pessoas e animais, e de arrumar pedra. V. à frente nas Culturas a Paisagem da Laranja.

¹⁵⁷ [Prédio] N.º 4053, em *Melhoras 1886*, UACSD, FBS-AJC.

¹⁵⁸ “P.S. Os portões das quintas precisão todos de ser pintados, para o que se pode empregar roço terra e óleo que está no armazém. As Almas tem as grades pintadas de verdete.”, *Notas sobre os trabalhos das Quintas da Grimaneza*, Ponta Delgada, 28 Junho 1858, assinado por JC, UACSD, FBS-AJC, p. 2.

¹⁵⁹ “Se Joaquim José Vicente deixar a terra da Nordella pode-se dar a Manoel de Resendes: mas se continuar o J.m J.e V.te, póde se premutar com o dito Resendes uma premuta digo, **servidão**

abertas à medida que se subdividiam os terrenos em cerrados para arrendar,¹⁶⁰ ou eram canadas mais longas que cruzavam os corpos de terra, como era a que atravessava os pastos do Pico da Cruz, garantindo uma comunicação translocal para além de distribuir o acesso aos cerrados ou pastos confinantes.¹⁶¹

As *testadas* ou *cabeças* eram as frentes dos terrenos que davam para a servidão ou caminho. Estas seriam as fronteiras a murar primeiro,¹⁶² ou, no caso de matos de pouco valor, seriam mesmo as únicas a ser tapadas¹⁶³. Os terrenos lavrados confinantes com estradas públicas eram, por regra, murados em toda a sua extensão¹⁶⁴ e as quintas davam para elas os seus *portais*. A maior visibilidade dos portais das quintas nas estradas públicas era consequência da ligação directa

murando-se com uma parede de 7 ou [?] palmos. [...] deve ficar **canada pelo meio, para serviço do arrendamento** [...] Jacinto Borges Sardinha parece que tãobem quer ficar com uma partilha de pasto na Agoa Nova, de 34 ½ alqueires, na ultima partilha que se alimpou - se elle ficar com ella, não tenho duvida de lh'a **mandar tapar à roda**, e de lhe perdoar uma renda, e meia", *Lembranças*, UACSD, FBS-AJC (bold meu).

¹⁶⁰ "Começar a divisão, e tapume das roças novas combinando os vallados para enxugar o terreno com os combros para o abrigar. / Plantar renques de abrigos d'arvores nos pastos das roças novas / E abrir-lhes **servidões independentes**." (bold meu), *Lembrança d'algumas cousas, que se deverião fazer no anno de 1859-1860*. [...] *Lagoa do Congro*, UACSD, FBS-AJC 11929, Doc. anexo P02.

¹⁶¹ "4061 A **servidão que atravessa este prédio** [Pico da Cruz] foi **toda murada** por mim em 1886 e princípio de 1887", *Relação dos Prédios em que há melhoramentos ou em que estão envolvidos outros prédios livres, nos quaes não se fez avaliação em separado, o que torna impossível a partilha, na hypothese de se me não dar meança nos bens desvinculados, sem que se proceda a nova avaliação*, UACSD, FBS-AJC. "N.º 4061 N'este predio situado no Pico da Cruz, da referida freguesia [N.ª S.ª dos Prazeres], existem mil oitenta e cinco metros quadrados de **tapume novo, formando a servidão dos pastos** do referido prédio, feito em 1885 e 1886." *Melhoras 1886*, UACSD, FBS-AJC (bold meu).

¹⁶² "Ordenei-lhe tãobem que **murasse as cabeças** das Courellas que na Grotinha traz o Sobrinho de P.e Reis, e J.e Cordeiro Rodovalho.", Instruções a *António Bernardes* [de Abreu Lima], *28 de Agosto de 1857*, UACSD, FBS-AJC. Noutras instruções sob a epígrafe *Lembranças para o M.e* [Mestre] *Manoel Pereira*, UACSD, FBS-AJC, pode ler-se: "Nas duas **cabeças de muro** que se vão fazer no Caminho da Grotinha [que serão as referidas antes a António Bernardes] hão de se pôr em cada **testada**, um portal para uma cancella, como a que se poz nos 3 quarteiros, mas escusa-se depor a cancella de madeira por agora." (bold meu).

¹⁶³ "Nº 3636 Este biscouto maninho situado à Rechã do Pico da Cruz, freguesia de N.ª S.ª da Oliveira [...] / 1694 m2 de muro, pelo lado do Caminho do Cascalho, com que entesta;" em *Notas de Inventário e Partilha após a morte de Maria Guilhermina*, UACSD, FBS-AJC.

¹⁶⁴ Cf. descrições do N.º 3624 [Courella do Miranda] *N'este prédio situado acima da Grotinha* [...], do N.º 3625 *N'este prédio situado ao Pico da Giesta* [...], e do N.º 3882 [Terras Largas] *N'este prédio situado abaixo do Caminho da Grotinha* [...], em *Notas de avaliação dos Melhoramentos das propriedades para o Inventario pós-morte de Maria Guilhermina*, UACSD, FBS-AJC. Estes três prédios somavam 2498 m de muros alinhados ao longo da *Estrada das Capelas* e do *Caminho da Grotinha*.

aos percursos mais rápidos para a Doca¹⁶⁵, na Cidade, a fim de escoar rapidamente as laranjas para as escunas inglesas.

Cabouqueiros e paredeiros

A construção de um muro de pedra para quinta de laranja implicava amiúde a redacção de um contrato, o que significa que era obra exigente e demorada e, por isso, onerosa.¹⁶⁶ Se parece terem sido os ingleses residentes na Ilha que descobriram e desenvolveram o comércio da laranja, não será despiciendo pôr a hipótese de terem sido eles os primeiros a subir a altura dos muros de pedra e a introduzirem este *ramo de industria quasi desconhecida, ou muito imperfeitamente praticada*, como se dizia n' *O Agricultor Michaelense*. Além do mais tinham dinheiro para isso. E *know how*. Thomas Hickling construiu as suas casas a S. Pedro e na Glória com mão-de-obra americana.¹⁶⁷ Poderia também o cônsul William Hard Read ter contratado um *waller* do Yorkshire para ensinar o ofício aos pedreiros micaelenses. A verdade é que há uma certa tipologia de muros de pedra seca que só se desenvolveu em Inglaterra com os *Enclosure Acts*: tal como em S. Miguel, os muros anteriores pouco mais eram do que a pedra empilhada sem grandes cuidados construtivos, a não ser o travamento a intervalos regulares com *throughs*, que podemos traduzir pelos *perpianhos*,

¹⁶⁵ “[...] sobre o logar em que se deve assentar o portão.. defronte da boca do Caminho que vem da Freguezia, porque em a estrada do Pico da Pedra se acabando de fazer, por lá é que é o caminho direito para se ir à quinta, e mesmo há ali um espraído maior em que póde voltar à vontade uma sege. Mas para o lado do norte da quinta devem-se pôr 2 portões pequenos, para poder haver comunicação da quinta grande, para o bocadinho que fica à parte de baixo da Canada do lado do norte. / Veja o mestre la sobre o campo se este projecto tem algum geito.” Carta a M.e Manoel, Paris, 7 Janeiro 1866, em Copiador de Correspondência UACSD 9230, fl.142-143v.

¹⁶⁶ Veja-se, por exemplo, o *Instrumento de Obrigação* com que Nicolau Maria Raposo do Amaral contrata 2 paredeiros, *Manoel Rodrigues Casquilho e Joze Botelho, este da Cidade e outro da Fajã de Cima*, para construir “todos os muros de hua porção de terra propriedade do d.º Coronel sita no caminho que vai p. a Fajã de Cima em toda a roda do mesmo terreno, cujos materiaes serão da melhor qualid.e que se obrigão a darem toda a pedra precisa à d.a construcção, bem como todos os cunhaes, e mais amarração, bem assim a abrirem á sua custa os allicerces dos referidos muros, com as dimensões necessárias a formarem huã boa baze p.a a segurança dos referidos muros. Que os ditos muros terão d’altura vinte palmos, e mais dous de espigão [4,84 m de altura], e serão pelas duas faces interna e externa bem faceados, amatacados, e rachados com bom e perfeito alinhamento”, pagando o coronel 2600 réis por cada vara de muro, incluindo o espigão, e com o “Muro a começar no 1º de Março do corrente”, registado no Tabelião Mariano Elias Rodrigues, 23 Fevereiro 1843, UACSD, ARA.

¹⁶⁷ Cf. Henrique de Aguiar Oliveira Rodrigues, “Thomas Hickling, Notícia Biográfica”, *Insulana*, n.º 60, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2004, p. 65.

pedras atravessadas de lado a lado do muro.¹⁶⁸ As operações de emparcelamento dos baldios decretadas por *Parliamentary Acts* traçaram linhas rectas que exigiam outro desempenho construtivo e político das alvenarias. Sobre um cabouco de leito pouco fundo, alinhavam-se as pedras escolhidas (devendo provir de pedreiras, e não do terreno ao lado se não servissem), como se tratassem de dois muros paralelos, com as faces mais regulares das pedras viradas para fora, preenchendo-se os interstícios com pedra mais miúda e, se necessário, afeiçoada à bujarda; a secção transversal do muro é inclinada (com a base mais larga do que o topo) e a alvenaria é travada de tempo a tempo com uma pedra da largura total do muro, como as já mencionadas *through-stones*.¹⁶⁹ Descrita assim por Richard Muir, para quem já tenha seguido a construção de um muro de pedra seca em S. Miguel, e sem mencionar a distinta origem geológica das pedras, não há qualquer diferença técnica. Tal como os mais surpreendentes muros da Ilha, os muros ingleses do princípio de Oitocentos “were built in perfectly straight stretches that overrode all types of terrain”¹⁷⁰. Ainda assim há diferenças: na altura (os muros ingleses ficavam-se pelos 6 pés, pouco mais de 1,80 m), e na inclinação da secção que, a avaliar pelo molde de uma fotografia contemporânea de um muro em construção publicada por Muir, é distintamente maior do que a micaelense. Um livro inglês de 1843 de José do Canto (Fig. 1.9), contendo uma descrição da construção dos muros de pedra idêntica à de Muir, confirma a diferença na secção atribuindo uma largura na base de 32” (cerca de 80cm) e no topo de 16” (40cm), e considerando suficiente os 4 ½ pés de altura (pouco menos de 1,40m)¹⁷¹. A tese que arrisco não é a da semelhança morfológica, até pelas diferentes características geológicas da pedra a desenharem inevitavelmente outras cores e texturas, mas a da analogia técnica: não fosse a presença do molde em madeira (*A'-shaped frame*) na

¹⁶⁸ Cf. Richard Muir, *The New Reading The Landscape. Fieldwork in Landscape History*, Exeter, University of Exeter Press, (2000) 2006, p. 90.

¹⁶⁹ Cf. *Ibidem*.

¹⁷⁰ *Ibidem*. A coincidência é tanto maior quando, como repara outro autor famoso da escola inglesa de *Landscape History*, não há praticamente na Europa região pedregosa que não tenha o seu “own style of dry-stone or mud-mortared field-wall”, Oliver Rackham, *The Illustrated History of the Countryside*, London, Weidenfield & Nicolson, 2003, p. 88. Rackham, invocando as mesmas razões de Muir, ou seja, a divisão e apropriação privada dos baldios e logradouros comuns dos povos, considera que os muros direitos da paisagem rural inglesa tendem a ser posteriores a 1700s (cf. *idem*), enquanto Muir os considera ainda mais tardios.

¹⁷¹ Cf. David Low, *ob.cit.*, p. 735.

fotografia 3.7 (p.88) de Muir e poderíamos pensar que se tratava de um *paredeiro* de Rabo de Peixe em vez de um *waller* de Wensleydale.

Sabemos da proximidade crescente de S. Miguel a Inglaterra por esta altura, e para a possibilidade que arrisco da migração técnica serve a hipótese mais simples de ter sido um dos vários *gardeners*, ou simplesmente qualquer outro *englishman* a iniciá-la na Ilha. Mas, ainda mais interessante, para os muros de S. Miguel, seria concluir que se trata apenas de um processo histórico paralelo.

Pelas folhas de férias dos Canto, e com a ajuda dos borrões dos Raposo d’Amaral, e pelos contratos de ambas as Casas, é possível reconstituir a cadeia de trabalho de um muro de pedra de quinta.

Antes de se levantar a alvenaria era traçado o alinhamento do muro¹⁷², provavelmente com cal no solo ou com linha esticada entre estacas. Em geral, seriam os *medidores* que traçavam as linhas de limite sobre as quais se erguiam os muros.¹⁷³ Os *cabouqueiros* desmontavam os maciços de rocha para preparar o leito de assentamento dos muros, mas também talhavam as pedras dando forma e medida aos *cunhaes*, *vergas*, *ombreiras*, *semalhas*, etc.¹⁷⁴ Os pórticos dos muros das quintas eram guarnecidos de pedra lavrada.¹⁷⁵ A regularidade de uma forma dada a uma pedra, bujardando-a, fazia dela uma *pedra lavrada* ou *pedra de lavoura*. Quando o feitiço dado era mais elaborado dizia-se *pedra de Lavoura fina*.¹⁷⁶

¹⁷² “Tenho mandado alinhar a minha extrema com o Sr Joze do Canto nos Mattos do Vallagão, em que saltei, para que o tapume q se vai construir fique o mais direito q é possível, sem prejuízo de qualquer de nós, e em cazo de necessidade antes com algum prejuízo meu: o que é meu dever participar a VS para mandar ver, querendo, a **linha traçada**.” (bold meu), cópia de carta de Joze Bem Saúde a António Bernardes d’Abreu Lima, Ponta Delgada, 26 Julho 1866, UACSD, FBS-AJC.

¹⁷³ Na casa de JC, o mestre Manoel media, marcava e construía: “Estimarei muito que de Novembro a Março d’este anno se murasse com um muro de 14 palmos fóra o espigão a parte do terreno que me restar [da Terra do Caminho Novo]. E tanto para a **medição e demarcação**, como para o tapume, pode V.S. querendo, encarregar isso ao M.e Manoel Pereira.” (bold meu), Instruções de JC a António Bernardes d’Abreu Lima, Ponta Delgada, 22 Agosto 1857, folhas cosidas, paginadas e assinadas por JC, UACSD, FBS-JC, Doc. anexo P03, fl. 4v.

¹⁷⁴ Cf. Livro de Obras do morgado José Caetano Dias Canto de Medeiros, BPARPD-ADCM, Cx. 2, em que se pode ler no registo de várias obras de tapumes: *Cabouqueiros – por tirar a pedra, ou ao mestre cabouqueiro p.r cunhaes*.

¹⁷⁵ Veja-se na *Despeza que vou fazer com o Tapume da quinta dos 10 nas 4 canadas*, a 26 de Outubro de 1834, o registo de sete mil réis “Pela Lavoura de dois Portoens, pedra, e Lavar”, Livro de Obras do morgado José Caetano Dias Canto de Medeiros, BPARPD-ADCM, Cx. 2.

¹⁷⁶ Cf. idem. No caso de um edifício, a pedra aparelhada para guarnecer os vãos dizia-se, e ainda se diz, a *cantaria*.

A pedra empregue nos muros mais altos era, quase invariavelmente, o basalto, difícil de trabalhar mas de grande resistência mecânica. A grande área de implantação das *quintas* era no *meio* da ilha, entre os maciços do Fogo e das Sete Cidades, precisamente onde predomina o vulcanismo menos explosivo, mais baboso, da escoada lávica que dá origem ao basalto.

Distinguindo-se dos pedreiros, os *paredeiros* eram oficiais com o saber específico da alvenaria dos muros de pedra.¹⁷⁷ Os *paredeiros* encarregavam-se do *feitio* do muro, enquanto a tarefa dos *serventes* era *chegar a pedra* aos primeiros.¹⁷⁸ Os *paredeiros* escolhiam a pedra servida e sobrepunham-na a um *alicerce*, dando *feitio* a uma alvenaria que podia chegar a ter 20 palmos de altura. Se bem que de *pedra seca*, isto é, sem argamassa, os muros mais altos eram geralmente *rachados*.¹⁷⁹ O *rachamento*, simplificação local de ‘racheamento’, consistia na introdução de pedras mais estreitas, ditas *rachas*, nas juntas das pedras maiores.¹⁸⁰ Estas *rachas* podiam ainda ser argamassadas com cal.¹⁸¹ Por

¹⁷⁷ Veja-se em *Conta da despeza feita com Pedreiros, Paredeiros e vv. na Quinta da Grimaneza; no lançamento d'uma Escada de Pedra, da Quinta velha, para a das Lombas; e outros reparos*, de Novembro 1842 a Janeiro 1843, UACSD, FBS-AJC.

¹⁷⁸ Cf. Medição e despesa em muro de pedra na Quinta de José do Canto Brum à Canada Duarte Borges, Rosto do Cão, *Ponta Delgada, 5 de Julho de 1873*, UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P09, em que chegar a pedra ao mestre é referido como “chegadura pedra”. Numa quinta do morgado José Caetano, a pedra *chegou-se* ao muro em construção com a ajuda de bestas. Cf. *Despeza feita com A Quinta das quatro Canadas em Jan.º de 1820*, em Livro de Obras do morgado José Caetano Dias Canto de Medeiros, BPARPD-ADCM, Cx. 2.

¹⁷⁹ Releia-se no Contrato registado no Tabelião Mariano Elias Rodrigues, 23 Fevereiro 1843, UACSD, ARA, cit. *supra*, “Que os ditos muros terão d’altura vinte palmos, e mais dous de espigão, e serão pelas duas faces interna e externa bem faceados, amatacados, e **rachados com bom e perfeito alinhamento**”. (bold meu). Veja-se *Despeza do rachamento das banquetas*, Nota de 28 Junho 18-?, UACSD, FBS-AJC; veja-se, também, na descrição do N.º 4030 *Dentro das confrontações d’este prédio, situado na freguesia do Porto Formoso existe o seguinte prédio que devia ser avaliado separadamente: 223,2 aras [...]*, UACSD, FBS-AJC, os “43 m de **muro rachado** com seu espigão na testada do Caminho”. Veja-se ainda “resto do feito [feitio] do mainel, banquetas e **rachamento do muro** de meu filho J.e do Canto Brum na Canada de Dt.e Borges”, em nota de JC dirigida a Abreu Lima, *Ponta Delgada, 5 Julho 1873*.

¹⁸⁰ Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa, Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, s.d., vol. XXIV, com direcção técnica de João Sousa Fonseca, em que “rachar”, para além dos significados comumente atribuídos, tem também por sinónimo “rachear” que significa “preencher os vãos das paredes em construção com rachas ou lascas de pedra e argamassa.” Gabriella Casella atribui o mesmo significado para os termos ‘rachear’, ‘encascar’, ou ‘escacilhar’, em *Gramáticas de Pedra. Levantamento de tipologias de construção murária*, Porto, Centro Regional de Artes Tradicionais, 2003, p. 27.

¹⁸¹ Veja-se no Livro de Obras do morgado José Caetano Dias Canto de Medeiros, BPARPD-ADCM, Cx. 2, no *Concerto na Ermida do Pillar, na sacrisita, teto novo, e soalho todo novo*, a 5 de Maio de 1849, a despesa de 7\$200 reis P.º 2m.º de **cal p.º a rachamento** do muro do que dava para o *Caminho*. (bold meu).

fim, voltavam os medidores para certificar a altura e contabilizar as varas de muro a pagar ao paredeiro e serventes.¹⁸²

Por uma descrição do prédio N.º 3623¹⁸³, que inclui o jardim de Santana, a casa do Calço e a granja da Grotinha, percebemos que esta propriedade continha um verdadeiro mostruário de muros de pedra, desde o muro mais simples, de *pedra secca* e sem remate superior, até ao muro rematado por *mainel de tijolo*, o que nos permite ensaiar uma inventariação dos muros de pedra consoante os **acabamentos** e **capeamentos**. Considerando apenas o acabamento, podíamos ter o *muro de pedra secca*, ou seja, com a pedra à vista e não argamassada; o *muro pregado*, que, por sugestão do próprio termo, suponho que teria um esboço com argamassa de cal chapeada com brita miúda (a pedra miúda seria ‘pregada’ na argamassa ainda fresca, como ainda se vê nos muros de suporte do terraço da casa do Calço da Má Cara, Fig. 1.10, e noutros muros à volta da Cidade);¹⁸⁴ o *muro de pedra e cal*, que teria a alvenaria argamassada, e o *muro guarnecido*, que seria rebocado e caiado.

Os capeamentos, ou remates superiores dos muros, variam entre o *muro com espigão*, em que as pedras superiores terminam em cunha, ou seja, com a secção transversal de um V invertido (que travava mais eficazmente as pedras)¹⁸⁵, e em que o espigão podia ser *guarnecido* (ou seja, rebocado), independentemente do acabamento do muro; e o muro com *mainel de pedra lavrada*, em que o mainel corresponderia a um remate em pedra aparelhada, a

¹⁸² Cf. Certidão de medição por João de Frias, Rosto de Cão, 5 Abril 1861, anotada inferiormente por António Bernardes d’Abreu Lima, UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P15.

¹⁸³ N.º 3623 *No predio descripto sob este numero, e situado acima da Ermida de Sant’Anna, desta Cidade, existem duas propriedades, que devem ser avaliadas em separado, a saber: / 1ª - Aras duzentos e dezeseis, e quinze centeares [...], em Notas de Inventário e Partilha após a morte de Maria Guilhermina, UACSD, FBS-AJC.*

¹⁸⁴ Muro *pregado* poderia ser simplesmente outra designação para muro *rachado*, com as rachas, ou pedras lascadas, *pregadas* entre as juntas das pedras maiores. Mas existem também estes outros muros recobertos por uma argamassa de cal *pregada* de pedra miúda.

¹⁸⁵ O Espigão da *serra* ou **do muro** é a *parte superior do monte, do rochedo, terminada em ponta.* (bold meu). Cf. Dr. Fr. Domingos Vieira, *Grande Dicionario Portuguez*, Porto, Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, Terceiro Volume, 1873.

Também se chamava *espigão* à cumieira de um telhado: “de um sento de tilhoes p^a o espigão da Caza”, em *Julho 28 de 1855 / Despeza p^a Alagoa do Congro*, [assinado por] *Manoel Pereira*, UACSD, FBS-AJC.

maior parte das vezes, com secção rectangular.¹⁸⁶ Numa reveladora fotografia de cerca de 1940 das quintas da Grotinha, editada por Isabel Soares de Albergaria¹⁸⁷, vêem-se os muros de alvenaria de pedra seca, bem aprumados e alinhados, com o espigão rebocado e caiado de branco, o que hoje em dia é raro de encontrar. O espigão, que na fotografia corre continuamente por cima dos muros em quadrícula, é também o remate superior dos pórticos com arcos de volta inteira (nos cantos são nichos decorativos mas com o desenho e dimensão idênticos aos da passagem ao meio) que se abrem intervaladamente, quando é mais comum ser o portal a sobrelevar-se ao muro.¹⁸⁸ Com o reboco caiado, o espigão unifica o conjunto dos pórticos igualmente caiados. O aprumo da execução e a **intencionalidade compositiva**¹⁸⁹ demarcam o conjunto edificado da informalidade rural dos tapumes de pedra das criações e pastagens. Na face interior do quartel central podem ainda observar-se riscos brancos traçados na vertical a intervalos regulares, no que poderia ser a marcação a cal de guias para o plantio das árvores fruteiras, não iludindo a finalidade também utilitária do sistema construído.

Ainda em Santana, tanto havia 30 m² de muro de pedra e cal com mainel de pedra lavrada, como havia 439 m² de muro pregado rematado com o mesmo mainel, como havia 79 m² de *paredão pregado [...] encimado de tijollo, em vez de ser de pedra lavrada*. Nesta descrição, a nomenclatura, embora privilegie “muro”, também recorre a “paredão” e “tapume”, sem que pareça haver diferenças construtivas ou outras. Poderiam, no entanto, corresponder a alturas ou espessuras diferentes, mas estas não são mencionadas na descrição. Há

¹⁸⁶ Carreiro da Costa faz corresponder *mainel* a “parapeito de pedra” nas fichas do seu *Dic. Ling. Popular Açoriana*, s.d., UACSD-FCC. Noutros documentos encontrei referência a *cabeça* como remate superior dos muros, não conseguindo, no entanto, caracterizá-lo. Veja-se, no Livro de Obras do morgado José Caetano..., BPARPD-ADCM, Cx. 22, 2 de 9.bro de 1827 / *Paguei a 400 tirar pedra e fazer parede de 6 palmos com huma fiada de cabeças p. sima / 10\$000*, em 27 varas de muro nos Arrifes; ou no Recibo de 28 de Março de 1863 de Jozé da Motta, UACSD, FBS-ARA, *Pelo que hoje recebeo para entregar por conta aos Paredeiros, que estao fazendo os tapumes no arrendamento do Pico do Caffua, com a condição de abrirem ao alicerces, chegarem pedra, muro de 6 palmos, huã cabessa em cima, a vara, a 360*. (bolds meu).

¹⁸⁷ Isabel Soares de Albergaria, *Quintas, Jardins e Parques da Ilha de São Miguel, 1785-1885*, Lisboa, Quetzal Editores, 2000, ilustração 35, anónimo, s/t, fotografia 10x15 cm, Col. Pedro Jacome Corrêa Hintze Ribeiro, p. 53.

¹⁸⁸ Cf. Luís Bernardo L. d'Ataíde, “Os Portais das Velhas Quintas”, *Os Açores*, Fevereiro 1928, p. 23-25.

¹⁸⁹ “Essa **sensação de arte** que se experimentava nas velhas quintas mais intensa era quando a laranjeira loirejava em fruta nos seus geometricos quarteis.” (bold meu), *idem*, p. 23.

ainda a destacar um muro de suporte de terras com contrafortes¹⁹⁰, na medida em que é raro encontrar qualquer escoramento saliente nas alvenarias de pedra micaelenses.

Mas estes eram muros do prédio da Cidade. Os muros mais ‘antigos’ dos cerrados de cultura e pastos, de menor altura e execução técnica menos exigente, não tinham capeamento podendo-lhes ser sempre acrescentada mais pedra em cima.¹⁹¹ Nos muros mais recentes das quintas, as alvenarias eram, na maior parte, de pedra seca, ou *ensossas*¹⁹², ou seja, não eram nem pregadas nem rachadas com cal. Gabriella Casella reparou que no Continente este tipo de alvenaria foi desenvolvido nas regiões pedregosas onde a cal era escassa.¹⁹³ Em S. Miguel não havia cal de todo, a não ser importada.¹⁹⁴

O tremor de terra de 16 de Abril de 1852, que arruinou a casa em Santana onde vivia José do Canto, também pôs os muros das quintas *grande parte por terra*.¹⁹⁵ Mesmo uma tempestade mais forte, como a de Dezembro de 1859, podia deitar parte de um muro ao chão.¹⁹⁶ Com ou sem terremotos ou tempestades, os muros de pedra solicitavam uma manutenção periódica, ou, como diz Richard Muir,

¹⁹⁰ “281 m de paredão pregado, com mainel de pedra lavrada, fortalecido com muitos dentes de parede para sustentar grande peso de terra que chega ao nível da sua altura, o qual muro fica no interior d’este prédio, e corre de Leste a Oeste, no sitio do Calço da Má Cara;”, descrição cit.

¹⁹¹ A norte do Pico da Cruz, alguns muros de pedra que vão acompanhando a descida de cota na direcção da costa têm um capeamento em forma de caleira feita com argamassa, de modo a conduzirem água. Tirando a observação directa neste local, não encontrei quaisquer referências escritas micaelenses a esta prática ancestral (v. muro do Convento de St.^a Clara, em Tentúgal, em Gabriella Casella, ob.cit., p. 188).

¹⁹² O termo ‘insosso’ também é referido com o mesmo significado por Gabriella Casella, ob.cit., p. 27.

¹⁹³ Ibidem.

¹⁹⁴ V. *Pedra de cal* nos mapas de produtos importados em 1812 e 1813 por Francisco Borges da Silva, *Topographia particular, e segunda parte da descrição Phisica, Civil, Politica, e histórica da Estatística geral e particular da Ilha de S. Miguel* [em 1813], em *Variedades Açorianas*, série manuscrita, tomo 10, p. 139-140.

¹⁹⁵ Cf. “Cartas do Morgado José Caetano Dias do Canto e Medeiros a seus filhos Ernesto, Eugénio e Filomeno, estudantes em Lisboa e Coimbra (1850-1856)”, *Insulana*, vol. XX, 1.º e 2.º semestres, 1964, p. 86-87.

¹⁹⁶ “[...] desde o dia 8 até ontem, foi um temporal do Norte e Nordeste, de vento rijo, pedra, chuva, e frio, com trevoada, que causou bastantes prejuízos a Cazas palhaças, muros, na Quintinha do Calço cahio um pedaço, arvores, e laranja q deitou no chão [...]. Na Quinta das Almas quebrou um chorão, e telhas; na do Calço cahio um lance do muro para a Canada, já levantado.” Carta de António Bernardes d’Abreu Lima a JC, n.º 13, S. Miguel, 18 Dezembro 1859, UACSD, FBS-AJC 17825.

“drystones are never completed: speed up the mental time frame and one encounters a succession of repairing and rebuilding.”¹⁹⁷ Na administração de José do Canto diversas férias de *levantar bocas de paredes* comprovam-no.¹⁹⁸

Alguns dos muros mais altos que ainda se mantêm nas imediações de Ponta Delgada¹⁹⁹ mostram buracos que atravessam a espessura da alvenaria de lado a lado, e que aparecem intervalados com regularidade e à mesma linha de cota. A *vox populi* refere o vento como a motivação de tal feitio (e é um facto que o vento derruba muros²⁰⁰), mas, e embora possam ter cumulativamente a função de diminuir a resistência ao vento, tratava-se dos negativos onde se enfiavam os barrotes que suportavam as tábuas de andaime²⁰¹ para os paredeiros trabalharem a cotas altas (Fig. 1.11), como se pode ver na construção do Observatório Magnético fotografado pelo coronel Afonso de Chaves no princípio do século XX: em vez da construção de um andaime em madeira paralelo ao muro, era o próprio muro que, com o peso próprio da pedra, sustentava o peso dos paredeiros (Fig. 1.12).

¹⁹⁷ Richard Muir, ob.cit., p. 90. Embora o autor britânico se esteja a referir a muros de pedra pré-medievais, a violência meteorológica e telúrica de S. Miguel é patente nas alvenarias.

¹⁹⁸ Cf. *Contas de trabalho na Ribeira Grande*, 8 Agosto [sem ano], de *endireitar a terra d'onde se tiro a leiva, e erguer tapume caído*; *Feria de João Soares de 19 de 10bro de 1868*, de *levantar parede cahida* em Rabo de Peixe; 1 servente a 180 rs para *concerto dos muros* na Canada Duarte Borges, nas *Ferias nas Quintas e apanhas de milho* na semana de 22 Outubro 1870, UACSD, FBS-AJC; *Ferias de Vigiar Pastos e matto na Agua Nova a cargo de Manoel Machado Moreira 1885*, UACSD, FBS-AJC, com *Reparo de tapumes no Pico do Negro, na Agua Nova*, a 3 Janeiro e 22 Agosto; 400 rs. de consertar *trez bocas de pareides* e outro tanto de *endireitar hum espigão* na *Feria ao M.e M.el Bernardes - pedreiro – reparo de tapumes nas Qt.as da Canada de Duarte Borges – e retêlho na Grotinha – em 9 de Janeiro de 1888*, UACSD, FBS-AJC; *Feria de tapar bocas nos muros da Vinha da Canada de Francisco Cabral, s.d.*, UACSD, FBS-AJC.

¹⁹⁹ Nomeadamente a S. Joaquim, na saída norte da cidade para a rotunda do Hospital.

²⁰⁰ “No caso da construção murária, existe menor aptidão da alvenaria para resistir à acção sísmica, acção do vento ou dos impulsos do terreno (no caso dos muros de suporte).” Paulo B. Lourenço, “As Estruturas Murárias: Factores de Comportamento, Estabilidade, Diagnóstico e Intervenção”, 2003, p. 272.

²⁰¹ Que a execução dos muros altos recorria a andaimes comprova-se em *Conta do dinheiro despendido com os terrenos da Canada de Francisco Cabral p. Manoel Ignacio dos Reis*, de 19 Outubro 1828 a 27 Junho 1829, UACSD, FBS-ARA, nas *ferias de Paredeiros p. conta dos muros, uma besta q.levou as taboas do andaime, idem frete de 4 d.tas da Gloria*, (bold meu).

Regulamentos

As estradas são um instrumento de afirmação do poder público. Seja o Estado, através da Direcção de Obras Públicas, no caso das Estradas Reais, sejam as Municipalidades, para os Caminhos Vicinais, as estradas e caminhos vão usar da lei para, impondo o seu traçado aos terratenentes micaelenses pouco acostumados com uma tal intervenção no 'seu' território, serem a própria figuração do poder público na paisagem.

A tendência de centralização crescente do desenho do território entra em conflito com os proprietários quando, para além do percurso imposto das estradas, se pretende regar também o desenho das suas margens. Na segunda metade de Oitocentos, os muros a erguer nas testadas dos terrenos com as estradas públicas careciam de autorização municipal, e eram as autoridades públicas a traçar-lhe o alinhamento, conforme estabelecido no Art. 16.º do Capítulo 1.º, intitulado *Da policia do concelho, das Posturas vigentes da Câmara Municipal do Concelho de Ponta Delgada*²⁰²:

Ninguém póde edificar obra que confine com as ruas, praças, estradas e mais logares publicos, sem o participar à Câmara, que designará o alinhamento, e nivelamento, com que deve ser construída, para a beleza das ruas, sob pena de 12\$000 reis.

Assim se entende a denúncia apresentada à Câmara Municipal de Ponta Delgada por José Ignacio, um trabalhador despedido por José do Canto, por este ter aberto um portão sem ter requerido autorização prévia daquela num muro que entestava com uma estrada municipal no lugar da *Cancellia*, Pico da Pedra.²⁰³ Agravava esta infracção a de ter igualmente ocupado a via pública

²⁰² *Posturas vigentes da Câmara Municipal do Concelho de Ponta Delgada / revistas e ampliadas em sessão de 21 d'Abril e aprovadas pelo Conselho de districto nas sessões de 26 de Junho, e 8 de Julho*, Ponta Delgada, Typ. de F. J. de Macedo, 1852. Este artigo reitera o que já se encontrava prescrito no artigo 24.º das *Posturas da Câmara Municipal de Ponta Delgada accordadas em Sessão de 27 de Outubro de 1841*.

²⁰³ "Informação. / Nos annos de 1865 e 1866, murou José do Canto, no sítio da Cancellia, logar do Pico da Pedra, uma porção considerável de terreno, em **conformidade do alinhamento feito pela Municipalidade respectiva**, segundo lhe tinha sido requerido. / N'esta propriedade devião assentar-se dois portões, dos quaes só um ficou no seu logar, n'aquella época. / No mez de Dezembro ultimo mandou José do Canto assentar o 2.º portão, sem preceder requerimento à Câmara, por lhe parecer desnecessária formalidade, visto que o portão seguia exactamente a **linha do muro, que já fora aprovada**. [...]" (bold meu), Cópia s/título, 1872, UACSD, FBS-AJC.

durante a construção²⁰⁴, para o que era também necessário requerer licença camarária²⁰⁵.

Nos relatos de viagem de estrangeiros por S. Miguel é recorrente o comentário aos muros altos que cercam a Cidade definindo espaços-canais sombrios e pouco simpáticos ao passeante, já que condicionam a fruição da paisagem. São os muros das quintas. A certa altura, poderá mesmo ter-se pensado numa portaria camarária que limitasse a altura pouco amistosa dos muros: “[...] dizem-me o muro do caminho [do prédio de S. Joaquim] não poder exceder de 12 palmos de altura, segundo uma postura da Câmara do que me vou informar”, escrevia em 1859 o procurador de José do Canto.²⁰⁶

Movimentos de terra

Dos terrenos arrendados de Santana e da Grotinha, Pico da Giesta, Terras Largas, mais a norte de Santana, escreve José do Canto, por volta de 1856, que pretende cultivá-los por sua conta, por se situarem *ao pé de casa*, e acrescenta que *quasi todos carecião de uma virada, que alias é muito dispendiosa aonde se encontra pedra*.²⁰⁷ A partir de 1871 põe mãos à obra. É impressionante o trabalho de desmonte da pedra e de nivelamento do terreno, de que nos dão conta as

²⁰⁴ “[...] Diz-se também que os materiaes necessários para a dita reparação tinham ficado na estrada por espaço de 30 dias. Isto também é falso. A pedra que se apeou do muro foi logo servir d’entulhar uma rua, que havia aberto na quinta, e que nem assim ficou completa. A lavoura estava desde 1865 depositada n’um terreno do dito José do Canto, do lado norte do portão, que se abriu [...]” Cópia citada, s.t., 1872, UACSD, FBS-AJC. Apesar do texto da defesa, JC não estaria inocente, pois em carta dirigida a José Militão da Cruz, s.d., UACSD, FBS-AJC, propõe para testemunha “Antonio do Rego, solteiro, Pedreiro que esteve no assentamento do Portão, natural da Fajã de Cima, e hoje residente no Rio de Janeiro. (Esta testemunha sendo admitida, como julgo que não podia deixar de ser, obstará por muito tempo à continuação do processo, e isso convinha-me)”. Assim, parece que JC, administrador da Casa Brum da Silveira e, nessa condição, um dos maiores proprietários da Ilha, não estaria acima da lei, mesmo com o irmão Ernesto a vereador na dita Câmara.

²⁰⁵ O Art. 3.º do mesmo Capítulo 1.º das citadas *Posturas* prescrevia: “Dada a demolição, ou construção de obras, em que seja necessário depositar nas ruas ou estradas alguns materiaes, não deverá ser ocupado maior espaço, nem por mais tempo, do que o que for designado pela Câmara, de quem se solicitará a respectiva licença, sob pena de 1\$200 reis.”

²⁰⁶ Carta de António Bernardes d’Abreu Lima para JC, N.º 9, S. Miguel, 30 Setembro 1859, UACSD, FBS-AJC 17822. Os 12 palmos continuariam a impedir a vista, mas reduziriam o ensombramento. De qualquer modo não encontrei confirmação desta portaria.

²⁰⁷ Cf. *Logares da Ilha aonde possuímos terrenos arrendados ou cultivados p. nos.* [c.1856], in Livro de Despesa de tamanho A5, encadernado, com as folhas numeradas e intitulado no verso da folha de rosto *Despezas meudas de Caza na Ilha do Faial desde o 1.º de 8bro. de 1845 em diante.* José do Canto [assinatura], UACSD, FBS-AJC, fl. 51, Doc. anexo P01.

Folhas de Férias com um cabouqueiro diariamente a *extrahir marouços e quebrar pedreiras* e ajudantes a *acarretar pedra e terra* durante mais de um ano, ininterruptamente, de 11 de Março de 1871 a 6 de Abril de 1872.²⁰⁸ Parte da pedra é utilizada para *entulhar à volta da каза da grotinha*, erguendo a plataforma sobre a qual se construiu a dita casa,²⁰⁹ no que foi, antes de mais, uma forma de arrumar a pedra. Outra parte é enterrada.

No final de 1874 a saga dos *Mestres do Rachamento da chã das terras da grotinha*²¹⁰ recomeça para só acabar em Maio de 1876.²¹¹ No Outono de 1875, já se podia *indireitar a terra*.²¹² O resultado ainda hoje é legível na regularidade topográfica dos cerrados que envolvem os edifícios da Granja da Grotinha, com as courelas, quase planas, separadas por combros de terra que resolvem as diferenças de cota entre as mesmas.

Não havendo pedra a arrumar, a terra não deixava de ser modelada para adaptar a topografia do sítio à edificação. Nas férias da construção da fábrica de chá de José do Canto, no Pico Arde à Caldeira Velha, temos para cada semana uma sequência de parcelas com *Encher terra / Cavar terra / Acarretar terra*, durante mês e meio. Os movimentos de terra iniciaram-se por um *desaterro*²¹³, provavelmente para conformar uma plataforma e o terreno envolvente. *Desaterrar, cavar e acarretar terra* continuam a aparecer, em parcelas avulsas, nos meses seguintes.²¹⁴

²⁰⁸ Cf. *Folhas de férias, 1871-1872*, UACSD, FBS-AJC.

²⁰⁹ Cf. *Folha dos homens que trabalham nas Quintas e outros serviços análogos na semana de 11 de Março de 1871*, UACSD, FBS-AJC. O cabouqueiro é pago a 400 réis a jorna, enquanto os ajudantes recebem entre 70 a 200 réis.

²¹⁰ Subtraí a expressão à *Feria para os Mestres do Rachamento da chã das terras da grotinha, e na semana de 24 de Dezembro de 1875*, UACSD, FBS-AJC.

²¹¹ Cf. *folhas de pagamento semanal dos homens das quintas da Cidade*, desde 11 Março 1871 a 9 Janeiro 1888, UACSD, FBS-AJC.

²¹² Cf. *Relação nominal e despesa que se tem feito nos prédios do Illmo. Snr. José do Canto na semana de 27 de Novembro de 1875*, UACSD, FBS-AJC.

²¹³ *Ribeira Grande 14 de Novembro de 1891/ Feria na semana finda do Exmo Snr Joze do Canto Fazer dezaterro[,] pessoal do Porto [Formoso] (bold meu)*, UACSD, FBS-AJC.

²¹⁴ Cf. *mapas de férias semanais de 14 Novembro 1891 a 13 Fevereiro 1892, em Rib^a Gr. – Casa do Chá – P.c^o Arde / Férias do cabouqueiro, e pedreiro – / Com principio em 23 de Maio de 1891*, UACSD, FBS-AJC.

O mesmo cabouqueiro que trabalhou anos na *desprega* da Grotinha também andou a tirar pedra na cerca de Santana, chegando a ter de recorrer à pólvora.²¹⁵ No jardim, a modelação do terreno era uma necessidade óbvia e, tal como nas quintas de laranja onde se *acarretava* terra para os quartéis²¹⁶, era frequente o transporte da terra boa proveniente de outro lugar.²¹⁷ Igualmente se iam buscar fora da cerca do jardim os torrões de leiva para os vasos dos viveiros, algas para fertilizar o solo, e até cascalho para um *pinestone* e para aterros, presumo.²¹⁸ Por fim, e ao contrário do jardim de António Borges, mas sem pretender a uniformidade topográfica do de José Jácome, queria-se a terra *endireitada*.²¹⁹

As terras para lavoura tinham de ser limpas da pedra, e, se necessário fosse, também se levava de um lado para o outro terra que fosse boa. José do Canto, deplorando a fraca qualidade da terra das Furnas, em carta ao primo José Jácome, chega a alvitrar “conduzir para ali boa terra”²²⁰, confirmando tratar-se de uma prática experimentada. Das Férias de um seu feitor temos vários *jornaes de*

²¹⁵ Cf. *Feria para os homens que trabalham nos prédios pertencentes à Cidade*, na semana de 5 Agosto 1871, UACSD, FBS-AJC.

²¹⁶ *Grimaneza – deitar terra n’um quartel de laranjeiras, e acabar de abrir vallas n’outro quartel* [...], *Feria de João Soares*, 20 Novembro 1869, UACSD, FBS-AJC; *Feria na semana finda do Exmo Srr José do Canto na quinta da Canada de Duarte Borges na de sima cavar terra e arencar humas laranjeiras e plantar uns tocos e a carretar terra para hum quartele mais fraco*, por Manuel Pereira de Lima, 9 Fevereiro 1884, UACSD, FBS-AJC (bold meu).

²¹⁷ “A **terra preta** que houver na dita matta [de faias, na Quinta Nova] é boa para o jardim.”, *Notas sobre os trabalhos das Quintas da Grimaneza*, Ponta Delgada, 28 Junho 1858, assinado por JC, UACSD, FBS-AJC, *Quinta nova – (tapada)*. “Manuel Rebello hade trazer da Grota da Figueira para o Jardim **100 cargas de terra prêta** a 180 cada carga; o jardineiro hade dar a conta das cargas que forem chegando.”, *Lembranças para o Illmo Sbr António Bernardes d’Abreu Lima*, UACSD, FBS-AJC (bold meu).

²¹⁸ Vejam-se as contas apresentadas por Peter Wallace para carregamentos de terra, torrões de leiva, algas e cascalho, como, por exemplo, *Bill of 4 dozen Baskets for carrying soil, seakale* [algas], etc. / Feb.ry 4, 1850; *Bill of two hundred loads of turf* [leiva] – for poting Plants etc., 1 Fevereiro 1850; e *Bill of the Donkeys carrying litter* [cascalho] for the Pinestone / week ending January 11th 1851; UACSD, FBS-AJC (bold meu). Algumas contas localizam a extracção da leiva (*turf* ou *peat soil*) no Pico da Cruz, havendo-as também com data de 1853 (UACSD, FBS-AJC 4489) e, para carretos de cascalho (*gravel*), com data de 1854 (UACSD, FBS-AJC 4657), continuava Wallace ao serviço.

²¹⁹ Veja-se, por exemplo, na *Feria para os homens que trabalham nos prédios pertencentes à Cidade*, de 27 Janeiro 1872, UACSD, FBS-AJC 222, os “66 jornaes a 180 [reis] para **endireitar terra e enterrar** na serca de S:Anna”; ou “Fallei hontem com o Jardineiro Inglez [...] Permitti-lhe que mettesse agora mais 3 rapazes por causa da limpeza do jardim, e mais 1 besta para **entulhar uma cova** que há no jardim novo.”, na carta de JC para António Bernardes d’Abreu Lima, Ponta Delgada, 8 Julho 1858, UACSD, FBS-AJC (bold meu).

²²⁰ Carta XXVI de Paris, 8 Setembro 1863, transcrita em *José do Canto, Cartas Particulares a José Jacome Corrêa e Conde de Jacome Corrêa: 1841 a 1893*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1999, p. 96.

carriar terra a plantar pinheiros.²²¹ Porque era transportada em cestos²²², pôde alguém dizer que ali se “andou com a terra ao colo”. José do Canto cultivava vimes e fazia os cestos²²³. Mas seriam os burros os principais carregadores²²⁴: embora quase sempre omitindo os animais, as notas de pagamento que registam os *ceirões de terra* implicam as bestas de carga, uma vez que os *ceirões* eram “duas ceiras grandes pegadas que se collocam n’uma besta, de modo que fica cada uma pendurada do seu lado”²²⁵.

Os terrenos a cultivar, e já depois de eliminada a vegetação espontânea, eram naturalmente irregulares e com pedra dispersa, que tanto podia ser de cascalho ou pedra pomes solta, como de afloramentos rochosos. A pedra graúda era extraída e arrumada em muros, maroiços²²⁶ ou moais²²⁷, mirantes e calçadas, ou mesmo enterrada²²⁸. Para a pedra mais miúda, *virava-se* o terreno.

²²¹ Cf. Férias de Manoel Furtado, 10 Abril 1847, UACSD, FBS-AJC.

²²² “Custo de 12 **cestos p.^a acarretar terra**” (bold meu), Férias de *Pt^a Delgada 31 de Outubro de 1891*, em *Rib^a Gr. - Casa do Chá - P.^{co} Arde / Ferias do cabouqueiro, e pedreiro - / Com principio em 23 de Maio de 1891*, UACSD, FBS-AJC. Se nesta nota a finalidade dos cestos está expressa, o registo da compra de cestos *tout court* aparece com recorrência nas notas de despesas dos vários prédios da casa de Maria Guilhermina e JC.

²²³ “podar **vimes**, acarriar terra para os pinheiros” e “campinar, **fazer cestos**, plantar pinheiros”, (bold meu), Férias de Manoel Furtado, respectivamente de 3 Abril e 22 Maio 1847, UACSD, FBS-AJC. Quando não tinha da sua produção, ou custava demasiado trazê-los de um prédio distante, comprava os vimes, cf. Férias de Francisco Moniz na Rechãa, UACSD, FBS-AJC, na semana de 26 Maio 1855, em que regista a compra de 1100 réis de vimes.

²²⁴ Vejam-se as várias *contas* assinadas por Peter Wallace, o jardineiro e botânico escocês ao serviço de JC entre 1849 e 1857, como, por exemplo, *Bill of the donkeys bringing turf for relaying the lawn*, anotado inferiormente com *Leivar / P.g. em 23 de Fevereiro de 1850 / Abreu Lima*, UACSD, FBS-AJC.

²²⁵ Dr. Fr. Domingos Vieira, *Grande Dicionario Portuguez ou Thesouro da Língua Portugueza*, Porto, Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1871 (data do 1.^o volume). O mesmo dicionário define ceira como “uma espécie de cesto de esparto ou palha; alcofa.” Carreiro da Costa, na “Terminologia Agrícola Micaelense” que foi publicando nos Boletins da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores, regista “Seirão, s.m. *Alfaia agrícola feita de vimes que serve para carregar novidades e que se usa sobre o lombo dos asininos e dos muares.*”, *Boletim da CRCAA*, n.^o 8, 2.^o Semestre 1948, p. 96.

²²⁶ Nome dado no Pico e outras ilhas à pedra arrumada em forma aproximada de pirâmide, mas sem qualquer intencionalidade formal ou construtiva. Cf. Manuel Ribeiro da Silva, “A ilha do Pico sob o ponto de vista vitivinícola”, em *Boletim da CRCAA*, n.^o 14, 2.^o semestre 1951, p. 51.

²²⁷ Nome dado aos “montes de lava formados artificialmente com as pedras retiradas na limpeza dos terrenos mais recentes destinados às culturas”, Carreiro da Costa, *Etnologia dos Açores*, vol. 1, Lagoa, Câmara Municipal da Lagoa, 1989, p. 68.

²²⁸ Veja-se, por exemplo, na *Feria de M.el da Cruz, na semana de 26 de Fev.^o 1870*, UACSD, FBS-AJC, os 22 *jornaes* de “Enterrar pedra, e abrir valla para a pedra” ao Pico da Pedra; ou os homens para “tirar terra e enterrar pedra na tapada da Snr^a D. Margarida” nas Férias de 23 Dezembro de 1871 no Pico da Pedra, UACSD, FBS-AJC 1083, e de 20 de Janeiro de 1872, UACSD, FBS-AJC 1084. Também a pedra que sobrasse dos muros velhos a arranjar e que não servisse para as covas das laranjeiras nas quintas da Canada de Duarte Borges, foi mandada enterrar numa vala.

Quando houverem homens baratos, e d'abundancia, hade se experimentar a **virar um alqueire de terra**, no pasto que traz José Cordeiro Rodovalho, pela parte de baixo junto do Caminho, **de sorte que se enterre o cascalho no fundo, e se traga a terra ou barro para cima**. Desejo este ensaio para calcular se faz ou não conta viral-a toda. Se a experiência sahir muito cara basta virar meio alqueire de terra. Francisco Muniz já recebêo a explicação do como se deve fazer o trabalho. ²²⁹ (bold meu).

Francisco Moniz terá provavelmente dito aos jornaleiros para abrirem valas ao comprido do terreno para, espalhando a terra escavada ao de cima, aí enterrarem o cascalho²³⁰, como consta das instruções de José do Canto para o mesmo feitor nas quintas na Canada de Duarte Borges:

Na mesma quinta há pelo meio uma barreira alta de terra corrida, deve junto d'ella pela parte de baixo abrir-se uma **valla para tirar terra, que dê para os logares mais fracos, e para n'ella se deitarem os entulhos**, e depois deve-se arrazar a dita barreira, de modo que não fique grande altura na barreira, e o **mais plano que se poder arranjar**. ²³¹ (bold meu).

Mas nem todas as terras eram desempredadas, pois, conforme se explica no Almanaque rural da SPAM para 1853, havendo pouca ou “fraca” terra mais valia manter a pedra a cobri-la e defendê-la do contacto directo com os raios solares, deste modo mantendo-lhe a “conveniente, necessária humidade”²³².

Também se faziam, desde o século XVI,²³³ viradas a *água* nos terrenos cobertos a pedra pomes. Em vez de enterrá-la, empurrava-se a pedra pomes, que flutua,

Cf. *Em 28 de Junho de 1862 – Instrucções p Francisco Muniz a respeito das Quintas a seu cargo*, UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P11.

²²⁹ *Notas sobre os trabalhos das Quintas da Grimaneza*, Ponta Delgada, 28 Junho 1858, assinado por JC, UACSD, FBS-AJC, *Barba d'Aguilhão*, p. 4.

²³⁰ A prática das viradas a seco também é assim descrita por João de Medeiros Constância, *Evolução da paisagem humanizada da Ilha de S. Miguel*, Separata do Boletim do Centro de Estudos Geográficos, vol. III, n.º 20, 1963, Coimbra, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, 1963-1964, p. 44.

²³¹ *Em 28 de Junho de 1862 / Instrucções para Francisco Muniz a respeito das Quintas a seu cargo*, UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P11.

²³² Cf. “Desempedramento dos terrenos”, em *Almanack Rural dos Açores para 1853 pela Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense*, 2.º anno, Ponta Delgada, Typ. da Sociedade Auxiliadora das Letras Açorianas, 1853, p. 144.

²³³ Veja-se João Marinho dos Santos, ob.cit., p. 73.

para regos de água desviada da ribeira mais próxima que a transportavam para, em cota mais baixa, a devolverem à mesma ribeira.²³⁴

A topografia encovada era então regularizada pela terra espalhada.²³⁵ A paisagem modelada à “escala da enxada”²³⁶, não tem a regularidade da terraplanagem mecânica mantendo, quase sempre, uma certa ondulação, pelo que aparenta uma ilusória naturalidade. No entanto, ainda hoje se pode perceber este intenso trabalho manual de modelação da terra nas áreas agricultadas mais antigas, às cotas mais baixas, quando, comparando cerrados que estão lado a lado, apenas separados por um muro de pedra, se verifica que não há qualquer continuidade topográfica entre eles. As pastagens, que hoje vemos nas cotas mais altas, foram já arroteadas na segunda metade do século XX com meios mecânicos pesados que introduzem outra escala na regularização da forma da terra.

Mesmo nas pastagens de José do Canto, onde se poderia esperar que, depois de roçada, apenas se cavasse e virasse a terra para soltá-la e arejá-la, a forma é corrigida, como pode ver-se na contabilidade do arroteamento do Pico Arde, em que, depois de limpos e divididos por valados, há que *endireitar os pastos*,²³⁷ ou, como se escreve na *Roteação da Queimada*, do mesmo corpo de terras, tem que se *endireitar os altos*.²³⁸

Silvano Augusto Pereira²³⁹ e João de Medeiros Constância²⁴⁰ descrevem ainda a prática de *derregar* a terra, cujo efeito escultórico ainda hoje se pode ver na paisagem mais declivosa das pastagens, e que consiste em “abrir na terra umas valas ou sulcos na direcção aproximada das curvas de nível, onde as águas se

²³⁴ Cf. idem, p. 44.

²³⁵ Veja-se na *Feria para os homens que trabalham nos prédios pertencentes a Cidade*, de 27 Janeiro 1872, UACSD, FBS-AJC 222, os 66 jornaes a 180 réis para *endireitar terra e enterrar na serca de S:Anna*.

²³⁶ A muito justa e feliz expressão é citada por Eduardo Dias no terceiro capítulo “A chegada dos portugueses às ilhas – o antes e o depois”, do vol. 6 da colecção *Árvores e Florestas de Portugal* (coord. Joaquim Sande Silva) dedicado aos *Açores e Madeira, A floresta das ilhas*, Lisboa, edição Público e Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2007, p. 159.

²³⁷ *Pico Arde melhoramentos – Pastagens*, 1869, UACSD, FBS-AJC 10519.

²³⁸ *Idem*, 1870, idem. Até 1871 gastaram-se nas matas do Pico Arde 29\$150 réis em *endireitar* altos nos pastos de 459 alq 156 vs de terras roteadas.

²³⁹ Silvano Augusto Pereira, “Breve Notícia sobre a Cultura do Milho na Ilha de S. Miguel”, no *Boletim da CRCAA*, n.º 3, 1.º semestre 1946, p. 17.

²⁴⁰ João de Medeiros Constância, ob.cit., p. 42.

demoram, perdendo a velocidade”,²⁴¹ obviando assim à erosão das chuvas. Embora tenha encontrado algumas jornas de “derregar” nos mapas de férias da Casa Brum da Silveira, seriam as mesmas ‘de regar’ e não ‘de abrir regos’, porquanto eram feitas nos meses de Verão, enquanto a derrega seria feita no Outono, depois de semear o tremoço e antes das grandes chuvas.²⁴²

Para além das viradas, as quintas da laranja exigiam movimentos de terra e pedra específicos. O solo da Quinta Grande, prédio n.º 4059 ao Pico da Pedra, foi *surribado em grande parte, e plantado de quinta*.²⁴³ E em 1866 José do Canto plantou uma nova quinta ao Pico da Pedra. Depois de traçados os quartéis, é que se poderá *mais proveitosamente melhorar o terreno, porque se pode tirar a terra das ruas para o logar das Larangeiras, e deitar a pedra e bogalhau no fundo das ruas*, escreve ao seu feitor.²⁴⁴ As *ruas* são assim depósito da pedra do terreno *surribado*, aproveitando-se toda a terra para a cultura enquanto se garante um caminho mais seco. Parece-me ser consequência deste método a subida da cota das *ruas* ao ponto de, havendo pedra em demasia, as ruas se transformarem em **calçadas**, termo contemporâneo com que são designados estes arruamentos elevados. Registe-se que, na nomenclatura da época, ao invés de ‘calçada’, mencionam-se *ruas* ou *arruamentos*. Algumas calçadas excepcionais têm a altura de muros de abrigo e largura suficiente para passar uma carroça, assemelhando-se mais a espessas muralhas com a largura e piso de um carreiro. No levantamento de muros, realizado no Continente por Gabriella Casella, há dois muros em Alcalar, Portimão, semelhantes a algumas destas calçadas na

²⁴¹ Silvano Augusto Pereira, ob.cit.,p. 17.

²⁴² Cf. Ibidem. A derrega poderá corresponder a uma prática mais recente, eventualmente posterior às arroteias das cotas mais altas de topografia mais acidentada e, por isso, mais exposta à erosão.

²⁴³ Cf. Relação dos Prédios em que há melhoramentos ou em que estão envolvidos outros prédios livres, [...], UACSD, FBS-AJC.

²⁴⁴ Carta de Paris, 5 Março 1866, de JC a António Bernardes d’Abreu Lima, UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 338. Trata-se com toda a probabilidade da “quinta Nova”, prédio n.º 4057. “Bogalhau” é hoje dito “borgalhau” e significa pedras soltas de pequena dimensão.

Em documento elaborado a propósito de um contencioso com a Municipalidade, desencadeado por denúncia em 1872, alegando que JC levantara um muro fora do alinhamento prescrito, e que obstruía a estrada pública, escreve-se que a *pedra que se apeou do muro [para abrir um portão] foi logo servir **d’entulhar uma rua**, que havia aberto na quinta, e que nem assim ficou completa.* (bold meu), cf. *Informação*, UACSD, FBS-AJC.

proporção da secção, ou seja, muros muito largos para a altura que têm.²⁴⁵ Servindo aqueles, também no Algarve, para arrumar a pedra dos terrenos a cultivar, a especificidade das calçadas micaelenses estará no ‘capeamento’ que é executado de modo a ser percorrível sem desmoronamento. Acresce que a altura das calçadas varia entre o meio metro e os 3 metros de altura, com algumas a fazerem a ligação pedonal entre prédios separados por caminhos ou estradas lançando-se em ponte sobre estes.²⁴⁶ Eventualmente, seria a este ‘muro’, tão excessivo na largura quanto na altura, e que, sendo simultaneamente fronteira da propriedade, qual muralha, que se chamaria *barbacan*²⁴⁷, fazendo ainda mais feliz a expressão de Carlos Riley de uma “agricultura fortificada”²⁴⁸. Quaisquer que fossem os seus nomes à época, as calçadas serviriam, acima de tudo, para arrumar longitudinalmente a pedra, em alternativa aos mirantes que a arrumavam em zigurate.²⁴⁹ Quer uma tipologia, quer outra distinguem-se dos maroiços (que desempenhavam a mesma função) pela forma não-construída destes (resultante do simples amontoar da pedra). Embora sejam mais frequentes em longos troços rectos, e nos terrenos de biscoito que foram de vinha junto à costa,²⁵⁰ também existem calçadas em quadrícula que foram de pomar, como acontece exemplarmente na quinta da Conceição Velha às Capelas.

²⁴⁵ Gabriella Casella, ob.cit., p. 76 e 82. O muro da p. 82 tem entre 40 a 60 cm de altura para 100 cm de largura.

²⁴⁶ Cf. AAVV, *Arquitectura Popular dos Açores*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2000, p. 111.

²⁴⁷ Veja-se uma nota de pagamento de José Maria Raposo do Amaral a *João de Fraga Quint.º das Cap.ªs* datada de 23 de Maio de 1863 *Pelo que recebeo p.entregar ao Paredeiro Ant.º de Fraga p.conta da **barbacan** q. continua a fazer na Rua da Vinha do Cruzeiro, a vara a 1:200*, (bold meu), UACSD-ARA.

²⁴⁸ Carlos Guilherme Riley, ob.cit., p. 409.

²⁴⁹ V. Isabel Soares de Albergaria, ob.cit., p. 58-63, e *Arquitectura Popular dos Açores*, p. 117.

²⁵⁰ Veja-se, por exemplo, a notável calçada do prédio de Carlos Guilherme Riley, na Lagoa.

Caminhos e servidões

*L'entretien des chemins est un es objets les plus importants et ordinairement les plus négligés dans toutes les exploitations rurales.*²⁵¹

A uma escala diversa das estradas, e para além dos caminhos de penetração necessários ao arroteamento dos incultos, para depois arrendar autonomamente as parcelas roteadas era preciso abrir-lhes *servidões*²⁵². Em 1859 o procurador de José do Canto na Ilha informa-o de que os rendeiros do Charco da Madeira pretendem rescindir o contrato por falta de *servidão* a um pasto.²⁵³ Veja-se numa planta que representa um corpo de terra ao Charco da Madeira (Fig. 1.13), as *servidões* a distribuírem o acesso por todos os serrados. Tratando-se de um desenho esquemático, revela explicitamente o modo como a forma de divisão das parcelas (ortogonais aos caminhos que as servem) é consequência directa do desenho dos caminhos, e vice-versa, demonstrando a sua interdependência. Para poderem ser utilizados por carroças ou carros de bois, o desenho dos caminhos podia implicar o movimento de terras²⁵⁴, não se cingindo à limpeza da vegetação e fixação das margens por uma vedação.

Na colonização dos incultos, a seguir a roçar os matos vedavam-se as roças e abriam-se as veredas e caminhos. Assim faz José do Canto nas *roteações* do Pico Arde:

Falta para concluir estes trabalhos –

1.º *Dividir por tapumes o Espigão do meio e de António Alves*

2.º *Fazer um **caminho** que as ligue –*

²⁵¹ C. J. Mathieu de Dombasle, *Calendrier du Bon Cultivateur Ou Manuel de l'Agriculteur Praticien*, Paris, Bouchard-Huzard, (8.^{me} éd.), 1846, p. 18.

²⁵² “Começar a divisão, e tapume das roças novas combinando os vallados para enxugar o terreno com os combros para o abrigar. / Plantar renques de abrigos d’arvores nos pastos das roças novas / E **abrir-lhes servidões independentes**.” (bold meu), *Lembrança d’algumas cousas, que se deverião fazer no anno de 1859-1860* / [...] *Lagoa do Congro*, UACSD, FBS-AJC 11929, Doc. anexo P02.

²⁵³ “Consta-me que os Carvalhos da Rua de St^a Anna pertendem encampar o arrendamento do Charco da Madeira por **falta de servidão** para o pasto que trazem, estou para ver, por ser fora do tempo [de um ano, para exercer o direito de encampação].” (bold meu), Carta de António Bernardes d’Abreu Lima a JC, S. Miguel, N.º 12, 5 Dezembro 1859, UACSD, FBS-AJC 17825.

²⁵⁴ “13 de Junho / Acabar de apromptar e desaterrar *servidão* no Pico Arde por ajuste”, *Contas de trabalho na Ribeira Grande*, s.d., UACSD, FBS-AJC.

- 3.º *Alimpar a silva e mondar e quebrar os altos dos 3 espigões*
- 4.º *Concluir o **Caminho grande**, que vae p.^a a Cald.^a e divide os pastos tapando-os.*
- 5.º *Plantar a encosta da Caldeira. –*
- 6.º *Plantar as grotas de M.el d'Arruda, de João Vital, e as portas dos dous lados do espigão do meio;*²⁵⁵

Como aqui se vê, havia caminhos de diferentes escalas e finalidades: caminhos curtos (de penetração nos terrenos e de ligação entre os mesmos) e caminhos de ligação translocal, de maior extensão, com o desenho idêntico ao de uma linha de água e, à semelhança desta, normalmente estruturante da forma da propriedade. Veja-se na planta da *Propriedade dos Herdeiros de José do Canto Brum na Ribeira Grande* (Fig. 1.14), a configuração 'orgânica' e os limites da propriedade traçados pelas Canadas e serventias.

Mais à frente neste texto veremos, com as matas do Pico Arde, o modo como as veredas entram no procedimento metódico de colonização dos incultos.

De Setembro de 1857 a Março de 1858, José do Canto gastou 17\$090 réis em *Veredas na Ladeira da velha*, ao Porto Formoso.²⁵⁶ Em 1859, um rendeiro de um mato no Porto Formoso informa Abreu Lima que *preciza que se lhe deite algumas veredas*.²⁵⁷ Em 1880, depois de dar o sacho e poda nos carvalhos na mata da Taveira, vão-se-lhe *deitar os caminhos*.²⁵⁸

Também nos terrenos da Água Nova que José do Canto vai arroteando ao longo de vários anos, abrir veredas e servidões era uma parte fundamental para a economia do esforço de domesticação dos matos maninhos. Assim, para o ano agrícola de 1859-1860, depois de concluir o arroteamento, manda *Endireitar e*

²⁵⁵ *Pico Arde melhoramentos – Pastagens*, 1869, UACSD, FBS-AJC 10519.

²⁵⁶ Cf. *Orçamento da Despeza de José do Canto no anno de 1857 a 1858 comparada com a despeza effectuada nos primeiros 7 mezes, de Setembro inclusivo a Março inclusivo*, UACSD, FBS-AJC 3017.

²⁵⁷ Cf. Carta de António Bernardes d'Abreu Lima para JC, N.º 9, S. Miguel, 30 Setembro 1859, UACSD, FBS-AJC 17822.

²⁵⁸ Cartas de Francisco Tavares a JC, Porto Formoso, de 2 e 9 Abril 1880, UACSD, FBS-AJC.

*concertar as servidões, e Lançar 10 alqueires de veredas de 12 palmos de largo no Pico das Ovelhas.*²⁵⁹

Os Matos da Vila, sitos à Lagoa do Congro, não sendo roteados, foram no entanto *atravessado[s] de muitas veredas, que lhe[s] derão valor*,²⁶⁰ permitindo a exploração da lenha das urzes e louros e a circulação entre as propriedades. De facto, nos mapas de férias de 1855 contabilizam-se jornais para abertura *d'um atalho* ou *duma vereda* ou em *fazer um bocado do caminho*²⁶¹. E numa Certidão de medição datada de 1857, contabilizam-se “cem mil varas” de *veredas*²⁶².

A limpeza dos caminhos era constante²⁶³, quando não a vegetação espontânea, de rápido crescimento, apagava os caminhos no desenho da paisagem. Daí encontrarmos o Verão de 1871 preenchido com a limpeza e manutenção das ruas, caminhos e servidões do prédio da Lagoa do Congro.²⁶⁴ Estes caminhos eram importantes para a exploração económica das matas e pastos, mas eram igualmente importantes para a fruição estética da paisagem construída pelas mesmas matas e pastos, proporcionando os passeios com que José do Canto impressionava familiares²⁶⁵ e visitantes.²⁶⁶

²⁵⁹ Cf. *Lembrança d'algumas cousas, que se deverião fazer no anno de 1859-1860 / [...] / Agoa Nova*, UACSD, FBS-AJC 11929, Doc. anexo P02.

²⁶⁰ Cf. descrição do prédio n.º 4129, em *Relação dos Prédios em que há melhoramentos ou em que estão envolvidos outros prédios livres, [...]*, UACSD, FBS-AJC.

²⁶¹ Cf. Férias na *Alagoa do Congro*, nas semanas que acabaram a 19 Maio, a 9 Julho e a 28 Julho 1855, respectivamente, UACSD, FBS-AJC 11844, 13312 e 11847.

²⁶² Certidão de medição de “veredas que forão limpas por ordem do dito Sr. no citio da Alagoa do Congro [...]”, datada de 1 Setembro 1857, UACSD, FBS-AJC. Se estas varas forem unidade de medida linear, temos 264 km de caminhos.

²⁶³ Cf. Cartas de Francisco Tavares a JC, Porto Formoso, 22 Julho e 5 Agosto 1881, UACSD, FBS-AJC.

²⁶⁴ Vários jornais de limpar as *ruas da Lagoa*, de *concertar o caminho do Mte. Escuro*, limpar as *ruas do matto dos buxos*, *Concertar a Rua nova das Cazas*, *Concertar a servidão dos pastos [...]* / *Concertar o Caminho da Lagoa do Congro p.a Ribeirinha*, nas Férias de Agosto e Setembro 1871, UACSD, FBS-AJC.

²⁶⁵ A irmã Maria Libânia dá-lhe os parabéns pela “encantada matta” (cf. carta de Maria Libânia Canto a JC, 21 Julho 1865, UACSD, FBS-AJC 16363); a filha Maria Guilhermina achou “tudo muito bonito” e o marido ficou “maravilhado pelo prédio todo” (cf. carta da Rocha [Quebrada], 4 Agosto 1896, de Maria Guilhermina Brum do Canto Poças Falcão a JC, BPARPD, JC/CORR. Cx. 13/1312).

²⁶⁶ Cf. pedido de autorização para um grupo de amigos visitar a Lagoa do Congro em passeio de domingo por J[osé] H[onorato] G[ago] da Câmara, 24 Abril 1857, UACSD, FBS-AJC 6155.

O fim da tarde gastamol-o hindo dar um passeio pelo meio dos nossos pastos novos até uma matinha de buxos que eu plantei, e aonde as meninas se regalarão a apanhar morangos. [...] As meninas forão com os Irmãos ao Pico das Uvas.²⁶⁷

Em 1874 tem de consertar o importante *Caminho* para as Furnas:²⁶⁸ de lá vinha a maior parte do plantio das matas do Congro. Mas seria demasiado longo o caminho do costume, e José do Canto, não se conformando com a geografia estabelecida, em carta da Lagoa do Congro escreve às irmãs a dizer que vai *experimentar uns atalhos* para a Lagoa das Furnas.²⁶⁹

²⁶⁷ Carta para as irmãs de JC, Lagoa do Congro, 11 Julho, UACSD, FBS-AJC 12794, Doc. anexo P04.

²⁶⁸ “Concertar Caminho para as Furnas”, *Lagôa do Congro em 27 de Junho de 1874*, UACSD, FBS-AJC.

²⁶⁹ Carta para as irmãs de JC, Lagoa do Congro, 11 Julho, UACSD, FBS-AJC 12794, Doc. anexo P04.

1.4. O uso do solo

José do Canto sabia desenhar?

Por entre os seus papéis e apontamentos avulsos encontrei desenhos descontraídos de barcos de vela enfunada, ou de uma fortaleza fantasiada, perseguindo a difícil torção de uma coluna salomónica, ou do padrão de um gradeamento. Seriam da sua mão? Ou do Josezinho?¹

Desenhasse ele próprio, ou não, José do Canto dominava a linguagem do desenho, e encontrei vários esquiços entre os seus papéis no Fundo Brum da Silveira da Universidade dos Açores. Esquiços em que alguém planeia e distribui as culturas, dividindo cerrados, pensando as servidões, ou mesmo projectos, como os desenhos rigorosos que geometrizam a distribuição das laranjeiras, ou representam em planta as alas da granja da Grotinha. Não é tão importante que os desenhos fossem da sua autoria², como que os soubesse utilizar, ainda que feitos por outrem.

Desenhar para projectar

A própria Agronomia induzia a necessidade do conhecimento da Geometria e da Agrimensura. Se alguns tratados e manuais agrícolas continham uma parte dedicada ao Desenho³, José do Canto dispunha de pelo menos um título

¹ Alguns desenhos aparecem em cadernos de estudo, daí alvitrar a autoria de um filho. As únicas referências que encontrei ao manejo do desenho na família Canto foram na crónica de Annibal Bicudo, “As Furnas de antanho”, publicada na revista *Os Açores*, n.º 8, Agosto 1928, p. 4-5, que nos revela Ernesto do Canto como caricaturista; e em Maria Teresa Tomé, *Ernesto do Canto: Os Açores na Problemática da Cultura do século XIX*, Ponta Delgada, Signo, 1989.

² Entre os referidos esquiços parece-me haver, pelo traço, desenhos de autores diferentes.

³ Por exemplo, o *Parcs et Jardins*, de A. de Cérés (Paris, Librairie Agricole de la Maison Rustique), que se apresentava na Introdução como um manual prático, divide-se em duas partes: a primeira é inteiramente dedicada à Agrimensura, levantamentos topográficos e modelação de terrenos (*Arpentage, levé des plans, nivellements*, no original) mostrando os instrumentos e elucidando os procedimentos necessários com ilustrações eficazes; e a segunda parte trata do projecto e construção de Parques e Jardins.

Na *Encyclopaedia of Gardening*, de J. C. Loudon (London, Patternoster-Row, Longman, Orme, Brown, Green, and Longmans, s.d. prefácio datado de 1834), o Capítulo II (*Of the operations of Gardening in which Skill is more required than Strength*) do Livro IV da Parte II, subdivide-se em:

- I. *Of transferring Designs from Ground to Paper or Memory*
- II. *Of transferring Designs from Paper or Memory to the Ground*
 1. *Transferring Figures and Designs to plane Surfaces*
 2. *Transferring Figures and Designs to irregular Surfaces*
 3. *Of the Arrangements of Quantities*

inteiramente dedicado à geometria especificamente agrícola: escrito por um inspector-geral de agricultura francês, o *Géométrie agricole* de Lefour⁴, que também incluía exercícios práticos, ensinava a ler o sistema de representação convencionado na Arquitectura em *Du dessin et de la projection des corps*, exemplificando com as plantas, corte, alçado e perspectiva de uma *maison de petit cultivateur* (Fig. 1.15).

Em número de 1848, n' *O Agricultor Michaelense*, depois de publicitar que na redacção do jornal se indica *uma pessoa que, gratuitamente, se promptifica a dar aos medidores de terrenos, que o quizerem, noções sobre o methodo de levantar as plantas*, e que em França e Itália *não se effectua uma troca ou venda de propriedades, sem ser por meio d'uma planta*, pôde ler-se o seguinte:

*Além das vantagens apontadas, tem o proprietário a de ver no seu gabinete os seus diferentes ramos de cultura e a configuração e medição das terras e mato em braças quadradas, de **formar sobre os mesmos desenhos, projectos** de melhoramentos de que esses bens carecerem, e de dar ordem aos seus administrados para plantações, cortes, &c. &c.*⁵ (bold meu).

Dois meses decorridos, a *Sociedade dos Amigos das Lettras e Artes em S. Miguel*, fundada por António Feliciano de Castilho, publicita no mesmo periódico o "1.º Curso – De Desenho, regido pelo Sr. Pedro d'Alcantara Leite, coadjuvado pelos Srs. Manoel Monteiro, e Francisco d'Andrade, que é unicamente para pessoas do seu grémio", a que se seguem mais outros seis cursos, esses para qualquer um, independentemente do grémio em que oficiem.⁶ Conforme realça Carlos Guilherme Riley, já no *Plano de um Colégio para S. Miguel* proposto em 1823 pela vereação da Câmara de Ponta Delgada se apontavam para a cadeira de Desenho objectivos práticos precisos e não tanto artísticos. Ditava assim o programa:

III. *Of carrying Designs into Execution*

⁴ M. Lefour, *Géométrie agricole / comprenant la géométrie usuelle, le dessin linéaire, l'arpentage, le levé des plans, le nivellement, le toisé, le cubage des bois, et le jaugeage*, Bibliothèque du Cultivateur, Dusacq, Paris, Librairie Agricole de La Maison Rustique, [18- -].

⁵ Transcrição de artigo de F. P. Vidal, *Revista Universal Lisbonense*, em *O Agricultor Michaelense*, 2.ª série, n.º 10, Outubro 1848, p. 181.

⁶ Cf. *O Agricultor Michaelense*, 2.ª série, n.º 12, Dezembro 1848. O citado Manoel Monteiro foi o autor do projecto da Igreja das Sete Cidades. Os outros cursos eram de Ler, de Aritmética, de Geometria, Higiene, Francês e Inglês.

*Desenho, sendo o principal estudo Architectura Rural e Fabril, devendo-se escolher as melhores estampas nestes objectos.*⁷

Ora é precisamente na Architectura Rural que José do Canto vai exercer mais explícita e autonomamente os seus conhecimentos na cadeira de Desenho. Quanto às *estampas nestes objectos* (da *Architectura Rural e Fabril*) tratarei das mesmas na parte dedicada às granjas. Com estampas mais genéricas dedicadas à Architectura, tinha o morgado José Caetano na sua biblioteca os *Précis de Durand*⁸, e se o irmão Eugénio do Canto folheava a edição de 1795 dos *Plans elevations sections and views of the Church of Batalha*, de James Murphy, José do Canto dispunha do *Methodo lusitano de desenhar as fortificaçoens*, de Luís Serrão Pimentel, das *Conversações*, de Cyrillo Volkmar Machado, dumas *Noções theoricas da architectura civil seguido de um breve tractado das cinco ordens de J. B. Vignola*, impressas em 1848, e de outros tratados e manuais de architectura, como as *Medidas d'l romano*, em edição de 1541. Por vício de bibliófilo e coleccionador, poderá pensar-se⁹, mas numa incursão pelo catálogo da sua livraria encontrei alguns manuais estritamente de Desenho e Geometria¹⁰

⁷ BPARPD, ACPD, n.º 122, Livro 8.º do Registo (1818-1823), fl. 276v-277, transcrito por Carlos Guilherme Riley, *Os Antigos Modernos. O Liberalismo nos Açores: uma abordagem geracional*, dissertação de doutoramento em História Contemporânea, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2006, p. 306-307.

⁸ *Précis des leçons d'architecture données a l'École Royale Polytechnique / par J. N. L. Durand*, Paris, Chez l'auteur, A l'École Royale Polytechnique, 1817, com plantas, cortes e alçados, que inevitavelmente terão passado pelos olhos de JC.

⁹ Maria do Céu Fraga, “José do Canto: o Fascínio de Camões” (1998), em *José do Canto no Centenário da Sua Morte*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003, p. 175, confirma a minha suspeita de que em “José do Canto, a bibliofilia – realmente em voga no século XIX – desenvolve-se a partir de interesses culturais manifestos, criados e cultivados desde a meninice.” Tendo acedido na BPARPD a alguns valiosos livros com o carimbo de José Caetano Dias do Canto e Medeiros (normalmente catalogados em Ernesto do Canto, que provavelmente os terá herdado), confirmo, desse modo, a autora quando, lembrando a importância do ambiente familiar, sugere a influência do patriarca “crente no progresso e nas Luzes” no gosto pelos livros.

¹⁰ Da livraria de JC na BPARPD destaquei, primeiro, um revelador *La géométrie enseignée aux enfants / par M. Lamé Fleury*, Bruxelles, Librairie Universelle de Mary-Muller et Cie, 1838. Havia também, provavelmente adquiridos por seu pai, e impressos em Londres para os mesmos James Whittle and Richard Holmes Laurie, *The art of drawing in perspective: where in the doctrine of perspective is clearly and concisely treated of upon geometrical principles and a mechanical method of perspective and designing*, 1817, e *The artist's assistant in drawing perspective etching engraving mezzotinto scraping painting on glass in crayons in water-colours and silks and satins* (12th edition improved), 1818. Poderão ainda ter servido à sua primeira aprendizagem os *Elementos de Geometria*, por Pedro Alexandre Cavoé, Lisboa, Impressão régia, 1814; a *Lição duodecima dos elementos de geometria philosophica* escritos por Francisco de Borja Garção Stockler, Lisboa, Impressão régia, 1819; as *Definições das figuras de geometria para uso dos*

que me convencem que José do Canto estudou, autodidacticamente, a disciplina do Desenho. E, para além das recomendações agronómicas e objectivos fabris, tinha várias razões para o fazer:

- precisava dominar a representação planimétrica para ler os projectos de arquitectura e paisagismo que estudava (na bibliografia que adquirira), e os projectos que encomendava (casas e jardins), e que se apresentavam em plantas, cortes e alçados (veja-se, no pedido de esclarecimento sobre o modo de construção de uma consola a Digby Wyatt como soube ver a dita na planimetria da mansão projectada para as Furnas¹¹);
- dirigindo as suas próprias obras¹², precisava descodificar a construção dos toscos até aos pormenores, para depois os transmitir aos mestres que os

meninos nas escolas de primeiras letras, Rio de Janeiro, Typ. Imp. de E. Seignot-Plancher, 1830. Acrescentem-se uma *Explicação das primeiras figuras da geometria para uso das escolas de N. Senhora das Necessidades*, s.a., s.d.; *Geometria elemental e trigonometria rectilinea*, por Rodrigo Ferreira da Costa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1835; *Noções primarias das figuras da geometria e medição de superfícies e volumes de sólidos por meio de desenho linear para uso dos estudantes do curso philosophico da cidade de Angra do Heroísmo*, Angra do Heroísmo, Imprensa do Governo, 1846; *Compendio de geometria pratica applicada ás operações do desenho para servir d'estudo preliminar a quem se dedica ás Bellas Artes, ou ás Artes Mechanicas*, Lisboa, Typ. de José Baptista Morando, 1850; e outros que, não se encontrando na BPARPD, foram adquiridos por José, tais como um *Princípios y modelos de Dibujo Lineal* e uma *Collecion de dibujos a trazo por Thiollet*, cf. notas avulsas, UACSD, FBS-AJC.

Já no domínio do desenho aplicado à construção, encontrei um, sem dúvida útil, *Précis de fortification a l'usage des élèves de l'école navale par Levret*, Brest, Édouard Anner, 1839; e, passo a enumerar sem comentários: *Nouveau manuel complet du charpentier ou traité simplifié de cet art suivi d'un petit traité de Géométrie descriptive [...]*, par MM. Biston, Boutereau et Hanus, Paris, Librairie Encyclopédique de Roret, 1842; *Construcção, e analyse de proposições geometricas e experiencias praticas que servem de fundamento à architectura naval [...]*, por George Atwood; trad. do inglez por António Pires da Silva Pontes, Lisboa, Off. Patriarcal de João Procópio Correa da Silva, 1798; *Artefactos symmetricos e geométricos advertidos e descobertos pela industriosa perfeição das artes, esculturaria, architectonica e da pintura [...] oferecidos à Serenissima Senhora D. Mariana de Austria Rainha de Portugal pelo Padre Ignácio da Piedade Vasconcelos [...]*, dados à estampa pelo Reverendissimo Padre António da Anunciação da Costa, Lisboa Occidental, officina de Joseph António da Sylva, 1733.

O irmão de José, Ernesto do Canto, mercê talvez dos suas funções na administração pública, tinha ainda outros títulos especificamente dedicados ao desenho (v. catálogo da BPARPD, fundo EC).

¹¹ Este pedido deduz-se da resposta por Carta de Mathew Digby Wyatt a JC, 37 Tavistock Place, Russell Square [Londres], 6 Agosto 1869, AP-AJCHRC, em que o architecto sugere ao açoriano o recurso ao ferro. Ver “As Furnas de José do Canto” infra.

¹² “...e por aqui [Furnas] tenho andado sempre a fazer **ora de jardineiro, ora de M.e d'obras.**” (bold meu), Carta de JC ao filho António, Furnas, 21 Julho 1883, Fernando Aires Medeiros de Sousa, ob.cit., p. 342.

executavam (como quando refaz os desenhos para moldes de cantaria, actualizando cotas na Capela das Furnas¹³);

- para encomendar as peças e materiais necessários às obras (veja-se as encomendas de mosaicos para a casa do Calço ou para a Capela¹⁴, ou veja-se o domínio da carpintaria nos esquiços das boxes para a granja da Grotinha e do sequeiro);

- e ainda, não menos importante e de resultado mais abrangente na paisagem, para desenhar e dividir o campo em cerrados e traçar-lhes caminhos (veja-se, a seguir, a quinta nova do Pico da Pedra).

Poderá, eventualmente, ter adquirido os primeiros rudimentos da linguagem do desenho com o professor de Matemática Dr. Choque, poderá ter crescido com os livros, mas o exame fê-lo na resposta aos arquitectos quando, para intervir num qualquer edificado existente, lhe pediam plantas, cortes e alçados à escala.¹⁵ Repare-se ainda como nos desenhos à mão levantada de um sequeiro (Fig. 1.16), José do Canto, para além de dominar a representação planimétrica (planta e alçados) à mão levantada, controla a sua materialização, registando o nome e número de peças de carpintaria (*travessões de 6x4, barrotes de 7 pés, pés direitos de 4x4, pernas*) necessárias à sua execução. O mesmo se verifica no projecto dos estábulos para a Grotinha, onde mede e anota a quantidade de *madres para o soalho, pernas de 5 e 6 pés, taboado de 18 pés, assentos de pedra de 6x6x9 de fundo*, etc.¹⁶ (Fig. 1.17).

¹³ Cf. Carta de JC ao filho António, s.d., em idem, p. 327, em que justifica o atraso na carta por ter estado a trabalhar “[...] da manhã até à noute n’uns **moldes** ahi para a ermida, e de que não podia levantar mão, porque estavam ahi os Mestres, à espera d’elles para poderem trabalhar: Ora **os planos tinham uma boa parte das cotas erradas, de sorte que foi preciso fazer e desfazer**, e deu-me isso um trabalho infinito.” (bold meu).

¹⁴ V. Nestor de Sousa, *A Capela de Nossa Senhora das Vitórias e outros temas de romantismo artístico na vida de José do Canto*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2000, p. 36-38.

¹⁵ “Actuellement parlons de la marquise. Le petit dessin que vous avez eu la bonté de me confier ne peut servir pour dresser un projet qui ne sera que serrurie.[...] il faut un plan, une elevation, et une coupe. Ces details peuvent etre faits a deux centimetres pour un mètre.”¹⁵ (Sublinhado no original), copia, sd, UACSD, FBS-AJC. Fosse a citada marquise da sua casa a Santana, fosse aquela de que foi incumbido por José Jacome, o destinatário daquela carta seria sempre JC.

¹⁶ Também aqui, para além do conhecimento adquirido com a experiência directa, verificamos que JC tinha apoio bibliográfico no já referido *Nouveau manuel complet du charpentier ou traité simplifié de cet art suivi d'un petit traité de Géométrie descriptive*, par MM. Biston, Boutereau et Hanus, Nouvelle édition revue corrigée et considérablement augmentée, Paris, a la Librairie

Da arquitectura à agricultura

Se o domínio do desenho vai ser essencial para José do Canto gerir os projectos e obras paisagísticas e de construção civil, quer sejam eruditas ou não, vai ser igualmente essencial para a administração da exploração agrícola dos seus prédios, particularmente no que se refere à laranja.

[...] ao fechar desta [carta], recebo o favor de VS^a de 4 de Fevereiro com os **Riscos** para as novas Quintas a S. Joaquim, e S. Gonçalo.¹⁷ (bold meu).

Nos anos de 1860, quando começa a plantação de novas quintas de laranja, encontra-se na correspondência laboral de José do Canto a alusão aos *riscos* para as quintas. Estes *riscos* eram os projectos do traçado das ruas, da quadrícula modular em que se implantavam os abrigos compartimentando os quartéis, e do plano de plantação no interior daqueles¹⁸. Encontrei *Riscos*, ou referências aos mesmos, para as quintas do Caminho Novo¹⁹, S. Joaquim e S. Gonçalo, Pico da Pedra²⁰ e Canada Duarte Borges²¹. Ou seja, todas as quintas novas foram projectadas com recurso ao desenho.

Encyclopédique de Roret, 1842. Em Maio de 1846 comprara em Londres um *Price-Book of the Builder*, cf. Livro de Despesa, encadernado, intitulado no verso da folha de rosto *Despezas meudas de Caza na Ilha do Faial desde o 1.º de 8bro. de 1845 em diante. José do Canto* [assinatura], UACSD, FBS-AJC, fl. 24v.

¹⁷ Carta de [António Bernardes d'] Abreu Lima para JC, de S. Miguel, 23 Fevereiro 1869, UACSD, FBS-AJC.

¹⁸ Cf. Certidão de medição de *terreno sito a Cansela distrito do Pico da Pedra pertencente a Caza do Illm.º Snr. Joze do Canto para alinhamento de pelantil das laranjeiras*. (bold meu), João de Frias, 17 Abril 1866, UACSD, FBS-AJC.

¹⁹ “[...] recebi o favor de 21-22 de Janeiro, com o **risco** para a plantação da Quinta ao Caminho novo da Fajaã de Cima” (bold meu), Carta/bilhete a JC, de S. Miguel, 12 Fevereiro 1861, UACSD, FBS-AJC 17829.

²⁰ “Quanto à [quinta] do Pico da Pedra, o terreno precisa de muito melhoramento. Eu estou à espera do **plano** que mandei fazer do terreno, para poder fazer o **projecto do arruamento**, e, depois d’este traçado, é que se pode mais proveitosamente melhorar o terreno, porque se pode tirar a terra das ruas para o logar das Laranjeiras, e deitar a pedra e bogalhau no fundo das ruas; é cousa que há-de fazer alguma despesa, mas assim é que fica bom. – Logo que me venha o plano que o M.e Manoel encomendou a um rapaz das obras publicas, tratarei de o aviar, para se aproveitarem os meses de verão.” Carta de JC a António Bernardes d’Abreu Lima, Paris, 5 Março 1866, em Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 338.

²¹ Ver *Notas sobre as duas quintas dos pequenos / a do Josezinho é quadrada*, UACSD, FBS-AJC, des. anexo D01.

Identifiquei um esboço que seria para o projecto da nova quinta do Caminho Novo, à Fajã de Cima (Fig. 1.18): embora não esteja legendado, as medidas indicadas no *risco* traçado a grafite e sépia conferem com as descritas nas instruções redigidas em Paris sob o título *Quinta do Caminho Novo à Grimaneza*²². Desenhando à escala com régua e compasso, e deduzida a espessura dos abrigos, José do Canto divide o terreno útil em quartéis e ensaia duas hipóteses para a localização das laranjeiras *mestras*, a que correspondem módulos de comprimento diferente.²³

José do Canto também tinha um levantamento desenhado do prédio que aforou na Canada de Duarte Borges²⁴ (Fig. 1.19). Terá servido para calcular a divisão do prédio por quintas para cada filho. Encontrei um esboço de planificação para uma quinta sob o título *Notas sobre as quintas dos pequenos / a do Josezinho é quadrada* (Fig. 1.20), mas as medidas não conferem com as do levantamento citado. À semelhança do projecto para a quinta do caminho Novo, neste esboço o desenho serve para dimensionar a divisão por quartéis e calcular o número de mergulhões necessário ao plantio.

A quinta nova do Pico da Pedra foi igualmente planeada com recurso ao desenho. Embora não lhe tenha encontrado nenhuma peça desenhada, a correspondência com o mestre Manoel Pereira refere repetidamente o *plano da terra do Pico da Pedra*.²⁵ A palavra 'plano' é então indistintamente utilizada com o

²² *Quinta do Caminho Novo à Grimaneza*, Paris, 22 de Janeiro de 1860, assinado por JC, UACSD, FBS-AJC.

²³ Anotado por baixo do *Risco* para a quinta do Caminho Novo UACSD, FBS-AJC, des. anexo D02, temos:

Os abrigos distantes das paredes 6 palmos, e dados mais 2 palmos para a banda de dentro para o seu crescimento,

3 ordens d'abrigos na largura, de 8 palmos de largo

a largura da quinta é de 360 palmos: quem tira 40 para os abrigos, fica cada quartel com 80 palmos de largo

O cumprimento da quinta é de 624 palmos.

4 ordens d'abrigos no cumprimento, e mais 2 do pé das paredes a 8p.s são 48 palmos.

[bordo da folha rasgado] quartéis cada um com 115 palmos de comprimento são 575 palmos
624

²⁴ Sem data, mas com as unidades de medida em pés ingleses, este levantamento poderá ter sido desenhado por George Brown, que trabalhou até 1855 com JC, que, por sua vez, aforou este terreno em 1854.

²⁵ "Estimei saber noticias do tapume do Pico da Pedra hir tão adiantado, e espero que os homens não afracarão; pois sem os ver da terra para fora, não se pode fazer nem plantio, nem cultura de

sentido que hoje atribuímos a ‘planta’ (desenho da projecção horizontal de um objecto) ou ‘projecto’. Assim acontecia pela tradução literal do inglês e do francês, já que em ambas as línguas ‘plan’ tanto pode significar ‘planta’ como ‘projecto’.

Os alinhamentos dos abrigos de faias intercaladas com giestas eram marcados com cal no solo pelo mestre Manoel Pereira antes de serem plantados.²⁶ *Mestre Manoel* era o mestre de obras, pedreiro de ofício, que sabia ler um desenho e transferi-lo para o terreno. Encontramo-lo desde 1851, nas obras na casa do Calço da Má Cara, em todas as obras de José do Canto, e, nestas, cabem-lhe sempre os trabalhos de implantação.

*Quanto à [quinta] do Pico da Pedra, o terreno precisa de muito melhoramento. Eu estou à espera do **plano que mandei fazer do terreno**, para poder fazer o **projecto do arruamento**, e, depois d’este traçado, é que se pode mais proveitosamente melhorar o terreno, porque se pode tirar a terra das ruas para o logar das Lorangeiras, e deitar a pedra e bogalhau no fundo das ruas; [...] Logo que me venha o **plano que o M.e Manoel encomendou a um rapaz das obras publicas**, tratarei de o aviar, para se aproveitarem os meses de verão.*²⁷ (bold meu).

O *plano que mandei fazer do terreno* encomendado a um rapaz das obras publicas é o levantamento topográfico, sobre o qual será o próprio José do Canto a fazer o *projecto do arruamento*. O arruamento será o elemento estruturante do desenho da quinta, servindo de ‘corredor’ de circulação, ao mesmo tempo que nele se acondicionam as pedras resultantes do trabalho de surriba. Daí a necessidade do desenho: através de uma planta do terreno, o morgado pode traçar o risco, provavelmente equidistante aos limites laterais, que melhor distribui

geito. [...] agora em podendo ser, o que eu desejava era o **plano da terra** do Pico da Pedra, como disse na minha ultima [carta].” Carta de JC a *M.e Manoel*, Paris, 7 Janeiro 1866, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 142-143v.

²⁶ “[...] Não deve esquecer por o portão na quinta do Caminho Novo, e o mais cedo que puder ser, deve **marcar-se o logar dos abrigos com cal**, para que Antonio da Silva os possa semear e plantar a seu tempo.” *Lembranças para o M.e Manoel Pereira*, UACSD, FBS-AJC; “Deixei incumbido ao M.e Manoel **marcar** na Quinta do Caminho Novo **os abrigos de Giesta e de Faia** que se devem metter para o anno; e António da Silva deve tomar conta da terra para a cultivar, e metter faias, e semear giesta **nos logares, q M.e Manoel marcar.**” 28 de Agosto de 1857, Instruções a António Bernardes d’Abreu Lima, UACSD, FBS-AJC. (bold meu).

²⁷ Carta de JC a António Bernardes d’Abreu Lima, Paris, 7 Janeiro 1866, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 338.

o acesso às laranjeiras, articulando-o com os portões a praticar nos muros que confrontam a estrada pública e os terrenos contíguos²⁸.

O projecto de uma quinta, para além dos muros e sebes do perímetro, da subdivisão em *quartéis* de abrigos e da marcação das *ruas*, envolvia ainda o plano de plantação das laranjeiras. Estas eram distribuídas num elaborado sistema de quadrículas subdivididas em módulos regulares, tomando o nome de *mestras*, *quintas* e *requintas* consoante a sua localização relativa na dita grelha²⁹. As mestras eram plantadas primeiro, com *mergulhões*³⁰ das melhores espécies, e regiam a plantação; em seguida plantar-se-iam as quintas em quincôncio com as mestras, e as requintas nos intervalos entre ambas³¹ (Fig. 1.20). José do Canto fazia desenhos rigorosos destas malhas (Fig. 1.21, com o esquema clássico descrito à direita). Neles se pode observar que o módulo estruturador era circular, com as laranjeiras a plantarem-se no respectivo centro, e a sua medida, ou seja, o diâmetro do módulo, a ser aferido como submúltiplo do quartel onde se inseria. Este sistema ordenava a plantação. José do Canto desenha ainda outras matrizes alternativas, como no caso em que as mestras (dois círculos

²⁸ “[...] sobre o logar em que se deve assentar o portão.. defronte da boca do Caminho que vem da Freguezia, porque em a estrada do Pico da Pedra se acabando de fazer, por lá é que é o caminho direito para se ir à quinta, e mesmo há ali um espraído maior em que póde voltar à vontade uma sege. Mas para o lado do norte da quinta devem-se pôr 2 portões pequenos, para poder haver comunicação da quinta grande, para o bocadinho que fica à parte de baixo da Canada do lado do norte. / Veja o mestre la sobre o campo se este projecto tem algum geito.” Carta de JC a *M.e Manoel*, Paris, 7 Janeiro 1866, em Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 142-143v.

²⁹ De acordo com Silvano Augusto Pereira, “A Laranja dos Açores / Notas acerca da Citricultura”, em *Boletim da CRCAA*, n.º 9, 1.º semestre 1949, p. 32, chamava-se “quintar” ao acto de marcação dos pomares, e “quintos” e “requintos” aos lugares homónimos, mas no feminino, da terminologia utilizada por JC.

³⁰ A *mergulhia*, ou alporquia, era o sistema de enxertia utilizado por JC e a maioria dos produtores oitocentistas micalenses para reprodução das laranjeiras. M. F. Fouqué descreve detalhadamente o processo em *Voyages Géologiques aux Açores, Extrait de la Revue des Deux Mondes*, Livraison du 15 avril 1873, Paris, p. 5.

³¹ Para a sequência de plantação, veja-se o esboço de um longo artigo sobre a cultura da laranja, provavelmente para publicar n’O *Agricultor Michaelense*, UACSD, FBS-AJC. Veja-se também descrição do “Alinhamento e marcação e Esquema de marcação dum pomar «à antiga»” em Silvano Augusto Pereira, ob.cit., p. 32-33.

As segundas ordens de quintas e requintas tinham o crescimento vigiado, e, ainda que podadas, caso ensombrassem ou tocassem as mestras eram logo arrancadas: “Há muita precisão de abater todas as laranjeiras quintadas que se tocarem, afim de não afuzarem, nem fazerem mal às laranjeiras mestras.” *Notas sobre os trabalhos das Quintas da Grimaneza*, Ponta Delgada, 28 Junho 1858, assinado por JC, UACSD, FBS-AJC, em *Almas*.

concêntricos e legendadas *selectas*³² no desenho) são plantadas em quincôncio, plantando a linha que as intermedeia de laranjas *cumpridas* e da espécie *prata* nas mesmas linhas das mestras, preenchendo-lhes o intervalo (Fig. 1.22). Poderia esta matriz, no desenho à esquerda reproduzir o plantio numa fase inicial, com as quintadas retiradas após o crescimento das mestras no desenho à direita. No conjunto das suas variações, estes desenhos mostram que para José do Canto não haveria uma regra de plantação normalizada, sendo, caso a caso, pensada sobre o *plano do terreno*.³³

Quanto à adesão de José do Canto a uma cultura do projecto, da arquitectura à agricultura, que vimos já e que retomarei ao longo desta dissertação, atente-se como a sua prática era generalizada – do compasso de plantação de um pomar ao traçado de um jardim tropical – nesta lista avulsa de projectos:

Plano para pomar no Pico da Pedra, em / harmonia com a quinta.

Plano do Jardim defronte da casa, q.d^o vierem / as medidas. –

Plano do Viveiro (Pepinière).

*Plano d'um Jardim tropical, na Cerca / de S.t^a Anna, ficando as plantas em / grupos que se abriguem, em vez de / ser o campo desabrigado – ½ hectare / um paralelogramo oblongo, murado / de todos os lados entrando-lhes / a agoa por cima. –*³⁴

³² As *selectas*, originárias do Brasil e introduzidas em meados de Oitocentos (cf. Silvano Augusto Pereira, *A Laranja dos Açores / Notas acerca da Citricultura*, em *Boletim da CRCAA*, n.º 9, 1.º semestre 1949, p. 24), eram a melhor espécie de laranja cultivada na Ilha, conforme explicou Fouqué: “L’orange choisie (*selecta*) est grosse, d’un goût excellent, très peu acide; la peau en est de couleur jaune foncé. Elle est dépourvue de pepins et ne mûrit qu’en avril, ce qui lui donne une grande valeur.” M. F. Fouqué, ob.cit., p. 5.

³³ “As laranjeiras devem ser plantadas a distancias que, mesmo quando cheguem ao seu maior desenvolvim.to, não cheguem nem a fazer sombra umas às outras, nem a tocar-se com os ramos; isso depende da bondade do solo, no bom dar-se lhes hia uma maior distancia, **por tanto nenhuma regra se pode dar**, pertence ao plantador examinar a qualidade do solo, e espaçal-as n’essa conformidade, advertindo que quasi nunca será de mais, por se deverem, nos intervalos d’estas, que chamaremos Mestras, plantar-se outras provisórias ou quintadas.” (bold meu), Ensaio manuscrito sobre a cultura da laranja em S. Miguel, 29 páginas, s.d., UACSD, FBS-AJC, p. 17. Por não falar em *requintadas* ou *requintas*, o texto de André do Canto, anterior a 1843, faz-me pensar que estas corresponderão a uma prática posterior, reiterando a progressiva densificação da plantação.

³⁴ Nota avulsa, sd, AP-AHR. O *Plano [projecto] do Jardim defronte da casa* será o desenhado por Georges Aumont em 1867, v. Isabel Soares de Albergaria, ob.cit., [ilustr.] 95, p. 120.

As culturas

Através da agricultura, os colonos humanizaram o espaço natural da ilha. No início, reconheceu-se o território, nomeou-se a topografia. Depois, queimou-se a floresta e roçou-se o mato para cultivá-lo. Uma geologia vulcânica de idades variadas junca o solo de pedra que é preciso arrumar. Empurrando a *silva* para o *hinterland*, a agricultura ordenou e construiu o espaço habitado pelos colonos. Uma ecologia da paisagem dominada pelo vento e pela humidade distribuiu a população vegetal por andares: as culturas situam-se na primeira faixa altimétrica, do nível do mar até aos 350 a 450 m; as pastagens até aos 800; e o mato a seguir. O primeiro andar, das culturas, tem a vinha consociada com uma ou mais culturas na cota mais baixa, e o milho sobe até ao andar seguinte.¹

Com o Inverno a chegar ao fim, Março é o mais intenso mês agrícola porque nele se trabalha em todas as culturas, o que significa percorrer todas as cotas altimétricas:

*Eu ando muito ocupado, como é costume, mas accrescem as azafamas d'este mez, que é um dos mais difficeis, para quem se occupa de cousas rústicas. Começão as lavoiras e sementeiras, e é preciso terminar a apanha da fructa, concluir todas as plantações florestaes, e de quintas, cavar estas e deitar-lhes tremoços, acarrear estrumes, podar e amarrar vinhas, acabar de pôr relva, semear flores etc. etc.*²

Apesar das tarefas descritas se situarem em prédios diversos, não há aparente hierarquia na sua enumeração: José do Canto, agricultor erudito, tanto cultiva cereais e leguminosas como cuida da relva e flores do jardim à volta da casa, e fá-lo com igual esmero e ordem. Que 'campo' desenha a exploração agrícola deste *gentleman farmer*? Um campo idílico, de pastores, ninfas e rebanhos, à semelhança da Arcádia pastoral dos jardins do século XVIII inglês, ou o campo

¹ Cf. Raquel Soeiro de Brito, *A Ilha de S. Miguel – a Ilha Verde: Estudo Geográfico (1950-2000)*, 2.^a edição actualizada [da versão de 1955], Ponta Delgada, 2004, p. 114.

² Carta de S. Miguel, 19 Março 1875, de JC ao filho António, transcrita em Fernando Aires de Medeiros Sousa, ob.cit., p. 331.

do labor incessante das *Geórgicas* traduzidas por Castilho que José do Canto patrocinou em edição de luxo parisiense³?

Como lembra Miriam Halpern Pereira, o lavrador abastado com conhecimentos de agronomia é um *tipo social característico* da segunda metade do século XIX.⁴ Autodidacta, ou não, o *proprietário ilustrado* pratica uma agricultura que se pretende *científica*, para os padrões da época, no conhecimento da química dos solos, da fisiologia vegetal, da entomologia dos parasitas, etc., e *moderna* nas práticas. A agricultura científica implica a aplicação do método experimental (veja-se a proposta de Ernesto do Canto para o ensaio da cultura do ananás⁵), com a quantificação comparativa dos resultados (veja-se a quantificação de luzerna obtida por m² plantado por José do Canto em diferentes condições⁶). A agricultura moderna é *projecto*.⁷

O projecto do engenheiro agrónomo formado pelo Instituto Imperial d'Agricultura de Grignon, Sebastião d'Arriaga Júnior, para uma *Exploração Agrícola Modelo*⁸, de que José do Canto dispõe um exemplar, ilustra bem o desenho ideal do 'campo' moderno da segunda metade do século XIX (Fig. 1.23): a 'forma' será aquela que melhor serve ao afolhamento para a rotação de culturas, com caminhos em linha recta a fixarem a divisão das folhas; consociando a lavoura com a pecuária e integrando a construção de uma granja para arrumo dos animais, das forragens e dos estrumes; com abastecimento de água canalizada; bem servida de acessos para a maquinaria, convenientemente sombreados por

³ As *Georgicas*, de Virgílio, trasladadas a portuguez por António Feliciano de Castilho, Paris, Typ. de Ad. Lainé e J. Havard, 1867.

⁴ Cf. Miriam Halpern Pereira, "Entre Agromania e Agronomia, em Ernesto do Canto, retratos do homem e do tempo", *Actas do Colóquio, Universidade dos Açores, 25-27 de Outubro de 2000*, Ponta Delgada, 2003, p. 137.

⁵ V. idem, p. 136.

⁶ Cf. Caderno de anotação de experiências várias, UACSD, FBS-AJC.

⁷ Assim mesmo chamava JC à planificação do plantio na década de 90: "**Projecto** de distribuição de Culturas no Porto Formoso, no anno de 1897-1898", (bold meu), UACSD, FBS-AJC.

⁸ Sebastião d'Arriaga Júnior, *Projecto de Cultura para o estabelecimento de uma Exploração Agrícola Modelo na Real Coutada do Assumar*, Lisboa, Typographia Franco-Portugueza, 1869. Com o Prólogo dirigido a Sua Magestade D. Luís I e a D. Fernando, propõe o autor que esta exploração de 290,5 ha, situada no concelho de Arronches, Portalegre, funcione como "escola practica agrícola", assumindo então o nome de *Instituto Real d'Agricultura do Assumar*, cf. idem, p. 153-154.

árvores úteis – oliveiras, à excepção da alameda para a estação do caminho de ferro que é *aformoseada* por castanheiros da Índia. O projecto de rentabilização agrícola de uma dada porção de território é também aqui projecto paisagístico: o desenho produzido pela agricultura científica não resulta estritamente da funcionalidade das práticas, sendo também informado pela consciência da sua condição estética:

[As culturas aumentadas e aperfeiçoadas] serão portanto suficientes para gerar uma nova época de grandeza e bem geral ao povo portugez, **transformando ao mesmo tempo o árido aspecto dos nossos campos, que pela sua disposição topographica, deviam, se estivessem geralmente arborizados e bem cultivados, deleitar as vistas dos viajantes, como lhes acontece ao atravessarem as pittorescas regiões dos Alpes e dos Pirineos.**⁹ (bold meu).

Assim escreve Sebastião d'Arriaga Júnior na memória do seu projecto, revelando o que parece ser consensual: o valor paisagístico do campo *bem cultivado*.¹⁰ Este consenso existe no domínio restrito de um olhar urbano. É sabido, foi a cidade que inventou o *campo*.¹¹ Fora já uma cultura urbana que inventara a Arcádia dos *Idílios* de Teócrito ou das *Éclogas* de Virgílio. Assim como é urbana a cultura deste agricultor culto de Oitocentos que tem na ordem o primeiro signo da eficácia da sua exploração e, conseqüentemente, do *deleite da vista*. Aquele mesmo Virgílio do lazer pastoral das *Éclogas* ou *Bucólicas* elabora o primeiro almanaque agrícola do Ocidente com a descrição do vasto saber e do diário labor exigido pela ordenada paisagem da Arcádia das *Geórgicas*. Como acentua Simon Schama, mesmo a *Arcadia* pastoral, que vai informar toda uma sensibilidade estética com que se olha o campo a partir da Renascença, foi produto de uma “orderly mind rather than the playground of the unchained

⁹ Sebastião d'Arriaga Júnior, ob.cit., p. 31.

¹⁰ “Crude and primitive farming merely exploits the habitat, causing erosion and dust bowls: it is mature agricultural landscapes which are beautiful, [...]”, Nan Fairbrother, excerto de *New Lives, New Landscapes* (1970), em Simon Swaffield (ed.), *Theory in Landscape Architecture, A Reader*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2002, p. 82.

¹¹ Sobre a ‘descoberta’ do campo e a sua permanente reinvenção pelas classes dominantes, veja-se, por exemplo, Augustin Berque, *Les Raisons du Paysage: de la Chine antique aux environnements de synthèse*, Paris, Éditions Hazan, 1995, p. 110-116. Foi uma mesma cultura urbana dominante que candidatou e ajuizou do valor de *património cultural da humanidade* as paisagens agrárias desenhadas no dorso baixo da montanha do Pico e nas margens íngremes do Douro.

senses”¹² da *Arcadia* primitiva. Com a crise da laranja à porta, não há tempo para amar¹³: são as *Geórgicas*, e não as *Bucólicas* dos lamentos amorosos de ociosos pastores, que José do Canto edita e milita. O campo bem cultivado dispensa o *Pan*-demónio, antes quer a ordem da nova fada, a Agronomia.

Mas mesmo a “agricultura científica” não era imune à *artialização* literária. Referindo-se a Arthur Young, principal compilador e divulgador dos conhecimentos agrários de finais de Setecentos em Inglaterra, e à sua avaliação negativa do campo francês, Alain Corbin reconhece a existência de um modo de apreciação estética que toma por belos os campos bem amanhados. Invocando a decisiva influência do Virgílio das *Geórgicas*, escreve este historiador da paisagem que “Il est une tradition très ancienne qui allie la beauté d’un espace au déploiement harmonieux d’un théâtre de l’agriculture.”¹⁴

Vejamos, pois, o grande *teatro da agricultura* representado na casa de José do Canto.

Se, para as medições de áreas, ou para os mapas de férias dos jornaleiros, as terras de José do Canto são mencionadas por unidades geográficas, por exemplo, as *terras do Porto* [Formoso], também são alternativamente denominadas pelos tipos de produção, por exemplo, as *terras de Quinta*, e, dentro destas, as *Quintas da cidade*, o que significava as ‘terras plantadas de laranja em Ponta Delgada, na Grimaneza à Fajã de Cima e em Rosto de Cão’.

A contabilidade, organizando as receitas e despesas conforme o tipo de produção, agrupa as terras com as mesmas culturas, *lavoura*, *matta*, *vinha* ou *quinta*, dando-nos um mapa da paisagem agrícola da Casa de José do Canto.

¹² Simon Schama, *Landscape and Memory*, London, Fontana Press, (1995) 1996, p. 530. Mesmo a rude “wilderness” elogiada pela literatura paisagista de Setecentos, quando posta em prática nos primeiros exemplos ingleses de jardins e parques do Pitoresco “it was the Virgilian, rather than the archaic, idea of arcadia that gardeners had firmly in mind.” *Idem*, p. 538. Para a identificação das duas Arcadias, primitiva e selvagem *versus* a pastoral e idílica, v. neste autor, *idem*, “Primitives and Pastorals”, p. 526-545.

¹³ Charlie M. Schulz, *Não há tempo para amar*, *Charlie Brown*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1982.

¹⁴ Alain Corbin, *L’homme dans le paysage*, Paris, Les éditions Textuel, 2001, p. 85.

A cultura agrária mais moderna de então privilegia uma ideia de 'unidade de produção' que congrega todos os tipos de lavoura e pecuária que, em conjunto, se rentabilizam mutuamente. O exemplo mais corrente para demonstração desse modelo de gestão agrícola é o aproveitamento do restolho dos cereais para o alimento e cama do gado, com os campos em pousio a servirem de pasto, e a produção de estrume dos ditos animais aproveitada para os solos da lavoura, seja dos cereais, seja das laranjeiras. Por sua vez, as matas são imprescindíveis na economia agrícola micalense típica de Oitocentos, porque fornecem a madeira para fazer as caixas em que se exporta a laranja. Quintas de laranja, uma pouca de vinha, lavoura, pastos, e matas desenham as manchas da paisagem agrária.

Passemos em revista as culturas da casa de José do Canto que foram também os actores principais da construção da paisagem micalense. Começemos pela mais importante.

Laranja

A laranja, apesar das doenças e das culturas alternativas ensaiadas, e apesar do rendimento seguro do milho, foi a cultura protagonista na Casa de Maria Guilhermina e José do Canto. Embora experimente diversas culturas, e durante a década de 1870 acompanhe atentamente os demorados ensaios da introdução do chá pela SPAM, é só nos inícios de 1890 que José do Canto investe seriamente na cultura e fabrico do chá como alternativa escolhida à laranja, quando esta já só valia como evocação nostálgica de uma mítica era de ouro, quando, na realidade, foi sempre um cabo de trabalhos.

Correspondendo a um dos períodos de maior riqueza e desenvolvimento económico de S. Miguel, foi com o “Ciclo da Laranja”¹ que se formou uma elite económica e cultural que desejou e praticou uma modernidade localmente adaptada mas directamente importada do epicentro mundial em Londres.

Em 1778 o naturalista escocês Francis Masson, referindo-se aos *pleasant country seats* da ilha, diz que as laranjas neles cultivadas *are esteemed the best in Europe*². Pelo menos assim pensavam os ingleses que a vinham buscar de brigue, atravessando o Atlântico nos mais tormentosos meses do ano. Quase cem anos depois de Masson, e apesar das moléstias e perda de qualidade que acusam os textos micalenses coevos, escrevia-se ainda em Londres: “Há muito que se sabe que os Açores produzem a melhor laranja do mundo. [...] Estas ilhas distam de nós poucos dias de viagem a vapor, e com quanto pertença a Portugal podem considerar-se como um dos principaes pomares da Gran-

¹ Os trabalhos académicos de referência sobre este ‘período’ são *O Ciclo da Laranja e os “gentlemen farmers” da Ilha de S. Miguel, 1780-1880*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1989, de Sacuntala de Miranda; e Fátima Sequeira Dias, “A Importância da «Economia da Laranja» no Arquipélago dos Açores durante o século XIX”, *Arquipélago-História*, 2.^a série, vol. I, n.º 2, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1995. Enquanto Sacuntala de Miranda atribui à *Laranja* o tempo que vai de 1780 a 1880, Fátima de Sequeira Dias antecipa-o para 1750 a 1870. Segundo Fernando Aires de Medeiros Sousa, *José do Canto, Subsídios para a História Micaelense (1820-1898)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982, p. 119, a exportação da laranja aumenta até 1875, enquanto Nestor de Sousa referencia o declínio da exportação na década seguinte em “Os «Canto» nos Jardins Paisagísticos da Ilha de S. Miguel”, *Arquipélago - História*, 2.^a série, IV, n.º 1, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000, p. 167.

² “XXVI. An Account of the Island of St. Miguel. By Mr. Francis Masson, in a Letter to Mr. William Aiton, Botanical Gardener to His Majesty. Communicated by Joseph Banks”, *Philosophical Transactions of the Royal Society of London*, tomo LXVIII, parte II, London, 1778, p. 603.

Bretanha.”³ Se foram os seus lucros que possibilitaram a construção duma arquitectura mais abastada e erudita – a *Arquitectura* dita *da laranja*⁴ –, igualmente potenciaram uma educação moderna e uma vida cosmopolita aos filhos dos primeiros morgados que a exportaram, que foram decisivas para uma abertura ao mundo e para a aquisição dos modelos culturais da modernidade oitocentista. A ‘laranja’, que inclui no seu arco temporal a marcante passagem de D. Pedro IV pelas recepções das mais ilustres Casas da Ilha⁵ e a coabitação com uma comunidade inglesa e americana que não desdenhou miscigenar-se com os autóctones⁶, foi protagonista duma radical transformação das mentalidades mas também da paisagem da Ilha, não só pelos muros altos e pela quadrícula de sebes que levantou e que ainda hoje persistem na paisagem, mas também porque a sua falência levou ao ensaio das culturas alternativas que constituíram o novo genótipo que compôs a paisagem micaelense do século XX.

A importância da economia da laranja, que impulsionou a maior obra pública do arquipélago como foi a Doca⁷, ou não fosse a estrada principal da ilha a que a ligava a Londres por via marítima e que trouxe a S. Miguel *uma opulência, e prosperidade que ninguém ousara acreditar*, explica ainda a fundação, na Ilha, da primeira sociedade agrícola portuguesa, no ano de 1843. Por proposta de José do Canto, um dos seus sócios-fundadores, a *Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense* (SPAM) editará uma publicação periódica, *O Agricultor Michaelense*⁸. Logo no primeiro número, José do Canto, em artigo intitulado

³ “Frutas dos Açores”, traduzido do *Gardener's Chronicle* de 24 Outubro 1874 para *O Cultivador* n.º 28, 15 Dezembro 1874, p. 652.

⁴ “Arquitectura da Laranja” é a designação proposta por José-Augusto França que foi comumente adoptada para referir a apropriação micaelense dos modelos ingleses neoclássicos e georgianos importados durante o *ciclo da laranja*. Cf. Isabel Soares de Albergaria, *Quintas, Jardins e Parques da Ilha de São Miguel, 1785-1885*, Lisboa, Quetzal Editores, 2000, nota 172, p. 238.

⁵ V. Nestor de Sousa, *O Palacete Porto Formoso e outras imagens Oitocentistas de Ponta Delgada*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1997.

⁶ Veja-se Nestor de Sousa, “Sinais da presença britânica na vida açoreana (séculos XVI-XIX)”, *Arquipélago*, Revista da Universidade dos Açores, n.º especial *Relações Açores-Grã-Bretanha*, 1988.

⁷ Terá sido JC a propor o imposto sobre a laranja exportada que co-financiou a obra da Doca. Cf. Sacuntala de Miranda, ob. cit., p. 65-66.

⁸ Enquanto não se dispõe de uma história monográfica da SPAM, veja-se o resumo que dela fez Sacuntala de Miranda, ob. cit., p. 36-42.

“Para que serve uma Sociedade de Agricultura?”, depois de enumerar os benefícios que a laranja distribui, directa ou indirectamente, por praticamente toda a população micaelense, enuncia, sem pudor, a missão fundadora da SPAM:

[...] se pois, n'estas circunstancias, a epidemia que, há pouco, grassou por todos os pomares de Laranjeiras, houvesse sido, ou mais violenta, ou menos remediável; - se a Inglaterra, por um baldão da Fortuna, não tanto impossível, que não haja para elle sufficiente fermento, decahisse de sua colossal grandeza e opulência; - se a laranja que regala o paladar fosse rejeitada pelo pão que mata a fome..... qual seria a nossa taboa de salvação?

Resolver este problema, eis-ahi, em summa, a verdadeira e árdua missão da Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense.⁹

Encontrar alternativas à dependência económica da laranja, era, pois, o programa operacional da SPAM. No discurso inaugural proferido a 3 de Maio de 1843 por José Jácome Correia, seu primeiro presidente, anunciam-se algumas propostas que aquela sociedade pretende pôr em prática, incluindo a de André do Canto, irmão mais velho de José, publicar uma *Memória das Laranjeiras*¹⁰. Creio ter encontrado o esboço manuscrito dessa Memória, que não chegou a ser completamente editada, no Arquivo José do Canto da Universidade dos Açores¹¹, e que tomei como documento de referência para este capítulo.

Na SPAM acredita-se que é na Agricultura, servida por uma boa rede de comunicações locais e de ligação ao exterior, que assenta o progresso para a Ilha. Batalha desde logo por boas estradas; promove e publicita a arborização, dos campos e das estradas; fomenta a melhoria do gado, importa touros ingleses (para cobertura gratuita) e carneiros irlandeses (que aluga ao ano) e um jumento espanhol; organiza exposições, e concursos; importa um moderno tear irlandês de Bristol; patrocina um curso de ciências; organiza o *gabinete de leitura* com uma biblioteca de agricultura, sonha com uma escola-agrícola, corresponde-se com sociedades estrangeiras congéneres; edita almanaques; pugna pela criação de um banco de crédito agrícola (com proposta de estatutos redigidos por JC). Mantém um viveiro próprio; arrenda um campo para experiências práticas; leiloeira plantas importadas; lidera o processo de introdução e fabrico do chá, etc.

⁹ *O Agricultor Michaelense*, n.º 1, Outubro 20, 1843, p. 9.

¹⁰ Este discurso foi transcrito n' *O Agricultor Michaelense*, idem, p. 4-6. Para a importância histórica de André do Canto, a quem Riley atribui a 'paternidade' da SPAM, ver Carlos Guilherme Riley, "José do Canto: Retrato de um Cavaleiro na Primavera da Vida", *Arquipélago – História*, 2.ª Série, V, Ponta Delgada, 2001, onde o protagonismo do primogénito ensombra o brilho do filho segundo do morgado José Caetano.

¹¹ Ensaio manuscrito sobre a cultura da laranja em S. Miguel, 29 páginas, s.d., UACSD, FBS-AJC, que começa com "A entrada de laranjas e limões para consumo da Inglaterra em 1831 e 32 sóbe a 270:606 caixas por anno..." Considerando que na parte dedicada às *molestias* não refere o *devorista das laranjeiras*, deduzo que terá sido escrito entre 1833 e 1843. A caligrafia não parece a de JC, e há passagens que, embora adaptadas, foram transcritas por André do Canto para O

A paisagem da laranja

A uma *arquitectura da laranja*, que continua por investigar e especificar, correspondeu uma paisagem da laranja, confirmando a conhecida tese de que a *casa explica a paisagem*, ou vice-versa¹². Aparentemente mais fácil de caracterizar, a arquitectura da paisagem da laranja, que inclui, para além da arquitectura solarenga das casas, a arquitectura dos muros e portais de pedra dos pomares, não só teve períodos cronológicos, que produziram desenhos distintos, como levou algum tempo a desenvolver e estabilizar o seu desenho final. Este foi construído com dois dos mais expressivos elementos arquitectónicos da paisagem micaelense dos últimos séculos: os muros de pedra e as sebes vegetais.¹³

Foi uma das essências mais estimadas para estas sebes que, fora do desenho geométrico dos quartéis, alastrou em mancha sobre a paisagem rochosa da Ilha: o *pitosporum undulatum*, vulgo *incenso*, pela facilidade com que se naturalizou, cedo se tornou uma invasora, mudando radicalmente a paisagem micaelense quando passou a cobrir densamente os terrenos de biscoito¹⁴, antes visíveis. Os relatos dos viajantes de Oitocentos referem *correntes de lava* que hoje se

Agricultor Michaelense, como “[...] estas arvores pela grande altura, a que se havião elevado, não tinham nem muro, nem arvore, que as livrasse do vento, ou privasse do sol, e assim davão menos laranja – ninguém o duvida, mas d’uma qualidade muito superior”, *O Agricultor Michaelense*, n.º 2, Novembro 20, 1843, p. 31, quando havia escrito no esboço: “[...] quasi todas pela grande altura a q. se tem elevado não tem nem muro nem arvore que as prive do sol nem as livre dos ventos, por isso não temos a certeza d’onde proceda melhor qualid.e da sua fructa.”, Ensaio manuscrito..., UACSD, FBS-AJC, p. 6.

¹² A arquitectura da laranja, que importa os modelos do país para onde exporta os citrinos, poderá ser analisada enquanto síntese de duas paisagens: a do *país das laranjeiras*, que é a local, com a sua ansiosa mas constringida modernidade, e a inglesa dos parques paisagísticos (*landscape gardens*), que inventaram e estetizaram o *campo*.

¹³ V. também “Muros de pedra” em “1.3. Administração da propriedade”, neste trabalho.

¹⁴ “Referimo nos ás plantações de incensos, *Pitosporum undulatum*, que abundam, e que se propagam facilmente por sementeira natural, revestindo extensões de certa importancia, quer sob as mattas de outras espécies, das que já mencionámos, quer **cobrindo terrenos de lava quasi pura**, e que se exploram de talhadio, fornecendo, de dois em dois anos, um corte de lenha de ramada, que se emprega [...] para as camas quentes das estufas dos ananases, ou para os fornos das padarias e para idênticos usos dos diferentes povoados proximos.” (bold meu), José Canavarro de Faria e Maia, *Monographia da Freguezia Rural de S. Roque da Ilha de S. Miguel, no Districto de Ponta Delgada*, Boletim da Direcção-Geral da Agricultura, Undécimo anno, n.º 2, 1910, p. 106. Canavarro inclui estas matas espontâneas de incenso na “exploração florestal”, indiciando que o seu corte acabava por manter um certo controlo da espécie, que, com as novas fontes de energia à base de petróleo e electricidade, deixou de existir. Actualmente a invasão do incenso avança sobre os enclaves sobreviventes das laurissilvas mésica e húmida, cf. Eduardo Dias, “Açores”, 2007, p. 159.

escondem sob o seu mato espontâneo, assim como tomou de assalto os currais de vinha e quintas abandonadas. O incenso terá sido introduzido em S. Miguel por volta de 1825,¹⁵ e levado posteriormente para as outras ilhas, participando José do Canto na sua difusão para as *ilhas de baixo*¹⁶.

A paisagem da laranja estabilizada na segunda metade do século XIX era desenhada por altos muros de pedra que, delimitando perifericamente a *quinta* (nome dado ao pomar de laranja em S. Miguel), eram duplicados interiormente por sebes vegetais, denominadas *abrigos*, que por sua vez subdividiam ainda o terreno recintado em *quartéis*, no interior dos quais se distribuía as laranjeiras de acordo com um determinado esquema geométrico de plantação. Os pomares de espinho de finais do século XVIII e da primeira metade do XIX terão sido diferentes: os primeiros não teriam abrigos, espaçando generosamente as laranjeiras, enquanto os segundos dispunham as laranjeiras sem ordem nem forma em quartéis muito cerrados¹⁷.

Foi contra o vento que se desenhou a paisagem da laranja. Os ventos oceânicos de intensidade e persistência constantes ao longo de todo o ano, fustigando incessantemente a ilha, nela descarregando a ira cíclica em tempestades e ciclones, são um factor tão ou mais condicionante para o desenvolvimento da vegetação quanto a altimetria e a pluviosidade. Correlacionando-se, é na sobreposição destes três factores que se explica a cultura agrícola por andares aclimatados às diferentes condições ecológicas: quanto mais alta a cota, mais agressivos são o vento e a humidade; a cota mais baixa, o atrito superficial

¹⁵ “Le *pittosporum undulatum*, arbre élégant, au feuillage toujours vert, originaire de l’Australie et importé d’Angleterre il y a trente-cinq ans, convient fort à cet usage [*abriter la plantation d’orangers*]”, Arthur Morelet, *Iles Açores: Notice sur l’Histoire Naturelle des Açores suivie d’une description des Mollusques Terrestres de cet Archipel*, Paris, J.-B. Baillière et Fils, 1860, p. 104-105.

¹⁶ “Vão 5 Pipas com cal em pó que hoje há muito pouca n’esta illha, 6 quartolas com Pitos Porum”, Carta de António Bernardes d’Abreu Lima, de S. Miguel, 6 Dezembro 1845, a JC que se encontra numa ilha do grupo central, UACSD, FBS-AJC.

¹⁷ Cf. M. F. Fouqué, *Voyages Géologiques aux Açores*, Extrait de la *Revue des Deux Mondes*, Livraison du 15 avril 1873, Paris, De l’Imprimerie de J. Claye, p. 2-3. Também Edmond Goeze, *A Ilha de S. Miguel e o Jardim Botânico de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1867, p. 25, confirma o facto de no princípio desta cultura não se abrigarem as laranjeiras.

Devo ao relato das práticas culturais da laranja por aquele geólogo petrologista francês o faseamento que proponho para a paisagem da laranja.

quebra o vento, mas este traz a *ressalga* do mar. Considerando o tão apregoado despovoamento arbóreo da ilha de S. Miguel, sem matas nem bosques *dignos desse nomes*, os quadrados de muros baixos que arrumavam a pedra em que se cultivava a vinha na costa foram o primeiro abrigo contra o vento.

Se já havia laranjeiras em S. Miguel desde o século XVI, a sua exploração económica em escala significativa só começou nos finais do XVIII, quando também se exportava vinho de S. Miguel para as outras ilhas. Dado o alto rendimento que prometiam, muitas vinhas foram reconvertidas em quintas¹⁸, já que as laranjeiras se davam na mesma faixa altimétrica, embora um pouco mais distantes da costa¹⁹. Assim, terão sido os quartéis, ou *currais*, de vinha a fornecer o modelo 'arquitectónico' para os quartéis das quintas. Acontece que, para além dos muros de pedra, também as práticas culturais específicas da vinha começaram por ser adoptadas nos *pomares de espinho*. Atente-se no relato de Ferdinand Fouqué:

*Dans le principe, on n'abritait pas les orangers: on les plantait à de grandes distances les uns des autres, et l'on obtenait ainsi de magnifiques arbres qui couvraient une large surface de leur tête touffue, et qui parfois étaient chargés de 15,000 ou 20,000 fruits. On posait une énorme pierre au sommet de la tige entre les branches pour les forcer de s'écarter lateralement et pour les maintenir à un niveau peu élevé où elles fussent d'avantage à l'abri du vent.*²⁰ (bold meu).

Os quartéis das vinhas têm os muros baixos para sombrear o menos possível as videiras, sendo estas estendidas horizontalmente com os ramos nivelados por

¹⁸ Cf. Fátima Sequeira Dias, ob. cit., p. 191-192.

¹⁹ É um regente agrícola quem melhor explica em 1949 a ecologia da implantação da laranja açoriana: "Acima de 250 metros de cota, não se pode cultivar com êxito qualquer espécie citrina. Os frequentes nevoeiros, os ventos desabridos e a fraca luminosidade não permitem uma conveniente polinização nem o perfeito amadurecimento dos frutos [...]. É pois nos terrenos do litoral e nalguns vales do interior das ilhas, que se situam todos os pomares de espinho; mas não podem também aproximar-se muito da costa, por causa dos ventos salgados do mar, que cretam a vegetação." Silvano Augusto Pereira, "A Laranja dos Açores: Notas acerca da Citricultura", em *Boletim da CRCAA*, n.º 9, 1.º semestre 1949, p. 22.

Em 1843, no n.º 2 d'*O Agricultor Michaelense*, Novembro 20, p. 23, João Silvério Vaz Pacheco de Castro, cunhado de JC, escrevera que os terrenos que "ficarem de tal forma situados, que, escapando ás rociadas do mar, absorvão as quentes emanações da atmospheria maritima produzirão as mais viçosas arvores [laranjeiras], e a maior quantidade de fructos da melhor qualidade. Os terrenos fortes e húmidos, demasiadamente distanciados do mar, produzem arvores frondosas, dando porem geralmente mui pouco fructos, e estes de má qualidade."

²⁰ M. F. Fouqué, ob.cit., p. 2. Para a descrição da cultura da laranja, este geólogo francês cita em boa parte o relato *Iles Açores...*, publicado em 1860 pelo seu colega das ciências naturais Arthur Morelet, que estivera na ilha em 1857, embora lhe acrescente e actualize informação.

estacas de cana a cerca de 50 cm do solo²¹. A descrição do geólogo francês, das laranjeiras de ramos estendidos na horizontal, não deixa de evocar este modo de cultivo da vinha paralela ao solo. No mesmo texto, um pouco mais à frente, Fouqué menciona mesmo a estacagem dos ramos, à semelhança das videiras:

*Un arbre plus âgé et vigoureux dont les branches sont larges et **régulièrement étalées** peut fournir de 7,000 à 8,000 oranges.*²² (bold meu).

José do Canto parece reproduzir esta prática quando dá instruções em 1862 para, na quinta das Lombas, à Grimaneza, pôr “em latada todas as laranjeiras mais expostas, e esgaiotadas.”²³

Igualmente originário das práticas de cultivo da vinha era o recurso às covas. Este era o nome dado a um pequeno poço circular aberto no solo, cuidadosamente forrado a pedra seca com terra no fundo, em que se plantava um pé de videira que assim ficava bem abrigado do vento salgado, para além de manter a humidade na raiz e receber o calor acumulado pela pedra.

Mas seriam as covas da vinha anteriores às da laranja?

Na ilha em 1829, Sá da Bandeira dá conta dos *buracos circulares* em que o cônsul inglês William Harding Read cultivava as suas laranjeiras num prédio, a quinta da Boa Vista²⁴, que pareceria situar-se demasiado longe da costa para ali ter havido vinha antes da laranja. No entanto, a carta editada pelo mesmo cônsul em 1808²⁵ localiza “Vineyards and Gardens” bem dentro do interior da ilha, mesmo ao lado do “Pico do Foro”, a nascente da Boa Vista (Fig. 1.24). Também

²¹ À vinha assim amanhada chamava José Canavarro de Faria e Maia «enredo baixo», cf. ob. cit., p. 58; e, em 1963, João de Medeiros Constância «parreira rasteira», *Evolução da paisagem humanizada da Ilha de S. Miguel*, Separata do Boletim do Centro de Estudos Geográficos, vol. III, n.º 20, 1963, Coimbra, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, 1963-1964, p. 66.

²² M. F. Fouqué, idem, p. 4.

²³ *Em 28 de Junho de 1862 / Instruções para Francisco Muniz a respeito das Quintas a seu cargo*, UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P11, em *Lombas*. Considerando a data destas instruções, não se tratava de estaquear os ramos sobrecarregados de laranja, como podia acontecer num Inverno de boa colheita, cf. Ensaio manuscrito sobre a cultura da laranja..., UACSD, FBS-AJC, p. 25.

²⁴ Sá da Bandeira, *Diário da Guerra Civil (1826-1832)*, recolha, notas e postácio de José Tengarrinha, Lisboa, Seara Nova, 1976, vol. II, p. 56, cit. por Fátima Sequeira Dias, ob.cit., p. 193.

²⁵ W. Harding Read, *Chart of the Island of St. Michael*, 1808, dedicada a Sir John Strachan *Bar Knight of the Bath, and Rear Admiral of the Blue*, etc., pelo autor em 22 Julho 1806, publicada em Londres no 1.º de Maio de 1808 por William Heater, Longitude de Londres, BPARPD, FEC - Cart. n.º 144.

Boid observou em 1832 o plantio das laranjeiras em pequenos poços²⁶. Por outro lado, Webster, em 1821, atribuíra o uso dos *numerous circular pits* construídos com *loose fragments of lava* exclusivamente para a vinha.²⁷ Construindo-os, ou reconvertendo poços existentes, poderá ter sido o cônsul inglês o primeiro a adoptar as covas para as laranjeiras, conforme afirmou o próprio ao cronista marquês, mas situando em 1822 essa iniciativa, posteriormente, portanto, ao texto de Webster.

Muitas laranjeiras foram plantadas em covas já existentes de vinhas reconvertidas, mas em 1862 José do Canto, tal como Read, constrói-as de raiz nas quintas da Canada de Duarte Borges.²⁸ Denominadas *caracoes*, as covas das quintas novas de José do Canto confirmam a influência persistente que as práticas já sedimentadas da cultura da vinha tiveram para a modelação da paisagem da laranja. Em 1874, a transcrição de um artigo do *Gardener's Chronicle* sobre a laranja micaelense reitera a prática da plantação das laranjeiras em *covas forradas a pedra*, mas merece d'*O Cultivador* o comentário que essa cultura *era feita em terrenos pedregosos e de vinha* e que então já não se praticava.²⁹

Algumas quintas da laranja tinham ruas calçadas de pedra e desniveladas com o terreno. A medida da elevação da calçada seria dada pela quantidade de pedra

²⁶ Os mergulhões eram transplantados “[...] to a small excavated well about three feet deep, (lined with pieces of lava, and surrounded at the top by plantations of laurel young faya and broom,)”, Captain Boid, *A Description of the Azores or Western Islands from personal observation*, London, Bull and Churton, 1834, p. 155.

²⁷ “Next to the oranges, the grape is the most abundant fruit, and the mode in which it is cultivated is rather singular.” John W. Webster, *A Description of the Island of St. Michael, comprising an account of its Geological Structure*, Boston, R. P. & C. Williams, 1821, p. 105.

²⁸ “Toda a pedra que der para fazer caracoes se hade aproveitar n’ isso, e o resto das laranjeiras hãode ser abrigadas ou com tanhos de canas, ou com milheiros.” E, mais à frente, reitera: “A pedra que sobejar dos muros velhos, e a que se quebrar nas pedreiras para arranjar os Cunhaes, será empregada em caracoes para as Laranjeiras”, *Em 28 de Junho de 1862 / Instrucções para Francisco Muniz a respeito das Quintas a seu cargo*, UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P11, em *Canada de Duarte Borges*.

No Ensaio manuscrito sobre a cultura da laranja..., UACSD, FBS-AJC, p. 19, que penso ser da autoria de André do Canto, regista-se que há quem afirme que as *laranjeiras plantadas em biscouto ou vinha de pedra, tendo-se-lhes simplesm.te feito uma cova* seriam imunes à *lágrima*.

²⁹ “Frutas dos Açores”, traduzido do *Gardener's Chronicle* de 24 Outubro 1874 para *O Cultivador* n.º 28, 15 Dezembro 1874, p. 653. Uma dúzia de anos mais tarde, outro autor inglês, Walter Frederick Walker, *The Azores or Western Islands, A political, commercial and geographical account*, London, Trubner & Co., 1886, p. 93, ainda menciona os “singular circular pits dug out [...] in stony sites”, mas terá copiado a informação de outra fonte britânica.

que resultasse da surriba do terreno a plantar. Quanto mais pedra para arrumar, mais alta seria a cota da rua. Daí que as calçadas mais elevadas e, por isso, mais largas, fossem as das vinhas nos terrenos de *biscoito* da beira-mar. Chamava-se biscoito ao solo pedregoso com as lavas expostas.³⁰

Na *Quinta nova* do Pico da Pedra, José do Canto prevê arruamentos que, para além de acesso, servem ao mesmo tempo para arrumar a pedra.³¹ E a quinta do Josezinho em Rosto do Cão tinha *12 varas de muro da rampa*³². Esta rampa seria com toda a probabilidade em calçada, como as que existiam em algumas vinhas e pomares de laranja e que, para além da função de vencer desníveis, permitindo a passagem de pessoas e burros (como a rampa que o morgado José Caetano mandara fazer não muito longe dali)³³, também serviam para arrumar a pedra.

Literariamente poderia escrever que, quando a laranja acabou, muitas das quintas da beira-mar regressaram à vinha sem que uma pedra tivesse de mudar de sítio.

Circunscritos às cotas baixas do litoral, pois, como referi, a violência dos ventos aumenta com a altitude, e sem estradas que permitissem alongá-la muito para além da proximidade dos portos existentes, os cultivadores da laranja tiveram de aumentar a produção no território disponível³⁴ ensaiando práticas que foram redesenhando as quintas. Três factores emergem dos relatos e textos pertinentes para a discussão à época das práticas culturais da laranja: a qualidade, a quantidade e a durabilidade do fruto. Este último media a capacidade da laranja

³⁰ Cf. Carreiro da Costa, "Terminologia Agrícola Michaelense", *Boletim da CRCAA*, n.º 4, 2.º semestre 1946, p. 92.

³¹ "Quanto à [quinta] do Pico da Pedra, o terreno precisa de muito melhoramento. Eu estou à espera do plano que mandei fazer do terreno, para poder fazer o projecto do arruamento, e, depois d'este traçado, é que se pode mais proveitosamente melhorar o terreno, porque se pode tirar a terra das ruas para o logar das Larangeiras, e **deitar a pedra e bogalhau no fundo das ruas;**" Carta de JC a António Bernardes d'Abreu Lima, Paris, 7 Janeiro 1866, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 338.

³² Cf. Medição e contas de obras na Quinta de José do Canto Brum à Canada Duarte Borges, UACSD, FBS-JC, Doc. anexo P09.

³³ Veja-se a despesa com data de 17 Dezembro 1835 por fazer em Rosto de Cão *huma rampa p.^a subir p.^a os 18*, no Livro de Obras do morgado José Caetano Dias Canto de Medeiros, BPARPD-ADCM, Cx. 2. Os "18" seria o nome dado a um cerrado, provindo o topónimo normalmente da área do dito, ou seja, neste caso: "dezoito alqueires".

³⁴ Cf. Fátima Sequeira Dias, ob.cit., p. 191.

se conservar o tempo necessário para chegar em condições aos mercados ingleses. As condicionantes mais importantes daqueles factores seriam o tipo de solo e o vento. Embora os terrenos muito húmidos (à cota mais alta, no interior da ilha, por exemplo) dessem às laranjeiras uma “vegetação muito vigorosa”, aquelas só davam fruta mais tarde e “mais cascuda” do que os terrenos da beira-mar, afectando a sua durabilidade. O esboço da *Memória sobre as laranjeiras* de André do Canto localiza os bons terrenos “ao redor de Ponta Deg.a, Fajãa, etc e os d’algumas vinhas que tem sido reduzidas a quintas, assim como o geral das do Pico da Pedra, Cabouco, etc.”³⁵

Há uma ideia geral de que as laranjeiras mais antigas, que fizeram a justa fama da *St. Michael’s orange* e que se desenvolveram sem abrigos e, por isso, mais expostas ao ar e ao sol, davam fruta de maior qualidade e durabilidade.³⁶ Por outro lado, era um facto comprovado que as laranjeiras abrigadas, retendo mais a flor e aguentando melhor a fruta na ramagem durante as tempestades de Inverno, davam mais quantidade. Além disso, as laranjeiras desabrigadas tornavam-se mais fortes e tinham uma longevidade secular, particularmente quando semeadas com a pevide³⁷. No entanto, no saldo da discussão acaba por ser consensual a necessidade de abrigar o plantio nos primeiros anos, e, com o tempo, a prática dos abrigos em sebe viva acabou por se universalizar para todas as árvores de fruto.³⁸

³⁵ Idem, p. 3.

³⁶ “Antigamente poucas quintas havia, e essas contavão muitos annos; algumas mais d’um seculo; estas arvores pela grande altura a que se havião elevado, não tinhão nem muro, nem arvore, que as livrasse do vento, ou privasse do sol, e assim davão menos laranja – ninguém o duvida, mas d’uma qualidade muito superior [...] de muita duração. Foi fructa d’esta que deu, e ainda hoje sustenta o credito da laranja de S. Miguel.” A. do Canto, “Laranja”, *O Agricultor Michaelense*, n.º 2, Novembro 20, 1843, p. 31-32.

³⁷ As laranjeiras reproduzidas por mergulhia eram mais rápidas a dar fruta, mas algumas quintas novas assim plantadas não duravam mais de 18 a 20 anos, cf. idem, p. 5-6.

³⁸ “Quarta-feira p.p. houve aqui um terrível vendaval, acompanhado de chuva, que pôz as bananeiras do Pomar em deplorável estado; assim como tambem deitou por terra algumas sebes do d.º Pomar, e como eu desejava pôr estas no primitivo estado, necessitava de alguns vimes para lhe adicionar algum tanchão e se V Ex^a não os tiver desejo saber se os heide comprar.” Carta de Francisco Tavares a JC, do Porto Formoso, 28 Novembro 1878, UACSD, FBS-AJC. “[...] tratei de arranjar as Fayas [plantou 750] para os abrigos do Pomar.” Idem, de 26 Novembro 1880, UACSD, FBS-AJC.

Mais do que quebrarem o ímpeto do vento, os muros arrumavam a pedra, armazenavam o calor e protegiam a vinha da *salsugem* transportada por aquele. Mas, no caso de laranjeiras desabrigadas, uma forte tempestade arruinava uma colheita inteira. Numa fase intermédia, começa-se por proteger as laranjeiras em recintos demasiado estreitos e sombrios, intercalando-as com outras árvores que as abrigariam, condicionando em excesso o desenvolvimento e consequente qualidade da fruta. São estes pomares que Webster conhece no final da primeira década de Oitocentos e que, de tão cerrados, diz terem o solo sempre húmido.³⁹ Poucos anos depois, o insuspeitável Mouzinho de Albuquerque observa que *pela maior parte* em S. Miguel as laranjeiras são abrigadas uma a uma, dispondo-se uma árvore de abrigo para cada árvore de fruto⁴⁰. Por considerar que a árvore *tutôra* disputa o alimento e a luz à *pupilla*, para além de só a defender parcialmente do vento, recomenda a plantação de “massiços externos de arvores silvestres que, protegendo os terrenos dos seus pomares, os dispensassem de interpolar as arvores silvestres e as laranjeiras”, que tanto prejudicam o crescimento e a produção destas. Em alternativa àquela mata de protecção geral, propõe ainda a disposição por “massiços ou **paredes de arvoredos**, quaes são as que em Portugal formâmos com loureiros ou folhados” (bold meu), mas situados a uma distância tal da planta que abrigam que lhe não disputem o sol e o solo⁴¹. Estava enunciado o desenho dos abrigos para a fase seguinte.

Na *descrição* do capitão Boid, embora as quintas sejam sempre muradas e cercadas por uma cintura espessa de abrigos⁴², não parece haver quartéis de

³⁹ “So much shade is caused by the surrounding walls and evergreens, that the ground in the orange gardens is always damp, and the flavour of the fruit is greatly impaired.”, John W. Webster, ob.cit., p. 97.

⁴⁰ “Cada arvore porem de espinho carece de huma arvore silvestre, e mais robusta, que lhe sirva de tutôr contra os ventos, o que provém da ausência dos abrigos geraes.” *Observações sobre a Ilha de S. Miguel recolhidas pela Commissão enviada à mesma Ilha em Agosto de 1825, e regressada em Outubro do mesmo anno, por Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque e seu ajudante Ignacio Pitta de Castro Menezes*, Lisboa, Impressão Regia, 1826, p. 27. A excepção são alguns cultivadores inteligentes, entre os quais João Carlos Scholtz, pelas espécies que aclimatou, e o desembargador Vicente José Ferreira Cardozo, cujos viveiros e plantações Mouzinho destaca pela “pela boa ordem, e inteligente disposição”, cf. idem, p. 28.

⁴¹ Ibidem.

⁴² “The orange plantations, or quintas, are in general the property of the morgados, [...] always encircled by a wall from 15 to 20 feet high, and within a thick plantation belt of the faya, cedar tree, fern, birch, etc. to protect the orange trees from the sea breezes.” Captain Boid, ob. cit., p. 155.

sebes interiores: as jovens laranjeiras eram plantadas nos *caracóis* e rodeadas no topo por plantações de loureiro, faia ou giesta, que seriam removidas quando a planta ficasse forte, deixando-se depois crescer sem outro cuidado que não fosse alcatroar-lhe o tronco por causa dos insectos, atingindo com o tempo a *majestic luxuriance of a chestnut tree*.⁴³

O emprego da giesta como primeiro abrigo será tão generalizado que em 1862 será difícil encontrá-la em S. Miguel, pondo José do Canto a hipótese de adquiri-la na Terceira ou Faial.⁴⁴

De acordo com Fouqué, que confirma os ensaios do período anterior⁴⁵, é só a partir de 1845 “qu’une disposition normale parait avoír été adopté définitivement”⁴⁶: as *quintas* dispõem-se agora em quadrados de 10 a 50 m de lado, totalmente envoltos por muros de pedra seca com 3 a 6 m de altura, adossados por sebes de faias pelo interior e com as laranjeiras plantadas em quicôncio. Deduz-se pelos textos de Webster, Mouzinho e Boid que, até à data proposta por Fouqué para uma normalização da cultura, e uma vez abandonada a primeira formatação horizontal da ramagem em latada, as laranjeiras seriam plantadas sem ordem nem decote, deixando-se crescer com *unrestrained luxuriance*⁴⁷. Ainda em 1846, uma carta de Nicolau Maria Raposo do Amaral fazia subentender a precariedade da protecção dos seus pomares às tempestades de Inverno⁴⁸.

Peter Wallace, jardineiro escocês em Chatsworth, Santana, e Chiswick, confirmava, em relatório de 1852, a disposição informal e a elevada densidade dos abrigos das laranjeiras, os quais, “scattered over the face of the country with

⁴³ Cf. *ibidem*.

⁴⁴ “Encomendar para as Furnas 5 ou 6 alqueires de baga de vinhatico, e 2 alqueires de semente de giesta. A giesta póde vir da Terceira, ou Faial, aonde há muita”, escreve JC por volta de 1862 em *Lembranças para o Illmo Snr António Bernardes d’Abreu Lima*, UACSD, FBS-AJC.

⁴⁵ “On eut alors l’idée d’emprisonner les orangers par petits groups dans d’étroits enclos formés par divers arbres ; mais bientôt on s’aperçoit que l’ombre nuisait à la croissance et à la maturité des fruits. ” M. F. Fouqué , *ob.cit.*, p. 2.

⁴⁶ *idem*, p. 3.

⁴⁷ Cf. John W. Webster, *ob.cit.*, p. 97.

⁴⁸ “Tenho aumentado m.to, e nos melhores citios a plantação de laranjeiras, e os meus quinteiros me afirmão ter para cima de trez mil caixas grandes, com tudo esta colheita he muito percaria, pela causa dos temporaes, que de comum apparecessem nos invernos.” Carta de Nicolau Maria Raposo de Amaral, aos Sr.^{es} Shaco & Caffary, Londres, de S. Miguel, 24 Julho 1840, no *Copiador N.º 3*, 4 Abril 1839 - 30 Março 1846, UACSD-ARA.

an irregular hand give a wild and varied charm to the landscape almost indescribable".⁴⁹ Wallace contraria a ideia dada por Fouqué de que se assistiria então a uma normalização do desenho das quintas afirmando, pelo contrário, que cada um a fazia à sua maneira.⁵⁰ Na década de 70, Wyville Thomson, que dirigia a expedição científica do HMS *Challenger* à volta do mundo, passando por S. Miguel, notou que os cultivadores tornaram as laranjeiras anãs com a poda, não as expondo assim tanto ao vento, e com a ramagem mais densa produzindo maior quantidade de fruto. Ainda segundo este professor de História Natural na Universidade de Edimburgo, todo o espaço livre entre as laranjeiras era ocupado por abrigos⁵¹, o que confere com a imagem da *Fig. 11 – Orange groves near Ponta Delgada. (From a Photograph.)*⁵² ([Fig. 1.25](#)): nesta vista, a massa formada pelos abrigos avulsos sobrepõe-se à leitura das sebes perimetrais, apenas se vislumbrando atrás da casa à direita alguma regularidade na disposição dos abrigos. A citação imediatamente anterior do relatório de Wallace podia servir de legenda a esta imagem. Quase a terminar o seu texto, Wallace acrescenta que o *fine effect* que se poderia esperar de uma grande quinta era destruído pela quantidade de abrigos que intersectavam os pomares, ainda que possuísem *delightful walks and avenues of Pittosporum*.⁵³

A data de 1845 apontada por Fouqué para uma normalização da cultura da laranja poderá explicar-se pela acção da SPAM, que logo em 1843, no n.º 2 do seu jornal, lançara um inquérito aos produtores da laranja sobre as respectivas práticas culturais, a fim de coligir informação sobre o *plantio, mergulhia, sementeira, abrigos, epocha de plantação, etc*, e ainda sobre o armazenamento e encaixotamento dos frutos, para a referida *Memória das Laranjeiras* proposta por André do Canto. Desse inquérito, o 1.º *quesito* indaga sobre quais os melhores

⁴⁹ Peter Wallace, "XXVI. – Gardens and Orange Grounds of St. Michael's in the Azores – its Climate and Peculiarities, Communicated Sept. 16, 1852", em *Journal of the Royal Horticultural Society of London*, vol. VII, London, 1852, p. 248.

⁵⁰ "These quintas are of many different forms and sizes as they possess owners. Every proprietor is his own designer, and a great variety of taste is displayed." Idem, p. 248.

⁵¹ Cf. Wyville Thomson, *The Voyage of the Challenger: the Atlantic : a preliminary account of the general results of the exploring voyage of H. M. S. Challenger during the year 1873 and the early part of the year 1876*, London, Macmillan and Co., 1877, vol. II, p. 30-31.

⁵² Idem, p. 35.

⁵³ Cf. Peter Wallace, ob.cit., p. 250.

terrenos para esta cultura. Depois de nos seguintes inquirir sobre os sistemas de propagar a laranjeira, o 6.º quesito, para além da época de plantação, trata exactamente do modo de plantação inquirindo, nomeadamente, da distância praticada entre as laranjeiras e entre estas e os abrigos. João Silvério Vaz Pacheco de Castro responde no artigo seguinte a alguns dos quesitos, nomeadamente ao primeiro, sobre a localização dos melhores terrenos para a laranja, que diz serem os que “de tal forma situados, que, escapando ás rociadas do mar, absorvão as quentes emanações da atmospherá marítima”, enquanto os terrenos “húmidos, demasiadamente distantes do mar produzem arvores frondosas, dando porem geralmente mui pouco fructos, e estes de má qualidade.”⁵⁴ Quais as melhores plantas para fazerem de abrigo às laranjeiras era a questão seguinte ao compasso da plantação.⁵⁵ Wallace, no citado texto de 1852, diz ter sido o *Pittosporum undulatum* a espécie geralmente adoptada para abrigo, por crescer mais depressa, além de ter *a more handsome appearance*.⁵⁶

Os muros de pedra, como disse, foram uma primeira protecção contra o ar salgado. Thomas Hickling dá a entender que a maior altura dos muros servia para reter o *Rocio, ou espuma do mar*, que queimava os abrigos, enquanto estes amorteciam o impacto do vento.⁵⁷ Mas os muros seriam sobretudo uma barreira contra a intrusão de ladrões e animais⁵⁸, já que o *rocio* dificilmente atingiria as

⁵⁴ J. S. V. Pacheco de Castro, “Arboricultura”, *O Agricultor Michaelense*, n.º 2, Novembro 20, 1843, p. 23.

⁵⁵ Cf. André do Canto, “Questões a responder na Memória sobre as Laranjeiras”, *O Agricultor Michaelense*, n.º 2, Novembro 20, 1843, p. 22-23. Este inquérito foi igualmente publicado nos jornais de Ponta Delgada.

⁵⁶ Cf. Peter Wallace, ob.cit., p. 249.

⁵⁷ Cf. *O Agricultor Michaelense*, n.º 6, Março 20, 1844, p. 83.

⁵⁸ Num texto de nostálgica evocação das quintas da laranja, Luís Bernardo Leite d’Ataíde explica as funções do seu duplo perímetro: “os muralhões defensivos, em toda a volta, como resguardo do ratoneiro [ladrão] e, junto d’eles, alinhadas em rigorosa formatura as faias de tronco roliço, e malvadio de porte soberbo e ufanas por haverem sido encarregadas da alta missão de defender, á custa de muita tortura [da poda], a primorosa flor e o dourado fruto, do ímpeto devastador da ventania, ou da onda cauterizante do rocio”, em “Os portais das velhas quintas”, na revista *Os Açores*, Fevereiro 1928, p. 23.

Os muros altos das velhas quintas do período áureo da laranja “certamente se destinavam mais à vedação, para evitar os roubos e os gados, do que contra os ventos”, escreve o engenheiro agrónomo Arlindo Cabral no artigo “Sebes vivas ou abrigos, nos Açores – subsídios para seu estudo” publicado no *Boletim da CRCAA*, n.º 17, 1.º semestre 1953, p. 67. Nas duas últimas décadas do século XX, com o roubo da fruta circunscrito a incursões sem expressão e as cabras praticamente extintas, pude observar em S. Miguel quartéis de abrigos geometricamente podados, quais paredes verdes, sem qualquer muro de pedra a envolvê-los.

quintas situadas mais no interior e que, ainda assim, mantinham os muros altos. Nos anos 80, o americano Lyman Weeks confirma-lhes a vocação contra a intrusão descrevendo o recurso a dispositivos dissuasores complementares: “Pequenos pedaços de vidro partido, fortemente presos com argamassa ao longo da crista do muro constituem uma defesa contra os gatunos, havendo também muitas muralhas cobertas com enormes cactos [...]”⁵⁹ No início, mais do que o sal ou os ladrões, a reconhecida capacidade de escalada das cabras explicaria o crescimento em altura destas muralhas⁶⁰. Ainda em 1866 a Câmara Municipal de Ponta Delgada mantinha uma postura que interditava a pastagem de cabras em “logares vizinhos de terras cultivadas, quintas, e plantações de árvores”, sob pena de 600 réis por cabeça.⁶¹

Eduardo Dias, biólogo da Universidade dos Açores, considera que a *Laranja* desenvolveu o sistema de produção que melhor entendia o meio ecológico dos Açores, reagindo ao vento com os abrigos e aquecendo o ar com os altos muros de pedra negra para a maturação dos frutos.⁶² Trata-se de outro desempenho a acrescentar aos muros das quintas mas que, pelo menos em S. Miguel para o período estudado, terá de ser historicamente relativizado. Se a laranja começou por ser cultivada à maneira e nos sítios da vinha, as fontes (como vimos na resposta citada de Pacheco de Castro) confirmam que era para se aproximar da temperatura mais amena do mar, e é sabido que as covas e os muretes de pedra serviam para reter o calor, para além de filtrarem a salinidade do ar. Quando a laranja se afasta da costa, e os pomares são cada vez mais sombreados, há

⁵⁹ Lyman H. Weeks, “Among the Azores”, trad. de João H. Anglin, *Insulana*, vol. XIV, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2.º semestre 1958, p. 305-306. O original foi publicado por James R. Osgood and Company, Boston, 1882.

⁶⁰ V. Carlos Guilherme Riley, *Os Antigos Modernos. O Liberalismo nos Açores: uma abordagem geracional*, dissertação de doutoramento em História Contemporânea, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2006, p. 407.

⁶¹ Cf. *Posturas Vigentes da Câmara Municipal do Concelho de Ponta Delgada*, Typ. da Persuasão, Ponta Delgada, 1866, artigo 25.º, p. 8. O articulado mantinha-se praticamente igual ao do artigo 9.º das *Posturas da Câmara Municipal de Ponta Delgada acordadas em Sessão de 27 de Outubro de 1841*, e repetidas nas *Posturas vigentes da Câmara Municipal do Concelho de Ponta Delgada / revistas e ampliadas em sessão de 21 d’Abril e aprovadas pelo Conselho de districto nas sessões de 26 de Junho, e 8 de Julho*, Typ. de F. J. de Macedo, Ponta Delgada, 1852, Artigo 25.º do Capítulo 1.º *Da polícia do concelho*. (bold meu). A única diferença significativa de 1841 para 1852 e 1866, é que em 1841 a pena era de 1.200 réis por cabeça, ou seja, o dobro das estipuladas posteriormente.

⁶² Cf. Eduardo Dias, “Açores”, 2007, p. 159.

ainda uma fase em que permanece o recurso às covas, ou *caracóis*, e a altura cada vez maior dos muros poderia realmente ser explicada com a maior superfície de exposição e, conseqüentemente, de armazenamento de calor. Com o amortecimento do vento pelos abrigos, e com a extensa grelha de muros resultante do *continuum* das quintas a ajudar, a temperatura nas quintas seria mais elevada do que nas áreas envolventes, alterando significativamente as condições ecológicas iniciais. É evidente que, dada a inércia térmica do basalto e do traquito, os muros reteriam durante mais tempo a temperatura diurna no decurso do arrefecimento nocturno. No entanto, nenhuma literatura da época menciona essa motivação para as elevadas alvenarias, nem sequer indirectamente, referindo, por exemplo, questões relacionadas com a exposição solar.

Aliás, nem todos os pomares de espinho seriam murados. A extensa nota de Morelet relativamente à cultura da laranja em S. Miguel é completamente omissa em relação aos muros de pedra das quintas. Estranhamente, ou não, o esboço da *Memória das Laranjeiras*, que tenho vindo a citar, também não trata dos muros, a não ser para relatar dos *terríveis efeitos* sobre as laranjeiras do vento *rechassado pelos muros que muitas vezes obra mais violentam.te do q. nos terrenos não murados* (bold meu), e da decorrente necessidade de *evitar a reflexão do vento* forrando-os com abrigos⁶³. (José do Canto plantava esta primeira fiada de abrigos a uns escassos 6 palmos do muro⁶⁴.) Aquelas omissões e esta menção a quintas *não muradas* significam que as alvenarias não seriam consideradas imprescindíveis à cultura da laranja.

Sendo as cabras uma das razões da vedação, não explicam elas totalmente a desmesurada altura de alguns daqueles muros⁶⁵. A todas as funções descritas faltará adicionar uma função latente, porque nunca aparece explicitada nas

⁶³ Ensaio manuscrito sobre a cultura da laranja..., UACSD, FBS-AJC, p. 15. Também Arlindo Cabral, ob.cit., p. 67, considera que o vento batendo nos muros de pedra cria *remoinhos* que são amortecidos pelos abrigos encostados a eles.

⁶⁴ “Os abrigos distantes das paredes 6 palmos, e dados mais 2 palmos para a banda de dentro para o seu crescimento, em Risco para a quinta do caminho Novo”, Risco para a quinta do Caminho Novo, UACSD, FBS-AJC, Des. anexo D02.

⁶⁵ Referindo-se embora a paredes verticais de rochedos e ravinas, Oliver Rackham considera que 6 pés (1,80 m) seria a altura a partir da qual a flora da ilha de Creta ficava a salvo do gado caprino. Cf. Oliver Rackham, *The History of the Countryside. The classic history of Britain's landscape, flora and fauna*, London, Phoenix, (1986) 2000, p. 141.

fontes primárias, de *representação*, e que nesta se encontra uma motivação suplementar para se elevarem os muros. O elevado custo das alvenarias⁶⁶, bem como o valor das plantas que enclausuravam ficavam expressos nos *portaes* de entrada para as quintas, guarnecidos de cantaria aparelhada em arco de volta inteira normalmente inscrito em pano rectangular rebocado e sobrepujado por cornija em pedra lavrada, que contrastavam fortemente com a rugosidade da pedra seca.

Independentemente das suas 'verdadeiras' motivações, a paisagem da laranja tinha nos muros de pedra um dos seus signos mais característicos e estruturantes. O facto de não integrarem qualquer um dos vinte e nove quesitos sobre os *Laranjaes*, publicados no n.º 2 d'O Agricultor Michaelense⁶⁷, leva-me a pensar que para os produtores da laranja os muros eram, acima de tudo, vedação e representação.

Para José do Canto, não há dúvida, "os tapumes novos [...] vedam as propriedades das depredações dos animaes, ou da entrada dos malfeitores".⁶⁸ À excepção das quintas da Canada de Duarte Borges, todos os muros das quintas de laranja de José do Canto feitos na segunda metade do século ultrapassam os 14 palmos, ou seja, os 3 metros de altura: na Grimaneza os muros têm entre 3,08 e 3,60 m de altura, no Caminho Novo 3,08 m, no Pico da Pedra de 3,55 a

⁶⁶ Em 1861, JC pagou a construção de um muro com 12 palmos de altura (2,64 m) para as quintas da Canada de Duarte Borges a 1\$400 réis a vara (2,64 m de extensão). Ao caso tratava-se de um muro com a extensão de 212 varas e 3 palmos (560,34 m), das quais 8 varas foram pagas a 1\$800 rs a vara, o que perfaz um total de 300\$350 réis de despesa, cf. Medição de João de Frias datada de 5 Abril 1861, UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P15. O comprimento do muro medido corresponde a um dos lados de maior comprimento do prédio referido, que tinha como *Mean Length 1840 1/2 feet Engl*, ou seja, 560,98 m, cf. *Terra de Rosto de Cão em que pertendo plantar Quinta*, UACSD, FBS-AJC, (Fig. 1.19).

Ou, nas Despesas extraordinárias feitas desde Abril de 1853 ate Abril de 1854, UACSD, FBS-AJC, compare-se os valores:

<i>P.^a construção de uma fonte (Feteiras</i>	53\$590
[...]	
<i>Resto da plantação da Qt.^a nova da Grimaneza</i>	125\$200
<i>Trabalhos nas Furnas</i>	24\$200
<i>Muro divisório do Calço</i>	168\$740

⁶⁷ André do Canto, "Questões a responder na Memória sobre as Laranjeiras", *O Agricultor Michaelense*, n.º 2, Novembro 20, 1843, p. 22-23.

⁶⁸ *O Agricultor Michaelense*, 2.^a série, n.º 47, Novembro 1851, p. 780.

3,70 m.⁶⁹ Somente nas quintas da Canada Duarte Borges os tapumes ficavam abaixo dos 14 palmos, para uma altura mínima que, ainda assim, era de 11 palmos (2,42 m). Ora estas eram as quintas da sua Casa mais próximas do mar, o que derrota a tese da protecção mural aos ventos salinos.

Os muros que José do Canto levanta em 1873 para a quinta do filho José do Canto Brum, no mesmo prédio da Canada Duarte Borges, vão dos mesmos 11 palmos a 16 (3,52 m), o que poderá explicar-se com diferenças de cotas que o terreno tivesse e que o muro deveria absorver mantendo uma linha superior regular, já que na sua medição se contabilizaram 39 varas de muro com 11 a 15 palmos e 21 varas com 15 a 16 palmos⁷⁰.

As laranjeiras em flor seriam facilmente depenadas pelo vento, pelo que os abrigos eram fundamentais para garantir a produção numa terra ventosa todo o ano. Podados geometricamente, segundo Marques Moreira com 6 a 7 m de altura e cerca de 1 m de espessura⁷¹, os alinhamentos densos de cânforas⁷², faias, incensos e, mais tarde, metrosíderos ou banksias⁷³ ganhavam a forma de paredes vegetais, que, na base, para preencher os vazios entre os pés daquelas, podiam ainda ser ornamentados por cameleiras. Ortogonais umas às outras, para defender as laranjeiras de todos os quadrantes, estas paredes construía sucessivos pátios ou salas verdes – os ditos *quartéis* –, com passagens desalinhas para ‘enganar’ o vento, constituindo dispositivos paisagísticos fortemente arquitectónicos, que urbanizavam densamente os arredores de Ponta Delgada. Embora seja fácil de deduzir que os abrigos encostados aos muros perimetrais fossem podados, para não derrubarem as alvenarias, os relatos

⁶⁹ V. anteriormente no capítulo Muros.

⁷⁰ Cf. Medição e contas de obras na Quinta de José do Canto Brum à Canada Duarte Borges, UACSD, FBS-JC, Doc. anexo P09.

⁷¹ Cf. José Marques Moreira, *Alguns Aspectos de Intervenção Humana na Evolução da Paisagem da Ilha de S. Miguel (Açores)*, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, Lisboa, 1987, p. 43.

⁷² “A esta parte da cultura da Ilha prestou importantes serviços o fallecido Prussiano João Carlos Scholtz, aclimatando nella diferentes arvores exóticas, propriissimas para servirem de abrigo ás laranjeiras, entre as quaes se nota o *Laurus camphora*, que hoje he assaz commum na Ilha, [...]” *Observações sobre a Ilha de S. Miguel...*, por Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque e seu ajudante Ignacio Pitta de Castro Menezes, Lisboa, Imprensa Regia, 1826, p. 27.

⁷² Ibidem.

⁷³ Cf. João de Medeiros Constância, ob.cit., p. 42. Embora introduzidas no século XIX, o uso destas essências para abrigos só se terá eventualmente banalizado no século seguinte.

oitocentistas apenas referem as *avenidas* de pitospóros e a poda anual das laranjeiras, não se conseguindo detectar quando se começa a podar os abrigos interiores na forma de paredes regulares. Em José do Canto percebe-se pelos projectos desenhados para quintas que os quartéis teriam os abrigos podados em paredes que, segundo anota, deveriam ter 8 palmos de largo.

Se este foi o desenho que se generalizou, ainda que a poda dos abrigos não fosse necessariamente geométrica⁷⁴, nos anos 40-50 não parecia ser consensual a medida e densidade dos abrigos, com André do Canto, coadjuvado pelo irmão José, a defender a melhor qualidade da fruta resultante de um plantio mais exposto. Penso que os irmãos se referiam aos abrigos intercalares, plantados em quicôncio com as laranjeiras e que as abafariam, mantendo no entanto os abrigos alinhados em quartéis. Era essa a prática nas quintas de José.

O relato de Morelet, que, tal como Fouqué, sabemos relacionar-se com José do Canto, parece reproduzir algumas das práticas e pensamento do açoriano, como quando menciona a rega⁷⁵, que José do Canto pratica nos meses de Verão nas suas quintas⁷⁶, ou quando questiona se o uso dos abrigos, censurando o sol e o ar, prejudicaria a qualidade das laranjas impedindo a sua total maturação, e, por tornar a pele mais espessa e tenra, diminuiria o tempo de conservação da fruta uma vez recolhida⁷⁷.

⁷⁴ Fouqué, ob.cit., p. 4, refere a prática do “*élagage*” que, significando poda ou desbaste, não implica o corte recto da folhagem. Também a já referida ilustração dos *Orange groves near Ponta Delgada* do relato do Challenger mostra os abrigos de copas fartas, cf. Wyville Thomson, ob.cit., p. 35. Mas umas instruções de JC ao seu jardineiro inglês mostram a tendência para o corte geométrico da mão-de-obra local, podendo essa prática vir dos abrigos da laranja: “I wish also that great care shall be had with the pruning of the shrubs or trees, as our workmen have a **great tendance to cut them square** with the shears, as if box [buxo], or other running border.” (bold meu), Carta de JC a Alexander Reith, Paris, 8 Dezembro 1865, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 56-59.

⁷⁵ “Dans les années de sécheresse, on ne néglige pas d’arroser, pourvu que l’eau soit à proximité.” Arthur Morelet, ob.cit., p. 106. No Ensaio manuscrito sobre a cultura da laranja..., de André do Canto, UACSD, FBS-AJC, p. 26, menciona-se a rega apenas para as laranjeiras recém-transplantadas e se o tempo estiver seco.

⁷⁶ Cf. *Em 28 de Junho de 1862 / Instruções...*, Doc. anexo P11, em S. Gonçalves, na *Quintinha nova de S. Gonçalves*, no *Calço* e na *Canada de Duarte Borges*.

⁷⁷ “Dans le principe on n’abritait pas l’oranger et peut-être s’en trouvait-il mieux. En effet, on a remarqué que depuis cette innovation l’écorce du fruit est devenue plus épaisse et plus tendre, ce qui nuit à sa conservation [...]. Il est possible que l’ombre des abris préjudicie à la qualité de l’orange, qui ne reçoit plus assez d’air et de soleil pour atteindre son dernier point de perfection.” Arthur Morelet, ob.cit., p. 106.

Também Fouqué repõe estas questões após listar os vários tipos e características de essências experimentadas pelos micalenses para abrigos: para as zonas mais próximas do mar, as essências mais resistentes seriam o *Pittosporum tabira* e o *Corinocarpus lavigatus*, proveniente da Austrália. Belos na folhagem e de crescimento rápido eram o *Pittosporum undulatum*, que teria sido importado de Inglaterra, e os loureiros das Canárias (*Laurus canarensis*) e das Índias (*Persea azorica*) mas que, segundo o francês, esgotariam o solo. Menciona ainda a nespereira (*Eriobotrya japónica*) e a Acácia *melanoxylon*, esta conquanto estivesse afastada do mar.⁷⁸ Das espécies referidas apenas a faia (*Myrica faia*) e a *Persea azorica* são endógenas, sendo as restantes exóticas introduzidas com toda a probabilidade ao longo de Oitocentos, tal como o metrosídero e a banksia, respectivamente originárias da Nova Zelândia e da Austrália ou *New Holand*, como então se dizia, e que não estão na lista de Fouqué. O “Ensaio manuscrito sobre a cultura da laranja” aconselha para os abrigos o *Pittosporum revolutum* [sic], *originário da Nova Galles do Sul* [Austrália], e *vulgarm.te conhecido por Incenso*⁷⁹. Os abrigos feitos com esta árvore conseguem fazer “um muro revestido d’alto abaixo com uma tal bastidão de folhas e ramos que nada deicha a desejar podemos chamar-lhe parede”⁸⁰. E por isso mesmo, quando alinhado ao longo de uma *rua* interior da quinta, um renque de pitospóros pode ser *cuidadosam.te podado* como uma *parede com suas portas d’um lado para o outro* produzindo um *efeito mais pittoresco*⁸¹.

Ainda este texto considera a possibilidade, no caso de um grande corpo de quintas, de alinhar “uma ou duas rencas de camphoras ou talvez mesmo pinheiros como abrigo externo n’um lugar muito açoutado dos ventos”⁸². Esta proposta, que, fazendo eco das sugestões de Mouzinho, antecipa no conceito os renques de criptomérias com que no século seguinte se irão abrigar as

⁷⁸ Cf. M. F. Fouqué, ob.cit., p. 3-4. Fouqué repara já então na facilidade com que este pitospóro se multiplica espontaneamente, antecipando o seu carácter invasor, idem, p. 14.

⁷⁹ Ensaio manuscrito sobre a cultura da laranja..., UACSD, FBS-AJC, p. 11.

⁸⁰ Idem, p. 13.

⁸¹ Idem, p. 17.

⁸² Idem, p. 12. Desaconselha, no entanto, o recurso àquelas árvores, bem como a *plátanos*, *coquilhas*, *vinhaticos* e *acácias bastardas* (*giesteiras brancas*) no interior das quintas.

pastagens⁸³, não deixa de lembrar a Grimaneza onde José do Canto utiliza as cânforas como abrigos para as três quintas de laranja que ali dispõe, mas também traz pinheiros, pelo menos desde 1855⁸⁴, que, inevitavelmente, amortecerão os ventos que soprarem daquele quadrante.

*Ninguém duvida que as laranjeiras em quanto novas, soffrem muito com os ventos, deve portanto suppor-se como uma necessidade o abrigal-as.*⁸⁵

José do Canto, que em carta ao primo José Jacome se afirma *inimigo d'Abrigos* nos laranjais⁸⁶, na prática não os dispensa nas suas quintas. Normalmente recorria às faias locais⁸⁷, que, segundo Fouqué, seriam a melhor opção pois melhoravam o solo com as folhas mortas, enquanto Read Cabral argumentava que eram mais arejadas que o incenso⁸⁸. Enquanto as faias cresciam, José do

⁸³ Praticados pelos Serviços Florestais. Embora a teorização de Orlando de Azevedo em “Cortinas de abrigo – factor de valorização da agricultura açoriana”, publicada no *Boletim da CRCAA*, n.ºs 5 e 16, respectivamente, 1.º semestre 1947 e 2.º semestre 1952, preveja a associação de “diferentes espécies de folha caduca e folha permanente, arbóreas e arbustivas, dispostas em filas paralelas” (*Boletim* citado, n.º 16, p. 102), a criptoméria, ou o álamo, são apenas acompanhados da hortênsia na base da cortina, provavelmente por não resistirem outras espécies nos altos ventosos da Ilha.

⁸⁴ Ver capítulo das “Matas” neste trabalho.

⁸⁵ Ensaio manuscrito sobre a cultura da laranja..., UACSD, FBS-AJC, p. 11.

⁸⁶ “Assim mesmo já poderia ter algumas laranjeiras a produzirem, mas sou inimigo d'Abrigos, e tendo-lhes dado uma boa cóça quando ahi estive a ultima vez, sucedêo virem depois dous hinvornos (os últimos) de muito vento, de modo que soffrerão bastante as laranjeiras, e precisarão algum tempo para se refazerem. Como o que poderião agora produzir era bagatella, não me fez differença material, e espero em harmonia com as minhas ideias, que me ficarão as arvores mais robustas.” Carta XLVI, de Paris, 9 Maio 1867, transcrita em José do Canto, *Cartas Particulares a José Jácome Corrêa e Conde de Jácome Corrêa*, 1841 a 1893, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1999, p. 164.

⁸⁷ Note-se que para as últimas quintas que plantou, na Canada Duarte Borges, e apesar do insucesso da primeira plantação, JC continua a preferir as faias para abrigos: “Também os abrigos devem ser reformados e postos um pouco mais bastos, porque morrerão quasi todos. / Para esta reforma e para a plantação das outras duas quintas novas encommendar-se na Atalhada umas 3 ou 4000 faias.”, *Em 28 de Junho de 1862 / Instrucções para Francisco Muniz a respeito das Quintas a seu cargo*, UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P11, em *Canada de Duarte Borges*.

⁸⁸ Ao invés do incenso, “a faia atravez da qual coava o vento, permitia uma circulação franca d'ar, e entrada de luz e sol que robustecia as arvores e concorria para o aperfeiçoamento do fructo.” Guilherme Read Cabral, *O Cultivador*, cit. por Fátima Sequeira Dias, ob.cit., p. 233.

A *faia da terra*, atacada pela *Icéria* e por um fungo (cf. Silvano Augusto Pereira, ob.cit., p. 32), terá sido progressivamente substituída já no século XX pelo metrosídero, de crescimento lento mas de grande resistência à proximidade do mar, e pela *banksia*, de crescimento muito rápido e de boa resistência aos ventos do mar. Ainda assim continuou a usar-se como abrigo nas cortinas interiores dos quartéis, por vezes entremeada com incenso, e com metrosíderos no abrigo perimetral. (Cf. Arlindo Cabral, ob. cit., p. 74, 77-78 e 80-81).

Canto protegia-as e às laranjeiras com giestas⁸⁹, arrancando-se estas quando já desnecessárias⁹⁰, procedimento que também é anotado pelos naturalistas franceses⁹¹ e pelo Ensaio referido⁹². Na Grimaneza tinha também velhos abrigos de *Camphoras* na Quinta Velha⁹³ e abrigos “novos” de *Pittosporum* nas Lombas.⁹⁴ Havia também das primeiras na quinta de S. Gonçalo.⁹⁵

Uma carta de Abreu Lima confirma-nos que as quintas de José do Canto eram desigualmente abrigadas.⁹⁶ A tremenda tempestade de Dezembro de 1859 poderia ter levado José do Canto a inflectir no discurso anti-abrigo, já que, segundo o seu procurador na ilha, os prejuízos foram proporcionais ao desabrigo das laranjeiras:

*Os lindos dias que desfrutamos teem-se vingado bem, porque desde o dia 8 até ontem, foi um temporal do Norte e Nordeste, de vento rijo, pedra, chuva, e frio, com trevoada, que causou bastantes prejuízos a Cazas palhaças, muros, na Quintinha do Calço cahio um pedaço, arvores, e laranja que deitou no chão, uma boa doze, principalmente nas **Quintas mais desabrigadas**, as do Calço, Grimaneza **é que sofreram mais**.*⁹⁷ (bold meu).

As *Instrucções para Francisco Muniz a respeito das Quintas a seu cargo* datadas de 1862⁹⁸ dão conta do cuidado posto no amanho dos abrigos das quintas.

⁸⁹ “Nos quartéis mais expostos devem-se deitar tranches de **giestas**, mais ou menos chegadas conforme a precisão, **para ajudarem a vir os abrigos, e as mesmas laranjeiras**.” (bold meu), *Notas sobre os trabalhos das Quintas da Grimaneza*, Ponta Delgada, 28 Junho 1858, assinado por JC, UACSD, FBS-AJC. “Quando se apanhar o milho, devem tirar-se os tanhos às laranjeiras porque a giesta já abriga.” *Em 28 de Junho de 1862 / Instrucções...*, Doc. anexo P11, em *Quintinha nova de S. Gonçalo*.

⁹⁰ “[...] cuidado de hir sempre podando as laranjas, digo os abrigos, e **arrancando a giesta que afogar ou as laranjeiras, ou os abrigos**.” (bold meu), *Em 28 de Junho de 1862 / Instrucções...*, Doc. anexo P11, em *Caminho Novo*.

⁹¹ Arthur Morelet, ob.cit., p. 106; F. Fouqué, ob.cit., p. 4.

⁹² Ensaio manuscrito sobre a cultura da laranja..., UACSD, FBS-AJC, p. 18.

⁹³ Cf. *Notas sobre os trabalhos das Quintas da Grimaneza*, Ponta Delgada, 28 Junho 1858, assinado por JC, UACSD, FBS-AJC; e *Em 28 de Junho de 1862 / Instrucções...*, Doc. anexo P11, em *Quinta Velha*.

⁹⁴ “Os abrigos novos de *Pittosporum* precisam ser entrados por uma banda para não ficarem muito largos.” Idem, em *Lombas*.

⁹⁵ Idem, em *S. Gonçalo e Caminho Novo*.

⁹⁶ “Na Quinta Nova da Grimaneza tem-se deitado tremoço, e rectificando laranjeiras nos **quartéis mais abrigados**.” (bold meu), Carta de António Bernardes d’Abreu Lima a JC, N.º 12, de S. Miguel, 5 Dezembro 1859, UACSD, FBS-AJC 17825.

⁹⁷ Carta de António Bernardes d’Abreu Lima a JC, N.º 13, de S. Miguel, 18 Dezembro 1859, UACSD, FBS-AJC 17826.

⁹⁸ UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P11.

Estes seriam podados de modo a não deixar as copas alargar,⁹⁹ disciplinando a forma da sebe: “Na tapada nova deve continuar-se a tosquiarem os abrigos, pelo lado do Nascente e Norte, para no anno que vem se tosquiarem pelos outros dous lados, e ficarem **mais delgados** do que estão agora.” (bold meu)¹⁰⁰.

Os pitospóros não serviriam somente de abrigo à laranja, podendo abrigar também o plantio de árvores florestais e ornamentais enquanto jovens. Alexander Reith, *head-gardener* de José do Canto de 1861 a 1869, a propósito do vento norte na Fajã das Rabaças, propõe: “I think if there was some Pittosporum planted as a hedge to shelter them [the trees] from the Lake they would be better”.¹⁰¹

A laranja na casa Canto

Na casa Canto, o morgado José Caetano também fora produtor de laranja e, pelo seu Livro de Obras, vemo-lo a murar terras para *quinta* em 1820¹⁰², e a reconverter vinhas em quintas¹⁰³, concorrendo para o ‘boom’ de plantações de pomares de espinho no início da segunda década de Oitocentos testemunhado directamente por Webster¹⁰⁴, confirmado por André do Canto¹⁰⁵.

⁹⁹ “Os abrigos novos de Pittosporum precisam ser entrados por uma banda para não ficarem muito largos.” *Notas sobre os trabalhos das Quintas da Grimaneza*, Ponta Delgada, 28 Junho 1858, assinado por JC, UACSD, FBS-AJC; e *Em 28 de Junho de 1862 / Instrucções...*, Doc. anexo P11, em *Lombas*.

¹⁰⁰ *Instrucções para Francisco Muniz a respeito das Quintas a seu cargo*, 28 Junho 1862, UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P11.

¹⁰¹ Carta de Alexander Reith a JC, de Santana, 6 Julho 1863, UACSD, FBS-AJC.

¹⁰² Cf. *Despeza feita com A Quinta das quatro Canadas em Jan.º de 1820*, no Livro de Obras do morgado José Caetano Dias Canto de Medeiros, BPARPD-ADCM, Cx. 2. Nesta quinta, primeiro murou-se o terreno em 50 varas de extensão (132 m), acarretou-se pedra e *lavoura do Portão*, depois plantaram-se 2:000 faias p.^a as ruas da quinta para abrigar 160 mergulhoens de laranjeiras.

¹⁰³ “Plantei a vinha do Quarteiro na Canada dos Prestes, de Faias, Laranjeiras etc. e abri as covas p.^a as laranjeiras, murei pelo caminho. São melhoras.”; e “Plantei faias e laranjeiras nos sette alq.es de vinha da trás da quinta de St.^a Barbara”, Livro de Obras do morgado José Caetano Dias Canto de Medeiros, idem.

¹⁰⁴ “Many extensive plantations are annually laid out, and the increase of fruit trees has been, of late, very rapid.”, John W. Webster, ob.cit., p. 104. Fátima Sequeira Dias, ob.cit., p. 207, data desta mesma altura a entrada dos micaelenses na exportação da laranja, até então quase exclusivamente nas mãos dos ingleses e americanos.

¹⁰⁵ “Nestes últimos vinte annos tem se feito immensas plantações de laranjeiras”, A. do Canto, *Suplemento d’O Agricultor Michaelense*, n.º 3, Dezembro 20, 1843, p. 32.

Em 1845, se nos abstermos do jardim de Santana e da respectiva colecção botânica, José do Canto tem a atenção focada nas quintas da laranja, renovando o plantio na Quinta das Almas e na da Ribeira Grande, e vigiando o estado das laranjeiras nas quintas da Grimaneza e de S. Gonçalo.¹⁰⁶ É nesse ano que participa com o pai morgado José Caetano, o primo José Jácome Corrêa, José Inácio Machado de Faria e Maia, e o padraсто da mulher Agostinho Machado de Faria e Maia, na fundação da *Nova Sociedade d'Exportação da Fruta Michaelense*¹⁰⁷.

Em 1855 replanta, estaqueia, estruma, rega e poda as laranjeiras nas *quintas da Cidade* que são então as quintas da Grimaneza, das Almas, e de S. Gonçalo.¹⁰⁸ Numa síntese do estado geral das propriedades que datei de cerca de 1856¹⁰⁹, José do Canto escreve para a Grimaneza que *Querendo augmentar o plantio de Larangeiras, são bons terrenos para este fim*, enquanto as quintas das Lombas e a quinta *nova* precisam de ser replantadas e os abrigos melhorados¹¹⁰. A quinta das Almas, já replantada, está a produzir bem. Para os 54 alqueires que arrendou dois anos antes em Rosto de Cão, está a enxertar laranjeiras, pretendendo murar e plantar abrigos no Outono seguinte. Tem ainda uma *pequena porção* plantada de quinta na Ribeira Seca, e outra em Rabo de Peixe *que produz m.ª laranja*.

Em 1857, adquire duas terras novas para plantar de laranja: em S. Joaquim, um prédio foreiro ao Barão Fonte Bella¹¹¹, e outro no Caminho Novo, à Fajã de Cima,

¹⁰⁶ "Quinta das Almas / As Larangeiras novas estão muito bonitas. As Larangeiras velhas estão sofríveis de fructa. // Quinta da Ribeira Grande / Está-se cuidando da plantação, e espera-se que até 15 de Dezembro fique promta. // Quinta de S. Gonçalo / As larangeiras estão bonitas, calcula-se 6 caixas de fructa se o tempo deixar. // Quinta da Grimaneza / A Velha avalia-se em 26 Caixas. A Nova avalia-se em 10 ditas. [...]", S. Miguel / *Estado presente dos Prédios e suas producçoens*, em Carta para JC ausente n'outra ilha, de S. Miguel, 6 Dezembro 1845, UACSD, FBS-AJC.

¹⁰⁷ Cf. Fátima Sequeira Dias, ob. cit., p. 218.

¹⁰⁸ Cf. Ferias de Francisco Moniz, da semana de 23 Dezembro 1854 até à semana de 29 Dezembro 1855, UACSD, FBS-AJC.

¹⁰⁹ *Logares da Ilha aonde possuímos terrenos arrendados ou cultivados p. nos.* em livro com as folhas numeradas e intitulado no verso da folha de rosto *Despezas meudas de Caza na Ilha do Faial desde o 1.º de 8bro. de 1845 em diante.* José do Canto [assinatura], UACSD, FBS-AJC, fl. 51-63v, Doc. anexo P01.

¹¹⁰ A propriedade denominada da Grimaneza agrupava a *Quinta velha* (com 5 alqueires de área), o *Val dos Lombos* (19 alq 50 vs) e a *Quinta da Grimaneza* ou *Quinta nova* (36 alq 30 vs), cf. *Relação de diferentes glebas que se medirão por ordem do Exmo. Senr. José do Canto nas propriedades na Grimaneza*, por Manoel José Tavares, 21 Novembro 1894, UACSD, FBS-AJC.

¹¹¹ *Dominios Plenos, Comarca de Ponta Delgada*, em *Notas de Inventario e Partilha após a morte de Maria Guilhermina Taveira Brum da Silveira, 1887.07.02*, Revisto, UACSD, FBS-AJC.

por permuta.¹¹² No fim desse ano pretende murar a terra do Caminho Novo com um tapume de 14 palmos de altura.¹¹³ Esta quinta será plantada entre 1860 e 1861.¹¹⁴

Em 1862, traz a quinta de S. Joaquim com o plantio protegido por tanhos, enquanto na *Quintinha nova de S. Gonçalo a giesta já abriga*, podendo dispensar-se os tanhos.¹¹⁵ Acima de Santana, nas terras ditas do Calço, há também *larangeirinhas novas*.¹¹⁶ Ainda neste ano plantou as *mestras* e as *quintadas* de três das cinco quintas, tencionando plantar as *requintas* no ano seguinte.¹¹⁷ Para as *mestras* utilizava invariavelmente laranjas da espécie *selecta*, *prata* e *cumprida* para as quintas e *requintas*.¹¹⁸

¹¹² Cf. Carta de JC a António Bernardes [d'Abreu Lima], 28 Agosto 1857, UACSD, FBS-AJC.

¹¹³ Cf. Instruções de JC a António Bernardes d'Abreu Lima, Ponta Delgada, 22 Agosto 1857, folhas cosidas, paginadas e assinadas por JC, UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P03, em *Terra do Caminho Novo*, fl. 4v.

¹¹⁴ Cf. Carta d'Abreu Lima a JC, S. Miguel, 23 Fevereiro 1860, UACSD, FBS-AJC; e Carta a JC, N.º 18, S. Miguel, 12 Fevereiro 1861, UACSD 17829, onde pode ler-se: “[...] recebi o favor de 21-22 de Janeiro, com o risco para a plantação da Quinta ao Caminho novo da Fajaã de Cima”.

¹¹⁵ Cf. *Em 28 de Junho de 1862 / Instruções para Francisco Muniz a respeito das Quintas a seu cargo*, UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P11.

¹¹⁶ Cf. *Em 28 de Junho de 1862 / Instruções para Francisco Muniz a respeito das Quintas a seu cargo*, UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P11.

¹¹⁷ Cf. idem. *Mestras, quintas e requintas* eram os nomes que identificavam a posição relativa das laranjeiras no esquema de plantação em quincôncio. Luís Bernardo Leite de Ataíde, na *Etnografia Arte e Vida Antiga dos Açores*, vol. III, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1974, p. 216, explica que a *quinta* assim se chamava por ser a laranjeira “que se metia a meio de um quadrado marcado por quatro plantas”, que eram as *mestras*. Por sua vez, as *requintas* eram as laranjeiras que ainda se introduziam nos intervalos entre as quintas e as *mestras*. Veja-se a descrição deste esquema de “marcação” em Silvano Augusto Pereira, ob.cit., p. 32-33.

¹¹⁸ Ver, por exemplo, *Quinta do Caminho Novo à Grimaneza*, UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P14. As *selectas*, originárias do Brasil e introduzidas em meados de Oitocentos (cf. Silvano Augusto Pereira, ob. cit., p. 24), eram a melhor espécie de laranja cultivada na Ilha, conforme explicou Fouqué, ob.cit., p. 5: “L'orange choisie (*selecta*) est grosse, d'un goût excellent, très peu acide; la peau en est de couleur jaune foncé. Elle est dépourvue de pepins et ne mûrit qu'en avril, ce qui lui donne une grande valeur.”

Em Santana, JC tinha também enxertos de laranja *estrellada*, de *umbigo*, *brama*, *morangueira*, *dulcífina* e *mandarina*, cf. *Enxertos que se fizeram desde o ultimo pagamento, verificada a sua existência em 28 de Junho de 1862*, [datado e assinado] 30 de Junho de 1862, JCanto, UACSD, FBS-AJC. Nesta lista, vemos que tinha *selecta* em canteiro e em vasos, ou seja, semeada, sendo voz corrente que esta forma de reprodução produzia laranjeiras mais resistentes às pragas e com frutos de melhor qualidade. Para ensaiar e seleccionar mais e melhores espécies, em 1866 encomendou laranjeiras e limoeiros da Argélia, e recebeu 89 diferentes espécies de frutas de espinho que lhe foram enviadas de Florença. Cf. Fernando Aires de Medeiros Sousa, ob.cit., p. 123.

Em 1868 tinha laranjeiras na propriedade da Lagoa das Furnas.¹¹⁹ Penso que não teriam grande importância comercial, servindo eventualmente para consumo próprio. Ainda que apareça desenhada como um quadrado nas plantas esboçadas da chã do Forno da Cal¹²⁰, apenas encontrei duas outras referências a esta *quinta*: em documento que presumo anterior, e em que diz ter este prédio *pomar de caroço, e de espinho, que ainda não produzem*¹²¹, e na história das Furnas pelo Marquês de Jacome Correia, que ali diz haver *alguns alqueires de laranjeiras e pomar*¹²².

Também havia laranjeiras no Jardim de Santana¹²³, como, aliás, estava previsto logo no projecto de 1845 de David Mocatta, que as alinhava para norte da habitação conformando uma extensa alameda¹²⁴, mantendo a tradição que associava a laranjeira, enquanto ornamento e aroma, aos jardins de recreio.

Numa prática que era comum, as laranjeiras das *quintas puram.te d'interesse*¹²⁵ de José do Canto acolhiam entre si várias culturas diferentes, pelo menos enquanto as suas copas o permitissem¹²⁶, desde milho, beterraba, fava, ou outras fruteiras como pereiros e pereiras.¹²⁷ Se o tremoço outonava a terra

¹¹⁹ “[...] a quinta, o pomar e o plantio da fajam das rabaças está tudo muito bom [...] não tem havido vento nenhum”, Carta de Jacintho Rebello para JC, Furnas, 7 Abril 1868, BPARPD, JC/CORR. Cx. 4/319. As fortes ventanias recorrentemente reportadas nas cartas dos feitores das Furnas poderiam explicar a vida curta desta quinta.

¹²⁰ Ver Des. anexos P02, 03, 04 e 05.

¹²¹ Rascunho assinado pelos *Avaliadores Marianno, Mestre Manoel, Mestre Laureanno*, s.d., UACSD, FBS-AJC, transcrito por Nestor de Sousa, “Os «Canto»...”, Doc.9, p. 202-203. Este documento será anterior a 1870, por nele se referir que as plantações de pinheiro e castanheiro não têm ainda idade para corte; considerando o início das plantações em 1852 (v., neste trabalho, a parte final “3. As Furnas de José do Canto”) e somando-lhe quinze anos, as primeiras plantações dariam madeira em 1867.

¹²² Marquez de Jacome Corrêa, *Leituras sobre a Historia do Valle das Furnas*, Ilha de Miguel, Oficina de Artes Gráficas, 1924, p. 207.

¹²³ Cf. *Feria para os homens que trabalhão nos prédios pertencentes a Cidade*, 23 Dezembro 1871, UACSD, FBS-AJC 215.

¹²⁴ Veja-se a reprodução deste projecto em Isabel Soares de Albergaria, ob.cit., p. 115, fig. 88.

¹²⁵ O termo é utilizado no Ensaio manuscrito sobre a cultura da laranja..., UACSD, FBS-AJC, p. 15, por oposição a *quinta de recreio*.

¹²⁶ “A tapada deve levar para o anno tremoço e estrume com os mais annos, e ser semeada de milho; mas nos quartéis em que as laranjeiras estiverem maiores, e já assombrarem a terra, deve levar o estrume e o tremoço, e não se semear.” *Em 28 de Junho de 1862 / Instrucções para Francisco Muniz ...*, UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P11, em *Grimaneza*.

¹²⁷ “Nos quartéis mais expostos [da Quinta nova] devem-se deitar tranches de giestas, mais ou menos chegadas conforme a precisão, para ajudarem a vir os abrigos, e as mesmas laranjeiras. / Em 10 quartéis da quinta devem-se plantar **beterrabas** para o anno que vem, com estrume, mas deve ser em quartéis diferentes dos que a produzirão este anno. / O resto da quinta hade ser outonada c tremoço (50 alqueires) e ser semeada de **milho** com estrume” e, mais à frente: “O chão da quinta velha deve ser semeado de favas”, e nas Almas “Há alguns **pereiros** e **pereiras**

também abrigava o plantio jovem. Também o milho, consociado com os mergulhões, era utilizado por José do Canto como abrigo provisório¹²⁸. Nas quintas mais pobres mantinham-se as culturas consociadas mesmo depois das laranjeiras serem adultas.¹²⁹ Nas outras e, obviamente, nas *quintas de recreio* a consociação, depois de crescidas as laranjeiras, era censurada, não fosse o Jardim das Hespérides assemelhar-se demasiado a uma horta...

*San Miguel é bem conhecido pela bella qualidade d'aquellas [laranjas]. Infelizmente, com a doença das laranjeiras, e baixo preço da fructa exportada, os cultivadores actualmente arrancam as laranjeiras para cultivarem a batata doce, que vendem aos distilladores d'alcool.*¹³⁰

Assim escreve o *touriste* W. R. Kettle que cirandou por S. Miguel entre Novembro e Dezembro de 1886. Apesar das doenças, e das culturas alternativas ensaiadas, a produção e exportação da laranja manter-se-á na Casa de Maria Guilhermina Taveira Brum da Silveira até ao final da década de 80¹³¹. Na contabilidade agrícola do ano rural de 1882-83, José do Canto regista a quinta de S. Gonçalo, as duas da Grimaneza, a das Almas e a de Rabo de Peixe como “arrancadas”¹³². Mas a quinta das Almas replanta-a em metade da área¹³³, e também se continua

cujos ramos estão fazendo mal às laranjeiras, e que se devem aparar”. (bold meu), *Notas sobre os trabalhos das Quintas da Grimaneza*, Ponta Delgada, 28 Junho 1858, assinado por JC, UACSD, FBS-AJC.

¹²⁸ “Para o anno será cultivada de milho, mas não se semeará à roda das laranjeiras.” *Em 28 de Junho de 1862 – Instruções para Francisco Muniz a respeito das Quintas a seu cargo*, UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P11, em *Quintinha nova de S. Gonçalo*.

¹²⁹ Cf. Peter Wallace, *ob.cit.*, p. 249.

¹³⁰ “Noticia da Ilha de S. Miguel”, por Mr. W. R. Kettle, 1886, trad. no *Arquivo dos Açores*, vol. IX, p. 10, a partir do jornal inglês *The Field, the country's gentlemen's Newspaper*, London, n.º 1:777, de 15 Janeiro 1887, p. 75 e 76.

¹³¹ Segundo JC, em 1881 houve pouca fruta e, por isso, não chegando esmagada pela sobrecarga a Inglaterra, reconheceu-se no preço alcançado a diferença de qualidade (cf. carta LI, de S. Miguel, 2 Abril 1881, p. 178). A 14 de Fevereiro de 1887 vendeu em Londres 91 caixas com Laranja, e 41 caixas com Tangerina no dia seguinte (cf. *Conta de venda da seguinte Laranja e Tangerina q de S Miguel nos consignou o snr José do Canto pelo vapor “George Locket” e que vendemos por sua conta*, Knowles and Foster, Londres, 21 Fevereiro 1887, UACSD, FBS-AJC 215). Dois anos depois o ciclo está no fim: “Dizem-me porê, que **as poucas laranjeiras, que ainda restão**, estão brancas de flor, e que os favaes estão lindissimos.” (bold meu, Carta LXIX, a Pedro Jácome, de S. Miguel, 31 Março 1889, em José do Canto, *ob.cit.*, p. 199).

¹³² Cf. *Prédios situados no Concelho de Ponta Delgada, grangeados pelo seu Proprietário – J.e do Canto –*, no *anno Rural de 1882-1883*, fl. 2, 129 e 147; e, *No Concelho da Ribeira Grande*, fl. 182, UACSD, FBS-AJC.

¹³³ Certidão de medição de 8 alq 195 vs *d'uma propriedade no sitio As Almas freguezia de Rosto de Cão pertencente ao Exmº Sr José do Canto*, com 4 alq 97 vs “replantado de laranjeiras”, por Manuel José Tavares, 27 Novembro 1882, UACSD, FBS-AJC.

a trabalhar nas quintas plantadas para os filhos na Canada de Duarte Borges¹³⁴. As quintas mais novas, isto é, plantadas há menos tempo, são as que continuarão a produzir até mais tarde: da quinta do Caminho Novo e de uma das de S. Gonçalo (que devia ser a *nova*), ainda tira alguns malotes até 1888, e nas quintas de S. Joaquim e do Pico da Pedra, plantadas nos anos sessenta, mantém uma produção razoável, totalizando, no conjunto das quintas no activo, 495 *malotes* de laranja em 1887, 747 em 1888, e mais de 522 em 1889.¹³⁵ Resta saber que preços obtiveram em Londres...

Segundo Fouqué, a *lágrima*, ou *gomose*, uma doença que matava as laranjeiras, foi referenciada em S. Miguel no ano de 1834, atingindo o máximo de intensidade em 1840, ano em que se terão abatido um quarto das laranjeiras da ilha, mas decrescendo em 1842¹³⁶. Só que no ano imediato apareceu nos laranjais do Barão de Fonte Bella e vizinhos¹³⁷ o temível insecto “devorista das laranjeiras”, como foi chamado antes de ser identificado como *Coccus hesperidum*¹³⁸. José do Canto escreve então n’*O Agricultor Michaelense* que a prosperidade micaelense se encontra ameaçada por “uma calamidade imprevista – milhões d’insectos devastadores, que, exaurindo a substancia seivosa das laranjeiras, as mirhão e matão – eis ahi o horisonte negro de que os olhos se não despegão.”¹³⁹ No mês seguinte, reitera “a inabalável convicção de que uma crise na prosperidade Michaelense está eminente”¹⁴⁰. Mas em 1854, já com mais de uma década de praga consociada da *lágrima* e do *insecto cochonilha* nos

¹³⁴ *Feria na semana finda do Exm.º Snr José do Canto na quinta da Canada de Duarte Borges na de ssima cavar terra e arencar humas laranjeiras, e plantar uns tocos e a acarretar terra para hum quartel mais fraco*, 9 Fevereiro 1884, UACSD, FBS-AJC; e outras ferias com *campinar, podar os abrigos, e apanha da laranja* em 1885, 1886 e 1887, UACSD, FBS-AJC.

¹³⁵ Cf. *N.º 7 Conta da Cultura e Productos de diferentes Pomares de lorangeiras pertencentes ao Casal da fallecida D. Maria Guilhermina Taveira Brum da Silveira desde o dia do seu óbito até 19 d’Abril de 1890*, UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P13.

¹³⁶ M. F. Fouqué, *ob.cit.*, p. 8.

¹³⁷ Cf. *O Agricultor Michaelense*, n.º 3, Dezembro 20, 1843, artigo com o número de entrada 33 que transcreve acta da Sessão de 23 de Dezembro corrente.

¹³⁸ Fouqué identifica-o como *Aspidiotus conchiformis*, cf. *ob.cit.*, p. 9.

¹³⁹ *O Agricultor Michaelense*, n.º 4, Janeiro 20, 1844, p. 55.

¹⁴⁰ *Idem*, n.º 5, Fevereiro 20, 1844, p. 68. Neste artigo intitulado “*Coccus hesperidum* (Cochonilha das Lorangeiras)” JC prognosticava sem retórica a “destruição de todas as Lorangeiras que vegetão em nossa bella Pátria”.

pomares, e sem antídotos capazes de a extinguir, José do Canto escolheu ainda a cultura da laranja como garantia de rendimento para cada filho:

[...] *Pertendi, no mesmo tempo e ocasião, afforar a cada um de meus filhos, uma pouca de terra p.^a Quinta em Rosto de Cão, uns pastos no Pico da Pedra p.^a o mesmo fim, e uma porção de matto na lagoinha da Lagoa do Congro, p.^a matta.*¹⁴¹ (bold meu).

Com a exportação da laranja a atingir o auge em 1859-1860¹⁴², poderá pensar-se que os artigos escritos em 1844 por José do Canto n’*O Agricultor Michaelense* foram alarmistas, tendo, por certo, a finalidade de convocar esforços para circunscrever a calamidade. No entanto, segundo o testemunho de Fouqué, houve mesmo *un moment [où l’]on put crainde la destruction de toutes les plantations*¹⁴³, e embora as decorrentes tentativas de extinção da praga tivessem fracassado, a ameaça teria estabilizado¹⁴⁴. Também Morelet registara que a segunda praga não teria tido consequências tão graves como a precedente – a da *lágrima*, e que, em 1857, *tout annonce d’ailleurs qu’elle est a son déclin*¹⁴⁵. O susto foi grande e, por isso, não cessaram as medidas preventivas: nos mapas de férias de 1869 e durante a década de setenta, em que a produção começa a

¹⁴¹ Carta de Paris, 4 Janeiro 1866, a António Bernardes d’Abreu Lima, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 112. As matas forneceria a madeira para a caixaria em que se acomodava a laranja para exportação, e que de outra forma seria importada do Continente. Estes terrenos foram arrendados em 1854, mas em 1856 ainda não estavam plantados, e só terão sido murados em 1861 (cf. Medição de João de Frias, 5 de Abril de 1861, UACSD, FBS-JC) e plantados de laranja em 1862 (cf. *Em 28 de Junho de 1862 / Instruções para Francisco Muniz a respeito das Quintas a seu cargo*, UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P11). Em 1875 aquelas quintas, ditas da Canada de Duarte Borges, só na parte pertencente ao filho António deram 52 caixas grandes de laranja, cf. Carta de JC ao filho António, S. Miguel, 20 Fevereiro 1875, transcrita em Fernando Aires de Medeiros Sousa, ob.cit., p. 329. Segundo o mesmo autor (idem, p. 332), cada *caixa grande* continha 900 laranjas.

¹⁴² Cf. Sacuntala de Miranda, ob.cit., p. 58.

¹⁴³ M. F. Fouqué, ob.cit., p. 9.

¹⁴⁴ “[...] heureusement au bout de quelques années le fléau s’arrêta de lui-même. L’insecte [que Fouqué identifica como *aspidiotes conchiformis*], issu des chaudes régions du Brésil, ne put résister aux hivers des Açores, quelques modérés qu’ils fussent; aujourd’hui il a presque entièrement disparu. Les pertes qu’il a causées sont bien moins importantes que celles qui sont dues à la *lágrima*.”, idem. O relatório de 1859 do Governador Civil de Ponta Delgada alegava que, embora o insecto persistisse nos laranjais micalenses, já não tinha “aquelle devastador character que por tantos annos os desvastou”, *Relatório do Governo Civil do districto Administrativo de Ponta Delgada para o anno de 1859*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, p. 12, cit. por Fátima Sequeira Dias, ob.cit., p. 236.

¹⁴⁵ Arthur Morelet, ob.cit., p. 109.

declinar, nas quintas administradas por José do Canto encontrei com frequência o registo de jornais de *tirar a lágrima*¹⁴⁶ e ainda de *caiar laranjeiras*¹⁴⁷.

Em 1874, o *Jornal de Horticultura Prática* noticia que se enviaram laranjeiras doentes a Descaines, director do Jardin des Plantes em Paris, por intermédio do jardineiro alemão Edmond Goeze¹⁴⁸, então a trabalhar em Lisboa, e amigo de José do Canto com quem se corresponde regularmente.

Quando se dá por acabado o ciclo da laranja, atribui-se ao insecto quota parte da responsabilidade, mas terá sido sobretudo a laranja de Valência, que chegava mais depressa e, por isso, com melhor apresentação, ao mercado britânico, a desvalorizar a *St. Michael's orange*. A conjuntura de recessão 'mundial' a partir dos anos 70 também não ajudava, e a baixa cotação obtida na praça londrina já não cobria os direitos de importação, os fretes do transporte em vapor, nem os custos de manutenção do dispositivo paisagístico que eram as quintas¹⁴⁹.

Para além das obras de construção civil, seria sobretudo nas quintas da laranja que José do Canto aplicava os seus conhecimentos de Desenho, ensaiando sobre uma planta do terreno a sua divisão em quartéis e o esquema de plantação das mestras e quintas, como veremos no capítulo dedicado ao Desenho. José do Canto terá desenhado a quinta nova do Pico da Pedra, tal como projectou a quinta do Caminho Novo. Nesta última, os quartéis têm

¹⁴⁶ Por exemplo: *Quinta velha de S Gonçalo em campinar, e tirar lágrima às laranjeiras*, (bold meu), em *Folha dos Jornaes empregados nas Quintas do Exm^o Snr José do Canto na semana finda em 21 de Agosto de 1869*, UACSD, FBS-AJC.

¹⁴⁷ Por exemplo: *Para dar cal nas laranjeiras do jardim - 25 rapazes*, (bold meu), em *Feria para os homens que trabalharam nos serviços do Exm.^o Snr José do Canto*, 16 Setembro 1870, UACSD, FBS-AJC. A cal serviria para 'queimar' qualquer parasita que se desenvolvesse no tronco das laranjeiras, quer fosse insecto, fungo ou musgo: "Se houvesse ocasião de caiar as laranjeiras por causa do musgo, seria muito bom." *Em 28 de Junho de 1862 / Instruções para Francisco Muniz a respeito das Quintas a seu cargo*, UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P11, em *Almas*.

Arlindo Cabral confirma as propriedades fungicidas da cal referindo que a mesma reduz a tendência da *faia azorica* ser atacada por bolores na raiz, cf. ob. cit., p. 78.

¹⁴⁸ Cf. *Jornal de Horticultura Prática*, vol. V, 1874, p. 189. A *Phylloxera* e a *moléstia das laranjeiras*, bem como as respectivas estratégias de combate são notícia recorrente nesta publicação.

¹⁴⁹ Cf. Silvano Augusto Pereira, ob.cit., p. 20-21. Ainda segundo este autor, a exportação manteve-se até 1900, sendo depois as quintas reconvertidas em vinha ou cultura cerealífera, mas retomada a partir dos anos 20 do século XX para o mercado interno ilhéu. José Canavarro de Faria e Maia, ob. cit., p. 104, apesar de identificar seis parasitas que atacam a laranjeira em S. Miguel, mantém que ainda então (1910) se exporta alguma laranja *selecta* para Inglaterra e Madeira.

aproximadamente 25,3 por 17,6 metros entre abrigos¹⁵⁰, o que perfaz uma área de 445 m². Na quinta do filho José do Canto Brum na Canada Duarte Borges, os quartéis são bastante maiores, com cerca de 29 por 35 metros de lado¹⁵¹, ou seja, 1015 m².

Fouqué, escrevendo “quintas” mas muito provavelmente referindo-se aos quartéis, descreve-as como quadrados com 40 a 50m de lado¹⁵², do que resultariam áreas de 1600 a 2500 m². Gabriel d’Almeida, em 1893, atribuiu a área aproximada de 1 alqueire (1393 m²) aos quartéis praticados¹⁵³. Os quartéis daquelas quintas de José do Canto são mais pequenos. Com medidas que andam mais próximas do meio alqueire ou três quartos (c.700 ou 1000 m²) referenciados por Silvano Augusto Pereira¹⁵⁴, as áreas praticadas por José parecem confirmar a tendência para simultaneamente retirar os abrigos individuais do meio das laranjeiras e, em compensação, cerrar mais os quartéis a fim de garantir as colheitas e aumentar a produção.

Já o esquema de marcação em quincôncio de um pomar «à antiga» que este regente agrícola reproduz tem as *mestras* mais cerradas, distantes de 28 a 32 palmos entre si, enquanto José do Canto as distancia de 40 palmos¹⁵⁵. Fouqué conta que se deixavam 15 m, ou seja, 68 palmos de intervalo entre as laranjeiras, mas que, ao tempo que visita a ilha, essa distância reduzira-se para 10 m¹⁵⁶, ou seja, cerca de 45 palmos. Wallace diz as laranjeiras compassadas aos 25 a 30 pés (7,5 a 9 m)¹⁵⁷, o que é confirmado por Wyville que as distancia de 8 a 10

¹⁵⁰ “Cada quartel tem de largo, descontado o espaço ocupado pelos abrigos, 80 palmos, e 115 de comprimento”, *Quinta do Caminho Novo à Grimaneza*, Paris, 22 Janeiro 1860, assinado por JC, UACSD, FBS-AJC. Equivalendo cada palmo a 22 cm, temos exactamente 17,60 m por 25,344 m. V. Des. anexo Q02.

¹⁵¹ *Notas sobre as quintas dos pequenos / a do Josezinho é quadrada*, sépia e grafite sobre papel azul, UACSD, FBS-AJC, Des. anexo Q01, com desenho de quadricula cotada com 642 por 636 palmos dividida em 16 quartéis, o que dá 135 palmos (atribuídos por JC) por 159,75 palmos (calculados por mim) para cada quartel, ou seja, 29,70 por 35,145 m.

¹⁵² M. F. Fouqué, ob.cit., p. 3.

¹⁵³ Cf. Gabriel d’Almeida, *Diccionario Histórico-geographico dos Açores*, Ponta Delgada, Typographia do Diário dos Açores, 1893, p. 25, cit. por Fátima Sequeira Dias, ob. cit., p. 194.

¹⁵⁴ Silvano Augusto Pereira, ob.cit., p. 32. Estas são exactamente as mesmas áreas apontadas em 1963 por João de Medeiros Constância, ob.cit., p. 67.

¹⁵⁵ Cf. *Quinta do Caminho Novo à Grimaneza*, Paris, 22 Janeiro 1860, assinado por JC, UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P14.

¹⁵⁶ Cf. M. F. Fouqué, ob.cit., p. 4.

¹⁵⁷ Cf. Peter Wallace, ob.cit., p. 249.

jardas (equivalentes aos mesmos 7,5 a 9 m)¹⁵⁸. Para o autor do por mim intitulado “Ensaio da cultura da laranja em S. Miguel”, a regra é que, uma vez atingido o *seu maior desenvolvimento*, as laranjeiras *não cheguem nem a fazer sombra umas às outras, nem a tocar-se com os ramos*, sendo a distância resultante a calcular em função da qualidade do solo mas que *quase nunca será de mais*.¹⁵⁹ Tocando-se, as laranjeiras *afuzariam*¹⁶⁰, isto é, cresceriam em altura expondo-se à acção dos ventos. Apesar dos testemunhos alinhavados confluírem para um compasso de 7,5 a 9 m (não esclarecendo, no entanto, se se referiam apenas às mestras), creio que as medidas dos quartéis e dos compassos dentro deles seriam só raramente normalizadas, antes resultando das circunstâncias de cada caso, como propõe o ‘manual’ de André do Canto que, sem indicar qualquer número, faz ainda depender as distâncias entre abrigos do maior ou menor grau de exposição aos ventos¹⁶¹. Assim acontece na *encosta do norte* da quinta das Lombas onde José do Canto *tem as laranjeiras mettidas em quartéis muito apertados, por ser muito exposta*. Ali manda podar as laranjeiras *na coroa, de modo que fiquem sempre baixas*,¹⁶² para não apanharem com os ventos. Com a agressividade local do vento a indicar o grau de densidade dos abrigos, será, depois, a relação entre a área de ocupação destinada às mestras distribuídas em quicôncio e as medidas gerais do terreno a determinar a medida dos quartéis, conforme fica patente no ensaio de divisão por quartéis do *risco* para a quinta do Caminho Novo (Fig. 1.18).

O arruamento central que, segundo os testemunhos da época, atravessava as quintas no sentido longitudinal¹⁶³, embora mencionado na correspondência

¹⁵⁸ Cf. Wyville Thomson, ob.cit., p. 31.

¹⁵⁹ Ensaio manuscrito sobre a cultura da laranja..., UACSD, FBS-AJC, p. 17. Mal os ramos se tocam, logo se actua, como, por exemplo, nas Lombas: “Há alguns pereiros e pereiras cujos ramos estão fazendo mal às laranjeiras, e que se devem aparar”.

¹⁶⁰ “Há muita precisão de abater todas as laranjeiras quintadas que se tocarem, afim de não afuzarem, nem fazerem mal ás laranjeiras mestras.” *Notas sobre os trabalhos das Quintas da Grimaneza*, Ponta Delgada, 28 Junho 1858, assinado por JC, UACSD, FBS-AJC. “Na Tapada nova [da Grimaneza], nos quartéis aonde as arvores começam a beijar-se, é preciso andar de olho vivo, para as abater antes de se despirem umas às outras.” Carta de JC a destinatário não identificado, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 127v.

¹⁶¹ Ensaio manuscrito sobre a cultura da laranja..., UACSD, FBS-AJC, p. 15.

¹⁶² *Em 28 de Junho de 1862 / Instrucções para Francisco Muniz a respeito das Quintas a seu cargo*, UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P11, em *Lombas*.

¹⁶³ “As nossas quintas tem ordinariamente uma rua central em todo o comprimento do prédio, e outras transversaes, conforme as suas dimensões, com uma linha d’abrigos d’um lado, e ás

referente à *quinta nova* do Pico da Pedra, não aparece representado nos desenhos dos quartéis que encontrei (veja-se o capítulo “Desenhar para projectar”), o que me faz crer que José do Canto o encostaria à linha de abrigo central, não sendo lateralizado por abrigos dos dois lados, como era recomendado no texto do seu meio-irmão André.

O Jardim das Hespérides em S. Miguel

*Essa **sensação de arte** que se experimentava nas velhas quintas mais intensa era quando a laranjeira loirejava em fruta nos seus geométricos quartéis.*¹⁶⁴ (bold meu).

Por fim, há que falar das qualidades estéticas, ou “sensação de arte”, da cultura da laranja, que, de facto, não é a mesma coisa que cultivar favas... Em praticamente todos os relatos dos viajantes oitocentistas encontramos uma sensibilidade paisagística de matriz literária que, alongando-se com entusiasmo na descrição do vivo contraste da folhagem verde-escura com o ouro dos frutos¹⁶⁵, reconhece amiúde em S. Miguel um jardim mítico:

*Se acaso existem os jardins das Hespérides, é aqui, decerto, que se encontram.*¹⁶⁶

*Nothing can exceed the rich luxuriant appearance of these Hesperien gardens, during the principal fruit months [...] when the emerald tints of the unripe and golden hue of the mature fruit, mingle their beauties with the thick dark foliage of the trees; [...].*¹⁶⁷

vezes duas.” Read Cabral, “Aformoseamento das quintas”, *O Cultivador*, n.º 28, 15 Abril 1875, p. 770.

¹⁶⁴ Luís Bernardo Leite d’Ataíde, ob. cit., p. 23.

¹⁶⁵ “Como se apresenta belo o fim do inverno! Por toda a parte a vegetação está a florir; os mirtos, as roseiras e os loureiros mostram-se cobertos de flor, em admirável contraste com **o verde escuro das laranjeiras, com seus «pomos de ouro» a reluzir por entre a folhagem.** No meio de tal paisagem sinto-me como que um ser de outro mundo, caído há pouco neste lar distante.” (bold meu), carta de William Hickling Prescott à Irmã, Ponta Delgada, 12 Março 1816, trad. em “Quatro Cartas do Historiador William H. Prescott, contendo impressões da sua visita a S. Miguel em 1815-1816”, por João Anglin, em *Insulana*, vol. VII, 1951, n.ºs 3 e 4, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, p. 225.

¹⁶⁶ Idem, p. 220-221.

¹⁶⁷ Captain Boid, ob.cit., p. 157.

Este ‘reconhecimento’ prestigiante, bem como as *excursões ao campo*¹⁶⁸ introduzidas pela comunidade estrangeira residente, terá participado na formação de uma sensibilidade plástica autóctone relativamente à paisagem. Assim pensa também Luís Bernardo Leite d’Ataíde quando, embora referindo-se ao ajardinamento das quintas, escreveu que aqueles *fructos representativos da grande riqueza do micalense foram ao mesmo tempo um forte estímulo para o culto do belo*¹⁶⁹. De facto, mesmo nos textos de índole mais prática, os próprios micalenses não deixam de invocar as qualidades pitorescas das laranjeiras, mesmo nas quintas *puramente d’interesse*:

*Entre a innumeravel variedade de vegetaes q. forão espalhados pela mão do Creador sobre a superfície da terra, nenhuma podem ser comparadas com a família das **Laranjeiras que reúnem todas as vantagens das mais agradáveis ás das mais úteis**; nobre e regular na sua forma, possuindo uma perpetua verdura em sua folhagem, beleza de cor e de cheiro nas flores, um fructo deliciosam.te saboroso, cuja elegante forma é adornada com a cor do ouro; realm.te todas as partes d’estas encantadoras avores, são destinadas a deleitar a vista, a agradar ao olfacto, e paladar.*¹⁷⁰ (bold meu).

Peter Wallace testemunhou, em 1852: “Quintas are the emporiums of pic-nics; the places of retreat of the citizens in summer. Most of them contain a snug cottage”.¹⁷¹ Mas foram os *mirantes* que ficaram conotados como os signos mais representativos da arquitectura de lazer associada às quintas da laranja.¹⁷² Peter Wallace, no citado texto de 1852, referindo que havia tantas formas e tamanhos de quintas quanto o número de donos, enfatiza o consenso de que cada quinta *must have a high tower and flagstaff*.¹⁷³ Os mirantes mais comuns arrumam a pedra em maciços com a forma de pirâmide escalonada, ou mesmo em zigurate. Distinguem-se dos maroiços precisamente por não se limitarem a amontoar a pedra, arrumando-a sob uma ideia de forma. Não havendo bibliografia

¹⁶⁸ “Duas ou três vezes por semana fazemos **excursões ao campo**, em burros, agradável meio de viajar, e **visitamos as quintas de laranjas**, que estão **agora em floração**.” (bold meu), carta de William Hickling Prescott à Irmã, Ponta Delgada, 12 Março 1816, trad. em “Quatro Cartas do Historiador William H. Prescott...”, p. 225.

¹⁶⁹ Luís Bernardo Leite d’Ataíde, ob. cit., idem.

¹⁷⁰ Ensaio manuscrito [...], UACSD, FBS-AJC, p. 1.

¹⁷¹ Peter Wallace, ob.cit., p. 248.

¹⁷² Cf. Isabel Soares de Albergaria, ob.cit., p. 63. Para as quintas da laranja, veja-se p. 50-64.

¹⁷³ “On one point, however they agree, which is that every quinta must have a high tower and flagstaff, from which flags and pennants wave on every occasion.” Peter Wallace, ob.cit., p. 248.

historiográfica¹⁷⁴, nem levantamentos desenhados sobre estas características construções da Ilha,¹⁷⁵ arriscaria, da observação no terreno, que estes mirantes maciços seriam anteriores à Laranja, resultando da limpeza de pedra dos terrenos, acumulando, alguns, a função de atalaia, podendo a riqueza supletiva da laranja tê-los reconfigurado e adornado. Já as torres de alvenaria, circunscrevendo espaço interior, como a torre-mirante de aberturas ogivais da Canada do Mata-Mulheres, ou a que se localizava a norte da urbanização Oceanos, em Ponta Delgada, serão mirantes fundados pela Laranja já no século XIX. *Pavilhões torreados*, como os designa Isabel Soares de Albergaria¹⁷⁶, que, à semelhança das *casinhas de prazer* da Madeira, têm um programa lúdico de raiz, autónomo da desprega dos terrenos.

Ainda que não fosse dos maiores produtores de laranja, José do Canto tinha as várias *quintas* que vimos antes, e em nenhuma tinha mirantes. No jardim de Santana, o projecto de 1845, de David Mocatta, localizava um templete na rotunda norte da alameda de laranjeiras, que terá sido convertido num mirante.¹⁷⁷ A Casa do pai de José, aos Prestes, foi objecto de remodelação nos anos 50, e, descrevendo as obras em curso, o morgado José Caetano conta aos filhos que picou a “torrinha”¹⁷⁸. Esta torre com merlões¹⁷⁹ que, portanto, já existiria na altura, foi ao tempo de Ernesto do Canto encoberta pelas plantações, passando então a

¹⁷⁴ Carreiro da Costa refere-se-lhes de raspão, cf. *Etnologia dos Açores*, vol. 2, Lagoa, Câmara Municipal da Lagoa, 1991, p. 525.

¹⁷⁵ Apenas Isabel Soares de Albergaria, ob.cit., p. 56-60 e p. 92, lhes dedica a devida atenção, com uma boa amostragem fotográfica. Escassamente abordados pela *Arquitectura Popular dos Açores*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2000, p. 117, tanto estes mirantes como os mirantes-pavilhonares e as calçadas deveriam ser alvo de um levantamento sistematizado antes que a urbanização incessante do território os apague da paisagem.

¹⁷⁶ Idem, p. 56. No levantamento à arquitectura popular açoriana levado a cabo nos anos 1980 e editado em 2000, agrupam-se sob a designação de ‘torres’ quer os pavilhões-mirantes quer outros prismas de cobertura acessível morfológicamente mais próximos dos mirantes maciços, cf. *Arquitectura Popular dos Açores*, ob.cit., p. 111. Carreiro da Costa, ob.cit., p. 734-735, por sua vez, aproxima-os dos torreões das casas solarengas: “Outros tipos de torreões vamos ainda encontrar não propriamente na cidade, mas nos respectivos arredores, em recantos do que resta de velhas quintas de laranjas – torreões que não eram mais do que elegantes pavilhões onde os proprietários se reuniam com as famílias em dias de verão [...], *torreões* que emergiam das cortinas de incenseiro ou dos muros altos que abrigavam os pomares em volta; *torreões* donde igualmente de desfrutavam agradáveis panorâmicas de serra e de mar.”

¹⁷⁷ Cf. Isabel Soares de Albergaria, ob.cit., p. 124.

¹⁷⁸ Cf. “Cartas do Morgado José Caetano a seus filhos Ernesto, Eugénio e Filomeno (1850-1856)”, *Insulana*, vol. XIX, 1.º e 2.º semestre 1963, carta de 14 Fevereiro 1851, p. 23.

¹⁷⁹ V. fotografia da “torrinha” em Isabel Soares de Albergaria, ob.cit., p. 92 e 108.

funcionar como *fabrique* mais do que como mirante. O único mirante de que encontrei registo nos papéis de José do Canto situava-se na casa do Calço da Má Cara, por cima da torre da cisterna.¹⁸⁰ Esta torre aparece representada na perspectiva do projecto de *cottage* para Santana por A. Brice (Fig. 1.26)¹⁸¹. O mirante, que resultaria apenas do acesso à cobertura plana da cisterna, não parecia ter relação formal com os ditos da laranja.

¹⁸⁰ Cf. *Feria de M Bernardes em retelhar, remendar, e reparar o Mirante de St Anna*, 9 Março 1889, UACSD, FBS-AJC 3600.

¹⁸¹ Esta perspectiva integra uma folha com a planta e alçado legendados em inglês do *cottage* projectado pelo arq. francês A. Brice, s.t., s.d., AP-AHR, publicada integralmente em Isabel Soares de Albergaria, ob.cit., fig. 91, p. 118.

Searas

Que campo pintariam Millet ou Courbet se aqui passassem uma temporada na segunda metade do século XIX? Se a miséria dos camponeses era a mesma do Continente, que respigavam eles em S. Miguel? Pondo de parte a laranja, com a sua paisagem quase urbana na densa quadrícula dos muros de pedra e de verde, que culturas desenhavam o território da Ilha entre a vinha na costa e os matos da serra?

Em 1860, o naturalista francês Arthur Morelet aconselha a que, desembarcando-se em Ponta Delgada, se suba ao alto da Mãe de Deus para abarcar a vista em redor da cidade:

*Le regard plane sur les magnifiques jardins qui environnent la cité, et qui se prolongent jusque sur la pente lointaine des montagnes. La verdure des **champs de blé ou de maïs** est variée par celle des orangers, qui projettent çà et là des ombres vigoureuses, ainsi que par des maisonnettes qu'on voit blanchir dans toutes les directions.¹*

Haveria trigo e milho à volta da Cidade, mas não passava da verdura que fazia de fundo ao verde escuro e brilhante das laranjeiras. No meio cultivado da Ilha (na plataforma dos Picos, entre o maciço do Fogo e o das Sete Cidades), o litoral sul da Cidade à Lagoa era da laranja, enquanto as *planícies* da costa norte, entre a Ribeira Grande e Capelas, eram o território do trigo. Assim testemunham em 1875 os marinheiros austríacos da fragata Helgoland:

*Dernière nous, depuis Ponta Delgada, [...] jusqu'à Alagoa, s'étendait un magnifique tapis de verdure : c'étaient les plantations d'orangers. Devant nous se déroulaient la cote, et l'œil pour se reposer ne rencontrait que quelques plaines autour de Ribeira Grande ; elles s'étendaient au loin, et à l'exception de l'agréable Capellas elles étaient couvertes la plupart du temps de **champs de blé uniformes**.² (bold meu).*

¹ Arthur Morelet, *Iles Açores / Notice sur l'Histoire Naturelle des Açores suivie d'une description des Mollusques Terrestres de cet Archipel*, Paris, J.-B. Baillière et Fils, 1860, p. 98.

² Leopold de Jedina, *Voyage de la Frégate Autrichienne Helgoland autour de l'Afrique*, Paris, Maurice Dreyfous Éditeur, 1878, p. 322. O relato austríaco junta o trigo, *cultivé en grande échelle*, com *les bêtes à cornes, les cuirs et la pouzzolane* como as exportações da Ilha a seguir à laranja, o que não correspondia propriamente à realidade.

Como informa Fátima Sequeira Dias, “o comércio de cereais e leguminosas até ao último quartel de Oitocentos concorrenciou fortemente o comércio da laranja”³, o que, considerando a diferença de valor no mercado, se traduz forçosamente por uma área de cultivo de grande presença na paisagem. A meio do século produzia-se expressivamente mais milho do que trigo em toda a Ilha. Para ficarmos nos concelhos de maior produção, em 1850 Ponta Delgada terá arrecadado 1998,5 móios de trigo para 25 998 de milho, enquanto a Ribeira Grande ceifou 1070 móios de trigo para 9050 de milho.⁴

De William Hickling Prescott, em 1815⁵, a Bento Carqueja, em 1894⁶, muitos outros são os visitantes oitocentistas que referem as *searas* micaelenses, particularmente as *cuidadosamente cultivadas* na plataforma do meio da Ilha, pelas quais passam a caminho da Ribeira Grande, mas não lhes especificando os cereais. Todavia é indiscutível que Bento Carqueja viu menos searas de trigo do que William H. Prescott (esquecendo que este esteve provisoriamente cego): o século XIX micaelense irá assistir à progressiva decadência da cultura do trigo, seja na quantidade, seja na qualidade produzidas. Sendo sobretudo cultivado para exportação, o trigo, que em 1835-36 representou 26% das exportações micaelenses, decaiu para 9,9% em 1840-41 e 7,5% em 1874-75.⁷ É em 1874 que a

³ Fátima Sequeira Dias, *Uma estratégia de Sucesso numa Economia Periférica, A Casa Bensáude e os Açores, 1800-1870*, Ponta Delgada, Ribeiro e Caravana Editores, (1996) 1999, p. 183.

⁴ Cf. *Almanack Rural dos Açores para 1851: mandado publicar pela Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense*, Ponta Delgada, Typ. de Manoel Cardoso d'Albergaria e Valle, R. do Garcia, n.º 7, 1850.

⁵ O historiador americano William Hickling Prescott, que chegara à Ilha em Outubro de 1815 e para visitar o seu avô Thomas Hickling, permanecendo até Abril de 1816, descreve pictoricamente a cidade de Ponta Delgada vista do ancoradouro focando a *alvura brilhante dos edifícios, situados no sopé de amplas colinas, de encostas revestidas de searas amarelas* [...]”⁵. (bold meu), Carta de William H. Prescott aos Pais, Rosto de Cão, 13 Novembro 1815, traduzida em “Quatro Cartas do Historiador William H. Prescott, contendo impressões da sua visita a S. Miguel em 1815-1816”, trad. pelo Dr. João Anglin, em *Insulana*, vol. VII, 1951, N.ºs 3 e 4, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, p. 222-223.

⁶ “Longa é a viagem de Ponta Delgada para aqui; mas a estrada ora fende a vertente do oceano, ora atravessa povoações risonhas [...], ora corta vastas **searas** cuidadosamente cultivadas”, (bold meu), Bento Carqueja, *Os Açores, Notas Instantâneas*, Ponta Delgada, Bibliotheca da Autonomia dos Açores, vol. II, 1894, p. 13.

⁷ Cf. Quadro V - Exportação pela Alfandega de Ponta Delgada, em Sacuntala de Miranda, *Ciclo da Laranja e os “gentlemen farmers” da Ilha de S. Miguel, 1780-1880*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1989, p. 49. Para números de outros anos na segunda metade do século XIX, veja-se ainda Quadro 2.1. - Produção de Cereais nos Distritos Açorianos, em Maria Isabel João, *Os Açores no Século XIX / Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Edições Cosmos, 1991, p. 45.

direcção da SPAM discute a necessidade de importar boas sementes para distribuir aos agricultores com o fim de reabilitar o crédito do trigo micaelense nas praças continentais, onde é já considerado “como um dos peores do seu género”.⁸ Em 1876, *O Cultivador* publica o *Relatório da 5.ª Secção da Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense / Sobre a cultura do trigo no districto de Ponta Delgada*⁹. Pouco se extrai de verdadeiramente significativo deste relatório: ficamos a saber do resultado de duas experiências com sementeiras medidas de trigo em 1872 e 75 em dois sítios diferentes na Ilha, da dificuldade em identificar e classificar botanicamente as espécies cultivadas localmente, da prestação melhorada com adubos químicos, da ameaça aos mercados europeus pelos excedentes da produção russa e americana. A seguir ao relatório publica-se no mesmo jornal um inquérito realizado aos lavradores micaelenses sobre esta cultura¹⁰. Mas em 1880 é sobre o milho que discorrem os livros remetidos à SPAM pela sua congénere de Nova Iorque.¹¹ Provavelmente nem se chegou a distribuir as intencionadas sementes, já que em artigo de 1947 sobre a cultura do trigo na Ilha, publicado no boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores, escrevia-se que da SPAM pouca ou mesmo “nenhuma atenção” se vira na cultura do trigo¹². Nessa altura, a meio do século XX, a ubiquidade do milho na paisagem micaelense (e açoriana) faz dele “quase moeda corrente pela qual se aferem as rendas das terras e os salários dos trabalhadores rurais”¹³.

⁸ Acta de Sessão de 28 de Agosto de 1874, em *Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense / Actas da Direcção / 4 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887*, BPARPD-FSPAM.

⁹ *O Cultivador*, 4.º anno, n.º 42, Julho 1876, p. 1169-1178.

¹⁰ “Quesitos e respostas”, em idem, p. 1178-1180. Também para o milho a SPAM fizera um inquérito em 1856 quando, na eminência de uma grave crise de deficit de produção que causou o “pânico geral, e uma alta immediata no preço do genero” se resolve a fazer o levantamento da situação real. Cf. *Relatório da Commissão de Inquerito sobre a Produccção, e Consumo do Milho na Ilha de S. Miguel, 1856*, Sociedade Promotora d’Agricultura Michaelense, Ponta Delgada, Typ. A. das Letras Açorianas, 1857.

¹¹ Cf. Acta de Sessão de 28 de Maio de 1880, em *Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense / Actas da Direcção / 4 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887*, BPARPD-FSPAM.

¹² Cf. Jacinto G. de Vasconcelos Franco, “Evolução da Cultura do Trigo em S. Miguel”, *Boletim da CRCAA*, n.º 5, 1.º semestre 1947, p. 56.

¹³ Arlindo Cabral, “O Milho - pão regional e padrão da renda e do salário, nos Açores”, *Boletim da CRCAA*, n.º 8, 2.º semestre 1948, p. 25.

O trigo, a cultura com que no início do povoamento se criou o mito da fertilidade bíblica do solo açoriano, dando espigas de 40 grãos em terra *nova*¹⁴, vai desaparecer da paisagem micaelense no último terço do século XX, com o milho e as pastagens a tomarem-lhe definitivamente o lugar.¹⁵ Em 1963, João de Medeiros Constância explicava este recuo irrecuperável com as chuvas abundantes que ocorrem precisamente no tempo de maturação do trigo.¹⁶ Mesmo depois da adopção de variedades de ciclo curto, Hernâni Santos refere, em 1988, o “quase completo desaparecimento da cultura do trigo”.¹⁷

A distribuição das culturas de José do Canto acompanha a tendência, mas mantém sempre uma cota de trigo nos seus cerrados da Ribeira Grande e do Porto Formoso. Apesar da inferior qualidade, o trigo micaelense de Oitocentos é um produto agrícola muito dado à especulação nos mercados continentais,¹⁸

¹⁴ Cf. Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Livro IV, vol. II, Ponta Delgada, Tip. do Diário dos Açores, p. 24, cit. por *Os Açores nos sécs. XV e XVI*, vol. I, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1989, p. 288.

¹⁵ Na *Monographia da Freguezia Rural de S. Roque da Ilha de S. Miguel, no Districto de Ponta Delgada*, 1910, p. 16, o autor José Canavarro de Faria e Maia dá por extinta a cultura do trigo “que d’antes affectava na freguesia certa importância”. Já antes, M. Emygdio da Silva, *S. Miguel em 1893, Cousas e Pessoas*, vol. I, Ponta Delgada, Biblioteca da Autonomia dos Açores, 1893, p. 36, notara que o trigo era cultivado “[...] sobretudo nos concelhos da Ribeira Grande e Nordeste.” Raquel Soeiro de Brito, em *São Miguel - a Ilha Verde: Estudo Geográfico (1950-2000)*, Ponta Delgada, 2004, p. 129, figura em mapa da Ilha a produção do trigo em 1950s, concentrando-se então a mesma no litoral entre a Ribeira Grande e Rabo de Peixe e entre St.º António Nordestinho e a Lomba da Fazenda, no Nordeste, confirmando a observação do repórter do *Diário de Notícias*. A geógrafa refere a progressiva substituição do trigo pelas culturas do tabaco, beterraba e chicória, bem como pelas pastagens depois da Segunda Guerra mundial. O arquitecto micaelense João Faria e Maia viu ainda searas de trigo na bacia da Ribeira Grande, na recta dos Fenais da Luz e na encosta sul de Água de Pau a Vila Franca do Campo.

¹⁶ João de Medeiros Constância, *Evolução da paisagem humanizada da Ilha de S. Miguel*, Separata do *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, vol. III, n.º 20, 1963, Coimbra, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, 1963-1964, p. 45. No entanto, no concelho do Nordeste, a cultura do trigo aumentara progressivamente de 270,38 ha para 421,93 ha de área cultivada, entre 1948 e 1956, cf. Albano Salvador Almeida Sousa, *Relatório de Tirocínio*, Escola de Regentes Agrícolas de Évora, 1957, p. 15.

¹⁷ [Hernâni Santos], *Situação Florestal – Estudo Preliminar de um Programa e de uma Política Florestal para a Região e Plano a Médio Prazo 1989-92*, Região Autónoma dos Açores, Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, Direcção Regional dos Recursos Florestais, Setembro 1988, p. 111.

¹⁸ “Sem duvida que o Trigo é inferior, motivo porque em Lisboa não é procurado: a colheita do Milho é abundante, como há annos não houve, corre a 280-300 [réis]; agora queixão-se que não tem preço que anime!” Carta de António Bernardes d’Abreu Lima a JC, N.º 10, de S. Miguel, 7 Novembro 1859, UACSD, FBS-AJC 17823.

jogando ainda o morgado, à semelhança dos outros exportadores¹⁹, com a alta de preços provocada pelos maus anos agrícolas nas Ilhas Britânicas.

Embora fundamental para a procura interna, o preço do milho também não deixava de especular com a conjuntura externa²⁰, afectando directamente as populações locais que tinham neste cereal a base da sua alimentação. A fome pode contagiar-se à distância: um correspondente de José do Canto diz-lhe que quando não há batata na Irlanda, o preço do milho em Inglaterra sobe,²¹ e com a cotação em alta os granéis tendem a esvaziar-se sem guardar grão para consumo interno.²²

Apesar do preço do milho ser cotado bastante abaixo do trigo (chegando, nos anos 80, a valer apenas metade do trigo²³), e de acordo com todos os documentos a que acedi, José do Canto cultivava sempre mais área do primeiro. O que não deixa de surpreender quando em 1857 se queixava de haver anos em que não tem trigo suficiente da produção própria e das rendas que recebe neste género para pagar as suas pensões e para o consumo da sua casa.²⁴ Os números e este comentário levam-me a pensar que o morgado, depois de nos

¹⁹ Veja-se, a título de exemplo, na Carta de Nicolau Maria Raposo d'Amaral, S. Miguel, 13 Dezembro 1845, para João Filipe da Fonseca, Lisboa, *Copiador N.º 3*, 4 Abril 1839 – 30 Março 1846, UACSD-ARA: “[...] Rogo a VS^a de transmitir-me o preço dos cereaes, para meu governo; porque a precisão em que se acha Inglaterra, e Irlanda deixa pensar que haverá alta nestes géneros.” Por carta de 30 de Março de 1846 ao mesmo destinatário sabemos que enviou “trez cargas de milho” amarelo para Inglaterra. Ou ainda António Machado da Silva aconselhando Nicolau Maria a não vender pelo preço que oferecem, porque “he de presumir que o trigo augmente de preço, attenta a escassez da colheita, o embarque que já deste género se tem feito, e a falta que do mesmo houve em Portugal.” Carta endereçada a Nicolau Maria Raposo d'Amaral, Collegio, 22 Setembro 1858, UACSD-ARA 17250.

²⁰ “Em 24 de Novembro escrevi a V.S.^a, e agora pelo balancete dos géneros d'aquelle mez, verá V.S.^a o milho que produzio cada um dos terrenos; espera se que o Milho tenha algum preço favorável, porque há falta d'elle na Madeira, em consequência de não entrar milho da Barabaria pela guerra da Hespanha com Marrocos, e também em Lisboa haver alguma precisão, em elle chegando a 400R. tenciono vender o branco por não poder esperar.” Carta de António Bernardes d'Abreu Lima a JC, N.º12, S. Miguel, 5 Dezembro 1859, UACSD, FBS-AJC 17825.

²¹ Carta de Silvano Francisco Luiz Pereira a JC, 1854, UACSD, FBS-AJC.

²² O difícil equilíbrio entre a produção, o consumo interno e a exportação dos cereais está na base de pânico precipitados, crises de facto, e conflitos cíclicos ao longo de toda a história da Ilha.

²³ Cotações de JC – 1853: 300 réis o alqueire de milho, para 500 rs/alq de trigo (cf. *Renda [recebida] na Ilha de S. Miguel no Anno que vai de Abril de 1853 – a Abril de 1854*); 1857: milho a 400 rs/alq, trigo a 600 rs/alq (cf. Instruções de JC a António Bernardes d'Abreu Lima, Ponta Delgada, 22 Agosto 1857, UACSD, FBS-AJC, Anexo P03); 1880s: milho a 400 rs/alq, trigo a 800 rs/alq (cf. *Produtos das Culturas do Porto Formoso em 1883*, apontamento manuscrito, UACSD, FBS-AJC).

O Agricultor Michaelense, n.º 9, Junho 20, 1844, p. 133-135, publicou o valor do “móio de trigo” de 1513 a 1843, referindo as fontes.

²⁴ Instruções de JC a António Bernardes d'Abreu Lima, Ponta Delgada, 22 Agosto 1857, UACSD, FBS-AJC, Anexo P03.

anos 60 vender as terras da Terceira, cultivava trigo em S. Miguel apenas para satisfazer as pensões a que estaria obrigado pelos vínculos e para o pão que gastava em sua casa. Pois é de trigo o pão dos ricos.²⁵

No entanto escreve em 1875 dos trigos do Porto Formoso que o *gabão muito*.²⁶ Talvez por isso Fernando Aires afirme que José do Canto se dedicava sobretudo à exportação de cereais embora não tivesse ficado alheio aos lucros da laranja.²⁷ Vejo-o, todavia, muito mais ocupado com as quintas do que com as searas. Nestas percebe-se a preocupação com o afolhamento, de modo a não esgotar a terra²⁸, mas, para além do semeador Hornsby e da compra, muito tardia, em Londres, de amostras de trigo inglês e australiano²⁹, pouco mais encontrei que denotasse investimento na melhoria da produção. Se as obrigações de trigo que trazia vinculadas acabaram com a lei de 63, restava-lhe o consumo próprio e então, como ele próprio explica numa carta de encomenda de uma debulhadora, em 1887, cultivaria apenas o trigo indispensável para a rotação das culturas³⁰. Ou seja, a divisão em cerrados da paisagem agrícola de José do Canto era também resultado da moderna prática do afolhamento.

²⁵ Joaquim Romero de Magalhães, "O cultivo da terra", em José Mattoso, *História de Portugal*, vol.3, "No Alvorecer da Modernidade", Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p. 256.

²⁶ Carta de S. Miguel, 3 Maio 1875, de JC ao filho António, transcrita por Fernando Aires de Medeiros Sousa, *José do Canto, Subsídios para a História Micaelense (1820-1898)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982, p. 336.

²⁷ Idem, p. 122.

²⁸ Em texto de Tiago Bujault, "Prados Artificiais" traduzido n'O *Agricultor Michaelense*, n.º 12, Setembro 20, 1844, p. 157, pode ler-se: "A terra cança, e estereliza-se produzindo sempre a mesma novidade. Alternai as culturas!" Se já se sabia desde Frutuoso que a terra ia diminuindo de produtividade, a partir de certa altura de Oitocentos toma-se conhecimento de que, exceptuando o milho, são os cereais e o trigo em particular que *cansam a terra*, exigindo por isso a rotação das culturas. Cf. Maria Carlos Radich, *Agronomia no Portugal Oitocentista. Uma discreta desordem*, Oeiras, Celta Editores, 1996, p. 44. JC não deixa no triénio de um arrendamento que se plantem cereais num mesmo cerrado por mais de um ano. O trigo semeia-se então no sistema de afolhamento, para não esgotar o solo.

²⁹ Compra de "1 sacco cont.^{do} 2 Bushels de trigo de Inglaterra "Common Ruit" [...] / 1 Sacco cont.^{do} 2 Bushels de trigo de Austrália [...]", para além de uma centena de roseiras, em Factura de Knowles & Foster, Londres, 15 Dezembro 1894, UACSD, FBS-AJC 195.

³⁰ "La principale culture de ce pays est le mais, et je ne cultive que le blé indispensable pour la rotation des cultures. Ma récolte de blé n'est donc que de 500 a 600 hectolitres, en divers endroits, et il ne vaut pas la peine d'avoir une batteuse à vapeur pour si peu de chose." Carta de *St Michael's*, le 10th March, 1884, de JC para *Messieurs Ransomes, Head & Jeffreys*, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9269, fl. 295-296.

O milho³¹ cultivava-o em todo a lado: logo acima do mar, no promontório do Monte do Porto Formoso, até nas alturas das matas³². E em várias situações: consociado com as batatas³³, por entre as laranjeiras enquanto jovens servindo-lhes de abrigo complementar³⁴, ou em rotação com os pastos³⁵.

Com os mercados interno e externo garantidos, também José do Canto se foi reconvertendo ao milho, não desistindo contudo de investir na qualidade e na diversificação das espécies, para benefício da sua Casa e, como sempre, a bem da Casa comum que era a Ilha: “Pelo Exmo José do Canto foram offerecidas 9 variedades de milhos vindas da América, 50 massarocas de cada uma” para vender em leilão, lê-se na acta da sessão do 1.º de Dezembro de 1881 da Direcção da SPAM.³⁶

³¹ Para a descrição das práticas culturais tradicionais do milho em S. Miguel, o melhor texto, consociando observação antropológica e conhecimento agrológico, é o de Silvano Augusto Pereira, “Breve Notícia sobre a Cultura do Milho na Ilha de S. Miguel”, *Boletim da CRCAA*, n.º 3, 1.º semestre 1946, p. 9-28.

³² Cf. *Dia 26 de maio de 1876 / Folha Desta Semana Com serviço de Vo.ª Exª nas matas / Da Ribeira grande*, UACSD, FBS-AJC; *6 de outubro de 1876 / Folha Desta Semana no Çerviço de Vo.ª Exª na Ribeira grande*, UACSD, FBS-AJC, e *Ferías de Mattas de Candelária a cargo de Jacintho de Mello 1885*, (sublinhado no original), UACSD, FBS-AJC, e folha de férias de 8 Novembro 1887, UACSD, FBS-AJC 6317.

³³ Cf. Carta de João Carreiro, 5 Junho 1897, UACSD, FBS-AJC 604, em que refere o plantio de milho nos campos da batata.

³⁴ “Grimaneza / A tapada deve levar para o anno tremoço e estrume como os mais annos, e ser semeada de milho; mas nos quartéis em que as laranjeiras estiverem maiores, e já assombrarem a terra, deve levar o estrume e o tremoço, e não se semear. / [...] / Quintinha nova de S. Gonçalo / [...] Quando se apanhar o milho, devem tirar-se os tanhos as laranjeiras porque a giesta já abriga. / A giesta e abrigos serão tosquiados n’este mesmo tempo, assim como serão quebrados os sêcos. / Para o anno será cultivada de milho, mas não se semeará à roda das laranjeiras.” *Em 28 de Junho de 1862 / Instrucções para Francisco Muniz a respeito das Quintas a seu cargo*, UACSD, FBS-AJC.

Já em 1855, pelas Férias de Francisco Moniz na Grimaneza, se vê que se plantava milho por entre as laranjeiras novas, ou alternava-se com a beterraba, em 1858: “[...] Em 10 quartéis da quinta devem-se plantar beterrabas para o anno que vem, com estrume, mas deve ser em quartéis diferentes dos que a produzirão este anno. / O resto da quinta hade ser outonada com tremoço (50 alqueires) e ser semeada de milho com estrume”, *Notas sobre os trabalhos das Quintas da Grimaneza - Quinta nova - (tapada)*, UACSD, FBS-AJC.

³⁵ Para o ano agrícola de 1885-86, JC planeia semear 4 ½ alqueires de milho nos Calços da Pintona, à Água Nova, cf. *Ponta Delgada: distribuição de Culturas para 1885-1886*, UACSD, FBS-AJC. Ainda para o mesmo ano, planeia semear 36 alq 177 vs de milho e 26 alq 85 vs de trigo nos pastos do Rocio, cf. *Rocio -1885-1886 – Distribuição de Culturas*, UACSD, FBS-AJC. Arlindo Cabral em *Sebes vivas ou abrigos, nos Açores - subsídios para seu estudo* no CRCAA, n.º 17, 1.º semestre 1953, p. 63, refere a prática da sementeira em linhas alternadas de tremoço (protectora) e batata (protegida do vento pela anterior), ou de milho (protectora) e batata (protegida).

³⁶ Acta de Sessão de 1 Dezembro 1881, em *Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense / Actas da Direcção / 4 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887*, BPARPD-FSPAM.

Há toda uma economia agrícola satélite à cultura do milho que também era praticada na casa agrícola de José do Canto: para além da farinha para o pão³⁷, o grão alimentava as aves de capoeira e era parte da ração do gado, que, por sua vez, apascentava o restolho no fim da colheita; a folha em *gavela* e os *milheiros*³⁸ eram a forragem de base dos gados; nos currais, os restos de folha e milheiros serviam ainda camada de base para o estrume³⁹; vendiam-se os *carrilhos*⁴⁰, embrulhava-se a laranja no *folhelho*, faziam-se colchões com a folha. Esta economia produzia objectos específicos na paisagem da Ilha, como eram os *cafuões*, os *seccadouros* e os *palheiros*. Os *cafuões* consistiam em armações de duas águas sobre montantes em madeira, rápidas de montar⁴¹, onde se pendurava o milho inteiro (caule, folha e maçaroca)⁴². Nos secadores, mais raros de encontrar⁴³, que eram construções em pedra e cobertura de telha sobre

³⁷ Em S. Miguel, homens e animais alimentavam-se a milho: “o cultivador, ao semear dois ou três alqueires deste cereal, tem quási a certeza de colher o pão necessário para o sustento da sua gente e do seu gado [...]”, Silvano Augusto Pereira, ob.cit., p. 9.

³⁸ *Gavela*, s. f., *Mancho de palha de milho seca que serve de para alimentação do gado cavalari e muar*. Carreiro da Costa, “Terminologia Agrícola Michelense”, *Boletim da CRCAA*, n.º 5, 1.º semestre 1947, p. 103. Acresce, para a altura, o numeroso gado asinino. *Mancho*, condensação de ‘mão cheia’, significa molho ou feixe. *Milheiro*, s. m. *Caule do milho que quando verde serve para alimentação de animais e quando seco para cama dos mesmos*. Idem, ob.cit., n.º 6, 2.º semestre 1947, p. 95.

³⁹ Os milheiros eram estendidos nos currais para servirem de ‘cama’ aos animais: “Tirar estrume das arribanas [currais cobertos do gado bovino] e curraes dos porcos, conduzil’o para a estrumeira e estender milheiros no curral”, em *Lavoura do Porto Formoso / Extracto das Contas de Despesa*, 9 Janeiro 1885, UACSD, FBS-AJC. Podia-se estrumar e outonar simultaneamente: “Misturei hoje o tremoço com o estrume que estava bem bom; os milheiros já estavam todos desfeitos.” Carta de Francisco Tavares a JC, Porto Formoso, 1 Abril 1881, UACSD, FBS-AJC.

⁴⁰ Cf. *Receita extraordinária do anno de 1887 - Productos Agrícolas / Mez de Setembro / Ribeira Grande*, UACSD, FBS-AJC.

⁴¹ João Carreiro assim o dá a entender quando relata onde foi buscar a madeira para armar um *cafuão* nos pastos da Lagoa do Congro: “Os 2 alqueires dos arrieiros [Arieiros] está muito ruim como já disse, e a que cavamos o anno passado no pico da boa noite está bem mança e pouca monda. Lá tenho tudo pronto para o *cafuão*, o que bem se precisa, que o vou fazer nos 1.ºs dias da semana. Fui a madeira na matinha aonde nos falhar-mos, e custou arranjar; porque as madeiras estão grossas com madeira de chaprão.” Carta de João Carreiro a JC, Porto Formoso, 22 Julho 1893, BPARPD, JC/CORR. Cx. 7/664. Ou em “Ajuntar folha, e recolhel’a, e arranjar um *Caffuão* p. o Milho”, nas Férias de Francisco Moniz da semana de 6 de Outubro de 1855, na Quinta Nova da Grimaneza, UACSD, FBS-AJC.

⁴² *Cafuão*, s.m. *Tulha grande de madeira, para guarda de milho encamisado*, Carreiro da Costa, “Terminologia...”, *Boletim da CRCAA*, n.º 4, 2.º Semestre 1946, Ponta Delgada, p. 94. Ver, pelo mesmo autor, “O «Cafuão» de milho”, *Boletim da CRCAA*, n.º 2, 2.º Semestre 1945, Ponta Delgada, p. 87.

⁴³ Cf. Silvano Augusto Pereira, ob.cit., p. 25.

armação de madeira (semelhantes aos espigueiros minhotos), secava-se somente a palha que se armazenaria nos palheiros.⁴⁴

As férias de Manoel Furtado em ceifar trigo em 1846 foram a primeira referência que encontrei relativa a esta cultura na casa de José do Canto sem, no entanto, referir o local.⁴⁵ Algo surpreendentemente, constatei que se cultivou trigo nas chãs do prédio das **Furnas**, mas depois da venda da colheita de 1854 da Ribeira do Rosal⁴⁶, então arrendada a Gonçalo de Ataíde, só encontrei uma referência tresmalhada a este cereal por aquelas paragens em 1886⁴⁷.

Nas alturas desabrigadas da **Lagoa do Congro**, José do Canto semeava trigo nas roças novas da década de 50⁴⁸. Com o restolho a servir para pasto, as sementeiras de trigo alternavam com as de erva de pastagem⁴⁹. Experimentou também o milho⁵⁰. Aliás, em carta a José Jácome, o primo cúmplice das lides agrícolas, questiona: “O que estou curioso de saber é se algum grão semeado nas terras de cima, e que tenha vindo mais devagar se comporta do mesmo

⁴⁴ Na arquitectura da produção levantada em S. Miguel no âmbito do inquérito à *Arquitectura Popular dos Açores*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2000, p. 171-181, encontram-se ainda registadas outras construções relacionadas com a cultura do milho.

⁴⁵ Cf. *1846-52 Férias de Manoel Furtado*, 12 Setembro 1846, UACSD, FBS-AJC.

⁴⁶ “Ribeira do Rosal / Trigo vendido da colheita de 1854”, Livro com as folhas numeradas e intitulado no verso da folha de rosto *Despezas meudas de Caza na Ilha do Faial desde o 1.º de 8bro. de 1845 em diante. José do Canto* [assinatura], UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P01, fl. 61.

⁴⁷ “Cavar terra para semear trigo nas Furnas, conduzir vacas á cidade”, Folha das *Férias de Despezas não pertencentes á Lavoura do Porto Formoso a cargo de João Carreiro*, 1886, UACSD, FBS-AJC.

⁴⁸ Em Carta para António Bernardes (d'Abreu Lima), da Lagoa do Congro, 1 Setembro 1857, em que Tozé de Medeiros dá conta das despesas com o trigo. Em 1859, numa Carta de António Bernardes d'Abreu Lima a JC, S. Miguel, 3 Agosto 1859, UACSD, FBS-AJC 17821, lê-se: “A erva de pasto nasceu bem na Lagoa do Congro, o trigo criou bem, mas alforrou, é para dar pouco, [...]”.. Nos apontamentos UACSD, FBS-AJC 6734, Doc. anexo F09, que datarão de c.1856, JC escrevera “precisa fazer-se uma eira – p.^a o trigo das roças”.

⁴⁹ “– ficão 105 alqueires de roças novas de pasto – para substituir os velhos – devo mandar semear de pasto para 24 alqueires de trigo, para se semear depois do trigo gradado –”, apontamentos por JC, UACSD, FBS-AJC 6734, Doc. anexo F09.

⁵⁰ “As roças que estão para se fazerem de milho este anno, ficarão sem cultura ate ao anno que vem, em que serão semeadas de trigo. / A terra, que se virou há dous annos, é que se hade cultivar este anno de milho com o estrume que está no curral; mas é preciso notar que é somente a terra que se virou há dous annos, e não a do anno passado.” - *29 de Março de 1859 - / Notas a respeito da Lagoa do Congro*, UACSD, FBS-AJC. Esta foi a única referência que encontrei ao cultivo do milho nestas terras. Quatro anos antes, escreve-lhe um empregado dali “Tenha V.S a bondade de mandar 2 alqueires de milho p.^a a aves”, folha de férias *Alagoa do Congro – 15 10^{bro} 1855*, UACSD, FBS-AJC 13309.

modo, que o da beira mar.”⁵¹ Mas a “muita chuva e a ventaneira”⁵² que àquela cota castigam a ilha terão inibido resultados satisfatórios, pois que na década de 70 e seguintes só encontrei números para o trigo nos prédios da Ribeira Grande e Porto Formoso.

Nos prédios ditos *da Cidade*, com milho cultivado sempre e em todo o lado, não encontrei referências à cultura do trigo, à excepção do Rocio, onde ainda se semeiam dois cerrados que somam 26 alq 85 vs no ano rural de 1885-86. Poderão também ter sido cultivadas de trigo as roças da Água Nova.⁵³

Desde 1845, e para todas as décadas, encontrei registo da cultura do milho na **Grimaneza**, a maior parte das vezes nos quartéis, por entre as laranjeiras⁵⁴. Pelas férias de Francisco Moniz, pode seguir-se o ciclo da produção do milho ao longo de um ano, desde a sementeira com estrume em Abril, re-semeiar em Maio, as sucessivas sachas até Agosto, a debulha, a secagem do milho no *cafuão*, ao transporte do grão para o granel, na Cidade, em Outubro.

Na **Grotinha**, em 1875, enquanto se constrói a granja, *granjeia-se* o milho.⁵⁵ Para 1885-85, José pretende plantar de milho 25 alq 75 vs *abaixo do Seccadouro* e 20 alq *abaixo da Luzerna*.⁵⁶ Jacintho Pacheco d’Almeida dá conta dos trabalhos do milho em Julho de 1893.⁵⁷

⁵¹ Carta XXV, de Paris, 13 Agosto 1863, para José Jacome, transcrita em José do Canto, *Cartas Particulares a José Jácome Corrêa e Conde de Jácome Corrêa*, 1841 a 1893, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1999, p. 90.

⁵² “José de Medeiros não ceifou o Trigo por não ter enchido o grão e ter alforrado por cauza de muita chuva e ventaneira, q. se ia gastar dinheiro inutilmente, o milho tambem está da mesma maneira, que pouco dará.” Carta de António Bernardes d’Abreu Lima a JC, N.º 9, S. Miguel, 30 Setembro 1859, UACSD, FBS-AJC 17822.

⁵³ O plano inicial de arrendamento daquelas roças previa uma rotação anual de quatro folhas de 10 alqueires cada, alternando o trigo, milho, *tremoço velho* e *tremoço para pasto*. Cf. *Logares da Ilha aonde possuímos terrenos arrendados ou cultivados p. nos*. [c.1856], em *Despezas meudas de Caza na Ilha do Faial desde o 1.º de 8bro. de 1845 em diante*. José do Canto [assinatura], UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P01, p. 51v.

⁵⁴ “[...] e o resto das laranjeiras hãode ser abrigadas ou com tanhos de canas, ou com **milheiros**.” (bold meu), *Em 28 de Junho de 1862 / Instrucções p Francisco Muniz a respeito das Quintas a seu cargo*, UACSD, FBS-AJC. Prestado este serviço, os milheiros, ou caules do milho, eram utilizados para estrume, cf. Férias de Francisco Moniz, Quinta Nova da Grimaneza, 10 Novembro 1855, UACSD, FBS-AJC.

⁵⁵ Cf. *Feria dos homens que servem nas quintas na semana de 12 jun 1875*, UACSD, FBS-AJC.

⁵⁶ Cf. *Ponta Delgada: distribuição de Culturas para 1885-1886*, UACSD, FBS-AJC.

⁵⁷ Ver BPARPD, JC/CORR. Cx. 7/684 e 691.

Nas folhas de férias do **Pico da Pedra**, consta a lavoura do trigo em 1869 e do milho nesse mesmo ano e em 1872.⁵⁸

Na lavoura da **Ribeira Grande**, as folhas de férias e os apontamentos com a distribuição das culturas confirmam a tendência geral na Ilha para entregar mais terra ao milho do que ao trigo, atingindo ali, por vezes, o dobro de área de milho para a de trigo⁵⁹.

No **Porto Formoso**, que Francisco Borges da Silva relatava em 1813 como *fertilissimo em trigo*⁶⁰, no ano rural de 1870-71 a granja de José do Canto rendeu 38 ms e 3 alq de trigo, e no ano seguinte, 36 ms 137 ½ alq.⁶¹ No Verão de 1874, embarca o trigo pelo *calhau* do Porto Formoso em barcos para a Cidade.⁶² Em 75 mostra-se orgulhoso daquelas searas⁶³. O preço atribuído pela Câmara Municipal de Ponta Delgada ao alqueire de trigo em 1883 foi de \$696 rs, e em 1887 de \$640 rs⁶⁴, valores bastante inferiores aos calculados ou obtidos por José do Canto, que regista \$800 rs/alq em 83⁶⁵ e que obtém \$807 rs/alq em 87⁶⁶, o que poderá significar a melhor qualidade do seu trigo. Apesar disso, e da cotação do trigo ser em regra o dobro da do milho, cultivava sempre mais deste, de

⁵⁸ Cf. *Ferías de João Soares*, 10 Julho 1869, UACSD, FBS-AJC, e *Feria de 20 de Abril de 1872 no Pico da Pedra*, UACSD, FBS-AJC 216.

⁵⁹ Na Ribeira Grande, nos anos rurais de 1892-93 e 93-94, a área de milho a cultivar é, respectivamente, de 298 alq 94½ vs e de 291 alq 198 vs para, nos mesmos anos, uma área de trigo, respectivamente, de 128 alq 176½ vs e de 110 alq 68 vs, cf. *Distribuição das Culturas, na Lavoura da Ribeira Grande, a cargo de Francisco de Mello*, UACSD, FBS-AJC.

⁶⁰ Cf. *Topographia particular, e segunda parte da descrição Phisica, Civil, Politica, e Historica da Estatística geral e particular da Ilha de S. Miguel (Pelo engenheiro Francisco Borges da Silva)*, em *Variedades Açorianas*, série manuscrita, tomo 10, fl. 92v.

⁶¹ Cf. *Quadro da produção de trigo no Porto Formoso na colheita de 1870 a 1871*, UACSD, FBS-AJC, e *idem*, para a colheita de 1871 a 1872. O alqueire como unidade de medida de volume equivale a 16 litros. Cf. Jacinto G. de Vasconcelos Franco, "Evolução da Cultura do Trigo em S. Miguel", *Boletim da CRCAA*, n.º 5, 1.º semestre 1947, p. 57.

⁶² "Acarretar trigo para o Calhau – 1 [jornal] de 160 [réis] / A um carro de fóra por 6 moios – 400 / Acompanhar o barco para a Cid.e e medir trigo – 2 de 160", *Lavoura do Porto, em 15 d' Agosto de 1874*, UACSD, FBS-AJC.

⁶³ Cf. Carta de S. Miguel, 3 Maio 1875, de JC ao filho António, transcrita por Fernando Aires de Medeiros Sousa, *ob.cit.*, p. 336.

⁶⁴ Cf. Jacinto G. de Vasconcelos Franco, *ob.cit.*, p. 57.

⁶⁵ Em 1883 obteve 121 ms e 30 alq de milho, para 13 ms 25 ¼ alq de trigo, com o milho cotado a 400 réis o alqueire, e o trigo a 800 rs/alq. Cf. *Produtos das Culturas do Porto Formoso em 1883*, apontamento manuscrito, UACSD, FBS-AJC.

⁶⁶ Em 1887 esta granja produziu 7590 alq (126 ms 30 alq) de milho que renderam 3.254\$595 rs, e 602 ¾ alq 6 br (10 ms 2 alq 156 br) de trigo que deram 486\$800 rs. Cf. *Conta de cultura de uma Granja no logar do Porto Formoso, que o casal da falecida D. Maria Guilhermina Taveira Brum do Canto continuou depois do seu obito, nos mêzes de Julho a Outubro inclusive de 1887, e nos seguintes annos agrícolas de 1888 e 1889*, BPARPD, *Inventários Orfanológicos TCPDL*, M. 402, n.º 26, Processo n.º 3.

colheita mais segura que aquele. Em 1891-92 José do Canto planeou semear de milho 178,08 alq repartidos por dezoito cerrados, e 60,83 alq de sete cerrados para trigo⁶⁷. No ano rural seguinte, distribuindo as mesmas culturas por outros cerrados, ter-se-ão plantado 179,133 alq de milho para 57 de trigo.⁶⁸ Ou seja, nestes anos o milho ocupa em média sensivelmente o triplo da área do trigo. Mas para 1893-94 distribui o milho por 142 alq 36 vs de terra e o trigo por 78 alq 30 vs, aumentando a área do trigo, o que poderá ter sido circunstancial, explicando-se os números com a rotação dos cerrados.

A granja construída na década de 1880 tinha uma imensa eira⁶⁹ e um grande *secadouro* à medida da produção. Com uma habitação para o caseiro integrada na sua modulação, a granja, de fachada orientada para sul, para além de infraestrutura de apoio à produção cerealífera, era uma fábrica de estrume para o promontório que dominava a norte. Ainda hoje no mesmo sítio, os *cerrados* abrigados da ressalga pelo canavial alinham-se pela construção em grelha ortogonal até às barrocas do mar num xadrez que foi em Oitocentos de milho e trigo.

Pastagens, pastos e criações

“Não existem prados nesta ilha”, declara sem reticências José do Canto num relatório de 1857 intitulado *Industria pecuária – prados naturais e artificiais*⁷⁰. Por *prados* José do Canto refere-se às pastagens ditas *artificiais* por serem compostas por várias ervas semeadas⁷¹. Embora sem grande rigor, já que *pastos*

⁶⁷ Cf. *Distribuição das Culturas no Porto Formoso, no anno de 1891-1892*, UACSD, FBS-AJC, p. 1-2.

⁶⁸ Cf. *idem, no anno de 1892-1893*, UACSD, FBS-AJC, p. 13-14.

⁶⁹ Desta eira semi-circular persiste a memória inscrita na curva da estrada que, depois de passar à frente da granja, inflecte para Norte dando acesso a urbanização recente.

⁷⁰ “Um relatório de José do Canto publicado no *Diário dos Açores*, postumamente, em 1900, sobre a indústria pecuária”, em Sacuntala de Miranda, *A Emigração Portuguesa e o Atlântico, 1870-1930*, Lisboa, Edições Salamandra, 1999, p. 180.

⁷¹ Por exemplo, as ervas a semear pelos Serviços Florestais “nos matos a transformar em pastagens” no âmbito do *Projecto de Arborização dos Serviços Florestais para a ilha de S. Miguel* eram o Trevo branco, trevo amarelo, *Lolium Perene*, *Dactylis Glomerata*, *Ornithopus sativus* (Serradela), e erva de casta. Cf. *Perímetro Florestal da Ilha de S Miguel – Projecto de Arborização – Orçamento*, Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas – 2.ª Repartição Técnica, 1955, p. 5, BSF1568. Para o conhecimento da diversidade de herbáceas que compõem a paisagem rasante das pastagens, veja-se ainda o abrangente artigo do engenheiro agrónomo Henrique de Sampaio e Castro Pereira da Cunha da Silveira, “Subsídios para o estudo das pastagens açorianas - ilha de São Jorge”, em *Boletim da CRCAA*, n.º 14, p. 63-72.

e *pastagens* são também utilizados como sinónimos, de um modo geral, na literatura agrícola da época designavam-se como *prados* ou *pastagens* os terrenos de erva semeada; chamava-se *pastos* aos terrenos de erva espontânea mas agricultada e mantida limpa das silvas e queiró, ou semeada de tremoço; e *criações* a terrenos de erva silvestre com poucos ou mesmo nenhuns cuidados de manutenção. Nas criações, pastavam as cabras que até as silvas digeriam. Reservavam-se os pastos para o gado ovino e bovino, mas durante grande parte do ano este gado comia nas terras cultivadas *ora o tremoço, ora a herva dos milheiros, ora relvas para trigo*.⁷² E, como dizia José do Canto no começo deste parágrafo, não havia pastagens. As pastagens artificiais que hoje compõem, dominantes, a paisagem da ilha de S. Miguel resultam dos arroteamentos e reconversões das culturas praticados na segunda metade do século XX.

As pastagens artificiais e a estabulação das rezes (recolhidas em arribanas) são desde logo publicitadas pela SPAM como dois dos melhoramentos necessários à agricultura micalense, e reiterados pelo citado relatório de José do Canto. Havia que somar o melhoramento da reprodução dos indivíduos para estabelecer uma indústria pecuária que teria na exportação da carne o primeiro objectivo económico. Fosse por correspondência com os seus pares continentais, fosse por Londres, os *lavradores ilustrados* micalenses teriam conhecimento do sucesso com que do Norte de Portugal continental se exportaram bois para Inglaterra entre 1847 e 1887⁷³. A prova é que em 1879 a direcção da SPAM nomeia José do Canto, o seu irmão Ernesto e José Maria Raposo do Amaral para uma comissão encarregue de estudar uma agência para a exportação de gado.⁷⁴

Em 1845, três anos passados de administração da casa de Maria Guilhermina, José do Canto não começou ainda os investimentos na pecuária e pastagens,

⁷² Cf. *O Agricultor Michaelense*, 2.^a série, n.º 26, Fevereiro 1850, p. 453.

⁷³ Cf. Miriam Halpern Pereira, "Entre Agromania e Agronomia", em *Ernesto do Canto, retratos do homem e do tempo, Actas do Colóquio, Universidade dos Açores, 25-27 de Outubro de 2000*, Ponta Delgada, 2003, p. 145.

⁷⁴ Cf. Acta da Sessão de 8 de Maio de 1879, em *Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense / Actas da Direcção / 4 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887*, BPARPD-FSPAM.

concentrando-os até então nas quintas da laranja e no milho⁷⁵, pelo menos no que refere às terras localizadas no concelho de Ponta Delgada. Antes de 1855-56, quando menciona a abertura de 1000 braças de veredas para pasto, que derão mt^o boa herva no prédio da *Ribeira do Rosal*, nas Furnas,⁷⁶ não encontrei referência a pastos na gestão agrícola de José do Canto. Em 59 já tem gado e pastos acabados de semear na Lagoa do Congro⁷⁷, pretendendo abrigá-los com renques de abrigos⁷⁸. Mas caso não arranje substituto para o vigilante que ali morava, prefere vender o gado a arriscar-se a ter o plantio das matas e pastos ruminado pelas reses.⁷⁹ Este gado recolhia a curral donde se aproveitava o estrume.⁸⁰

Nas contas da Lavoura e Gado de 1878, anota, sob o título de *Pastos diversos*, a Lagoa do Congro, Pico Arde, Pico da Pedra, Rocha e Serra Gorda.⁸¹ De um

⁷⁵ Cf. S. Miguel / *Estado presente dos Prédios e suas produções*, em Carta de António Bernardes d'Abreu Lima para JC ausente n'outra ilha, de S. Miguel, 6 Dezembro 1845, UACSD, FBS-AJC. Neste mesmo relatório percebe-se que há uma *Vaquinha* na Grimaneza. No ano seguinte, em Londres, compra "3 individuos da raça dos carneiros de South Down para criação e 3 d.ºs da raça New Leicester", mas são para o irmão André, cf. Livro de Despesa de tamanho A5, encadernado, com as folhas numeradas e intitulado no verso da folha de rosto *Despezas meudas de Caza na Ilha do Faial desde o 1.º de 8bro. de 1845 em diante*. José do Canto [assinatura], UACSD, FBS-AJC.

⁷⁶ Cf. *Logares da Ilha aonde possuímos terrenos arrendados ou cultivados p. nos*. [c.1856], Livro de Despesa de tamanho A5, encadernado, com as folhas numeradas e intitulado no verso da folha de rosto *Despezas meudas de Caza na Ilha do Faial desde o 1.º de 8bro. de 1845 em diante*. José do Canto [assinatura], UACSD, FBS-AJC.

⁷⁷ Cf. Carta a JC, de S. Miguel, 3 Agosto 1859, UACSD, FBS-AJC 17821.

⁷⁸ "Hade-se começar o tapume de tapar as roças / novas, e abrir-lhes servidões independentes / Também se devem plantar **abrigos no meio dos pastos**". (bold meu). *Em Janeiro de 1855 é que foi para ali o feitor [...]*, instruções para a Lagoa do Congro, s.d., UACSD, FBS-AJC.

⁷⁹ "Francisco d'Almeida tem ordem de procurar outro abrigo, e quer o ache, quer não, deve sahir da Lagoa do Congro dentro de 2 meses a contar da presente data. / Se V.S. achar algum homem capaz que para lá queira ir póde mandal-o; e se não, pode encarregar V.S. ao nosso Lavadeiro de ir dormir, e passar lá em cima para vigiar a propriedade, e ter particular cuidado dos animaes não penetrarem nas plantações. / As vacas que lá estão, podem-se vender; e os pastos abaixo das casas devem-se arrendar para o anno que vem." *Notas a respeito da Lagoa do Congro*, 29 Março 1859, UACSD, FBS-AJC.

⁸⁰ "A terra, que se virou há dous annos, é que se hade cultivar este anno de milho com o **estrume que está no curral**; [...]" (bold meu), idem.

⁸¹ Cf. *Contas de Cultura / Lavoura e Gado*, caderno manuscrito, 1878, UACSD, FBS-AJC. Suponho que os pastos da Rocha serão os da Rechã, prédio n.º 3636, também dito Criação das Ovelhas. O prédio ao lado, n.º 3637, inclui, para além do prédio da Batalha e da Criação pequena, o pasto da Barba de Aguilhão, *Lembrança d'algumas cousas, que se deverião fazer no anno de 1859-1860*, UACSD, FBS-AJC 11929, Doc. anexo P02, *Apontamentos diversos*, 4.º parágrafo. O Pico da Pedra incluía 2 ms 14 alq 184 vs de pastos ditos do Pico da Cruz, cf. *Nota dos últimos rendeiros que estiverão nos pastos e Ladeira do Pico da Cruz, medida e renda*, c.1880, UACSD, FBS-AJC. Encontrei ainda 43 alqueires e 124 ½ varas de pasto na *Distribuição das Culturas, na Lavoura da Ribeira Grande, a cargo de Francisco de Mello* (que dataria de 1893-1894 por ter exactamente a mesma organização gráfica e caligrafia de folha idêntica, assim datada, para o Porto Formoso).

modo geral, os pastos situam-se em terras a meia encosta, como no Pico Arde, nas faldas da Lagoa do Fogo, nos picos do meio da ilha, como no Pico da Pedra e na Serra Gorda, ou em terras altas, como na Lagoa do Congro à Achada das Furnas. À excepção desta última localização, de cujo arroteamento José do Canto será um dos pioneiros, as anteriores confirmam as cotas de repartição do uso do solo, tratando-se da faixa de altitude intermédia entre o *ager* do litoral e a *silva*, no interior montanhoso.

Se José do Canto arroteia matos para arrendar a terra limpa, medida e murada, tem também de a arrotear quando quer aumentar a sua própria área de lavoura ou de pasto para o seu gado. Assim acontece na Lagoa do Congro, onde encontrei registo de trabalhos de arroteamento em todas as décadas da segunda metade de Oitocentos, aumentando constantemente a área de pastagens⁸², e dos intensivos trabalhos sazonais para as manter.⁸³

No Pico Arde, de 1869 a 1871, José do Canto arroteia sete mórios e quarenta alqueires de mato para fazer **pastos**.⁸⁴ Integrando o conjunto de terras que José comprou à casa de Soure, o extenso prédio dito do *Pico Arde* começaria na vizinhança da Mafoma, na Ribeira Seca, estendendo-se para sul até ao alto das vertentes da Lagoa do Fogo.⁸⁵ Nos cerrados de baixo e até meia encosta, José

Note-se que a lavoura da Ribeira Grande se circunscrevia à parte mais baixa da propriedade de JC, não incluindo o Pico-Arde. Também na *Distribuição das Culturas no Porto Formoso, no anno de 1891-1892*, UACSD, FBS-AJC, constam dois *pastos lavrados*, e 36 alqueires de pasto no ano rural de 1893-1894. Estes pastos nas propriedades dedicadas à lavoura seriam terras em pousio.

⁸² Por exemplo, "Lavoura dos pastos novos nas Covas que se semearão o anno passado", *Feria da Lagoa do Congro na semana que acabou em 3 de 7bro de 1870*, UACSD, FBS-AJC.

⁸³ "Há annos que alli vamos", escreve João Carreiro, feitor do Porto Formoso, referindo-se à Lagoa do Congro, e em carta a JC descreve as operações de manutenção das pastagens: "Lá estamos na monda dos pastos dos arieiros, está forte de monda; porque nunca se cavou, é roçada adeante e os sachos atrás. Amanhã quando lá chegar heide queimar o que trabalhei estes 3 dias, para logo atrás ir lavrando para ficar boa, [...] / Os 2" alqueires dos arieiros está muito ruim como já disse, e a que cavamos o anno passado no pico da boa noite está bem mança e pouca monda." Carta do Porto Formoso, 22 Julho 1893, BPARPD, JC/CORR. Cx. 7/664. Para além de se mondar, sachar e lavrar, encontrei ainda jornas de *gradar pastos* nos trabalhos de manutenção dos mesmos, cf. *Serviço de mattas na lagoa do Congro em 14 de Dezembro de 1872*, UACSD, FBS-AJC.

⁸⁴ Cf. *Pico Arde melhoramentos - Pastagens* [de 1869 a 1871], UACSD, FBS-AJC 10519, Doc. anexo P07.

⁸⁵ Cf. cartas do *Instituto Geográfico e Cadastral, Distrito de Ponta Delgada, Concelho da Ribeira Grande, Freguesia da Conceição*, escala 1:2000, campanha de 1976, Secções E e F; e

do Canto trazia o trigo e milho ditos da *Lavoura da Ribeira Grande*, seguindo-se os matos, ou incultos, da Tronqueira, a cota mais alta. Numa laboriosa campanha que se alonga por mais de dois anos, estes matos são roçados, divididos por valados, e vedados por tapumes para organizar os pastos; depois são mondados, endireitados, e cavados, enquanto se abrem os caminhos e servidões. Tudo isto pela mesma altura em que José do Canto planta outros sete mórios de **matas**, e nos locais com os mesmos nomes: Vallagão, Caldeira, Biscouto, João Vital, Queimada, Tronqueira, etc.⁸⁶, consociando assim os pastos com as matas. Com que desenho o faria? Este modo de colonização da *serra* lembrou-me uma passagem que lera na *Encyclopaedia of Gardening* de José do Canto em que Loudon sugeria que não se arborizassem extensivamente as topografias acidentadas, antes se compusesse a paisagem com cheios e vazios, alternando as matas com pastagens:

*The form of plantations [of trees] for profit or shelter must be determined jointly by the situation and the objects in view. In rocky abrupt sites (fig. 875.), the plantation will consist of a number of masses (a, b, c), of forms determined by the rocks and precipices, among which some of the most valuable pasture may be left as glades (d, e), for use, effect, and for the sake of game. [...] In extensive hilly pastures, in which it is often desirable to produce shelter, and at the same time to plant only the most rocky and unproductive spots, the forms may be of the most irregular description; and by planting chiefly on the eminences and slopes (fig. 876.), shelter will be most effectually produced, the pasture improved, the least valuable ground rendered productive in copse or timber, and the greatest richness and picturesque beauty conferred on the landscape.*⁸⁷ (Fig. 1.27).

Tenha-se a arborização por objectivo e dever-se-ão deixar clareiras nas melhores partes (de terra e de nivelamento) para pastagem, seja a pastagem o principal e dever-se-á plantar de mata a topografia mais acidentada e rochosa.⁸⁸ Repare-se como o perímetro naturalmente irregular das áreas pedregosas assegurava o

“Tronqueira”, que integrava o mesmo corpo de terras, nas mesmas cartas, Secções F e H, esta última à escala 1:5000, da mesma campanha.

⁸⁶ Cf. *Resumo da Despesa das Mattas [de Janeiro 1869] até 16 de 7brº 1871*, UACSD, FBS-AJC 10519.

⁸⁷ J. C. Loudon, *Book III. Arboriculture, or Planting / Chap. III. Formation of Plantations, in which Utility is the principal Object*, na *Encyclopaedia of Gardening*, London, Longman, Brown, Green and Longmans, (1822) s.d., p. 1118-1119.

⁸⁸ É exactamente esta a estratégia de colonização dos baldios do Nordeste que vão adoptar os Serviços Florestais e Aquícolas a meio do século XX.

naturalismo da forma da plantação. Para além de otimizar o uso do solo e do abrigo às pastagens, compõe-se a paisagem. Como sempre, mesmo quando a finalidade das plantações é programaticamente utilitária, as opções apontadas por Loudon são informadas pelo compromisso da rentabilidade com a estética, neste caso do *pitoresco*. Um testemunho de final do século confirma a minha suspeita: Emygdio da Silva conta que o chá de José do Canto era plantado “nas **clareiras das suas mattas** na Ribeira Grande” (bold meu).⁸⁹

Embora a topografia seja mais suave e a extensão das pastagens seja maior, repare-se que é esta, ainda hoje, a prática geral do plantio das pastagens micaelenses com as manchas de abrigos e os terrenos de biscoito guarnecidos de criptomérias a organizar e compor eficazmente a paisagem de parte da Ilha.

*A terra de pasto deve levar a alqueire e meio de tremçoço, e deve começar-se a riscar e semear do 1º de 10bro até 15 de Janeiro, lançando à terra em cada dia de trabalho 7 1/2 alq.es de tremçoço em 5 alq.es de terra.*⁹⁰

Algumas são pastagens artificiais, isto é, com a erva semeada: a *erva de pasto nasceu bem na Lagoa do Congro*, noticia um feitor a José do Canto em Agosto de 1859.⁹¹ Em 1869 continua a *semear* pastos novos nas Covas.⁹² Das ervas a semear, e sendo certo que José do Canto e os seus consócios da SPAM terão experimentado outras estirpes⁹³, apenas comprovei a adopção da luzerna na lavoura daquele, embora pudesse semear outras que, por desconhecimento dos feitores, eram genericamente referidas nas folhas de férias como “ervas de pasto”. José do Canto refere-se às pastagens na Lagoa do Congro como uma

⁸⁹ Cf. M. Emygdio da Silva, *S. Miguel em 1893, Cousas e Pessoas, Cartas reproduzidas do «Diário de Noticias» de Lisboa*, Ponta Delgada, Bibliotheca da Autonomia dos Açores, vol. I, 1896, p. 42.

⁹⁰ Instruções de lavoura, s.d., UACSD, FBS-AJC 10514.

⁹¹ Carta a JC, S. Miguel, 3 Agosto 1859, UACSD, FBS-AJC 17821. Os pastos artificiais na Lagoa do Congro terão começado antes: “A preparar um pasto do pé da ribeira p^a ser lavrado”, folha de férias *Alagoa do Congro – 15 10bro 1855*, UACSD, FBS-AJC 13309.

⁹² “Lavoura dos pastos novos nas Covas que se semearão o anno passado”, *Féria da Lagoa do Congro na semana que acabou em 3 de 7bro de 1870*, UACSD, FBS-AJC.

⁹³ Em Fevereiro de 1866, pede ao filho António, então a frequentar a escola agrícola de Hohenheim, na Alemanha, que ali lhe compre erva de pasto para ensaiar em S. Miguel. Cf. Carta cit. por Fernando Aires de Medeiros Sousa, ob.cit., p. 115.

“cultura”⁹⁴, o que significa que eram todas pastagens artificiais, e também, ao serem assim designadas, que as pastagens eram um objectivo em si na gestão agrícola da casa Brum da Silveira, fosse para forragem das reses próprias, fosse para arrendar.

José do Canto cultivava a luzerna pelo menos desde 1845, quando semeia duas espécies de luzerna proveniente da América.⁹⁵ Embora tenha semeado esta leguminosa forraginosa noutros prédios⁹⁶, a partir de 1855 regista-se a cultura sistemática de luzerna na Grotinha, notando-se que a lavoura praticada é algo cuidada para uma erva de pasto e forragem: depois de semeada, é estrumada e coberta, e sachada de tempos a tempos⁹⁷. Enquanto as outras leguminosas iam mudando, a *cultura* da luzerna mantém-se permanente nas folhas de férias da Grotinha. Construída a granja, a luzerna cultivada, que “chega a produzir oito cortes no decurso de um anno”⁹⁸, seria para enfardar e alimentar o gado estabulado⁹⁹.

Eram também pastos as terras que José do Canto tinha no Rocio, que apenas estariam cultivados de cereais quando os não trazia arrendados.¹⁰⁰ Os cereais, particularmente o trigo, cansavam a terra e as pastagens serviam-lhe de

⁹⁴ N.º27 / *Conta da conservação e cultura das pastagens na Lagoa do Congro e guarda dos mattos situados no mesmo lugar pertencentes ao Casal da falecida D. Maria Guilhermina Taveira Brum do Canto desde o dia do seu óbito até 14 d' Abril de 1890*, (bold meu), UACSD, FBS-AJC.

⁹⁵ “[...] semeou-se luzerna, trevo de 2 qualidades vindo da América e oferecido à Sociedade d' Agricultura por M.r Rhodes. [...] Deu-se um pequeno sacho no capim, e mondou-se o sain foin”, 1845, 12 d'Abril, Notas e despesas da lavoura, UACSD, FBS-AJC 13520. Não voltei a encontrar referência em documento algum de JC ao capim e ao feno aqui mencionados, pelo que penso que terá a luzerna tomado o seu lugar.

⁹⁶ Cf. *Feria de João Soares*, Pico da Pedra, 27 Novembro 1869, UACSD, FBS-AJC, com “5 jornaes de rapazes a deitarem estrume na Luzerna”.

⁹⁷ Cf. Férias de Francisco Moniz na Grotinha, UACSD, FBS-AJC, nas semanas de 12 Janeiro, 7 Abril, 1 Setembro 1855.

⁹⁸ “Um relatório de José do Canto... sobre a indústria pecuária”, em Sacuntala de Miranda, ob.cit., p. 181.

⁹⁹ “de [em]pacar lucerna e limpar as [ar]ribanas na Grotinha” nas férias de 1 Junho 1878 de *José da Ruda* [d'Arruda], UACSD, FBS-AJC.

¹⁰⁰ Cf. *Feria de riscar e tapar os pastos no Rocio do Exmº Sr Antº do Canto*, UACSD, FBS-AJC; *Rocio -1885-1886 – Distribuição de Culturas*, UACSD, FBS-AJC, onde se registam 11 alq 196 vs de Pasto, mais 126 alq 185 vs distribuídos por Milho, Trigo, Favas, Tremoço e Cevada; e *Ponta Delgada: distribuição de Culturas 1885-1886*, UACSD, FBS-AJC, onde Rocio aparece sob o título Pastos e sob o título Luzerna, embora o pareça ter plantado de trigo. Também podia ser que JC cultivasse trigo durante este ano para depois semear de erva, e deixar a terra descansar enquanto pasto.

descanso¹⁰¹, o que não quer dizer que não fossem lavradas com arado¹⁰², para soltar e oxigenar a terra, e outonadas com tremoço, para lhes fornecer azoto e comida às reses¹⁰³, e ainda regularmente mondadas da silva e queiró. Esta lavoura das pastagens fazia-se obrigatoriamente nas semeadas, mas também se podia fazer nas espontâneas para lhes melhorar a quantidade e qualidade da erva espontânea.

José do Canto projecta uma economia do gado com base na exportação da carne e na produção de lacticínios, mas o que primeiro lhe interessa é a produção de estrume.¹⁰⁴ Para além das arribanas nas granjas, José do Canto teria currais nas pastagens.¹⁰⁵ Sem abegoarias ou currais, onde se abrigam e alimentam as reses da palha e restolho dos cereais, não se recolhe o estrume.¹⁰⁶

Da contabilidade da sua pecuária e lavoura dir-se-ia que José do Canto traz as ovelhas nos pastos e criações, reservando as pastagens para as vacas.

¹⁰¹ “Outros [pastos] há que já foram campos cultivados, e por se achar exausta a sua fertilidade, foram reduzidos a pastagens”, em “Um relatório de José do Canto... sobre a indústria pecuária”, Sacuntala de Miranda, ob.cit., p. 180.

¹⁰² Cf. parcela de *Pastos lavrados em Distribuição das Culturas no Porto Formoso, no anno de 1891-1892*, UACSD, FBS-AJC.

¹⁰³ “É preciso prevenir o Maiato de que as ditas vaccas hirão, logo que chegarem, para o Pico Arde comer o tremoço, que se semeou na roça nova, comendo-o de dia à corda, e ficando de noute à solta no matto.” Carta de JC, incompleta, com sobrescrito agregado com carimbo da Horta e data de 15/6/1869, dirigido a Maria Guilhermina Taveira Brum do Canto, S. Miguel, UACSD, FBS-AJC 13638.

¹⁰⁴ Em 1863 escrevera: “É realmente excessivo o preço a que tem subido o estrume, segundo me dizes e isso confirma na convicção em que estou de que é necessária uma revolução na nossa agricultura, diminuindo a cultura dos cereaes para darmos maior extensão á criação e cevamento do gado, que em toda a parte da Europa vae escaceando e subindo de preço: tendo nós todas as proporções para produzirmos muita e boa carne de vacca. Atraz d’esta innovação viria a abundancia do estrume, as maiores colheitas em menor espaço de terreno, a producção dos lacticínios, etc., etc.” Carta XXVI, de Paris, 8 Setembro 1863, para José Jacome, transcrita em José do Canto, ob.cit., p. 92.

¹⁰⁵ Cf. *Notas a respeito da Lagoa do Congro*, 29 Março 1859, UACSD, FBS-AJC, onde menciona a existência de um curral para estrume; *Ferías de Vigiar Pastos e matto na Agua Nova a cargo de Manoel Machado Moreira 1885*, UACSD, FBS-AJC, com “2 jornaes em tapar o curral d’ ovelhas”, a 19 de Dezembro.

Na Lagoa do Congro virá a ter uma abegoaria, cf. *Feria da Lagoa do Congro na semana que acabou em 17 de 7bro de 1870*, UACSD, FBS-AJC, onde anota a despesa de conserto da mesma.

¹⁰⁶ “3.^a toda a palha do trigo, e todas as comidas do milho serem comidas no curral pelas reses, e todos / os milheiros, restolho, e tremoço hirem ao curral. / 4.^a Todo o estrume assim feito ser empregado nas mesmas terras [da Água Nova].” Livro de Despesa (...) *Despezas meudas de Caza na Ilha do Faial desde o 1.^o de 8bro. de 1845 em diante*. José do Canto [assinatura], UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P01, p. 51v-52.

Encontrei serviços às ovelhas nos pastos da Água Nova¹⁰⁷, nas agrestes criações da Rechã ao Pico da Pedra¹⁰⁸, na Grimaneza¹⁰⁹, nos matos do Porto Formoso¹¹⁰ e Lagoa do Congro¹¹¹. Os rebanhos de ovinos e de bovinos circulavam entre as várias propriedades, mudando frequentemente de pasto. Na extensa correspondência de João Carreiro, encarregado do Porto Formoso, com o patrão, lemos a cíclica transumância das vacas e ovelhas entre o Pico da Pedra e a Lagoa do Congro, e vice-versa, com escala no Porto Formoso.¹¹² Também os bois de trabalho faziam estas migrações internas a fim de variar a proveniência da alimentação, dando a entender que constavam do seu ‘tratamento’.¹¹³

De 1856 a 1874, o rebanho de *gado ovelhum* de José do Canto contabiliza normalmente mais de cem indivíduos, variando entre um pico máximo de 244 em 1862 e um mínimo de 87 indivíduos em 1873, por entre *ovelhas alfeiras*, *carneiros inteiros*, *cordeiros* e *cordeiras*.¹¹⁴ Em 1857, com o seu rebanho a cargo do irmão Honorato, encarrega o seu procurador de vender a lã.¹¹⁵ Em 1859 põe anúncio no

¹⁰⁷ “2 jornaes em tapar o curral d’ ovelhas, dez 19; abrir um vallado; cavar silva de pastos;” Ferias de Vigiar Pastos e matto na Agua Nova a cargo de Manoel Machado Moreira 1885, UACSD, FBS-AJC.

¹⁰⁸ “1.º corpo que comem as ovelhas do d.º senhor”, medição das criações da Rechã-Cascalho, datada de 1855, UACSD, FBS-AJC.

¹⁰⁹ “Na tapada não tornão a entrar ovelhas.”, *Notas sobre os trabalhos das Quintas da Grimaneza / Quinta nova – (tapada)*, UACSD, FBS-AJC, p. 1.

¹¹⁰ “vigiar ovelhas”, *Outubro de 1891 Ferias de João Carreiro Ptº Formoso*, UACSD, FBS-AJC.

¹¹¹ “1 homem a 160 [réis/dia] a acompanhar as ovelhas”, *Alagôa do Congro / Semana que acaba a 14 de Julho 1855*, UACSD, FBS-AJC 13312.

¹¹² Veja-se também na *Folha das Ferias de Despezas não pertencentes á Lavoura do Porto Formoso a cargo de João Carreiro 1886*, UACSD, FBS-AJC: *conduzir vacas á cidade* [em Fevereiro]; *Vigiar gueixas, ovelhas* [a 25 de Abril]; *Conduzir ovelhas, vacas ao Pico da Pedra*; *trazer bois de lá* [em Maio]; *Conduzir rezes, gueixas, ovelhas á Lagoa do Congro* [em Julho].

¹¹³ Os bois foram para as Furnas “comerem a herva que lá houver e trabalharem; e quando elles vierem de lá torna-se-lhes indispensável a volta ao Pico da Pedra a fim de ficarem bons para a lavoura, segundo costume dos mais annos, sem o que elles ficarão muito sentidos”, carta de João Carreiro a JC, s.d., UACSD, FBS-AJC. Poderia estar João Carreiro a referir-se à *doença dos sapos* ou *do tomadiço*, que se curava com o gado a dar a volta, de que fala Marinho dos Santos, ob.cit., p. 209.

¹¹⁴ Cf. *Inventario do Rebanho de José do Canto em 12 de Abril de 1856*, UACSD, FBS-AJC 13143; *Inventario do meu gado em 16 de Junho de 1857*, UACSD, FBS-AJC 13142; *Contagem de Manoel Pereira*, 10 Setembro 1862, UACSD, FBS-AJC; *Inventario do Gado Vaccum e Ovelhum em 28 de Março de 1873*, UACSD, FBS-AJC; *Inventario do Gado Ovelhum em 16 de 7.bro de 1874*, UACSD, FBS-AJC.

¹¹⁵ “Gado de ovelhas / Está no cuidado de meu mano Honorato, a quem espero VS coadjuvará na forma das Instrucções: satisfazendo o ordenado do pastor, e mandando vender a lã.”, escreve JC nas Instrucções que envia por carta de Ponta Delgada, 22 Agosto 1857, a António Bernardes d’ Abreu Lima, folhas cosidas, paginadas e assinadas por JC, UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P03, fl. 4. Se bem que a lã fosse uma receita para o morgado, este também tinha nas ovelhas um

jornal para vender a lã,¹¹⁶ e no ano seguinte envia uma amostra para Londres,¹¹⁷ de cujo resultado não tenho conhecimento.

No mês de Julho de 1887 vendeu 129\$420 rs de lã.¹¹⁸ Dois anos depois, mercê da experiência de três décadas de criação, pretende racionalizar toda a sua pecuária reduzindo os indivíduos de cada espécie, nomeadamente: “Ovelhas, devem reduzir-se a 24, 2 carneiros paes, 6 carneiros”¹¹⁹, ficando 12 no Porto Formoso, outras 12 na Ribeira Grande, com as respectivas proles; e os 2 carneiros reprodutores albergados na Grotinha, com mais 6 de engorda, do que resulta um excesso de 68 cabeças para vender. No *gado vaccum*, depois de andar pelos 51 e 63 indivíduos nos anos de, respectivamente, 1873 e 1874, e de chegar às 195 cabeças em 1885¹²⁰, pretende em 1889 reduzir progressivamente as 177 cabeças para 120¹²¹, entre vacas e bois *de trabalho* e *bois de carroça*, o que, comparativamente com os números do gado ovino, sugere que este gado mantinha o lugar assegurado na economia agrícola do morgado. Pelos mapas de despesas e folhas de férias de 1882 a 1895 verifica-se que a produção de leite continua.¹²²

O *serviço de Leite*, isto é, a ordenha e venda de leite, aparece nas folhas de pagamentos a partir de 1871 na Lagoa do Congro.¹²³ Dois anos depois João Carreiro remete pelo portador de uma carta do Porto Formoso leite e manteiga

sistema de produção de estrume, e ainda uma maneira de ter os matos e pastos arroteados limpos de ervas.

¹¹⁶ “A laã da ultima tosquia pezou 10ms e 3a[lq], anunciei a venda nos Jornaes, [...]” Carta de António Bernardes d’Abreu Lima para JC, S. Miguel, 7 Novembro 1859, N.º10, UACSD, FBS-AJC 17823.

¹¹⁷ “Oxalá que a experiência da remessa d’amostra de laã para Londres produza feliz resultado.” Carta de António Bernardes d’Abreu Lima para JC, S. Miguel, 12 Fevereiro 1860, N.º18, UACSD, FBS-AJC 17829.

¹¹⁸ Cf. *Receita extraordinaria do anno de 1887, Productos Agricolas / Mez de Julho / Ponta Delgada*, UACSD, FBS-AJC.

¹¹⁹ *Lembranças a respeito das contas da Administração / 1889*, UACSD, FBS-AJC.

¹²⁰ Cf. *Inventario do Gado Vaccum e Ovelhum em 28 de Março de 1873*, UACSD, FBS-AJC; *Inventario do Gado Vaccum em 10 de Setembro de 1874*, UACSD, FBS-AJC; *No inventario de 22 de 7.bro de 1885 existião em Resummo do Inventario do Gado Vaccum em 29 de 7.bro de 1887*, UACSD, FBS-AJC.

¹²¹ Cf. *Lembranças a respeito das contas da Administração / 1889*, UACSD, FBS-AJC. Também pretende reduzir o número de porcos *de criação* e *de engorda* que tem na Cidade, na Ribeira Grande e no Porto Formoso.

¹²² Cf. mapas de despesas e folhas de férias mensais identificadas pelas propriedades e/ou feitores, de Maio 1882 a Dezembro 1895, UACSD, FBS-AJC.

¹²³ Cf. Lagoa do Congro, *Despezas na semana de 29 de Julho de 1871*, UACSD, FBS-AJC.

que havia feito das vacas de José do Canto.¹²⁴ Também da Ribeira Grande, dos pastos do Pico Arde, se leva leite para a cidade¹²⁵. A venda de leite aparece nas folhas impressas em que se anotam as tarefas desempenhadas (*Extracto das Contas de Despesa*) e as receitas realizadas (*Extracto das Contas de receita e sahida de géneros*) da Lavoura do Porto Formoso no ano de 1885.¹²⁶ Em 1887 e 1888, o leite e manteiga constam nos mapas de receitas entre os demais *produtos agrícolas*. No mês de Julho de 1887, a produção de leite tem mesmo um desempenho de relevo na lavoura de Ponta Delgada, com a receita de 570\$670 réis apenas ultrapassada pelas receitas do milho, batata doce e caixaria, sendo superior às obtidas pela produção de favas, tremoço, lenha, rezes, porcos, lã, hortaliça, vinho, erva e manteiga.¹²⁷ Esta última, em parcela autónoma ao *leite*, rendera pouco mais de um conto de réis. Não esquecendo o carácter cíclico e irregular da produção agrícola, não deixa de ser reveladora a ‘performance’ estival do leite na granja da Grotinha, de onde também se venderam 20\$200 réis de *herva* com toda a probabilidade destinada a forragem, e que deveria ser a luzerna ali cultivada.

Em 1869, pretende importar meia dúzia de vacas do Faial¹²⁸ para os pastos acabados de arrotear no Pico Arde, tendo intenção de acompanhá-las de *um*

¹²⁴ Cf. carta de João Carreiro a JC, [Porto Formoso], 27 Julho 1873, UACSD, FBS-AJC. Na folha da *Lavoura do Porto*, em 25 de Julho de 1874, UACSD, FBS-AJC, temos a despesa de “Ir buscar leite ao M[ont]e Escuro”, e 7 jornais, a 160 réis cada, mais outros 7 a 100, de “Tratar de vaccas e acarretar leite” na folha de *Lavoura do Porto*, em 15 d’ Agosto de 1874, UACSD, FBS-AJC, e ainda um jornal a 160 de “Levar rezes à Lagoa do Congro”, duas semanas depois.

¹²⁵ Cf. *12 de Janeiro de 1877 / Folha Deste Semane nos Çerviços de Vo.^a Ex^a nas mates Da Ribeira grande*, UACSD, FBS-AJC.

¹²⁶ Cf. formulários impressos preenchidos à mão com as *Ferías de Lavoura do Porto Formoso a cargo de João Carreiro 1885*, UACSD, FBS-AJC.

¹²⁷ Cf. *Receita extraordinária do anno de 1887 - Produtos Agrícolas / Mez de Julho / Ponta Delgada*. Já na Ribeira Grande a receita obtida pela venda de leite foi de 23\$925 rs em Setembro e de 6\$695 rs em Outubro do mesmo ano, ficando somente acima das favas, cf. *Receita extraordinária do anno de 1887 - Produtos Agrícolas / Mez de Setembro / Ribeira Grande*, UACSD, FBS-AJC, e idem, *Mez de Outubro*.

¹²⁸ O *gado vaccum* do Faial é então considerado uma raça: em 1879 JC tinha treze vacas da raça *Fayal*, juntamente com três da raça *Barrozo*, e das raças *Ayrshire*, tinha a Lady e a Rachel; da *Devonshire*, a Miss e a Sara; e do *Cruzamento de Ayrshire, Jersey e Devonshire*, a Escolhida e a Estrella, cf. *Inventário de Vaccas, Bezerros e mammões no 1.º de Nov.º 1878, seu movimento até 31 Outubro 1879*, UACSD, FBS-AJC, onde regista meticulosamente a ascendência e características de cada indivíduo.

*rapaz que sabe tratar de gado, e ficará tratando d'ellas*¹²⁹. Apesar do know-how das ilhas de baixo, e da já consistente tradição existente em S. Jorge, donde vinha a manteiga consumida em S. Miguel, para os lacticínios, tal como acontecia para os outros produtos agrícolas, os modelos de produção parecem vir de Inglaterra: nos apontamentos avulsos de José do Canto, encontrei uma lista de “Utensílios da leitaria da Granja de Vale em Gloucestershire” descrevendo o vasilhame para a recolha de natas e produção de manteiga, e onde se comparam os métodos britânicos com os conhecidos na ilha. Também uma lista de artigos a adquirir em Londres que, para além de um *Catalogue and List Price of W.J.Harrison, manufacturer of every description dairymens' and Dairyfarmers' utensils*, inclui “1 Cabeçada de couro, propria para prender vaccas, para servir de modelo”¹³⁰, comprova a adopção da escola inglesa *of dairying*.

A história da indústria de lacticínios em S. Miguel está por fazer, mas todos os testemunhos referem o pós-guerra como a data a considerar para a intensificação da pecuária e o conseqüente avanço das pastagens artificiais na paisagem. Por essa altura, uma empresa do Vouga abriu na Ribeira Grande a primeira fábrica de lacticínios. Segundo Hernâni Santos, foram as fábricas de lacticínios e a procura do Continente que impulsionaram o par pecuária/pastagem¹³¹, e de tal forma, que mesmo com os incultos a serem roteados maciçamente, a faixa altimétrica tradicional das pastagens subiu de

¹²⁹ “D'aqui a 4 ou 5 dias sahe d'aqui o Arrogante, que conduzirá 6 vaccas com os seus bezerros que mando d'aqui, e talvez mande n'essa ocasião um rapaz que sabe tratar de gado, e ficará tratando d'ellas. / É preciso prevenir o Maiato de que as ditas vaccas hirão, logo que chegarem, para o Pico Arde comer o tremoço, que se semeou na roça nova, comendo-o de dia à corda, e ficando de noute à solta no matto. / Logo que o dito Navio chegue, e que as vaccas desembarquem deve-se mandar recado ao Maiato para mandar alguém buscar as ditas vaccas, e ajudar o rapaz que de cá espero que vá. / Em quanto não chegar o portador da Ribeira Grande para levar as vaccas, devem estas parar em St^a Anna à sombra, e dar-se-lhe de comer algum milho basto, se o da cerca de St^a Anna estiver a termos, ou luzerna, ou outra qualquer comida, que se possa arranjar. [...] Será bom, se houver cousa que ellas comão, deixal-as descansar umas 24 horas em St^a Anna, e mandal'as p^a a Ribeira Grande, logo pela uma, ou duas horas da manhã, para ellas hirem pela fresca, e com socego.” Carta de JC, incompleta, com sobrescrito agregado com carimbo da Horta e data de 15/6/1869, dirigido a Maria Guilhermina Taveira Brum do Canto, S. Miguel, UACSD, FBS-AJC13638.

¹³⁰ Lista manuscrita por JC, s.d., UACSD, FBS-AJC 8130, Doc. anexo P12.

¹³¹ Cf. Hernâni Santos, entrevista concedida ao autor, Ponta Delgada, 2006.

cota, tomando o lugar das matas¹³², e desceu, substituindo as culturas arvenses¹³³. Viabilizada pelas máquinas pesadas de escavação e terraplanagem, esta transformação foi a mais rápida e a mais extensa experimentada pela Ilha na sua permanente mudança de forma, e, também, a mais radical: com as novas pastagens, a modelação dos terrenos passou da «escala da enxada» para a «escala do caterpillar».¹³⁴ Os cerrados são maiores, os movimentos de terra mais amplos, os ecossistemas dos andares diluíram-se. É este o desenho da paisagem actual.

Chá

Máquinas a vapor a sério terá José do Canto na década de 1890¹³⁵: um *gerador de vapôr*, uma *machina de vapor, de 12 cavalos nominaes* (avaliada em quinhentos mil réis), e um *secador a vapor, de chá, com 5 compartimentos, assente em tijollos*¹³⁶, na fábrica de chá que montou pouco abaixo da chamada Caldeira Velha, nas faldas da Barrosa, a norte da Lagoa do Fogo.

A laranja, apesar, das doenças e das culturas alternativas ensaiadas, continuou a ser a cultura protagonista na Casa de Maria Guilhermina e José do Canto até à década de 80. Embora experimente várias culturas alternativas, José do Canto,

¹³² A substituição das matas por pastagens é fácil de explicar: para além da procura sustentada pelo desenvolvimento da indústria dos lacticínios, uma mata leva 20 anos a atingir a maturidade enquanto as ervas semeadas de uma pastagem levam 2 meses.

¹³³ Cf. José Marques Moreira, *Alguns Aspectos de Intervenção Humana na Evolução da Paisagem da Ilha de S. Miguel (Açores)*, Lisboa, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, 1987, p. 56.

¹³⁴ As «escalas» são tomadas a Eduardo Dias, «Açores», 2007, p. 159. O trabalho de José Marques Moreira, ob.cit., p. 75-76, antecipa para S. Miguel a cronologia da passagem de escalas proposta naquele texto no que se refere ao emprego de maquinaria pesada.

¹³⁵ Para a produção de chá por JC, veja-se Fernando Aires de Medeiros Sousa, ob.cit., p. 151-167.

¹³⁶ Cf. *Relação das machinas, aparelhos e utensílios existentes na officina da manipulação do chá na Caldeira Velha do prédio do Pico Arde, freguesia de N. S. da Conceição da Vila da Ribeira Grande, pertencente ao casal do finado José do Canto*, [...], 22 Novembro 1898, BPARPD, *Inventários Orfanológicos* TCPDL, M.402, n.º 26, processo n.º 3, volume 2. Ainda desta relação constam um *embolo de sobrecelente para a mesma machina*, um *veio de ferro fundido de transmissão com seis tambores e supportes*, e *cinco correias de guta percha, de transmissão*. Segundo Fernando Aires de Medeiros Sousa, ob.cit., p. 162, a empresa inglesa *Marshall, Sons & Co. Limited*, de Gainsborough, terá fornecido a *Tea Drying Machine*.

que acompanhou atentamente os ensaios da introdução do chá pela SPAM, só nos inícios de 90 investe seriamente na cultura e fabrico do chá.

Importante transformação na paisagem, porque radical na forma¹³⁷ (Fig. 1.28) e na inevitável alusão ao Oriente, foi a que desenhou a introdução da planta do chá. A extensão da área cultivada, de reconstituição improvável hoje em dia, chegou para fazer do chá um produto economicamente relevante pela exportação e consumo local, ao ponto de, segundo Nestor de Sousa, se generalizar na alimentação insular¹³⁸. Depois do pioneirismo na divulgação da cultura do chá pela SPAM que concretiza a sua plantação em 1873, quando o declínio da laranja parece já inevitável, publicita-a no Almanaque de 1875¹³⁹ e patrocina os ensaios no fabrico a partir de 1878 (em que o morgado esteve envolvido contribuindo com amostras do chá por si cultivado), José do Canto monta a sua própria indústria, em 1891,¹⁴⁰ tornando-se no *mais importante cultivador e exportador de chá e o mais cotado conhecedor da matéria*¹⁴¹. Em 1893 exporta-se chá para Lisboa e Inglaterra.¹⁴²

¹³⁷ As plantações que subsistem actualmente alinham as plantas do chá em sebe linear, quando inicialmente, e até bem dentro do século XX, as plantas eram cultivadas por indivíduos separados com uma forma invulgarmente arredondada, como se pode ver na iconografia coeva. Veja-se, para além da Fig. 1.28, a *Fot. 9 - Aspecto de uma plantação de chá*, em João de Medeiros Constância, *Evolução da paisagem humanizada da Ilha de S. Miguel*, Separata do Boletim do Centro de Estudos Geográficos, vol.III, n.º 20, 1963, Coimbra, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, 1963-1964, p. 71.

¹³⁸ Cf. Nestor de Sousa, "Os «Canto» nos Jardins Paisagísticos da ilha de S. Miguel", *Arquipélago - História*, 2.ª Série, IV – n.º1, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000, p. 182.

¹³⁹ Cf. *Almanak Rural dos Açores para o anno de 1875*, Ponta Delgada, Typ. de Manoel Corrêa Botelho, rua da Esperança, 35, 1875.

¹⁴⁰ Em 1878 chegaram à Ilha dois mestres chineses contratados no final do ano anterior pela SPAM para ensinar a *manipulação* do chá, cuja cultura se tinha ensaiado em vários locais da Ilha nos prédios dos sócios, entre os quais se incluía JC. Depois de passar as provas dos Clubes Micaelense e Lisbonense, e de outras internacionais opiniões, o veredicto final sobre a colheita trabalhada por *Lau-a-Pan*, *mestre manipulador* e *Lau-a-Teng*, *interprete e coadjutor*, por um químico professor do Colégio de França foi de *excelente*. Embora JC não fizesse parte da comissão nomeada pela SPAM e presidida por Caetano d'Andrade Albuquerque para estudar a viabilidade da cultura e comercialização do chá em S. Miguel, dela constava o irmão Ernesto. Com seis fábricas a laborar no século XX (cf. Manuel Vieira Gaspar, *Património dos Açores em Filatelia, Culturas do Ananás, da Vinha, do Chá e do Tabaco*, Núcleo Filatélico O Milhafre, 2003, p. 101), e com os arbustos que ainda hoje pontilham a paisagem do Norte da Ilha, a cultura do chá terá sido um dos maiores êxitos práticos da SPAM.

Para um sumário da introdução desta cultura em S. Miguel pela SPAM, veja-se Nestor de Sousa, ob.cit. p. 180-182, e Fernando Aires de Medeiros Sousa, que desenvolve mais detalhadamente a exploração de JC em "A Casa Canto e a produção do Chá", em ob.cit., p. 153-167.

¹⁴¹ Cf. Fernando Aires de Medeiros Sousa, ob.cit., p. 163; Maria Isabel João, *Os Açores no Século XIX / Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Edições Cosmos, 1991, p. 54.

O sucesso com esta empresa foi exigindo maior área de cultivo, escreve Fernando Aires a terminar a parte dedicada ao *Chá Canto*. As fontes primárias foram, neste assunto, escassas, principalmente para que se pudesse mapear o novo padrão no território. No ano rural de 1875-76 José do Canto tem chá plantado no Espigão de António Alves e nos Covões¹⁴³. Encontrei também uma nota de *Plantio de chá* que soma 45 alq 35 vs na *matta que foi dos vinhaticos* e à sua volta, e *junto da Agoa real*¹⁴⁴. Quer o Espigão de António Alves, quer a Mata de Vinháticos constam das pastagens e matas roçadas no início da década de 70 na propriedade do Pico Arde¹⁴⁵, o que me leva a pensar que o chá foi plantado nos pastos por entre as matas da encosta norte da Barrosa, como confirma o relato de Emygdio da Silva: “O sr. José do Canto possui **nas clareiras das suas mattas** na Ribeira Grande vastas plantações de camelias [de chá], que atingem 2 a 3 metros de altura e cujo aspecto gracioso e inteiramente novo para nós, produz agradável impressão.”¹⁴⁶ (bold meu). Numa fotografia da estrada para a Lagoa do Fogo, em construção na década de 50 do século seguinte, o relator chama a atenção para a plantação da chá (à esquerda na imagem) que ainda é feita à imagem da chinesa (por indivíduo isolado), e ainda com os pinheiros de

Comprovando o reconhecimento de JC como perito na matéria, o Ministro da Marinha e Ultramar Neves Ferreira escreve a JC pedindo-lhe *sementes e conhecimentos* para experimentar a cultura do chá em Angola, cf. *Carta da Secretaria d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar / Direcção Geral do Ultramar*, 5 Maio 1893, UACSD, FBS-AJC 11937; e em carta de 18 Julho de 1893, UACSD, FBS-AJC 11938, acusando a resposta de JC de 30 de Maio, informa-o que “As instrucções dadas por V. Ex.^a já foram mandadas publicar no “Boletim official” da província de Angola.”, e propõe o envio das sementes para a Madeira onde se faria o transbordo para o “paquete da Africa occidental”. Nestor de Sousa transcreve outra carta do mesmo ministro, datada de 14 Dezembro 1893, em que este confirma o embarque das plantas de chá a partir da Madeira pelo “paquete Angola”, pretendendo dar-lhe posterior conhecimento dos resultados, ob.cit., Doc. 60, p. 296.

¹⁴² Cf. M. Emygdio da Silva, ob.cit., p. 42.

¹⁴³ Cf. férias das Matas de 27 Agosto 1875 a 10 Novembro 1876, UACSD, FBS-AJC.

¹⁴⁴ Folha de *Plantio de chá*, s.d., UACSD, FBS-AJC (riscado no original):

Vallagão 3º pasto à esq da servidão	11alq.	171vs.
Acima da matta que foi dos vinhaticos, plantio do anno passado	9	132
Acima do pasto precedente, calcula-se estar plantada a metade	7	-
Na antiga matta de vinhaticos	14	132
Encosta do Ponente		
Junto da Agoa real	2	

¹⁴⁵ Ver *Pico Arde melhoramentos – Pastagens* [de 1869 a 1871], UACSD, FBS-AJC 10519, Doc. anexo P07.

¹⁴⁶ M. Emygdio da Silva, ob. cit., p. 41.

permeio (Fig. 1.29). As plantações de chá em S. Brás e no Porto Formoso,¹⁴⁷ de que não encontrei documentos que informassem das áreas de cultivo, localizaram-se, de igual modo, nas encostas por entre as matas: a *Rocinha*, que num esquema de rotação de culturas aparece sempre cultivada de chá¹⁴⁸, é também mencionada numa Folha das Matas do Porto Formoso,¹⁴⁹ e a “roça que foi do Labêto próxima à chã onde se arrancou o chá”¹⁵⁰, era uma das matas do Porto¹⁵¹. Esta chã funcionaria como viveiro para as plantações de chá da Ribeira Grande.¹⁵²

No final de 1891, com a fábrica em construção¹⁵³, José do Canto contrata, como fez anos antes a SPAM, *dois chinas manipuladores de chá e respectivos utensílios* para a sua exploração, e, aos setenta anos de idade, José do Canto inicia-se, por fim, nas *industrias secundarias* com a construção de uma fábrica de chá.¹⁵⁴ Instruindo-se, como sempre, na literatura especializada, acompanhando de perto os trabalhos e experiências e, assim, dominando a totalidade do ciclo de produção e transformação, ensaiando metodicamente os melhores processos

¹⁴⁷ “Ouje fui ver o chá de S. Braz e o do Porto”, Carta de Francisco Tavares a JC, Porto Formoso, BPARPD, JC/CORR. Cx. 2/205. A correspondência deste feitor com JC arquivada na UACSD vai informando do chá nestas propriedades, dando conta do estado da plantação e das quantidades de chá *em estado de se apanhar*.

¹⁴⁸ Cf. Apontamentos para rotação de culturas entre 1892-1893 e 1896-1897, UACSD, FBS-AJC.

¹⁴⁹ “Sachar Viveiro da Rocinha”, *Matas do Porto*, em 2 de Maio de 1874, UACSD, FBS-AJC.

¹⁵⁰ Carta de Francisco Tavares a JC, Porto Formoso, 29 Abril 1881, UACSD, FBS-AJC. Noutra carta com o mesmo destinatário, Tavares informa que foi para Ribeira Grande o chá arrancado na chã da Roça do Labeto, 8 Fevereiro 1884, UACSD, FBS-AJC.

¹⁵¹ “A lenha da mata que foi do Labeto foi vendida por 10:50rs.” Carta de Francisco Tavares a JC, Porto Formoso, 16 Agosto 1878, UACSD, FBS-AJC.

¹⁵² “Passando a examinar as plantas de chá, como V. Ex.^a me determinou encontrei 407 antigas e 2:650 novas; das quaes remetto uma mostra para V. Ex.^a ver o seu tamanho”; e em 1884, enviaram-se do Porto Formoso “200 plantas de chá, sendo 100 nascidas de semente, e as outras 100 foram rebentões das raízes da outra para a R Grande”, Cartas de Francisco Tavares para JC, Porto Formoso, respectivamente de 24 Maio 1878, e de 30 Março 1884, UACSD, FBS-AJC.

¹⁵³ Cf. *Rib^a Gr. – Casa do Chá – P.c^o Arde / Férias do cabouqueiro, e pedreiro – / Com principio em 23 de Maio de 1891*, UACSD, FBS-AJC.

¹⁵⁴ Demorará mais tempo do que calculara para acabar a construção das *casas da Caldeira Velha*, outras vezes descritas como *casas da Matta do Pico Arde. (Para o Chá)*, que, para além da *officina* para a fabricação do chá, incluía um fogo para alojamento para os chineses (cf. *1891-Dezembro Extracto das férias com a construção das casas p.^a o fabrico de chá e morada dos Chins*), concluindo-se só por Abril de 1892, cf. *Férias de pedreiro*, Abril 1892, UACSD, FBS-AJC. No Verão do ano seguinte chega à Ilha o *machinismo do chá*, cf. Carta de J. P. d’Almeida para JC, 12 Julho 1893, BPARPD, JC/CORR. Cx. 7/695. Para mais informação sobre a construção da fábrica v. Fernando Aires de Medeiros Sousa, ob.cit., p. 160-163.

de fabrico¹⁵⁵, orçamentando a comercialização, José, agora industrial¹⁵⁶, inaugura uma marca que, apesar da concorrência do chá proveniente de Macau¹⁵⁷, vai ter a qualidade, rentabilidade e longevidade decorrentes¹⁵⁸. A marca *Chá Canto*¹⁵⁹ vai estar presente na exposição do Relvão de 1900 com um pavilhão que, pela qualidade formal, não deixa de homenagear o seu fundador (Fig. 1.30).

Outras culturas

José do Canto esteve na primeira linha da experimentação obsessiva de culturas que viessem a revelar-se alternativas económicas à laranja em declínio. Vejamos o que encontrei, sem sequer ter investigado sistematicamente esta sua outra permanente frente de trabalho.

Em 1848, José do Canto apresentou uma *Proposta sobre a cultura do tabaco em S. Miguel* à SPAM. Depois da autorização do governo em 1864, as largas folhas do tabaco, com a respectiva arquitectura dos sequeiros e fábricas, tiveram uma expressão significativa na economia e paisagem da Ilha. Apesar da sua proposta, José não participou nesta empresa. Também não lhe detectei qualquer participação na cultura do linho que, com altos e baixos, se foi mantendo na paisagem de Oitocentos e na qual a SPAM chegou a investir com a importação de um moderno tear de Bristol e patrocinando um concurso de fiação.

Em 1857, redigiu um relatório intitulado *Industria pecuária – prados naturais e artificiais* propondo a criação de gado bovino para exportação de carne e várias

¹⁵⁵ Cf. Carta ao irmão Ernesto, em Fernando Aires de Medeiros Sousa, ob.cit., p. 155, em que cita os processos de fabrico de chá preto e chá verde descritos por *Mr. Money* e *Mr. Ball* a ensaiar como complementares ou alternativos aos dos chineses contratados. Na BPARPD encontramos do tenente-coronel Edward Money, *The Cultivation and Manufacture of Tea*, London, W. B. Wittingham & Co., third edition, 1878; e de Samuel Ball, ex-inspector da United East India Company in China, *An Account of the Cultivation and Manufacture of Tea in China: derived from Personal Observation during an Official Residence in that Country from 1804 to 1826*, London, Longman, Brown, Green and Longmans, 1848.

¹⁵⁶ JC já participava no incipiente processo de industrialização da Ilha enquanto accionista da Fábrica de Álcool de Santa Clara desde 1884, cf. idem, p. 151.

¹⁵⁷ Ver idem, p. 161.

¹⁵⁸ Segundo Manuel Vieira Gaspar, ob.cit., p. 108, as fábricas da Condessa de Jácome Correia e a dos herdeiros de JC foram as últimas a deixar de laborar (não considerando a reabertura da Gorreana e do Porto Formoso). Arlindo Cabral, presidente da CRCAA, em comunicação à «Conferência de Administração Pública Distrital, de Ponta Delgada» publicada sob o título «Agricultura e Economia do Distrito de Ponta Delgada», em *Boletim da CRCAA*, n.º 11, 1º semestre 1950, diz encontrar-se então a cultura do chá em crise.

¹⁵⁹ Inconfundível no “apurado fabrico e característica aparência”, carta de Germano Serrão Arnaud para JC, de Lisboa, 4 Dezembro 1896, citada em Fernando Aires de Medeiros Sousa, ob.cit., p. 163.

formas de estimular o arroteamento dos baldios e incultos para pastagem, entre as quais o povoamento com colonos dos terrenos maninhos¹⁶⁰ – proposta retomada e estudada exactamente um século depois pela Junta de Colonização Interna para as pastagens da Lagoa do Congro¹⁶¹.

José do Canto cultivou o ananás¹⁶², sendo dos primeiros a ensaiar a sua cultura em estufa logo em 1851¹⁶³.

“[O vapor] A mim trouxe-me umas plantas de Caffé da Libéria, e do Cabo de Boa Esperança, em que põho as maiores esperanças, de boa aclimação”, escreve em 1875 a ver se alicia o filho António para a causa patriota da agricultura.¹⁶⁴

José do Canto teve no Pico da Pedra uma mata de “chinchonas”, plantas donde se extrai o quinino, e em cujos proveitos depositou grande expectativas.¹⁶⁵

Em 1883, as amostras que enviou para a Exposição Agrícola de Lisboa são elucidativas dos vários ensaios que ia produzindo em simultâneo:

- 2 frascos de **chá verde** da colheita de 1881 e 1882
- e ditos de **chá preto** da mesma colheita
- 2 vasos com duas **plantas de chá** de 3 annos
- 2 manchos de maçarocas de **milho branco**, varied.e americana “dente de Cavallo” produzido em 1882
- 12 molhos de folha de “**Phormium tenax**” producto de uma só planta
- 4 cordas de lavoura de “**Phormium tenax**”
- 12 feixes de **bambus** de espécies diferentes, sendo 3 cannas de cada especie
- 6 velos de **lã de um gado de carneiros “South Down”** introduzidos em 1846
- 1 molho de **hortiga branca** primeiro corte d’esta primavera, correspondente a um metro quadrado de terreno
- 2 vasos com **vinha da Conchichina**
- 1 frasco com 1 galho (flor e fructo) de **Pitocarpus pimassidura**
- 1 d.º com um galho florido, verdadeiro “**Laurus Camphora**”
- 1 d.º com **Soja**¹⁶⁶ (bold meu).

¹⁶⁰ Cf. “Um relatório de José do Canto... sobre a indústria pecuária”, em Sacuntala de Miranda, ob.cit., p. 184.

¹⁶¹ Cf. José Gabriel Mendonça Correia da Cunha, *Melhoramentos agrícolas. Contribuição para os estudos das possibilidades de colonização da propriedade “Pastagens da Lagoa do Congro”, sita em S. Miguel, Açores*, Lisboa, Junta de Colonização Interna, 1957.

¹⁶² “A estufa fica amanhã plantada de ananases. Está pintada, cheia de terra, e amanhã vem um homem plantar-a, com planta, que afinal me vejo obrigado a comprar”, o que parece confirmar que JC não cultivava ananases em grande escala. Carta de JC ao irmão Eugénio, Ponta Delgada, 16 Agosto 1879, AP-FACHN.

¹⁶³ Cf. Isabel Soares de Albergaria, ob.cit., nota 108, p. 241-242.

¹⁶⁴ Carta de S. Miguel, 5 Setembro 1875, de JC ao filho António, transcrita por Fernando Aires de Medeiros Sousa, ob.cit., p. 339.

¹⁶⁵ Cf. Fernando Aires de Medeiros Sousa, ob.cit., p. 81-82.

¹⁶⁶ Acta da Sessão de 10 de Fevereiro de 1883, em *Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense / Actas da Direcção / 4 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887*, BAPARPD-FSPAM. As folhas do *Phormium tenax*, localmente denominado por *espadana*, eram desfibradas localmente e exportadas para Inglaterra e para o Porto para fazer cordame ou “tecidos

Cultivou a banana.¹⁶⁷ Terá experimentado “Kuskoo”.¹⁶⁸

Em Julho de 1887, a batata doce, que nesses anos é cultivada como matéria-prima para a indústria do álcool, obtém a segunda maior receita na produção agrícola dos prédios de José do Canto no concelho de Ponta Delgada, a seguir ao milho.¹⁶⁹ Na década de 90 foi accionista da Fábrica de Destilação de St.^a Clara com 40 acções.¹⁷⁰

Se o revestimento vegetal desenha com a topografia a primeira imagem do território da Ilha, José do Canto foi protagonista da transformação dessa imagem com a incessante aclimação de plantas *úteis*, como as que passei em revista, e outras *ornamentais*, muitas das quais ainda permanecem e caracterizam a paisagem.

Técnicas

Máquinas ou mão-de-obra

Foi nas lavouras da Ribeira Grande e do Porto Formoso que se usaram as primeiras **máquinas agrícolas** compradas por José do Canto: um semeador mecânico Hornsby e uma debulhadora mecânica. Embora não tivesse visitado o stand da *Hornsby, Richard & Son - Manufacturers, Designers and Inventors* na Exposição Universal de Londres de 1851, José do Canto tinha adquirido o catálogo oficial da exposição onde figurava, entre outras máquinas daquela

grosseiros” (cf. M. Emygdio da Silva, *S Miguel em 1893, Cousas e Pessoas*, Ponta Delgada, Biblioteca da Autonomia dos Açores, vol. I, 1893, p. 41); e a urtiga branca substituía o algodão na indústria têxtil (cf. *O Cultivador*, n.º 3, 15 de Março, 1873, p. 73).

¹⁶⁷ “Acabar de alimpar as laranjeiras e bananeiras.” Feria da Quinta de José do Canto Brum de 7 Abril 1877, UACSD, FBS-AJC.

¹⁶⁸ Cf. Carta XXIII de JC a José Jacome, Paris, 22 Fevereiro 1863, em José do Canto, ob.cit., p. 84.

¹⁶⁹ A batata doce vendeu 1.843\$690 rs, o milho 2.797\$590 rs. Cf. *Receita extraordinaria do anno de 1887, Productos Agricolas / Mez de Julho / Ponta Delgada*, UACSD, FBS-AJC.

¹⁷⁰ Sacuntala de Miranda, *O Ciclo da Laranja e os “gentlemen farmers” da Ilha de S. Miguel, 1780-1880*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1989, p. 86-87.

marca, a famosa *Patent Drill Machine*¹⁷¹ (Fig. 1.31). Com uma boa ilustração, o semeador Hornsby era publicitado em toda a imprensa especializada da época, tendo até aparecido no generalista *Archivo Pittoresco*¹⁷². José do Canto comprou um semeador Hornsby no final de 1869, princípios de 70¹⁷³. Esta aquisição é feita a seguir a duas crises frumentárias quase sucessivas, em 1867 e 1869¹⁷⁴, podendo a propagandeada maior produção que se obteria pela sementeira mecânica estar na sua origem. Parece-me mais improvável que fosse a carestia da mão-de-obra o argumento para a compra da máquina.¹⁷⁵ Ainda que a população rural micaelense recomece a emigrar por essa altura, quando o

¹⁷¹ *Great Exhibition of the Works of Industry of all Nations 1851, Official Descriptive and Illustrated Catalogue*, London, Spicer Brothers, Wholesale Stationers; W. Clowes and Sons, Printers, 1851, vol. I, p. 395.

¹⁷² V. *Archivo Pittoresco*, vol. II, 1858-59, p. 333. Também aparece a ilustração de um *ceifador mecânico* no vol. III, 1860, p. 237.

¹⁷³ “No mesmo navio deve vir um Semeador Hornsby, para a sementeira do trigo no Porto Formoso, mas cuido que já pouco aproveitarei d’elle n’este anno, em razão de chegar retardado.” Carta de S. Miguel, 27 Janeiro 1870, ao filho António do Canto, transcrita por Fernando Aires de Medeiros Sousa, ob.cit., p. 292.

¹⁷⁴ Cf. Fátima Sequeira Dias, *Uma estratégia de Sucesso numa Economia Periférica, A Casa Bensúde e os Açores, 1800-1870*, Ponta Delgada, Ribeiro e Caravana Editores, 2.^a ed., 1999, p. 178.

¹⁷⁵ Na década de 70 o custo médio das jornas mantém-se a 200 réis para um homem, cf. *P.g. 19\$740 em 10 de Setembro de 1870 / Abreu Lima*, [serviço à Grotinha], UACSD, FBS-AJC; *Feria para os homens que trabalham nos prédios pertencentes a Cidade*, [1872], UACSD, FBS-AJC 222; *Feria dos homens que servem nas quintas na semana de 12 de Junho de 1875*, UACSD, FBS-AJC; *Feria de quintas a cargo de Augusto de Medeiros / 17 Maio 1979*, [impresso], UACSD, FBS-AJC. Para plantar laranjeiras o preço da jorna sobe em 1872 aos 240 rs, cf. *Feria de 5 de Janeiro de 1872 no Pico da Pedra*, UACSD, FBS-AJC 219, enquanto desce aos 160 rs na *Lavoura do Porto [Formoso]*, nas semanas de 15 e 29 d’Agosto de 74, UACSD, FBS-AJC.

Nas matas da Lagoa do Congro, de 1870 a 1873 os jornais são invariavelmente a 160 rs, seja de queimar e roçar, mondar, podar ou plantar, cf. folhas de ferias de 29 de Janeiro de 1870 a 18 de Março de 1873, UACSD, FBS-AJC. Também nas matas da Ribeira Grande, as jornas não chegam aos 200 rs ficando pelos 180, cf. *Dia 26 de maio de 1876 / Folha Desta Semana Comserviço de Vo.^a Ex.^a nas matas da Ribeira grande*, UACSD, FBS-AJC (sublinhado no original). É só em 1882 que os mateiros de JC no Porto Formoso reclamam um aumento do salário, que é ainda de 160 rs: “[...] por causa d’isso já Augusto de Mello sahio por não lhe convir trabalhar por 160rs; se for por mais dinheiro continuará.”, Carta de Francisco Tavares a JC, Porto Formoso, 12 Maio 1882, UACSD, FBS-AJC.

Conforme sugere o quesito do “preço do jornal de trabalhadores assistentes, em cada povoação” do inquérito alinhavado por JC para estabelecer o preço das rendas (cf. *O Agricultor Micaelense*, 2.^a série, n.º 43, Julho 1851, p. 719), estes jornais mais baixos na lavoura do Porto Formoso e nas matas mostram a existência de uma geografia de custos da mão-de-obra, que parece ser mais barata quando mais afastada da Cidade e do *ager*.

O jornal também variava com as estações do ano: “Na semana próxima começarão os preços de inverno”, lê-se na *Feria de João Soares*, de 30 Outubro 1869, e os homens que nesta semana foram de 180 rs passam na semana de 18 Dezembro a 160 rs. (Ambas as folhas de férias UACSD, FBS-AJC). Segundo Gabriel d’Almeida, que foi empregado da SPAM, no princípio dos anos 90 os jornaleiros continuam a receber a 160 réis, pagos em medida equivalente de milho. Cf. *Diccionario Histórico-geographico dos Açores*, Ponta Delgada, Tip. Diário dos Açores, 1893, p. 68.

declínio da laranja há muito anunciado parece irreversível, as oscilações do preço das jornas, que já de si variam ao longo das estações do ano¹⁷⁶, são já habituais e, parece-me, imprevisíveis¹⁷⁷. As obras públicas influenciam o preço das jornas, mas são igualmente instáveis: em Maio de 1881, o feitor das matas do Porto Formoso conta a José do Canto que “Jacintho d’Araújo que trabalhava comigo nas mattas abandonou o serviço de V Ex^a para ir trabalhar nas Obras Publicas, porque lá ganha mais dinheiro”,¹⁷⁸ e, dois meses volvidos sugere-lhe que admita “alguns homens ou rapazes que foram excluídos da Estrada Real” para a monda das matas.¹⁷⁹

Considerando a finalidade – que implica percorrer o campo a semear com a máquina atrelada a uma junta de bois, quando a topografia micaelense é, geralmente, muito acidentada¹⁸⁰ – e o modelo concreto – uma das mais ilustradas máquinas agrícolas à época –, poderá ter havido alguma *agromania* e,

¹⁷⁶ Outro dos quesitos do inquérito proposto por JC para normalizar as rendas é “O mínimo e o maximo do preço do jornal, nas varias estações do anno.”, cf. *O Agricultor Michaelense*, 2.^a série, n.º 43, Julho 1851, p. 719.

¹⁷⁷ “Quando houverem homens baratos, e d’abundancia, hade se experimentar a virar um alqueire de terra, no pasto que traz José Cordeiro Rodovalho, [...]”, escreve JC em 1858, ano de crise cerealífera, em *Notas sobre os trabalhos das Quintas da Grimaneza*, 28 Junho 1858, UACSD, FBS-AJC. Em 1873 Ferdinand Fouqué, ob.cit., p. 6, afirma que, apesar da emigração permanente, *la main-d’oeuvre y est à très bon marché*. Em 1875, cinco anos depois da compra do semeador, na *Feria dos homens que servem nas quintas na semana de 12 de Junho*, os preços na Grotinha para trabalhar em milho e em diferentes serviços pertencentes a *Obra das Arribanas*, foram 6 jornais de 200 réis, 18 de 140, 6 de 120, 6 de 110 e 5 de 100, o que eram os preços normais. Pareceu-me ser somente na década de 90 que os preços dispararam, com os homens a 800 rs e rapazes a 500 e 600 rs, na mesma Grotinha também ao mesmo mês (cf. Carta de J. P. d’Almeida a JC, de Ponta Delgada, 8 Julho 1893, BPARPD, JC/CORR. Cx. 7/682); no mês seguinte, os homens sobem a 1000 rs e os rapazes a 750, havendo quem pague 1100 e 1200 (cf. idem, 6 Julho 1893, BPARPD, JC/CORR. Cx. 7/683); mas doze dias depois o 3.º *sacho no milho* da Grotinha é dado com homens a 540 e um rapaz a 200 rs. (cf. idem, 18 Julho 1893, BPARPD, JC/CORR. Cx. 7/691). Em 1896, os jornais voltam a subir com os homens *para as malhas das favas* a 1000 rs o dia, cf. *O preto no branco*, n.º 12, 1896, que relaciona aqueles preços com o “despovoamento progressivo e cada vez mais sensível” (cit. por Fernando Aires de Medeiros Sousa, ob.cit., p. 108).

¹⁷⁸ “[...] e estou vendo que agora não metto outro rapaz porque querem que se lhe pague pelo preço que o Estado paga, que a meu ver é caro.” Carta de Francisco Tavares a JC, Porto Formoso, 13 Maio 1881, UACSD, FBS-AJC.

¹⁷⁹ Cf. Idem, 22 Julho 1881, UACSD, FBS-AJC.

¹⁸⁰ O agrónomo António d’Andrade Albuquerque Bettencourt vaticina a continuação do recurso à força de trabalho dos bovinos “por a accidentação do terreno não permittir o emprego de machinas”, em idem, *Industria Pecuaría na Ilha de S. Miguel (O que foi, é, e póde ser)*, dissertação apresentada ao Conselho Escolar do Instituto d’Agronomia e Veterinária de Lisboa, Typographia de Adolpho, Modesto, & C.^a, 1887, p. 57.

simultaneamente, fetichização da máquina como objecto que condensa o desejo de progresso na ‘razão’ daquela compra.¹⁸¹

Por carta ao irmão Eugénio, ficamos a saber que, em 1871, José do Canto tinha também uma “máquina de ceifar”¹⁸², mas não lhe encontrei qualquer outra referência.

Numa lista de utensílios para a criação de gado a adquirir em Londres, José do Canto anota também um *Hornsby's Root Pulper for hand-power, or one horse gear*, para além de um *Illustrated Catalogue and List Price of F. S. Hindley, Bourbon, Dorset, for small steam engines; Engine and Boiler combined*,¹⁸³ demonstrando o interesse e atenção que dedica à mecanização agrícola.

Da debulhadora temos notícia em 1885, na lavoura do Porto Formoso¹⁸⁴. Na nota de encomenda a um seu correspondente em Londres de uma máquina destas, é extremamente significativo para esta investigação o facto de José do Canto, para definir com maior precisão o tipo de máquina que quer, invoque o livro onde a viu:

Deseja-se uma Winmoving-Machine, própria para alimpar trigo, milho (Indian corn) favas (broad beans), feijão (french beans), para o que deverá ter as necessárias graduações e os crivos (sieves) precisos. Há uma infinidade de invenções prefere-se a que fôr mais simples e mais expedita, seria

¹⁸¹ Ainda assim, e sabendo pel'*O Agricultor Michaelense*, 2.^a série, n.º 27, Março 1850, p. 441, que havia pelo menos um *engenho de debulhar milho* em S. Miguel desde 1850, adquirido por Gil Gago da Câmara, que se afirmava operar com “maravilhosa rapidez e perfeição”, não se pode dizer que JC correu a comprar máquinas agrícolas, tendo provavelmente esperado pela Exposição Universal de 1867 para as ver primeiro. Uma vez testadas as primeiras, comprará outras por catálogo.

António Teixeira de Macedo atribui a Simplicio Gago da Câmara a posse da única máquina a vapor existente na Ilha, que deveria ser a mesma noticiada pelo *Agricultor*. Com 18 cavalos, teria sido importada de Hull, em 1848, para moer trigo ou milho e serrar madeira, cf. *Breve Memoria sobre o Estado da Agricultura, Commercio e Industria do Districto de Ponta Delgada oferecida Ao Exm.º Sr. Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello, Ministro e Secretário d'Estado das Obras Publicas Commercio e Industria*, Ponta Delgada, 1853, p. 28.

¹⁸² “[...] No dia em que fui à Cidade, tinha chegado a minha máquina de ceifar, que talvez venha para cá no princípio da semana, para se experimentar na restiva.” Carta de JC ao irmão Eugénio, Porto Formoso, 29 Julho 1871, AP-FACHN.

¹⁸³ Veja-se Lista manuscrita por JC, s.d., UACSD, FBS-AJC 8130, Doc. anexo P12.

¹⁸⁴ “Conduzir estrume dos curraes e arribanas p’ra estrumeiro e armar a **machina de debulhar trigo** / Debulhar trigo na **machina**, esgalhar folha”, (bold meu), respectivamente a 4 e 18 Setembro 1885, na *Lavoura do Porto Formoso / Extracto das Contas de Despesa*, UACSD, FBS-AJC.

bom que mandassem alguma aproximada á que descreve *Low / Elements of Practical Agricultural pag 196 fourth edition*¹⁸⁵) Note-se que esta maquina não é para servir juntamente com uma *Tracking Machine* - O preço regular d'um *Peneiro Winmoving Machine* é de L5-10s porem entendo que se pode pagar L8 ou 9 conforme o meu Am^o entender –¹⁸⁶ (bold meu).

Mas, em 1884, José do Canto quis saber o preço de *uma batteuse a 3 ou 4 bouefs*, explicando que não se justifica a aquisição de uma debulhadora a vapor, requerendo uma máquina *qui puisse battre de 30 à 40 hectolitres [de milho] par journée de 10 [ou 16?] heures*, e que deverá ser *portable avec facilité*.¹⁸⁷

Não sei se foi francesa ou inglesa a debulhadora que inicialmente trabalhou na nova granja do Porto Formoso, mas em ambas as notas o interesse de José do Canto pela mecanização parece bastante pragmático, preferindo a *que fôr mais simples* na primeira, dispensando o *vapor* na segunda. Embora o semeador *Hornsby* não fosse movido a vapor, em 1884 o micaelense já tinha experimentado a dificuldade logística da manutenção das máquinas.¹⁸⁸

¹⁸⁵ David Low, *Elements of practical agriculture comprehending the cultivation of plants, the husbandry of the domestic animals and the economy of the farm*, London, Longman, Brown, Green, and Longmans, 4th edition, 1843.

¹⁸⁶ UACSD, FBS-AJC 13519.

¹⁸⁷ Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9269, fl. 295-296:

St Michael's, le 10th March, 1884

Messieurs Ransomes, Head & Jeffreys,

Je viens de recevoir votre appréciée lettre du 21 fevrier dernier, accompagnée de votre Catalogue n.º1700 E.

La principale culture de ce pays est le mais, et je ne cultive que le blé indispensable pour la rotation des cultures. Ma récolte de blé n'est donc que de 500 a 600 hectolitres, en divers endroits, et il ne vaut pas la peine d'avoir une batteuse à vapeur pour si peu de chose.

Nous sommes obligés d'avoir beaucoup de bœufs pour la culture de mais, et comme ils n'ont rien à faire dans l'été, ont peut les employer à battre le blé, sans augmentation de frais.

Je vous prie donc, en remerciant votre offre, de me communiquer les renseignements possibles, pour une batteuse à ou 4 bœufs, et qui puisse battre de 30 à 40 hectolitres par journée de 10 [ou 16 ?] heures. Cette batteuse doit être portable avec facilité, et ne peut dispenser une voiture pour voyager, ou au moins des roues sur les quelles elle puisse marcher.

Veillez bien, Messieurs, agréer mes civilités empressées,

José do Canto

¹⁸⁸ Veja-se esta nota: “Please – send piston. Rod. Complete set . piston rings. / And eight studs for boiler fittings /Harrison/Peças quebradas – Urgentissimo Expedição Directa, ou Lisboa. A mais breve. Canto”, UACSD, FBS-AJC 16247. Ou, já depois de adquirida a debulhadora, a despesa de 4\$640 *limpar e concertar machina de debulhar* e 1\$200 *armar a machina em Reparos de Carpinteiro / Julho de 1887 Fra.co de Mello*, incluídos nas *Notas e apontamentos sobre o inventario 1888 a 1890* [na capa], UACSD, FBS-AJC. Na correspondência dos feitores da Ribeira Grande e do Porto Formoso são recorrentes as menções a reparações da máquina. As afirmações

No que parece um rascunho para artigo d'*O Agricultor Michaelense*, mencionam-se como possuidores de *arados de Mr. Howard*, na Ilha, Simplício Gago da Câmara, João Silvério Vaz Pacheco de Castro e José do Canto. São alfaias feitas integralmente de *ferro fundido* e, por isso, de material *mais forte e duradouro*.¹⁸⁹ *O Agricultor Michaelense*, na série comandada por Castilho, publica-o numa ilustração *ferrando* os leitores da respectiva *descrição técnica*, por *escusada e longa*, antes queimando incenso literário aos inventores estrangeiros e aos que em Portugal lhes adoptam e imitam os progressos.¹⁹⁰ Os arados Howard, de que José do Canto tinha um folheto publicitário (Fig. 1.32¹⁹¹), são também, à semelhança do semeador Hornsby, máquinas muito conhecidas por se terem divulgado iconograficamente, nos artigos e publicidade especializados.

José do Canto poderá ter reproduzido este arado,¹⁹² do mesmo modo que pretendeu construir em S. Miguel o carro de quatro rodas que viu no reino do Wurtemberg, para tal encomendando uma maquete à escala, como nos conta Medeiros Sousa.¹⁹³ Os carros de bois micaelenses, que ainda hoje chamam nos festejos os eixos em madeira de giesta, eram a metáfora perfeita da pesada inércia da agricultura tradicional.

peremptórias de *rapidez, perfeição e economia* no desempenho das máquinas de debulhar em toda a literatura especializada, não são realmente acompanhadas de qualquer promessa de fiabilidade... Ainda assim, JC tinha em 1896, na Arribana da Grotinha, para além de uma máquina de debulhar milho nova, outras seis, das quais quatro estariam “carecendo de concertos”. Cf. *Inventário Orfanológico do casal da finada Inventariada D. Maria Guilhermina Tavares Brum do Canto, de que é inventariando José do Canto, seu marido, d'esta cidade*, BPARPD, *Inventários Orfanológicos* TCPDL, M.402, n.º 26, vol. 1.

¹⁸⁹ Manuscrito s/título, em pasta *Agricultura*, UACSD, FBS-AJC.

¹⁹⁰ “O arado de Howard”, em *O Agricultor Michaelense*, 2.^a série, n.º 3, Março 1848, p. 59. Embora não tenha autor declarado, o artigo é claramente escrito por António Feliciano de Castilho que, sem desperdiçar uma linha que seja sobre as propriedades técnicas ou o desempenho agrícola da alfaia publicitada, alonga-se por mais de uma página discorrendo sobre o poder fecundo das invenções e das circunstâncias que por ora *vedam o nosso Portugal das ambições de creador*.

¹⁹¹ Vejam-se, na ilustração, os olmos que em pequenos grupos, por entre as casas e no meio dos campos, compõem a paisagem agrária inglesa.

¹⁹² Nas Férias de Francisco Moniz na Grotinha, das semanas de 22 e de 29 Dezembro 1855, UACSD, FBS-AJC, contabilizam-se, respectivamente, “2 ferros d’arado para 2 arados que mandei fazer” e “Madeira e 2 feitos de 2 arados e 1 canga”.

¹⁹³ Carta de JC a Antonio do Canto em Hohenheim, de Paris, 3 Fevereiro 1866, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 211v, em parte reproduzida por Fernando Aires de Medeiros Sousa, *ob.cit.*, p. 112-113.

Para além de emblemas da modernidade, num sector particularmente avesso à mudança histórica, as máquinas agrícolas forçam o campo a uma adaptação aos seus requisitos. Obrigando a uma maior regularidade, quer topográfica quer de perímetro, os campos rectangulares da agricultura mecanizada, em cuja geometria se inscreve a arquitectura das granjas, desenham uma paisagem eloquentemente ordenada.

Rotação de culturas

Nas *Condições para o arrendamento das terras roteadas na Agoa Nova*¹⁹⁴ José do Canto introduziu a obrigação da rotação de culturas, não permitindo aos rendeiros que cultivassem cereais mais do que um ano por triénio no mesmo cerrado. Os cerrados, em que o prédio se dividiu para arrendar, fazem também as vezes das folhas em que o terreno deveria ser repartido para as diversas culturas.

A rotação sucessiva das culturas pela terra dividida em folhas, requerendo que se cultivassem diferentes *novidades*, tinha por objectivo diversificar a solicitação do solo de modo a não esgotá-lo. Este parece ser o motivo que explica a manutenção de algumas culturas aparentemente menos lucrativas, como a aveia, que assim contribui para o equilíbrio da exploração da terra.

Para a sua própria lavoura, José do Canto faz uma planificação anual que significativamente intitula como “Projectos”. Por exemplo, o *Projecto de distribuição de Culturas no Porto Formoso, no anno de 1897-1898* distribui as culturas do Trigo, Milho, Batata, Batata Doce, Favas, Tremoço e Pasto pelas parcelas de terra do prédio chamado do Monte, calculando para as áreas destas as quantidades de semente necessárias. Para o ano seguinte, algumas parcelas mudam de cultura. Assim, no Porto Formoso todos os cerrados que no ano rural de 1891-1892 foram cultivados de trigo, mudam para milho, tremoço ou favas consociadas com milho serôdio no ano rural seguinte.¹⁹⁵ Na Ribeira Grande, o cerrado do Maiato tem milho no ano de 1891-92, trigo noutro ano, e Favas, e

¹⁹⁴ V. Doc. anexo P06.

¹⁹⁵ Cf. *Distribuição das Culturas no Porto Formoso, no anno de 1891-1892* e *Distribuição das Culturas no Porto Formoso, no anno de 1892-1893*, Caderno s.t., UACSD, FBS-AJC, respectivamente, p. 2 e p. 13-14.

depois batata em 1894-95; nos cerrados dos Três quartos e da Eira sucedem-se dois anos de trigo ao milho; nos das Almas e do Seccadouro alterna-se o milho com o trigo anualmente; no cerrado do Carreiro, à batata doce sucede a fava e depois o milho.¹⁹⁶ Embora sejam menos frequentes, também encontrei quadros com a planificação para cinco anos rurais em que se mostra a alternância das culturas, como por exemplo nos apontamentos para a lavoura da Ribeira Grande,¹⁹⁷ que transcrevo:

[alq . vs]	1892-1893	1893-1894	1894-1895	1895-1896	1896-1897
16. (15). <i>Dezasete de cima</i>	<i>tremoço</i>	<i>pasto</i>	<i>tremoço</i>	<i>pasto/tremoço</i>	<i>pasto</i>
10 <i>Rocinha</i>	<i>chá</i>	<i>cha</i>	<i>chá</i>	<i>cha</i>	<i>chá</i>
14.100 <i>Debaixo</i>	<i>tremoço</i>	<i>aveia</i>	<i>tremoço</i>	<i>relva</i>	<i>tremoço</i>

O afolhamento¹⁹⁸ obriga ao ordenamento da paisagem: a divisão da terra pelas culturas que vão alternando pressupõe a fixação do desenho das folhas. No projecto da Escola Agrícola para a Coutada do Assumar, o engenheiro agrónomo fixava o perímetro das folhas com caminhos bordejados de oliveiras.¹⁹⁹ Na paisagem agrária de José do Canto, a divisão dos cerrados, que funcionam como folhas, resultava numa grelha ortogonal de bardos de canas no Outeiro, ao Porto Formoso – como ainda hoje se podem lá ver, ou de muros de pedra ou combros na Ribeira Grande.

Fertilização do solo

O tom verde do tremoço era omnipresente na paisagem cultivada de S. Miguel no século XIX. Pouco se vendo hoje, o tremoço era então a mais banal das culturas. Usado para siderar a terra, ou *outonar*, como se dizia, ou apenas como

¹⁹⁶ Cf. *Culturas da Ribeira Grande nos annos de 1891-1892* e *Distribuição das Culturas da Ribeira Grande* [provavelmente 1892-1893, ou ano rural seguinte], Caderno s.t., UACSD, FBS-AJC, respectivamente, p. 7-8 e p. 17; e *Distribuição das Culturas, na Lavoura da Ribeira Grande, a cargo de Francisco de Mello* [1893-1894, deduz-se pela folha idêntica na organização e caligrafia assim datada para a Lavoura do Porto Formoso], UACSD, FBS-AJC.

¹⁹⁷ UACSD, FBS-AJC.

¹⁹⁸ JC alterna as culturas mais do que pratica a rotação de três ou quatro culturas como em rigor pressupõe o afolhamento. Veja-se a definição correcta enunciada por Mouzinho de Albuquerque cit. por Maria Carlos Radich, ob.cit., p. 45.

¹⁹⁹ Sebastião d'Arriaga Júnior, *Projecto de Cultura para o estabelecimento de uma Exploração Agrícola Modelo na Real Coutada do Assumar*, Lisboa, Typographia Franco-Portugueza, 1869, p. 108.

erva de pasto a comer verde pelo gado²⁰⁰, o tremoço era o adubo natural que assegurava o azoto nas terras²⁰¹. A importância que o tremoço tem na agricultura micaelense é patente no preço que a oferta alcança: “Há falta de tremoço, e o que aparece caríssimo”, escreve, no Outono de 1859, o procurador de José do Canto.²⁰² Em 1883, numa folha em que calcula os proveitos da lavoura do Porto Formoso, José do Canto atribui ao milho o preço de 400 réis o alqueire, enquanto o tremoço alcança os 500 rs/alq. Contas feitas, será naquele ano a segunda cultura mais rentável daquele prédio, a seguir ao milho e ultrapassando o trigo.²⁰³ O tremoço figura sempre em todos os planos de culturas das lavouras de José do Canto, mantendo-se mesmo na década de 90. Como nas outras culturas, incluindo a laranja, José do Canto também outona as terras do chá com tremoço,²⁰⁴ ainda que sejam desta mesma altura alguns folhetos sobre adubos químicos vendidos em Lisboa que se encontram no seu arquivo²⁰⁵.

Estrumar as terras não era prática corrente. José do Canto leva-a a sério²⁰⁶, chegando a comprar estrume para as laranjas da quinta nova da Grimaneza²⁰⁷. De tal modo lhe parece decisivo o emprego do estrume, que a estabulação será para o morgado mais importante para a produção do mesmo do que para a melhor produção do gado. José do Canto produzia estrume com as ovelhas²⁰⁸ e

²⁰⁰ Cf. “Um relatório de José do Canto... sobre a indústria pecuária”, em Sacuntala de Miranda, ob.cit., p. 181.

²⁰¹ Na realidade são bactérias nas raízes do tremoço (e das outras leguminosas, como a fava que também era utilizada para *outono*) que fixam o azoto. Cf. Maria Carlos Radich, ob.cit., p. 4.

²⁰² Carta de António Bernardes d'Abreu Lima para JC, S. Miguel, 30 Setembro 1859, N.º 9, UACSD, FBS-AJC 17822. Na carta seguinte, com o N.º 10, de 7 Novembro 1859, UACSD, FBS-AJC 17823, Abreu Lima reitera: “[...] o estrume e tremoço que esta caríssimo, são muito procurados.”

²⁰³ Cf. *Productos das Culturas do Porto Formoso em 1883*, UACSD, FBS-AJC. Trata-se de uma folha manuscrita em que JC calcula a produção do milho em 2.396\$000 rs, o tremoço em 547\$200 rs e o trigo em 544\$150 rs.

²⁰⁴ “Tremoço / Valagão, Matta do P.e Carlos, e entre o cha” em *Culturas da Ribeira Grande. 1894-1895*, UACSD, FBS-AJC.

²⁰⁵ V. folhetos dos Adubos Bachofen, UACSD, FBS-AJC.

²⁰⁶ V. *Saldo de contas por fretes de bestas em movimento de estrume para a lavoura do Conc. de Ponta Delgada*, em Carta de JC a António Bernardes d'Abreu Lima, Paris, 11 Maio 1866, UACSD, FBS-AJC.

²⁰⁷ “27 carretos d'uma porção d'estrume que se comprou / por 3600 a 50rs – 4\$890”, *Féria de 23 de 10bro na Quinta nova da Grimaneza*, 1854, Francisco Moniz, UACSD, FBS-AJC. No plantio de novas laranjeiras nas quintas de JC o estrume era indispensável.

²⁰⁸ “carreto de 11 cargas de estrume das ovelhas”, e “2 bestas a acarretar estrume d'ovelhas”, Férias de Francisco Moniz na Grimaneza, UACSD, FBS-AJC, respectivamente, nas semanas de 10 Março e de 22 Dezembro 1855.

com o gado bovino²⁰⁹ recolhidos em curral. A granja da Grotinha vai ser construída também para garantir a produção de adubo orgânico através do gado estabulado.²¹⁰ Tal como nas *model farms* inglesas, a nova infra-estrutura integra o indispensável depósito de estrume²¹¹. Ainda assim, em 1883, a produção própria continuava a não cobrir inteiramente as necessidades da casa, e não era fácil adquiri-lo a terceiros.²¹² Como seria de esperar, na granja do Porto Formoso construirá também uma estrumeira²¹³.

A preocupação em estrumar a terra antes das sementeiras ou do plantio é comum aos seus consócios da SPAM, em cujo jornal se aborda frequentemente o tema. O guano, celebrizado pelas revistas e manuais estrangeiros da especialidade, é o adubo mais cobiçado com José do Canto a ver do seu preço em Inglaterra, a pedido do primo José Jacome, e oferecendo-lhe do que ainda tem²¹⁴.

Em S. Miguel não há calcário. Em todo o arquipélago só a geologia mais antiga de Santa Maria sedimentou esta rocha. Logo em 1849, José Honorato Gago da Câmara, invocando a autoridade do *Professor Liebig* em longa exposição publicada no jornal da SPAM, exortou os seus consócios à montagem de um laboratório químico que considerava indispensável para uma Agricultura que todos pretendiam científica.²¹⁵ José do Canto sabia que depois de Justus Liebig,

²⁰⁹ “Logo que haja pontas [de milho] a quebrar hãode hir para o curral os dous bois do carro, e os dous da Lagoa do Congro, para as comerem, e fazerem estrume.” *Em 28 de Junho de 1862 / Instruções para Francisco Muniz a respeito das Quintas a seu cargo*, UACSD, FBS-AJC, doc. anexo P11, em *Grimaneza*.

²¹⁰ Veja-se os jornais *em carrear estrume da Grot.^a* para o C.^{co} [Charco] *da Madeira*, e para os C.^{os} [Calços] *da Pintoná* nas Férias de João da Silva, ano de 1885, UACSD, FBS-AJC.

²¹¹ Ver jornais de bestas *a acarretar estrume para o deposito da Grot.^a* em Férias de João da Silva em Fevereiro, Março, Julho, Agosto e Novembro 1885, UACSD, FBS-AJC.

²¹² “Já principiei a comprar o estrume para o pomar: pouco encontro que me contente.” Carta de Francisco Tavares a JC, Porto Formoso, 30 Março 1883, UACSD, FBS-AJC.

²¹³ “conduzir estrume das arribanas para a estrumeira”, *Outubro de 1891 Férias de João Carreiro Pt^o Formoso*, folha de férias impressa, UACSD, FBS-AJC.

²¹⁴ Cf. Carta XXVI, de Paris, 8 Setembro 1863, para José Jacome, ob.cit., p. 91.

²¹⁵ Cf. *O Agricultor Michaelense*, 2.^a série, n.º 18, Junho 1849, p. 306-311. Analisando a composição mineral das cinzas das plantas, o laboratório permitiria identificar os nutrientes das mesmas, da mesma maneira que se poderiam analisar os solos e detectar os elementos em falta.

de cuja obra fundamental possuía duas traduções francesas²¹⁶, os alimentos das plantas eram minerais e resumiam-se a fósforo, azoto, potássio e cálcio. Os gases que o estrume libertava evidenciavam a lenta decomposição química em que se produziam alguns elementos minerais. Por isso mesmo, os agricultores informados, como José do Canto, continuaram a estrumar as terras,²¹⁷ mas também o encontramos a *caldear*, isto é, a espalhar cal nas terras viradas para compensar a falta de cálcio.²¹⁸

Rega e Canalizações

Apesar da reconhecida humidade e do clima temperado dos Açores, a seca sentia-se (e sente-se) em S. Miguel nos meses de Verão.

*A maior parte deste prédio [a Terra de Diogo Vaz Carreiro, na Grotinha] assenta sobre pedreira, à flor da terra, **ressente-se muito das seccas de verão**, e tem diminuído de valor, desde que os jornaes aumentarão excessivamente.*²¹⁹ (bold meu).

A geografia da seca distribuía-se desigualmente pela ilha. Sendo um facto que muitos dos terrenos agricultados não retinham a água por serem de *borgalhau* por baixo da terra superficial, e que o regime torrencial das linhas de água levava à falta dela no Verão, a rega não seria em S. Miguel uma *agromania*, ou um fetiche do progresso, mas uma verdadeira necessidade.²²⁰

Mas a rega tinha pouca tradição na Ilha. À excepção da Ribeira Grande e Ribeirinha, onde em meados do século XX se faz a rega, não por falta de água

²¹⁶ *Lettres sur la chimie considérée dans ses rapports avec l'industrie, l'agriculture et la physiologie / par Justus Liebig*, traduits de l'allemand sur la deuxième édition par F. Bertet-Dupiney et E. Dubreuil-Hélion, Paris, Paul Masgana Libraire, 1845; e, com o mesmo título, uma edição em dois volumes de Victor Masson, Paris, Charpentier, 1847-1852.

²¹⁷ Cf. Maria Carlos Radich, *ob.cit.*, p. 7.

²¹⁸ “A terra [no Pico da Pedra] deve ser caldeada como se faz nas Furnas [...] pelos homens da Lomba que há annos me tem virado terra nas Furnas d’empreitada”, Carta de JC a *M.e Manoel*, Paris, 7 Janeiro 1866, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 143v.

²¹⁹ Descrição do prédio N.º 3881 em lista de melhoramentos anexa à *Relação dos Prédios em que há melhoramentos ou em que estão envolvidos outros prédios livres*, [...], UACSD, FBS-AJC.

²²⁰ “Desde que viemos das Furnas tem chovido quasi sempre, o que tem feito muito benefício aos campos, e destruído o pânico que havia de que se hia repetir a seca do anno passado.”, Carta de JC ao filho António, s.d., transcrita em Fernando Aires de Medeiros Sousa, *ob.cit.*, p. 325; ou “Estou com receio que esta quadra de vento norte e sul ardente não chegasse tãobem lá á Ilha, e tenha feito alguns estragos nos nossos terrenos porósos e que tão facilmente sentem a sêca.” Carta XXV, de Paris, 13 Agosto 1863, para José Jacome, transcrita em José do Canto, *ob.cit.*, p. 90.

nas culturas, mas “por os camponeses atribuírem propriedades extraordinárias à água das ribeiras do maciço do Fogo”²²¹.

Tirando as laranjeiras, que se regariam enquanto jovens ou quando houvesse água por perto²²², não se regavam as culturas. Sazonalmente, José do Canto *aguava as laranjeiras* das suas quintas em terreno de biscoito, quer houvesse água perto, quer não²²³. As outras quintas, menos necessitadas, eram regadas apenas se a seca *apertar*²²⁴. A água, paga à Câmara²²⁵ e contabilizada em *carretos*, *cargas* ou *pennas de água*²²⁶, era carregada até às quintas, que poderiam ter no meio uma *dorna* a servir de depósito,²²⁷ para a rega nos meses secos que, consoante os anos, podiam ser de Junho a Setembro.

²²¹ Raquel Soeiro de Brito, *São Miguel - a Ilha Verde: Estudo Geográfico (1950-2000)*, Ponta Delgada, 2004, p. 123. Também a *Carta da Ilha de S. Miguel / com indicação das correntes de água mais importantes / Escala 1:50.000*, 1946, BPARPD, FOP, define a pontilhado uma área que legenda com “regado por águas da ribeira do Teixeira”. A Ribeira do Teixeira é um curso de água mais ou menos paralelo à Ribeira Grande, para poente desta, com origem na cumieira da lagoa do Fogo.

Luís Bernardo Leite de Ataíde, em capítulo sobre a Igreja do Colégio de Ponta Delgada, *Etnografia Arte e Vida Antiga dos Açores*, vol. IV, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1976, p. 391, apoiando-se na *Historia Insulana* do Padre Cordeiro, diz que na quinta que adquiriram na Grimaneza, na Fajã de Cima, entre 1623 e 1627, os Jesuítas mandaram edificar uma casa e cisterna *para rega dos laranjais, em sua volta*. Esta *Grimaneza* localizar-se-ia na contiguidade da ermida de N. S. da Soledade, também situada na Fajã de Cima, mas a sul da propriedade homónima de JC.

²²² O Ensaio manuscrito sobre a cultura da laranja em S. Miguel, 29 páginas, s.d., UACSD, FBS-AJC, p. 26, da autoria de André do Canto, recomenda a rega das laranjeiras recém-plantadas, e M. F. Fouqué, *Voyages Géologiques aux Açores*, Extrait de la *Revue des Deux Mondes*, Livraison du 15 avril 1873, Paris, p. 4, aconselha-a em tempo de seca havendo água por perto. Neste caso construir-se-iam depósitos ou tanques, que também seriam de recreio, cf. Luís Bernardo Leite d'Ataíde, “Os portais das velhas quintas”, na revista *Os Açores*, Fevereiro 1928, p. 23.

²²³ Encontrei jornas de *aguar* ou *regar*, e contas de *fretes de cargas d'agua* para os anos de 1855; 1871, 73, 75; 1882, 83, 84, 85; e 1891, nas férias das quintas de S. Joaquim, do Calço e da Canada de Duarte Borges, UACSD, FBS-AJC.

²²⁴ “Esta quinta está boa de laranja, e se continuar a seca, deve ser aguada.” *Em 28 de Junho de 1862 – Instrucções para Francisco Muniz a respeito das Quintas a seu cargo*, UACSD, FBS-AJC, doc. anexo P11, em S. Gonçalo. Em 1855, durante os meses de Agosto e Setembro, esta quinta foi regada, cf. Férias de Francisco Moniz da semana de 23 de 10bro de 1854, até 29 de 10bro de 1855, UACSD, FBS-AJC.

²²⁵ “19 agosto 1882 Pago à Câmara por conta da rega - 95\$600”, Mapas de receitas e despesas da lavoura de 1882, UACSD, FBS-AJC.

²²⁶ Cf. Férias da *semana de 23 de 10bro de 1854 até 29 de 10bro de 1855*, nas Quintas nova e velha da Grimaneza, Grotinha, S. Gonçalo, Almas, UACSD, FBS-AJC, por exemplo: “4 Agosto – Qta S Gonçalo – Deitar agua nas Laranjeiras – 2 ½ j, 36 carretos de agua”; e Mapas de receitas e despesas da lavoura, listadas por prédios e feitores de 1882 a 1895, UACSD, FBS-AJC, por exemplo: “24 janeiro 1891 – Custo de 3 pennas d'agua_pertence a J. do C.º Brum - \$480”.

²²⁷ “O mesmo António Francisco da Motta começará a metter agoa nas ditas quintas a razão de 20rs. por barril, posto no meio de cada quinta, aonde estiver a dorna.” *Em 28 de Junho de 1862 – Instrucções...*, UACSD, FBS-AJC, doc. anexo P11, em *Canada de Duarte Borges*.

Em Santana, José do Canto dispunha de uma cisterna subterrânea e de tanques para rega do jardim.²²⁸ À excepção da granja da Grotinha, onde José do Canto construiu uma avisada cisterna, não detectei outros sistemas de recolha e depósito das águas pluviais nos prédios de vocação agrícola.

Se, pelo menos desde 1855, José do Canto rega as laranjeiras, numa demonstração clara dos cuidados e empenho que punha naquela cultura, nos mapas da lavoura a partir de 1882 aparecem registadas despesas *Por regar milho de favas* ou de *rega das terras* nos meses de Verão,²²⁹ o que, considerando os hábitos locais, é extremamente significativo. No relatório de 1857 sobre a *Industria pecuária - prados naturais e prados artificiais*, José do Canto escreve que “a irrigação dos pastos, ainda mesmo aonde ella é possível, não se pratica”²³⁰, arriscando a perplexidade dos seus contemporâneos que, se não regavam as leguminosas, jamais pensariam em regar a erva dos pastos.

A rega sistemática solicitaria o desenho de um sistema de canaletes ou regos para conduzir a água, de que não encontrei referência nos papéis de José. Pude ver em quinta que terá sido da laranja, nas Areias, a Rabo de Peixe, um grande tanque descoberto de onde partia um canaleta em meia cana de barro que atravessava longitudinalmente o prédio. O tanque era de rega e simultaneamente ornamental. Também no Lameiro, onde José Jacome Correia organizou a sua *quinta-modelo*, havia um sistema construído para a condução da água. Em ambos os casos, a datação é difícil e poderá ser posterior ao período em estudo. Em todo o caso, a adopção da rega é mais uma prova da atenção prestada pelo lavrador ilustrado às práticas observadas no estrangeiro, ou lidas na bibliografia específica, e a vontade de as implantar na Ilha. Independentemente do país ou

²²⁸ “Uma cisterna subterrânea abobadada, de capacidade de cerca de 900 pipas, ocupando uma área de 160 metros quadrados, e profundidade de 4m. e 30 centímetros”, e “6 7 tanques de diferentes tamanhos, de pedra e cal, ensimados de pedra lavrada, para deposito d’ agoa de rega” na descrição do Prédio n.º 3623, em *Notas de avaliação dos melhoramentos das propriedades para o Inventario pós-morte da Guilhermina*, UACSD, FBS-AJC.

²²⁹ Cf. Mapas de receitas e despesas das lavouras de 1882 a 1885, UACSD, FBS-AJC. As despesas de rega registam-se entre Julho e Setembro, variando conforme o ano, excepto em 1883, em que paga ainda água em Outubro, e em 1891, em Janeiro.

²³⁰ “Um relatório de José do Canto... sobre a indústria pecuária”, em Sacuntala de Miranda, ob.cit., p. 181.

região, a rega era sempre altamente recomendada em todos os manuais de agricultura da época.

Se a água escasseava para as culturas, também havia falta dela para as povoações e habitações. Ao longo do século, o encanamento das águas públicas e particulares será obra de civilização urgente e um signo da modernidade ansiada. Os fontanários, emblemas emergentes dessa obra, são financiados por subscrição pública ou doação dos ricos terratenentes. José do Canto, por exemplo, subsidia em 1853 a fonte das Feteiras, pagando a mão-de-obra e os *carretos de cal, barro e alvenaria*.²³¹

No princípio do século, a engenharia de captação da água dos reservatórios naturais das lagoinhas das Setes Cidades para abastecer a Cidade, elaborada ao tempo dos Filipes, ultrapassara o prazo de validade, e a *gentry* municipal empenha-se na sua resolução com os engenheiros militares disponíveis. Protagonista desta obra pública foi o morgado José Caetano, pai de José do Canto, que dirigiu a execução do projecto de Michelotti para abastecimento de água da Cidade.²³² Também para a sua obra particular aos Prestes, onde ergue casa e capela, o morgado não vai deixar de *encanar* o abastecimento de água,²³³ confirmando a canalização como um standard da habitação solarenga do seu tempo. O filho não deixará de investir no mesmo requisito de higiene e conforto, da casa da Cidade às casas de campo da Lagoa do Congro²³⁴ e da Lagoa das Furnas, tendo nesta logo considerado que *um dos primeiros trabalhos que ali se deve fazer é o encanamento da agoa*²³⁵. Também para a fábrica de chá a água

²³¹ Cf. *Rol das pessoas que tem trabalhado no feito da Fonte neste lugar das Feteiras por Ordens do Ill.m^o Sem. Joze do Canto*, num total de 16\$820 réis, 11 Julho 1853, UACSD, FBS-AJC 13648.

²³² V. Carlos Guilherme Riley, *Os Antigos Modernos. O Liberalismo nos Açores: uma abordagem geracional*, dissertação de doutoramento em História Contemporânea, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2006.

²³³ “Paguei 1200 canos a 45 rs. que emportão em 54\$000 que são p.^a se encanar a agoa p.^a os Prestes”, Livro de Obras do morgado José Caetano Dias Canto de Medeiros, BPARPD-ADCM, Cx. 2.

²³⁴ “precisa fazer-se uma eira – p.^a o trigo das roças[,] de acabar de encanar a agua –”, Folha dobrada em 4 páginas, escrita a grafite, excepto o que aparece transcrito a *bold*, que foi escrito a tinta (não foram transcritas contas avulsas também escritas a tinta), UACSD, FBS-AJC 6734, Doc. anexo F09.

²³⁵ Livro com as folhas numeradas e intitulado no verso da folha de rosto *Despezas meudas de Caza na Ilha do Faial desde o 1.^o de 8bro. de 1845 em diante. José do Canto* [assinatura], UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P01.

será canalizada.²³⁶ Mas com José do Canto até a água encanada, obra invisível por subterrânea, tinha de manifestar-se esteticamente. Se o fontanário com que dessedentava os visitantes a nascente da Capela das Furnas desapareceu, mantém-se a elaborada cantaria em forma de cottage-miniatura com que investe a chaminé de ventilação da conduta que lhe levava a água da Ribeira do Rosal para as casas na margem da lagoa.

²³⁶ Cf. *Ribeira Grande 3 de Outubro de 1891/ Feria [na] semana finda do Exmo Snr Joze do Canto feita pelo Mestre Manuel Bernardo nas cazas da Matta e precipiar a fazer encanamento nas aguas*, UACSD, FBS-AJC; e *Recibo de Francisco Joaquim Madeira por 470 canos de barro a 4 réis cada*, Ponta Delgada, 17 Outubro 1891, UACSD, FBS-AJC.

Arquitectura rural

Quintas da laranja e matas à parte, para a lavoura e pecuária José do Canto vai organizar três núcleos de produção: ao Porto Formoso, à Ribeira Grande e à Grotinha. Esta última agrupa ainda as produções satélites da Grimaneza, Canada das Almas e Charco da Madeira¹. É nestas 'unidades geográficas' que o morgado vai investir mais visivelmente na modernização dos processos agrícolas em ruptura com os meios tradicionais de produção, edificando no Porto Formoso e na Grotinha granjas-modelo que ainda hoje persistem como marcos na paisagem.

Se no início da sua administração José do Canto gasta a maior parte do seu orçamento com o jardim de Santana e com as matas da Lagoa do Congro e da Lagoa da Furnas, nas décadas de 1870 e 80 vai concentrar o investimento naquelas lavouras da Ribeira Grande, Porto Formoso e Grotinha.²

Na Granja da Grotinha, os 104 alqueires³ de cerrados estão rigorosamente orientados no sentido do comprimento na direcção norte-sul, servidos pelo caminho da Grotinha a norte, com a edificação das arribanas e anexos em 'U' aberto para poente onde a casa do feitor fecha o pátio geometricamente rigoroso e simétrico. O conjunto edificado está também no centro geométrico dos rectângulos alongados dos cerrados. À volta da granja, o campo está ordenado com um desenho que, pela geometria, se distingue claramente da organicidade

¹ Cf. N.º 4 *Conta da cultura de uma Granja situada abaixo da Grotinha d'esta Cidade, e de outros terrenos em diversas localidades todos della dependentes, que o Casal da falecida D. Maria Guilhermina Taveira Brum do Canto continuou a cultivar até ao fim de Outubro de 1887 e nos seguintes annos agrícolas de 1887 a 1888 e 1888 a 1889*, UACSD, FBS-AJC.

² Para o ano rural de 1887-1888 ter-se-ão dispendido mais de um milhão de réis em cada uma das lavouras da Ribeira Grande (1.875\$435 rs), Porto Formoso (1.261\$740) e Grotinha (1.065\$736), contra 448\$980 rs nas Furnas (não incluindo a edificação das Casas e Ermida) e 138\$250 na Lagoa do Congro. Apesar da crise na laranja, JC ainda gastou nesse ano 521\$180 rs nas Quintas. Cf. *Despeza Classificada por mezes desde 9.bro de 1887 a 8.bro de 1889*, UACSD, FBS-AJC.

³ Cf. *Terrenos da Grotinha em está edif.^a a Granja, em Predios situados no Concelho de Ponta Delgada, grangeados pelo seu Proprietário – J.e do Canto –, no anno Rural de 1882-1883*, fl. 6, UACSD, FBS-AJC.

do campo mais antigo, para não falar do informe incivilizado dos mais distantes matos maninhos.

Será por volta de 1876⁴ que José do Canto acaba a construção, na **Grotinha**, dos estábulos, granel e cisterna⁵ de uma granja modelar, que também incluía tanque e bebedouros, chiqueiros, estrumeira, *seccadouro* e palheiros.⁶ Até 1887 acrescentou-lhe uma casa para o feitor *com balcão ladrilhado à entrada*, casas de despejo, casas telhadas para pastores, uma casa para *hospital de rezes*, e outra *para o trabalho das machinas*.⁷ Organizando o programa em volta de um pátio central, a granja tem a planta rectangular com o comprimento orientado no sentido nascente-poente. As construções conformam-se simetricamente ao eixo longitudinal do rectângulo. A poente, situa-se a casa do feitor com dois pisos erguidos sobre uma plataforma que constrói o *balcão ladrilhado* alguns degraus acima da cota do pátio. As dependências laterais têm apenas um piso, enquanto o corpo oposto à casa, na ala nascente, tem ao meio dois pisos de altura. O acesso ao pátio faz-se por um caminho recto segundo um eixo norte-sul tangente à casa (Fig. 1.33a), e que corresponderia à divisão dos prédios: o n.º 3881, pertencente ao vínculo de Diogo Vaz Carreiro (onde se implanta a Casa do Feitor) ficava a poente, e a parte a nascente do caminho integrava o prédio de Santana,

⁴ Cf. *Despeza de acentar thelhado no granel da arribana das terras da grotinha*, 29 Janeiro 1876, UACSD, FBS-AJC. Podemos considerar que a obra começou com a longa surriba que decorre a partir de 1871, cf. *Mapas de férias ao Cabouqueiro de desmanchas*, 1871-72, UACSD, FBS-AJC, e 1875 será o ano em que ergue a arribana: “Eu, para ser o divertimento completo, tenho pintores em casa, e estou completando a arribana. Já se terminou a ala do lado Norte, e agora está entre mãos a ala central, começando por uma cisterna de 500 pipas, que está já em meio.” Carta de S. Miguel, 19 Março 1875, de JC ao filho António, transcrita em Fernando Aires de Medeiros Sousa, ob.cit., p. 331. Em regra, JC e os seus feitores designam por “arribana” o conjunto das construções rurais da Grotinha, chamando “granja” (denominação que só aparece nos papéis da década de 80) ao conjunto da arribana com as terras que as servem.

⁵ “Tenho continuado n’aquelle sitio com a arribana, e está adiantada; os logares para 26 reses estão promptos, e a cisterna está adiantada;” Carta de S. Miguel, 5 Abril 1875, de JC ao filho António, ob.cit., Aires de Medeiros Sousa, p. 333.

⁶ Cf. *Despeza de acentar thelhado [...]*, 29 Janeiro 1876; *Feria de Pedreiro no cerviço da Arrebana do Illmo Snr José do Canto em 10 de Abril de 1875*; idem, de 6 Fevereiro; *Feria para os Mestres do Rachamento da chã das terras da grotinha*, e na semana de 24 Dezembro 1875; Vales de cal de 21 Abril, e 31 Maio 1875; todos estes documentos são da UACSD, FBS-AJC.

⁷ Cf. *Notas e apontamentos sobre o inventario 1888 a 1890* [título na capa], *Reparos – S. Mig. I / 1887 / Prédio de Stª Anna e Grotinha*, UACSD, FBS-AJC, e descrição do N.º 3623 *No predio descripto sob este numero, e situado acima da Ermida de Sant’Anna, desta Cidade, existem duas propriedades, que devem ser avaliadas em separado, a saber: / 1ª - Aras duzentos e dezeseis, e quinze centeaes [...]*, em *Notas de Inventário e Partilha após a morte de Maria Guilhermina*, UACSD, FBS-AJC.

Calço e Grotinha, com o n.º 3623.⁸ Embora chã, a composição revela controlo da escala e da geometria. Sem motivos decorativos acessórios, esta é uma arquitectura utilitária que não deixa de ser representativa da racionalização da agricultura ao congregar as várias componentes de uma produção modelar: desde o tremoço, que, para além de outonar a terra, também alimenta o gado; o gado bovino que, para além dos lacticínios e força motriz, produz estrume; e haverá também porcos, perus, marrecos, galinhas e os cavalos.⁹ Perto da *arribana* e do *secadouro* amanham-se os campos de batata, em redor, milho e fava,¹⁰ batata-doce,¹¹ beterraba¹² e o indispensável tremoço. Aqui se ensaia a sementeira de luzerna para pastagens artificiais¹³.

Quem projectou esta arquitectura?

Em 1854, José do Canto serviu de intermediário a um *plan de la vacherie pour Monsieur de Medeiros*.¹⁴ Destinar-se-ia a seu pai, morgado José Caetano de Medeiros? Poderá esta *vacherie* ser a mesma do desenho que encontrei no arquivo particular de Ana Jácome Corrêa Hintze Ribeiro Cymbron representando em planta e alçados um estábulo ricamente decorado nas fachadas¹⁵ (Fig. 1.34)?

⁸ Cf. descrições do N.º 3623 *No predio descripto sob este numero, e situado acima da Ermida de Sant'Anna* [...], e do N.º 3881 *N'este prédio, pertencente ao Vinculo desvinculado de Diogo Vaz Carreiro* [...], em *Notas de Inventário e Partilha após a morte de Maria Guilhermina*, UACSD, FBS-AJC.

⁹ Cf. *Conta dos Animaes existentes na Grotinha, em 22 de Agosto de 1887*, UACSD, FBS-AJC. Os animais reprodutores de cada gado, que também se continua a repartir pela Ribeira Grande e Porto Formoso, ficarão exclusivamente estabulados na Grotinha a partir de 1889, cf. *Lembranças a respeito das contas da Administração / 1889*, UACSD, FBS-AJC.

¹⁰ Cf. Carta de J. P. d'Almeida a JC, 14 Julho 1893, BPARPD JC/CORR. Cx. 7/684.

¹¹ Cf. *Folha dos homens que trabalham nas Quintas e outros serviços análogos na semana de 22 de Abril de 1871*, UACSD, FBS-AJC.

¹² Cf. *Relação nominal e despesa que se fez nos prédios do Illmo. Snr. José do Canto na semana de 19 de Abril de 1873*, UACSD, FBS-AJC.

¹³ Encontrei a contabilidade de jornas a estrumar, cobrir e sachar a Luzerna (por vezes aparece escrito "Lucerna" ou "Alicerna") na Grotinha desde a semana de 12 Janeiro 1855 nas Férias de Francisco Moniz, UACSD, FBS-AJC. Os ensaios com a Luzerna começam antes, cf. *Caderno de Anotações de Experiências, Plantações e Listas de Plantas Várias*, UACSD, FBS-AJC, em que sob o título *Algumas data [sic] sobre produção de Luzerna* [sublinhado no original], JC compara a quantidade obtida de luzerna semeada aos regos ou à mão-cheia, ceifando-a por unidades de 100 pés quadrados e pesando-a, a partir de 19 Maio 1847.

¹⁴ Carta de L. C. Caillat a JC, 21 Junho 1854, sobre aquisição de plantas do Horto Imperial de Versalhes/École impériale d'Agriculture de Grignon, transcrita por Nestor de Sousa, "Os «Canto» nos Jardins Paisagísticos da Ilha de S. Miguel", *Arquipélago - História*, 2.ª série, IV, n.º 1, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000, Doc. 29, p. 252-253.

¹⁵ As 20 manjedouras para reses adultas e outras tantas para bezerros, mais o sobre-investimento decorativo para um programa tão utilitário (com as águas projectadas tomadas pelas pendências

Sabemos do contacto, dois anos depois, com John Morton, *Agricultural Engineer*, que planifica e dimensiona unidades de produção agrícola, definindo desde o tipo e área das culturas às arquitecturas utilitárias decorrentes daquelas, correlacionando o todo.¹⁶ Desde então, andaré José do Canto a pensar na construção duma unidade de produção-modelo.

A *Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense* também tinha esse objectivo desde a sua fundação. O seu órgão de imprensa, através da mão de seu irmão André do Canto, noticiara com entusiasmo o início da construção, em 1844, da granja de José Jácome Correia ao Lameiro.¹⁷ A família Raposo de Amaral edificou a sua granja na extensa propriedade dos Ginetes. *O Cultivador*, sucedâneo dos anos 70 d'*O Agricultor Michaelense*, informa de uma *arribana* modelar edificada em 1872 pela Baronesa de Nossa Senhora d'Oliveira a 4 km da cidade, Fajã de Cima.¹⁸

esculpidas em madeira características dos chalets), levam-me a acreditar estar em presença da dita *vacherie*, o que comprova a pertinência com que P. Joigneaux caricaturava a arquitectura rural dizendo-a “chateaux pour les bêtes”. No entanto, as personagens em pose e situações divertidas lembram o humor de Augusto Cabral. Sem qualquer título ou legenda, este projecto pode, por isso, também corresponder a uma encomenda de JC, ou do primo José Jácome para a Ribeirinha.

¹⁶ Carta de John Morton a JC, Glostershire, 15 Janeiro 1856, transcrita por Nestor de Sousa, idem, Doc.12, p. 211-212. Este especialista inglês, que projecta *Farm Buildings on the Box system*, responde a uma consulta de JC para o projecto de uma *Farm* com a extensão 270 000 jardas quadradas, que converte em 56 acres, de terra arável com uma pecuária completa: vacas, touros, bois, bezeros, porcos, carneiros, ovelhas, aves de capoeira. Registando que a encomenda não inclui cavalos, o inglês responde que, considerando que metade daquela extensão estará a produzir trigo ou milho, enquanto a outra metade produz forragem, a produção não será suficiente para alimentar *the 37 head of beasts, 120 sheep besides the Pigs unless you have sufficient extent of good pasture*. Segundo o *Agricultor Michaelense*, n.º 6, Março 20, 1844, 1 acre correspondia a 2 alq 185 vs de S. Miguel, donde os 56 acres corresponderiam a 2 ms 43 alq 160 vs. Não encontrei outra referência a John Morton que desse conta de mais contactos. Este John Morton deverá ser o mesmo John Chalmers Morton de que JC tinha uma *Cyclopedia of Agricultural, Pratical and Scientific*, London, Glasgow and Edimburgh, Black and Son, 1875, e que foi autor referenciado na bibliografia agrícola da época.

¹⁷ “No logar da Ribeirinha vae o Sr. José Jacome Corrêa estabelecer uma granja [...]. Esta granja, segundo nos consta, vae estabelecer-se conforme os princípios da moderna e actual agronomia [...]: bons afohamentos, estabulação dos animaes, apuramento do gado vaccum, ovelhum, e suim, pardos artificiaes, melhoramento das pastagens naturaes, surribas, caldeações de terrenos, novos arroteamentos, plantações d'arvorêdo, irrigações, aperfeiçoamento d'instrumentos agrícolas, novas practicas que tendão a augmentar a producção dos géneros hoje cultivados, e talvez a sua substituição por outros mais rendosos, uma contabilidade regular em fim, eis aqui o que se vae emprehender [...]” André do Canto, “Uma Nova Granja”, em *O Agricultor Michaelense*, n.º 12, Setembro 20, 1844, p. 183-184.

¹⁸ Cf. *O Cultivador* n.º 1, 15 Janeiro 1873, p. 17-19. Ainda segundo este periódico, a obra da *arribana* foi dirigida pelo Dr. José Pereira Botelho.

A necessidade de construir novas tipologias de apoio à lavoura e pecuária explica-se por novos critérios de armazenagem e de organização do trabalho, e pela estabulação do gado que era exigida pelos tratados mais recentes, a fim de se controlar a reprodução, vigiar a alimentação e recolher o estrume. As várias actividades complementavam-se mutuamente e tinham na **arquitectura** o meio de organização funcional: armazenava-se o grão e forragem para os animais, os quais, estabulados ao lado dos granéis, produziam estrume para adubar as culturas, incluindo as das pastagens, e permitiam uma mais higiénica e eficaz recolha do leite.

José do Canto defendera em 1844, n' *O Agricultor Michaelense*, que entre os conhecimentos necessários ao Agricultor deviam constar “alguns rudimentos d' Architectura”¹⁹. Nada melhor do que a Architectura para figurar uma Agricultura racional. Coerentemente, para além dos ‘obrigatórios’ manuais de agricultura de Gasparin, Raspail e Dombasle, e dos portugueses Brotero²⁰, Teixeira Gyrão, Ferreira Lapa e José Maria Grande, o morgado tinha ainda na sua biblioteca vários outros compêndios e publicações periódicas que o auxiliavam para o projecto e construção de edifícios de apoio à lavoura e pecuária. Se aquela bibliografia incluía normalmente um capítulo sobre a arquitectura da quinta ‘moderna’, *The Book of Farm Buildings*, de Henry Stephens (autor de um prévio *Book of the Farm*) e do engenheiro Robert Scott Burn²¹, só tratava da dita arquitectura, ilustrando generosamente os conceitos que difundia. Na Figura 2 da Prancha 2 intitulada *Farm Steading for Rearing Sheep with Arable Land* (Fig. 1.35), uma axonometria mostra um edifício em U, sem a cobertura, de modo a perceberem-se com clareza as divisões interiores. Se o programa não é igual ao das *arribanas* da Grotinha, a forma, com a ala que une os dois braços mais alta

¹⁹ “Se um dia crescer ao Agricultor a curiosidade de saber qual é a edificação mais acomodada para residir, ou para albergar seus animais, ou para recolher suas novidades, reconhecerá que não pode deixar de possuir alguns rudimentos d'Architectura.” Artigo com o número 74, “O que deve um Lavrador saber”, extraído por JC de *L'instruction publique en France, O Agricultor Michaelense*, n.º 5, Fevereiro 20, 1844, p. 70.

²⁰ Refiro-me ao *Principios de agricultura philosophica*, publicado em Coimbra pela Real Imprensa da Universidade em 1793. É evidente que JC também possuía a sua *Flora lusitanica* e o Compêndio de Botânica, e ainda estudos sobre a Urzela, o Tabaco, o Ópio, e uma *Historia natural dos pinheiros, larices e abetos*, num total de nove títulos daquele autor.

²¹ Henry Stephens, F.R.S.E. and Robert Scott Burn, *The Book of Farm-Buildings, their Arrangement and Construction*, Edinburgh and London, William Blackwood and Sons, 1861.

do que estes, é idêntica na tipologia e proporção. Lembro que o pai, morgado José Caetano, tinha os sumários das aulas de Durand: nos *Précis d'architecture*²², para além da apologia de uma racionalidade que se argumentava com a economia, a simetria e o pátio central são os sistemas de composição mais recorrentes, independentemente da natureza do programa. Também o inevitável John Claudius Loudon, no seu *Cottage, Farm and Villa Architecture*²³, apresenta alguns exemplos de arquitectura rural, ou não tivesse ele sido *farmer* em Pinner e, depois, rendeiro de uma “magnificent *ferme ornée* in the irregular style” em Tew Lodge, Oxfordshire²⁴. Embora mais complicado, particularmente na assimetria dos acessos, o *Design IV* da colecção de *miscellaneous Designs for Farm Houses and Farmeries, in different styles of architecture, and adapted to different Kinds of Farms [...]*²⁵, não deixa de lembrar a Grotinha, pelo pátio central com a casa e a ala de dois pisos em posições opostas (Fig. 1.36). Tal como na Granja de José do Canto, a casa do *farmer* implanta-se em posição de destaque, funcionando também como local de vigilância e controlo²⁶. Outros exemplos, como os *Designs* das páginas 434 e 861, embora dissemelhantes, organizam-se também em alas perimetrais a um pátio quadrilátero.

Para além das imagens, temos alguns textos interessantes que, de algum modo, estão tão próximos da arquitectura rural de José do Canto quanto as imagens referidas. Se as arquitecturas de Stephens e Scott Burn são, no detalhe,

²² *Précis des leçons d'architecture données a l'École Royale Polytechnique*, par J. N. L. Durand, A Paris : Chez l'auteur A l'École Royale Polytechnique, 1817.

²³ J. C. Loudon, *An Encyclopaedia of Cottage, Farm and Villa Architecture and Furniture*, London, Longman, Brown, Green and Longmans, 1842.

²⁴ Cf. Geoffrey Jellicoe, Susan Jellicoe (ed.), *The Oxford Companion to Gardens*, Oxford, New York, Oxford University Press, 1986, p. 344. As granjas de JC eram exclusivamente dedicadas à produção, ao contrário das *fermes ornées* que juntavam *profit and pleasure*, ou seja, quinta e jardim. O *Hameau* de Maria Antoinette, que alguma bibliografia dá como exemplo, é uma falsa *ferme ornée* pois dela estava excluída qualquer actividade produtiva. *Woodburn Farm*, no Surrey, (ou *Woburn*, como é referida por outros), iniciada em 1734/35, foi a *ferme ornée* de referência do século XVIII, cf. John Dixon Hunt, *The Picturesque Garden in Europe*, London, Thames and Hudson, 2004, p. 46-49.

O prédio do Calço, contíguo ao Jardim de Santana e onde se fixou por fim a casa de JC, podia ser considerado, no conjunto com o dito jardim, herdeiro do conceito setecentista. Repare-se na ornamentação das áreas utilitárias com sebes de buxo: “The hedge which divide our kitchen garden from the orchard will be substituted by one of box, and this must be made now in the winter.” Carta de JC a Alexander Reith, Paris, 8 Dezembro 1865, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 56-59.

²⁵ J. C. Loudon, ob.cit., Capítulo II do Livro II, p. 354-662.

²⁶ Como aconselham os também escoceses Henry Stephens e Robert Scott Burn, ob.cit., p. 52.

demasiado investidas para o 'gosto' do morgado micaelense, já as considerações de M. P. Joigneaux iriam mais ao seu encontro:

*L'architecture rurale n'existe pas, nous le disons à regret ; elle est encore à faire. Les maisons d'exploitation, devant lesquelles on s'extasie, que l'on nous vante et que l'on nous donne pour modèles ne sont pas des fermes ; se sont des petits châteaux pour les bêtes. C'est beau, c'est propre ; nous y voyons de la pierre de taille, des murs bien montés, de la chaux bien blanche, de la peinture en dehors, des plafonds en dedans, de la floriture dans les détails, du luxe dans l'ensemble, mais nous n'y voyons pas ce que nous cherchons, c'est-à-dire le vrai caractère de la chose, la simplicité rustique jointe au bon goût.*²⁷

E Joigneaux continua: se nas aldeias encontramos estábulos, celeiros e anexos dispostos uns contra os outros e construídos no limiar do bom senso, na vizinhança das cidades não se distinguem as habitações dos animais das dos seus donos. Não prescindindo da limpeza, nem da elegância das formas, dê-se, contudo, prioridade à simplicidade e aos materiais *bon marché*.²⁸ Embora Joigneaux comece por recomendar o recurso a um arquitecto, logo contrapõe que “il est rare de rencontrer un architecte qui sache se conformer aux exigences de l'économie rurale”²⁹.

Não se pense que era óbvio o pragmatismo formal na arquitectura rural: apesar da co-autoria de um engenheiro, veja-se a idealização de uma *english farm* que aparece, qual manifesto estético da ruralidade moderna, no frontispício do *Book of the Farm Buildings* (Fig. 1.37). Pois se os ingleses inventaram o campo a partir da pintura, como poderia uma estrebaria não ter ameias?

A estética moralista da economia rural apregoada por Joigneaux, que era também uma filha de Rousseau, tinha em José do Canto um adepto natural.

²⁷ M. P. Joigneaux (sous la direction de), *Le Livre de la Ferme et des Maisons de Campagne*, Paris, Victor Masson et Fils/CH. Delagrave et C.ie., 2.ème édition, p. 148 do Capítulo X, *Des batiments de la ferme*. José Jácome também tinha este livro, cf. lista manuscrita da Biblioteca de José Jácome Correia, UACSD. De Joigneaux encontrei ainda outras cinco obras sobre agricultura nas bibliotecas de José, Ernesto e de Eugénio do Canto, incluindo um compêndio editado pela Librairie de la Bibliothèque Nationale de France para a colecção da *École Mutuelle*, o que atesta da importância e credibilidade do autor.

²⁸ Cf. *ibidem*. O autor continua dissertando ainda sobre *le bon exemple* que a construção nova deverá ser junto dos agricultores vizinhos. Ora, considerando a cruzada que foi a Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, tudo o que JC realizasse em matéria agrícola esperar-se-ia que fosse exemplar.

²⁹ *Ibidem*, p. 147-148.

Acrescente-se a engenharia social de Bentham que inspira a localização panóptica da casa do feitor e que José do Canto poderá ter obtido de outra bibliografia francesa: na entrada “Ferme” da *Encyclopédie Pratique de l’Agriculture* dirigida por M. L. Moll³⁰, dividem-se as instalações rurais em dois tipos: aquele em que as construções estão isoladas ou agrupadas em diversas direcções com pátios para cada função, com a habitação quase sempre exterior ao conjunto; e um outro em que as construções formam um paralelogramo regular, tendente para a simetria, com um único pátio central, e em que

[...] *la maison d’habitation, réunie aux bâtiments de ferme ou isolée, est placée sur l’un des côtés du parallélogramme. Elle commande l’ensemble et permet au chef d’exploitation d’exercer sa surveillance sur tous les points sans sortir de la pièce qui lui est principalement affectée.*³¹

O “fameux principe du point d’observation, exalté par le général Bentham” dominava conceptualmente a composição da tipologia de pátio central.³² De inspiração formal palladiana³³, este era o modelo adoptado pelas *Model Farms* inglesas de finais do século XVIII³⁴ e que, paralelamente a novas tipologias, se manterá na primeira metade do XIX³⁵. A crítica ao fechamento da forma estritamente panóptica (geralmente octogonal, elíptica ou circular), sublinhando a dificuldade na ampliação e diversificação das instalações, está já interiorizada no desenho de José do Canto, denunciada pelos anexos atrás da ala nascente.

Da bibliografia nacional, o micalense dispunha do já citado *Projecto de Cultura para o estabelecimento de uma Exploração Agrícola Modelo na Real Coutada do Assumar*, publicado em 1869 pelo agrónomo Sebastião d’Arriaga Junior.³⁶ A coutada situada no concelho de Arronches, Portalegre, tinha 290,5 hectares de

³⁰ M. L. Moll (sous la direction de), *Encyclopédie Pratique de l’Agriculture*, Paris, Librairie de Firmin Didot Frères, et C.ie, 1859.

³¹ Idem, p. 478-479.

³² Idem, p. 479.

³³ Cf. Susanna Wade Martins, *The English Model Farm. Building the Agricultural Ideal, 1700-1914*, Cheshire, Windgather Press, 2002, p. 42-43.

³⁴ Cf. idem, p. 6-7. V. também Fig. 9 (exemplo russo mas de autoria escocesa, p. 32); Fig. 22 (p. 55); Fig. 29 (p. 63); e Fig. 54 (p. 111).

³⁵ Cf. idem, Fig. 56 (p. 114) e Fig. 57 (p. 119).

³⁶ Sebastião d’Arriaga Júnior, *Projecto de Cultura para o estabelecimento de uma Exploração Agrícola Modelo na Real Coutada do Assumar*, Lisboa, Typographia Franco-Portuguesa, 1869.

boa terra e água, era servida pelo comboio, à semelhança das mais modernas quintas inglesas, e propunha-se como “escola practica de agricultura”³⁷. A seguir à geometria de implantação da arquitectura, axial à alameda de castanheiros da Índia que fazia a ligação ao apeadeiro do caminho-de-ferro, ressaltam nos desenhos apresentados os alinhamentos de árvores ao longo do perímetro da propriedade e dos caminhos que dividiam o terreno em folhas. Da produção de estrume à engorda dos animais e armazenagem das colheitas, o texto varre o programa completo das construções implícitas a uma granja-modelo.

O contacto com John Morton e a hipotética *vacherie*, bem como outros desenhos (Fig. 1.38), incluindo um alçado de um edifício agrícola legendado em inglês (Fig. 1.39) testemunham a encomenda de um, ou mais, projectos para um ou mais clientes. A segurança e disciplina da composição na granja da Grotinha, onde a orientação centrípeta imposta pelo pátio organiza todas as dependências, não me permite excluir a hipótese de ter tido projecto encomendado, independentemente da autoria do programa ser do proprietário e não de um consultor estrangeiro. De qualquer modo, foi o proprietário quem dirigiu a obra³⁸ e, no que era habitual na época, poderia ter afeiçoado o projecto ao seu ‘gosto’. Na granja do Porto Formoso, a tipologia da implantação é diversa da Grotinha organizando-se os diferentes corpos edificados em ‘pente’ com os pátios abertos para sul onde passa um arruamento. Este tipo de composição segue de perto a evolução dos modelos ingleses que, pondo Palladio de parte, procuram na especialização das tarefas a realizar as razões do desenho.³⁹ O conjunto encontra-se actualmente bastante alterado sendo, por isso, difícil de reconstituir e de perceber a unidade da composição, que foi, no entanto, inequivocamente projectada. Apesar das alterações sofridas (particularmente nos dois corpos a nascente, onde seriam as habitações), os dois corpos centrais mostram ainda a

³⁷ Idem, p. 154.

³⁸ “Ali vou 2 e 3 vezes por dia para activar e dirigir aquelles trabalhos [da arribana na Grotinha].” Carta de S. Miguel, 5 Abril 1875, de JC ao filho António, transcrita em Fernando Aires de Medeiros Sousa, ob.cit., p. 333.

³⁹ V. em Susanna Wade Martins, ob.cit., a Grange Farm Little Panton, fig. 72 (p. 142); e também as fig. 73 (p. 144) e fig. 77 (p. 152), que exemplificam o período cronológico que a autora denomina “Practice with Science, 1840-1875”, p. 112-169.

passagem larga que unia o conjunto tornando todos os pátios acessíveis entre si (Fig. 1.40).

Encontrei alguns esquiços avulsos de plantas de estábulos, palheiros e granéis com cisternas e tanques (Fig. 1.41), sugerindo que o próprio José do Canto tenha projectado estas estruturas agrícolas da sua mão. Um destes esquiços (Fig. 1.42), com plantas esquemáticas e, no verso, um curioso conjunto de alçados de empenas (Fig. 1.43), contém a classificação em três categorias de solos dos cerrados do Outeiro, levando a crer que os desenhos se referem a construções naquela propriedade do Porto Formoso. Por outro lado, a tipologia em ‘pente’ é referenciável no *Book of Farm Buildings*⁴⁰ (Fig. 1.44), e na *Cyclopedia of Agriculture*⁴¹ (Fig. 1.45) do mesmo John Morton que José contactou na década de 50.

Qualquer uma das duas granjas poderia ter sido projectada por um *agricultural engineer* britânico ou por José do Canto. Os desenhos que dele encontrei demonstram essa capacidade, mas parecem-me tratar-se de desenhos de preparação de obra. O esboço a grafite da ala de um edifício em ‘U’, desenhando os estábulos para dois touros, mais doze ‘boxes’ idênticas, e três pocilgas (Fig. 1.46), tem a Grotinha por destino. Calculo que ao tempo que é desenhada esta planta, estaria já o trabalho de alvenaria concluído, projectando-se então as divisórias que organizariam a ‘casa’ dos animais. O registo das peças, nas medidas e quantidades de madeira necessárias, tem a caligrafia de José do Canto. No verso aparece ainda um corte-tipo de uma boxe com manjedoura no meio de dois corredores com um canal de drenagem no pavimento (Fig. 1.47), no que parece ser uma simplificação das “feeding boxes” ilustradas no livro citado de Morton (Fig. 1.48). Voltando à planta, vemos que a ala da base do ‘U’ aparece dividida em cinco partes: duas correspondem à largura das alas laterais e três à divisão da parte confinante com o interior do ‘U’. Esta mesma divisão pode ainda hoje ler-se na ala nascente da granja da Grotinha, assinalada por ‘pilastras’ em ligeiro mas legível relevo, e pela elevação do módulo central (Fig. 1.33b), que teria no piso inferior uma cisterna (vêem-se na dita figura os tubos de queda que a abasteceriam e umas gárgulas que

⁴⁰ Henry Stephens, F.R.S.E. and Robert Scott Burn, ob.cit.

⁴¹ John Chalmers Morton, ob.cit.

funcionariam como *tropolein's* da mesma). Todo este corpo tem dois pisos, com aberturas horizontais estreitas intermediadas por portas altas no piso superior, o que indicia o seu uso como granel. A ala desenhada com os estábulos corresponde à ala Sul do construído, o que também se confirma pela fenestração.⁴²

Para o tosco da construção, e à excepção da cal e telha, José do Canto dispunha de grande autonomia de materiais, quer se tratasse da madeira, que provinha das suas matas, quer da pedra para as alvenarias. José do Canto tinha uma pedreira de *pedra molle* nas *Criações* do Pico da Pedra⁴³, de onde, durante mais de uma ano, ofereceu pedra para a construção da Cadeia e de que se serviu para a ampliação da sua casa no Calço da Má Cara⁴⁴, mas a pedra a aparelhar era normalmente extraída pelos cabouqueiros no local da obra, pelo desmonte da rocha encontrada. Podia, ainda, explorar-se uma pedreira na orla marítima, como aconteceu na construção da fábrica de chá⁴⁵. Para peças mais elaboradas, mandava-se vir a pedra de Vila Franca do Campo.

A proximidade da propriedade à cidade e o isolamento do objecto arquitectónico na paisagem ordenada pelas culturas davam à granja da **Grotinha** uma exposição pública que requeria um tratamento exemplar. Por exigência médica, o filho José do Canto Brum fazia um passeio diário à Grotinha⁴⁶. Se o ar tinha de ser puro, o campo tinha de ser bonito: o estudado modelo agrário inglês, para

⁴² A construção destes estábulos será de cerca de 1875: as Férias de Pedreiro *no cerviço da Arrebana do Illmo Snr José do Canto*, UACSD, FBS-AJC, de 6 Fevereiro a 12 Novembro desse ano, referem a construção na casa das vacas, de manjedoura, curral dos bezerros, pedras para as baias.

⁴³ Cf. Pedido dirigido a Antonio Bernardes d'Abreu Lima assinado por Ricardo Júlio Ferraz, na condição de director das Obras Publicas do Distrito, 15 Janeiro 1865, UACSD, FBS-AJC, para extrair *pedra molle para as abobadas da nova Cadeia nas creações do Pico da Pedra*.

⁴⁴ Cf. Carta de Antonio Bernardes d'Abreu Lima para Ricardo Júlio Ferraz, 4 Maio 1866, UACSD, FBS-AJC, pedindo que não se tire mais pedra para a cadeia das *Criações à Richaã*, porque JC irá precisar de *pedra molle para obra nas Cazas do Calço*.

⁴⁵ "Descobrir pedreira no Calhao / Conduzir ladrilho do Calhao p.^a o Carregadouro", *C/ de falquejo de madeira no Porto Formoso / Extracto da feria do Porto Formoso - desp.^{as} n/ pertencentes à Lav.^a, em Rib^a Gr. - Casa do Chá - P.^{co} Arde / Ferias do cabouqueiro, e pedreiro - / Com principio em 23 de Maio de 1891*, UACSD, FBS-AJC, em que "ladrilho" será sinónimo de 'lajeta' de pedra.

⁴⁶ "O José vae muito bem. [...] e vae todos os dias às 5 horas da tarde dar o seu passeio à Grotinha, cujo ar puro muito aprecia. – lá me encontra geralmente a dirigir os meus trabalhos rústicos, e a construção da arribana, que vae adiantada." Carta de S. Miguel, 3 Maio 1875, de JC ao filho António, transcrita em Fernando Aires de Medeiros Sousa, ob.cit., p. 336.

além de eloquente pelos números do lucro, era-o também pelo *picturesque farming*⁴⁷. A sensibilidade paisagista de José do Canto não podia ignorar o impacto visual que a sua granja tinha (e que ainda hoje tem, apesar do crescimento da cidade para norte), para mais estando rodeada pelos terrenos de topografia domesticada por anos consecutivos de surribo.⁴⁸ É de compor a paisagem que se trata. Os campos divididos em cerrados e cultivados com cuidado, servindo a composta fábrica agrícola implantada no meio, são paisagem pitoresca e paisagem moral a um tempo.

Já a granja do **Porto Formoso** situada no prédio *do Monte* (também chamado *do Outeiro*) não tinha a publicidade da Grotinha: uma banda de casas, em chão aforado por José do Canto, construía a maior parte da frente sul da propriedade que dava para a estrada real (Fig. 1.49). Um *combro de canas* tapava o edificado no lado oposto às casas e a própria topografia, descaindo rapidamente de cota, quer para nascente quer para poente, apenas focalizava o ponto de acesso à granja. Se a granja do Porto Formoso não tinha o mesmo carácter de objecto isolado, não deixava de impressionar pelas instalações construídas serem tanto ou mais rigorosas no desempenho funcional. Com as obras a terem início em 1880⁴⁹, o conjunto incluía uma casa de habitação com dois pisos com duas fontes, uma casa térrea para o feitor com fonte, outras duas para abrigo dos trabalhadores e pastores (a dos pastores era pavimentada em tijolo, e as demais

⁴⁷ Thomas Ruggle, “Picturesque Farming”, *Annals of Agriculture*, 1788, cit. por Susanna Wade Martins, ob.cit., p. 3.

⁴⁸ Ver “Movimentos de terra” neste mesmo capítulo, supra.

⁴⁹ “[...] soube de um sугeito que tem uma propriedade no Porto dos barcos que tem bom barro, e eu fui hoje com o M.e Manoel Bernardes examinal-o e elle disse que é muito bom para a Obra. Enquanto este está à superfície, o de Manuel da Ponte é preciso «cavar muito»”, Carta de João Carreiro para JC, Porto Formoso, 13 Maio 1880, UACSD, FBS-AJC. Por carta de JC ao irmão Eugénio, Ponta Delgada, 23 Julho 1881, AP-FACHN, sabemos que começa a pôr o Zinco na Capela em 1881, sendo que no verso de umas notas intituladas *Viagem das Furnas*, AP-AJCHRC, sobre as obras da cobertura de zinco na Capela, regista várias tarefas de pedreiro, carpinteiro (*Pôr o soalho n’um quarto*), pintor (*Pintar as venezianas por dentro, brancas, e exteriormente imitando a cor do carvalho / [...] / Pintar o granel de roxo-terra*), e caiador, sob o título 1.^a *Viagem ao Porto*.

Também na descrição do N^o 4030 *Dentro das confrontações deste prédio, situado na freguesia do Porto Formoso existe a seguinte propriedade que deveria ser avaliada separadamente a saber: Aras 223, e 2 centearas [...] incluída nas Notas de Inventário e Partilha após a morte de Maria Guilhermina*, UACSD, FBS-AJC, depois de listadas as construções que constituem a granja, pode ler-se: “Todos os melhoramentos retro-mencionados foram feitos desde o ano de 1880 até ao de 1886.”

em lajes de pedra); dois granéis lajeados e um terceiro *sobradado*, todos com telhado; um *seccadouro* telhado *sobre 52 colunas de pedra lavrada* para guardar milho; estábulos com manjedouras para 28 reses, com os respectivos pisos *em parte lajeados* facilitando quer a recolha do estrume, quer a limpeza; bebedouros para os animais em pedra lavrada e *146 metros correntes d'encanamento de barro, assente em argamassa, para condução da agoa, a diferentes logares*; e uma *estrumeira argamassada, e estanque, com 3.60 metros d'altura, e ocupando a área de 88,70 metros quadrados, plantado no 1º corpo da Beira mar*⁵⁰, que seria imediatamente contíguo a Norte da granja. No caso do Porto Formoso, e ainda que sem a visibilidade da Grotinha, a Granja construía a fachada da paisagem agrícola, bem amanhada, de José do Canto. Tal como em Inglaterra, a arquitectura destas granjas, para lá da funcionalidade e vantagens produtivas, era também um signo que conseguia dar outra visibilidade ao projecto de paisagem.

⁵⁰ Cf. Descrição 4030 *N'este prédio estão envolvidos 16 alqueires de terra comprados a Manoel Botelho Gusmão, Escrit.^a de 30 de Nov.bro de 1877 [...], em Relação dos Prédios em que há melhoramentos ou em que estão envolvidos outros prédios livres, [...], UACSD, FBS-AJC. Uma nota de férias na Lavoura do Porto Formoso, 1878, Novembro 9, UACSD, FBS-AJC, regista uns "Reparos e concertos d'abegoaria", o que significa que existiam já construções agrícolas antes da campanha de obras iniciada em 1880, mas que não estariam desenhadas segundo os standards mais modernos.*

1.5. A transcendente questão dos arrendamentos¹

*O proprietário não deve perder de vista as máximas seguintes. O arrendatário deve sustentar-se do producto da fazenda; deve ganhar alguma cousa; e em fim deve pagar a renda.*²

Esta citação, pelos sócios da SPAM no seu jornal, traduz o pensamento mais progressista de que são capazes em 1844, congregando a ideia de que a terra, para além dos seus proprietários, deve alimentar os que a trabalham com a 'inovação' de que estes possam ainda dela tirar algum lucro. No *Relatório da Direcção da Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense* publicado no final desse ano, pode ler-se:

No estado actual de cousas é pois quasi impossível alcançar um melhoramento qualquer na nossa Agricultura.

*Para se dar um único passo avante é indispensável que se introdução os arrendamentos de 15, 18, e mais annos, – que os grandes capitalistas emprestem aos Lavradores, com juros rasoaveis, os dinheiros necessários para os melhoramentos das terras, e, tornamol-o a repetir por que nunca achamos de mais, é necessário enfim – que os grandes proprietários lavrem parte de suas teras [sic] – e que elles proprios dirijão a sua lavoura, e não feitores ignorantes, e rutineiros.*³ (bold meu).

O arrendamento das terras constitui a principal fonte de rendimento dos morgados que não exploram directamente as suas terras, mas também dos que as agricultam. Se alguns proprietários, como José Maria Raposo do Amaral, arrendam muito mais do que agricultam, José do Canto parece inicialmente investir mais nas terras para *granjear* do que nas terras para arrendar.⁴ No

¹ Assim adjectivada no artigo do frontispício do n.º 43 d'O *Agricultor Michaelense*, 2.ª série, Julho 1851.

² "Arrendamento", excerto do *Diccionario d'Agricultura de S. Franco*, transcrito em *O Agricultor Michaelense*, n.º 9, Junho 20, 1844, p. 140.

³ *O Agricultor Michaelense*, n.º 15, Dezembro 20, 1844, p. 222.

⁴ Veja-se que, para além dos núcleos de lavoura que montou, JC também pensou, por exemplo, em explorar por sua conta os cerrados dos Calços da Pintona, da Serra Gorda e do Charco da Madeira: "Estes 4 arrendamentos dos Calços, Serra Gorda, os 2 do Charco, e um outro que temos na Grimaneza são mui próprios para n'elles **estabelecer uma lavoura**; cujo assento fosse junto do Charco da Madeira. são todos a pequena distancia, são de bom fundo e susceptíveis de produzirem, com melhoramentos, abundantíssimos e offerecem terrenos variados, e pouco sujeitos a seccas, sendo todos na vizinhança da Cidade. O muito que tenho tido que fazer, e ser esta uma empresa que deveria ser presidida constantemente pelo dono, é o motivo de haver desprezado este negocio." (bold meu), *Despezas meudas de Caza na Ilha do Faial desde o 1.º de 8bro. de 1845 em diante*. José do Canto [assinatura], UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P01, fl. 53 e 53v. JC acabou por nunca ali estabelecer uma lavoura, eventualmente por lhe assegurar uma boa

entanto, de 1871 para 1887 duplica o número de rendeiros, o que significa que não deixou de lado esta forma de exploração da terra, sendo que é nesta altura que declina irremediavelmente o rendimento obtido com a laranja⁵. Encarando e acreditando na Agricultura a sério, e não tanto por *agromania*, é espantoso verificar que, após anos de investimento sistemático, José do Canto obtenha mais receitas do campo arrendado que no campo trabalhado.

Já mencionei como as formas contratuais dos arrendamentos, particularmente no que se refere ao tempo de duração dos prazos contratados, condicionam fortemente o uso, leia-se *investimento*, que os arrendatários faziam do solo. O prazo de arrendamento tradicionalmente praticado na Ilha é tacitamente anual, quando muito trienal, enquanto, por exemplo, em França seria normalmente de nove anos⁶. Sobejamente apontados por todos, já antes do mensário da SPAM, os críticos relatos estrangeiros e relatórios nacionais das primeiras décadas de Oitocentos se referiam ao sistema de arrendamento e à distribuição da propriedade como uma das principais causas do atraso da agricultura micaelense⁷. Nas páginas d'*O Agricultor Micaelense* repete-se amiúde a denúncia do regime praticado⁸, chegando a propor-se, ainda que indirectamente, um

receita em rendas, ainda que na década de 80 o Charco da Madeira apareça associado às culturas da Grimaneza, Canada das Almas e Grotinha, cf. *N.º 4 Conta da cultura de uma Granja situada abaixo da Grotinha d'esta Cidade, e de outros terrenos em diversas localidades todos della dependentes, que o Casal da fallecida D. Maria Guilhermina Taveira Brum do Canto continuou a cultivar até ao fim de Outubro de 1887 e nos seguintes annos agrícolas de 1887 a 1888 e 1888 a 1889*, UACSD, FBS-AJC.

⁵ Cf. Sacuntala de Miranda, *O Ciclo da Laranja e os "gentlemen farmers" da Ilha de S. Miguel, 1780-1880*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1989, p. 17 e 71-73.

⁶ Cf. "Arrendamento", excerto do *Diccionario d'Agricultura de S. Franco*, transcrito em *O Agricultor Michaelense*, n.º 9, Junho 20, 1844, p. 140.

⁷ "Causas principaes do atrazamento da agricultura: [...] 4. o mao systema d'arrendamentos, pela curta duração que desanima o rendeiro a beneficiar as terras com estrumes, surribas, &c.", [João Soares d'Albergaria de Sousa], *Corographia Açorica, ou Descrição Physica, Politica, e Histórica dos Açores, por um Cidadão Açorense, M. da Sociedade Patriótica Phylantropia [N'os Açores]*, Lisboa, N'a Impressão de João Nunes Esteves, 1822.

"[...] como se animará jamais o cultivador trienal a fazer empregos, e benefícios, que não sejam trienais, como a sua fruição? [...] Como se ligará, edificando, no terreno, do qual ao fim de três anos pode ser expulso?", L. S. Mouzinho de Albuquerque, *Observações sobre a Ilha de S. Miguel recolhidas pela Comissão enviada à mesma Ilha em Agosto de 1825*, [...], 1826, p. 33.

⁸ Reiterando a opinião de Borges da Silva, Mouzinho de Albuquerque e outros antes dele, José Jacome Corrêa, no discurso de abertura da SPAM, enumera as causas do atraso da agricultura micaelense apontando o "**curto prazo porque são feitos os arrendamentos** das terras" (bold meu) em segundo lugar, logo a seguir ao "pouco desenvolvimento da instrucção primaria", *Discurso*

aumento do prazo para nove e mesmo dezoito⁹ e dezanove anos¹⁰. O texto que melhor sintetiza a problemática dos arrendamentos na Ilha, tal como é reflectida por alguns membros da SPAM, é da autoria de André do Canto e foi publicado postumamente. Invocando o exemplo da *avançada* Inglaterra, e depois de apelar ao espírito empreendedor e associativo para congregar esforços e recursos para o desenvolvimento agrícola, declara acreditar que o *mais poderoso* meio de melhoramento da agricultura está no método de arrendamento das terras. Escreve assim:

Em regra geral póde dizer-se que os arrendamentos das terras são feitos, ou pelo prazo de trez annos, findo o qual se renova o arrendamento, ou então, e esta practica é mais commum, não ha prazo marcado; n'esta hypothese o Senhorio conserva o rendeiro em quanto lhe apraz, ou em quanto outro lhe não promette um maior preço pela terra. Este systema, ou antes este péssimo costume, traz comsigo numerosos inconvenientes.

O rendeiro não tem outras garantias de conservação senão a bondade do senhorio, ou o mau estado do terreno; porque logo que este é bem cultivado, e começa a dar-lhe lucro, não falta quem offereça um augmento na renda, o qual é geralmente acceito pelo dono da terra, ficando desta sorte despedido o rendeiro, que ou por lavar melhor o terreno, ou por o estrumar mais abundantemente, ou por o abrigar com combros, tapumes de cannas &c. &c. o tinha tornado mais produtivo.

Não é preciso mais para nos convencermos de que esta incerteza e falta d'estabilidade dos arrendamentos é um dos maiores estórvos para o melhoramento da Agricultura, [...].

Dirão que mesmo com arrendamentos a praso longo deixarão muitos rendeiros de melhorar os terrenos, e que a prova está em os haverem, que tendo terras de renda há trinta e quarenta annos, nenhum melhoramento lhes fizeram nunca; mas não tendo havido, como geralmente não há, contracto algum que lhes assegurasse a duração do arrendamento, estavam no mesmo caso, que se lh'a tivessem arrendado por um sò anno.

pelo presidente da SPAM em 3 de Maio de 1843, dia em que se instaurou definitivamente a mencionada Sociedade, em O Agricultor Michaelense, n.º 1, Outubro 20, 1843, p. 4.

⁹ “A avidez dictou o arrendamento de seis annos; a avidez moderada o de nove, e a prudência, e a razão dictão o de dezoito por dous arrendamentos de nove annos feitos em dous dias differentes.”, em “Arrendamento”, excerto do *Diccionario d’Agricultura de S. Franco*, em ob.cit., p. 141. O texto alonga-se ainda em conselhos sobre a atribuição de um valor de renda razoável que estimule o empreendimento de melhoramentos pelos rendeiros, ficando, com isso, o senhorio a ganhar.

¹⁰ A propósito do afolhamento, ou rotação de culturas, José Bonifácio de Andrada e Silva considera que um *bom arrendamento não pode ser menor que 19 annos*, pois esse é o tempo de *hum cyclo ou giro lunar perfeito, e abrange então todos os annos maos e bons*. Cf. *Memoria Sobre a Necessidade e Utilidade do Plantio de Novos Bosques em Portugal*, transcrita em parte em *O Agricultor Michaelense*, n.º 14, Novembro 20, 1844, p. 223-224.

O rendeiro que conta trabalhar um terreno por 15 ou 20 annos reputa-o como seu, lida em o tornar o mais productivo possível, não poupa despesas, faz milagres.

Não vemos nós que alguns terrenos quasi improductivos, e afforados por altos preços, se tem tornado fertes á custa de trabalhos e despesas dos pobres que os afforaram? E porque? Porque trabalham em propriedade sua, porque ninguém os hirá perturbar no goso das suas bemfeitorias, ou augmentar-lhes o canon do foro, porque há estabilidade e segurança no uso-fructo e dominio útil do prédio.¹¹

E termina com o exemplo dos terrenos do pico de Água de Pau que, a terem sido arrendados ainda estariam cobertos de mato, quando, sendo aforados, *verdejam hoje com bellas hortas, e extensas vinhas*. Se bem que reconhecidamente proporcione estímulo eficaz para o foreiro, o aforamento é preterido pelo arrendamento porquanto naquele o senhorio perde para o locatário o domínio útil da terra.

Importa reter que a prática mais comum na Ilha seria a de não haver prazo no arrendamento, podendo o rendeiro a qualquer altura ser despejado, para além do efeito perverso dissuasor de uma boa cultura por esta resultar na inflação da renda¹², dada a ausência de contrato.

No ano seguinte será pela pena de José que a cruzada continua, através de uma série de longos artigos publicados de Janeiro a Novembro, do n.º 37 (p. 629) ao n.º 47 (p. 782) d'*O Agricultor Michaelense*.¹³ Sem resumir toda a matéria que sistematiza, ainda assim vale a pena determo-nos sobre este elaborado

¹¹ *O Agricultor Michaelense*, 2.^a série, n.º 28, Abril 1850, p. 480-481.

¹² No Continente, José Maria Grande também anota a mesma inibição do rendeiro em realizar benfeitorias com medo que aquelas lhe elevem a renda. Cf. entrada *Rendeiro*, em Conceição Andrade Martins, Nuno Gonçalo Freitas Monteiro, "Vol. III - A Agricultura: Dicionário das Ocupações", 2002, p. 107.

¹³ Embora os sucessivos artigos não tenham autor identificado, Eugénio de Pacheco no epitáfio d'*O preto no branco* atribui-lhes a autoria a JC, cf. *O preto no branco*, n.º 135, 28 Julho 1898, p. 118. Gabriel d'Almeida, que exerceu as funções de secretário da SPAM, descreve com praticamente as mesmas palavras a paz social das *grandes lavouras d'outrora* na história da agricultura açoriana com que inicia os *Fastos Açorianos*, Bibliotheca do Povo e das escolas, Numero 174, Lisboa, Companhia Nacional editora, 1889. Poderíamos, então, pensar que teria sido ele a redigir os artigos atribuídos a JC, mas, dissipando a dúvida, o articulista não identificado d'*O Agricultor* escreve precisamente no artigo das *grandes lavouras* que pertence "a essa classe dos senhorios", o que dissipa qualquer dúvida, cf. *O Agricultor Michaelense*, 2.^a série, n.º 38, Fevereiro 1851, p. 641. Também na "Bibliografia de José do Canto" editada no *Catálogo do Epistolário Familiar do Arquivo Brum da Silveira-José do Canto e Catálogo do Arquivo António do Canto Brum*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores Serviços de Documentação, 1999, p. 385, constam os ditos artigos.

depoimento, seja pela modernidade das propostas, em ruptura radical com as práticas instituídas, seja pelo retrato que primeiro faz da tradição e transformação em curso do sistema basilar de financiamento dos morgados, sem esquecer a que lado da barricada ele pertence, o que, aliás, o próprio esclarece. Acusando, logo de início, as reacções adversas à publicidade dada ao tema dos arrendamentos pela SPAM, e reconhecendo *ser esta uma delicada questão, e mui resvaladiça*, o articulista, não identificado, disseca os arrendamentos tal como são praticados na Ilha, organizando-os segundo o modo de pagamento da renda (a dinheiro, géneros ou misto), o modo de atribuição do valor desta (por oferta em praça pública, por escritura pública ou por acordo oral) e a duração do arrendamento (trienal, no caso da hasta e escrituras públicas, indeterminado no arrendamento oral). As rendas em trigo vencem em Agosto, as pagas em milho e dinheiro a 1 de Novembro. Os arrendamentos públicos, de prática relativamente mais recente¹⁴, têm atingido rendas *exorbitantes*, enquanto os orais, dependentes da boa fé das partes, se mostram, em geral, *plausíveis*.¹⁵

Comentando a alta no preço das rendas, recusa explicá-la com a “avareza dos senhorios”, cujas virtudes e defeitos bem conhece por lhe pertencer, “a essa classe dos senhorios”¹⁶, preferindo justificá-la com a diminuição das “grandes lavouras”, o aumento da procura de terra por pequenos lavradores, hortelões, e até jornaleiros “que fabricam o pão que em seus casaes consomem.”¹⁷ As *grandes lavouras*, explica, eram grandes tratos de terra em que relações duradouras de amizade e interdependência ligavam Senhorio e Rendeiro, garantindo a solidariedade e continuidade de um sistema social e de produção, em que, assevera José do Canto:

O Rendeiro nunca pagára renda a outra caza, nem o Senhorio conhecera outro rendeiro senão o pae ou avô do actual. O rendeiro acudia prompto com adiantamentos desinteressados nos apertos

¹⁴ L. S. Mouzinho de Albuquerque, ob.cit., p. 33, já referia em 1825 o prazo trienal como o mais comumente praticado.

¹⁵ Cf. *O Agricultor Michaelense*, 2.^a série, n.º 37, Janeiro 1851, p. 629-632.

¹⁶ V. idem, n.º 38, Fevereiro 1851, p. 641.

¹⁷ Ibidem, p. 641-642. Em 1910, José Canavarro de Faria e Maia retratava o jornaleiro como alguém que “traz quasi sempre algum terreno de renda que elle próprio cuida, empregando o resto do tempo por conta doutros”, *Monographia da Freguezia Rural de S. Roque da Ilha de S. Miguel, no Districto de Ponta Delgada*, Boletim da Direcção Geral da Agricultura, Undécimo anno, n.º 2, 1910, p. 35-36.

*pecuniários do Senhorio, e o Senhorio assistia e honrava as solemnidades domesticas do Rendeiro, e lhe acudia com empenhos e protecção nos apertos de justiça e soldados.*¹⁸ (Itálicos no original).

Ocupando maior número de braços que o necessário, mal pagos em géneros, mas assegurando a subsistência das famílias sob a asa patriarcal do morgado, pouco lucro davam estas explorações pré-capitalistas. Daí que tenham diminuído gradualmente.¹⁹ Embora desconfie de alguma idealização da parte do relator, a verdade é que Sacuntala de Miranda não só certifica esta «economia moral» do Antigo Regime, quando enquadra com ela os *alevantes* de 1869, como ainda a dá por remanescente no século XX.²⁰

O aumento da população, sem oferta alternativa de trabalho mas aumentando a procura do consumo, e uma crise europeia que *elevou os produtos agrícolas d'estas Ilhas a um não imaginado preço*, associados ao fim daquela economia dita solidária mas não lucrativa, excitaram a especulação nos preços das rendas, que agora, no meio do século, vão a leilão com os senhorios a arrendar *a quem mais dá*, e que José adivinha acabarem em *pleitos, despesas de justiça, e ao cabo dividas fallidas*. Por isso, é do interesse próprio do senhorio não consentir um *preço superior ao intrínseco do terreno*. Como se determina esse “intrínseco”? A solução, segundo José do Canto, está em *colher nas varias localidades, de que se compõem o nosso território*, dados estatísticos para o cálculo aritmético do valor das rendas: “Cuidamos pois que a investigação séria e minuciosa em cada uma de nossas povoações, da produção dos terrenos, e despesas de granjeio, e a subsequente publicidade do resultado de tal exame” resultaria no mais seguro referente para estabelecer o valor exacto das rendas. Propõe uma comissão permanente para realizar esse inquérito (elencando os quesitos do mesmo), que teria a obrigação de os averiguar em cada estação do ano “por seus olhos, e nos próprios logares”. A edição desta estatística agrícola, discernindo três qualidades de terreno em cada povoação, deveria depois ser

¹⁸ Idem, p. 642.

¹⁹ Cf. Ibidem.

²⁰ V. Sacuntala de Miranda, *Quando os sinos tocam a rebate / Notícia dos alevantes de 1869 na Ilha de S. Miguel*, Lisboa, Salamandra, p. 28-29.

corrigida e actualizada cada dois anos, dada a variabilidade das colheitas, preços dos géneros e das jornas.²¹

A proposta de José do Canto será posta em prática, simplificada no processo mas conceptualmente idêntica, em 1977: o Decreto Regional n.º 11/77/A de 20 de Maio limita as rendas ao máximo afixado anualmente em cada concelho, para as três classes de terreno e formas previstas de aproveitamento do mesmo²².

Destaque-se a visão territorial de José do Canto nesta questão dos arrendamentos, e nas outras de que, com os seus consócios da SPAM, faz cavalo de batalha, nunca se circunscrevendo ao domínio das suas propriedades ou dos seus interesses directos, sempre pensando a Ilha, do seu governo, na totalidade.

No número seguinte d'*O Agricultor* discute os modos e agenda dos pagamentos e, finalmente, dois números depois, aborda a decisiva questão dos prazos. Depois de anunciar do que vai tratar, arranca assim:

*O colono, mal seguro no terreno que cultiva, sujeito a desamparal-o quando ao senhorio bem apraz, circunscreve suas operações ás indispensaveis do annual granjeio; e não perde nunca o tempo nem cança o juízo, em melhorar-se.*²³

Apela, pois, aos leitores d'*O Agricultor*, senhorios como ele, que se permita a realização de benfeitorias e se dê ao rendeiro o tempo imprescindível para que se veja a terra transformada pelas mesmas. A fim de se verem os campos melhorados por surribas, tapumes, regadios, prados, edifícios rurais, vinhas e pomares, e os baldios arborizados, José do Canto propõe um mínimo de 9 a 27 anos, se o senhorio pagar no termo do arrendamento os melhoramentos introduzidos (no artigo seguinte vai definir os melhoramentos *permanentes*, a cargo do senhorio, e os *transitórios*, por conta do rendeiro²⁴), ou 36 anos, se uma das cláusulas for o não pagamento pelo senhorio das benfeitorias, precisando o

²¹ Cf. *O Agricultor Michaelense*, 2.ª série, n.º 43, Julho 1851, p. 717-720.

²² V. *Diário Regional*, I Série, n.º 117, 20 Maio 1977, p. 1170-1175.

²³ *O Agricultor Michaelense*, 2.ª série, n.º 45, Setembro 1851, p. 742.

²⁴ Cf. *Idem*, n.º 47, Novembro 1851, p. 780-781

rendeiro, por isso, de mais tempo para as rentabilizar.²⁵ Complemento essencial desta estratégia de longo prazo era o crédito de capital para os investimentos a realizar no domínio útil, cujos juros tinham que entender do tempo específico da agricultura. A proposta para a fundação de um banco rural vai ser o trabalho seguinte de José do Canto.²⁶ Agora atente-se bem na paisagem projectada através daquele desenho jurídico-financeiro:

[...] os bardos bem escombrados que não comam a terra – o feto e a ruim monda verdascada a miude – os regos de desaguio bem traçados e escoantes – a pedra que o tufão ou malfazejos deribaram do tapume recolhida a seu logar – afforamentos que não esalfem o solo – a renque de arvores donde mais venta – o socalco na encosta íngreme – umas parreiras no lagedo que não dão pão – os baldios arborisados – as barreiras esmoutadas e cultivadas – uns poucos de vimes a par do veio d’agoa – o lodo que a enxurrada derrama pelas estradas encanado ao terreno, são pequenos nadas que nada custam, e muito valem.²⁷

Estes “pequenos nadas” constroem um eficaz ecossistema de produção e são exactamente a paisagem que José do Canto está a compor nas suas terras. Embora custem bastante mais do que *nada*.

Imagine-se a reacção dos ‘patrícios’ de José: se os rendeiros se quisessem endividar era com eles, agora ceder-lhes o domínio útil das suas terras durante tanto tempo estaria fora de questão. Na própria SPAM estas propostas não obteriam consenso²⁸, e José do Canto, peremptório e convincente na escrita, não me parece, no entanto, ter alguma vez posto em prática a totalidade da sua teoria. Demorava o Banco Rural, é certo.

Em coerência com as ideias defendidas só lhe conheci o processo, já mencionado, de arroteamento para o arrendamento das terras à Água Nova.²⁹ O

²⁵ Idem, n.º 45, Setembro 1851, p. 744.

²⁶ V. “Projecto d’um Banco Hypothecario na Ilha de S. Miguel”, em *O Agricultor Michaelense*, 2.^a série, n.º 50, Fevereiro 1852.

²⁷ Idem, n.º 45, Setembro 1851, p. 742.

²⁸ No relatório de 1850-1851, a Direcção da SPAM, deixando por escrito a frustrada tentativa de levar previamente a questão dos arrendamentos à discussão pública através da imprensa, que se escusou a tal, afirma que a série de artigos sobre o tema publicados no mensário da Associação não representaram “senão a opinião individual de quem os escreveu.” Cf. *O Agricultor Michaelense*, 2.^a série, n.º 46, Outubro 1851, p. 772.

²⁹ *Despezas meudas de Caza na Ilha do Faial desde o 1.º de 8bro. de 1845 em diante*, fl. 51 e seg., UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P01.

plano inicial é o de arrendar porções de 40 alqueires (5,5 ha) equipados com curral, tanque e casa, obrigando na contratação ao cultivo de trigo, milho e tremoço (para sideração e pasto) em quatro folhas iguais, recolhendo ao curral todas as palhas para as reses, e aplicando nas mesmas terras o estrume produzido. Nos artigos citados, José do Canto defendera este princípio 'didáctico' dos modos de exploração do terreno obrigados por contrato. O prazo então anotado por José do Canto nesse rascunho de cerca de 1856 é de seis anos. O modelo proposto é diferente dos expostos n'*O Agricultor*, pois agora é o senhorio a fornecer de raiz as benfeitorias mais dispendiosas, o que talvez justifique o prazo menor. O modelo é inglês: a rentabilidade agrícola inglesa assentava na relação contratual do *landlord* que arrendava ao *tenant* o terreno devidamente vedado e infra-estruturado³⁰, chegando, nalguns casos, a construir quintas inteiras que punha nas mãos dos caseiros.³¹

Mas em 1885, três décadas depois, o prazo para aquelas mesmas terras encolhe para os três anos que José do Canto severamente criticara em 1851. José do Canto revoga também o sistema de cultura pensado em 56, tendo entretanto concluído que aquelas terras só dariam para pasto. Se ainda assim o rendeiro quisesse cultivar cereais, não o poderia fazer senão um ano por triénio na mesma terra. Também o curral, o tanque e a casa ficaram por fazer, autorizando, no entanto, os rendeiros a fazê-los e pagando-lhes o senhorio esses melhoramentos no final do triénio. A terra a arrendar está limpa, sem queiró, silva ou mato, e bem murada. Assim fica obrigado o rendeiro de a manter.³² O que é que inviabilizou o plano original?

Se os melhoramentos projectados da casa, tanque e curral tornariam a renda incomportável, e por isso o morgado deles desistiu, o que é que justificava o

³⁰ Cf. Susanna Wade Martins, *The English Model Farm. Building the Agricultural Ideal, 1700-1914*, Cheshire, Windgather Press, 2002, p. 1. Se o senhorio tratava das infra-estruturas fixas, o rendeiro ficava encarregue de arranjar sementes, o gado e maquinaria necessários.

³¹ No caso dos mais ricos, os terratenentes ingleses de finais de Setecentos recorriam mesmo aos préstimos de arquitectos famosos como Samuel Wyatt, Robert Adams, ou John Soane. Podem ver-se os seus projectos, particularmente interessantes no caso de Adams, em Susanna Wade Martins, ob.cit., p. 53-61. No século XIX surgirá uma nova categoria profissional, o *agent* ou *agricultural engineer* que, planificando a totalidade da produção de uma propriedade rural incluindo os projectos de arquitectura implicados, reduzirá a encomenda aos arquitectos deste tipo de programas.

³² Cf. *Condições para o arrendamento das terras arroteadas na Agoa Nova*, UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P06.

recuo do prazo, que afinal pouco tinha dilatado, para o triénio do costume? Em 1865, Abreu Lima informa José do Canto de que os arrendatários se esquivam a assinar os contratos.³³ Não posso pôr de parte a hipótese de terem sido os próprios rendeiros a recusarem o alargamento dos prazos. Os rendeiros estavam demasiado arreigados à tradição, desconfia Maria Filomena Mónica.³⁴ As obras da Doca e as Obras Públicas na construção das pontes e estradas aumentavam ciclicamente a oferta de trabalho alternativo à lavoura, e talvez preferissem ter, assim, sem grande investimento na terra arrendada, a porta meio aberta à emigração.

Já a política de incentivo às benfeitorias ou melhoramentos foi posta em prática por José do Canto, incitando-os nos contratos de arrendamento e cumprindo com a sua parte, ou seja, pagando os chamados melhoramentos *permanentes*³⁵.

Ao contrário do que escrevera o irmão n' *O Agricultor*, que os arrendamentos por escritura pública adoptavam o prazo trienal, na minuta de contrato para os arrendamentos de Ernesto do Canto³⁶ o prazo reduz-se a um ano. Embora este prazo possa prorrogar-se em cada ano indefinidamente, também pode ser interrompido, por qualquer uma das partes, bastando avisar até dois meses antes do seu termo a 31 de Outubro, fim do ano rural³⁷. Este modelo de contrato

³³ Cf. Carta de António Bernardes de Abreu Lima a JC, S. Miguel, 26 Setembro 1865, UACSD, FBS-AJC 16533.

³⁴ “Os rendeiros [de JC] ofereciam resistência às suas inovações, os camponeses pretendiam cultivar as terras seguindo rotinas ancestrais e até muitos dos proprietários que, com ele se cruzavam nos salões, desconfiavam das suas ideias.” Maria Filomena Mónica, “José do Canto”, 2003, p. 197.

³⁵ “Em todo o predio há uma grande quantidade de combros de cana, que forão por mim **pagos ao ultimo rendeiro**, ou por mim mandados fazer. [...] Há no mesmo prédio, plantadas por mim [...] a matta dos Carvalhos, e baldios da Grotta do ferro; e uma matta de pinheiros **plantada pelo ultimo rendeiro, a quem eu paguei o melhoramento.**” (bold meu), 4030 *N'este prédio estão envolvidos 16 alqueires de terra comprados a Manuel Botelho Gusmão, Escrip.^a de 30 de Nov.bro de 1877* [...] em *Relação dos Prédios em que há melhoramentos ou em que estão envolvidos outros prédios livres, nos quaes não se fez avaliação em separado, o que torna impossível a partilha, na hypothese de se me não dar meança nos bens desvinculados, sem que se proceda a nova avaliação.*, UACSD, FBS-AJC.

³⁶ Transcrito em Fátima Sequeira Dias, “Ernesto do Canto: um homem rico”, 1979-1980, Doc. II, *Modelo para os arrendamentos do Sr. Dr. Ernesto do Canto*, p. 43-44. A minuta é posterior a 1867, porque invoca artigos do Código Civil Português aprovado nesse ano. Quer-me parecer que ao onerar o arrendatário com a contribuição predial cumulativamente com a renda, o contrato de Ernesto do Canto contraria o estabelecido no art.º 1609.º do dito Código Civil.

³⁷ Corresponde ao prazo de sessenta dias antes que finde o ano agrícola o prazo estabelecido pelo art.º 1629.º do Código Civil de 1867.

adoptava as regras gerais prescritas pelo novo Código Civil (que apenas estipulara como prazo mínimo de arrendamento o tempo necessário para uma sementeira e colheita³⁸), formalizando no papel precisamente o velho contrato oral.

Se o projecto de paisagem era evidente, sendo até mesmo enunciado, como mostrei, mais difícil é descortinar se por trás do novo contrato social dos arrendamentos havia, em José do Canto, um projecto de outra paisagem social, e até que ponto o morgado estaria disposto a sacrificar alguns dos seus privilégios por ela. Na tradição das *grandes lavouras* que invocou nos artigos d' *O Agricultor*, José do Canto parecia conhecer os 'seus' empregados – à excepção dos reforços para as colheitas, os jornaleiros não são anónimos nas folhas de férias –, mas não tem pruridos em exercer o poder de senhorio quando o entende, como acontece no caso referenciado por Nestor de Sousa em que José do Canto, ainda que escudando-se nas condições contratuais, ameaça expulsar o rendeiro que não quer votar no genro Artur Hintze Ribeiro. Atente-se nas cláusulas contratuais:

*Mas é bom que saiba, que a condição 4.^a do seu arrendamento estabelece que subarrendando terras sem meu consentimento escripto, eu posso em qualquer tempo do anno despedil-o, perdendo Vossa Mercê a meu favor os trabalhos, sementes, e estrumes, que já tiver empregado na terra. / Ora saiba que se Vossa Mercê ou algum dos subrendeiros votar contra o Sr. Dr. Arthur, eu immediatamente o despeço da terra, sem esperar para mais tardar.*³⁹

É só em 1977 que a *transcendente questão dos arrendamentos* vai ser verdadeiramente revista e as relações de poder centradas na propriedade rústica radicalmente alteradas. Não cabe aqui analisar o enquadramento político do já citado Decreto Regional n.º 11/77/A, mas atente-se que na questão fundamental

³⁸ V. Art.º 1628.º, da Sub-secção III - Disposições especiais dos arrendamentos de prédios rústicos, da Secção II - Do arrendamento, do Capítulo X - Do contrato de locação, em *Código Civil Português, aprovado por carta de lei de 1 de Julho de 1867*, 6.^a ed. actualizada, Coimbra, Atlântida, Livraria Editora, Lda., 1946, p. 396.

³⁹ Carta de JC a Francisco Cabral, 17 Outubro 1889, transcrita por Nestor de Sousa, *O Palacete do Porto Formoso e Outras Imagens Oitocentistas de Ponta Delgada*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1997, Doc. 2, p. 52. A chantagem tem um precedente relativamente atenuante, como seja o mesmo rendeiro ter nas eleições de 1887 depositado na urna a carta do procurador de JC indicando-lhe o sentido de voto, cf. Nestor de Sousa, *idem*, p. 18.

do prazo dos arrendamentos, então fixado num mínimo de seis anos renováveis por períodos sucessivos de três, o Decreto Legislativo Regional n.º 16/88/A, de 11 de Abril de 1988, ao impedir o senhorio de recusar a primeira renovação do contrato, está, de facto, a garantir um arrendamento inicial de nove anos⁴⁰. Para obviar à especulação e pressionar ao cumprimento do prazo, o ponto 2 do art. 15.º do decreto de 1977 obriga ainda o senhorio que, com um ano de antecedência, denuncie o contrato “a explorar directamente por si” o prédio por um triénio. A sua actualização em 1988 mantém esta redacção acrescentando a alternativa de alienar o prédio no prazo de um ano. Por ambos os textos, não se poderá executar despejo caso se ponha em “grave risco a subsistência económica do rendeiro”. Se pensarmos que o próprio enunciado de 1977 começa por informar que 80% das explorações agrárias da terra açoriana são *familiares ou familiares imperfeitas*, desenvolvendo-se 28,5% em terrenos arrendados e 30,4% em terrenos cumulativamente arrendados e próprios, é fácil perceber o alcance no terreno, ou seja, na paisagem, da nova legislação. Finalmente, a demanda de André e José do Canto cumpriu-se, mas, seguramente, não como a imaginariam. Razão de classe tivera o recato prudente dos senhorios de Oitocentos: com os arrendamentos a longo prazo o tempo dos senhores da terra acabou, chegou o tempo dos rendeiros.

Rendeiros, meeiros e foreiros

Como todos os grandes proprietários micaelenses, José do Canto traz arrendados terrenos em quase todos os corpos de terra que constituem o património da sua Casa. Recebe rendas avulsas no Charco da Madeira, Grimaneza, Grotinha, Porto Formoso, enquanto em St. António, Nordela e Serra Gorda tem arrendada a totalidade das parcelas que constituem os prédios. Tem matas arrendadas a meias em S. Brás, ao Porto Formoso.⁴¹ Também as terras adquiridas à casa do Redondo, ou de Soure, se mantêm em grande parte arrendadas.

⁴⁰ V. *Diário Regional*, I Série, n.º 17, 26-04-1988, p. 295-299.

⁴¹ Cf. *Despesas meudas de Caza na Ilha do Faial...*, UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P01.

Contei mais de 150 reideiros nas *Folhas de rendas de 1871*⁴². Em 1875 tem reideiros em todas as propriedades, com 209 parcelas arrendadas, à excepção de Santana, onde tem o jardim e morada, e das Furnas, onde pretende construir uma segunda casa, e tem em construção ainda uma outra para a eternidade. É no Charco da Madeira que tem mais parcelas arrendadas, 31, seguindo-se o Pico da Pedra com 26, a Grimaneza com 23, Calços da Pintona, 22, e Agoa Nova e Monte do Frade com 20.⁴³

Em 1884 tem também arrendados 90 alq e 18 vs divididos em 26 parcelas, o que dá uma média de 3,5 alq por parcela, em St. António, na Lomba da Cruz (a sul da estrada e a nascente da grotta do Lucena, alongando-se o terreno numa tira 'do mar à serra', isto é, radial ao interior da ilha, [Fig. 1.1](#)), e no *sítio das Cabeçadas* (entre a grotta homónima e a grotta do Couto, [Fig. 1.3](#)).⁴⁴ Indiciando um progressivo investimento no arrendamento, aquando da morte de Maria Guilhermina em 1887 os reideiros em S. Miguel somavam 339, distribuindo-se do modo seguinte: 95 no Concelho de Ponta Delgada, 236 no da Ribeira Grande, 7 em Vila Franca do Campo e 1 no Concelho da Povoação.⁴⁵ O maior número de reideiros na Ribeira Grande devia-se ao arrendamento das terras compradas à Casa de Soure. Em 1890 os números são os mesmos, à excepção do concelho de Ponta Delgada que contabiliza então 103 reideiros, para um total de 347 rendas em S. Miguel. No Faial mantém 111.⁴⁶

⁴² *Folhas de rendas de 1871*, UACSD, FBS-AJC, assinadas por JC, renovando ou contratando novos reideiros, e nelas registando o fiador e condições e terrenos do arrendamento.

⁴³ Cf. *S. Miguel 1875 / Reideiros da Caza do Illmo Snr Jozé do Canto*, UACSD, FBS-AJC 14949.

⁴⁴ 50 alq 12 vs, segundo a *Relação de medição na Lomba da Cruz em St. António pertencente ao Ex.mo Sr. José do Canto*, Lagoa 1 Dezembro 1883, por Manuel José Tavares, e 40 alq 6 vs pela *Relação de medição na d'um corpo de terras no sitio das Cabeçadas em St. António pertencente ao Ex.mo Sr. José do Canto*, Lagoa 29 Maio 1884, pelo mesmo medidor, acompanhadas de levantamentos desenhados, UACSD, FBS-AJC. Destas grotas apenas a do Lucena aparece registada pela Carta de 1824 de José Carlos Figueiredo e na carta de JC, parecendo coincidir com a segunda grotta a seguir à do Baleeiro para noroeste na Carta militar Série M889 folha 27. Estas terras não constam da citada lista de 1875 de *Reideiros da Caza do Illmo Snr Jozé do Canto*, UACSD, FBS-AJC 14949.

⁴⁵ Cf. *Mappa das rendas e foros* do Inventário de Maria Guilhermina Taveira Brum da Silveira inserido no *Inventario Orfanológico* de JC, BPARPD, *Inventários Orfanológicos* TCPDL, M.402, n.º 26, 1896, vol. 13. Na contagem acima não incluí os quatro filhos e a esposa de JC, a quem este arrendou por 60 anos os cerrados da Canada de Duarte Borges que plantou de laranjeiras, e que constam deste mapa. No concelho da Horta, JC mantém mais de 100 reideiros.

⁴⁶ Cf. *Mappa das Rendas e Foros, respectivos aos bens comuns ao casal da fallecida D. Maria Guilhermina Taveira Brum do Canto, e de seu viúvo José do Canto, nos annos de 1887, 1888, e 1889; e por este cobrados, como cabeça de casal, com indicação das quantias em divida, em 14*

Os novos rendeiros, mesmo sendo conhecidos do senhorio, têm que dar garantias através de um fiador.⁴⁷ Quando o rendeiro quebra, de algum modo, o contrato, o senhorio toma-lhe a terra movendo-lhe, se necessário, uma execução judicial. Quando por qualquer razão devolutas, enquanto se não arrendassem de novo, as terras eram de imediato cultivadas pelo senhorio⁴⁸, ou seriam tomadas pela vegetação espontânea diminuindo-lhes o valor. No contrato José do Canto obrigava os rendeiros a manter as glebas cultivadas ou, no caso dos pastos, limpos de silvas. Assim, arrendado ou granjeado, o campo, uma vez arroteado, estava sempre ordenado pelo amanhã da terra.

Com José do Canto, o arrendamento era também uma forma lucrativa de continuar a agricultar a sua terra recorrendo a terceiros, fosse entregando-a com melhoramentos que obrigavam a um certo uso do solo,⁴⁹ fosse, ao contrário, abatendo na renda, ou pagando, os melhoramentos introduzidos pelos rendeiros⁵⁰.

Para as matas do Porto Formoso José do Canto explora a madeira a 'meias', sendo, por isso, denominados **meeiros** os 'rendeiros' destas matas.⁵¹ Na prática

de Abril de 1890, UACSD, FBS-AJC. Para o concelho de Ponta Delgada parece haver mais rendas, pois que a escrita da listagem continua informalmente na capa.

⁴⁷ "Se vagar algum bocadinho de terra no Pico da Pedra, Manoel Soares que me trabalha na Grimaneza, fez-me empenho por um bocado de terra; mas deve dar as precisas seguranças." *Lembranças*, s.d., UACSD, FBS-AJC. Na carta N.º 10 a JC, S. Miguel, 7 Novembro 1859, UACSD, FBS-AJC 17823, António Bernardes de Abreu Lima dá conta dos novos arrendadores e respectivos fiadores para as Criações de Agoa Nova, Grota do Contador, e outros.

⁴⁸ As terras ao Rocio, normalmente arrendadas, são cultivadas pelo senhorio de 1881 até 1887 quando são arrendadas de novo. Cf. *Rendeiros da terra do Rocio no anno de 1866, e seguintes, e quanto pagavão*, UACSD, FBS-AJC.

⁴⁹ Veja-se como JC ou garante um rendeiro que lhe acabe o trabalho que iniciou num pasto, ou prefere acabá-lo ele e só depois arrendá-lo: "[...] Conversei taobem com elle (J.e Carvalho) sobre os negocios da Agoa Nova – Restão por tratar somente 24 alqueires dos quaes os meus bois lavrarão já 12 alq.es- Determinei-lhe que podendo-se os ditos 24 alq.res arrendar-se com o trabalho que eu já lhe fiz, que se arrendasse; mas que se chegasse a occasião dos meus bois acabarem de lavar aquelles 24 alqueires, que então a não arrendasse, e somente arrendaria a herva para o anno que vem." Carta de JC a Abreu Lima, 11 Julho 1858, UACSD, FBS-AJC.

⁵⁰ Veja-se nas *Condições para o arrendamento das terras roteadas na Agoa Nova*, c.1884-85, UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P6, "Autorizo e responderei pelas seguintes melhoras, segundo o valor que tiverem ao tempo de se findar o arrendamento – a saber – curral, tanque, e cafua ou casa de pastor, ou casa de recolher gado –".

⁵¹ Prédio n.º 4032, Matto e Mattas de S. Braz: "Neste prédio há uma porção de matto que sempre foi, e é maninho. N'outra parte, que pela maior parte erão Roças abandonadas, plantarão-se

o morgado estabelece um contrato para plantação das matas ficando os contratados isentos de pagar renda excepto se não plantarem. Pela 1.^a cláusula ficam os contratados obrigados a “plantar o dito terreno e replantal-o tantas vezes quantas forem necessárias, para que no fim de três annos esteja plenamente povoado de pinheiros, vinhaticos, ou outras arvores em que accordem”.⁵² A 4.^a cláusula estabelece que de *todos os productos da matta, seja qual for a natureza d’elles*, isto é, da ramagem das podas periódicas, à lenha mais grossa e à madeira para carpintaria, “entregarão elles FF... a metade, a elle senhorios: não se podendo em tempo algum cortar madeira nem dispor dos ditos productos sem a expressa licença d’elle senhorios, por escripto.”⁵³

Frequente é José do Canto ser o dono do *chão das casas* construídas para habitação própria pelos rendeiros, que por ele pagam renda, normalmente de foro. Por exemplo, no Outeiro, ao Porto Formoso, “estão construídas 29 casas baixas em cerca de 3alq de terreno, de que os cazeiros pagam renda, pelo chão que cada uma respectivamente occupa”.⁵⁴ Encontramos vinte e sete destas casas desenhadas na frente sul do *Croquis da Propriedade do Porto Formoso denominada O Outeiro pertencente aos Erdeiros de José do Canto* (Fig. 1.49a). Repare-se que é outra a segurança do foreiro que paga o chão da sua casa, uma vez que o aforamento é, por definição, de prazo perpétuo, garantindo assim a transmissão do edificado aos descendentes. Daí que encontrássemos dezenas de casas construídas nos terrenos aforados por José do Canto, particularmente na Arrenquinha e Atafona, a S. Vicente, e também na Cidade.⁵⁵ Estas situações de domínio útil por aforamento do solo das habitações, que era prática corrente

muitas mattas com **contracto de meias** [...]”, (bold meu), in *Relação dos Prédios em que há melhoramentos ou em que estão envolvidos outros prédios livres*, [...], UACSD, FBS-AJC.

⁵² Minuta de contrato por três anos para plantação de árvores nas terras do Porto Formoso e S. Brás, UACSD, FBS-AJC.

⁵³ Idem.

⁵⁴ *Relação dos bens imobiliários pertencentes ao casal do finado José do Canto, existentes na Comarca da Villa da Ribeira Grande, Ilha de S. Miguel, que apresenta a inventariante sua filha, D. Margarida Brum do Canto Hintze Ribeiro*, 1898, BPARPD, *Inventários Orfanológicos* TCPDL, M.402, n.º 26, processo n.º 3, vol. 3, onde o *Outeiro* é o prédio N.º 1. Na mesma *Relação*, ao prédio N.º 9, sito à Grotta de St.^a Bárbara, temos “2,42 ares (50 vs) em que os herdeiros de José Machado Barbosa, edificaram uma **morada de cujo fundo pagam renda**.” (bold meu). Estas rendas, exclusivamente relativas às casas, poderão ter sido contratadas por Aforamento.

⁵⁵ Cf. relação dos *Domínios Directos* na Comarca de Ponta Delgada, em idem, vol. 4.

em Oitocentos e extensiva a todo o território da Ilha⁵⁶, persiste ainda hoje em S. Miguel, nomeadamente nas Sete Cidades.

Os **Foros**, pela perpetuidade do contrato que estabelecem, são particularmente importantes por fixarem o desenho de um certo cadastro. Uma terra aforada é uma terra 'alugada' sem termo àquele que por ela paga em trigo, galinhas ou dinheiro.⁵⁷ De tal modo é plenipotenciário o domínio útil do foreiro sobre a terra de que paga cânon ou foro, que José do Canto descreve uma determinada terra como *pertencendo* ao foreiro⁵⁸, ou integra na listagem dos seus *Domínios Plenos* as terras de que paga foro a terceiros⁵⁹. Ainda assim José do Canto tenta contrariar o tradicional *domínio útil* da terra aforada: numa minuta de contrato de aforamento de 1856 impõe condições que lhe permitiriam controlar o uso do solo e obrigar ao melhoramento do prédio; por exemplo, o foreiro teria de cultivar laranja onde o prédio a pudesse produzir, "não podendo conserval-o de pasto ou inulto, sob pena de pagar multa, além do foro, a quantia de 6\$000 rs. por alqueire".⁶⁰

⁵⁶ Cf. listas dos foreiros da Casa Raposo de Amaral, UACSD, ARA.

⁵⁷ Embora a literatura corrente coeva também utilizasse "aforamento" para designar o "arrendamento", o novo Código Civil de 1867 não deixa margem para dúvidas no artigo 1653.º: "Dá-se o contrato de emprazamento, aforamento ou enfiteuse, quando o proprietário de qualquer prédio transfere o seu domínio útil para outra pessoa, obrigando-se esta a pagar-lhe anualmente certa pensão determinada, a que se chama fôro ou canon." E no artigo seguinte: "O contrato de enfiteuse é de natureza perpétua. Os contratos que forem celebrados com o nome e forma de enfiteuse, mas estipulados por tempo limitado, serão tidos como arrendamentos e como tais regulados pela legislação respectiva." *Código Civil Português, aprovado por carta de lei de 1 de Julho de 1867*, 6.ª ed. actualizada, Coimbra, Atlântida, Livraria Editora, Lda., 1946, p. 402.

⁵⁸ "Há contigua uma criação que me é foreira, pertencendo a Manuel de Jesus da Silva Pontes, que se deve fazer toda a diligência por adquirir. Há nella 45 alq.es de terra que vallem 90\$000. alcançando esta criação, pode-se dobrar o nosso rebanho." UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo P01.

⁵⁹ A quinta de S. Joaquim, por exemplo, é foreira anualmente em 108\$020 rs a D. Maria da Conceição Gago da Câmara (cf. *Relação dos bens imobiliários pertencentes ao casal do finado José do Canto, existentes na Comarca de Ponta Delgada...*, no *Inventário Orfanológico* de JC, em doc. cit., vol. 4), tal como o Prédio N.º 7, sito à Canada das Vinhas, freguesia da N. S. da Conceição, na Ribeira Grande é foreiro à Santa Casa da Misericórdia da mesma vila em 12 litros de trigo anuais (cf. *Relação dos bens imobiliários pertencentes ao casal do finado José do Canto, existentes na Comarca da Villa da Ribeira Grande...*, ibidem, vol. 3).

⁶⁰ Minuta de contrato de aforamento redigida sob o título *Condiçõens*, com o *primeiro vencimento no dia 1.º de Novembro do anno de 1856*, UACSD, FBS-AJC. Este texto contém ainda as disposições habituais, como sejam, o direito de preferência do senhorio, o que obriga a dar conhecimento prévio ao senhorio de toda e qualquer transacção do foro, fixando o laudémio em 5%.

Para além de aforar terras suas, o morgado compra ou arremata em hasta pública alguns foros,⁶¹ demonstrando algum interesse neste tipo de receita. São muitas as *casas baixas, palhaças, telhadas, quintais, granéis* e parcelas de terra que tem aforadas (226 foros para 201 foreiros no concelho de Ponta Delgada⁶², 65 foros para 42 foreiros na Ribeira Grande⁶³), em geral, de pequena superfície. Para além dos lugares onde José do Canto concentra propriedade, encontram-se alguns foros dispersos como os 147 alq de *terra lavradia, criação e matta* no sítio do Canário e Foral do Garcia, nos Ginetes,⁶⁴ ou os três terrenos de *terra lavradia* da freguesia da Maia.⁶⁵

Em praticamente todos os prédios havia uma grande quantidade de terras onde os foreiros de José do Canto construíram habitações que lhes pertenciam, pagando, com o Foro, apenas o *chão da casa*.

Para além das Rendas e dos Foros, José do Canto recebe ainda **Laudémios**, numa percentagem em dinheiro, ou em géneros, sempre que um foreiro transacciona o seu domínio útil, passando o foreiro comprador a pagar o mesmo foro ao senhorio.⁶⁶

Se tradicionalmente as rendas eram pagas em géneros, cada vez o são mais em dinheiro.⁶⁷ No entanto, os géneros, servindo para comerciar, também eram utilizados para consumo próprio e para pagar foros e pensões a que os senhorios estivessem obrigados.⁶⁸

⁶¹ Cf. *1844 Mappa dos bens q vou comprando, e rematando, ou q me forem adjudicados neste anno, e seguintes_a Ser*, UACSD, FBS-AJC.

⁶² Cf. relação dos *Domínios Directos* na Comarca de Ponta Delgada, no Inventário de Maria Guilhermina Taveira Brum do Canto, BPARPD, *Inventários Orfanológicos* TCPDL, M.402, n.º 26, Processo n.º 3, vol. 5. É a S. Vicente que JC tem maior concentração de foros, particularmente na Atafona e Arrenquinha.

⁶³ Cf. relação dos *Domínios Directos* na Comarca da Ribeira Grande, idem, vol. 6.

⁶⁴ Cf. Ibidem, vol. 5.

⁶⁵ Cf. Ibidem, vol. 6.

⁶⁶ Na *Conta dos laudémios, recebidos por transmissão de domínios directos, pertencentes aos bens communs do Casal da falecida D. Maria Guilhermina Taveira Brum da Silveira, desde dia do seu óbito até 14 de Abril de 1890*, UACSD, FBS-AJC, encontramos laudémios de 2,5% e de 5%, somando o total de 327\$390 rs.

⁶⁷ De Abril 1853 a Abril 54, as rendas de JC em S. Miguel terão somado 5.379\$415 réis em dinheiro, contra 1.362\$312 em trigo (a 500 réis o alqueire) e 955\$200 rs em milho (a 300 rs/alq). Cf. *Renda na Ilha de S. Miguel no Anno que vai de Abril de 1853 - a Abril de 1854*, UACSD, FBS-AJC.

⁶⁸ Veja-se como JC, através do seu procurador, reclama ao cunhado João Silvério Vaz Pacheco de Castro o pagamento de renda em trigo e não em dinheiro: “[...] queira VS dizer-lhe a respeito

Aquando da morte de Maria Guilhermina, os foreiros em S. Miguel são 246, distribuindo-se 201 no Concelho de Ponta Delgada (concentrados em S. Vicente, à Atafona, e Capelas), 42 no da Ribeira Grande, 2 em Vila Franca do Campo e 1 no Concelho da Povoação.⁶⁹

A importância destes modos de exploração da terra, que é o de arrendá-la ou aforá-la, quando analisada sob o ponto de vista das receitas, é esmagadora, sendo ainda mais eloquente numa Casa que ensaiara a racionalização e modernização da sua produção agrícola: se bem que o valor da laranja esteja então em acentuada depreciação, de 1887 a 1890, o conjunto da produção da Lavoura, Quintas, Vinhas e Matas rendeu a José do Canto 25.277\$835 rs, enquanto em Rendas e Foros cobrados recebeu 67.693\$375 rs, ficando ainda por cobrar 14.117\$671 rs.⁷⁰ Como seria de esperar, José do Canto tem a consciência deste facto, registando na sua contabilidade quando consegue o contrário. Assim acontece na granja do Porto Formoso no ano de 1891-92, em que os terrenos por si agricultados rendem 2.167\$100 rs, enquanto “Estes terrenos quando arrendados, antes de os granjear, pagavão Rs1.601\$600”.⁷¹

ao arrendamento do Porto Formoso, que a Escripura terminou há muito tempo, ainda que eu a tenho sempre considerado em vigor: que todavia do futuro anno em diante considero necessária uma alteração na intelligencia d'ella no tocante à entrega dos géneros. N'estes últimos annos e especialmente no anno que finda **vi-me obrigado a comprar trigo** não só para pagar as pensões, a que sou obrigado aqui na Cidade, mas até para todo o pão que gastei em minha casa. Por isso entendo pela minha parte, que **a entrega da renda a géneros é a regra geral**, que só poderá deixar de ter logar por esterilidade das terras, sendo este o único caso em que o género pode ser substituído pelo valor ategora estabelecido de 600rs. o alqueire de milho digo trigo, e 400rs. o alqueire de milho. Fora d'este caso, não sendo entregue o género deve ser satisfeito conforme o preço do anno.” Instruções de JC a António Bernardes d'Abreu Lima, Ponta Delgada, 22 Agosto 1857, folhas cosidas, paginadas e assinadas por JC, UACSD, FBS-AJC, Anexo P03, fl. 8-8v.

⁶⁹ Cf. *Mappa das rendas e foros* do Inventário de Maria Guilhermina Taveira Brum da Silveira, BPARPD, *Inventários Orfanológicos* TCPDL, M.402, n.º 26, vol. 13. Na contagem acima não incluí os quatro filhos e a esposa de JC, a quem este arrendou por 60 anos os cerrados da Canada de Duarte Borges que plantou de laranjeiras, e que constam deste mapa.

⁷⁰ Cf. *Activo*, de 1887 a 1890, no Inventário de Maria Guilhermina Taveira Brum da Silveira, idem, vol. 13. Os valores citados são relativos a toda a Casa, isto é, incluem para além de S. Miguel a produção agrícola e rendas do Pico e Faial. Exclusivamente para S. Miguel, em 1883, os *Terrenos cultivados* renderam 9.083\$390 réis contra 13.395\$496 provenientes dos *Terrenos arrendados*. Os Foros pagos em dinheiro, galinhas e trigo foram avaliados em 1.475\$292 réis. Cf. *Rendimento total da nossa Casa em 1883*, em Fernando Aires de Medeiros Sousa, ob.cit., p. 148. Seria necessário ter números anteriores à década de 70, quando os preços da laranja entram em queda, para avaliar que peso teria então a receita das rendas.

⁷¹ *Distribuição das Culturas no Porto Formoso, no anno de 1891-1892*, UACSD, FBS-AJC.

A medida da divisão da paisagem

Para o regime de arrendamento vigente existiria uma área média das parcelas que resultava na medida da divisão da paisagem. Esta medida, que poderia ser dada pela área necessária à produção de uma agricultura de sobrevivência para uma família nuclear, parece ser sempre aproximadamente a mesma quer sejam terras para arrendar quer sejam terras para cultivar pelo proprietário. Apenas tratando-se de terras lavradas, as áreas eram mais pequenas do que se se tratasse de pastos ou matos. No caso em estudo, a medida dos cerrados era também a medida das *folhas*, isto é, servia a rotação calendarizada das culturas, prática que José do Canto advoga e que tenta impor nas condições do arrendamento na Água Nova.

Sobre a dimensão da propriedade açoriana, Fouqué elabora assim:

La configuration très accidentée du sol et la difficulté des voies de communication impliquent la division des régions agricoles des îles en petites propriétés. C'est en effet ce qui est arrivé tout naturellement dans les parties qui n'étaient pas défendues par la loi des majorats [morgadios]. Les possesseurs des grands domaines eux-mêmes n'ont du reste jamais songé à créer de vastes fermes; ils ont loués par petits lots les parties labourables de leurs propriétés, assurés d'en tirer ainsi un meilleur revenu.⁷²

Por um lado, temos o maior número de parcelas para arrendar, por outro, as reconhecíveis restrições da forma topográfica explicarão, a maior parte das vezes, a diversidade nas áreas dos cerrados numa mesma zona. Acresce que, sem estradas terrestres e marítimas rápidas, não valeria a pena criar excedentes, que seriam difíceis de escoar. Bom observador, o geólogo francês, que esteve por duas vezes nos Açores pesquisando os vulcões e inquirindo a paisagem em 1867 e em 1872, acrescenta ainda:

Une autre raison qui a déjà contribué à favoriser le développement de la petite propriété est l'absence de cours d'eau nécessaires à l'entretien des prairies naturelles. Les pâturages sont possibles sur les sommets, grâce à l'humidité bienfaisante qui y règne perpétuellement; mais à des niveaux plus bas le terrain sec et poreux n'est propre qu'au labourage, où le travail de l'homme remplit le premier rôle.⁷³

⁷² F. Fouqué, ob.cit., p. 18.

⁷³ Idem, p. 19.

A falta de retenção de água nas cotas baixas e a humidade permanente nas cotas altas construíram os *andares de culturas*, desenhando o primeiro cadastro *do mar à serra*. Sendo a área de pasto superior relativamente à de lavoura para uma mesma exploração agrícola, a orla litoral das ilhas pode, assim, ser muito dividida. Esta divisão permitia ainda um controlo mais eficaz da erosão dos solos.⁷⁴

Os 23 cerrados que José do Canto traz arrendados a João d'Oliveira em 1855 medem em média pouco mais de 3 alqueires, variando entre 1 a 7 alq.⁷⁵

Ao Pico da Cruz arrendava pastos, e se os havia com 2 e 3 alq, provavelmente situados nas cotas mais baixas, os restantes tinham mais de 6, chegando aos 17, 18, 20, 23 e 48 alq.⁷⁶

Outro corpo de terras ali próximo, no Pico da Pedra, tem os seus 234 alq divididos em 84 cerrados que, na maior parte, têm 1 a 2 alq e alguns com 5 e 6 alq.⁷⁷ Ainda aqui, José do Canto possui outro corpo de terras que está dividido em 5 cerrados que variam entre 10 e 15 alq de superfície.⁷⁸

Em St. António, na Lomba da Cruz, e no *sítio das Cabeçadas*, a medida média dos 26 cerrados que ali traz arrendados em 1884 é de 3,5 alq.

Os 40 cerrados cultivados da Granja do Porto Formoso no ano agrícola de 1891-92, com uma área variável entre 3 e 25 alq (cerrado das *Figueiras*), têm na maioria 10 alq.⁷⁹ Já no Outeiro, corpo de terras da península atrás da Granja, os cerrados são mais miúdos, particularmente quando se aproximam da fronteira

⁷⁴ Conforme sugere Orlando Vasconcelos Azevedo, "A erosão do solo e a agricultura açoriana", *Boletim da CRCAA*, n.º 8, 2.º semestre 1848, p. 56.

⁷⁵ Cf. Lista dos cerrados com respectiva área sob o título *O Snr. João d'Oliveira fica no arrendamento que foi de João António com os seguintes serrados a razão de 5:000 o alqueire*, com data de 27 Maio 1855, assinado por JC, UACSD, FBS-AJC.

⁷⁶ Cf. *Nota dos últimos rendeiros que estiverão nos pastos da Ladeira do Pico da Cruz, medida, e rendas*, 1880, UACSD, FBS-AJC.

⁷⁷ Cf. *Medição por João Correia, Lugar dos Arrifes, 5 d'Agosto de 1855*, UACSD, FBS-AJC.

⁷⁸ Cf. *Mappa dos terrenos do pico da pedra que pertencem ao Illm.º Senhor Joze do Canto*, UACSD, FBS-AJC.

⁷⁹ Cf. Distribuição das Culturas no Porto Formoso, no anno de 1891-1892, UACSD, FBS-AJC. O cerrado mais pequeno é o denominado *Rebentão*, e está plantado de trigo, enquanto o maior, chamado *Figueiras*, está de milho.

com o mar, onde medem 1 a 8 alq, com a maioria nos 3 alq,⁸⁰ o que teria a ver com a maior irregularidade do terreno mas, sobretudo, com a maior necessidade de abrigo face à *salsugem* dos ventos marítimos.

Os cerrados da Ribeira Grande ao Pico Arde aproximam-se de uma área média de 20 alq por parcela.⁸¹ Trata-se de um grande corpo de terras que vai da base, na Ribeira Seca, ao cimo da encosta norte da serra da Barrosa, por onde sobem os pastos e matas que não estão aqui incluídos. Estas áreas, para não falar dos excepcionais cerrados das *Almas* com 44 alq 140 vs e do *Rego d’Agoa* com 46 alq 161 vs⁸², contrariam a aparente regra de divisão mais miúda das parcelas nas terras lavradas do primeiro andar das culturas.

Na monografia de S. Roque, redigida por José Canavarro de Faria e Maia em 1910, o autor anota uma maioria de pequenos proprietários, que na realidade são os foreiros remanescentes das casas morgadias, as quais, por sua vez, explicam as poucas propriedades de média dimensão que, apesar da desvinculação, permaneceram por sucessão nas mesmas mãos.⁸³

Esta divisão permanecerá mesmo depois dos arroteamentos para pastagens empreendidos em grande escala nos anos 60, que, embora invadindo as culturas arvenses, reconverteram acima de tudo as manchas de matos.⁸⁴ Um estudo publicado pelo Ministério da Economia em 1972 aponta as “diminutas dimensões das explorações, com maior frequência de 0,5 a 11 hectares, e do **relativamente elevado número de parcelas que as constituem**, mais frequentemente 4 a 6 parcelas” (bold meu) como uma das razões para o atraso da agricultura em S.

⁸⁰ Cf. *Croquis da Propriedade do Porto Formoso denominada O Outeiro pertencente aos Erdeiros de José do Canto*, [sublinhado no original], UACSD, FBS-AJC.

⁸¹ Com a excepção das *Courelinhas*, que apenas medem 5 alq. Cf. *Nota das confrontações e medições de vários cerrados de terra, q. forão da Condessa do Redondo, hoje pertencentes ao Illmo. Sr. José do Canto ditos na Rib.^a Gr.^e acima do caminho do Fornino começando do lado do Ponente até aos pastos, biscoutos e mattos que fazem parte d’este arrendamento principiando a numeração do Norte para o Sul*, UACSD, FBS-AJC.

⁸² Cf. *idem*.

⁸³ Cf. José Canavarro de Faria e Maia, *Monographia da Freguezia Rural de S. Roque da Ilha de S. Miguel, no Districto de Ponta Delgada*, Boletim da Direcção Geral da Agricultura, Undécimo anno, 1910, n.º 2, p. 10-11.

⁸⁴ Cf. José Marques Moreira, *Alguns aspectos da intervenção humana na evolução da paisagem da ilha de S. Miguel (Açores)*, Lisboa, Serviço Nacional de Parques e Reservas, 1987, p. 56 e 76.

Miguel.⁸⁵ Tomando como base de estudo a área das explorações, sem distinguir o estatuto fundiário das mesmas, podemos ainda assim deduzir deste estudo, pela divisão das explorações em parcelas, que os terrenos fossem sobretudo arrendados. Por outro lado, considerando que as pastagens ocupavam então 50% da superfície agrícola,⁸⁶ é inevitável associar as explorações de maior área aos pastos recentemente arroteados. Ainda assim, nos concelhos de Ponta Delgada, Vila Franca e Nordeste, a maioria das explorações tinha uma área inferior a 0,5 hectares (ou seja, 35,9 alq); na Ribeira Grande tinham entre 0,5 e 1,0 ha (entre 35,9 alq e 1 ms 11,8 alq); na Lagoa a média seria entre 1,5 e 2,5 ha (1 ms 47,7 alq e praticamente 3 ms).⁸⁷ Se, conforme a citação supra, dividirmos a área das explorações em cinco parcelas, obtemos, no caso de Ponta Delgada, a média de 7 alq por parcela.

A permanência no início da década de 70 do século XX da divisão miúda do solo, que impossibilitando a mecanização das explorações continuava a condicionar fortemente o desenvolvimento da agricultura da Ilha, explicar-se-ia com a excessiva pressão demográfica sobre a terra e com o regime dos arrendamentos em vigor. Uma história conhecida há 500 anos. A *fome de terra* não tinha só a ver com a função económica da sua exploração, mas resultava também, como vimos, com a função social da terra: do poder do senhorio e da tradição do cerrado por casamento.

⁸⁵ Cf. João Mendes Espada, *Estudos sobre os Açores / A Agricultura nas ilhas de S. Miguel e Santa Maria*, Lisboa, Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Industria, Instituto Nacional de Investigação Industrial, Economia, 1972, p. 172.

⁸⁶ Cf. *ibidem*.

⁸⁷ Cf. *idem*, p. 17.

1.6. Matas

As matas transformaram radicalmente a paisagem micaelense. Na primeira metade do século XIX todas as descrições literárias falam duma paisagem *escalvada*, sem *bosques dignos desse nome*, apenas coberta de mato ralo no interior da ilha.¹ Os argumentos que desde o início do século militavam pela urgência da arborização prendiam-se, em primeiro lugar, com o combate à forte erosão que as águas pluviais produziam no solo; à retenção das mesmas águas diminuindo o período sazonal de seca; à alteração climática que essa retenção produziria com a condensação da humidade; ao abrigo do vento que proporcionaria; à madeira e lenhas que dela se retirariam, diminuindo a importação do porto da Figueira da Foz do pinho com que se armavam os milhares de caixas da exportação anual da laranja. A estes mesmos argumentos José do Canto soma a atracção que as árvores exerceriam sobre a electricidade, considerada à época *o mais poderoso agente da vegetação*. José do Canto não desdenha da linguagem dos símbolos e, acrescentando que este assunto não se resume a uma questão de riqueza económica, escreve:

¹ “Suas alturas são todas escalvadas, e tão raras as árvores na maior parte da ilha, que se passam léguas sem que se veja uma, mesmo nos terrenos cultivados, e mais próximos das povoações.” Desembargador Vicente José Ferreira Cardoso, relatório de 15 Agosto 1825, cit. por Carreiro da Costa, “Arvoredos dos Açores, Algumas Achegas para a sua História”, *Boletim da CRCAA*, n.º 16, 2.º semestre 1952, p. 7.

“[...] se exceptuarmos os castanhaes, que vestem algumas encostas nas vizinhanças da Povoação Velha, e os Pomares de espinho de Ponta Delgada, e seus arredores, não se encontra em toda a Ilha de S. Miguel massiço de arvores, que mereção o nome de bosque.” Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque, Ignacio Pitta de Castro Menezes, *Observações sobre a ilha de S. Miguel, recolhidas pela Comissão enviada á mesma ilha em Agosto de 1825*, [...], Lisboa, Impressão Regia, 1826, p. 41.

“Discorrendo por esta Ilha, legoas e legoas transporeis sem divisar individuo algum de vegetação perennal.” Carta de Thomas Hickling publicada em *O Agricultor Michaelense*, n.º 5, Fevereiro 20, 1844, p. 62, e o americano preconiza mesmo a desertificação, pois que sem as árvores as nuvens afastar-se-ão.

“Rien de mélancolique comme l’aspect que présente l’intérieur de ces îles, généralement inhabité. Une verdure rase et persistante, composée de graminées, de myrsinés et de bruyères, se prolonge uniformément de montagne en montagne ; il est rare que la monotonie de la perspective soit varié par des arbres, a moins qu’ils n’aient été plantés.” Arthur Morelet, cit. por Arruda Furtado, *Materiaes para o Estudo Anthropologico dos Povos Açorianos. Observações sobre o Povo Michaelense*, Ponta Delgada, 1884, p. 7-8.

Uma só arvore antiga e copada, junto do portal do lavrador, que encanto que não é! Ha ali um não sei que de bello e magestoso, em que a imaginação se apraz, e que thesouro nenhum pagaria ao filho d'aquella cabana, que á sua sombra nascêo, e folgou!

Ora o amor do lar domestico é a fonte dos mais nobres affectos, e quanto mais querido e amado tornardes o patrio tecto, tanto maior dedicação, tanto mais generosos sentimentos tereis plantado no coração de vossos filhos.

Que duradoura impressão! que indizível saudade do aposento paterno, nos não deixou o castanheiro solitário e musgoso que sombreava o quintal da choupana, e em que espreitávamos o erriçado ouriço, lá nos fins do outonno!

*Que suavíssimas lembranças, e quão nobres aspirações as d'aquelle homem cujo primeiro alvergue era vigiado por arvore alterosa aonde se contavam os contos da infância, e em que pae, mãe, e irmãos iam gosar o fresco do crepúsculo!*²

E completa, conceptualmente como um romântico alemão, aliando a contemplação estética e evocação afectiva à potencialidade moral:

*Estas considerações, sentimentaes se assim quizerem, são, para nós, do maior peso, porque effectivamente pensamos que a moralidade humana depende, em grande parte, do amor paterno; e não o podemos imaginar assaz vivo e forte, se ahi no domestico ninho há um desconforto ou nudez tal, que me vez de attrahir as imaginações infantis, as repelle.*³ (Itálico no original).

Ou seja, as árvores que sombreiam uma casa são uma espécie de guardiãs da família, pois sem árvores o desconforto ou nudez do *ninho domestico* não estimula o *amor paterno* de que *depende, em grande parte*, a formação moral dos futuros cidadãos. A passagem embevecida revela o olhar pictórico-sentimental do romantismo que afinal também contagia o pragmático José do

² *O Agricultor Michaelense*, 2.^a série, n.º 26, Fevereiro 1850, p. 451-452. O artigo, sem título nem autor assinalados, é da autoria de JC que adapta livremente um texto inglês, de que transcrevo a parte final: "A simple tree! what a charm it gives to a farmer house! It was something for the imagination to dwell upon; it was something that the owner might look upon, and point out to his children, as something better than could be estimated by money. What effect might not a single oak or birch with its golden tassels or an elm have in awakening the sense of the beautiful, upon a child who was just learning to look upon the beautiful creation." UACSD, FBS-AJC. Este manuscrito, embora arquivado com outros esboços de artigos sobre agricultura que terão sido escritos alguns por José, outros por André do Canto, não me parece atribuível a André porquanto tendo este morrido em 1848 e sendo postumamente publicado seria certamente identificado.

³ *Idem*, p. 452. Repare-se que logo a seguir a estas *considerações sentimentaes*, o articulista argumenta a arborização com os lucros das plantações de *Larix* do Duque de Atol de que conta com números a história. Os *Larix* foram ensaiados por JC nas matas da lagoa das Furnas a conselho de George Brown, diz JC, mas com o Duque de Atol a ajudar, seguramente.

Canto, idealizando no mesmo quadro a família, casa e árvore (Fig. 1.50). Ou não estivesse a árvore na *origem* da casa, ou seja, da Arquitectura.⁴

Da árvore à floresta

*M. Canto does not give much heed to the growing of flowers. His grounds are rather an arboretum than a garden.*⁵

Apesar das notas de encomenda aos viveiros continentais incluírem arbustos e flores várias, a preferência pelas árvores parecia-me evidente antes mesmo do relato do oceanógrafo escocês a confirmar. É das árvores, ou então das lavouras, que fala mais entusiasticamente na sua correspondência com José Jacome. Este aproveita uma vez a ida de José do Canto a Londres para lhe encomendar árvores “próprias para se plantarem isoladamente”.⁶ É precisamente uma árvore isolada que rivaliza com a vista da lagoa do Fogo numa excursão em Julho:

*Gosámos ali uma das mais pittorescas, e amenas vistas que se podem encontrar, e a beleza da tarde ajudava a realçar a amenidade da scena. Não a podemos lograr muito tempo, porque era preciso economizar o tempo para fazer tudo o que empreenderamos. Partimos pois em continente para ver o célebre Pinheiro de Manuel Duarte, que é sempre admirável mesmo depois de o ter visto uma primeira vez.*⁷ (bold meu).

⁴ É disso que trata todo o livro de Joseph Rikwert, *On Adam's House in Paradise. The idea of the primitive hut in architectural history*, 1974. Para um certo olhar, a origem silvícola da arquitectura seria ainda evidente nas cafuas e cafuões, bem como na sobredimensionada cobertura em palha sobre estrutura de madeira da casa do camponês micaelense do século XIX.

⁵ Wyville Thomson, *The Voyage of the Challenger: the Atlantic; a preliminary account of the general results of the exploring voyage of H. M. S. Challenger during the year 1873 and the early part of the year 1876*, London, Macmillan and Co., 1877, vol. II, p. 47-48.

⁶ Carta VI, a José Jacome, Londres, 17 Março 1853, em José do Canto, *Cartas Particulares a José Jacome Corrêa e Conde de Jacome Corrêa*, 1841 a 1893, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1999, p. 12.

⁷ Carta de JC às irmãs, Lagoa do Congro, 11 Julho, UACSD, FBS-AJC 12794, Documento anexo P02. Não encontrei qualquer outra informação sobre este pinheiro ou o seu dono que me permitisse caracterizar a sua figura, mas pressuponho que se trataria de uma árvore grande e velha. “A longevidade de algumas árvores passa, segundo nos parece, inteiramente despercebida neste país. As árvores velhas constituem muitas vezes os monumentos mais tocantes do passado feliz e glorioso de uma nação”, podia ler-se no *Jornal de Horticultura Prática*, vol. II, 1871, p. 126.

Tal como no Continente, também S. Miguel passa por uma vaga de delírio pelas árvores gigantes. Não há colecção botânica que se preze que não tenha uma sequóia: é a maior árvore do mundo e tem reputação de ser difícil de aclimatar. No Congresso de Horticultura de 1866 a que José do Canto assistiu em Londres, o professor Candolle de Genève apresentou uma comunicação sobre a *medida recente e muito exacta do diâmetro* duma das grandes sequóias da Califórnia.⁸ Pouco menos de cem anos depois, a sequóia de José do Canto nas Furnas é uma das *árvores notáveis* da Ilha.⁹ Em S. Miguel, o tamanho seria uma questão que transcendia o prosaico fenómeno da moda, pois as árvores endógenas eram decepcionantemente pequenas. Dos ensaios com as espécies de fustes gigantes destacaram-se, permanecendo como marcos da paisagem, as araucárias. A partir de Paris, José do Canto acompanha com epistolográfico entusiasmo os ensaios de José Jacome para a reprodução daquelas árvores, fazendo-o “conceber a fundada esperança de que os nossos filhos possam admirar ainda **florestas d’Araucárias**.”¹⁰ (bold meu).

A árvore está para a *família* como a floresta está para a *nação*, diria o historiador inglês Simon Schama. Na altura em que escreve José do Canto, as matas de pinheiros são ainda manchas em formação na paisagem da Ilha, mas são simbolicamente fundamentais: a floresta é a congregação. As raízes e a permanência de um ciclo de vida que se renova incessantemente são a metáfora de um povo¹¹. À vista da falta de árvores lenhosas na Ilha, os irmãos Bullar invocam uma lei dos cantões suíços que obriga cada casal à plantação de determinado número de árvores no dia mesmo do casamento, e mais uma por cada filho que tiverem.¹² “Bem andam aqueles países que costumam promover periodicamente a *festa da árvore* e pena é que não tenham frutificado as

⁸ *List of the papers and subjects*, London, International Horticultural Exhibition and Botanical Congress, 1866, UACSD, FBS-AJC. Entre os conferencistas, consta também o professor Parlato de Florença, correspondente de JC. A grafite, no friso superior da página 5 pode ler-se, com a caligrafia do dileitante açoriano, o título da comunicação que poderá ter feito neste congresso: “Sur les Plantes exotiques qui vegetent en plein air aux Açores”.

⁹ Cf. António Emiliano Costa, “Árvores Notáveis em S. Miguel”, em *Boletim da CRCAA*, n.º 17, 1.º semestre 1953, p. 121.

¹⁰ Carta L, a José Jacome, Paris, 8 Setembro 1867, em José do Canto, ob.cit., p. 177.

¹¹ V. Simon Schama, *Landscape and Memory*, London, Fontana Press, (1995), 1996, p. 5-6.

¹² Joseph e Henry Bullar, *Um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas*, trad. por João Hickling Anglin, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 3.ª edição, 2001, p. 27.

repetidas tentativas feitas nesse sentido em Portugal”, escrevia o agrónomo Arlindo Cabral em 1951 propondo que cada criança, na passagem pela escola, plantasse uma árvore: cada geração ficaria assim representada.¹³ Na paisagem.

Como pode um território sem árvores propor-se como pátria?

Depois das primeiras tentativas de D. Antão Vaz de Almada, primeiro capitão-general dos Açores, as campanhas pela arborização das ilhas açorianas sucedem-se, mais ou menos infrutíferas. Em S. Miguel, destacam-se Nicolau Maria Raposo (com plantações nos Ginetes) e o brigadeiro Francisco Jerónimo Pacheco de Castro (nas Furnas), combinados com o Ministério da Marinha que lhes fornecia o *penisco*,¹⁴ e depois, já em Oitocentos, o desembargador Vicente José Ferreira Cardoso.¹⁵ No século XIX, o protagonismo da arborização de S. Miguel cabe por inteiro à iniciativa privada, com as matas do pai de João Silvério Vaz Pacheco de Castro (na mata da Alegria, nas Furnas, que fora dos Jesuítas, com plantações iniciadas c.1809), Simplício Gago da Câmara (c.1820, na Gorriana), António Francisco Botelho de Sampaio Arruda (Lomba de Santa Bárbara, Ribeira Grande, c.1820),¹⁶ e, numa segunda vaga, com os sócios da SPAM e seus contemporâneos.

Em 1848, persistindo na aclimação do freixo (*Fraxinus*) pela qualidade reconhecida da sua madeira, *O Agricultor Michaelense* clarifica o objectivo: “Achar uma boa árvore florestal, acomodada ao terreno, e às necessidades da localidade, é achar um thesouro.”¹⁷ Num relatório sobre o estado da agricultura, comércio e indústria do Distrito de Ponta Delgada redigido em 1853, o secretário-geral do governo civil, seu autor, tendo logo no início identificado o problema da arborização, referindo as “montanhas, picos, serras e assomadas, que hoje

¹³ Arlindo Cabral, “O culto da árvore”, *Boletim da CRCAA*, n.º 13, 1.º semestre 1951, p. 81.

¹⁴ Cf. Carreiro da Costa, “Arvoredos dos Açores...”, p. 2.

¹⁵ Cf. *idem*, p. 4.

¹⁶ Cf. *O Agricultor Michaelense*, n.º 11, Agosto 20, 1844, p. 160-161.

¹⁷ *O Agricultor Michaelense*, 2.ª série, n.º 19, Julho 1849, p. 337.

vemos inteiramente nus e escalvados”,¹⁸ elogia, páginas depois, os esforços de alguns proprietários que têm plantado *não poucas mattas*, bem como o contributo da SPAM na introdução de novas espécies silvícolas. Ainda que reconhecendo a importância destes *auxiliares* particulares, insiste que se trata de um problema cuja dimensão só poderá ser eficazmente resolvida pela *acção providente do Governo*.¹⁹ António Teixeira de Macedo teria provavelmente razão, mas a florestação planificada e executada pelo poder público só terá lugar no século seguinte.

Em 1873, o geólogo e petrologista francês, amigo de José do Canto, Ferdinand Fouqué escreve com entusiasmo indisfarçado da *magnífica* arborização produzida pelos gentlemen farmers micaelenses do pós-liberalismo.²⁰ Induzidos pelo sucesso obtido com as plantações realizadas pela Administração Geral das Matas do Reino no Continente, a espécie mais cultivada na Ilha era o pinheiro bravo. Conta Fouqué que José do Canto “en plante annuellement plus de 2 millions d’individus; son frère M. Ernesto do Canto, environ 1 million ½, et les autres grands propriétaires des quantités analogues.”²¹

[...] now every piece of ground that will not produce corn or oranges is planted with timber trees. I have already stated that *Pinus pinaster* is one of the best trees for thoroughly resisting the effects of the salt spray; it is also one which **has become universal throughout the island**, and is the principal tree employed in the construction of orange-boxes. ²² (bold meu).

Os **pinheiros marítimos**, como se chamava aos pinheiros bravos, dominavam então alguns dos contornos da topografia acidentada da ilha, da orla costeira

¹⁸ António Teixeira de Macedo, *Breve Memoria sobre o Estado da Agricultura, Commercio e Industria do Districto de Ponta Delgada offerecida Ao Exm.º Sr. Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello, Ministro e Secretário d’Estado das Obras Publicas Commercio e Industria*, Ponta Delgada, 1853, p. 3

¹⁹ Idem, p. 12-15.

²⁰ M. F. Fouqué, *Voyages Géologiques aux Açores, III, Les cultures de San Miguel, Le monde organique aux Açores*, Extrait de la *Revue des Deux Mondes*, Livraison du 15 avril 1873, Paris, De l’Imprimerie de J. Claye, p. 10-11.

²¹ Idem, p. 16. Carreiro da Costa cita estes números, mas corrige-lhes a periodicidade: em vez dos *dois milhões por ano* do texto de Fouqué, escreve que JC “plantara durante muitos anos dois milhões de árvores”, em “Arvoredos dos Açores...”, p. 37.

²² Peter Wallace, “XXVI. - Gardens and Orange Grounds of St. Michael’s in the Azores – its Climate and Peculiarities, Communicated Sept. 16, 1852”, in *Journal of the Royal Horticultural Society of London*, vol. VII, London, 1852, p. 241.

aos picos do meio da ilha, e hoje, praticamente desaparecidos, afiguram-se estranhos à paisagem a que nos habituámos com o protagonismo da criptoméria. Se com o fim da laranja os pinhais foram cedendo terreno à vinha e às pastagens²³, a **criptoméria**, ainda que nas primeiras plantações fosse em número inferior aos pinheiros e cedros²⁴, tomou conta das plantações que os Serviços Florestais intensamente promoveram a partir de meados do século XX nos baldios do Nordeste. Aparentemente encontrou nas cotas mais altas do interior da ilha um habitat tão bom quanto o da origem no Japão, sendo a mais resistente das espécies florestais plantadas acima dos 400 m.²⁵ Logo em 1873 Wyville Thompson afirmava que várias espécies de eucalipto, a criptoméria, os choupos *nigra* e *angulata* e a acácia *melanoxylon* suplantavam já o pinho marítimo, o vinhático e o *laurus canariensis* no fornecimento de madeira para as caixas de laranja.²⁶ Na mesma altura, Fouqué previa: “Jusqu’à présent, le pin maritime, le laurier des Indes et le peuplier d’Europe ont seuls fourni le bois des caisses d’orange; mais il ne tarderont pas à être remplacés en partie par le cryptomeria, l’eucalyptus et l’acacia.”²⁷ Só falhou no eucalipto.

²³ “As mattas de pinheiros de extensão bastante avultada, destinadas especialmente ao fabrico das caixas de laranja, avaliadas em mais de réis 96:000\$000 (76:800\$000 réis fortes) por anno, encontrando-se sem futuro cedem o campo à cultura da vinha e pastagens naturaes [...]”, António d’Andrade Albuquerque Bettencourt, *Industria Pecuaria na Ilha de S. Miguel (O que foi, é, e póde ser)*, Dissertação apresentada ao Conselho Escolar do Instituto d’Agronomia e Veterinária de Lisboa, Typographia de Adolpho, Modesto, & C.^a, 1887, p. 15-16, cit. por Sacuntala de Miranda, *O Ciclo da Laranja e os “gentlemen farmers” da Ilha de S. Miguel, 1780-1880*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1989, p. 74.

Gabriel d’Almeida explica que a descida do preço da laranja em Inglaterra provocou a “total decadencia das mattas, cuja madeira servia para a caixaria que conduzia a laranja aos mercados ingleses”, *Industria Agrícola, Typographica e Litographica na Ilha de S. Miguel (Açores)*, Ponta Delgada, Typographia de Manoel Corrêa Botelho, 1884, p. 15, acrescentando que as faias, pinheiros, castanheiros, carvalhos, álamos, vinháticos, cedros e giesteiras que constituem então as matas micalenses fornecem madeiras de *ruim qualidade*. “Pouca ou quasi nenhuma é a consideração que gosam, os terrenos empregados n’esta cultura.” Idem, p. 15-16

²⁴ Cf. Albano Salvador Almeida Sousa, entrevista concedida ao autor, Ponta Delgada, 2005. De 1953 a 1957 a *Acacia melanoxylon* é a espécie com mais indivíduos nos viveiros da Circunscrição Florestal no Nordeste, seguida da *Cryptomeria japonica* e do *Pinus pinaster*. Cf. Albano Salvador Almeida Sousa, *Relatório de Tirocínio*, Escola de Regentes Agrícolas de Évora, 1957, p. 41-44.

²⁵ Veja-se na recente colecção *Árvores e Florestas de Portugal*, coordenada por Joaquim Sande Silva, o vol. 06, *Açores e Madeira, A floresta das ilhas*, Lisboa, edição Público e Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2007, p. 248, com a parte dedicada aos Açores coordenada por Eduardo Dias.

²⁶ Cf. Wyville Thomson, ob.cit., p. 38.

²⁷ M. F. Fouqué, ob.cit., p. 17.

Com as cortinas de criptoméria para abrigo das pastagens²⁸ e protecção das grotas e ravinas²⁹ a traçarem linhas espessas em todo o território, o incentivo à arborização com o fornecimento gratuito aos particulares de essências florestais cultivadas em viveiros³⁰, os trabalhos, ainda que de menor visibilidade, da correcção torrencial de algumas ribeiras³¹, e a vasta florestação da serra da Tronqueira³², a Circunscrição Florestal do Distrito de Ponta Delgada partilhou com a indústria dos lacticínios o protagonismo da transformação da paisagem da Ilha no século XX, terminando a obra começada cem anos antes. S. Miguel tinha, por fim, uma floresta digna desse nome. E uma árvore: a criptoméria foi o signo da paisagem silvícola micaelense de Novecentos.

Cousas ordinárias e a mitologia das árvores gigantes

A laurissilva indígena, por ser escassa em espécies e tamanho, não impressionava os naturalistas estrangeiros³³. Assim, não admira que José do

²⁸ V. quadro estatístico *Construção de Cortinas de Abrigo*, em [Hernâni Santos], *Situação Florestal – Estudo Preliminar de um Programa e de uma Política Florestal para a Região e Plano a Médio Prazo 1989-92*, Região Autónoma dos Açores, Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, Direcção Regional dos Recursos Florestais, Setembro 1988, p. 29.

²⁹ Cf. Albano Salvador Almeida Sousa, entrevista concedida ao autor, Ponta Delgada, 2005. Estas plantações nas ravinas e taludes das linhas de água, de grande legibilidade na paisagem das pastagens actuais, poderão estar contabilizadas no quadro citado na nota anterior.

³⁰ Cf. Gonçalo Manuel Estrella Rego, “O Problema Florestal da Ilha de S. Miguel”, em *Boletim da CRCAA*, n.º 13, 1.º semestre 1951, p. 27. O engenheiro silvicultor Estrella Rego foi o primeiro chefe da Circunscrição Florestal de Ponta Delgada, instituída em 1948, que elaborou o *Plano de Repovoamento Florestal*. De 1953 a 1965, os viveiros dos Florestais terão utilizado nos projectos de arborização quase 10 milhões de plantas e cedido mais de 23 milhões a particulares, para além de 10 toneladas de sementes florestais diversas. Cf. Augusto Branco Camacho, *O Bem Comum, 40 anos de administração distrital, 1926-1966*, Ponta Delgada, 1966, p. 118.

³¹ Cf. *Projecto de Correcção da Ribeira do Rosário (Ilha de São Miguel)*, Ministério da Economia, Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, 2.ª Repartição Técnica, Gabinete de Estudos e Obras de Correcção Torrencial, (Leiria, 1958), BSF1528; *Projecto de Correcção da Ribeira da Grotta do Inferno (Ilha de São Miguel)*, Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Agricultura, Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, 2.ª Repartição Técnica, Gabinete de Estudos e Obras de Correcção Torrencial, (Leiria, 1959), BSF1557. A ribeira do Rosário é a oitocentista ribeira do Rosal, que atravessa a *Fajã da Lapaça* para desaguar na Lagoa das Furnas, e a Grotta do Inferno desemboca na Lagoa das Sete Cidades. Ambas estariam a assorear as lagoas e a erodir em demasia os respectivos leitos. Fixando o talvegue por pequenas represas e paredes laterais, os projectos previam a arborização dos taludes ribeirinhos com criptoméria, cedro do Buçaco, acácia, vinhático e faia.

³² O projecto para o *Núcleo Florestal da Serra da Tronqueira* contabiliza 1967 ha de área para arborizar por plantação com diversas essências indígenas e exóticas e 212 ha de matos a transformar em pastagens, correspondendo às áreas de menor declive. Cf. *Perímetro Florestal da Ilha de S Miguel – Projecto de Arborização – Orçamento*, Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas – 2.ª Repartição Técnica, (1955), BSF1568.

³³ “Quando se vê o clima temperado dos Açores, a fertilidade natural d’essas ilhas, sua extensão e configuração accidentada, causa verdadeira admiração a pouca riqueza e variedade da Flora

Canto desvalorize as endémicas, nomeadamente a faia-da-terra, mesmo que Wyville Thompson tenha querido ver na *Myrica faia* um emblema das ilhas açorianas³⁴. Escreve José do Canto: “Na terra enxofrada do pé da Rua [da propriedade nas Furnas] plantar cousas ordinárias, como faias etc a ver se se veste.”³⁵ Somente o vinhático, originário da Madeira mas então considerado como planta indígena, era apreciado, por causa da madeira que se utilizava na marcenaria.

Apesar do discurso dos cientistas da natureza, duas coisas eram certas para os locais: outrora, árvores colossais prosperaram na Ilha, e naquele presente pareciam *pegar de galho* todas as exóticas importadas. Os troncos de árvores com 1 m de diâmetro submersos pelas cinzas das erupções que se descobriam nas Sete Cidades, ou nos Fenais da Ajuda³⁶, credibilizavam as narrativas antigas

local. / De 400 plantas phanerogamicas, 316 especies se encontram na Europa; 5 pertencem á Africa; 6 á America; 23 ás ilhas Canarias e Madeira, e só 50 são exclusivamente da sua Flora.” Edmond Goeze, *A Ilha de S. Miguel e o Jardim Botânico de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1867, p. 11-12.

³⁴ “The one most used [para abrigo das laranjas] is *Myrica faia*, a native plant, which grows very abundantly on all the uplands, and seems to be regarded as a kind of badge in the islands, as its relation *Myrica gale* is in the west highlands of Scotland.” Wyville Thomson, *The Voyage of the Challenger : the Atlantic : a preliminary account of the general results of the exploring voyage of H. M. S. Challenger during the year 1873 and the early part of the year 1876*, London, Macmillan and Co., 1877, vol. II, p. 31.

³⁵ *Lembranças Furnas*, a grafite, s.d., (no verso), UACSD.

³⁶ “A little to the northward of Ponta da Ajuda, [...] At the base of the mountains on this part of the island, are large patches of rich soil, sometimes more than six feet in depth, in which, stumps and branches of trees, (mostly cedar and beech,) are found in a state of great preservation, leading to the belief, that the island was once well stocked with **heavy timber**, of which a dwarfish growth only is now seen.” (bold meu), John White Webster, *A Description of the Island of St. Michael, comprising an account of its Geological Structure; with remarks on the other Azores or Western Islands*, Boston, 1821, p. 218.

Edmond Goeze, interrogando-se sobre a influência no revestimento florestal das “grandes revoluções vulcânicas”, conta o seguinte: “Há alguns annos que o ex.m^o sr. A Borges da Câmara encontrou na sua bella propriedade das Sete-cidades um grande caule enterrado profundamente e tendo 3 a 4 pés de diâmetro. Conheceu-se então que elle era o resto d’uma Conífera, e então duas supposições se podiam fazer – ou o *Juniperus Oxycedrus* crescia outr’ora a ponto de formar **arvores collossaes**, ou então aquelle tronco devia pertencer a uma espécie destruída.” (bold meu), Edmond Goeze, ob.cit., p. 15.

O depoimento do incontornável Fouqué reitera: “Il n’existe actuellement aux Açores aucune espèce arborescente indigène capable d’acquérir une grande hauteur ou un diamètre considérable; mais antérieurement à plusieurs des grandes éruptions qui ont eu lieu longtemps avant la découverte des îles il a existé, au moins à San-Miguel, des **arbres volumineux**. A Sete-Cidade, dans la partie ouest de l’île, on voit, sous une couche de ponces de plus de 30 mètres d’épaisseur, des troncs d’arbres dont l’un a près de 1 mètre de diamètre.” (bold meu), ob.cit., p. 13.

que mencionam árvores gigantes ao tempo do povoamento³⁷. Estes “restos fósseis dos grandes bosques”³⁸ levam Edmond Goeze, o jardineiro alemão dos jardins botânicos de Coimbra e Lisboa, a propor os Açores como a terra de origem do cedro do Buçaco, também chamado de Goa, na realidade originário do México e da Guatemala.³⁹

Repor as árvores nas devidas dimensões era uma missão cívica. Atente-se no patriotismo ferido de José do Canto e, simultaneamente, no seu saber geográfico e optimismo botânico:

*Era um estudo curioso a fazer nos Açores baseando-se sobre observações exactas, de demonstrar a influencia da humidade e emanações provenientes da corrente do Golfo do México, que nos abraça na sua passagem pelo Oceano. Os milagres da nossa vegetação, e produção não se explicão, no meu entender, por outra nenhuma causa mais poderosa. [Propõe comparar estudo com locais de latitudes análogas]. As consequências úteis, e praticas d'este estudo, devião guiar-nos razoavelmente, nas tentativas de naturalização e demonstrar **a nossa capacidade produtiva cousa que anda mal avaliada por todos os viajantes e naturalistas**, que de nós se tem occupado os quaes entendendo simplesmente ao **facto de não verem grandes arvores nas nossas Ilhas, e pouca variedade de plantas indígenas**, nos põem muitos furos abaixo do que merecemos, sem attenderem às contínuas devastações volcanicas que soffrémos, e às maiores devastações que o systema de arrotea incendiando produzio.⁴⁰(bold meu).*

Ainda assim, não parece embaraçar José do Canto enviar *algumas das nossas madeiras indígenas* ao professor Nordlinger que lecciona silvicultura ao filho António em Hohenheim, tais como a *Myrica Faya*, *Picconia excelsa*, *Ilex Perado*,

³⁷ Valentim Fernandes Alemão, “Descrição das Ilhas do atlântico”, 1507, escreve que nascem em S. Miguel loureiros tamanhos que seis homens não conseguem abraçar uma árvore, e tão altos que *pareçê tocar os ceos*. Cf. *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. VI, n.ºs 2 e 4, 1950. Em vez de árvores grandes, Gaspar Frutuoso descreve o revestimento original da Ilha como um bosque impenetrável e tão denso que se andava por cima do mesmo sem pousar os pés em terra por muito tempo.

³⁸ Arruda Furtado, ob.cit., p. 6.

³⁹ “Pela nossa parte parece-nos verosímil que o *Cupressus glauca* seja uma espécie açoriana, extinta já ali há muitos séculos talvez por causa das erupções vulcânicas. **Troncos enormes**, pertencendo a uma conífera que se não encontra actualmente nestas ilhas, têm sido encontrados a grande profundidade em alguns lugares da ilha de S. Miguel.” (bold meu), *Jornal de Horticultura Pratica*, vol. II, 1871, p. 146. *Cupressus glauca*, Lam e *Cupressus lusitanica*, Miller designam a mesma árvore.

⁴⁰ Carta de JC a Eugénio do Canto, Paris, 10 Fevereiro 1866, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 247-248v.

Persea azorica, *Rhamnus latifolia*, *Cerasus*. *Etc.*⁴¹ Talvez pretenda obter assim uma segunda opinião.

Sete anos volvidos, escreveria o encomiástico Fouqué que “La pauvreté de cette flore primitive mettra mieux en lumière l’importance des acquisitions végétales dont le pays s’est enrichi.”⁴² A arborização então ensaiada não deixou de ser uma resposta à nudez de arvoredo acusada por todos os visitantes do princípio do século e à floresta anã endêmica das ilhas focada pelos naturalistas. Em 1886, um turista britânico tomara nota no seu relato de viagem do cálculo que os autóctones faziam da área arborizada:

*It is estimated that from six to seven hundred moios (thirty-six thousand to forty-two thousand alqueires) of land have been planted with pine and other trees; [...].*⁴³ (bold meu).

No ano seguinte, outro turista britânico, Mr. W. R. Kettle, traduzia assim os 5000 a 5800 hectares de superfície arborizada no *The Field, the country’s gentlemen’s Newspaper*:

*Com bom tempo as terras de altas de S. Miguel avistam-se a mais de 50 milhas; de mais perto oferecem um lindo panorama de montes e outeiros, em muitas partes bem arborizados.*⁴⁴ (bold meu).

A cultura da madeira

“Os abrigos de Camphoras do lado do Norte devem ser cortados: o que for lenha vender-se, e a madeira serrada para caixas de laranja”⁴⁵, escreve José do Canto em 1858, quando as suas matas, mesmo as mais antigas, ainda não têm os tabelados 15 anos de idade mínima com que se cortavam os pinheiros. Se o pinho era a madeira com que normalmente se fazia a caixaria, a comprovada

⁴¹ Cf. carta de JC ao filho António, Paris, 24 Fevereiro 1866, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 278-279v.

⁴² M. F. Fouqué, ob.cit., p. 11.

⁴³ Walter Frederick Walker, *The Azores or Western Islands, A political, commercial and geographical account*, London, Trubner & Co., 1886, p. 100.

⁴⁴ W. R. Kettle, “Notícia da Ilha de S. Miguel”, 1886, no *Arquivo dos Açores*, vol. IX, p. 9., trad. a partir do jornal inglês *The Field, the country’s gentlemen’s Newspaper*, London, n.º 1:777, de 15 Janeiro 1887, p. 75-76.

⁴⁵ *Notas sobre os trabalhos das Quintas da Grimaneza*, Ponta Delgada, 28 Junho 1858, assinado por JC, UACSD, FBS-AJC, *Quinta Velha da Grimaneza*, p. 2.

falta de madeira produzida localmente leva então ao aproveitamento de qualquer outra que sirva. Como vimos com as quintas para os filhos à Canada Duarte Borges, José do Canto não planifica a cultura da laranja sem pensar a produção de madeira necessária ao encaixotamento daquela. Na década de 70, as suas matas vão produzir madeira quanto baste para seu próprio consumo e do seu procurador Abreu Lima, e um excedente significativo para venda a terceiros. Entre os seus clientes incluíam-se o Barão de N.^a S.^a da Oliveira, os agentes exportadores *Chalupa & C.^a* e George Hayes, e a companhia *A Exportadora*⁴⁶ que, com a madeira já aparelhada a expensas de José do Canto, armavam a caixaria.⁴⁷ A madeira para caixaria era serrada em *Cabeças*, *Ilhargas*, *Redondos*, *Toletes* e *Fundos*.⁴⁸ Em 1876, todas as matas de José do Canto fornecem caixaria, para além de madeira para outros fins e da lenha e galhos.⁴⁹

A caixaria foi a terceira maior receita da sua casa em Julho de 1887, a seguir ao milho e à batata doce.⁵⁰ Acabada a laranja, José do Canto serrará ainda madeira para caixaria, mas desta vez para a exportação do chá da sua fábrica na Caldeira Velha.⁵¹

⁴⁶ Cf. *Caixaria gasta e vendida em 1875-1876*, UACSD, FBS-AJC 8098.

⁴⁷ Ao Barão de N.^a S.^a da Oliveira JC vendeu *Ilhargas*, *Cabeças* e *Fundos* em 1875 e 76, cf. UACSD, FBS-AJC10538, e a Manoel Chalupa forneceu caixaria já em 1875, cf. UACSD, FBS-AJC 8059. George Hayes encomenda madeira a JC para *7 mil malotes casados e 3 mil dúzias de fundos* para a caixaria da colheita de 1875-76; as dimensões serão *18 mm para as cabeças, 7 mm para as ilhargas, 5 1/2 mm para 1/3 dos fundos para 1 caixa, e 4 1/2 mm para 2/3 do resto d'ellas*, cf. carta de G. Hayes a JC, 6 Maio 1875, UACSD, FBS-AJC 14121. No ano seguinte, acusa a recepção de *2000 duzias de fundos*, cf. carta de G. Hayes a JC, 14 Dezembro 1876, UACSD, FBS-AJC 14122. Em 1877, pergunta a JC se o quer fornecer de *16 mil malotes vazios* para laranja, *com todos os seus preparos*, cf. carta de G. Hayes a JC, 3 Abril 1877, UACSD, FBS-AJC 14126.

⁴⁸ As *Cabeças* mediam 0,50 x 0,18 x 0,019 [metros]; as *Ilhargas* 1,00 x 0,18 x 0,007 [m]; o *Redondo* 0,50 x 0,14 x 0,017 [m]; o *Tolete* 0,50 x 0,10 x 0,017 [m]; e os *Fundos* 1,00 x 0,10 x 0,005 [m], cf. *1 caixa tem de madeira*, UACSD, FBS-AJC 13579.

⁴⁹ Cf. UACSD, FBS-AJC 8114. Neste ano as matas da Lagoa do Congro e da Candelária fornecem *Madeira* e a das Furnas *Madeira larga*, enquanto o Porto Formoso, que será então a mais jovem das matas, apenas fornece *Caixaria*. Acresce que a mata da Candelária é a que fornece maior quantidade de madeira, seguida da Lagoa do Congro e das Furnas, o que poderá ter a ver com os anos de corte.

⁵⁰ Venderam-se 656\$420 rs em caixaria e ainda 92\$355 rs de lenha, para 2.797\$590 rs de milho e 1.843\$690 de batata doce. Cf. *Receita extraordinaria do anno de 1887, Productos Agricolas / Mez de Julho / Ponta Delgada*, UACSD, FBS-AJC.

⁵¹ Cf. Carta a João Borges Cordeiro, 15 Dezembro 1891, citada em Fernando Aires de Medeiros Sousa, *José do Canto, Subsídios para a História Micaelense (1820-1898)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982, p. 160. Os caixotes para o chá eram feitos por JC em *pinho da terra*, *chapeados e forrados de zinco*, (bold meu) cf. idem, p. 164. Com os dados disponíveis, é difícil avaliar o consumo de madeira por este novo negócio, sendo certo que as caixas eram de

Em 1862, José do Canto ainda tinha de comprar madeira fora da ilha para as obras de arquitectura⁵², mas anos depois já tirava madeira das suas matas para a construção civil, cobrindo as necessidades de edificação e manutenção do seu património móvel e imóvel, fossem as armações da cobertura de um granel, fossem as tábuas de soalho para o chalet nas Furnas,⁵³ fosse *toda a madeira que é precisa para a casa do feitor* no Porto Formoso,⁵⁴ fosse para a *construção das casas p.^a o fabrico de chá e morada dos Chins*⁵⁵. Das matas adultas do Porto Formoso e de S. Brás tirava-se madeira que os serradores e falquejadores aparelhavam em *forro, girões, tirantes, mancas, quindas, tronchas e frechaes, pés direitos e barrotes*.⁵⁶

Se o excedente de lenha *grossa* e *miúda* resultante da poda dos abrigos da laranja⁵⁷, ou das podas das matas e sobras da madeira que não desse para a

menor dimensão que as da laranja (Fernando Aires, *ibidem*, calcula que seriam caixas para 7,5 kg de chá cada).

⁵² "A totalidade da Madeira que veio para mim e José Jacome, segundo a C/c. de Anglin foi 93:134 pes./ Existe de mais a madeira de 11x3 que foi comprada no Faial", em *Resumo da Madeira existente em 1862*, UACSD, FBS-AJC 16997.

⁵³ "Serrador: acabar de serrar soalho, e barrotes para as Furnas. / Deitar abaixo as arvores para os pés direito do granel. Ajustar o feitio.", em *1.^a Viagem ao Porto* [Formoso], no verso da nota intitulada *Viagem das Furnas*, manuscrita por JC, s.d., AP-AJCHRC. Ainda nesta nota, embora sem mencionar a origem da madeira, escreve "arranjar traves e barrotes para os sótãos da caza nova".

A madeira para a construção era cortada em *chaprões, pés direitos* ou *soalhos*. O *chaprão* tinha *12 ½ palmos por 3 ½ polegadas de largo, com mínimo da largura 18, 20 a 30 centímetros*; o *pé direito* mede *12 ½ palmos por 3 pol.; 2 ½ pol.; e por 1 ½ pol.*; o *soalho* corresponde ao *chaprão afiado em 3, 4 e 5 folhas, ou fios*. Cf. *Dimensões da madeira em Avaliação das Madeiras caídas*, UACSD, FBS-AJC 16953.

⁵⁴ "Participo a V Ex^a que toda a madeira que é precisa para a casa do feitor, já está cá em baixo na eira, e que o falquejador foi hontem principiar nos 11 pez direitos; á manhã ficam promptos." Carta de Francisco Tavares a JC, Porto Formoso, 5 Outubro 1884, UACSD, FBS-AJC.

⁵⁵ "Ir buscar madeira às Furnas / Ir levar a d.^a à Rib.^a Gr.", *C/ de falquejo de madeira no Porto Formoso / Extracto da feria do Porto Formoso - desp.^{as} n/ pertencentes à Lav.^a*, em *Rib.^a Gr. – Casa do Chá – P.^{co} Arde / Férias do cabouqueiro, e pedreiro - / Com principio em 23 de Maio de 1891*, UACSD, FBS-AJC.

⁵⁶ Cf. Cartas de Francisco Tavares a JC, Porto Formoso, de 25 Março, 12 Maio, 28 Novembro, 1 Dezembro, de 1882, UACSD, FBS-AJC.

⁵⁷ Férias de Francisco Moniz, UACSD, FBS-AJC, registando a recolha e os fretes de carga de *lenha grossa* e de *ramada* ao longo de todo o ano, seja para venda, seja *para consumo da Caza, para a Estufa* ou *para o* [jardineiro] *Inglez*. Por exemplo, na semana de 17 Fevereiro 1855 registam-se 3 *cargas de lenha grossa (para venda)* na Grimaneza, e 6 *cargas de lenha meuda (id.)* no Calço; ou na *Relação nominal e despesa que se fes nos predios do Illmo Snr Jose do Camto na semana de 27 de Julho de 1872*, UACSD, FBS-AJC, registam-se 232 molhos de *Lenha que o Francisco Pereira mil homes tirou das lombas [da Grimaneza] da que se fez ultimamente da aparação dos incenços*.

construção⁵⁸ era vendida, não seria também desprezível a lenha obtida nos matos incultos⁵⁹, em actividade semelhante à tradicional recollecção dos baldios. Também a madeira derrubada pelas repetidas tempestades era, sempre que possível, serrada e aproveitada.⁶⁰ Atestando o bom negócio que era a venda da madeira, José do Canto, para além da produção própria, incluindo a dos meeiros do Porto Formoso e S. Brás, ainda comprava madeira a terceiros.⁶¹

A madeira de pinho seria logo serrada nos aparelhos próprios para a caixaria, já que no armazém da Graça, na Cidade, de 1885 a 1893 apenas se regista movimento de barrotes e *chaprões* com madeira de castanho, acácia, giesteira e cânfora.⁶² Mas uma nota de receitas em 1890 contabiliza 554\$999 rs líquidos para o Pinho, logo seguido de 399\$902 de Giesteira. A Acácia rendeu 79\$196, o

Em 1873 Fouqué calcula que cada hectare de quinta produzisse 300 molhos de lenha resultante da poda anual dos abrigos, cf. ob.cit., p. 4.

⁵⁸ Refere Francisco Tavares, feitor das matas do Porto Formoso, a propósito de um mato a roçar que há “um carvoeiro que quer ficar com a lenha, do d.º bocado de mato; para fazer carvão”, Carta do Porto Formoso, 16 Janeiro 1878, UACSD, FBS-AJC. Veja-se também a venda de *Lenha das matas* nos mapas de despesas e folhas de férias mensais identificadas pelas propriedades e/ou feitores, de Maio 1882 a Dezembro 1895, UACSD, FBS-AJC. Por exemplo, em Outubro 1888, nas propriedades da Ribeira Grande, a receita proveniente da venda da lenha foi de 109\$730 rs, ficando atrás do milho, trigo e batata doce, mas superando as receitas obtidas com a madeira de acácia, porcos, leite, favas e carrilhos, cf. *Receita extraordinária do anno de 1887 Productos Agrícolas*, UACSD, FBS-AJC.

⁵⁹ “4 carros de ramada, 17 cargas de lenha grossa” contabilizadas à Rechãa nas Férias de Francisco Moniz, UACSD, FBS-AJC, na semana de 26 Maio 1855.

⁶⁰ “Sobre a madeira destruída [por *ventos fortes*] da Candellaria, julgo que o mais conveniente é tratar de a serrar quanto antes, metendo o numero de serras necessárias, para esse fim, e transportando-a para a cidade por mar [...]” Carta de JC para António Bernardes d’Abreu Lima, Paris, 9 Março 1866, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230 fl. 394-395v. Veja-se ainda *Avaliação das Madeiras cahidas*, UACSD, FBS-AJC 16953.

⁶¹ Cf. Carta de Paris, 29 Novembro 1865, de JC a Caetano António de Mello, a quem pretende comprar madeira de mata das Furnas, no Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 38-39. Também em 1877 recebe uma proposta de venda de uma mata sita à Grotta do Sombreiro, na Ribeirinha, “plantada de Pinhos de Leiria, Bordéus, Criptomérias, Acácias Amieiros, Olmos, etc a mais velha cerca de 2 moyos tem 9 ½ annos, e a mais nova 2 ½ annos [...] toda exposta a nascente e terreno óptimo”, Carta de Francisco Serpa a JC, 6 Junho 1877, UACSD, FBS-AJC.

⁶² O caderno de lançamento das madeiras do Armazém da Graça de 1885 a 1889, UACSD, FBS-AJC, regista a arrecadação de barrotes e forro de *Castanho da Candelária, eixos de giesteira para carros vindos da Candelária para a Grotinha, madeira em chaprões* proveniente de várias localidades e caixaria em *dúzias de Fundos, Cabeças, Ilhargas, Redondos, Tolêtes*. As *Notas dadas por Antonio da Silva, nos dias abaixo indicados, de madeiras que sahiram do armazém da Graça, vendidas, ou mandadas para outros destinos pelo M.e Jorge Nunes*, de 1890 a 1893, UACSD, FBS-AJC, registam as saídas em colunas intituladas *Paos de giesteira, Paos de Castanho falquejados, Chaprões d’ Acácia, Chaprões de camphora, Paos de outras madeiras* (estas duas ultimas colunas registam raras saídas).

Castanho 72\$963, a *Giesteira velha* 21\$668 e a *Camphora* 14\$558.⁶³ A madeira de cânfora poderá provir de velhos abrigos das quintas moribundas, constituindo uma receita circunstancial, já que não era explorada florestalmente como as outras essências.⁶⁴ A ausência da criptoméria daquela lista indicia uma tardia adopção como espécie florestal.

O trabalho nas matas era permanente. As árvores eram regularmente *podadas*, as silvas e a queiró *mondadas*⁶⁵ e as matas *replantadas*. As *ramadas* e *galhadas* eram colectadas para lenha, e os solos, regularmente *roçados*,⁶⁶ também levavam *cavas* para maior desenvolvimento das mesmas⁶⁷. O crescimento era controlado de modo a que não se *abafassem* as árvores umas às outras⁶⁸, ou, pelo contrário, que pelos demasiados vazios se não abrigassem umas às outras⁶⁹. Ainda que tapadas, as matas eram vigiadas enquanto jovens, pois qualquer invasão de gado caprino ou ovino seria o fim das mesmas⁷⁰. Era ainda necessário abrir caminhos e mantê-los limpos de silvas.⁷¹

⁶³ Cf. anotação com a data em epígrafe 5 de 10bro 1890, UACSD, FBS-AJC.

⁶⁴ Cf. *madeiras achapoadas da Q.^a arrancada a S. Gonçalo*, no caderno de lançamento das madeiras do Armazém da Graça de 1885 a 1889, UACSD, FBS-AJC.

⁶⁵ Cf. Férias da *Alagôa do Congro* UACSD, FBS-AJC 4426, 11844, 11847, 11848, 13312.

⁶⁶ Francisco Tavares refere constantemente que não se pode entrar nas matas que estão cheias de silvas e fetos, daí o empenho com que as vai roçando, para depois mondar, desbastar e podar as árvores. Tem sempre quem queira comprar a lenha dos debates (*galhada*, *ramada*), que não os *lenheiros*. Cf. Correspondência de Francisco Tavares 1877-1894, UACSD, FBS-AJC. As matas do Porto Formoso foram em *pequena parte* plantadas *sobre roças abandonadas e perdidas*, o mesmo acontecendo - mas aqui *pela maior parte* - com as matas de S. Brás, cf. descrição dos Prédios N.ºs 4032 e 4033 na *Relação dos Prédios em que há melhoramentos ou em que estão envolvidos outros prédios livres, nos quaes não se fez avaliação em separado, o que torna impossível a partilha, na hypothese de se me não dar meança nos bens desvinculados, sem que se proceda a nova avaliação*, UACSD, FBS-AJC.

⁶⁷ "As chãas e encostas, aonde estiverem os Castanheiros mais pequenos, precisão ser cavados, para as arvores se desenvolverem melhor.", Carta de JC a António Bernardes d'Abreu Lima, Ponta Delgada, 23 Junho 1858, UACSD, FBS-AJC.

⁶⁸ "O plantio novo que se fez nos altos da lagoa não deixe também de ser desafogado, quando não terá sido tempo e dinheiro perdido." Carta de JC a João Carreiro, Paris, 6 Fevereiro 1866, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 214.

⁶⁹ Veja-se Carta a António Bernardes d'Abreu Lima, Ponta Delgada, 23 Junho 1858, UACSD, FBS-AJC, em que JC manda espalhar sementes de vinhático nos vazios da mata.

⁷⁰ Veja-se o já citado requerimento para porte de arma para o vigia Francisco de Mello das matas de JC ao Pico Arde e Monte do Frade, UACSD, FBS-AJC 15913.

⁷¹ "[...] estão limpas as veredas de sacho todas quanto pertencem às mattas do Porto o que eu não alimpei foi a verêda da mattinha da roça Grande [...]", Carta de Francisco Tavares, Porto Formoso, 10 Novembro 1897, BPARPD, JC/CORR. Cx. 2/199.

A escala da produção florestal da casa de José do Canto era inédita na Ilha, e não havia *know-how* local para uma exploração industrial da madeira, conforme se evidencia na passagem seguinte:

*Do desbaste que se está fazendo para os girões quazi que se não aproveita metade por ter muito nó (que é a que se corta) sempre nos engana, quero dizer que algum nozinho aparece. **Como nunca trabalhei com madeira d'esta qualidade não sei como a heide por a seccar, V Ex^a terá a bondade mandar-me dizer o que heide fazer.***⁷² (bold meu).

Cabia a José do Canto procurar a resposta. Como referi, a madeira não era cortada com menos de quinze anos de idade.⁷³ Este era também o prazo apontado por John Claudius Loudon na parte dedicada à silvicultura incluída na sua imensa *Encyclopaedia of Gardening*.⁷⁴ Não desdenhando a observação e prática empíricas, José do Canto, que detinha uma extensa bibliografia em todas as áreas da Agricultura, estava realmente interessado na informação teórica produzida ao seu tempo, conforme sugere a carta em que pede ao filho António que questionasse um professor de Hohenheim acerca da melhor bibliografia sobre silvicultura e árvores florestais, sublinhando que tomasse “[...] nota especificada, pois é matéria que muito me interessa”⁷⁵. Pela correspondência enviada ao filho na Alemanha, vemos o quanto José do Canto conta com o «saque de conhecimento» que os olhos de António lhe podem trazer, incitando-o constantemente à observação dos trabalhos nos campos. Assim anseia que António participe na habitual excursão escolar de Setembro “às principaes florestas dos países circunvizinhos”.⁷⁶

⁷² Carta de Francisco Tavares a JC, Porto Formoso, 2 Abril 1880, UACSD, FBS-AJC. Ver também a passagem inicial da transcrição de Carta de JC a José Jacome, nota 117 *infra*.

⁷³ Cf. Minuta de contrato por três anos para plantação de árvores nas terras do Porto Formoso e S. Brás, 5.^a cláusula, UACSD, FBS-AJC.

⁷⁴ Cf. J. C. Loudon, *An Encyclopaedia of Gardening*, London, Patternoster-Row, Longman, Orme, Brown, Green, and Longmans, s.d. (prefácio datado de 1834), p. 1118.

⁷⁵ Carta de Paris, 24 Fevereiro 1866, a António do Canto, Espólio Estrela Rego, cit. por Fernando Aires de Medeiros Sousa, *ob.cit.*, p. 90-91. O professor de Hohenheim referido é Nordlinger, autor de *Querschnitte von Holzarten*, referindo-se o título ao corte da madeira, de que JC tinha um exemplar.

⁷⁶ Carta de JC a João Pacheco, Paris, 10 Fevereiro 1866, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 249-250v.

As matas da casa de José do Canto

*José de Brito, é provável que mande por este vapor uma saca com 6 alqueires de **Castanha**, que é para ir para as Furnas ao Marianno, para semear lá. Hirá tãobem 1 saca, com 15 alqueires de **pinisco** meudo [pinheiro bravo] para ser distribuído pelo modo seguinte: 8 alq – Furnas; 3 alq, Porto Formoso; 2 alq – Lagoa do Congro; 2 alq – Candelária. E hirão 5 alq de **pinhão** grado [pinheiro manso⁷⁷], para as Furnas.⁷⁸ (bold meu).*

A distribuição do pinisco pelas matas de José do Canto, quer pela quantidade de semente, quer pela ordem de enunciação, ilustra bem a hierarquia económica e afectiva que ele estabelece entre as suas matas, faltando apenas as do Pico Arde acabado de adquirir, que irá plantar na década seguinte. Também é significativa a proporção de 15 alqueires de semente de pinheiro para 6 de castanheiro: apesar deste, da acácia, do carvalho, o pinheiro domina largamente o perfil da paisagem arborizada de José do Canto.

A mata mais antiga da Casa de Maria Guilhermina e José do Canto situava-se na **Candelária**: tinha pinheiros plantados desde 1844,⁷⁹ e terá sido a primeira que plantou.⁸⁰ Plantaram-se também vinháticos⁸¹, castanheiros, álamos e giesteiras⁸². Em 1861 já se serravam pinheiros com mais de quinze anos, conforme ditavam as regras.⁸³ A madeira era para caixaria⁸⁴ e vinha por mar para Ponta Delgada.⁸⁵

⁷⁷ Carta de JC a Marianno Furtado, 8 Março 1866, fl. 368.

⁷⁸ Carta de JC a António Bernardes d'Abreu Lima, de Paris, 7 Janeiro 1866, Copiador de Correspondência UACSD 9230, fl. 339v.

⁷⁹ Cf. Carta de JC a José Jacome Corrêa, 24 Março 1866, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 422; e Carta de JC ao Mestre Manuel, 9 Abril 1866, no mesmo Copiador, fl. 618.

⁸⁰ Cf. Carta de JC a "Meu bom e caro Amigo" [José Jacome Correia], 10 Abril 1866, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 465v.

⁸¹ Cf. carta de JC a António Bernardes d'Abreu Lima, s.d., UACSD, FBS-AJC.

⁸² Cf. Correspondência de José Raposo d'Amaral Pacheco, 1861-1872, UACSD, FBS-AJC.

⁸³ "Não se serraram todos os pinheiros na Candellaria, ainda há uns 100 páos que se podem serrar, e que darão 300 duzias de fundos, e 3 duzias de madeira larga, plantarão-se 550 alamos." Carta de António Bernardes d'Abreu Lima para JC, N.º14, S. Miguel, 8 Junho 1861, UACSD, FBS-AJC 17831.

⁸⁴ "Julgo a Matta limpa dos paos que nada prestavão para Caixaria [...]", Carta de José Raposo d'Amaral Pacheco a JC, Candelária, 26 Março 1863, UACSD, FBS-AJC.

⁸⁵ "Temos feito neste Lugar, na Rocha por onde não passava uma cabra, uma estrada para o Porto por onde pode ir uma besta com carga, espera-se obter dinheiro para este Verão se fazer o Varadouro para os barcos, de que já há um, que vai varar ás Feiteiras, pelo varadouro ser ruim. Eu dirigi os trabalhos, e quando forão depois de feitos inspeccionados pelos Director e Inspector ouvi que disserão que, se em todas as Obras publicas fossem assim dirigidas, muitos milhares de contos pouparião á Nação. Ainda V.S. hade mandar conduzir por mar madeira para a Cidade."

Nos finais da década de 80, a Candelária estava plantada de carvalhos, giesteiras e pinheiros.⁸⁶ Em 1885, nos mapas de Férias da Candelária aparecem também jornas de semear milho. Sendo praticável a consociação do milho com as árvores quando jovens, abrigando-as até, não deixará isto de ilustrar a necessidade de rentabilizar a mata no tempo de espera até à idade do corte.

Em 1845, ao mesmo tempo que continuava os trabalhos iniciados na mata da Candelária, José do Canto planeou e ensaiou a arborização do *Matto* do **Charco da Madeira**⁸⁷. No final desse ano, enquanto se adiaava o envio de jovens castanheiros para a Candelária⁸⁸, tinham-se plantado 33 000 pés de faia no Charco da Madeira.⁸⁹ Não encontrei qualquer outra referência na sequência deste ensaio.

Dada a maior proximidade, era da **Grimaneza** que José do Canto trazia a lenha para a Cidade, fosse para consumo próprio fosse para venda⁹⁰, fosse ainda para o asilo a cujo abastecimento estaria vinculado.⁹¹ O transporte era feito em *carretos* por carreteiros, enquanto das outras matas a madeira era transportada

Idem. Dois anos depois, a 9 de Abril de 1865, escreve JC a António Bernardes d'Abreu Lima: "Quanto à serragem dos paus q cahiram, deverá fazer-se em ocasião que os serradores tiverem menos q fazer; e os **transportes devem fazer-se por mar**, no verão, visto que já existe um Porto na Cand.^a" (bold meu), UACSD, FBS-AJC.

⁸⁶ Cf. descrição do Prédio N.º 3646 na *Relação dos Prédios em que há melhoramentos ou em que estão envolvidos outros prédios livres, nos quaes não se fez avaliação em separado, o que torna impossível a partilha, na hypothese de se me não dar meança nos bens desvinculados, sem que se proceda a nova avaliação*, UACSD, FBS-AJC.

⁸⁷ "Está-se preparando terra no Matto do Charco da madeira para a plantação d' Arvores. [...] Já se principiou a limpar Silvas, queirozes, etc no Matto da Candellaria, [...]" Carta de António Bernardes d'Abreu Lima para JC, S. Miguel, 5 Novembro 1845, UACSD, FBS-AJC.

⁸⁸ "O Ill.mo Senr. André do Canto dice que a ida dos Castanheiros era mais prudente ficar para quando elles largassem a folha, porque agora podiam morrer a maior parte d'elles que n'este sentido escrevia a VS^a, como igualmente sobre os trabalhos que já estão feitos, e projectados para o Matto da Candellaria." Carta de António Bernardes d'Abreu Lima para JC, S. Miguel, 6 Dezembro 1845, UACSD, FBS-AJC.

⁸⁹ Cf. Carta de António Bernardes d'Abreu Lima para JC, S. Miguel, 7 Dezembro 1845, UACSD, FBS-AJC.

⁹⁰ Nas parcelas que somam a *Renda na Ilha de S. Miguel no Anno que vai de Abril de 1853 a Abril de 1854*, UACSD, FBS-AJC, a *Lenha da Matta da Grimaneza* rendeu 42\$000 réis.

⁹¹ "Das minhas quintas será fornecida a lenha grossa, e meuda que for precisa, hindo-lhe já partida. De verão enviar-se-há tãoobem a bagagem, e de hinverno a laranja cahida que houver disponível." Em *Notas a respeito do Azylo das Velhas, de que cuidão Minhas Irmãs*, UACSD, FBS-AJC. "Qt.^a Nova da Grimaneza em mondar pinheiros, e ajudar a carregar lenha p.^a as velhas." em *Folha dos Jornaes empregados nas Quintas do Exmº Snr José do Canto na semana finda em 19 de Junho de 1869*, UACSD, FBS-AJC.

pelo mar. A maior parte da lenha provinha da poda das giesteiras, faias e cânforas⁹² com que abrigava as laranjeiras, mas também houve pinheiros nas duas *Quintas* da Grimaneza.⁹³ Havia ainda uma *matinha de faias*⁹⁴, que, para além da madeira, poderia ter fornecido o plantio para os abrigos das várias quintas⁹⁵. A arborização na Grimaneza não teria, no entanto, uma dimensão que a permitisse considerar como uma das matas da casa.

Nas roças do **Porto Formoso** e de **S. Brás** a exploração florestal é, em boa parte, feita de contrato a meias, com rendeiros que, por isso, se designavam *meeiros*. Em 1859, a estratégia de plantação aparece já ensaiada e estabilizada: semeiam-se “vinhaticos nos valles, e nas pendencias abrigadas; e os altos serão plantados de pinheiros [...]”⁹⁶. Os vinháticos, cuja madeira era apreciada para a marcenaria e com um ciclo de crescimento que dava corte de 10 em 10 anos⁹⁷, não resistiriam aos ventos que assolavam com violência e constância as alturas, enquanto os pinheiros, pesem embora algumas perdas frequentemente relatadas pelos feitores após as tempestades⁹⁸, sempre se iam mantendo de pé. Na

⁹² Cf. *Notas sobre os trabalhos das Quintas da Grimaneza*, Ponta Delgada, 28 Junho 1858, assinado por JC, UACSD, FBS-AJC, p. 1-2.

⁹³ “Vigiar canteiros dos Pinheiros – 6 j[ornais]”, Férias de Francisco Moniz na *Grimaneza Q.ta Velha*, UACSD, FBS-AJC, na semana de 9 Junho 1855; “Quinta Nova da Grimaneza, de vigiar pinheiros”, *Folha dos Jornaes empregados nas Quintas do Exm^o Snr José do Canto na semana finda em 15 de Maio de 1869*, UACSD, FBS-AJC.

⁹⁴ “N’esta tapada há uma matinha de Faias que estão a termos de se cortar, quando se quiserem vender;” em *Notas sobre os trabalhos das Quintas da Grimaneza*, Ponta Delgada, 28 Junho 1858, assinado por JC, UACSD, FBS-AJC, p. 1. Teria 7 alq 79 vs 8 palmos segundo uma *Medição da Matinha da Grimaneza*, por Manoel Rodrigues Casquilho, 1853, UACSD, FBS-AJC.

⁹⁵ Quando JC inicia a plantação das quintas na Canada Duarte Borges manda encomendar na Atalhada *umas 3 ou 4000 faias*, para além de *uma porção de semente de giesta*, para os respectivos abrigos, cf. *Lembranças para o Illmo. Snr. António Bernardes d’ Abreu Lima* [c.1862], UACSD, FBS-AJC.

⁹⁶ Instruções assinadas por JC, Ponta Delgada, 18 Março 1859, com o título *Mattos no Porto Formozo e em S. Braz*, UACSD, FBS-AJC.

⁹⁷ Cf. Antonio Teixeira de Macedo, *Breve Memoria sobre o Estado da Agricultura, Commercio e Industria do Districto de Ponta Delgada [...]*, Ponta Delgada, 1853, p. 15.

⁹⁸ Na Correspondência com os feitores das Furnas informa-se de quando em quando JC dos *paos derribados pelo vento*; o mesmo se verifica na Correspondência de João Carreiro e Francisco Tavares com as matas do Porto Formoso, ou ainda na Candelária: “Tem-me escrito o Sr. António Bernardes que o vento tinha deitado abaixo uma porção de pinheiros na Candelária, e que tinha pedido ao M.e para ver o que se devia fazer d’elles;” Carta de JC ao Mestre Manoel, Paris, 7 Janeiro 1866, Copiador da Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 143v.

década de 70 os vinháticos⁹⁹ já tinham sido preteridos em favor dos álamos para o mesmo tipo de povoamento ao longo das depressões topográficas.¹⁰⁰

Em 1860 plantaram-se “11:400 pinheiros, sendo 8:000 remetidos das Furnas, e 3:400 comprados na Ribeira Grande; o João rebello já plantou 100 Alamos, e continuará conforme o terreno pedir”.¹⁰¹

De 1870 a 1890, Francisco Tavares, que será sobrinho de João Carreiro e encarregado das matas do Porto¹⁰², relata meticulosamente na correspondência com José do Canto os trabalhos com as matas de pinheiros, eucaliptos, criptomérias e carvalhos de uma espécie de folha perene. Também há referências a cedros, freixos, amieiros, álamos e alguns, poucos, olmos. Nestas duas décadas planta e replanta sobretudo acácias¹⁰³, mas as matas continuam a

⁹⁹ Em toda a correspondência de Junho 1877 a Dezembro 1894 de Francisco Tavares, do feitor das matas do Porto Formoso, arquivada na Universidade dos Açores, não há qualquer informação sobre vinháticos, excepto quando aqueles ‘ainda’ servem para localizar um sítio: “Ainda heide precisar 400 acácias para concluir as faltas que vejo em diferentes partes; e 300 Eucalyptos, sendo: 200 para a **grota dos antigos vinhaticos**, e 100 para San Braz.” (bold meu), Carta de Francisco Tavares para JC, Porto Formoso, 6 Fevereiro 1880, UACSD, FBS-AJC.

¹⁰⁰ Veja-se a implantação dos álamos nas cartas de Francisco Tavares a JC, Porto Formoso, UACSD, FBS-AJC, citadas a seguir (com as datas respectivas entre parênteses): “Já recebi duas cargas d’estacas d’álamos e plantei-as nos vales que entendi serem melhores e mesmo porque tinham alguma falta. Aqui nas mattas do Porto não há logar para mais estacas, só sim na Lomba em San Braz, porque n’estes dois logares aqui tem alguns vales que podem servir.” (24 Janeiro 1879). “Os vales da dita [mata da] Lomba já estão replantados com álamos Ingleses.” (20 Março 1881). Replanta álamos “nas beiras da Ribeira” (2 Fevereiro 1883), e no “caminho velho da grota do ferro.” (11 Janeiro 1884).

¹⁰¹ Carta de António Bernardes d’Abreu Lima para JC, N.º 16, S. Miguel, 28 de Janeiro de 1860, UACSD, FBS-AJC 17827.

¹⁰² Cf. Cartas de Francisco Tavares a JC, de 26 de Março e 2 de Abril, 1880, UACSD, FBS-AJC. João Carreiro é o feitor do Porto Formoso, supervisionando a lavoura, pecuária e matas.

¹⁰³ Cf. Cartas de Francisco Tavares a JC, Porto Formoso, UACSD, FBS-AJC, referenciadas ou citadas a seguir (com as datas respectivas entre parênteses):

Em 1878 Francisco Tavares replanta com acácias dos viveiros de JC na Ribeira Grande a Chapada da Lomba e a Cova homónima (28 Novembro 1878). No ano a seguir, reporta que reses alheias deterioraram 63 acácias no plantio da Grota do Ferro (30 Maio 1879). “As acácias da Cova da Lomba estão boas, e principiei a mondal-as hontem.” (4 Junho 1880). Prossegue as replantações (6 Fevereiro 1880) e, na Primavera seguinte, inicia novas plantações de acácias na *roça do Pacheco* e, sobretudo, na Lagoa do Congro (26 Março, 2 e 9 Abril 1880). No final do ano precisa de mais 300 acácias, para além de 100 eucaliptos e 1000 pinhos, para os “vazios a remontear” (3 Dezembro 1880). No ano seguinte, afirma a JC que prefere replantar a mata da Lomba com “Acácias ou Carvalhos verdes [de folha perene]” em vez de pinheiros, pedindo 4.000 plantas (20 Março 1881). Pede 200 acácias para as “beiras das criptomérias” (20 Janeiro 1882). Na Lomba os carvalhos *de folha verde* plantados o ano anterior entre os *pinhos cambados* morreram quase todos, os que escaparam estão do mesmo tamanho com que se plantaram, e as Acácias rebentaram fraquinhas; 400 plantas, que propõe serem de acácia, chegam para os “clarinhos nas Fajães” (8 Dezembro 1882). Francisco Tavares continua a precisar de pés de acácia em 83 (2 Fevereiro 1883), e manda buscar mais 300 acácias para replantio em 84 (16 Maio 1884).

ser, maioritariamente, constituídas por pinheiros, com um viveiro em canteiros no próprio Porto Formoso¹⁰⁴ que se mostra insuficiente para abastecê-las.

Em 1880, Francisco Tavares chamava a atenção ao patrão que “Os plantios de San’ Braz [situados a cotas mais altas] estão muito bons melhores do que os de cá do Porto.”¹⁰⁵ Algumas fotografias do início do século XX parecem dar-lhe razão, mostrando as matas de pinheiros sempre acima da actual estrada regional (Fig. 1.51).

As matas da **Lagoa do Congro** começaram a plantar-se em 1846,¹⁰⁶ e para os filhos José do Canto planta pinheiros no Pico da Lagoinha a partir de 1870s.¹⁰⁷ Com um forte temporal em Dezembro de 1879, os *eucalyptos ficaram, na maior parte, uns completamente arrancados e outros tombados*.¹⁰⁸ Francisco Tavares do Porto Formoso ali vai plantar acácias no início dos 80s.¹⁰⁹ A mata que se localiza no *maar* da lagoa, bem como a que a envolve e liga à casa e anexos de apoio a sul serão investidas de um desenho particular, congregando vários indivíduos de diferentes espécies que faz delas matas ajardinadas, compatíveis com as matas de corte. (Ver desenvolvimento em capítulo próprio).

Das matas das **Furnas** vinham os pés de pinheiro para a Lagoa do Congro e para o Porto Formoso¹¹⁰. A madeira para a cidade era escoada pela Ribeira Quente. Os pinheiros constituíam a principal espécie explorada para madeira de corte, enquanto outras espécies povoavam as chãs e outras ainda desenharam a imensa mata ajardinada deste prédio. Veremos a importância particular e o

¹⁰⁴ “Entreguei a Manoel Martins mil pinhos [...] e ainda cá ficaram sete mil.” Carta de Francisco Tavares para JC, Porto Formoso, 29 Março 1878, UACSD, FBS-AJC. “[...] Procedi à contagem dos pinhos brancos que cá estão no canteiro e achei o numero de 2:600.” Carta rasgada, por isso, s.d., mas claramente dirigida a JC por Francisco Tavares, UACSD, FBS-AJC.

¹⁰⁵ Carta de Francisco Tavares a JC, Porto Formoso, 28 Maio 1880, UACSD, FBS-AJC.

¹⁰⁶ Cf. M. F. Fouqué, ob.cit., p. 17. Uma carta de António Bernardes d’Abreu Lima para JC, N.º 14, S. Miguel, 8 Junho 1861, UACSD, FBS-AJC 17831, dando conta das existências de madeira em armazém e considerando que JC não cortaria pinheiros com menos de quinze anos de idade, confirma aproximadamente as contas de Fouqué, ao contabilizar 339 dúzias de *Fundos* pela Candelária, e 88 dúzias de *tamos* pela Lagoa do Congro.

¹⁰⁷ Cf. *Plantio de minhas filhas na Lagoa do Congro*, 1 Abril 1870, e *Plantação das mattas de meu filho J.e na Lagoa do Congro que as cabras comerão*, UACSD, FBS-AJC.

¹⁰⁸ Cf. Carta de Manoel Gomes, 13 Dezembro 1878, UACSD, FBS-AJC.

¹⁰⁹ Cf. Cartas de Francisco Tavares a JC, Porto Formoso, de 26 de Março, e de 2 e 9 de Abril, 1880, UACSD, FBS-AJC.

¹¹⁰ Cf. Carta a JC, N.º 16, S. Miguel, 28 Janeiro 1860, UACSD, FBS-AJC 17827.

desenvolvimento dado a estas matas no capítulo final dedicado à Lagoa das Furnas.

As matas da Ribeira Grande, também referidas como matas do **Pico Arde**, foram as últimas a ser plantadas. Situando-se em terrenos que foram adquiridos por José do Canto à Casa de Soure, estas matas desenhariam uma vasta mancha entre o Monte do Frade, a Sudeste da Ribeira Grande, e a Caldeira Velha, nos contrafortes a subir para o maciço da Lagoa do Fogo. Pela toponímia deduz-se que algumas matas já existiriam enquanto outras foram plantadas de raiz em terrenos até então incultos. Entre 1869 e 1871 o morgado desenvolve nelas uma intensa campanha de reordenamento. Pelas folhas de Férias da *Mata do Biscouto e Pico da Preguiça*, e das *Mattas da Tronqueira, do Vallagão, Queimada, Mata dos Vinhaticos, Grotta do Tavares, Fajãas até à Caldeira Velha, Piquinho e Cerca dos Pinheiros*,¹¹¹ percebe-se o ensaio metódico e disciplinado das operações de arroteamento, exploração e manutenção. Em cada mata as tarefas sequenciam-se quase sempre do mesmo modo: primeiro erguem-se tapumes, depois riscam-se as veredas de serviço, segue-se a *roteação* ou *alimpação*, o plantio, uma primeira monda, a segunda monda e a replantação.¹¹² Esta sistemática proviria da experiência já adquirida na gestão das matas mais antigas, que tinham agora atingido a maturidade (os 15 e 20 anos).

Em 1874 propõe à SPAM que se pedisse ao Ministério das Obras Públicas “uma porção de semente de pinho branco ou manso - Pinus Pinea -”¹¹³ (sublinhado no original), o que significa que o pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) não cumpre plenamente as expectativas.

Apesar de ter sido José Jacome Corrêa a ganhar o concurso para o fornecimento de travessas em madeira para os carris do comboio a vapor que transportava a

¹¹¹ *Resumo da Despesa das Mattas* [de Janeiro de 1869] até 16 de 7br^o 1871, UACSD, FBS-AJC 10519. Em 1875 juntam-se a estas matas as dos *Covons* e do *Espigão de António Alves*, cf. *Folha[s] Desta Semana Comserviço de Vo.^a Ex.^a*, de 27 Agosto 1875 a 10 Novembro 1876.

¹¹² Cf. *Resumo da Despesa das Mattas* [...], UACSD, FBS-AJC 10519.

¹¹³ Cf. Acta da sessão de 19 de Fevereiro de 1879, *Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense / Actas da Direcção / 4 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887*, BPARPD-FSPAM.

pedra para o molhe da Doca¹¹⁴, e de ser afamada a extensão das suas matas, José do Canto seria o maior proprietário de pinhais de S. Miguel, pelo menos dentro dos que em 1880 estavam associados à SPAM. No final de 1879, a direcção da SPAM resolve solicitar à Direcção-Geral das Matas do Reino para que enviasse um resinador a S. Miguel para aqui ensinar a extracção da resina dos pinheiros¹¹⁵. Aquela propôs-se integrar um aprendiz micaelense nas matas nacionais. Reuniram-se então os sócios e proprietários das matas, resolvendo quotizar-se numa percentagem equivalente às áreas que tinham plantadas para pagar a vinda de um continental a S. Miguel, e cabe a José do Canto 27% contra 20% de José Jacome e outros 20% de seu irmão Ernesto.¹¹⁶ Em 1950 as matas da Lagoa das Furnas, dos herdeiros de José do Canto, e do Lameiro, dos herdeiros de José Jacome, eram ainda “os maiores povoamentos florestais da Ilha de S. Miguel”.¹¹⁷ Por uma carta ao irmão e companheiro na cruzada da arborização, podemos perceber o pouco saber silvícola local, o que não era de espantar, a Inglaterra como exemplo, bem como o investimento patriótico que José do Canto atribuía a esta actividade:

Muito estimarei que os teus trabalhos florestaes vinguem, e prosperem; mas se encontrarem barrancos, é contar com elles, e não esmorecer. A maior falta que temos é de homens especiaes que saibão tratar da plantação, e do arvoredado. Alguns melhores são curiosos, e sabe Deos o que elles entendem da matéria.

Em Inglaterra é que é um descanço plantar mattas. Entrega um homem a sua terra a um empreiteiro de plantio, que se obriga, a um tanto por acre, a plantar-te, e replantar-te a matta, a determinadas distancias, e a entregar-la assim povoada e tratada no fim de 3 annos, posto que a plantação principal tenha logar logo no 1.º anno. Pagas o teu dinheiro, que não he muito, e sem mais inquietações recebes uma matta, que só carece de annos para se utilizar. Quando chegaremos a esse apuro?

¹¹⁴ Cf. Carreiro da Costa, “Arvoredos dos Açores...”, p. 2.

¹¹⁵ Cf. *Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense / Actas da Direcção / 4 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887*, BPARPD-FSPAM, acta da reunião de 27 Dezembro 1879. A ideia da exploração da resina terá sido de José Jacome Corrêa e remonta a 1863, cf. Carta XXVII, a José Jacome, Paris, 7 Novembro 1863, em José do Canto, ob.cit., p. 99.

¹¹⁶ Cf. Carreiro da Costa, “Arvoredos dos Açores...”, p. 3-4. Ao Barão da Fonte Bela e ao Barão Jacinto cabiam 10% a cada um; a Clemente Joaquim da Costa, 8% e a Caetano d’Andrade Albuquerque, 5%. Resta saber se os mateiros, como José Maria Raposo d’Amaral, que não participaram nesta reunião de que não encontrei acta, teriam pinhais maiores.

¹¹⁷ Cf. Gonçalo Manuel Estrella Rego, “O Problema Florestal da Ilha de S. Miguel”, *Boletim da CRCAA*, n.º 13, 1.º semestre 1951, p. 9.

*Nós apenas engatinhámos; mas muito temos feito os d'esta geração, que contra todos os naturaes obstáculos, **deixamos arborizada uma boa parte das nossas montanhas, e mattas, serviço utilíssimo não só para os seus proprietários, porem igualmente para o clima e paiz em geral.***¹¹⁸
(bold meu).

O declínio do pinheiro

Em 1866, os ventos fortes de 12 a 14 de Fevereiro¹¹⁹ derrubaram, algo inesperadamente para José do Canto, demasiados *pinheiros grandes* na mata da Candelária:

*Uma cousa que é preciso averiguar é a **razão de cahirem tantos pinheiros**, se é de terem as raízes podres, se é das terem à flor da terra, se é do terreno ser mt.º lancante [inclinado]; ou se é de terem muita rama: o M.e Manoel já este anno me escreveu que elles tinham muita rama, e por isso o vento lhes fazia tanto estrago, do que não duvido, por que pouca poda tiverão.*¹²⁰ (bold meu).

Como referi anteriormente, este é um problema geral e constante nas matas de José do Canto: as tempestades teimam em derrubar-lhe as árvores, aumentando-lhe o esforço da florestação, obrigando-o continuamente a replantar os vazios¹²¹. Não há ventania que não lhe derrube árvores. José do Canto sabia da força condicionadora do vento e da ecologia da topografia como revela a distribuição das essências: manda plantar vinhático nos vales, o pinheiro nos altos. Mas o vento não seria o único problema:

*Os pinhos do pomar tem sofrido algum estrago, quero dizer que tem morrido muitos, e eu para evitar isso tenho lhe mandado botar areia por V. Ex.^a dizer que é bom.*¹²² (Sublinhado no original).

Eduardo Dias refere a inadequação dos pinheiros aos sistemas ecológicos açorianos, particularmente no que se refere à chuva e à humidade, aqui com os índices mais próximos de um clima tropical do que mediterrânico. A frequente

¹¹⁸ Carta de JC para Eugénio do Canto, Paris, 9 Março 1866, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 379-380v.

¹¹⁹ Carta de JC para Alexander Reith, Paris, 9 Abril 1866, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC, 9230 fl. 462.

¹²⁰ Carta de JC para António Bernardes d'Abreu Lima, Paris, 9 Março 1866, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 394-395v.

¹²¹ "Desejo tambem saber se foi um bocado, a oito, da matta que foi arrancada; ou, arvore para aqui, arvore para ali; pois no 1º caso vale a pena de replantar a parte destruída." Idem.

¹²² Carta de Francisco Tavares, feitor das matas do Porto, a JC, Porto Formoso, 30 Maio 1879, UACSD, FBS-AJC.

podridão das raízes, consequência da elevada humidade dos solos¹²³ (também identificada na criptoméria e, nesta, atribuída a fungos¹²⁴), explicaria o derrube pelo vento e a progressiva concentração dos pinhais em escoadas basálticas ou junto à costa, onde a temperatura é mais elevada e o solo menos húmido.¹²⁵ O engenheiro silvicultor Hernâni Santos, responsável pelos projectos de arborização dos Serviços Florestais dos anos 50 do século passado, indicou o fungo *Lofodermium pinasta* como a causa da decadência dos pinhais.¹²⁶

Apesar das dificuldades na aclimação, que explicam mais convincentemente do que a conjuntura do mercado o seu desaparecimento quase total, S. Miguel tinha no pinheiro bravo um signo forte na paisagem da passagem do século XIX para o XX. Fosse em mata, fosse na presença de indivíduos singulares, a iconografia fotográfica da época deixou a presença do pinheiro no recorte paisagístico da Ilha bem documentada (Fig. 1.52): era outra paisagem.

As outras essências

Numa relação da *Madeira contada na Mata da tronqueira*¹²⁷, ao Pico Arde, na falda norte da Barrosa, registaram-se:

<i>Pinho da terra</i>	-	2.102	paus
“ <i>insigno</i> ”	-	459	“
<i>Accacias</i>	-	56	“
<i>Sedros</i>	-	264	“
<i>Eucaliptos</i>		97	“
<i>Criptomerias</i>		<u>222</u>	“
<i>Total</i>		3.120	“

Apesar da hegemonia do pinheiro nos documentos a que tive acesso e que se situam cronologicamente até à década de 70, José do Canto também ensaia outras espécies nas matas, e é provável que com o declínio da laranja decresça

¹²³ A *Revista Michaelense*, ano 3.º, 1920, p. 585, cit. por Carreiro da Costa, “Arvoredos dos Açores...”, p. 3, explica o apodrecimento das raízes dos pinheiros com a retenção da água em terrenos com *jorno*, nome dado a uma camada de terra impermeável no subsolo.

¹²⁴ Cf. Albano Salvador Almeida Sousa, *Relatório de Tirocínio*, Escola de Regentes Agrícolas de Évora, 1957, p. 183.

¹²⁵ Cf. Eduardo Dias, e outros, “Espécies florestais das ilhas: Açores”, 2007, p. 220.

¹²⁶ Hernâni Santos, entrevista concedida ao autor, Ponta Delgada, 2006.

¹²⁷ *Madeira contada na Mata da tronqueira*, s.d., UACSD, FBS-AJC 720.

o seu interesse no pinheiro. Em 1939, ou seja, decorridas duas, quase três, gerações de pinheiros depois da sua morte, na mata do Espigão à Caldeira Velha vendem-se mais *paus* de acácia e criptoméria do que pinheiro.¹²⁸ Também na Lagoa do Congro, em 1943, contam-se 4.118 criptomérias *que dam madeira*, para 16 *Pinhos manso* e 8 *pinhos da terra*, e sem contar as *criptomerias novas que não dam madeira, só d'aqui a trinta anos* e de está esta mata toda plantada.¹²⁹ Mas na primeira metade do século XX, as matas dos herdeiros de José do Canto não serão a regra: apesar do declínio do pinheiro, confirmado naquelas matas e consensualmente reiterado pelas fontes literárias com o fim da Laranja, em 1934 é ainda a essência que detém a maior mancha de floresta em S. Miguel, com a acácia e a criptoméria a seguir¹³⁰. Na década de 50, a maioria das matas da Ilha já é constituída por povoamentos puros de criptomérias e acácias ou de um misto das duas.¹³¹

Logo desde o início da florestação das matas, ainda na década de 40, José do Canto planta castanheiros (*Castanea sativa*) e vinháticos (*Persea indica*) juntamente com os pinheiros (*Pinus pinaster*).¹³² Os vinháticos vieram da Madeira não se sabe quando, os castanheiros já cá estavam há muito, e tanto um como o outro forneciam madeira para a marcenaria. As acácias (*Acacia melanoxylon*), que irão substituir os vinháticos nas matas de corte, começa a enviá-las para S. Miguel, compradas na Europa, desde 1847.

¹²⁸ Cf. Contrato datado de 28 Outubro 1939, UACSD, FBS-AJC, em que João Ferreira Rica, procurador de Arthur Hintze Ribeiro, assina a venda de "318 paus de pinho insigne, 800 paus de acácia, e 562 de criptoméria e mais 560 acácias e pinhos para lenha, no sítio conhecido por Espigão, que vá até ao Mato, no prédio da Caldeira Velha, freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho da Ribeira Grande, confrontando a parte da madeira vendida, pelo norte servidão, da casa, sul mato, nascente Grota do Pico e poente Vale das Criptomérias".

¹²⁹ Cf. *Relação da contagem de madeiras na mata da Lagoa do Congro*, por António Mello, Junho 1943, UACSD, FBS-AJC. Contam-se ainda nesta relação 582 Abetos, 546 Carvalhos, 111 Acácias, 100 Eucaliptos, 75 Faias da Holanda, 52 Amieiros, 18 Tulipeiros e 8 Plátanos.

¹³⁰ Cf. Eduardo Dias, e outros, ob.cit., p. 246. Em 1911 as matas de S. Miguel ocupam uma área de 4670 hectares, o que corresponde a uma percentagem de área arborizada de 6,6%, e as matas com mais de vinte anos são constituídas principalmente por criptomérias, acácias e pinheiros insignes. Cf. Eng. Silv. Gonçalo M. da Estrela Rego, "A Ilha de S. Miguel e a situação em que actualmente se encontra a sua riqueza lenhosa, Ponta Delgada, 1934", cit. por Carreiro da Costa, "Arvoredos dos Açores...", p. 8-9.

¹³¹ Cf. A. Emiliano Costa, "Algumas considerações sobre a necessidade de melhoramentos das Matas Micaelenses", *Boletim da CRCAA*, n.º 16, 2.º semestre 1952, p. 81.

¹³² Cf. *Ferías de Manoel Furtado*, 1846-1852, UACSD, FBS-AJC.

Quando com o mapa de William Hard Read se começa progressivamente a cartografar o interior da ilha, há um povoamento de **castanheiros** que é sempre identificado a poente da Povoação. O mapa pessoal de José do Canto confirma-o, legendando naquela mesma posição *Matas da Povoação // Castanheiros e Álamos*¹³³. Na literatura de viagem que inclui a descrição do revestimento vegetal da ilha é normalmente referida a mesma localização. Em ambos os casos, dos mapas e dos textos, as edições posteriores poderiam ter citado os originais sem verificação *in loco*, mas Fouqué em 1873 confirma “le district de Povoação, où se trouvent les plus grands bois de châtaigniers de San-Miguel .”¹³⁴ Fouqué noticia uma doença mortal nos castanheiros, semelhante, na manifestação visível, à *lágrima* das laranjeiras.

Logo a seguir aos pinheiros, são os castanheiros a espécie que José do Canto desde o início selecciona para arborizar os seus matos, a começar em 1845 pela Candelária.¹³⁵ E a seguir aos castanheiros, os vinháticos.

Em artigo do *Agricultor* dedicado ao Carvalho, depois reproduzido no *Almanack Rural* editado pela SPAM, para realçar o valor alternativo da madeira dos *Quercus* o autor não identificado lançava o aviso: “O pinheiro marítimo, e o **vinhático**, se algum dia o commercio de laranjas baquear, serão – antes empacho, que riqueza.”¹³⁶ O vinhático, árvore introduzida muito cedo no arquipélago,¹³⁷ e por isso tomada por uma planta autóctone,¹³⁸ estava inscrito na toponímia do prédio das Furnas de José do Canto com um *Valle dos Vinhaticos*. A referência mais antiga que encontrei na sua casa data de 2 de Janeiro de 1847¹³⁹, e, uma vez que registava a poda de vinháticos, significa que os mesmos já tinham sido plantados

¹³³ Mapa da ilha de S. Miguel, cópia a tinta da china e aguarela, s.d., escala aproximada 1:50.000, UACSD, FBS-AJC.

¹³⁴ M. F. Fouqué, ob.cit., p. 10.

¹³⁵ Cf. Carta de António Bernardes d’Abreu Lima para JC, S. Miguel, 6 Dezembro 1845, UACSD, FBS-AJC.

¹³⁶ O *Agricultor Michaelense*, 2.^a série, n.º 48, Dezembro 1851, p. 793.

¹³⁷ Cf. José Marques Moreira, *Alguns Aspectos de Intervenção Humana na Evolução da Paisagem da Ilha de S. Miguel (Açores)*, Lisboa, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, 1987, p. 33. Só António Teixeira de Macedo, escrevendo em 1853, afirma que o vinhático “é árvore importada há não muitos annos.” *Breve Memória sobre o estado da Agricultura, Commercio e Industria do Districto de Ponta Delgada* [...], Ponta Delgada, 1853, p. 15.

¹³⁸ Cf. Wyville Thomson, ob.cit., p. 31.

¹³⁹ Cf. Férias de Manoel Furtado, 2 Janeiro 1847, UACSD, FBS-AJC.

anteriormente. Os vinháticos eram plantados nos vales ou em encostas abrigadas, por serem sensíveis ao vento.¹⁴⁰ José do Canto plantou-os e semeou-os nas Furnas, na Lagoa do Congro, no Porto Formoso, ao longo de toda a década de 50. Ao contrário dos pinheiros e castanheiros, os vinháticos foram progressivamente diminuindo nos planos de plantação das matas de José. Tal como os pinheiros, deviam ser problemáticos – “antes empacho, que riqueza”, mas não encontrei nas fontes primárias dados que esclarecessem o seu declínio ainda no século XIX.¹⁴¹

Numa espécie de caderno de anotações de ensaios e experiências, José do Canto apontou a plantação de seis exemplares de *Acacia inernis* – *Robinia inernis* na Quinta Velha de St.^a Anna, a 10 de Dezembro de 1844, que haviam chegado de Londres na véspera¹⁴². Em 1847, envia para S. Miguel pela escuna Hortênsia vinte e uma espécies de **acácias**.¹⁴³ Nesta encomenda é a essência com maior número de espécies diferentes. As acácias revelaram-se quase sempre reincidentes nas listas para encomenda e nas facturas de plantas que investiguei.¹⁴⁴ Numa *List of Plants raised in the Spring of 1865 from seeds of*

¹⁴⁰ “Nas Roças abandonadas de Joze da Costa Laureanno, de Francisco Felício, e Joze Furtado Bezugo, tãoobem se semearão vinhaticos, **nos valles, e nas pendencias abrigadas;**” (bold meu), *Mattos no Porto Formozo e em S. Braz*, instruções de JC, UACSD, FBS-AJC.

¹⁴¹ Eduardo Dias explica o quase desaparecimento do vinhático pela elevada toxicidade para as vacas e cabras no contexto do desenvolvimento da agro-pecuária no século XX. Cf. Eduardo Dias e outros, ob.cit., p. 222.

¹⁴² Caderno de anotações de ensaios e experiências, s.t., s.d., UACSD, FBS-AJC.

¹⁴³ *Acacia ixiophyla, sparaguides, Fraserii, lanceolata, subcorulea, Oxycedrus, Linearis, Drumondii, microphyla, Meisnerii, conchiflora, dentifera, glaucescerus var., oleifolia, Physioides, Juniperina fort, virgata, lunata, ovata, pungens pendula, e Acacia Hugeli*. Cf. Relação das Plantas enviadas pela Escuna Hortênsia, Capitão José Maria de Mello, Paris 17 de Março de 1847 / (assin.) José do Canto, UACSD, FBS-AJC.

¹⁴⁴ JC pretende adquirir uma *Acacia pulchella*, em N.º 7 *Plants ordered by myself*; e propõe a aquisição de acácias das espécies *dentifera, rotundifolia, platyptera* e *heterophylla*, em *Plants proposed to the consideration of Mr. Brown*, ambas integradas nas listas de plantas a adquirir em Londres por George Brown (com a lista N.º 1 intitulada *Kitchen Gardens Seeds – (ordered for M.r Wallace)*, UACSD, FBS-AJC, datável de 1850-52, quando Brown se encontra a residir em Londres. Nestor de Sousa transcreve um rascunho da carta de acompanhamento destas listas em ob.cit., Doc. 26, p. 243-244).

Na lista de plantas a despachar para S. Miguel inclusa na carta da Osborn & Sons para JC, Fulham Nursery, 5 Outubro 1853, também transcrita em Nestor de Sousa, ob.cit., Doc.27, p. 245, constam oito espécies de acácias. Em carta a JC, de S. Miguel, Agosto, UACSD, FBS-AJC, George Brown conta-lhe que as várias acácias vendidas pela casa Osborn e expedidas pelo Water Lilly chegaram em mau estado. Em 1854, JC compra mais indivíduos diferentes em Bruxelas e Liège, cf. facturas da *Societé Royale d’ Horticulture de Belgique, Bruxelles*, 10 Março

Mess.^{rs} Haage & Schmidt,¹⁴⁵ por entre 52 espécies diferentes de acácia, já consta a *Melanoxylon*.

Demonstrando a elevada produtividade dos seus viveiros, que lhe forneciam de plantio as matas, em 1879 José do Canto ofereceu 10 000 plantas de *Melanoxylon* à SPAM.¹⁴⁶ Mais ou menos por essa altura, numa folha com preços de transformação e transporte de madeira, José do Canto regista: “Acácia melanoxylon vende-se a 60rs. o pé, e achaprôa-se na largura de 4 polegadas”,¹⁴⁷ o que significa que a madeira de acácia tem já uma medida standard para a comercialização. A arquitectura pública e particular vernaculares vão adoptá-la para executar a estrutura de madeira das coberturas em telha, aplicando-se para o forro tabuado de criptoméria,¹⁴⁸ numa consociação que permaneceu até quase o final do século XX.

Na segunda metade de Oitocentos, a *Acácia melanoxylon* provocou um entusiasmo febril, tal como o eucalipto, nos florestadores continentais, como se pode comprovar pela literatura especializada da época.

Criptomérias

*Desde 1846 que collijo plantas, e pouco encontro já em França, Inglaterra, e Bélgica, que seja novo, ou me convenha.*¹⁴⁹

Embora na memória de José do Canto deva prevalecer a farta ‘colheita’ da viagem de 1846 a Londres e Paris¹⁵⁰, na verdade encontram-se recibos ou notas

1854, UACSD, FBS-AJC 6146, e de *L. Jacob-Mackoy & cie., Horticulteurs*, Liège, de 8 Maio e 1 Junho 1854, respectivamente UACSD, FBS-AJC 6148 e 6149.

¹⁴⁵ Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 47-48.

¹⁴⁶ Cf. Acta da sessão de 19 de Fevereiro de 1879, *Sociedade Promotora da Agricultura Michalense / Actas da Direcção / 4 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887*, BPARPD-FSPAM. Com aquela oferta JC poderia querer celebrar a tomada de posse de Ernesto do Canto como presidente da SPAM nessa mesma Sessão.

¹⁴⁷ Nota iniciada com *Francisco Maxado paga 20rs. por chaprão para lho por no carregadouro*, UACSD, FBS-AJC. Embora sem data, esta anotação parece pertencer a um mesmo conjunto de anotações sobre matas e madeira de corte que inclui a nota iniciada com *1876 / Caixaria do Porto*, UACSD, FBS-AJC.

¹⁴⁸ Veja-se a arrematação de mais de 13 000 m³ de madeira de acácia para as asnas e 358,72 m² de criptoméria para o forro do Posto de Desinfecção, na acta da Sessão de 23 de Janeiro, em *Junta Geral do Districto de Ponta Delgada, Sessões de 1901*, Ponta Delgada, Typ. Ruy Moraes, 1902.

¹⁴⁹ Carta de JC, destinatário não identificado, Paris, 5 Abril 1866, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 444.

de encomendas de árvores e outras plantas aos viveiros de Londres desde 1844.¹⁵¹ Estas encomendas destinaram-se exclusivamente para o jardim de Santana, e algumas das coníferas importadas terão tido uma primeira utilização ornamental, sendo só posteriormente adoptadas como essências florestais de interesse económico. Como poderá ter acontecido com a *Cryptomeria japonica*. Isabel Soares de Albergaria atribui a José do Canto a introdução da criptoméria em S. Miguel, em 1848, com esta chegada nessa década aos viveiros de Veitch, em Londres, proveniente do Japão.¹⁵² Mas poderá ter sido António Borges da Câmara Medeiros (1812-1879) o primeiro a empregar a criptoméria como essência florestal nas suas matas das Sete Cidades¹⁵³, o que explicaria a atribuição por José Maria Álvares Cabral da introdução daquela essência a este rival de José do Canto.¹⁵⁴

Wyville Thomson edita o retrato tirado a uma *Cryptomeria japonica* exibida no jardim de Santana, onde teria um lugar de destaque, como uma *lawn tree*¹⁵⁵ (Fig. 1.53). Na década de 50, algumas coníferas eram consideradas “proprias para se

¹⁵⁰ Veja-se o extenso *Catalogo das plantas existentes em Sta. Anna com etiquetas de chumbo por extenso começado em Janeiro de 1847* em grande parte resultante das compras naquela viagem, transcrito em Nestor de Sousa, “Os «Canto» nos Jardins Paisagísticos da Ilha de S. Miguel”, *Arquipélago - História*, 2.ª série, IV - n.º 1, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000, Doc. 23a, p. 232-237.

¹⁵¹ Cf. facturas de Joseph Knight / Nursery & Seedsman, Exotic Nursery, Kings Road, Chelsea, UACSD, FBS-AJC 1562, e de Witley [sic] & Osborn/ Nursery & Seedsman, Fulham, near London, UACSD, FBS-AJC 1564 e 1085, por compras de plantas em 1844.

¹⁵² Cf. Isabel Soares de Albergaria, *Quintas, Jardins e Parques da Ilha de São Miguel, 1785-1885*, Lisboa, Quetzal Editores, 2000, p. 214.

¹⁵³ Ver idem, p. 204-207. Conta Emygdio da Silva que nas Sete Cidades havia “bosques de criptomérias, havendo um exemplar desta arvore notável, trazido de Paris, em vaso, por António Borges, em 1854 e cujo tronco tem hoje quasi três metros de circunferencia”, *S. Miguel em 1893, Cousas e Pessoas*, Ponta Delgada, Biblioteca da Autonomia dos Açores, vol. I, 1893, p. 28.

¹⁵⁴ Cf. Eng. José Maria Álvares Cabral, “Importância dos estudos de Ciências Naturais nos Açores e papel que nos vem poder desempenhar a Biblioteca e Museu existentes no Arquipélago, principalmente o de Carlos Machado, em Ponta Delgada” (conferência proferida por ocasião da IV Semana de Estudos dos Açores, realizadas em Ponta Delgada em 1965), em *Insulana – Dr. João Bernardo e Galvão de Carvalho*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003, p. 338-339. Devo a João Paulo Constância esta possibilidade de compatibilizar as duas atribuições à introdução da criptoméria em S. Miguel, através da diferente finalidade. Curiosamente, Carreiro da Costa na sua história dos *Arvoredos dos Açores* é totalmente omissa relativamente à cultura da criptoméria em S. Miguel no século XIX (não a nomeando entre as espécies trazidas para a ilha por JC) só se lhe referindo já no século seguinte.

Quanto à rivalidade entre JC e António Borges, veja-se a competição cerrada entre os dois à caça de plantas nos viveiros e estabelecimentos públicos de Paris em Carta XI a José Jacome, Paris, 15 Fevereiro 1854, em José do Canto, ob.cit., p. 40-45.

¹⁵⁵ Wyville Thomson, *The Voyage of the Challenger: the Atlantic: a preliminary account of the general results of the exploring voyage of H. M. S. Challenger during the year 1873 and the early part of the year 1876*, London, Macmillan and Co., 1877, vol. II, fig. 9, p. 29.

plantarem isoladamente”,¹⁵⁶ à maneira do *Gardenesque*, e por ser este o uso que Thomson conhecia da criptoméria em Inglaterra, mais o surpreende, no caminho para as Furnas, que o

[...] *group of beautiful dark conifers on the other sided [sic] of the stream, showing in every tone of colour and in every curve of their long drooping branches their thorough luxuriance and ‘at-homeness’, were no Atlantic or European cypresses, but Cryptomeria japonica, the lawn tree which saddens us with its blighted brown twigs after a too hard frost in England.*¹⁵⁷

Ou seja, em 1873 as criptomérias já se apresentam na paisagem de S. Miguel com a naturalidade que lhes conhecemos.

Sob o título *Para vir em 8.bro*, José do Canto elabora no fim do Inverno de 1854 uma extensa lista de coníferas e resinosas. Ainda que seja com toda a probabilidade influenciada pela moda das coníferas¹⁵⁸ e pela sugestão de Brown para a aquisição de *forest trees*¹⁵⁹, trata-se de uma listagem rara em José do Canto por incluir apenas árvores. À frente de cada espécie, indica as quantidades que projecta adquirir: *P[inus] Austriaco* 1500, *Pinus Cembra*, *Strobus*, *Pinaster*, *Silvestris* e *Abies excelsa* e *Abies alba*, 1000 de cada, e depois para *Fagus sylvatica*, *Freixos*, *Amieiros*, *Carvalhos cerris*, *Olmos* e *Bétulas*, 500 de cada. Para a *Cryptomeria Japónica*, que vem a seguir ao *Taxodium distichum*, aponta apenas para 12 ou 18 plantas.¹⁶⁰ Esta última, também chamada *Cipreste da América*, é uma árvore de grande porte, podendo chegar aos 45 m de altura, que O

¹⁵⁶ Carta VI, a José Jacome Corrêa, Londres, 27 Março 1853, em José do Canto, ob.cit., p. 12. A existência de uma categoria paisagística como seriam as “árvores para plantar isoladas” é reiterada na Carta VII, mesmo destinatário, Paris, 24 Agosto 1853, em idem, p. 17.

¹⁵⁷ Idem, p. 37.

¹⁵⁸ Um ano antes, tendo observado a oferta dos viveiristas de Londres, escrevera: “As plantas coníferas são tãobem [com as camélias] muito da voga”, Carta VII, a José Jacome, Paris, 24 Agosto 1852, em José do Canto, ob.cit., p. 17. Participando desta paixão local, JC também elaborou listas exclusivamente de camélias.

¹⁵⁹ “I think for here [Lagoa do Congro] as also the Furnas the greater part of Forest Trees sold in the English Counters Nurseries by the 1000 consequently cheap would grow well & rapid.” Carta de George Brown para JC em Londres a/c *JFLPereira Esq., 91 Great Tower St., London*, de S. Miguel, 1 Julho 1853, UACSD, FBS-AJC 14630.

¹⁶⁰ Cf. lista de árvores sob o título *Para vir em 8.bro*, enviada de S. Miguel para Silvano Francisco Luiz Pereira e reenviada por este em carta para JC, Londres, 3 Março 1854, UACSD, FBS-AJC. Para algumas espécies, como os *Pinus Rigidus*, *Mitis*, *Longifolia*, e *Insignis*, *Cupressus Udeana* e *Cedro do Líbano* anota apenas 3 a 4 unidades. Há segundas anotações a grafite que alteram as unidades do texto a tinta, sendo as unidades por mim indicadas as que estão a tinta.

Agricultor Michaelense declara “possuir uma folhagem difficilmente excedida, em belleza, por nenhuma outra”¹⁶¹, e José do Canto veria nela uma árvore para deixar crescer isolada, ou para plantar em *clump* monumental. Tal como as criptomérias.

Nas Furnas, a criptoméria foi primeiramente plantada na mata ajardinada da Fajã das Labaças,¹⁶² enquanto os pinheiros dominavam o prédio do Forno da Cal, do outro lado da estrada, inicialmente dedicado em exclusivo à mata de produção. Em 1863, José do Canto está a recompor o mal sucedido plantio de *Larix* na Lagoa do Congro e nas Furnas, intercalando “algumas cryptomerias, e outras coníferas para tornar verde o terreno escalvado onde elles estão.”¹⁶³ Nas Furnas, as criptomérias incluem-se nas essências mais prósperas segundo o head gardener Reith.¹⁶⁴ Em 66 plantam-se mais *Cryptomeria Lobbi* e *Japónica* provenientes dos viveiros de Santana.¹⁶⁵ Segundo o Marquês de Jacome Correia é a partir do seu regresso de Paris em 68 que as criptomérias, carvalhos, acácias, eucaliptos e coníferas vão subir as encostas dos montes do prédio das Furnas,¹⁶⁶ e da Lagoa do Congro¹⁶⁷. Embora possa ser cronologicamente anterior a esta década, na *Relação das diferentes glebas do Prédio, a que chamo Forno da Cal, com a sua medição, e indicação do plantio*¹⁶⁸ só há criptomérias na Fajã das Labaças, isto é, no lado recreativo da propriedade, onde Walter Frederick Walker identificou *cryptomerias of giant proportions* por trás do cottage, no arboreto que lhe faz fundo.¹⁶⁹ Também é por causa da altura que Fouqué

¹⁶¹ *O Agricultor Michalense*, 2.^a série, n.º 18, Junho 1849, p. 318.

¹⁶² “[Vale] N.º 6 - d) Plátanos, Cryptomerias, Cedros de Goa: tudo muito bonito [...]”; também há criptomérias nos vales n.ºs 11 e 14, em *Relação descriptiva dos valles da Fajã das Rabaças, começando da Ermida para o Ponente*, UACSD, FBS-AJC 13448, Doc. anexo F02.

¹⁶³ Carta XXVII, a José Jacome, Paris, 7 Novembro 1863, em José do Canto, ob.cit., p. 101.

¹⁶⁴ Cf. Cartas de Alexander Reith a JC, de 6 Janeiro e Agosto 1863, ambas UACSD, FBS-AJC.

¹⁶⁵ Carta de JC a Alexander Reith, Paris, 8 Janeiro 1866, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 146-147v.

¹⁶⁶ Cf. Marquez de Jacome Correia, *Leituras sobre a Historia do Valle das Furnas*, Ilha de Miguel, Oficina de Artes Gráficas, 1924, p. 210.

¹⁶⁷ “Os Jornaes a sima sentados forão em plantar Pinheiros na matinha dos Buchos.” Carta de João Carreiro para António Bernardes d’Abreu Lima, Lagoa do Congro, 25 Janeiro 1868, UACSD, FBS-AJC. Refere ainda que há pinheiros doentes que não dando madeira larga, ainda “podem dar bons fundos e uns paus de vinhaticos que darão 20 ou 30 duzias de tampos.”

¹⁶⁸ UACSD, ABS-AJC, Doc. anexo F05.

¹⁶⁹ Cf. Walter Frederick Walker, *The Azores or Western Islands*, London, Trubner & C.^a Ludgate Hill, 1868, p. 211.

menciona as criptomérias da Lagoa do Congro, que diz serem quase tão altas quanto os eucaliptos de 40 m.¹⁷⁰ Sendo das matas mais antigas de José do Canto (provavelmente iniciada em 1846), será a primeira ajardinada, isto é, consociando intencionalidade estética com a finalidade económica. Mesmo que aquelas criptomérias tivessem sido plantadas em 46, dificilmente teriam quase 40 m em 1873, mas não há dúvida que, até pela altura que tivessem atingido, não foram pensadas para árvores de corte. Para José do Canto as criptomérias eram como os eucaliptos, ou as araucárias e as wellingtonias.

Em 1871, Edmond Goeze, o jardineiro contratado por intermédio de José do Canto para o Jardim Botânico de Coimbra, depois de comparar as condições climatéricas de Portugal com as da China, Japão e, particularmente, da Austrália, escrevia no *Jornal de Horticultura Prática*:

A *Cryptomeria japónica* é uma árvore de porte elegante e entre nós desenvolve-se ainda mais depressa que os nossos *Pinheiros*. Na Ilha de S. Miguel começaram-se, a pouco e pouco, a substituir as florestas de *Pinheiros* por grandes plantações de aquela *Cryptomeria*, a qual nas montanhas ou perto do mar cresce com grande vigor e com uma rapidez extraordinária, tendo sobretudo a vantagem de produzir uma madeira muito superior à dos *Pinheiros*.¹⁷¹

E, no ano seguinte, no mesmo periódico, Adolpho Frederico Moller, director das matas do Choupal e do Vale de Canas, que estudou silvicultura na Alemanha, propõe ensaiar a criptoméria japónica, “que tão bons resultados tem dado no litoral dos Açores”, nas dunas a norte do cabo Mondego.¹⁷² Não esqueçamos que Wyville Thomson, cujo relato não seria ignorado pelos horticultores, testemunhou eloquentemente a bem sucedida aclimação da criptoméria na costa norte da ilha, dizendo-a *em casa*.

Dir-se-ia pelas crónicas da época que a partir de finais de 60, princípios de 70¹⁷³, a criptoméria tomara conta das matas micaelenses e, até mesmo, açorianas.

¹⁷⁰ Cf. M. F. Fouqué, ob.cit., p. 17.

¹⁷¹ *Jornal de Horticultura Prática*, vol. II, 1871, p. 127.

¹⁷² Cf. carta de 7 de Outubro de 1871, em idem, vol. III, 1872, p. 18.

¹⁷³ Em 1877 está à venda uma mata sita à Grotta do Sombreiro, na Ribeirinha, *plantada de Pinhos de Leiria, Bordéus, Cliptomérias [sic], Acácias, Amieiros, Olmos etc.*, cf. carta de Francisco Serpa a JC, 6 Junho 1877, UACSD, FBS-AJC.

Antes, António Borges e, depois, Joaquim Álvares Cabral espalharam a conífera nipónica nas Sete Cidades.¹⁷⁴ José Bensaúde, como vimos quando tratei dos muros, pretendia cultivá-la na vizinhança da Grimaneza¹⁷⁵, e José Maria Raposo do Amaral tinha matas dela¹⁷⁶. Vejamos o que se passava na gestão florestal de José do Canto.

Para as matas dos Cantos na Lagoa do Congro encontram-se no Centro de Documentação da Universidade dos Açores folhas de férias semanais, numa sequência incompleta mas com uma boa cobertura, dos anos de 1870 a 1873. Por ali se pode ver que são os pinheiros que continuam a constituir o grosso das matas de corte¹⁷⁷, e, apesar do plantio de outras espécies – vinhático, buxo, *faia d'Hollanda*, amieiro, *Spruce*, eucaliptos¹⁷⁸, para estes anos apenas dão baixa na *madeira serrada* carvalhos e castanhos¹⁷⁹. Note-se que há nestes quatro anos o registo de diversos fretes de madeira cortada que não é identificada, o que penso significar, por defeito, que seria de pinho. No período coberto por esta contabilidade avulsa, de Janeiro de 1870 a Agosto de 1874, as criptomérias só são referidas para o plantio localizado na *Rocha da Lagoa*,¹⁸⁰ o que me faz

¹⁷⁴ Cf. Isabel Soares de Albergaria, ob.cit., p. 204-207 e 214-216.

¹⁷⁵ Cf. Carta de José Ben Saude a António Bernardes d'Abreu Lima, de Ponta Delgada, 15 Abril 1866, UACSD, FBS-AJC.

¹⁷⁶ Cf. Carta de António José de Sousa para José Maria Raposo d'Amaral em Coimbra, de S. Miguel, 4 Maio 1874, UACSD, ARA 938.

¹⁷⁷ Cf. *Feria pertencente a minhas filhas Margarida e Maria Guilhermina com o plantio de pinheiros no Pico da Lagoinha*, Ponta Delgada, 29 de Janeiro de 1870, com 3 jornais de ir buscar 9.500 pinheiros às Furnas; *Serviço na Lagoa do Congro*, nas semanas de 15 e 21 Janeiro 1871, com outros 3 *jornaes de ir buscar pinhos às Furnas*; recibos referentes às semanas de 28 Janeiro e 4, 11 e 18 Fevereiro de novamente ir buscar pinhos (mansos, a 11 Fevereiro) *para as mattas das meninas, a matta das cazas e a matta do Josezinho*; 4 de Março, mais pinhos das Furnas; para além de diversos jornais de *plantar os pinhos*, como por exemplo: *Pico da Lagoinha.- Preparar terreno para as minhas Filhas Margarida, e Maria Guilhermina continuarem a plantar pinheiros*, na semana de 24 Outubro 1871; *Plantarão-se 15:800 pinheiros no Matto das covas*, semana de 19 Janeiro 1872; nas férias de Março e Abril de 1873, continuam-se a plantar pinhos nas matas do Pico da Lagoinha, indo buscar os pinhos às Furnas. (bold meu), todos os documentos, UACSD, FBS-AJC.

¹⁷⁸ Os eucaliptos só aparecem nas férias de 1874, quando se plantam na Lagoa provenientes dos viveiros da Cidade, cf. *Lagôa do Congro em 4 de Julho de 1874*, e *Lagôa do Congro em 11 de Julho de 1874*, ambos UACSD, FBS-AJC.

¹⁷⁹ Cf. *Serviço das Mattas da Lagoa do Congro*, 11 Março 1871, 5 *jornaes de carretar mad.r^a de carvalho p.^a o curral*; folha de serviços de 7 Outubro 1871, 8 *carros de trazer para Villa Franca madeira de Castanho que seccou, e se cortou a 1000rs*; *Carretos de madeira para a cidade / Madeira de carvalho e castanho no Serviço de mattas na lagoa do Congro em 14 de Dezembro de 1872*. Todos os documentos, UACSD, FBS-AJC.

¹⁸⁰ 6 *jornaes n'um viveiro d'estacas de cryptomerias*, no *Serviço das Mattas da Lagoa do Congro*. – 25 *Fev.^o* [de 1871]; 12 *jornaes de 160 reis a Sachar as Cryptomerias da Rocha da Lagoa em Novembro de 1871*; 3^a *semana de 23 de Março* [de 1872]// *Acabar de plantar de faias e carvalhos*

pensar, pela localização sugerida pelo topónimo, que se destinavam à composição paisagística e não à exploração florestal. Em 1877 continua-se a ir buscar pinheiros às Furnas para ampliar as matas da Lagoa do Congro.¹⁸¹

Nas matas do Porto Formoso e S. Brás plantam-se em regra pinheiros nos altos, e vinháticos, depois substituídos por álamos, nos vales. A primeira referência a criptomérias aparece nas folhas dos serviços nas Matas somente em 1874, e, tratando-se de *roçar* ou *Arrancar tocas nas Cryptomerias*, deduz-se que se trata de um plantio recente.¹⁸² Neste ano mondram-se os carvalhos e plantam-se pinhos e eucaliptos, e também cedros.¹⁸³ Pelos relatórios epistolares de Francisco Tavares, sabemos que entre as matas do Porto¹⁸⁴ há uma *matta de Cryptomerias* (tal como há uma *matta dos Carvalhos*¹⁸⁵), o que significa a sua cultura extensiva, de que vai tratando e dando notícias até 1878¹⁸⁶. Na *Relação das mattas do Porto Formoso, e o estado em que actualmente se acham* em Abril de 1887, Francisco Tavares só fala de pinheiros tombados, acácias e *pinhos seccos*.¹⁸⁷

Mesmo nas últimas matas que plantou nas arroteias do Pico Arde, à Ribeira Grande, continua a ser o pinheiro que manda, ainda que se cultivem também acácias, eucaliptos, cedros, olmos e carvalhos. Nas folhas de serviços daquelas matas não encontrei qualquer referência às árvores japonesas.¹⁸⁸

Resumindo, José do Canto só começou a ensaiar a criptoméria como essência florestal a partir de 1870 e apenas em algumas das matas.

a parte da Lagoa despejada de vinhaticos / reformar de cryptomerias o plantio sobre a Rocha / Plantar pinhos no Quintal de cima; Reformar cryptomerias em Abril 1872. Todos os documentos, UACSD, FBS-AJC.

¹⁸¹ Carta de Manoel Pacheco para JC, 21 Março 1877, UACSD, FBS-AJC, relatando que o plantio dos pinhos que vieram das Furnas está feito e que tem terra para mais 12 000 pinhos.

¹⁸² Cf. folhas das *Matas do Porto* de 25 Abril, 15, 22 e 29 Agosto, 1874, UACSD, FBS-AJC.

¹⁸³ Cf. folhas das *Matas do Porto* de 9, 17 e 23 Maio, 8, 15 e 29 Agosto, 1874, UACSD, FBS-AJC.

¹⁸⁴ São referidas na epistolografia deste feitor com José do Canto as matas da encosta do carreiro, que foi do Labeto, da Lomba, da roça grande, do snr. Josesinho [do Canto Brum], a Matta da Taveira, matta das Fajães, matta alta, a mattinha de Viúva de Damazo Carreiro, do Manoel Martins, de Antonio Rapozo, UACSD, FBS-AJC.

¹⁸⁵ Cf. Carta de Francisco Tavares a JC, Porto Formoso, 16 Agosto 1876, UACSD, FBS-AJC.

¹⁸⁶ Cartas de Francisco Tavares a JC, Porto Formoso, de 9 Dezembro 1877; 24 de Maio e 16 de Agosto de 1878, UACSD, FBS-AJC. Esta mata com as criptomérias no nome não significa que não haja criptomérias avulsas, ou em pequenos grupos, nas outras matas; também as há na *lombinha*, por exemplo. Cf. idem, de 9 Dezembro 1877.

¹⁸⁷ Cf. *Relação das mattas do Porto Formoso, e o estado em que actualmente se acham*, 13 Abril 1874, UACSD, FBS-AJC.

¹⁸⁸ Cf. Folhas de serviço nas matas da Ribeira Grande, de 1870, 1875, 1876 e 1877, UACSD, FBS-AJC.

O Agricultor Michaelense, onde José do Canto era importante parte activa, não faz qualquer menção à criptoméria. Considerando que a introdução da criptoméria na ilha não seria anterior a 1846, podemos encontrar na data de fecho do mensário em 1852 uma explicação. Mas já d'*O Cultivador*, seu sucedâneo dos anos 70, seria de esperar algum artigo de fundo sobre a essência que tanto entusiasmo desperta nos visitantes e nos portugueses do Continente. A única referência à criptoméria que localizei neste periódico encontra-se em artigo panorâmico sobre os “Productos agriculos de S. Miguel”:

*Em relação à silvicultura, o grande desenvolvimento que tem tido nos últimos annos a plantação de mattas, a introdução de arvores da maior parte das regiões do globo, a aclimação de variadíssimas espécies florestaes, em poucos annos offerecerão resultados practicos de grande alcance scientifico e comercial. [...]. Póde-se todavia affirmar desde já, que as espécies seguintes se podem cultivar com vantagem; Acacia melanoxylon, **Cryptomeria japónica** e Lobu-Alnus glutinoza e cordifolia (amieiros) Eucalyptus de varias espécies= Cupressus Lusitanica (cedro do Bussaco) Lyriodendron Tulipifera (Tulipeiro da Virgínia) Pinus insignis, que parecem ter-se acclimatado vegetando admiravelmente em quazi todos os pontos de S. Miguel em que se tem plantado.¹⁸⁹ (bold meu).*

Podia até ser que aquela mata avistada pelos marinheiros do Challenger enquanto merendavam a caminho das Furnas fosse uma das matas de José do Canto que subiam do Porto Formoso a S. Brás, mas, de facto, não encontrei documentos inequívocos da exploração da criptoméria à escala florestal nas suas matas. À excepção da Candelária, onde não encontrei qualquer menção à criptoméria, José do Canto teria pequenas matas de criptoméria nas suas outras matas, como também teria manchas de carvalhos e eucaliptos. “Toutefois le pin maritime est encore l’arbre qui parait le mûeux convenir au climat des Açores”.¹⁹⁰ Esta devia também ser a opinião de José do Canto, que, acabada a laranja, tinha agora a caixaria do chá para escoar a madeira de pinho.

¹⁸⁹ “Productos agriculos [sic] de S. Miguel”, em *O Cultivador*, n.º 4, 15 Abril, 1873, p. 98-99.

¹⁹⁰ F. Fouqué, ob.cit., p. 17.

Árvores gigantes

“Cupressus Horyantallos and the Bermudian Cedars, Araucarias, Pinus Cryptomerias Wellingtonia will prove to be the Kings of the forest at the Furnas”¹⁹¹, promete Alexander Reith em 1863. Como colecionador, José do Canto não podia deixar de ter uma sequóia nas Furnas, e também deu uma ajuda na do irmão Ernesto¹⁹². Também os eucaliptos parecem interessá-lo sobretudo pelo tamanho que atingem. Tal como as araucárias, são as árvores de excepção.

Em 1847, José do Canto envia para S. Miguel, pela escuna Hortensia, três *Eucaliptus* sp. e um *Eucalyptus calamendalensis*,¹⁹³ que seriam então plantas difíceis de adquirir. Na viagem de 53 a Londres só encontrou três espécies.¹⁹⁴ Em Março de 1854 José do Canto e António Borges competem renhidamente pelos eucaliptos que (não) há à venda em Paris.¹⁹⁵ No mês seguinte, compra três *Eucaliptos elongata* em Bruxelas,¹⁹⁶ e encomenda seis espécies diferentes em Viena¹⁹⁷. Numa lista de plantas de 1865 constam 13 espécies, incluindo a *gigantea*.¹⁹⁸

No início, estes micaelenses rivais tomavam o eucalipto por uma *árvore a plantar isolada*, depois, seguindo a tendência geral, adoptaram-na também como essência florestal. O Jornal de Horticultura Pratica publicitava ciclicamente a convicção que o *eucalyptus globulus* é a melhor essência para reflorestar o país, entusiasmando-se também com a acácia e as outras plantas úteis provenientes dos antípodas.¹⁹⁹ Em 1873, Adolpho Ferreira de Loureiro, director das Obras do

¹⁹¹ Carta de Alexander Reith a JC, *St Anna*, 6th jan 1863, UACSD, FBS-AJC.

¹⁹² “Sobretudo quero noticias da Wellingtonia que reguei com o suor do meu rosto, n'aquelle bello dia que passamos nas Feteiras, em que eu só á minha parte hia dando conta de uma alcatra!” Carta de JC a Ernesto do Canto, Paris, 10 Dezembro 1865, Copiador de Correspondência UACSD 9230, fl. 80.

¹⁹³ Cf. *Relação das Plantas enviadas pela Escuna Hortensia, Capitão José Maria de Mello*, Paris, 17 Março 1847 / [assin.] José do Canto, UACSD, FBS-AJC.

¹⁹⁴ Carta VI, a José Jacome, Londres, 17 Março 1853, em José do Canto, ob.cit., p. 11.

¹⁹⁵ cf. Carta XI a José Jacome, Paris, 15 Fevereiro 1854, em José do Canto, ob.cit., p. 42-43.

¹⁹⁶ Cf. [Factura da] *Société Royale d' Horticulture de Belgique, Bruxelles*, 10 Março 1854, UACSD, FBS-AJC.

¹⁹⁷ Cf. *Facture des Plantes envoyées par M Daniel Hoorbrenk de Vienne*, 1854, via Vilmorin Andrieux & Cie, Paris, UACSD, FBS-AJC.

¹⁹⁸ Cf. *List of Plants raised in the Spring of 1865 from seeds of Mess.^{rs} Haage & Schmidt*, em Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 47.

¹⁹⁹ Mesmo já sabendo que o eucalipto seca o solo, no *Jornal de Horticultura Pratica* acreditam que a sua transpiração, convertendo-se em humidade do ar, compensa largamente aquele facto, e

Mondego e Barra da Figueira, envia a José do Canto, pelo correio, o catálogo das *plantas florestaes* dos viveiros das matas do Choupal e Vale de Canas²⁰⁰, onde o eucalipto é a essência com maior número de espécies, contando 28.

Os eucaliptos, tal como os pinheiros, são reproduzidos em viveiro. A determinada altura, José do Canto tem para envazar 1348 plantas de *globulus*, 567 de *Colorrêa gronte*, 319 *jigocontêa* e 107 *Colofille*.²⁰¹

Plantou-os na Lagoa do Congro, onde chegaram aos 40 m de altura; junto à grota onde tinha álamos no Porto Formoso; no fim da Ribeira do Teixeira, ao Pico Arde. Segundo o feitor das matas do Porto Formoso, os eucaliptos não davam madeira boa para corte²⁰², mas José do Canto vai ali continuar a plantá-los, pelo menos até 1882²⁰³. Tal como as criptomérias, os eucaliptos para José do Canto terão sobretudo valor paisagístico.

É impossível falar da paisagem micaelense oitocentista sem destacar a **araucária**. Se os álamos estruturam e organizam o espaço rural,²⁰⁴ não há árvore que sinalizando-se pontualmente no mapa percepcionado do território referencie tão eficazmente o espaço urbano e rural da ilha como esta essência originária da Nova Zelândia. Também alguns olmos de grande porte pontuavam o território, mas não tinham a mesma eficácia formal. É pela forma singular e grande dimensão, e pela raridade e dificuldade na reprodução, que a araucária funcionava na paisagem oitocentista como um marco de 1.^a ordem na rede geodésica do espaço simbólico.

De acordo com *O Agricultor Michaelense*, a *Araucária excelsa*, “verdadeira rainha das florestas, existe nos Açores pelos cuidados do nosso Consocio o infeliz Dr.

exortam, ao longo dos números, à plantação de eucaliptos numa verdadeira “cruzada”, cf., *Jornal de Horticultura Prática*, vol. III, 1872, p. 197.

²⁰⁰ *Relação das plantas florestaes que se acham á venda nos viveiros das mattas do Choupal e Valle de Canas, segundo os preços e condições do catalogo n.º 3*, UACSD, FBS-AJC 16024.

²⁰¹ Cf. Carta s/remetente, s.d., UACSD, FBS-AJC 281.

²⁰² “O eucalypto não faz boa madeira porque experimentei com um rolo e tão depressa se serrava logo rachava.” Carta de Francisco Tavares a JC, Porto Formoso, 14 Fevereiro 1879, UACSD, FBS-AJC.

²⁰³ Cf. idem, 8 Dezembro 1882, UACSD, FBS-AJC.

²⁰⁴ A prática de plantar álamos para demarcar os cerrados e segurar bermas de caminhos e linhas de água é herdada pela geração de José do Canto, e, pelo menos na paisagem das Furnas, parece ter sido incrementada pelos Jesuítas.

Webster.”²⁰⁵ Ou foi este americano ou foi o vice-consul americano Carlos Guilherme Dabney, americano do Faial, a introduzi-la no arquipélago.²⁰⁶ De tal modo foi adoptada pelos micaelenses que, juntamente com as Portas da Cidade, as arquitecturas dos irmãos Canto nas Furnas, o capote e capelo, e um moinho de vento, a *Araucaria excelsa* é um dos sete ícones escolhidos para a síntese dos emblemas da Ilha no primeiro guia turístico editado exactamente no último ano do século XIX.

*A araucária está para Ponta Delgada, como os obeliscos para Roma.*²⁰⁷

Se as casas e palácios de Ponta Delgada são “sem architectura”, a cidade tem o urbanismo vegetal das cónicas e altas araucárias demarcado “nos passeios, em frente de igrejas, nos cemitérios, pelas encostas das colinas, não falando nas dos jardins”, descobre, com justo olhar urbanístico, Emigdyo da Silva.²⁰⁸ Há nesta Cidade, que é o mesmo que dizer no que às elites concerne, nesta Ilha, uma sociedade que se representa menos pelo tradicional meio da arquitectura, que pela exclusividade, e status decorrente, das árvores exóticas. Independentemente das explicações pragmáticas (as araucárias são, ainda assim, mais baratas que colunas de mármore), este facto distingue os micaelenses. E a paisagem das lagoas distingue S. Miguel.

Em Junho de 1844, José do Canto comprou 2 *Araucaria umbricata* na Witley & Osborn, Nursery & Seedsman, Fulham, near London.²⁰⁹ No mesmo dia gastou

²⁰⁵ *O Agricultor Michaelense*, 2.^a série, n.º 30, Julho 1850, p. 522.

²⁰⁶ Veja-se em Isabel Soares de Albergaria as histórias possíveis da introdução desta essência na Ilha, ob.cit., p. 101-102. Também João A. Gomes Vieira, *Família Dabney 1804/1892 Fayal-Azores, Memória de um Legado*, Lisboa, 2005, confirma a introdução da *Araucaria excelsa* nos Açores pelos Dabney. Ainda segundo os comentários da página com a «Rear View of “Freedonia” taken from the Norfolk Pine tree.» (sem paginação ou numeração das fotografias), a primeira *Araucaria excelsa* plantada em S. Miguel “encontra-se no Pico do Fogo, na casa que pertenceu ao Pe., Adriano Moniz, agora pertença do Sr. Andrade Botelho”.

²⁰⁷ M. Emygdio da Silva, *S. Miguel em 1893, Cousas e Pessoas*, Ponta Delgada, Biblioteca da Autonomia dos Açores, vol. I, 1893, p. 9.

²⁰⁸ Idem, p. 9, p. 9-10.

²⁰⁹ Cf. factura da *Witley & Osborn, Nursery & Seedsman, Fulham, near London*, 15 Junho 1844, UACSD, FBS-AJC 1564. Compra também uma *Bignonia capreolata*, uma *Magnolia cordata*, e um *Jacaranda mimosfolia*.

mais 31 libras em plantas ornamentais no viveirista Joseph Knight,²¹⁰ o que indica que seria o jardim de Santana o destino destas aquisições. No Setembro seguinte compra mais 12 araucárias da mesma espécie.²¹¹

Por entre as listas de plantas a adquirir por George Brown, quando este se encontra a residir em Londres entre 1850 e 1852, José do Canto encomenda outra *Araucaria imbricata*.²¹² Ao primo Jacome, e das árvores que viu até 53, afirma insuperável a beleza da *Araucaria excelsa* (ou *heterophylla*), como árvore para plantar isolada.²¹³ Em Fevereiro de 1860, o procurador António Bernardes d'Abreu Lima participa que recebeu “2 caixas com bolotas de sobreiro, e uns pinhões d'Araucaria brasilienses que logo forão entregues ao Henrique para semear.”²¹⁴ Dois anos depois, no Outono, o jardineiro inglês de Santana asseverava ao morgado acabado de visitar os Botanic Gardens of Kew e entretanto regressado a Paris que as quatro araucárias *on the lawn in the Rose garden* estavam muito bem, e que a *Cookii Incan* teria de ser protegida dos ventos do sul durante o Inverno.²¹⁵ É precisamente uma *Cookii* que Wyville Thomson, um característico vitoriano colecionador de formas²¹⁶, fotografa, juntamente com uma *Criptomeria japonica* e uma *Altingia excelsa* para ilustrar a descrição do jardim de Santana aquando da passagem do Challenger na Ilha. Através de Edmond Goeze, que se correspondia regularmente com José do Canto, o *Jornal de Horticultura Pratica* noticiava em 1872 que as araucárias “começam ali [em S. Miguel] a produzir sementes fecundas”.²¹⁷ Fazia cinco anos

²¹⁰ Cf. Factura de *Joseph Knight, Nursery & Seedsman / Exotic Nursery, Kings Road, Chelsea*, 15 Junho 1844, UACSD, FBS-AJC 1562.

²¹¹ Cf. factura da *Witley & Osborn*, [...], 27 Setembro 1844, UACSD, FBS-AJC 1085.

²¹² Cf. *N.º 7 Plants ordered by myself*, nas listas de plantas a adquirir em Londres por George Brown, UACSD, FBS-AJC.

²¹³ Cf. Carta VII, a José Jacome, Paris, 24 Agosto 1853, em José do Canto, ob.cit., p. 17. Mas comprou uma *Saxegothica* para o primo (ver Carta VI, em idem, p. 12) que um jornal de horticultura francês assevera ser a mais bela conífera jamais introduzida.

²¹⁴ Carta de António Bernardes d'Abreu Lima a JC, *N.º 18*, S. Miguel, 12 Fevereiro 1860, UACSD, FBS-AJC 17829.

²¹⁵ Cf. Carta de Alexander Reith para JC, Ponta Delgada, 30 Outubro 1862, UACSD, FBS-AJC.

²¹⁶ Atente-se nas ilustrações dos seres microscópicos observados naquela expedição nos dois volumes da livraria de JC na Biblioteca Pública de Ponta Delgada, *The Voyage of the Challenger : the Atlantic : a preliminary account of the general results of the exploring voyage of H. M. S. Challenger during the year 1873 and the early part of the year 1876*, London, Macmillan and Co., 1877.

²¹⁷ Cf. *Jornal de Horticultura Pratica*, vol. III, 1872, p. 78-79. Não terá sido fácil a reprodução das araucárias na ilha, porquanto pela correspondência publicada de JC com José Jacome vemos que este há cinco anos que já a ensaiava. Mas não há dúvida que a partir de 70s há

que, perante a promessa da *fecundação* destas árvores por José Jacome, sonhara com “florestas d’ Araucarias”.

António Borges tinha um bosque com centena e meia delas nas Sete Cidades.²¹⁸ Mas quem teria “florestas d’Araucárias” era José Maria Raposo do Amaral que as exportava em número crescente para Inglaterra, pelo menos desde 1875. No ano anterior oferecera um pacote de sementes da *Araucaria excelsa* “produzidas n’esta Ilha e em plantas das suas propriedades” à Sociedade de Agricultura.²¹⁹ Em 1875-76, e de acordo com a sua contabilidade, embarcou 570 araucárias para os portos de Londres e Hull, de 1883 a 88 terá exportado mais de 60 000, com um pico de 25 700 em 1886-87. Em 1900 regista o embarque de 1000 araucárias para a América, 2000 para Londres, 1000 para Hamburgo, 1800 para a Bélgica, e para o Porto 100. No ano seguinte exporta mais de 28 000.²²⁰ Seriam fustes de araucárias adultas para a construção de mastros de navios, como vaticinara James Cook quando primeiro as viu no Hemisfério Sul? Considerando as quantidades (e a dimensão dos mastros), o mais razoável é que Raposo do Amaral vendesse sementes e pés de araucária a crescerem no destino²²¹, até porque as tinha em estufa e em canteiro:

As plantas d’ananaz estão mt^o boas, assim como as araucárias da estufa, e as de fora estão já enchendo o canteiro.

*António Cabral participa que o Sr Dr. Eugénio Ihe levou da estufa 2 lavamãos d’araucarias, e 4 plantas d’ananaz pyramidaes.*²²² (bold meu).

disponibilidade de araucárias, conforme é patente na carta de Manoel Martins a JC, Furnas, 2 Fevereiro 1877, UACSD, FBS-AJC 9291: “Aqui remeto a V Ex^a os galhos de Plantas que desta qualidade percizo 200 plantas de cada uma qualidade e 200 olmos ca temos umas **oracarias** mande V Ex^a dizer se as planto o não, [...]” (bold meu).

²¹⁸ Cf. M. Emygdio da Silva, ob.cit., p. 27; Augusto Loureiro, “Descrição poética das Sete Cidades”, em *Album Açoriano*, 1903, cit. por Isabel Soares de Albergaria, ob.cit., p. 207. Também Felix Sotto-Mayor, quatro anos antes, recomendara os “bosques de araucareas e cryptomerias” de António Borges no seu *Guia do Viajante na Ilha de S. Miguel*, Ponta Delgada, Ed. Evaristo Freitas Travassos, 1899, p. 34.

²¹⁹ Cf. Acta da Sessão de 9 de Fevereiro de 1874, *Sociedade Promotora da Agricultura Michalenesa / Actas da Direcção / 4 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887*, BPARPD-FSPAM.

²²⁰ Cf. borrão sem título, UACSD, ARA 8711, com registo da *Exportação de Laranjas, ananazes, e araucárias* a partir da fl. 55v.

²²¹ “De S. Miguel foram exportadas plantas e sementes de Araucaria para os Parques de Londres.” João A. Gomes Vieira [editor], *Família Dabney 1804/1892* [...], pode ler-se sob a fotografia «Rear View of “Freedonia” taken from the Norfolk Pine tree.»

²²² Carta de António José de Sousa para José Maria Raposo d’Amaral em Coimbra, de S. Miguel, 26 Março 1874, UACSD, ARA 937. Em nova carta, com os mesmos correspondentes, datada de 4

Resistente aos ventos fortes e salinos, as Araucárias deram-se bem nas ilhas,²²³ e mantêm-se hoje ícones veementes da paisagem urbana e rural. Dado o seu perfil rigoroso e altura excepcional, as araucárias, para além da função de referente visual, inclusive para a navegação costeira (como pode ver-se nos croquis de um guia de 1970 para os *Ancoradouros* açorianos²²⁴, Fig. 1.54), tinham uma feliz vocação para a arquitectura oitocentista: implantaram-se como motivo arquitectónico de certa integração na composição espacial dos mercados de Ponta Delgada e da Ribeira Grande e como guarda avançada da arquitectura neogótica do cemitério de S. Joaquim (Fig. 1.55)²²⁵ e da Igreja de S. Nicolau, nas Sete Cidades, onde comanda a alameda de criptomérias (Fig. 1.56).

Outras, florestais e ornamentais

O primeiro entusiasmo arborícola que encontrei na documentação de José do Canto contempla as amoreiras e durou de 1843 até ao fim da década.²²⁶ Tudo por causa da grande expectativa da SPAM com a indústria da seda²²⁷ que acabou por não vingar em S. Miguel. Mas tantas tinham plantado que em 1850 a SPAM oferece 6 a 8 mil amoreiras para distribuir pelas províncias do Reino, o que foi prontamente aceite pelo governo de Sua Majestade.²²⁸

Maior 1874, UACSD, ARA 938, António José de Sousa remete “um caixotinho contendo o lavamaos com 20 araucarias” para Coimbra.

²²³ Particularmente a espécie *Araucaria heterophylla*, cf. Eduardo Dias e outros, ob.cit., p. 229-230.

²²⁴ Veja-se em Manuel Maria Sarmiento Rodrigues, *Os Ancoradouros das Ilhas dos Açores*, Lisboa, Instituto Hidrográfico, 1970, a araucária da figura 6, *Baía das Capelas – Enfiamento para o ancoradouro*, e ainda as araucárias do Convento dos Frades, em Santa Cruz, na figura 14.

²²⁵ Podem ver-se ao fundo da fotografia do campo de jogos do Liceu Antero de Quental, cliché de Manuel Joaquim de Mattos, em *Os Açores, Revista ilustrada*, n.º 11, Abril, 1925.

²²⁶ Numa espécie de caderno de anotações de ensaios e experiências, s.t., s.d., UACSD, FBS-AJC, JC regista a plantação de *180 estacas de amoreiras multicaules* em Dezembro de 1843, oferecidas por Guilherme Ivens, que por sua vez as tinha recebido do Faial oferecidas pelo seu amigo Dabney. Segue-se a descrição meticulosa do plantio e observações escrupulosas do crescimento, incluindo a pesagem das folhas. Ainda provenientes do Dabney, tem novo plantio à Grimaneza em 45. Em 44 registara uma plantação de *multicaules* desta vez remetidas do Porto do viveiro de Luiz Walter Tinelli, a quem deu posteriormente conta dos resultados. Confirmando a mítica fertilidade da terra micaelense, JC apontou no mesmo caderno: “Ao Snr. Tinelli causou a maior maravilha e assombro colher folhas de Multicaules de 30 polegadas de circunferência!”

²²⁷ “[...] a Seda, a Seda sobretudo, A Seda, futura salvação de Portugal,” escrevia o destemido António Feliciano de Castilho no seu primeiro texto para *O Agricultor Michaelense*, 2.ª série, n.º 1, Janeiro 1848, p. 15, fazendo eco das insufladas esperanças micaelenses e continentais na indústria da seda.

²²⁸ Cf. Carreiro da Costa, “Arvoredos dos Açores...”, *Boletim da CRCAA*, n.º 16, 2.º semestre 1952, p. 34.

Apenas casado com a morgada e logo na década de 40 o vírus vitoriano da colecção contagia fortemente José do Canto. E a botânica, de que já era em jovem publicamente aficionado, dá-lhe motivo e justificação quanto baste. Na extensa encomenda de 1847 embarcada na escuna Hortensia vêm quatro espécies diferentes de *Metrosideros*, duas espécies de *Pittosporum* e seis de *Banksias*, nove espécies de *Quercus*. Vêm ainda *Pinus*, *Laurus*, *Melaleucas*, *Casuarinas*, e muitos *Podocarpus*, *Rhododendros*, *Bignonias*, *Hibiscus*, *Ilex*, *Bambusas*, mas também três espécies de batata.²²⁹

Em 1848, a SPAM pediu ao americano no Faial, Mr. Dabney, sementes de *Liriodendro tulipifera*, ou tulipeiro, *Taxidium Distichum*, ou cipreste da América e *Pinus Australis*, ou pinheiro branco,²³⁰ espécies que veremos adoptadas nas plantações mais ajardinadas de José do Canto.

No início da década de 50, José do Canto pede a George Brown, então a residir em Londres, que lhe compre “Anykind of Callistemon, Eucalyptus, Pittosporum, Metrosideros, Melaleuca, Banksia, Drijandra, Azalea, and Epacris you think proper to this land.”²³¹

O **metrosídero** fazia parte de um conjunto de árvores distintivas que incluía a palmeira e a araucária²³² e, por isso, sinalizadoras de um certo estatuto do lugar edificado onde se implantavam. Árvores de prestígio que se aclimataram com sucesso nos Açores, com o metrosídero a destacar-se pela assinalável resistência ao rocío do mar, o que lhe permitiu sair dos jardins murados das Casas ricas da Ilha para se implantar nos antigos domínios da vinha, isolado ou em pequenos agrupamentos.²³³ Depois de enunciar que a difusão local do gosto pela jardinagem se deveu aos Ingleses residentes na Ilha, Peter Wallace menciona como exemplo o *late Dr. Nesbit* como sendo dos primeiros a introduzir

²²⁹ Cf. *Relação das Plantas enviadas pela Escuna Hortensia, Capitão José Maria de Mello*, Paris, 17 Março 1847 / [assin.] José do Canto, UACSD, FBS-AJC.

²³⁰ Cf. Carreiro da Costa, ob.cit., *Boletim da CRCAA*, n.º 16, 2.º semestre 1952, p. 29.

²³¹ N.º 8 *Plants proposed to the consideration of M.r Brown*, em Listas de plantas a adquirir em Londres por George Brown, com a lista N.º 1 intitulada *Kitchen Gardens Seeds – (ordered for M.r Wallace)*, 1850-52, UACSD, FBS-AJC.

²³² Trindade a que se poderia acrescentar a magnólia. Cf. Eduardo Dias e outros, ob.cit., p. 234.

²³³ Veja-se o magnífico exemplar que partilha a praia do Pópulo pequeno com os veraneantes a escassa distância do mar.

novas plantas, apresentando em 1852 o Pico homónimo, actual Pico Salomão, alguns dos melhores exemplares de *Metrosideros*.²³⁴

Em 1853, José do Canto, depois de lamentar não ter encontrado em Londres mais do que as quatro variedades *mais communs* de metrosíderos, que serão as mesmas que adquirira e cultivara em 1847²³⁵, confessa a José Jacome: “Uma cousa que hoje estimo em grande valor, é a minha collecção de *Metrosideros* e *Melaleucas*, por que pessoalmente experimentei quanto é custoso colligil-as.”²³⁶ Mas em Outubro lá seguem para S. Miguel, via Londres, mais metrosíderos das espécies *crassifolia*, *viridis* e *florida*.²³⁷ Em 1854, ano de grandes compras nos viveiristas europeus, José do Canto continua a aumentar a colecção de metrosíderos, acrescentando as espécies *Metrosidero abbiflora* e *Metrosidero vera*.²³⁸ Em 58 compra um *Metrosidero candelabrum* ao viveirista belga L. Jacob-Mackoy.²³⁹ Na *List of Plants raised in the Spring of 1865 from seeds of Mess.^{rs} Haage & Schmidt, [Erfurt, Prússia]*, constam 11 indivíduos de 3 espécies diferentes.²⁴⁰ Adoptados no século seguinte como árvores de abrigo junto ao mar, os metrosíderos terão sido em José do Canto árvores exclusivamente ornamentais. Notabilizando pelo volume e densidade da copa os espaços públicos urbanos e pontuando o recorte do litoral os metrosíderos tornaram-se *landmarks* da paisagem micaelense de Novecentos.

²³⁴ Cf. Peter Wallace, “XXVI. – Gardens and Orange Grounds of St. Michael’s in the Azores – its Climate and Peculiarities, Communicated Sept. 16, 1852”, em *Journal of the Royal Horticultural Society of London*, vol. VII, London, 1852, p. 240-241.

²³⁵ Em 1847, para além dos metrosíderos da lista da escuna Hortênsia, constam outros três no *Catalogo das plantas existentes em Sta. Anna com etiquetas de chumbo por extenso começado em Janeiro de 1847*, transcrito em Nestor de Sousa, ob.cit., Doc. 23a, p. 232-237.

²³⁶ Carta VI, a José Jacome, Londres, 17 Março 1853, em José do Canto, ob.cit., p. 11.

²³⁷ Cf. Carta da Osborn & Sons para JC, Fulham Nursery, 5 Outubro 1853, transcrita em Nestor de Sousa, ob.cit., Doc. 27, p. 246.

²³⁸ Cf. facturas de *Societé Royale d’ Horticulture de Belgique*, [J. Linden] Bruxelles, 10 Março 1854, UACSD, FBS-AJC; *L. Jacob-Mackoy & cie., Horticulteurs*, Liège, 8 Maio 1854, UACSD, FBS-AJC 6148; idem, 1 Junho 1854, UACSD, FBS-AJC 6148; M Daniel Hoorbrenk de Vienne, 1854, via Vilmorin Andrieux & Cie, Paris, UACSD, FBS-AJC.

²³⁹ Cf. factura de *L. Jacob-Mackoy & cie., Horticulteurs*, Liège, 2 Outubro 1858, UACSD, FBS-AJC 2043.

²⁴⁰ Cf. Copiador de correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 47.

São também recorrentes as notas de aquisições de camélias por José do Canto,²⁴¹ não faltando as obrigatórias palmeiras e os fetos arbóreos, e um sem número de plantas *económicas e úteis* ou *ornamentais* de toda a espécie. Umas porque são raras, outras para experimentar. A emoção de uma colecção botânica é também a aventura de um repositório de formas imprevisíveis: em carta ao irmão Ernesto, José, depois de inquirir da colheita do tabaco, dos cactos e fetos novos, quer saber:

*Se as begónias continuarão a ser a glória da tua estufa? E se entre as sementes que te eu dei **apareceo alguma forma** que valha a pena?*²⁴² (bold meu).

Os nomes científicos das espécies não estavam estabilizados, como bem sabe o próprio José do Canto reconhecendo que compra, por vezes, as mesmas espécies com nomes diferentes.²⁴³ Eventualmente incluindo espécies repetidas, atribui-se-lhe a introdução de 3000 espécies na Ilha.²⁴⁴ Introduzidas ou difundidas por José do Canto, as espécies aclimatadas alteraram profundamente o *perfil paisagístico da Ilha de S. Miguel*, como bem escreve Fernando Aires de Medeiros Sousa²⁴⁵.

Com a maior mancha dos pinheiros, a paisagem florestal tem por cor dominante o verde escuro das essências de folha perene, mas naquelas “regiões afortunadas [...], aonde a natureza é risonha, sem diferença de estação, e em que a Providência se mostra tão benigna no meio do verão como no rigor do

²⁴¹ Para a importância das colecções de *japoneiras* na cultura paisagística micaelense, veja-se Isabel Soares de Albergaria, *Quintas, Jardins e Parques da Ilha de S. Miguel 1785-1885*, Lisboa, Quetzal Editores, 2000, bem como bibliografia avulsa da autora resultante de palestras e comunicações sobre o tema.

²⁴² Carta de JC a Ernesto do Canto, Paris, 10 Dezembro 1865, Copiador de correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 80.

²⁴³ “Arranjei uma porção de espécies da família *Citrus*: **muitas d’ellas serão semelhantes às que já possuímos, talvez com diferente nome**, mas n’este objecto toda a tentativa pode ter resultados úteis.” (Sublinhado no original, bold meu), Copiador de correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 238-241v.

²⁴⁴ Penso que a origem deste número se deve a Edmond Goeze: “O jardim do Snr. José do Canto é inquestionavelmente o mais rico de todos, possuindo talvez mais de 3000 especies.”, repetido por Felix Sotto-Mayor, ob.cit., p. 30, e citado no epitáfio de Eugénio Pacheco, *O preto no branco*, ano III, n.º 135, 28 Julho 1898. Também é recorrentemente referido o catálogo manuscrito pelo próprio JC intitulado *Hortus Cantuanus* onde se anunciam “1.028 géneros e aproximadamente 6.000 espécies”. Cf. Fernando Aires de Medeiros Sousa, ob.cit., p. 91.

²⁴⁵ Idem, p. 93.

Inverno”,²⁴⁶ José do Canto introduzira o Outono. Os Bullar, que passaram uma longa temporada nos Açores de 1838 a 39, perceberam a ausência *daquela riqueza de colorido outonal que faz desta estação talvez a mais bela de Inglaterra*.²⁴⁷ As folhas secas e amarelas dos álamos não chegavam a esmaecer o verde permanente da paisagem micaelense.²⁴⁸ Trinta e poucos anos volvidos, a lagoa das Furnas espelhava o Outono dourado da sua margem sul. Na Fajã das Rabaças José do Canto tinha plantado grande número de caducifólias: castanheiros, álamos, plátanos, ácer, freixos, bétulas, nogueiras, carvalhos, e ainda tulipeiros da Virgínia²⁴⁹ que ficavam com as folhas intensamente amarelas. Depois, no Inverno, a ramagem despida destas árvores esbranquiçava o fundo verde escuro das coníferas, como ainda se pode ver nalgumas fotografias do início do século XX.²⁵⁰

²⁴⁶ Carta de JC a José Jacome, de Paris, 1867, cit. por Fernando Aires de Medeiros Sousa, “José do Canto, o homem de cultura e o mecenas da sua ilha”, 1998, p. 17.

²⁴⁷ Joseph e Henry Bullar, ob.cit., p. 254.

²⁴⁸ A ausência de frio intenso e sazonal no clima açoriano desregula os ciclos das caducifólias que não conseguem competir, quando hibernam, com as de folha persistente. Também os ventos frequentes e mais fortes nas cotas mais altas destroem facilmente as folhas no início da fase de crescimento. Cf. Eduardo Dias, e outros, ob.cit., p. 220-221.

²⁴⁹ Ver *Relação descritiva dos valles da Fajã das Rabaças, começando da Ermida para o Ponente*, UACSD, ABS-AJC 13448, Doc. Anexo F02. Para o Forno da Cal, do outro lado da Estrada Real, não encontrei relação equivalente, mas o *Etat de plantations pour la propriété de Monsieur José do Canto, sise Ile St. Michel, Archipel d’Açores* para o projecto de 1861 de Barillet-Deschamps (transcrito em Nestor de Sousa, ob.cit., Doc. 11, p. 207-210) previa um número de essências de folha caduca superior às de folha persistente.

²⁵⁰ Porque *a paisagem é um processo* e o Outono não pára em S. Miguel (v. nota 247 *supra*), as caducas foram desaparecendo. Em 1924 a descrição do parque pelo Marquez de Jacome Corrêa indicia já então a predominância das árvores de folha persistente: “N’essa parte do predio que foi ajardinado com camelias, hydrangeas, roseiras e centenas doutros arbustos de jardim vêem-se juniperos, cedros, taxus, cyprestes e uma variedade infinita d’outras arvores de regiões diversas do globo que alli germinaram [...]”, ob.cit., p. 207.

1.7. Estradas

As estradas foram sempre importantes meios para a conquista dos territórios. A luta pelo domínio do território, que no continente se fez contra outros pretendentes, era em S. Miguel travada contra a natureza silvestre do interior da Ilha ou, mesmo no litoral já antropomorfizado, contra a acidentada topografia do terreno. A acessibilidade era directamente proporcional à capacidade de colonizar a *silva* sem que esta retomasse a sua área de influência. Daí que somente no século XX se poderá falar da colonização total do território da Ilha, com a execução de uma rede complementar de estradas de penetração, nomeadamente as realizadas pelos Serviços Florestais. Projectadas e construídas por aqueles Serviços para os antigos baldios ou *logradouros comuns dos povos*, as estradas e ramais florestais acediam às zonas mais interiores e ocultas da Ilha onde o *mato maninho* persistia¹. Com a acessibilidade assegurada, procedeu-se à florestação. O símbolo derradeiro dessa *silva* remanescente era, e ainda é, a Lagoa do Fogo, a cuja *vista* se acede de automóvel somente na década de 70² (Fig. 1.57).

É do final da década de 30 de Novecentos a assunção institucional da vocação panorâmica de algumas das estradas micalenses, de que resultará o plano de

¹ De 1955 a 1963 a Circunscrição Florestal de Ponta Delgada projectou seis estradas florestais (v. BSF, projectos catalogados com os números 1518, 1522, 1523, 1538, 1546 e 1550) que foram construídas pelos próprios serviços. V. também quadro estatístico de 1981-1988 dos *Caminhos Florestais e de Penetração*, em [Hernâni Santos], *Situação Florestal – Estudo Preliminar de um Programa e de uma Política Florestal para a Região e Plano a Médio Prazo 1989-92*, Região Autónoma dos Açores, Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, Direcção Regional dos Recursos Florestais, Setembro de 1988, p. 30.

² Cf. Raquel Soeiro de Brito, *A Ilha de S. Miguel – a Ilha Verde: Estudo Geográfico (1950-2000)*, 2.^a edição actualizada [da versão de 1955], Ponta Delgada, 2004, p. 240. José Marques Moreira, *Alguns aspectos da intervenção humana na evolução da paisagem da ilha de S. Miguel (Açores)*, Lisboa, Serviço Nacional de Parques e Reservas, 1987, p. 76, data a construção da estrada de 1958. No valioso documento que é o álbum de fotografias das obras da delegação da Junta Autónoma de Estradas em S. Miguel datadas nas legendas entre 1955 e Agosto de 1958, ASRHE, a estrada E.N. n.º 5 - 2.^a Ribeira Grande - Lagoa do Fogo - Termo da Lagoa já está rasgada e em parte macadamizada no troço norte até ao cimo da Barrosa. Esta mesma parte da estrada é incluída nas obras realizadas no âmbito do Plano de estradas de 1942 até 1962 listadas por Augusto Branco Camacho, *O Bem Comum, 40 anos de administração distrital, 1926-1966*, Ponta Delgada, 1966, p. 97. A data apontada por Soeiro de Brito referir-se-á à estrada completa e pavimentada, de norte a sul.

pavimentação do *circuito turístico* das Furnas.³ Trata-se, uma vez mais, de refocar uma conceptualização já elaborada no século anterior, ainda que de forma mais ou menos empírica e voluntarista⁴, quando, a partir do terceiro quartel do século, as árvores e as estradas andam de mãos dadas. O sombreamento das estradas pelas linhas paralelas de árvores de uma mesma espécie constrói um forte signo paisagístico para além de, estetizando uma infra-estrutura utilitária, figurar o avanço da *civilização* ou, como diríamos hoje, da urbanidade para o campo: a alameda, que ritualizava a aproximação ao palacete⁵, monumentalizou o espaço público no *boulevard* oitocentista e estende-se agora para lá da cidade. De Paris aos arredores passeia-se numa alameda contínua⁶. De Ponta Delgada às Furnas

³ O Decreto-Lei N.º 29.606, de 17 de Maio de 1939, em que se reconhece oficialmente o interesse turístico da ilha de S. Miguel a pretexto das águas minerais, da amenidade do clima e dos panoramas deslumbrantes, 'decreta' as vias de Ponta Delgada às Furnas e da mesma cidade às Sete-Cidades como *Estradas de Turismo*. O *Circuito de Turismo das Furnas* aparecia já formulado em 1936 na correspondência da Delegação de Estradas das Ilhas Adjacentes, cf. *Reparação de estradas do Circuito de Turismo das Furnas, de Ponta Delgada às Furnas e às Sete Cidades*, AIEP-DSCO././01././2654. António Salles Henriques foi o engenheiro autor do *Projecto e orçamento da pavimentação das estradas do circuito de turismo entre Ponta Delgada e Furnas* aprovado por despacho Ministerial de 7 de Maio de 1941 e que foi integrado no Plano de execução das estradas do Distrito de Ponta Delgada aprovado pelo Decreto-Lei N.º 32.299. Cf. Carta do eng. director da Direcção de Obras Públicas e dos Serviços Industriais, Eléctricos e de Viação da Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada, Francisco Xavier Vaz Pacheco de Castro, ao eng. delegado da JAE das Estradas das Ilhas Adjacentes, de Ponta Delgada, 6 Dezembro 1945, em AIEP-DSCO././20././10977.

Veja-se também a Carta n.º 5, *Ilha de S. Miguel, Escala 1:150.000/ Circuito de Turismo das Furnas, Projecto de Pavimentação*, (bold meu) no álbum *Açores, Estudo do Plano de Rede de Estradas do Distrito de Ponta Delgada - Elementos Cartográficos*, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Junta Autónoma de Estradas, ASRHE. Este álbum é completado por outro homónimo com os intitulados *Elementos Gráficos*, e pelo álbum de fotografias, sem rótulo, referido na nota anterior. As fotografias ilustram as obras de correcção do traçado, de pavimentação (macadame, calcetamento ou betuminoso), rebaixamento de muros, e arborização, acabadas ou em curso, de cada troço de estrada projectada. Algumas fotos ilustram intencionalmente as panorâmicas obtidas das estradas, como demonstram as respectivas legendas. Estes dossiers, sem qualquer memória ou texto de acompanhamento que os contextualize, constituem um relatório iconográfico notável do ponto de situação das obras nas estradas da ilha de S. Miguel a meio do século XX.

⁴ A *Sociedade Propagadora das Noticias Michaelenses* fundada em 1899 foi a primeira tentativa organizada de promover o turismo fora de portas. V. Ricardo Manuel Madruga da Costa, *Açores: Western Islands: um contributo para o estudo do turismo nos Açores*, Horta, Direcção Regional de Turismo, 1989, p. 35.

⁵ V. Martin Warnke, *Political Landscape, The Art History of Nature*, London, Reaktion Books, 1994, p. 15-16.

⁶ Conta em 1845 o capitão de engenheiros Caetano Alberto da Maia (o mesmo que estivera de serviço anos antes em S. Miguel, onde deixara mais um projecto para o porto de mar): "Observei que os belgas, ingleses e holandeses dão pequenas larguras às suas estradas, não acontecendo, porém, o mesmo na França, principalmente nas imediações de Paris, em que é tão grande a largura e em que **tem havido tanto cuidado na plantação de diversos renques de árvores, que parecem mais destinadas a – passeios públicos –** do que ao trânsito geral do povo." (bold meu), *Relatório da Viagem realizada à Inglaterra, França e Bélgica por Caetano Alberto da*

pretende-se fazer o mesmo. A arborização das estradas micalenses completa-se com o contorno plantado de arbustos floridos e a censura de muros altos que impeçam a visão da paisagem⁷.

Uniformizando dimensões e perfis-tipo, regulamentando os veículos circuláveis e as vedações contíguas, as estradas modernas são *símbolos da omnipresença do Estado*⁸. No Antigo Regime, as dificuldades de transportes e comunicações fizeram dos Municípios os mais importantes órgãos de administração do território insular. Com aqueles dominados pelos membros das Casas morgadias,⁹ as estradas micalenses construídas até ao Liberalismo são politicamente irrelevantes à escala da ilha¹⁰. Desenhadas a comando do Capitão General pelo engenheiro militar em comissão de serviço, as estradas eram ordenadas e construídas avulso, co-financiadas e eventualmente fiscalizadas pelos terratenentes em serviço público, como é o caso do morgado José Caetano na estrada do Pico da Pedra¹¹. As obras faziam-se por subscrição pública, com o nome dos contribuintes e respectivas ofertas publicitados nos jornais. No meio do século, José do Canto é um dos subscritores para acabar a Rua Formosa, actual Rua de Lisboa, com 46\$000rs¹², e encontramos-lo a financiar a mão-de-

Maia, com a intenção de visitar obras importantes de construção de estradas, pontes, canais e portos, 1845, Doc. X, transcrito por Artur Teodoro de Matos, Artur Teodoro de Matos, *Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1980, p. 549.

⁷ Numa cópia da correspondência com a Direcção de Obras Públicas entre 1885 e 87, durante o processo de expropriação de terreno a JC para o ramal da Estrada Real n.º 8, pode ler-se: “José do Canto foi expropriado amigavelmente de 3313,0m2 – no ramal da Estrada, que vae da Ladeira da Velha ao Porto Formoso, na extensão aproximada de 333,70 metros. [...] e tendo o m.mo J.e do Canto lembrança de uma disposição legal, que manda tapar os terrenos expropriados com um **muro de vedação, de um metro d'altura**, [...]” (bold meu). Também o já referido Decreto-Lei N.º 29.606, de 17 de Maio de 1939, mencionando as altas vedações das quintas de laranja, aponta para a sua redução nas *Estradas de Turismo* a 1 m de altura.

⁸ Martin Warnke, ob.cit., p. 16.

⁹ Veja-se em José Damião Rodrigues, *São Miguel no Século XVII: Casa, Elites e Poder*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003, o capítulo “As oligarquias concelhias”.

¹⁰ No Antigo Regime eram as Ordenanças, ou milícias municipais, recrutadas localmente e chefiadas pela aristocracia que, para além das obrigações militares, participavam nas obras públicas, nomeadamente na manutenção periódica dos caminhos após os estragos do Inverno, cf. Adelino de Freitas de Meneses, *Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1993, p. 369.

¹¹ V. Carlos Guilherme Riley, *Os Antigos Modernos. O Liberalismo nos Açores: uma abordagem geracional*, dissertação de doutoramento em História Contemporânea, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2006, p. 489-490.

¹² Cf. *Despeza não creada*, 32 Agosto 1847, UACSD, FBS-AJC.

obra e os materiais de construção para a fonte das Feteiras¹³. Mas na segunda metade do século, e apesar da acção descontinuada pelas limitações orçamentais, a sistemática a introduzir pela Direcção das Obras Públicas inscreverá resolutamente o Estado no desenho da paisagem. Para além de transformarem a face do território físico, as Obras Públicas do Distrito de Ponta Delgada, logo desde a sua fundação na década de 50, funcionaram programaticamente como uma espécie de instituição de providência social: o argumento da oferta de trabalho, quando dele há falta na Ilha, é constante nos pedidos de aumento de verbas para as obras em curso.¹⁴

As estradas são signo civilizacional por excelência porque servindo os movimentos do comércio e do turismo prometem o progresso económico, e projectando e construindo *obras de arte* reiteram o domínio científico sobre a natureza (topografia). As conquistas da engenharia¹⁵ são de tal forma exaltantes que o *sublime* se desloca das (agora) conquistadas alturas alpinas para a vertigem das colossais pontes de ferro britânicas e americanas. Nos próprios Alpes, os funiculares e caminhos-de-ferro suíços com a sucessão alternada de

¹³ *Rol das pessoas que tem trabalhado no feitio da Fonte neste lugar das Feteiras por Ordens do Ill.mº Sen. Joze do Canto*, Feteiras, 11 de Junho de 1853, [ass.] Manoel Raposo Benevides, UACSD, FBS-AJC 13648, que para além dos mestres, inclui os carros de cal, barro e alvenaria.

¹⁴ “Muitos outros trabalhos importantes se teem feito neste Districto com o fim de espalhar por toda a Ilha [de S. Miguel], e **dar assim de comer** a centenaes d’individuos, que por outra forma teriam perecido a fome e a miséria.” (bold meu), “Relatorio de S. Ex.ª o Sr. Governador Civil deste Districto, no dia 1.º de Dezembro corrente, por occasião da abertura das Sessões da Junta Geral”, em *O Correio Michaelense*, n.º 587, 26 Janeiro 1857. “Também entendo se deve augmentar, elevando a 2:000\$00 reis, a verba destinada para obras publicas na ilha de Santa Maria, attendendo a que as colheitas são alli escassissimas este anno, e **se torna necessário dar, por esta forma, trabalho** a seus habitantes a que fallecem inteiramente outros recursos.” (bold meu), “Relatorio da administração do districto de Ponta Delgada, feito e dirigido ao governo de Sua Magestade em 1862, pelo Governador Civil, Felix Borges de Medeiros”, em *O Correio Michaelense*, n.º 869, 21 Janeiro 1863.

A vocação paliativa das Obras Públicas em tempos de crise manteve-se no século XX. Por exemplo, em Carta de 18 Novembro de 1939 da Comissão Administrativa da Junta Geral Autónoma de Ponta Delgada ao presidente da JAE, argumenta-se com o enorme aumento do desemprego provocado pela deflagração da guerra que afectou gravemente a *indústria do ananás*, implorando-se, para atenuar a crise, que se asfalte a estrada das Furnas no imediato, sem que se aguardasse pelo projecto de *pavimentação das estradas de turismo* que o eng. director das Estradas de Setúbal veio estudar *in loco* em 1938. Cf. *Tabalhos complementares, rectificação e obras de arte da EN1-1ª, Circuito de Turismo entre Ponta Delgada e Furnas, troço III*, AIEP-DSCO././22./11016.

¹⁵ Com imagens ainda hoje eloquentes, o *London Illustrated News* é um dos grandes promotores do espectáculo da engenharia. Para uma selecção em jeito de balanço fim de século das proezas técnicas dos engenheiros do século XIX, construídas ou projectadas, veja-se J.-B. Dumont, *Les Grands Travaux du Siècle*, Paris, Librairie Hachette et C.ie, 1894.

pontes e túneis instalam uma ‘segunda natureza’ na paisagem que vai ser progressivamente adoptada pelo gosto pitoresco finissecular (Fig. 1.58). Salvaguardando as devidas distâncias, note-se, para o caso micaelense, o cuidado com que são desenhadas as obras da engenharia de estradas na gravura de 1902 do Vale das Furnas por João Ribeiro Cristino da Silva (Fig. 1.59): primeiro ressalta a muralha de suporte da descida em linha recta das Pedras do Galego que corta na diagonal o relevo de fundo; menos evidente, vê-se ainda que a estrada dobrou 180 graus apontando outra recta inclinada na direcção do chalet da Alegria; também em grande parte em linha recta, os arruamentos que conduzem ao hospital estão arborizados e murados; as caldeiras foram muradas; no lado esquerdo da imagem, avista-se uma ponte sobre a ribeira, antes do Tanque; atrás do hospital, dois túneis têm as bocas guarnecidas; e, no canto inferior direito, vemos como a estrada na proximidade das caldeiras está integralmente levantada acima do solo por muros de suporte e um arco de pedra aparelhada. Os campos estão ordenados. A superioridade moral da Natureza parece ter soçobrado perante o fascínio da Técnica.¹⁶

Uma reminiscente, e provavelmente minoritária, sensibilidade romântica leva o editor d’*O Preto no Branco* a declarar como *vandalismos* os embelezamentos das Furnas realizados pela Junta Geral e que acabei de descrever, no que afirma ser concomitante com a opinião do Príncipe de Mónaco. A Nova Avenida é considerada um tour de force e, sobretudo, *circundou-se a Caldeira de Pêro Botelho com muros e escadarias, tudo de pedra bem lavrada, com juntas tomadas a cimento de Portland* (Fig. 1.60). Eugénio Pacheco pensa que as vedações deveriam ser feitas de modo naturalista com o próprio tufo das caldeiras, e não a pedra e cal.¹⁷ E duas semanas depois, pressiona: “A respeito do Pavilhão dos Banhos das Misturas, não duvidamos que seja feito conforme

¹⁶ Para além das grandes *obras de arte* publicitadas pelo citado jornalismo ilustrado, atente-se no fascínio das obras, mesmo que mais modestas, pelo testemunho de um feitor de JC: “Fui hoje ver o caminho que estão fazendo na Maia, que vaee ter à canada do Funchal; elles começaram pelas partes mais difíceis, e já terão feito a 3ª parte (pouco mais ou menos) de sorte que nas ultimas 2 partes hão-de gastar menos tempo do que na primeira, por ser tudo terreno. / Fizeram tambem já uma ponte n’uma grota; e já vam bestas a partes que nunca foram.” Carta de Francisco Tavares a JC, Porto Formoso, 7 Abril 1882, UACSD, FBS-AJC.

¹⁷ Cf. *O preto no branco*, n.º 152, 24 Novembro 1898.

aos modelos de Viollet-le-Duc, o famigerado Artista francês.”¹⁸ Mas no cair do pano do século o chalet não concorre mais com a estrada enquanto *obra de arte*.

O programa funcional e simbólico das infra-estruturas de comunicações e transportes terrestres do século XIX tem no caminho-de-ferro a síntese final. S. Miguel não o ignora e no final do século, com a obra da Doca em lento mas irreversível andamento, o engenheiro civil micaelense Dinis Moreira da Mota projecta uma linha de caminho de ferro de Ponta Delgada às Furnas, com um ramal para a Ribeira Grande (Fig. 1.61).¹⁹ De permeio, em 1873 houve uma empresa que se propôs “construir um caminho-de-ferro americano que communique a cidade de Ponta Delgada e as povoações da Lagoa, Ribeira Grande, Rabo de Peixe e Capellas” e que a Junta em exercício, qualificando a iniciativa como “uma obra de grande utilidade e reconhecido proveito”, propôs ao governo de Sua Majestade a aprovação e concessão.²⁰

Dos *riscos* às estradas

As estradas da ilha de S. Miguel na primeira metade do século XIX resumiam-se a *uma*, que era a que fazia a ligação entre Ponta Delgada e a Ribeira Grande. O capitão de engenheiros Alberto Caetano da Maia relatava em 1840 que, para além daquela estrada, todas as outras eram más e até mesmo perigosas.²¹ Quase todas as estradas carroçáveis acabavam à saída da cidade, sendo a rede

¹⁸ *O preto no branco*, n.º 154, 8 Dezembro 1898.

¹⁹ Para esta história ver Paulo Casaca, “Caminho de ferro em S. Miguel. Para uma introdução à história económica micaelense do primeiro período autónómico”, *Açoreana*, Boletim da Sociedade Afonso Chaves, vol. VI, fasc. 3, Ponta Delgada, 1985, p. 218-260. E para o engenheiro projectista ver António Augusto Riley da Motta, *Diniz Moreira da Motta (engenheiro)*, Ponta Delgada, Oficina Artes Gráficas, 1950, e Alcindo Bettencourt Santos Coutinho, “Dr. Dinis Moreira da Motta”, *Insulana*, vol. XVI, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1.º semestre 1960, p. 183-191.

²⁰ Cf. *Relatório e Consulta que a Junta Geral do Districto de Ponta Delgada dirigiu Ao governo de Sua Magestade em 31 de Dezembro de 1873*, Ponta Delgada, Typographia Popular, 1874, p. 29.

²¹ Segundo aquele relato, e à excepção das estradas da Cidade e da que vai para a Ribeira Grande, as estradas micaelenses “[...] passam em muitos logares entre ribanceiras de grande altura, e formadas de materiais soltos como pedra pomes, cascalho, etc., as quais desabando com frequência no Inverno, entulham a estrada, e expõem a vida dos indivíduos que as transitam; em outros logares o mar vem banhar o terreno a que impropriamente chamam estrada; finalmente aparecem com frequência ladeiras de grande extensão, e com tão áspera declividade que cauza não pouco receio desce-las a cavalo; [...]”, Caetano Alberto Maia, *Descrição da Ilha de S. Miguel*, 20 Dezembro 1840, cit. por Artur Teodoro de Matos, *Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1980, p. 55-56.

de itinerários terrestres garantida por carreiros ou caminhos a percorrer em *cavalgadas* ou a *pé posto*. É significativa a representação na carta da Ilha de 1808 pelo cônsul britânico William Hard Read (Fig. 1.62b)²² das vias urbanas com duas linhas paralelas que apenas saídas dos aglomerados passam a pontilhado. Esta rede, constituída por um itinerário de circunvalação da ilha e alguns atravessamentos transversais (mais numerosos no meio da ilha de topografia mais suave, no quadrilátero Ponta Delgada – Lagoa – Ribeira Grande – Capelas) estava já traçada no séc. XVI, conforme comprova a descrição de Gaspar Frutuoso²³.

Na segunda década do séc. XIX, o engenheiro militar Francisco Borges da Silva ensaia uma descrição exaustiva da ilha de S. Miguel que corresponde ao trajecto da sua circunvalação perimetral, registando minuciosamente a rede existente de caminhos.²⁴ Quando não havia alternativa, os caminhos seguiam pela areia das praias, como acontecia entre o fim da ladeira do Pisão e a Ponta da Pedreira²⁵, talhavam-se na convexidade das falésias ou riscavam o bordo dos precipícios. A rede viária do Antigo Regime fora desenhada seguindo o “instincto dos fragueiros e pastores, ajudado pela conveniencia dos que usufruem os extensos mattos do interior da Ilha, [que] tem, em geral, descoberto as possíveis linhas de

²² *Chart of the Island of St. Michael*, dedicada ao Vice-Almirante Sir Richard John Strachan, desenhada e gravada por William Hard Read em 1806, editada em Londres, 1 Maio 1808, BPARPD, FEC - Cart., n.º 144.

²³ Cf. Artur Teodoro de Matos, *ob.cit.*, p. 28.

²⁴ Francisco Borges da Silva, *Topographia particular, e segunda parte da descrição Phisica, Civil, Politica, e histórica da Estatística geral e particular da Ilha de S. Miguel* [em 1813], em *Varietades Açorianas*, série manuscrita, tomo 10, a partir da p. 23.

²⁵ “A costa junta-se ao fim da ladeira do Pizão, aonde forma um areal, e pequena enseada, chamada a Bahia dos Lobos; **o caminho é por baixo da costa, pela arêa**: a costa é sumamente alcantilada, composta de grandes massas de rochedos queimados, assentados em cima de tufos, e de laminas paralelas de terra, e argila de diversas cores; diferentes óxidos de ferro, o mar só cava as camadas terrozias, o que faz desabar de tempos em tempos, grandes bocados de rochedos, que tornam o caminho perigoso; [...] Toda a costa, entre a Ponta da Galera, e da Pedreira, é alcantilada, e verticalmente cortada por profundas grotas, que impedem que o caminho da cidade para Villa Franca, seja pelo interior; em quanto se não lançarem pontes sobre as ribeiras, e que é de avultada despeza; **o caminho é por baixo, pelo areal**; muitas vezes com temporaes fortes dos quadrantes do Sul; a comunicação é impedida pelo mar:” (bold meu), *idem*, p. 76-76v.

Em 1855 ainda era pela areia que continuava a ‘estrada’ depois da descida do Pisão: João Luiz Lopes, em relatório integrado no do Governador Civil, prevê as maiores despesas, entre outras, com o “grande numero de Pontes, que temos a construir, para levar a estrada d’Agoa de Pao a Villa Franca sobranceira ao Pizão, e aos areaes do oceano;” em “Relatório á Junta Geral do Districto de Ponta Delgada pelo Exm.º Governador Civil Felix Borges de Medeiros, no 1.º de Dezembro de 1855”, *O Correio Michaelense*, n.º 483, 29 Dezembro 1855.

comunicação nos logares, que por mais fragosos, se poderiam reputar inviáveis.”²⁶ Daí que a modernização requerida no século XIX com a abertura de vias de rodagem nem sempre possa aproveitar as vias existentes, quer porque não era possível alargá-las, quer porque a sua inclinação não era tolerável para os carros. Alguns destes caminhos pouco mais eram do que a clareira linear desenhada pelo calcorrear das pessoas e animais, como bem elucida o nome antigo que tinham de *riscos*²⁷. A maior parte das vezes, os *riscos* aclaravam as linhas que a topografia já tinha desenhado: linhas de água e de cumieira. Nos terrenos de pedra-pomes e cinzas, os caminhos eram escavados literalmente pelas águas e não pelas bestas de carga dos almocreves²⁸ (Fig. 1.63 e 1.64).

Os burros eram o meio de transporte regular pois eram os mais seguros, particularmente nos caminhos de inclinação pouco recomendável para os cavalos²⁹ (Fig. 1.65). A população asinina micaelense, hoje praticamente inexistente ou reduzida a alguns animais de estimação, era, em 1851, de 7814 indivíduos, para 1243 machos e mulas e 597 cavalos e éguas³⁰.

²⁶ “Estrada Central”, pelo editor, em *O Correio Michaelense*, n.º 325, 18 Dezembro 1852. Ainda no século XX, e de acordo com o testemunho do agrónomo Albano Salvador Almeida Sousa (entrevista, Ponta Delgada, 2005), foram os cabreiros do Nordeste, profundos conhecedores do território dos incultos, que implantaram as valas em curvas de nível equidistantes de 1,5 m rasgando os declives em contraforte para plantar as árvores em compasso de 1 metro na florestação da Tronqueira.

²⁷ Cf. Marquez de Jacome Corrêa, *Leituras sobre a Historia do Valle das Furnas*, Ilha de Miguel, Oficina de Artes Gráficas, 1924, p. 74.

Também em Santa Maria os caminhos *de pé posto* tomavam este nome, cf. Jaime de Figueiredo, *Ilha de Gonçalo Velho, da descoberta até ao aeroporto!*, Câmara Municipal de Vila do Porto, 2.ª ed., 1990, p. 38.

²⁸ Escreve Mouzinho: “A pouca coherencia, e consistência destes últimos terrenos [de “escorias, de pomes, de arêas, e cinzas volcanicas, projectadas”] faz com que **as aguas os escavem com a maior facilidade**, e até huma profundidade considerabilissima, [...]. Á mesma causa se deve o serem nos principaes aterramentos desta espécie, quaes são os campos da Ribeira Grande e Villa Franca, **as estradas tão profundas, e bordadas de barreiras tão altas, que mais parecem leitões de ribeiras e torrentes**, do que caminhos transitáveis.” (bold meu), Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque, *Observações sobre a Ilha de S. Miguel recolhidas pela Comissão enviada à mesma Ilha em Agosto de 1825, e regressada em Outubro do mesmo anno*, Lisboa, Imprensa Régia, 1826, p. 10. Já antes, à página 8, escrevera “Esta terra, proveniente das decomposições sucessivas das lavas, e escorias inferiores, acrescentada com as arêas, e cinzas, [...] não apresenta huma grande profundidade; e em quasi todos os campos arados, e com muita especialidade nas **estradas lavadas pelas aguas**, os bancos de lava apparecem de quando em quando descarnados, e descobertos.” (bold meu).

²⁹ “[...] todo o serviço que noutros países é feito por cavalos, é feito aqui por burros. Eles raras vezes tropeçam, mesmo em atalhos os mais perigosos e escabrosos;” John White Webster, *A description of the Island of St. Michael, comprising an account of its geological structure*, Boston, 1821, trad. por César Rodrigues, no *Archivo dos Açores*, vol. XIII, Ponta Delgada, 1920, p. 49.

³⁰ Cf. *Mappa nunmerico de todo o género de gado existente nos diferentes concelhos d’este Districto durante o anno de 1851*, em António Teixeira de Macedo, *Breve Memoria sobre o Estado*

A cabotagem

O desenho das 'estradas' da Ilha estava configurado há muito, mas o desenho do movimento dos bens e pessoas não coincidia com aquele. No caso em estudo, a produção florestal das Furnas de José do Canto escoava-se para a Cidade por barco a partir da Ribeira Quente e, por sua vez, a da Lagoa do Congro recorria ao porto de Vila Franca. Era também pelo mar que se trazia a *pedra da villa*, muita procurada para cantaria na construção civil.³¹ O inverso também era válido, com o plantio,³² ou os materiais de construção, a deslocarem-se por mar da Cidade para aquelas propriedades. Assim era para as mercadorias e assim era para as pessoas. Tal como no Continente, o mar era a estrada mais utilizada.³³

Com o mar chão, o caminho era invariavelmente mais curto do que por terra. Por exemplo, em 1813 o Faial da Terra distava por terra *duas legoas* da Povoação e apenas *1 legoa de caminho por mar a remos*.³⁴ E mais barato. Em data indeterminada, um carreto de caixaria das Furnas para Vila Franca custava 10

da Agricultura, Commercio e Industria do Districto de Ponta Delgada oferecida Ao Exm.º Sr. Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello, Ministro e Secretário d'Estado das Obras Publicas Commercio e Industria, Ponta Delgada, 1853, p. 32.

Em 1861, por "deliberação" da SPAM, o governador civil do Distrito mandou vir de Évora um "jumento hespanhol proprio para padreação", a fim de fortalecer as espécies locais. Cf. "Relatorio da administração do Districto de Ponta Delgada feito e dirigido ao Governo de Sua Magestade em 1861 pelo Governador Civil Felix Borges de Medeiros", em *O Correio Michaelense*, n.º 818, 29 Janeiro 1862.

³¹ **7 Barcos e meio** de cantaria 108 pedras e 11 vergas de 8 palmos [...] em *Despeza feita com a torre em sima da Sala em as m.as Cazas da Cid.e na rua da Graça que comecei a amandar vir a pedra da Villa em 7.bro de 1827* (bold meu), no Livro de Obras do morgado José Caetano Dias Canto de Medeiros, BPARPD-ADCM, Cx. 2. Ou 6\$370, **2 1/2 barcos de pedra** de cantaria a 4:200 – 10\$500, em nota de despesas com a Casa do Calço [da Má Cara], 24 Abril 1867, UACSD, FBS-AJC (bold meu).

³² "I fully expected a letter from you by the last Steamer concerning the plants to the Furnas but as non[e] came I have sent them all with the exception of a few which the boxes would not hold they can go at any time, I sent them by 2 Boats and Jacinto Rebello with them so as they should not lie delayed on the way [...]", Carta de Alexander Reith para JC, de St. Anna, 6 Janeiro 1863, UACSD, FBS-AJC.

³³ Até aparecer o caminho de ferro, preteriam-se as estradas terrestres em favor da circulação marítima complementada pela penetração transversal pelos rios navegáveis. Cf. Joaquim Romero Magalhães (coord.), "No Alvorecer da Modernidade", em José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. 3, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p. 323-324.

³⁴ Francisco Borges da Silva, ob.cit., p. 82v.

réis, e dali para a Cidade 20 réis,³⁵ o que, sendo feito de barco, explica a diferença correlativa de preço (mais barato de barco, considerando a diferença entre as distâncias Furnas - Vila Franca e Vila Franca - Ponta Delgada). Mesmo da mata da Candelária, relativamente próxima de Ponta Delgada, era menos dispendioso levar a madeira por mar do que por terra.³⁶

Sazonalmente, as “copiosas chuvas do Inverno, as caudalosas ribeiras que se formam estragam e rompem a comunicação entre concelhos”,³⁷ obrigando a dispendiosas e incessantes obras de manutenção das estradas que se iam abrindo. Em Junho de 1898, exaltando o *extraordinário desenvolvimento dado ultimamente às Obras Districtais a cargo da Junta Geral*³⁸, o editorial d’*O Preto no Branco* por Eugénio Pacheco resume a situação: por um lado “[...] não só há notar os bons trabalhos de reparação das estradas – como algumas estavam, Santo Deus! – mas a construção de muitos ramos importantes que dentro em pouco estarão estabelecendo óptimas comunicações entre povoados até agora isolados.” Por outro, refere que serão construídos portos de cabotagem em condições, quando até ali mal serviam de varadouros, sublinhando a importância do Cais do Tagarete, em Vila Franca, para o tráfego interno.³⁹ Ou seja, propaganda e exultação autonomista à parte, interessa constatar que a construção das estradas não se propõe substituir a cabotagem, antes completá-la num sistema geral de comunicações *internas*. Já antes, em 1866, se argumentava que a estrada que se propunha ligar Vila Franca à Maia, Porto

³⁵ “A serragem de uma caixa tudo compreendido, anda por 55 rs., nas Furnas. / O carreto da mesma caixa para a Villa calcula-se em 10rs., e para Cid.e, em 20 reis.” Nota iniciada com *Francisco Maxado paga 20rs. por chaprão para lho por no carregadouro*, UACSD, FBS-AJC.

³⁶ “Da madeira que se serrar na Candelária dos paus cahidos, aquella porção que não for necessária para a presente estação, poderia lá ficar arrumada n’alguma casa ou cafuão, que para isso se alugasse, **para no verão vir por mar**; pois **de contrario faz muita despeza nos fretes**.” (bold meu), Carta de JC a António Bernardes d’Abreu Lima, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 136.

³⁷ Relatório do governador civil Félix Borges de Macedo, datado de 1 de Dezembro de 1851, publicado n’*O Correio Micaelense*, n.º 272, 13 Dezembro 1851.

³⁸ O novo Código Administrativo extinguiu as Juntas Gerais, excepto para os Açores onde se mantém na sequência da *Organização administrativa especial* concedida ao Distrito de Ponta Delgada pelo Decreto de 2 de Março de 1895, ratificada no ano seguinte pela Carta de Lei de 14 de Fevereiro, após aprovação pelas Cortes.

³⁹ Cf. *O Preto no Branco* n.º 131, 30 Junho 1898. Lê-se ainda “Bem sabemos que a Junta geral está bastante onerada no capítulo das suas Obras publicas, e mormente estradas, que pretende concluir no mais curto prazo. É louvável esse propósito, porque a boa viação constitui sem dúvida um dos mais poderosos elementos para o fomento da riqueza geral.”

Formoso e Fenais pela Achada das Furnas facilitaria “a conducção as producções de todos esses sítios para o porto de Villa Franca, d’onde ellas podem transportar-se com muita facilidade para esta cidade [de Ponta Delgada].”⁴⁰

A cabotagem continuará a praticar-se até bem dentro do século XX. As sucessivas pontes sobre as inúmeras grotas e ribeiras vão-se construindo pelo século adentro. Será só com a correcção do traçado, o rebaixamento dos muros por causa das vistas, e a substituição do macadame da rede oitocentista por calçada ou betuminoso realizada pela Junta Autónoma das Estradas nas décadas de 50 e 60, conforme ao plano de construção de estradas de 1942,⁴¹ que a cabotagem passa a ter em terra uma alternativa circulável durante o ano todo. A indústria automóvel dispõe também então de material circulante com maior capacidade de transporte. O fim da cabotagem marca uma viragem radical na relação com a paisagem: a ilha deixa de ser vista em alçado a partir de uma embarcação pelos seus habitantes. O já citado relato de Borges da Silva descreve parte do trajecto de circunvalação da Ilha a partir do mar, como acontece no trajecto entre Vila Franca do Campo até à Ribeira Quente.⁴² Se bem que tratando-se de desenhos das rotas de aproximação a portos ou varadouros,

⁴⁰ *Relatorio da Administração do Districto de Ponta Delgada feito e dirigido ao Governo de Sua Magestade em 1866 pelo Secretario Geral servindo de Governador Civil Vicente Machado de Faria e Maia*, Ponta Delgada, Typ. da Persuasão, 1866, p. 61.

⁴¹ Depois do Decreto-Lei N.º 32.284, de 24 de Setembro de 1942, ter aprovado o Plano de Classificação e as características técnicas das Estradas Nacionais do Arquipélago, o Decreto-Lei N.º 32.299, de 1 de Outubro do mesmo ano, aprovou os Planos de Execução das redes de Estradas Nacionais dos distritos de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo, na sequência dos trabalhos da missão técnica enviada ao arquipélago em Julho de 1941. Cf. António José Santa-Rita, *As Estradas em Portugal - Da Monarquia ao Estado Novo 1900-1947*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2006, p. 279-280.

Aprovada pelo Decreto-Lei N.º 30.897, de 22 de Novembro de 1940, e nomeada pela Portaria de 2 de Julho de 1941, a missão técnica chefiada pelo eng. Raul de Mesquita Lima permaneceu nos Açores três meses e meio no Verão de 1941. De entre as recomendações produzidas, destaco a seguinte por retomar a problemática oitocentista, no caso de S. Miguel, dos portos de St.ª Iria e das Capelas: “Não bastará completar a rede de estradas em cada ilha para melhorar as suas condições económicas, se não for razoavelmente resolvido o problema das comunicações marítimas [oceânicas e de cabotagem] com portos de recurso, para em qualquer tempo os barcos os demandarem.” *Açores. Estudo do plano de rede de estradas do Distrito de Ponta Delgada. Relatório*, AIEP-DSCO././22././12067.

⁴² Francisco Borges da Silva, ob.cit., p. 79-79v. Também a *perspectiva* de Ponta Delgada é tirada a partir do ancoradouro (p. 67), e de Vila Franca do Campo destaca “os edifícios que mais se descobrem do mar” (p. 77v).

temos em *Ancoradouros das Ilhas dos Açores*⁴³ exemplos do que poderão ter sido algumas das imagens de S. Miguel a partir do mar, com a proeminência das igrejas, capelas ou de alguma casa singular, completada por um azimute ou triangulada com araucárias e particularidades topográficas (Fig. 1.54). Dos portos mais importantes da ilha – normalmente Ponta Delgada e Vila Franca do Campo – eram tiradas vistas a partir do mar que se alinhavam nos frisos das cartas hidrográficas oitocentistas (Fig. 1.62a), e vistas mais extensas e pormenorizadas continuaram a ilustrar as hidrográficas da centúria seguinte (Fig. 1.66).

São inúmeros os documentos de José do Canto referentes ao transporte por mar da madeira das matas da Candelária, da Lagoa do Congro e das Furnas, ou dos grãos das colheitas do Porto Formoso.⁴⁴ Penso que a estratégia de investimento nestes prédios se relacionou directamente com a vizinhança dos portos para embarque da produção agrícola ou florestal. Em 1850 estes ‘portos’ não são mais do que varadouros ou embarcadouros no calhau. É só em 1865 que existe um *porto de mar* na Candelária⁴⁵, e é mais tarde ainda, em 1901, que se decide a elaboração de um projecto de *varadouro* para a Ribeira Quente⁴⁶.

O movimento: tropas e comércio

Se o mar se tornava intransitável durante o Inverno, também as costumeiras razões militares exigiam estradas terrestres para deslocar rapidamente tropas para a defesa da costa. Segundo Artur Teodoro de Matos, a melhor estrada açoriana da primeira metade de Oitocentos era a estrada militar que ligava Angra à Praia.⁴⁷ Mas em S. Miguel a incessante manutenção dos caminhos, nomeadamente do caminho que fazia toda o perímetro da ilha, tinha também

⁴³ Manuel Maria Sarmiento Rodrigues, *Os Ancoradouros das Ilhas dos Açores*, Lisboa, Instituto Hidrográfico, 1970.

⁴⁴ Por exemplo: “[...] ...torno a dizer que o **barco** levou 12 mais 3 moios 15alq. de trigo Coelhinho da 1.^a escolha e levou da 2.^a escolha [...]”, Carta de João Carreiro para JC, do Porto Formoso, 24 Agosto 1874, UACSD, FBS-AJC.

⁴⁵ “Quanto à serragem dos paus que caíram, deverá fazer-se em ocasião que os serradores tiverem menos que fazer; e os transportes devem fazer-se por mar, no verão, visto que **já existe um Porto** na Cand.^a” (bold meu), Carta de JC a António Bernardes d’Abreu Lima, 9 Abril 1865, UACSD, FBS-AJC.

⁴⁶ Cf. Sessão de 27 de Março, em *Junta Geral do Districto de Ponta Delgada, Sessões de 1901*, Ponta Delgada, Typ. Ruy Moraes, 1902, p. 21.

⁴⁷ Cf. Artur Teodoro de Matos, ob.cit., p. 52-53.

razões de defesa militar, conforme comprova uma *correição* da Câmara de Vila Franca em que se ordena a reconstrução e reparo do *caminho velho* que vai para o lugar da Povoação “necessário não só para a gente passar, mas para acudir à defesa da Ilha, porque muitas vezes botam os Mouros lanchas na praia da Ribeira Quente, e sem o dito caminho, se lhe não pode acudir com brevidade.”⁴⁸

A abertura em 1830-1831 da estrada Ponta Delgada - Pico da Pedra - Calhetas e Rabo de Peixe ordenada pelo capitão-general Henrique da Fonseca Sousa Prego, financiada pelos grandes proprietários da Ilha e, como já referi, dirigida no terreno pelo morgado José Caetano, tinha na rápida deslocação das guarnições militares de uma costa a outra uma das suas motivações fundadoras.⁴⁹

À razão militar junta-se a comercial: as estradas e caminhos tanto abastecem os lugares, como escoam os produtos agrícolas que se comercializam na cidade e se exportam através do seu porto. Daí a importância que teve a estrada que da Ribeira Grande divergia na Mediana para a Lagoa, pois era o porto desta, chamado dos Carneiros, mais próximo que o da Cidade, que escoava os produtos daquela para um circuito comercial que seria interno ou arquipelágico. Mas, mais do que isso, a acessibilidade, como diríamos hoje, potenciaria o investimento. Com Adam Smith e alguma reminiscência fisiocrática à cabeça, em Oitocentos tinha-se perfeita consciência do poder transformador da estrada. A meio do século, na decisiva discussão sobre a estrutura de uma rede de estradas para a Ilha, o editorialista d’*O Correio Michaelense* advoga a construção de uma estrada central limitada à Achada das Furnas, onde seria exequível, porque ali impulsioneira o arroteamento dos incultos, argumentando assim:

*Se ainda assim, cegos e sem veredas como estão os mattos, quasi chegam as roças ao cume das serras; que de prosperidade e riqueza não poderíamos phantaziar, se caminhos trilhados, lhes estivessem como verdadeiras artérias communicando a circulação e a vida?*⁵⁰

⁴⁸ A Vila, V. 6., p. 197, transcrito por Urbano de Mendonça Dias, *História do Vale das Furnas*, Vila Franca do Campo, 1936, p. 50.

⁴⁹ Cf. Carlos Guilherme Riley, *Os Antigos Modernos...*, p. 489-490.

⁵⁰ “Ponta Delgada 25 de Dezembro / Estrada Central”, na rubrica editorial “O Correio”, em *O Correio Michaelense* n.º 326, 25 Dezembro 1852.

A conhecida metáfora da circulação sanguínea⁵¹ difundiu-se com o liberalismo económico e o urbanismo de finais do século XVIII e dominou o XIX com a convicção generalizada de que o *movimento* das pessoas e mercadorias eram o motor da economia. Mas, lateralmente ao sopro vitalista propagado por uma certa metafísica capitalista, o raciocínio local era simples e pragmático: se os arroteadores para ir e vir a pé para as roças levavam metade do dia de trabalho, com uma estrada de carroça sobriaria mais tempo para rotear, cultivar e explorar, sendo “mais que provável a fundação de casaes ao longo d’esse caminho, entre aquelas extensas roças.”⁵² Ou seja, a estrada acelerava a colonização do território, tal como hoje acelera a sua urbanização.

A seguir à desflorestação causada pelo povoamento com a exploração contínua dos lenheiros e carvoeiros, a transformação radical da paisagem só terá lugar com a cobertura integral do território da Ilha pela estrada. No relatório de 1855, invocando a opinião pública micaelense que diz *sobre excitada* pelos trabalhos públicos *que vê praticar no Reino* (por acção do ministério de Fontes Pereira de Melo), o governador civil confirmava o melhoramento da viação pública como a *primeira necessidade do Districto*. Só depois vinha a Doca.⁵³

No continente, a *Junta da Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro e Intendência das Estradas e Caminhos*, fundada em 1789, fora mandatada para construir estradas a fim de desenvolver a agricultura e o comércio dos vinhos.⁵⁴ Substituíam-se os vinhos pela laranja, e temos a SPAM desde o início da sua fundação e com persistência a exigir uma política para as estradas na Ilha pelas mesmas razões⁵⁵. Quando em 1852 Antonio Teixeira de

⁵¹ Foi William Harvey, *De motu cordis*, 1628, quem revelou o aparelho circulatório como sopro da vida, inevitavelmente pondo em causa o papel que a tradição atribuía à alma. Para a circulação sanguínea como metáfora da vida urbana e económica, v. Richard Sennet, *Flesh and Stone, the Body and the City in Western Civilization*, New York, London, W. W. Norton & Company, (1994) 1996, p. 255-273.

⁵² “Ponta Delgada 25 de Dezembro / Estrada Central”, *O Correio Michaelense* n.º 326, 25 Dezembro 1852.

⁵³ “Relatório á Junta Geral do Districto de Ponta Delgada pelo Exm.º Governador Civil Felix Borges de Medeiros, no 1.º de Dezembro de 1855”, em *O Correio Michaelense*, n.º 484, 5 Janeiro 1856.

⁵⁴ Cf. Artur Teodoro de Matos, *ob.cit.*, p. 34.

⁵⁵ “Attento o péssimo estado d’uma grande parte das estradas d’esta ilha, proponho que a Sociedade d’Agricultura tome esta matéria na devida consideração, e apresente os meios de que convirá lançar mão, para, **por um systema regular e geral, serem melhoradas as nossas comunicações internas**; deste melhoramento depende immediatamente o da Agricultura

Macedo justifica o consenso geral em “fazer uma estrada geral por toda a Ilha, com o fim immediato de favorecer a conducção dos productos ás estações do commercio, e o mediato de augmentar e diffundir a riqueza local”⁵⁶, são ainda as caixas de laranja os *productos* a que se refere. Num episódio elucidativo, o redactor d’O Correio Michaelense reclamava no final de 1862 contra a Direcção das Obras Públicas que andaria a estreitar as estradas nalguns locais, quando o que era necessário era alargá-las e argumenta com a saturação sazonal aquando da apanha da laranja: “Quem viaja pelas nossas estradas na época a que alludimos, vê-se a todo o instante obrigado a parar para não ser esmagado pelas diversas cargas que se encontram, retardando assim o transito a todos, perdendo-se tempo e trabalho, que muito convinha aproveitar, e logo se convence da necessidade de alargar, e não de estreitar os caminhos.”⁵⁷

Quem desenha a paisagem. As estradas confinantes com José do Canto

Intersectavam-se com a geografia da propriedade da casa Brum da Silveira administrada por José do Canto a *estrada* da Ribeira Quente às Furnas, pertencente à primeira geração de estradas do século XIX; a Estrada Real n.º 8 do norte, que a seguir à Ladeira da Velha lhe passa pelo prédio do Porto Formoso; e a Estrada Real n.º 13, de Vila Franca do Campo às Furnas, cuja vocação panorâmica é já sintomática de outra percepção da paisagem e cujo *finale* grandiloquente será patrocinado pelo próprio José do Canto.

Michaelense, único fim desta Sociedade. Ponta Delgada, 8 de Junho de 1843. André do Canto.” (bold meu), em *O Agricultor Michaelense*, n.º 2, Novembro 20, 1843, p. 17.

Dois anos depois, a direcção da SPAM, face à falta de recursos dos cofres municipais para melhorar as estradas, já só solicita a conservação das existentes, insistindo na guerra aos rodados dos carros que, por serem demasiado estreitos e com a chapa de ferro fixada por pregos salientes, aceleravam a degradação das vias. Cf. *O Agricultor Michaelense*, n.º 17, Fevereiro 20, 1845, p. 260. Este mesmo problema dos rodados cortantes é abordado pelos Decretos nacionais de 6 de Outubro de 1844 e de 14 de Maio de 1845 (fixando-se neste último a largura mínima para os rodados de duas polegadas e três quartos, ou seja, 76 mm, e obrigando a embutir as cabeças dos pregos na espessura da chapa), o que mostra a extrema actualidade das observações da SPAM.

⁵⁶ António Teixeira de Macedo, “Reflexões á cerca de algumas das principaes necessidades do Districto de Ponta Delgada; offerecidas á respectiva Junta Geral por António Teixeira de Macedo, Secretario-geral do referido districto”, em *O Correio Michaelense*, n.º 326, 25 Dezembro 1852. Este texto foi autonomamente editado sob o mesmo título em Ponta Delgada, 1852.

⁵⁷ *O Correio Michaelense* n.º 865, 24 Dezembro 1862.

O risco da Ribeira Quente

Privilegiando-se o barco para aceder às Furnas, o desembarque fazia-se na Ribeira Quente tomando-se de seguida o caminho para o Vale pela falda nordeste do Pico da Vigia. Para além das perigosas escarpas em que era talhada, esta vereda tinha uma inclinação excessiva, mesmo para a fiabilidade asinina. Chegado ao plateau da Cova da Burra (virá o topónimo de alguma que não tenha sobrevivido à subida?), o caminho primitivo descia para os Covões de encontro ao caminho da Gaiteira pelo qual se prosseguia para as Furnas.⁵⁸

No final da segunda década de Oitocentos, quando já se instituía o hábito sazonal de vilegiatura nas Furnas, o caminho foi melhorado por ordem de Sousa Prego,⁵⁹ último capitão-general dos Açores, que, nomeado em 1828 e impedido de desembarcar na Terceira irredutivelmente liberal, presidiu às restantes ilhas fiéis a D. Miguel a partir de Ponta Delgada até à tomada desta pelos liberais em 1831. Da iniciativa do almirante terá resultado o alargamento e a pavimentação em calçada de pedra de parte do primeiro e íngreme troço, até ao Pico da Vigia, de que se encontram ainda hoje vestígios no início da subida. A partir do Pico da Vigia, ao invés de descer para o caminho que vinha de Vila Franca, a nova estrada das Lagôas Seccas⁶⁰ inflectia para norte, prosseguindo ao longo da cumieira da encosta que margina a poente o leito fundo da Ribeira Quente, passando ao lado do Pico da Areia e do Pico de Gaspar Moreira antes de descer para o vale. Este risco coincidia em grande extensão com a linha topográfica do festo que era também a linha do limite nascente da propriedade de José do Canto.

Na *Carta Chorographica* de 1897 (Fig. 1.67) o caminho da Ribeira Quente é legendado como “Caminho para cavalgadas”, situando-se na hierarquia dos

⁵⁸ “[...] o caminho [da Ribeira Quente] para o valle da Furnas é péssimo, **muito estreito, e ladeado de despenhadeiros**; bordados de ervas que encobrem os precipícios, e **muito íngreme**: tem de subida 1, ½ ora até ao pico da Vigia, óptimo ponto de vista, donde se descobre o mar, e alturas visinhas: dahi desce a unir-se ao caminho, que da Villa Franca vai para o Valle das Furnas;” (bold meu). Francisco Borges da Silva, *Topographia particular, e segunda parte da descrição Phisica, Civil, Politica, e histórica da Estatística geral e particular da Ilha de S. Miguel* [em 1813], em *Varietades Açorianas*, série manuscrita, tomo 10, p. 80.

⁵⁹ Cf. Marquez de Jacome Corrêa, ob.cit., p. 71-74. Ver também Francisco d'Athayde Machado de Faria e Maia, *Subsídios para a história de S. Miguel e Terceira, Capitães-Generais, 1766-1831*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, (1943), 1988, p. 170.

⁶⁰ Idem, p. 72.

caminhos representados acima do “Caminho para peões”. É numa edição posterior desta mesma carta (sem data, mas utilizada em 1961 pelos Serviços Florestais⁶¹) que mais claramente aparece representado o antigo caminho da Ribeira Quente, sendo então classificado como “Caminho vicinal” (Fig. 1.68). Nos trabalhos de campo levados a cabo em 1979 para a carta militar à escala 1:25.000, o caminho ainda existe na totalidade, embora já despromovido na representação a tracejado para “Caminho de pé posto”.⁶² Na edição mais recente da carta militar já não consta o troço da descida que contornava o Pico da Vigia para a Ribeira Quente.⁶³

A expropriação no Porto Formoso

Com o desejável afã das *Obras Públicas do Distrito* surgem algumas situações nem sempre pacíficas em que o traçado corrigido, leia-se ‘alargado’, da estrada vem expropriar parte das terras que atravessa. Por esses processos vemos o quão morosa era a execução das obras, bem como o conflito entre o interesse particular e o interesse público, o que é neste caso particularmente revelador quando o morgado-administrador fazia parte do grupo de *lavradores ilustrados* que propagava a importância decisiva das estradas para o progresso da Ilha.

O interesse particular na abertura de estradas é bem patente na escolha por José do Canto do *logar em que se deve assentar o portão principal* da quinta nova que planta no Pico da Pedra em função da melhor acessibilidade que lhe será proporcionada pela estrada em construção⁶⁴.

⁶¹ A citada carta tem a legenda manuscrita dos trabalhos a executar por aqueles serviços rubricada pelo eng. A[lbano] Salvador e datada de 1961, DSFA-SM.

⁶² Cf. *Carta Militar de Portugal*, Folhas 34-36, esc. 1:25.000, Série M889, Edição 1-SCE, 1983. Devo ao geólogo Sérgio Diogo Caetano, da *Associação Ecológica Amigos dos Açores*, a chamada de atenção para a progressiva despromoção das vias oitocentistas, que de ‘estradas’ passam para ‘caminhos’ nas legendas da cartografia do século XX, até mesmo ao seu desaparecimento.

⁶³ Cf. *Carta Militar de Portugal*, Folha 34, esc. 1:25.000, Série M889, Edição 2-IGE, 2003.

⁶⁴ “Dê-me o M.e o seu parecer sobre o lugar em que se deve assentar o portão principal. Eu lembrava-me ser na testa que dá para a Quinta do Calisto, e Joaquim Alberto, defronte da boca do Caminho que vem da Freguesia, porque em a estrada do Pico da Pedra se acabando de fazer, **por lá é que é o caminho direito para se ir à quinta**, e mesmo ha ali um espriado maior em que se póde voltar à vontade uma sege.”, (bold meu), Carta a Mestre Manoel, de Paris, 7 Janeiro 1866, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 143v.

Quando em 1859 um temporal destruiu o *Caminho da Canada de Duarte Borges*, que dava o nome e o acesso às quintas que amanhrou para os filhos, o arranjo, feito por subscrição pública, requereu *borgalhão* (brita de basalto) que foi cedido daquelas mesmas quintas de José do Canto.⁶⁵

Na Canada da Mina, na propriedade do Pico Arde, José do Canto oferece em 1880 à Câmara Municipal da Ribeira Grande a área necessária para a ligação de uma estrada municipal⁶⁶, e, poucos anos depois, a mesma Câmara solicita-lhe a cedência de uma pouca de terra na Banda d'Além, em Santa Bárbara da Ribeira Grande, para a construção do 2.º *lanço da Estrada-do-Bulcão*⁶⁷.

Em 1889 é expropriado de duas porções de terreno na Cafúia do Guerra, a nascente da Lagoa do Congro, para a construção de uma estrada municipal de 1.ª classe atravessando a ilha de norte a sul, sendo pago a 20 000 réis o alqueire⁶⁸ (Fig. 1.69). O valor relativamente baixo do alqueire explica-se pela situação na Achada das Furnas, terra de nevoeiros persistentes e de baixa atratividade para os rendeiros. Esta estrada era do maior interesse de José do Canto, pois trazer-lhe-ia uma melhorada acessibilidade aos seus terrenos mais recônditos.

⁶⁵ Também da pedra que tinha ao Pico da Pedra JC cedeu pedra para a construção da cadeia durante mais de um ano, cf. Carta de Ricardo Júlio Ferraz a António Bernardes d'Abreu Lima, ao Pico da Pedra, 15 Janeiro 1865, na qualidade de Director das Obras Públicas do Distrito, pedindo *para extrair pedra molle para as abobadas da nova Cadeia*; e Carta de António Bernardes d'Abreu Lima para Ricardo Júlio Ferraz, 4 Maio 1866, pedindo *que não se tir mais pedra para a cadeia das Criações à Richaã, porque José do Canto vai precisar de pedra molle para obra nas Cazas do Calço*.

⁶⁶ "Recebi o officio de V. Ex.^a no qual V. Ex.^a se dignou annuir ao convite d'esta câmara, para ceder gratuitamente uma porção de terreno, que V. Ex.^a possui no sitio da Canada da Mina, caminho das Caldeiras, a fim de facilitar a sahida do caminho fundo, que partindo das Chais [chãs] se vae enttroncar na dita canada. / A Câmara encarrega-me de agradecer a V. Ex.^a a sua philantropia, e para satisfazer aos desejos de V. Ex.^a lhe envio uma planta do sitio onde se pretende a expropriação, que respeita a V. Ex.^a, visto que para a reparação do dito caminho se não levantou planta pela Engenharia Districtal;" Carta do Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, Franco Moniz Barreto Corte Real, a JC, 24 Julho 1880, UACSD, FBS-AJC 1984.

⁶⁷ Cf. Offício n.º 184 da Câmara Municipal da Ribeira Grande, 10 Agosto 1883, assinado pelo presidente da Câmara, José Tavares Moreira, onde se dá conta da medição, feita com a presença do feitor de JC, Francisco de Mello, para a terra que se pede para a *construção do 2º lanço da Estrada-do-Bulcão* (que é hoje o Caminho do Vulcão), que vem a ser de 94 m2.

⁶⁸ Cf. Offício da Direcção de Obras Públicas do Distrito de Ponta Delgada, 23 Setembro 1889, assinado pelo *Conductor Chefe de Secção* Rodrigo Guerra Alvares Cabral, UACSD, FBS-AJC, comunicando "a construção da estrada Municipal de 1ª classe Comum aos Concelhos da Villa da Ribeira Grande e Villa Franca do Campo" com planta anexa, a que JC responde, aceitando os valores propostos para a expropriação, em Carta de 27 Setembro 1889, UACSD, FBS-AJC.

Já no *Ramal da estrada real n.º 8 p.ª a freguesia e varadouro do Porto Formoso* gera-se um contencioso que, parece-me, terá tido origem no desacordo relativamente à forma de vedação das confrontações com a via: José do Canto, invocando uma “disposição legal, que manda tapar os terrenos expropriados com um muro de vedação, de um metro de altura”, não aceita a proposta das Obras Públicas em delimitar a propriedade através de um bardo de canas.⁶⁹ A expropriação começou por ser amigável e, em Março de 1885, Frederico Augusto Serpa, *Conductor chefe de secção* das Obras Públicas do Distrito de Ponta Delgada, querendo antecipar-se às *formalidades que demoram sempre alguns meses*, pede a José do Canto para desde logo *encetar os trabalhos precisos* na sua propriedade⁷⁰. José do Canto dá-lhe uma resposta negativa por não haver um valor definido para a expropriação. Frederico Serpa responde-lhe dizendo que é a José do Canto que compete a avaliação⁷¹ e este solicita então que lhe seja enviada a *directriz do ramal da estrada real*, o que é feito em 18 de Abril com o envio do *esboço da planta topographica das três glebas de terreno*⁷² (Fig. 1.70) situadas no corpo de terras que tomará o nome de *O Ramal* (Fig. 1.71). No esboço fornecido pelas Obras Públicas são contabilizados 3933 m² de terras a expropriar, dos quais 1682 m² correspondem à área ocupada pela estrada e o restante à área ocupada por *taludes, rampas, ou maciços*⁷³. Em fins de Agosto, princípios de Setembro de 1885 a estrada foi aberta e, no final de Outubro, o preço acordado foi de 120 000 réis por alqueire.⁷⁴ O conflito parece surgir

⁶⁹ Cf. Cópia de exposição a instância não identificada, incluída com outros documentos e cartas em capa com o título *Correpond.ª trocada com a Direcção d'Obras P. cas sobre uma expropriação de terre.no no P.º Form.º*, UACSD, FBS-AJC. Veja-se transcrição de parte desta exposição no texto dedicado às Vedacões / Canas.

⁷⁰ Cf. Carta a Jacintho Pacheco d'Almeida (representando JC), da Direcção das Obras Publicas do Distrito de Ponta Delgada, n.º 559. L.º 2.º, 2.ª Secção, 30 Março 1885, assinada por Frederico Augusto Serpa, UACSD, FBS-AJC.

⁷¹ Cf. idem, n.º 566. L.º 2.º, 2.ª Secção, 1 Abril 1885, assinada por Frederico Augusto Serpa, UACSD, FBS-AJC.

⁷² Cf. idem, n.º 570. L.º 2.º, 2.ª Secção, 18 Abril 1885, assinada por Frederico Augusto Serpa, UACSD, FBS-AJC. As glebas atravessadas pela estrada na extensão de 333,70 metros são os *Dezessete de Cima, Dezessete de Baixo e Salgueiro*.

⁷³ Cf. [Planta de] *Parte da Estrada do porto em direcção a S. Braz pertencente ao Ex.mº Sr. José do Canto, Esc 1:1000*, UACSD, FBS-AJC, (Fig. 1.66). A área final contabilizada em Tribunal foi de 3980 m². Ainda que sem a confirmação dos convencionais ‘encarnados’ (a aterrar) e ‘amarelos’ (a desterrar), penso que um *maciço* seria um aterro e a *rampa* o talude resultante de um desaterro, mas não se percebe o que significaria então *talude*.

⁷⁴ Cf. Expropriação no P.tº Formoso em 1887 de 3.980m² -, ou de 2 alq e 170v.s, de terr.º na estrada nova do P.tº Form.º ao Rebentão do Barro. / - Notas a propósito -, UACSD, FBS-AJC.

somente pela questão das vedações. Frederico Serpa foi entretanto transferido para o Continente e, no final de 1886, *apareceu a expropriação com carácter judicial em fev.^o seguinte sem se saber o fundam.^{to}*. O tribunal, em sentença publicada a 4 de Abril de 1887, fixa o valor da expropriação em 746\$250 rs, condenando o expropriado a pagar as custas do processo que somam 37\$915 rs.⁷⁵ Ora este valor final, mesmo deduzindo as custas, é mais do dobro do calculado inicialmente pelo director da obra a partir dos 120\$000 rs/alq,⁷⁶ (posteriormente baixados por uma comissão de peritos para 100\$000 rs) o que significa que o Juiz beneficiou desafortadamente o particular terratenente em detrimento do Estado. A não ser que incluísse naquele valor o custo dos muros de alvenaria a executar por José do Canto nas confrontações com o ramal.

A estrada do Sul para as Furnas

Pretendendo ir para banhos no *Val das Furnas* no princípio do Verão de 1850, Nicolau Maria Raposo do Amaral escreve a *Nuno Gonsalves d'Arrud.^a Cout.^o* e *Gusmão* pedindo-lhe para que lhe deixe descansar a família nas suas *Cazas da Senhora da Vida*,⁷⁷ entre a Ribeira das Tainhas e a Ponta Garça. Assim era então: a viagem para as Furnas, a pouco mais de 40 km de distância da Cidade, levava dois dias de caminho.⁷⁸

Em 1852, o secretário-geral do governo interino do Distrito, António Teixeira de Macedo⁷⁹, pronuncia-se no jornal *O Correio Michaelense* sobre as alternativas estratégicas para estabelecer uma *estrada geral* para toda a Ilha: em discussão estavam o projecto da famosa estrada central de Caetano Alberto Maia, ou a alternativa aparentemente mais pragmática do eng. Francisco Maria Montano de abrir estradas de rodagem alargando e pavimentando os caminhos do litoral.

⁷⁵ Cf. *idem*.

⁷⁶ 2 alq 170 vs = 2,85 alq; 2,85 alq x 120 000 rs/alq = 342 000 rs.

⁷⁷ Cf. Carta de Nicolau Maria Raposo do Amaral, de Ponta Delgada, 17 Junho 1850, UACSD, ARA 21561.

⁷⁸ Cf. Marquez de Jacome Corrêa, *ob.cit.*, p. 72. Vejam-se também os diversos relatos de viagem estrangeiros.

⁷⁹ Nascido no Porto entre 1828 e 1830, segundo a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XV, Lisboa, Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Limitada, s.d.

Retomando uma ideia já veiculada em 1825 por Mouzinho de Albuquerque⁸⁰, o capitão Caetano Alberto da Maia⁸¹ terá proposto, no final da década de 30, a abertura de uma estrada central que, ramificando a partir do meio da ilha, ligasse todos os concelhos em que se dividia S. Miguel. O projecto era teoricamente sedutor, pois parecia substituir por uma só as duas vias paralelas da costa norte e da costa sul. Além disso, tendo em conta a cartografia disponível, o projecto parecia exequível: as cartas britânicas de William Hard Read, de 1808 (Fig. 1.62), e do capitão A. T. E. Vidal, de 1844 (Fig. 1.72),⁸² foram levantadas para uso da Marinha, detalhando o recorte da costa e assinalando os baixios, mas pouco informando do relevo interior. Pese a excelente qualidade gráfica e o maior rigor da carta de Vidal, na orografia representada por sombreado a indicação de cotas altimétricas terrestres é escassa e pontual, multiplicando-se a indicação em braços da profundidade do mar próximo das enseadas. A carta do tenente-coronel Francisco Carlos de Figueiredo, de 1824 (Fig. 1.73),⁸³ desenhada numa escala maior e recortando expressivamente todas as ribeiras e grotas, mas mal apontando o relevo do interior, indicia até maiores despesas na execução das estradas do litoral (perspectivando um sem-número de pontes a sucederem-se

⁸⁰ Depois da construção de um porto seguro para vinte e cinco navios, e da construção de *caldeiras* nos portos da costa, para a cabotagem, o segundo dos *melhoramentos* que Mouzinho de Albuquerque considera *urgentes para a prosperidade do Commercio em S. Miguel* é assim proposto: “Em quanto ás comunicações interiores, vista a pouca largura da Ilha de S. Miguel, bastaria abrir huma **estrada geral de E. ao O.**, ao longo da cadêa central da Ilha, a qual, destacando pequenos ramos para as principaes povoações do litoral, serviria para a fácil comunicação de todas ellas, por meio de transportes de outra natureza, que aquelles que hoje se empregão [...]. A estrada, assim construída, teria a vantagem económica de não carecer de pontes, por passar acima da origem das ribeiras”, (bold meu), Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque, ob.cit., p. 35.

⁸¹ Formado em 1827 pela Real Academia de Fortificação, cf. Sousa Viterbo (coord.), *Diccionario Historico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes a Serviço de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899-1904, vol. II, p. 53.

⁸² *San Miguel / Surveyed by Cap. A. T. E. Vidal, R. N. / 1844*, gravada por J. and C. Walker, *London Published according to Act of the Parliament at the Hydrographic Office of the Admiralty July 23.rd 1849*, [...] *Magnetic variation in 1883 decreasing about 3' annually*, BPARPD, FEC - Cart., pasta IV - n.º 97. Esta edição da carta de Vidal tem, por baixo da moldura, ao centro do lado direito, *Large corrections June 1873*, e mostra o troço da Doca já construído, e faróis no Cais e Alfandega, em Ponta Delgada, e na Ponta do Arnel. Na Planta da Cidade, alinhada no friso inferior, representa-se a pedreira, a Santa Clara, e o caminho-de-ferro das obras na Doca.

⁸³ *Carta Militar e Topo Hydrografica da Ilha de S. Miguel levantada em 1822 e dezenhada em 1824 tudo pelo Tenente Coronel Engenh.º Jozé Carlos de Figueiredo / Longitude Occidental do Meridiano de Cadiz*, escala gráfica em *Legoa portugueza*, cópia de 1879, BPARPD, FEC - Cart., n.º da ordem 141, 53x110 cm, pasta IV - n.º 74.

umas atrás das outras), que a da estrada central onde a menor densidade figurativa desinforma das dificuldades.

“Uma estrada central, na accepção restrita e mathematica do vocábulo, é, em S. Miguel, um impossível physico”, escreve o redactor d’*O Correio Michaelense*, contando que o próprio capitão Maia teria feito o reconhecimento da topografia do interior da ilha e, *vencido pela desigualdade excessiva do terreno*, teria percebido que estava condicionado a subir para o planalto da Achada das Furnas a partir das caldeiras da Ribeira Grande, por um *antigo e defeituoso caminho* que já então se trilhava⁸⁴, prosseguindo para os Graminhais, mas, ainda assim, não encontrando, nem ele nem os mateiros, *praticos daquelas alpestres paragens*, vias de declive razoável para descer às povoações que se alinhavam ao longo do cordão do litoral, dada a abrupta diferença de cotas.⁸⁵ A *vox populi*, no entanto, adoptara o conceito literalmente, estendendo a estrada aos extremos opostos da ilha, e foi assim que a Junta Geral levou o assunto em Consulta ao governo de Sua Majestade, considerando a “abertura duma estrada central em todo o comprimento desta ilha, como sendo uma das obras de primeira necessidade, que traria grandes vantagens ao seu comércio interno”⁸⁶.

Surpreendentemente, Teixeira de Macedo relata que não tem na sua posse cópia de nenhum daqueles projectos e que deve as suas descrições ao cônsul britânico Thomas Carew Hunt.⁸⁷ Podia até acontecer que não houvesse projectos

⁸⁴ E que hoje coincide com a estrada que, vinda das Caldeiras para as Lombadas, ramifica antes destas para subir ao Monte Escuro.

⁸⁵ “Ponta Delgada 18 de Dezembro / Estrada Central”, na rubrica “O Correio” d’*O Correio Michaelense* n.º 325, 18 Dezembro 1852. No número seguinte, como alternativa *pratica* ao caminho da Gaiteira, e argumentando com a centralidade das Furnas, que eram como uma “*estação intermédia* para quasi todos os moradores dos logares da Ilha que se estendem desde o Nordeste até á Villa da Povoação, quando de inverno se dirigem a Ponta Delgada, ou às Villas que jazem na divisão central de S. Miguel”, o articulista propõe que a estrada vinda das Furnas marginando a lagoa suba ao Lombo do Mosquito, onde já passaria um caminho antigo, pelo *Caldeirão grande*, depressão circular na margem sudoeste da Lagoa das Furnas, e depois desça para Vila Franca pelo Cerrado dos Bezerros. Cf. “Ponta Delgada 25 de Dezembro / Estrada Central”, *O Correio Michaelense* n.º 326, 25 Dezembro 1852.

Francisco Borges da Silva, ob.cit., no extensivo mapa escrito que faz da ilha em 1813, já havia identificado a nascente do maciço da Barrosa *hum grande plateau ou chapada* da Achada das Furnas aos Graminhais acabando sobre o Nordeste.

⁸⁶ “Escavações 40”, *A Persuasão* n.º 1790, de 6/5/896, em Francisco Maria Supico, *Escavações*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1995, p. 87-88. Esta Consulta ao governo com data de 1838 em Supico, é datada de 1848 quer pelo Marquês de Jacome Corrêa, ob.cit., p. 118, quer pelas *Reflexões* de António Teixeira de Macedo, Ponta Delgada, 1852.

⁸⁷ Cf. António Teixeira de Macedo, “Reflexões á cerca de algumas das principaes necessidades do Districto de Ponta Delgada; [...]”, em *O Correio Michaelense*, n.º 326, 25 Dezembro 1852.

alguns, enquanto planos desenhados, mas o desabafo do secretário-geral revela uma certa impotência do poder civil face à administração do território, para não falar do domínio da informação pelo representante de Sua Majestade Britânica, a Rainha Vitória. Com as obras públicas até então a cargo dos engenheiros militares que eram colocados ao serviço nos Açores, não havia na ilha uma instituição que, coleccionando os sucessivos planos, relatórios e memórias, garantisse uma continuidade de actuação técnica e política no território.

Após a Regeneração, o novo governador civil do Distrito de Ponta Delgada, Felix Borges de Medeiros, instituiu em 1851 a *Comissão das Obras Públicas* que tinha na gestão da construção e manutenção das estradas a sua principal função.⁸⁸ A mais operativa *Direcção das Obras Públicas do Distrito de Ponta Delgada* foi instalada na última semana de Abril de 1854 pelo mesmo governador. O primeiro director das Obras Públicas do Distrito, que integrava as ilhas de S. Miguel e Santa Maria, foi o *capitão d'engenheiros* João Luiz Lopes,⁸⁹ e a partir de então começa a ler-se nos relatórios publicados no final de cada ano n' *O Correio Michaelense* o progressivo, ainda que lento, alargamento dos caminhos e *macadamização* das estradas, agora de perfil *abaulado com desaguamento por valetas lateraes empedradas*, recorrendo a aterros e *muros de encosto* (muros de suporte)⁹⁰, assentando *marcos kilometricos de balisagem* e, claro está, lançando

⁸⁸ Cf. Carlos Cordeiro, *Insularidade e Continentalidade, os Açores e as contradições da Regeneração (1851-1870)*, Coimbra, Minerva-História, 1992, p. 29-30.

Formado em Direito pela Universidade de Coimbra em 1841, Felix Borges de Medeiros (1827-1874) foi nomeado pelo marechal Saldanha para governador civil do Distrito de Ponta Delgada em 1851, permanecendo naquele posto por 17 anos, durante os quais apresentou 23 relatórios ao Governo, cf. *Album Açoriano*, Plano e direcção de António Baptista, Editores Oliveira & Baptista, Lisboa, Typ. e Fotogravura do Anuário Comercial de Portugal, 1903, p. 180.

⁸⁹ Cf. "Relatório à Junta Geral do Districto de Ponta Delgada pelo Exm.º Governador Civil Félix Borges Medeiros, no 1º de Dezembro de 1855", em *O Correio Michaelense*, n.º 481, 15 Dezembro 1855. O relatório integral começou a ser publicado a partir do n.º anterior, de 8 de Dezembro.

João Luiz Lopes chegou a S. Miguel a 12 de Abril de 1854. Em Julho de 1858 pediu transferência para Lisboa alegando motivos de saúde. Autor de uma *Memória sobre o corpo d'engenharia em Portugal e nova organização de que carece para melhoramentos sociais do paiz*, Impr. Nacional, Lisboa, 1846, morre em Almada, no quartel, em Abril de 1864. Cf. processo individual de *Lopes, João Luís*, AHMOP-CPI.

⁹⁰ Para suavizar e regularizar os declives, conforme se exigia a uma estrada para carruagens, era necessário escavar proeminências (recorrendo a explosivos quando a rocha se interpunha), ou aterrar depressões. Quando os movimentos de terra aconteciam nos aglomerados, eram as Obras Públicas que adaptavam os acessos das casas às novas cotas da estrada, reconfigurando o arruamento: "Na porção da estrada da Ribeira Grande entre os kilometros II e V fizeram-se de aterros na caixa do caminho 436 metros cubicos, de valetas lateraes e estrada macadamizada 432 metros quadrados – fazendo-se 2 canos de desaguadouro, **assentaram-se 16 soleiras nas cazas** dos habitantes contíguas á estrada, e **levantou-se a fachada d'uma caza terrea que ficava**

pontes.⁹¹ Ainda que se tenha de descontar algum empolamento publicitário,⁹² é uma nova cultura e organização do trabalho que se inicia. Para além das técnicas modernas de projecto e construção, introduziu-se uma não menos importante sistemática administrativa, que se revelava, por exemplo, na manutenção organizada das estradas: quando a estação das chuvas interrompia o prosseguimento dos trabalhos, eram “[...] entregues os lanços novamente construídos aos diferentes Cantoneiros encarregados da conservação.”⁹³

Teixeira de Macedo optou pelo plano B, aconselhando ao governo o *melhoramento das Estradas actuaes*, ou seja, da estrada de circunvalação, com prioridade para o trajecto da costa sul a melhorar e estender até à Vila do Nordeste e, contornando a extrema nascente da ilha, a prosseguir até à Ribeira Grande. Confirmando um pragmatismo realista, não deixa de recomendar que a estrada se desvie para o interior “naquelles pontos aonde as ravinas, ou a

subterrada com os aterros.” (bold meu), em “Direcção d'Obras Publicas no Districto de Ponta Delgada / Parte mensal dos trabalhos praticados nas obras a cargo da dita Direcção no mez de Outubro de 1855”, *O Correio Michaelense*, n.º 483, 29 Dezembro 1855.

⁹¹ Vejam-se, por exemplo, os relatórios publicados sequencialmente n' *O Correio Michaelense* por João Luiz Lopes do n.º 481, de 15 Dezembro 1855, ao n.º 485, de 12 Janeiro 1856.

⁹² Não havendo know how local nem visitas regulares pelo Inspector das Obras Públicas do Reino que permitissem avaliar a qualidade dos *planos*, qualquer projecto apresentado (constituído por plantas, cortes e alçados, memória descritiva e orçamento) era *bom* apenas porque era projecto. Assim, o afã projectista do capitão de engenheiros João Luiz Lopes escondia a sua aparente incapacidade técnica para a realização das obras que, desde o paiol no Papa-terra (“Esta obra apenas concluída foi pelos ares”, em “Relatorio da administração do districto de Ponta Delgada, feito e dirigido ao governo de Sua Magestade em 1862, pelo Governador Civil, Felix Borges de Medeiros”, *O Correio Michaelense*, n.º 869, 21 Janeiro 1863), ao porto de St.^a Iria e ao projecto da estrada para Vila Franca do Campo, foram localmente muito contestadas (cf. Francisco Maria Supico, *ob.cit.*, p. 699-702).

Mas se este engenheiro falhou, que dizer do projecto de Sir John Rennie para a Doca de Ponta Delgada? Criteriosamente escolhido, após sucessivos projectos dos militares da engenharia portuguesa, Rennie tinha imenso prestígio, era o bastonário da ordem profissional dos engenheiros ingleses, projectara uma ponte sobre o Tamisa e o longo molhe de Ramsgate de que Parkin Scholtz, em óbvia missão, enviou gravuras a JC (Carta de Parkin Scholtz a JC, 24 Agosto 1860, UACSD, FBS-AJC 11689). Antes fizera um relatório datado de 14 Junho 1855 para o porto na foz do Douro. A convicção de Felix Borges de Medeiros, seguramente partilhada com JC e seus compadres, de que *o credito d'um dos primeiros engenheiros d'Inglaterra não iria naufragar nas praias micalenses* (“Relatorio da administração do districto de Ponta Delgada, [...]”, *cit. supra*) foi dramaticamente batida pelas sucessivas tempestades que fizeram daquela obra uma tarefa de Sísifo.

⁹³ “Relatório à Junta Geral do Districto de Ponta Delgada [...] de 1855”, *O Correio Michaelense*, n.º 485, 12 Janeiro 1856. A posterior Junta Autónoma das Estradas (criada em 1927, sucessora da Administração Geral das Estradas e Turismo) manteve os Cantoneiros como os artífices do esmerado arranjo paisagístico das bermas das estradas micalenses.

natureza da beira-mar apresenta mais dificuldades”,⁹⁴ o que realmente terá de acontecer. A prazo, esta opção revelou as suas limitações, porque o leito dos caminhos existentes nem sempre podia ser alargado ou por ser, em certos troços, excessivamente inclinado para a rodagem de veículos. No Parecer n.º 23347 do Conselho Superior das Obras Públicas e Minas de 15 de Junho de 1896, e citando o pedido do eng. director das Obras Públicas do Distrito de Ponta Delgada, Marianno Augusto Machado de Faria e Maia, pode ler-se que os estragos nas estradas causados pelo temporal de 1893 e pelas fortes chuvas de entre Setembro de 1895 e Janeiro de 96 foram agravados pela “activa circulação de viaturas e cargas pesadas desde que se estabeleceram as fabricas de destilação do álcool”, e, principalmente, pelo facto de aquelas estradas serem feitas no “leito dos antigos caminhos”. (bold meu).⁹⁵

À estrada de circunvalação da ilha caberá na classificação das vias o número 8. Se bem que em 1899 se anuncie para breve a chegada da Estrada Real n.º 8 ao Nordeste com a abertura da estrada Fenais da Ajuda - Vila do Nordeste,⁹⁶ o círculo só será devidamente fechado na década de 50 do século seguinte (Fig. 1.75). Já a estrada central de Alberto Maia, que em 1880 foi reproposta ao governo pela Junta Geral,⁹⁷ tudo indica que será citada no século XXI pelo traçado da SCUT para o Nordeste.

⁹⁴ Cf. “Reflexões á cerca de algumas das principaes necessidades do Districto de Ponta Delgada;” *O Correio Michaelense*, n.º 326, 25 Dezembro 1852. É para residência dos cantoneiros a casa de janelas ogivais e alpendre com colunas de pedra que surpreende M. Emydgio da Silva no Cerrado dos Bezerros, a caminho das Furnas, *S. Miguel em 1893, Cousas e Pessoas, Cartas reproduzidas do «Diário de Noticias» de Lisboa*, Ponta Delgada, Bibliotheca da Autonomia dos Açores, 1893, p. 51.

⁹⁵ Cf. *Orçamento das reparações da estrada do Distrito compreendendo aquelas a que tem de proceder-se por virtude do temporal do 1.º de Dezembro de 1893, reformado conforme o parecer do Conselho Superior das Obras Públicas e Minas*, AIEP - FA././22/-1603.

⁹⁶ Cf. *O Preto no Branco*, n.º 159, 12 Janeiro 1899. Pelas actas das reuniões da Junta Geral percebe-se que no início de 1900 havia ainda pequenas porções da estrada entre a Algarvia e o Nordeste que não estavam concluídas, cf. *Junta Geral do Districto de Ponta Delgada, Sessões de 1900*, Ponta Delgada, Typ. Elzeviriana, 1901, reunião da Comissão Districtal de 3 de Fevereiro, p. 48.

⁹⁷ Nas sessões de 7 e 17 Maio 1880 presididas por JC e após proposta inicial do Dr. Vicente Machado, a Junta Geral do Distrito retoma a ideia da Estrada Central. Em representação ao governo, depois de lembrar as estradas e caminhos-de-ferro que se têm executado no Continente a expensas do Estado, argumenta-se que em S. Miguel os “melhoramentos fizeram-se ate hoje quasi exclusivamente á nossa custa. O nosso porto artificial, a obra mais importante d’estas ilhas, construiu-se quasi todo a expensas d’este districto”, e, ainda que se reconheça que as estradas do litoral se fizeram com dinheiro do Estado, invoca-se a necessidade de fazer ramais alternativos a alguns lanços da estrada n.º 11, da Ribeira Grande à Povoação, pois tendo sido lançada no “seu antigo leito” apresenta lanços com inclinações tão fortes entre a Achada das Furnas e a

A partir de 1852 José do Canto começara a comprar e a arrendar e permutar terras junto à lagoa das Furnas. Lembro que data do ano anterior a nomeação da *Comissão das Obras Públicas* que em 1854 se institucionalizou como *Direcção das Obras Públicas do Distrito de Ponta Delgada*. José do Canto, que fora nomeado membro da comissão consultiva de 1849 para se pronunciar sobre os melhoramentos necessários ao Distrito⁹⁸, estaria bem informado dos planos e capacidade de acção daquela Direcção que vai tentar acompanhar, à escala local, o fomento fontista do Continente. Entre 1852 e 1886 foi dada prioridade às vias de comunicação terrestres, com 70% da despesa efectuada no Distrito de Ponta Delgada adjudicada às estradas.⁹⁹

Em 1858 a estrada para as Furnas pela Ribeira Grande já seria transitável até à Ladeira da Velha.¹⁰⁰ Na década seguinte, a estrada do Norte estava pronta até às alturas das Pedras do Galego, dali descendo-se de burro para o vale.¹⁰¹ Talvez se tenha acabado primeiro do que a alternativa pelo sul, por estar já feita há décadas a ligação de Ponta Delgada à Ribeira Grande.

Segundo o Marquês de Jacome Corrêa, em 1855 inicia-se a estrada do Sul, que não era até ali acessível ao trânsito de carruagens, com a construção de cerca de

Ladeira da Velha que dificultam o “transporte de rodas” de pessoas e mercadorias. Solicita-se, por isso, a execução de uma variante a este trajecto a traçar de acordo com a velha ideia da Estrada Central, justificando-se ainda com a promoção do arroteamento dos matos dos plateaus do interior “para terras de cereaes, para pastos e para plantações de chá, de *phormium tenax*, e de outras plantas, que a experiência indicasse.” Cf. Representação ao *Governo de Sua Magestade* pela Junta Geral do Distrito em Maio de 1880, em “Documentos relativos á Sessão do Mez de Maio de 1880”, *Junta Geral do Districto de Ponta Delgada, Sessões do Anno de 1880*, Ponta Delgada, Typographia Imparcial, 1881, p. 45.

⁹⁸ Cf. Marquez de Jacome Corrêa, ob.cit., p. 118.

⁹⁹ Cf. “NOTA da despesa effectuada com as obras publicas dos Açores e da Madeira, e nos dois portos artificiaes de Ponta Delgada e Horta, desde 1852 [até 30 de Junho de 1886]”, em *Arquivo dos Açores*, vol. 9, p. 193.

¹⁰⁰ “Queira mandar dizer ao Mestre João que quinta feira 15 do corrente me mande o carro para a ladeira da velha, e que deve estar lá de manhã sedo, e que me não faça esperar.” Carta de Nicolau Maria Raposo do Amaral a António Machado da Silva, das Furnas, 11 Julho 1858, UACSD, ARA 22307.

¹⁰¹ “As estradas no interior do valle, e as que a elle conduzem tem melhorado: já este anno se pôde ir em carruagem por uma estrada ordinária de Ponta-Delgada ao cimo do valle.” *Archivo Pittoresco*, vol. III, 1860, p. 229, mas o Marquês de Jacome Corrêa só a dá por terminada, na mesma extensão, até às Pedras do Galego, em 1866, cf. ob.cit., p. 122.

M. Borges de F. Henriques, *A Trip to the Azores or Western Islands*, Boston, Lee and Shepard, 1867, p. 87-88, de regresso a S. Miguel após 18 anos de ausência, confirma que a estrada de Ponta Delgada – Ribeira Grande – Furnas está macadamizada em 24 milhas, levando-se 6 a 7 horas de carruagem a percorrê-la.

4 km de estrada com valetas de drenagem e acabamento em macadame entre a Lagoa e Água de Pau.¹⁰² No final de 1857 o capitão João Luiz Lopes tem por concluídos os trabalhos de campo necessários para re-desenhar a estrada de Água de Pau a Vila Franca do Campo.¹⁰³ Mas o traçado resultante seria muito oneroso, sendo o projecto revisto em 1861¹⁰⁴ pelo engenheiro civil formado pela *École Impériale des Ponts et Chaussées*¹⁰⁵, Ricardo Júlio Ferraz que encontramos à frente das Obras Públicas do Distrito a partir de 1859¹⁰⁶.

¹⁰² Cf. Marquez de Jacome Corrêa, ob.cit., p. 121.

¹⁰³ Cf. “Relatorio de S. Ex.^a o Sr. Governador Civil deste Districto, no dia 1.º de Dezembro corrente, por ocasião da abertura das Sessões da Junta Geral”, em *O Correio Michaelense*, n.º 587, 26 Janeiro 1857.

¹⁰⁴ “Por mui recentes informações, do actual director das obras publicas, e á vista de seus novos estudos, sou informado que se pode reparar a estrada antiga [de Agua de Pau a Vila Franca do Campo].” O governador refere esta estrada como “um dos meus maiores empenhos desde que estou à testa da administração deste distrito, e que, infelizmente, sempre tenho visto malogrado, sem dúvida pelas graves dificuldades e enorme despesa em que importava a estrada primeiramente projectada.”, em “Relatorio da administração do Districto de Ponta Delgada feito e dirigido ao Governo de Sua Magestade em 1861 pelo Governador Civil Felix Borges de Medeiros”, *O Correio Michaelense*, n.º 818, 29 Janeiro 1862.

O Marquês de Jacome Corrêa, ob.cit., p. 121, confirma a revisão do projecto da estrada para as Furnas em 1861, mas atribui a autoria a um tenente Vidal. Nestor de Sousa (*O Palacete do Porto Formoso e outras Imagens Oitocentistas de Ponta Delgada*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 9 Janeiro 1997, p. 21), afirma que a obra da estrada Ponta Delgada-Vila Franca-Furnas, num percurso de 5 léguas em 1868, foi em parte dirigida pelo eng. Ricardo Júlio Ferraz, que ao tempo também dirigia as obras da Doca; enquanto Isabel Soares de Albergaria (*Quintas, Jardins e Parques da Ilha de São Miguel, 1785-1885*, Lisboa, Quetzal Editores, 2000, p. 170-171) lhe atribui mesmo o traçado da via.

¹⁰⁵ Em documento passado pela *École Impériale des Ponts et Chaussées*, com data de 29 Maio 1855, certifica-se a passagem de Ferraz da 2.^a para a 1.^a classe, servindo este ao prorrogamento da bolsa de estudo de 30 mil réis mensais atribuídos pelo governo. Era também bacharel em Filosofia e Matemática pela Universidade de Coimbra. Cf. processo individual de *Ferraz, Ricardo Júlio*, AHMOP-CPI.

¹⁰⁶ Ricardo Júlio Ferraz foi nomeado Director das Obras Públicas do Distrito de Ponta Delgada em Outubro de 1859. Pouco mais de um mês depois, já prestava contas n’*O Correio Michaelense*, n.º 707, de 13 Dezembro 1859, publicando um “Mappa das despesas feitas com os trabalhos da Direcção das Obras Publicas do Districto de Ponta Delgada d’Outubro até 19 de Novembro de 1859”.

Nascido na Madeira, Ricardo Júlio Ferraz viria a casar com Catarina Prescott Ivens, uma micaelense de ascendência inglesa. Em 1857-58 terá perdido um braço *por ocasião de experimentar uma máquina a vapor applicada a um engenho d’assucar* montado na sua ilha natal. Em 1870 pede transferência para Lisboa alegando motivos de saúde, e em 1880 solicita autorização para embarcar para o Funchal. (Cf. processo cit.). “Esteve ao serviço da Companhia das Águas na época da construção do Canal da Mata. No Arquivo das Obras Públicas existem desenhos seus relativos aos aquedutos. Foi a França por volta de 1857 estudar os serviços de distribuição de água. Estabeleceu os 1.^{os} engenhos de açúcar na Madeira. Em 1873 é encarregue da direcção das obras da Penitenciária de Lisboa.” Maria Helena Lisboa, *Os Engenheiros em Lisboa: Urbanismo e Arquitectura (1850-1930)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

Ricardo Júlio Ferraz (1824-1880) merece um parêntesis pela metodologia de projecto exemplar de que são prova os projectos à guarda do Arquivo Histórico do MOP. Assim, e extrapolando um modelo a partir daquela resenha, para uma determinada estrada a *reparar* ou *melhorar*, o processo a enviar para aprovação do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria era organizado em *Peças desenhadas*¹⁰⁷ que consistiam na planta com o traçado existente; na planta que acrescentava o projectado ao representado na anterior; nos perfis longitudinal e transversais com os encarnados e amarelos; nas *Obras d'arte*, quando necessárias; e, por fim, numa colecção de “Plantas parcelares” que representavam os prédios que compunham o cadastro atravessado pelo traçado projectado onde este requeria expropriações. Estes desenhos avulsos, numerados por sequência de vizinhança, identificavam o proprietário, as confrontações e o tipo de uso do solo.

As plantas e perfis longitudinais eram desenhados à escala 1:2.500, o que resulta em desenhos com mais de 2 metros de extensão nalguns casos. Aliás, e a não ser que tivesse sido já praticada por João Luiz Lopes, esta escala seria inédita na representação cartográfica da Ilha. As ‘fichas’ do cadastro são peças do maior interesse para o estudo da propriedade. Nenhuma das estradas de Ricardo Júlio Ferraz constantes do arquivo do Ministério das Obras Públicas¹⁰⁸ atravessa propriedade de José do Canto, no entanto, encontramos o inevitável Nicolau Maria Raposo, e também José Jacome Correia e Ernesto do Canto, no caminho das estradas a corrigir. De Água de Pau a Vila Franca, nenhum deles tem prédios confrontando os troços de estrada projectada. Ao longo desta, nos agregados mais pequenos como os *Trinta Reis*, encontram-se prédios que pouco mais são o chão das casas, alguns com “orta” atrás. As fichas desenhadas só medem a área a expropriar, mas figuram a totalidade do prédio a uma escala dada. De

¹⁰⁷ No *Projecto e orçamento para a construção d'uma parte do lanço da estrada Municipal de 1ª classe commum aos Concelhos da Villa da Ribeira Grande e Villa Franca do Campo, comprehendida entre os perfis N.ºs 0 e 182 // Direcção das Obras Publicas do Distrito de Ponta Delgada, 28 de Janeiro de 1886*, [assin.] Francisco Augusto Pamplona Serpa, AHMOP-DGOM, as peças escritas são constituídas pela *I Memória Descritiva, II Medição geral, III Série de preços e IV Detalhe estimado*.

¹⁰⁸ Ponta Delgada - Calhetas; Água de Pau - Vila Franca do Campo; Trinta Réis - Vila Franca do Campo; Ribeira Seca - Rabo de Peixe; Ribeira Grande - Porto de St.^a Iria. Os projectos destes percursos, assinados por Ricardo Júlio Ferraz entre 1862 e 64, encontram-se na pasta AHMOP-DGOP - Projectos em estudo e processos de obra (Distrito de Ponta Delgada).

longe, o prédio de maior área desta amostra é o pertencente ao *Conde da Silvã*, sito à Ribeirinha confrontando a norte com as barrocas do mar e imensamente maior do que o de José Jacome Corrêa, que lhe fica a nascente.

Voltando à estrada do Sul para as Furnas, na planta do *Projecto de melhoramento da Estrada de Agua de Pau a Villa Franca do Campo*, com data de 15 de Fevereiro de 1862,¹⁰⁹ temos representado a amarelo escuro a *estrada velha*, a amarelo claro a *estrada projectada* e a carmim a *parte em construcção actualmente*. Lendo a carta, vemos que no início de 1862 apenas se encontram em construcção as curvas e contracurvas do fundo da descida da ladeira do Pisão, já desenhada em longa recta até àquelas mas a amarelo claro, ou seja, em projecto. Mais à frente e confirmando as fontes escritas, as duas linhas paralelas preenchidas a amarelo escuro da estrada existente são interrompidas pela areia da praia de Água de Alto. Quanto ao projectado, verifica-se que apenas está estudada a correcção do traçado existente, ampliando o raio das curvas e, sempre que possível, alinhando em lanços rectos as sinuosidades existentes, até aos Trinta Réis. De um modo geral, a estrada nova pouco se desvia da velha, sobrepondo-se-lhe na maior parte. Alguns desvios mais pronunciados explicam-se com a necessidade de diminuir o declive. Os prédios confrontantes com a estrada são na maioria de *terras lavradias*, com *vinha* a comprovar a tradição desta cultura na Caloura, e algumas faixas de *Matta* alongando-se em linhas de água, também na vizinhança de Água de Pau.

Os estudos para a estrada a partir dos Trinta Réis só aparecem dois anos depois, no projecto datado de 28 de Julho de 1864.¹¹⁰ Dos Trinta Réis à Grota do Barro, a estrada é totalmente nova, e de Água de Alto até ao Convento de S. Francisco à entrada de Vila Franca o intrépido engenheiro risca uma longa e única recta, que

¹⁰⁹ O rótulo integral em epígrafe é *Direcção Geral das Obras Públicas do Distrito de Ponta Delgada / Projecto de melhoramento da Estrada de Agua de Pau a Villa Franca do Campo / Planta / (Escala de 1/2.500)*; e, no friso inferior, *Ponta Delgada, 15 de Fevereiro de 1862 / O Director [rubr.] RJJFerraz*, AHMOP-DGOP - Projectos em estudo e processos de obra (Distrito de Ponta Delgada). Sob o mesmo rótulo e a mesma data e rubrica, este processo inclui desenhos autónomos para um *Pontão a construir na Ribeira no Pizão* e para *Ponte a construir na Ribeira da Praia*.

¹¹⁰ *Direcção Geral das Obras Públicas do Distrito de Ponta Delgada / Projecto de Reparação da Estrada entre os Trinta Reis e Villa Franca do Campo / Planta / Escala de 1 por 2.500 // Ponta Delgada, 28 de Julho de 1864 / O Director [rubr.] RJJFerraz*, AHMOP-DGOP - Projectos em estudo e processos de obra (Distrito de Ponta Delgada).

só virá a ser construída nos meados do século XX e, ainda assim, subdivida em dois tramos. O projecto inclui os desenhos da *Ponte a construir na Ribeira d'Água d'Alto*. Entre os dois projectos a montante e jusante do casal dos Trinta Réis, ficou por desenhar o longo aterro sobre a praia de Água de Alto.

Em 1862 já estaria projectado o traçado da estrada depois de Vila Franca para as Furnas, pois José do Canto recebera então pelo menos a parte que lhe atravessa a propriedade¹¹¹. A descontinuidade sequencial no projecto da estrada de Ponta Delgada às Furnas explicar-se-á pela urgência em melhorar o caminho da Gaiteira, já que, sempre que o mar o permitia, ia-se de barco para Vila Franca, ou para a Ribeira Quente, seguindo-se então de burro para o vale na moda.

A dedutível hiperactividade de Ricardo Júlio Ferraz, forçosamente acompanhado de um bom corpo técnico, não se resumia ao gabinete de projectos.¹¹² O engenheiro madeirense também era homem de obra feita: os “melhoramentos que se tem operado em geral nas estradas desta Ilha nos últimos annos, são tão palpaveis que nega-los seria um absurdo, ou maldade” escreve, no final de 1862, o redactor d'*O Correio Michaelense*.¹¹³ Em 1869 roda-se até Vila Franca.¹¹⁴

Mas o habitualmente distante, ou mesmo inexistente, controlo do Estado far-se-á sentir em crescendo no terreno com a sucessiva regulamentação da construção das estradas¹¹⁵. Felix Borges de Medeiros não disfarça o incómodo perante a obstinação do poder central em decidir das obras a 1600 km de distância, em passagem do relatório de 1860 que penso valer a pena transcrever integralmente:

¹¹¹ Cf. Carta do Director Geral [das Obras Públicas] a JC, 10 Janeiro 1877, BPARPD, JC CORR. Cx.1/24 RES.

¹¹² Para além das estradas, Ricardo Júlio Ferraz terá projectado edifícios, dirigiu a construção da nova Cadeia, sucedeu a Sir John Rennie na direcção da obra da Doca, e, segundo Joaquim Cândido Abranches, *Album Michaelense*, Ponta Delgada, 1869, p. 73, foi ainda este engenheiro quem projectou o estabelecimento de Banhos das Furnas.

¹¹³ *O Correio Michaelense*, n.º 865, 24 Dezembro 1862.

¹¹⁴ Cf. Joaquim Cândido Abranches, ob.cit., p. 77.

¹¹⁵ Para o encadeamento legislativo que enquadrou a politica fontista da abertura de estradas v. Maria Fernanda Alegria, *A Organização dos Transportes em Portugal (1850-1910)*, doutoramento em Geografia Humana, Lisboa, Faculdade de Letras, Universidade Lisboa, 1987.

Os artigos 19 e 20 da Carta de Lei de 15 de Julho de 1857, determinam que obra alguma seja proposta, ou se mande executar, sem precedência dos respectivos projectos e orçamentos, e estes aprovados pelo Conselho das Obras Publicas do Continente e Reino.

N'este Districto, só quando a obras de maior vulto e de novo começadas, assim se procedeo, como foi a Cadêa Penitenciaria, o porto de Santa Iria, e o projectado porto das Capellas.

As mais obras em geral, que mais verdadeiramente se podiam considerar reparações em grande escalla, se teem executado sem aquellas formalidades, mas de perfeito accordo entre mim e os Directores das obras publicas.

E realmente muitas circunstancias se teem dado, como a falta de trabalho, em momentos de crises, debelladas com o emprego, nas obras publicas, de milhares de braços, que tornavam impossivel a fiel execução d'aquella Lei.

Agora mandou o Governo de Vossa Magestade, pelo respectivo Ministério, em Portaria de 14 de Julho ultimo, que os supracitados artigos fossem fielmente observados, e, em meu officio do primeiro de Setembro findo, fiz, sobre o assumpto, as ponderações que entendi convenientes, quanto ás obras em execução.

Hoje cumpre-me rogar ao Governo, se digne fazer sempre expedir, com brevidade, do Conselho das obras publicas, os planos e orçamentos que, d'este Districto, lhe forem apresentados, attenta a distancia em que nos achamos.¹¹⁶

No mesmo relatório, o governador do Distrito de Ponta Delgada comunica que, dada a escassez dos orçamentos aprovados, passou a executar as obras “n'aquelles pontos onde mais necessárias se tornavam, progredindo annualmente, pela mesma forma, segundo a sua importância”.¹¹⁷ Este modo de gestão, que foi igualmente adoptado pelos seus sucessores, explica a descontinuidade dos troços de estrada executados.

Depois da divisão em *Estradas Nacionais*, *caminhos municipais* e *vicinais* experimentada pela lei de 22 de Julho de 1850, o Decreto de 15 de Julho de 1862 determina a classificação das estradas especificamente nas Ilhas Adjacentes em *estradas reais* e *estradas municipais*. No ano seguinte, o Governo Civil envia para Lisboa o *Projecto de classificação de estradas da ilha de S. Miguel* elaborado em acordo com a Direcção Distrital das Obras Públicas¹¹⁸ (Fig. 1.74). O mesmo decreto de 62 dita ainda que nenhuma alteração ao traçado de um projecto já

¹¹⁶ *Relatório da Administração do Districto de Ponta Delgada em 1860 feito e dirigido ao Governo de Sua Magestade pelo Governador Civil Felix Borges de Medeiros*, Ponta Delgada, Typ. A. das Letras Açorianas, 1860, p. 14-15.

¹¹⁷ *Idem*, p. 14.

¹¹⁸ Cf. AIEP-FA././23./1610.

aprovado poderia ser efectuada sem nova autorização do governo¹¹⁹, o que, segundo o marquês de Jacome Correia, citando o governador civil Dr. Vicente Machado, explicará o tempo exagerado que levavam a construir as estradas micaelenses, uma vez que a difícil topografia exigiria não poucas vezes a revisão do traçado inicialmente projectado, com os projectos de alterações a demorarem-se nas repartições do Terreiro do Paço e a paragem das obras encetadas a degradarem-nas.¹²⁰ O marquês escreve mesmo que o atraso na abertura da estrada para as Furnas pelo sul “é um flagrante exemplo do regímen centralizado da Direcção d’Obras Publicas.”¹²¹ Conforme se pode ver pelos processos do Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, os projectos a serem enviados para aprovação de Lisboa são constituídos por peças escritas – memória descritiva, caderno de encargos, medições, série de preços e orçamento; e peças desenhadas – plantas (geral e parcelar), perfis (longitudinal e transversais) e obras de arte, com pormenorização variável. Qualquer alteração implicaria novos desenhos e novas peças escritas.

A partir de 1883, as Obras Públicas do Distrito editarão com regularidade a situação das estradas reais *construídas, em construção, decretadas ou projectadas, e estudadas*, representada sobre o território da ilha.¹²² Assim, apesar de se circular em carro até às Furnas, a carta das Obras Públicas de 1887¹²³ (Fig.

¹¹⁹ Art. 16.º do Decreto de 15 de Julho de 1862, em *Collecção Official da Legislação Portuguesa / Anno de 1862*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1863, p. 208. Também nesta lei se limita o subsídio do governo às estradas municipais em um terço do valor orçamentado (Art. 20.º, em idem, p. 209), o que será manifestamente insuficiente para a capacidade financeira da maioria das câmaras municipais, arrastando-se a construção daquelas por anos sucessivos, executando-se por troços pequenos à medida das possibilidades. Um exemplo eloquente é o texto da representação ao governo pela Câmara de Vila Franca do Campo para um lanço de 3,5 km da estrada municipal para a Achada das Furnas (que passa ao lado da lagoa do Congro), em que se pede novo subsídio, para além da municipalidade ter contraído um empréstimo, para um projecto que já fora aprovado e, deduz-se, subsidiado três anos antes, em 1886, cf. *19 Agosto 1889, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria / Direcção Geral das Obras Públicas e Minas / 1.ª Repartição de Estradas, Obras Hidráulicas e Edifícios Públicos*, AHMOP-DGOP/DGOPM.

¹²⁰ Cf. Marquez de Jacome Corrêa, ob.cit., p. 122.

¹²¹ Ibidem.

¹²² Cf. *Planta[s] da Ilha de S. Miguel* de 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1890, 1892, 1894, 1896 e 1905, escala 1:50.000, AJGD-DODPD.

¹²³ *Carta Ilha S. Miguel / Escala 1:50.000, Cópia do original na Repartição d’Obras Publicas de Ponta Delgada por: Julho de 1887 C. Zagallo*, BPARPD, FEC - Cart., 99,5x179 cm. pasta III - n.º 37. Trata-se de uma ampliação da carta de Vidal que representa o traçado das estradas reais e municipais *construídas, em construção, decretadas ou projectadas, e estudadas*, e os *Caminhos p.^a cavalheiros e pedestres*, indicando ainda em epígrafe a *Extensão de estradas construídas 76:204m e a construir 204km*.

1.76), por exemplo, mostra que a Estrada Real do Sul apresenta algumas descontinuidades com os troços pontilhados não considerados *construídos*, embora estejam *decretados ou projectados*, entre Ponta Delgada e Lagoa, entre Lagoa e Água de Pau, e a já referida recta de Água de Alto a Vila Franca. Com os Trinta Réis claramente representados, assinalando a charneira projectual de Ricardo Júlio Ferraz, nesta carta pode ler-se em epígrafe que estão então construídos 67,204 km de estradas reais em S. Miguel, prevendo construir-se mais 204 km.¹²⁴

Depois de Vila Franca, o percurso antigo seguia pela borda da arriba, junto ao mar, até à Ponta Garça, onde o caminho chamado *da Gaiteira* inflectia para atacar a montanha numa *subida íngreme em excesso*¹²⁵. A Estrada Real n.º 8, de circunvalação da ilha, manterá o traçado pela Ponta Garça, projectando estender-se à Ribeira Quente e ligar-se à Povoação, numa inverosímil proximidade quase paralela à costa¹²⁶. A nova Estrada Real n.º 13 traça logo à saída de Vila Franca do Campo uma diagonal directa ao Cerrado do Bezerro. Depois inflecte para os Covões. É no fim deste troço, na antecâmara da lagoa, que intervirá José do Canto.

¹²⁴ Estes números coincidem exactamente com os apresentados no quadro “NOTA relativa às superfícies, população, e estradas dos archipelagos dos Açores e Madeira”, pelo Inspector Coronel de Engenheiros Silvério Augusto Pereira da Silva, em *Arquivo dos Açores*, edição digital, Ponta Delgada, 2001, vol. 9, p. 192. No quadro síncrono alargado às restantes ilhas do arquipélago vemos que, até 1886 (v. data na “NOTA da despesa effectuada com as obras publicas dos Açores e da Madeira, e nos dois portos artificiaes de Ponta Delgada e Horta, desde 1852”, em idem, p. 193), a Terceira tem a sua rede de estradas praticamente completa com 142,293 km de estrada construídos prevendo-se apenas a construção de mais 2 km.

¹²⁵ “Partimos ao meio-dia, e chegamos as Furnas as quatro da tarde, sem maior encommodo, ainda que por aquelles caminhos e principalmente pela Gaiteira, por ser uma subida íngreme em excesso, escorregadia pela chuva, fossemos contrafeitos e com cuidado, mas os Burros dam conta de si, e sam os mais fortes que tenho visto./ Parte do caminho é lindo, e se parece com a Arrábida.” 1792 / 2 d’Agosto, em *Cópia d’um Diário feito por António Machado de Faria e Maia, Governador, que fora de Cabo verde (Tio irmão do Pae de D. Elena Victoria Machado) este manuscripto pertence ao Doutor do mesmo nome*, Copiador de finais do século XIX, fl. 115-117v, AP-PL.

¹²⁶ Em 1941, na *Planta da Ilha de S. Miguel*, esc. 1:150.000, integrada nos *Elementos técnicos referentes ao Distrito de Ponta Delgada da Missão Técnica para o estudo do plano de estradas dos Açores*, AIEP-DSCO././20./11033, em que são indicadas as estradas projectadas ou em construção (a lápis de cor sobre cópia em papel), mantém-se a estrada Ponta Garça-Ribeira Quente-Povoação desenhada na orla costeira.

Uma alameda da Cidade às Furnas

Tal como a florestação dos incultos e baldios, a arborização das bermas das estradas é outra cruzada caracterizadora da época. O morgado José Caetano, pai de André e José do Canto, e co-fundador da SPAM, anotara com invulgar persistência no seu diário de viagem a arborização das estradas europeias que percorrera no seu tour de 1837.¹²⁷ Logo no primeiro número d'*O Agricultor Michaelense* relata-se a proposta de José do Canto para a *Plantação d'arvoredos nas margens das Estradas*. Embora aprovando a iniciativa, a Sociedade reconhece que não tem sozinha os meios de a levar a cabo.¹²⁸ No artigo que escreve para o mesmo número inaugural, José do Canto argumenta:

[...] *as orlas das nossas estradas estão nuas; os viandantes caminhão abrazados, no estio, - e crestados pelo suão, no Inverno, quando as amoreiras multicaules, que vierão aqui encontrar uma segunda pátria, os podião sombrear com a folhagem, refrescal-os com os fructos, e dar em fim alimento aos bichos de seda, que na sua manufactura occuparião immensidade de mulheres, e creanças.*¹²⁹

Também no Continente, a árvore preferida para sombrear e ornamentar as estradas seria a amoreira, contribuindo, suplementarmente, para a então esperançosa 'indústria' da seda.¹³⁰ Poucos meses depois, na sessão de 28 de Fevereiro de 1844, a SPAM volta à carga, deliberando:

¹²⁷ Há uma referência constante às árvores no diário de viagem do morgado, seja nos campos a contornarem os cerrados (p. 13), sejam os olmos e álamos da planície belga (p. 134), registando sempre quando estão "decotadas", mas a recorrência com que menciona as árvores à beira das estradas parece-me directamente proporcional à importância que lhes atribui, daí que deva destacá-las: em passeio pelo campo inglês com destino a Epsom regista as "alas de árvores à margem da estrada" (p. 43); em Paris, anota a estrada "tirada à linha até St. Denis" com "duas alas de árvores por cada lado"; (p. 126); de passeio a Montmorency não lhe escapam as "estradas muito largas e todas com árvores [...]" e as terras e as vinhas tudo está aberto com o caminho, o que é muito agradável", por oposição às canadas vedadas pelos altos muros das quintas, presume-se (p. 128); "Desde que saí de Paris [a caminho de Bruxelas] vi sempre estradas lindas bordadas de árvores" (p. 133); e em Bruxelas "fomos ao Boulevard que é fora da cidade; tem duas ruas com belas árvores que copam [...]" e debaixo das árvores estava muita gente, tanto homens como mulheres, sentados em cadeiras com suas mesas diante a tomar cerveja" (p. 138); para Waterloo a "estrada é muito boa e quase toda tem árvores pelos lados" (p. 139), em Morgado José Caetano, *Diário de Viagem*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1978.

¹²⁸ Cf. "Discurso pelo presidente da SPAM em 3 de Maio de 1843", *O Agricultor Michaelense*, n.º 1, Outubro 20, 1843, p. 5.

¹²⁹ "Para que serve uma Sociedade d'Agricultura?", em idem, p. 10.

¹³⁰ Veja-se o *Relatório da arborização do município de Coimbra em 1872-73* referindo a arborização das estradas municipais com amoreiras, pois poder-se-ia vender a folha (fonte de

1.º que se officie a todas as Câmaras d'esta Ilha, pedindo-se-lhes hajão d'incluir no próximo Orçamento uma verba de despeza applicada à plantação, e conservação d'arvores nos baldios e nas margens das estradas dos respectivos concelhos;

[...]

6.º finalmente que nas margens das estradas, se promova, com preferencia a outras arvores, a plantação de Alamos Lombardos, Álamos brancos e comuns, Olmos, Carvalhos, Tis, Faias d'Hollanda, e Oliveiras.¹³¹

É ainda nesta sessão que se decide fazer o viveiro da SPAM para a reprodução de *Amoreiras multicaules* e *macrophyllas*, para além daquelas espécies que consideraram vocacionadas para marginalizar as estradas, e ainda Eucaliptos, Olaias, Sobreiros, *Acacias bastardas* (Giesteiras), Videiros (Bétulas), com o fim de serem fornecidas às pessoas que quiserem fazer plantações.¹³² Mas, em 1850, outro artigo de José do Canto denuncia a pouca adesão à convocatória arborícola:

Entre nós Michaelenses, apesar d'alguns bons, se bem que raros exemplos, observa-se uma antipathia insuperável contra o plantio d'arvores, especialmente nas beiras das estradas, nas extremas dos arrendamentos, ou nas divisões dos cerrados d'uma mesma propriedade.

*Os principaes clamores que contra as arvores se elevam são a nociva sombra com que destroem a novidade adjacente, e as raízes que exhaurem e empobrecem o terreno circunstante.*¹³³

Apesar de José do Canto argumentar de seguida com o 'movimento' do sol para desdramatizar o problema da sombra, a verdade é que um artigo francês transcrito em 1874 n' *O Cultivador* conclui que as plantas à sombra das grandes

receita) para a criação do bicho da seda, em *Jornal de Horticultura Pratica*, V vol., 1874, p. 25-28. O mesmo raciocínio multi-funções já fora praticado com a oliveira muito antes por Pina Manique, que aproveitava o azeite para iluminar Lisboa, conta Artur Teodoro de Matos, ob.cit., p. 74, que refere ainda o entusiasmo com as amoreiras para marginalizar as ruas de Lisboa, localizando um viveiro ao Campo Grande em 1836 com mais de 1600 pés. Nada que a SPAM não venha a superar, oferecendo 6 a 8000 pés de amoreiras para distribuir pelas províncias do Reino em 1850 (v. Matas).

¹³¹ "Acta da Sessão de 28 de Fevereiro de 1844", *O Agricultor Michaelense*, n.º 5, Março 20, 1844, p. 86.

¹³² Ibidem.

¹³³ *O Agricultor Michaelense*, 2.ª série, n.º 26, Fevereiro 1850, p. 452.

árvores tinham dificuldade em sobreviver¹³⁴. Havia, portanto, uma ecologia da sombra a adicionar ao número das adversidades.¹³⁵

Também o já citado secretário-geral do governo da Junta Geral, Teixeira de Macedo, no seu relatório de 1853 ao ministro António Maria Fontes Pereira de Melo, exorta os particulares, na arborização dos seus terrenos, a confinarem o plantio com as estradas “com o que não só as embellezará, abrigará, e resguardará dos animaes daninhos, mas fornecerá guarida ao viandante contra as ardentes calmas do estio”.¹³⁶ As árvores utilizar-se-iam também para segurar os taludes exigidos pelos perfis das novas estradas.¹³⁷

As estradas Norte e Sul para as Furnas são as primeiras a serem *ajardinadas*.¹³⁸ A meio do século, são as beladonas que ornamentam as bermas. No final do século, aqueles percursos fazem-se de carruagem sob a sombra das árvores com as bermas plantadas com um arbusto que se destacará progressivamente como um signo distintivo da paisagem michaelense: a *Hydrangea macrophylla*. “As hidrângeas e as buvardias florescem à beira dos caminhos em massas enormes e brilhantes [...]”.¹³⁹ Fossem beladonas, fossem hortênsias, não há

¹³⁴ H. Robanet, “Sombra na Horticultura”, *O Cultivador*, n.º 19, 15 Julho 1874, p. 511-512.

¹³⁵ Em Carta a Francisco de Mello, 8 Fevereiro 1882, UACSD, FBS-AJC 802, o vizinho de JC, António Júlio de Mello, apresenta o mesmo problema: “Por não querer encommodar o Ex. mº Senr. Jozé do Canto, de que sou amigo á mtºs annos, vou p.r esta rogar a vom.se, na qualidade de Feitor do dito Senr, que tenha a bondade de mandar cortar, na sua terra da Canada da Mina, o **olmo, cuja sombra faz grande dano na minha terra** contigua, que traz o rendeiro Fran.cº Cardozo, como se tem observado em todos os annos.” (bold meu).

¹³⁶ Cf. António Teixeira de Macedo, *Breve Memoria sobre o Estado da Agricultura, Commercio e Industria [...]*, Ponta Delgada, 1853, p. 14.

¹³⁷ “Os taludes nas escavações serão de 45º e os dos aterros tem 1,0m de base por 1,50m de altura, **despensando a arborização os taludes da estrada** a cavalleiro [a cota superior à estrada], porque o aterro empregado não é susceptível de fácil deslizamento.” (bold meu), em *Memoria descriptiva do Projecto e orçamento para a construção d’uma parte do lanço da estrada Municipal de 1ª classe commum aos Concelhos da Villa da Ribeira Grande e Villa Franca do Campo, comprehendida entre os perfis N.ºs 0 e 182, Direcção das Obras Publicas do Distrito de Ponta Delgada, 28 de Janeiro de 1886, [assin.] Francisco Augusto Pamplona Serpa, AHMOP-DGOM / Projectos em estudo e processos de obra (Distrito de Ponta Delgada).*

Artur Teodoro de Matos, ob.cit., transcrevendo no Doc. XII umas *Regras Gerais para a Reparação de Estradas*, refere (p. 74-75) que a arborização das bermas das estradas terá sido, a dada altura, assunto polémico, já que neste documento, s.d., se escreve, e ao arrepio de toda a geral bibliografia rodoviária, que “É absolutamente necessário o **remover as árvores dos lados das estradas** e conservar os valados de 5 pés de altura.” (bold meu), p. 571.

¹³⁸ Cf. Isabel Soares de Albergaria, ob.cit., p. 170. “A ideia de **ajardinar as estradas transformando-as em passeios** é amplamente defendida nas páginas do «Jornal de Horticultura Pratica»” (bold meu), informa ainda Isabel Albergaria, idem, nota 24, p. 245.

¹³⁹ Lyman H. Weeks, *Among the Azores*, editado em Boston, por James R. Osgood and Company, 1882, trad. de João H. Anglin, em *Insulana*, vol. XIV, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2.º semestre de 1958, p. 313.

dúvida que estas não eram um “vegetal ofensivo”, como eram consideradas as silvas por uma postura municipal de Ponta Delgada que as mandava cortar nos tapumes confinantes com as estradas.¹⁴⁰ Se as coacções *civilizadoras* do município da Cidade confirmam desde 1841 o movimento geral de *aformoseamento* das estradas por extensão dos lugares públicos urbanos, o papel desempenhado pela plantação arbustiva, parecendo decorrer de um programa estético consensual com a colaboração de uma certa espontaneidade das plantas¹⁴¹, é também decretado por lei, o que explicará a amplitude da sua aplicação: segundo a circular de 18 de Setembro de 1862, do Ministério das Obras Públicas, referente aos *typos da largura das estradas reaes*, estas não podem ser marginadas por muros de vedação, mas somente por sebes vivas.¹⁴²

Em 1897, há carreira de *Omnibus* puxado a mulas entre Ponta Delgada e Furnas.¹⁴³ E, embora denunciando o mau estado em que se encontra, Emydgio da Silva, nas crónicas que envia para o *Diário de Notícias* no princípio da década

¹⁴⁰ “Os proprietários, rendeiros, ou cultivadores de terrenos, cujos tapumes, junto ás estradas forem cobertos de Silvas, ou qualquer outro vegetal ofensivo, serão obrigados a conserval-os cortados de modo que, não causem damno a quem tranzita; pena de 1\$200 rs.” *Posturas da Câmara Municipal de Ponta Delgada accordadas em Sessão de 27 de Outubro de 1841*, artigo 28.º, p. 10. Um quarto de século depois, o artigo 6.º das *Posturas Vigentes da Câmara Municipal do Concelho de Ponta Delgada*, Ponta Delgada, Typ. da Persuasão, 1866, p. 4, mantém quase inalterado este articulado, apenas lhe acrescentando a obrigatoriedade do alinhamento das árvores particulares pelos tapumes confinantes com as estradas.

¹⁴¹ “[...] *Amaryllis belladonna* is the Daffodil of St. Michael’s; though not a native of the island, it is so thoroughly spread over it that **every road-side** is quite gay with it in spring” Peter Wallace, “XXVI. – Gardens and Orange Grounds of St. Michael’s in the Azores – its Climate and Peculiarities, Communicated Sept. 16, 1852”, em *Journal of the Royal Horticultural Society of London*, vol. VII, London, 1852, p. 245.

¹⁴² Cf. Ofício sob o n.º 247, L.º 5.º, citado na reunião de 6 de Março de 1901, em *Junta Geral do Districto de Ponta Delgada, Sessões de 1901*, Ponta Delgada, Typ. Ruy Moraes, 1902, p. 18. Por exemplo, a empreitada do 5.º lanço *entre as proximidades dos Ginetes e a grota da Candelária*, no ramal da Lomba dos Gagos, concluída por Justino d’Almeida Pavão, incluíra a *abertura de caixa, empedrado, ensaibramento e sebe viva*. (bold meu), cf. Sessão de 10 Abril 1901, em idem, p. 23. Pelas actas de outras sessões percebe-se que se podiam vedar as estradas com muros quando havia *perigo para as pessoas, animaes ou vehiculos*, ou ainda que se toleravam os muros preexistentes.

Comprove-se ainda a prática generalizada da vedação por sebe viva na já citada *Memoria descriptiva do Projecto e orçamento para a construção d’uma parte do lanço da estrada Municipal de 1ª classe commum aos Concelhos da Villa da Ribeira Grande e Villa Franca do Campo* [...], AHMOP-DGOM: “Todas as partes da estrada a cavalleiro [sobranceiras] serão vedadas a **sebe viva**.” (bold meu).

¹⁴³ Cf. Fernando Aires de Medeiros Sousa, *José do Canto, Subsídios para a História Micaelense (1820-1898)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982, p. 41. Pela correspondência de JC, Fernando Aires aponta o tempo de viagem Ponta Delgada – Furnas para 6 a 7 horas em 1856 e de menos de 5 horas em 1897, sem que, no entanto, saibamos por qual dos percursos possíveis.

de 1890, concede que a estrada Sul para as Furnas é *uma verdadeira estrada*.¹⁴⁴ Em 1898, de regresso de uma inauguração de caminho-de-ferro no Congo, os excursionistas do *steamer* Albertville desembarcam em Vila Franca para uma incursão às Furnas, reportando a “estrada admiravelmente reparada de novo, cheia de obras de arte, coleando através de sítios magníficos [...]”.¹⁴⁵ Em 1899, o *Guia do Viajante na Ilha de S. Miguel* informa que os 45 km de Ponta Delgada às Furnas se percorrem em carruagem levando 5 a 7 horas.¹⁴⁶

Ainda assim, um relatório efectuado a propósito da visita de D. Carlos a S. Miguel em 1901, revela a descontinuidade dos perfis e declives das estradas reais resultante do alongado tempo em que se foram realizando:

*Participando que todas as estradas por onde tem de transitar El-Rei estão bem reparadas, mas que alguns troços de estradas reais antigas oferecem risco de Suas Magestades por ellas passarem em trens tirados a duas parelhas, devido a **estreiteza e inclinação** que teem e são as seguintes: da Ribeirinha à Ladeira da Velha, Pedras do Galego e **margem da Lagoa das Furnas**, propondo que quando Suas Magestades percorram estes troços de estradas seja em trens e gado d’esta ilha habituados áquelle transito, não tendo ocorrido até hoje incidente algum lamentavel.*¹⁴⁷ (bold meu).

Ainda que a carta representando a situação das estradas na Ilha em 1887¹⁴⁸ (Fig. 1.76) dê por construída a nova estrada do Sul para as Furnas, por este texto dir-se-ia que a *Avenue du Lac* proposta por José do Canto para a extensão que lhe atravessa a propriedade, ou o troço que a continua na margem da lagoa, não se encontravam terminados. No projecto de autoria francesa oferecido por José do Canto às Obras Públicas em alternativa ao traçado oficial, e que analisarei na

¹⁴⁴ M. Emygdio da Silva, *S. Miguel em 1893, Cousas e Pessoas, Cartas reproduzidas do «Diário de Notícias» de Lisboa*, Ponta Delgada, Bibliotheca da Autonomia dos Açores, 1893, p. 49.

¹⁴⁵ *O Preto no Branco*, n.º 144, 29 Setembro 1898.

¹⁴⁶ Cf. Félix Sotto-Mayor, *Guia do Viajante na Ilha de S. Miguel*, Ed. Evaristo Freitas Travassos, Ponta Delgada, 1899, p. 34. Na estrada do Norte, à Ladeira da Velha e na descida das Pedras do Galego, a inclinação excessiva obriga ao recurso a uma junta de bois, o que poderá explicar a diferença de duas horas.

¹⁴⁷ Sessão de 19 de Junho da Junta Geral, Ofício n.º 298, livro 5.º, em *Junta Geral do Districto de Ponta Delgada, Sessões de 1901*, Ponta Delgada, Typ. Ruy Moraes, 1902, p. 33.

¹⁴⁸ Carta da Ilha à Escala 1:50.000 representando as estradas construídas, em construção, decretadas ou projectadas e em estudo. Em consonância com esta carta, todas as *Planta[s] da Ilha de S. Miguel contendo as estradas reaes e municipaes, construídas, em construção, estudadas e por construir*, AJGD-DOPDPD, editadas no fim de Junho de cada ano nas duas últimas décadas de Oitocentos dão por acabada a estrada real n.º 13.

parte final desta dissertação, é evidente a diferença de traçado entre o sinuoso *Caminho das Furnas*, representado a norte da alameda, e esta, que apresenta o dobro da largura daquela (Fig. 1.78b). Ainda que indique as cotas altimétricas, a largura da via não está cotada, provavelmente para que se adoptasse a vigente na legislação portuguesa. Como este traçado se sobrepõe, corrigindo-o, ao do antigo caminho para Vila Franca, a estrada poderá ter sido melhorada, mas a *Avenida* com perfil de boulevard poderia não estar ainda executada. Observe-se a *Planta da Lagoa das Furnas* à escala 1:5.000¹⁴⁹ (Des. 1.79a): as duas rectas que resolvem a avenida dificilmente poderiam ser representadas com as periclitantes linhas que ali encontramos.

¹⁴⁹ *Planta da Lagoa das Furnas, Escala 1/5.000, Fran.*^{co} *Júlio da Silva copiou, [rubr. de] A. Cabral, s.d., UACSD, FBS-AJC.*

2. Do jardim à paisagem

O desenho artístico (*for effect*)

2.1. Lagoa do Congro, o primeiro ensaio

Na Lagoa do **Congro**¹, José do Canto junta às já descritas *criações* e *pastos* que vão do Porto Formoso à Ribeira das Tainhas pertencentes ao morgadio de Maria Guilhermina a compra, em 1853, dos 9 móios de terra que integram a lagoa propriamente dita.² De acordo com o Inventário efectuado logo após a morte de José do Canto em 1898, o prédio que integra a Lagoa do Congro é o maior de toda a Casa com uma área de 866,461 hectares.³ Logo ao lado, para nascente,

¹ O topónimo deriva do cognome de André Gonçalves de Sampaio que, nascido em Vila Franca no final do século XV e instituidor do vínculo do Botelho, “[...] foi o homem mais rico, no seu tempo, de toda esta Ilha, e por tal razão chamavam-lhe o Congro, porque dizem ser o congro o maior peixe do mar que se come.” Urbano de Mendonça Dias, *Instituições Vinculares, os Morgados das Ilhas*, Vila Franca do Campo, Tip. A Crença, 1941, p. 28, citando Gaspar Frutuoso.

² Cf. Escritura de 11 Março 1853 de venda por 2 000\$000 rs de 9 ms de *matto* e *matta* por José Maria da Câmara e Vasconcellos a JC, anotada pelo tabelião Christiano Medeiros Frazão, UACSD, FBS-AJC, confrontando os ditos móios, a sul e poente, com a ribeira das Tainhas, a norte com matos pertencentes ao morgadio de Maria Guilhermina, e a nascente com pastos de D. Álvaro Pereira Bettencourt e Visconde Botelho, UACSD, FBS-AJC 17003.

Nas *Notas das medições para efeitos da avaliação*, de 9 de Junho de 1943, UACSD, FBS-AJC, registaram-se no *Prédio das Casas* 204 alq de **Ravinas e pendências sobre a Lagoa, beiras etc plantadas de mata**, (bold meu), mais 120 alq de *Pastagem* e 240 alq de *Terreno plantado de mata que póde servir para pastagem*, somando um total de 564 alq, ou seja, pouco mais que os 9 ms comprados em 1853. Os outros prédios medidos têm áreas muito diferentes: o *Mato da Cafua do Guerra* tem 3 ms, e o dos *Matos das Covas, Pico da Areia, etc* mede 103 ms 36 alq. Cf. *Avaliação dos prédios da Lagoa do Congro Pertencentes aos Herdeiros do Snr. Dr. Guilherme Poças Falcão* [que casou com a filha de JC, homónima da mãe, Maria Guilhermina], UACSD, FBS-AJC. Estes *Matos das Covas, Pico da Areia, etc* são os também chamados, nos documentos mais antigos, *Mattos da Villa* [Franca], a que a medição de José Pereira em 1866 atribui 103 ms 35¼ alq, UACSD, FBS-AJC. O *Prédio das Casas* da avaliação de 1943 corresponde ao n.º 4128 denominado de *Predio de J.ª Maria* [da Câmara e Vasconcellos, que era o proprietário anterior] nas *Notas de Inventario e Partilha após a morte de Maria Guilhermina Taveira Brum da Silveira, 1887.07.02, Revisto*, UACSD, FBS-AJC.

Note-se que o *Prédio das Casas*, integrando a Lagoa do Congro, deixa de fora a Lagoa dos Nenúfares que, embora localizada dentro do *maar*, a sudeste da anterior e a uma cota mais elevada, pertence a outro prédio. Esta pequena lagoa era também conhecida por Lagoa do Conde Botelho por ser este o seu proprietário.

³ N.º1 / *Prédio rústico, allodial, situado no lugar da Lagoa do Congro, freguesia de S. Miguel, de Villa Franca do Campo que comprehende 86:644 ares e 6 centiares, ou 6:216alq.es, ou o que for, de mattos maninhos, principalmente, e algumas plantações de pinheiros e pastagens, conhecidos pelas denominações de: – Espigão da Roça, Espigões, Lombas do Poço, e da Bezerra, Terra Braba e Quatro Bois, Arieiros e Pico da Lagoinha, que confrontam norte; Cumieira e mattos do casal que pendem sobre o lado do norte, sul, pastagens d’este casal, herdeiros de Luiz de Freitas da Silva, José Maria Raposo do Amaral, e os mesmos herdeiros de Luiz de Freitas da Silva, leste, Visconde do Botelho, e Conde da Praia e Monforte, e oeste, herdeiros de Gonçalo d’Athaide Corte Real.*, em *Relação dos bens imobiliários pertencentes ao casal do finado José do Canto, existentes na Comarca de Villa Franca do Campo, Ilha de S. Miguel, que apresenta a inventariante sua filha, D. Margarida Brum do Canto Hintze Ribeiro*, Novembro 1898, BPARPD, *Inventários Orfanológicos TCPDL*, M.402, n.º 26, processo n.º 3, vol. 2.

com os herdeiros do Visconde do Botelho de permeio, fica a Cafua do Guerra com 60 ms de *matto e criação*.⁴ Por aquele mesmo Inventário sabemos que no primeiro prédio, e depois de anos e anos de roteamento difícil, é certo⁵, apenas se conseguiram 33 alq de pastagens e 45 alq de matas.

Se José do Canto já explorava os terrenos que tinha na proximidade como matas de corte desde 1846,⁶ sendo a seguir à Candelária das matas mais antigas da sua Casa, com a aquisição da lagoa vai também ensaiar uma composição do tipo mata-ajardinada⁷, vocacionando o *maar* com a lagoa para o recreio:

*Eu no fim da tarde metti-me na lanchinha para ver a Lagoa, que está tão cheia como eu nunca a vi, nem mesmo de inverno, mas apanhei uma suadeira, por que estava lá um casal de garças, com uma filhinha, que ainda lhe custava a voar, e assim que me apanharão lá dentro ficarão raivosas, que parecia que me querião comer, eu gostei de ver o affecto dos bichinhos, e comecei a dirigir-me para o filho, mas elle levantava-se para ir pousar no lado opposto do lago, e n'estas voltas levei o resto da tarde, sem nunca me poder aproximar da garçasinha, e o proveito que tirei foi ficar esfalfado.*⁸

⁴ Na relação citada é o prédio descrito com o N.º2, confrontando a *norte*, com Carlos Augusto Schiappa, *sul herdeiros do Visconde das Laranjeiras, e caminho da Achada das Furnas, leste, José Moniz Grotta, e oeste, herdeiros do Visconde Botelho*, em *idem, idem*.

⁵ “Lá estamos na monda dos pastos dos arrieiros, está forte de monda; porque nunca se cavou, é roçada adeante e os sachos atrás. Amanhã quando lá chegar heide queimar o que trabalhei estes 3 dias, para logo atrás ir lavrando para ficar boa, lá devem-nos do anno passado 5 geiras e meia; mas quando estes pagarem, hade-se metter outras para ver se arranca mais alguma cousa; [...] Os 2” alqueires dos arrieiros está muito ruim como já disse, e a que cavamos o anno passado no pico da boa noite está bem mança e pouca monda.” Carta de João Carreiro a JC, Porto Formoso, 22 Julho 1893, BPARPD-JC/CORR Cx. 7/664.

⁶ “Il existe déjà de très belles plantations de ces trois essences [criptoméria, o eucalipto e a acácia]. L'une des plus anciennes, celle du lac de Congro, a été commencé il y a vingt-sept ans [c.1846], et elle renferme des eucalyptus qui ont actuellement environ 40 mètres d'élévation, et des cryptomeria dont la hauteur n'est guère moindre.” M. F. Fouqué, *Voyages Géologiques aux Açores, III, Les cultures de San Miguel, Le monde organique aux Açores*, Extrait de la *Revue des Deux Mondes*, Livraison du 15 avril 1873, Paris, De l'Imprimerie de J. Claye, p. 17.

⁷ As matas ajardinadas “conjugam a função utilitária de «mata de corte» com uma função de recreio (ou de *pleasure ground*) – concretizada no número e variedade de plantas exóticas e ornamentais, nos seus passeios e na profusão das *vistas*.” Isabel Soares de Albergaria, *Quintas, Jardins e Parques da Ilha de São Miguel, 1785-1885*, Lisboa, Quetzal Editores, 2000, p. 212.

⁸ Carta para as irmãs, Lagoa do Congro, 11 Julho (sem ano), UACSD, FBS-AJC 12794 Doc. anexo P04.

O brusco afundamento topográfico que caracteriza o maar⁹ cria condições especiais para o desenvolvimento de árvores gigantes, ainda hoje visíveis, já que as abriga eficazmente dos ventos inclementes àquela altitude e fortemente condicionantes do crescimento da vegetação. Em 1873, Ferdinand Fouqué regista 40 m de altura para os eucaliptos e outro tanto para as criptomérias.¹⁰ Sem projecto encomendado, o arranjo da mata foi da autoria de José do Canto com o mais que provável contributo inicial do jardineiro inglês George Brown (1813-1881)¹¹ que por lá ia passando no regresso das idas às Furnas entre 1853 e 54.¹²

1855 é um ano de intenso trabalho a *queimar silva, cavar queiró e arrancar urzes* na arroteia dos extensos matos em redor. Continuou-se a abertura de caminhos e veredas para as matas. Muram-se as extremas e vedam-se com sebes e bardos os cerrados e canteiros. Carregando estrume, plantam-se viveiros de pinheiro e beterraba, ensaia-se o inhame. Arranjam-se a arribana e a estrebaria e acrescenta-se um galinheiro. José do Canto vai progressivamente domesticando a paisagem silvestre com a sequência de operações de arroteamento, vedação e abertura de caminhos de penetração (que vimos no capítulo anterior) e edificando infra-estruturas de apoio à produção. E, simultaneamente, limpam-se

⁹ O *maar* é uma cratera de explosão causada pelo encontro do magma em ascensão com lençóis de água superficial ou subterrânea. Na prática resulta num grande buraco aberto no solo com paredes íngremes, em vez do habitual cone de construção saliente. Cf. João Carlos Nunes, *Paisagens Vulcânicas dos Açores*, Ponta Delgada, Associação Ecológica Amigos dos Açores, 2003, p. 26-27.

¹⁰ M. F. Fouqué, ob.cit., p. 17.

¹¹ “Na ocasião de hirdes ás Furnas, ou quando voltar-des examinareis o meu prédio da Lagoa do Congro, dando-me a vossa opinião sobre os melhoramentos de que é susceptível.” Cópia das Instruções para George Brown, s.d., UACSD, FBS-AJC.

Brown foi o primeiro *head-gardener* do jardim de Santana. Empregado na *Whitley & Osborn*, casa viveirista de Fulham, em Londres, foi contratado por intermédio do arquitecto David Mocata, projectista da casa e jardim para Santana (cf. Isabel Soares de Albergaria, ob.cit., p. 121). O seu primeiro contrato tem *principio em 20 de Agosto de 1846*, mantendo-se ao serviço de JC até Novembro de 1849 (cf. Nestor de Sousa, “Os «Canto» nos Jardins Paisagísticos da Ilha de S. Miguel”, 2000, p. 169). De 1850 até 1852 George Brown serve de intermediário a JC em Londres, onde então se encontra a residir. De 1853 a 1855 volta a trabalhar para JC em S. Miguel, estabelecendo-se depois na Ilha por sua conta como viveirista, hoteleiro e projectista (é da sua autoria o traçado do Parque das Murtas, actualmente denominado Beatriz do Canto). Terá também trabalhado para Ernesto do Canto e António Borges (cf. Wyville Thomson, *The Voyage of the Challenger : the Atlantic : a preliminary account of the general results of the exploring voyage of H. M. S. Challenger during the year 1873 and the early part of the year 1876*, London, Macmillan and Co., 1877, vol. II, p. 42).

¹² O que deduzo pela carta de George Brown a JC em Paris, de S. Miguel, 22 Janeiro 1854, transcrita em Nestor de Sousa, “Os «Canto» nos Jardins Paisagísticos da Ilha de S. Miguel”, *Arquipélago – História*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2.^a série, IV, n.º 1, 2000, p. 204.

as matas de carvalhos e de vinháticos *defronte das cazas*, podam-se as árvores *dentro d'alagoa*, intensifica-se o *melhoramento das cazas* pondo-se vidros nas janelas, lageando-se o interior e retelhando a cobertura.¹³ Ou seja, a estrutura produtiva consolidada co-habita com o lazer proporcionado pelo fresco da lagoa e pela sombra das matas mais nobres que se localizam na vizinhança imediata das casas. Nesse Verão de 55 José do Canto vai ali passar uns dias com a família.¹⁴

Em 1857, o amigo e 'correspondente' em Londres José Honorato Gago da Câmara, indo de "patuscada" com uns amigos a Vila Franca, pede-lhe licença para visitar o prédio, demonstrando assim o interesse lúdico da mata.¹⁵ No ano rural que se inicia em Novembro desse ano as *roteações* continuarão. Até Março de 1858 terá gasto mais de 80% do orçamento calculado para a Lagoa do Congro naquele ano rural.¹⁶ Em 1859, para além das matas de corte e recreio, tem vacas com pastagens artificiais,¹⁷ cultiva trigo e milho, e continua a roçar mato¹⁸ e a plantar pinheiros¹⁹. Despedindo o caseiro em Março, José do Canto manda vender as vacas e arrendar os pastos onde as trazia, e deixa "por acabar de roçar uns 30 e tantos alqueires de matto, com que fica[ria] completo o roteamento que queria fazer; e de mandar deitar uns vallados em parte da terra

¹³ Todas estas tarefas encontram-se descritas, com o número de jornas e preços respectivos, nas folhas de Férias que encontrei na UACSD, FBS-AJC, datadas entre 12 Maio e 15 Dezembro 1855, tendo as folhas cotadas os números seguintes, que elenco por ordem cronológica: 4426, 13021, 11844, 11848, 13312, 11847 e 13309.

¹⁴ Carta do Morgado José Caetano de 23 Julho 1855, *Insulana* XXII, 1.º e 2.º semestres, 1966, p. 239.

¹⁵ Cf. Carta de 24 Abril 1857, de J. H. G. da Câmara a JC, UACSD, FBS-AJC 6155.

¹⁶ Gastou até então na Lagoa do Congro 392\$400 réis, contra 480\$000 calculados para esse ano, cf. *Orçamento da Despeza de José do Canto no anno de 1857 a 1858 comparada com a despeza effectuada nos primeiros 7 mezes de , de Setembro inclusivo a Março inclusivo*, UACSD, FBS-AJC 3017.

¹⁷ "[...] A erva de pasto nasceu bem na Lagoa do Congro", Carta N.º 7 de António Bernardes d'Abreu Lima a JC, S. Miguel, 3 Agosto 1859, UACSD, FBS-AJC 17821.

¹⁸ Cf. *Notas a respeito da Lagoa do Congro*, datadas de 29 Março 1859, UACSD, FBS-AJC.

¹⁹ "O vinhateiro da Lagôa do Congro, veio no sabbado -, a erva tem medrado, vai-se fazer o serviço que V.S.^a determina, o jardineiro já a tinha visto, e dito que precisava ser mondada: o bucho vai ser replantado, cavar e mondar a Matinha, assim como concluir o plantio e reformar de pinheiros o que for necessário." Carta N.º 13 de António Bernardes d'Abreu Lima a JC, S. Miguel, 18 Dezembro 1859, UACSD, FBS-AJC 17825. Aquela "Matinha", pelo uso do diminutivo deverá ser a dos buxos.

que se virou.”²⁰ Ainda assim, a casa, que se retelhou e caiu em Agosto²¹, está pronta com os vidros postos no final de Setembro.²²

Com dificuldade em arranjar pessoal para trabalhar naquelas paragens²³, o encarregado daquele prédio, de nome João Ferreira, tem os vinháticos por aparar e a *Roça dos Álamos*, que estão cobertos de silvas, por mondar, e comunica que “aos pastos não tem aparecido arrendador.”²⁴ Esta dificuldade em atrair mão-de-obra e rendeiros àquela cota, que se explicará pela longa distância aos aglomerados mais próximos, poderá ter influenciado José do Canto a incrementar por ora o uso recreativo da Lagoa do Congro, embora sem nunca desistir da exploração económica.²⁵ Ainda que as condições climatéricas a 390 m de altitude o desaconselhassem, a alternativa seria construir habitações para arrendar juntamente com as terras, mas esta prática que consistiria em fundar ali um *casal*, comum no norte de Portugal continental, não tem aqui tradição. José do Canto apenas tem *abrigo* para um caseiro residente a tempo inteiro que lhe vigia a propriedade.²⁶

No princípio de 1860, já está a replantar uma “Matinha que está de buxo” que se situava defronte do *Matto das Covas*²⁷ e que, sendo mencionada com deferência e frequência a partir desse ano, ainda é referida em 1943.²⁸ O uso que José do Canto faz do buxo é representativo da sua maneira de fazer paisagem: se, por um lado, a *rua dos buxos*, seguramente conformada pela poda e que José do

²⁰ *Notas a respeito da Lagoa do Congro*, datadas de 29 Março 1859, UACSD, FBS-AJC.

²¹ Cf. Carta de António Bernardes d'Abreu Lima a JC, N.º 7, S. Miguel, 3 Agosto 1859, UACSD, FBS-AJC 17821.

²² Cf. Carta de António Bernardes d'Abreu Lima a JC, N.º 9, S. Miguel, 30 Setembro 1859, UACSD, FBS-AJC 17822.

²³ *Idem*.

²⁴ Carta de António Bernardes d'Abreu Lima a JC, N.º 11, S. Miguel, 24 Novembro 1859, UACSD, FBS-AJC 17824.

²⁵ Em 1893, continuava a arrotear pastos para os lados do Pico das Boas Noites e dos Arieiros. Cf. carta de João Carreiro a JC, Porto Formoso, 22 Julho 1893, BPARPD-JC/CORR Cx. 7/664.

²⁶ “Francisco d' Almeida tem ordem de procurar outro abrigo, e quer o ache, quer não, deve sahir da Lagoa do Congro dentro de 2 meses a contar da presente data. / Se V.S. achar algum homem capaz que para lá queira ir póde mandal-o; e se não, pode encarregar V.S. ao nosso Lavadeiro de ir dormir, e passar lá em cima para vigiar a propriedade, e ter particular cuidado dos animaes não penetrarem nas plantações.” *29 de Março de 1859 / Notas a respeito da Lagoa do Congro*, UACSD, FBS-AJC.

²⁷ Cf. Carta de S. Miguel, 23 Fevereiro 1860, de Abreu Lima a JC, UACSD, FBS-AJC.

²⁸ Cf. *Relação da contagem de madeiras na mata da Lagoa do Congro*, assinada por António Mello em Junho de 1943, UACSD, FBS-AJC, onde é referida como “Matas dos buchos”.

Canto diz manter *guardada* (dos animais, presume-se),²⁹ demonstra um deliberado uso ornamental, por outro, não ignora o valor comercial que aquela madeira tem no mercado: “Pela lenha da matta dos buxos já dão 4.000rs, e entendo que a paga, no entretanto aguardo para isso a resposta de V Ex.ci.^a”, informa o encarregado em 1878.³⁰

Em 1865, a irmã Maria Libânia Canto dera-lhe os parabéns pela “encantada matta”.³¹

De 1870 a 72 intensificou a plantação de pinheiros provenientes das Furnas, para além de continuar com os vinháticos, carvalhos, criptomérias, faias da Holanda, eucaliptos, álamos, amieiros e castanheiros.³² Também terá experimentado *spruces*,³³ ciprestes, *abies excelsa* e *arobas* [arrobas, ou alfarrobeiras].³⁴ O mês de Agosto de 1871 foi para limpar as *ruas da Lagoa*, de *concertar o caminho do Mte. Escuro*, limpar as *ruas do matto dos buxos*, *Concertar a Rua nova das Cazas*, *Concertar a servidão dos pastos*. As casas situam-se a sul da lagoa do Congro e a *Rua nova* deverá ser o caminho aberto em linha recta que liga as ditas ao bordo do maar.

Nos anos seguintes continuam as despesas em arroteamentos avulsos³⁵ e a deitar veredas, com as *vacas de leite*³⁶, *ovelhas inglesas* e respectivas

²⁹ Carta de Ponta Delgada, 13 Setembro 1874, de JC ao irmão Eugénio, AP-FACHN.

³⁰ Carta de Vila Franca, 13 Dezembro 1878, de Manoel Gomes para JC, UACSD, FBS-AJC.

³¹ Cf. Carta de 21 Julho 1865, de M.^a Libânia Canto a JC, UACSD, FBS-AJC 16363.

³² Na citada *Relação da contagem de madeiras na mata da Lagoa do Congro* de 1943, temos 4118 criptomérias (não contabilizando as acabadas de plantar), 582 abetos, 546 carvalhos, seguindo-se 111 acácias, 100 eucaliptos e, por ordem decrescente de quantidade, faias da Holanda, amieiros, tulipeiros, pinheiros e plátanos, UACSD, FBS-AJC. Penso que estes números se referem apenas às árvores que se situam dentro do perímetro do maar.

³³ “Começar a alimpar a matinha dos Spruce”, em notas de despesas na Lagoa do Congro em Agosto 1871, UACSD, FBS-AJC.

³⁴ “Plantar na Lagoa do Congro, alguns Arobas e Abies Excelsa, entre os buxeiros, aonde vão na plantação de cyprestes”, Instruções a Marianno para as Furnas, s.d., UACSD, FBS-AJC Doc. anexo F06.

³⁵ Cf. Certidão de medição de 23 alq 10 vs de “gleba de terra que foi de matto e hoje se acha limpa”, 27 Março 1874, UACSD, FBS-AJC.

³⁶ Começa a parecer referido o *serviço* [de recolha] *do leite* a partir de 1871, *Despezas na semana de 29 de Julho*, UACSD, FBS-AJC.

pastagens³⁷; com a limpeza para manutenção dos caminhos; a produção de cereais e leguminosas; a serragem de madeiras e o plantio de pinheiros, carvalhos, eucaliptos, faias d'Holanda, desde as matas em redor à *borda da lagoa*.³⁸

A partir do Outono de 1879, Francisco Tavares, o encarregado das matas do Porto Formoso, também ali vai fazer serviço. O investimento dos últimos anos concentrado nos projectos para a lagoa das Furnas e a difícil acessibilidade inibem uma atenção mais regular à lagoa do Congro. Se ali permaneceu a exploração pecuária a par da florestal, a suspensão do projecto paisagístico é evidente quando Francisco Tavares, com mil acácias previstas para plantar naquelas paragens em 1880³⁹, recomenda de caminho ao patrão que *todo aquella terreno que está vazio e que n'outro tempo teve Eucalyptus* também devia levar as australianas,⁴⁰ ou quando dois anos depois lhe conta que ao pé do piquinho, no *valle próximo da vereda que vae ter á beira da lagoa, que estava cheio de cryptomerias*, está a maior parte d'ellas sêccas.⁴¹ (bold meu). José do Canto, para quem o asseio num jardim ou, por extensão, numa mata, nunca pecaria por excesso, andava então assoberbado com a inusitada empreitada da Ermida na lagoa das Furnas, com as comemorações do Centenário de Camões, com o projecto da granja do Porto Formoso e, quando podia e se concedia, com a vela em alto mar.

Em 1881, plantam-se carvalhos.⁴² Em 82, Francisco Tavares começa a replantar pelo *piquinho contíguo á lagoa*, para depois, com todo o plantio disponível, escolher o melhor para plantar *na roda, em baixo, da dita Lagoa*.⁴³ No ano a seguir redige um relatório que mostra não haver mãos que cheguem para as

³⁷ Cf. Carta de Ponta Delgada, 13 Setembro 1874, de JC ao irmão Eugénio, AP-FACHN.

³⁸ Cf. Férias da Lagoa do Congro durante o anos de 1870 a 1874, inclusive, UACSD, FBS-AJC.

³⁹ Carta de Francisco Tavares para JC, Porto Formoso, 26 Março 1880, UACSD, FBS-AJC.

⁴⁰ Idem, 2 Abril 1880, UACSD, FBS-AJC.

⁴¹ Idem, 17 Fevereiro 1882, UACSD, FBS-AJC.

⁴² “[...] cumpre-me dizer que são 1500 os carvalhos que vieram das Furnas; e como já disse são ainda precisos 2000 para o pico da lagoa.” Carta de Manoel Pacheco para JC, 13 Março 1881, UACSD, FBS-AJC.

⁴³ Cartas de Francisco Tavares para JC, Porto Formoso, de 17 Fevereiro e 10 Março, 1882, UACSD, FBS-AJC. Francisco Tavares não identifica o plantio, provavelmente por o não saber na altura.

mondas, podas e desbastes dos plantios mais recentes⁴⁴. Mas, em 1885, José do Canto, que estará nessa altura a terminar a construção da Ermida, manda um *caixão de plantas* para a lagoa do Congro, e, cerca de um mês depois, um *Jardineiro* que por ali permanece alguns dias e que ali volta dois meses depois.⁴⁵ Continua a plantação de carvalhos, faias e eucaliptos, na borda da lagoa, onde já teve vinháticos, contudo é a cultura das pastagens que domina as notas de despesa nos anos posteriores.

O reinvestimento no enriquecimento das espécies e da ornamentação, nomeadamente recorrendo a exóticas e arbustos mais raros que justificariam o transporte em *caixão* apropriado e as deslocações do jardineiro, é particularmente significativo por se fazer numa altura em que José do Canto tem o prédio da lagoa das Furnas a atingir a maturidade, com a vegetação ornamental e de corte adultas, devidamente equipado para a permanência e o lazer, e com a Ermida, pedra de fecho da laboriosa paisagem, em acabamentos. Se pensarmos ainda na exposição pública dos projectos das Furnas, assegurando “the display of wealth and taste, and the attainment of distinction”⁴⁶, este reinvestimento num prédio de difícil acessibilidade é a prova eloquente do *refinamento da utilidade* que José praticava nas suas terras independentemente do aplauso público. José do Canto poderá ter lido em Loudon que “[...] to dignify ornamental forms by **use**; and to raise merely useful forms to **beauty**, is the great object of ambition among every class of artists.”⁴⁷ (bold meu).

Em 1896, por um dia longo de Verão, Maria Guilhermina filha e o marido Guilherme Poças Falcão visitam a lagoa do Congro de que lhes coube uma parte na herança. Percorrem as ruas e veredas arrançadas de forma que puderam

⁴⁴ “Hontem fui à lagoa do Congro, ver o que era preciso fazer-se, que vem a ser dar-se-lhe um sacho na monda, para matar a muita silva, nos abetos, e no pico tem muito feto, a ponto que os carvalhinhos não apparecem debaixo d'elle. / As acácias plantadas há 2 annos no canto da pedreira, á parte do Norte, estão muito boas. / Próximo a estas acácias há um bocado de carvalho, é pena não terem sido podados. / Nos abetos cahiu uma giesteira que era bom cortar com geito, porque esta deitada sobre elles. / Os freixos, pegado aos taes abetos tambem deviam ter levado uma podasinha. [...]” Carta de Francisco Tavares para JC, Porto Formoso, 6 Abril 1883, UACSD, FBS-AJC.6abr83.

⁴⁵ Cf. Ferias das semanas de 20 Junho, de 18 Julho 1885 e de 19 Setembro, UACSD, FBS-AJC.

⁴⁶ J. C. Loudon, *An Encyclopaedia of Gardening*, London, Longman, Brown, Green and Longmans, (1822), s.d., p. 1163.

⁴⁷ *Alison's Essays*, vol. ii, p. 202, cit. por J. C. Loudon, ob.cit., p. 1166.

*andar por todo o prédio sem incommodo, e entusiasmando-se com as bellezas que elle tem e com o encanto da vegetação, pensam recuperar a casa para recreio.*⁴⁸

⁴⁸ Cf. Carta da Rocha Quebrada, 4 Agosto 1896, de Guilherme Poças Falcão a JC, UACSD, FBS-AJC 1328.

2.2. Loudon à cabeceira

Os veados de Brown

Em 1850, José do Canto pede ao seu ex-jardineiro George Brown para lhe comprar dois veados em Inglaterra.¹ A julgar pela data, os veados destinaram-se para o jardim de Santana, projectado pelo arquitecto inglês David Mocatta. Assim como para ali seriam o *Pavillion*, *Boat-house*, *Summer-house* e *Fountain* encomendados ao mesmo arquitecto três anos antes, iniciando um programa mais recreativo para o jardim que acabou por permanecer essencialmente botânico. A intenção de importar os dois veados, que não se terá concretizado, é uma demonstração eloquente da influência da cultura paisagística inglesa na prática empírica mas informada de José do Canto. Os veados evocavam os *royal parks*, ou tapadas reais, que eram exclusivas reservas de caça em florestas muradas pertencentes à casa real. Para além do programa cívico ligado à *higiene e instrução* das classes desfavorecidas, o *park* público londrino da primeira metade de Oitocentos corresponde ao produto final do processo de estetização setecentista da floresta real. À imagem dos parques londrinos, e depois do decreto de 1852 que cede a antiga tapada à cidade de Paris e dos trabalhos sucessivos de Varé e Alphand e Barillet-Deschamps, também o Bois de Boulogne terá o seu *Parc aux Daims* com gamos, como o próprio nome indica (Fig. 2.1).²

Tendo na paisagem pastoral da Arcádia o modelo de origem, o paisagismo do parque inglês de Setecentos simulava a paisagem total, integrando jardim-campo-bosque, exemplarmente materializada nos parques de Lancelot 'Capability' Brown. Esta ideia de paisagem, com os rebanhos à solta na relva que se estendia à volta das mansões e casas de campo sobre o fundo dos bosques, fora vista e trazida sob a forma de álbum pelo pai de José da ilha de Wight, em 1837³ (Fig. 2.2). Nove anos depois o filho vira as

¹ “[...] How much will cost two small deers?”, inquire JC numa Lista de sementes e plantas pedidas por Mr Wallace (*Kitchen Garden Seeds e Flower seeds*) e outras, postas à consideração de Mr. Brown, UACSD, FBS-AJC. Numa carta de *Hull April 5th 1850*, UACSD, FBS-AJC, para JC em S. Miguel, George Brown reporta “[...] I have made a many inquiries about the Deer and hope to be able to procure 2 young ones cheap in July if I can I will try to keep them some time the autumn & then send them.”

² Com o Jardin d’Aclimatisation, desenhado por Barillet-Deschamps, o Bois passa a dispor ainda de um rusticado *Chalet des cerfs*. Cf. Adolphe Joanne, *Paris Illustré*, Paris, Librairie Hachette et Cie., Troisième édition, [1878].

³ *Vectis Scenery: Select Views Exhibiting the Picturesque Beauties and Places of Particular Interest in the Isle of Wight*, Wootton, engraved and printed by G. Brannon, 1837.

Arcádias mais urbanas de Londres e arredores. Sobre Richmond, que José do Canto visitou em 1846⁴, Hippolyte Taine transcrito n'O Cultivador escreveu: “[...] Como o parque é mudo! Manadas de veados pastam no relvado; as corças aproximam-se do gradeamento, e olham para quem passa sem temor.”⁵ Se José vira veados e gado à solta nos parques londrinos, também tinha o suporte teórico de Loudon para aquela iniciativa. No Livro IV, *Forming the scenery of residences* da sua *Encyclopaedia of Gardening*, John Claudius Loudon sugere que é necessária uma *natureza animada* para completar a beleza da residência: “Deer, wild and tame hares, cattle, sheep, game, singing birds, all belong to a residence, and are necessary to complete its beauty.”⁶ Esta mesma ideia mostrava-se em distorcida planta perspectivada na fig. 1571 da *Encyclopaedia of Cottage, Farm, and Villa Architecture*, do mesmo autor, em que os pastos da *Cottage Villa, built at Chailley in Sussex, for General St. John* são partilhados pelas vacas, ovelhas de South Down e um grupo de cinco veados junto a um *clump* de árvores, à direita⁷ (Fig. 2.3). Repare-se como a exploração económica da propriedade desenha uma paisagem claramente ordenada: a casa, em posição dominante e orientada para Sul, lateralizada por uma parte geometrizada e agricultada, abre-se para o espaço amplo e de forma irregular das pastagens que se desenrolam até ao rio, com sebes e *ah-ah's* a recintarem discretamente os animais, o todo envolto pelas encostas *beautifully wooded in the natural style*.

Um ano depois de ter visto o Mundo acumulado sob todas as formas de arquitectura e paisagem na Exposição Universal de 1867, quando regressa definitivamente de Paris, José do Canto parece retomar a ideia de povoar com animais exóticos as paisagens que foi compondo à distância. A *natureza animada* era mais fácil de realizar com patos e gansos. O americano Thomas Hickling, pioneiro das práticas paisagísticas na Ilha, trouxera patos de outras paragens para *animar* o seu Tanque das Furnas ainda em

⁴ Cf. Livro de Despesa de tamanho A5, encadernado, com as folhas numeradas e intitulado no verso da folha de rosto *Despezas meudas de Caza na Ilha do Faial desde o 1.º de 8bro. de 1845 em diante. José do Canto* [assinatura], UACSD, FBS-AJC.

⁵ Mr. [Hippolyte] Taine, *Londres e Paris*, traduzido do *Daily News* para *O Cultivador*, n.º 8, 15 Agosto 1873, p. 204. Richmond é desde o século XVII um *royal park*, ou seja, uma tapada de caça e ainda hoje os veados marcam forte presença no parque entretanto desmilitarizado.

⁶ J. C. Loudon, *An Encyclopaedia of Gardening*, London, Longman, Brown, Green and Longmans, (1822) s.d., p. 1183.

⁷ J. C. Loudon, *An Encyclopaedia of Cottage, Farm and Villa Architecture*, London, Longman, London, Brown, Green and Longmans, (1833) 1842, p. 891.

Setecentos.⁸ No arquivo da Universidade dos Açores encontra-se um apontamento manuscrito a tinta de José do Canto com o carimbo da Direcção do *Jardin Zoologique d'Acclimatation du Bois de Boulogne* que agrupa, ordenadamente, dentro de rectângulos bem esquadrinhados, casais, ou pares, de gansos e patos (de diversas espécies) e ainda *leucomèles*, *coulins*, *colombes* e *céréopses*⁹, no que parece ser uma nota de encomenda (anotações a grafite comentam o estado dos animais). O *Jardin d'Acclimatation* do Bois de Boulogne (Fig. 2.4), a cuja construção José do Canto assistira e em cujo traçado se reconhece de imediato a mão de Barillet-Deschamps¹⁰, era um 'jardim à inglesa' em que as *fabriques* serviam de habitação a animais diversos. Se o parque público era reminiscente da tapada real, o jardim zoológico era reminiscente das *Ménageries*¹¹. E tal como as plantas no parque, os animais estão agora em exposição legendada para instrução do público.

A terem voado de Paris para S. Miguel, teriam aquelas aves de ornamento habitado a lagoa das Furnas onde José plantara insensato número de árvores provenientes de todas as paisagens do mundo? A citada *leucomèle* é uma espécie de faisão, e o *Céréopse* é um ganso da costa sul da Austrália. Assim, à aclimação de plantas *exóticas* junta-se a aclimação de animais *exóticos*. Segue-se, naturalmente, a introdução de arquitecturas *exóticas*.

⁸ No tanque, Hickling tem "alguns Patos de diversos Paizes que fazem uma agradável vista, [...]." *Cópia d'um Diário feito por António Machado de Faria e Maia, Governador, que fora de Cabo verde (Tio irmão do Pae de D. Elena Victoria Machado) este manuscrito pertence ao Doutor do mesmo nome, Copiador de fin. século XIX, fl. 115-117v, AP-CC.*

⁹ Cf. documento manuscrito, *10 Mars 1868*, UACSD, FBS-AJC.

¹⁰ Este novo jardim zoológico (já havia um no Jardin des Plantes) aparece representado na planta do Bois de Boulogne integrada na edição de 1870 do guia Joanne.

¹¹ Por sua vez, as *Ménageries* descendiam da colecção de animais exóticos e aves raras que partilhavam o quotidiano da realeza sublinhando-lhe a excepcionalidade Cf. Gérard Mabilie, "The Menagerie at Versailles", (1990), p. 172. Os animais soltos no jardim eram também óbvias evocações do jardim do Paraíso.

Da Agricultura à Arquitectura, as enciclopédias de Loudon

Só pelos sinais de manuseamento, comparando com o bom estado de praticamente todos os seus outros livros, é fácil de perceber que a *Encyclopaedia of Gardening*¹² (Fig. 2.5) e o *Cottage, Farm and Villa Architecture*¹³ (Fig. 2.6), de John Claudius Loudon, foram livros de cabeceira de José do Canto. A manipulação intensiva indicia uma leitura repetida e persistente. Leitura, ou apenas deambulação pelas inúmeras imagens que generosamente ilustram ambos. Uma nota de encomenda de plantas¹⁴ prova o uso prático do primeiro, enquanto o projecto da Casa dos Botes para a lagoa das Furnas segundo o modelo XLII¹⁵ comprova o uso do segundo. Este fora comprado em Londres pelo seu procurador *Mr. Pereira* logo no ano do seu casamento, em 1842.¹⁶ De Loudon, José do Canto dispunha ainda da edição de 1841 da muito ‘técnica’ *Encyclopaedia of plants comprising the specific character, description, culture, history, application in the arts...*, bem como *A catalogue of all plants indigenous cultivated in or introduced to Britain*, de 1850. Escritos por Jane Webb Loudon (1807-1858), mulher de John Claudius, adquirira também *The lady’s companion to the flower-garden* e *The lady’s country companion or how to enjoy a country life rationally*, ambas edições e aquisições de 1846¹⁷. O meio-irmão de José, Ernesto do Canto, tinha uma edição de 1857 da *Encyclopaedia of Cottage, Farm and Villa Architecture*, revista e aumentada¹⁸ (teve catorze edições¹⁹), reiterando a importância de Loudon na bibliografia operacional dos Canto. E a SPAM possuía treze números da *Gardener’s Magazine by Loudon*.²⁰ A propósito de magazines, atente-se que Loudon foi também o editor do primeiro periódico exclusivamente dedicado à arquitectura, a *Architectural Magazine* (1834-1839), onde John Ruskin, sob o

¹² J. C. Loudon, *An Encyclopaedia of Gardening; comprising the Theory and Practice of Horticulture, Floriculture, Arboriculture, and Landscape-gardening*, London, Longman, Brown, Green and Longmans, s.d., (prefácio datado de 1834; a primeira edição é de 1822), cota JC B/70 RES (BPARPD)-5335.

¹³ J. C. Loudon, *An Encyclopaedia of Cottage, Farm and Villa Architecture and Furniture: containing numerous designs for dwellings; from the cottage to the villa, including farmhouses, farmeries, and other agricultural buildings*, London, Longman, Brown, Green and Longmans, (1833), 1842, cota JC B/71 RES (BPARPD)-5336.

¹⁴ Numa extensa lista de plantas para encomenda, JC escreve para os *Geraniums*: “V. London’s Encyclopedia of Gardening, p.1089”, UACSD, FBS-AJC.

¹⁵ XLII. *A Cottage of Three Rooms, in the Elisabethan Style*, em J. C. Loudon, *An Encyclopaedia of Cottage...*, planta, corte e perspectiva na p. 159. V. desenvolvimento no capítulo final.

¹⁶ Cf. recibo passado a *Mr. Pereira* por Longman, Brown, Green & Longmans, *London Aug 25 1842*, UACSD, FBS-AJC 1551.

¹⁷ Cf. recibo passado a *Jose do Canto Esq* por Longman, Brown, Green & Longmans, *London Aug 19th 1846*, UACSD, FBS-AJC 16046.

¹⁸ Cota EC AR.4 B/163 RES (BPARPD).

¹⁹ Cf. James S. Ackerman, *La villa. Forma e ideologia*, Torino, Edizioni di Comunità, 2000, p. 301.

²⁰ Cf. *O Agricultor Michaelense*, 2.^a série, n.º 6, Junho 1848, p. 119.

pseudónimo Kata Phusin, defendeu o cottage inglês e o chalet suíço como arquitecturas naturais das respectivas paisagens.²¹

Convicto de que Loudon foi uma influência estruturante na formação da identidade estética de José do Canto enquanto construtor de paisagens, e uma espécie de mentor-fantasma na sua obra, parece-me importante abordar, ainda que em rápido resumo, o pensamento e acções deste autor.

John Claudius Loudon (1783-1843), paisagista escocês filho de um agricultor, foi o mais importante e prolífico autor de referência para o Paisagismo e Horticultura do seu tempo. Escreveu ainda sobre Agricultura e Arquitectura e, nas obras adquiridas pelo micalense, todas estas matérias se articulam e complementam. Consideradas obras de referência ao seu tempo, José do Canto, realmente, não podia ter falhado o alvo. A modernidade de Loudon, que estudou agricultura na Universidade de Edimburgo, evidencia-se logo por identificar os autores que citava nos seus livros, bem como listar as suas fontes numa bibliografia (onde incluía inúmeros autores estrangeiros e onde constam os autores que a mais recente historiografia seleccionaria). Loudon fez um primeiro tour à Europa oriental em 1813, e um segundo em 1821 a França e Itália, tendo visitado e desenhado jardins, palácios e villas, coligindo uma imensa informação que foi depois editando.²² Em 1832 inventou o *Gardenesque*. Amigo do utilitarista Jeremy Bentham, foi um militante defensor dos Parques Públicos para recreio e instrução de todas as classes: o London Derby Arboretum, projectado por Loudon em 1839, tinha cada espécie plantada etiquetada com o nome comum, nome botânico, lugar de origem, data da introdução em Inglaterra e a altura máxima atingida²³. Foi igualmente influente no desenho arquitectónico dos

²¹ V. Joseph Rykwert, *La Casa de Adan en el Paraiso*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, (1974), 1999, p. 39 e 42.

²² Cf. John Donaldson, *Agricultural Biography, containing a notice of the Life and Writings of the British Authors on Agriculture*, London, Printed by the author, 1854, p. 88. (Os apontamentos biográficos contemporâneos, incluindo os do *Oxford Companion to Gardens*, reproduzem a informação desta fonte).

²³ Cf. Monique Mosser, Georges Teyssot (ed.), *The History of Garden Design: The Western Tradition from the Renaissance to the Present Day*, London, New York, Thames & Hudson, (1990) 2000, p. 380.

cemitérios ingleses²⁴ e o seu nome ficou associado à ideia dos *green belts* que propôs para Londres.²⁵

Na monumental *Encyclopaedia of Gardening*, em cuja primeira parte reúne exemplos descritos e desenhados de jardins de toda a Europa incluindo Portugal²⁶, Loudon defende o *ancient* ou *geometrical style* de matriz renascentista italiana como modelo histórico tão válido quanto o *modern* ou *picturesque style* que os ingleses desenvolveram ao longo de Setecentos. O Oxford Companion to Gardens considera-o, sobriamente, “an important influence” no regresso ao jardim regular durante o séc. XIX²⁷, enquanto praticamente toda a bibliografia concorda que “[the] Loudon’s conversion to the Italian style is one of the great turning points in the history of British garden design.”²⁸ Mas um estilo não eliminava outro, ou não fosse este o século dos eclectismos, também no paisagismo.

A influência de Loudon não se circunscreveu à horticultura e ao paisagismo: segundo James Ackerman foi ele quem difundiu, na classe média, a moda da casa unifamiliar suburbana.²⁹ E a explosão da cada vez mais acessível e competente edição ilustrada terá feito o resto.

²⁴ V. Maria Manuel Lobo Pinto de Oliveira, *In memoriam, na cidade*, dissertação de doutoramento em Arquitectura / Cultura Arquitectónica, Guimarães, Universidade do Minho, 2007, p. CXII e 112-113.

²⁵ Para maior desenvolvimento, ver a entrada “Loudon, John Claudius” em Geoffrey Jellicoe, Susan Jellicoe (ed.), *The Oxford Companion to Gardens*, Oxford, New York, Oxford University Press, 1986, p. 344-345; E. MacDougall (ed.), *John Claudius Loudon and the Early Nineteenth Century in Great Britain*, Dumbarton Oaks, Washington (D.C.), 1980; Melanie Louise Simo, *Loudon and the Landscape. From Country Seat to Metropolis 1783-1843*, New Haven, London, Yale University Press, 1988. Para o Gardenesque e o revivalismo do jardim barroco em Inglaterra, v. também Georges Teyssot, “The Eclectic Garden and the imitation of Nature”, (1990), p. 368-369.

²⁶ *Rise, Progress, and present State of Gardening in Portugal* (p. 291), na *Part I. Gardening considered in respect to its Origin, Progress, and present State, among different Nations, Governments, and Climates*, desde os jardins assírios e babilónicos (p.3), aos mais recentes na Austrália (p.418). Ultrapassando as 1200 páginas, esta obra está dividida em quatro partes, com a primeira dedicada a uma extensa história dos jardins *among different nations, governments, and climates*; a segunda, intitulada *Gardening considered as a Science, and as an Art*, agrupando o conhecimento à época do Reino Vegetal e, depois, da Floricultura e Arboricultura; a terceira e a quarta partes tratam da prática e estatísticas nas Ilhas Britânicas.

²⁷ Cf. Geoffrey Jellicoe, Susan Jellicoe, ob.cit., p.345.

²⁸ Disponível em : < <http://www.gardensvisit.com/t/c4s2.html#1sarch1> >, consult. em Julho 2006.

²⁹ Cf. James S. Ackerman, ob.cit., p. 301-304. Embora reconhecendo Loudon como o mais *respeitável* autor de livros sobre cottages e villas do princípio de Oitocentos, quando há um boom de literatura ilustrada sobre as tipologias da *villa*, Ackerman não o considera um *teórico fino* ou sequer original. Loudon interessa-o por ter apostado na classe média urbana emergente como público alvo, secundarizando os estilos ao privilegiar uma abordagem utilitarista, e democratizando (com o *cottage*) o acesso a uma arquitectura (a *villa*) que era exclusiva da nobreza e da alta burguesia. Parece-me, no entanto, que Loudon se mostra um personagem mais complexo, particularmente quando, para além do óbvio Repton, de que editou os escritos, cita longamente Gilbert Laing Meason, que seria desconhecido da larga maioria dos seus contemporâneos.

Percebido o protagonismo de Loudon na primeira metade de Oitocentos, centremo-nos na análise de alguns trechos das obras de que José do Canto era leitor. Ultrapassando o milhar de páginas, a *Encyclopaedia of Gardening* é a sua obra em que é mais evidente o ambicioso projecto que visa articular a Agricultura (*Farming*), Arquitectura Paisagista (*Landscape-gardening*) e Arquitectura *all together*. Loudon define o *landscape-gardening* como a arte que, por entre a vontade do dono, a imaginação do artista e o génio do lugar³⁰, se exerce em:

[...] *disposing of ground, buildings, and water, as well as the vegetating materials which enter into the composition of verdant landscape. This is, in a strict sense, what is called landscape-gardening, or **the art of creating or improving landscapes.***³¹ (bold meu).

Ao fazer da totalidade da paisagem o domínio do *landscape-gardening*, a definição de Loudon apresenta-se demasiado ambiciosa para o século da burguesia, por se estender à escala desmesurada do *campo*, numa implícita alusão aos parques Georgianos. Por isso Loudon logo acrescenta que o que se tem praticado como *landscape-gardening* corresponde a:

*The art of arranging the different parts which compose the **external scenery of a country residence**, so as to produce the beauties and conveniences of which that scene of domestic life is susceptible.*³² (bold meu).

Quando assim escreve, Loudon aponta o discurso para a emergente classe média suburbana que vai emular à sua escala a residência da gentry rural³³. Se o programa de *The Suburban Gardener and Villa Companion*, publicado em 1838, corresponde ao enunciado do seu título, a anterior *Encyclopaedia of Cottage, Farm and Villa Architecture* tinha um programa mais vasto, reunindo dezenas de modelos que vão da casa operária ao palácio, com aproximações teóricas e explicações práticas, nas quais as implicações

³⁰ "The artist may and ought to aim at the highest degree of beauty which his own imagination, the genius of the place, and the views of the owner, will admit of;" J. C. Loudon, *An Encyclopaedia of Gardening*, p. 1168.

³¹ Cf. idem, p. 1062.

³² Cf. idem, p. 1062-1063. Loudon tem a frase escrita entre aspas, mas aqui sem identificar o autor.

³³ "La villa fu considerata l'unico strumento con il quale la classe media poteva emulare e sfidare la posizione privilegiata dell'alta aristocrazia e della piccola nobiltà di campagna e il carattere progettuale delle ville costruite in quel tempo iniziò a rispecchiare il desiderio di liberazione dalla tradizione e dalle regole sociali.", James S. Ackerman, ob.cit., p. 287-288. Esta arquitectura, herdeira de um pitoresco conceptualmente simplificado, terá no americano Andrew Jackson Downing o continuador assumido de Loudon no outro lado do Atlântico, que será o estafeta que entrega a Olmstead o termo *Landscape architecture* tomado de Meason por Loudon.

entre a Arquitectura e a Paisagem são mais complexas e interessantes do que as possíveis no limitado jardim suburbano. Por alguma razão José do Canto não comprou o *Suburban Gardener and Villa Companion*, e o que vemos é que encomenda a arquitectos ingleses projectos de mansões mais próximas, na escala e composição, das compiladas por Robert Kerr em *The Gentleman's House; How to Plan English Residences, from the Parsonage to the Palace*, de que possui a edição de 1865³⁴ (Fig. 2.7). A identidade estética de José do Canto não vai com o 'Loudon do subúrbio', ainda que este seja resultado da mesma reconceptualização processada pelo último Pitoresco que transmutou a *villa palladiana* no *cottage rústico* e abriu caminho aos figurinos variantes da *villa italiana* e do *chalet suíço*³⁵. Estas são as arquitecturas que se expõem e disputam nas enciclopédias de Loudon que José do Canto manuseia.

An Encyclopaedia of Cottage, Farm and Villa Architecture cita Uvedale Price para fazer a apologia da pitoresco na *irregularidade* das formas e na *variedade* das plantas, ou Humphry Repton para defender a *comodidade* dos ambientes e *salubridade* das implantações. Repton, que será o alter ego teórico de Loudon para a arquitectura, é o autor mais citado nesta enciclopédia³⁶, mas particularmente intensa é a longa transcrição de trechos da *Landscape Architecture of Italy* de Gilbert Laing Meason.³⁷ Esta obra, de que foram impressos poucos exemplares em 1828, focalizava, trazendo para o primeiro plano, as arquitecturas que compõem o fundo das pinturas dos *great Italian painters*, de Giotto a Miguel Ângelo, a que se juntavam os inevitáveis, e pictoricamente italianizados, Caspar e Nicolas Poussin e Claude Lorrain. Catorze dos cinquenta e cinco desenhos das fantasiosas mansões acasteladas sobre a topografia acidentada e enquadradas por árvores de preciso recorte são copiados e re-gravados por Loudon³⁸ (Fig. 2.8). O Meason

³⁴ Robert Kerr, *The Gentleman's House; How to Plan English Residences, from the Parsonage to the Palace*, London, John Murray, Second edition, revised, 1865.

³⁵ Cf. James S. Ackerman, ob.cit., p.291. É de toda esta inusitada mudança conceptual que trata o capítulo nono intitulado II «Pittoresco», p. 286-307.

³⁶ Ainda que citado amiúde, particularmente no que refere ao conforto e comodidade como 'categorias' críticas para o projecto de arquitectura, na p. 1168 da *Encyclopaedia of Cottage* os textos de Repton sobre o paisagismo pitoresco são duramente criticados por Loudon pelo seu "vague and unsatisfactory mode of writing".

³⁷ G. L. Meason, *The Landscape Architecture of the Great Painters of Italy*, London, C. Hullmandel, 1828. Este gentleman, também escocês e amigo de Sir Walter Scott, é mais citado pelo inventivo título desta sua obra do que propriamente pelo seu conteúdo.

³⁸ V. Sect. III, Chap. I, Book III, em J. C. Loudon, *An Encyclopaedia of Cottage...*, p. 775-782. Os comentários transcritos de Meason identificam nestas arquitecturas idealizadas um modo de composição que recorre a *large massive parts [of] different heights* criando um variado *outline against the sky*, em que a adição de

transcrito acentua que nos *country seats* italianos “**advantage of the nature of the site has been taken with admirable skill** [...] The Architecture, sculpture and garden of these villas are often designed by the same hand, and concur in the general effect to produce perfect harmony. Many of the great painters were Architects.”³⁹ (bold meu). Ou seja, tal como o paisagismo do Pitoresco procurara os seus modelos na pintura, era a vez da arquitectura olhar para a pintura a fim de se reinventar. Richard Payne Knight já o fizera em 1772 construindo uma casa acastelada que parece saída duma pintura de Lorrain, tal como Cronkhill projectada por John Nash por volta de 1802 parece importada daquelas pinturas de uma idealizada Itália campestre.⁴⁰ Loudon comenta as vinhetas de Meason, destacando na composição as fórmulas pitorescas do *contrast* e *variety of form, disposition and outline*, a que acrescenta as mais clássicas preocupações com a identificação de uma hierarquia e de um foco no campo de visão de modo a atrair *the eye towards a centre and to form a whole*.⁴¹

A proposta de Mathew Digby Wyatt, com data de 1864, para a mansão de José do Canto no Forno da Cal⁴², ainda que assente num terreno chão (onde a residência se poderia estender na horizontal), não deixa de evocar a *landscape architecture* de Meason pela densa mas bem articulada composição de volumes de coberturas várias (da clássica mansarda francesa ao telhado piramidal), com a torre encimada pelo exótico belvedere *as evidence of elegant enjoyment*, como diria Loudon⁴³, a sobrepor-se ao todo unificado pelas cinturas por andares de frisos e cornijas.

volumes simples, *plain towers*, sem cubelos ou pináculos supérfluos, produz *strong light and shade* (cf. idem, p. 778), lembrando uma definição famosa da Arquitectura modernista do século XX que aqui desvela a sua ascendência pictórica.

³⁹ Idem, p. 777.

⁴⁰ V. James S. Ackerman, ob.cit., fig. 157, p. 294, para Downton Castle; e fig. 162, p. 302, para Cronkhill. Alessandra Ponte, “The Character of the Tree: from Alexander Cozens to Richard Payne Knight”, (1990), p. 344, edita a pintura de Claude Lorrain, *La Crescenza*, que pertencendo a Knight ter-lhe-ia servido de inspiração, embora me pareça mais verosímil que este tivesse recorrido a mais do que uma imagem de Lorrain para a montagem ‘acastelada’ da sua residência.

⁴¹ Cf. J. C. Loudon, ob.cit., p. 781-782.

⁴² V. Isabel Soares de Albergaria, *Quintas, Jardins e Parques da Ilha de São Miguel, 1785-1885*, Lisboa, Quetzal Editores, 2000, fig. 188, p. 220.

⁴³ “Colonnades, Verandas, and Arcades, though not so essential to a country-house as the portico, or porch, are yet so characteristic of a dwelling in the country [...], **not only calculated to be useful**, as connecting passages [...], as places of shelter and protection for walking in during inclement weather, or for sitting in during hot sunshine. [...] they are so ornamental, as such **evidences of elegant enjoyment**, that we would rather court an opportunity of introducing them [...]” (bold meu), J. C. Loudon, ob.cit., p. 782.

Da longa citação de Meason interessa reter a apologia do projecto total com a procura de uma relação íntima da arquitectura com a paisagem nos modelos oferecidos pela pintura. Em consonância com esta ideia, Loudon advoga o projecto da arquitectura de *villas* como uma prática e saber particulares, que implicariam o conhecimento simultâneo da Arquitectura e do Paisagismo:

*Villa Architecture ought, in our opinion, to form a distinct part of the profession of a landscape-gardener. This union was long ago recommended by Knight, Uvedale Price, Hope, Meason, and other writers; and we believe its necessity is felt by some of the first Architects of the present day.*⁴⁴

Esta proposta de ‘fusão’ da Arquitectura com o Paisagismo, actualmente retomada por alguns autores⁴⁵, informará os trabalhos finais de José do Canto como mostrarei no último capítulo. Vejamos de seguida o modo como a corrente do pensamento utilitarista atravessa a teorização de John Claudius. Loudon invoca os principais teóricos do Pitoresco, Price e Knight, *and subsequently various others* para recomendar a *irregularidade* na forma dos edifícios revelando-se adepto do *efeito pitoresco* resultante

⁴⁴ Idem, p. 783. E sentencia: “Our opinion, decidedly, is, that no great improvement can take place till the professions are united”. Enquanto Meason recomenda que se amplie a teoria e a prática da Arquitectura a tudo quanto se considere pertencer à Arte, como considera que aconteceu em Itália, Loudon, criticando a incongruência duma racionalidade interior que teria a Villa inglesa com o exterior romântico de natureza selvagem (cf. *Cottage, Farm and Villa Architecture*, 1842, p. 771), insiste particularmente na composição da casa e do parque como um exercício único, de modo a garantir a unidade e coerência do desenho. Nos parágrafos 1673 e 1674 (p. 789-790), alinha as tarefas práticas e enumera, para além do referido Meason, Shenstone, Gilpin, Uvedale Price, Knight, Repton, Thomas Hope e outros autores a estudar pelo *Architect who intends also to be Landscape-gardener*.

Comprovando a influência de Loudon, John Kerr, no seu *The Gentleman's House* (1865), dedica uma das quatro partes em que divide o livro aos jardins envolventes em *Connection with the house*.

Também em França houve quem defendesse a fusão dos dois saberes: “La construction des jardins a pris un tel développement que l'architecte de bâtiment et le jardinier proprement dit n'ont plus suffi séparément et qu'ils ont dû, en quelque sorte, s'unir dans un seul homme, qui devait avoir, en outre, le sentiment de la nature, c'est-à-dire être paysagiste. Ses matériaux n'étaient plus la pierre, les marbres ou la peinture, mais des gazons, des fleurs, des arbres, des eaux et du ciel. [...] On le voit, il y avait là, dans un autre ordre, une coordination d'idées, de sentiments et de connaissances techniques, semblable, sous plus d'un rapport, à celles de l'architecte ; et nous croyons que ce titre d'architecte-paysagiste, qui peut paraître ambitieux, est bien justifié”, Armand Péan, *Parcs et jardins, résumé des notes d'un praticien*, Paris, 1878, p. 1-2, cit. por Luisa Limido, *L'Art des jardins sous le second empire: Jean-Pierre Barillet-Deschamps, 1823-1873*, Seyssel, Champs Vallon, 2002, p. 226-227.

A tradição desta reivindicação é actualmente retomada por Añaki Ábalos, *Atlas pitoresco, Vol. 1: el observatorio*, Barcelona, editorial Gustavo Gili, 2005. Na p. 48 defende que se deveria “integrar la tradición del paisajismo dentro de la disciplina de la arquitectura, pero también de entenderla no ya como una iniciación, sino como la culminación profesional del arquitecto, en la convicción de que la modelación del espacio público es la tarea más compleja y sutil, más requerida de inventiva, conocimiento técnico y preparación cultural de cuantas puedan proponerse al arquitecto.”

⁴⁵ Veja-se Iñaki Ábalos, ob.cit.

daquela.⁴⁶ E ainda que argumente com o “natural love of mankind for variety of character”⁴⁷, não deixa de recorrer a uma espécie de pensamento proto-funcionalista para advogar a composição assimétrica uma vez que esta assegura uma maior flexibilidade formal e, por isso, maior adaptabilidade funcional. Escreve ele que o *disagreeable effect* emitido por uma casa que não tem a porta ao centro é, “in great measure, removed, the moment any purpose is discovered”.⁴⁸ O pensamento funcionalista aparece por empréstimo dos *Stewart's Philosophical Essays* que cita, antecipando quase literalmente certos argumentos e imagens do *Vers une Architecture*:

*The oblique position of a window in a house, would be intolerable, but **utility**, or rather **necessity**, reconciles the eye to it at once, **in the cabin of a ship**.*⁴⁹ (bold meu).

Há uma tentativa de legitimação moral das formas pela ‘utilidade’ que Loudon vai disseminando pelos seus textos. Atente-se que a forma é prioritária, só que as ‘necessidades’ da composição têm de ser concomitantes com as ‘necessidades’ do uso. Esta exigência é muito clara em Meason, citado por Loudon, que, ao comentar o jogo de volumes que caracteriza a *landscape-architecture* das pinturas de Itália, avisa o leitor de que “No tower, round or square, should be elevated that cannot be made into useful rooms of proper dimensions, so that **effect and utility** may always be combined.”⁵⁰ (bold meu). A argumentação de Loudon não é no entanto sistemática e a ‘utilidade’ alterna com uma mais ampla e ambígua ‘finalidade’ como princípio legitimador. Assim acontece quando Loudon enuncia que “nothing can be essentially beautiful that is misplaced or misapplied”⁵¹ como um dos primeiros princípios *of correct taste*, ou quando argumenta que as opções disponíveis nas arquiteturas do *Cottage, Farm and Villa Architecture* deveriam avaliar-se pelo princípio da sua “fitness to the end in view”⁵². A racionalidade do pensamento utilitário, que parece transversal aos textos de Loudon, não se revela

⁴⁶ “Irregular Buildings please their admirers partly with reference to their picturesque effect.”, J. C. Loudon, *An Encyclopaedia of Cottage, Farm and Villa Architecture*, 1842, p. 52

⁴⁷ Idem, p. 67.

⁴⁸ Idem, p. 53.

⁴⁹ Cf. idem, p. 240.

⁵⁰ Idem, p. 777.

⁵¹ Idem, p. 782. O ‘proto-funcionalismo’ em Loudon não é sinónimo de optimização de um ‘uso’ pelo espaço que o serve, mas sim de adequação da forma a um ‘fim’. Por exemplo, o fim ou finalidade poderá ser o ‘carácter’ histórico de um edifício (a sua coerência formal ou estilística), ou a orientação dos compartimentos para as vistas da envolvente, sendo que qualquer uma destas finalidades se sobrepõe à convergência com o programa funcional.

⁵² V. *Book IV, The Principles of Criticism in Architecture*, em idem, p. 1106-1112.

rigorosa. Ao defender a introdução de arquitecturas *exóticas*, acaba por escrever que “After a certain point has been passed on the road from necessity to superfluities, beauty is use.”⁵³

Quando na dúvida, a subjectividade do gosto intercede.

Em coerência com a contradição genérica que caracteriza o seu tempo histórico, Loudon advoga exemplarmente o que designaria por ‘pragmatismo educado’, que não é mais do que a ponte lançada sobre o *abismo que separava o Classicismo do Romantismo*⁵⁴, então fórmulas sem qualidades outras que as de referentes inócuos do gosto. Esta ponte, que neutraliza as agora anacrónicas discussões entre os Antigos e os Modernos, traduz-se na Arquitectura pelo *Cottage*. Inicialmente ensaiado na estetização da quinta tradicional no âmbito das *fermes ornées*, o *Cottage* é para Ackerman a *mais perfeita realização arquitectónica do estilo pitoresco*⁵⁵. A entrada da arquitectura vernacular (inventada por arquitectos e teorizada por eruditos) no clube dos catálogos de residências para o campo, abrindo caminho à democratização da *villa* que ainda há bem pouco tempo era palaciano (e palladiano) exclusivo de uma elite, vai também propiciar a expressão individual requerida pela crescente classe média. A oferta multiplica-se com as arquitecturas aclimatadas das vilas italianas ou gregas e dos chalets suíços ou tirolezes, e outras mais. Veja-se na *Encyclopaedia of Cottage, Farm and Villa Architecture*.

Forrado por trepadeiras e envolto por exóticas, o *Cottage*, lembremo-nos, é um sucedâneo mais acessível de Landscape Architecture. Depois da consociação da Arquitectura com o Paisagismo defendida na enciclopédia de arquitectura, ao longo da *Encyclopaedia of Gardening* Loudon ensaia a outra proposição que interessaria sobretudo a José do Canto que é a da compatibilidade da Agricultura com o Paisagismo, reservando à Silvicultura um papel de destaque. Se no século anterior os parques de ‘Capability’ Brown haviam resolvido esteticamente esta relação, o pensamento central ao paisagismo de Loudon neste livro é o de que não só é perfeitamente possível como é moralmente desejável compatibilizar *profit and beauty*. Na *Encyclopaedia of Gardening*, enunciando os princípios do *landscape gardening* como *arte inventiva*, Loudon escreve:

⁵³ Idem, p. 782.

⁵⁴ Cf. idem, p. 286.

⁵⁵ Cf. James S. Ackerman, p. 291.

*None of the other beauties will compensate **for the entire want of utility** in any scene of architecture or gardening. Objects at first thought beautiful, soon lose this expression when they are found to be of no use; and others, the first impressions produced by which are disagreeable, **are felt to become beautiful in proportion as they are known to be useful.***⁵⁶ (bold meu).

Cita de seguida o ensaio *On Taste*, de Archibald Alison, para denunciar o carácter efémero da beleza ornamental, por oposição à beleza útil que, embora menos emocionante, será mais constante e duradoura.⁵⁷ Por isso é fácil de perceber que para Loudon:

*The great source of the beauty of every verdant landscape is wood [...].*⁵⁸

O bosque, ou mata, é ao mesmo tempo formalmente variado e economicamente rentável. Recusando a adopção de *mechanical rules*, quando na enciclopédia aborda os aspectos mais práticos da horticultura ou silvicultura Loudon retoma os princípios gerais enunciados sobre a «beleza útil» como guidelines para a intervenção no terreno que por sua vez é sempre função do reconhecimento do contexto, ou *as the genius of the place may require*. Assim, a disposição do plantio de uma floresta não poderá ser indiferente às aptidões do solo mas também não deverá ignorar as características formais do sítio.⁵⁹ Inversamente, a finalidade essencialmente ornamental de uma dada plantação não deverá impedir a sua rentabilização económica:

*In short, the planter, for **effect**, should never lose sight of **utility**, or plant in opposition to it; for though he may produce particular sorts of beauty, and especially that lately so fashionable and justly admired disposition of objects, called **picturesque**, which may be admired by a number for a time; yet **there is a much more elevated and universal beauty, that of moral relation, or, in short, refined utility**, which, while men retain their social feelings, must ever be the most interesting to mankind in general, and will therefore finally prevail.*⁶⁰ (bold meu).

⁵⁶ J. C. Loudon, *An Encyclopaedia of Gardening*, p. 1166.

⁵⁷ *Essays of Taste*, vol. ii., p. 201, ["Essay on the Nature and Principles of Taste", em [Archibald] Alison's *Essays*, Edinburgh, (1790), 1816], cit. por J. C. Loudon, ob.cit., p. 1166.

⁵⁸ J. C. Loudon, ob.cit., p. 1167.

⁵⁹ Cf. *Chap. III, Formation of Plantations, in which Utility is the principal Object*, da *Part III, Book III*, em idem, p. 1118-1119.

⁶⁰ Idem, p. 1125.

Mais recentemente, Maria do Céu Fraga confirmava: “José do Canto equilibra uma acção pragmática e uma concepção de vida **em que a utilidade não destrói a beleza natural ou artificial, antes a alimenta**; e possui o sentido crítico de tal forma apurado por muitas leituras e reflexão que se não deslumbra quando aprecia o seu próprio trabalho”⁶¹ (bold meu). Mais do que o pitoresco, que no século vitoriano se reduz simplificadaamente ao domesticado gosto pela irregularidade-das-formas e variedade-das-situações, será o duplo sentido de uma distintiva *utilidade refinada* a chave para entender toda a acção de José do Canto.

⁶¹ Maria do Céu Fraga, “José do Canto: o Fascínio de Camões”, conferência proferida em 1998 e agrupada a outras em *José do Canto no Centenário das sua Morte*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2000, p. 176, em excelente retrato do homem, do dilettante *coleccionador* ao *conhecedor* sócio da Academia das Ciências.

2.3. A paisagem da Ilha: um *jardim continuado*

Como escreveu Isabel Albergaria, “Percebe-se no espírito do século XIX [em S. Miguel], a formação da ideia do *jardim total* aplicada à paisagem.”¹ Não era propriamente uma ideia inédita. O morgado José Caetano até se passeara em 1837 por outra ilha que bem podia constituir-se modelo para S. Miguel: a ilha de Wight, com a paisagem em grande parte desenhada pela agricultura (Fig. 2.9), tinha o esclarecedor epíteto de *the Garden of England*. Era assim descrita no álbum de *vistas* que o morgado trouxe para S. Miguel:

*The interior of the Island [...] we shall find the face of the country with the most animating rural charms. [...] its lofty hills and downs have quite as picturesque an effect in the composition of its landscapes, as the vast heaving swells of a more mountainous region. Its valleys are equally pleasing and diversified, everywhere displaying the triumph of cultivation [...]. The whole Island is chequered by the most lively opposition of tints, [...] the smooth pasturing down, the wild heath, the polished lawn, luxuriant meadows and extensive corn-fields, delightfully intermixed with hedge-trees, groves and forest woods.*²

O álbum das paisagens da ilha de Wight, gravado e editado por George Brannon, é de uma eloquência iconográfica que rivaliza com as melhores edições ilustradas do seu tempo. Mais de trinta anos depois, o *Album Michaelense* do ourives Abranches³, com muita probabilidade inspirado pelo de Brannon, fica-lhe muito atrás na qualidade do desenho. Referenciado nas imagens exemplares de Claude Lorrain, explicadas por Gessner em livro de José do Canto – “Le calme et l’aménité règlent sur tout les contrées qu’a su créer le pinceau de Lorrain. [...]. Ses campagnes sont riches sans confusion; elles sont variées sans désordre, mais toutes présentent l’idée de la paix et du bonheur.”⁴ – o Pitoresco não se

¹ Cf. Isabel Soares de Albergaria, ob.cit., p. 213. A autora cita de seguida Ernesto Rebello (“De Lisboa aos Açores”, em *A Persuasão*, 2 Fevereiro 1876): “Os micaelenses intentaram **fazer da sua pátria um extenso e mimosíssimo jardim**, não lhe desprezando qualquer pequena parcela, povoando-o de árvores, flores e fructos...”, (bold meu).

² [George Brannon], *Vectis Scenery: Select Views Exhibiting the Picturesque Beauties and Places of Particular Interest in the Isle of Wight*, Wootton, Isle of Wight, engraved and printed by G. Brannon, (1822), corrected to the year 1837, p. 8.

³ Joaquim Cândido Abranches, *Album Michaelense*, Ponta Delgada, 1869.

⁴ [Salomon Gessner], “Lettre sur le paysage, à Fueslin”, in *Oeuvres de Salomon Gessner*, Second volume, Paris, Chez Ant. Aug. Renouard, 1795, p. 225-253.

limitava aos *country seats* dos mais nobres latifundiários, abrangendo na ilha de Wight uma extensão à escala do território.

*O vigor, a abundancia e a variedade dos productos, e o excellente amanho das terras dão aos campos a **apparencia de jardins***⁵, (bold meu).

Assim escrevera da ilha de S. Miguel nos anos 1860 Arthur Morelet, naturalista francês citado por Félix Sotto-Mayor no seu *Guia do Viajante na Ilha de S. Miguel*, em edição ilustrada e bilingue saída em 1899.

O que conta na paisagem aqui em estudo é tanto a sua *objectividade* (geo-bio-física) quanto o *valor atribuído à sua configuração* (forma e composição, isto é, imagem). Este valor só pode ser *cultural*, escreve André Corboz⁶, ou seja, construção histórica. Para uma arqueologia esquemática e breve dessa construção, podemos dividir em dois os modos oitocentistas de apreciação estética do campo. Por um lado, temos um modo sedimentado na longa tradição literária da Arcádia e dos Campos Elísios⁷ revitalizada pelo Renascimento em que se vai enxertar a pintura de paisagem e depois o paisagismo do pitoresco. Por outro, temos o olhar modelado pela filosofia e moral de inspiração utilitarista em que é 'belo' o que é 'útil'. O antagonismo que o Romantismo opõe ao Utilitarismo resolve-se na classe média da segunda metade do século num gosto informado pela fusão pacífica dos dois modos.

*Campo e agricultura são ideias, que como os gémeos de Sião, não sabem separar-se: a mesma vida – uma só organização para dois seres – a historia de um pelo outro. Quem bem fallar da agricultura, deixará entrever todas as **formosuras campestres** d'um paiz – como, na descripção cabal dos campos, se-comprehende, mixta, a ideia do seu **valor agrícola**.*⁸ (bold meu).

⁵ Félix Sotto-Mayor, *Guia do Viajante na Ilha de S. Miguel*, Ponta Delgada, Ed. Evaristo Freitas Travassos, 1899, p. 11.

⁶ Cf. André Corboz, "Le Territoire comme palimpseste" (1983), p. 225.

⁷ "[...] descriptions of nature, and hence the landscape, invaded literature through the *locus amoenus*, from the invocation to Venus by Sappho, to the Elysian Fields of Virgil, from Horace's "Ode to Spring" and the happiness of the country dweller, to the earthly paradise of Milton." Monique Mosser, "The Saga of Grass: From the Heavenly Carpet to Fallow Fields", 1999, p. 44.

⁸ "Excursão Campestre", *Revista dos Açores*, n.º 17, Abril 23, 1851, p. 65.

Ora a agricultura é então a *mãe de todas as indústrias* e, portanto, a *mais bela de todas as artes*. A rousseauniana superioridade moral do campo face à cidade demonstra-se pela sua aliança com a divina Natureza:

*A charrua e o enchadão, tópm em toda a parte com as ruínas dos templos, e palácios: essas ephémeras da arte, pômpeáram hum momento sobre o solo desvestido, e logo a Natureza as afogou; as recobrio outra vez com o seu solo, com a sua vegetação, com os seus fructos, com as suas fragancias, com a sua paz, com as suas harmonias primitivas e ineffaveis.*⁹

Assim escrevia António Feliciano de Castilho no editorial com que se estreia à frente d'*O Agricultor Michaelense*, em 1848. E prossegue fazendo a história do campo: a uma paisagem encantada da Antiguidade, habitada pelas ninfas, sátiros e outras exuberâncias, segue-se a *Queda*, o desterro do Paraíso cristão, só agora reabilitado pela interminável epifania da Ciência, de novo recuperado o maravilhamento: “Acode a Sciencia para repoetisar tudo.”¹⁰

Na Arcádia pastoral não havia serpentes e a flauta de Daphnis hipnotizava os felinos, e o regime alimentar da fauna do Paraíso cristão era vegetariano. Ora, sem animais ferozes ou venenosos, com um clima temperado e uma proverbial fertilidade do solo capaz de aclimatar plantas de todos os continentes, para a ilha de S. Miguel ser o Jardim do Éden faltava apenas garantir a abundância perene dos frutos. A SPAM acreditava que, com o indiscutível poder da Ciência, a Agricultura micaelense poderia recuperar a idade do ouro da laranja, mal alcançada logo perdida. Para o optimismo positivista da época, e considerando que algumas condições prévias estão já garantidas, a utopia – riqueza económica e a totalidade botânica do paraíso¹¹, – parece ao alcance da Ilha já por natureza *afortunada*.

Um *gentleman farmer*, e esta é uma questão de afirmação de classe, risca a terra *for utility and effect*, conciliando racionalidade produtiva e prazer estético.

⁹ “O Redactor, ao Publico”, *O Agricultor Michaelense*, 2.^a série, n.º 1, Janeiro 1848, p. 7.

¹⁰ *Ibidem*, p. 12.

¹¹ Nas suas memórias, Augusto de Ataíde, descendente de José do Canto, chama “Paraíso” ao jardim de Santana, que era o mais botânico dos jardins oitocentistas de Ponta Delgada, e também assim se refere à Ilha. Cf. Augusto de Ataíde, *Percurso solitário*, Lisboa, Bertrand Editora, 2006.

Segundo a idealização de Loudon, não se trata de ornamentar o útil, mas sim de produzir os dois simultaneamente, como acontece na arborização das estradas e caminhos: as árvores sombreiam e embelezam os percursos em simultâneo. Ou, para delimitar um terreno, abre-se uma vala, que o drena também, e, para segurar a terra da dita, alinha-se uma sebe de hortênsias, que poderá até consociar-se com as dissuasoras silvas. Referencia-se um lugar com uma sempre admirável Araucária, ou assina-se o plantio de uma mata com a forma expressiva de um Cedro do Buçaco¹². Mas os objectivos de uma propriedade agrícola que integre uma casa de campo, como a Gitana de Harvey, os Ginetes de Raposo do Amaral, as Sete Cidades de Joaquim Álvares Cabral e de António Borges, ou os prédios da Lagoa do Congro e das Furnas de José do Canto¹³ são também, como o próprio Loudon admite, *the display of wealth and taste, and the attainment of distinction*.¹⁴ E se os jardins são «o luxo da agricultura»¹⁵, as matas e bosques são *the great source of the beauty of every verdant landscape*.¹⁶

Em 1850, depois de listar as diversas vantagens, económicas, estéticas e morais, da **arborização** num artigo já citado d'*O Agricultor Michaelense*, José do Canto desafia por fim os seus conterrâneos desta maneira:

*Confiamos que no animo de nossos lavradores callarão algum dia estas verdades, acabando esta Ilha por ser um **continuado jardim**.*¹⁷ (bold meu).

José do Canto exorta os seus *patrícios*, para lá da propriedade de cada um, a contribuírem com a arborização para o projecto de uma ilha-jardim, ou seja, a pensarem a paisagem na totalidade do seu território. A imagem do 'jardim contínuo' é, obviamente, metáfora de um território continuamente desenhado

¹² “Em reformar do Cedro de Buçaco que tinha a matinha dos viveiros e meter plantas de vimes pelas beiras das veredas na mesma matinha dos viveiros - 2 homens”, *Folha Deste Semane nos Çerviços de Vo^aEx^a nas mates da Ribeira grande*, 16 Março 1877, UACSD, FBS-AJC.

¹³ Para a história da apropriação estética destas propriedades à excepção dos Ginetes, v. o capítulo “As matas ajardinadas e o reencontro com a Natureza”, em Isabel Soares de Albergaria, *ob.cit.*, p. 210-227.

¹⁴ Cf. J. C. Loudon, *An Encyclopaedia of Gardening...*, p. 1163.

¹⁵ Curten the Elder, cit. por Georges Teyssot, “The Eclectic Garden and the Imitation of Nature”, (1990), 2000, p. 368.

¹⁶ J. C. Loudon, *ob.cit.*, p. 1167.

¹⁷ *O Agricultor Michaelense*, 2.^a série, n.º 26, Fevereiro 1850, p. 453.

pela aliança da agricultura e pecuária com a silvicultura, que erradicaria definitivamente as manchas informes de matos e incultos, cuja fealdade se semantiza pela escassa ou quase nenhuma utilidade reconhecida¹⁸. Depois do espaço emparedado pelos muros altos das quintas de laranja, o campo aberto do meio da Ilha observado por Wyville Thomson no percurso entre a Cidade e a Ribeira Grande poderia ser o modelo: encontra-se totalmente aproveitado desde as chãs aos cones vulcânicos revestidos de jovens pinheiros.¹⁹ Também Goeze, seis anos antes, achara as *campinas* cultivadas um *espectáculo surpreendente*, escrevendo:

*A força, abundância, e variedades de productos, assim como o bom amanho das terras dão-lhe o aspecto de **jardins**.*²⁰ (bold meu).

Se a partir dos Enclosure Acts, cujo sucesso foi muito publicitado por toda a Europa ainda no século XVIII, a agricultura moderna é implicitamente ordenada, não se pense que as práticas da silvicultura se limitavam ao plantio das árvores de corte por ciclos de 20 anos. Havia que vigiar-lhes o crescimento, equilibrar-lhes a competição pela luz eliminando alguns indivíduos, limpar-lhes o sub-bosque. E seriam, a maior parte das vezes, plantadas com um compasso regular. De facto, e ao contrário dos matos, as matas também eram culturas.

*I wish also that great care shall be had with the pruning of the shrubs or trees, as our workmen have a **great tendance to cut them square** with the shears, as if box, or other running border.*

[...] *I pray you to visit every standard tree or shrub in the lawns, one by one, and to order that the smaller **branches, or leaves, that reach the ground, and destroy the turf, shall be cut**, only the necessary, not to touch the grass; the **appearance of the garden being much neater**, when you can*

¹⁸ Os baldios serão ainda na primeira metade do século XX importantes reservas de lenha e pastorícia, mas para os padrões da civilização oitocentista a ‘passividade’ da actividade recolectora já não é moral nem economicamente admissível.

¹⁹ “The volcanic cones are covered with a youth growth of *Pinus maritimus*, [...] Every yard of tolerably level ground was under crop;” Wyville Thomson, *The Voyage of the Challenger: the Atlantic: a preliminary account of the general results of the exploring voyage of H. M. S. Challenger during the year 1873 and the early part of the year 1876*, London, Macmillan and Co., 1877, vol. II, p. 35-36.

²⁰ Edmond Goeze, *A Ilha de S. Miguel e o Jardim Botânico de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1867, p. 13.

*see the turf green till the stem of trees, and the same time the branches come down near the lawn.*²¹ (bold meu).

Assim instruía José do Canto o seu jardineiro inglês, Alexander Reith. Primeiro, devia vigiar a tendência indígena para decotar as árvores geometricamente, como se se tratasse de buxo ou sebes, e segundo, as ramagens não deviam tocar o chão, para não danificarem a relva mas também para que as figuras (*appearance*) do jardim aparecessem mais límpidas (*neater*), com os troncos a verem-se desde o chão descoberto. A influência do *Gardenesque* conceptualizado por Loudon é evidente e comprovada por Wyville Thompson, que visita o jardim em 1873: “Great care is taken to allow each individual tree to attain its characteristic form”²². A prática descrita pelo naturalista escocês corresponde a uma definição exacta do *Gardenesque*²³. Este estilo de jardim valorizava a exposição das plantas raras do coleccionador (Fig. 2.10). E também, contrariando o *Picturesque* mais selvagem proposto por Knight, correspondia a uma ideia de ordem e limpeza defendida com militância por José do Canto. A dada altura o vizinho José Jácome comenta-lhe o “asseio de mais” do jardim, ao que José, a viver em Paris, responde que para ele não é asseio suficiente, mas o possibilitado pela sua ausência.²⁴

Fora do jardim, e mesmo fora das matas ajardinadas, a José do Canto não deixa de ocorrer *passar verniz pelo mato bravio* nas matas de produção, como comprova a ideia que comunica ao irmão e cúmplice Ernesto do Canto de adquirir fetos arbóreos “para se multiplicarem em algumas das nossas grotas e

²¹ Carta de JC ao jardineiro inglês em Santana, Paris, 8 Dezembro 1865, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 56-59.

²² Wyville Thomson, ob.cit., p. 47. A passagem citada continua assim “[...] and consequently some species, particularly those of peculiar and symmetrical growth, such as the different species of *Altingia*, *Araucaria*, *Cryptomeria*, &c., are more perfect probably than they are anywhere else, even in their native regions.”

²³ Embora Loudon tenha inventado e publicitado o *Gardenesque*, não se limitou a este tipo de plantação, antes propondo dispor da História e de todos os estilos que nela se praticaram. O mesmo pensavam os seus pares, difundindo-se a partir dos anos 30, com o declínio do Pitoresco em Inglaterra, a ideia de que “all styles are potentially valid and had to be judged by their own rules”, Geoffrey Jellicoe, Susan Jellicoe (ed.), *The Oxford Companion to Gardens*, Oxford, New York, Oxford University Press, (1986) 2001, p. 171.

²⁴ Carta XXVI, a José Jácome, de Paris, 8 Setembro 1863, em José do Canto, *Cartas Particulares a José Jácome Corrêa e Conde de Jácome Corrêa*, 1841 a 1893, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1999, p. 97.

grotelhões”, sem apontar para a geografia dos prédios de recreio²⁵. Considerando o desbaste (com o corte e extracção das árvores a mais), o derrame (ou poda das ramagens mais baixas), a monda constante das silvas, e ainda a recolha dos fetos para complemento alimentar dos gados²⁶, as matas de produção, de sub-bosque limpo e sem ramos a tocar no chão, não seriam muito diferentes do jardim de Santana na nitidez das suas figuras. Seriam pitorescas como em Repton, e não como em Knight, isto é, teriam a aparência de uma natureza ‘tratada’, e não de uma natureza ‘selvagem’. Porque a ideia de jardim era também a ideia de paisagem²⁷:

*Já o mez passado me escreveo o José Jácome, que nunca tinha visto a Ilha de S. Miguel tão bonita, que era **um jardim continuado**.*²⁸ (bold meu).

²⁵ “Arranjei uma porção de fetos arbóreos pequeninos. Não tenho em St. Anna nem é fácil ter logar em que medrem; porem o meu fim é ver se elles mais cedo ou mais tarde dão sem.te para se multiplicarem em algumas das nossas grótas, e grotelhões, que é o apropriado sítio para o seu desenvolvimento.” Carta de JC a Ernesto do Canto, Paris, 9 Fevereiro 1866, Copiador de Correspondência 9230, fl. 238-241v.

²⁶ “Em casa ajuntar feitos cecos [fetos secos] para come das vacas”, *Folha Deste Somane nos Çerviços de Vo.^a Ex^a nas mates da Ribeira grande*, 5 Janeiro 1877; “Tirar feito [feto] para os porcos, conduzir feito vaqueiro da Matta para a eira”, *Folha das Ferias de Despezas não pertencentes á Lavoura do Porto Formoso a cargo de João Carreiro*, Janeiro 1886; ambos UACSD, FBS-AJC.

²⁷ Se, como disse Aurora Carapinha, «o jardim condensa a paisagem» (entrevista concedida ao autor, Évora, 2005), no século XIX micaelense e, particularmente nos casos de José do Canto e António Borges, foi inversamente o jardim projecto de paisagem. Já o jardim de José Jácome Corrêa não tem no seu desenho outro desígnio que o de ser correcta transcrição dos modelos, condensando paisagens de outras paragens.

²⁸ Carta de JC às suas irmãs, Paris, 10 Setembro 1867, em Fernando Aires de Medeiros Sousa, *José do Canto* [...], p. 265.

3. As Furnas de José do Canto

(for utility and for effect)

3.1. Suíça

As imagens de outras paisagens

Os *tours* de José do Canto

José do Canto não era propriamente um *turista*. Fez o seu *tour* de “ilustração e recreio”, como fez o irmão mais velho, André do Canto, em 1836. Ou como o pai, o morgado José Caetano, que num longo estio, de Maio a Setembro de 1837, se passeou por Londres e Paris, e ainda Bélgica e Holanda, regressando por mar via Hamburgo, consumindo deleitosamente as novidades e curiosidades que já então se vendiam aos *touristes*, dos museus e monumentos aos panoramas e livros de estampas, recolectando também *souvenirs* não mercadorizados.¹

Depois do *Grand Tour* do século XVIII passar a integrar no seu itinerário o próprio *caminho* para Itália, particularmente quando atravessava os Alpes, outros destinos vão surgindo por influência dos poetas e escritores românticos, ou não fosse a *viagem* matéria romântica por excelência. Foi a literatura que criou alguns dos novos destinos, como Sintra pela pena de Byron e Beckford. Mas se em Setecentos a educação de um *gentlemen* requeria a peregrinação ao berço da civilização e aos lugares mais exóticos do passado, em Oitocentos, depois da interrupção causada pelas guerras napoleónicas, a educação de um jovem candidato a cavalheiro de um país periférico requeria o conhecimento do outro extremo da História nas capitais dos países industrializados, Londres e Paris, onde se concentravam os signos da modernidade. A prioridade era o progresso, a “civilização”, como se dizia então, e por conseguinte, os *tours* dos irmãos Canto dispensaram a viagem arqueológica a Itália. Sinais do tempo.²

¹ V. Morgado José Caetano, *Diário de Viagem*, Notas de Nuno Álvares Pereira, Ponta Delgada, 1978. Para além dos catálogos das pinacotecas, monografias, estampas ou mesmo despojos de guerra (em Waterloo), José Caetano coligia à maneira romântica objectos ‘em bruto’ dos lugares que visitava, que tanto podiam ser um bocado de barro da fábrica de porcelana de Sèvres, como pedras do chão. João Silvério Vaz Pacheco de Castro, genro de José Caetano, que o acompanhou nesta viagem, também escreveu um diário de viagem que foi transcrito para um Copiador existente no arquivo particular da família Canto e Castro, na casa do Pópulo, S. Miguel.

² V. Carta de José do Canto Brum a André do Canto, Ponta Delgada, 28 Dezembro 1836, transcrita por Carlos Guilherme Riley, “José do Canto: Retrato de um Cavalheiro na Primavera da Vida”, em *Arquipélago - História*, 2.^a série, V, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2001, p. 235: deduz-se que, apesar de não ter ido a Itália, esta estaria incluída no plano inicial de André

De Abril a Agosto de 1846, José do Canto, que entretanto tomara o lugar do primogénito André na administração da casa Canto casando com a rica prima 'contratada' para aquele, demora-se por Londres e Paris. Tinha ido em Novembro do ano anterior pôr a sua casa no Faial em ordem, o que lhe levou mais de três meses, e partira de seguida para Londres. Se já estivera em Paris em 1839 (numa malograda tentativa de internato em Colégio vocacionado para os estudos propedêuticos para ingresso na Universidade francesa³), esta será a sua primeira viagem a Londres.⁴ Com um programa intenso, calcorreando parques e jardins, à procura de plantas em Fulham, reunindo com o arquitecto que lhe está a projectar a casa e jardim, tratando de encomendas dos patrícios, queixa-se na correspondência não lhe sobrar tempo para escrever, mas sempre vai fazendo turismo, com visitas a St. Paul, ao Monument, Hampton Court, Greenwich, excursões a Windsor, Cambridge, Brighton, concertos em Covent Garden, não falhando os Teatros, as exposições, Madame Toussaud, o Colosseum, ou o Egyptian Hall, em jeito, também ele, de *ver mundo*.⁵

do Canto, enquanto no ano seguinte não constando da viagem do Morgado José Caetano, não parece tão-pouco, que fizesse parte da sua planificação. Também Ernesto do Canto não inclui a Itália no seu tour de 1862. Cf. Carta XVIII, de Paris, 7 Setembro 1862, de JC para José Jacome, em José do Canto, *Cartas Particulares a José Jacome Corrêa e Conde de Jacome Corrêa, 1841 a 1893*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1999, p. 63. Ernesto também não desce a Itália aquando da sua segunda viagem *recreativa e instructiva* em 1867, cf. Martim Machado de Faria e Maya, "A Vida Operosa e Meritória de Ernesto do Canto", em *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. XXXV e XXXVI, 1979-1980, p. 70-71. Do meu conhecimento, apenas Jozesinho, filho de JC, foi a Itália (v. mais à frente, neste mesmo Capítulo).

³ Todos os estudos biográficos explicam com as *saudades de casa* a brevidade da passagem de JC pelo Colégio de Fontenay-aux-Roses: tendo partido de S. Miguel em Janeiro de 1839, em Maio já está de volta à Ilha. Sendo filho segundo, JC deveria receber uma educação superior. Assim, falhando Paris, segue para Coimbra onde frequentou o curso de Matemática em 1841-42. Cf. Carlos Guilherme Riley, *ob.cit.*, p. 220-224.

⁴ A caminho de Paris, em 1839, fez escala em Dover, no que terá sido o seu primeiro contacto com uma cidade estrangeira: "[...] as scenas d'uma Cidade Inglesza Comerciante, vista pela primeira vez, é impossível que me esqueção. Sendo esta Cidade pequena em comparação com as outras Cidades da Inglaterra, é assim mesmo muito maior do que a nossa, e incomparavelmente mais lidadora a sua população", Carta de JC ao pai, Dover, 9 Janeiro 1839, transcrita em Carlos Guilherme Riley, *ob.cit.*, p. 240.

⁵ Cf. Livro de Despesa de tamanho A5, encadernado, com as folhas numeradas e intitulado no verso da folha de rosto *Despezas meudas de Caza na Ilha do Faial desde o 1.º de 8bro. de 1845 em diante. José do Canto* [assinatura], UACSD, FBS-AJC. Neste caderno, para além daquelas apontadas pelo título e de anotações diversas, regista também, minuciosamente, as despesas com a viagem de 1846, desde as gratificações aos sorvetes, o que nos permite seguir os seus passos, à excepção dos lugares de ingresso gratuito, como o British Museum e a National Gallery. Desloca-se a pé, de *omnibus*, comboio ou vapor, *sege* e *cabriolet*. Da lista de lugares pagantes seleccionei alguns, tendo principalmente em conta os lugares de entretenimento e os ligados à horticultura e botânica, mantendo a nomenclatura original: tendo chegado a Londres a 23 de Março de 1846, vai logo no dia seguinte à Polytechnical Institution, e a 30 ao Colloseum; a 3

Os ensaios biográficos de José do Canto atribuem-lhe residência em Paris por quinze anos, obrigados pela doença da esposa e prima Maria Guilhermina Taveira de Neiva Brum da Silveira e pelos estudos dos filhos.⁶ Amiúdas vezes foi a Londres, para tratar de negócios, fossem da exportação da laranja, fossem das plantas e jardineiros, fossem relacionados com o projecto e construção da Doca, ou para consultar médicos, ou de passagem para apanhar o barco para a Ilha. Terá feito algumas incursões à província, quer inglesa, quer francesa, perseguindo plantas exóticas ou tecnologia agrícola, ou mesmo ferragens para a casa em construção na Ilha.⁷ Havia também, no fim do Verão, as excursões de lazer terapêutico, para a Maria Guilhermina “tomar uns banhos do mar” no Havre,⁸ ou em digressão “por Brighton, Dieppe e Rouen com óptimo tempo, e sem o menor accidente”⁹ em 1862, ou como quando anuncia em carta ao filho António a pretensão de passar “algumas semanas no Sul da França” no Outono de 1873,¹⁰ quando já havia regressado definitivamente para a Ilha.

de Abril, à galeria Adelaide e ao Diorama; dois dias depois reuniu com o arq. David Mocatta, a 12 foi aos Sussex Gardens, a 13 visita o Egyptian Hall e a 28 os Kew Gardens; já em Maio visita Hampton Court, Labirinto e Estufas, Richmond; a 25, Surrey Gardens. Partida a 1 de Junho para Dieppe, com chegada a Paris a 3. Ida e volta a Versailles, a 7 (onde regressa a 5 de Julho); 13, Jardin des Plantes e Chateau Rouge (no sopé de Montmartre); 1 de Julho, Père Lachaise; 2, Bois de Boulogne; 7, [Jardin du] Luxembourg; 9, Exposição da Indústria; 13, [Parc de] St. Cloud (já lá fora antes); 19, Monceaux. Partida a 20 para Londres. A 23 desloca-se à Fulham Nursery (onde estivera já a 2 e 16 de Maio, e regressa ainda a 4 e 8 de Agosto); 26, Sussex Gardens; 27, Vauxhall; 29, Brighthon; Em Agosto a 16, Regent's Park, e a 21 coroa o tour com a visita a Chatsworth, onde trabalharam 'Capability' Brown e Joseph Paxton.

⁶ JC parte de S. Miguel em 9 de Abril de 1853, com toda a família e duas empregadas, a fim de consultar os médicos em Londres sobre a doença persistente de Maria Guilhermina, e de ouvir, em Paris, a opinião do Dr. (Jules-Eugène) Rochard, o mesmo do teste a que dá o nome, estando “disposto a fazer o que ele disser, isto é a viajar, ou ficar por ali”, em “Cartas do Morgado José Caetano Dias do Canto e Medeiros a seus filhos Ernesto, Eugénio e Filomeno, estudantes em Lisboa e Coimbra (1850-1856)”, *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. XXI, 1.º e 2.º semestres, 1965, p. 119. Pelas cartas do pai, vemos que JC planeia voltar na Primavera de 54, parecendo ter residência intermitente entre Ponta Delgada e Paris nos primeiros daqueles quinze anos: em Fevereiro de 1855 estão todos na Ilha (não sei quando voltaram); a *Mestra* francesa veio de Paris para levar os rapazes de volta em Abril, permanecendo o casal com as filhas na Ilha até Setembro, quando embarcam de novo para Paris, via vapor Lisboa-Londres; mas a 1 de Dezembro José já está de volta a S. Miguel vindo de Liverpool; em Maio de 1856 ainda está na Ilha. Cf. “Cartas do Morgado...”, ob.cit., vol. XXII, 1.º e 2.º semestres, 1966, e vol. XXIII, 1.º e 2.º semestres, 1967.

⁷ Carta III, de Londres, 5 Abril 1846, de JC para José Jacome, em José do Canto, ob. cit., p. 6.

⁸ Carta VIII, do Havre, de 26 Setembro 1853, de JC para José Jacome, idem, p. 19.

⁹ Carta de Paris, 22 Setembro 1862, para W.m M.e Andrew & Sons, seus banqueiros em Londres, Copiador de Correspondência em Caderno Wedgwood, UACSD, FBS-AJC.

¹⁰ Carta de Paris, 11 Outubro 1873, para António do Canto, UACSD, FBS-AJC.

Para além de França e Inglaterra, visitou a Bélgica, e a Alemanha em finais de 1865, quando foi acompanhar o seu primogénito António que matriculou na “mais famosa escola de Agricultura e Silvicultura da Europa” em Hohenheim, perto de Stuttgart, no reino de Wurtemberg. Comprou a última edição do *Baedeker* para a Alemanha e países limítrofes,¹¹ e aproveitou no regresso para fazer compras nos viveiristas de Gand¹² e também Bruxelas, onde já tinha estado em 1854.

Depreende-se que terá ido mais do que uma vez à Suíça, com toda a probabilidade por recomendação médica: o ar da montanha seria mais uma tentativa de aliviar a sempre doente Maria Guilhermina, primeiro, e para espaiar os nervos do filho homónimo, mais tarde.¹³

Apesar de esperar com ansiedade as plantas do Brasil, acompanhadas por uma correspondência que descrevia e prometia exóticas florestas, não se lhe conheceu ensejo de ali ir. Também tinha imensa curiosidade pelas plantas africanas, bem como seguia atentamente as explorações em curso, de Welwitsch e de outros, mas José do Canto não era um naturalista aventureiro. Se a *Nova Holanda* era longe de mais, para os Estados Unidos era já fácil viajar com as mesmas condições de conforto com que se navegava para a Europa, mas o mais longe que José do Canto viajou para Ocidente foi até ao Faial. À Madeira aportou 24 horas para se refugiar de uma tempestade, ele e os outros passageiros do vapor Mindello que fazia a carreira para S. Miguel em Junho de 1865. Aproveitou para visitar os jardins.¹⁴

¹¹ K. Baedeker, *L'Allemagne et quelques parties des pays limitrophes jusqu'a Strasbourg, Luxembourg, Copenhague, Cracovie, Lamberg, Bude-Pesth, Pola, Fiume: manuel du voyageur*, Coblenz, K. Baedeker, Editeur, 3^e ed. revue et corrigée, 1865.

¹² Cf. Carta XXXII, de Paris, 1 Dezembro 1865, de JC para José Jacome, ob.cit., p. 121.

¹³ Embora só tenha encontrado prova documental de *uma* viagem à Suíça, Maria Filomena Mónica, que acedeu a cópias dactilografadas do Fundo Brum da Silveira antes do incêndio na Universidade de 1989 ter feito em cinzas cerca de quinze mil documentos do mesmo, conta “De repente, o seu outro filho, José, que sempre fora dócil, enlouqueceu. Seguiu-se a peregrinação pelos médicos de Londres, pelos hospitais suíços, pelas casas de repouso em Paris”, em “O esplendor dos Açores” incluído no *Turista à força*, Lisboa, Quetzal, 1996, p. 58. Também em Carta de Paris, 13 Junho 1861, para as irmãs, JC escreve “A nossa viagem à Suíça este anno parece-me que fica de remissa.” Fernando Aires de Medeiros Sousa, *José do Canto, Subsídios para a História Micaelense (1820-1898)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982, p. 205.

¹⁴ Carta de Paris, 2 Fevereiro 1866, para o naturalista Morelet, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 209v, contando-lhe que a bordo do Mindello conheceu o brasileiro

O aumento de oferta de navios nos meses da laranja, do final do Outono ao início da Primavera, propiciavam facilmente mais do que uma excursão por ano a Inglaterra.

As suas viagens tinham sempre uma determinada finalidade utilitária. Mesmo quando visitava uma Exposição Universal, José do Canto estava em negócio ou, em *visita de estudo*. O recreio viria por acréscimo das obrigações sociais, ou do tempo sobranete. Se, pela leitura do diário, a viagem do Morgado José Caetano nos parece descontraída, não deixa de incluir a visita a escolas e instituições sociais, como orfanatos e hospitais,¹⁵ ou não tivesse sido vereador da Câmara Municipal de Ponta de Delgada e Provedor do Concelho professando na sua vida pública a causa comum, de que foi administrador não remunerado em várias obras importantes.¹⁶ “A obrigação moral e patriótica de contribuir para o progresso local da Ilha, fazendo-a acertar o passo com as nações mais civilizadas”,¹⁷ adoptada e praticada sentidamente pelo morgado, foi militantemente assumida pela dinâmica geração seguinte, a dos seus filhos. As viagens, e no caso de José do Canto a residência em Paris, constituíam, para além dos interesses pessoais, uma oportunidade de *ilustração* para a causa

que, sabemos por correspondência posterior, vai ser o seu correspondente para a importação de plantas do Brasil.

¹⁵ Estes equipamentos, como hoje lhes chamamos, investidos de uma arquitectura eloquentemente representativa, eram signo fundamental do “grau de civilização” dos países ao ponto de constarem, normalmente com capítulo próprio, nos Guias de Viagem, o que, embora facilitando, não diminui o significado da opção tomada pelo Morgado José Caetano de os visitar atentamente. Vejam-se no Diário de Viagem (Morgado José Caetano, ob.cit.), os comentários ao “Hospital dos Inválidos da Marinha” britânica em Greenwich (p. 61), aos Invalides e “casa dos expostos” em Paris (respectivamente, p. 103 e p. 105), ao “Hospício para Velhos” em Anvers, onde percorreu “as casas de cama, casas de jantar, cozinhas, dispensas da roupa de homens e mulheres” (p. 141-142), ao orfanato para rapazes e raparigas em Roterdão (p. 155). Os apontamentos que tirou foram com certeza consequentes na fundação em S. Miguel de um asilo para idosos que baptizou *Hospício Maria Teresa*, cf. idem, p. XX.

¹⁶ De que destaque o encanamento da água que abastecia Ponta Delgada proveniente das lagoas das encostas das Sete Cidades e a abertura da estrada de Ponta Delgada para o Pico da Pedra, Rabo de Peixe e Calheta. Cf. “Apontamentos biográficos” por Nuno Álvares Pereira, em Morgado José Caetano, ob.cit., p. V- XXI. Veja-se também no mais recente Carlos Guilherme Riley, *Os Antigos Modernos. O Liberalismo nos Açores: uma abordagem geracional*, dissertação de doutoramento em História Contemporânea, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2006, ao Capítulo IV, o “4.3. A formiga de Esopo: José Caetano Dias do Canto e Medeiros”.

¹⁷ Carlos Guilherme Riley, “José do Canto: Retrato...”, p. 225.

pública que não podia ser desbaratada, como se pode confirmar nesta lista de *Cousas para ver*. [em] *Paris* [na viagem de 1846] apontada por José do Canto¹⁸:

- 1 *Estabelecimento de Creação de Bixos da Seda em Neully.*
- 2 *Escolla de Veterinária d'Elfort.*
- 3 + *Estabelecimento de Tapeçaria denominado Gobelins.*
- 4 *Estabelecimento de Porcelana em Sevres. Um bilhete para ver tudo.*
- 5 *Estabelecimento dos Cegos.*
- 6 + *Jardim das Plantas. Muséo aberto.*
- 7 *Surdos Mudos.*
- 8 + *Estabelecimento de Jardinagem de Cels.*
- 9 *Salpetriere e Bicetre.*
- 10+ *Musée d'antiquidades; galerie de Pintura no Louvre.*
- 11+ *Versalhes – St. Cloud*¹⁹ (primeiro).

Repare-se que a maior parte destas deslocações parisienses se relacionam directamente com as démarches micaelenses. A começar, e apesar dos insucessos acumulados, a criação de bichos da seda foi um dos projectos inauguradores e dos mais persistentes da SPAM, sendo que as *tapisseries Gobelins* eram também feitas em lã, mas sobretudo em seda. Na folha seguinte do mesmo caderno anota ainda para ver *Maquina Piemonteza de fiar seda*. Também a melhoria e incremento da criação de gado ovino e bovino fazia parte do programa de acção da SPAM, o que explica a visita à escola de Veterinária. A assistência social, desde a resolução dos “expostos” à construção de um “asiló para os alienados”, será uma das preocupações constantes, e prementes, em S. Miguel de Oitocentos. O Jardim das Plantas era o jardim botânico de Paris, contendo também um museu de História Natural, sendo que o conhecimento científico destas áreas estava no centro das transformações projectadas para a Ilha pela SPAM.

¹⁸ Livro de Despesa de tamanho A5, encadernado, com as folhas numeradas e intitulado no verso da folha de rosto *Despezas meudas de Caza na Ilha do Faial desde o 1.º de 8bro. de 1845 em diante*. José do Canto [assinatura], UACSD, FBS-AJC, fl. 78v. As várias anotações deste caderno, respigando nas que são datadas, sugerem um uso intermitente do mesmo de 1845 a 1856 (cf. fl. 51).

¹⁹ St. Cloud, histórica propriedade na periferia de Paris, segunda residência do primeiro-cônsul Boanaparte, tinha florestas e jardins, com uma *Grande Cascade* em que havia trabalhado Le Nôtre, e o lado nascente escarpado a olhar para o Sena e Paris. O Chateau, que continha ricas tapeçarias em seda produzidas nos mesmos Gobelins que JC pretendia visitar, ardeu em 1870.

As viagens de José do Canto, pelo carácter moral da obrigatoriedade implícita de utilidade e instrução, lembram os périplos europeus de D. Pedro IV nos dois anos que antecederam o seu coroamento. O “saque de conhecimento” trazido para o governo de Portugal por D. Pedro²⁰ tinha equivalente à escala no praticado entre Paris e Londres por José do Canto para S. Miguel.

Em coerência, para o filho António, primogénito a quem caberia continuar a administração da Casa, e perante o insucesso da sua aclimação na Alemanha, José do Canto propõe-lhe uma “viagem de instrução” aos países de agricultura mais avançada, com estadia de 7 a 8 meses na Inglaterra e Escócia, depois Lombardia e “aquella parte da Espanha que banha o Mediterrâneo, aonde há muitas culturas industrias, dignas de estudo.”²¹

A sua livraria, para além do ensejo de adquirir tudo o que a Camões dissesse respeito, adquirindo também, por regra, tudo o que fosse relativo aos Açores, mostrava ainda um apetite e um desejo pelo mundo que é contraditório com o sedentarismo europeu, ainda que cosmopolita, é certo, de José do Canto. Explica-se o paradoxo com a prioridade dada ao projecto de vida que foi para José do Canto a Casa familiar.

Aparte o seu tour iniciático de 1846, encontrei nos documentos de José do Canto registo de apenas mais uma viagem de recreio, descontraída e sem trabalho de permeio, tal qual um turista com a família, e o destino foi a Suíça.

O modelo

Se a Suíça era desde o início do século um destino na moda, pelo turismo termal e de montanha, não terá sido essa a única razão de ser da escolha. É claro que o filho José, acompanhado pelo “Arturinho” (Arthur Hintze Ribeiro), depois do *Tour* pedagógico pela Itália, cirandava pelas termas da Europa central por razões

²⁰ A expressão é da autoria de Louis Marin, *The Frontiers of Utopia*, cit. por Filipa Lowndes Vicente na sua tese de doutoramento, *Viagens e Exposições, D. Pedro V na Europa do Século XIX*, Lisboa, Gótica, 2003, p. 7. Apesar de ter visitado a Itália no tour de 1855, o príncipe não regista aquela passagem nos seus diários, detalhando, no entanto, outros países. Tal como aos Canto, eram, sobretudo, as luzes da *indústria* que o interessavam.

²¹ Carta de JC ao filho António, Paris, 22 Fevereiro 1868, em Fernando Aires de Medeiros Sousa, ob.cit., p. 273.

médicas,²² e tendo que passar pelas estâncias suíças (ficaram uma semana em Interlaken), a família foi ao seu encontro. Mas havia outras razões para justificar tal empreendimento.

O Capítulo Oito “Vertical Empires, Cerebral Chasms” do fabuloso *Landscape and Memory* de Simon Schama²³ conta-nos a história da descoberta e invenção da Suíça como paisagem física e política de culto. Resumindo, se a caminho de Itália os *tastemakers* do Sublime foram obsequiados na Suíça com o cenário grandioso dos Alpes de arestas veementes e agulhas recortadas, também aqui tinham um museu vivo da sociedade primitiva, com o modelo político da democracia directa preservado pela barreira natural que eram as montanhas da iniquidade da civilização. Inventado por Jean-Jacques Rousseau, o *homem natural*, não corrompido pela ganância da cidade, pastoreava aqui nas encostas verdejantes dos Alpes, e a *vontade geral* tinha assento público nas famosas assembleias anuais de Glarus e Appenzel. Além disso, a excepcionalidade da Suíça era tão mais exaltante quanto o mito da comunidade de cantões, como *pequenas repúblicas* auto-suficientes, é construído numa era de *Impérios*. A Suíça era um modelo de virtude política e de paisagem sublime.

É inevitável pensarmos nos Açores como uma potencial comunidade de ilhas-cantões, ou em S. Miguel, com o seu projecto de auto-suficiência económica e política, e na sua paisagem quantas vezes literalmente comparada à dos vales suíços, para não vermos nesta representação da Suíça um modelo à escala do arquipélago, perfeitamente verosímil no contexto da época.²⁴

²² José do Canto Brum era o filho bem comportado de JC, tendo obtido excelentes prestações na Sorbonne. Terá enlouquecido em finais de 1872, segundo Fernando Aires de Medeiros Sousa, ob.cit., p. 29, nota 25. Pela leitura de alguma correspondência parece-me que alternava crises de ‘ausências’, mais ou menos prolongadas, com períodos de ‘normalidade’.

²³ Simon Schama, *Landscape and Memory*, London, Fontana Press, 1996, Capítulo Oito “Vertical Empires, Cerebral Chasms”, p. 447-513.

Embora mais sucintamente, André Corboz, suíço de nascença, contara já a mesma história com os mesmos personagens, sublinhando o protagonismo literário na redenção dos Alpes e na invenção da Suíça, remetendo a pintura e a gravura para um papel auxiliar. Cf. André Corboz, “Au fil du chemin, Le territoire, ses assises et ses doubles”, (1991), em *Le Territoire comme palimpseste et d'autres essais*, Besançon, Les éditions de l'Imprimeur, 2001, p. 237-238.

²⁴ Veja-se o empenhamento no estudo do sistema político e administrativo suíço e, na sequência, as referências à autonomia açoriana, nas p. 170-179 de Francisco d'Athaide M. Faria e Maia, *Pela*

Como anota Schama, se o suíço Rousseau não é o fundador desta idealização – o *Die Alpen* (1732), de Albrecht von Haller, foi um bestseller na Europa e outros o antecederam reinventando uma utopia que vinha já do século XVI – é um dos seus principais e mais eficazes publicitadores, e o principal meio de propaganda terá sido o romance em forma epistolar *La Nouvelle Héloïse*, “perhaps the most influential bad book ever written”,²⁵ acrescenta Schama. Este texto, com 1.^a edição em 1761, parece ter sido decisivo na construção do imaginário cultural da casa unifamiliar romântica: a ‘família’ em Clarens, residência numa encosta do Lago de Genebra de Julie, a protagonista, inclui todos, marido e amante, e empregados, que têm com a patroa uma familiaridade que testemunha uma *amitié réciproque*, em jeito de pequena utopia comunitária. Para demonstrar o sucesso e as consequências estéticas da *Nouvelle Héloïse*, Schama alonga-se deleitosamente na descrição da peregrinação literária e sentimental que Shelley e Byron fazem em 1816 aos lugares do livro, atravessando de barco o Lac Léman.²⁶

É também na carta X de Julie a Milord Edouard, na IV parte deste mesmo livro, que Georges Teyssot situa a primeira descrição do *chalet* suíço,²⁷ mas também Haller já mencionara o rústico *chalet* de madeira como a morada natural do saudável camponês alpino.²⁸ O chalet de madeira vai rapidamente tornar-se um *ex libris* da Suíça²⁹, com ou sem montanhas ao fundo, ainda hoje presente nas embalagens de chocolate ou dos lápis Caran d’Ache.

O formulário genérico do chalet é o escolhido por José do Canto para habitação própria, tal como foi para Viollet-le-Duc. Enquanto trabalhava no ‘restauro’ da

Suissa e pelo Rheno, Payzagens, Escolas e Aspectos, Ponta Delgada, Oficina Artes Gráficas, 1927.

²⁵ *Ibidem*, p. 481.

²⁶ *Ibidem*, p. 481-482.

²⁷ Georges Teyssot, “Norm and Type. Variations on Riehl, Desmolins and Schultze-Naumburg”, texto policopiado, conferência em Coimbra, 30 de Outubro de 2001, p. 3: “Viollet-le-Duc believed that the primitive type of architecture in the West was the “chalet”, the Alpine rural dwelling that Jean-Jacques Rousseau had described for the first time in his *Nouvelle Héloïse*.” A descrição correspondente refere-se mais a um programa moral e de comunidade do que a uma memória descritiva da habitação.

²⁸ Cf. Simon Schama, *ob.cit.*, p. 479.

²⁹ O chalet é já em 1836 a imagem de abertura no frontispício do guia de viagens *Ludovic, ou le jeune voyageur en Suisse*. Repare-se que a publicidade de Viollet-le-Duc ao chalet é posterior à sua popularização.

Catedral de Lausanne, Viollet-Le-Duc construiu o chalet *La Vedette* para sua habitação, entre 1874 e 1876.³⁰ Viollet-Le-Duc considera mesmo o *chalet* como descendente directo da cabana primordial dos europeus (*Aryas*), e um chalet suíço é a penúltima imagem da sua *Histoire de l'Habitation Humaine*.³¹ Na recolha de *Habitations Modernes*, feita com a colaboração de Félix Narjoux e publicada em dois volumes entre 1875 e 1878, o chalet está largamente representado, incluindo *La Vedette*.³²

Vasculhando a livraria de José do Canto na Biblioteca Pública de Ponta Delgada, encontrar dois *Contratos Sociaux*, um *Emílio*, uns *Principes sur l'éducation des enfants*, a *Politique*, os *Dialogues*, os *Discours*, a inevitável *Correspondance*, as póstumas *Confessions*, uma colecção de *notes, expressions et locutions remarquables, employés par J. J. Rousseau*, etc., e ainda uma edição francesa e uma tradução portuguesa da *Julie où la Nouvelle Héloïse*.³³

Depois de ter sido proibido, assim como, de resto, todos os livros franceses, como testemunhou o professor J. W. Webster,³⁴ Rousseau é presença obrigatória em qualquer biblioteca particular de Oitocentos. Rousseau é conhecido, citado, transcrito nos periódicos de entretenimento. Foi um dos protagonistas do século

³⁰ Jacques Gubler, *Une maison, histoire et contrepoint*, cit. por Georges Teyssot, "Norm and Type...", 2001.

³¹ Viollet-le-Duc, *Histoire de l'Habitation Humaine, depuis les temps Préhistoriques jusqu'à nos jours*, Paris, J. Hetzel et C.ie, 1875, edição *fac simile* de Bruxelles, Liège, Pierre Mardaga, éditeur, 1978, p. 360.

³² Identificando o arquitecto, mas não o proprietário, que neste caso é o mesmo, o chalet com vista para o lago Léman de Viollet-le-Duc é apresentado na prancha 161 sob o título "Villa a Lausanne". Revelando a importância que o autor lhe atribuía, por entre os projectos eruditos de diversos arquitectos Viollet-Le-Duc não deixa de ilustrar um exemplar anónimo mas genuíno do chalet suíço a que dá o título de "Maison a loyer a Chamonix" nas pranchas 88 e 89. Cf. *Habitations Modernes recueillies par E. Viollet-le-Duc avec le concours des Membres du Comité de Rédaction de L'Encyclopédie d'Architecture et la collaboration de Félix Narjoux Architecte*, Paris, V.e A. Morel et C.ie, Libraires-Éditeurs, *Première Partie*, 1875, *Deuxième Partie*, 1877, edição *fac simile* por Bruxelles, Liège, Pierre Mardaga, éditeur, 1979.

³³ J. J. Rousseau, *La Nouvelle Héloïse*, Paris, Chez Lefèvre, 1819 (1761), e *A Nova Heloisa, ou Cartas de dois amantes residentes n'uma pequena cidade junto aos Alpes, recolhidas e publicadas por J. J. Rousseau*, Lisboa, Typographia Rollandiana, 4 vol., 1837-38.

³⁴ Cf. J. W. Webster, *A Description of the Island of St. Michael, comprising an account of its Geological Structure; with Remarks on the Other Azores or Western Islands*, Boston, R. P. & C. Williams, 1821, p. 31. O *Émile*, a *Nouvelle Héloïse* e as *Confessions* estavam proibidos desde o governo do marquês de Pombal, cf. José-Augusto França, *O Romantismo em Portugal. Estudos de Factos Socioculturais*, Lisboa, Livros Horizonte, (1974) 1999, p.27.

XVIII ocidental e a sua influência estendeu-se ao *Zeitgeist* do século XIX. Fazendo uma apologia racionalizante do sentimento, da paixão e do instinto, isto é, integrando-os na ordem do racional, Rousseau marcou permanentemente, como uma sombra indelével, a utopia iluminista de uma Razão superestrutural.³⁵ O instinto ou intuição, bem como o sentimento e as emoções são, de certa forma, o que resta de autêntico do seu homem *natural*.

Segundo Anthony Vidler, a teoria do *bom selvagem* foi determinante para estimular a procura setecentista da origem da arquitectura³⁶ e o discurso anti-urbano de Rousseau encontrou terreno fecundo no Romantismo, reactivo à sociedade burguesa e industrial. Mas se o “motivo dominante da obra de Rousseau é o contraste entre o homem natural e o homem artificial”³⁷, é porque Rousseau sabe da impossibilidade de recuperar o estado natural, se é que este alguma vez existiu, encontrando-se a *Virtude*, outro dos seus conceitos de base, no equilíbrio entre os dois como chega, aparentemente, a acontecer em Clarens, a propriedade junto ao lago de Julie e Wolmar.³⁸ Ora conciliar a natureza com a civilização vai ser o programa de uma geração de utopistas inventores de sociedades-comunidades e respectivas cidades-campo, no que seria também uma fórmula de coabitação moral com a riqueza produzida pela sociedade industrial³⁹.

O morgado José Caetano, pai de José do Canto, no seu tour de 1837 visitou em Montmorency, nos arredores de Paris, a “Ermitagem” (Fig. 3.1) onde Rousseau

³⁵ Cf. Nicola Abbagnano, *História da Filosofia*, vol. 7, Lisboa, Editorial Presença, 4.^a ed., (1976) 2000, p. 64.

³⁶ V. Anthony Vidler, *El espacio de la Ilustracion*, Madrid, Alianza Editorial (1987) 1997, primeiro capítulo “Reconstruir la cabaña primitiva”. Embora o abade Laugier o tenha antecedido, como mostra também Joseph Rykwert, *La Casa de Adán en el Paraíso*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2.^a ed., 1999 (1974), p. 54-59.

³⁷ Nicola Abbagnano, *ob.cit.*, p.58.

³⁸ Em Clarens, na *Nouvelle Héloïse*, a determinada altura co-habitam com civilidade e harmonia Julie, o marido e pai dos seus filhos Wolmar, que a ama sem ser correspondido, e Saint-Preux, que a ama e é correspondido, para além da comunidade campesina que cuida da encosta virada ao lago Léman. Françoise Choay regista assim esta comunidade utópica: “isolada, afastada das sociedades que a poderiam contaminar, desprovida de regras [...] onde pode assim imperar a lei do coração que se chama liberdade”, n’ *A Regra e o Modelo, sobre a Teoria da Arquitectura e do urbanismo*, São Paulo, Editora Perspectiva, (1980) 1985, p. 47-48.

³⁹ “Le bonheur ne se trouve pas dans un bien-être exagéré, mais dans la vie simple et proche de la nature”, assim resume Pierre Hadot o pensamento de Rousseau, em *Le Voile d’Isis / Essai sur l’histoire de l’idée de Nature*, [Paris], Éditions Gallimard, 2004, p. 160.

se exilou de Paris nos anos de 1756 e 57, aqui escrevendo grande parte das suas mais famosas obras, desde *La lettre à d'Alembert* e *Du Contrat Social*, ao *Julie ou la Nouvelle Héloïse* e o *Émile ou de l'éducation....* A demonstrar uma veneração cúmplice, José Caetano colheu algumas folhas do loureiro que Rousseau teria plantado.⁴⁰ Por sua vez o filho, uma vez residente em Paris, terá ido com alguma recorrência em passeio de Verão a Montmorency.⁴¹ Em carta que escreveu ao irmão Eugénio, para além da referência ao lugar de peregrinação rousseauniana, repare-se na 'troca' de paisagens:

*Hontem fomos a Montmorency aonde em outros annos tinhamos hido sempre com a má fortuna de chegarmos muito tarde, ou com mau tempo. Hontem não aconteceu assim. Às 4 chegámos lá, com um tempo lindíssimo [...] fomos tomar uma refeição debaixo das arvores para o lado da **Ermitage de J. J. Rousseau**. Há por aqueles sítios uma matta de Castanheiros muito velhos, e grossos, que nos fizeram recordar com viva saudade da nossa terra pelo picturesco, e inculto do sitio.*⁴² (bold meu).

Os castanheiros deviam, de facto, ser notáveis e tão antigos quanto os da Povoação, pois têm direito a ilustração na edição de 1856 do Guia Joanne para os arredores de Paris (Fig. 3.2). Mas voltando a Rousseau e à sua influência na família Canto, noutra carta lemos José do Canto recomendar ao primogénito António “A vida dos campos a mais inocente e sadia”.⁴³ Não posso provar que o micaelense emigrado tenha lido a descrição do *chalet* de Clarens mencionada por Teysnot por entre as cento e sessenta e três cartas que compõem a *Nouvelle Héloïse*, mas eram-lhe familiares as ideias de Rousseau, de quem partilhava a moral implícita na vida saudável e isolada no campo⁴⁴, a da superioridade estética de uma casa simples e sem ostentação, e da virtude inatacável da mãe

⁴⁰ Cf. Morgado José Caetano, ob.cit., p. 128.

⁴¹ Cf. Carta XXV, de Paris, 13 Agosto 1863, para José Jacome, em José do Canto, ob.cit., p. 90.

⁴² Carta de Paris, 13 Agosto 1863, para o irmão Eugénio, AP-FACHN.

⁴³ Carta de Paris, 25 Novembro 1865, transcrita em Fernando Aires de Medeiros Sousa, ob.cit., p. 214.

⁴⁴ Veja-se como JC aconselha o filho António: “Por algum tempo deixa a convivência de uma sociedade, que segundo penso, não te dá, senão desgostos. Procura a distração na natureza, e n'uma leitura que te atraia. Segue todos os conselhos da hygiene, para restabeleceres a tua saúde, e conservares as tuas forças. Um homem são tem redobrada força moral para resistir aos contratempos, e reveses da vida.” Carta de JC ao filho António, Paris, 26 Maio 1887, em idem, p.363.

Natureza face à inescapável destruição da bondade primeva do homem pelo frívolo processo civilizacional.⁴⁵ E da Suíça como exemplo.

Não é por acaso que são suíços os *Robinsons* do discurso moral e educativo para as famílias publicitado por António Feliciano de Castilho como uma obra de referência nas páginas d'*O Agricultor Michaelense*.⁴⁶ O internacionalmente popular *Robinson Suíço*, de que José do Canto dispunha uma tradução francesa,⁴⁷ adaptava a história de sobrevivência numa ilha deserta, substituindo o solitário Crusoe por uma família de emigrantes suíços naufragados a caminho da Austrália. Foi escrito por Johann Rudolf Wyss, um clérigo suíço, para educar os seus filhos nos valores da família, da boa lavoura e da exploração engenhosa dos recursos naturais. Carlos Guilherme Riley, contando-nos que era este o livro de cabeceira de Castilho em S. Miguel, associa-lhe os ensinamentos ao “sacerdócio familiar” professado pelo Morgado José Caetano,⁴⁸ mas também podemos associá-los a idêntica investidura assumida pelo filho José do Canto. O que as recensões críticas do manual pedagógico de Wyss não costumam

⁴⁵ “A natureza é que não tem modas. Sempre bella, sempre encantadora!”, escreve JC depois de comentar o social das Furnas em Carta a seu irmão Eugénio, 28 Julho 1881, AP-FACHN.

⁴⁶ Retomando o assunto do número anterior, a Instrução Primária, e sobre que livros ler, Castilho aconselha (bold meu):

“[...] eis aqui dois [livros] bem credores de preferencias, dois, cada um dos quaes pela utilidade, val uma bibliotheca: o **Robinson Suisso**, e os *Colloquios aldeãos de Tomin* [Timon]: o primeiro é um formoso estudo da natureza, entresachado com um melifluo curso de moral; paginas que todas resplandecem e palpitam; que todas nos amam e que todas amamos: o segundo, é a alma d'um homem humano, que apoz muito ver, muito meditar, muito enganar-se, e muito desenganar-se sobre as politicas e os estadistas, vai procurar a felicidade do povo, onde só a pode haver; no querer e bom juiso do mesmo povo; [...].”

em “O Serão do casal”, *O Agricultor Michaelense*, 2.^a série, n.º 22, Outubro 1849, p. 393-394. O segundo autor mencionado era o padre francês Joseph Marie Timon-David (1823-1891).

Outro dos autores de referência de Castilho era igualmente suíço: “A Invenção dos Jardins” de Gessner foi traduzida, provavelmente pelo próprio, nas páginas do n.º 9 d'*O Agricultor Michaelense*, Setembro 1848. O superintendente de florestas suíço foi o autor de uns muito apreciados *Idílios*. JC tinha as *Oeuvres de Salomon Gessner*, Paris, Chez Ant. Aug. Renouard, 1795.

⁴⁷ *Le Robinson Suisse, traduit de l'allemand de Wyss par M.me Elise Volart, précédé d'une Introduction de M. Charles Nodier*, Paris, Lavigne Libraire-Éditeur, 1845, ilustrada d'après les dessins de M. Ch. Lemerrier. O original *Der Schweizerische Robinson* de Johann David Wyss foi editado em 1812 pelo seu filho Johann Rudolf Wyss, professor de Filosofia em Berna e autor do hino nacional da Suíça.

⁴⁸ Cf. Carlos Guilherme Riley, “Um passeio pelos Cantos da ilha [Estudo Introdutório]”, em *Catálogo do Epistolário Familiar do Arquivo Brum da Silveira - José do Canto e Catálogo do Arquivo António do Canto Brum*, coord. de Pedro Pacheco de Medeiros, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, Serviços de Documentação, 1999, p. xix.

destacar, ainda que Castilho o aborde, é que a *ilha* aonde se acolhem os naufragos é, também ela, mais do que um mero fundo cenográfico, protagonista do romance, condensando a Natureza num território com **todas as paisagens do mundo**: à boa maneira do coleccionismo oitocentista, as duzentas vinhetas que ilustram cada aventura suíça na edição francesa de José do Canto mostram-nos uma fauna e flora de todos os continentes, da savana aos Alpes, com zebras e veados, avestruzes e javalis, alternando coníferas com palmeiras (Fig. 3.3). No que respeita à flora, era exactamente isso que os *aclimatadores* como José do Canto e os seus consócios da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense estavam a fazer desde os anos 40... numa ilha.

Voltando aos Alpes, no segundo número da segunda série d'O *Agricultor Michaelense*, que tem agora António Feliciano de Castilho por redactor-chefe, Bernardino José de Senna Freitas⁴⁹ retoma o artigo *Considerações históricas sobre a Agricultura, principalmente a Michaelense*, iniciado no número anterior, onde faz uma rebuscada História da Agricultura, evocando a Suíça desta maneira:

*A pintoresca, e agrícola Suíssa celebra uma festa, verdadeiramente rural; a patriótica, pastoril, e poética festa denominada de Interlaken, em memoria de Berthold, fundador do Cantão de Berne: solemnidade esta, commemorada pelos antigos Lavradores, bem como pelos modernos sábios: Mme.de Berlepsch, a enriqueceu com o seu mavioso cântico; e Mme.de Stael com a sua eloquente, e affectuosa descrição.*⁵⁰

⁴⁹ O Comendador Bernardino José de Senna Freitas (1812-1872) era funcionário do Ministério da Marinha e Ultramar, sócio provincial da Academia Real das Ciências, que o enviou ao arquipélago em missão científica e com protecção oficial do Ministério do Reino. Rigoroso, e “muito pegado à prova documental”, organiza o arquivo das repartições extintas em Angra. Informa José Guilherme Reis Leite no seu *Estudo Introdutório, Leitura Fixação do texto e índices*, p. VIII-IX, para a edição de Francisco Ferreira Drumond, *Apontamentos Topográficos, Políticos, Cívicos e Ecclesiásticos para a História das nove Ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1990. José de Torres (1827-1874), primeiro ‘arquivista’ militante dos documentos da História dos Açores, considera Senna Freitas como o “único crítico indubitavelmente verdadeiro, ilustrado, e desapaixonado historiador d’este archipelago na noticia sobre o caes velho d’esta Cid.e de Ponta delgada”, *Variedades Açorianas Manuscritas*, vol. III, fl. 12.

⁵⁰ B. J. Seña Freitas, “Considerações históricas sobre a Agricultura, principalmente a Michaelense”, *O Agricultor Michaelense*, 2.^a série, n.º 2, Fevereiro 1848, p. 47.

A Suíça era **pitoresca** porque agrícola: sem as encostas das pastagens e os pomares nos vales humanizados seria apenas, enquanto *horrendo amontoado de pedras graníticas*, território do **sublime**. Mas veja-se ainda como na paisagem humanizada da Suíça de Rousseau há mais coisas em comum com os Açores de S. Miguel:

*Mescla admirável da natureza virgem e da natureza cultivada, de continuo indicava a mão do homem, naquelles mesmos lugares onde se podia suppor que nunca tinha penetrado. Viam-se cazas ao lado d'uma caverna; pampanos [sic] secos onde só se podiam esperar espinhos; **vinhas em terras desmornadas; excellentes fructas sobre rochedos; campos em precipícios.***

*Não era somente ao trabalho dos homens que este singular paiz devia os seus contrastes extravagantes. A mesma natureza parecia deleitar-se em se pôr consigo em opposição, tanto se achava diferente n'um só lugar sob diversos aspectos. Ao oriente as flores da primavera, ao meio dia os fructos do outomno, ao norte do hynverno: **ella reunia todas as estações no mesmo instante, todos os climas no mesmo lugar**, terrenos contrários no mesmo solo, e formava a concordância, em qualquer outra parte desconhecida, das producções das planícies com as dos Alpes. Acrescentai a tudo isto as illusões da óptica; os vértices dos montes differentemente iluminados; o claro-escuro do sol e das sombras; **todos os accidentes de luz** que pela manhã e á noite resultavam, e tereis alguma idea das scenas successivas que attraíram constantemente a minha attenção, e que pareciam ser-me offerecidas n'um verdadeiro theatro; [...].⁵¹ (bold meu).*

A paisagem rugosa da montanha, mas também a paisagem agricultada dos vales da Suíça, passam a constituir um referente paisagístico 'universal': a propósito da paisagem encenada no Parc des Buttes-Chaumont, afirma-se num guia de viagem italiano que aquela "n'a rien à craindre à ceux de la Suisse."⁵² Nos textos franceses da segunda metade do século XIX, as referências à paisagem da Suíça são constantes⁵³: de *modelo*, estético e político, a paisagem suíça passou a ser *moda*.

⁵¹ J. J. Rousseau, *A Nova Heloisa, ou Cartas de dois amantes residentes n'uma pequena cidade junto aos Alpes*, Lisboa, Typographia Rollandiana, 4 vol., 1837-38, parte I, Carta XXIII a Júlia, p. 88-89.

⁵² Folchetto, *Guida pratica di Parigi*, Milano, Treves, 1878, cit. por Luisa Limido, *L'Art des jardins sous le second empire: Jean-Pierre Barillet-Deschamps, 1823-1873*, Seyssel, Champs Vallon, 2002, p.131.

⁵³ Cf. Luisa Limido, ob.cit., p. 249. Como exemplo, a autora cita de seguida Alphonse de Calonne, *Les transformations de Paris. II : Jardins et jardinets, Revue contemporaine*, mai-juin 1866, p. 735-752 : "Les quiconces des Champs-Élysés ont étés à couvrir de leur ombrage une infinité de petites Suisse qu'on croirait échappées d'une boîte de Nuremberg."

Para além de um *Guillaume Tell ou la Suisse libre*,⁵⁴ que logo no título atesta o programa de acção política do homem com mais pontaria até Jesse James, José do Canto adquiriu livros sobre as raças bovinas suíças, sobre abelhas, as águas minerais das montanhas, outros de economia rural, e até um *Resumé de l'organisation militaire de la Suisse*⁵⁵, deduzindo-se que via a possibilidade de alguma aprendizagem prática na paisagem alpina. E, como homem precavido que era, tinha também guias de viagem.

De Neuchatel a Genève, em Agosto de 1873

José do Canto tinha nada mais nada menos do que quatro guias de viagem para a Suíça⁵⁶. O Guia *Joanne* de 1873, para além do corpo do texto e dos mapas, contém reveladora publicidade dos hotéis de Baden Baden (incluindo um *Hotel de Portugal*), *spas* e águas minerais; o inevitável *Baedeker*, de 1872 desdobra-se em mapas e eloquentes ilustrações panorâmicas com a vista das montanhas e dos vales glaciares, apresentando também plantas das principais cidades; o *Ludovic, ou le jeune voyageur en Suisse*, edição de 1836, é ilustrado com vistas pitorescas; mas foi no *Guide Populaire Conty*, o mais generosamente ilustrado, que encontrei um mapa com o trajecto riscado a lápis de cor.

Da troca de correspondência entre José e Artur com os familiares em Paris, vamos sabendo da já longa viagem dos dois, antes do encontro marcado para a Suíça em Agosto de 1873. Arthur Hintze Ribeiro era o primo e amigo, futuro genro de José do Canto, destacado para acompanhar José do Canto Brum na sua

⁵⁴ M. de Florian, *Guillaume Tell ou la Suisse libre*, Paris, Chez Ant. Aug. Renouard, 1812.

⁵⁵ A. de Mandrot, *Resumé de l'organisation militaire de la Suisse*, Bâle et Genève, H. Georg, libraire-éditeur, 1871. Também encontrei livros a atestarem o interesse de então pela Confederação Helvética noutras livrarias coevas, como na do primo José Jacome Correia (Catálogo manuscrito na UACSD), ou nos irmãos de JC (BPARPD).

⁵⁶ *Ludovic, ou le jeune voyageur en Suisse, contenant la description pittoresque de cette contrée...*, Paris, Imprimerie de C. Baudoïn, 1836; *Suisse française, Oberland Bernois*, Guides Populaires Conty, Paris, 2.^a ed., s.d. [Note de l'auteur datada de 1864]; *La Suisse et les parties limitrophes de l'Italie, de la Savoie et de le Tyrol*, Karl Baedeker, Éditeur, 1872; *Suisse, par Adolphe et Paul Joanne*, Collection des Guides Joanne, Guides Diamant, Paris, Librairie Hachette et Cie., 1873; todos, no Fundo JC da BPARPD. No Fundo Brum da Silveira da UACSD, encontrei ainda um curioso livrinho que publicita as *Principales curiosités de la Ville de Lucerne*, Mayer'sche Buchdruckerei in Luzern, s.d., entre as quais destacaria o *Meyers Diorama*, para os que não puderam subir aos cumes das montanhas, com a reprodução das vistas do alto e "les effects de lumière tels qu'ils varient suivant les heures de la journée", e o *Jardin Glacière* com o "célebre" *Bas relief de la Suisse centrale* e uma colecção de *habitations lacustres*. UACSD, FBS-AJC.

transumância terapêutica. Através de uma nota de despesas de Arthur⁵⁷, considerado mentalmente sã e por isso encarregue da parte financeira da viagem, convenientemente reportada ao tio, podemos seguir o *Grand Tour* dos dois. Não encontrei a primeira folha dessa nota, que teria as despesas de Fevereiro e que incluiria o início da viagem. Assim, destacando da folha encontrada apenas os lugares onde permanecem mais de cinco dias, temos: de Bruxelas, a 7 de Março, seguem para Turim, Milão, Florença; chegam a Roma a 9 de Abril, só daqui saindo a 24 para Nápoles, destas duas semanas só sei que foram a Tivoli, dos seis dias napolitanos, que foram a Pompeia e Herculano. Regressam por Roma, Bolonha até Veneza, onde gondoleiam uma semana, chegando a Viena 16 de Maio. Das cartas de Artur a José do Canto, que vai dando conta do “estado physico e moral” do José do Canto júnior, sabemos que passaram por Coblenz, Emms, Oberlahnstein, Bringen, chegando a Wiesbaden a 30 de Julho. Retomam a estrada a 6 de Agosto, chegando a Baden Baden a 11, “passando por Frankfort, Mayence, Mannheim, Heidelberg, Carsruhe, Speyer e aos Jardins de Schvetringen [sic]”.⁵⁸

Na carta que escreve do Hotel Victoria em Baden Baden, a 19, marca encontro com os parentes no Hotel du Mont Blanc, em Neuchatel, a 21 de Agosto. Note-se que fora José do Canto quem dera programaticamente instruções para “verem o que há de notável nos lugares, por onde passam”⁵⁹.

José do Canto, Maria Guilhermina, as filhas e a prima Clara chegaram a Southampton às duas da tarde do dia 15 de Agosto, vindos de S. Miguel. No mesmo dia apanham o vapor para o Havre. “A viagem foi magnífica, o lago das Furnas não é mais tranquilo do que estava o canal.” Às dez da manhã do dia

⁵⁷ *Relação das Despesas feitas em Fev, Mar, Abr, Maio – Arthur Hintze Ribeiro, 1873*, UACSD, FBS-AJC. Esta relação inclui também a aquisição de Baedekers para Itália, Áustria e Alemanha do Norte. Para o trajecto completo, que nos dá uma informação valiosa sobre os demais lugares do *Tour* italiano, ver transcrição completa em anexo.

⁵⁸ Cartas de Arthur Hintze Ribeiro de Wiesbaden, 6 Agosto 1873, e de Baden Baden, Hotel Victoria, de 18, 19 e 20 de Agosto de 1873, UACSD, FBS-AJC. Para a toponímia dos lugares foi respeitada a utilizada por Arthur. Os “Jardins de Schvetringen” são os Schlossgarten de Schwetzingen, de composição barroca alicerçada num eixo monumental apontado para Heidelberg a 10 km de distância. V. Helmut Reinhardt, “German Gardens in the Eighteenth Century: Classicism, Rocococ and Neo-Classicism”, 2000, p. 300.

⁵⁹ Carta de JC ao filho António do Canto, s.d., transcrita em Fernando Aires de Medeiros Sousa, ob.cit., p. 297.

seguinte estavam no Havre, onde apanham um comboio chegando a Paris às dez e meia da noite.⁶⁰ A 21 partem para a Suíça. Jantam às seis da tarde em Dijon e ali pernoitam. José do Canto e a sua comitiva chegam a Neuchatel a 22 de Agosto *a trois heures de l'après-midi*.⁶¹

O filho José e o Artur esperavam-nos. No *Grand Hotel du Mont Blanc* “as meninas ficarão n’um quarto, eu e a mamãe n’outro proximo, o Josezinho e a Senra n’outro immediato, seguia-se o nosso pequeno salão, e depois o [Arthur Hintze] Ribeiro e o João Pacheco. Estes tinham chegado de Baden, por via de Strasburgo, e Bale na manhã de hontem.”⁶²

Na manhã seguinte, com o filho, ainda “mais fresco e bem disposto”, e sem o elenco feminino, deram um passeio na margem do Lago, e foram ver as “curiosidades da terra”.

Para a descrição do roteiro suíço transcrevo integralmente a carta que, um mês depois, dirige a seu filho António, pois tem exactamente essa finalidade. (Sublinhado no original; o bold, destacando a menção a lagos e cascatas, é meu).

Meu querido Filho do Coração

Genebra, 24 de 7brº de 1873

Primeiro que tudo desejo q gozes perfeita saúde. Nós também passamos todos bem teu irmão sem differença alguma do que era n’outro tempo.

Recebi duas Cartas tuas em Zurich, digo em Lucerna, escriptas logo depois da tua chegada do Porto e depois da chegada do Insulano, e fiquei muito satisfeito c as noticias q me deste.

Nós temos sido muito felizes nas nossas viagens, temos tido geralmente bom tempo, temos visto muito, e cousas mui bellas, encontrando em toda a parte óptimas accomodações, e perfeito acolhimento.

Creio q a minha ultima carta foi de Neuchatel; d’ali sahimos p Berne Capital da Suissa, e mui pictoresca Cidade, aonde nos demorámos 2 dias, vendo as curiosidades da Cidade, e duas

⁶⁰ Carta de JC a António do Canto, Paris, 17 Agosto 1873, UACSD, FBS-AJC.

⁶¹ Carta de José do Canto Brum para António do Canto em Sintra, Neuchatel, 23 Agosto 1873, totalmente redigida em francês, transcrita em Fernando Aires de Medeiros Sousa, ob.cit., p. 301.

⁶² Carta de JC a António do Canto, Neuchatel, 23 Agosto 1873, UACSD, FBS-AJC, muito focada no reencontro com o filho doente, mas que achou “gordo, de boas cores, bem vestido e sem a mais leve excitação apesar do natural alvoroço em uma ocasião tão excepcional”, revelando a ansiedade anterior à chegada quando escreve “Estamos todos n’um estado d’alma indefinível, depois d’este feliz desenlace.”

eminências nos arredores da Cidade, de que se gozão admiráveis vistas. Fomos depois pelo **lago de Thun** a **Interlaken**, o Baden Baden da Suíça, aonde nos demorámos uma semana. Havia ali um Casino, com musica 3 vezes por dia, e inumeráveis e riquíssimos Hotéis. Demos todos os passeios de pé que se podião dar e que são muito variados e cada qual mais bello, e fomos ao valle de Grindwald, aonde pela primeira vez pisámos um glaciar, e entramos n'uma gruta talhada no gelo, que produz um effeito mágico. Fomos também à **cascata de Gressbach**, que se illumina à noite com fogos de Bengala, e é cousa magnífica. Sahimos depois pelos **lagos de Brienzi** e **Sarnen** e fomos até **Lucerna, situada á margem do lago do mesmo nome, n'uma posição encantadora**. Os hotéis de Lucerna são verdadeiros palácios como os não há em Portugal, e d um luxo oriental. **Corremos todos os recantos d'este lindo lago**; visitamos todos os logares em que Guilherme Tell praticou as suas heroicidades; e subimos ao Rigi n'um caminho de ferro, que n'algumas partes tem a inclinação de 25%; descemos depois a pé a mesma montanha não sem grande fadiga. De Lucerna partimos para **Zurich, bella cidade, situada também na margem d'um extenso lago, que visitámos**. Fomos a Schaffansen admirar a esplêndida Cascata do Rheno, e voltámos por Zurich e Berne a Friburgo, aonde admirámos as suas célebres pontes suspensas. D'ahi partimos para **Lausanne aonde pouco nos demorámos, para costear o lago de Lemán**, e entrarmos n'esta Cidade que é uma pérola póde-se dizer que em ruas, edifícios, e pontes excede a Pariz tendo uma **situação encantadora**. Temos acertado aqui com óptimo tempo. Fomos os três dias passados a Chamonix, encostado ao Mont Branco, fazer a excursão do mère de glace, et mauvais pas, e chegámos hontem à noute. **Resta-nos aqui visitar o lago, o que nos levará uns 2 dias**, e depois hiremos até Pariz em pequenas jornadas parando em Mâcon, Dijon, e Fontainebleu. Quando nos escreveres, falla do José como se elle sempre tivesse estado bom, e ainda que tenhas a dar-nos alg^{as} noticias do Tio J.e Machado, não as dês no corpo da carta mas n'um papel avulso. De Pariz te escreverei com mais meudeza. Adeus meu querido filho, recebe muitas saudades da Mãe, do Josezinho, da prima Clara, do Arthur, e João Pac.c^o e crê-me teu Pai e verd.r^o Am^o - J.e do Canto ⁶³

Primeiro aspecto a comentar: é provavelmente a mais longa das cartas que li de José de Canto sem qualquer menção aos negócios, ou tarefas administrativas da sua casa. Tendo várias cartas a escrever por dia, para os administradores e feitores em S. Miguel, e advogados e banqueiros em Lisboa, ou Londres, para não falar da variada correspondência internacional, raramente o morgado tem disponibilidade para se alongar numa descrição do seu tempo de lazer. Apenas

⁶³ UACSD, FBS-AJC. Esta carta foi já transcrita em Fernando Aires de Medeiros Sousa, ob.cit., p. 304-305, apresentando, porém, alguns erros (transcreveu-se *Grinwdwale* quando JC escreveu correctamente *Grindwald*; escreveu-se *Brinezi* em vez de *Brienzi*, sendo que o topónimo correcto é *Brienzi*; ou *mire de glace*, em vez de *mère de glace*), pelo que, e considerando a importância do documento para a tese do *modelo suíço*, a versão agora transcrita é directamente vertida do manuscrito original.

lhe conheço outra que conta uma excursão à Lagoa do Fogo, ou aquela em que persegue as garças na sua Lagoa do Congro, em que igualmente se mostra descontraído. Já em Paris, em nova carta ao filho António, comenta “Eu apesar das lides e preocupações, passei muito bem na Suíça. Em quanto ali estive, não senti uma só dor em todo o corpo”⁶⁴, o que também confirma a fama do bom ar alpino.

Segundo aspecto relevante: para além da significativa quantidade de lagos que visita, ou por onde passa, José do Canto anota a relação paisagística das cidades-com-os-lagos, investigando-a as mais das vezes. Para além do primeiro passeio com o filho José ao longo do lago de Neuchatel, a carta de José do Canto refere de passagem os lagos de Brienz e Sarnen, mas uma carta da filha Maria Guilhermina dá-nos mais detalhes: “Hier nous avons vus les ruines d’un ancien fort d’ou l’on voit le lac de Brienz c’a a ete une promenade d’environ deux heures”, depois de almoçarem no hotel, saem para “une autre promenade au long du lac Tun [Thun] qui a vraiment dans ses parages des chalets charmants, posés dans des endroits très à propos, presque toujours au sommet des montagnes”.⁶⁵ Também percorreram *todos os recantos* do lago de Lucerna, e tendo *costeado* o Lac Léman em Lausanne, ficarão mais dois dias em Genebra para visitar o mesmo lago. Para além do urbanismo, será também pela relação com o lago, *n’uma situação encantadora*, que fica tão surpreendido com o urbanismo de Lausanne, comparando-o favoravelmente com o de Paris.

Subiu o famoso caminho-de-ferro em cremalheira que desde 1871 ligava Vitznau a Righi, e que era considerado na altura como uma das maravilhas da técnica.⁶⁶

De resto, visitaram os cenários obrigatórios do Viriato suíço que foi o Guilherme Tell, lugares onde começou a lenda da mítica independência da Suíça e cujas representações, eficazmente sinalizadas por capelas na paisagem, não tinham a venerável idade que pretendiam⁶⁷. Do tradicional roteiro do sublime, subiram ao

⁶⁴ Carta de Paris, 15 rue de Presbourg, 11 Outubro 1873 para António do Canto, UACSD, FBS-AJC.

⁶⁵ Carta de Maria Guilhermina Brum do Canto para o irmão António do Canto, 29 Agosto 1873, transcrita em Fernando Aires de Medeiros Sousa, *ob.cit.*, p. 302-3.

⁶⁶ Veja-se, por exemplo, J.-B. Dumont, *Les Grands Travaux du Siècle*, Paris, Librairie Hachette & C.ie, 1894.

⁶⁷ Para a construção da lenda e sua rápida difusão e prestígio internacional, v. André Corboz, “Au fil du chemin. Le territoire, ses assises et ses doubles”, (1991), 2001, p. 241-243.

glaciar de Grindwald, perscrutaram a cascata de Schaffausen, e não deixaram de fazer uma surtida a Chamonix para subir ao impressionante glaciar do Mer de Glace visto do Mauvais Pas,⁶⁸ dando conta do conhecimento actualizado de um objecto turístico muito recente.⁶⁹

Chegam a Paris a 2 de Outubro. José do Canto arranhou casa na Rue de Presbourg. “Logo que aqui cheguei procurei arranjar casa, o que não foi muito fácil, mas enfim arranjei-me ao pé do Arco do Triumpho e da Avenida da Imperatriz, num lugar assaz divertido, e óptimo ar. [...] Provavelmente demorar-me-ei aqui até ao fim de Novembro, se não houver novidade, e depois hirei passar algumas semanas no Sul da França.”⁷⁰ No urbanismo arborizado de Haussmann (Fig. 3.4), José do Canto parece entusiasmado com um tempo mais ocioso do que aquele que se costuma conceder. Pelas cartas posteriores sabemos que a família se vai mantendo em Paris, com António em Lisboa, e que em Dezembro José do Canto faz uma surtida a Londres⁷¹.

Quando regressa a S. Miguel, abre os caboucos da Capela na margem sul da lagoa das Furnas, quase a bordejar a água, como a capela de Guilherme Tell no Lago das Quatro Nações (Fig. 3.5).

⁶⁸ As inúmeras imagens oitocentistas do Mer de Glace, pintadas e fotografadas, mostram um impressionante mundo *outro*, o que, à semelhança da estranheza das primeiras fotografias do solo lunar, poderá ajudar a perceber o fascínio da montanha no século XVIII e a sua inscrição no catálogo do *sublime*.

⁶⁹ Thomas Cook, que Filipa Lowndes Vicente refere como o primeiro *agente de viagens* na história do turismo, e que se inicia neste ramo organizando excursões à Great Exhibiton de 1851 (cf. E. J. Hobsbawm, *A Era do Capital, 1848-1875*, Lisboa, Editorial Presença, (1975) 1988, p. 271), começa nesta altura a organizar regularmente viagens para Chamonix para os não-sócios do Alpine Club, isto é, para turistas sem particulares aptidões atléticas. Cf. Simon Schama, *ob.cit.*, p. 502. Encontrei na livraria particular de JC dois guias para os Pirinéus franceses, o que confirma a sua atenção para os novos destinos em voga.

⁷⁰ Carta de Paris, 15 rue de Presbourg, 11 Outubro 1873 para António do Canto, UACSD, FBS-AJC, também transcrita em Fernando Aires de Medeiros Sousa, *ob.cit.*, p. 304-305.

⁷¹ Cf. Cartas transcritas em Fernando Aires de Medeiros Sousa, *idem*, p. 314-315. A 14 de Janeiro ainda estarão em Paris, mas por carta de José do Canto filho com esta data ficamos a saber da intenção do pai em partir a 19 de Janeiro para Bordéus para aí embarcar para Lisboa. Cf. *ibidem*, p. 316.

As imagens das Furnas

A Cintra dos Açores with rather a Swiss-like appearance

Com o contorno topográfico a isolá-la do território envolvente,⁷² com a vegetação luxuriante do vale em contraste dramático com a lama enxofrada que bordeja as caldeiras fumegantes, por onde se ouve roncar o interior desassossegado da terra, dotada de um clima particular, lugar singular entre os lugares da Ilha, a paisagem das Furnas sempre estimulou fortemente a imaginação literária.

*Para a parte do Poente he verdadeiramente hum rascunho do **Paraíso terreal**, regado com sete ribeyras de salutiferas agoas, entre as quais há hua de agoa quente, & muito medicinal; para a parte do porèm do Nascente he huma verdadeyra representação do **Inferno**, porque tem humas caldeyras de polme, agoa, & enxofre tão horrendas, que não há outra consicom que se comparem.*⁷³ (bold meu).

Esta esquizóide alternância entre o céu e o inferno num mesmo lugar aproxima-se da estética do Sublime conceptualizado por Edmund Burke. Com a procura do Sublime pela viagem, pela pintura e literatura, a excitação original do medo tende a ser progressivamente domesticada na sua dimensão estética. E é assim que nos relatos de viagem do século XIX detectamos uma sensibilidade artística que dispõe, por igual, dos conceitos do Belo, do Pitoresco e do Sublime, já sem a militância dramática do heroísmo romântico proto-existencialista. A tendência negra e radical do Romantismo, eminentemente subversiva, soçobra naquele senso comum, vencida pela tendência sentimental, igualmente extremada, laudatória do amor delíco doce com o pôr-do-sol ao fundo.

⁷² Como regista enfaticamente Jules de Lasteyrie, “[...] no grosso das montanhas se-escondem valles profundos. A leste há um [o vale das Furnas], de tal forma fechado pelas alturas que o cercam, que nos-poderíamos supor num continente [e não numa ilha]. Não se ouvem nelle nem murmúrio do mar, nem sopro dos ventos”, em “Souvenirs des Açores”, *Revista dos Açores*, n.º 31, 30 Julho 1851, p. 122.

⁷³ Francisco Affonso de Chaves e Mello, *Margarita Animada, Idea Moral, Politica e Histórica dos Três Estados, Discursada Na Vida da Venerável Margarida de Chaves Natural da Cidade de Ponta Delgada da Ilha de São Miguel, Com a Descrição da Mesma Ilha*, Lisboa Occidental, 1723, p. 256.

O olhar romântico quer ver Sintra, “si celebrée par les poètes”⁷⁴, no vale das Furnas, reconhecendo desse modo, e por um lado, a particular geografia e paisagem do vale, e por outro, uma mundanidade equivalente. Se há também *poetas* a cantar o *vale* das fumarolas, a aproximação falha em vários outros aspectos: as Furnas não têm ruínas ‘históricas’ como o castelo mouro, nem a área de um Paço Real. Sintra, por sua vez, não tem fumarolas nem uma lagoa. Mas há, todos o reconheciam, e isso poderá ainda hoje ser confirmado, um clima⁷⁵, uma vegetação e um certo isolamento distintivos da envolvente que poderão, juntamente com a frequência mundana, explicar a evocação sintrense na construção literária das Furnas.

Mais rara, embora me pareça inevitável, é também a evocação do Buçaco, que, para Emygdio da Silva, *não é comparável* às Furnas, que considera, no entanto, superiores em *bellezas naturaes* a Sintra.⁷⁶ Também para o fim do século, encontramos o Bom Jesus de Braga ou o Gerês como termos de comparação. Se Bento Carqueja recorre ao Gerês a propósito dos caudais das nascentes das águas minerais, já Mendes Guerreiro é à *paisagem* do Gerez que se refere para afirmar a preferência pela das Furnas, empolgando-se ao ponto de a achar superior até ao Yellowstone Park.⁷⁷

Para lá da competição com os lugares tradicionais e emergentes do turismo nacional, a verdade é que o termo de comparação mais insistentemente invocado para assinalar a singularidade das Furnas era a paisagem suíça. Se,

⁷⁴ José do Canto Brum em carta de Neuchatel, datada de 23 Agosto 1873, ao irmão, em Fernando Aires de Medeiros Sousa, ob.cit., p. 301.

⁷⁵ “Quando me afflige a mormacenta canícula e com avidez na alacridade do campo procuro o prazer d’uma atmospherá limpa e benfazeja, lembro sempre aquelle privilegiado recanto açoreano, que Deus e os homens de outra idade souberam adornar de tão extranho scenario: - As Furnas.” Annibal Bicudo, “As Furnas de Antanho”, em *Os Açores, revista illustrada*, II.^a Série, n.º 8, Agosto de 1928.

⁷⁶ “O Bussaco não lhe é comparável e por isto fica sendo para nós, continentaes, a única maravilha em que os Açores não nos podem bater...” M. Emygdio da Silva, *S. Miguel em 1893, Cousas e Pessoas, Cartas reproduzidas do «Diário de Noticias» de Lisboa*, Ponta Delgada, Bibliotheca da Autonomia dos Açores, 1893, p. 52. Emygdio da Silva cruza-se nas Furnas com o proprietário do Comércio do Porto, Bento Carqueja, que por sua vez também invoca o Buçaco, mas a propósito da mata de Joaquim Álvares Cabral nas Sete Cidades. Bento Carqueja, *Os Açores, Notas Instantâneas*, Ponta Delgada, Bibliotheca da Autonomia dos Açores, vol. II, 1894, p. 13. Trata-se da compilação de artigos que foi escrevendo para o seu jornal relatando a viagem aos Açores e Madeira.

⁷⁷ Cf. Bento Carqueja, ob.cit., p. 21, e J. V. Mendes Guerreiro, *Regresso dos Estados Unidos da América, Açores*, Ponta Delgada, Bibliotheca da Autonomia dos Açores, vol. III, 1894, p. 28.

como vimos, a Suíça era desde Rousseau um caso de estudo quer do governo dos povos, quer da paisagem Sublime, tendo-se afirmado ao longo de Oitocentos como um destino *glamouroso* para toda a Europa *touristica*, a reiterada comparação do vale das Furnas com os vales suíços parecia-me incompreensível.⁷⁸ Até ver as **imagens** da Suíça que circulavam então.

Embora não faça qualquer comparação geográfica, o gótico professor de Harvard, John White Webster,⁷⁹ tendo antes referido o aspecto *wild and sombre* do vale das Sete Cidades, sublinha o carácter fortemente humanizado do vale das Furnas: “It is divided into many small plantations by hedges, and, from the elevation whence it is first seen, has the appearance of a **garden laid out with studied regularity**”⁸⁰ (bold meu), (Fig. 3.6). No contexto da paisagem micaelense de Oitocentos, com a estrada para as Furnas a atravessar, no troço final vindo pelo Norte, uma desabrigada Achada das Furnas de mato ralo de musgos e urzes enfezadas,⁸¹ ou, vindo pelo caminho do Sul, com uma topografia excessivamente recortada pelo abandono à erosão das águas pluviais para ser

⁷⁸ As Furnas nem o álbi da neve tinham: “A serra da Estrela parecia-me as montanhas da Suíça, que, havia poucos meses, tinha visto cobertas de neve, havendo alturas em que o vale de Ceia era intransitável, pela quantidade de neve que continuamente caía.” Marquês da Fronteira, *Memórias*, cit. por Magda Pinheiro, *Luís Mousinho de Albuquerque, um Intelectual na Revolução*, Lisboa, Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque D’Orey e Quetzal Editores, 1992, p. 38.

⁷⁹ É impossível não referir que John White Webster (1793-1850), que foi catedrático de Química na Faculdade de Medicina da Universidade de Harvard, e que usava a sua colecção de pedras, na maioria de proveniência micaelense, para caucionar empréstimos financeiros, se tornou célebre pelas piores razões: em 1849 assassinou o colega Dr. George Parkman tendo o seu processo de julgamento sido largamente difundido pelos jornais da época. Para os detalhes desta história, Maria Filomena Mónica, ob.cit., remete para a leitura de “Death of a Harvard Man” em Simon Schama, *Dead Certainties*, New York, Knopf, 1991.

⁸⁰ John W. Webster, *A Description of the Island of St. Michael, comprising an account of its Geological Structure; with Remarks on the Other Azores or Western Islands*, Boston, R. P. & C. Williams, 1821, p. 200. Aquela adjectivação das Sete Cidades aparece na p. 162. Webster cirandou por S. Miguel entre 1817 e 1819, tendo casado com uma das filhas de Thomas Hickling.

⁸¹ “[...] at last we drive for miles over the bleak barren hilltops, whose only vegetation consists of mosses and lichens and stunted evergreens, and across which blow strong and chilly winds.” Lyman H. Weeks, ob.cit., p. 111, ou “A burricada, longa e tristonha, através do planalto, cuja uniformidade é apenas quebrada pelos cumes distantes, talvez impressionasse Ben Johnson «com todo o desalento e monotonia das solidões siberianas», [...]” Walter Frederick Walker, *Os Açores ou Ilhas Ocidentais*, trad. por João H. Anglin, em *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. XXIV, 1 e 2.º semestre, 1968, p. 179. (Ed. original: *The Azores or Western Islands, a Political, Commercial and Geographical Account*, London, Trubner & C^a, Ludgate Hill, 1886).

cultivada,⁸² a súbita e inesperada visão, em *vol d'oiseau*, do “vale” habitado e ordenado pelo amanho dos campos e rodeado por “montanhas” poderá ajudar a perceber a frequente comparação com um *vale Suíço* (Fig. 3.7).

O Capitão Edward Boid, oficial da marinha ao serviço da esquadra liberal, de olhar erudito e viajado, perscrutando o vale e admitindo-lhe alguma semelhança com “an inferior **Swyss valley**”, realça que “to an eye practiced in Italian and Helvetian scenery, is remarkable for little beyond the **pleasing contrast it offers to the surrounding scene of desolation and unproductiveness.**”⁸³ (bold meu). O efeito de ‘presépio’ da paisagem humanizada no fundo de um vale era mais eficaz das alturas das Pedras do Galego, na estrada do Norte, do que para quem vinha do caminho da Gaiteira, de Vila Franca, ou da estrada da Ribeira Quente, para quem vinha pelo mar: aquele miradouro situa-se a cerca de 200 m acima do vale, numa escarpa quase vertical, enquanto do Lombo dos Milhos, na estrada do Sul, se avistava obliquamente o vale a metade daquela altura. Daí que o mesmo Captain Boid, chegando ao vale pela estrada da Ribeira Quente, se sinta decepcionado com a vista,⁸⁴ enquanto nenhum viajante que seja iniciado ao «vale de Tempe açoriano» pelas Pedras do Galego deixe de relatar o seu espanto.

Também a forma das coberturas em palha de quatro águas, muito mais inclinadas do que as de telha, que cobria a maioria das casas rurais e

⁸² Ver descrição do caminho da Gaiteira, onde a vegetação espontânea é apenas composta por fetos, *wild myrtles* (urzes), e *box trees* (*Buxus sempervirens*). Referir-se-á provavelmente à *Myrsine africana*, localmente conhecida por tamujo), em John W. Webster, ob.cit, p. 164. Ainda que aqui e ali adjective e descreva as vistas, como a do Morro das Capelas que elege como *one of the most pleasing views on the island* (p. 169-170), Webster só menciona comparativamente outras paragens, como a Islândia ou as ilhas Lipari, na Sicília, a pretexto da análise de amostras geológicas.

⁸³ Cf. Captain Boid, *A Description of the Azores, or Western Islands. From personal observation.*, London, Bull and Churton, Holles Sreet, 1834, p. 136. Foi reeditado em 1835 e 1838. Para uma análise do *olhar* de Boid sobre os Açores, v. João Paulo A. Pereira da Silva, “Os Açores em 1832, A Perspectiva do Comandante Edward Boid, Oficial Inglês e Romântico”, *Arquipélago - Número Especial 1988: Relações Açores - Grã-Bretanha*, Ponta Delgada, Revista da Universidade dos Açores, 1988, p. 211-232.

⁸⁴ “At our friend’s request we closed our eyes before reaching the turn that commanded the entire view; and, on a given signal, re-opened them; my disappointment however, was, I confess, very great;” idem, p. 135.

construções anexas até ao final do século XIX⁸⁵, estaria mais próxima das formas alpinas, sendo estranha às paisagens tipificadas do sul da Europa.⁸⁶ A expressão formal destas coberturas de inusitada inclinação era radicalmente diversa daquela da telha. Os topos tinham águas ainda mais inclinadas, quase verticais, ou então tinham mesmo levantadas empenas em pedra⁸⁷. A imagem mais corrente onde se pode ver esta cobertura hoje totalmente desaparecida da paisagem é uma fotografia, que se prestou também à gravura, do lugarejo da Lomba da Cruz⁸⁸ (Fig. 3.8), muito difundida por aí se apeiar do carro e tomar o burro para subir à cumieira das Sete Cidades (Fig. 1.65). Ou veja-se, por exemplo, na fotografia tirada ao *vale das Furnas* por um Dabney do Faial em 1891 (Fig. 3.6)⁸⁹ a forma distinta destas coberturas (aproveite-se, e repare-se ainda no desenho ordenado dos campos com as sebes e as linhas de álamos outrora *contratados* pelos Jesuítas⁹⁰). O inquérito iniciado em 1992 à Arquitectura Popular dos Açores registou as últimas casas micaelenses cobertas da mesma forma.⁹¹

⁸⁵ Para uma síntese sobre a arquitectura da casa rural dos Açores ver a "Introdução" de Rui de Sousa Martins ao 2.º volume de Carreiro da Costa, *Etnologia dos Açores*, Lagoa, Câmara Municipal da Lagoa, 1991, p. IX-XXXIV. Sobre a casa rural micaelense com a cobertura em palha veja-se, na mesma Introdução a p. XXII e, no texto de Carreiro da Costa, as p. 440-454. Rui de Sousa Martins distingue muito claramente duas arquitecturas para a casa rural açoriana marcadas por um tempo antes e depois da banalização da telha: com o telhado, a cozinha passa a integrar a casa adoçando-lhe a corcunda do forno e a respectiva chaminé, antes separada pela elevada combustibilidade da palha; acrescenta-se o uso 'moderno' da *falsa* sob o telhado, e não sob a palha.

⁸⁶ Ainda que Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, *Construções primitivas em Portugal*, Lisboa, 1969, p. 241-248, cit. por Rui de Sousa Martins, ob.cit., nota 88, p. XXXII, situem na região mediterrânica cabanas de cobertura-parede feitas de palha ou junco, não são estas cabanas incluídas nas representações que se constroem então da paisagem mediterrânica.

⁸⁷ V. *Arquitectura Popular dos Açores*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2000, p. 126.

⁸⁸ V. reprodução desta imagem em Carreiro da Costa, ob.cit., p. 450.

⁸⁹ Esta imagem, bem como a da Fig. 3.7, foram publicadas em Ralph Pomeroy Dabney ou Rose Dabney, em João A. Gomes Vieira, *Família Dabney 1804/1892 Fayal-Azores, Memória de um Legado*, Lisboa, 2005, onde são datadas de 1891. Também nas fotografias do princípio do século XX do coronel Afonso de Chaves se vislumbram estas coberturas, seja nas Furnas, seja nas Sete Cidades.

⁹⁰ Em 1729 os contratos de arrendamento das terras dos Jesuítas nas Furnas impunham aos arrendatários a plantação anual de 50 álamos e vime, quantos pudessem, para além de rodas de arco (anéis para as pipas) e das costumadas galinhas. Nos contratos de 1753 acrescentam áquelas a obrigação de plantar mais 2 castanheiros por ano. Cf. Marquez de Jacome Correia, *Leituras sobre a Historia do Valle das Furnas*, Ilha de Miguel, Oficina de Artes Gráficas, 1924, p. 42-44.

⁹¹ V. *Arquitectura Popular dos Açores*, ob.cit., p. 126-127, e p. 179. As ruínas das casas das Sete-Cidades e dos Mosteiros (p. 126), embora sem cobertura, mostram ainda assim pelas empenas de pedra a forte inclinação imposta pela palha. As casas da Candelária e dos Remédios (p. 127) mostram uma cobertura em palha de três águas, enquanto a casa de despejo dos Mosteiros (p. 179) tem quatro águas de palha.

Foi exactamente com uma cobertura de colmo em duas águas demasiado inclinadas para os padrões mediterrânicos que a “Casa Camponesa” micaelense se apresentou na exposição do Relvão aquando da Visita Régia de 1901 (Fig. 3.9). Mas se as coberturas piramidais em palha são raramente figuradas nos *sketches* escritos ou desenhados dos viajantes⁹² (Fig. 3.10), as sebes e álamos que as pontuam são presença comum em todas as vistas gerais do vale.

Foram os estrangeiros a inaugurar e a incentivar a evocação suíça. Em 1811, John Bass Dabney considerava o vale das Furnas como “o lugar mais romântico e magnífico que possivelmente se encontra neste globo”, acrescentando que esta era também a “opinião unânime de todos os estrangeiros, muitos dos quais visitaram a Itália, a Alemanha, a Espanha, os Alpes &c. &c.”.⁹³ Ou seja, a paisagem do vale media forças com as paisagens celebrizadas pelos *tours* inventados em Setecentos com a obrigatória passagem pelos Alpes a caminho de Itália.

No final da década de 30 e a propósito das Furnas, Bernardino José de Senna Freitas propõe-se reunir um “corpo de noticias” para escrever uma *Memoria Histórica* do sítio que “um distinto americano intitula a «Suissa de S. Miguel»”⁹⁴. Referir-se-ia Senna Freitas ao ‘primeiro’ americano nas Furnas, Thomas Hickling, ou a um Dabney do Faial? O primeiro Thomas Hickling tinha morrido em 34, podia, por isso, o cronista citar o seu filho homónimo, ou mesmo o malogrado John White Webster, que casara em 1818 com Harriet Frederica Hickling, filha de Thomas Hickling, e que fazia sazonalmente escala em S. Miguel a caminho de Londres. De americanos “distintos” há ainda a considerar a hipótese do historiador William Hickling Prescott (1796-1859), neto de Thomas sénior, que

⁹² Embora referindo-se ao Faial, a americana Alice Baker, *A summer in the Azores with a glimpse of Madeira*, Boston, Lee and Shepard Publishers; New York, Charles T. Dillingham, 1882, p. 58, é das poucas turistas que regista a forma da cobertura das casas: “[...] the stone huts of the peasants swarming with handsome children; **the high pitched thatched roofs** [...]” (bold meu).

⁹³ Carta de John B. Dabney a Sr. Lemuel Bent, do Faial, 20 Fevereiro 1811, em Roxana Lewis Dabney, *Anais da Família Dabney no Faial*, trad. João C. S. Duarte, Horta, Instituto Açoriano de Cultura, Núcleo Cultural da Horta, 2004, vol. 1, p. 46. Muitos americanos a caminho, ou de regresso, do seu tour europeu faziam escala no Faial e em S. Miguel.

⁹⁴ Bernardino José de Senna Freitas, *Uma Viagem ao Valle das Furnas na Ilha de S. Miguel em Junho de 1840*, p. XIV.

aqui esteve seis meses entre 1815 e 1816.⁹⁵ Fosse qual fosse o cavalheiro citado, Senna Freitas identifica como americana a origem da metáfora suíça.

Caroline Pomeroy, também americana e amiga dos Dabney do Faial, e com eles de visita a S. Miguel em 1824, evoca a paisagem alpina para melhor explicar o troço final da paisagem micaelense no percurso sul para as Furnas, mais concretamente, da subida “[...] a 1.000 pés de altura por um caminho tortuoso, onde **o panorama faz lembrar os Alpes** (embora não seja tão escarpado), e ao olhar para baixo ver um grupo de dezanove pessoas rodeado por montanhas enormes e precipícios de centenas de pés.”⁹⁶ A incapacidade em perceber a real dimensão da orografia é característica do olhar da época: os montes são *montanhas enormes*, tal como as lagoas são *lagoas*, porque é assim que são ‘vistos’. É também este desajuste na escala da percepção que permite a comparação de paisagens de medidas muito diferentes.⁹⁷

“Cela ressemble un peu un **paysage Suisse**”, concedeu Boid em 1832.⁹⁸

O francês Lasteyrie, neto do general Lafayette e companheiro de armas de Boid nas manobras liberais do Duque de Bragança, D. Pedro, pelos Açores, comentando que o vale é de tal forma isolado que se esquece que se está numa ilha, acrescenta “Si ce n’était pas l’éclat du ciel et la vigueur de la végétation on dirait une gorge des **Alpes**.”⁹⁹

⁹⁵ No entanto, em carta à Irmã datada de 12 Março 1816, vindo em excursão pelo norte, Prescott descreve a chegada às Furnas sem comparações alpinas (bold meu): “Qual não foi então a minha **surpresa** quando, ao descer as montanhas ao crepúsculo, nos surgiu à vista um vale circular, de dez milhas de circunferência, rodeado por todos os lados de amplos montes, exuberantemente cultivados. O sino da tarde, à medida que descíamos para a planície, tocava as Avé-Marias, para chamar os habitantes à devoção; e isto com o assobiar dos pastores, que nesta terra é particularmente plangente, combinado com o tom cinzento do anoitecer, encheu-me o peito de calmo contentamento.”, em “Quatro Cartas do Historiador William H. Prescott contendo impressões da sua visita a S. Miguel em 1815-1816”, trad. pelo Dr. João Anglin, em *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. VII, 1951, n.ºs 3 e 4, p. 227-228.

⁹⁶ “Diário de Caroline Pomeroy”, trad. e notas de Henrique de Aguiar Oliveira Rodrigues, em *Insulana*, vol. 53, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1997, p. 89.

⁹⁷ Alain Corbin, *L’homme dans le paysage*, entretien avec Jean Lebrun, Paris, Les éditions Textuel, 2001, p. 70, refere outras Suíças, a “Suisse normande” e a dos “Alpes mancelles”, como exemplos da construção pelo turismo de metáforas que apenas foram possíveis porque havia então outra percepção da altitude.

⁹⁸ Captain Boid, ob.cit., p. 135.

⁹⁹ M. Jules de Lasteyrie, “*Souvenirs des Açores*”, *Revue des deux mondes*, tome XXIX.- 1.er Janvier, 1842, Paris, Au Bureau de la Revue des Deux Mondes, 1842. Estes *Souvenirs* são

A meio do século, no regresso de uma longa viagem à China, Carlos José Caldeira, reparando nas senhoras que passeavam pelas bordas da lagoa ou em pequenos barcos à vela enquanto o sol se punha, anotou no seu diário de viagem que “a hora da poesia melancólica se fazia sentir com todos os encantos e contrastes de tão bella scena, que dizem não ser inferior ás melhores que apresentam os **celebrados lagos da Suissa**.”¹⁰⁰

Para o escocês Charles Wyville Thomson, considerado o ‘pai’ da oceanografia de profundidade com a expedição do H.M.S. Challenger que liderou como cientista, enquanto as *uplands* do planalto da Achada das Furnas lembram as *Highlands of Scotland*, “The valley, at a first glance, looks strangely familiar from its resemblance to many of the **valleys in Switzerland**.”¹⁰¹

Rupert Swindells, um verdadeiro *english traveller* que viaja apetrechado de *sketchbook* e *aneroid barometer* para literalmente ‘tirar as medidas’ à paisagem, vem passar o Verão a S. Miguel em 1876. Fazendo escala em Lisboa, que aproveita, no regresso, para fazer uma incursão literária a Sintra com Beckford e Byron por mentores, comenta a propósito do *Val das furnas*: “This valley has rather a **Swiss-like appearance**, and the beautiful green of the lower portions, which are in a high state of cultivation, contrasts pleasingly with the surroundings desolate and unproductive mountains.”¹⁰² Coincidindo com Boid na mesma

traduzidos e publicados em 1851 na *Revista dos Açores*, ob.cit. Não se trata do relato comum, imperando o devaneio romanesco centrado na observação e interpretação do social. Discorrendo sobre as mulheres do Midi, compara-as com as micaelenses, e depois estas com as inglesas...

¹⁰⁰ Carlos José Caldeira, *Apontamentos d'Uma Viagem de Lisboa á China e da China a Lisboa*, Parte Segunda, Lisboa, Typographia de Castro & Irmão, 1853, p. 313.

¹⁰¹ Continua assim: “It is not until the eye has wandered over the lava ridges and rested upon the dense columns of vapour rising from the boiling springs that one realises the critical condition of things – the fact that he is descending into the crater of a volcano, which still gives unmistakable signs of activity.” Wyville Thomson, *The Voyage of the Challenger: the Atlantic: a preliminary account of the general results of the exploring voyage of H. M. S. Challenger during the year 1873 and the early part of the year 1876*, London, Macmillan and Co., 1877, vol. II, p. 38-39. O Challenger atracou em S. Miguel em 1873, proveniente das Bermudas, repartindo com destino à Madeira. Cf. *O Cultivador* n.º 7, 15 Julho 1873, p. 193-194.

¹⁰² Rupert Swindells, *A Summer Trip to the Island of St. Michael, the Azores*, Manchester, Printed for Private Circulation, 1877, p. 80. Swindells, que viveu no Brasil onde aprendeu algum português, passara ao largo de S. Miguel a caminho das *West Indies* em 1853, e ficara então seduzido pela vista da *beautiful orange island*, voltando expressamente a S. Miguel em 1876 (cf. p. 11) estimulado, parece-me, pela fantasia de um *Jardim das Hespérides*. Swindells escreve o seu relato consultando bibliografia complementar às suas observações *in loco*, mencionando, para além do relatório acima citado do Challenger, *A Natural History of the Azores* de Frederick du Cane Godman, o *Captain Boid* e o texto, que não consegui localizar, de um outro capitão de nome Bartholomew datado de 1820. Refere ainda a descrição do traje feminino do capote do Faial por Mark Twain em *Innocents Abroad*, e transcreve a descrição de Sintra por Lord Byron em *Childe*

qualificação das montanhas em volta e admitindo tê-lo lido, Swindells decalca-lhe os adjetivos sem pudor, como seria frequente neste género literário em construção que era a ‘literatura de viagens’.¹⁰³

Lyman Horace Weeks passou duas temporadas nas várias ilhas dos Açores que reportou em artigos dispersos pelo *Boston Traveller*, *Boston Herald*, e no *Appleton’s Journal*. Em 1883 agrupou-os num único volume intitulado *Among the Azores*.¹⁰⁴ Com as Furnas à vista, o americano testemunha o deslumbramento de outro viajante. “**No famed Swiss landscape is fairer**”¹⁰⁵, diz o outro; o americano prossegue: “A more minute examination serves to deepen one’s delight. At your feet nestles the green valley with its village of clustering white houses, seeming far away like some **Swiss hamlet**.”¹⁰⁶ Weeks regista a comparação suíça “à distância” mas, depois duma descrição geral, reincide: “the Furnas peasants love their valley with an affection as deep and strong as that of the **Swiss** for their mountain homes”.¹⁰⁷

A famosa escritora vitoriana Lady Brassey, que tal como Rose Dabney, também era fotógrafa, viajou por todos os mares em grande estilo no *Sunbeam*, o seu próprio iate de três mastros e mais de 50 m de comprimento. Quando em Dezembro de 1883 ancora em Ponta Delgada e faz a obrigatória excursão às Furnas, vai já avisada que o panorama que irá encontrar será “**quite Suisse in character**”,¹⁰⁸ ou seja, a semelhança Suíça já não é só invocada pelos relatos dos

Harold. Para o ‘continente’ aconselha o *Murray’s Handbook to Portugal*. Conta-nos ainda que viajou, no regresso da viagem de 1853, com o novelista Anthony Trollope.

¹⁰³ “Nem sequer são muito raros os casos em que o viajante se poupou a esforços, seguindo em grande parte os seus antecessores, chegando a contar os mesmos episódios e a referir os mesmos pormenores, por vezes apresentando-os como registados por ele próprio.” Maria Leonor M. de Sousa, “Viagens e Viajantes”, *Arquipélago – Número Especial 1988: Relações Açores – Grã-Bretanha*, Ponta Delgada, Revista da Universidade dos Açores, 1988, p. 208.

¹⁰⁴ Lyman H. Weeks, *Among the Azores*, Boston, James R. Osgood and Company, 1882.

¹⁰⁵ “After six or eight hours of such journeying we reach the highest point of the mountain, and round the corner of a projecting cliff where, in an instant, a sight of the famed valley flashes upon us. / A panoramic scene of the most surprising and delightful character is unrolled. «No famed Swiss landscape is fairer», exclaimed an enthusiastic traveller as he looked down upon the valley from the road where it winds along the brow of the over-hanging mountains.” Lyman H. Weeks, *ob.cit.*, p. 111-113.

¹⁰⁶ *Idem*, p. 113.

¹⁰⁷ *Idem*, p. 120.

¹⁰⁸ “Resuming our journey and mounting steadily to a height of 2000 feet, we reached the top of the pass, by which time it was nearly if not quite dark, so that we could scarcely distinguish the justly-lauded view of the valley of Las Furnas, of which we had heard so much, and which had been described to us as ‘quite Swiss in character’.” Lady Brassey, *In the Trades, the Tropics & the Roaring Forties*, London, Longmans Green & Co., 1885, p. 480. Annie Allnut Brassey (1839-1887)

viajantes, lidos uns pelos outros, como vimos com Swindells; o ‘carácter’ suíço das Furnas já está instituído localmente.

Dez anos mais tarde, o já referido Emygdio da Silva vindo por Vila Franca, depois da descida pelas *grotas* e *covões*, propõe uma colagem de paisagens: “Ao cabo de meia hora, levando a carruagem devagar, aparece-nos com todo o esplendor uma paisagem do norte de Itália encravada n’um trecho do **Oberland bernois**, se possível fosse, o formosíssimo e apreciável valle das Furnas”.¹⁰⁹

Toda esta literatura de viagens (bold meu), a que há que somar o discurso oral dos burriqueiros, que conduziam os viajantes no dorso dos seus quadrúpedes, funcionam como *travel guides*. Informando o forasteiro da história e geografia da Ilha, dando indicações sobre os usos e costumes dos habitantes, ordenam-lhe uma realidade estranha à partida. Qualificando os lugares, elegendo uns em detrimento de outros, conduzem-lhe o olhar, como quando, invariavelmente, legendam a vista das Furnas como *swiss like*.¹¹⁰

Simultaneamente ao discurso das *palavras*, escritas e ditas, há que analisar o discurso crescente das *imagens*.

O olhar literário e o olhar pictórico

*Pitorescas pontes atravessam as ribeiras, como aqui se diz, e fazem-me lembrar as que tenho visto em quadros; são muito altas e têm, de um dos lados, uma balustrada feita com estacas de cana.*¹¹¹

Tal como Caroline Pomeroy se revela consciente do trabalho de rememoração das imagens na passagem em epígrafe, particularmente interessante, porque revelador dos processos de tráfego das imagens, é o relato da americana

escreveu vários livros de sucesso sobre as suas viagens a bordo do Sunbeam, o primeiro iate privado a dar a volta ao mundo, para além de ter tirado e adquirido fotografias sobre os lugares mais distantes do Império Britânico que reuniu em setenta álbuns. *Roaring forties* era o nome dado pelos marinheiros aos ventos predominantes de oeste que se encontram entre as latitudes 40° e 50°, norte ou sul.

¹⁰⁹ M. Emygdio da Silva, ob.cit., p. 52.

¹¹⁰ “A escrita da viagem parte de experiência do visual, mas não oculta os textos que acompanham o olhar do viajante.” Filipa Lowndes Vicente, ob.cit., p. 151. Grande parte da investigação produzida nesta obra centra-se na análise da complementaridade mutuamente reflexiva da imagem e do texto para a construção do conhecimento no século XIX.

¹¹¹ “Diário de Caroline Pomeroy”, ob.cit., p. 105.

Charlotte Alice Baker (1833-1909)¹¹² que convoca a literatura e a pintura para ‘ver’ a paisagem física e humana dos Açores. Alice Baker, que foi professora e historiadora na Deerfield Academy, Massachusetts, passa uns dias nas Furnas no início da década de oitenta, ficando albergada na casa da Grená, a meia encosta sobre a Lagoa das Furnas. A Grená é então explorada como estabelecimento hoteleiro pelo jardineiro inglês George Brown. No seu diário de viagens, Alice começa por comparar a fraga da cratera por trás da casa da Grená com o *Eagle Cliff*, em *Franconia Nocht*, no país natal.¹¹³ Com toda a justiça o faz, pois que a melhor imagem oitocentista que pode ilustrar o que era a paisagem da lagoa das Furnas na primeira metade do século XIX é uma pintura americana: *Eagle Cliff*, por David Johnson (Fig. 3.11). Tal como naquela imagem de 1860, as formações rochosas que envolvem a lagoa estariam descobertas nos topos, com os matos das encostas baixas a escalá-las por entre as linhas de água, desenhando, então, uma paisagem totalmente diferente da que conhecemos hoje, como podemos constatar nesta descrição de 1875: “Pas un souffle n’agitait la surface du lac [...]; dans les eaux limpides se reflétaient **les hautes murailles rocheuses** qui bordent la vallée et se terminent à l’ouest par le Pic de Ferro, haut de plus de 2,000 pieds. À la base de cette montagne un Anglais s’est construit un gentil cottage, qui donne un peu de vie à le paysage magnifique mais **désert.**”¹¹⁴ (bold meu).

A região montanhosa de *Franconia Nocht* foi popularizada em meados de Oitocentos pelo escritor Nathaniel Hawthorne que nela descobriu *The Old Man in the Mountain*, uma formação geológica antropomórfica, que, apesar de ter caído em 2003, permanece como ícone do estado federal. As *White Mountains* do New Hampshire foram descobertas e artializadas pelos pintores da Hudson River School, e o *Eagle Cliff*, sobranceiro ao *Echo Lake*, foi tema recorrente dos pintores da segunda metade de Oitocentos, tais como Bierstadt, Jasper Cropsey, David Johnson ou Edward Hill. O *Echo Lake*, que pode lembrar pelo contorno

¹¹² C. Alice Baker, *A summer in the Azores with a glimpse of Madeira*, Boston, Lee and Shepard Publishers; New York, Charles T. Dillingham, 1882.

¹¹³ “Behind it rose cliffs as majestic as the Eagle Cliff at Franconia Notch”, Alice Baker, idem, p. 99. Franconia Nocht foi instituído como State Park em 1928.

¹¹⁴ Leopold de Jedina, *Voyage de la Frégate Autrichienne Helgoland autour de l’Afrique*, Paris, Maurice Dreyfous Éditeur, 1878, p. 328. (Ed. original: *Um Afrika: Skizzen von der Reise Sr. Majestaet «Helgoland» in den Jahren 1873-75*, Wien, Pest, Leipzig, A Hartleben, 1877).

alcantilado de parte das margens a lagoa das Furnas, assoma também no texto de Alice Baker, ainda que ravina transmutada em ninfa: “The scenery is enchanting, with the placid lake dreamily reflecting the beautiful alps, and the deep ravines among which fair Echo runs shouting whole sentences.” A americana refere-se aqui ao eco generoso, de que os guias faziam a ruidosa demonstração, e simultaneamente ao lugar, então afamado e obrigatório das excursões furnenses, que era a “Gruta da Cagarra”, ou “do Echo”.¹¹⁵ O eco, que ampliava a medida da paisagem e que chegou a ser objecto de colecção, desapareceu hoje do roteiro turístico.¹¹⁶

Por outro lado, se a paisagem evoca para uma colega de viagem o **Tirol** ou **Interlaken**,¹¹⁷ é a própria Alice que se lembra das cascatas de **Staubbach**,¹¹⁸ na Suíça, para emular a da grotta vizinha. A estranheza desta evocação, que nos parecerá, hoje, por demais exagerada, desfaz-se quando vemos as fotografias do coronel Francisco Afonso de Chaves desta zona da Lagoa das Furnas no princípio do século XX: a arborização não cobre a totalidade da encosta da cratera deixando ver o dramático “Salto do Bragado”, ou *Salto da Inglesa*, por referência a Catherine Vines, com as águas da ribeira que vem da Achada das Furnas despenhando-se do alto de 96 metros¹¹⁹ (Fig. 3.13). Compare-se com

¹¹⁵ “Um passeio delicioso, a pé ou de burro, através desta extensa propriedade [de JC], por entre longas veredas ensombradas pelo arvoredado, leva a um profundo abismo conhecido por «Gruta da Cagarra» ou «do Eco», donde se ouve um esplêndido eco. [...]. No vale, em baixo, uma risca pálida marca a corrente de um ribeiro.” Walter Frederick Walker, ob.cit., em *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. XXIV, 1 e 2.º semestres, 1968, p.189. Pela descrição do passeio e pela ilustração contida, penso que a “Gruta do Echo” seria uma ravina a dar para o leito vertiginoso da Ribeira Quente. Outro relato nomeia-a, mais correctamente, por “Quebrada do Echo”, situando-a entre os *Castellos*, o *Pico dos Cedros* e o *Pico da Vigia*, a três milhas para nascente das Furnas, cf. “«Os Açores vistos por um Americano (O Coronel Sam. C. Reid)», *traduzido do Daily Alta Califórnia de 25 de Janeiro de 1891, publicado em São Francisco, extrahido do Washington Star*”, no *Arquivo dos Açores*, vol. XI, p. 197.

¹¹⁶ Numa mordente sátira ao coleccionismo, Mark Twain conta em *The Canvasser's Tale* a história do homem que se arruinou a comprar ecos sem lograr a colecção completa.

¹¹⁷ “It is like the Tyrol, like Interlachen!” cried our invalid, drawing back her curtain the morning after our arrival”, Alice Baker, ob.cit., p. 101.

¹¹⁸ “Staubach”, no original. Cf. Alice Baker, ob.cit., p. 102

¹¹⁹ “Salto do Bragado” é o topónimo utilizado por Urbano de Mendonça Dias, *História do Vale das Furnas*, Emp. Tip. Ltd. de Vila-franca do Campo, 1936, p. 94-95. Ernesto do Canto adoptara o mesmo topónimo no “Ensaio sobre a Bibliographia Geologica dos Açores” em *Arquivo dos Açores*, vol. XI, p. 302. Na *Planta da Lagoa das Furnas, Escala 1: 5000*, [rubrica de] A. Cabral, UACSD, FBS-AJC, (Fig. 1.78), esta queda de água toma o nome de “Salto do Bragada”. “Salto grande” é o nome que lhe dá Mouzinho de Albuquerque na Planta que levantou do vale. Cf. *Observações sobre a Ilha de S. Miguel recolhidas pela Comissão enviada à mesma Ilha em*

qualquer gravura ou litografia da cascata de Staubbachen (Fig. 3.14) que circulavam ao tempo de Alice Baker... Também a visibilidade que teria a casa da Grená, constantemente referida pelos relatos dos viajantes de então¹²⁰ e hoje totalmente oculta pela vegetação arbórea, é confirmada pelas fotografias em negativo de chapa de vidro do coronel. (Fig. 3.12).

*Having ascended other mountains, we at length discover a valley of greater extent than any yet noticed; it is entirely surrounded by mountains and precipices, exceeding a thousand feet in height; from some of which, **cascades of great beauty fall into a lake many miles in circuit. This is the "Algoa das Furnas", or lake of the Furnas;***" ¹²¹ (bold meu).

Conforme testemunhara Webster, numa altura em que as margens da lagoa estariam ainda mais desarborizadas, para além do referido salto do Bargado e dos saltos da Ribeira do Rosal e das Maças, ambos na propriedade de José do Canto, havia ainda as restantes cascatas referenciadas na *Planta da Lagoa das Furnas, Escala 1/5.000*, rubricada por Augusto Cabral,¹²² com os nomes de Salto do Caldeirão, do Túnel, do Conde e do Touro. Seriam cascatas de regime torrencial, que escoavam a água da Achada das Furnas quando saturada pelas chuvas. Signos alusivos às paisagens de montanha, as cascatas correram até 1959, quando terminaram as obras de drenagem da encharcada Achada com o desvio das águas que convergiam daquele planalto no Salto do Fojo para a Ribeira da Alegria¹²³, numa radical transformação da paisagem, agora menos alpina.

Agosto de 1825, e regressada em Outubro do mesmo anno, por Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque e seu ajudante Ignacio Pitta de Castro Menezes, Lisboa, na Imprensa Regia, 1826.

¹²⁰ "Aproximada por este lado a lagoa, **o que logo nos salta à vista** é uma grande casa branca na margem oposta, conhecida por Grená outrora propriedade do falecido Mr. James Hinton, de Londres" (bold meu). Walter Frederick Walker, ob.cit., p. 182. Também os *pinheiros* várias vezes mencionados por Walker nas páginas dedicadas às Furnas são visíveis na encosta do lado direito da fotografia.

¹²¹ John White Webster, *A Description of the Island of St. Michael, comprising an account of its Geological Structure; with remarks on the other Azores or Western Islands*, Boston, 1821, p. 195.

¹²² *Planta da Lagoa das Furnas, Escala 1/5.000*, [rubrica de] A. Cabral, UACSD, FBS-AJC, (Fig. 1.78).

¹²³ Por arrastar grande quantidade de material erodido, o Salto do Fojo era responsabilizado pelas enchentes sazonais das ribeiras do vale das Furnas, assim se justificando as obras realizadas com o projecto do engenheiro Clemente Soares de Medeiros. Cf. Augusto Branco Camacho, *O Bem Comum, 40 anos de administração distrital 1926-1966*, Ponta Delgada, 1966, p. 100. Este diagnóstico fora publicamente apresentado numa comunicação à 1.^a Conferência de Administração Pública, em Ponta Delgada, 5 Maio 1950, pelo chefe da Circunscção Florestal de

Voltemos à americana. Alice Baker revê-se, com os outros que habitam a paisagem, como personagem do romance *Quits*,¹²⁴ que provavelmente trouxe para ler na viagem:

*A nossa vida aqui [nas Furnas] era como um capítulo extraído do «Quits». Subir à cumieira antes do almoço para beber leite fresco na ocasião da ordenha, com pão escuro na algibeira e paus ferrados nas mãos, eis como «Nora» subia no **Tirol**. O cimo assemelhava-se a uma **solidão alpina**, com seus fazedores de queijos aqui e além, seus cortadores de lenha e seus carvoeiros. Era como Nora a esperar, ansiosa, por seu primo Jack, de regresso de uma das suas aventuras, quando saímos ao luar e ouvimos os camponeses a gritar e a acordar os ecos do outro lado da lagoa e vozes lá muito ao longe, entre as montanhas, e figuras brancas passando em silêncio ao longo da margem e finalmente um objecto escuro a subir o atalho rente a nós, que vinha a ser o nosso colegial, de regresso da festa. O moleiro e o mateiro, Seppell e Rosel – encontramos-los todos aqui, mas como nomes portugueses.*¹²⁵ (bold meu).

Hoje esquecida, a novela escrita pela Baronesa Tautphoeus, como muitas outras obras coevas, terá tido a sua comunidade de leitores no século XIX. A acção tem uma mulher por protagonista, Nora Nixon, e por cenário, de grande parte da narrativa, os Alpes na fronteira entre a Bavária e o Tirol. Também Nora admira a paisagem e convive com os seus habitantes, sem deixar de citar Goethe.¹²⁶ No Faial, Alice lembrara-se também do Dickens de *Tale of Two Cities*. E ainda Homero e Virgílio, mas isso já era mais corrente.

Tal como é um escritor que ‘inventa’ The Old Man of the Mountain, a paisagem só é reconhecida depois de ‘descoberta’ pela pintura, gravura ou literatura. Ao longo do século XIX a literatura vai tornar-se uma ferramenta mental para apreender a realidade, particularmente a dos viajantes: os episódios de *Quits* ajudam Alice

Ponta Delgada, o engenheiro silvicultor Gonçalo Manuel Estrella Rego, sob o título “O Problema Florestal da Ilha de S. Miguel”, integralmente publicada no Boletim da CRCAA, n.º 13, 1.º semestre 1951, p. 1-28.

¹²⁴ Baroness Tautphoeus, *Quits, a Novel*, Leipzig, Bernhard Tauchnitz, 1858. Foi reeditada em 2005 pela Whitefish, Mt., Kessinger Publishing’s Rare Reprints, EUA, e mais recentemente pela Sherborne, Traviata Books, Reino Unido. Nascida irlandesa, Jemima Montgomery (1805-1893) foi Baronesa Tautphoeus por casar com o bávaro assim titulado, residindo nos arredores de Munique.

¹²⁵ Alice Baker, *Um Verão nos Açores e a Madeira de relance II, Excerto... traduzido por João H. Anglin*, Separata do vol. 16.º do *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, 1960, p. 8. No texto original encontramos esta passagem na p. 101.

¹²⁶ Baroness Tautphoeus, ob.cit., vol. I, p. 276.

Baker a 'construir' a realidade furnense. Mas também a pintura é operativa para a americana apreender o real. Se já no Faial recorre a Murillo e a Millet para 'enquadrar' os retratos antropológicos¹²⁷, perante as casas vernaculares das Furnas acrescenta outros pintores famosos:

*The front door always stands invitingly open; and even if the lower half be shut, the top panel, which is on hinges, is flung wide open into the room. Such fascinating **pictures as we often see framed** in these half-open doors! **here a Rembrandt, there a Rubens**; an old man in his shirt-sleeves, resting his arms on the casement, stolidly smoking, his slivery hair straggling from under his gay knit cap; or a bright red handkerchief, crossed on a woman's breast, lights up the dark background, the leathery wrinkled old face contrasting sharply with the spotless white of the turbaned head, leaning meditatively on one hand. **There are Murillos too**, but of a less attractive sort, hardly to be mentioned to ears polite.¹²⁸ (bold meu).*

Há assumidamente um olhar pictórico em Alice Baker que podemos ainda reconhecer mais claramente na passagem seguinte "Beautiful in color were these rural pictures. Pearly-white and orange-yellow stacks, towering up side by side from the gray floor of the *eira*, with the blue sky or the bluer sea for a background."¹²⁹ Surpreendente é a consciência que a americana tem do constante *trabalho sobre as imagens* que a paisagem provoca, sendo este, essencialmente, o trabalho da memória: a propósito de uma vista do porto do Funchal escreve "we find ourselves off "Loo Rock", the citadel so familiar to us in the geography **pictures of our childhood**".¹³⁰ (bold meu).

A pintura e a literatura alimentam um imaginário comum ao ocidental culto de Oitocentos, tal como o cinema edificará o imaginário do ocidente da segunda metade de Novecentos. Em ambos temos as imagens como *meio*. Se a paisagem foi descoberta pela pintura, agora funciona como estímulo para a imaginação literária, ou não fosse a paisagem construção literária na origem

¹²⁷ "There are pictures everywhere, Murillos or Millets to one's taste; Madonnas on every door step;" Alice Baker, ob.cit., p. 58.

¹²⁸ Idem, p. 109.

¹²⁹ Idem, p. 96-97. Se associarmos à ideia da composição e da matéria cromática a descrição etnográfica temos já em Alice Baker o olhar fotográfico.

¹³⁰ Idem, p. 133.

fundadora (pelos clássicos gregos). Mas o mundo imaginário e o mundo real são reflexivos, isto é, influenciam-se e constroem-se mutuamente.

Não sei se os viajantes citados alguma vez teriam visitado um vale suíço. Já Luís Mousinho de Albuquerque, o intelectual militar, inspector das Obras Públicas, autor de um manual de Química, professor em Paris e *gentleman farmer* na Batalha, comissionado para analisar as águas minerais e termais das Furnas em 1825, sabemos-lo na Suíça três anos antes¹³¹, e nas suas observações da ilha, sendo certo que se trata de um relatório *científico*, apenas concede que visto do “Alto das Cristas” que o envolvem, o vale é “pictoresco, e agradável”.¹³²

Os marinheiros austríacos da fragata Helgoland, que excursionaram S. Miguel durante mais de três meses como turistas acidentais – chegaram rebocados por um vapor inglês em finais de 1874, esperaram que viesse madeira de carvalho de Inglaterra para reparar o leme e partiram em Março de 1875,¹³³ – reconhecendo que *Ce qui charme le touriste, à San Miguel, c’est le beauté du paysage*, não evocam vez alguma as paragens alpinas ou tirolesas a propósito daquela... Nas Furnas, e ainda que a paisagem charmosa lhes pareça improvável numa ilha *au milieu de l’océan*,¹³⁴ mencionam apenas, por semelhança com as águas quentes

¹³¹ Com partida de Paris, onde então reside, Mousinho vai à Suíça com Bernardo de Sá Nogueira e D. Francisco de Almeida. Cf. Magda Pinheiro, *Luís Mousinho de Albuquerque, um Intelectual na Revolução*, Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque D’Orey, Lisboa, Quetzal Editores, 1992, p. 38. Não deixo de estranhar que a autora, com um inspirado subtítulo da Introdução denominado *A paixão da liberdade: paisagens e percursos*, deixe por investigar esta viagem à Suíça de um homem que nos mostra ser infatigável na “sua ânsia de compreender as paisagens”, idem, p. 25.

¹³² Cf. Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque, Ignacio Pitta de Castro Menezes, *Observações sobre a ilha de S. Miguel, recolhidas pela Comissão enviada à mesma ilha em Agosto de 1825*, Lisboa, Imprensa Regia, 1826, p. 41. Ainda assim, o comentário citado é uma excepção face à inabitual contenção nos encómios à paisagem, que apenas nas Furnas qualifica. O seu relatório ensaia, com uma disciplina incomum para a época, uma objectividade que pretenderá *científica*, o que é reconhecido em 1905 pelo naturalista Coronel Afonso de Chaves que considera os trabalhos de Mouzinho e de Fouqué como “os únicos de verdadeiro valor até hoje publicados”, cit. por José Luís Brandão da Luz, “O Vale das Furnas na Literatura de Viagens do Século XIX”, em *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. LI, n.º 2, 1995, p. 45.

¹³³ Cf. Leopold de Jedina, *Voyage de la Frégate Autrichienne Helgoland autour de l’Afrique*, Paris, Maurice Dreyfus éditeur, 1878.

¹³⁴ Não há dúvida que as *villas, construites pour la pluspart dans le style le plus moderne et entourées de riches jardins*, e o *tableau coquet du lac* a reluzir por entre os ressaltos das montanhas, propõem aos austríacos uma paisagem que não é exótica, como estariam à espera. Cf. Leopold de Jedina, ob.cit., p. 324. Tratando-se, embora, de uma expedição científica, quando em em Port-Louis, capital das mais exóticas Maurícias, o autor do relato não deixa de cumprir a já

locais, as águas de Pombières, e, para as frias gasosas, as águas de Seltz.¹³⁵ Tal como para os Bullar, que chamam às Furnas a *Baden-Baden da ilha de S. Miguel*,¹³⁶ as únicas referências geográficas viáveis para estes austríacos são de natureza hidro-termal.

Aqueles outros turistas que *viam* um vale alpino nas Furnas podiam nunca ter visitado um vale suíço, mas conheciam-lhe as *imagens*.

Das imagens *lidas* às imagens *vistas*

A Suíça em Londres e Paris

O Diário do *Grand Tour* do Morgado José Caetano é um fabuloso testemunho do encontro com uma nova cultura visual em construção acelerada. O Império das imagens cresce e consolida-se, de dia para dia, sob as saias largas da rainha Victoria. As técnicas de colecção e classificação da enciclopédia iluminista constroem agora, nos Jardins Zoológicos e Botânicos e nas Galerias e Museus de História Natural, os espaços onde reescrevem, ordenando, o mundo inteiro, e, por isso, são *todos os lugares e lugar nenhum*. Coleccionar e expor o Mundo é um dos signos mais distintivos da Civilização, pois demonstra o seu domínio sobre o real: a acumulação dos Impérios transformada em signo da ordem e poder. Numa cultura da exposição, de que as sucessivas Exposições Universais são o corolário, nada será mais demonstrativo desse domínio que o controle das artes da ilusão, ou seja, do que o poder sobre as imagens. As tecnologias de classificação e de exposição dos objectos, para além das realizadas nos espaços já referidos dos Museus, que tinham no seu genoma o ainda persistente Gabinete de Curiosidades, integram também o *Diorama*, o *Panorama*, o *Cosmorama* e outros dispositivos ópticos com o concurso de uma determinada

sedimentada tradição da *viagem literária* ao procurar, romanticamente, o túmulo de *Paul et Virginie*. Cf. p. 256.

¹³⁵ Cf. *idem*, p. 325.

¹³⁶ Cf. Joseph e Henry Bullar, *Um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas*, trad. por João Hickling Anglin, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 3.^a ed., 2001, p. 58.

arquitectura construída para o efeito. Os Estudos da Imagem têm investigado amiúde estes *templos das imagens*, para utilizar uma expressão vitoriana.¹³⁷

José Caetano foi a 23 de Maio ver o *Diorama* de Regent's Park, filial londrina do Diorama parisiense de Daguerre e Bouton, projectado por Auguste Charles Pugin.¹³⁸ O primeiro diorama então montado era “The Village of Alagna, Piedmont” e reproduzia uma tempestade nocturna, com os ruídos do vento e da trovoadada, e depois o amanhecer apaziguado com a aldeia alpina sob um manto de névoa e, “numa cabana suíssa que representava estar mais próxima, via-se o gelo dependurado”.¹³⁹ O diorama da inauguração, em 1823, foi o mesmo de Paris, um ano antes, tendo por motivo o “Valley of Sarnen”, também situado nos Alpes, Suíça. A instabilidade climática dos Alpes é um tema que se adequa bem à patente de Daguerre: o diorama é pintado em grande formato sobre superfícies translúcidas que, sobrepostas, são iluminadas com diferentes intensidades ora pela frente, ora por trás, criando a ilusão perspéctica de uma ‘atmosfera’ cambiante à escala natural.¹⁴⁰ Mas também as ruínas de igrejas góticas em cenários escoceses, como a “Holyroodhouse Chapel” e “Roslin Chapel”, eram propícias às atmosferas brumosas. O que acontece é que ambos os temas – as montanhas suíças e as brumas da Escócia, descobertos há não muito tempo e, por isso, ainda simultaneamente exóticos e sublimes – estavam na moda.¹⁴¹

¹³⁷ Para o inventário da parafernalia óptica antecessora do cinema v. Laurent Mannoni, *The Great Art of Light and Shadow*, Exeter, University of Exeter Press, 2000.

¹³⁸ Trata-se do desenhador francês que trabalhou para John Nash e que foi pai do arquitecto Auguste Welby Pugin (1812-1852). Este, nascido em Inglaterra, foi o indutor da discussão moral do neogótico com o influente *True Principles of Christian Architecture* (1841).

¹³⁹ Morgado José Caetano, ob.cit., p. 37. Continuando o relato: amanhecido o vale suíço, roda o anfiteatro onde estão sentados os espectadores para outro ‘cone’ visual e vê o micalense S. Pedro de Roma no seu esplendor e, no momento a seguir, em ruínas, sucumbido pelo fogo. José Caetano termina com um “Enfim, era uma perfeita ilusão e o mais próprio possível. Foi uma das coisas mais bonitas que tenho visto até agora.”, Idem, p. 38

¹⁴⁰ Cf. R. Derek Wood, “The Diorama in Great Britain in the 1820s”, em *History of Photography*, vol.17, n.º 3, Taylor & Francis Group, London, Autumn 1993, p. 284-295.

¹⁴¹ No *Nouveau Tableau de Londres de Leigh ou guide de l'étranger dans la capitale de l'Angleterre*, À Londres: chez Samuel Leigh, 1835, que o morgado levava no bolso na passagem por Londres, constava ainda, a p. 259-260, uma exposição na Soho-square inteiramente dedicada à paisagem Suíça, com *plans en relief* das montanhas, vales e glaciares, *et des lacs de Genève, de Bienne, de Morat, et de Neuchatel, etc.*

Se para a Suíça referenciámos anteriormente o processo de propagação, para a Escócia veja-se também como o processo começa no séc. XVIII, em Simon Schama, ob.cit, p. 466-472. Não se poderá tão-pouco negligenciar um autor ‘popular’ de Oitocentos como Sir Walter Scott na divulgação dos cenários escoceses, quer pela produção literária, quer pelo activo papel que

O morgado José Caetano já tinha ido, dias antes, ao *Colosseum*, elaborado dispositivo cénico embrulhado na forma do *Panteon* romano, a ver o famoso e obrigatório *Panorama de Londres*, imensa tela hemisférica que simulava a vista que se teria da “cidade tal qual vista do zimbório de S. Paulo”.¹⁴² Depois de descer da varanda mais alta e de passar por bananeiras, tanques e grutas, habilmente montados por entre os interstícios da maquinaria cénica, penso que não esperaria encontrar, também aqui, outra “cabana suíça [...] toda ornamentada com trastes próprios dos suíços e tinham sua graça”,¹⁴³ com uma cascata verdadeira e o Monte Branco ao fundo. Em Paris, não deixa de ir ao Diorama original, e a primeira das três vistas que lhe mostram é de mais uma paisagem suíça, desta vez do vale do St. Gothard.¹⁴⁴

Em 1846, a 30 de Abril, o seu filho José pagaria 10 xelins e 3 pence por três bilhetes para o mesmo *Colosseum*, reincidindo duas semanas depois. Pelo meio experimentou o *Pantechnicon*, o *Diorama* de Leicester Square e o *Egyptian Hall*, em Picadilly.¹⁴⁵ O *Egyptian Hall*, que tinha sido até 1819 um museu de iniciativa privada conhecido por *London Museum* e agora funcionava como *exhibitor hall*,

desempenhou na difusão da iconografia folclórica como presidente da Celtic Society of Edinburgh. Para a fabricação da ‘tradição’ escocesa, com o Kilt e gaita de foles, ver Hugh Trevor-Roper, “The Invention of Tradition: The Highland Tradition of Scotland”, em Eric Hobsbawm, Terence Ranger (ed.), *The Invention of Tradition*, Cambridge, Cambridge University Press, (1983) 2004, p. 15-41. Este processo que, começando reactivamente à União com a Inglaterra em meados do século XVII se estende até ao século XIX, inverte a origem totalmente irlandesa das práticas culturais das Highlands para inventar eficazmente uma cultura antiga e independente, cujos emblemas visuais, pela força imagética que têm, todos conhecemos.

¹⁴² Morgado José Caetano, ob.cit., p.31. Anos mais tarde, e apesar de o achar “já velho”, o príncipe D. Pedro ficará igualmente encantado. Ver imagens, fabulosas, elas também, do interior piranesiano deste panorama em Filipa Lowndes Vicente, ob.cit., fig. 47 e 48, respectivamente, p. XLIII e XLIV.

¹⁴³ Morgado José Caetano, ibidem. O Coliseu londrino foi um verdadeiro centro de entretenimento multimédia *avant-la-lettre*: para além do panorama pintado, de uma galeria de esculturas em gesso, uma estufa e maquetas de cenários exóticos à escala 1:1, tinha ainda uma câmara-escura e um microscópio solar, acumulando no mesmo edifício várias formas de produção de imagens. Com sucessivas actualizações das ‘imagens’ expostas, o Colosseum, que deve o nome ao seu tamanho, teve no *Cyclorama of Lisbon*, que narrava o terramoto de 1755, um dos maiores êxitos.

¹⁴⁴ Idem, p. 117. A seguir, o anfiteatro roda por inteiro para uma vista da “Igreja de Santo Estêvão do Monte” e depois para o “Templo de Salomão”. O ‘ilustrando’ micaelense explica o funcionamento do diorama: “é segundo a aplicação que se faz da luz aos objectos que lhe faz tomar as diferentes formas.”, idem, p. 118.

¹⁴⁵ Cf. Livro de Despesa de tamanho A5, encadernado, com as folhas numeradas e intitulado no verso da folha de rosto *Despezas meudas de Caza na Ilha do Faial desde o 1.º de 8bro. de 1845 em diante. José do Canto* [assinatura], UACSD, FBS-AJC. Na lista de despesas durante a estadia em Londres também encontrei, a 27 de Março, a despesa de 6 pence “p.º um livro Diário”, mas muito provavelmente não sobrou tempo a JC do que lhe consumia a escrita epistolar. Infelizmente JC não regista, nas ditas despesas, os espectáculos que então estavam em cena.

depois de ter mostrado, entre outros, o túmulo de Seti I, o México azteca e um rebanho de renas com respectivos trenós e Lapões,¹⁴⁶ será a ‘casa’ do famoso *entertainer* vitoriano Albert Smith. Em 1852, Albert construiu uma réplica à escala 1:1 de um chalet suíço para boca de cena dos dioramas que contavam a sua própria subida ao Monte Branco. Raparigas com adereços suíços distribuíam os lugares aos espectadores, escoltadas por um S. Bernardo e, em 1855, havia também duas genuínas camurças helvéticas. A rainha Victoria gostou muito, e não há estudioso da cultura popular vitoriana que não refira este espectáculo. Manteve-se em cena até 1858.¹⁴⁷ É muito difícil que José do Canto não o tenha visto, ou ao menos ouvido falar, numa das suas idas a Londres por esses anos – foi um êxito tremendo e muito propalado.

Para além da Suíça como tema, a nova cultura visual, por meio da qual a primeira se difunde, é, em si, outro tema a considerar na construção do olhar da elite açoriana de Oitocentos. Quando vemos hoje imagens destes dispositivos ópticos, imediatamente percebemos a sua obsolescência: é muito difícil, para o olhar contemporâneo, compreender e admitir a sua eficácia naquele tempo, conforme os mais diversos e fascinados testemunhos. Interessa-me aqui considerar esta temática por dois aspectos. Primeiro, estes e outros micaelenses experimentam, em Londres e Paris¹⁴⁸, a passagem do mundo das ‘ilustrações’, imagens que visualizam uma narrativa,¹⁴⁹ para um mundo ao contrário, em que as imagens são elas próprias a ‘narrativa’, com um texto de acompanhamento cada vez mais reduzido. Como reparou Walter Benjamin, o Panorama não tinha

¹⁴⁶ Cf. John Plunkett, “The Egyptian Hall”, Bill Douglas Center for the History of Film and Popular Culture, Universidade de Exeter, disponível em: <<http://.bftv.ac.uk/projects/exeter.htm>>, consult. em Junho, 2006.

¹⁴⁷ Cf. Simon Schama, “Albert the Great”, em ob.cit., p. 498-502.

¹⁴⁸ Na Exposição Universal de 1867, em Paris, que José e Ernesto do Canto, entre outros açorianos, visitaram, os trabalhos de Haussmann eram eficazmente propagandeados por um diorama que mostrava o antes e depois das intervenções urbanísticas. Havia também um *diorama botanique* que mostrava diferentes plantas de todo o mundo em tamanho natural. Cf. Luisa Limido, ob.cit., p. 163-164.

¹⁴⁹ É sintomático da eficácia da ilustração enquanto ‘media’ o pedido de José Jacome Corrêa para JC lhe adquirir em Paris “um jornal de jardinagem, **com estampas**” (bold meu), Carta IX, de Paris, 13 Outubro 1853, em José do Canto, ob.cit., p. 22, considerando José uma *desgraça* ter deixado de se publicar o *único jornal que havia n’aquelle género*.

música, como mais tarde o cinema propôs,¹⁵⁰ pois era, acima de tudo, uma máquina para ensinar a 'ver'. As breves narrativas dos Dioramas tinham na passagem da noite e do dia (Alagna e St. Gothard), ou do esplendor para a ruína (S. Pedro de Roma, o segundo diorama visado pelo morgado micalense em Regent's Park), apenas o pretexto para dinamizar as imagens que são as verdadeiras protagonistas: no olho da mosca assustadoramente ampliado pelo microscópio do Colosseum não há sequer narrativa. Segundo, estes e outros micalenses experimentam a mudança de paradigma do olhar referenciado por Jonathan Crary: do ponto de vista exterior ao campo visualizado, de que é paradigma a *câmara-escura* e em que o observador está *fora* da imagem, à imersão no interior do campo de visão, de que é representativo o *panorama*, em que o observador está *dentro* da imagem.¹⁵¹ Não é só o Panorama que proporciona essa experiência, em Paris o morgado José Caetano senta-se nas cadeiras disponíveis no Boulevard des Italiens – algumas são pagantes, o 'espectáculo' paga-se – e deixa-se ali estar a ver o mundo de gente à sua volta, ele próprio actor participante, corporizando à letra o *flâneur* descrito posteriormente por Baudelaire.¹⁵²

No ano anterior à coroação da rainha Victoria, George Brannon, o gravador do magnífico álbum da ilha de Wight comprado pelo morgado micalense naquele tour, justificava diplomaticamente o custo do seu álbum pela escala local de produção do mesmo, "at a time when so many cheap pictorial publications are starting, and which are said to pay exceedingly well from their astonishingly wide circulation."¹⁵³ A explosão da edição de imagens é geralmente explicada pelas novas técnicas de gravura, mais expeditas e mais baratas. O consumo de imagens gráficas pelos Canto, com o patrocínio inicial do morgado José

¹⁵⁰ Walter Benjamin, *Rua de Sentido Único e Infância em Berlim por volta de 1900*, Lisboa, Relógio d'Água Editores, 1992, p. 118.

¹⁵¹ Cf. Jonathan Crary, *Techniques of the Observer: On Vision and Modernity in the Nineteenth Century*, Boston, London, The MIT Press, 1990.

¹⁵² "[...] depois fomos passear ao Boulevard dos Italianos; é uma rua muito larga com duas carreiras de árvores, uma por cada lado. Aqui também andava muita gente a passear e nós sentámo-nos em cadeiras e ali descansámos e, no entanto, vendo passar muita gente;" Cf. Morgado José Caetano, ob.cit., p. 88.

¹⁵³ *Address to Visitors to the Isle of Wight*, em [George Brannon], *Vectis Scenery: Select Views Exhibiting the Picturesque Beauties and Places of Particular Interest in the Isle of Wight*, Wootton, engraved and printed by G. Brannon, 1837.

Caetano, tem significativa parcela no jornalismo ilustrado que difunde e homogeneiza, num vasto espaço internacional, um certo gosto e moda. *The Illustrated London News*¹⁵⁴, que tem exactamente na profusão generosa das imagens o seu programa editorial, é regularmente adquirido por José do Canto, pelo menos desde 1846¹⁵⁵. Em 49 consta dos periódicos à disposição no Gabinete de Leitura da SPAM¹⁵⁶. João Silvério Vaz Pacheco de Castro, companheiro de viagem do pai de José no tour de 1837 também o comprava¹⁵⁷. Impresso numa folha imensa, com as ilustrações numa face e o texto na outra, podendo-se, depois de dobrado em partes, descintá-lo de modo a folheá-lo normalmente, apresenta ainda hoje, para um olhar contemporâneo, imagens magníficas. Cobrindo os principais acontecimentos sociais e da actualidade jornalística, incluindo *sketches* tirados nas frentes de guerra e nos confins do Império, o *Illustrated London News* nunca deixa de apresentar a arquitectura e a paisagem como temas recorrentes, tendo mesmo desenhadores especializados para aquelas.

Também os 'objectos d'imagens' são conhecidos pelos Canto, com José do Canto a enviar de Paris, a pedido do pai, um *Stereoscopy* com 36 vistas, das quaes 12 coloridas, em 1858.¹⁵⁸

Se o Diorama, com a banda sonora sintonizada com a imagem dinamizada pela mudança dramática da iluminação preconizava o cinema, o Panorama propunha, apenas, a visão de uma pintura de enormes dimensões numa tela inteiramente

¹⁵⁴ *The Illustrated London News* foi fundado por Herbert Ingram em 1842. A sua cópia francesa, *L'Illustration, Journal Universel*, surgiu em Paris no ano seguinte. Constantin Guys, um dos repórteres desenhadores deste jornal de 1843 a 1860, foi *O Pintor da vida moderna*. Cf. Charles Baudelaire, *A Invenção da Modernidade (sobre Arte, Literatura e Música)*, antologia, introdução e notas por Jorge Fazenda Lourenço, tradução e notas por Pedro Tamen, Lisboa, Relógio d'Água Editores, 2006, p. 339.

¹⁵⁵ Na viagem de 1846 a Londres e Paris, JC comprou regularmente o *The Illustrated London News*, adquirindo também, por vezes, o rival *Pictorial Times*, fundado em 1843 por um dissidente do anterior, bem como os complementares *Times* e *Morning Chronicle*. Cf. Livro de Despesa de tamanho A5, encadernado, com as folhas numeradas e intitulado no verso da folha de rosto *Despesas meudas de Caza na Ilha do Faial desde o 1.º de 8bro. de 1845 em diante. José do Canto* [assinatura], UACSD, FBS-AJC, fl. 8-41v.

¹⁵⁶ Cf. *O Agricultor Michaelense*, 2.ª série, n.º 17, Maio 1849, frontispício.

¹⁵⁷ Cf. AP-CC.

¹⁵⁸ Avisa o pai que, embora em Paris sejam preferidas as vistas de edifícios e cidades, escolheu outras que pensa serem *mais apreciadas, e mais divertidas*. Cf. Carta de JC ao pai, Paris, 13 Agosto 1858, em Fernando Aires de Medeiros Sousa, ob.cit., p. 202.

circular. Para a visão completar 360°, o espectador acedia ao interior do círculo por um túnel a cota inferior, e, subindo para o centro, daí descobria a cidade de Londres ou os vales alpinos da Suíça a toda a volta. Ora, “bordejar num bote” a meio das lagoas micaelenses é reproduzir a experiência ‘panorâmica’ num cenário ‘natural’. O *maar* da lagoa do Congro é, para quem se deslocar ao centro da lagoa, um panorama oitocentista. E a Casa e Capela implantadas na margem da lagoa das Furnas ficam envoltas pela paisagem circundante – estão *dentro* da paisagem.¹⁵⁹ Ao invés duma casa na cumeeira.

Uma arquitectura para a lagoa

A primeira imagem que hoje nos ocorre para uma paisagem suíça será a de uma qualquer montanha branca e rugosa dos Alpes, e por isso tomaríamos por absurda qualquer aproximação à paisagem furnense. Mas há 150 anos atrás, enquanto o Alpine Club tirava teimas com os picos mais altos, os vales e os lagos disputavam-lhe a primazia entre as imagens que identificavam a paisagem helvética (Fig. 3.15). O castelo de Chilon, com as fundações a mergulhar nas mesmas águas onde morreu Julie, a heroína de Rousseau, seria tão ou mais procurado do que as faldas do Matterhorn.

A comparação, no universo das imagens, do vale das Furnas com os vales suíços começa por ecoar numa ilustração (Fig. 3.16) do guia *Ludovic, ou le jeune voyageur en Suisse*¹⁶⁰: numa primeira percepção, o arredondado dos montes, as manchas de árvores dispersas ou alinhadas, a dimensão aparentemente modesta do povoado na margem de um lago, a docilidade geral das formas, e a ausência de um referente de escala que nos dê a medida, por exemplo, da extensão do lago e da altura dos montes que o envolvem, viabilizam a comparação com outras imagens coevas das Furnas. Somos apanhados de surpresa quando lemos a legenda *Vue de Genève prise de Saconnay en Savoie*. Não são as Furnas aqui evocadas senão indirectamente, pela semelhança com as suas *representações* gráficas. Veja-se agora a esplêndida vista panorâmica de

¹⁵⁹ Se na imersão no interior da *paisagem* lermos *Natureza*, percebemos de imediato a origem romântica da mudança de paradigma do olhar, que, no entanto, é exponenciada pelas novas tecnologias ópticas que serão epitomizadas na experiência cinematográfica no final do século.

¹⁶⁰ *Ludovic, ou le jeune voyageur en Suisse...*, ob.cit.

Hartung tirada do Pico do Ferro (Fig. 3.18). Num primeiro olhar distraído, diria mesmo que esta imagem parece mais *suiça* do que a anterior: a escala global é mais vasta, os montes escalvados, à esquerda, têm arestas e vértices nos cumes e até são esbranquiçados. O mato verde envolve um lago. É claro que no momento seguinte, o olhar já mais atento descobre à esquerda, atrás das figuras em primeiro plano, cedros do mato (*juniperus brevifolia*) em vez de abetos de copa cónica, ou vales circulares em vez dum mais linear vale de glaciário, para não falar das caldeiras do Pico do Gaspar e do Pico do Fogo...

Ainda no *Ludovic* folheamos outra imagem ‘familiar’ com algumas árvores isoladas e uma vaca à beira de uma lagoa na ilustração intitulada *Vallée de Martigny* (Fig. 3.17). Se as arestas das montanhas que tomam o fundo são pouco micaelenses, nas imagens desenhadas da Ilha um traço mais duro e fino pode aguçá-los os contornos destas.¹⁶¹

A comparação, inicialmente literária, com a longínqua e improvável Suíça acaba, progressivamente, por construir a realidade, porque acaba por se tornar projecto, isto é, se as Furnas lembravam a paisagem dos vales suíços, as Furnas ‘querem’ agora cumprir essa semelhança, realizando a comparação. Começam por fazê-lo simplesmente perpetuando a evocação alpina no discurso da *gentry* e dos guias locais, e depois na confirmação nos relatos de viagem reiterada de ano para ano. Esta construção cultural não suscita resistências de maior, porque a moda também a favorece – *tout le beau monde* se reúne em Interlaken, escreve uma das filhas de José do Canto¹⁶² – e a moda circula sob a forma literária, mas também de imagens.

A viagem de José do Canto e família à Suíça apenas confirma o fenómeno de moda que era o país alpino. A viagem turística foi, tal como hoje, uma viagem de reconhecimento, pois as imagens circulavam já anteriores à própria viagem.¹⁶³

¹⁶¹ Como acontece na litografia *O formoso Valle das Furnas* por J. R. Christino (Fig. 1.59).

¹⁶² Cf. Carta de Maria Guilhermina Brum do Canto para o irmão António do Canto, 29 Agosto 1873, transcrita em Fernando Aires de Medeiros Sousa, ob.cit., p. 302.

¹⁶³ O *trabalho* de reconhecimento se obvia a estranheza não impede, no entanto, o deslumbramento: “Nous voilà à Interlakon [*sic*] point central ou se reunit tout le beau monde et qui est digne d’être admiré, il n’y a point de description qui puisse peindre les beautés de la nature,

Poderia, até, José do Canto não se ter deslocado à Suíça, limitando-se ao consumo doméstico das suas imagens. Se as imagens, a meio do século, não ridicularizam a metáfora suíça, vejamos como, mais do que uma evocação, elas poderão ter constituído modelo.

As imagens que me interessa realçar encontram-se no já referido *Guide Populaire Conty*, cuja introdução é datada pelo autor de 1864¹⁶⁴. Começemos pela ilustração intitulada *Le lac de Brienz à Interlaken* que nos mostra um chalet sobranceiro ao lago (Fig. 3.19). Compare-se com *Une ville à Furnas* que nos mostra o chalet de Ernesto do Canto no Parque das Murtas, por volta de 1874, pelo olhar dos austríacos da expedição do *Helgoland*¹⁶⁵ (Fig. 3.20): não se assemelhando arquitectonicamente, ambos os chalets se implantam, no entanto, numa relação idêntica com a água, isto é, próximos dela mas a uma cota superior; por sua vez a água recorta-se sinuosamente no encontro com a terra, as árvores são esparsas, e as montanhas constituem o fundo em ambas as imagens. O chalet Ernesto do Canto dá para uma ribeira que o projecto de George Brown para o Parque¹⁶⁶ alargara intencionalmente para ganhar ares de lagoa.¹⁶⁷ Se os referentes operativos para o projecto do jardineiro inglês se encontrariam na sua cultura paisagística nacional, e não na Suíça, deveremos somar o conhecimento, pelo menos por Ernesto do Canto, do chalet *suíço* que já

souvent j'ai entendu dire que la Suisse etait le plus beau pays en rappor aux jolis points de vue mais j'etais loin de m'imaginer la realité plus on voit on s'étonne de la varieté des vues." Carta de Maria Guilhermina filha a António do Canto, 29 Agosto 1873, *ibidem*, (bold meu).

¹⁶⁴ *Suisse française, Oberland Bernois*, *ob.cit.* Tem um mapa com trajecto riscado a lápis de cor.

¹⁶⁵ Leopold de Jedina, *Voyage de la Frégate Autrichienne Helgoland...*, p. 329, gravura assinada com as iniciais J.J.K. (O desenho parece feito a partir de uma fotografia tirada por um Dabney do mesmo ângulo, CCA, AFA-BPARH, o que leva a antecipar a data que tem sido atribuída à mesma). A expedição decorreu de 1873 a 1875. A corveta chegou rebocada a S. Miguel a 30 de Novembro de 1874, e foi obrigada a uma longa espera na doca de Ponta Delgada por madeira de carvalho, que veio de Inglaterra, para reparar o leme. Só partiu a 14 de Março de 1875. Cf. Leopold de Jedina, *ob.cit.*, p. 305-334. O relato da paisagem não faz comparações geográficas (o autor sabia bem o que eram os Alpes...), mas, tal como Alice Baker, também reconhece Murillo nas "scènes de la vie des peuples méridionaux" das aldeias por onde passam, cf. p. 331.

¹⁶⁶ Para a história do chalet ver Nestor de Sousa, "Os «Canto» nos Jardins Paisagísticos da Ilha de S. Miguel", 2000, p. 152-157. Para a história do Parque das Murtas, em que se situa o chalet, ver Isabel Soares de Albergaria, *ob.cit.*, p. 177-182.

¹⁶⁷ "We were first taken through the beautiful gardens belonging to Senhor José do Canto, with the principal stream of the valley flowing through them, partly arranged as an artificial lake." Rupert Swindells, *ob.cit.*, p. 90. O texto em que se insere esta passagem não deixa dúvidas de que se trata das Murtas de Ernesto, e não José, do Canto.

existia em 1856 no Lac Inférieure do Bois de Boulogne.¹⁶⁸ De qualquer modo, o que me interessa aqui demonstrar é a inesperada 'proximidade' das imagens referidas.

Na *Vue générale du Lac Noir* (Fig. 3.21) vemos umas casas quase à cota do plano da água. Um caminho contorna a lagoa e pequenos barcos de recreio aparecem na mesma. Ocorre-nos, sem dificuldade, a imagem, muito difundida em postais e fotografias antigas, da casa de barcos de José do Canto na margem da Lagoa das Furnas (Fig. 3.22).

Aquelas casas ou, mais eloquentemente, a capela que sinaliza um episódio da lenda de Guilherme Tell mergulhando a escadaria directamente no Lago dos Quatro Cantões (Fig. 3.5) mostram-nos uma arquitectura ligada à água, orientada para ela, o que nos lembra que a arquitectura à *beira d'água*, como a de José do Canto nas margens da lagoa da Furnas, é absolutamente inédita na ilha. À excepção do casario recente das Sete Cidades, que ainda assim não bordeja as águas, em S. Miguel não havia qualquer tradição de habitar na margem das lagoas. José do Canto viu na Suíça, para além dos chalets dispersos das gravuras do seu *Guide Conty*, povoados e cidades inteiras implantados nas bacias dos lagos. A única casa anterior às edificadas por José de Canto no anfiteatro da lagoa das Furnas era a da Grená. Esta casa implantava-se a meia encosta, estabelecendo uma tradicional relação de domínio visual sobre a paisagem, não privilegiando a proximidade com a água.

A vista do *Lac de Brienz*, com uma capela sobre o rochedo mais alta que o casario em baixo, à cota do lago (Fig. 3.23), mostra-nos uma composição em que a relação topológica dos elementos se assemelha à do conjunto construído por José do Canto visto num dos seus ângulos de aproximação mais comuns (Fig. 3.24). Para além da hierarquia das peças, com ambos os templos a dominarem a paisagem, há também esta semelhante dispersão próxima do casario que se localiza na borda do lago.

¹⁶⁸ Cf. Adolphe Joanne, *Les Environs de Paris Illustrés: Itinéraire Descriptif et Historique*, Paris, Librairie de L. Hachette et Cie., 1856, imagem na p. 7 e descrição na p. 16.

Note-se que se a Capela de Nossa Senhora das Vitórias terá os seus primeiros desenhos no ano de 1864, só começará a ser construída depois de 1874,¹⁶⁹ ou seja, posteriormente à viagem à Suíça.

¹⁶⁹ “Em Setembro de 74 estava em início a obra de Nossa Senhora das Vitórias, que no verão de 76 já ia além de quatro fiadas de pedra de alçados”, Nestor de Sousa, *A Capela de Nossa Senhora das Vitórias e outros temas de romantismo artístico na vida de José do Canto*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2000, p. 33.

3.2. A lagoa, o antónimo da ilha

Forno da Cal e Fajã das Labaças, reconstituição cartográfica

Não encontrei para as Furnas de José do Canto mapas da propriedade. Localizar num mapa actual os lugares descritos e definir os limites da propriedade não foi tarefa fácil: a toponímia actual perdeu a memória e a cartografia do século XX não a registou. Foi através do cruzamento das *Descrições, Relações, Notas de Despesa, Medições, Instruções* para os feitores e *Registos*, com a cartografia rascunhada do Arquivo José do Canto da Universidade dos Açores que fixei os nomes numa carta, sendo que o projecto de parque, ou mata ajardinada¹, de Georges Aumont, de 1867, confere com a mapeação resultante.

O *Pico da Vigia*, que concorria com o Pico do Ferro como destino principal das excursões recreativas ao redor das Furnas, aparece na Carta 01 (Fig. 3.25a) a encimar a escarpa da Ribeira Quente. A Planta 02 (Fig. 3.26), que inclui os topónimos das elevações e de outros acidentes topográficos, coincide na sua localização. A literatura coeva confirma-o, nomeadamente o relato de Rupert Swindells, que dali faz um desenho. Também aparece para a mesma saliência a denominação *Lomba da Tesoura*. Esta saliência tem a forma de boomerang, ou de tesoura, com a parte côncava virada para o mar. Na *Carta Chorographica* de 1897 (Fig. 1.67) aparece uma estação geodésica no ponto mais alto deste lombo côncavo com a indicação *Thesouras* e a cota 421 m. O Pico da Vigia situar-se-á a Oeste, à cota 476 na edição de 2002 da Carta Militar².

O *Pico da Pedra Pomes*, actual Pico da Areia, aparece distintamente localizado, com a sua forma alongada no sentido Norte-Sul, na Carta de José Carlos

¹ Na Inglaterra da primeira metade de Oitocentos, com o termo *park* denominava-se do mesmo modo o grande espaço público ajardinado e arborizado (como os parques londrinos), como a mata ajardinada (“The park is a **space devoted to the growth timber**, pasturage for deer, cattle, and sheep, and to adding grandeur and dignity to the mansion.” (bold meu), J. C. Loudon, *An Encyclopaedia of Gardening; comprising the Theory and Practice of Horticulture, Floriculture, Arboriculture, and Landscape-gardening*, London, Patternoster-Row, Longman, Orme, Brown, Green, and Longmans, (1822), s.d., p. 1185. Em França, na mesma altura, o *bois* designa a mata ajardinada por oposição ao desenho manifestamente artificial do *parc*: apesar do topónimo, o Bois de Boulogne depois da intervenção de Alphand é um parque, onde a natureza é *forçada*, enquanto o Bois de Vincennes permanece um *bois*, pois os “bouquets d’arbres exotiques y sont plus rares et la végétation y conserve partout un caractère pittoresque et sauvage qui ne manque pas de charme”, Guides Joanne, *Les Environs de Paris illustrés*, Paris, Hachette, (2.º éd.) 1868, p. 423, cit. por Luisa Limido, *L’Art des jardins sous le second empire: Jean-Pierre Barillet-Deschamps, 1823-1873*, Seyssel, Champs Vallon, 2002, p. 147.

² *Carta Militar de Portugal*, Folha 33, esc. 1: 25.000, Série M889, Edição 2-IGE-2002.

Figueiredo de 1824³. A Planta 02 confirma-o. Nesta Planta o caminho para a Ribeira Quente aparece legendado como *Estrada da Ribeira Quente* correspondendo ao caminho que a maioria da cartografia oitocentista assinala. A *Cova da Burra* aparece, também na Planta 02, a oeste do caminho e a sul do Pico da Pedra Pomes, correspondendo a uma depressão em concha de forma bastante regular e legível, com a cota mais baixa a 371 m na Folha 33 da Carta Militar. Nesta mesma carta, no entanto, a Cova da Burra é localizada a nordeste do Pico da Areia, na ravinosa encosta poente do leito da Ribeira Quente. Embora Mousinho de Albuquerque não tenha desenhado a sua *Planta do Valle das Furnas na Ilha de S. Miguel levantada por L. S. M. A. e I. P. C.* para sul do Pico de Gaspar Moreira, não deixou de identificar junto ao Pico da Vigia uma *antiga, e larga cratera* que diz chamar-se localmente *a cova da burra*.⁴ Também o inglês Frederick Walker, *Fellow of the Royal Geographical Society* e sócio correspondente da Sociedade de Geografia de Lisboa, numa longa descrição da ilha de S. Miguel editada em 1886, identifica a Cova da Burra como uma *imensa cratera* no sopé do Pico da Vigia.⁵ As descrições e instruções escritas para os plantios, nomeadamente dos *clumps* propostos por Henry Femull, e o reconhecimento *in loco* da forma topográfica comprovam os testemunhos oitocentistas: a Cova da Burra de José do Canto não é aquela da Carta Militar de 2002.

O *Pico do Fogo*, que corresponde ao doma traquítico da erupção de 1630, é também fácil de transpor da Planta 02 para a Carta Militar, sendo que nesta a *Chã do Forno da Cal*, contígua a norte daquele pico, toma o nome de Chã do Chão, por provável corruptela de *Chã do Chá*, de que aqui terá havido uma

³ *Carta Militar e Topo-Hydrographica da Ilha de S. Miguel, levantada em 1822, e desenhada em 1824, tudo pelo tenente coronel José Carlos de Figueiredo. Longitude de Cadiz. Reproduzida em Lisboa na Officina Regia Lith., BPARPD, FEC - Cart., n.º da ordem 141, Mss. N.º da ordem 68-N, 53x110 cm. Pasta IV - n.º 74.*

⁴ Cf. *Observações sobre a Ilha de S. Miguel recolhidas pela Comissão enviada à mesma Ilha em Agosto de 1825, e regressada em Outubro do mesmo anno, por Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque e seu ajudante Ignacio Pitta de Castro Menezes*, Lisboa, Impressão Regia, 1826, p. 41. O Pico da Vigia, por sua vez, confirma-se situado “sobre a costa do mar ao oeste da Ribeira quente”, *idem*, p. 9.

⁵ Cf. Walter Frederick Walker, “The Azores or Western Islands”, trad. de João H. Anglin em *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. XXIV, 1.º e 2.º semestres, 1968, capítulo XII, p. 191-192.

plantação.⁶ Da mesma Planta 02 sabemos ainda onde se localizava a chã de *Diogo Preto* (a sudoeste do Pico do Fogo, mas do lado nascente da estrada de Vila Franca), o *Tornino*, que também aparece por vezes como *Fornino* ou *Torninho de Água* (no outro lado da estrada), o *Valle dos Vinhaticos* (entre a encosta sudeste do Pico do Fogo e a Cova da Burra), o dos *Pereiros* e o das *Ginjas* (na extrema sul da Chã de Diogo Preto), os *Fedores*⁷, a *Ribeira do Rosal* e o *Lombo do Mosquito*.

A *Feija da Rabaça* aparece a nomear a escarpa poente da lagoa na Carta 01 de José do Canto. Nos diversos documentos que consultei, o nome mais antigo é *Fajã das Labaças*,⁸ corrompendo-se com o tempo para *Fajã das Rabaças*.

A esplêndida *Planta da Lagoa das Furnas* rubricada no centro da lagoa por A[ugusto] Cabral⁹ (Fig. 1.79) nomeia todas as linhas de água que desaguam na lagoa, sendo a primeira, a contar de sul para oeste, a *Ribeira do Rosário*, que corresponde à oitocentista *Ribeira do Rosal*,¹⁰ e o *Salto de J.e do Canto* a seguir. Este será assim nomeado por corresponder à extrema da sua propriedade, sendo que nos seus documentos toma o nome de *Salto das Maças*. *Salto* é localmente sinónimo da cascata. Também localizamos a *Grota de Diogo Preto*, que é representada como um caminho,¹¹ que era o da Gaiteira que vinha de Vila Franca do Campo.

⁶ Cf. Isabel Soares de Albergaria, *Parques e Jardins dos Açores*, Lisboa, Argumentum, 2005, p. 103.

⁷ Um dos dois *Fedôres* assinalados na referida Planta corresponderá, como o nome indica, à fumarola muito referida como *sulfatara* ou *mofeta*, que também fazia parte das atracções da excursão às Matas de JC. Cf. Isabel Soares de Albergaria, *Quintas, Jardins e Parques da Ilha de São Miguel, 1785-1885*, Lisboa, Quetzal Editores, 2000, p. 227.

⁸ “Labaça” é o nome comum de uma herbácea endémica, a *Rumex azoricus* Rech. f.

⁹ *Planta da Lagoa das Furnas, Escala 1/5.000*, [rubrica de] A. Cabral, Fran.^{co} Júlio da Silva copiou, s.d., tinta-da-china sobre papel, UACSD, FBS-AJC. Nesta Planta figuram duas novas casas na margem da lagoa, a noroeste das de JC: a *Sans Souci* de “Férin” e outra assinalada “Conde F Bella”. Da presença destas novas casas deduz-se que a planta será posterior a 1893, quando só havia a casa de JC e a Grená, então adquirida por George Hayes, conforme testemunha M. Emygdio da Silva, *S. Miguel em 1893, Cousas e Pessoas, Cartas reproduzidas do «Diário de Notícias» de Lisboa*, Ponta Delgada, Bibliotheca da Autonomia dos Açores, 1893, p. 59.

¹⁰ Os Serviços Florestais em 1958 também a denominam como “Ribeira do Rosário” no Projecto de Correção Torrencial respectivo, mas o Marquez de Jácome Corrêa nas *Leituras sobre a historia do Valle das Furnas*, S. Miguel, Oficina de Artes Gráficas, 1924, p. 203, mantém o topónimo oitocentista.

¹¹ O caminho com este nome comprova-se nas confrontações descritas no Doc. 9 em apêndice a Nestor de Sousa, “Os «Canto» nos Jardins Paisagísticos da Ilha de S. Miguel”, *Arquipélago - História*, 2.^a série, IV, n.º 1, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000, p. 202.

Os Covões ficam, pela Carta Militar, abaixo do bordo sul da Cova da Burra de José do Canto. Mas os textos oitocentistas¹² localizam-nos mais a poente, onde a dita carta militar sita o *Pico dos Covões*, quando a estrada real para Vila Franca começa a serpentear pelos ditos, enquanto os documentos de José do Canto, que incluem os Covões nos terrenos que eram de Gonçalo d'Athayde, parecem localizá-los mais a Norte, na proximidade imediata da Grota de Diogo Preto.¹³ De facto, Francisco Borges da Silva, na sua extensa descrição física da Ilha, chama *Covão grande* à chã que antecede a chegada à lagoa das Furnas vindo de Vila Franca do Campo,¹⁴ o que, por extensão e pelo sentido do topónimo, me leva a localizar os Covões nas sucessivas depressões a sul da Lagoa.

Ficam com localizações por confirmar a *Chã dos Pinhos* (poderá coincidir com a chã de Diogo Preto), e os *Sete Valles* (que penso localizarem-se a leste da chã de Diogo Preto).

O *Pico do Fojo* e *Salto do Fojo*, que são estranhamente referidos nas plantações de Henry Femull, *headgardener* de José do Canto entre 1857 e 1860¹⁵, não se situavam na sua propriedade: o Salto do Fojo na *Planta do Valle* incluída na memória descritiva de Mousinho de Albuquerque¹⁶ corresponde à linha de água imediatamente contígua a norte do Pico do Ferro, atravessando o Parque das Murtas sob o nome de *Ribeira do Fojo*.¹⁷ O mais provável é que Femull se reportasse ao Pico do *Fogo* situado a sul da chã do Forno da Cal, contíguo aos

¹² Ver, por exemplo, M. Emygdio da Silva, ob.cit., p.57.

¹³ Cf. *Medição da minha Propriedade das Furnas, feita sobre o Plano de Mr. Lainé, e salvo q.lquer engano*, UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo F01. Na descrição do *Terreno dos Covões*, a “vereda que vae p.^a o Lombo do Mosquito” será o caminho que nas cartas toma o lugar da Grota de Diogo Preto.

¹⁴ “A ½ legoa distante está o fim da descida da Grota de Diogo Preto, e a garganta do primeiro Valle do caminho das Furnas, aonde desagôa a grota; o vale é extenço e bonito, tem 22 braças de comprimento; no fim tem outra garganta, que dá entrada ao vale do **Covão grande**, cratera de uma violenta erupção; a Leste tem um monte vulcânico, chamado Pico do Fogo, o vale tem 84 braças de comprimento; no fim está a garganta do terceiro vale, aonde está uma grande lagoa, chamada lagoa sêcca, celebre na historia do vulcanismo da Ilha: tem 420 braças de comprimento, é muito bonita, e cercada de grandes montanhas; [...]” (bold meu), Francisco Borges da Silva, *Topographia particular, e segunda parte da descrição Phisica, Civil, Politica, e histórica da Estatística geral e particular da Ilha de S. Miguel* [em 1813], em *Variedades Açorianas*, série manuscrita, tomo 10, p. 81-81v.

¹⁵ Cf. Isabel Soares de Albergaria, ob.cit., p. 218.

¹⁶ *Planta do Valle das Furnas na Ilha de S. Miguel levantada por L. S. M. A. e I. P. C.* incluída nas *Observações sobre a Ilha de S. Miguel. Recolhidas pela Comissão Enviada à Mesma Ilha em Agosto de 1825, e Regressada em Outubro do Mesmo Anno*, Lisboa, Impressão Régia, 1826, por Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque.

¹⁷ Cf. Nestor de Sousa, ob.cit., p. 152.

outros locais referidos. Já relativamente ao Salto do Fojo, poderia Femull estar ali a proceder a plantações por solicitação do proprietário a José do Canto.¹⁸

Na escrita dos registos da propriedade a toponímia hesitava bastante, como, por exemplo, na descrição das confrontações que chama *salto dos Machões* ao Salto das Maças, deixando, no mesmo enunciado, o nome de um *espigão* em branco¹⁹, para posteriormente preencher. Os sucessivos documentos em que se ‘escreve’ a terra parecem acelerar as corruptelas, de texto para texto, de modo a estabilizar um nome.

Mas toda a terra, conquanto cultivada ou trabalhada, tinha nome ou número: fazia parte do seu processo de construção dividi-la e distingui-la, com o fim, por exemplo, de comunicar relatórios e instruções localizados. Veja-se, em anexo, a maravilhosa descrição das várias glebas que compunham a Fajã das Rabaças, impossível de mapear.²⁰

De projecto utilitário...

A partir de 1852 José do Canto começa a comprar, arrendar e permutar terras junto à lagoa das Furnas. Primeiro adquire as terras do lado nascente da estrada de Vila Franca a que chama genericamente do *Forno da Cal*.²¹ Este corpo de terras configura uma mancha que vai desde a chã homónima, várzea vizinha da lagoa, até ao Pico da Vigia, que é o ponto mais alto das escarpas sobranceiras à praia da Ribeira Quente.²² Entre estes limites temos, de sul para norte, a Cova da

¹⁸ Podiam aquelas paragens integrar o prédio da Grená de que JC foi arrendatário e administrador encartado em 1869.

¹⁹ Idem, Doc. 9, p. 202.

²⁰ *Relação Descritiva dos valles da Fajã das Rabaças, começando da Ermida para o Ponente*, UACSD, FBS-AJC 13448, Doc. anexo F02.

²¹ Veja-se, por exemplo, *Nota do custo e despesas de Plantação das duas propriedades que possuímos na Lagoa das Furnas, denominadas Forno da Cal e Fajã das Rabaças*, datada de 31 Março 1853, (bold meu) relativa à aquisição de 19 moios e 18 alqueires de terreno no Forno da Cal, foreiro à Câmara Municipal da Villa da Povoação em Rs.15\$000, e que menciona nas confrontações, para além das estradas da Vila Franca e da Ribeira Quente, os *mattos do Conde da Ribeira*, UACSD, FBS-AJC.

²² Em 1853, dá por concluída a compra do Forno da Cal. Cf. UACSD, FBS-AJC 6734, Doc. anexo F09. Fica apenas com um *prédio de 2 1/2 de terra lavradia foreira em 250 rs. pertencente a António Ponte casado, que confronta por todos os lados com o comprador, e que fica obrigado a satisfazer*

Burra, o Pico da Pedra Pomes e o Pico do Fogo, confrontando a nascente com a estrada de cumieira Furnas-Ribeira Quente, e a poente a mencionada estrada Furnas-Vila Franca. Para a escala da ilha, trata-se de um enorme corpo de terras livres de qualquer vínculo, o que se explica pelo facto de ter sido um baldio, ou seja, propriedade comum dos povos. O baldio terá sido aforado pela Câmara de Vila Franca do Campo aos seus utentes. José do Canto pôde assim comprar o dito baldio uma vez dividido pelos foreiros.²³

Depois, entre 1863 e 65, finaliza um longo processo para a aquisição dos terrenos do outro lado desta estrada, que eram os de Gonçalo de Ataíde,²⁴ desde a ribeira do Rosal até à lagoa, e nesta para poente até ao Salto das Maçãs, incluindo parte da Lomba do Mosquito, a que chama genericamente *terrenos do Gonçalo* ou *Fajã das Rabaças*. De acordo com a Medição sobre o Plano de Lainé tirado em 1864, a propriedade das Furnas totalizaria 221 hectares e 4 206 metros quadrados.²⁵

o dito foro em cada anno ao Encabeçado Comprador encravado no meio das 47 parcelas de terra que adquiriu a 38 pessoas ou casas da Ribeira Quente e Furnas. Cf. *Relação das pessoas a quem comprei terrenos nas Furnas, porções e preço*, folhas cosidas, UACSD, FBS-AJC.

²³ Em carta não datada, mas que, deduz-se por se lhe referir, será posterior a 1865, JC, a propósito de uma disputa de terra com a Câmara da Povoação, conta: "Houve anteriormente a 1834, um logradouro commum nos sítios do Forno da Cal, e Cova da Burra, que sendo afforado sem excepção alguma pela Câmara de Vila Franca a requerimento dos próprios moradores das Furnas e Ribeira Quente, cessou de existir desde então. Nem uma Câmara podia aforar um logradouro, e vir depois a apossar-se de uma parte d'elle." UACSD, FBS-AJC.

²⁴ JC permuta o aforamento destes terrenos com o *foro de uma Vinha e quinta sita no lugar de Rabo de Peixe* (cf. recibo datado de 11 Fevereiro 1865, UACSD, FBS-AJC) na Fajã do Ledo, segundo o Marquês de Jacome Corrêa, que data a arrematação da permuta a 14 Dezembro 1863 (cf. ob.cit., p. 208). O *foro de 25\$000 imposto em 9 alqueires e 40 varas de vinha* e quinta era assim permutado por um foro de 22\$725 em 9 moios e 25 alqueires de *Roças e Mattos na Alagôa d'Agoa* (cf. *Papeis pertencentes á Permutta com D. Joanna Augusta da Silveira Estrella e seu marido Gonçalo d' Athaide Corte Real*, UACSD, FBS-AJC), o que, pese embora a valorização que decorria de o terreno de JC ter *quinta* (vinha e laranja), por oposição às *roças* (terreno de pasto) e *mato* (terreno inculto), mostra, pela significativa diferença de área, o pouco valor que tinham então os terrenos na margem da lagoa das Furnas. Segundo o Marquês, estes matos *corriam* para nascente da estrada. Acrescenta ainda que JC já tinha o domínio útil destes matos e roças como foreiro, antes da permuta. Cf. Marquez de Jacome Corrêa, ob.cit., 1924, p. 207-208.

O negócio com o Ataíde começa logo a formular-se quando a atenção de JC se vira para as lagoas: numa folha de *Despeza feita com as Causas do Ill.m^o Senr. Gonçalo d'Athaide Corte Real sob o aforamento de uma porção de Roças nas Fûrnas e permuta das mesmas com o foro de uma Vinha do Ill.m^o Senr. José do Canto, em Rabo de Peixe* (UACSD, FBS-AJC), vê-se que a 1.^a despesa data de 13 Janeiro 1853, e que entre 1855 e 1856 se multiplicam as *despezas judiciaes*.

²⁵ *Medição da minha Propriedade das Furnas, feita sobre o Plano de Mr. Lainé, e salvo q.lquer engano*, UACSD, FBS-AJC 13448 Doc. anexo F01.

Por Carta das Furnas, 26 Janeiro 1877, de Manoel Martins a JC (UACSD, FBS-AJC 9290), em que tomamos conhecimento que JC também tem um "pomar na Ribeira Quente", ou da *Nota de Ferias da vinha da Ribeira Quente a cargo de José d'Amaral 1885*, e outros documentos, conclui-se que JC explorava outras terras nas imediações da *Propriedade das Furnas*, mas estaria longe

Para que queria José do Canto uma propriedade contígua à Lagoa das Furnas?

*Aquella aquisição começou por uma brincadeira; vencida a dificuldade de comprar a 100 e tantas pessoas o terreno, que era a principal dificuldade, pois o preço foi insignificante, foi começado a espalhar por alli alguma planta, quasi sem esperança de vingarem. O meu fim n'aquella aquisição era ter aquella planície ao pé da Lagoa para fazer uma choupana em que pudesse **estar mais ao pé da Lagôa** em que de verão era o meu grande gosto navegar. Algumas plantas pegaram, os pinheiros não vieram mal, e comecei a ter a ambição de **cobrir aquellos montes estéreis, de verdura e sombra.*** ²⁶ (bold meu).

A aridez daqueles montes é frequentemente referida pelos relatos das primeiras excursões ao Pico da Vigia, e o próprio José do Canto numa descrição de todas as suas propriedades em 1856 escreve que tem ao Forno da Cal “uma porção de matto, ou antes de pedra pomes”²⁷. Advertida pela toponímia, a omnipresença da pedra pomes, ainda hoje visível, resultou da erupção de 1630 no vizinho Pico do Fogo (a sul da chã do Forno da Cal) que expulsou a população do vale da lagoa. Mas a verdade é que, independentemente da dificuldade evidente do terreno, para José do Canto a *brincadeira* era sempre séria e, ainda que diversas fontes refiram as matas da Lagoa do Congro, que só comprou em 1853, como as mais antigas, logo em 1852 começou a plantar pinheiros nas Furnas, tendo pago 67 *jornaes de plantar 19,700 pinheiros* e abrir veredas. Em 1953, pagou 180 *jornaes de plantar pinhos, cavar silva, queiroses, [pôr] tapumes e uma cancella no Pico da*

de, mesmo incluindo aquelas e outras, compradas e/ou arrendadas, totalizar os mais de 600 hectares que lhe atribui Emygdio da Silva (ob.cit., p. 60), ou os 800 que o próprio JC se atribui em Carta a F. Welwitsch, 17 Março 1866, UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 406-409v. Note-se que na supracitada *Medição* a conversão dos hectares em móios falha em 5 alq por hectare (com o alqueire igual a 1393 m²), o que poderá significar alguma inabituação à nova unidade de medida. A não ser que JC adicionasse, naquela contabilidade, as terras da Lagoa do Congro, logo acima do Lombo do Mosquito, e as matas e granja do Porto Formoso.

²⁶ Carta XXVI, a José Jacome, de Paris, 8 Setembro 1863, em José do Canto, *Cartas Particulares a José Jacome Corrêa e Conde de Jacome Corrêa*, 1841 a 1893, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1999, p. 96. Esta mesma carta já fora transcrita em Marquez de Jacome Corrêa, ob.cit., p. 208-209.

²⁷ Cf. *Logares da Ilha aonde possuímos terrenos arrendados ou cultivados p. nos.*, Doc. anexo P01, fl. 56 do Livro de Despesa de tamanho A5, encadernado, com as folhas numeradas e intitulado no verso da folha de rosto *Despezas meudas de Caza na Ilha do Faial desde o 1.º de 8bro. de 1845 em diante. José do Canto* [assinatura], UACSD, FBS-AJC. Não estando datada, deduz-se do texto relativo à *Agoa-Nova*, e sem contradição com o restante, que esta descrição terá sido escrita em c.1856.

Vigia;²⁸ em 1854 comprou e plantou 53 300 pinheiros.²⁹ Numa descrição geral do estado das suas propriedades, escreve que em 1856 tem plantados 300 000 pinheiros só no Pico da Pedra Pomes e espera plantar mais 200 000.³⁰

De 1855 a 57 abriu caminhos e no ano rural de 1859-1860 pretende *terminar a Rua Grande até à altura do Pico do Fogo*.³¹

De 1857 a 60 vai lá o jardineiro dirigir as plantações, de pinhos e outras árvores. Em 1861, faz duas plantações, uma com 23 450 e outra com 58 500 pinheiros.³²

Numa das suas inúmeras prescrições de tarefas a realizar, anota “Arranjar na Ribeira Quente um lugar aonde se podesse arranjar uma maquina de cerrar”.³³ As primeiras plantações de pinheiros fê-las junto ao caminho da Ribeira Quente, ao Pico da Pedra Pomes e no Pico da Vigia, seguramente pela maior proximidade àquela povoação por onde escoaria a madeira, de barco, para a Cidade.

Tentou também a plantação de vinha nas encostas viradas a sul do Pico da Pedra Pomes e do Pico do Fogo, enquanto ia pontualmente fazendo *experiências* com outras espécies de arvoredo, tais como *Abies* (abetos) e *Larix* (lariços), carvalhos, castanheiros e sobreiros, e ainda álamos, bétulas e freixos, ciprestes, zimbros e outras coníferas. Com as caducifólias, José do Canto introduzia as cores do Outono na paisagem micaelense.

Nas imediações da chã de Diogo Preto e nos *grotelhões* circundantes (entre o Pico do Fogo e a Cova da Burra) plantou árvores de fruto “que tem prosperado maravilhosamente”.³⁴ Mas, onde o terreno se revelava mais árido, recorria ao

²⁸ Anotação de *Plantio* de 1852 a 1861, Doc. anexo F3, UACSD, FBS-AJC. Apesar de no Doc. anexo F10, ao verso da folha 58, JC escrever que as primeiras plantações nas Furnas datam de 1853, este documento F3, tratando-se de uma anotação de despesa, tenderá a ser mais rigoroso.

²⁹ Cf. Anotação de *Plantio* de 1852 a 1861, Doc. anexo F3, UACSD, FBS-AJC. Candido José d'Oliveira passou em 19 Dezembro 1854 um recibo de *quinze mil reis por conta de plantas de pinho* a António Bernardes de Abreu Lima, por *43 000 Pinheiros para as Mattas das Furnas*, UACSD, FBS-AJC 12703. Conferindo com o Doc. anexo F3, uma nota de pagamento datada de 27 Dezembro 1854 e assinada por Abreu Lima, UACSD, FBS-AJC 12705, confirma o fornecimento total de *53 300 pinheiros a 500 rs o milheiro* [mil unidades] por aquele mesmo Candido José d'Oliveira, a quem já fora paga a quantia anterior.

³⁰ Cf. Doc. anexo P01, fl. 56v.

³¹ Cf. *Lembrança d'algumas cousas, que se deverião fazer no anno de 1859-1860*, Doc. anexo P2, UACSD, FBS-AJC 11929. Neste mesmo documento JC regista a intenção de plantar vinha na encosta sudoeste do Pico do Fogo, mas não encontrei outros documentos que a confirmassem.

³² Anotação de *Plantio* de 1852 a 1861, Doc. anexo F3, UACSD, FBS-AJC. Ver também UACSD, FBS-AJC 6734, Doc. anexo F09.

³³ UACSD, FBS-AJC 6734, Doc. anexo F09.

³⁴ Doc. anexo P01, fl. 58v. O sucesso destas plantações é patente em documentos posteriores na nomeação de um destes *grotelhões* por “Valle dos pereiros”.

pinheiro.³⁵A importância das plantações de pinheiros e do lado utilitário, ou de produção, desta propriedade é muito clara nos vários documentos, listagens e em todas as instruções a Marianno Furtado, seu feitor para as Furnas, das décadas de 50, 60 e 70. A madeira obtida seria, acima de tudo, para fazer a caixaria em que se exportava a laranja.

Em 1872, tem 15 moios de mata de pinheiros, para 6 moios e 41 alqueires de *árvores diferentes*, 2 moios e 1 alqueire de *Terreno de recreio hortas etc*, restando 2 moios e 51 alqueires de *Terreno ainda inculto*.³⁶

Na Medição feita sobre a planta de Lainé³⁷, todos os terrenos do Forno da Cal, à exceção da chã homónima que se encontra ajardinada, têm pinheiros. Só nos Sete Valles e no Pico do Fogo os *pinhos* partilham o espaço com exóticas. Já do lado poente da estrada, nos terrenos comprados a Gonçalo d'Athaide, não encontramos pinheiros na Fajã das Rabaças, circunscrevendo-se ao alto da Lomba do Mosquito e aos Covões.

Com um sem número de árvores cultivadas nas *florestas anãs* dos viveiros de Santana, que depois replanta pelas suas propriedades na ilha, Fouqué escreve em 1873 que a essência de longe mais cultivada é o pinheiro marítimo, e que José do Canto “en plante annuellement plus de 2 millions d'individus”.³⁸ O relato de 1886 do já citado Walter Frederick Walker confirma o domínio dos pinheiros “em todas as alturas em redor da lagoa”, incluindo os terrenos da Grená. E uma vez que, por regra, segundo aquele autor, os pinheiros refrescam e humidificam o clima, Walker considera até que os haverá a mais!³⁹

³⁵ Cf. idem, fl. 56v e 57. Ferdinand Fouqué, na parte III das suas *Voyages Géologiques aux Açores*, intitulada *Les cultures de San Miguel, Le monde organique aux Açores*, provavelmente reproduzindo a opinião de JC e outros locais, escreve que “[...] le pin maritime est encore l'arbre qui parait le mieux convenir au climat des Açores: il pousse dans les endroits les plus stériles et les plus exposés à l'action des vents ; il végète très-bien près du niveau de la mer et mieux encore à des altitudes de 600 à 800 mètres.” Extrait de la *Revue des Deux Mondes*, Paris, Livraison du 15 avril 1873, p. 17.

³⁶ *Distribuição do terreno da minha propriedade das Furnas*, UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo F04.

³⁷ *Medição da minha Propriedade das Furnas, feita sobre o Plano de Mr. Lainé, e salvo q.lquer engano*, UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo F01.

³⁸ F. Fouqué, ob.cit., p. 16.

³⁹ Cf. Walter Frederick Walker, ob.cit., p. 185. O inglês não deixa de ressaltar o *surprising arboretum* de “foreign and trans-oceanic forest trees” de JC, destacando nas traseiras do seu chalet “some magnificent growths of rare tree ferns and cryptomerias of giant proportions.” Cf. Walter Frederick Walker, *The Azores or Western Islands*, London, Trubner & C.^a Ludgate Hill, 1868, p. 211.

Numa Relação posterior a 1887, data da morte de Maria Guilhermina, mulher de José do Canto, temos novamente as *glebas* do Forno da Cal plantadas em larga maioria de pinheiros, acompanhados por outras árvores apenas na Cova da Burra, no Valle dos Vinhaticos, planalto do Pico do Fogo, e *Plantas mui variadas* nos Sette Valles.⁴⁰ As outras árvores que se encontrariam entre as matas de pinheiros seriam, na maioria, castanheiros e faias.⁴¹

A serragem e o transporte de madeira de barco da Ribeira Quente para a Cidade é legível nos arquivos de José do Canto até aos anos 90.⁴²

Também logo de início se torna claro que as chãs e as margens da lagoa terão um tratamento especial, reservando-se os altos e os terrenos mais inclinados das encostas para as matas, estratégia que o Plano de Aumont de 1867, embora ‘ajardinando’ o todo, virá a confirmar.

Em 1852, José do Canto volta a contratar George Brown, de Fulham, a sudeste de Londres, que já havia sido seu *head-gardener* de 1846 a 49, em Santana.⁴³ Brown vai às Furnas em Junho e traça um caminho que leva acima da cascata da Ribeira das Mações *to the highest point over looking the Lake without seeing any of*

⁴⁰ *Relação das diferentes glebas do Prédio, a que chamo Forno da Cal, com a sua medição, e indicação do plantio e Medição, sobre o Plano, da Parte do prédio da Lagoa das Furnas, pertencente à falecida D. Maria Guilhermina Taveira Brum do Canto, ao Ponente da Estrada Real, que vae para Villa-Franca.* UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo F05.

⁴¹ Cf. [Instruções de plantações para] *Marianno* [Furtado], UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo F06. Conta Isabel Soares de Albergaria que esta mata será completamente desbastada em meados do século XX, contando então, para além dos pinheiros e castanheiros, com cedros, nogueiras, carvalhos e álamos, transportando-se os troncos, ainda nessa altura, por mar, da Ribeira Quente para Vila Franca e Ponta Delgada. Cf. *Parques e Jardins...*, 2005, p. 101.

⁴² Vejam-se os *Vales de madeira serrada* datados de 1889 e as cartas de 1892-93 de Vitorino de Melo (ou Victorino de Mello), feitor na Ribeira Quente e mateiro das Furnas, UACSD, FBS-AJC. Aquelas cartas dão também conta de uma mata nova de carvalhos (v. UACSD, FBS-AJC 2802 e 2806), confirmando a permanente renovação do plantio.

⁴³ O primeiro Contrato foi para a *direcção da Orta, Jardim, D.º da Caza nova a Stª Anna, [...] com principio em 20 de Agosto de 1846*, UACSD, FBS-AJC, e terá terminado 3 anos e 3 meses depois, segundo Nestor de Sousa, “Os «Canto»...”, p. 169. O segundo Contrato é negociado em 1851, com Brown em Londres, e data de 7 Maio 1852 *por 4 annos, a razão de L6-13-4 por mez tem principio em 12 de Abril de 1852*, UACSD, FBS-AJC. Encontrei neste Arquivo recibos de ordenado mensal de Brown de Maio de 1853 até Novembro de 1855.

Em Carta para o architecto David Mocatta, 22 Novembro 1849, quando Brown está de partida, JC dá notícia de ter um *new gardener* ao seu serviço: Peter Wallace (cf. Nestor de Sousa, ob.cit., Doc. 24, p. 238). Peter Wallace, botânico escocês, que estagiara em Chatsworth sob a direcção de John Paxton, ficará até 1857 (cf. Isabel Soares de Albergaria, *Quintas, Jardins e Parques...*, 2000, p. 122-127). JC terá, assim, tido ao seu serviço dois jardineiros britânicos em simultâneo entre 1852 e 1855.

beautiful views till reaching the top. ⁴⁴ Brown considera que nas Furnas, assim como na Lagoa do Congro, a maior parte das *Forest trees* à venda em Inglaterra crescerão *well and rapid*. Em Novembro noticia: *we are excavating the walk round the lake and levelling the ground and making the walk for the Camellia garden.* ⁴⁵ No mês seguinte progride lentamente nos trabalhos do caminho *round the lake*, pois encontraram pedra, e começa a fazer *a fernery by the Rock on the lower side*. Pedindo a José do Canto lhe envie alguns, adianta que recolherá os fetos e *Lycopodiums* na ilha. ⁴⁶ Esta feteira, que se anichava no leito rochoso de uma gruta, ⁴⁷ virá a ser, mais tarde, uma das principais atracções das *matas* de José do Canto, ficando conhecida por *Valle dos Fetos*. O papel de Brown como paisagista empírico, que actualmente só se poderá avaliar pelo conseguido projecto do Parque das Murtas, não terá sido menor, como o próprio, sem falsa modéstia, ajuizará em conversa com Rupert Swindells comentando o seu contributo para a transformação da paisagem micaelense. ⁴⁸

Os trabalhos de Brown acima referidos, tirando inteligente partido da morfologia existente, localizam-se todos na Fajã das Rabaças, que desde logo assume uma vocação essencialmente *recreativa*, ou de *pleasure grounds*, como diria o inglês.

De 1857 a 1860 podem-se acompanhar os trabalhos de plantação através dos relatórios enviados para Paris pelo jardineiro Henry Femull, informa Isabel Albergaria. É Femull quem introduz a plantação por grupos isolados de árvores: os *clumps*. ⁴⁹ Alexander Reith, que sucede a Femull, mantém o procedimento. ⁵⁰

⁴⁴ Cf. Carta de George Brown a JC em Londres, S. Miguel, 1 Julho 1853, UACSD, FBS-AJC 14630v.

⁴⁵ Cf. Carta de George Brown a JC, S. Miguel, 5 Novembro 1853, UACSD, FBS-AJC 14622v.

⁴⁶ Cf. Carta de George Brown a JC, S. Miguel, 31 Dezembro 1853, UACSD, FBS-AJC 14633.

⁴⁷ “O pequeno valle que outra cousa não é senão o fundo de uma *gruta* em que a montanha se fendeu, tem por átrio um delicioso bosque de criptomerias gigantes e estende-se com pronunciada inclinação pelo monte acima.” M. Emygdio da Silva, *ob.cit.*, p. 62.

⁴⁸ “Mr. Brown is a fine-looking, intelligent, and pleasant man, a good botanist and gardener, and naturally feels very proud of the great changes in the island, with which he has had so much to do during the last twenty to thirty years.” Rupert Swindells, *A Summer Trip to the Island of St. Michael, the Azores*, Manchester, Printed for Private Circulation, 1877, p. 89. O Marquez de Jacome Corrêa, *ob.cit.*, p. 145, atribui-lhe idêntica importância: “José do Canto trouxera Jorge Brown, um inglês que **lhe riscava os parques**, apartava-lhe as espécies, ensaiava as curiosidades, e fazia propaganda de vez em quando para os jornaes d’horticultura da Inglaterra, da fertilidade do solo açoreano;” (bold meu).

⁴⁹ Cf. Isabel Soares de Albergaria, *ob.cit.*, p. 218. Nos arquivos públicos não encontrei nenhum documento referente a este jardineiro, tendo Isabel Albergaria acedido a um acervo particular de

Espaçados entre si e agrupando árvores da mesma espécie, estes *maciços*⁵¹ valorizam o recorte das copas, destacando as diferenças de forma e folhagem, enquanto criam diferentes planos de profundidade perspéctica. Ainda antes, na sua muito manuseada enciclopédia para a horticultura e paisagismo compilada por John Claudius Loudon, que adquirira em 1842⁵², poderia ter lido na *Classification of Plantations, or Assemblages of Trees*, ao parágrafo 6311: “In regard to *extent*, the least is a group (fig. 874 e and d) which must consist at least of two plants; larger, it is called a thicket (b c); **round and compact**, it is called a clump (a);”⁵³ (bold meu). A ilustração correspondente com a letra a mostra um grupo de árvores idênticas, compacto e circular, definindo uma forma demasiado regular para ter uma leitura naturalista⁵⁴ (Fig. 1.27). No entanto, a *Farmer’s Encyclopaedia* de Johnson define *clump* como “A number of shrubs or trees growing together”⁵⁵, não fazendo qualquer referência à forma perimetral, e Loudon na sua enciclopédia ilustra uma série de agrupamentos de duas a seis árvores desenhando formas irregulares⁵⁶ (Fig. 3.30). Fosse com um perímetro regular ou de contornos irregulares, Femull usaria os *clumps* de uma forma

correspondência datada de 27 Setembro 1857 a 30 Junho 1860. Nestor de Sousa encontrou um atestado de serviços de “Fenell” datado de 11 Março 1861 no Arquivo José do Canto da Universidade dos Açores, que será seguramente o mesmo jardineiro a que Isabel Albergaria se refere como “Femull”. Cf. Nestor de Sousa, ob.cit., nota 80, p.178.

⁵⁰ “With regard to your letter of instructions at the Furnas I will do the best I can with everything and will go there on Monday first and get the **clumps** planted and the fruit trees at the same time and get them pruned.” (bold meu), carta de Alexander Reith a JC, *St Anna*, 29 Janeiro 1863, UACSD, FBS-AJC.

⁵¹ *Maciço* foi a tradução que JC fez de *clump*: “Plantar um **maciço** em baixo na chaã do Forno da Cal; / defronte da subida da Rua Grande.” (bold meu). *Lembrança d’algumas cousas, que se deverião fazer no anno de 1859-1860 / Furnas*, UACSD, FBS-AJC 11929 Doc. anexo P02. Também Barillet-Deschamps, na lista de plantações que acompanha o seu projecto de 1861, utiliza *massifs* para os agrupamentos de árvores.

⁵² Cf. recibo de Longman, Brown, Green & Longmans de uma “Enciclopedia da Arquitectura dos Jardins” e uma “Enciclopedia das Plantas”, ambas *do Loudon*, passado a *Mr. Pereira*, Londres, 25 Agosto 1842, UACSD, FBS-AJC.

⁵³ J. C. Loudon, *An Encyclopaedia of Gardening...*, p. 1117.

⁵⁴ Idem, p. 1119.

⁵⁵ Cuthbert W. Johnson, *The Farmer’s Encyclopaedia, and Dictionary of Rural Affairs*, London, Longman, Brown, Green, and Longmans, 1842, p. 337.

⁵⁶ J. C. Loudon, ob.cit., fig. 886, p. 1127. Diferentemente do que parece ser o sentido mais comum, os *clumps* para Loudon são árvores agrupadas num canteiro, como se pode ver na Fig. 1.25. Daí a crítica que lhes faz: “It has been a very common practice among planters to introduce, in parks, great numbers of detached single trees (in vulgar technology, dotting) with a view of effecting by them, what can only be done by groups. Except the clump, there is not a greater deformity in the grounds of British country-residences.” E depois aconselha “to observe a portion of the scattered woody scenery, in the openings or glades of a natural forest, to be convinced how much more variety is produced by that manner of planting, than by distributing over a surface great number of single trees.” Ibidem.

sistemática e estruturante da composição paisagística, o que seria novidade, mas José do Canto já conhecia o procedimento de base. Em 1856 escrevera assim (bold meu):

*O fundo da Cova da Burra, e a sahida baixa para o lado do ponente devem ser plantados com **grupos de arvores isolados**. Já está no fundo uma porção de Álamos que parecem medrar*⁵⁷.

...a projecto paisagístico.

Numa reveladora folha de instruções para *Marianno*, encarregado das Furnas, José do Canto anota (bold meu):

*Na plantação do Pico do Fogo **plantar por grupos, e não em linhas extensas, evitando os ângulos***.⁵⁸

A tradução operativa que José do Canto faz aqui dos *clumps* evidencia o carácter mais ‘naturalista’ – sem “ângulos” – desta forma de plantação, por oposição aos alinhamentos rectos com que plantava as matas de castanheiros. Veja-se para o dito Pico do Fogo os alinhamentos desenhados no sentido norte-sul na Planta 02 (Fig. 3.26), que ilustram o modo como se fariam as plantações de mata,⁵⁹ e que aparece descrito nos *Logares da Ilha aonde possuímos terrenos arrendados ou cultivados p. nós* (bold meu):

⁵⁷ Cf. Doc. anexo P01, fl. 57v. A datação deste texto deduz-se da sua leitura, nomeadamente da descrição da *Agoa-Nova*, e da não contradição com as outras descrições.

⁵⁸ [Instruções de plantações para] *Marianno* [Furtado], UACS.D., FBS-AJC, Doc. anexo F06. Estas Instruções são seguramente posteriores a 1859, ano da *Lembrança dos trabalhos, que se devem fazer nas Furnas no anno futuro, ao cuidado de Mariano Furtado*, UACS.D., FBS-AJC, Doc. anexo F07, em que percebemos que se acabou de escolher o terreno para o Pomar na Fajã das Rabaças, que agora é referido como “Pomar novo”, mas poderão até ser posteriores a 1860, quando Henry Femull se foi embora, obrigando JC a instruir o seu feitor do *modus faciendi* do inglês.

⁵⁹ No verso da Planta 05 (Fig. 3.29) para o cálculo do n.º de pinheiros por móio de terra, lemos “6 palmos de distancia – 800 pinheiros p.r alq.re = 48:000 p.r moio”, o que aponta para uma plantação em quadrícula. Poderemos pensar que esta planta terá sido desenhada em 1858 ou depois, já que integra, também no verso, uma lista de plantio de pinheiros des.d.e 1852-1853 acabando em 1857-1858. Loudon sugere que as plantações “in rows at regular distances between the rows, and in the row, ought in our opinion to be adopted in all plantations where the main object is profit.” J. C. Loudon, ob.cit., p. 1121.

A coroa [do Pico do Fogo] tem sido cortada este verão em **veredas longitudinaes** de 12 pa.^s de largo, com intervallos de 30 palmos entre vereda e vereda. Devem-se plantar este anno estas veredas com castanheiros na distancia de **10 palmos em quadro**; e no próximo anno devem se abrir outras veredas no meio dos 30 palmos de matto para se completar o plantio.⁶⁰

Ainda na mesma Planta 02 podemos observar perímetros, mais ou menos quadrados, de Bétulas, Castanheiros (igualmente plantados em retícula, segundo o mesmo texto citado) e Carvalhos nas encostas da chã do Tornino.

Na volumosa, e já citada, *Encyclopaedia of Gardening*, Loudon separa as plantações de árvores cujo objecto principal é a *utilidade* (“for utility”) daquelas cuja finalidade é o *Ornamento* (“for effect”). Apesar desta divisão, que desenvolve em capítulos separados, quando Loudon trata das florestas utilitárias não deixa de ter o sentido do pitoresco, ou seja, da composição, a informar sobre a forma de arborizar um território dado. Aconselhando a plantar principalmente nas eminências e encostas inclinadas, garante-se o abrigo necessário ao vento enquanto se deixam clareiras para pastagens e para a caça, e assim assegura-se “the greatest richness and picturesque beauty on the landscape”.⁶¹ E, mais à frente, pode ler-se ao parágrafo 6373: “[William] Chambers and [Uvedale] Price agree in recommending the imitation of natural forests in the arrangement of the forests.”⁶² José do Canto tinha outro manual mais prático para os parques e jardins onde, sobre o traçado de plantação dos bosques e bosquetes, se escreve que, estando aquele marcado no solo, “on ne perdra pas de vue que la nature ne dessine pas les limites des forêts et des champs découverts par des lignes nettements arrêtees, mais par des transitions que ne peut représenter une ligne régulière.”⁶³

Para a mesma localização nas encostas do Tornino que vimos na Planta 02, os perímetros arbóreos aparecem desenhados com um recorte irregular na Planta 03 (Fig. 3.27). Os vazios entre eles seriam preenchidos com pastos “que derão

⁶⁰ Cf. Doc. anexo P01, fl. 57v-58.

⁶¹ Cf. J. C. Loudon, ob.cit., p. 1119.

⁶² idem, p. 1130.

⁶³ A. du Cérés, *Parcs et jardins*, Paris, Librairie Agricole de la Maison Rustique, [c.1866-67], p. 62. Nos anos 70 e 80, du Cérés trabalhava na redação do *Journal d'Agriculture Pratique*, que correspondia a uma segunda série da periódica *Maison Rustique du 19^e. siècle*. JC tem na sua Livraria a *Petite Maison Rustique du 19^e. siècle*.

mt^o boa herba”.⁶⁴ Ora o mais significativo é que, a certa altura, o sistema de plantação de recorte irregular passou a ser adoptado nas matas de produção do Forno da Cal,⁶⁵ e não só nas partes baixas, como a chã do Tornino, ou a Ribeira do Rosal, que se viam da Estrada Real e onde já se previa um uso mais recreativo e, por conseguinte, um determinado tratamento paisagístico.⁶⁶ O que quer dizer que as matas acumulam agora com a função *utilitária* uma função *estética*. São projecto de produção e, simultaneamente, projecto de paisagem. A terminar a longa descrição de 1856 dos seus prédios, José do Canto escreve das Furnas (bold meu):

[...] parece-me que será este **um prédio de grande rendimento**, alem de ser para o meu gosto, **um dos mais pittorescos**, e bem situado que conheço.⁶⁷

José do Canto parece seguir à risca a doutrina de compromisso utilitarista de Loudon compatibilizando o lucro com o pitoresco.

Segundo o Marquez de Jacome Correia, desde a primavera de 1859, em que José do Canto plantou nas Furnas “uma grande variedade de abetos, aos milhares, como Scot Firs Haganae, Black American Spruces, Cambrian Pines, era rara a viagem de navio ou de vapor em que não chegavam uma remessa de coníferas, de carvalhos, ou de outra espécie d’essencia florestal”.⁶⁸ No Inverno de 1861, José do Canto veio às Furnas “acabar as plantações d’esta parte do prédio (hoje a parte das margens e as que se acham a poente)”.⁶⁹ Para as partes mais altas do prédio mantêm-se os pinheiros bravos e, embora em 1860 as Furnas já abastecem com os seus viveiros as outras matas,⁷⁰ José do Canto continua a

⁶⁴ Idem, fl. 62.

⁶⁵ “[...] na Cova da Burra, H. Femull delineou cinco *clumps*, um dos quais com diversos *Quercus*, outro de «*coniferas miscelaneous*», outro de *Pinus*, um outro de freixos”, Isabel Soares de Albergaria, ob.cit., p. 218.

⁶⁶ “Ribeira do Rosal. É geralmente muito melhor terreno, é susceptível de bellas plantações. Tem umas poucas de **bellezas naturaes**; a Ribeira e salto d’este nome; a sua **magnificante vista** do Lombo do Mosquito, e a única nascente d’agoa [...]” (bold meu), Doc. anexo P.01, fl. 61v e 62.

⁶⁷ Idem, fl. 61v.

⁶⁸ Marquez de Jacome Corrêa, ob.cit., p. 207.

⁶⁹ Ibidem, p. 206-207.

⁷⁰ “Plantarão-se no Porto Formozo 11:400 pinheiros, sendo 8:000 remetidos das Furnas, e 3:400 comprados na R Grande; o João rebello já plantou 100 Alamos, e continuará conforme o terreno

adquirir pinisco comum, pinisco do pinhal de Leiria, e de Bordéus, sendo a maior parte para ali destinada⁷¹.

A 21 de Maio de 1861 chega a Ponta Delgada pelo navio Boa-Fé o novo *head-gardener*, Alexander Reith.⁷² Ficará até José do Canto regressar de Paris. Em Janeiro de 1863, o relatório de Reith antecipa: “*Cupressus Horyantallos* [horizontalis] and the Bermudian Cedars Araucarias Pinus Cryptomerias Wellingtonia will prove to be the Kings of the forest at the Furnas”, e dá conta das dificuldades dos eucaliptos e acácias com o vento, e da inadaptação dos lariços (*Larix*)⁷³. Plantam-se também rododendros e azáleas.⁷⁴ No Verão desse ano, Reith sugere o enrelvamento do pomar: “I think the Orchard at the Furnas would be much better in grass now as the plants are well established [...]”, e, sobre a arborização, conclui: “[...] the common pines for the mountains seems to be the best and in the ravines where the soil is good every kind seems to thrive and grow very fast, particularly Cryptomerias.”⁷⁵ No final de 1865, José do Canto envia-lhe

pedir [...]”, Carta de António Bernardes d’Abreu Lima a JC, N.º 16, de S. Miguel, 28 de Janeiro de 1860, UACSD, FBS-AJC 17827.

⁷¹ A distribuição das sementes de pinheiro pelas matas corresponderia à respectiva ordem de grandeza: 35 kg para as Furnas, 12 para o Porto Formoso, 7 para a Lagoa do Congro e 5 para a Candelária. Cf. *Sementes de Pinhão / Distribuição em 25 e 30 de Maio de 1868*, UACS.D., FBS-AJC.

⁷² Cf. Carta de António Bernardes d’Abreu Lima a JC, 8 Junho 1861, UACSD, FBS-AJC.

⁷³ Fora Brown quem, por entre as *plants for timber & for Furnas*, propusera os *Larch* embora aconselhando a *small quantity for trial*, tal como para os *Pine* e *Silver fir*. (Carta de Georges Brown para JC, S. Miguel, 5 Outubro 1853, UACSD, FBS-AJC 14637). Apesar de JC, na Carta XXVII a José Jacome, Paris, 7 Novembro 1863, em José do Canto, ob.cit., p. 101, se justificar com as *descrições pomposas do Jorge* (Brown) sobre o sucesso dos *Larix* em Inglaterra, a insistência na sua climatação também teria a ver com o sucesso económico de uma história que JC estava a traduzir para *O Agricultor Michaelense* que passo a transcrever: “O defunto Duque d’Athol, nos derradeiros annos de sua vida, plantou 16500 acres escocezes de terreno montanhoso, todo e exclusivamente de (*Larch*) larico; contados 72 annos depois do plantio, serão aquellas serras uma floresta de madeiras proprias para a construção de navios de alto porto de marinha. Neste tempo poder-se-hão cortar 400 arvores em cada acre Cada arvore terá ao menos 50 pés cúbicos, ou uma carga de madeira a qual pelo preço inferior de 1 shellim (290) por pé cúbico, metade do seu presente valor, dará por acre L1000 (5:800\$000), ao todo a enorme quantia de L 6:500\$000 (37 700:\$000) 94 milhões e 100 contos). Alem d’este rendimento haverá um lucro liquido de L40\$600 por acre, proveniente dos desbastes, deduzida toda a despeza dos cortes, e a da primitiva plantação. – Ainda mais – cada acre da terra que se plantou não vale de renda mais de 215 a 290 – e depois dos desbastes dos primeiros 30 annos, o arvoredo terá por tal sorte beneficiado o terreno que se arrendará a 10s. (2900) pois que jus em a hervagem onde o gado paste de verão de inverno –”, apontamentos manuscritos, UACSD, FBS-AJC, para artigo publicado n’*O Agricultor Michaelense*, 2.ª série, n.º 26, Fevereiro 1850, p. 452-454.

⁷⁴ Carta de Alexander Reith a JC, Santana, 6 Janeiro 1863, UACSD, FBS-AJC.

⁷⁵ Carta de Alexander Reith a JC, Ponta Delgada, Agosto 1863, UACSD, FBS-AJC. Reitera que não vale a pena plantar lariços, nem abetos (“*spruce*”).

14 000 amieiros.⁷⁶ Em Janeiro de 66, os viveiros de Santana abastecem as Furnas de *Cupressus horizontalis*, *Cryptomeria Lobbi* e *Japónica*, parecendo apontar para uma certa escolha de essências, mas recebendo o catálogo de sementes do viveirista prussiano Haage & Schmidt, para José do Canto “it is sure I’ll find many things worth trying.”⁷⁷ De facto, no Fundo da Universidade dos Açores encontrei conhecimentos e recibos de encomendas a este viveirista entre 1865 e 1869, e ainda em 1889, sendo certo que, paralelamente ao parque das Furnas, José do Canto continua a enriquecer a colecção da Cidade. Enquanto os jardineiros mantêm os viveiros em Santana, Marianno Furtado, residente nas Furnas, encarrega-se da execução, sendo instruído por aqueles, ou directamente por José do Canto⁷⁸, no traçado dos caminhos, na composição das espécies e na distribuição dos clumps.

“Mas tudo o que alli há se recente de ter sido feito **sem plano**”⁷⁹ (bold meu). Ora é precisamente de 1861, ou seja, do ano anterior a esta carta a José Jácome, o Projecto para a Chã do Forno da Cal⁸⁰ (Fig. 3.31) assinado por Barillet-Deschamps, *Jardinier en Chef du Bois de Boulogne, du Parc de Vincennes, des Squares et Jardins Publics de la Ville de Paris* desde 1855, ou seja, o horticultor,

⁷⁶ Na Carta de JC a Alexander Reith, Paris, 8 Dezembro 1865, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 56-59, podemos ler: “By this steamer, or by the next sailing vessel you will receive 2 boxes with 14 thousand alders [amieiros], made in 3 bunches, numbered N.º 1, 2, and 3. The 1st with 8000 alders is to go to Furnas to Mariano Furtado; the 2nd 3000 alders is to go to Porto Formoso to João Rebello; and the 3rd with 3000 alders is to go to Lagoa do Congro to João Carreiro.”

⁷⁷ Carta de JC a Alexander Reith, Paris, 8 Janeiro 1866, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 146-147v. Veja-se, por exemplo, para a primavera de 1866 a *List of the Plants Mr. Alexander Reith must receive in the months of April, May, and Juin 1866, sent by Jose do Canto, from different Nurseries in Europe*, UACSD, FBS-AJC 7183, com as plantas agrupadas sob os títulos *Ferns* (mais de 60 indivíduos de espécies diferentes), *Palm-Trees* (mais de 80), *Cyclads* (8), *Pandanus* (14), *Carludovica humilis* (perto de 20), *Exotic Fruit-trees* (mais de 40), *Aurantiacea* (48, incluindo a *Silver orange*), *Economical Plants* (onde encontramos Afizelia, Ilex, Jacaranda, Laurus, etc), *Myrtacece Plants*, *Plants with very fine foliage*, *Greenhouse blooming Plants*, *Hardy blooming shrubs*, *Hardy Trees* (Eucalyptus, Fagus, Podocarpus, Aesculus), *Climbing Plants* (18), *Camellias*, *Bulbous and other similar Plants*. Os fornecedores estão apontados a grafite: Algeria, [Hugh] Low de Londres, Van Houtte, Haage & Schmidt, Linden, Verschaffelt.

⁷⁸ “I found by Marianno you had given him instructions how to dispose of them therefore I did not interfere with him on that point”, Carta de Alexander Reith a JC, Santana, 6 Janeiro 1863, UACSD, FBS-AJC.

⁷⁹ Carta XXVI, a José Jácome, de Paris, 8 Setembro 1863, em José do Canto, ob.cit., p. 96.

⁸⁰ Intitulado no original *Propriete de Mr. José Do Canto/ Sise Ile de St. Miguel/ Archipel des Azores/ Dressé par Barillet-Deschamps, architecte de Jardins Jardinier en chef du Bois de Boulogne et de la ville de Paris/ Novemb. 1861*, publicado em Isabel Soares de Albergaria, ob.cit., fig. 187, p. 219.

depois paisagista, da equipa de Adolph Alphand responsável pelo desenho dos espaços públicos e co-autor, com aquele, dos parques da Paris do Barão Haussmann.⁸¹ Jean-Pierre Barillet-Deschamps (1824-1873) re-desenhara, com sucesso publicamente reconhecido, o Bois de Boulogne, terminando os trabalhos iniciados por Varé e projectando o Pré-Catelan e o Jardin d'Acclimatation, que inaugurou em 1860. Neste ano montara atelier no bairro de La Muette, em Passy⁸², a norte de Auteill, para onde irá morar José do Canto a partir do ano seguinte.

A encomenda não contemplava senão uma parte da propriedade que em rigor e nesta altura se agrupava somente a nascente da Estrada Real. É só em 1863, como vimos, que se concretiza a permuta dos terrenos de Gonçalo de Ataíde com uns alqueires de vinha que José do Canto tem a Rabo de Peixe.

O projecto de Barillet-Deschamps é perfeito no seu enunciado, quase um manifesto na sua clareza conceptual, deixando um modelo inequívoco para as próximas plantações: caminhos em largas elipses à escala da chã em que se inserem adossam-se entre si, com maciços de árvores sobre as intersecções delineados de modo a deixar o olhar atravessar em várias direcções e a todo o comprimento a extensão do vale a partir de um centro, onde se implanta a habitação. Se o método de composição (com os *massifs* agrupados sobre as intersecções das *allées* e os longos e desimpedidos eixos visuais) é o mesmo proposto por Gabriel Thouin (1747-1829) para o Parc de Saint-Ouen, encomendado por Louis XVIII para a sua amante Madame de Cayla e patente na enciclopédia de Loudon (Fig. 3.32), o traçado de Barillet-Deschamps tem as curvas e contracurvas com raio maior (diminuindo o número excessivo de

⁸¹ Para enquadrar histórica e socialmente a produção paisagista de Jean-Pierre Barillet-Deschamps, ver Luisa Limido, *L'Art des jardins sous le second empire: Jean-Pierre Barillet-Deschamps, 1823-1873*, Seyssel, Champs Vallon, 2002. É de realçar a data da encomenda de JC, porquanto este se antecipa às inúmeras solicitações que do estrangeiro se farão a Barillet-Deschamps a seguir à Exposição Universal de 1867, para a qual concebeu e produziu o *Parc* que envolvia a construção principal do Champ de Mars e o *Jardin Reservé*. Foi também nesse ano que Alphand publicou *Les Promenades de Paris*, contribuindo para uma maior difusão das realizações da sua equipa (cf. idem, p. 167-169). Em 1870, o portuense *Jornal de Horticultura Prática*, vol. I, p. 196, noticiava a visita ao Egipto de Barillet-Deschamps, “o célebre chefe dos jardins de Paris”, a fim de estabelecer ali uma estação de aclimação “em escala verdadeiramente grandiosa”.

⁸² Cf. Luisa Limido, ob.cit., p. 84.

caminhos criticado por Loudon em Saint-Ouen⁸³) e quase geometricamente delineadas⁸⁴, e a casa não fica escondida pelo arvoredo. De ‘acessório’, apenas os canteiros de flores de forma oblonga que se congregam à volta da habitação lateralizando o arranque das allées.

Pelo *État de plantations*⁸⁵ redigido por Deschamps, algumas árvores implantar-se-iam *isolés sur les pelouses* (as árvores mais valiosas são estas, que se plantam nos relvados, soltas, para se destacarem, segundo os princípios do *gardenesque* difundido por Loudon) e outras em *Massifs*, ou seja, agrupadas em *clumps*. A planta de Barillet-Deschamps desenha as sombras das árvores, primorosamente aguareladas, distinguindo-se assim as coníferas das folhosas (Fig. 3.31a). Esta lista de *plantations* constituiria a legenda da distribuição das espécies sinalizadas por algarismos a vermelho noutro desenho entregue por Deschamps no mesmo *Novembre 1861* sob o título *Profils Projetés. Pour l'exécution du Jardin*.⁸⁶ Neste vegetal tirado sobre a planta, o paisagista modela o terreno plano da chã do Forno da Cal em perfis radiais à casa. Ondulando em suave depressão o espaçoso relvado que vai da casa aos maciços, enquanto, também ligeiramente, eleva a base destes (Fig. 3.34), o desenho francês amplia opticamente as distâncias entre os objectos, assegurando simultaneamente as drenagens superficiais e uma base soerguida para a casa.

José do Canto já tinha, no entanto, um plano para esta chã, que, ao fim e ao cabo, é dado a redesenhar pelo paisagista francês, pois em 1856 já estão “traçadas as ruas principaes, e quasi feitas” e marcado o lugar “d’uma habitação que alli pertendo construir, e igualmente estão assignalados os principaes

⁸³ Cf. J. C. Loudon, ob.cit., p. 91-92.

⁸⁴ Assim acontece também nos parques de Morainville e de Montigny, representados em A. du Cérés, ob.cit., respectivamente, *Grav. 51* (p. 130) e *Grav. 55* (p. 136). O mesmo du Cérés assinala as “allées à large courbures” como uma das características distintivas dos *jardins paysagers* franceses *dans le style moderne*, por oposição às “allées tortueuses, irrégulières” dos parques ingleses, cf. idem, p. 138. Outro exemplo deste tipo de composição aparece noutro livro da biblioteca de JC, na fig. 1411- *Portion d'un grand parc paysager*, não identificado, em M. P. Joigneaux (direction de), *Le Livre de la Ferme et des Maisons de Campagne*, Paris, Victor Masson et Fils, Ch. Delagrave et C.ie, 18-- (2.e édition), p. 793. Para Édouard André e os irmãos Denis e Eugène Buhler, paisagistas que praticaram os mesmos processos projectuais de Barillet-Deschamps na segunda metade do séc. XIX, v. Francesco Fariello, *La Arquitectura de los Jardines, de la Antigüedad al siglo XX*, Madrid, Mairca/Celeste, 2000, p. 257-260.

⁸⁵ *État de plantations pour la propriété de Monsieur José do Canto, sise Ile St. Miguel, Archipel d'Açores*, transcrito por Nestor de Sousa, “Os «Canto»...”, Doc. 11, p. 207.

⁸⁶ AP-MJCHRO.

maciços”, e preparado o terreno para plantar árvores “em torno da rua que circunda a baixa”.⁸⁷ Daí a justeza e sentido com que o plano feito em Paris por Barillet-Deschamps se adapta ao terreno.

No primeiro capítulo da primeira parte do manual de *Parcs et jardins*, de A. de Cérés, José do Canto pôde ler: “Il faut dessiner le jardin sur le papier avant de le tracer sur le terrain”,⁸⁸ informando, em seguida, dos instrumentos e procedimentos da agrimensura (Fig. 3.35). Em 1864 Georges Aumont, *architecte de jardins*, representando Barillet-Deschamps com quem colabora, envia para S. Miguel o *conducteur de travaux* Mr. Lainé para fazer *le tracé du parc, établir les profils, plans, états de plantations, devis, etc.* Partindo de Paris em Junho, Lainé terá sido contratado por pouco mais de um mês⁸⁹, mas deixará um “Plano” que, pelo modo como é referido em alguns documentos⁹⁰, passará a ser o mapa operacional das Furnas de José do Canto. O “Plano de Mr. Lainé” seria uma planta com o levantamento da propriedade à escala, com as diferentes parcelas (“glebas”) da propriedade identificadas por letras, contendo, eventualmente, no mesmo desenho ou em cópia, o projecto do parque: na *Lembrança de algumas cousas feitas desde 30 de Junho de 1864 a 30 de Junho de 1865*⁹¹ (período que inclui o tempo da estadia na ilha de Lainé), José do Canto escreve no parágrafo 8.º: “Tirou-se as plantas do meu prédio das Furnas, fez-se o plano, e traçarão-se as ruas, e roçou-se o matto por onde ellas passarão.”⁹² Em carta datada de 1866 a Friedrich Welwitsch é peremptório: “Ainda há dous annos, Mr. Barillet o

⁸⁷ Cf. Doc. anexo P01, fl. 57v, 58. “E pertendo [sic] que fique toda a baixa plantada com as arvores que são para crescer” e não para corte, idem, fl. 58. Também as Plantas 04 e 05 (Fig. 3.28 e 3.29) se poderão referir a este plano inicial de JC, já que a mencionada rua que circunda a baixa é neles constante.

⁸⁸ A. de Cérés, ob. cit., p. 11.

⁸⁹ Cf. Nestor de Sousa, ob.cit., p. 161-162. Ver também na mesma obra, em apêndice, Minuta para o contrato de Lainé, enviada por Georges Aumont a JC, Paris, 4-6-1864, Doc. 14, p. 216.

⁹⁰ Cf. anexo Doc. F01, *Medição da minha Propriedade das Furnas, feita sobre o Plano de Mr. Lainé, e salvo q.lquer engano*, UACSD, FBS-AJC, e *Medição das Mattas do Forno da Cal, feita sobre o Plano de Mr. Lainé, - em Setembro de 1887. (as Lettras estão notadas no Plano, de que eu sirvo)*. UACSD, FBS-AJC.

⁹¹ UACSD, FBS-AJC 16943, Doc. anexo F08.

⁹² Embora aqui JC pareça claramente distinguir os conceitos, lembro que “plano” ou “planta” eram então comumente utilizados como sinónimos. O erro provinha da tradução literal do francês, e também inglês, *plan*, não se distinguindo na língua nacional quando aqueles se referiam a *planta*, desenho da projecção horizontal de um objecto, ou a *plano*, enquanto sinónimo de *projecto*.

Jardineiro que dirigio os trabalhos do Bois de Boulogne, me mandou um dos seus empregados a S. Miguel, levantar o plano d'uma propriedade de mais de 800 hectares, e traçar sobre o próprio terreno todos os melhoramentos e embellezamentos necessários: e é incrível a promptidão, acerto e bom gosto d'aquelle trabalho!"⁹³ (Sublinhado no original).

Também nessa altura foi o prédio totalmente murado.⁹⁴

As ruas traçadas e roçadas seriam as projectadas pelo plano de Barillet-Deschamp. A Planta 04 (Fig. 3.28), representando a chã do Forno da Cal, indicia uma aproximação algo simplificada ao traçado das "ruas" do projecto de Deschamps. Poderá ser anterior aos trabalhos de campo de Lainé, já que três anos medeiam o Plano de Barillet da vinda de Lainé.

A presença na ilha de Lainé terá servido também para recolher informação *in loco* para a elaboração do Plano de 1867 assinado por Georges Aumont, que integrará a totalidade da propriedade das Furnas⁹⁵ (Fig. 3.36). Lainé terá, forçosamente, observado a extensão do plantio em mata de pinheiros e outras espécies já realizado. O projecto de Aumont, magnificamente desenhado, incorpora, inalterado, o projecto de 1861 de Barillet-Deschamp, expandindo para as outras chãs o mesmo sistema compositivo. Os caminhos, riscados em largas elipses continuamente articuladas entre si, percorrem a totalidade da propriedade ligando, nas matas do lado nascente da estrada, pontos-chave, normalmente de cota sobranceira, onde são abertas clareiras. Destas partem radialmente largas faixas rectas desarborizadas, que ligam os pontos entre si, independentemente do recorte topográfico, constituindo outro sistema de desenho, estrelar, sobreposto ao elíptico. A pertinência topográfica na localização daqueles pontos-chave (no Pico do Fogo, no Pico da Pedra Pomes, na Cova da Burra), revela indicações precisas de José do Canto por intermédio de Lainé. O programa arquitectónico mantém a habitação na primeira chã, do Forno da Cal, com estrebaria e garagem para os coches à ilharga da estrada real; no Tornino, onde

⁹³ Carta de JC a F. Welwitsch, 17 Março 1866, UACSD, FBS-AJC, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 406-409v.

⁹⁴ Cf. UACSD, FBS-AJC 16943, Doc. anexo F08.

⁹⁵ *Propriété de Mr Do Canto / Sise à l'île San Miguel / Archipel des Açores / Dressée par Georges Aumont / Architect de Jardins Rue de la Pompe, n.º 71 / Passy, AP-MJCHRO*, publicado em Isabel Soares de Albergaria, ob.cit., fig. 193, p. 224.

existe uma nascente, localiza uma fonte, e na clareira do alto do Pico do Fogo, um “Kiosque”; enquanto na Fajã das Rabaças implanta a “Église”, no lugar onde se erguerá a Capela, seguindo-se um pouco mais para Oeste, onde se localizam as casas actuais, um “Pavillon de pêche et de Navigation” com um embarcadouro defronte; e a seguir ao pomar, outro “Pavillon” (será a “Fruitière” projectada também por Aumont). Encontramos ainda na legenda uma “Grande Cascade”, no salto da Ribeira do Rosal, e uma “Petite”, nas Maçãs. Não regista qualquer feteira, que George Brown já tinha iniciado, sem indicação do patrão, é certo.

José do Canto volta definitivamente para S. Miguel em 1868, e em 1869 instala-se na Grená que aluga aos Vines por 5 anos, para permanecer junto dos seus trabalhos, dirigindo-os, tanto os de plantação como os de edificação.⁹⁶

*A parte que orla a Lagôa, e pertenceu ao Gonsalo é pittoresca, e se poderia melhorar muito; o que tudo carecia era de eu estar por ahi uns 2 a 3 annos a fio, e de gastar uns 4 ou 5 contos de reis, em murar, arruar, arrelvar, e dar um verniz aquelle matto bravio.*⁹⁷

Após um período inicial em que prefere a Chã do Forno da Cal para implantar uma residência, imponente no projecto de 1864 (Fig. 3.37) do prestigiado arquitecto inglês Mathew Digby Wyatt (1820-1877),⁹⁸ já para ali pensada em 56,

⁹⁶ Segundo o Marquês de Jácome Corrêa é a partir do seu regresso que as criptomérias, carvalhos, acácias, eucaliptos e coníferas vão forrar as encostas dos montes, presidindo JC às plantações e construções projectadas. Cf. ob. cit., p. 210. O Marquês acrescenta que os “folhados, os paus brancos, os sanguinhos a uveira da serra da flora insular e própria da região foram conservados [...]”. Idem, p. 207.

⁹⁷ Carta XXVI, a José Jacome, de Paris, 8 Setembro 1863, em José do Canto, ob.cit., p. 96.

⁹⁸ Tendo-se iniciado no ofício com dezasseis anos no atelier do irmão Thomas Henry Wyatt (1807-1880), também arquitecto e autor do Chalet Palmela (1873), em Cascais, Mathew Digby Wyatt foi *Special Commissioner and Secretary to the Great Exhibition of 1851*. Com envolvimento directo nas obras, escreveu a detalhada memória descritiva do edifício de Paxton publicada no catálogo oficial da Exposição sob o título “The Construction of the Building”, cf. *Official Descriptive and Illustrated Catalogue of the Great Exhibition 1851*, London, Spicer Brothers, Wholesale Stationers; W. Clowes and Sons, Printers, 1851, p. 49-81 (exemplar de JC). Em conjunto com o arq. Owen Jones (1809-1874), outro ‘conhecido’ de JC, projectou as decorações representando as várias nacionalidades para a segunda versão do Palácio de Cristal reerguido em 1854 em Sydenham. Apesar de reconhecer a modernidade futurista do projecto de Paxton, Digby Wyatt defendeu sempre a possibilidade de uma arquitectura historicista, que foi, aliás, a que praticou. Revelador do tempo simultaneamente revivalista e progressista, em 1848 publicou um livro sobre *Specimens of Geometrical Mosaics of the Middle Ages*. Foi o primeiro professor de História de Arte da Slade na Universidade de Cambridge, em 1869.

como vimos, e ainda ali localizada no plano de 67 acima descrito, é para a margem da Lagoa, nos terrenos que eram de Gonçalo de Ataíde, que desloca todos os investimentos arquitectónicos: a Casa dos Botes, que também era do Caseiro,⁹⁹ o Chalet, que era para ser *Maison de Garde* e será aqui a sua casa de campo, e a Capela de Nossa Senhora das Vitórias. Estas arquitecturas permanecem com relativa fidelidade à implantação do seu projecto original. Já do traçado do imenso parque, em arruamentos e clumps, dificilmente poderemos saber até onde foram executados. O “pomar novo” desenhado por Aumont na proximidade da *petite cascade* (do Salto das Maçãs) coincide com as descrições escritas, enquanto o “pomar velho” da chã do Forno da Cal, eliminado nos projectos franceses, persiste nas mesmas descrições e confirma-se nas plantas esboçadas 04 e 05 (Fig. 3.28 e 3.29). A *grande pista oval*, mencionada como limite da parcela AA na *Medição* posterior à morte de Maria Guilhermina¹⁰⁰, coincide com a oval projectada para a chã do Tornino, a poente do Pico do Fogo. Também a vereda que faz o perímetro da chã do Forno da Cal tem na Planta 04 um desenho semelhante à projectada. Uma planificação dos caminhos a fazer intitulada *Extensão das ruas*¹⁰¹ informa que tencionaria acabá-los num prazo de cinco anos. Em 1875, do relato de uma excursão de burro ao Pico da Vigia, sabemos que, depois de atravessar *un parc charmant* no começo da subida, se continuava *par un chemin sinueux, bien entretenu et tracé au milieu de pins de haute futaie* até ao miradouro sobranceiro à Ribeira Quente¹⁰² (bold meu). Das crónicas para o Diário de Notícias publicadas em 1893 por Emygdio da Silva, deduzimos que, apesar da mudança de localização da habitação, o padrão

Para a importância da família Wyatt, que começara a criar arquitectos já no século XVIII, na história da arquitectura inglesa, v. John Martin Robinson, *The Wyatts An Architectural Dynasty*, Oxford, Oxford University Press, 1979.

⁹⁹ Nas várias *Notas de Inventario e Partilha* elaboradas depois da morte de Maria Guilhermina, mulher de José, a “Casa dos Botes” tanto aparece assim referida como “Casa das Lanchas” (Carta de Manoel Martins para JC, Furnas, 17 Abril 1881, UACSD, FBS-AJC 11509), como “Casa d’hóspedes” (UACSD, FBS-AJC 11918).

¹⁰⁰ *Medição, sobre o Plano, da Parte do prédio da Lagoa das Furnas, pertencente à falecida D. Maria Guilhermina Taveira Brum do Canto, ao Ponente da Estrada Real, que vae para Villa-Franca.* UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo F05.

¹⁰¹ Ver verso da *Medição da minha Propriedade...*, UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo F01.

¹⁰² Cf. Leopold de Jedina, *Voyage de la Frégate Autrichienne Helgoland autour de l’Afrique*, Paris, Maurice Dreyfous Éditeur, 1878, p.328.

compositivo de maciços de flores na envolvente das construções proposto por Barillet-Deschamps terá sido adoptado.¹⁰³

A partir de 1874, depois da viagem à Suíça no Verão de 1873, José do Canto começou a demorada construção da Capela de Nossa Senhora das Vitórias.

A forma topográfica

Cartografar os topónimos para localizar os usos e plantios através dos documentos escritos e perceber a fronteira da propriedade no mapa das Furnas permite-nos inquirir mais rigorosamente da intencionalidade de José do Canto.

Logo o primeiro ponto a analisar é o da mancha constituída na sua sobreposição ao desenho do território. Em ambos os lados da Estrada Real n.º 13, José do Canto foi completando as aquisições de terra de modo a preencher, tanto quanto possível, uma totalidade geográfica reconhecível na forma do território. Para a própria eficácia representativa da Natureza, a legibilidade dos *limites* da propriedade deverá fazer-se através do reconhecimento das *linhas* topográficas. Veja-se o quanto é perseguido este sentido de leitura quando José do Canto instrui Mariano Furtado, através do seu procurador na ilha António Bernardes de Abreu Lima, para adquirir *imediatamente, e por todo o preço, com tanto que não fossem mil crusados, um bocado de terra que fica entre a Ribeira do Salto das Maçãs e as minhas extremas*, configurando assim a ribeira como limite.¹⁰⁴

Também o Pico da Vigia, que podemos considerar como o vértice oposto ao deságua da Ribeira do Salto das Maçãs, para além do famoso miradouro sobre o mar e a costa da ilha, e que será um motivo acrescido para sua aquisição, constituiu ele próprio uma forma topográfica clara. Tal como a linha da água referida, também ele foi objecto de uma compra específica: enquanto a maioria

¹⁰³ “Junto à habitação do Sr. José do Canto, na lagôa, a matta é alternada com alguns massiços de flôres”, M. Emygdio da Silva, ob. cit., p. 61.

¹⁰⁴ Cf. Carta de JC a António Bernardes d’Abreu Lima, 5 Março 1866, Copiador de Correspondência, UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 334. Serão os 19 alqueires da *pouca de terra* do Ferreira, referida no parágrafo 7.º da *Lembrança de algumas cousas feitas entre 30 de Junho de 1864 e 30 de Junho de 1865* (UACSD 16943, Doc. anexo F08), correspondendo ao vale n.º 15 da *Relação descriptiva dos valles da Fajaã das Rabaças, começando da Ermida para o Ponente* (UACSD 13448, Doc. anexo F02). Pela leitura das cartas entre 1865 e 1866 daquele Copiador de Correspondência, verifica-se que os negócios para aquisição de terra nas Furnas continuam. Na carta citada percebe-se que está também em curso o negócio de outra terra pertencente a um Francisco Amâncio.

dos outros terrenos do Forno da Cal foi comprada em grupo a gente da Ribeira Quente e Furnas representada por um único procurador,¹⁰⁵ o dono do *matto do Pico da Vigia* foi directamente contactado por José do Canto.¹⁰⁶

O que é um facto é que a propriedade constitui claramente uma unidade paisagística, no sentido em que a configuração dos seus limites coincide com figuras precisas que o território físico desenhou, conforme demonstra a descrição das suas confrontações: pelo nascente, confronta ora “com propriedade do Marquez da Ribeira, ora com as quebradas e despenhadeiros sobranceiros à Ribeira chamada quente e caminho acima mencionado que vae para a Freguesia da Ribeira Quente: pelo sul corre pelo mais alto dos montes que olhão ao mar [...]”¹⁰⁷ Os *despenhadeiros* a nascente e a sul garantem a inacessibilidade de gado por estes lados, o que, embora não seja referido em parte alguma por José do Canto, é uma grande vantagem para quem planeia plantar árvores. Além disso, correspondem a um limite topograficamente evidente. O desenho da propriedade nos seus contornos é, assim, e apesar de todas as dificuldades inerentes à aquisição de terrenos em parte arrendados ou mesmo vinculados, o primeiro projecto.

A Avenida do Lago

Segundo ponto a analisar é o facto de José do Canto comprar terrenos junto à Lagoa, mas de ambos os lados da estrada para Vila Franca do Campo. Quando, em 1852, ali começou a plantar pinhos e a comprar mais terra, na zona dos Covões tomou a estrada para Vila Franca como limite. É possível que tivesse tentado a aquisição da totalidade do covão de Diogo Preto, já que todo o restante perímetro da propriedade corresponde a linhas bem desenhadas pela topografia, mas, pela correspondência com António Bernardes de Abreu Lima, seu procurador na Ilha, percebe-se que nem todas as tentativas de aquisição ou permuta de terras nas Furnas foram bem sucedidas. É já depois do projecto de 1861 de Barillet-Deschamps para o Forno da Cal que a *Direcção das Obras*

¹⁰⁵ Cf. *Relação das pessoas a quem comprei terrenos nas Furnas, porções e preço*, folhas cosidas, UACSD, FBS-AJC.

¹⁰⁶ Cf. Carta de Joaquim António Rebello, o dono, a JC, Rosto de Cão, 30 Janeiro 1853, UACSD, FBS-AJC, confirmando a venda. Esta carta está cosida à *Relação* mencionada na nota anterior.

¹⁰⁷ Nestor de Sousa, ob.cit., Doc. 9, p. 202.

Publicas do Districto lhe envia o projecto para a Estrada Real n.º 13 com o Offício de 23 de Março de 1862. O novo traçado da estrada de Vila Franca entra-lhe pela chã de Diogo Preto adentro, inscrevendo-se na encosta nascente do covão a cota um pouco acima da chã, apartando-a totalmente do resto da propriedade. José do Canto vai apresentar uma contraproposta.

O *Project de l'Avenue du Lac* (Fig. 1.77), que apresenta como alternativa às Obras Públicas¹⁰⁸, propõe o traçado da Estrada Real n.º 13 em dois tramos rectos com um perfil de alameda: a estrada é bordejada por um compasso regular de árvores, com passeio e valetas de drenagem de ambos os lados (Fig. 1.77a). As duas rectas, aparentemente tão 'novas' na sua geometria rigorosa, estão exactamente sobrepostas ao percurso da estrada antiga. A estrada teria sempre de atravessar a propriedade, como, aliás, já acontecia, mas mantendo-lhe a implantação, José do Canto assegurava a figura paisagística iniciada: a estrada existente e a ribeira do Rosal desenham-lhe as fronteiras da propriedade no quadrante sudoeste¹⁰⁹.

A 'avenida do lago' revela a negociação entre o interesse público e o interesse privado: por um lado, o privado beneficia da delimitação pela via pública, por outro o público beneficiará, mais à frente, do 'passeio' pelo parque do privado e, em ambos, pelo 'embelezamento' arbóreo.¹¹⁰ Repare-se que, com o perfil de

¹⁰⁸ “[...] p^a informar o incluso requerimento, acompanhado de dois desenhos relativos à **proposta feita pelo proprietário José do Canto** p^a substituir pela variante q, indica, a parte da directriz da estrada real n.º 13 de Villa Franca do Campo ao Valle das Furnas, na porção q, tem de atravessar a sua propriedade sita na Lagoa d’aquelle Valle” (bold meu). Carta do Director Geral [das Obras Públicas] a JC, 10 de Janeiro de 1877, BPARPD, JC CORR. Cx. 1/24. A mesma carta narra o longo processo iniciado com a recepção da proposta de JC: primeiro examinou-se a mesma “sobre o terreno”, depois, reconhecida daquela maneira a viabilidade da variante *segundo a directriz por uma ravina denominada dos “Covões”, torneando a encosta da mesma*, mandou-se proceder aos estudos de campo, planta, perfil longitudinal e transversaes, memória descritiva e orçamento, para avaliação final dos dois traçados, mais uma vez, “sobre o terreno”.

¹⁰⁹ “[...] pelo ponente confina com terrenos de que é Senhorio directo o Coronel Antonio Casimiro Silveira Moniz ate chegar ao Caminho que desce da Grotta de Diogo Preto, e conduz para as Furnas, **a par do qual caminho corre esta propriedade ate chegar ao logar em que desemboca a Ribeira do Rosal, [...]**” (bold meu). Descrição das confrontações da propriedade das Furnas, s.d., transcrita em Nestor de Sousa, ob.cit., Doc. 9, p. 202.

¹¹⁰ Em carta não datada, posterior a 1865 e já citada em rodapé neste capítulo, JC menciona que a Câmara Municipal da Povoação reclama o “direito de propriedade sobre **faixa de terreno entre a actual estrada e a sebe que defende uma parte da minha propriedade**, pela razão de não estar tapada a dita propriedade.” (bold meu), UACSD, FBS-AJC. Ou seja, o projecto proposto por JC que, com os passeios laterais, alarga o perfil da estrada existente, cede terreno para o benefício público que era, no entanto, já reclamado pelo mesmo.

alameda, a estrada passa a ser uma entidade autónoma, construindo um espaço canal ao mesmo tempo que, sucessivamente, delimita e atravessa a propriedade. O atravessamento, numa zona que não desintegra a propriedade (como aconteceria com a chã de Diogo Preto na proposta das Obras Públicas), confere ao prédio um carácter 'público', lembrando os parques de Londres e Paris que o micaelense conhece bem, donde o tratamento paisagístico terá de ser exemplar, ou não fosse a estrada uma protagonista das *obras de civilização*. Ainda que não esteja identificado, parece evidente que a Avenue du Lac terá tido o seu desenho encomendado ao mesmo Georges Aumont, ou seu colaborador,¹¹¹ já que o seu traçado corresponde rigorosamente à ampliação do que desenhou no projecto de 67. Ou o contrário.

O projecto de Barillet-Deschamps para o Forno da Cal, com data de 1861, embora representasse a estrada real, não lhe propunha tratamento ou perfil particulares. Naquele desenho, a estrada atravessa a propriedade como se lhe pertencesse, sem delimitação de qualquer espécie, afirmando-se diferente dos caminhos apenas por ser recta e mais larga. A estrada só será pensada como objecto paisagístico após José do Canto receber o desenho das Obras Públicas. Não se pense que o traçado da estrada não terá tido mão de José do Canto, resultando apenas das opções do seu autor francês: primeiro, este não teria outro conhecimento do sítio que não fosse o da cartografia complementada pelo testemunho do encomendador; segundo, já o pai de José do Canto dirigira obras de estradas ao tempo de Sousa Prego, e o filho saberia alguma coisa da sua tecnologia, o que lhe permitia avaliar e comparar soluções, nomeadamente a proposta pelas Obras Públicas.

Depois de historiar o aforamento do baldio do Forno da Cal pela Câmara de Vila Franca, retomando a faixa de terreno em disputa, acrescenta na mesma carta que "O nível variável da Lagoa fez que fosse variável a estrada da Villa para as Furnas n'aquelle sítio. Hoje depois de fixada a estrada real, não só ficou aq.e terreno notavelmente reduzido, mas com as escavações a que se procedeu, uma parte no seu estado actual está reduzida a um pântano." Justificam-se deste modo as valas de escoamento recortadas a seguir aos passeios no perfil-tipo da Avenida.

¹¹¹ Projecto *Avenue du Lac*, desenho sobre papel, s.a., s.d., UACSD, FBS-AJC.

Em 1878, é enviada a José do Canto uma planta da Chã de Diogo Preto apresentando os dois traçados sobrepostos¹¹² (Fig. 3.38). Este desenho é um documento excepcional, pois mostra os projectos alternativos para a estrada moderna e, simultaneamente, a estrada antiga, que seria então a única existente. Desenhada com duas linhas pretas paralelas, pode ver-se, exactamente coincidente com a linha de água que seria a Grota de Diogo Preto, a *estrada* que ligava as Furnas a Vila Franca do Campo pelo *caminho da Gaiteira*¹¹³ (Fig. 3.38a). O relevo, expressivamente representado pelas apertadas curvas de nível com uma equidistância de 5 metros, mostra um caminho bem escavado pela erosão sazonal da água das chuvas: assim era a tecnologia das ‘estradas’ da Ilha,¹¹⁴ bem ilustrada pelos irmãos Bullar no seu diário de viagem¹¹⁵.

Analisemos agora as estradas modernas, e veremos que há uma mais moderna do que a outra. A fim de garantir uma descida progressiva mas suave para a cota da lagoa, o traçado das Obras Públicas (riscado a sépia na planta) contornava mimeticamente as encostas, que marginavam o primeiro ‘covão’ e a chã de

¹¹² [Legenda no verso:] *Direcção d'Obras Publicas/ Districto de Ponta Delgada/ Projecto para a construcção da estrada real n.º 13 entre Villa Franca e o Val das Furnas 4.º Lanço entre os perfis n.ºs 1294 e 1595Bis e respectiva variante/ Planta/ Escala 1,0m/2:500/ Direcção das Obras Publicas do Districto de Ponta Delgada 27 de Dezembro de 1876/ (Assignado) O Director Int.º Antonio Augusto Sousa e Silva, UACSD, FBS-AJC. Lateralmente, e a sépia, foi acrescentado: Planta a que se se refere a certidão d'esta data. Ministério das Obras Publicas Commercio e Industria em 17 de Maio de 1878. Mathias Cyprianno [ilegível].*

¹¹³ A carta das estradas *Ilha S. Miguel / Escala 1:50.000*, (Fig. 1.76a), representando as estradas construídas, em construção, decretadas ou projectadas e em estudo em 1887, legenda a continuação do caminho da “Gaiteira” com “grota de Diogo Preto”, confirmando a minha suspeição toponímica. A posterior *Planta da Lagoa das Furnas, Escala 1/5.000*, UACSD, FBS-AJC (Fig. 1.78), também designa por “Grota de Diogo Preto” um caminho que entronca na estrada real a poente da lagoa. No entanto, em ambas as cartas a representação topográfica é excessivamente simplificada e mesmo incorrecta (omitindo os Covões), para que o possamos localizar. Mas a carta militar mais recente (*Carta Militar de Portugal*, Folha 33, esc. 1: 25.000, Série M889, Edição 2-IGE-2002) ainda regista a preto o arranque do caminho pela grota acima a partir da estrada nacional, não deixando dúvida quanto à localização na topografia do antigo caminho.

¹¹⁴ Numa carta do feitor das matas de JC no Porto Formoso, a toponímia confirma o uso das linhas de água como caminhos: “[...] hei-de arranjar as plantas d'alamo para se plantarem no **caminho velho da grota do ferro.**” (bold meu), Carta de Francisco Tavares a JC, Porto Formoso, 11 Janeiro 1884, UACSD, FBS-AJC.

¹¹⁵ José Marques Moreira, *Alguns Aspectos de Intervenção Humana na Evolução da Paisagem da Ilha de S. Miguel (Açores)*, Lisboa, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, 1987, fig. 6, p. 16, ilustra esta ‘tecnologia’ recorrendo a uma eloquente gravura dos irmãos Bullar publicada no seu diário de viagem *Um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas*, trad. por João Hickling Anglin, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 3.ª ed., 2001, p. 255. Embora se trate de um caminho artificialmente escavado no tufo de pedra pomes, a água terá sido o primeiro agente modelador. *Sunken pumice lane, near Villa Franca*, legenda do original, mostra ainda as urzes (*Erica azorica*) a segurar os bordos superiores dos taludes, tal como ainda hoje pode ser visto nalguns caminhos rurais.

Diogo Preto, quase paralelamente às curvas de nível. Se bem que aumentasse o declive, chegando aos 8%, a *variante do suplicante* José do Canto (a azul na planta) resolvia-se, ultrapassado o aperto do relevo antes da chã, em apenas dois tramos rectos com uma única curva a ligá-los (na planta citada figura somente o primeiro destes tramos). O traçado das Obras Públicas, afeiçoado à topografia, tinha mais curvas, o que explica a diferença de mais 400 metros de extensão: para ligar os mesmos extremos, o traçado oficial tinha 1:943m.41 de comprimento, enquanto a variante proposta media 1:529.m13. Os sucessivos ajustes com a topografia em aterros e desaterros para manter uma inclinação constante, para além da maior extensão, justificam a grande diferença de custo: a variante orçava em 5.664 contos de réis (em *moeda forte*), o projecto das Obras Públicas atingia os 12.144 contos. Acresce que se oferecia “o proprietário cooperar com a metade da despesa a fazer na parte da variante que passa pela frente da sua propriedade”.¹¹⁶ Em Setembro de 1874, um Coronel do Ministério das Obras Públicas fez *in situ* a avaliação dos projectos alternativos.¹¹⁷ Contas feitas, o projecto francês de José do Canto é aprovado por despacho de 3 de Setembro de 1877,¹¹⁸ e em 78 está em construção.¹¹⁹

Se o perfil de alameda constrói a exaltação do espaço propriamente dito da estrada, a importância do traçado final em apenas duas rectas *versus* uma versão, que vimos mais reencurvada, é igualmente significativa, pois, para além da maior racionalidade do desenho, esta será também uma estrada panorâmica: após um trajecto sinuoso e de grande declive apertado entre as cavas dos

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ “Na 3.^a feira [fomos] á observação da estrada projectada, e da que eu propunha, e por lá andámos desde as 8 da manhã até á uma hora da tarde. O Coronel estava muito mal disposto, provavelmente por informações que lhe tinham dado, eu não insisti em nada, mas depois de ver, mudarão-se as scenas, por que a vista faz fé. Lá mandou fazer novos estudos para basear o seu informe, não sei o que sairá d’ali.” Carta de JC a seu irmão Eugénio, Ponta Delgada, 13 Setembro 1874, AP-FACHN.

¹¹⁸ Cf. Certidão passada a JC pela Repartição de Obras Públicas do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, datada de 6 Maio 1878, com orçamento datado de 27 Dezembro 1876, UACSD, FBS-AJC, acompanhado de cópia sobre tela legendada em português do Projecto da *Avenue du Lac* citado *supra*.

¹¹⁹ Em carta a JC, de Ponta Delgada, 16 Maio 1878, UACSD, FBS-AJC, Miguel Henriques pede autorização para tirar pedra de terreno seu, uma vez que a pedreira de que se serviam na Ribeira do Rosário *está exausta*, sendo ainda muito necessária porquanto a variante escolhida exige construir “um grande aqueducto para dar vazão as aguas da grota dos Calhaus” perto da Lagoa das Furnas.

montes a descer para os Covões, a estrada vinda de Vila Franca endireita-se e aplanase, em declive contínuo, sobre as chãs que se abrem de ambos os lados, estendendo-se como uma passadeira na antecâmara da grande vista sobre a Lagoa, que permanece escondida pelo aperto entre o Lombo do Mosquito e o Pico do Fogo. A sucessiva abertura e contracção espacial dramatiza a ‘descoberta’ da Lagoa. Escreve Bento Carqueja em 1894:

*Quando a estrada [do Sul] desce para o Valle das Furnas, passa entre matta de espesso arvoredo, divisando-se, de onde em onde, as hortencias, que aqui apparecem pelos montes em floração opulenta, com os seus novellos de saphyra. De surpresa, a estrada faz-nos defrontar com a lagoa das Furnas, ampla bacia de agua entre montanhas verdejantes.*¹²⁰ (itálico no original, bold meu).

Na escala geográfica, construiu-se assim uma nova chegada às Furnas, alternativa horizontal à oblíqua revelação das Pedras do Galego.

A ilha (quase) cortada ao meio

Como expus anteriormente, e ao contrário do que ele próprio afirma a José Jácome, José do Canto tinha desde o início um plano de exploração económica das matas, que começou desde logo a plantar no Forno da Cal, enquanto reservava a chã próxima da lagoa e, no outro lado da estrada, a Fajã das Rabaças, na margem sul da lagoa, para o programa recreativo.¹²¹ O recreio como projecto também vinha de longe, tendo encomendado a David Mocatta uma *boat house*, *summer house*, *fountain* e um *little seat building at the corner* já em 1846,¹²² quando ainda nada adquirira nas Furnas, nem tinha ainda comprado a lagoa do Congro. A *boat house* poderia ser a mesma que Mocatta legendava com a letra G à ilhargá da *Ornamental Water or Lake* que propunha para as

¹²⁰ Bento Carqueja, *Os Açores, Notas Instantâneas*, Ponta Delgada, Bibliotheca da Autonomia dos Açores, vol. II, 1894, p. 13.

¹²¹ Na já referida *Distribuição do terreno da minha propriedade das Furnas*, UACSD, FBS-AJC, Doc. anexo F04, lê-se no verso, penúltimo parágrafo, “Parque, Pomares, horta e terreno de recreio” tendo como parcelas [a chã do] Forno da Cal e a Fajã das Rabaças.

¹²² Cf. Nestor de Sousa, “Os «Canto»...”, p. 157, ou Doc. 8, p. 200. Este programa terá sido encomendado a Mocatta aquando da viagem de JC a Londres em 1846, quando regista ter reunido com o architecto. Cf. Caderno intitulado no interior *Despezas meudas de Caza na Ilha do Faial desde o 1.º de 8bro. de 1845 em diante.*, UACSD, FBS-AJC, e Cartas III e IV, de Londres, de 5 Abril e 20 Maio 1846, de JC para José Jácome, em José do Canto, ob.cit., p. 6-8.

pedreiras de Santana no projecto de 1845/46 para a Casa e Jardim na Cidade,¹²³ bem como podiam ainda para ali destinar-se a fonte e o pavilhão. Já a *summer house* teria de destinar-se a outro lugar. José do Canto já tinha as lagoas em mente, ou pensava então no litoral, o que me parece improvável.¹²⁴

Nas margens da lagoa, a poente da estrada, vai concentrar as exóticas, mesmo se as encontraríamos também espalhadas por outras chãs. Veja-se a descrição deleitada, numa espécie de contabilidade contemplativa, do plantio das parcelas que compõem estes terrenos que *foram de Gonçalo d'Atahyde*: não consta um único pinheiro.¹²⁵ As encostas e os altos reservam-se para as matas constituídas maioritariamente por pinheiros. As matas acumulam a mais-valia económica com a função de protecção contra os ventos,¹²⁶ e ainda desenham o 'fundo de cena' para os arranjos à cota baixa. A estratégia geral de colonização assenta assim na diferenciação topográfica.¹²⁷

¹²³ Ver reprodução do *Plan of Estate at St. Michael in the Azores* em Isabel Soares de Albergaria, ob.cit., fig. 88, p. 115.

¹²⁴ Loudon adverte para *the unfitness of most maritime situations for garden purposes*, dada a dificuldade de cultivar vegetação ornamental na proximidade do mar, ainda que reconheça que *The grandeur and variety of a marine prospect at every season of the year are powerful considerations*. Cf. J. C. Loudon, *An Encyclopaedia of Cottage, Farm and Villa Architecture*, London, Longman, London, Brown, Green and Longmans, (1833) 1842, p. 765.

¹²⁵ "Valle N.º 1 - Álamos Lombardos – crescimento regular. / N.º 2 - Cedros das Bermudas bonitos; e no fim Carvalhos. [...] / Entre o Valle N.º 5, e o N.º 6 há uma pequena chapada com bonitos Cedros das Bermudas, alguns pecegueiros, e uma eirinha espaireçosa. [...] / N.º 6 - d) Plátanos, Cryptomerias, Cedros de Goa: tudo muito bonito [...] / f) Nogueiras pretas, carvalhos da Turquia (muito bonitos), Thuyas, Olmos, Álamos, Plátanos [...]" etc., em *Relação descritiva dos valles da Fajã das Rabaças, começando da Ermida para o Ponente*, UACSD, FBS-AJC 13448, Doc. anexo F02. A árvore mais plantada em todos os valles é o Carvalho.

Da *Medição* posterior à morte de Maria Guilhermina supra-citada (Doc. anexo F05) lê-se, sobre esta parcela, que é a EE, que "os Ciprestes das Bermudas, os Cedros do Bussaco, e mesmo muitas Cryptomerias tem morrido".

¹²⁶ V. Aurora Carapinha, *Da essência do jardim português*, tese de doutoramento, 2 vol., Universidade de Évora, 1995: uma das funções tradicionais das matas nas *quintas de recreio* do Continente é a de abrigar a propriedade contra o vento, por isso se localizando sistematicamente a norte donde sopra o vento predominante. Em S. Miguel não é tão clara essa função, já que, embora a maior frequência média anual provenha do N e NE, o vento sopra mais de W e SW no mês de Fevereiro, e poderá soprar violentamente de qualquer quadrante em qualquer dia do ano, cf. Victor Hugo Forjaz (coord.), *Atlas Básico dos Açores*, Ponta Delgada, Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores, 2004, p. 48. Nos relatórios sobre o estado das plantações que os feitores enviam regularmente a JC são frequentes as alusões aos prejuízos causados pelos fortes *castigos de vento* nas matas, que assim absorvem o primeiro impacto. Claro que, com o 'vazio' da lagoa em frente, não há aqui qualquer protecção para o vento Norte.

¹²⁷ Veja-se, num esboço de Inventário, UACSD, FBS-AJC, o parágrafo N.º 25 intitulado "Conta de despesas de guarda, conservação e cultura da **parte baixa e ajardinada** de um prédio na margem da Lagoa das Furnas pertencente ao Casal da falecida D. Maria Guilhermina Taveira Brum do Canto desde o dia do seu óbito até 14 d'Abril de 1890, e o N.º 26 Conta de despesas de guarda,

Só consegui encontrar o mapa da propriedade da granja do Porto Formoso, mas do plano de 1867, de Georges Aumont, deduz-se a propriedade da lagoa das Furnas. Dos documentos escritos de várias ordens sabemos das áreas e confrontações das propriedades na lagoa do Congro e das matas ditas das *Roças de S. Brás*¹²⁸, na encosta norte a descer para o Porto Formoso. Estas *Roças* em conjunto com os *Matos de Villa Franca*, que confrontam com a Ribeira das Tainhas¹²⁹, esboçam uma mancha de terra que, significativamente, quase atravessa a ilha de sul a norte. E, por pouco, os terrenos da Cafua do Guerra, situados a nascente da Lagoa do Congro¹³⁰ (Fig. 1.69) não ligavam aos matos da Lomba do Mosquito.¹³¹ Ou seja, por pouco, a Ilha quase era cortada ao meio por propriedade de José do Canto.

conservação e cultura de 1 **grande extensão de matas** junto da Lagôa das Furnas pertencente ao Casal da falecida D. Maria Guilhermina Taveira Brum do Canto desde o dia do seu óbito até 14 d'Abril de 1890." (bold meu). Henrique Aguiar de Oliveira Rodrigues, actual co-proprietário por casamento com Margarida Jácome Corrêa Hintze Ribeiro Oliveira Rodrigues, sugere que "José do Canto foi ajardinando a mata de baixo para cima", o que faz sentido, quer relativamente ao abrigo de vento que as matas proporcionam às ornamentais, quer relativamente à regra de Barillet-Deschamps de plantar em primeiro plano as espécies mais raras.

¹²⁸ "Roças de S. Braz. Em continuação dos mattos da Villa vem uma porção ate ao logar de S. Braz", que fica a nascente do Porto Formoso. Doc. anexo P01, fl. 62.

¹²⁹ O 8.º vínculo instituído por Júlia Taveira da administração de Maria Guilhermina inclui "criações com pastos desde o Porto Formoso até à Ribeira das Tainhas". Morgado João d'Arruda Botelho da Câmara, Notas de Ernesto do Canto, *Instituições Vinculares e Notas Genealógicas*, Leitura diplomática e tratamento do texto de Nuno Álvares Pereira, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1995, p. 191.

¹³⁰ Localizei estes terrenos em planta das Obras Públicas para expropriação necessária à construção de estrada municipal. A planta acompanha o Ofício N.º 469 L.º 1.º da 3.ª Secção de Construção das Obras Públicas do Distrito de Ponta Delgada, com data de 23 Setembro 1889 e assinado pelo *Conductor Chefe* da mesma, Rodrigo Guerra Alvares Cabral, UACSD, FBS-AJC, propondo a expropriação amigável por 20\$000 rs. por alqueire de terreno para a *construção de estrada Municipal de 1.ª classe comum aos Concelhos da Villa da Ribeira Grande e Villa Franca do Campo*. Os terrenos atravessados pela dita estrada localizavam-se no sitio denominado *Cafua do Guerra* (cf. Cópia de carta de resposta ao pedido de expropriação, de 27 Setembro 1889, UACSD, FBS-AJC 2328), onde hoje a Carta Militar Série M889, Folha 33, situa a *Feira das Meias* e a *Roça do Abano*, mas a planta oitocentista não lhes configura os limites.

¹³¹ Cheguei a pensar que JC adquirira a terra que preencheria o hiato entre os seus domínios na Lagoa do Congro e na Lagoa das Furnas, ao encontrar referência a uns prédios denominados "Castello Branco" e uma "St.ª Catherina" com os n.ºs 4427 e 4428 em *Immoveis, em que licitei – Ptª Delgada* no Caderno de 14 páginas intitulado *Notas de Inventario e Partilha após a morte de Maria Guilhermina Taveira Brum da Silveira, 1887.07.02, Revisto*, UACSD, FBS-AJC. JC e os seus trabalhadores circulariam assim entre o Porto Formoso, a Lagoa do Congro e a Lagoa das Furnas, que eram importantes e complementares núcleos de produção hortícola, pecuária e silvícola, sem saírem da propriedade do morgado. A racionalidade geográfica desta aquisição é explícita numa carta escrita na Lagoa do Congro, 11 Julho (s/ano), para as irmãs, UACSD, FBS-AJC 12794 Doc. anexo P04, em que JC refere que vai experimentar *uns atalhos* para da Lagoa do Congro ir à Lagoa das Furnas, sendo que o caminho mais curto passa pelo Pico da Cova da

No epicentro da modernidade. As lições de Welwistch

David Mocatta, o primeiro arquitecto que José do Canto contratou, era arquitecto de estações de caminhos-de-ferro e sinagogas, o que não o impediu de desenhar o amplo jardim que envolveria a mansão que projectou para Santana, ao norte de Ponta Delgada. Barillet Deschamps tanto se intitula simplesmente *Architecte*,¹³² como é apresentado como *Jardinier en Chef du Bois de Boulogne, du Parc de Vincennes, des Squares et Jardins Publics de la Ville de Paris*,¹³³ como ainda *Architecte de Jardins* na legenda do Projecto para a chã do Forno da Cal de 1861.¹³⁴ Georges Aumont, *Architecte de Jardins* em 1864¹³⁵, já era *architecte-paysagiste* em 1867.¹³⁶

Mocatta era um Arquitecto que também fazia Paisagismo, Aumont era um Paisagista que também fazia Arquitectura. Paxton era um Jardineiro que em 1851 fazia Arquitectura *high-tech*. Não era clara a distinção das respectivas tarefas, tal como não era clara a distinção entre um paisagista e um horticultor. E ainda

Catarina e pelo Castelo Branco. Com efeito, a noroeste da Lomba do Mosquito, localizamos estes topónimos que acrescentariam ao contorno da planta da propriedade das Furnas por Aumont a mancha cartografada em Isabel Soares de Albergaria, *Parques e Jardins...*, 2005, p. 105. Mas os prédios referenciados eram relativos a lugares homónimos na Ilha do Faial, correspondendo aos descritos sob os mesmos números no Inventário Orfanológico de JC, cf. *Relação dos bens imobiliários pertencentes ao casal do finado José do canto, existentes na Ilha do Faial (Açores), que apresenta a inventariante sua filha, D. Margarida Brum do Canto Hintze Ribeiro, Freguesia de S. Catharina (Castelo Branco)*, BPARPD, *Inventários Orfanológicos TCPDL*, M.402, n.º 26, 1898, vol. 3.

A descontinuidade entre as propriedades das duas lagoas confirma-se na descrição das confrontações dos prédios respectivos. Por exemplo, na *Relação dos bens imobiliários pertencentes ao casal do finado José do canto, existentes na Comarca da Villa da Povoação*, [...], do mesmo Inventário, o prédio rústico n.º 2 sito à Fajã das Rabaças, que inclui a Lomba do Mosquito, confronta a oeste com *mattos dos herdeiros de António Manoel Raposo do Amaral, e Laureano de Sousa, do dito lugar das Furnas*, e não com terras do próprio, cf. BPARPD, *Inventários Orfanológicos TCPDL*, M.402, n.º 26, 1898, vol. 2.

¹³² Como no já referido *État de plantations pour la propriété de Monsieur José do Canto, sise Ile St. Miguel, Archipel d'Açores*, transcrito por Nestor de Sousa, ob.cit., Doc. 11, p. 207.

¹³³ Cf. epígrafe de Carta a JC de Georges Aumont, em que este escreve na qualidade de representante de Barillet Deschamps, transcrita por Nestor de Sousa, ob.cit., Doc. 13, p. 213.

¹³⁴ Cf. *Propriété de Mr. José do Canto, sise Ile St. Miguel - Archipel d'Açores*, AP-MJCHR.

¹³⁵ Cf. Nestor de Sousa, ob.cit., Doc. 13, p. 213

¹³⁶ Cf. projecto para os terraços frontal e lateral à casa de JC em Santana (planta, *Échelle de 0^m,01 pour mètre*), e projecto para *allée* elíptica no terreno contíguo a poente da casa (planta, *Échelle de 0^m,002 pour mètre*), ambos com o rótulo *Propriete de M^r Jⁿ do Canto sise a San Miguel / Plan dressé par Georges Aumont architecte-paysagiste, Rue de la Pompe 71, Passy, Paris*, AP-AHR (bold meu). O primeiro projecto está publicado em Isabel Soares de Albergaria, *Quintas, Jardins e Parques...*, fig. 95, p. 120.

havia quem, como John Claudius Loudon, defendesse e argumentasse a fusão dos dois saberes, como vimos.

Em Maio de 1865, tendo por intermediário Carlos Maria Gomes Machado, micaelense residente em Coimbra e futuro fundador do Museu de Ponta Delgada, a Universidade de Coimbra solicita José do Canto para auxiliar António Augusto da Costa Simões, que se encontrava em *Comissão Científica* em Paris, na contratação de um *Jardineiro botânico* a fim de re-organizar o Jardim Botânico daquela instituição.¹³⁷ Com o regresso de Costa Simões¹³⁸ a Coimbra, José do Canto é mandatado em Março de 1866 pelo Director do Jardim Botânico, Dr. Henrique do Couto d'Almeida, com plenos poderes para concretizar aquela incumbência.¹³⁹

José do Canto recorre aos seus conhecidos directores do *Jardin des Plantes*, em Paris, e dos *Royal Gardens of Kew*, em Londres, que era à época o maior jardim botânico do mundo. Joseph Descaines, director do Jardin des Plantes, recomendara Edmond Goeze¹⁴⁰ que ali trabalhara e que agora se encontrava em

¹³⁷ Cf. Carta de JC a Welwitsch, 16 Janeiro 1866, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fls.182-183. Terá sido Carlos Maria Gomes Machado a convencer o lente de Botânica a contratar um *Jardineiro em chefe* para pôr em ordem o Jardim Botânico (veja-se, no mesmo Copiador, a carta de JC de 17 Março 1866).

¹³⁸ Professor em Medicina na dita universidade, e autor da adaptação do Colégio das Artes a Hospital Universitário da Universidade de Coimbra. V. João Paulo Providência, *A Cabana do Higienista*, Coimbra, e|d|arq, 2000.

¹³⁹ Cf. Carta de JC a Welwitsch, 17 Março 1866, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 406-409v.

¹⁴⁰ Edmond Goeze, alemão, mas falando e escrevendo fluentemente em francês e inglês, chega a Coimbra em Julho de 1866. Entende-se em latim com o Dr. Henrique do Couto d'Almeida, porque este não fala francês. (Cf. Carta de E. Goeze a JC, Coimbra, 22 Julho 1866, UACSD, FBS-AJC). Logo de seguida é enviado a S. Miguel de onde traz inúmeras plantas oferecidas por JC e seu irmão Ernesto do Canto, José Jacome Corrêa e António Borges. Até 1872 elaborou com o Dr. Antonino Vidal o *Index Seminum*, catálogo de sementes e esporos do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, essencial para as trocas com outras instituições. Tem artigos publicados no *Jornal de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes* da Academia Real das Sciencias de Lisboa sobre bibliografia botânica (1868 e 1869) e sobre a evolução das espécies (1867). No final de 1873, é contratado por intermédio do Conde de Ficalho para organizar o embrionário Jardim Botânico da Escola Politécnica. Será colaborador do portuense *Jornal de Horticultura Prática* (1870-1892). Ficará para sempre grato a JC com quem se corresponderá, acompanhando e difundindo no Continente as noticias de S. Miguel, recebendo de Santana plantas para o jardim da Politécnica, enviando sementes, até pelo menos 1893, escrevendo-lhe então de Greifswald, na Prússia, de cujo Jardim Botânico é Jardineiro-chefe desde 1876. (V. *Jardim Botânico de Ciência de Lisboa, Guia*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1967, para além da correspondência guardada na Universidade dos Açores, FBS-AJC).

Kew¹⁴¹. Contactado por Descaines, Goeze recusara o convite para Coimbra, calculando José que o fizera por *motivos de delicadeza* para com o outro Joseph, Hooker, seu director em Kew. O micaelense insistirá aumentando a oferta do ordenado proposto até ser bem sucedido. Paralelamente, José do Canto troca uma muito interessante e didáctica correspondência com Friedrich Welwitsch, em que este questiona criticamente a 'encomenda' coimbrã e disserta sobre as diferentes competências do *paisagista* e do *jardineiro* em simultâneo.

Friedrich Martin Josef Welwitsch (1806-1872) era um naturalista austríaco que em 1839 partia de Esslingen precisamente a caminho dos Açores em viagem de exploração científica.¹⁴² Ficando-se afinal por Lisboa, onde será conservador do Jardim Botânico da Ajuda nos anos 40, foi incumbido, em 1851, pelo Governo português de estudar a flora africana, tarefa que desempenhou *in loco*, de 1853 a 1861, ficando para a posteridade a *Welwitschia Mirabilis* por ele 'descoberta' no deserto de Moçâmedes. Sempre a expensas do governo português, seguiu depois para Londres com as cobiçadas colecções de espécimes que recolheu na expedição, a fim de os estudar na capital do conhecimento científico onde disporia dos meios bibliográficos necessários.¹⁴³ Conhecendo, tal como José do

¹⁴¹ Costa Simões já tinha o nome de um *Jardineiro em chefe* belga aconselhado por Van Houte, famoso viveirista de Gand, mas levado por JC a ouvir de viva voz as recomendações de Descaines, alinha então pela solução alemã. O cerco montado por JC a Edmond Goeze com a ajuda de Welwitsch, que desde logo confirma o acerto da escolha de Goeze e que irá diariamente a Kew, obtém resultados em Abril de 1866, quando já se discutem os termos do Contrato a assinar. Cf. Cartas de 1866 entre JC e F. Welwitsch, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230.

¹⁴² A missão botânica, promovida pela União Itinerária de Esslingen, incluía também as Canárias e Cabo Verde. Para a biografia deste austríaco, veja-se Helmut Dolezal, *Friedrich Welwitsch, vida e obra*, traduzido e anotado por A. W. Exell e E. J. Mendes, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974.

¹⁴³ Em 1863, levou para Londres 4 mil espécies de plantas e quase 3 mil de insectos e outros animais recolhidos em Angola. Para além destes, o naturalista austríaco coligiu também amostras de madeiras, plantas medicinais e objectos etnográficos que foram mostrados na Exposição Internacional de Londres de 1862. Como não conseguisse dar ao prelo o prometido *Sertum Angolense* sobre a Flora angolana, nem justificasse o seu atraso, o governo português suspendeu-lhe o ordenado. Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa/Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, vol. XXXVI, s.d. (o vol. XL é de 1960). Depois da morte de Welwitsch em 1872 em Londres, o governo português reclamou a devolução das colecções, enviando, para isso, Edmond Goeze por duas vezes a Londres, em 1873 e em 1876.

Para além de conservador do Jardim Botânico da Ajuda, de 1840 a 1844, Welwitsch foi depois 'orientador' do Jardim do Lumiar, propriedade do Duque de Palmela onde trabalhou com o cenógrafo Cinatti, tendo conhecido de perto o meio dos jardins lisboetas e jardineiros

Canto, Joseph Hooker, director dos Kew Gardens desde o ano anterior, será por estar a residir em Londres e assim poder facilmente interceder junto daquele, que o micaelense se põe em contacto com Welwitsch que havia conhecido previamente em Paris.¹⁴⁴ Desse contacto resulta uma troca de correspondência ao longo de mais de um ano, na qual, para além da contratação do jardineiro para Coimbra, se comenta a realidade científica nacional e o meio universitário conimbricense. Face à indefinição das respostas de Coimbra à insistente demanda de José do Canto sobre as qualificações e tarefas a desempenhar pelo novo jardineiro, Welwitsch¹⁴⁵ propõe que, para além de um jardineiro botânico, como o seria Goeze, se contratasse um “**Jardineiro de paisagem**” para esboçar, criar e aprontar o novo jardim, no tempo que o primeiro levaria a organizar a “vasta e custosa biblioteca botânica” que necessitaria para classificar as plantas adequadamente, tarefa cada vez mais enciclopédica. Incluindo a cerca do Convento no novo perímetro, “devia ser creado um **Parque pittoresco** no m.º tempo e organizado de maneira, que servisse para escola botânica e pharmaceutica, jardim de experiências, e de aclimação e sobre tudo para empório, donde no próximo futuro devião sahir as sementes e plantas vivas úteis e requeridas para a arborização de Portugal e mais ainda das possessões ultramarinas.” (bold meu). Insiste em “fazer organizar primeiro o jardim inteiro no sentido pittoresco e architectural”, sendo que este “procedimento foi seguido na fundação de todos os jardins botânicos que hoje teem fama”.¹⁴⁶ Na carta seguinte, Welwitsch designa o projectista, cuja importância e necessidade nunca deixa de acentuar, por “**architecto horticultural**”¹⁴⁷ (bold meu). Em carta de 8 de Abril, esclarece o programa formal do Parque que integraria no seu desenho as várias funções implícitas ao Jardim Botânico: “Uma lagoa tão espaçosa que possível por força não deve ficar esquecida [como ficou]. Pouco de mármore e

estrangeiros, para além do meio académico onde acaba por ser mal amado, como se comprova nas cartas enviadas a JC.

¹⁴⁴ Cf. Carta de JC a Welwitsch, 16 Janeiro 1866, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 182-183.

¹⁴⁵ Welwitsch critica a acumulação de funções do Jardineiro com a de Director Científico, papel que caberia ao Lente de Botânica; mas por outro lado, “todos os lentes da Faculdade de Philosophia são chamados em fileira ou torno a cada um ser lente de Botânica durante um triénio” o que impede a especialização necessária a este saber, argumenta. Carta de Welwitsch a JC, Londres, 3 Fevereiro 1866, UACSD, FBS-AJC 16645.

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ Carta de Welwitsch a JC, Londres, 3 Abril 1866, UACSD, FBS-AJC 16644.

de cantaria, verdura e luxúria vegetal em toda a parte!”¹⁴⁸ Noutra carta, comentando o despedimento de Jacob Weiss do Jardim do Lumiar, escreve que vira nas imediações do mesmo Lumiar pequenos “jardins de paisagem” por ele “dispostos com bastante gosto e judicioso aproveitamento do terreno”, concluindo “porque tais Paisagistas (sit venia verbo) mormente com o conhecimento da lingua do paiz e do clima são raríssimos em Portugal devia-se tratar de empregal-o em logar conveniente.”¹⁴⁹ (sublinhado no original, bold meu).

A história é conhecida. O termo ‘landscape architecture’ foi inventado em 1828 por Gilbert Laing Meason para descrever os edifícios criados pela, e na, pintura italiana de paisagem¹⁵⁰. “*The Beau Idéal of the Italian Style of Villa Architecture*, it is justly observed by Meason, is to be found in the landscapes of the great Italian painters, and more especially in the backgrounds of their pictures”, regista Loudon, que em 1833 transcrevera parte do livro de Meason, como vimos antes.¹⁵¹ Se o paisagismo do pitoresco se inspirou na pintura, também a arquitectura pitoresca fará o mesmo. O livro de Meason *On the Landscape Architecture of the Great Painters of Italy* teve pouco sucesso e pouca difusão. Mas um jovem e atento John Ruskin (1819-1900) poderá tê-lo lido, já que, entre 1837 e 38, sob o pseudónimo Kata Phusin, assinou uma série de artigos na *Architectural Magazine* de Loudon sob o título genérico *The Poetry of Architecture; or the Architecture of the Nations of Europe in its Association with Natural Scenery and National Character*, cujo maior interesse está na avaliação da arquitectura das casas campestres dos países europeus por onde passou como parte integrante da paisagem: “Now, let it be observed how perfectly, how singularly,

¹⁴⁸ Carta de Welwitsch a JC, Londres, 8 Abril 1866, UACSD, FBS-AJC 16650.

¹⁴⁹ Carta de Welwitsch a JC, Londres, 3 Janeiro 1867, UACSD, FBS-AJC 16649. Também Edmond Goeze em artigo de 1875 no *Jornal de Horticultura Prática* sobre o Jardim do Lumiar, que é hoje o Jardim do Museu do Traje, considera Jacob como “o primeiro entre os jardineiros portugueses”, cit. por Hélder Carita, Homem Cardoso, *Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal, ou da originalidade e desaires desta arte*, Círculo de Leitores, 1990.

¹⁵⁰ Cf. Geoffrey Jellicoe, Susan Jellicoe (ed.), *The Oxford Companion to Gardens*, Oxford, New York, Oxford University Press, (1986), 2001, p. 322.

¹⁵¹ G. L. Meason, *On the Landscape Architecture of the Great Painters of Italy*, C. Hullmandel, London, 1828, é longamente citado no *Book III*, e assumidamente inspirador dos *Principles for Designing Villas*, do *Sect. III. Of adapting the Architectural Style and interior Arrangement of the House to the Character of the Situation*, de J. C. Loudon, ob.cit., p. 774-791. V. cap. anterior “Loudon à cabeça”.

the distinctive characters of these two cottages [English and French] agree with those of the countries in which they are built”¹⁵². Loudon, que tinha um exemplar do livro de Meason, reavivou a ‘landscape architecture’, mas mantém o uso fundador do conceito, ou seja, remete-o para uma certa categoria de arquitectura de edifícios bem inseridos na paisagem, sendo consequência e construção da mesma, continuando no entanto a denominar o paisagismo propriamente dito como ‘landscape gardening’. Andrew Jackson Downing, o admirador e continuador americano de Loudon, será o estafeta que entrega a Olmstead o termo *Landscape architecture* tomado de Meason.

Se *Jardins de paisagem* corresponde à tradução literal de *landscape gardens*, termo então em uso, e traduzido em França por *jardin paysagère*¹⁵³, pouco induz ao *Paisagistas*, provindo este mais directamente do francês *Jardinier Paysagiste*. Cronologicamente, o primeiro texto da livraria de José do Canto em que, independentemente da língua, encontrei o termo ‘arquitecto paisagista’ foi o *Parcs et Jardins* de A. de Cérís. Embora não datado, o texto de du Cérís será do mesmo ano, ou do ano imediatamente anterior, àquele em que Welwitsch arrisca o “Paisagistas”, pois nele escreve que o Parque de Buttes-Chaumont estará ‘em pouco tempo acabado’, o que aconteceu em Abril de 1867¹⁵⁴. Mas, em França, terá já sido entre os finais do século XVIII e os princípios do XIX que Jean-Marie Morel cunhou o termo *architecte-paysagiste* para a sua profissão, em que o

¹⁵² John Ruskin, *The Lamp of Beauty: Writings on Art*, selected and edited by Joan Evans, London, Phaidon Press Limited, (1959) Third Edition 1995, p. 192. V. também a introdução por Joan Evans, p. viii. Através de Joseph Rykwert, *La Casa de Adán en el Paraíso, (On Adam's House in Paradise. The idea of the primitive hut in architectural history*, 1974), Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1999, p. 40, sabemos que Ruskin também escreveu sobre o chalet suíço (Rikwert reproduz na mesma página da edição castelhana um chalet em Altdorf desenhado por Ruskin).

¹⁵³ Em *Plans raisonnés de toutes les espèces de jardins* (1820), Gabriel Thouin distingue os jardins chineses e ingleses, de traçado ‘naturalista’, ou seja, de traçado irregular tentando imitar a natureza, dos jardins *paysagers* que se querem mais como paisagem agrária, à maneira de Capability Brown. Cf. John Dixon Hunt, *The Picturesque Garden in Europe*, London, Thames & Hudson, 2004, p. 132.

¹⁵⁴ Segundo a tabela cronológica editada por Luísa Limido, ob.cit., p. 275-279, os trabalhos do parque de Buttes-Chaumont começaram em 1864 e o *Parcs et Jardins* de A. de Ceris foi editado em 1865. Ainda de acordo com a mesma tabela, em 1860 saíra, de Lecoq, *Le Paysagiste, nouveau traité d'architecture de parcs et jardins*.

architecte lhe permite distinguir-se do pintor *paysagiste* (de paisagem, que pinta o *pays*).¹⁵⁵

De qualquer modo, a inspiração de Welwitsch não deixa de acusar com a expressão latina aposta (que se poderá traduzir *com vénia/licença da palavra*, significando *perdoe-se a expressão*) o inusitado da palavra, ou mesmo do conceito. Em menos de um ano, o naturalista mal amado descrevendo o novo ofício e ensaiando-lhe o nome, passa de *jardineiro de paisagem*, a *arquitecto horticultor*, encontrando a síntese em *paisagista*. Considerando que, nos termos de Welwitsch, este *paisagista* delineia *Parques pittorescos* ou *Jardins de paisagem*, confirma-se ainda a pintura em 1860s a informar conceptualmente este ofício.

José do Canto terá então percebido que nas Furnas desenvolveu o processo ao contrário, isto é, primeiro traçou o parque empiricamente, com os *head gardeners* ingleses, depois contratou o *paysagiste* para o re-ordenar, integrando num desenho total os 'episódios' até ali dispersos. Monsieur Lainé, que seria uma espécie de encarregado do paisagista, ter-lhe-á demonstrado o quão estruturante seria o traçado de uma rede de caminhos, por exemplo.

Ao advogar o projecto de um Parque integrando no seu desenho a organização das diversas funções implicadas no Jardim Botânico, Welwitsch também sugere ao seu correspondente epistolográfico a compatibilidade de um programa funcional estrito com a composição formal a grande escala. Assim se contextualiza a encomenda seguinte, abordada nestes mesmos anos de 1866-67 e englobando a totalidade da propriedade (sendo que esta tem a maior parte em mata), e a adopção dos clumps como princípio de plantação, isto é, de composição.

¹⁵⁵ Cf. John Dixon Hunt, ob.cit., p. 137.

Paris de Haussmann

É unânime entre os cronistas que a Paris do Barão Haussmann, com a inédita importância dada aos espaços públicos de recreio, foi 'inspirada' pela residência de Napoleão III em Londres. Entre idas e vindas a S. Miguel, José do Canto viveu em Paris de 1853 a 1868.¹⁵⁶ Haussmann foi prefeito de Paris apenas mais um ano, de 1853 a 1869. A edição francesa da *História da Arquitectura Moderna*, de Leonardo Benévolo¹⁵⁷, recorre às imagens distribuídas pelas mais de mil páginas do *Paris Illustré*, de Adolph Joanne, editado em 1873, de que José do Canto tinha um exemplar, para ilustrar as transformações do Barão Haussmann. Os *grands percements* para traçar os *boulevards* a direito e a construção das *squares* e plantação dos *parcs* são testemunhados em directo pelo micalense, com o auge das *transformações materiaes de Pariz* a acontecer com a Exposição Universal de 1867.¹⁵⁸

Uma vez habitante de Paris, José do Canto dispôs da *Exposition Universelle* de 1855, réplica francesa à *Great Exhibition* de 51, e da Exposição de 1867 onde, nas suas próprias palavras, iam estar presentes as “maravilhas de todo o mundo”.¹⁵⁹ As eclécticas e fantasiosas arquitecturas de Georges Aumont,

¹⁵⁶ Cf. Fernando Aires de Medeiros Sousa, *José do Canto, Subsídios para a História Micaelense (1820-1898)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982, p. 53. Pela leitura das cartas do pai de JC aos seus irmãos, deduz-se que JC só irá residir em 'permanência' em Paris a partir de 1856: em Abril de 1853 foi com a família toda, é certo, consultar médicos a Londres e Paris por causa da doença de Maria Guilhermina; em Setembro, sabemos-lo na praia no Havre, ficando no continente europeu até pelo menos Fevereiro de 1854; em Novembro está em S. Miguel e só voltará para Paris em Setembro de 1855. Os filhos António e José tinham ido em Março por causa dos seus estudos, e parece-me que não foram para colégios em regime de internato, o que pressupõe uma 'moradia' própria que JC terá alugado logo na primeira estada (de 1853 a 54 a correspondência de Paris é enviada do n.º 119 da Rue d'Enfer, e tem cartão de visita com esta morada). Ainda em 55 JC está de volta à Ilha a 1 de Dezembro. Em Maio de 1856 está (ainda) na Ilha. Grosseiramente poderá afirmar-se que esteve um ano *lá* e um ano *cá*, entre 1853 e 1855. Cf. “Cartas do Morgado José Caetano Dias do Canto e Medeiros a seus filhos Ernesto, Eugénio e Filomeno estudantes em Lisboa e Coimbra (1850-1856)”, *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, do vol. XVIII de 1962 ao vol. XXIII de 1967.

¹⁵⁷ Leonardo Benevolo, *Histoire de l'Architecture Moderne*, Paris, Dunod, 1980, 1.er vol., p. 86-91.

¹⁵⁸ “Trabalha-se com a maior actividade na exposição universal [de 1867], e n'outras obras que lhe dizem respeito. Assim as alturas do Trocadero, defronte do Campo de Marte do outro lado do rio, estão sendo arrasadas. Derão d'empreitada a extracção de 600:000 metros de terra e rocha em 5 mezes. É preciso tirarem todos os dias úteis 4:000 metros. Os trabalhos das Tuilleries estão tãobem levando extraordinário impulso.” Carta de JC a *Meu querido Filho do C.*, Paris, 10 Dezembro 1865, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 76.

¹⁵⁹ “O movimento das transformações materiaes de Pariz accelera-se à proporção que se aproxima o prazo da grande exposição, e principalmente na vizinhança do meu bairro, que é aonde se erige o colossal edifício, que hade receber **as maravilhas de todo o mundo**, é incrível a

projectadas nesse mesmo ano para o parque da lagoa das Furnas, estavam perfeitamente em consonância com o *Zeitgeist*, ou não assinalasse o carimbo nos desenhos aguarelados das *fabriques* a participação de Aumont, colaborador de Barillet-Deschamps, nos projectos do *Parc & Jardins de l'Exposition Universelle de 1867*¹⁶⁰ (Fig. 3.39). O *Parc* da Exposição, de cuja construção e montagem o micaelense foi atento espectador noticiando regularmente os seus conterrâneos¹⁶¹, tratava do espaço do imenso rectângulo que enquadrava a arquitectura de ferro e vidro implantada ao centro do Champ de Mars¹⁶². Neste recinto projectado por Barillet-Deschamps, reproduziam-se arquitecturas de todas as formas e de todos os tempos (a lembrar a montagem desenhada por Piranesi de outro famoso Campo de Marte), e a botânica envolvente dos pavilhões não coincidia com os contextos geográficos daqueles. Viam-se, eclecticamente misturados, signos distintivos das mais diversas paisagens: fuchsias do Peru, *cornouilliers* dos Alpes, e sabugueiros do Canadá emolduravam o palácio chinês, por exemplo¹⁶³. E assim era porque as novidades horticolas faziam parte do naipe de símbolos do progresso e das conquistas da ciência propagandas pelos media. O gosto pelas exóticas, para quem precisasse de uma desculpa, caucionava-se na evocação das expedições das Sociedades de Geografia e das conquistas coloniais mais recentes, representando a 'missão civilizadora' que a Europa se atribuía.¹⁶⁴

actividade, com que se tem trabalhado este hinvverno." (bold meu), Carta de JC ao Visconde de St. Cruz, Paris, 9 Janeiro 1866, idem, fl. 161v.

¹⁶⁰ *Georges Aumont / Architecte Paysagiste /71, Rue de la Pompe / Passy-Paris / Parc & Jardins / de l'Exposition Universelle de 1867* são os dizeres do carimbo com que Aumont 'assina' os desenhos aguarelados dos projectos para JC, AP-MJCHROR.

¹⁶¹ "Os trabalhos da Exposição universal marchão com vento em popa; estive um dia d'estes, pela primeira vez, visitando os trabalhos, e realmente é uma obra colossal. Em 15 dias estará todo em cima e coberto, e n'algumas partes do edificio já se está procedendo aos trabalhos interiores. No Parque, que rodeiará o edificio, já se estão plantando grandes arvores desde meado d'Agosto, e todo o terreno foi coberto de mais d'um palmo de terra preta, para a relva vir melhor." Carta XL a José Jácome Corrêa, de Paris, 4 Setembro 1866, em José do Canto, ob.cit., p. 153.

¹⁶² V. perspectiva geral em Luisa Limido, *L'Art des jardins sous le second empire...*, p. 160-161.

¹⁶³ Ibidem, p.162. Ao contrário do parque da Exposição, o parque de Buttes-Chaumont, inaugurado no mesmo ano, dispunha a vegetação programaticamente por regiões do mundo, com maciços da América do Norte, do Cáucaso ou do Japão devidamente etiquetados, exibindo com os acidentes do terreno vários tipos de paisagem (cf. idem, p. 134).

¹⁶⁴ V. em idem, p. 62-65.

O Campo de Marte, onde se instalou a Exposição de 1867, não ficava longe da casa de José: “Por aqui a maior novidade são os trabalhos da Exposição, que são na nossa vizinhança”¹⁶⁵, escreve ao primo em S. Miguel. A partir de 1861 temos, na sua correspondência, a morada na *Villa de la Reunion, 20 Route de Versailles, Auteuil*. Auteuil é um bairro de aluguer, no Verão principalmente, e, antes do Parque da Exposição de 67, já era uma espécie de catálogo exemplar do gosto eclético do burguês oitocentista :

[...] *ses rues sont sablées comme celles d'un jardin anglais; ses maisons et ses villas revêtent toutes les formes de toutes les architectures de toutes les pays de toutes les siècles. Ici s'élevont des chalets suisses, là des palazzini italiens, plus loin des cottages anglais, des tourelles gothiques, des chateaux aux toits mansardés, contemporains du XVIII.e siècle où imités de cette époque, des kioskes plus au moins chinois, des chaumières, mais des chaumières de roman,* [...].¹⁶⁶ (bold meu).

Em Passy, bairro contíguo a norte, e onde tinham atelier o arquitecto Hugé, que projectou o chalet de Ernesto do Canto, e o paisagista Georges Aumont,¹⁶⁷ estão em construção ainda mais chalets suíços, como se poderá comprovar pela edição de 1870 do guia de Adolphe Joanne. É também em Passy, no novo *quartier de la Muette*, que Alphand tem o seu escritório e onde Barillet-Deschamps habita e trabalha¹⁶⁸. Todos estes importantes vizinhos são conhecidos de José do Canto.¹⁶⁹

¹⁶⁵ Carta de JC a José Jacome Corrêa, Paris, 8 Fevereiro 1866, Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 235v.

¹⁶⁶ Adolph Joanne, *Les Environs de Paris illustrés: itinéraire descriptif et historique* ; [ilustrado] par Thérond [et] Lancelot, Paris, L. Hachette et C.ie, [1856], p. 41.

¹⁶⁷ A. Hugé *Architecte* /6, *rue Scheffee, Paris Passy* em folha de papel timbrada com impressão em relevo, contendo anotações, UASCD, FBS-AJC; e carimbo já citado dos desenhos aguarelados dos projectos de Arquitectura para JC, AP-MJCHROR.

¹⁶⁸ Barillet-Deschamps, no n.º 24 de l'Enceinte de la Muette, e Adolph Alphand, no n.º 15 de la Chaussée de la Muette, cf. Luisa Limido, ob. cit., p. 83-84.

¹⁶⁹ De acordo com o epitáfio do seu sobrinho Eugénio Pacheco, seria proveniente das relações com o engenheiro francês o *risco* para a sede da SPAM. Cf. *O preto no branco*, n.º 136, 4 Agosto 1898. Pela acta da Sessão da Assembleia Geral de 24 de Dezembro de 1879 da SPAM, ficamos a saber que foi então concluída a “aquisição de 6 alq. de terra no Relvão destinada para a sede da Sociedade e seu campo de experiências”. Na Sessão de 15 Abril 1880, JC apresentou à apreciação da Direcção “os planos circunstanciados do projecto do jardim agrícola d'esta Sociedade no terreno do Relvão, dos quaes se incumbira, e recebera recentemente de Paris; reservando a sua entrega definitiva para sessão ulterior, logo que receba algumas peças complementares que ainda espera, e são parte integrante d'estes planos que satisfazem plenamente ao intento da Sociedade, e são da mais distincta perfeição.” Embora se voltem a mencionar estes *planos* noutras sessões, as actas nunca lhe identificam a autoria. Cf. *Sociedade*

O Bois de Boulogne, fica próximo, e, também pela sua correspondência, percebemos que é um frequentador assíduo nas suas *promenades*. Para além da arquitectura residencial, o modelo suíço está também presente no paisagismo francês como uma *pièce de jardin*, ou não houvesse um *Chalet Suisse* no Bois de Boulogne (Fig. 3.40), que veio peça a peça dos arredores de Berna¹⁷⁰ e foi implantado numa das ‘ilhas’ do *lac inférieur* próximo da *Porte de la Muette* (Fig. 3.41), e outro no Bois de Vincennes (Fig. 3.42), ambos isolados e em relação com a água (Fig. 3.43). (Também em Londres, por esta altura, encontramos esta relação de um ‘lago’ com ilha e um *pretty Swiss Cottage* no St. James Park¹⁷¹). No guia Joanne de 1856 podemos ler :

*Entrons au bois de Boulogne par l’avenue de l’Impératrice ; [...] Cette route, bordée de trottoirs à droite et à gauche (de jolis sentiers, entretenus avec soin, serpentent sous les arbres), conduit à l’extrémité du lac inférieur. De ce point, on découvre une des plus jolies vues du parc, sur ce lac aux bords plantés de pins, sur les deux îles qu’il renferme et sur la double rivière qui vient les former. Cette vaste pièce d’eau, désignée tour à tour sous les noms de rivière et de lac, a une superficie de 11 hectares. [...]. A l’ombre d’un petit bois de pins qui couvre la grande île, s’élève le Chalet, café-restaurant, tenu par les glaciers Poiré-Blanche.*¹⁷² (bold no original).

Orientando-se para o ‘lago’, com a densa mata a servir-lhe de fundo, o chalet construído na Suíça e aclimatado em Paris é uma peça fundamental para reproduzir programaticamente “le paysage du lac de Genève au bois de Boulogne.”¹⁷³ Será assim uma *imagem* suíça que José do Canto tem presente na memória ou, literalmente, na gravura da página 7 do seu Guide Joanne de 1857 (Fig. 3.40), quando, anotando tarefas a executar nas matas das Furnas, escreve:

Promotora da Agricultura Michaelense / Actas da Direcção / 4 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, BPARPD-FSPAM.

¹⁷⁰ “Le Grand Chalet de l’île du bois de Boulogne, bâti dans les environs de Berne, est démonté pièce par pièce et remontée dans l’île tel qu’il était en Suisse. Il porte cette inscription : «Bâti sur les rives de l’Aar, je vous apporte un salut du pays des Alpes.»” Luisa Limido, ob.cit., p. 66.

A divisão do parque por cantões, Canton de Longchamp, Canton de Mortemar, du Clocher, d’Armenonville, da la Muette, etc. (v. mapa do Bois de Boulogne no guia de Paris de 1856 de Adolph Joanne, ob.cit.) – também não deixa de ecoar a confederação helvética.

¹⁷¹ “[...] the eastern part of the lake is tolerably well masked by a long island, which is, however, almost entirely clothed with willows, and there is here a pretty Swiss Cottage belonging to the Ornithological Society, and used as residence of their keeper.” John Weale, *A New Survey of London*, London, 1853, p. 453.

¹⁷² Adolph Joanne, ob.cit., p. 16.

¹⁷³ Luisa Limido, ob.cit., p. 64.

Plantar pinheiros n'algumas margens da Lagoa, *como no Bois de Boulogne* ¹⁷⁴ (Fig. 3.44).

A Suíça, o chalet alpino

[...] every man wished to display his taste and learning in architecture. Hunt, *Tudor Architecture*, cit. por J. C. Loudon.¹⁷⁵

O chalet suíço é um fenómeno de moda, particularmente quando fetichizado numa réplica exacta, como acontecia no Bois de Boulogne. Numa primeira fase, podemos explicar o fenómeno com a descoberta do sublime na vertigem dos Alpes e incluí-lo no movimento de valorização da autenticidade dos ofícios artesanais. Mas a mitificação rousseuniana da virtude da vida campestre, o elogio romântico do isolamento e a ideia de uma ordem social baseada no vínculo conjugal constroem subterraneamente uma idealização que tem no chalet, mais do que em qualquer outra forma arquitectónica, o signo do *santuário familiar*. Não falo obviamente de tipologia, mas de imaginário.

Simultaneamente, e segundo James Ackerman, o chalet suíço e a villa italiana emularam o cottage coberto de colmo do campo inglês como o produto arquitectónico epigonal da corrente estética do Pitoresco. Na origem do fenómeno esteve a apropriação estética da quinta tradicional, como bem lembra o conceito de *ferme ornée* de que é exemplo extremo o Hameau de Marie Antoinette¹⁷⁶ onde toda a quinta era simulação (o estábulo, por exemplo, continha o salão de baile)¹⁷⁷. Numa geração, a tipologia da *villa* evoluiu da erudita elegância da residência de campo em declinação palladiana para a modéstia da casa do camponês, ou para a rusticidade da cabana de montanha do pastor.

Em Viollet-le-Duc o chalet é o modelo para a 'casa'. Em Ruskin, o chalet é 'paisagem'. Para este trabalho, interessa não tanto o fenómeno do chalet-

¹⁷⁴ UACSD, FBS-AJC 6734, Doc. anexo F09.

¹⁷⁵ J. C. Loudon, *An Encyclopaedia of Gardening...*, p. 1205.

¹⁷⁶ Cf. James S. Ackerman, *La villa, Forma e ideologia*, Torino, Edizioni di Comunità, 2000, p. 291.

¹⁷⁷ Cf. John Dixon Hunt, ob.cit., p. 130.

tipologia arquitectónica nem do imaginário social, quanto o do imaginário paisagístico que convoca, isto é, a paisagem alpina com lago-chalet-montanha, por esta ordem de visualização. Determinante nesta tri-relação é a implantação do chalet. Em Chatsworth, que José do Canto visitara em 1843 e onde o seu jardineiro Peter Wallace estagiara, havia um *swyss lake* com um *cottage* na margem¹⁷⁸. Aqui é sobretudo o ‘lago’ que evoca a paisagem alpina, enquanto em Paris da segunda metade de Oitocentos a evocação da paisagem alpina não se faz sem o chalet, como vimos nos *bois* de Boulogne e de Vincennes. Em 1865, quando levou o filho António para a Academia de Agricultura e Silvicultura de Hohenheim, José do Canto terá visto certamente o *pequeno chalet suisse* que o rei Guilherme I de Wurtemberg, patrocinador da escola, ali edificara e “onde ia passar grande parte do verão”¹⁷⁹.

Na segunda metade do século o chalet ‘reduz-se’ progressivamente uma imagem, e portanto, à arquitectura Pitoresca. Se inicialmente o chalet, ou o cottage, isolados na paisagem podiam evocar um *regresso à Natureza*, ou seja, nos termos de um Rousseau o progresso mesmo, nos parques parisienses, incluindo o de Buttes-Chaumont¹⁸⁰, o chalet já não é evocação moral ou sentimental¹⁸¹, mas apenas equipamento lúdico: venda de gelados ou restaurante. Como habitação, assiste-se nas últimas décadas de Oitocentos a uma reformulação cultural na procura do chalet: esta arquitectura cosmopolita vai ser progressivamente apropriada por uma burguesia ascendente que ali dispõe de um *modelo de habitação intermédio* – nem prédio de rendimento nem casa solarenga, definindo-se como nova tipologia “entre a impessoalidade da caracterização urbana e a vernacularidade da caracterização rural”.¹⁸² No final do século, o *Nouveau Larrousse Illustré* expõe, sem ambiguidade, a definição

¹⁷⁸ Veja-se na planta “Fig. 5 - El jardin victoriano, 1826-1850”, em Clemens Steenbergen, Wouter Reh, *Arquitectura y Paysaje, La proyección de los grandes jardines europeos*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2001, p. 378. Paxton também ali amontou umas rochas que lembravam o Mattlehorn a um visitante.

¹⁷⁹ Cf. Sebastião d’Arriaga Júnior, *Projecto de Cultura para o estabelecimento de uma Exploração Agrícola Modelo na Real Coutada do Assumar*, Lisboa, Typographia Franco-Portugueza, 1869, p. 41-42.

¹⁸⁰ Ver Luisa Limido, *ob.cit.*, p. 131.

¹⁸¹ O espaço existencial que Gaston Bachelard inquire no seu *La Poétique de l’Espace* (1957) é o da casa isolada na paisagem.

¹⁸² Cf. “José Luís Monteiro”, em Pedro Vieira de Almeida, José Manuel Fernandes, Maria Helena Maia, *História da Arte em Portugal, A arquitectura moderna*, vol. 14, Publicações Alfa, s.d., p. 31.

globalizada na 'Europa civilizada' do *Chalet* como "habitation champêtre, parfois très luxueuse, faite à l'imitation des chalets suisses."¹⁸³ O mesmo dicionário define *Cottage* como "Nom donné, en Angleterre, à des fermes élégantes qui appartiennent à des paysans aisés", e, por extensão, assim se nomeia uma "Petite maison de campagne d'une élégante simplicité."¹⁸⁴ Loudon define *Villa* como uma "country residence, with land attached", a qual, por oposição ao *Cottage*, é "display of wealth and taste"¹⁸⁵. Os *Cottage Dwellings* destinam-se às "lower and middling classes of society", que são a maioria da população rural do Reino Unido e das novas democracias, os Estados Unidos e a Austrália.¹⁸⁶

Se programaticamente o chalet se banaliza em arquitectura de catálogo, a (sua) imagem, no entanto, *sobrevive*, assim como o imaginário que convoca.

Constroem-se "Chalets Suíços" por toda a Europa de Oitocentos.¹⁸⁷ O referente suíço utiliza-se quer mimeticamente quer fundindo-se com outras arquitecturas, locais e mais correntes, prevalecendo apenas os seus elementos mais distintivos, normalmente focalizados na cobertura. Em S. Miguel, o levantamento da arquitectura popular dos Açores editado pela Ordem dos Arquitectos identifica alguns exemplares híbridos¹⁸⁸, a que poderíamos acrescentar outros, que têm nas abas salientes dos telhados e no seu remate em madeira decorativamente recortada o que resta da memória genética do artesanato suíço. Já o *Chalet da Agua Azeda* nas Furnas (Fig. 3.45) pretendia mantê-la, conforme indicava no nome e, consciente do cosmopolitismo da sua arquitectura, vendia-se aos visitantes em postal ilustrado (Fig. 3.46). Militante da *res publica*, o morgado José Caetano Dias do Canto e Medeiros, pai de José, tinha aberto a subscrição pública com que a Câmara Municipal da Povoação construiu os *banhos das*

¹⁸³ *Nouveau Larrousse Illustré, Dictionnaire Universel Encyclopédique*, Paris, Librairie Larrousse, 1899, vol. II.

¹⁸⁴ *Idem*, 1900, vol. III.

¹⁸⁵ J. C. Loudon, *An Encyclopaedia of Cottage, Farm and Villa Architecture...*, p. 763.

¹⁸⁶ *Ibidem*, p. 8.

¹⁸⁷ Até ofereceram um, em 1864, a Charles Dickens, que o montou no *backyard*.

¹⁸⁸ V. *Arquitectura Popular dos Açores*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2000, p. 169

Misturas, também ditos *do Chalet*,¹⁸⁹ que será depois *da Agua Azeda*. Também o chalet projectado em 1886 (Fig. 3.47) por Augusto Cabral (1856-1924), desenhador na Junta Administrativa do Porto de Ponta Delgada e caricaturista em periódicos satíricos¹⁹⁰, correspondendo a encomenda não identificada de uma obra de pequena dimensão, apresenta grande acerto na linguagem e proporção. E quando Eugénio Pacheco, a terminar o artigo do *Preto no Branco* em que critica severamente as opções estéticas, ou a falta delas, nas obras de embelezamento das Furnas, escreve “A respeito do Pavilhão dos Banhos das Misturas, não duvidamos que seja feito conforme aos modelos de Viollet-le-Duc, o famigerado Artista francês”¹⁹¹, está a pressionar para que ao menos se construa mais um chalet. O *Guia do Viajante na Ilha de S. Miguel* editado no fim do século inclui, por entre os “parques, jardins e mil recessos pittorescos”, precisamente os chalets como um dos encantos da “estância mais aprazível de S. Miguel.”¹⁹²

Para investigar a difusão do cottage e do chalet em texto e imagens, ao tempo em que José do Canto constrói as suas casas da Cidade e das Furnas com um desenho daquela família de formas, recorri à sua livraria. Vejamos o que podia ele ter lido, ou apenas visto, sobre este tema.

O chalet, enquanto forma arquitectónica

Na edição de 1842 da *Encyclopaedia of Cottage, Farm and Villa Architecture and Furniture*, de Loudon, adquirida e autografada por José do Canto no mesmo ano¹⁹³ encontram-se dois exemplos em “Swiss Style” nos oitenta e um modelos

¹⁸⁹ Marquez de Jacome Corrêa, ob.cit., p. 138. José Luís Brandão da Luz, “O Vale das Furnas na Literatura de Viagens do Século XIX”, *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. LI, n.º 2, 1995, p. 51, localiza o chalet da Câmara da Povoação nos “banhos das quenturas, férreos e mistos”. O chalet propriamente dito, com os seus devidos adereços alpinos, só será construído no final de Oitocentos ou no princípio de Novecentos (v. nota 189).

¹⁹⁰ V. Manuel Ferreira, *O caricaturista micaelense Augusto Cabral*, Ponta Delgada, 2002.

¹⁹¹ *O Preto no Branco* n.º 154, 8 Dezembro 1898, p. 194.

¹⁹² Félix Sotto-Mayor, *Guia do Viajante na Ilha de S. Miguel*, Ponta Delgada, ed. Evaristo Freitas Travassos, 1899, p. 35.

¹⁹³ Recibo de Longman, Brown, Green and Longmans passado a *Mr Pereira*, correspondente de JC em Londres, datado de 25 Agosto 1842, pela aquisição de *1 Loudon's Plants* e *1 Loudon's Architecture*, UACSD, FBS-AJC 1551. Esta obra, que inclui, significativamente, uma vasta bibliografia, inglesa e estrangeira, sobre arquitectura e paisagismo (p. xv-xviii), apresenta vários

de cottages apresentados no *Book I*. Mas se Loudon não os recomenda (pela combustibilidade da madeira de que deveriam ser feitos – ou não seriam suíços), e ainda que lhes reconheça interesse enquanto *picturesque object[s]* e aplicação plausível num cenário *romântico* com abetos¹⁹⁴, repare-se como a forma suíça conflui com a da arquitectura rural inglesa, tradicionalmente coberta de colmo, na importante questão do desenho da cobertura: a empena triangular truncada do chalet suíço do *Design XXVI* (Fig. 3.48) tem no exemplo *XVI* de Loudon para uma arquitectura de colmo a mesma aplicação (Fig. 3.49). Assim como a maior inclinação e sobretudo a projecção das abas do telhado características dos chalets (Fig. 3.50) encontra paralelo na arquitectura inglesa dita *Gótica* (Fig. 3.51)¹⁹⁵. Ora, face às outras alternativas das *arquitecturas exóticas* (grega, romana e do renascimento italiano), a maior ou menor inclinação da cobertura é decisiva na declinação estilística dos *cottages* e das *villas*. Veja-se, a páginas 68 (Fig. 3.52), na figura 113 a reconfiguração dada ao cottage da fig. 112, pela maior inclinação das águas da cobertura,¹⁹⁶ e as alternativas mediterrânicas das fig. 114 e 115 em que o telhado quase desaparece (as quatro variações estilísticas são elencadas sempre sobre a mesma planta, que corresponde ao cottage-tipo *XVI* da Fig. 3.49). A compatibilidade suíça está patente na fig. 113 e na versão mais elaborada da figura 2165 (Fig. 3.51) pela maior inclinação mas principalmente na ligeira, mas suficientemente caracterizadora, projecção das águas para lá da empena. Não fosse uma influência estrangeira, e não suspeitaria Loudon da objecção a esta última pelos puristas do neo-gótico.¹⁹⁷

projectos de moradias, quintas e edifícios agrícolas em diversos estilos, sendo o *Old English Style* maioritário, com as suas prolíficas chaminés.

¹⁹⁴ “As a **picturesque object, it is most agreeable**; more especially in its native situation on the side of a hill, where is frequently **accompanied by firs, or pines**” (bold meu), J. C. Loudon, ob.cit., p. 48, “[...] to be erected in England, it could only be for the sake of its character, and therefore the proper situation for it would be in a romantic, woody vale, glen, or dingle”, idem, p. 98.

¹⁹⁵ Apesar de Loudon só apresentar três exemplos “in the Gothic Style” por entre vinte e três *Miscellaneous Designs for Villas, with various Degrees of Accommodation, and in different Styles of Architecture, Book III*, tanto os textos mais gerais como os que descrevem detalhes manifestam a sua preferência pelo estilo *Isabelino* com as empenas a elevarem-se em platibanda, como na fig. 2167 (Fig. 3.51), por entre as variações admitidas no *Gótico*.

¹⁹⁶ “Lower the walls, and increase the surface of the roof, as in fig. 113, and the proportion is restored, the eye satisfied, and the expression of a thatched cottage comparatively complete.” J. C. Loudon, ob.cit., p. 68.

¹⁹⁷ “The elevation is picturesque, and **though the situation of the barge-board may be objected by the followers of Pugin**, yet what is to do be done in a case like this, where the roof projects as much as the chimney?” (bold meu), idem, p. 1205.

Noutro catálogo-de-formas de arquitectura de edição americana, adquirido por José do Canto, e para um projecto de *Country or village cottage, costing \$ 1,000*, advoga o autor-arquitecto:

[...] ***the style of any building is determined by the form of its roof***; *the steep and hooded style in this design [Design IX] accords fully with domestic feelings and artistic sentiments, and is growing in public favour for suburban structures.*¹⁹⁸ (bold meu).

O Chalet de Ernesto do Canto, irmão de José, unanimemente considerado “a beautiful Swiss-looking house”¹⁹⁹ (Fig. 3.53 e 3.54), foi a única casa construída do plano de cinco habitações integradas no Parque das Murtas. O conjunto, incluindo o parque que seria de acesso público, foi projectado por volta de 1860 pelo jardineiro inglês George Brown para uma sociedade de ricos micaelenses constituída para o efeito.²⁰⁰ A ribeira das Murtas foi alargada sugerindo uma lagoa na margem da qual se implantariam as casas, num programa inédito de mini *bairro-jardim*. Sem muros altos a contorná-la, com arruamentos circuláveis por carruagens, e a óbvia e generosa profusão vegetal, o programa adoptado situava-se nos antípodas do condomínio fechado contemporâneo.

¹⁹⁸ S. B. Reed, *House-Plans for Everybody, for Village and Country Residences, costing from \$250 to \$8,000*, New York, Orange Judd Company, 1883, p. 49-50. Os projectos aqui coligidos, e ordenados por ordem crescente de custo, haviam sido publicados no *American Agriculturist* de 1875 a 1878.

¹⁹⁹ Rupert Swindells, ob.cit., p. 90.

²⁰⁰ V. Nestor de Sousa, “Os «Canto»...”, p. 152-153, e, para maior desenvolvimento sobre o Parque, Isabel Soares de Albergaria, ob.cit., p. 177-189. Esta autora propõe como referência para o Parque das Murtas as cinturas urbanizadas por *Villas e Cottages* dos Parques das grandes capitais, como em Hyde Park, no Bois de Boulogne e no Parque Monceau, mas no caso do projecto das Murtas as casas situam-se no *interior* do próprio parque orientadas para o *centro* ocupado pela água. George Brown era de Fulham, junto ao Tamisa, na periferia de Londres; do outro lado do rio, logo a seguir a Putney, ficava Wandsworth Common, que em 1853 alinhava pelo lado norte umas *villas* “locally known as the «The Five Houses», the trees, again, are most judiciously arranged to cover the boundary; and along the south-east side, some open fields allow the eye to travel across to the villas, gardens, and plantations of Balham and Brixton Hills.” John Weale, *A New Survey of London*, London, 1853, no 2.º volume, capítulo *Gardens, Parks, Conservatories, &c, around London*, p. 465, da biblioteca de JC. As descrições dos arredores de Londres de meados do século indiciam este modo de urbanização em pequenos conjuntos de moradias com envolvente arborizada e ajardinada, sem encerrar visualmente a totalidade do espaço, e que, para além da cintura de Hyde Park, me parecem ter fornecido o *modus operandi* de Brown. Para o ‘lago’ alongado, veja-se a planta de St. James Park no mapa incluído no guia do Morgado José Caetano *Tableau Portif de Londres et de Londres et de ses environs*, traduit de l’anglais de Francis Coghlan, À Paris, chez Baudry, (18--).

O mais suíço dos chalets micaelenses foi projectado pelo arquitecto francês A. Hugé, funcionário na Câmara Municipal de Paris, introduzido por Mr. Daumont a José do Canto e contratado por este, como intermediário do irmão, em 1866, para fazer “uma esquisse com diferentes variantes, e com a sua competente escalla, para tu escolheres a que preferires”²⁰¹ (sublinhado no original). Um primeiro *risco*, com o corpo central mais elevado coberto por um telhado piramidal com as águas inclinadas a 45°²⁰² foi, significativamente, rejeitado. Conta-nos Nestor de Sousa que a versão seguinte será comentada em alguns aspectos funcionais, sugerindo-se uma maior rentabilização do espaço, nomeadamente viabilizando a *falsa* (que é o nome que os açorianos dão ao sótão) como quarto, o que, proponho eu, terá induzido o arquitecto a optar pela empena alpina. Os aspectos formais são também comentados, com Ernesto do Canto preocupado em como se veria a sua casa do alto das Pedras do Galego, miradouro de paragem obrigatória na chegada ao vale vindo pela estrada do Norte, tentando evitar empenas cegas propondo a abertura de janelas ou nichos,²⁰³ o que é revelador da consciência de **compor na paisagem**.

O *Landscape cottage*, ou o chalet como peça de paisagem

Em trânsito de Inglaterra para França, o Morgado José Caetano fez escala na ilha de Wight, onde aportou a 13 de Junho de 1837. Por aqui espaireceu por dois dias, registando as casas cobertas de colmo, muitas com *as paredes todas forradas de hera e grandes árvores em torno das casas, as estradas magnificas com grandes pedaços por baixo das árvores*, e os bois com *muita semelhança aos nossos*.²⁰⁴ E desta ilha, *muito cheia de arvoredos e muito agradável*, trouxe o Morgado o esplêndido álbum de estampas com vistas gravadas por George

²⁰¹ Carta de JC a Ernesto do Canto, Paris, 8 Abril 1866, AUCSD, FBS-AJC Copiador de Correspondência 11918, fl. 364-365v. “Mr. Daumont” poderá também ser uma corruptela de “Mr. d’Aumont”, ou seja, o paisagista colaborador de Barillet-Deschamps que irá fazer uma série de projectos para JC no ano seguinte. Nesta mesma carta dá conta da proposta de honorários do arquitecto.

²⁰² V. alçado reproduzido em Nestor de Sousa, ob.cit., fig. 4, p. 154.

²⁰³ Cf. idem.

²⁰⁴ Cf. Morgado José Caetano, *Diário de Viagem*, Notas de Nuno Álvares Pereira, Ponta Delgada, 1978, p. 75-77.

Brannon.²⁰⁵ Se as vistas são eloquentes ilustrações do amanhã ordenado dos campos e da convivência entre os gados, os pastos e as habitações de envolvente enrelvada, ou seja, duma certa cultura paisagística inglesa que já se difundiu no desenho não erudito do território, atentemos na casa do próprio autor-ilustrador tal qual nos mostra no frontispício (Fig. 3.55): é uma casa, das tais que o Morgado viu, forrada a hera nos dois corpos laterais avançados reiterando a composição simétrica sob uma cobertura de colmo, simples, não fosse o reenquadramento conceptual, quase diria ruptura epistemológica, que é reivindicado pela legenda “Landscape cottage”.²⁰⁶

A “Landscape Architecture” de Meason tratava uma arquitectura da pintura, fantasiada ou copiada, de palacetes e villas de *grandes* dimensões em paisagens, a maior parte das vezes, *monumentais*. Era uma arquitectura da paisagem aristocrática, que, aliás, também figura nas vistas tiradas aos *country-seats* mais nobres da ilha de Wight (Fig. 3.56). O cottage de Brannon em Wootton Common, na mesma ilha, não concorre na escala com as composições arquitectónico-paisagísticas de Rafael, ou de Poussin: é modesto nas dimensões, seja da casa seja da envolvente paisagística, e não tem a implantação num alto estabelecendo uma relação de domínio sobre o território. O jardim que o envolve dispõe algumas árvores e arbustos isolados num relvado, sem outro plano que se adivinhe que não seja a prática do *gardenesque* de dar a cada indivíduo o espaço para que cresça e se valorize enquanto forma autónoma. A ‘ruptura epistemológica’ está na democratização da arte da

²⁰⁵ [George Brannon], *Vectis Scenery: Select Views Exhibiting the Picturesque Beauties and Places of Particular Interest in the Isle of Wight*, engraved and printed by G. Brannon, Wootton, Isle of Wight, corrected to the year 1837. “Vectis”, ou “Vecta”, era o nome romano da Ilha. A primeira edição é de 1822, seguindo-se outra em 1830. Posterior à do Morgado, há pelo menos uma de 1848. Brannon editou também uma versão mais reduzida sob a forma de guia, intitulada *Branon’s Picture of the Isle of Wight*, que se encontra totalmente disponível em *fac-simile* on-line em: < <http://www.gutenberg.org/> >, consult. em Junho 2006.

²⁰⁶ As gravuras do álbum, *executed on the spot*, são apresentadas em grupos que correspondem a unidades geográficas, com um texto de acompanhamento para cada ‘unidade’. Apesar de terem a paisagem da ilha por tema, à excepção da costa sul, *which is exposed to the impetuous tides of the ocean* e onde *the scenery participates equally of the romantic, the sublime and terrific*, as demais vistas têm sempre na arquitectura o seu ponto focal. Por isso, algumas são tiradas do mar, ou não se veriam as casas que são orientadas para o horizonte centrífugo à ilha. Também os textos centram a casa na descrição do sítio, seguindo-se as árvores de maior porte nas encostas relvadas, e a envolvente mais distante, também nisto se aproximando muito da *Landscape architecture* proposta por Meason, que Branon seguramente conheceria, embora não o referindo. Nas legendas das outras imagens e no texto corrido não volta a aparecer a expressão com que legenda o seu próprio cottage no frontispício.

arquitectura de paisagem, que em Wight passa pela admissão ao *club* de uma arquitectura mais modesta, conquanto garanta uma intencionalidade clara no entrelaçamento (literal) da alvenaria com a folhagem. A hera é um adereço estilístico acessível, e pitoresco, mas sem o simulacro da ruína por tema. Pelo contrário, o colmo da cobertura mantém-se impecavelmente penteado e cortado no ‘beirado’, como é característico dos *English Cottages*, segundo Ruskin.²⁰⁷ A ruptura epistemológica está ainda na desmilitarização da implantação desta arquitectura, que já não precisa de se acastelar numa posição defensiva, resultando na arquitectura de Meason numa arquitectura de poder, de domínio sobre o território alcançado pela vista.

Da selecção de ‘casas-paisagem’ de Wight chamadas à edição de 1837, Brannon menciona pelo menos duas villas *in Swiss taste*.²⁰⁸ As (neo)góticas são em maior número. Branon é um desenhador de paisagens, não opina nem discute opções estilísticas, apenas escolhe desenhar *those qualities and relative circumstances which at once charms the eye and animates the soul*.²⁰⁹ Ou seja, a grelha de avaliação e significação mantém a ascendência pictórica. Embora não teorize sobre o assunto, Brannon vai tecendo na visualidade dos comentários uma certa fórmula de arquitectura que se distingue pela inter-relação com a topografia, as árvores e os relvados envolventes.²¹⁰ A paisagem, na qual a landscape-architecture adquire uma condição de objecto ‘natural’, é a grande pintura de Deus, *Nature’s exquisite painting*.²¹¹

²⁰⁷ “The thatch [o feno, ou colmo] is firmly pegged down, and mathematically levelled at the edges”, *English and French Cottages*, em John Ruskin, *The Lamp of Beauty: Writings on Art*, selected and edited by Joan Evans, London, Phaidon Limited Press, (1959) 1995, p. 191.

²⁰⁸ Localizadas em Westhill e Puckpool, esta última da autoria de *Mr. Wyatt the architect*, que será com toda a probabilidade James Wyatt (1796-1806), autor, também em Wight, do castelo ‘normando’ de Norris e das residências de Appuldurcombe e Osborne. Cf. *Vectis Scenery*, ob.cit., respectivamente, para os cottages suíços, p. 26 e 31. Este James Wyatt é o mesmo arquitecto da extravagante Fonthill Abbey, no Wiltshire, conhecido adereço paisagístico encomendado por William Beckford.

²⁰⁹ *Vectis Scenery*, ob.cit., p. D.

²¹⁰ Veja-se a importância atribuída às árvores no comentário que faz a Cove, perto de Ventnor, onde as casas novas que se têm construído estão espalhadas ao acaso e “without any grown trees to afford them even a partial screen. But as the soil and aspect are both exceedingly favourable to vegetation, and as every house has its shrubbery or garden, no doubt but in a very few years it will prove an extremely pretty place”, idem, p. 41.

²¹¹ Idem, p. 8.

O Chalet de José do Canto nas Furnas, projecto de 1864 do paisagista Georges Aumont (Fig. 3.57), é um híbrido, que verdadeiramente de chalet suíço, para além da implantação lagunar, apenas tem o rendilhado de madeira sob o telhado de duas águas que se projecta em consola na direcção da lagoa. Trata-se de uma habitação em L, de dimensão modesta, com um piso térreo sobre caixa de ar elevada, de composição e tratamento clássicos (vãos de sacada a intervalos regulares e esquinas com alvenaria aparelhada recortada no reboco), coroado por um piso de águas furtadas com as trapeiras na prumada dos vãos, sobre friso de azulejos (Fig. 3.58). Seguindo com rigor o desenho do arquitecto, tendo apenas mudado a cor nos azulejos do friso, José do Canto deixou no entanto por construir o alpendre projectado para o interior do L. É certo que o alpendre se orientava para Norte, sendo funcionalmente dispensável. Também não construiu as outras arquitecturas projectadas por Georges Aumont num registo igualmente híbrido situado algures entre a tradição paisagista das *fabriques* e o mobiliário urbano da racionalidade Haussmanniana²¹², revelador, afinal, da concepção literalmente *pitoresca* (no sentido erudito, isto é, de matriz pictórica) que o autor-paisagista tinha da Arquitectura. Projectos prestigiantes²¹³, como atesta o carimbo da Exposição Universal de Paris de 1867, mas de utilidade relativa. As arquitecturas de Aumont incluíam um *Pavillon pour carrefour* de feição oriental (Fig. 3.59), um *Embarcadère roulant* de funcionamento duvidoso (Fig. 3.60)²¹⁴, uma *Fruiterie* com cobertura acessível (Fig. 3.61), e uma muito francesa *Maison de Garde*²¹⁵ (Fig. 3.62) na versão alternativa *n.º2* ao Chalet construído. São

²¹² «Les meilleurs fabriques dans les jardins paysagers sont celles qui joignent à l'attrait d'une forme gracieuse et pittoresque, le mérite d'une destination utile : belvédères, salles de repos, abris pour les cavaliers, volières, embarcadères, maisons de garde, de jardinier, loges d'entrée, etc.», Adolph Alphand, baron Ernouf, *L'Art des jardins, Parcs. Jardins. Promenades. Étude historique. Principe de la composition des jardins. Plantations. Décoration pittoresque et artistique des parcs et jardins publics*, Paris, J. Rothschild Éditeur, 1868, p. 180, cit. por Luisa Limido, ob.cit., p. 152-153. As *fabriques* dos parques e jardins de Haussmann são, assim, estritamente utilitárias ou meramente lúdicas, sem qualquer evocação literária da tradição romântica.

²¹³ Já em 1847-48 JC pedira a Mocatta a *coloured and very finished view of the House and some part of the kitchen garden* para apresentar numa exposição (em S Miguel?), cf. Carta de JC ao arq. D. Mocatta, em Nestor de Sousa, "Os «Canto»...", Doc. 8, p. 200.

²¹⁴ Os projectos do *Pavillon* e do *Embarcadère roulant* foram publicados por Isabel Soares de Albergaria, ob.cit., fig. 190 e 191, p. 222.

²¹⁵ A seguir a cada uma das seis portas do Parque de Buttes-Chaumont, inaugurado em 1867 em Paris e desenhado por Alphand e Barillet-Deschamps, havia um *chalet* construído em pedra e tijolo, com os **frisos ornés de carreaux de faïence émaillée reproduisant différents dessins**. Estes chalets serviam de **habitations aux gardiens** do Parque. (bold meu). Cf. *Paris Illustré, en 1870 et*

«arquitecturas da paisagem» no sentido que compõem peças para povoar um jardim ou parque, a pretexto de um programa lúdico. Mas já o caso da elegante ponte de pedra (Fig. 3.63) que José lançou sobre a longa *rua* que liga a lagoa à Chã do Tornino, resolvendo uma servidão que tinha de manter²¹⁶, se mostra bem diferente, lembrando o Loudon utilitarista ao conciliar uma necessidade com a ornamentação paisagística. O mesmo acontece com o respiradouro do encanamento das águas do Tornino a que deu a forma de casa-miniatura, sendo ambas as construções exemplos eloquentes da procura de uma *utilidade refinada* por José do Canto.²¹⁷ Por outro lado, se a estas e às arquitecturas de Aumont juntarmos a Capela e a Casa dos Barcos, temos um conjunto de edificações pitorescas que, inevitavelmente, me lembra a ideia defendida em Loudon que, para obviar a que um grande parque transmita o triste sentimento da solidão, é conveniente introduzir alguns edifícios:

*Thus, I would have the **church** within the enclosure of the park, near the entrance gate, concealed partly by wood; but so situated that the tower and a portion of the church might be seen from the house. An ornamental temple or **summer-house**; a pigeon-house, often a very picturesque object; the **keeper's lodge**, which should be within the park; and even a few gables of the farm buildings, seen at a distance; would all contribute to give the effect of cheerfulness and a pleasing variety to a **richly wooded park**.*²¹⁸ (bold meu).

As empenas dos *farm buildings* não seriam visíveis porque a *Fruitière* prevista tinha cobertura plana, mas as *fabriques* de Aumont eram, também, os sucedâneos de uma *ferme ornée*.

1877, *Guide de l'Étranger et du Parisien*, par Adolphe Joanne, Troisième édition, Collection des Guide-Joanne, Boulevard Saint-Germain, 79, Paris, Librairie Hachette & C.ie, p. 292.

²¹⁶ Cf. Henrique Aguiar de Oliveira Rodrigues em conversa com o autor, Furnas, 2006. Esta 'ponte' corresponde, na realidade, a uma rampa murada em alvenaria de pedra que sobe para o cabeço final do Lombo dos Mosquitos e sob a qual se abre uma abóbada de canhão bem aparelhada quando cruza o arruamento que vem da lagoa. Para além do documento primário que é a própria construção, só encontrei outra referência a uma servidão no prédio das Furnas na carta de Jacinto Rebello para JC, Furnas, 7 Abril 1868, BPARPD JC/CORR. Cx. 4/319, onde se pode ler "Participo a vossa Excia que já tapei a parede do serradinho dos amieiros e tirei a **servidão** que vossa Excia tinha mais empenho, e **estão-se servindo por fora**, tapei as duas bocas por ora não tenho que dizer a vossa Excia [...]." (bold meu).

²¹⁷ Não encontrei registo iconográfico da fonte desaparecida que se localizava à ilharga do acesso público, a nascente da Capela, que me permitisse avaliar o seu desenho, nomeadamente comparando-a com o das outras peças construídas ou somente projectadas.

²¹⁸ J. C. Loudon, ob.cit., p. 791.

Uma casa na margem da lagoa

Habitar a lagoa era ideia estranha. Habitar em cima da margem, ainda mais. Se da Suíça José do Canto traz a *imagem* da paisagem total (ver capítulo *A Viagem à Suíça*), é de França que traz o *habitar* lúdico à beira da água:

*Voltámos [de um passeio a Montmorency] no fim da tarde pelo lago d'Enghien, aonde em 2 barquinhos fizemos a volta da lagoasinha, seguidos d'um bando de mais de 60 cisnes, que hião esfomeados atraz d'uns miolos de pão, que lhe deitava a Maria Guilhermina. Não havia uma babugem de vento, o sol dava apenas no alto dos montes visinhos, ou nas copas mais altas, que se reflectião na agoa, como se fosse um espelho; as Senhoras que habitão **nas casas que rodeião o lago**, estavam em grande numero ou **nos kioskis que se debrução sobre a agoa** ou refasteladas nas suas cadeiras de recosto sobre as relvas verdes debaixo da sombra das arvores, vestidas com os seus mais ligeiros e diaphanos vestidos, occupando cada uma o lugar de trez ou quatro, nos bons tempos em que se não tinhão descoberto as crinolinas. Era um mimoso panorama, em cujo fundo se desenhavam as collinas verdejantes de Montmorency, todas sementeas de casaesinhos que alvejavão com os últimos reflexos do sol!* ²¹⁹ (bold meu).

O lago de Enghien era então uma espécie de bairro de Passy à volta de um lago. Algumas daquelas *casas* e *kioskis* avistados por José do Canto eram chalets desenhados pelo architecto Bridant que, não por acaso, projectara em 1840 um 'castelo' gótico em Passy.²²⁰ Alexandre Dumas comprova essa transformação: "Le lac d'Enghien n'était pas alors un joli petit lac, peigné, frise rase, comme il l'est aujord'hui. Il n'avait pas, sur toute sa circonférence, des chateaux gothiques, des villas italiennes, des cottages anglais et des chalets suisses."²²¹

Nas primeiras casas de veraneio localizadas nas bacias das lagoas micaelenses, quer a Grená (in.1838), quer a casa Álvares Cabral nas Sete Cidades (1840s²²²)

²¹⁹ Carta de JC para o irmão Eugénio, Paris, 13 Agosto 1863, AP-FACHN.

²²⁰ Cf. Henry-Russell Hitchcock, *Architecture: Nineteenth and Twentieth Centuries*, Pelican History of Art, New Haven and London, Yale University Press, (1958), 1987, p. 164.

²²¹ Disponível em: <http://fr.wikipedia.org/w/index.php?title=Lac_d%27Enghien&oldid=2055330>, consult. em Novembro 12, 2007.

²²² Joaquim Álvares Cabral começou a plantar matas nas Sete Cidades em 1848 (cf. Isabel Soares de Albergaria, ob.cit., p. 213), e construíra já então uma casa no alto da cratera e outra para dois "escaleres de recreio", na borda da lagoa, conforme escreve, em 1848, o relator da "Excursão Campestre" às Sete Cidades publicada na semanal *Revista dos Açores* ao longo de quatro números (do n.º 19, de 7 Maio ao n.º 23, de 4 Junho 1851). Na vista de Hartung tirada em 1859

situam-se, respectivamente, a meia altura da encosta sobre um promontório ou próximo da cumieira da cratera, ambas abrigadas por matas a norte. Estas casas têm implantações de manual: na 2.^a edição do *The Gentleman's House; How to Plan English Residences*, da biblioteca de José do Canto, podemos ler no capítulo quinto intitulado *Position in the Landscape, and Artificial Site*, “that the House should be placed upon a Site which possesses an appearance of special aptitude for the purpose, - some prominent natural position, in other words, - a slight elevation, for example, a plateau, a spot of ornamental timber, or some other such focus of landscape.”²²³

Mesmo o cottage de António Borges nas Sete Cidades (in.1852²²⁴), apesar de estar à cota da lagoa, não se relaciona com ela tendo o parque, com uma colina, de permeio. Também o pioneiro Yankee Hall se sobrepunha ao plano da água do Tanque. Apenas o chalet de Ernesto do Canto no Parque das Murtas se aproximava de uma relação mais suíça, ou mais franca, com a água (cf. Fig. 3.20).

A atípica implantação na borda d'água tinha adversativas em todos os textos normativos, como o de Robert Kerr, “[...] however pleasant the margin of a lake may be, there is no question that it will be a moist situation.”²²⁵, mas também nos mais poéticos, como nas *Geórgicas Portuguesas* do versátil Mousinho de Albuquerque. Escreve ele ao Canto Segundo que deverá o [agri]cultor implantar

da cratera homónima podemos ver casa da Seara, como ficou conhecida a casa que “bem se avista de todo o valle.” *Revista dos Açores*, n.º 23, 4 Junho 1851, p. 90.

²²³ Robert Kerr, *The Gentleman's House; How to Plan English Residences, from the Parsonage to the Palace*, London, John Murray, Second edition, revised, 1865, p. 319-320. A primeira edição é de 1864, com reedições sucessivas culminando numa edição alargada em 1871, o que é demonstrativo do sucesso obtido.

Robert Kerr (1823-1904) era arquitecto membro do Royal Institute of British Architects, co-fundador e primeiro presidente em 1847 da hoje famosa Architectural Association, e professor de *Arts of Construction* no King's College. O erudito 'manual' inclui plantas dos projectos de Indigo Jones e William Kent, para além de projectos do próprio e de outros arquitectos. Uma extensa parte do texto incide sobre os estilos arquitectónicos, discorrendo sobre a História e argumentando sobre a pertinência e legitimidade de cada um, do *Rural-Italian style* ao *Scotch Baronial style*. Não se trata, portanto, de um catálogo, procurando o autor avaliar a aplicabilidade dos estilos em função da grelha dos valores que para tal elege, como sendo: *Privacy, Comfort, Convenience, Spaciousness, Compactness, Light and Air, Salubrity, Aspect and Prospect, Cheerfulness, Elegance, Importance, Ornament*. Esta obra é referida em todos os estudos que tratam da arquitectura Vitoriana.

²²⁴ Cf. Isabel Soares de Albergaria, ob.cit., p. 203.

²²⁵ Robert Kerr, ob.cit., p. 319.

a sua casa em “risonha collina em branda encosta, / De Naiades saudáveis refrescada, /[...]/ Longe da vizinhança das lagoas, / Focos de corrupção, que o ar vicião: Longe dos valles húmidos e frios, / Onde um ar nebuloso pouco a pouco / Da vida diminue o lume escasso, / E o saudável vigor aos membros tira”.²²⁶

No mais prático dos manuais de paisagismo de José do Canto, o *Parcs et jardins* de A. de Cérés, lê-se que para o lugar da casa a construir há que escolher o sítio mais *pitoresco*, devendo-se procurar um sítio alto quanto baste para assegurar a vista dos *pontos mais salientes*.

As imagens dos lagos suíços contrariam este pragmatismo com que habitualmente José do Canto se identificaria. Dos livros de Arquitectura rural, doméstica ou outra, da *livraria* do morgado, que continham prescrições quanto à escolha do sítio, apenas Loudon faz jogo duplo: por um lado, confirma as precauções e advertências dos outros manuais, mas por outro, e face a uma solicitação paisagística poderosa, não hesita, há que ser arrojado:

*Where a house is to be built on the margin of a lake with a tame uniform shore, the common practice is, to keep it a certain distance from the water, and to form a lawn between it and the house: but a bolder and more striking mode of proceeding would be, to carry the platform on which the house is placed to the very margin of the lake, and even projecting into it; or to bring an estuary from the lake to the house; or to give it the effect of being place on a promontory or a peninsula. Whatever mode is adopted, the platform on which the house stands should always be raised considerably above the level of the water, and the main body of the house above the tops of the highest trees; not only for the sake of effect, but for the health of the occupants.*²²⁷ (bold meu).

Mais uma vez, avançando com uma plataforma que aterriza sobre a água, José segue os conselhos de Loudon que, ainda na mesma página, acrescenta:

²²⁶ Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque, *Georgicas Portuguesas, dedicadas a D. Anna Mascarenhas de Athayde*, Paris, na Officina de Bobée, 1820. Este é o mesmo Mousinho que é enviado às Furnas em 1825 para lhe estudar as águas, levantando uma planta do vale que foi citada na ‘arqueologia’ toponímica no início deste capítulo. As suas *Geórgicas* tiveram um “considerável sucesso”, com uma elogiosa recensão crítica por Garrett. Cf. Magda Pinheiro, *Luís Mousinho de Albuquerque, um Intelectual na Revolução*, Lisboa, Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque D’Orey e Quetzal Editores, 1992, p. 41. Foi de um exemplar da biblioteca de JC que citei as suas *Geórgicas*.

²²⁷ J. C. Loudon, ob.cit., no parágrafo 1640, *When there are natural Indications of Features in the Grounds*, p. 767-768.

*The proximity of the sea, of a river, or even of a public road, to a house can never be offensive to the occupant; because, though they do not belong to him, they belong to no one else, and the grandeur of their effect overpowers every consideration.*²²⁸

(Substitua-se *sea* ou *river* por lagoa. A *public road* é a de Vila Franca, ou Avenue du Lac.) O plano de José do Canto seria o de 'privatizar' a lagoa comprando os terrenos à volta, incluindo eventualmente os da Grená, propriedade contígua à sua marginando a lagoa do lado oposto à estrada de Vila Franca, e redesenhar a paisagem, *en grandeur*.

Habitar junto à lagoa é, de qualquer modo, uma nova maneira de habitar S. Miguel. Um dos motivos para ter uma casa de campo junto à lagoa, e para além dos motivos paisagísticos, que incluem os morais (não tanto o isolamento introspectivo romântico, quanto o afastamento rousseauiano dos males corruptores da civilização, vivendo-se à maneira de um Robinson suíço...), seria, simplesmente, velejar na dita lagoa.²²⁹ Depois da pesca, desporto de índole mais contemplativa que terá sido introduzido pelo americano Hickling,²³⁰ a prática recreativa da vela, também devida ao vice-cônsul dos Estados Unidos da América e da Rússia,²³¹ seria o *nec plus ultra* da aristocracia pós-fontismo, ou, como se dizia então, do mais distintivo "bom gosto".²³² Com o *Pavillon de pêche*

²²⁸ Ibidem. No capítulo II, intitulado *The Beau Idéal of an English Villa*, p. 791, descreve-se o sítio ideal para a residência de um gentleman no campo, insistindo "to place the principal front as **to be seen from the public road**, and to command a beautiful and extensive prospect" (bold meu).

²²⁹ José de Torres em artigo sobre as Furnas publicado no *Archivo Pittoresco*, tomo III, 1860, menciona na página 226, como "um recreio para os viajantes" as regatas que se faziam na lagoa.

²³⁰ Cf. Isabel Soares de Albergaria, ob.cit., p. 45.

²³¹ [Thomas Hickling] "lançava um pequeno barco no tanque aonde a família e as crianças bordejavam e trazia outro bote de vella que deitava na lagôa", (Marquez de Jacome Corrêa, ob.cit., p. 65). Em 1824, uma hóspede de Thomas Hickling no Tanque relata um pic-nic na lagoa das Furnas em que "[...] os homens foram caçar pássaros para as margens, passear e andar à vela num barco que lá se encontrava." ("Diário de Caroline Pomeroy", trad. e notas de Henrique de Aguiar Oliveira Rodrigues, em *Insulana*, vol. 53, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1997, p. 89). O americano dificilmente terá tido um predecessor na prática deste desporto na lagoa. O inglês Harvey só chegou a S. Miguel entre 1832 e 1835, depois de atravessar o Atlântico no seu iate.

²³² A vela como desporto, e não como meio de transporte, terá começado na Holanda ('Yatch' é uma palavra de origem holandesa), mas foram os britânicos a difundir-la, desde a corrida em 1660 em Londres entre o barco do Rei Charles II e o do Duke of York, com a primeira regata organizada em 1720 pelo Water Club de Cork, na Irlanda. "Sailing as a sport remained the province of the wealthy, and retains that association today." Daniel Lewinson, Karen Christensen (ed.), *Encyclopaedia of World Sport, from Ancient Times to the Present*, New York, Oxford, Oxford University Press, 1999.

et Navigation do plano de Aumont, o micalense mostra-se convertido ao recreio 'americano'. Mas se a pesca seria demasiado passiva para o seu carácter, em carta de Paris para José Jácome Corrêa, José do Canto enuncia o seu ideal de programa de vilegiatura, e entre “vêr e examinar as plantinhas” e classificá-las, “fazer as minhas excursões no campo e passar de vez em quando meia dúzia de dias subindo e descendo vales”, inclui “bordejar n'um bom bóte”.²³³ Bordejar numa lagoa²³⁴, mas também no mar: em 1875 manda consertar o *bote* para, aproveitando *alguma tarde de bom tempo*, [...] *andar navegando por esse Oceano*,²³⁵ e em Setembro desse ano veleja *por uma magnífica route de luar* até ao Faial da Terra, regressando à doca de Ponta Delgada pelas quatro e meia da manhã.²³⁶ José do Canto como *sportsman*²³⁷ não tem sido tão estudado quanto como *gentleman farmer*. O desporto é socialmente distintivo, correspondendo simbolicamente ao desenlace final do desafio da Natureza, outrora Sublime, agora simplesmente vencida pelos exploradores africanos, como o açoriano Roberto Ivens, ou pelos indomáveis ingleses do Alpine Club. Nos anos 80, L'Illustration edita uma coluna intitulada *Sport et High Life*, enquanto o Illustrated London News publica com regularidade imagens das regatas ao largo da ilha de Wight. José do Canto como *sportsman* aos sessenta anos de idade, para além de se “[...] divertir e arranjar provisão de saúde para o inverno”²³⁸, mais não faz

²³³ Cf. Carta XXVIII, de Paris, 17 Dezembro 1863, José do Canto, ob.cit., p. 104. Nas Instruções a António Bernardes d'Abreu Lima, Ponta Delgada, 22 Agosto 1857, UACSD, FBS-AJC, fl. 6v, Doc. anexo P03, vemos que já então JC pagava a um homem que lhe *trata das lanchas*.

²³⁴ “Já naveguei tãobem no lanchão, que na Lagoa parece pequeno, e anda bem.” Carta de JC ao irmão Eugénio, Furnas, 7 Julho 1881, AP-FACHN.

²³⁵ Cf. Carta de S. Miguel, 3 Maio 1875, de JC ao filho António, transcrita por Fernando Aires de Medeiros Sousa, ob.cit., p. 336. Em carta anterior, s.d. (idem, ob.cit., p.325), mencionando a partida para a Terceira do “hiate de prazer do Jacinto”, JC dá a entender que se veleja recreativamente no alto-mar, o que, juntamente com os banhos e mar em voga, por prescrição médica embora, confirma toda uma nova relação com a *Grande Nature*, que não é já a da contemplação do sublime, mas a do domínio da técnica sobre a natureza.

²³⁶ Cf. Carta de JC ao filho António, S. Miguel, 5 Setembro 1875, em idem, p. 339. Acompanham-no naquela regata nocturna Maria Guilhermina e o irmão Eugénio. Em Carta de Ponta Delgada, 16 Agosto 1879, AP-FACHN, JC conta ao irmão Eugénio que velejou até às 8, não tendo prosseguido para além da Ponta da Galé por causa das horas.

²³⁷ JC tinha uma edição da *Sportsman's cyclopedia*, by T. B. Johnson, London, Sherwood Gilbert and Piper, 1838, com 940 páginas que encontrei muito manuseadas.

²³⁸ Carta de JC ao irmão Eugénio, Ponta Delgada, 16 Agosto 1879, AP-FACHN. Os banhos de mar entravam também na mesma agenda: “Não te descuides de tomar os teus banhos de mar, para que seja completo o teu regímen hygienico, e fiques com saúde para 2 annos ao menos.” Carta de JC ao irmão Eugénio, Paris, 13 Agosto 1863, AP-FACHN.

do que corresponder ao 'tipo social' que dele se espera. Se fosse inglês, caçava raposas.

Foi aquele americano, Thomas Hickling (Boston, 1745 - Ponta Delgada, 1834)²³⁹ quem *inventou* as Furnas. E ciente da descoberta gravou-lhe a data, 1770, e a autoria numa pedra junto das caldeiras.²⁴⁰

As Furnas, enquanto fenómeno mundano, são os banhos (de terapia milagrosa para algumas maleitas) e as águas minerais (que *abrem o apetite*), associados à vida de lazer ao ar livre, sem outras obrigações que as de comer bem e dar longos passeios a pé, ou em burricadas, aos picos das redondezas. Misturando no Tanque as classes sociais numa *sociedade mixta meio cidadão, meio aldean*,²⁴¹ Hickling iniciará os micalenses num certo tipo de recreio mais informal e descontraído, que passará a estar associado ao vale. No início de Agosto de 1792, o ex-Governador de Cabo Verde António Machado de Faria e Maia conta que, mal chegado às Furnas, logo se dirigiram ao Tanque do Hickling “que nos recebeu igualmente, e passando ao Batel, andei remando algum tempo. Tem alguns Patos de diversos Paizes que fazem uma agradável vista, á noite depois do chá se dansou e cantou, **que me pareceu não estar na Ilha.**”²⁴² (bold meu).

²³⁹ Para um esboço biográfico, v. João H. Anglin, “Thomas Hickling”, *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. V, n.º 1 e 2, 1949; e, mais recentemente, Henrique de Aguiar Oliveira Rodrigues, “Thomas Hickling, Notícia Biográfica”, *Insulana*, vol. 60, 2004, p. 49-72. Para a sua numerosa e importante descendência, com grande número de casamentos com locais micalenses (ao contrário de outra importante família americana residente nos Açores, os Dabneys, que não registam um único casamento com locais), ver também Francis Millet Rogers, “St. Michael's Hicklings, Fayal Dabneys, and their British Connections”, *Arquipélago - Número Especial 1988: Relações Açores - Grã-Bretanha*, Ponta Delgada, Revista da Universidade dos Açores, 1988, p. 123-148.

²⁴⁰ “A casa do Sr. T. Hikling é um monumento, que marca, para assim dizer, a idade media do Valle das Furnas. Ao pé d'uma *caldeira*, que nos dizem ser n'esse tempo maior, mandou collocar um marco de pedra, no qual fez gravar o seguinte: = Hikling – 1770.” Bernardino José de Senna Freitas, *Uma Viagem ao Valle das Furnas na Ilha de S. Miguel em Junho de 1840*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1845, p. 65. As caldeiras e as diversas nascentes de águas “minerais” são conhecidas e sucessivamente reportadas por naturalistas e militares anteriormente, e simultaneamente, a Hickling, mas as Furnas enquanto estância de vilegiatura só começam mesmo com o americano.

²⁴¹ “Fastos Michaelenses”, *Revista dos Açores*, n.º 26, 25 Junho 1851, p. 101. A citação refere-se ao ambiente dos *fastos* de S. João nas Furnas, mas penso ser válida para qualquer dia de festa, ou aos domingos quando Thomas Hickling tinha os furnenses e forasteiros, sem distinção, por convidados. Cf. Marquez de Jacome Corrêa, ob.cit., p. 65.

²⁴² *Cópia d'um Diário feito por António Machado de Faria e Maia, Governador, que fora de Cabo verde (Tio irmão do Pae de D. Elena Victoria Machado) este manuscrito pertence ao Doutor do mesmo nome*, Copiador de finais do século XIX, fl. 115-117v, AP-PL.

De acordo com a investigação de uma descendente actual, Thomas Hickling chamou ao pavilhão que construiu nas Furnas em 1795 “Hall of Liberty”,²⁴³ o que condiz com o seu alinhamento com as revoluções Francesa e Americana, e com a descrição enaltecida de Senna Freitas que vê o tanque como uma “muda republica de arvores, que oferece sombra e frescura aos homens de todas as opiniões, e de todas as crenças”.²⁴⁴ As crónicas, no entanto, registam-no como *Yankee Hall*.²⁴⁵ Para além de ser a primeira ‘casa de campo’ das Furnas, a importância do modesto e rústico Yankee Hall está na interligação paisagística dos seus elementos: casa sobrelevada, escadaria, e o tanque rodeado de arvoredos (Fig. 3.64 e 3.65). Neste conjunto sobreleva-se a importância ou o sentido dado ao todo pelo plano de água. Se a casa domina *visualmente*, pela cota mais alta, é a água que está ao *centro*, constituindo o foco agregador do recreio e do encontro social. As altas árvores em volta delimitam o espaço, recintando-o *naturalmente*. A relação entre a cabana e a água, com aquela orientada para esta, é inédita para a Ilha. Todos os jardins que vêm a seguir não dispensam a presença da água, por influência da cada vez mais presente cultura paisagística europeia, mas inegavelmente, também, por influência da eficácia recreativa e estética que é directamente testemunhada no Tanque, ali mesmo, nas Furnas.

Considerando a cronologia, o Yankee Hall parece o ensaio em miniatura de uma casa sobranceira à lagoa. O Tanque é um *Fishing pound*,²⁴⁶ mas também maqueta da lagoa, arriscaria. Note-se que o primeiro tanque não parece ter tido a

²⁴³ Cf. “The Ivens family”, disponível em: <<http://members.lycos.co.uk/MaiadeLoureiro/Ivens-Ferraz.htm>>, consult. em Março 17, 2006. A autora declara-o reminescente do *Petit Trianon* de Versalhes, o que é uma pista interessante na medida em que o modelo campestre deste, com o telhado de colmo, por exemplo, é também aqui aplicável. O programa do original é, no entanto, mais complexo. Enquanto o Yankee Hall será pouco mais do que *uma habitação rural*, o *Petit Trianon* simula a aglomeração de várias edificações característica de uma *quinta* ou *herdade*. Acompanhado pelo homónimo filho varão, que ficará como aluno interno em Rouen, Thomas Hickling visitou a Inglaterra e a França de Junho a Outubro de 1796 demorando-se na visita aos monumentos e deixando um Diário de viagem que poderia elucidar de uma eventual visita ao Petit Trianon. Cf. João H. Anglin, ob.cit., p. 109 e 113.

²⁴⁴ Bernardino de Senna Freitas, ob.cit., p. 65.

²⁴⁵ Isabel Soares de Albergaria sugere a possibilidade de uma propriedade de veraneio do bisavô de Hickling, Peen Townsend, em Pullen Point, Chelsea, Boston, ter servido de modelo formal e programático ao Tanque, cf. ob.cit., p. 44.

²⁴⁶ Para a genealogia tipológica do Tanque veja-se Isabel Soares de Albergaria, ob.cit., p. 44-45.

configuração regular do actual.²⁴⁷ Thomas Hickling escavou a sua própria ‘lagoa’, ao invés de habitar nas margens da verdadeira.

At last but not the least, o Tanque, a Lagoa são antónimos da ilha: são a *água presa*, em vez da *água que prende*.

A Grená arrendada

Se um americano *inventou* as Furnas, um britânico *descobriu* a lagoa. Edward Noursey Harvey, membro do Royal Yatch Squadron, terá sido, depois do longínquo Diogo Preto,²⁴⁸ o primeiro homem a (pensar) habitar a grande cratera da Lagoa das Furnas. A violenta erupção de 1630 no Pico do Fogo, à ilhargia da lagoa, erradicara a habitação desta área até então. Harvey, conta a tradição, era inglês, aventureiro, e rico. Arribado a S. Miguel no seu *hiate de recreio*, compra terra *inculta e erma* na encosta norte da lagoa, na vizinhança do Pico do Ferro, em 1838,²⁴⁹ e ali inicia a construção de uma casa com projecto de Thomas Hickling Jr.,²⁵⁰ plantando mata à sua volta. Nesta terá introduzido novas espécies

²⁴⁷ Veja-se o contorno mais alongado e não murado do tanque de Thomas Hickling na aguarela reproduzida por Isabel Soares de Albergaria em *Parques e Jardins...*, p. 110. A escala introduzida pela Casa do Parque (construída depois de 1848 no mesmo lugar do Yankee Hall e ampliada depois de 1872 pelo Marquês da Praia), bem como a regularização construtiva e de traçado do tanque alteram significativamente as premissas que estão na base das interpretações sugeridas.

²⁴⁸ Referido por Gaspar Frutuoso como tendo habitado a lagoa no início do século XVI, Diogo Preto permanece ainda na toponímia do século XIX dando o seu nome à grota por onde passava o caminho para Vila Franca do Campo. Em 1630 deu-se uma erupção violenta dentro da cratera da lagoa vomitando cinza e pedra pomes que soterraram os terrenos em redor e afastaram os apavorados furnenses para a Maia e Vila Franca. O regresso foi progressivo mas exclusivamente dirigido para o vale, longe do lugar da erupção que as crónicas situam no Pico de Gaspar Moreira, na margem nascente da lagoa (cf. Marquez de Jacome Corrêa, ob.cit., p. 170), mas que na realidade se deu um pouco mais a sul, no Pico do Fogo (cf. Victor Hugo Forjaz, *Alguns Vulcões da Ilha de S. Miguel, I Parte*, Ponta Delgada, Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores, 1998, p. 138; fig. 73, p. 106; e fig. 120, p. 144). Ambos os picos são domas mas o do Gaspar será de uma erupção anterior (cf. Victor Hugo Forjaz (coord.), *Atlas Básico dos Açores*, Ponta Delgada, Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores, 2004, p. 60).

Para o regresso dos homens ao vale das Furnas, veja-se a 4.^a *Leitura, A verdade sobre a recolonização*, em Marquez de Jacome Corrêa, ob.cit., p. 37-46.

²⁴⁹ Cf. Urbano de Mendonça Dias, *História do Vale das Furnas*, Emp. Tip. Ltd. de Vila-franca do Campo, 1936, p. 94-95.

²⁵⁰ “Mr. Edward Noursey Harvey começou a construir uma casa (o projecto era da minha autoria), mas resolveu vendê-la por 800 libras, que foi o preço que ela custou. [...] Penso que uma pessoa com bom gosto e meios de fortuna pode fazer dessa propriedade **um dos mais bonitos e românticos lugares do mundo.**” (bold meu), “Carta de Thomas Hickling Jr.” (S. Miguel, 31 Agosto 1848), trad. e notas de Henrique de Aguiar Oliveira Rodrigues, em *Insulana*, vol. LI, n.º 2, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1995, p. 194. Thomas Hickling Jr. (1781-1875) nasceu e morreu em Ponta Delgada, sucedeu aos negócios do pai quando a laranja já decaía no mercado e sucumbia à praga. Está por investigar a sua obra projectada e construída na ilha.

arborícolas provenientes da sua homeland, entre as quais o Freixo.²⁵¹ Segundo Carreiro da Costa, Harvey teria intenção de fundar na Ilha um clube de regatas à imagem do Royal Yatch Squadron.²⁵² Mas não acabou a casa. Aparentemente, terá regressado a Inglaterra para se casar,²⁵³ e não voltar. Pondo-a à venda, estariam nela interessados Dabney, o americano do Faial, e Webster, o geólogo de Boston.²⁵⁴

Entre 1840 e 1842 Harvey tem registado em Cowes, de cujos estaleiros saíram muitos navios para a laranja de S. Miguel, uma escuna de 168 toneladas de nome *Gitana*,²⁵⁵ sendo que este passou a ser, com Harvey, o topónimo da propriedade²⁵⁶. Se o nome da terra é anterior ao do barco, ou vice-versa, é indiferente para a cumplicidade que juntos evidenciam: é um novo olhar sobre a paisagem que vem, mais uma vez, de fora.

Conta Rupert Swindells: “[...] near this part of the lake, on an elevation, is a solitary large and good house, most beautifully situated overlooking the lake, with plantations and gardens, greenhouses and croquet ground; [...]”²⁵⁷

²⁵¹ “As primeiras plantas [de freixo] que vegetaram no nosso clima foram enviadas d’Inglaterra pelo Sr. Harvey, estrangeiro distinto que introduziu muitas arvores novas n’esta Ilha, para povoar um prédio, que adquirira, adjacente á Lagoa das Furnas.” Em *O Agricultor Michaelense*, n.º 20, 2.ª série, Agosto 1849, “Mattas. O Freixo”, p. 336.

²⁵² Cf. Carreiro da Costa, *Etnologia dos Açores*, vol. 1, Lagoa, Câmara Municipal da Lagoa, 1989, p. 269.

²⁵³ Elisa W. Nye, idem, p. 34.

²⁵⁴ Cf. “Carta de Thomas Hickling Jr.”, em ob. cit., p. 194. Webster casara em 1818 com Harriet Hickling, irmã de Thomas Hickling Jr.

²⁵⁵ O Royal Yatch Squadron, fundado em 1815 em Cowes, na ilha de Wight, ‘inventou’ a famosa regata transatlântica America’s Cup. Confirmei com a arquivista do clube o registo de um “E. N. Harvey” em Cowes, em 1836, permanecendo membro do clube até 1889. A mesma fonte regista que Noursey, em 1837, participou numa regata do clube com o iate *Menai*, um *175 ton schooner*, e em 1845 competiu com o *Emmeline*, um *204 ton brigantine*, singrando as águas entre um e outro com o *Gitane*. Os Bullar, na ilha de S. Miguel entre 1839 e 1840, registam que o *Menai* deitara âncora entre o ilhéu de Vila Franca e a costa. Cf. Joseph e Henry Bullar, *Um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas*, trad. por João Hickling Anglin, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 3.ª ed., 2001, p. 89.

²⁵⁶ Assim conta o filho primogénito de Thomas Hickling: “Comprei essa propriedade para Mr. Edward Nourse Harvey, que aqui veio no seu yatch de recreio, o «Gitana», nome que ele deu à propriedade (Gitana é uma feira de ciganos)”, e mais à frente justifica: “Conto-te tudo isto porque penso que a «Gitana» está destinada a ser um lugar famoso.” em “Carta de Thomas Hickling Jr.”, ob.cit., p. 194-195.

²⁵⁷ Rupert Swindells, ob.cit., p. 87. Continua: “This estate of about 400 acres was originally bought by an Englishman, a Mr. Harvey, who intended to build a house there, but his wife disliking the sea, he had to give up, stipulating that the land should be sold to an Englishman. In 1858 a former British Consul, Mr. Vines, bought it, and built the present house with all the conveniences of a good English home, and spent a large sum of money on the building and the grounds around. In

O Marquez de Jacome Correia data a descoberta do local por Harvey em cerca de 1835, vendendo-a em 1858 ao cônsul inglês de Ponta Delgada, Samuel Vines. Detalhando a história desta pioneira colonização recreativa da lagoa, conta que Vines batizou a casa como “Grená” por assim se chamar a *estância* em Killarney, na Irlanda, do então célebre político irlandês Daniel O’Connel²⁵⁸, que seria tio de Catherine Vines, a mulher do cônsul. Como reparou Urbano de Mendonça Dias, que também virá a ser proprietário da Grená, Killarney, onde a consuleza veraneava, fica na região dos lagos Leane, Uper Lake e Torc.²⁵⁹ Talvez por isso aquele autor chamasse ao conjunto da *lagoa obscura* (hoje Lagoa Seca), da *lagoa barrenta*, onde desaguava a ribeira de Diogo Preto (e onde ao tempo de José do Canto se chamava a Chã de Diogo Preto), e da *lagoa grande* (ou Lagoa das Furnas) a “região dos Lagos”.²⁶⁰

Depois de James Hinton em 1870, que despejará o então arrendatário José do Canto, George Hayes será o dono seguinte da Grená, em 1882.²⁶¹

“It is a lovely spot, and to any desirous of quietly enjoying the benefit of the climate during the summer months, May to September, it would be charming” prossegue Swindells, advogando a vocação recreativa do lugar, seja para *sportsmen*, seja para *reading men* “this house would be perfection, there being such a variety of beautiful rambles in the vicinity, with boating and climbing as a relaxation.” Razões semelhantes, embora provavelmente para usufruto individual,

1870 it was sold to Mr. Hinton, a physician,” p. 87-88. Hinton teria morrido no ano anterior, sendo a casa então explorada como hotel pelo feitor da família, George Brown. Cf. idem, p.88. Apesar de Thomas Hickling Jr. mencionar um tio americano de Harvey que teria tido *um emprego da confiança do presidente George Whashington* (cf. “Carta de Thomas Hickling Jr.”, ob.cit., p. 194), suspeito que a cláusula nacionalista teria mais a ver com a oposição a que um americano comprasse a Gitana, do que propriamente por xenofobia generalista.

²⁵⁸ Daniel O’Connel (1775-1847) promoveu um nacionalismo irlandês não violento, conseguindo a emancipação dos católicos da Irlanda, ainda que pertencendo à franco-maçonaria. A Grená irlandesa escreve-se “Grenagh” e fica em Cork.

²⁵⁹ Cf. Urbano de Mendonça Dias, ob.cit., p. 94-95.

²⁶⁰ Ibidem, p. 11-12. As primeiras duas lagoas terão secado com a erupção de 1630. Este autor agrupa ainda a *região dos Lagos* com uma *região dos Fumos* e a *região das Fontes*.

²⁶¹ Cf. Marquez de Jacome Corrêa, ob.cit., p. 172-174. Swindells antecipa esta aquisição para 1876-77, cf. ob.cit., p. 91-92.

poderão ter sido as do iatista Harvey para escolher o *sublime isolamento*²⁶² da lagoa para habitação.

Foi aos Vines que José do Canto arrendou a Grená, a partir de Julho de 1869, para as suas prolongadas estadias nas Furnas.²⁶³ Para além da relação normal de cortesia e de arrendatário, José do Canto manteve uma relação de ‘negócios’ com os Vines, procedendo como seu intermediário,²⁶⁴ ou mesmo procurador, na cobrança de dívidas e administração da propriedade, nomeadamente pagando-lhe os foros, recebendo rendas, ou pagando as jornas de plantar árvores.²⁶⁵ Tratou-lhe também da aquisição de um barco à vela para a lagoa.²⁶⁶ Desta sua pronta disponibilidade, e da correspondência entre ambos, depreende-se um ‘namoro’ à senhoria Catherine que teria por finalidade assegurar um longo e tranquilo arrendamento, ou mesmo a aquisição da propriedade. Em 1864, José do Canto assistiu a uma medição da *terra do cego*,²⁶⁷ mostrando um interesse anterior à data do arrendamento. Numa das suas inúmeras pastas de *Medições de Terras*, encontrei cópias de medições feitas em Fevereiro de 1871 para Catherine Vines a dois corpos de terras da Grená, a *terra Segó*, e o mato na

²⁶² A expressão é do Marquez de Jacome Corrêa, ob.cit., p. 171.

²⁶³ O contrato de arrendamento da “maison de campagne garnie, designée par le nom de Grená aux Furnas sous-dites, avec les ameublements y compris, et les batisses et le jardin de plaisance, et potager y appartenant” será assinado por cinco anos, de 1 Julho 1869 até 30 Junho 1874, por 150\$000 réis, ficando ainda as contribuições próprias à propriedade a cargo do arrendatário. Cf. Carta de Catherine Mary Vines a JC, Ponta Delgada, 19 Maio 1869, UACSD, FBS-AJC.

²⁶⁴ Cf. Nestor de Sousa, “Sinais da Presença Britânica na Vida Açoriana”, 1988, p. 52-53. Às cartas 11 e 12 transcritas por Nestor de Sousa acrescentaria a Carta do Faial, 22 Maio 1869, de JC a Maria Guilhermina, UACSD, FBS-AJC 12866, em que aquele instrui a mulher sobre o contrato de arrendamento da *Casa da Lagoa das Furnas*, terminando com “Partindo a Senr^a. Vines, antes da minha chegada, será necessário que deixe uma Carta d’ordens, contendo as suas Instrucções, tanto a respeito dos trabalhos e plantios que quer se fação nas furnas, como a respeito das dívidas q deixar p cobrar.” e também a Carta de Catherine Mary Vines a JC, Ponta Delgada, 22 Julho 1870, BPARPD, JC/CORR. Cx. 9/891, que refere alguns dos negócios, aparentemente de empréstimos a juro, em que JC a representaria.

²⁶⁵ Cf. Nestor de Sousa, ob.cit., p. 53.

²⁶⁶ Idem, Doc. 15, p. 89.

²⁶⁷ Cf. Bilhete dirigido a António Bernardes de 28 de Fevereiro de 1864 (também poderá ser 66 ou 67), UACSD, FBS-AJC 11701. No Doc. 9, apenso a Nestor de Sousa, “Os «Canto»...”, p. 82, *Relação da despeza feita no serviço do Ex.m^o Sñr Samuel Vines da nação Emgueleza nas somanas findas em 6 e 13 de Novembro de 1869*, temos em *Qualidade de Serviço* para além de *Governar Laranjeiras, Rachar abrigos, e tapar na terra sega*, atestando a pertença da *terra do Cego* à Grená.

margem da lagoa,²⁶⁸ quando aquela foi acabada de se vender. A notícia do negócio da venda em finais de 1870 não teve uma reacção pacífica pela parte do ainda arrendatário José do Canto.²⁶⁹ O contrato de arrendamento daria a José do Canto cinco meses para aviso de despejo,²⁷⁰ o que era tempo suficiente para repensar a sua logística, só que José do Canto estaria interessado na aquisição da Grená, ou pelo menos faria contas à mesma se tivesse sido informado que estava à venda, o que não aconteceu, pondo fim àquela ‘amizade’.

Se assim fosse, isto é, se o objectivo de José do Canto fosse adquirir a Grená, a Ermida ficaria implantada na margem oposta, num olhar recíproco sobre as águas da lagoa, contemplando de casa a sua obra *Paisagem com Ermida*. Era a construção desta fantasia que experimentava em 1869, quando atravessava a lagoa de barco, significativamente baptizado de Formiga, *logo ao romper do dia*, para ir comandar os trabalhadores na Fajã das Rabaças.²⁷¹ Com a Grená, José do Canto ‘privatizaria’ praticamente a Lagoa, já que a extensa, e mais fragosa, encosta poente e a encosta sul seriam suas, restando pouco mais do que a margem da Lagoa Seca e a Ponta do Garajau, ou do Sanguinhal, consoante as cartografias, pertencentes a terceiros. A Grená era, na implantação, uma casa de manual: situada num plateau, a meia encosta, orientada para o quadrante sul, tinha ainda a encosta com mata a norte a protegê-la (Fig. 3.66 e 3.67), conforme às regras.²⁷²

²⁶⁸ Medição por Laurianno Tavares de Oliveira, *Medidor de Prédios Rústicos no Concelho da Villa da povoação*, para a *Ex^a Snr^a D Catharina Vines* “para lhe medir serto Porção de terras de Matos, situa a Lagoa de Agua das Furnas, cujo cerro medi e achei 77.600 v.as o que faz 6 moios e 28 alq.s”, Furnas, 12 de Fevereiro de 1871, e outra do mesmo medidor “para lhe medir serto foreano de Matos, situos aonde se chama a terra Sego achei 76.213 varas de terra de mato = 7 moios 11 alq.es e 13 varas de terra”, datada de Furnas, 25 Fevereiro 1871, ambas em pasta *Medição de Terras*, UACSD, FBS-AJC.

²⁶⁹ Cf. Nestor de Sousa, “Sinais da Presença Britânica...”, p. 53-54. As Cartas n.ºs 13 e 14 dão conta de que o negócio da venda se faz a partir de Outubro 1870.

²⁷⁰ V. Carta de JC para Catherine Mary Vines, Faial, 22 Abril 1869, UACSD, FBS-AJC.

²⁷¹ Cf. Carta de JC para o seu filho António, Santana, 28 Novembro 1869, em Fernando Aires de Medeiros Sousa, *ob.cit.*, p. 291. Em 1881, vindo do vale para as obras da Capela e da Casa, continua a atravessar a lagoa de bote: “Quando vou [à lagoa das Furnas], mal me dá o tempo para os biquinhos de obra, e para voltar pela agoa para caza. Tenho adoptado o systema de vir sempre de passeio da Lagoa, com que me tenho dado muito bem.” Carta de JC a Eugénio do Canto, Furnas, 16 Julho 1881, AP-FACHN.

²⁷² Cf. Robert Kerr, *ob.cit.*, p. 320. Conforme já referi, remetendo para Aurora Carapinha, também as Quintas portuguesas do continente dispunham com aquela orientação e finalidade as suas matas.

Com toda a certeza, a cláusula original da venda exclusiva a ingleses ainda se mantinha, e em 21 de Janeiro de 1871 Edmund Monson, então Cônsul Britânico nos Açores, escreve a José do Canto comunicando-lhe a venda da Grená a outro britânico, James Hinton, médico residente em 18 Saville Row, Londres, que constituíra o Cônsul como seu procurador.²⁷³

A Capela de Nossa Senhora das Vitórias

A data do início da construção do híbrido chalet projectado por Georges Aumont em 1867 é, seguramente, posterior à ordem de despejo da Grená, reiterando a ideia que defendo que José do Canto veria na casa da Grená uma alternativa àquela. Veja-se que no Plano de Aumont, também de 1867, se a Ermida aparece já implantada no seu sítio actual, a Casa, que seria ainda a Mansão projectada por Mathew Digby Wyatt, continua na Chã do Forno da Cal, destinando para o sítio do actual Chalet o *Pavillon de Pêche et Navigation*. De qualquer modo, no projecto do Chalet a legenda é *Maison de Garde*, e, considerando qualquer um dos programas, poderiam construir-se independentemente da habitação principal. Em 1869, José do Canto ainda põe a Digby Wyatt pertinentes questões construtivas sobre o projecto da Mansão, levando-me a crer que avaliou seriamente a sua execução.²⁷⁴ Mas um orçamento forçosamente elevado, inflacionado pelas dificuldades da sua execução em termos de materiais a importar e mão-de-obra a qualificar, poderia tê-lo levado a considerar a Grená como uma alternativa. A determinada altura, José do Canto desistiu da mansão.

A minha persistência em validar a hipótese que arrisco do interesse de José do Canto em adquirir a Grená releva da dimensão paisagística da mesma e da centralidade que confirmaria a lagoa como tema. A imensa atracção oitocentista dos lagos e lagoas como paisagens – da Suíça aos Estados Unidos, passando pela Escócia e Irlanda – não deixará de estar relacionada com o olhar

²⁷³ Cf. Carta de Edmund Monson a JC, 21 Janeiro 1871, UACSD, FBS-AJC.

²⁷⁴ Cf. Carta de Mathew Digby Wyatt a JC, 6 Agosto 1869, 37 Tavistock Place, Russell Square [Londres], em que o arquitecto, com a ajuda de alguns esquiços, sugere o recurso a vigas de ferro, ou arcos de alvenaria, para suportar as paredes dos pisos superiores que não ficam na prumada das paredes térreas. Responde ainda a outras questões, ilustrando de novo a resposta com um esquiço eloquente. AP-AJCHRC.

panorâmico que informa a mudança de paradigma da cultura visual do século XIX, que abordei no capítulo anterior. Comprovando a popularidade do dispositivo óptico, o muito citado médico, químico, político e catequista agrícola François-Vincent Raspail define o paisagismo (por contraposição à horticultura) como *des règles à l'oisif opulent, pour transformer ses jardins ou ses parcs en un Panorama champêtre*,²⁷⁵ (bold meu). Ora a lagoa é desde logo um imenso *panorama*.

“Nothing gives more general satisfaction than a neat and comfortable picturesque cottage, with a good garden, in neat order and cultivation”, escreveu Loudon²⁷⁶, e assim, sem mansão nem Grená, a Maison de Garde passará a ser a casa de José do Canto nas Furnas. Em 1881, estão ainda em construção as águas furtadas.²⁷⁷ Sabemos pelos primeiros postais ilustrados de então que a Casa dos Botes foi construída primeiro²⁷⁸ (Fig. 3.68), tendo provavelmente suprido o programa de segunda residência enquanto se construía o Chalet.²⁷⁹

A **Casa dos Botes** tem o modelo imediato no *Design XLII, A Cottage of Three Rooms, in the Elisabethan style* apresentado por Loudon na sua enciclopédia de

²⁷⁵ M. Raspail, “Quatrième partie / Paysage”, em *Cours Élémentaire d'Agriculture et d'Économie Rurale*, Bruxelles, Hauman, Catoir et Comp., 1836, p. 345.

²⁷⁶ J. C. Loudon, *An Encyclopaedia of Gardening*, ..., p. 1181.

²⁷⁷ Em nota intitulada *Viagem das Furnas*, s.d., AP-AJCHRC, JC escreve: “Enquanto se põem o zinco, arranjar traves e barotes para os sótãos da Caza nova”, acrescentando mais à frente que falta montar as venezianas, vidraças, portas e que é “preciso ajustar as aguas furtadas”. Por Carta de JC ao irmão Eugénio, Ponta Delgada, 23 Julho 1881, AP-FACHN, sabemos que começa a pôr o zinco na Capela em 1881. Nestor de Sousa dá o chalet por terminado somente em 1886, cf. “Os «Canto»...”, p. 158. Henrique Aguiar de Oliveira Rodrigues contou-me que o alpendre orientado para Norte, que não vemos nos postais mais antigos, foi construído por Ernesto Hintze Ribeiro que restaurou a casa no século XX seguindo o desenho original.

²⁷⁸ Em Carta de Manoel Martins para JC, Furnas, 17 Abril 1881, UACSD, FBS-AJC 11509, descrevendo os danos causados por uma forte tempestade que *embraveceu a lagoa*, pode ler-se que “os navegantes que querião passar não tinham por onde abrirão um portal o pé da Casa das Lanchas”.

²⁷⁹ JC dispunha ainda de uma casa no povoado propriamente dito, descrita como *Casa do Valle*, prédio n.º 4362, em *Domínios Plenos nas Notas de Inventario e Partilha após a morte de Maria Guilhermina Taveira Brum da Silveira, 1887.07.02, Revisto*, UACSD, FBS-AJC. Deverá ser a mesma casa que é descrita, pouco tempo depois, noutra esboço de inventário da seguinte maneira: “Uma outra morada, no mesmo sitio, aonde se aloja o Caseiro, que se compõem de 3 quartos, uma cosinha e uma estufa no primeiro andar, e no térreo tem um armazém que está preparado para receber bestas e carroagens. Tem duas falsas grandes, e mais uma loja térrea”, em *N.º 1/ Avaliação das Casas das Furnas no Valor de Rs.* assinada por António José de Souza, [...] *Furnas 20 de Setembro de 1887*, UACSD, FBS-JC.

arquitectura de villas, cottages e quintas²⁸⁰ (Fig. 3.69). Embora não tenha sido exactamente decalcada da página 159, é demasiadamente próxima, formal e estruturalmente, para não ter estado no programa da encomenda ao arquitecto, ou desenhador, que a terá redesenhado: mantendo a planta em 'L', a casa construída tem precisamente o mesmo recorte de empenas (que define, em Loudon, o *Elisabethan style*²⁸¹), as janelas de grandes dimensões, e o alpendre de entrada com a coluna dórica estirada na esquina, sobre um embasamento com os mesmos três degraus de altura e na mesma dobra interior do 'L'. A cimalha de remate em laje de pedra à vista, que percorre a totalidade do perímetro da casa subindo e descendo as empenas, alinha-se pela horizontal do alpendre, tal como na perspectiva de Loudon (Figs. 3.70).

To increase accomodation and convenience, Loudon refere a possibilidade de se acrescentar ao modelo uma cave e um sótão,²⁸² que é o que faz o micaelense, com a cave para guardar os *botes* a resolver a diferença de cota entre a entrada pelo terraço murado e a cota da lagoa, a nascente, por onde saíam os barcos. É precisamente a implantação que confere ao edificado uma complexidade que Loudon não desdenharia: encostada contra o caminho que passa à frente da Capela, a casa marca o arranque do aterro murado que, avançando em curva larga sobre a Lagoa, serve de terraço ao Chalet de Aumont. Acresce que a localização relativa das duas casas não impede a visão da Capela a partir do terraço ajardinado frontal à casa principal. O muro, que estabiliza este terraço, termina o seu curso descendo ao lado do alçado norte da Casa dos Botes para a cota baixa, quase ao nível das águas, em que assenta o alçado nascente. Com mais um módulo acrescentado a nascente, na direcção da Capela, a casa construída é maior que a desenhada por John Robertson, mas mantém internamente a estrutura do original.

²⁸⁰ J. C. Loudon, *An Encyclopaedia of Cottage, Farm and Villa Architecture...*, p. 157-159. De acordo com a *List of Contributors*, este projecto foi concebido pelo arquitecto John Robertson, *Esq., de Bayswater, near London*. Trabalhando no escritório de Loudon como *Architeturall Draughtsman* desde Março 1829, foi também Robertson quem desenhou em geral "all the explanatory diagrams, and all the Designs made from our suggestions", cf. *idem*, p. xx.

²⁸¹ Ver também fig. 140, 381 e 387, *idem*, respectivamente, p. 79, 223 e 224. A chaminé, composta por três canais autónomos mas encostados (fig. 294, p. 157), é o outro elemento distintivo no estilo Isabelino de Loudon.

²⁸² Cf. *ibidem*, p. 157.

Poderia ter sido José do Canto a adaptar o figurino de Loudon, ou terá sido David Mocatta em resposta à encomenda de 1846?²⁸³ Assim sendo, a implantação já estava decidida antes de Barillet-Deschamps e Georges-Aumont, e seria da autoria de José do Canto. Mas para além da hábil resolução das diferentes cotas da envolvente, a ‘mão de arquitecto’ detecta-se nas proporções corrigidas do construído: as janelas são ainda maiores (a lembrar, na excessiva dimensão relativamente aos espaços que servem, a arquitectura dos interiores da pintura holandesa) e, descendo o peitoril, recentraram-se nas fachadas (no desenho original estão muito encostadas à cimalha), o que, juntamente com a subida requerida pelo uso do sótão, equilibrou a composição das fachadas. Também a coerência da materialização revela um saber especializado, nomeadamente quando substitui por pedra a madeira proposta por Loudon para a coluna: a coluna em madeira pressupunha um remate homólogo para o alpendre, o que interromperia, pela diferença material, a continuidade do remate desenhado.

“This is evidently an ornamental cottage”²⁸⁴, justifica Loudon depois de apresentar a estimativa de custos. Algumas páginas atrás, a propósito das variações em diversos estilos ‘históricos’ (do *castelled Gothic* ao *Italian style*), de uma casa pequena, escrevera:

*It may appear improbable to some, that a person purposing to build so small a dwelling, should think of applying any of these styles to it; but in particular situations in Britain, it is sometimes considered desirable to render such dwellings **striking objects in a view**;*²⁸⁵ (bold meu).

Como era o caso, *though outside Britain*.

A implantação da **Ermida**, de que não encontrei qualquer desenho ou texto referindo-a programaticamente, é peremptória na afirmação duma ideia de

²⁸³ O programa que incluía uma *boat house* referido por Nestor de Sousa, ob.cit., p. 157, ou Doc. 8, p. 200, poderia ter sido encomendado a David Mocatta aquando da viagem de JC de 1846, quando, em Londres, reuniu com o arquitecto. Cf. Caderno intitulado no interior *Despezas meudas de Caza na Ilha do Faial desde o 1.º de 8bro. de 1845 em diante.*, UACSD, FBS-AJC, e Cartas III e IV, de Londres, de 5 de Abril e 20 de Maio de 1846, de JC para José Jacome, em José do Canto, ob.cit., p. 6-8.

²⁸⁴ J. C. Loudon, ob.cit., p. 157.

²⁸⁵ Idem, p. 80.

paisagem que incorpora a lagoa, desde o plano da água à encosta da cratera, intensamente arborizada por José do Canto. Não existe em Portugal qualquer implantação semelhante, sendo da tradição, numa situação idêntica, implantar o templo a meia encosta ou na cumieira e nunca orientado para um norte tão desprotegido.

Foi numa das constantes *Lembranças* em que José do Canto alinhava os seus planos e actividades que encontrei a primeira referência pessoal à construção da Capela de N.^a S.^a das Victórias: “É preciso **escolher o sítio**; abrir veredas para elle depois para o monte para cima”²⁸⁶ (bold meu), escreve José do Canto na primeira tarefa a realizar nas Furnas para o ano (rural) de 1859-1860.

O projecto da Capela, da autoria do architecto A. Breton, com atelier em Paris, teve início em 1864.²⁸⁷ A encomenda corresponde a um voto feito em 1854 por causa da doença de Maria Guilhermina,²⁸⁸ quando José do Canto e a família vão para Paris à procura de medicina para ela, e por ali ficam. Na realidade, resulta num memorial erguido a Maria Guilhermina e a si próprio, em programa de mausoléu à escala da paisagem que, por pudor, se fez capela. Sendo este o programa-sombra, a visibilidade pública da Capela, viabilizada pela clareira imensa que é a lagoa, torna-se factor decisivo para a sua implantação.

Logo em Agosto de 1864 o Mestre José Ignacio vai para as Furnas *por causa da Pedra para a Ermida*.²⁸⁹ Deveria fazer então trabalhos de prospecção, procurando uma pedreira nas imediações da lagoa. A *Relação descriptiva dos valles da Fajaã das Rabaças* refere a existência de uma “boa pedreira” para os lados do Salto

²⁸⁶ *Lembrança d'algumas cousas, que se deverião fazer no anno de 1859-1860*, UACSD, FBS-AJC 11929, Doc. anexo P02.

²⁸⁷ O architecto Breton, com atelier na Rue de Notre Dame des Champs, 24, Paris, confirma a recepção em Maio de 1864 de “Quatorze cents francs pour Honoraires des plans de la Chapelle de Saint Michel.” Cf. Nestor de Sousa, *A Capela de Nossa Senhora das Vitórias e outros temas de romantismo artístico na vida de José do Canto*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2000, Doc. 12, p. 75. Para além de uma contextualização biográfica e histórica, e da documentação apenas publicada, este trabalho de Nestor de Sousa inclui uma descrição pormenorizada da arquitectura e do mobiliário e artefactos litúrgicos.

²⁸⁸ “Tendo feito, durante a maior gravidade da moléstia de minha Esposa, em 1854, o voto de edificar uma pequena capella da Invocação de N. S.^a das Victórias [...]”, em “Testamento de José do Canto feito a 27 de Junho de 1862”, Doc. 1 apenso a Fernando Aires de Medeiros Sousa, ob.cit., p. 181.

²⁸⁹ Nota de férias de *Dias que o M.e José Ignacio tem hido e estado nas Furnas por causa da Pedra para a Ermida da Lagoa das Furnas*, UACSD, FBS-AJC. A primeira parcela é *Em Agosto de 1864 – 2 dias*.

das Maças.²⁹⁰ Em 1866, há cabouqueiros da Maia a trabalhar no terreno²⁹¹ e José do Canto já tem a implantação determinada. Se então apenas se estaria a *tirar pedra* e a murar a margem,²⁹² em 1874 a obra já estará em curso no seu lugar de implantação.²⁹³ A obra, que se alongou por uma década, parava no fim do Verão.²⁹⁴

É muito provável que para a pedra aparelhada que ficaria à vista, e apesar da maquete com peças de madeira com que José do Canto explicaria o projecto aos mestres,²⁹⁵ as peças mais difíceis fossem produzidas por erro e tentativa. José do Canto dispunha de desenhos dos capitéis e bases das colunas à escala 1:1 (Fig. 3.71 e 3.72), com os quais, aferidas as cotas na obra, faria moldes para os canteiros.²⁹⁶ Em Janeiro de 1880, com o fecho da abóbada, fez-se a festa do

²⁹⁰ *Relação descritiva dos valles da Fajaã das Rabaças, começando da Ermida para o Ponente*, UACSD, FBS-AJC 13448, Doc. anexo F02: no vale n.º 12-a) há *Nogueiras da América*, e uma **boa pedreira** (bold meu). Considerando que a descrição é feita da Ermida para poente, esta pedreira não deveria estar longe do Salto das Maças, extrema poente da propriedade nesta zona.

²⁹¹ Cf. Carta de JC a Marianno, Paris, 6 Janeiro 1866, em Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 140; e Carta de JC a António Bernardes de Abreu Lima, Paris, 6 Janeiro 1866, “Fico intelligenciado de se ter sempre arranjado o M.e Jacinto para tirar a pedra da Capella”, em Copiador de Correspondência UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 135.

²⁹² “[...] Peça também para Marianno [...] me dizer se a Lagoa das Furnas está muito cheia, e chega já ao meu tapume.” Carta de JC a António Bernardes de Abreu Lima, 5 Março 1866, Copiador de Correspondência, UACSD, FBS-AJC 9230, fl. 334.

²⁹³ Conforme carta de JC a Maria Guilhermina dizendo que depois de almoço ia para a Ermida que havia de ficar *bonitinha*, cit. por Nestor de Sousa, ob.cit., p. 33. Em 1875, os austríacos da Helgoland, seguindo a margem da lagoa, a caminho do Pico da Vigia, atravessam a propriedade de JC sem dar notícia de qualquer Capela em construção (cf. Leopold de Jedina, ob.cit., p. 328). As fundações no difícil terreno de material pumítico terão demorado o seu tempo a solucionar.

²⁹⁴ “A ermida está com toda a chaparia de fora sentada, e com a sapata do pórtico. Parece bem e muito maior. Vae-se sentar agora a chaparia interior, e a primeira fiada para ficar redonda, e parar por este anno.” Carta de JC a Eugénio do Canto, Ponta Delgada, 13 Setembro 1874, AP-FACHN. A “chaparia” exterior e interior a que JC se refere, nesta carta e noutros documentos, infere uma construção com uma alvenaria estrutural, cujo acabamento poderia ser menos cuidado, que seria depois forrada por ‘chapas’ de pedra rigorosamente aparelhada. Esta chaparia terá no entanto uma espessura de mais de 10 cm, tanto quanto se pode observar *in loco* na parede exterior.

²⁹⁵ “Conta o Senhor Coronel Francisco Affonso de Chaves que indo n’uma tarde á lagoa vizitar o Senhor José do Canto, o encontrara em frente de uma meda de cubos de madeira e peças varias que mandara fazer armando a ermida como ella deveria ficar depois de concluída;” Marquês de Jácome Corrêa, ob.cit., p. 211. O arquitecto Bonnet propõe mandar, com os *modèles en plâtre, grandeur d’exécution, tels que chapiteaux, cases, bagues et culs de lampes*, um artesão francês para dirigir os locais na difícil tarefa de esculpir os capitéis. Cf. Carta de A. Bonnet para JC, Paris, 9 Fevereiro 1869, AP-AJCHRC. A ideia da maquete poderá advir da experiência, certamente contada pelo pai, da grua inglesa desembarcada em 1822 para o cais da Alfandega de Ponta Delgada que teve de aguardar um ano por uma maquete que esclarecesse da sua montagem, conforme nos conta hoje Carlos Guilherme Riley, *Os Antigos Modernos. O Liberalismo nos Açores: uma abordagem geracional*, dissertação de doutoramento em História Contemporânea, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2006, p. 417-418.

²⁹⁶ “Nas Furnas a demora foi curta, e mais por causa da Ermida, do que por outros negócios; lá estive dous dias inteiros, desde a manhãzinha até à noute, com 2 mestres carpinteiros a fazer

‘pau de fileira’ hasteando-se na torre a bandeira do Espírito Santo.²⁹⁷ Foi só no Verão de 1881 que começou a cobrir a abóbada de zinco e chumbo,²⁹⁸ e em 1882 acabou a “grosse construction”,²⁹⁹ ou seja, os chamados ‘toscos’ da Capela. Em 1884 chegaram, inteiros, os vitrais. A 8 de Setembro de 1885 obteve a Sagração pelo bispo, e a 15 de Agosto de 1886 foi inaugurada com missa acompanhada por instrumentos e vozes.³⁰⁰

A Bento Carqueja, a Capela lembra nas *linhas geraes* a que José Joaquim Guimarães Pestana da Silva começou a construir em 1878, tendo-a acabado em 1888, junto ao seu palacete na Rua do Almada, no Porto.³⁰¹ “Influenciados ambos [José do Canto e Maria Guilhermina] pelas sugestões causadas pelas impressões recebidas nas igrejas de Nossa Senhora das Victorias e do Seminário de Angers, incumbiram o [já referido] architecto Breton, da Camara Municipal de Paris, de a desenhar e elaborar o respectivo projecto.”³⁰² Isabel Soares de Albergaria adopta esta fonte, enquanto Nestor de Sousa referencia a igreja homónima de Paris e, para a espacialidade peculiar da planta em cruz latina com a nave muito curta, aponta a igreja românica dos Santos Apóstolos de

moldes e *simples* p.^a abobadas, e creio que para Janeiro me será preciso ir lá passar uns 15 dias.” (Sublinhado no original), Carta de JC a Eugénio do Canto, S. Miguel, 30 Outubro 1878, AP-FACHN.

²⁹⁷ “Cinta feira cetiraram os Sempezes d abobada Sem novidade. Muntos Parabas. Cempre estava com os meus arreceios, Mais setiraram Sem duvida, Estando a Bandeira do Senhor espiritossanto Alvorada na torre.” Carta de António José de Sousa (a JC?), 22 Janeiro 1880, UACSD, FBS-AJC. Encontrei cartas de António José de Sousa, dando conta dos trabalhos de canteiro na Capela (arcos, abóbada, degraus), de 1877 a 1884. Ainda hoje há quem cumpra a tradição de cobrir a casa com a bandeira do Espírito Santo, para que Este abençoe a casa, quando se lhe acaba o telhado.

²⁹⁸ “Já estamos a pôr Zinco, e o M^e. José creio que se desempenhará bem na sua tarefa. O M^e. António J^e. de Sousa é que está coutado! muito atazanado.” Carta de JC a Eugénio do Canto, Ponta Delgada, 28 Julho 1881, AP-FACHN.

²⁹⁹ Carta de A. Bonnet a JC, 9 Março 1869, Doc. 13, em Nestor de Sousa, ob.cit., p. 76, em que distingue os *détails pour faire les modèles en plâtre des chapiteaux bagues etc [...] indispensables pour l’entier achèvement de la grosse construction de la chapelle*, dos desenhos para o altar, coro, cadeira, etc., sendo estes a pagar à parte dos honorários previamente acordados para a Capela.

³⁰⁰ Cf. Nestor de Sousa, ob.cit., p. 50-51.

³⁰¹ Bento Carqueja, ob.cit., p. 14. Projectada pelo engenheiro José Macedo de Araújo Júnior, a capela da casa Pestana é referenciada como um dos exemplares de neogótico em Portugal em “A Architectura”, Regina Anacleto, *História da Arte em Portugal, Neoclassicismo e romantismo*, vol. 10, Publicações Alfa, s.d., p. 100.

³⁰² António Kopke de Barbosa Ayalla, “A Ermida José do Canto no Valle da Lagôa das Furnas”, *Os Açores, Revista Ilustrada*, 2.^a Série, n.º 12, Dezembro 1928, p. 8.

Colónia (c.1030-1065).³⁰³ Ambos concordam que o vocabulário formal foi adoptado de um românico de transição, ou protogótico, anterior ao século XIII. Na verdade é a agulha estirada da torre sineira que se sobrepõe ao nártex, juntamente com a proporção estreita e alta da secção transversal da nave, que constrói a imagem gótica de um desenho que articula com competência e erudição um formulário basicamente românico³⁰⁴ (Fig. 3.73). Não terá sido inocente, ou casual, esta opção: os motivos ornamentais projectados são de geometria elementar e dimensão grada, enquanto seria muito mais difícil lavrar traquito, ou mesmo ignimbrito, com a filigrana mais miúda dos motivos de um alto-gótico. É muito evidente a limitação escultórica das pedras locais no desenho dos portais da Igreja Matriz de Ponta Delgada: enquanto o portal norte, esculpido em ignimbrito, apresenta motivos ornamentais simplificados e uma evidente vulnerabilidade à erosão, recorreu-se à aplicação de mármore continental para os motivos escultóricos mais elaborados dos portais poente e sul.³⁰⁵

Poderá ter sido também o pragmatismo da construção a ditar uma alteração apenas perceptível, mas significativa, ao projecto: nos desenhos finais para a obra,³⁰⁶ as capelas laterais alinham pela mesma altura da nave rematando os paramentos com a mesma cornija denteada, enquanto no projecto inicial teriam uma cércea inferior àquela e uma cimalha simplificada, com a cornija denteada da nave a passar, sem interrupções, por cima da cobertura das capelas laterais, o que daria conceptual e formalmente outra dimensão longitudinal, mais alongada, à nave. Nesta primeira versão, os vãos da nave e capelas laterais, embora alinhados por cima, têm alturas diferentes, e os da capela-mor são ainda

³⁰³ Cf. Isabel Soares de Albergaria, *Parques e Jardins...*, p. 107 e Nestor de Sousa, *A Capela de Nossa Senhora das Vitórias...*, p. 35.

³⁰⁴ "Com esta imagem de elevação goticista contrasta, porém, a inspiração românica dominante nas estruturas do programa e na composição decorativa da arquitectura", Nestor de Sousa, idem, p. 36; daí que, acrescenta em nota de rodapé na p. 51, discorde de Paulo Pereira quando este a qualifica de neogótica na *História da Arte Portuguesa*, por ele dirigida, editada por Temas e Debates, Lisboa, 1999, vol. 3, em "O Revivalismo: a Arquitectura do desejo", p. 362.

³⁰⁵ Para uma descrição pormenorizada e erudita, v. Nestor de Sousa, *A Arquitectura Religiosa de Ponta Delgada nos Séculos XVI a XVIII*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1986, p. 109-110.

³⁰⁶ Desenhos a tinta e grafite e aguarela sobre papel, com o carimbo do arquitecto A. Breton, que incluem desenhos gerais, devidamente cotados e com a localização dos pormenores, e estes em *grandeur d'exécution*, AP-AJCHRC.

de outra dimensão.³⁰⁷ Com a alteração executada, a hierarquia dos volumes diluiu-se (é precisamente esta alteração que torna a nave algo ‘curta’) e a cumieira da cobertura do transepto alinou-se pela mesma altura da cumieira da nave, obrigando as caleiras resultantes a descer a cota do remate dos contrafortes nos cantos, que passaram assim a estabelecer a cota dos restantes, enquanto os três grupos de vãos referidos passaram a ter exactamente a mesma altura (Fig. 3.74).

Na composição volumétrica ecoa a tipologia de igreja paroquial de uma nave, com ou sem transepto, com a torre sineira centralizada sobre a entrada e estirada em agulha que se difunde em França associada ao revivalismo gótico oitocentista. Parece-me mais plausível o ‘encontro’ do micaelense emigrado com a exequibilidade de qualquer uma destas igrejas no oeste da França, do que com a restaurada Igreja de N.^a S.^a das Vitórias de Paris ou com a neogótica igreja do Seminário de Angers. Destas ficaram “sugestões” e “impressões” do gótico.

Em França, o gótico estava na ordem do dia e, se folhearmos por aqueles anos, e até ao final do século, o London Illustrated News verificamos que era o neogótico que dominava em larga maioria a arquitectura dos programas religiosos, e também civis, na Grã-Bretanha. Apesar dos trabalhos de William Elsdon em Alcobaça, da Monserrate de Devisme³⁰⁸ e da Batalha de James Murphy, não terá sido o *episódico* neogótico português³⁰⁹ a determinar a escolha de José do Canto, nem tão-pouco o neogótico vernacular da Igreja de S. Nicolau (in.1850-1857), nas Sete Cidades, ou o de importação inglesa para o Cemitério de S. Joaquim (in.1854-1857), em Ponta Delgada³¹⁰. Nos programas de

³⁰⁷ Ver alçado lateral na fig. 2 de Nestor de Sousa, *A Capela de Nossa Senhora das Vitórias...*, p. 32.

³⁰⁸ Através de carta enviada em Julho de 1866 disponibilizando o envio de 52 espécies diferentes de fetos, percebe-se que JC se corresponde com o jardineiro de Monserrate, F. Burt, numa altura em que Francis Cook, que arrendou Monserrate em 1856, não tem ainda feito o famoso pavilhão, cf. Nestor de Sousa, “Os «Canto»...”, Doc. 38, p. 275.

³⁰⁹ V. “A Arquitectura”, Regina Anacleto, *História da Arte em Portugal, Neoclassicismo e romantismo*, vol. 10, Publicações Alfa, s.d., p. 97-102. Em Portugal, a descrição da Batalha por James Murphy terá sido um documento importante para avivar o interesse pela arquitectura gótica. JC tinha de Murphy o *Travels in Portugal*, devidamente ilustrado.

³¹⁰ “O plano da ermida e do pórtico foram feitos em Inglaterra por encomenda da câmara”, Francisco Maria Supico, *Escavações, Ponta Delgada*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1995, vol. I, p. 156.

habitação encomendados por José do Canto, os projectos maiores respondiam num classicismo eclético, enquanto nos mais pequenos se adoptava vagamente o novo catálogo do chalet suíço ou do cottage inglês³¹¹. A *Boat-house* tem uma empena denteada de sugestão medieval, ou não se tratasse, no desenho original, de um *Cottage in the Elisabethan Style*³¹². Mas tratando-se de uma Capela, a adopção do 'estilo' gótico tinha em Pugin um argumento a que talvez José do Canto não fosse indiferente: a arquitectura gótica era a herdeira legítima da expressão dos valores cristãos, em oposição à arquitectura clássica inspirada nos templos pagãos da Grécia e Roma.

Ainda que o Gótico nunca tenha deixado de se construir em Inglaterra, falando-se de uma fase de imperceptível transição de um *survival* para um *revival Gothic*, os historiadores localizam invariavelmente o acto inaugural do revivalismo gótico em 1753, com a reconstrução 'goticizante' da casa de Horace Walpole em Twickenham. Nesse marco cronológico, verdadeiramente importante é a associação do *revivalismo* arquitectónico ao *revivalismo* literário que o nome de Walpole transporta. Mais de um século depois, em 1865, o arquitecto Robert Kerr, que no já referido *The Gentleman's House* ensaia uma aplicação racional dos estilos de arquitectura disponíveis em Oitocentos, questiona o tempo que ainda durará o fenómeno do revivalismo medieval e não tem outro remédio senão incluir um capítulo dedicado ao mesmo. Não ignorando o entusiasmo Pré-Rafaelita, e acusando algum desconforto perante uma certa "Gothic-mania", Kerr admite para a arquitectura eclesiástica uma legitimidade histórica do modelo gótico, enquanto para a arquitectura doméstica se trataria da aplicação dos princípios do pitoresco de ascendência paisagista: "Its claims are not properly archaeological, as in the case of a Church, but pictorial, – not ancient, but modern, – not traditional at all, but fashionable. A wild site is much more to the

³¹¹ O *Nouveau Larousse Illustré, Dictionnaire Universel Encyclopédique*, Paris, Librairie Larousse, 1900, vol. III, define *Cottage* como "Nom donné, en Angleterre, à des fermes élégantes qui appartiennent à des paysans aisés", e, por extensão, assim se nomeia uma "Petite maison de campagne d'une élégante simplicité." Loudon define *Villa* como uma "country residence, with land attached" que, por oposição ao *Cottage*, é "display of wealth and taste" (cf. J. C. Loudon, ob.cit., p. 763). Os *Cottage Dwellings*, com que Loudon abre o Book I, destinam-se às "lower and middling classes of society", que são a maioria da população rural do Reino Unido e das novas democracias, os Estados Unidos e a Austrália (cf. idem, p. 8).

³¹² Ver J. C. Loudon, ob. cit., fig. XLII, *A Cottage of Three Rooms, in the Elisabethan Style*, p. 157.

purpose, – a hanging cliff, a deep ravine, the side of a rocky stream, a grim sea-shore, the traditions of a remote uncivilised locality, or the associations of a bleak mountainous landscape.”³¹³ Ou seja, o gótico revivalista será preferencialmente *romântico* quando aplicado à arquitectura civil, e *científico* na arquitectura religiosa. Moderno, de qualquer das maneiras.

Em França, apesar de interdito na École des Beaux Arts, a partir de 1830 o neogótico ‘populariza-se’ no desenho de casas particulares e edifícios religiosos. As igrejas que haviam sido maltratadas com a Revolução de 1789 são agora reparadas³¹⁴ e o neogótico servirá também a reacção à inspiração clássica da arquitectura do Império, agora de má recordação. Se por via do restauro, que se desenvolve a par da arqueologia e que tem em Viollet-le-Duc e em Jean-Baptiste Lassus os principais operacionais, o neogótico constitui produção altamente erudita, outra há, maioritária, que não será tão rigorosa nos preceitos estruturais e formais. Em 1852, há mais de cem igrejas góticas em construção em França, escreve Benevolo, desenvolvendo-se uma indústria de artefactos e ornamentos litúrgicos que cobre “la France et le monde entier d’une marée de candélabres, de statues, de tabernacles, de calices et de parements gothiques dont nous ne voyons toujours pas le terme.”³¹⁵

A Ermida de N.^a S.^a das Vitórias nas Furnas também é produto daquela indústria, facto que se denuncia de imediato no mosaico de fabrico industrial que a pavimenta no interior. A pedra das paredes e abóbadas é de traquito e, por isso, texturada de grão fino. Neste interior que, tal como o exterior, tem a pedra à vista assente sem argamassa que se veja nas juntas justas, mostrando o aparelhamento rigoroso com as faces afeiçoadas às superfícies curvas das abóbadas ou das capelas-laterais, é desconcertante o atapetamento do solo com a lisura do mosaico. Para o imaginário romântico, e como não deixa de assinalar Emygdio da Silva (prevendo uma qualquer contingência justificativa para o proprietário, cujo *bom gosto*, acrescenta, é indiscutível), o chão devia ser

³¹³ Robert Kerr, ob.cit., “Chapter IX, Medieval or Gothic Style”, p. 371.

³¹⁴ Spiro Kostof, *Historia de la arquitectura*, vol. 3, Madrid, Alianza Forma, 1998, p. 1001.

³¹⁵ Leonardo Benevolo, *Histoire de l’Architecture Moderne*, Paris, Dunod, 1980, 1.er vol., p. 74.

lajeado em pedra.³¹⁶ Mas para um certo imaginário, o mosaico, tal como o 'gótico', seria à época signo da desejada modernidade³¹⁷ (Fig. 3.75 e 3.76).

Terá sido o arquitecto A. Bonnet, sócio de Breton que se reformara entretanto, quem acompanhou o processo construtivo detalhando as peças singulares da alvenaria de pedra, como as bordaduras dos aros dos vãos e os capitéis das colunas adossadas no interior. Os desenhos para execução da obra, a que tive acesso, são omissos sobre o material de acabamento do chão. Não estando incluídos nos honorários acordados o desenho e pormenorização do mobiliário e acabamentos, e tendo José do Canto outro entendimento do assunto, resolve este prescindir dos serviços do arquitecto, tratando ele directamente das encomendas dos trabalhos em falta, do pavimento aos vitrais. Esta ruptura poderá explicar o material escolhido, mas em rigor ficamos sem saber se o pavimento em ladrilho teria sido proposto pelos arquitectos, ou opção do dono de obra.³¹⁸ O desenho, esse, foi escolhido por José do Canto. Será à empresa com casa na R. Bonaparte, 55, Paris, mas sedeadada em Angers, *Moisseron e L. André/Sculpteurs Entrepren.rs*, com os *Ateliers St. Joseph, Ameublement d'Église Travaux d'Art*, que adjudicará o desenho do pavimento em ladrilho, e também a porta, altar-mor, púlpito, armário dos paramentos, cadeira do celebrante, cadeiras de acompanhantes, missal, banquetta e castiçais, luzeiros e toucheiros, em "modelos estereotipados escolhidos no reportório de Moisseron e L. André."³¹⁹ Os vitrais vieram também de Angers, fabricados pela firma

³¹⁶ "O pavimento da capella destôa da sua architectura que é severa, notável e de proporções elegantes: está revestido de ladrilho mosaico, quando devia, evidentemente, ser lajeado, com a mesma qualidade de pedra empregada nas paredes da capella." M. Emygdio da Silva, ob.cit., p. 60.

³¹⁷ Já para a casa do Calço da Má Cara, um ano depois da Exposição Universal de Paris onde os poderia ter visto, JC pedira orçamento à London Agrury for Mam & Co's "to supply the tiles for paving to 2 drawing Rooms, Dining Room, Corridor, Library and Door recesses, according to the drawing [...]." Carta de JC à dita casa, 20 Maio 1868, UACSD, FBS-AJC. E o corredor central da casa do Calço foi mesmo atapetado naquele material. Para além da sala do chalet de Ernesto do Canto (v. Isabel Soares de Albergaria, *Quintas, Jardins e Parques...*, fig. 156, p. 183), outras edificações micaelenses da segunda metade de Oitocentos são ladrilhadas com mosaico industrial, o que indicia uma tendência da época que não desdenha a aplicação de materiais industriais. Corresponderia a um fenómeno de moda.

³¹⁸ Os referidos desenhos para execução da obra a que tive acesso, mesmo quando pormenorizando capitéis à escala 1:1, apenas informavam da forma, não contendo qualquer informação sobre o material e o modo construtivo.

³¹⁹ Nestor de Sousa, *A Capela de Nossa Senhora das Vitórias...*, p. 44. De uma outra proposta da firma *Loichemolle*, R. Ancelet, 60, Paris, de quem tinha um *prospecto*, leia-se 'catálogo', de 1879,

especializada *Mégnens, Clamens e Bordereau*, que enviou fotografias para escolha prévia dos conteúdos, publicitando os seus créditos *en France, et plus particulièrement dans l'Ouest*.³²⁰

Mesmo o protogótico da Capela 'quase' que podia ser desenho de catálogo (veja-se no *Album d'Architecture*³²¹ que pertenceu ao irmão Ernesto as propostas de igrejas e capelas neogóticas, Fig. 3.75), que o mais importante seria sempre a implantação junto à margem da lagoa, contra todas as regras da salubridade construtiva, mas com o liso plano de água à frente e a parede verde erguendo-se ao fundo. É pelo lugar que constrói que podemos pensá-la enquanto arquitectura romântica. Porque o mosaico do pavimento, e até o neo-'gótico' seriam, simplesmente, o mais *moderno* de então.

Cronologicamente, os projectos da Capela de José do Canto, com data de 1864, e do chalet de Ernesto do Canto nas Murtas, de 1865, serão *românticos*, sendo coevos do chalet da condessa d'Edla, em Sintra, e anteriores ao chalet projectado em 1873, por Henry Thomas Wyatt, para os duques de Palmela em Cascais, como sublinhou Nestor de Sousa³²². Na *História da Arte em Portugal* editada pela Alfa, toma-se o chalet de Elise Hensler como exemplo paradigmático da "conotação romântica ainda aristocratizante" daquela arquitectura de inspiração alpina.³²³ Ainda antes da Capela e do chalet de Ernesto, José do Canto fez grandes obras na casa da Cidade, ao Calço da Má Cara, revestindo-a com uma cobertura em colmo, conforme observou um viajante de longo curso em 1852:

*Há no alto da quinta do morgado José do Canto uma linda casa, cujo tecto coberto de colmo contrasta com a elegância e apuro do interior, [...].*³²⁴ (bold meu).

não terá gostado, suspeito eu, da neutralidade da estereotomia proposta em quadrícula axadrezada.

³²⁰ Idem, Carta de Mégnens, Clamens e Bordereau a JC, Angers, 21 Agosto 1881, Doc. 28, p. 105.

³²¹ V. Petit, *Album d'Architecture*, Monrocq, Paris, fr. edit.r Suger, 3, s.d.

³²² Cf. Nestor de Sousa, "Os «Canto»...", p.32.

³²³ "José Luís Monteiro", em Pedro Vieira de Almeida, José Manuel Fernandes, Maria Helena Maia, *História da Arte em Portugal, A Arquitectura Moderna*, vol. 14, Publicações Alfa, s.d., p. 31.

³²⁴ Carlos José Caldeira, *Apointamentos d'Uma Viagem de Lisboa á China e da China a Lisboa*, Parte Segunda, Lisboa, Typographia de Castro & Irmão, 1853, p. 315.

Também o *cottage* projectado em 1864 pelo arquitecto francês A. Brice, para substituir aquela casa, tinha a cobertura desenhada em colmo. Será a conotação simultaneamente aristocrática e cosmopolita, cifrada no código romantizante da cobertura em colmo, que primeiro explica as opções tipológicas de José do Canto. O que não quer dizer que José do Canto fosse um romântico. Tal como D. Pedro V, que comparou as águas que amortalham a *Ofélia*, de John Everett Millais, a um *prato de espinafres*³²⁵, José desdenharia da estética literária romântica, que conhece bem. Senão, veja-se a aversão ao conceito do Sublime (atentamente detectada por Carlos Guilherme Riley) quando, escrevendo sobre a tempestade de Dezembro de 1839, que provocou ruinosos estragos em Ponta Delgada, repudia, insultando, os que procuram os *Prazeres da tempestade*³²⁶. A “sisudez cultural e moral” de José do Canto³²⁷ não impediu, no entanto, que consumisse as imagens produzidas pela estética romântica, ou que a sua sensibilidade tipicamente ecléctica também, em parte, a integrasse sem a radicalidade do terrífico Sublime.

Considerando a personagem e a relativamente pouca consideração que lhe merecia a ideia de ‘autoria’ no que respeita à Arquitectura³²⁸ – o que, aliás, seria

³²⁵ Cf. Filipa Lowndes Vicente, *Viagens e Exposições, D. Pedro V na Europa do Século XIX*, Lisboa, Gótica, 2003, p. 256.

³²⁶ Cf. Carlos Guilherme Riley, “José do Canto, Retrato de um Cavalheiro na Primavera da Vida”, 2001, p. 222-223.

³²⁷ Esta caracterização, em bem achada síntese, é da autoria de Carlos Guilherme Riley, *idem*, p. 223.

³²⁸ Lembro a proposta que JC faz ao seu primo José Jácome para “fazer uma caza semelhante a alguma das lindissimas que aqui há” em Londres, ou, advertindo da “somma exorbitante” que está a pagar ao seu arquitecto, que aproveite o projecto que ele, JC, encomendou, readaptando-o às suas necessidades. Cf. Carta IV, a José Jacome Corrêa, Londres, 5 Abril 1846, em José do Canto, *ob.cit.*, p. 7-8. Acresce que, enquanto contrata, em 1861, o paisagista mais famoso de França e de reconhecido prestígio internacional, os arquitectos franceses que acaba por contratar são arquitectos de segunda linha na História da Arquitectura de Oitocentos. Já os ingleses contactados estavam entre os melhores, ainda que Mathew Digby Wyatt tenha sido uma ‘escolha’ acidental induzida por David Mocatta, e de Owen Jones, que não chegou a ser contratado – levava 40 Libras em 1845 por três plantas, dois cortes, três alçados e uma perspectiva, cf. Carta a H[onorato] G[ago] [da] Câmara, de 9 Argyle Place [Londres], 9 Agosto 1845, descoberta por Isabel Soares de Albergaria no Arquivo Particular-AJCHRC.

Por esta carta se deduz que terá sido José Honorato Gago da Câmara, que residia em Londres, quem pediu preços a Owen Jones, em 1845, para o projecto da casa de JC a Santana, e quem depois contactou David Mocatta, em 1846, cf. Carta de José Honorato Gago da Câmara a JC, 11 Outubro 1846, UACSD, FBS-AJC. Em 1835, José Honorato esteve uma primeira temporada em Londres para aperfeiçoar o seu inglês, residindo então em Richmond (cf. Gago de Medeiros, *Subsídios para a história da família Gago da Câmara*, Lisboa, 1934, p. 30). Na primeira viagem de JC a Londres, em 1846, mora em Sussex Gardens (cf. *Adresses*, em Livro de Despesa de tamanho A5, encadernado, com as folhas numeradas e intitulado no verso da folha de rosto

característico da época³²⁹, dificilmente poderá ter sido outra pessoa a escolher o sítio para implantar a Capela. Ainda que, por hipótese, se possa pensar que a localização na margem da lagoa tenha sido aventada em 1861 por Barillet-Deschamps, José do Canto não a aprovaria sem a avaliar cuidadosamente. Como referi algumas páginas atrás, fazia ele tenção de escolher o sítio entre 1859 e 1860, e assim terá acontecido, pois, pelo testamento redigido em vésperas de travessia atlântica, sabemos que já tinha a implantação da Capela decidida em 1862.³³⁰ A localização certa no Plano de Aumont foi seguramente indicada a Lainé em 64, ou pelo próprio José do Canto em Paris. No *Profil d'une partie du chemin longeant le lac depuis l'avenue jusqu'à la Normandie* [sic],³³¹ percebemos o trabalho de modelação do terreno efectuado para regularizar e estabilizar a margem da Lagoa. Neste desenho, detectamos no perfil do terreno existente que já havia uma ligeira elevação ao tramo 53, *en face la chapelle*, embora existissem outras proeminências para Oeste ligeiramente mais elevadas, nomeadamente ao tramo 73 onde se situa o *Embarcadère*, sendo que, com o nivelamento geral do caminho, é preciso aterrar o perfil na frente da Capela para altear esta parte face aos outros, o que me leva a crer que o sítio escolhido, para além da relação com a Lagoa em frente, tem na maior proximidade do 'promontório' que envolve a Chã do Tornino, garantindo um fundo permanente à Capela, a sua principal motivação. Na citada *Lembrança d'algumas cousas, que se deverião fazer no anno de 1859-1860*, para além de escolher o sítio, José do Canto menciona a abertura de *veredas* para o mesmo local, e *depois para o*

Despezas meudas de Caza na Ilha do Faial desde o 1.º de 8bro. de 1845 em diante. José do Canto [assinatura], UACSD, FBS-AJC).

³²⁹Regina Anacleto, comentando as interferências de D. Fernando nas obras do Palácio da Pena, diz que as mesmas são comuns na época: "o proprietário dá o seu parecer, rejeita hoje o que aceitou ontem e muda de opinião para amanhã.", ob.cit., p. 103. Ver também p. 105.

³³⁰ "[...] não havendo realizado ainda o meu propósito [de construir uma Capela], por circunstancias alheias da minha vontade, ordeno que se faça a dita edificação, [...], **no sítio que havia escolhido** juncto da Lagoa das Furnas", (bold meu), em "Testamento de José do Canto feito a 27 de Junho de 1862", em Fernando Aires de Medeiros Sousa, ob.cit., p. 181.

³³¹ Desenho da 'família' do citado *Plan et profil projeté pour l'Avenue du Lac*, sem data nem autor, mas que será feito na sequência e pelo autor (ou seu colaborador) daquele Plano, juntamente com outros dois intitulados *Profil sur l'axe de l'allée d'arrivée*, que se refere ao caminho para a Casa localizada no Forno da Cal, e *Profil de la rivière*, que projecta a regularização e revestimento de protecção ("Radier") duma Ribeira que deverá ser a do Rosal, AP-AJCHRC. A "Normandie" enigmáticamente referida no título do *chemin longeant le lac* poderá ser um equívoco, ou seria mesmo o nome dado pelo projectista ao tramo 84, onde termina o perfil, mas não há dúvida, pelas referências à avenida, lago, capela e embarcadouro, e à semelhança técnica com os outros desenhos, de que se trata da propriedade de JC na Lagoa das Furnas.

monte para cima. Este “monte” estreita ainda a passagem do caminho contra as águas da Lagoa, fazendo da Capela a sentinela do domínio para Oeste.

O sítio escolhido, junto à margem da Lagoa mas numa cota mais alta que as outras construções relativamente próximas, localiza-se praticamente nos antípodas da Grená (Fig. 3.78) e do Pico do Ferro, ao eixo do maior comprimento da lagoa, garantindo deste modo a maior extensão de água possível na sua frente (Fig. 3.79). Localizando-se mais próxima da estrada de Vila Franca do que as casas, a Capela é enfatizada pela perspectiva, reforçando a posição hierárquica (Fig. 3.80). Para o olhar do passeante na estrada, e face à escala da cratera, a Capela não podia estar mais afastada ou correria o risco de ‘não ser vista’.

O eixo da nave orienta o frontispício da Ermida para a lagoa.

Dois muros constroem um embasamento contra a lagoa. Antes do assoreamento da lagoa, estes muros caiados de branco tinham um impacto visual e uma presença na composição paisagística que hoje se esbateu. O muro extenso, que acompanhava o caminho marginal à lagoa contornando-a na sua sinuosidade e que ligava as casas à estrada, foi na altura construído no limite da água, de tal modo que a lagoa o derrubou³³². Este muro alteava-se em frente da Capela como uma proa bordejando a água. Um segundo muro, atrás daquele, continha o ‘promontório’ em que assenta a Ermida (Fig. 3.81).

Também a pedra, *from one of the oldest of the volcanic rocks on which this island is founded*, seria tão esbranquiçada que parecia *limestone*.³³³ Assim, o contraste com o fundo verde da encosta arborizada seria maior do que é actualmente com

³³² Cf. [Despesa de] *Levantar um muro com seu mainel, defronte da Ermida de NS das Victorias, que a Lagoa derrubou, e que punha em risco a dita Ermida* in *Notas e apontamentos sobre o inventario 1888 a 1890*, UACSD, FBS-AJC. Da correspondência de JC com os seus homens nas Furnas percebemos a dimensão inusitada da tempestade que em 1888 derrubou o muro de defesa da Ermida.

³³³ “By the edge of this lake, Senhor José do Canto is having built a beautiful Gothic chapel, of a whitish stone very like fine limestone, but it is really from one of the oldest of the volcanic rocks on which this island is founded.” Swindwells, *ob.cit.*, p. 85. A pedra, a ser a mais antiga, seria o ignimbrito das pedreiras da Povoação, o que não é o caso. A pedra usada na capela, e que terá sido extraída na pedreira perto do Salto das Maças, era traquito. A ideia da ‘antiguidade’ da pedra, romanticamente interessante, era exactamente contrária ao que JC pretendia, que era fazer moderno.

a pedra patinada, oxidada e com líquenes adesivos, recortando-se a sua silhueta mais facilmente para quem estivesse a bordejar na lagoa ou a passar na estrada.

Quando o Mestre José Ignacio foi para as Furnas, em 1864, procurar *Pedra para a Ermida*, esta não tinha ainda os caboucos abertos. Em 67 ela já aparece no seu lugar no projecto de Aumont. A viagem de José do Canto à Suíça confirma-lhe a implantação, pois é só em 1874, depois do tour suíço, que a construção verdadeiramente se inicia.

Apesar do empirismo inspirado de Brown, da erudição ágil de Barillet Deschamps, da experiência técnica de Lainé e do excelente Plano de Georges Aumont para transformar toda a propriedade num parque, Emygdio da Silva, em 1893, não reconhece aqui um ‘parque’, como os do Vale, antes designando por “mattas da capella”³³⁴ o trabalho daquele colectivo orquestrado por José do Canto. A **paisagem**, e não a arquitectura ou o paisagismo, é a grande obra (artística) de José do Canto (Fig. 3.81).

Nesse final do século, o mesmo Emygdio da Silva nas cartas que escreve para o Diário de Noticias não deixa de recomendar que “Uma das excursões mais encantadoras é por certo a que se pode fazer à lagoa, onde se encontra sempre uma barca cedida por um dos seus amáveis donos e a bordo da qual se teria a illusão de bordejar n’um trecho do Lago dos quatro cantões, se as encostas

³³⁴ “O passeio no lago deve ter como remate a visita das **mattas da capella** do sr. José do Canto”, M. Emygdio da Silva, ob.cit., p. 60. (bold meu). Atente-se que a visita recomendada não destaca a Arquitectura (Capela) da Paisagem (lagoa-matas-capela).

Em teoria, o projecto de Georges Aumont, a ser cumprido no desenho e na extensão previstos, resultaria num *parque* que, através do desenho dos percursos e plantio pontual de exóticas, integraria as grandes manchas das *matas de corte*. Na realidade, os registos dos contemporâneos de JC hesitam na denominação alternando as *matas* com o *parque*. Veja-se o depoimento dos turistas e jornalistas do vapor fretado para uma inauguração de caminho-de-ferro no Congo na viagem de regresso à Europa: “Esta [a lagoa das Furnas] é uma toalha de água mais vasta e mais poética que a das Sete-Cidades. Pelo menos é a impressão com que ficamos; mas talvez haja illusão, visto como observamos a segunda duma altura de 100 metros, ao passo que contornamos a lagoa das Furnas com tanta desenvoltura como se andássemos pelo *Bois de Boulogne* [parque, que conservou “mata” (*bois*) no nome] ou pela *Cambre* [parque, em Bruxelas]. Pouco nos faltou perguntar pela *laiterie* ou pela *Cascata!*” (itálico no original), em “A ilha de S. Miguel julgada pelos excursionistas do «Alberville»”, em *O preto no branco*, n.º 144, 29 Setembro 1898, ano III, p. 154. Um ano depois, no primeiro guia editado em português para a ilha de S. Miguel, o seu autor, Félix Sotto-Mayor, refere-se ao prédio das Furnas como o “Parque do sr. José do Canto”, cf. *Guia do Viajante na Ilha de S. Miguel / Illustrado*, S. Miguel, Açores, Evaristo Ferreira Travassos Editor, 1899.

apresentassem mais algumas habitações.”³³⁵ O seu colega Bento Carqueja, focando a capela funerária de José do Canto, escreve para o Comércio do Porto:

*As aguas do lago de Genebra entoam no seu murmúrio as glorias de Rousseau; as aguas de outro lago da Suissa fallam dos feitos lendários de Guilherme Tell; as aguas da lagoa das Furnas coroam com o diadema de seus crystaes a memoria querida alli objectivada para sempre! .. Sentimental!...*³³⁶

³³⁵ M. Emygdio da Silva, ob.cit., p. 59.

³³⁶ Bento Carqueja, ob.cit., p. 14. De realçar que Bento Carqueja, com as Sete Cidades à vista, se reclama conhecedor de “muitos dos afamados pontos de vista da Suissa”, idem, p. 10.

Conclusão

1. Um projecto para o território

1.1.

No início da segunda metade do séc. XIX, com os povoados arrumados ao longo do cordão periférico, é a agricultura que desenha e organiza o espaço humanizado da ilha de S. Miguel. A propriedade e o regime dos arrendamentos são a armadura invisível desse desenho. Só há uma estrada, o resto são caminhos e um território interior que nas cotas altas permanece silvestre e desarborizado. As comunicações fazem-se preferencialmente por mar. O mar é a estrada, entre as freguesias da ilha, e entre a ilha e o mundo. É do *mundo* que vêm navios buscar a *St. Michael's orange*. Por isso, as vinhas da beira-mar haviam-se convertido em *quintas* de laranja. O milho assegurava a alimentação indígena e, com o trigo e a fava, o restante das exportações. Importa-se madeira para encaixar a laranja. Em 1850 ainda não se começara a estender em frente da Cidade o longo cabo de pedra de Santa Clara com que se viriam a abrigar os navios. Mas está já em curso um processo de mudança que irá redesenhar o território e anunciar a paisagem.

Uma doença primeiro, na década de 30, e um insecto depois, na década seguinte, atacam severamente as laranjeiras. Um sentimento geral de crise obriga à união de esforços para definir uma estratégia que, a prazo, passa por encontrar culturas alternativas à laranja. A partir de 1843 a sede de combate à crise tem morada na Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense. Para fomentar o desenvolvimento material da Ilha, a SPAM apresenta um programa que se baseia na modernização da agricultura e na construção de infra-estruturas para lhe exportar os excedentes. Os planos da SPAM mobilizam e congregam as vontades. O projecto da autonomia administrativa, que virá a ser aprovada ao final do século, enxerta-se no imenso projecto desta casa que era a ilha em construção. O porto oceânico em Ponta Delgada tornar-se-á no símbolo do projecto colectivo, porque servirá toda a Ilha. Por isso, José do Canto e os seus pares não esperam pelo dinheiro do Reino, financiando a obra com o dinheiro da laranja. A Doca seria a porta de casa.

No final do século, a Doca, várias vezes destruída pelo mar e outras tantas reconstruída, era já um porto de abrigo. Não havia mais laranja para exportar, era a vez do ananás, do tabaco, do chá, e do álcool de batata doce destilada. As chaminés das fábricas do álcool subiram mais alto que a Mãe de Deus, questionando a hierarquia urbana. Com os vidros caiados de branco, as estufas de ananás assinalavam na paisagem a capacidade empreendedora da Ilha que tinha conseguido reconverter a economia da laranja. Por causa desta, os pinheiros recortam-se no perfil antes calvo dos montes. Enquanto o trigo vai cedendo quota ao milho, a surpresa foi a paisagem pontilhada do chá.

Mas as empenhadas estradas que se foram construindo eram sazonalmente esventradas pelos temporais. No tempo que demora a aprovação por Lisboa dos orçamentos para arranjar os estragos, as cargas pesadas de batata doce arruinavam o macadame.

A lei de 1863 não parece ter alterado estruturalmente a relação histórico-social com a propriedade fundiária e, por sua vez, o Código Civil de 1867 manteve o sistema dos arrendamentos inalterado. Também os baldios, que continuam por arrotear, e a emigração, que não pára, mancham o orgulho da ligação ao mundo por cabo submarino na década de 90. Apesar das eloquentes *obras de civilização*, como a iluminação pública de Vila Franca pela electricidade do eng. José Cordeiro ou a locomotiva a vapor do eng. Dinis Moreira da Mota, apesar do turismo emergente e da consciência do valor da paisagem, no princípio do século XX a casa não está pronta.

1. 2.

Na primeira parte desta dissertação, a partir dos trabalhos da ampla reforma a que José do Canto submeteu a sua casa agrícola e dos inquéritos e textos da SPAM, analisámos as determinantes essencialmente funcionais do desenho do território. Façamos um resumo dos principais aspectos tratados.

A discussão dos abrigos para as laranjeiras promovida n'O Agricultor Micaelense e a especulação sobre os motivos para a altura dos muros da laranja mostraram

como não havia um desenho estabilizado para um território em construção permanente. Na agricultura, com José do Canto e a SPAM, questionam-se as práticas culturais e intensificam-se o ensaio e a experimentação. Importam-se plantas, animais e máquinas, semeiam-se as primeiras pastagens artificiais, e os viveiros da SPAM forneciam plantio para a arborização, antecipando em cem anos a prática dos Serviços Florestais.

A agricultura em José do Canto é projecto. O palimpsesto do território tem na régua e esquadro a gramática em que se reescreve. Sobre o levantamento desenhado das suas terras vimos como José do Canto mede, divide, e traça os espaços de uma agricultura planeada. Das obras de arquitectura, que dirige ou mesmo projecta, às culturas agrícolas, José do Canto domina e pratica a cultura do projecto: desde a investigação bibliográfica nos autores europeus ao saber do desenho como ferramenta mental, à construção e difícil execução no terreno.

Contradizendo a literatura coeva que acusa a ausência de um mercado fundiário na Ilha, José do Canto não deixará de comprar, aforar e permutar terras em grande número, quase duplicando a área do morgadio de Maria Guilhermina em S. Miguel, ainda antes da desvinculação com a lei de 1863. Muito cedo, com a estratégia de concentração da propriedade em unidades geográficas pensadas com a acessibilidade terrestre e marítima, vimos como José do Canto tinha uma visão espacial do território.

A questão dos arrendamentos isola José do Canto, ou não *transcendesse* a intocável questão da propriedade. O tempo histórico-social não era propício à mais estrutural das mudanças. O formato jurídico dos arrendamentos só será reescrito depois de Abril de 1974, redesenhando por fim a mais invisível das tramas estruturantes do território.

Das transformações estruturais, e para além da Doca e da reconversão agrícola, apenas a florestação será claramente visível na paisagem. Apesar do consenso na urgência da instrução pública, os extremos da paisagem social micaelense permanecem praticamente inalterados no fim do século, e até bem depois. Da

mobilidade social apenas temos o exemplo de uma escassa, embora decisiva, burguesia empreendedora, e da que eventualmente sucedeu noutras terras com a emigração incessante.

Sem estradas de penetração e com uma acessibilidade difícil para os jornaleiros, os incultos do território interior recuam lentamente nesta segunda metade de Oitocentos. Com o ensaio do trigo na Achada das Furnas, assistimos à aprendizagem de José do Canto duma ecologia condicionada pela conjugação da altitude com o vento, a pluviosidade e a nebulosidade. A colonização dos baldios demorará até ao século seguinte, mas com José do Canto vimos como a terra era desbravada, medida, vedada e até corrigida na sua forma. Passámos em revista os signos mais expressivos desse esforço imenso de antropomorfização do território silvestre, das sebes vivas aos muros de pedra, que ainda hoje organizam o espaço rural.

Com o alargamento dos perfis e a suavização dos declives, a rede de caminhos, há muito existente, passaria a ser carroçável substituindo o mar no transporte de mercadorias quando este fosse intransitável. Com a substituição do macadame por empedrado e a interminável construção de pontes sobre as grotas, a rede de estradas só ficará verdadeiramente pronta a meio do século XX, desmotivando então de vez a cabotagem.

Na primeira metade de Oitocentos assistia-se já a uma crescente regulamentação do espaço público pelos Municípios. Num território onde apenas as razões militares haviam deixado traço do poder central, serão os engenheiros que projectam as estradas na Direcção de Obras Públicas do Distrito a guarda avançada do Estado na disputa pelo desenho do território. Ainda assim vimos como José do Canto consegue negociar o traçado e perfil da estrada que lhe atravessa a propriedade paisagisticamente mais importante. Não só é a melhor proposta tecnicamente, como lhe acrescenta a qualidade formal. A *Avenue du Lac* é a prova derradeira da maturidade e esclarecimento de um dono-de-obra que actua como um autor.

2. Um desenho para a paisagem.

2.1.

A agricultura científica implicava os conhecimentos da agronomia nascente, da biologia, da entomologia, da química, e a ‘prova dos nove’ da contabilidade: há que contar o que se semeia e o que se recolhe. Para além da imagem de uma lavoura racional, o campo ordena-se para ser medido. Para diminuir os desperdícios as máquinas vão semear e debulhar, as granjas especializam tarefas por compartimentos, os campos geometrizam-se em cerrados de área rigorosa. No acto de racionalizar e pôr em ordem através do projecto, sedimenta-se uma consciência estética que em José do Canto e nos seus pares da SPAM corresponde a uma Arcádia laboriosa, reminiscente do Virgílio das *Geórgicas* e pouco dada aos improdutivos devaneios do romantismo mais contemplativo. Sem concessões à linhagem da *ferme ornée*, as granjas-modelo de José do Canto são a expressão arquitectónica da topografia modelada dos cerrados geometrizados. Ou seja, para dar a *ver* os campos bem agricultados José do Canto *arquitecturaliza* a paisagem.¹

Paralelamente à infra-estruturação e à exploração económica do solo assistimos a uma estetização progressiva do território. Se em 1869 Joaquim Cândido Abranches produziu o primeiro álbum de imagens da Ilha, sem incluir outras paisagens para além das *vistas* urbanas de Ponta Delgada, Vila Franca ou da Doca em construção², ao longo da segunda metade de Oitocentos a ilha de S. Miguel vai assumir-se como paisagem. O surpreendente sucesso na aclimação de espécies exóticas e a admiração dos visitantes insuflava com a força inspiradora das utopias o projecto de uma *ilha-jardim*.

¹ Devo ao filósofo Jorge Croce Rivera, da Universidade de Évora, o deslizamento conceptual da *artialização* para a *arquitecturalização*.

² Referindo-se, por exemplo, à vista das cumieiras como o “quadro mais arrebatador que imaginar-se pode”, Abranches assume já as paisagens do Vale das Sete Cidades e das Furnas como tal, mas não as desenha. O seu programa é desenhar o património arquitectónico. Cf. Joaquim Cândido Abranches, *Album Michaelense*, Ponta Delgada, Typographia de Manoel Corrêa Botelho, 1869.

Coleccionador apaixonado de plantas, José do Canto não era indiferente à sua forma. Por isso, demorou a reconhecer na *Criptomeria japonica* uma árvore de floresta: pensara-a árvore *para plantar isoladamente*. Com o inventor do *gardenesque*, John Claudius Loudon, por tutor, José do Canto cedo descobre que a agricultura e sobretudo a silvicultura consociada com as pastagens desenham, compondo, a paisagem. Se inicialmente se podem distinguir nos seus prédios uma ‘paisagem da produção’ separada da ‘paisagem erudita’ dos jardins, vimos na segunda parte, com o exemplo da Lagoa do Congro, como a partir de determinada altura não haverá paisagem útil que não seja também paisagem de representação, seja pela arquitectura das granjas, seja pela mancha localizada de exóticas.

José do Canto não é um mero agente na reorganização funcional da ilha, a sua acção representa também uma mutação de ordem qualitativa na transformação do território. Como vimos na agricultura projectada e no caso exemplar da Avenida do Lago, em José do Canto o território passa a ser, em sentido moderno, ‘desenhado’. Além dos propósitos produtivos e económicos, a sua transformação é informada por imagens e propósitos formais, que têm por objectivo de fundo a modelação da *ilha-jardim*.

2.2.

Na terceira parte desta dissertação, abordei a relação de José do Canto com o advento do turismo e a extraordinária expansão do universo das imagens, seus contemporâneos. Imagens e turismo que tinham na paisagem um dos objectos por excelência. Vimos ainda como foram influentes para a eleição de uma certa paisagem de referência.

“The park is a space devoted to the growth timber, pasturage for deer, cattle, and sheep, and to adding grandeur and dignity to the mansion”³, defendia Loudon numa das suas enciclopédias. Nos primeiros projectos para Santana (David Mocatta, 1845) e para a chã do Forno da Cal (Barillet-Deschamps, 1861) há

³ J. C. Loudon, *Encyclopaedia of Gardening...*, (1822), s.d., p. 1185.

sempre uma residência isolada no centro da composição paisagística. Confirmando a tese de Loudon, o jardim em Santana ou o parque nas Furnas desenham naqueles projectos o cenário que *engrandece e dignifica a mansão*. Esta centralidade da casa, que se mantém, embora já excêntrica, no plano de Georges Aumont para o prédio das Furnas (1867), só é abandonada quando, desistindo da mansão na Chã do Forno da Cal, o foco da composição se desloca definitivamente para a Capela nas margens da Lagoa. A ressonância da paisagem dos lagos helvéticos terá ajudado nesta decisão: as imagens que José traz de Paris, do Lac d'Enghien ao Bois de Boulogne, são suíças, como suíça era já a paisagem das Furnas. Mas até em Santana José do Canto vai desistir da habitação a meio do jardim, encostando-a ao limite norte do prédio, ao mesmo tempo que lhe diminui a escala decompondo o programa em vários corpos. Ao contrário, o seu vizinho e primo José Jacome mantém a habitação como a peça indiscutivelmente protagonista do jardim, actuando como núcleo do sentido e motivo gerador da composição paisagística. Estas duas opções revelam concepções distintas da Arquitectura e do Paisagismo e dos papéis que lhes cabem no desenho do território. Independentemente das razões e circunstâncias, o abandono dos projectos das mansões de Mocatta (1845) e de Mathew Digby Wyatt (1864) parece significar uma despromoção da Arquitectura na hierarquia tradicional dos dispositivos de representação do prestígio e estatuto social. No entanto, a fragmentação e a aparente dissolução da Arquitectura na paisagem permitirá que o jardim de Santana se torne numa exclusiva e prestigante colecção de formas vegetais raras, e que o parque das Furnas se construa como paisagem integrando a lagoa e as vertentes da topografia circundante.

António Borges, o 'rival' de José do Canto na colecção botânica, era um aficionado da Pintura e ninguém mais em S. Miguel dispunha, como ele, de um Salvatore Rosa. Nos seus jardins do Piquinho, nas Sete-Cidades, e da Lombinha, em Ponta Delgada, o processo de artialização *in situ* é evidente: revolvendo a topografia, acumulando o tufo, construindo com o arvoredos, a rocha e a terra em partes iguais, António Borges intensifica o contraste dos espaços e das formas, da sombra e da luz. Como na Pintura. Se José do Canto adquiriu algumas imagens na Watercolours Exhibition, em Londres, onde foi por duas vezes em

1846, não teria outra motivação que não fosse decorar as paredes da sua casa a Santana. Para o seu retrato fez-se fotografar, e não pintar. Depois das Árvores preferia coleccionar Camões. O facto de não ser um aficionado da Pintura, não impede que consumisse imagens, como as do Illustrated London News ou do parisiense Illustration, ou das suas bibliografias especializadas profusamente ilustradas. O conhecimento directo dos parques franceses e ingleses completavam a sua formação paisagística, como se comprova na plantação de pinheiros nas margens da lagoa à imagem do que viu no Bois de Boulogne. É um apurado sentido do território e da sua percepção panorâmica, a que não será alheia a intensa relação física com o trabalho ao ar livre e o recreio das caminhadas e da vela, que permitirá a José do Canto distinguir-se superando o gosto convencional dominante. Do projecto à materialização, a Ilha vai esperar cem anos, mas na lagoa das Furnas José do Canto finaliza o seu percurso exemplar como construtor da paisagem: com a valorização estética das infra-estruturas, a multiplicação da construção arbórea e a desmultiplicação da construção tectónica revelando em conjunto a configuração orográfica das chãs e da lagoa, a sua visão de síntese é singularmente territorial e espacial. Erguendo uma capela vertical por entre os fustes das árvores, habitando a lagoa com uma casa por onde esta entrava e, por fim, construindo outra casa para contemplá-la, José do Canto arquitecturaliza a paisagem, *revelando-a*: as primeiras vistas tiradas pelos artistas e turistas nas Furnas tinham o vale por tema, é só depois da Casa dos Botes construída que se difundem imagens da lagoa.

2.3.

*Les arbres, les arbrisseaux, les plantes sont la parue et le vêtement de la terre. Rien n'est si triste que l'aspect d'une campagne nue et pelée qui n'étale aux yeux que des pierres, du limon et des sables. Mais vivifié para la nature et revêtue de sa robe de nocces au milieu du cours des eaux et du chant des oiseaux, la terre offre à l'homme dans l'harmonie des trois règnes un spectacle au monde dont ses yeux et son cœur ne se lassent jamais.*⁴

⁴ Jean-Jacques Rousseau, *Les Rêveries d'un promeneur solitaire*, cit. por Dominique Château, "Les deux modèles de l'arbre en peinture", 2002, p.17.

Os montes antes *escalvados* estão agora em boa parte arborizados. A empenhada Ilha tinha um vestido verde a cobrir-lhe a nudez que tanto a embaraçara, e sonhava-se noiva prometida ao Progresso. Esta foi a parte concretizada dos projectos estruturantes. José do Canto sabia que não haveria outra paisagem social neste território sem a instrução pública e tão-pouco sem a revisão dos contratos dos arrendamentos que propunha complementada pela criação de um Banco rural. A radicalidade das suas propostas para um novo desenho jurídico da terra é a prova última da extrema lucidez com que sabia toda a matéria da arquitectura da paisagem. A modernidade de José do Canto e dos seus consócios da SPAM demonstra-se no tempo com que anteciparam a paisagem que será da Ilha um século depois.

Com mais silvicultura e menos arquitectura, o modo de José demarca-se da estratégia habitual de representação que tinha na Arquitectura o seu primeiro signo, construindo-se, nessa diferença, uma identidade própria. Anotando nos seus diários que Ponta Delgada é uma *cidade sem Arquitectura*, os viajantes do século XIX deslumbram-se com os seus jardins. Também os campos bem cultivados com as matas vestindo a redonda topografia faziam da Ilha um *jardim continuado*. Tal como hoje, o edifício principal do projecto para a capital da Ilha não era um palácio, mas uma doca artificial, a infra-estrutura necessária para exportar os excedentes do *jardim*. Do campo agricultado às estradas, da *Doca* às matas, toda a Ilha é uma pátria em construção.

Em 1901, o almoço servido a D. Carlos e D. Amélia na cumieira das Sete Cidades, a que se deve o topónimo *Vista do Rei*, confirmou de vez a construção da paisagem como imagem identitária da ilha de S. Miguel.

Fontes e Bibliografia

1. Fontes Manuscritas

Universidade dos Açores – UACSD

Listagem da *Livraria* de José Jacome Corrêa.

Arquivo José do Canto do Fundo Brum da Silveira, FBS-AJC.

Certificados de medições de terrenos,
Avaliações de bens móveis e imóveis,
Cópias de escrituras e registos vários,
Copiadores de Correspondência,
Correspondência avulsa,
Borradores, facturas, recibos, conhecimentos,
Instruções para os feitores e vinhateiros,
Folhas de Férias,
Cadernos e apontamentos diversos,
Cadernos de estudo,
Esboços de textos para artigos.

Arquivo Raposo do Amaral, ARA.

Certificados de medições de terrenos,
Cópias de escrituras e registos vários,
Copiadores de Correspondência,
Correspondência avulsa,
Borradores, facturas, recibos.

Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada – BPARPD

Variedades Açorianas, coligidas por José de Torres, 10 Tomos.

Topographia particular, e segunda parte da descrição Phisica, Civil, Politica, e Histórica. Notas e Estatísticas da Ilha de S. Miguel - Pelo Engenheiro Francisco Borges da Silva nos princípios do século XIX, em *Variedades Açorianas*, série manuscrita, tomo 10, fl. 1-150.

Arquivo Dias do Canto e Medeiros, ADCM.

Livro de Obras do Morgado José Caetano Dias do Canto e Medeiros.

Arquivo José do Canto, JC.

Correspondência de José do Canto, JC/CORR.

Fundo da Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense, FSPAM.

Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense / Actas da Direcção / 4 de Outubro de 1873 a 31 de Janeiro de 1887, BPARPD-FSPAM.

Fundo da Câmara Municipal de Ponta Delgada, FCMPD.

[Livro de] *Actas das Sessões da Cam.^a M.^a de P.^{ta} Delg.^a (Agosto de 1855 a Dez.^o de 1857)*, BPARPD-FCMPD 35.

Inventários Orfanológicos, Tribunal da Comarca de Ponta Delgada, TCPDL.

Inventario Orphanologico do casal da finada Inventariada D. Maria Guilhermina Tavares Brum do Canto, de que é inventariando José do Canto, seu marido, d'esta cidade, Inventários Orfanológicos TCPDL, M.402, n.º 26, processo n.º 3.

Inventario Orphanologico do casal do finado José do Canto, que apresenta a inventariante sua filha, D. Margarida Brum do Canto Hintze Ribeiro, Inventários Orfanológicos TCPDL, M.402, n.º 26, processo n.º 3.

Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, [Fundos arquivísticos da] Direcção Geral das Obras Públicas (1852-1859) / Direcção Geral das Obras Públicas e Minas (1859-1910) – AHMOP-DGOP/DGOPM.

Memórias descritivas, medições e orçamentos, ofícios e correspondência diversa relativos a Projectos de estradas, para S. Miguel, Açores.

Colecção de Processos Individuais de Funcionários, AHMOP-CPI.

Arquivo do Instituto de Estradas de Portugal - AIEP

Memórias descritivas, medições e orçamentos, ofícios e correspondência diversa relativos a Projectos de estradas, para S. Miguel, Açores.

Arquivo Particular de Ana Jácome Corrêa Hintze Ribeiro Cymbron - AP-AJCHRC.

Cartas avulsas de José do Canto, e outros.

Arquivo Particular de Margarida Jácome Corrêa Hintze Ribeiro Oliveira Rodrigues - AP-MJCHROR.

Cartas avulsas de José do Canto, e outros.

Arquivo Particular de Francisco Afonso do Canto Homem de Noronha - AP-FACHN.

Cartas avulsas de José do Canto, e outros.

Arquivo Particular, Pópulo, Livramento - AP-PL.

Cópia d'um Diário feito por António Machado de Faria e Maia, Governador, que fora de Cabo verde (Tio irmão do Pae de D. Elena Victória Machado) este manuscrito pertence ao Doutor do mesmo nome, Copiador de finais do século XIX, fl. 115-117v, AP-CC.

2. Fontes Impressas

2.1. Ilha de S. Miguel, Açores

ABRANCHES, Joaquim Cândido, *Album Michaelense*, Ponta Delgada, Typ. De Manoel Correa Botelho, 1869.

Album Açoriano, Plano e direcção de António Baptista, Lisboa, Editores Oliveira & Baptista, Typ. e Fotogravura do Anuário Comercial de Portugal, 1903.

ALBUQUERQUE, Caetano d'Andrade, *Inundações nas Sete Cidades. Memória apresentada á Junta Geral do districto de Ponta Delgada*, Ponta Delgada, Typographia Popular, 1898.

ALBUQUERQUE, Luiz da Silva Mouzinho de, *Observações sobre a Ilha de S. Miguel. Recolhidas pela Comissão Enviada à Mesma Ilha em Agosto de 1825, e Regressada em Outubro do Mesmo Anno*, Lisboa: Imprensa Régia, 1826.

IDEM, *Georgicas Portuguesas, dedicadas a D. Anna Mascarenhas de Athayde*, Paris, na Officina de Bobée, 1820.

ALEMÃO, Valentim Fernandes, "San Miguel y lha", em "Descrição das Ilhas do atlântico", [1507], *Arquivo dos Açores*, vol. I, p. 147.

ALMEIDA, Gabriel d', *Diccionario Histórico-geographico dos Açores*, Ponta Delgada, Tip. Diário dos Açores, 1893.

IDEM, *Agenda do Viajante na Ilha de S. Miguel*, Ponta Delgada, Ed. do Campeão Popular, 1893.

[IDEM], *Fastos Açorianos, por Gabriel d'Almeida, Escriptor michaelense*, Bibliotheca do Povo e das escolas, Numero 174, Lisboa, Companhia Nacional editora, Successora de David Corazzi e Justino Guedes, 1889.

IDEM, *Industria Agrícola, Typographica e Litographica na Ilha de S. Miguel (Açores)*, Ponta Delgada, Typographia de Manoel Corrêa Botelho, 1884.

Arquivo dos Açores, Ponta Delgada, ed. digital *fac-simile*, 15 vol. em 4 CDs, (1878) 2001.

ARRIAGA JUNIOR, Sebastião d', *Projecto de Cultura para o estabelecimento de uma Exploração Agrícola Modelo na Real Coutada do Assumar*, Lisboa, Typographia Franco-Portugueza, 1869.

ASHE, Thomas, *History of the Azores or Western Islands; containing an account of the government, Laws, and Religion, the Manners, ceremonies, and character of the inhabitants and demonstrating the importance of these valuable islands to the British Empire*, London, Paternoster Row, Ed. Sherwood, Neely, and Jones, 1813.

AVEZAC, M. D', *Iles De L'Afrique*, Paris, Firmin Didot Frères Éditeurs, 1848.

BAKER, Alice, *A summer in the Azores with a glimpse of Madeira*, Boston, Lee and Shepard Publishers; New York, Charles T. Dillingham, 1882. (Trad. "Um verão nos Açores e a Madeira de relance", *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, n.º 16 e 17, Angra do Heroísmo, 1958 e 1960).

BANDEIRA, Sá da, *Diário da Guerra Civil (1826-1832)*, recolha, posfácio e notas de José Tengarrinha, Lisboa, Seara Nova, 2 vol., 1976.

BOLD, Captain Edward, *A Description of the Azores or Western Islands from personal observation, comprising remarks on their peculiarities, topographical, geological and on their hitherto neglected condition*, London, Ed. Bull and Churton, 1835.

BEDEMAR, conde Vargas de, *Observações geológicas feitas em uma viagem ás Ilhas da Madeira, Porto Santo e Açores nos anos de 1835 e 1836*, Lisboa, Impressão de Galhado Irmãos, 1837.

BETTENCOURT, António d'Andrade Albuquerque, *Industria Pecuária na Ilha de S. Miguel (O que foi, é, e póde ser)*, dissertação apresentada ao Conselho Escolar do Instituto d'Agronomia e Veterinária de Lisboa, Lisboa, Typographia de Adolpho, Modesto, & C.^a, 1887.

BRASSEY, Lady, *In the Trades, the Tropics & the Roaring Forties*, London, Longmans Green & Co., 1885.

BULLAR, Joseph e Henry, *A Winter in the Azores and a Summer at the Baths of the Furnas*, London, Paternoster Row, John van Voorst, 2 vol., 1841. (Trad. por João H. Anglin, *Um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2.^a ed., 1986.)

CAETANO, Morgado José, *Diário de Viagem*, Notas de Nuno Álvares Pereira, Ponta Delgada, 1978.

IDEM, "Cartas do Morgado José Caetano Dias do Canto e Medeiros a seus filhos Ernesto, Eugénio e Filomeno estudantes em Lisboa e Coimbra (1850-1856)", *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. XVIII, 1962, p. 140-151; XIX, 1963, p. 21-39; XX, 1964, p. 80-97; XXI, 1965, p. 112-136; XXII, 1966, p. 218-239; XXIII, 1967, p. 128-142.

CALDEIRA, Carlos José, *Apointamentos d'Uma Viagem de Lisboa à China e da China a Lisboa*, Lisboa, Typ. de Castro & Irmão, 1853.

CAMARA, Morgado João d'Arruda Botelho da, *Instituições Vinculares e Notas Genealógicas*, notas de Ernesto do Canto, leitura diplomática e tratamento do texto de Nuno Álvares Pereira, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1995.

Caminho de Ferro de Ponta Delgada às Furnas e Ribeira Grande, Anteprojecto, memoria descritiva e orçamento, [assinado] Eng. D. Moreira da Motta, Ponta Delgada, 1899.

Caminho de Ferro em São Miguel, Parecer da Commissão nomeada pela Junta Geral sobre o anteprojecto, Ponta Delgada, 1897.

Caminho de Ferro em San Miguel, Relatório da Commissão Promotora do caminho de ferro, memoria descritiva e orçamento, Ponta Delgada, 1897.

CANTO, Ernesto do, "Cartographia, Mapas geraes e especiaes dos Açores, suas cidades, portos, etc.", *Archivo dos Açores*, vol. X, p. 279-288.

CANTO, José do, *Cartas Particulares a José Jácome Corrêa e Conde de Jácome Corrêa, 1841 a 1893*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1999.

IDEM, *Aos Michaelenses que Pretendiam Eleger-me Deputado*, Ponta Delgada, Tip. de Manuel Cardoso d'Albuquerque e Valle, 1852.

CARQUEJA, Bento, *Os Açores, Notas Instantâneas*, Ponta Delgada, Bibliotheca da Autonomia dos Açores, vol. II, 1894.

CASTILHO, António Feliciano de, *Felicidade pela Agricultura*, Ponta Delgada, 1849.

CASTRO, João Silvério Vaz Pacheco de, *Ensaio sobre a cultura preferível para substituir os cereais na ilha de S. Miguel e os meios de a promover*, Ponta Delgada, Typ. da Rua do Provedor, 1840.

CONYBEARE, W. D., "Geologia da Ilha de S. Miguel", *Revista dos Açores*, 1.º vol., n.º 12, 19 Março, Ponta Delgada, 1851, p. 45-46.

DABNEY, Roxana Lewis, *Anais da Família Dabney no Faial*, trad. João C. S. Duarte, Horta, Instituto Açoriano de Cultura, Núcleo Cultural da Horta, 2004.

DROUET, Henri, *Catalogue de la Flore des Iles Açores, précédé de l'Itinéraire d'un Voyage dans cet Archipel*, Paris, J. B. Baillière & Fils, 1866.

DRUMOND, Francisco Ferreira, *Apontamentos Topográficos, Políticos, Cívicos e Ecclesiásticos para a História das nove Ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1990.

FOUQUÉ, M. F[erdinand], "Vol. I, L'Ile de Terceira", e "Vol. III, Les cultures de San-Miguel: le Monde organique aux Açores", em *Voyages géologiques aux Açores, extrait de la Revue des Deux Mondes*, 1.er Janvier e 15 avril, 1873, Paris, de l'Imprimerie de J. Claye, 1873.

FREITAS, Bernardino Jose de Senna, *Uma Viagem ao Valle das Furnas na Ilha de S. Miguel em Junho de 1840*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1845.

FURTADO, Arruda, *Materiaes para o Estudo Anthropologico dos Povos Açorianos: observações sobre o Povo Michaelense*, Ponta Delgada, 1884.

GOEZE, Edmond, *A Ilha de S. Miguel e o Jardim Botânico de Coimbra*, Coimbra, Instituto da Universidade, 1867.

GUERREIRO, J. V. Mendes, *Regresso dos Estados Unidos da América, Açores*, Ponta Delgada, Bibliotheca da Autonomia dos Açores, vol. III, 1894.

HARTUNG, George, *Die Azoren in Iher Ausseren Erscheinung und Nach Ihrer Geognostischen Natur*, Atlas. Leipzig: Verlag Von Wilhem Engelmann, 1860.

HEBBE, Jean Gustave, "Descrição das Ilhas dos Açores", [Edição original, Stockolmo, 1802], em *Arquivo dos Açores*, vol. X, p. 515-517.

HENRIQUES, M. Borges de F., *A Trip to the Azores or Western Islands*, Boston, Lee and Shepard, 1867.

HICKLING, Catherine Green, "Diário de Catherine Green Hickling, 1786-1789", trad. e notas de Henrique de Aguiar Oliveira Rodrigues, *Insulana*, vol. XLIX, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1993, p. 45-126.

HICKLING-JUNIOR, Thomas, "Carta de Thomas Hickling Jr.", S. Miguel, 31 de Agosto de 1848, trad. e notas de Henrique de Aguiar Oliveira Rodrigues, em *Insulana*, vol. LI, n.º 2, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1995, p. 189-216.

Jardim Botânico de Ciência de Lisboa, Guia, Porto, Imprensa Portuguesa, 1967.

JEDINA, Leopold de, *Voyage de la Frégate Autrichienne Helgoland autour de l'Afrique*, Paris, Maurice Dreyfous Éditeur, 1878.

KERHALLET, Charles Philippe de, *Description de l'Archipel des Açores*, Paris, Ed. Imprimerie Administrative de Paul Dupont, 1851.

KETTLE, Mr. W. R., "Noticia da Ilha de S. Miguel", 1886, em *The Field, the country's gentlemen's Newspaper*, n.º 1:777, 15 de Janeiro, London, 1887, trad. no *Arquivo dos Açores*, vol. IX, p.10.

LASTEYRIE, M. Jules de, “*Souvenirs des Açores*”, *Revue des Deux Mondes*, Tome XXIX.- 1.er Janvier, 1842, Paris, Au Bureau de la Revue des Deux Mondes, 1842.

LOBÃO, Manuel de Almeida e Sousa de, *Manual Pratico de Morgados*, 3.^a ed., *correcta e adicionada pelo author*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1841.

[MACEDO, António Teixeira de], *Breve Memória sobre o estado da Agricultura, Commercio e Industria do Districto de Ponta Delgada / Offerecida Ao Exm.^o Sr. António Maria de Fontes Pereira de Mello, Ministro e Secretário d’Estado das Obras Publicas Commercio e Industria /Pelo Secretario geral do mesmo Districto / António Teixeira de Macedo*, Ponta Delgada, 1853.

IDEM, *Reflexões á cerca de algumas das principaes necessidades do Districto de Ponta Delgada; offerecidas á respectiva Junta Geral por António Teixeira de Macedo, Secretario-geral do referido districto*, Ponta Delgada, 1852.

MASSON, Francis, “An Account of the Island of St. Miguel”, em *Philosophical Transactions of the Royal Society of London*, tomo LXVIII, parte II, Londres, 1778, p. 601-610.

MELLO, Francisco Affonso de Chaves e, *Margarita Animada, Idea Moral, Politica e Histórica dos Três Estados, Discursada Na Vida da Venerável Margarida de Chaves Natural da Cidade de Ponta Delgada da Ilha de São Miguel, Com a Descrição da Mesma Ilha*, Lisboa Occidental, 1723.

MORELET, Arthur, *Iles Açores: Notice sur l’Histoire Naturelle des Açores suivie d’une description des Mollusque Terrestres de cet Archipel*, Paris, J. B. Baillièrre & Fils, 1860.

NOGUEIRA, J. V. Paula, *As Ilhas de S. Miguel e Terceira*, Lisboa, Ed. Portugal Agrícola, 1894.

NYE, Elisa, “Diário de uma viagem da América aos Açores no veleiro «Slyph» em Julho de 1847”, trad. por João Hickling Anglin, *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. XXIX, 1973, p.73-74 e XXX, 1974, p. 5-106.

PATO, Raymundo Bulhão, *Cartas dos Açores*, Ponta Delgada, Typ. Voz da Liberdade, 1868.

IDEM, *Paysagens*, Lisboa, Editores Rolland e Semiond, 1871.

POMEROY, Caroline, “Diário de Caroline Pomeroy”, trad. e notas de Henrique de Aguiar Oliveira Rodrigues, *Insulana*, vol. LIII, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1997, p. 77-130.

PRESCOTT, William Hickling, “Quatro Cartas do Historiador William H. Prescott, contendo impressões da sua visita a S. Miguel em 1815-1816”, por João Anglin, em *Insulana*, vol. VII, n.^{os} 3 e 4, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1951, p. 218-235.

S. Miguel - Caminho de Ferro de Ponta Delgada às Furnas e Ribeira Grande, Documentos diversos, Ponta Delgada, Typ.-Lit. Ferreira e C.a, 1899.

SCHAW, Janet, “Os Açores, Setúbal e Lisboa vistos por uma escocesa em 1774-76”, trad. por H. Amorim Ferreira, sep. *Revista Municipal*, 28 e 29, Lisboa, 1947.

SILVA, M. Emygdio da, *S Miguel em 1893, Cousas e Pessoas*, Cartas reproduzidas do «Diário de Notícias» de Lisboa, Ponta Delgada, Biblioteca da Autonomia dos Açores, vol. I, 1893.

SOTTO-MAYOR, Félix, *Guia do Viajante na Ilha de S. Miguel*, Ponta Delgada, Ed. Evaristo Freitas Travassos, 1899.

SOUSA, João Soares d’Albergaria e, *Corographia Açorica, ou Descrição Physica, Politica, e Histórica dos Açores, por um Cidadão Açorense, M. da Sociedade Patriótica Phylantropia [N’os Açores]*, Lisboa, N’a Impressão de João Nunes Esteves, 1822.

SUPICO, Francisco Maria, *Escavações*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 3 vol., 1995.

SWINDELLS, Ruppert, *A summer trip to the Island of St. Michael. The Azores*, Manchester, Ed. for private circulation, 1877.

THOMSON, Wyville, *The Voyage of the Challenger: the Atlantic: a preliminary account of the general results of the exploring voyage of H. M. S. Challenger during the year 1873 and the early part of the year 1876*, London, Macmillan and Co., 1877.

TORRES, José de, *Viagens no interior da Ilha de S. Miguel. Ensaios*, Ponta Delgada, 1849.

WALLACE, Peter, "XXVI. - Gardens and Orange Grounds of St. Michael's in the Azores – its Climate and Peculiarities, (Communicated Sept. 16, 1852)", em *Journal of the Royal Horticultural Society of London*, vol. VII, London, 1852.

WALKER, Walter Frederick, *The Azores or Western Islands, a Political, Commercial and Geographical Account*, London, Trubner & C^a, Ludgate Hill, 1886. (Trad. de João H. Anglin, "Nos Açores, Boston, 1882", *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. XXI, 1965, p. 137-186; XXII, 1966, p. 49-76; XXIII, 1967, p. 38-127; XXIV, 1968, p. 178-224; XXL, 1969, p. 49-76; XXVI, 1970, p. 118-158).

WEBSTER, John White, *A description of the Island of St. Michael comprising an account of its geological structure with remarks on the other Azores or Western Islands*, Boston, Ed. R. P. & C. Williams, 1821 (Trad. no *Arquivo dos Açores*, vol. X).

WEEKS, Lyman H., *Among the Azores*, Boston, James R. Osgood and Company, 1882 (Trad. de João H. Anglin, "Nos Açores, Boston, 1882", *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. XIV, 1.º semestre 1958, p. 83-124; XIV, 2.º semestre 1958, p. 235-354; e vol. XVI, 1.º semestre, 1959, p. 49-91).

2.2. Outros países

[BAEDEKER, K.], *La Suisse et les parties limitrophes de l'Italie, de la Savoie et de le Tyrol*, Karl Baedeker, Éditeur, 1872.

[IDEM], *L'Allemagne et quelques parties des pays limitrophes jusqu'a Strasbourg, Luxembourg, Copenhague, Cracovie, Lamberg, Bude-Pesth, Pola, Fiume: manuel du voyageur*, Coblenz: K. Baedeker, Editeur, 3 ème ed. revue et corrigée, 1865.

[BRANNON, George], *Vectis Scenery: Being a series of Original and Select Views Exhibiting the Picturesque Beauties and Places of Particular Interest in the Isle of Wight, Drawn from Nature & Engraved by George Brannon, many years a local resident. To which are prefixed A complet Topographical Description and the general Tours of the Island, Embracing every Information in the least degree useful to Srangers*, Wootton, Isle of Wight, Printed and Published by the Engraver, [1837].

Catalogue general. Exposition Universelle de 1867 à Paris, publié par la Commission Impériale, Paris, E. Dentu, Libraire-Éditeur, 10 vol., 1867.

Cruchley's Picture of London, The second edition, London, G. F. Cruchley, 1834.

FEARNSIDE, Henry Grey, *The Picturesque Beauties of the Rhine*, London, Black and Armstrong, [18--].

FOURNEL, Victor, *Paris Nouveau et Paris Futur*, Paris, Jacques Lecoffre, Libraire-Éditeur, 1865.

Great Exhibition of the Works of Industry of all Nations 1851, Official Descriptive and Illustrated Catalogue, London, Spicer Brothers, Wholesale Stationers; W. Clowes and Sons, Printers, 1851.

JOANNE, Adolphe, *Paris Illustré, en 1870 et 1877, Guide de l'Étranger et du Parisien*, Paris, Librairie Hachette et Cie., Troisième édition, [1878].

IDEM, *Paris-diamant. Nouveau guide*, Paris, Librairie L. Hachette et Cie, 1867.

IDEM, *Les Environs de Paris illustrés, itinéraire descriptif et historique*; [ilustrado] par Thérond [et] Lancelot, Paris, Librairie L. Hachette et C.ie, [1856].

JOANNE, Adolphe et Paul, *Suisse, par Adolphe et Paul Joanne*, Paris, Collection des Guides Joanne, Guides Diamant, Quatrième édition, Paris, Librairie Hachette et Cia., 1873.

JOHNSON, T. B., *Sportsman's cyclopediá*, London, Sherwood Gilbert and Piper, 1838.

LOUSSEAU, Louis; LEMONNIER, Géran, *Promenades au Jardin des Plantes*, [Paris], Chez J. B. Baillièrre, Libraire, 1837.

Ludovic, ou le jeune voyageur en Suisse, contenant la description pittoresque de cette contrée, Paris, Imprimerie de C. Baudoïn, 1836.

Nouveau Tableau de Londres de Leigh ou guide de l'étranger dans la capitale de l'Angleterre, À Londres: chez Samuel Leigh, 1835.

PERROT, A. M., *Album parisien, cent vues gravées au burin, par Mm. Dureau et Couché Fils et Description Historique et Architecturale des Principaux Monumens et Sites de la Ville de Paris*, Paris, Leroi Libraire, 1837.

Principales curiosités de la Ville de Lucerne, Mayer'sche Buchdruckerei in Luzern, [s.d.].

15 jours a Paris ou guide de l'étranger dans la capitale et ses environs : tableau synoptique et pittoresque et pittoresque, par Martin, Paris, Chaumerot Libraire-Éditeur, 1846.

RECLUS, Élisée, *Londres Illustré, Guide Spécial pour l'Exposition de 1862*, Paris, Librairie de L. Hachette, et C.ie, 1862.

Suisse française, Oberland Bernois, Guides Populaires Conty, Paris, 2.e ed., [s.d., a Note de l'auteur é datada de 1864].

Tableau Portif de Londres et de Londres et de ses environs, traduit de l'anglais de Francis Coghlan, À Paris: chez Baudry, [18--].

WEALE, John, *A New Survey of London*, London, 1853.

2.3. Arquitectura, Paisagismo, Infraestructuras

CÉRIS, A. de, *Parcs et jardins*, Paris, Librairie Agricole de la Maison Rustique [c.1866-67].

DUMONT, J.-B., *Les Grands Travaux du Siècle*, Paris, Librairie Hachette et C.ie, 1894.

DURAND, J. N. L., *Précis des leçons d'architecture données a l'École Royale Polytechnique / par J. N. L. Durand*, Chez l'auteur, Paris, A l'École Royale Polytechnique, 1817.

JOIGNEAUX, M. P. (dir.), *Le Livre de la Ferme et des Maisons de Campagne*, Paris, Victor Masson et Fils/CH. Delagrave et C.ie., 2.ème édition.

KERR, Robert, *The Gentleman's House; How to Plan English Residences, from the Parsonage to the Palace*, London, John Murray, Second edition, revised, 1865.

LEFOUR, M., *Géométrie agricole, comprenant la géométrie usuelle, le dessin linéaire, l'arpentage, le levé des plans, le nivellement, le toisé, le cubage des bois, et le jaugeage*, Paris, Bibliothèque du Cultivateur, Dusacq, Librairie Agricole de La Maison Rustique, [18--].

IDEM, *Constructions rurales et mécanique agricole*, 2.ème ed., Paris, Librairie Agricole de La Maison Rustique, [18--].

Les plus belles églises du monde, Notices historiques et archéologiques sur les temples les plus célèbres de la chrétiente, par BOURASSÉ, M. L'Abbé J.-J., 2 ème édition, Tours, Ad. Mame et Cie., Imprimeurs-Libraires, 1861.

LOUDON, John Claudius, *An Encyclopaedia of Gardening; comprising the Theory and Practice of Horticulture, Floriculture, Arboriculture, and Landscape-gardening*, London, Longman, Orme, Brown, Green, and Longmans, Patternoster-Row, (1822) [s.d., prefácio com data de 1834].

IDEM, *An Encyclopaedia of Cottage, Farm and Villa Architecture and Furniture*, London, Longman, Brown, Green and Longmans, (1833) 1842.

MIGNARD, M. B. R., *Guide des constructeurs ou traité complet des connaissances théoriques et pratiques relatives aux constructions*, 2 ème ed., À Paris: Chez l'auteur, Passage de l'Industrie, n.º 6, [18--].

Nouveau manuel complet du charpentier ou traité simplifié de cet art suivi d'un petit traité de Géométrie descriptive, par MM. Biston, Boutereau et Hanus, Paris, a la Librairie Encyclopédique de Roret, 1842.

PETIT, V., *Album d'Architecture*, Paris, Monrocq, fr. edit.r Suger, 3, [18--].

REED, S. B., *House-Plans for Everybody, for Village and Country Residences, costing from \$250 to \$8,000*, New York, Orange Judd Company, 1883.

STEPHENS F.R.S.E., Henry; BURN, Robert Scott, *The Book of Farm-Buildings, their Arrangement and Construction*, Edinburgh and London, William Blackwood and Sons, 1861.

[MIOLLET-LE-DUC, Eugène], *Histoire de l'Habitation Humaine, depuis les temps Préhistoriques jusqu'à nos jours*, Paris, J. Hetzel et C.ie, 1875, edição *fac-simile* de Pierre Mardaga, éditeur, Bruxelles, Liège, 1978.

[IDEM], *Habitations Modernes recueillies par E. Viollet-le-Duc avec le concours des Membres du Comité de Rédaction de L'Encyclopédie d'Architecture et la colaboration de Félix Narjoux Architecte*, Paris, V.e A. Morel et C.ie, Libraires-Éditeurs, *Première Partie*, 1875, *Deuxième Partie*, 1877, edição *fac-simile* por Pierre Mardaga, éditeur, Bruxelles, Liège, 1979.

2.4. Agricultura, Horticultura

BALL, Samuel, *An Account of the Cultivation and Manufacture of Tea in China: derived from Personal Observation during an Official Residence in that Country from 1804 to 1826*, London, Longman, Brown, Green and Longmans, 1848.

DOMBASLE, C. J. Mathieu de, *Calendrier du Bon Cultivateur Ou Manuel de l'Agriculteur Praticien*, Paris, Bouchard-Huzard, 8.^{me} éd., 1846.

JOHNSON, Cuthbert W., *The Farmer's Encyclopaedia, and Dictionary of Rural Affairs; embracing all the most recent discoveries in Agricultural Chemistry*, London, Longman, Brown, Green, and Longmans, 1842.

JOIGNEAUX, P., *Organisation du travail agricole*, Paris, Chez Guillaumin et Cie, libraires-éditeurs, 1848.

List of the papers and subjects, International Horticultural Exhibition and Botanical Congress, London, 1866.

LOW, David, *Elements of practical agriculture; comprehending the cultivation of plants, the husbandry of the domestic animals and the economy of the farm*, London, Longman, Brown, Green, and Longmans; Edinburgh, Adam & Charles Black, 4th ed., 1843.

MOLL, M. L. (sous la direction de), *Encyclopédie Pratique de l'Agriculture*, Paris, Librairie de Firmin Didot Frères, et C.ie, 13 vol., 1859-1871.

MONEY, Edward, *The Cultivation and Manufacture of Tea*, London, W. B. Wittingham & Co., third edition, 1878.

MORTON, John Chalmers, *Cyclopedia of Agricultural, Practical and Scientific*, London, Glasgow and Edimburgh, Black and Son, 1875.

RASPAIL, M., *Cours Élémentaire d'Agriculture et d'Économie Rurale*, Bruxelles, Hauman, Catoir et Comp., 1836.

Relação das plantas florestaes que se acham á venda nos viveiros das mattas do Choupal e Valle de Canas, segundo os preços e condições do catalogo n.º 3.

Relatorio da Commissão de Inquerito sobre a Producção, e Consumo do Milho na Ilha de S. Miguel, 1856, Ponta-Delgada, Sociedade Promotora d'Agricultura Michaelense, Typ. A. das Letras Açorianas, 1857.

2.5. Literatura

As Georgicas, de Virgilio, trasladadas a portuguez por António Feliciano de Castilho, Paris, Typ. de Ad. Lainé e J. Havard, 1867.

[GESSNER, Salomon], *Oeuvres de Salomon Gessner*, Paris, Chez Ant. Aug. Renouard, 1795.

ROUSSEAU, Jean-Jacques, *Nouvelle Héloïse*, Paris, Chez Lefèvre, (1761) 1819.

IDEM, *A Nova Heloisa, ou Cartas de dois amantes residentes n'uma pequena cidade junto aos Alpes*, Lisboa, Typographia Rollandiana, 4 vol., 1837-38.

TAUTPHOEUS, Baroness, *Quits, a Novel*, Whitefish, Massachusetts, Kessinger Publishing's Rare Reprints, [Leipzig, 1858], 2005.

WYSS, Johann David, *Le Robinson Suisse, traduit de l'allemand de Wyss par M.me Elise Volart, précédé d'une Introduction de M. Charles Nodier, [illustrada] d'après les dessins de M. Ch. Lemercier*, Paris, Lavigne Libraire-Éditeur, (1812) 1845.

2.6. Legislação, Relatórios, Actas

Collecção Official da Legislação Portugueza, redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1862, Lisboa, Imprensa Nacional, 1863.

Collecção Official da Legislação Portugueza redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa. Anno de 1861, Lisboa, Imprensa Nacional, 1862.

Collecção Official da Legislação Portugueza redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa. Anno de 1860, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861.

Junta Geral do Districto de Ponta Delgada, Sessões de 1901, Ponta Delgada, Typ. Ruy Moraes, 1902.

Junta Geral do Districto de Ponta Delgada, Sessões de 1900, Ponta Delgada, Typ. Elzeviriana, 1901.

Junta Geral do Districto de Ponta Delgada, Sessões do Anno de 1880, Ponta Delgada, Typographia Imparcial, 1881.

Posturas da Câmara Municipal de Ponta Delgada accordadas em Sessão de 27 de Outubro de 1841.

Posturas vigentes da Câmara Municipal do Concelho de Ponta Delgada / revistas e ampliadas em sessão de 21 d'Abril e aprovadas pelo Conselho de districto nas sessões de 26 de Junho, e 8 de Julho, Ponta Delgada, Typ. de F. J. de Macedo, 1852.

Posturas Vigentes da Câmara Municipal do Concelho de Ponta Delgada, Ponta Delgada, Typ. da Persuasão, Rua de S. Francisco n.º 16, 1866.

Regulamento dos Cantoneiros das estradas municipaes do Concelho de Ponta-delgada, [Ponta Delgada, 19 de Fevereiro de 1884].

Relatório e consulta que a Junta Geral do Districto de Ponta delgada dirigiu ao Governo de Sua Magestade em 8 de Janeiro de 1877, Ponta Delgada, Typ. A. das L. Açorianas, 1877.

Relatório e consulta que a Junta Geral do Districto de Ponta Delgada dirigiu ao Governo de Sua Magestade em 7 de Janeiro de 1875, Ponta Delgada, Typ. de M. Corrêa Botelho, 1875.

Relatorio e Consulta que a Junta Geral do Districto de Ponta Delgada dirigiu Ao governo de Sua Magestade em 31 de Dezembro de 1873, Ponta Delgada, Typographia Popular, 1874.

Relatório e consulta que a Junta Geral do Districto de Ponta Delgada dirigiu ao Governo de Sua Magestade em 18 de Dezembro de 1870, Ponta Delgada, Typ. da Chronica dos Açores, 1870.

Relatorio da Administração do Districto de Ponta Delgada feito e dirigido ao Governo de Sua Magestade em 1866 pelo Secretario Geral servindo de Governador Civil Vicente Machado de Faria e Maia, Ponta Delgada, Typ. da Persuasão, 1866.

Relatorio da administração do distrito de Ponta Delgada feito e dirigido ao governo de sua magestade em 1863, pelo governador Felix Borges de Medeiros, Ponta Delgada, Typ. da Persuasão, 1864.

Relatório da administração do distrito de Ponta Delgada feito e dirigido ao governo de sua magestade em 1862, pelo governador Felix Borges de Medeiros, Ponta Delgada, Typ. A. das Letras Açorianas, 1862.

Relatório da Administração do districto de Ponta Delgada em 1861, feito e dirigido ao governo de sua magestade pelo Governador Civil Félix Borges Medeiros, Ponta Delgada, Typ. A. das Letras Açorianas, 1861.

Relatório da Administração do Districto de Ponta Delgada em 1860 feito e dirigido ao Governo de Sua Magestade pelo Governador Civil Felix Borges Medeiros, Ponta Delgada, Typ. A. das Letras Açorianas, Rua direita de S. João, 1860.

Relatório apresentado á Junta Geral do Districto de Ponta Delgada em sua sessão ordinaria nº 1 de Dezembro de 1859, pelo Governador Civil Félix Borges Medeiros, Ponta Delgada, Typ. A. das Letras Açorianas, 1859.

Relatório a Junta Geral do districto de Ponta Delgada na sua secção ordinária no anno de 1857, pelo governador civil Felix Borges Medeiros, Ponta Delgada, Typ. A. das Letras Açorianas, 1857.

Relatório a Junta Geral do districto de Ponta Delgada na sua secção ordinária no anno de 1855, pelo governador civil Felix Borges Medeiros, Ponta Delgada, Typ. A. das Letras Açorianas, 1855.

2.7. Periódicos e almanaques, por ordem cronológica

2.7.1. Micaelenses

Almanack Açoreano, para o ano de 1855, Ponta Delgada, Typ. Auxiliadora das letras Açoreanas, 1854.

Almanach do Archipelago dos Açores: Estatístico, Histórico, Recreativo e Noticioso, para o ano de 1866, Dir. por Francisco Maria Supico, Ponta Delgada, Typ. da Persuasão, 1866.

Almanak Rural dos Açores para o anno de 1875, Ponta Delgada, Typ. De Manoel Corrêa Botelho, rua da Esperança, 35, 1875.

Almanack Rural dos Açores para 1853 pela Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense, 2.º anno, Ponta Delgada, Typ. da Sociedade Auxiliadora das Letras Açorianas, R. do Garcia, n.º 12, 1853.

Almanack Rural dos Açores para 1851 / mandado publicar pela Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense, Ponta Delgada, Typ. de Manoel Cardoso d'Albergaria e Valle, R. do Garcia, n.º 7, 1850.

SEQUEIRA, Eduardo; ALMEIDA, Gabriel d', *Almanach Agrícola para 1894*, Ponta Delgada, 1893.

O Açoriano Oriental, Ponta Delgada, 1835- .

O Filólogo. Jornal da Sociedade Escolástica Micaelense, red. José de Torres, Ponta Delgada, 1844.

O Agricultor Micaelense, Ponta Delgada, Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, 1.^a série, red. André do Canto, 1843-1845; 2.^a série, red. António Feliciano de Castilho, 1848-1853.

O Correio Michaelense, Ponta Delgada, Tip. do Correio, 1846-1864.

Diário dos Açores, 1870- .

Revista dos Açores, Ponta Delgada, Sociedade Auxiliadora das Letras Açorianas, 1851-1853.

A Persuasão, dir. Francisco Maria Supico, Ponta Delgada, Tip. da Persuasão, 1861-1911.

O Cultivador, red. Guilherme Read Cabral, Ponta Delgada, 1873-1876.

O Preto no Branco, dir. Eugénio Pacheco, Ponta Delgada, 1896-1899.

Revista Michaelense, Ponta Delgada, propr. e ed., Aires Jácome Corrêa 1918-1921.

Os Açores. Revista Ilustrada, Ponta Delgada, propr. e ed. José Barbosa, 1922-1928.

2.7.2. Continentais

O Panorama: Jornal literário e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, red. Alexandre Herculano, Lisboa, Typografia da Sociedade, 1837-1868.

Revista Universal Lisbonense, jornal dos interesses phisicos, moraes, e litterarios / por uma sociedade estudiosa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1841-1859.

Archivo Pittoresco: Semanário Ilustrado, Lisboa, Editores Proprietários Castro Irmão & C^a, 1857-1868.

O Archivo Rural: Jornal de Agricultura, Artes e Sciencias Correlativas, Lisboa, Imprensa União Typographica, 1858-1876.

Jornal de Horticultura Pratica, red. José Marques Loureiro, Porto, Typographia Lusitana, 1870-1892.

2.7.3. Internacionais

The Illustrated London News, London, 1842- , [1855-1900].

3. Iconografia, Cartografia, Desenhos

3.1. Arquivos Regionais

Universidade dos Açores, UACSD

Arquivo José do Canto do Fundo Brum da Silveira, FBS-AJC.

Mapas de propriedade,
Levantamentos desenhados,
Desenhos e esquiços diversos.

Arquivo Raposo do Amaral, ARA.

Mapas de propriedade,
Levantamentos desenhados.

Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, BPARPD

Desenhos e cartas, Fundo das Obras Públicas, FOP.

Cartas diversas, Fundo Ernesto do Canto, Cartografia, FEC-Cart.

Postais ilustrados, avulsos e em álbuns.

Álbum de S. Miguel, Açores, Casa Havaneza, Ponta Delgada, s.d.
Album da Casa Havaneza comemorativo da visita de suas Magestades a esta Ilha
contendo os retratos de sr. D. Carlos e da sra. D. Amélia e algumas paizagens e costumes
d'esta terra, Ponta Delgada, 1901.

Arquivo da Junta Geral de Distrito, Direcção das Obras Públicas do Distrito de Ponta Delgada, AJGD-DODPD.

Cartas, projectos e desenhos diversos.

Museu Carlos Machado de Ponta Delgada, MCM

Fotografias, Arquivo Fotográfico do Coronel Francisco Afonso de Chaves, AFCFAC.

Centro do Conhecimento dos Açores, Arquivo Fotográfico dos Açores, CCA-AFA.

Fotografias, Álbum de Roxanna Dabney, Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, ALRAA
Fotografias, Álbum Dabney, Biblioteca Pública e Arquivo Regional da Horta, BPARH.

Arquivo do Instituto Geográfico Cadastral, AIGC

Cartas de Cadastro da década de 60 do século XX.

Arquivo Particular de Ana Jácome Corrêa Hintze Ribeiro Cymbron - AP-AJCHRC.

Desenhos do projecto de execução da Capela de N. S. das Vitórias.
Projecto de Mathew Digby Wyatt para mansão nas Furnas.
Projectos para edifícios agrícolas, desenhos e esquiços diversos.

Arquivo Particular de Margarida Jácome Corrêa Hintze Ribeiro Oliveira Rodrigues - AP-MJCHROR.

Projecto de Barillet-Deschamps para o Forno da Cal, Furnas.
Projectos de George Aumont para o prédio da Lagoa das Furnas.

Arquivo Particular de Ana Hintze Ribeiro - AP-AHR.

Projecto de A. Brice para cottage em Santana, e projecto para a ampliação e Livraria pelo mesmo autor.
Levantamentos de prédios rústicos, desenhos e esquiços diversos.

3.2. Arquivos Continentais

Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, [Fundos arquivísticos da] Direcção Geral das Obras Públicas (1852-1859) / Direcção Geral das Obras Públicas e Minas (1859-1910), AHMOP-DGOP/DGOPM

Projectos para a estrada Ponta Delgada-Furnas, pelo eng. Ricardo Júlio Ferraz.
Projectos diversos para estradas em S. Miguel, segunda metade do séc. XIX.

Arquivo do Instituto de Estradas de Portugal, AIEP.

Projectos para estradas em S. Miguel, segunda metade do séc. XIX.

Bibliografia

4. S. Miguel, Açores

4.1. Arquitectura, Paisagem.

AAVV, *Arquitectura Popular dos Açores*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2000.

AAVV, *Arquitectura Popular em Portugal*, Lisboa, Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961.

ALBERGARIA, Isabel Soares de, *Parques e Jardins dos Açores*, Lisboa, Argumentum, 2005.

IDEM, *Quintas, Jardins e Parques da Ilha de S. Miguel 1785-1885*, Lisboa, Quetzal Editores, 2000.

IDEM, "José do Canto, um Esteta da Natureza", (1998), *José do Canto no Centenário da Sua Morte*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2000.

ALBERGARIA, Isabel Soares de; CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da, "A casa nobre de Setecentos em Ponta Delgada: um olhar sobre tipologias e modelos da arquitectura civil açoriana", *Atlântida*, vol. XLVII, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2002, p. 59-70.

ANACLETO, Regina, "A Arquitectura", *História da Arte em Portugal, Neoclassicismo e romantismo*, vol. 10, Publicações Alfa, [s.d.].

ATHAIDE, Luís Bernardo Leite d', *Etnografia, Arte e Vida Antiga dos Açores*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1973.

IDEM, *Ermidas Micaelenses*, Ponta Delgada, Tip. do Diário dos Açores, 1941.

IDEM, "Os Portais das Velhas Quintas", *Os Açores. Revista Ilustrada*, Fevereiro 1928.

CALDAS, João Vieira, *A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto Publicações, 2000.

CARAPINHA, Aurora, *Da essência do jardim português*, dissertação de doutoramento, Évora, Universidade de Évora, 2 vol., 1995.

CARITA, Hélder; CARDOSO, Homem, *Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal, ou da originalidade e desaires desta arte*, Círculo de Leitores, 1990.

CASELLA, Gabriella, *Gramáticas de Pedra. Levantamento de tipologias de construção murária*, Porto, Centro Regional de Artes Tradicionais, 2003.

COSTA, Alexandre Alves, *Textos Datados*, Coimbra, Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, Debaixo de Telha, Série A, n.º 2, 2007.

IDEM, *Introdução ao estudo da História da Arquitectura Portuguesa. Outros Textos sobre Arquitectura Portuguesa*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto Publicações, 1995.

COSTA, Carreiro da, "Habitações Primitivas nos Açores", *Insulana*, vol. XIX, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1º e 2º semestres, 1963, p. 1-10.

IDEM, *História das Igrejas e Ermidas dos Açores*, Ponta Delgada, Caderneta do Concurso promovido pelo jornal *Açores*, 1955-56.

IDEM, "A Casa Rural Micaelense", *Insulana*, vol. VIII, n.ºs 3 e 4, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1952.

FERNANDES, José Manuel, *Cidades e Casas da Macaronésia*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto Publicações, 1996.

JORGE, Filipe; VALDEMAR, António, *Açores vistos do Céu*, Lisboa, Argumentum, 1998.

"José Luís Monteiro", em ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel; MAIA, Maria Helena, *História da Arte em Portugal, A arquitectura moderna*, vol. 14, Publicações Alfa, [s.d.].

LEITE, Luís Emanuel Melo, *Os lugares da Povoação*, Câmara Municipal da Povoação, 2004.

LISBOA, Maria Helena, *Os Engenheiros em Lisboa: Urbanismo e Arquitectura (1850-1930)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

LOURENÇO, Paulo B., "As Estruturas Murárias: Factores de Comportamento, Estabilidade, Diagnóstico e Intervenção", em CASELLA, Gabriella, *Gramáticas de Pedra. Levantamento de tipologias de construção murária*, Porto, Centro Regional de Artes Tradicionais, 2003.

MAIA, José Canavarro de Faria e, *Monographia da Freguezia Rural de S. Roque da Ilha de S. Miguel, no Districto de Ponta Delgada*, Boletim da Direcção Geral da Agricultura, Undécimo anno, n.º 2, 1910.

MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira, *Arquitectura popular açoriano-brasileira, subsídios para o seu estudo*, [Ponta Delgada], Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas, 1996.

IDEM, *Ambientes açorianos, da época dos descobrimentos à das viagens e emigração*, Ponta Delgada, Signo, 1992.

IDEM, *Açores, gravuras antigas*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional dos Assuntos Culturais, Direcção Regional do Turismo, 1986.

IDEM, *Arquitectura dos Açores, subsídios para o seu estudo*, Horta, Direcção Regional do Turismo, 1983.

MARTINS, Rui de Sousa, "Viagens Fotográficas da Família Dabney. O olhar americano da diferença", em VIEIRA, João A. Gomes, *Família Dabney 1804/1892 Fayal-Azores: Memória de um Legado*, Lisboa, 2005.

IDEM, "Introdução", em COSTA, Carreiro da, *Etnologia dos Açores*, Lagoa, Câmara Municipal da Lagoa, 1991.

MOREIRA, José Marques, *Alguns aspectos da intervenção humana na evolução da paisagem da ilha de S. Miguel (Açores)*, Lisboa, Serviço Nacional de Parques e Reservas, «Colecção Natureza e Paisagem», 1987.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 5.ª ed., 2003.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, [prefácio de] *Instrumentos Musicais Populares Portugueses*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1966.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim, *Moinhos de Vento. Açores e Porto Santo*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1965.

RILEY, Carlos Guilherme, "A Praia das Milícias e o Forte de São Caetano na Ilha de São Miguel", em *Arquitectura Militar, do conhecimento histórico à sua função actual*, Comunicações apresentadas na XIV Semana de Estudos, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, Direcção Regional da Cultura, 2005.

SANTA-RITA, António José, *As Estradas em Portugal – Da Monarquia ao Estado Novo 1900-1947*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2006.

SARMENTO, João Carlos Vicente, *Representação, imaginação e espaço virtual: geografias de paisagens turísticas em West Cork e nos Açores*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

SILVA, Raquel Henriques da, "Portugal 1900. Urbanismo e Arquitectura", em FIGUEIREDO, Maria Rosa (coord.), *Portugal 1900*, [catálogo da exposição], Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

SIMÕES, J. M. dos Santos, *Azulejaria Portuguesa nos Açores e na Madeira*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1963.

SOUSA, Nestor de, *A Capela de Nossa Senhora das Vitórias e outros temas de romantismo artístico na vida de José do Canto*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2000.

IDEM, "Os «Canto» nos Jardins Paisagísticos da Ilha de S. Miguel", em *Arquipélago - História*, 2.^a série, IV, n.º 1, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000, p. 131-312.

IDEM, *O Palacete Porto Formoso e outras imagens oitocentistas de Ponta Delgada*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1997.

IDEM, *A Arquitectura Religiosa de Ponta Delgada nos Séculos XVI a XVIII*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1986.

TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida, *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII: Portugal-Brasil*, [Lisboa], Livros Horizonte, 1999.

VICENTE, Filipa Lowndes, *Viagens e Exposições: D. Pedro V na Europa do Século XIX*, Lisboa, Gótica, 2003.

4.2. Meio Físico

AAVV, *Livro das paisagens dos Açores: contributos para a identificação e caracterização das paisagens dos Açores*, Ponta Delgada, ed. Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos, Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, 2005.

AZEVEDO, Orlando Vasconcelos, "Cortinas de abrigo – factor de valorização da agricultura açoriana", *Boletim da CRCAA*, n.º 5, 1.º semestre, 1947; n.º 16, 2.º semestre, 1952.

IDEM, "A erosão do solo e a agricultura açoriana", *Boletim da CRCAA*, n.º 8, 2.º semestre, 1848.

IDEM, "O melhoramento das pastagens açorianas", *Boletim da CRCAA*, n.º 7, 1.º semestre, 1848.

BRITO, Raquel Soeiro de, *A Ilha de S. Miguel – a Ilha Verde, Estudo Geográfico (1950-2000)*, Ponta Delgada, 2.^a ed. Actualizada, (1955) 2004.

IDEM, *Portugal, a Terra e o Homem. Os Açores*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1974.

IDEM, *A Ilha de S. Miguel: Estudo Geográfico*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos Geográficos, 1955.

CABRAL, Arlindo, "Sebes vivas ou abrigos, nos Açores - subsídios para seu estudo", *Boletim da CRCAA*, n.º 17, 1.º semestre, 1953.

IDEM, "O culto da árvore", *Boletim da CRCAA*, n.º 13, 1.º semestre, 1951.

IDEM, "Agricultura e Economia do Distrito de Ponta Delgada", *Boletim da CRCAA*, n.º 11, 1º semestre, 1950.

IDEM, "O Milho - pão regional e padrão da renda e do salário, nos Açores", *Boletim da CRCAA*, n.º 8, 2.º semestre, 1948.

CABRAL, Francisco Caldeira; TELLES, Gonçalo Ribeiro, *A Árvore em Portugal*, Assírio e Alvim, Lisboa, [reedição] 1999.

CABRAL, José Maria Álvares, "Importância dos estudos de Ciências Naturais nos Açores e papel que nos vem poder desempenhar a Biblioteca e Museu existentes no Arquipélago, principalmente o de Carlos Machado, em Ponta Delgada" (conferência proferida por ocasião da IV Semana de Estudos dos Açores, realizadas em Ponta Delgada em 1965), *Insulana – Dr. João Bernardo e Galvão de Carvalho*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003.

Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores. Boletim, [Boletim da CRCAA], dir. Arlindo Cabral, Ponta Delgada, ed. Francisco Carreiro da Costa, Travessa do Aljube, n.ºs 1-18, do 1.º semestre, 1945, ao 2.º semestre, 1953.

CONSTÂNCIA, João de Medeiros, *Quadro Físico da Ilha de S. Miguel*, 1960, Separata do Boletim do Centro de Estudos Geográficos à memória do Professor Doutor Aristides de Amorim Girão (Fundação do Instituto de Alta Cultura), vol. II, n.º 18, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1960.

IDEM, *Evolução da paisagem humanizada da ilha de S. Miguel*, Separata do Boletim do Centro de Estudos Geográficos (Fundação do Instituto de Alta Cultura), vol. III, n.º 20, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1963.

IDEM, *A ilha de Santa Maria, evolução dos principais aspectos da sua paisagem humanizada, sécs. XV a XIX*, Universidade Açores, *Arquipélago*, Série Ciências Humanas, n.º 4, 1982, p. 225-244.

CONSTÂNCIA, J. P.; BRAGA, T. J.; NUNES, J. C.; SILVA, L., *Lagoas e Lagoeiros da Ilha de São Miguel*, Ponta Delgada, 2.ª ed. revista e ampliada, Associação Ecológica Amigos dos Açores, 2001.

COSTA, António Emiliano, "Árvores Notáveis em S. Miguel", em *Boletim CRCAA*, n.º17, 1.º semestre, 1953.

IDEM, "Algumas considerações sobre a necessidade de melhoramentos das Matas Micaelenses", *Boletim da CRCAA*, n.º 16, 2.º semestre, 1952.

COSTA, Carreiro da, "Arvoredos dos Açores. Algumas achegas para a sua história", *Boletim da CRCAA*, n.º 11, 1º semestre, 1950; n.º 12, 2º semestre, 1950; n.º 16, 2º semestre, 1952; n.º 17, 1º semestre, 1953.

IDEM, "O «Cafuão» de milho", *Boletim da CRCAA*, n.º 2, 2.º semestre, 1945.

IDEM, "Terminologia Agrícola Michelense", *Boletim da CRCAA*, n.ºs 3, 1.º semestre, 1946; 4, 2.º semestre, 1946; 5, 1.º semestre, 1947; 6, 2.º semestre, 1947; 7, 1.º semestre, 1948; 8, 2.º semestre, 1948; com "Adenda" no n.º 9, 1.º semestre, 1949.

CUNHA, José Gabriel Mendonça Correia da, *Melhoramentos agrícolas. Contribuição para os estudos das possibilidades de colonização da propriedade "Pastagens da Lagoa do Congro", sítio em S. Miguel, Açores*, Lisboa, Junta de Colonização Interna, 1957.

DIAS, Eduardo, "Açores", em SILVA, Joaquim Sande (coord. ed.), *Árvores e Florestas de Portugal*, volume 06, *Açores e Madeira, a floresta das ilhas*, Lisboa, edição Público e Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2007.

DIAS, Eduardo; ARAÚJO, Carina; MENDES, José Fernando; ELIAS, Rui Bento; MENDES, Cândida; MELO, Cecília, "Espécies florestais das ilhas / Açores", em SILVA, Joaquim Sande (coord. ed.), *Árvores e Florestas de Portugal*, volume 06, *Açores e Madeira, a floresta das ilhas*, Lisboa, edição Público e Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2007.

ESPADA, João Mendes, *Estudos sobre os Açores / A Agricultura nas ilhas de S. Miguel e Santa Maria*, Lisboa, Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Indústria, Instituto Nacional de Investigação Industrial, Economia, 1972.

FORJAZ, Victor Hugo, *Alguns Vulcões da Ilha de S. Miguel, I Parte*, Ponta Delgada, Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores, (1997) 1998.

IDEM (coord.), *Atlas Básico dos Açores*, Ponta Delgada, Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores, 2004.

FRANCO, Jacinto G. de Vasconcelos, "Evolução da Cultura do Trigo em S. Miguel", *Boletim da CRCAA*, n.º 5, 1.º semestre, 1947.

NUNES, João Carlos, *Paisagens Vulcânicas dos Açores*, Ponta Delgada, Associação Ecológica Amigos dos Açores, 2003.

PEREIRA, Miriam Halpern, "Entre Agromania e Agronomia", em *Ernesto do Canto, retratos do homem e do tempo, Actas do Colóquio, Universidade dos Açores, 25-27 de Outubro de 2000*, Ponta Delgada, 2003.

PEREIRA, Silvano Augusto, "Breve Notícia sobre a Cultura do Milho na Ilha de S. Miguel", *Boletim da CRCAA*, n.º 3, 1.º semestre, 1946.

IDEM, "A Laranja dos Açores / Notas acerca da Citricultura", *Boletim da CRCAA*, n.º 9, 1.º semestre, 1949.

Perímetro Florestal da Ilha de S. Miguel – Projecto de Arborização – Orçamento, Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas – 2.ª Repartição Técnica, 1955, BSF1568.

REGO, Gonçalo Manuel Estrella, "O Problema Florestal da Ilha de S. Miguel", *Boletim da CRCAA*, n.º 13, 1.º semestre, 1951.

[SANTOS, Hernâni], *Situação Florestal, Estudo Preliminar de um Programa e de uma Política Florestal para a Região e Plano a Médio Prazo 1989-92*, Região Autónoma dos Açores, Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, Direcção Regional dos Recursos Florestais, Setembro de 1988.

SJOGREN, Erik, *Plantas e Flores dos Açores*, Horta, Direcção Regional do Turismo, 1985.

SOUSA, Albano Salvador Almeida, *Relatório de Tirocínio*, Escola de Regentes Agrícolas de Évora, 1957.

4.3. História

AAVV, *Os Açores e o Atlântico, séculos XIV-XVII*, Actas do Colóquio Internacional realizado em Angra do Heroísmo de 8 a 13 de Agosto de 1983, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1984.

AAVV, “Pinhais e Eucaliptais. A floresta cultivada”, em SILVA, Joaquim Sande (cord. ed.), *Árvores e Florestas de Portugal*, vol. 04, Lisboa, edição Público e Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2007.

Açores, vistos por quem os visitou, [catálogo de] Exposição organizada pelo Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Maio/Junho, 1989.

ALEGRIA, Maria Fernanda, *A Organização dos Transportes em Portugal (1850-1910)*, dissertação de doutoramento em Geografia Humana, Lisboa, Faculdade de Letras, Universidade Lisboa, 1987.

ALMEIDA, Justino Mendes de, “José do Canto, Arauto de Camonismo”, (1998), *José do Canto no Centenário da Sua Morte*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2000.

ANGLIN, João H., “Tomás Hickling”, *Insulana*, vol. V, n.ºs 1 e 2, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1949, p.108-115.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *O século XIX português*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2002.

BRANCO, Jorge de Freitas, *Camponeses da Madeira: As bases materiais do quotidiano no arquipélago (1750-1900)*, Lisboa, D. Quixote, 1984.

BRANCO, Rui Miguel C., *O Mapa de Portugal: Estado, Território e Poder no Portugal de Oitocentos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

BRIGDEN, Roy, “Farm Buildings”, em COLLINS, E. J. T. (ed.), *The Agrarian History of England and Wales, Volume VII 1850-1914*, Cambridge, New York, New Rochelle, Melbourne, Sydney, Cambridge University Press, 1989.

CALADO, Kathleen Mundell, “Prescription, Description: a Doctor-invalid and his brother explore the Azores”, *Arquipélago - Número Especial 1988: Relações Açores - Grã-Bretanha*, Ponta Delgada, Revista da Universidade dos Açores, 1988, p. 233-246.

CAMACHO, Augusto Branco, *O Bem Comum, 40 anos de administração distrital, 1926-1966*, Ponta Delgada, 1966.

CARVALHO, Rosa Zulmira Seabra de, *Liberalismo e Contra-Revolução, 1800-1834, O caso de Nicolau Maria Raposo d’Amaral*, dissertação de mestrado em História Insular e Atlântica (séculos XV-XX), Ponta Delgada, Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores Ponta Delgada, 2003.

CASACA, Paulo, “Caminho-de-ferro em S. Miguel: Para uma introdução à história económica micaelense do primeiro período autonómico”, *Açoreana*, Boletim da Sociedade Afonso Chaves, vol. VI, fasc. 3, Ponta Delgada, 1985, p. 218-260.

Catálogo. Estudos e trabalhos realizados no âmbito da ex-Junta de Colonização Interna, Lisboa, Secretaria de Estado da Agricultura, Direcção-Geral de Planeamento e Agricultura, 1992.

CORDEIRO, Carlos, *Insularidade e Continentalidade, os Açores e as contradições da Regeneração (1851-1870)*, Coimbra, Minerva-História, 1992.

- CORRÊA, Marquez de Jacome, *Leituras sobre a historia do Valle das Furnas*, S. Miguel, Açores, Oficina de Artes Gráficas, 1924.
- COSTA, Ricardo Manuel Madruga da, *Açores: Western Islands: um contributo para o estudo do turismo nos Açores*, Horta, Direcção Regional de Turismo, 1989.
- COSTA, Carreiro da, *Etnologia dos Açores*, Lagoa, Câmara Municipal da Lagoa, 2 vol., 1989.
- IDEM, *Esboço Histórico dos Açores*, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, 1978.
- COUTINHO, Alcindo Bettencourt Santos, “Dr. Dinis Moreira da Motta”, *Insulana*, vol. XVI, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1.º semestre, 1960, p. 183-191.
- COUTO, Jorge, “A Desvinculação Pombalina na Ilha de S. Miguel (1769-1777)”, *Primeiras Jornadas de História Moderna – Sep.*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1986.
- DIAS, Fátima Sequeira, “Ernesto do Canto: um homem rico”, *Arquipélago-História*, 2.ª série, vol. IV, n.º1, *In memoriam Ernesto do Canto. Estudos sobre os “Canto”*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000, p. 27-54.
- IDEM, *Uma estratégia de sucesso numa Economia Periférica: a Casa Bensaúde e os Açores, 1800-1873*, Ponta Delgada, Ribeiro & Caravana Editores, (1996) 1999.
- IDEM, “A Importância da «Economia da Laranja» no Arquipélago dos Açores durante o Século XIX”, *Arquipélago-História*, *In memoriam Maria Olímpia Rocha Gil*, 2.ª série, vol. I, n.º 2, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1995, p. 189-240.
- DIAS, Urbano de Mendonça, *História do Vale das Furnas*, Vila-franca do Campo, Emp. Tip. Ltd. de Vila-franca do Campo, 1936.
- IDEM, *Instituições Vinculares, os Morgados das Ilhas, Testamentos em que foram instituídos perpétuos formando as duas modalidades de vínculos: o morgadio e a capela, com um preâmbulo do autor*, Vila Franca do Campo, Tip. de «A Crença», 1941.
- IDEM, *Baldios de logradouro comum e de particulares na Ilha de San Miguel*, Ponta Delgada, Tip. Insular, Ltda., 1938.
- FERREIRA, Manuel, *O caricaturista micalense Augusto Cabral*, Ponta Delgada, 2002.
- FIGUEIREDO, Jaime de, *Ilha de Gonçalo Velho, da descoberta até ao aeroporto!*, Câmara Municipal de Vila do Porto, 2.ª ed., 1990.
- FIGUEIREDO, Maria Rosa (coord.), *Portugal 1900*, [catálogo da exposição], Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- FRAGA, Maria do Céu, “José do Canto: o Fascínio de Camões”, (1998), *José do Canto no Centenário da Sua Morte*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2000, p.169-184.
- HOBBSAWM, E. J., *A Era do Capital, 1848-1875*, Lisboa, Editorial Presença, (1975) 1988.
- IDEM, *A Era do Império, 1875-1914*, Lisboa, Editorial Presença, (1987) 1990.
- JOÃO, Maria Isabel, *Os Açores no Século XIX: Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Edições Cosmos, 1991.
- José do Canto no centenário da sua morte*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2000.

LEAL, João, "Açorianidade: Literatura, Política, Etnografia", Capítulo 8 de *Etnografias Portuguesas (1870-1970), Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2000, p. 227-244.

LUZ, José Luís Brandão da, "O Vale das Furnas na Literatura de Viagens do Século XIX", em *Insulana*, vol. LI, n.º2, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1995.

MACHADO, Margarida Vaz do Rego, *Uma fortuna do Antigo Regime: a casa comercial de Nicolau Maria Raposo de Amaral*, dissertação de doutoramento em História Moderna, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000.

IDEM, "A agricultura micaelense nos finais do Antigo Regime: em torno das instruções de D. Rodrigo Souza Coutinho para o Conde de Almada", *Ler História*, n.º 31, Lisboa, 1996, p. 83-101.

MAIA, Francisco d'Athaide Machado de Faria e, *Novas Páginas da História de S. Miguel, 1832-1895*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura e Publicações Lda., 2.ª ed., (1947) 1994.

IDEM, *Subsídios para a história de S. Miguel e Terceira, Capitães-Generais, 1766-1831*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, (1943) 1988.

IDEM, *Pela Suíça e pelo Reno, Payzagens, Escolas e Aspectos*, Ponta Delgada, Oficina Artes Gráficas, 1927.

MATOS, Artur Teodoro de, *Transportes e Comunicações em Portugal, Açores, Madeira (1750-1850)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1980.

IDEM, "Acheugas para a História Económica e Social de São Miguel no ano de 1813", *Arquipélago*, Série Ciências Humanas, n.º 1, Janeiro, 1979, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, p. 163-180.

MAYA, Martim Machado de Faria e, "A Vida Operosa e Meritória de Ernesto do Canto", em *Insulana*, vol. XXXV e XXXVI, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1979-1980.

MEDEIROS, José Honorato Gago da Câmara, *Subsídios para a história da família Gago da Câmara*, Lisboa, ed. do autor, 1934.

MEDEIROS, Pedro Pacheco de (coord.), *Catálogo do Epistolário Familiar do Arquivo Brum da Silveira-José do Canto e Catálogo do Arquivo António do Canto Brum*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores Serviços de Documentação, 1999.

MENESES, Avelino de Freitas de, *Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2 vol., 1993-1995.

IDEM, "As Reformas Pombalinas nos Açores à luz do Ideário Político do Século XVIII", *Estudos de História dos Açores*, vol. 2, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995.

MIRANDA, Sacuntala de, *A Emigração Portuguesa e o Atlântico: 1870-1930*, Lisboa, Edições Salamandra, 1999.

IDEM, *Quando os sinos tocavam a rebate: notícia dos alevantes de 1869 na Ilha de S. Miguel*, Lisboa, Edições Salamandra, colecção Garajau, [1996].

IDEM, *O Ciclo da Laranja e os "gentlemen farmers" da Ilha de S. Miguel: 1780-1880*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1989.

MÓNICA, Maria Filomena, "José do Canto", (1998), *José do Canto no Centenário da Sua Morte*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003, p.195-202.

- IDEM, "O esplendor dos Açores", em *Turista à força*, Lisboa, Quetzal, 1996, p. 37-63.
- MOTTA, António Augusto Riley da, *Diniz Moreira da Motta (Engenheiro)*, Ponta Delgada, Oficina Artes Gráficas, 1950.
- Oceanos*, n.º 1, Lisboa, Comissão Para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, Junho 1989.
- PEREIRA, Miriam Halpern, *Livre câmbio e desenvolvimento económico: Portugal na Segunda metade do século XIX*, Lisboa, Sá da Costa, 2.ª ed. corrigida, 1983
- PINHEIRO, Magda, *Luís Mousinho de Albuquerque, um Intelectual na Revolução*, Lisboa, Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque D'Orey, Quetzal Editores, 1992.
- PORTER, J. H., "The Development of Rural Society", em MINGAY, G. E. (ed.), *The Agrarian History of England and Wales, Volume VI 1750-1850*, Cambridge, New York, New Rochelle, Melbourne, Sydney, Cambridge University Press, 1989.
- RADICH, Maria Carlos; ALVES, A. A. Monteiro, *Dois séculos de floresta em Portugal*, Lisboa, edição CELPA - Associação da Indústria Papeleira, 2000.
- RADICH, Maria Carlos, *Agronomia no Portugal Oitocentista: uma discreta desordem*, Oeiras, Celta Editores, 1996.
- IDEM, *Almanaque: Tempos e Saberes*, Lisboa, Centelha, [19--].
- RILEY, Carlos Guilherme, *Os Antigos Modernos, o Liberalismo nos Açores: uma abordagem geracional*, dissertação de doutoramento em História Contemporânea, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2006.
- IDEM, "Garrett de passagem por São Miguel, marcas e viagens do romantismo ilhéu", *Arquipélago-História*, 2.ª série, VI, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2002, p. 247-267.
- IDEM, "José do Canto, retrato de um cavalheiro na primavera da vida," *Arquipélago-História*, 2.ª Série, V, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2001, p. 211-264.
- IDEM, "Um passeio pelos Cantos da ilha", Estudo Introdutório ao *Catálogo do Epistolário Familiar do Arquivo Brum da Silveira – José do Canto e Catálogo do Arquivo António do Canto Brum*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, Serviços de Documentação, 1999.
- IDEM, "As Luzes Escondidas da Modernidade em S. Miguel. Uma Proposta de Itinerário Retrospectivo", Separata, Actas do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores, Jornal de Cultura, [s.d.].
- RODRIGUES, Henrique de Aguiar Oliveira, "Thomas Hickling, Notícia Biográfica", *Insulana*, vol. 60, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2004, p. 49-72.
- RODRIGUES, José Damião, *São Miguel no Século XVIII: Casa, Elites e Poder*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003.
- RODRIGUES, Manuel Maria Sarmiento, *Os Acoradouros das Ilhas dos Açores*, Lisboa, Instituto Hidrográfico, 1970.
- ROGERS, Francis Millet, "St. Michael's Hicklings, Fayal Dabneys, and their British Connections", *Arquipélago - Número Especial 1988: Relações Açores - Grã-Bretanha*, Ponta Delgada, Revista da Universidade dos Açores, 1988, p. 123-148.

SANTOS, João Marinho, *Os Açores nos sécs. XV e XVI*, Secretaria Regional da Cultura: Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Universidade dos Açores, 2 vol., 1989.

SILVA, Augusto Santos, *Palavras para um País: estudos incompletos sobre o século XIX português*, Oeiras, Celta Editora, 1997.

SILVA, João Paulo A. Pereira da, "Os Açores em 1832. A Perspectiva do Comandante Edward Boid, Oficial Inglês e Romântico", *Arquipélago - Número Especial 1988: Relações Açores - Grã-Bretanha*, Revista da Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1988, p. 211-232.

SILVA, Raquel Henriques da, *Lisboa Romântica: Urbanismo e Arquitectura, 1777-1874*, dissertação para doutoramento em História de Arte, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1997.

SILVEIRA, Francisco da (coord.), *Inventário da Correspondência de José do Canto Existente na sua Livraria*, Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada, 1998.

SILVEIRA, Luís Espinha da, *Revolução liberal e propriedade*, dissertação de doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1988.

SIMAS, João de, "A Livraria de José do Canto", *Insulana*, vol. II, n.º 1, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1946, p. 47-87.

SOUSA, Fernando Aires de Medeiros, *José do Canto: subsídios para a História Micaelense (1820-1898)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982.

IDEM, "José do Canto, o homem de cultura e o mecenas da sua ilha", (1998), *José do Canto no Centenário da sua Morte*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2000.

SOUSA, Maria Leonor M. de, "Viagens e Viajantes", *Arquipélago - Número Especial 1988: Relações Açores - Grã-Bretanha*, Ponta Delgada, Revista da Universidade dos Açores, 1988, p. 205-210.

SOUSA, Nestor de, "Sinais da Presença Britânica na Vida Açoriana", em *Arquipélago - Número Especial 1988: Relações Açores - Grã-Bretanha*, Ponta Delgada, Revista da Universidade dos Açores, 1988, p. 25-100.

IDEM, "Instrução, Arte e Cultura na Ilha de S. Miguel, no Decurso do 1.º Ciclo Autónomico", Separata, Actas do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores, Jornal de Cultura, [s.d.].

TOMÉ, Maria Teresa, *Ernesto do Canto: Os Açores na Problemática da Cultura do século XIX*, Ponta Delgada, Signo, 1989.

VIEIRA, João A. Gomes, *Família Dabney 1804/1892 Fayal-Azores: Memória de um Legado*, Lisboa, 2005.

VIEIRA, José Neiva, "Floresta portuguesa. Imagens de tempos idos", em SILVA, Joaquim Sande (cord. ed.), *Árvores e Florestas de Portugal*, vol. 01, Lisboa, edição Público e Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2007.

5. Arquitectura, Paisagem

5.1. Arquitectura, Paisagem. História, Teoria, enquadramento conceptual

AAV, *Denatured Visions (Landscape and Culture in the Twentieth Century)*, edited by Stuart Wrede and William Howard Adams, New York, The Museum of Modern Art, (1991) 1994.

ÁBALOS, Añaki, *Atlas pintoresco, vol. 1: el observatorio*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2005.

ACKERMAN, James S., *La Villa*, Torino, Edizioni di Comunità, 2000.

ANDREWS, Malcom, *Landscape and Western Art*, London, Oxford History of Art, Oxford University Press, 1999.

ASSUNTO, Rosario, "Paysage, milieu, territoire: une tentative de mise au point conceptuelle" (1976), em *Retour au jardin. Essais pour une philosophie de la nature, 1976-1987*, [antologia de textos por] Hervé Brunon, Besançon, Les Éditions de l'Imprimeur, 2003.

BADY, Jean-Pierre, *Les monuments historiques en France*, Paris, Presses Universitaires de France, (1985) 1998.

BERQUE, Augustin, *Les Raisons du Paysage: de la Chine antique aux environnements de synthèse*, Paris, Hazan, 1995.

BOUDON, Françoise, "Garden History and Cartography", em MOSSER, Monique; TEYSSOT, Georges (edited by) - *The History of Garden Design, The Western Tradition from the Renaissance to the Present Day*, London, Thames & Hudson, (1990) 2000.

CASEY, Edward S., *Representing Place. Landscape Painting & Maps*, Minneapolis-London, University of Minnesota Press, 2002.

CAUQUELIN, Anne, *L'Invention du Paysage*, Paris, Presses Universitaires de France, 2000.

CHATEAU, Dominique, "Les deux modèles de l'arbre en peinture", em MOTTET, Jean (direction), *L'Arbre dans le Paysage*, Seyssel, Champ Vallon, 2002.

CHOAY, Françoise, *A Regra e o Modelo, sobre a Teoria da Arquitectura e do urbanismo*, São Paulo, Editora Perspectiva, (1980) 1985.

IDEM, *A Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70, (1982) 2006.

CLÉMENT, Gilles, *Manifiesto del Tercer paisaje*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, (2004) 2007.

COLLONA, Francesco, *Hypnerotomachia Poliphili, The Strife of Love in a Dream*, (1499), Translated by Joscelyn Godwin, London, Thames & Hudson, (1999) 2005.

CORBIN, Alain, *L'homme dans le paysage*, entretien avec Jean Lebrun, Paris, Les éditions Textuel, 2001.

IDEM, *Le Territoire du Vide*, Paris, Aubier, 1988.

CORBOZ, André, "Au fil du chemin. Le territoire, ses assises et ses doubles", (1991), em *Le Territoire comme palimpseste et d'autres essais*, Besançon, Les éditions de l'Imprimeur, 2001.

IDEM, "Le territoire comme palimpseste", (1983), em idem.

CURL, James Stevens, *Death and Architecture. An Introduction to Funerary and Commemorative Buildings in the Western European Tradition, with Some Consideration of Their Settings*, Gloucestershire, Phoenix Mill, Sutton Publishing, (1980) 2002.

DARLEY, Gillian, "The English Cottage Garden", em MOSSER, Monique; TEYSSOT, Georges (edited by), *The History of Garden Design, The Western Tradition from the Renaissance to the Present Day*, London, Thames & Hudson, (1990) 2000.

Domus, Parchi, Giardini, Cimiteri, n.º 817, Milano, 1999.

Edilizia Moderna, La forma del territorio, n.º 87-88, a cura di Vittorio Gregotti, Milano, [1966].

ETLIN, Richard, *The architecture of death: the transformation of the cemetery in eighteenth-century Paris*, Cambridge, Mass., MIT Press, 1984.

FAIRBROTHER, Nan Fairbrother, *New Lives, New Landscapes* (1970), em SWAFFIELD, Simon (ed.), *Theory in Landscape Architecture, A Reader*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2002.

FARIELLO, Francesco, *La Arquitectura de los Jardines, de la Antigüedad al siglo XX*, Madrid, Mairera/Celeste, 2000.

FARINELLI, Franco, *I segni del mondo, Immagine cartografica e discorsi geografici in età moderna*, Scandicci (Firenze), la Nuova Italia Editrice, 1992.

FORTEY, Richard, *The Hidden Landscape. A Journey into the Geological Past*, London, Pimlico, (1983) 1984.

HADOT, Pierre, *Le Voile d'Isis / Essai sur l'histoire de l'idée de Nature*, nrf essais, Paris, Éditions Gallimard, 2004.

HAROUEL, Jean-Louis, *Histoire de l'Urbanisme*, Paris, Presses Universitaires de France, (1981) 1995.

HICHTCOK, Henry-Russell, *Architecture: Nineteenth and Twentieth Centuries*, New Haven and London, Yale University Press, Pelican History of Art, fourth ed., (1958) 1987.

HOSKINS, W. G., *The making of the English Landscape*, London, Penguin Books, (1955) 1985.

HUNT, John Dixon, *The Picturesque Garden in Europe*, London, Thames & Hudson, (2002) 2004.

IDEM, "«Ut Pictura Poesis»: The Garden and the Picturesque in England » (1710-1750)", em MOSSER, Monique; TEYSSOT, Georges (ed.), *The History of Garden Design, The Western Tradition from the Renaissance to the Present Day*, London, Thames & Hudson, (1990) 2000.

JACKSON, John Brinckerhof, *Discovering the Vernacular Landscape*, New Haven, Yale University Press, 1984.

JELLICOE, Geoffrey and Susan (Consultant ed.); GOODE, Patrick; LANCASTER, Michael (Executive ed.), *The Oxford Companion to Gardens*, Oxford-New York, Oxford University Press, (1986) 2001.

JELLICOE, Geoffrey and Susan, *El Paisaje del Hombre, la conformación del entorno desde la prehistoria hasta nuestros días*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1995.

JENNINGS, Anne, *Victorian Gardens*, London, English Heritage and Museum of Garden History, 2005.

KRUFFT, Hanno-Walter, *Historia de la teoría de la arquitectura, 1. Desde la Antigüedad hasta el siglo XVIII*, Madrid, Alianza Editorial, (1985) 1990.

LACOSTE, Yves, *Paysages Politiques*, Paris, Librairie Générale Française, 1990.

LIMIDO, Luisa, *L'Art des jardins sous le second empire: Jean-Pierre Barillet-Deschamps, 1823-1873*, Seyssel, Champs Vallon, 2002.

Lotus international, Rivista trimestrale di architettura, n.º 30, Milano, Electa, 1981.

MABILLE, Gérard, "The Menagerie at Versailles", em MOSSER, Monique; TEYSSOT, Georges (edited by), *The History of Garden Design, The Western Tradition from the Renaissance to the Present Day*, London, Thames & Hudson, (1990) 2000.

MARTINS, Susanna Wade, *The English Model Farm: Building the Agricultural Ideal, 1700-1914*, Cheshire, Windgather Press, 2002.

MOSSER, Monique; TEYSSOT, Georges, "Introduction: The Architecture of the Garden and Architecture in the Garden" em MOSSER, Monique; TEYSSOT, Georges (edited by), *The History of Garden Design, The Western Tradition from the Renaissance to the Present Day*, London, Thames & Hudson, (1990) 2000.

MOSSER, Monique, "Paradox in the Garden: a Brief Account of *Fabriques*", em *ibidem*.

IDEM, "The Saga of Grass: From the Heavenly Carpet to Fallow Fields", em TEYSSOT, Georges (ed.), *The American Lawn*, New York, Princeton Architectural Press, 1999.

MUIR, Richard, *The New Reading The Landscape: fieldwork in Landscape History*, Exeter, University of Exeter Press, (2000) 2006.

MUZZILLO, Francesca, *L'Architettura dei Movimenti di Terra: nuova Tettoniche per una Tecnologia del Recupero Ambientale*, Napoli, Ed. Clean, 1993.

NORBERG-SCHULZ, C., *Genius Loci: Paesaggio, Ambiente, Architettura*, Milano, Electa, 1979.

IDEM, *Architettura: Presence, Language, Place*, New York, Skira, 2001.

NYS, Philippe, *Le jardin exploré; une herméneutique du lieu*, vol. 1, Besançon, Les Éditions de l'Imprimeur, 1999.

OLIVEIRA, Maria Manuel Lobo Pinto de, *In memoriam, na cidade*, dissertação de doutoramento em Arquitectura / Cultura Arquitectónica, Guimarães, Universidade do Minho, 2007.

O'MALLEY, Therese, "The Lawn in Early American Landscape and Garden Design", em TEYSSOT, Georges (ed.), *The American Lawn*, New York, Princeton Architectural Press, 1999.

PÉRRULT, Claude, *Les Dix Livres de Vitruve*, ed. *fac-simile*, préface de Antoine Picon, Bibliothèque de l'Image, 1995.

PONTE, Alessandra, "Public Parks in Great Britain and the United States: From a «Spirit of the Place» to a «Spirit of Civilization»", em MOSSER, Monique; TEYSSOT, Georges (ed.), *The History of Garden Design, The Western Tradition from the Renaissance to the Present Day*, London, Thames & Hudson, (1990) 2000.

IDEM, "The Character of the Tree: From Alexander Cozens to Richard Payne Knight", em *ibidem*.

IDEM, "Professional Pastoral: The Writing on the Lawn, 1850-1950", em TEYSSOT, Georges (ed.), *The American Lawn*, New York, Princeton Architectural Press, 1999.

PREGILL, Philip; VOLKMAN, Nancy, *Landscapes in History. Design and Planning in the Eastern and Western Traditions*, New York, Second Edition, John Wiley & Sons, Inc., 1998.

PROVIDÊNCIA, João Paulo, *A Cabana do Higienista*, Coimbra, Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2000.

RACKHAM, Oliver, *The History of the Countryside: the classic history of Britain's landscape, flora and fauna*, London, Phoenix, (1986) 2000.

IDEM, *The Illustrated History of the Countryside*, London, Weidenfield & Nicolson, 2003.

REINHARDT, Helmut, "German Gardens in the Eighteenth Century: Classicism, Rocococ and Neo-Classicism", em MOSSER, Monique; TEYSSOT, Georges (ed.), *The History of Garden Design, The Western Tradition from the Renaissance to the Present Day*, Thames & Hudson, London, (1990), 2000.

ROGER, Alain, "Des essences végétales aux essences idéales", em MOTTET, Jean (dir.), *L'Arbre dans le Paysage*, Seyssel, Éditions Champ Vallon, 2002.

IDEM, *Court traité du paysage*, Paris, Éditions Gallimard, Bibliothèque des Sciences Humaines, 1997.

ROSSI, Aldo, *A Arquitectura da Cidade*, Lisboa, Edições Cosmos, 2001.

IDEM, *Autobiografia Científica*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1998.

RYKWERT, Joseph, *La Casa de Adán en el Paraíso*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, (1974) 1999.

SANTA-MARIA, Luis Martinez, *El árbol, el camino, el estanque, ante la casa*, Barcelona, Fundación Caja de Arquitectos, [s.d.].

SCHAMA, Simon, *Landscape and Memory*, London, Fontana Press, 1996.

SCULLY, Vincent, *Architecture: The Natural and the Man-made*, New York, S. Martin's Press, Thames and Hudson, 1991.

SENNET, Richard, *Flesh and Stone: the Body and the City in Western Civilization*, New York, London, W. W. Norton & Company, (1994) 1996.

STEENBERGEN, Clemens; REH, Wouter, *Arquitectura y Paisaje: La Proyección de los Grandes Jardines Europeos*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2001.

STILGOE, John R., *Common Landscape of America, 1580-1845*, New Haven-London, Yale University Press, 1982.

SWAFFIELD, Simon (ed.), *Theory in Landscape Architecture, a Reader*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2002.

TEYSSOT, Georges, "Norm and Type. Variations on Riehl, Desmolins and Schultze-Naumburg", texto policopiado, conferência na Universidade de Coimbra, DARQ-FCTUC, 30 de Outubro de 2001.

IDEM, "The Eclectic Garden and the Imitation of Nature", em MOSSER, Monique; TEYSSOT, Georges (ed.), *The History of Garden Design, The Western Tradition from the Renaissance to the Present Day*, London, Thames & Hudson, (1990) 2000.

IDEM, "The American Lawn: Surface of Everyday Life", em TEYSSOT, Georges (ed.), *The American Lawn*, Princeton Architectural Press, New York, 1999.

TURRI, Eugénio, *Il Paesaggio come Teatro: dal Territorio Vissuto al Territorio Rappresentato*, Venezia, Marsilio Editori, 1998.

VIDLER, Anthony, *El espacio de la Ilustracion*, Alianza Editorial, (1987) 1997.

WARNKE, Martin, *Political Landscape*, London, Reaktion Books, 1994.

WEISS, Allen S., *Mirrors of Infinity (The French Formal Garden and 17th. Century Metaphysics)*, New York, Princeton Architectural Press, 1995, Paris, Éditions du Seuil, 1992.

IDEM, *Unnatural Horizons (Paradox & Contradiction in Landscape Architecture)*, New York, Princeton Architectural Press, 1998.

WILLIAMSON, Tom, *The Transformation of Rural England: Farming and the Landscape, 1700-1870*, Exeter, University of Exeter Press, (2002) 2003.

5.2. História da Arte, Estudos da Imagem

BACHELARD, A *Poética do Espaço*, S. Paulo, Martins Fontes, (1957) 1998.

IDEM, *A Água e os Sonhos. Ensaio sobre a imaginação da matéria*, S. Paulo, Martins Fontes, (1942) 1998.

BALTRUSAITIS, *Aberrations. Essai sur la légende des formes. Les Perspectives Dépravés - I*, Paris, Flammarion, (1983) 1995.

BAUDELAIRE, Charles, *A Invenção da Modernidade (Sobre Arte, Literatura e Música)*, trad. de Pedro Tamen, Lisboa, Relógio d'Água Editores, 2006.

BENJAMIN, Walter, *Rua de Sentido Único e Infância em Berlim por volta de 1900*, Lisboa, Relógio d'Água Editores, 1992.

CARLOS, Isabel, "Do Problema do Sublime (e a Arte)", em *Do Sublime* [catálogo da exposição], Lisboa, Museu do Chiado, Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa Capital Europeia da Cultura, Electa, 1994.

CRARY, Jonathan, *Techniques of the Observer: On Vision and Modernity in the Nineteenth Century*, Boston, London, The MIT Press, 1990.

DÉBRAYS, Régis, *Vie et mort de l'image : une histoire du regard en Occident*, Paris, Éditions Gallimard, 2002.

DIDI-HUBERMAN, Georges, *Devants le Temps, Histoire de l'Art et Anachronisme des Images*, Paris, Les Éditions de Minuit, (2000) 2002.

IDEM, *Ce que nous voyons, de qui nous regarde*, Paris, Les Éditions de Minuit, (1992) 2001.

FIGUEIRA, João Francisco, "Lordi o diabo é o vencedor", em *Arte e Teoria*, revista do Mestrado da Arte da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, n.º 9, 2007.

FOCILLON, Henri, *A Vida das Formas, seguido de Elogio da Mão*, Lisboa, Edições 70, (1943) 1988.

GOMBRICH, E. H., *A História da Arte*, Lisboa, Público, (1950) 2005.

GUERREIRO, António, "O Sublime ou o Destino da Arte", em *Do Sublime* [catálogo da exposição], Lisboa, Museu do Chiado, Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa Capital Europeia da Cultura, Electa, 1994.

IDEM, "Abby Warburg e os arquivos da memória" disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/aguerreiro-pwarburg/>>, consult. em Janeiro, 2006.

Obras de Virgílio. Bucólicas, Geórgicas, Eneida, trad. do latim por Agostinho da Silva, Lisboa, Temas e Debates, (1997) 1999.

PANOWSKY, Erwin, *A perspectiva como Forma Simbólica*, Lisboa, Edições 70, 1993.

RUSKIN, John, *The Lamp of Beauty: Writings on Art*, selected and edited by Joan Evans, London, Phaidon Limited Press, (1959) 1995.

THACKER, Christopher, *The Wildness Pleases: the origins of romanticism*, New York, St. Martins's Press, 1983.

TREVOR-ROPER, Hugh, "The Invention of Tradition: The Highland Tradition of Scotland", em HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (ed.), *The Invention of Tradition*, Cambridge, Cambridge University Press, (1983) 2004.

6. Obras de consulta geral

AAVV (ed. Paulo Pereira), *História da Arte Portuguesa*, Círculo dos Leitores, Lisboa, 1995.

ABBAGNANO, Nicola Abbagnano, *História da Filosofia*, vol. 7, Editorial Presença, 4.^a ed., (1976) 2000.

Açores uma experiência da insularidade, [catálogo de] Exposição Bibliográfica, Universidade dos Açores, Serviços de Documentação, Ponta Delgada, 1989.

ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel; MAIA, Maria, *História da Arte Portugal, Neoclassicismo e romantismo*, vol. 14, Publicações Alfa, [s.d.].

Código Civil Português, aprovado por carta de lei de 1 de Julho de 1867, 6.^a edição actualizada, Coimbra, Atlântida, Livraria Editora, Lda., 1946.

COOMBES, Allen, *Árboles*, Ediciones Omega, Barcelona, (2004) 2005.

COSTA, Carreiro da - *Dic. Ling. Popular Açoriana*, em fichas, [s.d.], UACSD-FCC.

DONALDSON, John - *Agricultural Biography, containing a notice of the Life and Writings of the British Authors on Agriculture*, Printed by the author, London, 1854.

Enciclopédia Einaudi, Volume 8. Região, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, 1935-1960.

FRANÇA, José Augusto, *A Arte em Portugal no Século XIX*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1966.

IDEM, *O Romantismo em Portugal. Estudos de Factos Socioculturais*, Lisboa, Livros Horizonte, (1974) 1999.

GRIMAL, Pierre, *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*, Lisboa, Difel, (1951) [s.d.].

Índice das Variedades Açorianas coligidas por José de Torres (Série Manuscrita), recolha, introdução e notas por Maria Regina A. de Carvalho Amaral e Maria Antónia P. Coelho de Freitas, Fontes para a História dos Açores, Angra do Heroísmo-Ponta Delgada, Secretaria Regional da Educação e Cultura/Direcção Regional dos Assuntos Culturais/Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, 1992.

LEWINSON, Daniel Lewinson; CHRISTENSEN, Karen (ed.), *Encyclopaedia of World Sport, from Ancient Times to the Present*, New York, Oxford, Oxford University Press, 1999.

[LIEBER, Francis (ed.)], *Encyclopaedia Americana. A Popular Dictionary of Arts, Sciences, Literature, History, Politics and Biography, brought down to the present time, including a copious collection of original articles in American Biography; on the basis of the seventh edition of the German Conversation-Lexicon*, Edited by Francis Lieber, assisted by E. Wigglesworth, Philadelphia, Carey, Lea & Carey, 1829.

MAGALHÃES, Joaquim Romero Magalhães (coord.), "No Alvorecer da Modernidade", em MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 3, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.

MARTINS, Conceição Andrade; MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, "Vol.III - A Agricultura: Dicionário das Ocupações", em MADUREIRA, Nuno Luís (Coord.), *História do trabalho e das Ocupações*, Oeiras, Celta Editora, 2002.

Nouveau Larousse Illustré, Dictionnaire Universel Encyclopédique, Librairie Larousse, Paris, 1899-1900.

SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 12 vol., 1981.

VIEIRA, Dr. Fr. Domingos, *Grande Dicionário Portuguez ou Thesouro da Língua Portugueza*, Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, Porto, Primeiro Volume de 1871 e Terceiro Volume de 1873.

VITERBO, Sousa (coord.), *Diccionario Historico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes a Serviço de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899-1904.

Entrevistas

Hernâni Santos, engenheiro agrónomo, Ponta Delgada, 2006.

Albano Salvador, engenheiro agrónomo, Ponta Delgada, 2006.

Henrique Aguiar de Oliveira Rodrigues, médico e historiador, Furnas, 2006.

João Faria e Maia, arquitecto, Ponta Delgada, 2005.

Aurora Carapinha, arquitecta paisagista, Évora, 2005.

Benjamin Pereira, antropólogo e etnólogo, Minho, 2004.

